SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 02 de Julho de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVII | Nº 3825

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI(AMSO-TR)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI - AMSO-TR
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE LICENÇA NÃO REMUNERADA.

DESPACHO

Considerando o recebimento de Requerimento de Licença Não Remunerada formulado pelo Senhor Mazilton de Lucena Galvão, ocupante do cargo de Secretário Executivo desta Associação, protocolado em 10 de junho de 2026. O colaborador pleiteou originalmente a concessão de licença sem remuneração, com fundamento no art. 476 da CLT, pelo período aproximado de 4 (quatro) meses.
A instrução processual reuniu as informações da ficha funcional do colaborador. O processo foi submetido à Assessoria Jurídica, que exarou o Parecer Jurídico. O parecer manifestou-se favoravelmente ao afastamento voluntário por mútuo acordo, mediante ressalvas técnicas e retificação da base legal.
O exame dos assentamentos da ficha funcional do colaborador confirma o direito adquirido para o gozo das férias regulamentares. Desse modo, de forma a compatibilizar os interesses do trabalhador com a gestão do quadro de pessoal, impõe-se a concessão do descanso anual de forma prévia, a ocorrer no mês de julho de 2026.
No tocante ao pedido de licença, adoto integralmente os fundamentos do parecer da Assessoria Jurídica como razão de decidir. Conforme apontado pelo setor jurídico, o art. 476 da CLT invocado pelo requerente é inaplicável, pois trata de afastamento por auxílio-doença previdenciário.
O caso em tela configura suspensão contratual atípica por mútuo acordo, regida pelos artigos 444 e 468 da CLT, tratando-se de ato discricionário da Presidência pautado na conveniência administrativa. Visando garantir a continuidade administrativa da Associação e considerando as exigências de gestão, o pedido original de 4 meses é acatado parcialmente.
Fixa-se o período de licença sem remuneração em 90 (noventa) dias, iniciando-se obrigatoriamente a contar do retorno das férias de julho, devendo a base legal ser formalmente retificada no respectivo instrumento.

Diante do exposto, no uso das atribuições legais e regimentais, o Presidente da AMSO-TR DECIDE:
- Acolher o parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica;
- Acatar parcialmente o requerimento administrativo formulado pelo colaborador;
- Conceder as férias regulamentares na ficha funcional de Mazilton de Lucena Galvão, a serem gozadas no mês de julho de 2026, especificamente do dia 01º de julho de 2026 ao dia 30 de julho de 2026;
- Conceder licença sem remuneração pelo prazo determinado de 90 (noventa) dias, com fundamento nos artigos 444 e 468 da CLT;
- Fixar o início da contagem dos 90 dias de licença a contar do dia imediato ao retorno do gozo das férias de julho, a qual se iniciará no dia 31 de julho de 2026 e encerrará no dia 28 de outubro de 2026;
- Determinar a elaboração do competente Termo de Suspensão Contratual nos exatos moldes e cláusulas recomendadas no parecer jurídico e nesta decisão, coletando-se as assinaturas das partes.
Cumpra-se, cientificando o setor de pessoal e financeiro para a suspensão dos lançamentos de folha de pagamento, FGTS e encargos correlatos durante o período da licença.

Currais Novos/RN, 29 de junho de 2026.

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
Presidente AMSO-TR

Publicado por:
Albanita Silva de Macedo
Código Identificador:1BEFC9A5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO SE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ASSU

CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DO VALE DO ASSU
PORTARIA DE AFASTAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

PORTARIA Nº 004/2026 – GP/CIS VALE DO AÇU

Dispõe sobre o afastamento de contratado temporariamente para fins de desincompatibilização eleitoral**.**

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO AÇU – CIS/VALE DO AÇU, no uso das atribuições que lhe conferem o Protocolo de Intenções, o Estatuto Social do Consórcio e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o requerimento administrativo formulado pelo Sr. GUSTAVO MONTENEGRO SOARES, médico contratado por prazo determinado mediante Processo Seletivo Simplificado, por meio do qual comunica sua intenção de concorrer ao cargo de Deputado Estadual nas Eleições Gerais de 2026 e requer a rescisão do vínculo contratual para fins de desincompatibilização;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece hipóteses de inelegibilidade e os prazos de desincompatibilização para candidatura a cargos eletivos;

CONSIDERANDO que o vínculo mantido entre o Consórcio e o contratado possui natureza celetista, por prazo determinado, decorrente de Processo Seletivo Simplificado, inexistindo estabilidade funcional;

CONSIDERANDO que a extinção do vínculo foi requerida voluntariamente pelo contratado, inexistindo interesse na manutenção da relação contratual durante o período de desincompatibilização;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho por prazo determinado mantido entre o Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CIS/VALE DO AÇU e o Sr. GUSTAVO MONTENEGRO SOARES, ocupante da função de Médico Plantonista, contratado mediante Processo Seletivo Simplificado, em razão de sua desincompatibilização para candidatura ao cargo de Deputado Estadual nas Eleições Gerais de 2026.

Art. 2º A rescisão contratual produzirá efeitos a partir de 1º de julho de 2026, cessando, a partir dessa data, todos os direitos e obrigações decorrentes do contrato de trabalho, observado o pagamento das verbas rescisórias eventualmente devidas, na forma da legislação trabalhista e das cláusulas contratuais.

Art. 3º A Diretoria Executiva e o setor administrativo competente adotarão as providências necessárias à formalização da rescisão contratual, ao encerramento do vínculo empregatício, à baixa dos registros funcionais e à apuração das verbas rescisórias cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos e financeiros a partir de 1º de julho de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Assú/RN, 01 de julho de 2026.

LUIZ EDUARDO PIMENTEL SOARES
Presidente
Consórcio Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CIS/Vale do Açu

Publicado por:
Luis Eduardo Pimentel Soares
Código Identificador:1661CDE2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0000335/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE ACARI, com endereço na rua Napoleão Antão, nº 100, no bairro Ary de Pinho, inscrito no CNPJ nº **08.097.008/0001-20**, através de seu Pregoeiro, designado pela **Portaria nº 0082/2026**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na modalidade de **PREGÃO** na forma **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE COM AGRUPAMENTO DE ITENS,** cujo objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S-10 E ÓLEO DIESEL COMUM S500), COM FORNECIMENTO FRACIONADO DIRETAMENTE NO TANQUE DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS, PARA O PLENO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS INTEGRADAS E DEMANDANTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.** A realização do certame está prevista para o dia **15 de Julho de 2026**, às **09:01 horas** (horário de Brasília/DF).
O Edital e seus componentes encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 07:00 às 13:00 horas e nos seguintes sites: www.acari.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Acari/RN, 01 de Julho de 2026.

JACKSON SOARES
Pregoeiro

Publicado por:
Jackson Soares
Código Identificador:E00081EA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

O Município de Acari/RN, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 029/2026, do tipo Menor Valor Global, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma, manutenção corretiva e preventiva em prédios públicos municipais, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. Órgão Interessado: Secretaria Municipal de Infraestrutura. Data da Abertura da Sessão Pública: às 08h01 do dia 16 de julho de 2026, O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)

Acari/RN, 01 de julho de 2026.

RAIMUNDO NONATO DANTAS DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Raimundo Nonato Dantas de Medeiros
Código Identificador:B3354290

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 362/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW MUSICAL) DO CANTOR "VINÍCIUS CELESTINO", POR MEIO DA EMPRESA VINICIUS JONATHAN MEDEIROS CELESTINO 70603119476-ME, POR OCASIÃO DA FESTA DE SÃO PEDRO NO POVOADO GARGALHEIRAS, NO DIA 03 DE JULHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE ACARI-RN.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, nº 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000 CNPJ/MF: **08.097.008/0001-20.**

CONTRATADO: VINICIUS JONATHAN MEDEIROS CELESTINO 70603119476-ME, CNPJ Nº 48.253.855/0001-50, COM

SEDE NA **FAZENDA SERIDÓ, 16, ZONA RURAL, SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN, CEP: 59.378-000**.

VALOR: R$ 1.200,00 (MIL E DUZENTOS REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04 - SECRETARIA DE TIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; 04.122.0004.2008.0000 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 15000000.

BASE LEGAL: ART. 74, II DA LEI FEDERAL 14.133/21.

ACARI/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:8F9D5405

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2025,

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACARI/RN, inscrito no CNPJ nº 11.826.099/0001-00, com sede na Av. Dr. José Augusto, nº 54, Centro, Acari/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. MARINEIDE ALVES DANTAS, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa QUALYSAT TECNOLOGIA RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.269.008/0001-09, com sede na Av. Conselheiro Aguiar, nº 1555, Sala 31, Boa Viagem, Recife/PE, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO 1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 051/2025, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 027/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento e instalação de rastreadores veiculares com tecnologia RFID para identificação de motoristas e veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Acari/RN.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
2.1. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 051/2025 por mais 12 (doze) meses, contados a partir do término de sua vigência atual, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.
DA RATIFICAÇÃO
5.1. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 051/2025 que não conflitarem com as disposições deste Termo Aditivo.
Acari/RN, 03 de junho de 2026.

MARINEIDE ALVES DANTAS
Contratante

NILSON ALBINO PIMENTEL JUNIOR
P/ Contratada

Publicado por:
Raimundo Nonato Dantas de Medeiros
Código Identificador:918FEA1E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

Considerando o parecer jurídico emitido pela Assessoria de Licitações e Contratos, no que concerne a contratação de (show musical) do cantor "VINÍCIUS CELESTINO", através da empresa **VINICIUS JONATHAN MEDEIROS CELESTINO 70603119476-ME (CNPJ nº 48.253.855/0001-50)**, por ocasião da Festa de São Pedro no Povoado Gargalheiras, no Município de Acari-RN, no dia 03 de junho de 2026, no Município de Acari/RN.

Considerando o que dispõe o artigo 74, IIda Lei Federal nº 14.133, de 1º de julho de 2021.

RATIFICO e **RECONHEÇO** o processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, e, por conseguinte a contratação da pessoa jurídica a seguir:

Contratada: VINICIUS JONATHAN MEDEIROS CELESTINO 70603119476-ME, CNPJ: 48.253.855/0001-50, com sede na Fazenda Seridó, 16, Zona Rural, São José do Seridó/RN, CEP: 59.378-000.

Objeto: Contratação de apresentação artística (show musical) do cantor "VINÍCIUS CELESTINO", por meio da empresa VINICIUS JONATHAN MEDEIROS CELESTINO 70603119476-ME, por ocasião da Festa de São Pedro no Povoado Gargalheiras, no Município de Acari-RN, no dia 03 de julho de 2026, no Município de Acari/RN.

Valor Total: R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Acari/RN, 01 de julho de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:DA503C82

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 91/2026 – PMA – GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos V e VII do art. 72 da Lei Orgânica do Município, e

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR **RENATA QUININO WANDERLEY**, CPF nº. ***.862.994-**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal Extraordinário de Projetos Especiais, nos termos dos artigos 2º, I, e 3º do Decreto nº 190, de 26 de junho de 2026, que regulamentou o art. 9º, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 10, de 26 de março de 2021.

Parágrafo único – A posse no cargo de Secretário Municipal Extraordinário de Projetos Especiais se dará logo após a entrega, pelo nomeado, da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 01 de julho de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:3D5B53C0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 92/2026 – PMA - GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos V e VII do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR **PÂMBELLA NATHALI DA SILVA COSTA**, CPF nº. ***.021.174-**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Recursos Humanos, vinculado a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Tributação e Administração, nos termos do art. 24, V, e 25 da Lei Complementar nº 10, de 26 de março de 2021.

Parágrafo único – A posse no cargo de Coordenador de Recursos Humanos se dará logo após a entrega, pelo nomeado, da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 01 de julho de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:FA31A778

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 93/2026 – PMA – GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos V e VII do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR **DÉBORA BARBOSA LIMA**, CPF nº. ***.598.514-**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Atendimento ao Usuário SUS, nos termos do art. 3º, I, parágrafo único, do Decreto nº 117, de 16 de novembro de 2023, que regulamentou o art. 57, da Lei Complementar nº 10, de 26 de março de 2021;

Parágrafo único – A posse no cargo de Coordenador de Atendimento ao Usuário SUS se dará logo após a entrega, pela nomeada, da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 01 de julho de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:0A983ABE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 012/2026

O Prefeito Municipal de Acari - RN, no uso de suas atribuições legais, após a necessária vista e conferência de todos os atos havidos antes, durante e após a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 012/2026 realizado através da Secretaria Municipal de Saúde Pública de Acari e executado por meio da Comissão Permanente Municipal Interna de Processo Seletivo Simplificado, para formação de cadastro de reserva, a fim de compor a equipe da Prefeitura Municipal de Acari/RN, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde Pública de Acari/RN, na função de Agente Comunitário de Saúde - ACS, seguindo o cronograma do calendário de atividades especificados no anexo IV do referido certame, constatando a legalidade e correção de tudo, e para os fins de que se fazem necessários, **HOMOLOGA** o referido Processo Seletivo Simplificado realizado sob a égide do Edital pertinente nº 012/2026, especificamente para formação de cadastro de reserva, a fim de compor a equipe da Prefeitura Municipal de Acari/RN, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde Pública, na função de Agente Comunitário de Saúde - ACS, para que produza seus reais e legais efeitos.

Dado e passado na Prefeitura Municipal de Acari – RN - Palácio Juvenal Lamartine de Faria, em 01 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE CIÊNCIA.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:94233597

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 005/2026- SEMUDET

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 005/2026- SEMUDET

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto n° 53, de 25 de janeiro de 2022, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO diária 1/2 (diária) SEM PERNOITE ao (à):

SERVIDOR (A):	**Cleideane da Silva Delgado**			
CARGO:	**Coordenadora de Turismo**			
MATRÍCULA:	005095			
DOCUMENTOS:	CPF: 081.200.324-11	RG: 284.010-6		
LOTADO (A):	Secretaria de Desenvolvimento econômico e Turismo			
HORÁRIO DE SAÍDA:	07:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Venho por meio deste solicitar a concessão de meia diária para conduzir as artesãs do município de Acari à participação na 12ª FEMPTUR. As artesãs participarão no espaço do Sebrae, com apresentação, exposição e comercialização de produtos artesanais produzidos no município. Data:10 de abril de 2026 Local:Centro de Convenções de Natal Horário:14h ás 22h				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1/2	NATAL/RN	10/04/2026	R$ 190,00	R$ 95,00

Importa a quantia total de R$ 95,00 (Noventa e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 08 de abril de 2026.

DIOGO BEZERRA DUARTE
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:29195DF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATO(A)S CLASSIFICADO(A)S NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN - EDITAL Nº 010/2026

NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS QUE TERÃO ATUAÇÃO NA PASTA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE ACARI-RN.

O MUNICÍPIO DE ACARI/RN, em cumprimento ao disposto no Edital nº 010/2026 do Processo Seletivo Simplificado, de ordem do Sr. Prefeito Municipal, neste ato através da Secretaria Municipal de Administração e Transporte do Município de Acari/RN, torna pública a **CONVOCAÇÃO DO(A)S SEGUINTES CANDIDATO(A)S CLASSIFICADO(A)S NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2026:**

PSS Nº 010/2026 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – ASG			
Ordem	**Nome Do Candidato**	**Nota Obtida**	**Resultado**
01	Vitória Galvão Marques	7,0	13ª

Os candidatos relacionados neste Edital de Convocação deverão, nos dias **03 e 06 de julho de 2026, das 07h às 13horas**, como condição para a sua posse, apresentar, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Acari/RN, localizada na Rua Silvino Adonias Bezerra, nº 151, bairro Major Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59.370-000, a Comissão Permanente Municipal Interna de Processo Seletivo Simplificado, os documentos e tomar as providências relacionadas no Item 8 – DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO – especificado no Edital do Processo Seletivo Simplificado correspondente (Edital nº 010/2026), quais sejam:

I - O aprovado por ocasião da contratação deverá entregar a seguinte documentação:
a) Certidão de quitação da Justiça Eleitoral (site: https://www.tse.jus.br/eleitor/certidão-de-quitação-eleitoral)
b) Declaração negativa de acumulação de cargo público e de vencimentos e proventos;
c) Diploma ou documento equivalente comprovando a escolaridade mínima exigida para o cargo devidamente registrado no MEC ou na instituição que o expediu;
d) Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
e) Cadastro de Pessoa Física da Secretaria da Receita Federal (CPF);
f) Certidão de nascimento e/ou casamento;
g) Certidão de nascimento dos filhos até 14 (quatorze) anos;
h) Carteira de Identidade;
i) Cartão PIS/PASEP;
j) 01 (uma) foto 3x4, recente e sem uso prévio;
k) Declaração de dependentes para imposto de renda;
l) Comprovante de residência.
m) Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
n) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos estaduais e à dívida ativa do estado;
o) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos municipais;
p) Dados bancários que pretende receber os vencimentos (cópia do cartão do banco)
II - Os documentos pessoais deverão ser entregues em cópias reprográficas acompanhadas do original.
III - Ficam desde já advertido o candidato de que a não apresentação da documentação exigida para a posse no prazo legal implica na desistência da vaga.

Acari/RN, 01 de julho de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes de Acari-RN

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:CCC10CAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 065/2026- SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 0,5 (meia) diária, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO**			
CARGO:	**Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.**			
MATRÍCULA:	10811			
DOCUMENTOS:	CPF:073.876.784-16	RG:		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
HORÁRIO DE SAÍDA:	05h:00			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
PARTICIPAR DO EVENTO FNAS PELO BRASIL - ETAPA RIO GRANDE DO NORTE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
0,5	Natal/RN	10/06/2026	R$ 190,00	R$ 95,00

Importa a quantia de R$ 95,00 (noventa e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 08 de junho de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:5165DD71

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 066/2026 - SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 2,5 (duas e meia) diária, ao (à):

SERVIDOR (A):	**JOSÉ ARI BEZERRA DANTAS**			
CARGO:	**Vice-Prefeito Municipal**			
MATRÍCULA:	10816			
DOCUMENTOS:	CPF: 481.278.504-97	RG: 828469		
LOTADO (A):	Gabinete do Prefeito			
HORÁRIO DE SAÍDA:	05h:00 min			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar do evento "Smart Cities Park". O Smart Cities é um ambiente de conexão, inovação e transformação, onde tecnologia, sustentabilidade e boas práticas de gestão pública se encontram para pensar e construir soluções concretas para os desafios das cidades.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
2,5	Campina Grande/Pb	10/06/2026 a 12/06/2026	R$686,00	R$1.715,00

Importa a quantia de R$1.715,00 (hum mil setecentos e quinze reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 08 de junho de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:09B7A2CD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 874 / 2026

Dispõe sobre a afetação e destinação de imóvel público municipal ao uso institucional da Câmara Municipal de Afonso Bezerra/RN para ampliação de suas instalações físicas e atendimento à população, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica afetado e destinado ao uso institucional da Câmara Municipal de Afonso Bezerra/RN o imóvel urbano integrante do patrimônio do Município, registrado sob a Matrícula nº 1.291 do Livro 2-G – Registro Geral de Imóveis do Ofício Único da Comarca de Afonso Bezerra/RN.

§ 1º. O imóvel referido no caput passa a ser classificado como bem público de uso especial, nos termos do art. 99, inciso II, do Código Civil.

§ 2º. O imóvel permanecerá incorporado ao patrimônio do Município de Afonso Bezerra/RN, não havendo transferência de propriedade ao Poder Legislativo.

Art. 2º. A destinação prevista nesta Lei tem por finalidade a ampliação das instalações físicas da Câmara Municipal, visando:
I – a melhoria das condições de funcionamento das atividades legislativas e administrativas;
II – a ampliação dos espaços destinados ao atendimento da população;
III – a instalação e manutenção de serviços públicos de interesse coletivo, inclusive postos de atendimento destinados à emissão de documentos de identificação civil e outros serviços administrativos.

Art. 3º. Fica a Câmara Municipal autorizada a promover a execução da obra denominada "Reforma e Ampliação da Câmara Municipal de Afonso Bezerra/RN", conforme Planta Baixa e Planilha Orçamentária integrantes dos Anexos I e II desta Lei.

Parágrafo único. O valor global estimado da obra é de R$ 106.936,17 (cento e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e dezessete centavos), conforme orçamento elaborado com base na tabela SINAPI/RN – março de 2026, acrescido de BDI de 19,63%.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução das obras, ampliações, reformas e demais benfeitorias correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal.

Art. 5º. Compete à Câmara Municipal a responsabilidade pela conservação, manutenção e custeio das despesas ordinárias necessárias ao funcionamento do imóvel enquanto perdurar sua utilização para as atividades institucionais do Poder Legislativo.

Art. 6º. As benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias realizadas no imóvel incorporar-se-ão automaticamente ao patrimônio público municipal, sem direito a retenção ou indenização.

Art. 7º. A utilização do imóvel deverá observar estritamente a finalidade pública estabelecida nesta Lei, vedada sua destinação para fins estranhos às atividades institucionais do Poder Legislativo.

Art. 8º. Cessada a finalidade pública que justificou a presente destinação, o imóvel retornará automaticamente à administração direta do Poder Executivo Municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às atualizações patrimoniais, cadastrais e administrativas necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 10. Integram a presente Lei:
ANEXO I – Planta Baixa da Reforma e Ampliação da Câmara Municipal de Afonso Bezerra/RN;
ANEXO II – Planilha Orçamentária Sintética da Reforma e Ampliação da Câmara Municipal de Afonso Bezerra/RN, no valor global de R$ 106.936,17;
ANEXO III – Certidão de Inteiro Teor da Matrícula nº 1.291, expedida pelo Ofício Único da Comarca de Afonso Bezerra/RN.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Afonso Bezerra/RN, 01 de julho de 2026.

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:7EBD0261

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 120 / 2026

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa De Aposentadoria Incentivada – PAI, e dá outras providências

O Prefeito do Município de Afonso Bezerra/RN, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Defere-se ao servidor, o Sr. **SONILDO LELIS BEZERRA**, matrícula nº 1258, o requerimento de Adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada-PAI, instituído pela Lei Municipal n° 701/2022.

Art. 2º. O valor da indenização corresponde a R$ 324,20 (trezentos e vinte e quatro reais e vinte centavos) mensais, seguindo os reajustes definidos nos incisos I e II do artigo 11 da Lei supracitada.

Art. 3º. O pagamento da indenização deverá se encerrar no mês de janeiro de 2036.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 26/06/2026 data do protocolo.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

Afonso Bezerra/RN, 01 de junho de 2026

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:7B030F12

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 041/2026 (ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2026) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2410/2026

EXTRATO DE CONTRATO 041/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2410/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICÍPAL DE AFONSO BEZERRA/RN - CNPJ: 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: ELAYNE TYNE PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, com registro no CNPJ 51.851.420/0001-12
OBJETO: contratação de atração artística musical (ELAYNE TYNE), para apresentação durante os festejos da "22ª CAPRIFEIRA EDIÇÃO 2026", em atenção à demanda da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Afonso Bezerra/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
VIGÊNCIA:O presente contrato vigorará da data de sua assinatura por até 60 dias.

BASE LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
ÓRGÃO: 02-PODER EXECUTIVO,
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02.005 - SEC. MUN. DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
FUNÇÃO: 23-COMÉRCIO E SERVIÇOS
SUB-FUNÇÃO: 695 -TURISMO
PROGRAMA: 0005-FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TURISTICO
PROJ. /ATIV.: 2009 - MANUT. DA SEC. DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39
FONTE: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos:
FONTE: 1.720.0000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP- Lei 9.478/1997
FONTE: 1.600.3110 – Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
FONTE: 1.600.3120 – Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada
Assinaturas em 24/06/2026, **Pela Contratante:** Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº 049.***.***-00 e **Pela Contratada**: Michell Hudson de Araujo Freire, CPF nº 014.***.***-05.

Publicado por:
Luiz Felipe Viera Moreno
Código Identificador:713F1D94

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 042/2026 (ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2026) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2411/2026

EXTRATO DE CONTRATO 042/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2411/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICÍPAL DE AFONSO BEZERRA/RN - CNPJ: 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: MAIS MUSIC SHOWS LTDA, com registro no CNPJ 55.707.527/0001-42
OBJETO: Contratação de atração artística musical (PLACILLIO DINIZ), para apresentação durante os festejos da "22ª CAPRIFEIRA 2026", em atenção à demanda da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Afonso Bezerra/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura por até 60 dias.
BASE LEGAL: Art. nº. 74, inciso II, da Lei Federal nº.14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
ÓRGÃO: 02-PODER EXECUTIVO,
UNIDADF ORÇAMENTARIA: 02.005 - SEC. MUN. DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
FUNÇÃO: 23-COMÉRCIO E SERVIÇOS
SUB-FUNÇÃO: 695 - TURISMO
PROGRAMA: 0005-FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TURISTICO
PROJ. /ATIV.: 2009 MANUT DA SEC. DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39
FONTE: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos:
FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP- Lei 9.478/1997
FONTE: 1.600.3110 – Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
FONTE: 1.600.3120 – Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.
Assinaturas em 24/06/2026, **Pela Contratante:** Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº 049.***.***-00 e **Pela Contratada**: Dyana de Araujo Machado, CPF nº 049.***.***-44.

Publicado por:
Luiz Felipe Viera Moreno
Código Identificador:A947B6D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 329, DE 29 DE JUNHO DE 2026.*

PORTARIA Nº 329, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a Servidora **CARMEM SILVA DE LIMA,** portadora do CPF nº 265.917.758-97, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor, Matrícula nº 289-1, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 6605-2, referente a diária no período do dia **30 de junho de 2026**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade – Seminário Estadual dos Planos Decenais de Educação, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 29 de junho de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

* Republicada por incorreções

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:56F74B24

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 334, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

PORTARIA Nº 334, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Servidora **MAYARA SOUSA SARMENTO,** CPF nº 083.699.424-82, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Matrícula nº 1.432 para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 241,34 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos),** a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 22.906-7, referente a diária no período do dia **1º de julho de 2026**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade – Solenidade de Entrega de veículos, equipamentos de saúde bucal e outros investimentos oriundos do Programa Agora Tem Especialistas – PATE e Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, ficando-lhe atribuída 01 (uma), diária no valor unitário de R$ 241,34 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 30 de junho de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:EE258E23

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 335, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

PORTARIA Nº 335, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao (a) Servidor (a) **LUCAS RAFAEL DE ANDRADE,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Tributação e Finanças, Matrícula nº 1393, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 241,34 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 16.008-3, referente à diária no período do dia **1º de julho de 2026**, quando irá tratar de interesse desta municipalidade - Solenidade de Entrega de veículos, equipamentos de saúde bucal e outros investimentos oriundos do Programa Agora Tem Especialistas – PATE e Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 241,34 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 30 de junho de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:B2040BBA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 336, DE 1º DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 336, DE 1º DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 80 e 81 da Lei Municipal n.º 819, de 1º de julho de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de pleno funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento de metas administrativas;

CONSIDERANDO o respeito desta administração aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços essenciais;

R E S O L V E:

Art. 1o – **AUTORIZAR** aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, a trabalharem em serviço extraordinário, durante o mês de julho de 2026.

Mat.	Servidor	Cargo	Lotação	Horas
92	Francisco Marcos Dantas da Silva	Pedreiro	Sec. de Obras	40
106	Maria Kaliane da Silva Silvestre	Fiscal de Vig. Sanitária	Sec. de Saúde	40
110	Maria Robervânia de Sousa Nóbrega	Téc. Enfermagem	Sec. de Saúde	40
188	Lucifran Agripino Bento	Vigilante	Sec. Educação	30
442	Teresa Raquel Rodrigues da Silva	Assist. Social	A. Social	25

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 1º de julho de 2026.

RAIMUNDO FERRERIA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:E3B016FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 337, DE 1º DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 337, DE 1º DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a senhora **FRANCISCA MONICA PAZ DE SOUSA DANTAS,** portadora do CPF nº 090.815.324-48, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante da função de Coordenadora, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Mossoró/RN**, a importância de **R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 20.944-9, referente à diárias no período do dia **02 de julho de 2026**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta edilidade – Encontro de Formação para o Transporte Escolar do FNDE, ficando-lhe atribuída 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 1º de julho de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:765AEFD9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 338, DE 1º DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 338, DE 1º DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **LUCAS PIRES FORMIGA,** portador do CPF nº 098.494.094-44, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor do Ensino Fundamental, Matrícula nº 1989, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Mossoró/RN**, a importância de **R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 24.882-7, referente a diária no período do dia **02 de julho de 2026**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade – Encontro de Formação para o Transporte Escolar do FNDE, ficando-lhe atribuído

01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos),

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 1º de julho de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:F028EE58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 339, DE 1º DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 339, DE 1º DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **FRANCISCO SALES HENRIQUE,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Motorista, Matrícula nº 1.725, CPF Nº 306.995.798-64, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Mossoró/RN** a importância de **R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta nº 19.287-2, referente a diária no período do dia **02 de julho de 2026**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade – Encontro de Formação para o Transporte Escolar do FNDE, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 1º de julho de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:5E605B1B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 340, DE 1º DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 340, DE 1º DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a Servidora **SORAIA ALVES DE SOUSA FERREIRA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Secretária de Educação, Matrícula nº 417, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Mossoró/RN**, a importância de **R$ 171,00 (cento e setenta e um reais)**, a ser creditado no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 5.420-8, referente à diária no período do dia **02 de julho de 2026**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade – Encontro de Formação para o Transporte Escolar do FNDE, ficando-lhe atribuída 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 171,00 (cento e setenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 1º de julho de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:4BB704EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2026 - 5° TORNEIO LEITEIRO DE ANGICOS-RN

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2026 - 5° Torneio Leiteiro de Angicos-RN

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS-RN,** torna pública para o conhecimento dos interessados, o Edital de convocação para divulgação do 5° Torneio Leiteiro de Angicos-RN.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS OBJETIVOS

I - fomentar o desenvolvimento rural sustentável;
II - incentivar a economia local;
III - estabelecer e cultivar parcerias entre os produtores da região;
IV - incentivar a população do campo na geração de renda pela atividade de bovinocultura de leite;
V - valorizar e fomentar a produção do leite;
VI - promover a integração e o espírito participativo dos produtores;
VII - incentivar a participação no Torneio Leiteiro.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA REALIZAÇÃO/COORDENAÇÃO

2.1 O 5° Torneio Leiteiro de Angicos será realizado pela Prefeitura Municipal de Angicos-RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO APOIO

O 5° Torneio Leiteiro contará com uma Comissão de apoio formada por:
Representantes da Prefeitura Municipal
Um Zootecnista
Fiscais

CLÁUSULA QUARTA: DO LOCAL E DATA

4.1 O Evento será realizado entre os dias 31 de julho, 01 e 02 de agosto de 2026, no Largo do Açude da CAERN, Rua Aristófanes Fernandes, Alto do Triângulo - Angicos-RN.

CLÁUSULA QUINTA: DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas pessoalmente na Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, no período de 13/07/2026 ao dia 27/07/2026, das 07 às 13 horas.

Poderão realizar a inscrição os produtores **residentes no município de Angicos,** e que preencham os seguintes requisitos:
I - comprovar estar em dia com última vacinação de Febre Aftosa e Brucelose;
II - entregar cópia do CPF, RG e Comprovante de Residência em nome do produtor;
III - dados de conta bancária ou Pix, em nome do produtor.

Cada produtor poderá realizar inscrição para competição com até 01 (uma) Vaca, independente de Peso, Raça e Idade.

As vagas do 5º Torneio Leiteiro de Angicos serão destinadas **exclusivamente** a produtores do município de Angicos, a fim de promover o desenvolvimento da economia local.

Será disponibilizadas para inscrição do 5º Torneio Leiteiro de Angicos, o limite máximo de 30 (trinta) vagas, de acordo com o item 5.1.

O preenchimento das vagas será feita por ordem de inscrição, sendo vedado o preenchimento da mesma após o período limite estabelecido no item 5.1.

CLÁUSULA SEXTA: NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS ANIMAIS

Os animais que participarão do 5º Torneio Leiteiro de Angicos deverão estar devidamente vacinados com pelo menos a última vacinação de Febre Aftosa e Brucelose registradas no sistema do IDIARN.

O produtor não poderá substituir o animal inscrito sem previa altorização da Comissão Organizadora e tramites necessário para a substituição do mesmo.

Os animais que participarão do 5º Torneio Leiteiro de Angicos deverão estar no recinto do Torneio no dia 31/07/2026, das 12 às 21 horas deste dia. O não comparecimento dos mesmos no período estipulado acarretará na sua eliminação do Torneio.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PROCEDIMENTOS DO CONCURSO

Efetivada a inscrição e seleção dos animais, o concurso será realizado diariamente, sendo 2 (duas) ordenhas por dia, no período de 6h às 07h e 18h às 19h respectivamente, acompanhadas pelos fiscais e pelos produtores e, ou, seu representante, durante o Torneio Leiteiro.

A primeira ordenha será feita por ordem de sorteio.
As ordenhas seguirão a mesma sequência todos os dias.
Ordenha com ou sem bezerro fica a critério do produtor.
A ordenha terá duração máxima de **20 (vinte) minutos** por ordenha.
Somente será permitida no recinto da ordenha o produtor e, ou, seu representante.
Antes de iniciar todas as ordenhas o fiscal irá verificar o recipiente em que será coletado o leite, a fim de garatir a procedencia do leite.

Somente será permitida a ordenha manual. Não excedendo o tempo limite estipulado no item 7.1.4.

Será considerada como esgota a ordenha com maior valor e não entrará na competição.

O peso do leite terá observação rigorosa dos fiscais e anotação imediata nas fichas e deverá ser assinada pelos fiscais e pelo responsável pelo animal.

Os animais só poderão sair do recinto do Torneio em casos de encerramento do evento, doença, desligamento do participante no Torneio, desistência voluntária.

Os resultados parcial e final serão realizados pelo Presidente da Comissão de Organização, devidamente habilitado, as quais serão apresentados e anunciados os resultados após cada ordenha, será:

I - das quatro ordenhas, a maior será eliminada.

CLÁUSULA OITAVA: DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE

O participante será desligado do Concurso nos seguintes casos:

I - o produtor/tratador ou representante que descumprir o Regulamento e por ventura vier a desacatar qualquer membro da Comissão Organizadora ou outro participante, será desclassificado;
II - a não apresentação dos exames de Brucelose e Tuberculose, realizado previamente pelo responsável técnico, de acordo com as normas do IDIARN;
III - aplicação de estimulantes injetaveis.

Parágrafo único: O julgamento da irregularidade noticiada será precedido de apresentação de defesa prévia oral pelo participante e o resultado por deliberação da Comissão, por maioria de votos dos presentes.

CLÁUSULA NONA: - CATEGORIA

O 5º Torneio Leiteiro de Angicos será realizado em quatro categorias.

CLÁUSULA DÉCIMA: PREMIAÇÃO

CATEGORIAS:

CATEGORIA VACA ADULTA GRANDE PRODUTOR

1º lugar R$ 4.000,00
2º lugar R$ 2.000,00
3º lugar R$ 1.000,00
4º lugar R$ 500,00
5º lugar R$ 500,00
6º lugar R$ 500,00
7º lugar R$ 500,00

CATEGORIA VACA JOVEM GRANDE PRODUTOR

1º lugar R$ 1.500,00
2º lugar R$ 1.000,00
3º lugar R$ 500,00

CATEGORIA VACA ADULTA PEQUENO PRODUTOR

1º lugar R$ 4.000,00
2º lugar R$ 2.000,00
3º lugar R$ 1.000,00
4º lugar R$ 500,00
5º lugar R$ 500,00
6º lugar R$ 500,00
7º lugar R$ 500,00

CATEGORIA VACA JOVEM PEQUENO PRODUTOR

1º lugar R$ 1.500,00
2º lugar R$ 1.000,00
3º lugar R$ 500,00

TOTAL GERAL DAS CATEGORIAS R$ 24.000,00

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Prefeitura não fornecerá alimentação para os bovinos, devendo o produtor se responsabilizar pelo seu animal;

Fica vedado durante as ordenhas o acesso ao Galpão Leiteiro, exceto aos proprietários ou representante, fiscais, membros da Comissão Organizadora e pessoas devidamente autorizadas pela Comissão de Organização.

A aplicação de qualquer medicamento ou suplemento alimentar injetável só será permitido mediante a indicação expressa do Médico Veterinário Responsável, desde que não seja nenhuma substância que aumente a produção de leite e seja necessária para garantir a saúde do animal em questão.

Fica proibido usar qualquer tipo de artifício para retenção do leite.

Não será permitida no Galpão Leiteiro qualquer pessoa alcoolizada ou com sintoma de alcoolismo, ficando as providências a cargo da Comissão Organizadora.

O transporte dos animais serão de responsabilidade dos Produtores, deixando a Prefeitura isenta de quaisquer custos com transporte e ou locação.

Não será permitida a presença de menores de 18 (dezoito) anos, como tratador e visitante sem acompanhamento de um responsável.

A não observância do Regulamento aplicará na desclassificação e retirada do animal e recolhimento do credenciamento, ficando a cargo do proprietário os custos de transporte de retirada do animal.

Cada produtor deverá nomear um representante para deliberar sobre os assuntos pertinentes as Normas e Regras do Evento, a qual não será permitida interferência de terceiros.

O destino do leite recolhido no Torneio será de responsabilidade dos produtores.

Os exames a serem realizados pelo médico veterinário serão custeados por cada produtor.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Angicos/RN, 01 de Julho de 2026.

GRIMALDI COSME ALVES
Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:32AC1271

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 046/2026

PORTARIA Nº 046/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a Vacância de Cargo Público.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do município de Angicos/RN,

CONSIDERANDO ter sido concedida aposentadoria ao Senhor **LUIZ ANTÔNIO FILHO,** em 01 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR a vacância do cargo de A.S.G., ocupado por **LUIZ ANTÔNIO FILHO,** portador do **CPF nº 48*.***.***-** e RG nº 86*.*** SSP/RN,** matricula nº 0512, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no ato de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, 01 de julho de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:F22C9B81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

SECRETARIA DE TURISMO
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2026
O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO MARTINS/RN, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, torna público que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2026, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção do Centro Histórico e Cultural Boa Esperança, no Município de Antônio Martins/RN, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 988257/2025, firmado com o Ministério do Turismo. Data da sessão pública: 16/07/2026, às 09h30min (horário de Brasília). Recebimento das propostas: até 16/07/2026, às 09h29min. Plataforma: BBMNET Licitações – www.bbmnetlicitacoes.com.br. Participação: restrita às empresas previamente pré-qualificadas no âmbito da Pré-Qualificação nº 00001/2026, nos termos do art. 80, §10, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Antônio Martins/RN, 1ª de Julho 2026.

JOÃO PEDRO BEZERRA DE MESQUITA –
Assistente Jurídico

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:2F03FF58

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO – SRP - Nº 009/2026.

PROCESSO Nº 02034.001022/2026 - **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2026. Fica ADJUDICADA E HOMOLOGADA** a decisão prolatada pelo Agente de Contratação conforme ata da sessão de julgamento e dos Autos do Parecer do Controle Interno desta Prefeitura; nos termos e com fundamento no disposto no inciso IV do Art. 71 da Lei n° 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como demais legislações pertinentes, à (s) empresa (s) vencedora (s): **E M PINTO | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 08.814.027/0001-20 - Endereço: RUA MANOEL NOGUEIRA - CEP: 59700000 - UF: RN - Município: Apodi - Telefone: (84) 3333-2477, vencedora dos itens 01, 02, 03 e 04, com o valor global R$ 350.425,00...** E, que a vencedora ofereceram as melhores condições financeiras ao erário municipal. que tem como objetivo ao REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOTELARIA E HOSPEDAGEM PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE HOSPEDAGEM DURANTE OS EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN, pertencentes a Secretaria Municipal de Educação do Município de Apodi/RN., conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

Apodi/RN, 30 de junho de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:A88EDFCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
AVISO DE EMPRESAS CREDENCIADAS NO CREDENCIAMENTO N°. 006/2025. ATUALIZAÇÃO EM 01/07/2026

A Prefeitura Municipal de Apodi RN, através do Agente de contratação, **torna público as empresas já credenciadas no credenciamento - Nº. 006/2025,** credenciamento de empresa especializada na confecção de próteses dentárias para atender às necessidades das unidades administradas pela secretaria municipal de saúde do município de Apodi/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.
Subordinando-se em tudo o que for aplicável, à Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações, regulamentada em âmbito municipal pelo Decreto 008, de 05 de fevereiro de 2024. estão credenciadas as Empresas: **ANTONIO JOAO DA PAZ JUNIOR, CNPJ: 40.330.350/0001-30 - JOSE ANTONIO BEZERRA DE SOUZA CNPJ: 10.940.739/0001-37 - ORAL CLIN SERVICOS ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ: 40.189.398/0001-70** – CENTRO ODONTOLÓGICO **DR. EUGÊNIO MARINHO LTDA, CNPJ: 33.812.303/0001-68. SOYDENTALLTDA Rua Vereador Cícero dos Santos CNPJ: 54.608.339/0001-02**

Apodi/RN, 01 de julho de 2026.

EDIVAR MENDES DE FREITAS FILHO
Agente de Contratação
Portaria 0408/2025

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:8C345CA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1259/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

CONSIDERANDO: O Edital de Convocação nº 035/2026, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Apodi, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Código de identificação nº 392AC0DE, no dia 19 de junho de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a Senhora **Lheomarya Carla da Costa Amaral,** para exercer o Cargo efetivo de **Técnico de Saúde Bucal – ATS-II**, Carga Horária**:** 30h, matrícula **- 1887**, na **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 01 de julho de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:19CF74A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1260/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026

A Secretária Municipal de Administração, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 70, V, da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor **José Ozailton Lopes Soares**, portador de matrícula **1469**, *ATS-I*, **Motorista**, pertencente ao quadro de servidores *efetivos* da **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**, licença especial de 03 (três) meses, conforme Lei em vigor, no período de 02/07/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 17/11/2018 A 17/11/2023.

Art. 2º - O que trata o Art. 1º está de acordo com o Art. 102 da Lei 269/96, que rege o regime jurídico único dos servidores públicos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 01 de julho de 2026.

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:F191847D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº1261/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN**, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Senhor **Francisco Gomes de Oliveira Neto**, do cargo em comissão de **Gerente de Desenvolvimento**, da **Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Pesca - SEMARHMAP** da Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 01 de julho de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:AA67C961

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1262/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Emanoel Robson da Silva Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de **Gerente de Desenvolvimento**, da **Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Pesca - SEMARHMAP** da Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 01 de julho de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:F2EDCA45

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 689/2026

LEI 689/2026

Dispõe sobre a proibição da utilização, queima, soltura, comercialização e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com estampido no Município de Arez, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AREZ, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida, no âmbito do Município de Arez, a utilização, queima, soltura, comercialização, armazenamento e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que produzam estampido ou qualquer tipo de poluição sonora excessiva. (VETADO)
Art. 2º A proibição prevista nesta Lei aplica-se a recintos fechados e ambientes abertos, em áreas públicas e privadas.
Art. 3º Fica permitida a utilização de fogos de vista, assim denominados aqueles que produzem efeitos visuais sem estampido, bem como os dispositivos pirotécnicos silenciosos.
Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I – advertência, na primeira ocorrência;
II – apreensão do material utilizado.
Art. 5º A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo dos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal.
Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arez/RN, 22 de junho de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Arez/RN

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:673C5D5E

GABINETE DO PREFEITO
MENSAGEM DE VETO N° 01/2026

MENSAGEM DE VETO Nº 01/2026

Arez/RN, 22 de junho de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arez, Ilustríssimos Senhores Vereadores e Senhora Vereadora,

Comunico a Vossa Excelência e aos nobres membros desta Casa Legislativa que, no uso da atribuição que me confere a Lei Orgânica do Município, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Autógrafo do Projeto de Lei nº 14/2026, que "Dispõe sobre a proibição da utilização, queima, soltura, comercialização e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com estampido no Município de Arez, e dá outras providências".
A proposição legislativa é de louvável iniciativa e busca atender a um anseio da nossa comunidade, protegendo a saúde de crianças, idosos, pessoas com sensibilidade auditiva e o bem-estar dos animais. Reconheço e parabenizo o elevado espírito público dos autores e dos parlamentares que aprovaram a matéria.
Contudo, após análise da Procuradoria do Município, identificou-se um vício de inconstitucionalidade formal que macula parte do texto, tornando o veto uma medida de prudência e responsabilidade para garantir a segurança jurídica da futura lei.
RAZÕES DO VETO
O veto parcial recai especificamente sobre os vocábulos "comercialização" e "armazenamento", contidos no caput do artigo 1º do referido projeto.
A justificativa para o veto assenta-se no fato de que a proibição da comercialização e do armazenamento de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos invade a competência legislativa privativa da União, estabelecida no art. 22, I, da Constituição Federal.
Conforme pacificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), notadamente no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.210.727, com repercussão geral, os municípios detêm competência para proibir a *soltura* e o *manuseio* de fogos ruidosos, com base em seu interesse local de proteger a saúde e o meio ambiente. Entretanto, essa competência não se estende à proibição do *comércio* desses produtos, cuja regulamentação cabe exclusivamente à União.
Sancionar o texto na íntegra seria permitir que a lei municipal nascesse com uma inconstitucionalidade manifesta, expondo-a a futuros questionamentos judiciais que poderiam invalidar toda a iniciativa.
Dessa forma, para preservar os meritórios objetivos do projeto e assegurar sua conformidade com a Constituição Federal, faz-se necessário o presente veto parcial. Com a supressão dos termos apontados, a lei poderá ser sancionada e entrar em vigor de forma plena e constitucionalmente válida, proibindo o uso, a queima e a soltura de fogos com estampido em nosso município.
Por todo o exposto, submeto o presente veto à elevada apreciação desta Egrégia Casa Legislativa, para as deliberações de sua competência.

Atenciosamente,

BERGSON IDUÍNO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Arez/RN

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:5AF182DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

A Prefeitura de Baia Formosa/RN realizará Chamamento Público nº 001/2026, tipo por maior pontuação, com envio das propostas em 02/07/2026 até 03/08/2026. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos através do e-mail: baiaformosa.cpl@gmail.com, ou no setor de Licitação da Prefeitura Municipal, das 8h:00min às 13h:00min

Objeto: Chamamento Público para Seleção de Organização da Sociedade Civil – OSC para execução integrada das ações de Educação, Assistência Social, Turismo e Meio Ambiente do Município de Baía Formosa/RN, em conformidade com a Lei nº 13.019/2014.

Propostas a partir de 02/07/2026.

Edital: Via e-mail: baiaformosa.cpl@gmail.com

Baia Formosa/RN, 01 de julho de 2026

JULIANA ALVES DE LIMA MACHADO
Presidente da Comissão de Seleção

Publicado por:
Juliana Alves de Lima
Código Identificador:22FC7322

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0102/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, nas importâncias abaixo mencionadas, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar da ***Conselho de Assessoramento 2026 – 1º semestre*** promovido pela Capitania dos Portos, no dia 25 de junho de 2026.
1. ALEXSANDRO MOREIRA – Secretário Municipal, matrícula 11509, Diária: R$ 120,00 (cento e vinte reais).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Baía Formosa/RN, 25 de junho de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:4FAD654C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 046/2026/GAB.

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

A CHEFE DE GABINETE MUNICIPAL DE BARAÚNA- RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida 01 **(uma) DIÁRIA** no valor de **R$1.2000,00** (um mil e duzentos reais), a senhora **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA,** matrícula nº 20370, ocupante do cargo/função **PREFEITA MUNICIPAL**, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento à Capital de Natal/RN, no no dia 01/07/2026, para participar de Evento dia D da Saúde e recebimento de veículo Unidade Odontológica Móvel.

Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 03/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 01 de julho de 2026.

KALYDJA ARISTÉIA DE OLIVEIRA FILGUEIRA
Chefe de Gabinete
Matricula:28924

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:E1D28BF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 047/2026/GAB.

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

A CHEFE DE GABINETE MUNICIPAL DE BARAÚNA- RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida 01 **(uma) DIÁRIA** no valor de **R$270,00** (duzentos e setenta reais), ao senhor **HUTSON LYAN DA COSTA VIANA,** matrícula nº 2957-2, ocupante do cargo/função **COORDENADOR GERAL DE CULTURA , CC3**, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento à Capital de Natal/RN, no dia 01/07/2026, para acompanhar a Prefeita Municipal em Evento dia D da Saúde e recebimento de veículo Unidade Odontológica Móvel.

Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 03/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 01 de Julho de 2026.

KALYDJA ARISTÉIA DE OLIVEIRA FILGUEIRA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:D33C9679

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 205, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Designar fiscal de contrato de Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de estrutura e equipamentos, incluindo transporte, instalação, montagem, desmontagem, manutenção e suporte técnico operacional, para atendimento das demandas institucionais do Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:
Art. 1º- Designar o senhor **ARTUR RAVANELLY DE SOUSA**, CPF: 118.xxx.xxx-30, para **FISCAL DE CONTRATO DE**

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS, INCLUINDO TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN. Referente a **TERMO DE CONTRATO N° 093/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22050001/2026.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 01 de julho de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:D458AC15

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22050001/2026

A Secretaria Municipal de Saúde consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA** Prefeita do Município de Baraúna/RN, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 22050001/2026 relativo à Dispensa de Licitação nº 012/2026 para solicitação de medidas administrativas pertinentes à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de estrutura e equipamentos, incluindo transporte, instalação, montagem, desmontagem, manutenção e suporte técnico operacional, para atendimento das demandas institucionais do Município de Baraúna/RN, junto à Pessoa Jurídica: **JR STUDIO LTDA – CNPJ: 16.556.049/0001-65,** com sede na Rua *São Sebastião, 326, Centro, Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, com fulcro no inciso II, art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra amparo no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento.

Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de disponibilização, de forma tempestiva e adequada, de estrutura e equipamentos indispensáveis à realização de eventos, reuniões, solenidades, ações institucionais, campanhas públicas, audiências, atividades administrativas e demais programações promovidas ou apoiadas pela Administração Municipal, para as quais se fazem necessários palanque, sistema de som de pequeno porte, cadeiras, mesas e som móvel.
A demanda decorre do fato de que o Município não dispõe, em quantidade suficiente e com padrão adequado de conservação e operacionalidade, de estrutura própria capaz de atender, com regularidade e eficiência, às necessidades decorrentes desses eventos e ações institucionais. Ainda que houvesse aquisição de parte desses itens, a manutenção de estrutura própria implicaria custos adicionais com transporte, armazenamento, montagem, desmontagem, conservação, reposição por desgaste, manutenção preventiva e corretiva, além de suporte operacional, o que, a depender da frequência e da variabilidade das demandas, pode se mostrar menos vantajoso do que a locação sob demanda.
A opção pela locação mostra-se mais adequada sob os aspectos da economicidade, eficiência e racionalização administrativa, uma vez que permite à Administração utilizar os itens apenas quando efetivamente necessários, em quantitativos compatíveis com cada evento, sem imobilização de recursos públicos na aquisição de bens de uso eventual ou intermitente. Além disso, a contratação possibilita maior flexibilidade operacional, considerando que as necessidades podem variar conforme o tipo, porte, local e duração de cada ação institucional.
A contratação também se revela necessária para assegurar condições mínimas de organização, acomodação, comunicação e apoio logístico aos eventos públicos e institucionais, contribuindo para a adequada execução das atividades administrativas e para o atendimento do interesse público. O palanque é necessário para solenidades, pronunciamentos e atos oficiais; o som de pequeno porte e o som móvel viabilizam a adequada difusão de comunicados, orientações e manifestações institucionais; e as cadeiras e mesas são essenciais para garantir a estrutura física mínima de recepção, acomodação e apoio às atividades promovidas.
Desse modo, a contratação pretendida atende a uma necessidade administrativa concreta e recorrente, sendo medida adequada para garantir a continuidade e a qualidade das ações institucionais do Município, com melhor aproveitamento dos recursos públicos e atendimento eficiente das demandas da Administração.

Face ao exposto, **DECLARO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores à contratação junto à Pessoa Jurídica: **JR STUDIO LTDA – CNPJ: 16.556.049/0001-65**, será no valor global estimado de **R$ 60.898,25 (sessenta mil oitocentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos)**, conforme os autos acostados a este processo.
Baraúna/RN, 01 de julho de 2026.

MARIA APARECIDA OLIVEIRA BEZERRA
Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:43CD0A9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22050001/2026

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostada aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica: **JR STUDIO LTDA – CNPJ: 16.556.049/0001-65**, no valor global de **R$ 60.898,25 (sessenta mil oitocentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos)** referente à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de estrutura e equipamentos, incluindo transporte, instalação, montagem, desmontagem, manutenção e suporte técnico operacional, para atendimento das demandas institucionais do Município de Baraúna/RN.

RATIFICO, a Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Sra. **Maria Aparecida Oliveira Bezerra**, Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 01 de julho de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:C045C7C0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PE 008/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Barcelona		
Município Barcelona		
Registro de Preços Eletrônico - 008/2026		
Resultado da Adjudicação		
Item: 0002 - ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL: VEÍCULOS EQUIPADOS COM AR CONDICIONADO, GABINETE SANITÁRIO, POLTRONAS RECLINÁVEIS, APOIO DE PÉS TIPO BALANCIN, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 42 PASSAGEIROS SENTADOS (ALÉM DO MOTORISTA), COM PORTA ADAPTADA E EQUIPAMENTO DE EMBARQUE E DESEMBARQUE QUE POSSIBILITE O ACESSO E A ACOMODAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COM SEGURANÇA, DEVENDO TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE FABRICAÇÃO, VEÍCULO QUE POSSA SER UTILIZADO EM PEQUENOS TRECHOS DE TERRA, SEM PREJUÍZO PARA SUA MOBILIDADE OU MANUTENIBILIDADE. MOTORISTAS E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA TODOS OS ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN - Valor Referência: R$ 15,50		
Fornecedor	Situação	Valor Total
AGILE LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI (13.313.081/0001-21)	Adjudicado em: 23/06/2026 - 16:42:20 - Por: Fabiano Lopes Pereira	903.000,00
FABIANO LOPES PEREIRA		
Autoridade Competente		

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:C1EC8227

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PE 008/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Barcelona			
Município Barcelona			
Registro de Preços Eletrônico - 008/2026			
Resultado da Homologação			
0002 - ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL: VEÍCULOS EQUIPADOS COM AR CONDICIONADO, GABINETE SANITÁRIO, POLTRONAS RECLINÁVEIS, APOIO DE PÉS TIPO BALANCIN, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 42 PASSAGEIROS SENTADOS (ALÉM DO MOTORISTA), COM PORTA ADAPTADA E EQUIPAMENTO DE EMBARQUE E DESEMBARQUE QUE POSSIBILITE O ACESSO E A ACOMODAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COM SEGURANÇA, DEVENDO TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE FABRICAÇÃO, VEÍCULO QUE POSSA SER UTILIZADO EM PEQUENOS TRECHOS DE TERRA, SEM PREJUÍZO PARA SUA MOBILIDADE OU MANUTENIBILIDADE. MOTORISTAS E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA TODOS OS ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN - N/C - Valor Referência: 15,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
AGILE LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	12,90	903.000,00	Homologado em 23/06/2026 16:42:27 Por: Fabiano Lopes Pereira

FABIANO LOPES PEREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:72587E80

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

Processo Administrativo: 501/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN.

CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA CNPJ nº 07.797.967/0001-95, com sede na rua R IZABEL A REDENTORA 2356 EDIF LOEWEN/ CENTRO / SAO JOSE DOS PINHAIS / PR / 83005-010.

Objeto: Aquisição de licença de uso do programa de computador "BANCO DE PREÇOS", registrado no INPI sob o nº BR512020000345-1, em sua Versão Plus 50, desenvolvido de forma única e exclusiva pela empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA (CNPJ nº 07.797.967/0001-95). A contratação visa atender a Prefeitura Municipal de Bento Fernandes, disponibilizando o direito a 50 cotações durante a vigência de 12 meses para cada um dos dois acessos contratados, incluindo perfis de acesso, suporte continuado e capacitação com certificação.

Valor Global: R$ **9.424,93** (Nove mil, quatrocentos e vinte quatro reais e noventa e três centavos).

Recursos Orçamentários:

Órgão:..... 02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:..... 02001 – SEC.MUN.ADMIN.PLANEJ.E FINANÇAS
Função:..... 04 – Administração
Subfunção:..... 122 – Administração Geral
Programa:.....0003 – MODERNIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO
Ação:.....2005 – Otimização das Atividades da Secretaria,
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Base Legal: Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, com fulcro nas justificativas técnicas e jurídicas constantes nos autos do processo de inexigibilidade.

Vigência contratual: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

Bento Fernandes/RN, 01 de Julho de 2026.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Gonzaga de Oliveira
Código Identificador:2FC6A905

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
NOTIFICAÇÃO - NK GRAFICA LTDA

NOTIFICAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN**, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Saúde, a Sra. **Rayane Deizy da Silva Queiroz Freitas**, vem **NOTIFICAR** a empresa **NK GRÁFICA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 27.310.961/0001-59**, situada à **Rua Doutor Pedro Velho, nº 121, A, Centro, Santo Antônio/RN, CEP: 59.255-000**, quanto ao descumprimento da entrega dos produtos constantes na **Ordem de Compra/Serviço nº 460/2026**, emitida em **16 de março de 2026**, referente ao **Processo nº 419/2026**, no valor total de **R$ 6.770,01**, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 20/2025**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**.
A referida ordem tem por objeto a **aquisição de materiais de comunicação visual e identificação para o Serviço de Especialidades em Saúde Bucal**, compreendendo banner em impressão digital, placa em aço escovado, placas em acrílico, placa de fachada externa/interna e placa para fachada com lona 380g, conforme especificações constantes na Ordem de Compra/Serviço nº 460/2026.
Registra-se que a Ordem de Compra/Serviço foi encaminhada à empresa por e-mail em **23 de março de 2026**, às **10h41**, tendo a empresa confirmado o recebimento na mesma data, às **15h17**, conforme documentação anexa.

Assim, fica a empresa **NK GRÁFICA LTDA** notificada para, querendo, apresentar defesa e **regularizar a pendência acima exposta**, promovendo a entrega integral dos itens constantes na Ordem de Compra/Serviço nº 460/2026, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de recebimento desta notificação.
A manifestação deverá ser dirigida à **Secretaria Municipal de Saúde de Boa Saúde/RN**, representada pela Sra. **Rayane Deizy da Silva Queiroz Freitas**, tendo em vista a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente quanto à inexecução contratual e ao descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da adoção das demais providências administrativas cabíveis.
Boa Saúde/RN, 30 de JUNHO de 2026.

JOILMA DA SILVA
Fiscal e Gestor de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde/fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Lowhan Gustavo Faustino da Silva
Código Identificador:EB5E5944

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 111, 01 DE JULHO DE 2026.

Portaria nº 111, 01 de julho de 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora **JOSSELMA JOSÉ DA SILVA DE OLIVEIRA**, matrícula nº **120124-7**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **01 de julho de 2026 a 01 de outubro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de **01 de julho de 2026**.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,01 de julho de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:761B0115

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 112, 01 DE JULHO DE 2026.

Portaria nº 112, 01 de julho de 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora **IZABEL CLÁUDIA DUARTE BEZERRA**, matrícula nº **120114-0**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **01 de julho de 2026 a 01 de outubro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de **01 de julho de 2026**.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,01 de julho de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:9A9DB704

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 113, 01 DE JULHO DE 2026.

Portaria nº 113, 01 de julho de 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora **VIRGÍNIA SUELI NUNES DA SILVA**, matrícula nº **121880-8**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **01 de julho de 2026 a 01 de outubro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de **01 de julho de 2026**.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,01 de julho de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:D2C58A77

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 114, 01 DE JULHO DE 2026.

Portaria nº 114, 01 de julho de 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora **SÔNIA MARIA RAFAEL DE SOUZA**, matrícula nº **120163-8**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **01 de julho de 2026 a 01 de outubro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de **01 de julho de 2026**.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,01 de julho de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:28BC9BAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 115, 01 DE JULHO DE 2026.

Portaria nº 115, 01 de julho de 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora **MARCIONE CRISTINA BEZERRA DOS SANTOS**, matrícula nº **120133-6**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **01 de julho de 2026 a 01 de outubro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de **01 de julho de 2026**.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,01 de julho de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:B4FE9461

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 116, 01 DE JULHO DE 2026.

Portaria nº 116, 01 de julho de 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora **ADRIANA AUGUSTO DE OLIVEIRA FREITAS**, matrícula nº **120093-3**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **01 de julho de 2026 a 01 de outubro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de **01 de julho de 2026**.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,01 de julho de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:B8EBDECE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 118, 01 DE JULHO DE 2026.

Portaria nº 118, 01 de julho de 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor **JOÃO BATISTA ALVES DOS REIS**, matrícula nº **121994-4**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **01 de julho de 2026 a 01 de outubro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de **01 de julho de 2026**.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,01 de julho de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:5C36A4A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DISPENSA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 17/2026

DISPENSA ELETRÔNICA nº 17/2026
Processo Administrativo n° 713 /2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COBERTURA SECURITÁRIA DE VEÍCULO NOVO PERTENCENTE À FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BODÓ/RN

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bodó, CNPJ: 01.612.374/0001-20, com Sede Administrativa na Rua Joel Assunção, 340, Centro, Bodó/RN, CEP: 59.528-000.
CONTRATADO(A): PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 61.198.164/0001-60
VALOR GLOBAL: R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)
BASE LEGAL: ART. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21.
Bodó/RN**,** 01 de julho de 2026.

HORISON JOSE DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:971BC677

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DISPENSA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 18/2026

DISPENSA ELETRÔNICA nº 18/2026
Processo Administrativo n° 716 /2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO REBOBINAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS DE BOMBAS SUBMERSAS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bodó, CNPJ: 01.612.374/0001-20, com Sede Administrativa na Rua Joel Assunção, 340, Centro, Bodó/RN, CEP: 59.528-000.
CONTRATADO(A): CAMPO EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 13.862.053/0001-63.
VALOR GLOBAL: R$ 25.043,34 (vinte e cinco mil, quarenta e três reais e trinta e quatro centavos)
BASE LEGAL: ART. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21.

Bodó/RN**,** 01 de julho de 2026.

HORISON JOSE DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:74968A31

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DISPENSA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 19/2026

DISPENSA ELETRÔNICA nº 19/2026
Processo Administrativo n° 762 /2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bodó, CNPJ: 01.612.374/0001-20, com Sede Administrativa na Rua Joel Assunção, 340, Centro, Bodó/RN, CEP: 59.528-000.
CONTRATADO(A): JARBAS ALBERI DE SOUZA - CNPJ nº 36.268.532/0001-51, Sitio Santa Rita, 230, CEP 59.390-000, Zona Rural, Lagoa Nova/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais)

BASE LEGAL: ART. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21.

Bodó/RN**,** 01 de julho de 2026.

HORISON JOSE DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:E2B8C655

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DISPENSA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 20/2026

DISPENSA ELETRÔNICA nº 20/2026
Processo Administrativo n° 762 /2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE GERADOS PELAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bodó, CNPJ: 01.612.374/0001-20, com Sede Administrativa na Rua Joel Assunção, 340, Centro, Bodó/RN, CEP: 59.528-000.
CONTRATADO(A): Cril Empreendimento Ambiental LTDA, CNPJ nº 09.234.399/0001-40, ROD PB 321, KM 2,6, CEP 58.895-000, Fazenda Marabá, Belém Do Brejo Do Cruz/PB
VALOR GLOBAL: R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)
BASE LEGAL: ART. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21.

Bodó/RN**,** 01 de julho de 2026.

HORISON JOSE DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:D63873AA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ/RN.
CNPJ Nº 01.612.374/0001-20.
R & L REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA
CNPJ: 34.834.634/0001-61

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 39/2025 cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados inerente a assessoria técnica e para área da educação visando o acompanhamento e monitoramento dos sistemas do fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE), orientando a equipe técnica da secretaria municipal de educação, de Bodó/RN, até o dia 04 de julho de 2027.

Fundamentação Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021

Bodó/RN, 01 de junho de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Medeiros Ferreira
Código Identificador:1F331E94

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ/RN.
CNPJ Nº 01.612.374/0001-20.
FORNECEDOR: NUCLEO GOV SOLUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.776.175/0001-89

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 36/2024 cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços

praticados pela Administração Pública, até o dia 07 de juLho de 2027.

Fundamentação Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021

Bodó/RN, 01 de junho de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Medeiros Ferreira
Código Identificador:C6F84BCA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 253 DE 01 DE JULHO 2026/GP

O Prefeito Municipal de Bodó/RN, no uso das atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar, o(a) Sr.(a) EROMILDO FIDELIS DA SILVA**,** inscrito(a) no CPF/MF sob nº. 036.###.###-33, do Cargo em Comissão de CC-2 – Diretor da Controladoria Jurídica, lotado(a) na Controladoria do Município.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Bodó RN, 01 de julho de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:7639F9F5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 254 DE 01 DE JULHO 2026/GP

O Prefeito Municipal de Bodó/RN, no uso das atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar, o(a) Sr.(a) JOSÉ JARDSON GALVÃO inscrito(a) no CPF/MF sob nº. ###.529.954-##, do Cargo em Comissão de Comissão CC-4 - Sub-Coordenadoria de Controle de Mudas, lotado(a) na Secretaria Municipal de Agricultura.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
Bodó RN, 01 de julho de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:FDCF0A82

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS - BJPREV
DECISÃO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA EFETIVA MARIA MARGARENTH LINS DA SILVA.

Processo n.º 001/2025 (Protocolo n.º 53/2025)
Requerente: MARIA MARGARENTH LINS DA SILVA
Assunto: Requerimento de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

DECISÃO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

Trata-se de requerimento de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição formulado pela servidora **MARIA MARGARENTH LINS DA SILVA**, matrícula nº 096/1, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais – ASG**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos do Município de Bom Jesus/RN.
O processo administrativo foi regularmente instruído com os documentos exigidos pela Resolução nº 008/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN, incluindo histórico funcional, certidões de tempo de contribuição, declarações obrigatórias e demais elementos necessários à análise do pedido.
Encaminhados os autos à Assessoria Jurídica do BJPREV, foi emitido o Parecer Jurídico nº 006/2026, assinado por RILLEN ROSSY ROCHA REGES, OAB/RN n.º 19.868, que concluiu pela legalidade da concessão do benefício, reconhecendo o preenchimento de todos os requisitos previstos no art. 21 da Lei Municipal nº 438/2021 e no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.
Conforme apurado nos autos, a servidora:
a) ingressou em cargo efetivo mediante concurso público em 07 de julho de 1997;
b) possui mais de 32 anos de tempo total de contribuição;
c) conta com mais de 20 anos de efetivo exercício no serviço público;
d) possui mais de 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;
e) implementou a idade mínima exigida pela legislação aplicável; e
f) cumpriu o pedágio previsto no inciso IV do art. 21 da Lei Municipal nº 438/2021.
O parecer jurídico concluiu, ainda, que a requerente faz jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com **proventos integrais e paridade**, nos termos do art. 21, §2º, inciso I, e §3º, inciso I, da Lei Municipal nº 438/2021, c/c art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005.
No tocante à composição dos proventos, verificou-se que, nos termos do art. 24 da Lei Municipal nº 438/2021, a remuneração do cargo efetivo para fins de aposentadoria corresponde ao vencimento básico acrescido das vantagens permanentes legalmente incorporáveis. Assim, integram os proventos da servidora:
o vencimento básico do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – ASG, com base na Lei nº 527 de 19 de janeiro de 2026; e
o Adicional por Tempo de Serviço – ADTS, na modalidade quinquênios, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento-base, em razão da implementação de 05 (cinco) quinquênios de efetivo exercício, nos termos dos arts. 103, IX, 110, alínea "e", e 111 da Lei Municipal nº 175/1997.
Dessa forma, os proventos serão concedidos com integralidade e reajustados em conformidade com a regra da paridade constitucional, observando-se a mesma data e os mesmos índices aplicados aos servidores em atividade, conforme dispõe a Lei n.º 530 de 26 de março de 2026, republicada no Diário Oficial dos Município em 26/06/2026 (Código Identificador:C0BC0BCE).
Ante o exposto, acolho integralmente o Parecer Jurídico nº 006/2026, por seus próprios fundamentos, e CONCEDO à servidora MARIA MARGARENTH LINS DA SILVA a APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais e paridade, com fundamento no art. 21, §2º, inciso I, e §3º, inciso I, da Lei Municipal nº 438/2021, c/c art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005.
Determino a elaboração da respectiva Portaria de Concessão, da planilha de cálculo dos proventos, bem como o encaminhamento dos autos ao Controle Interno e, posteriormente, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, para fins de apreciação e registro.
Cumpra-se.

Bom Jesus/RN, 01 de julho de 2026.

DANIEL SILVA PINHEIRO
Gerente de Previdência – BJPREV
Portaria n.º 038/2025 – SMG

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:76825CB6

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS - BJPREV
PORTARIA N.º 01 DE 1º DE JULHO DE 2026 DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N.º 01 DE 1º DE JULHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORIA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS - BJPREV, no uso de das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 364/2017, alterada pela Lei Complementar n.º 438/2021.
CONSIDERANDO o protocolo administrativo junto a este RPPS, requerendo o benefício de Aposentadoria por idade e tempo de contribuição pela Servidora Pública Municipal, **MARIA MARGARETH LINS DA SILVA**, admitida em 07 de julho de 1997, investida no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, inscrita na matrícula n.º 096, laborando com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;
CONSIDERANDO as disposições do art. 21, § 2º da Lei Municipal n.º 438, de 29 de dezembro de 2021, bem como o artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003;
CONSIDERANDO a instrução do Processo Administrativo Previdenciário **n.º 001/2025 (Protocolo n.º 53/2025)**, e o respectivo Parecer da Assessoria Jurídica pugnando pela concessão do benefício;
Art. 1º Conceder **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais e paridade,** à servidora **MARIA MARGARETH LINS DA SILVA**, matrícula nº 096, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais – ASG,** inscrita no CPF nº XXX.553.814-XX, PASEP nº 1.705.280.260-6, nascida em 01 de maio de 1965, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos do Município de Bom Jesus/RN, nos termos do **art. 21, caput, § 2º, inciso I, e § 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 438, de 29 de dezembro de 2021, c/c o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,** observado o vencimento básico do cargo vigente na data da concessão, conforme a Lei Municipal nº 527/2026, acrescido das seguintes vantagens:
I – ADTS correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), incorporado aos proventos, nos termos do art. 24 da Lei Orgânica do Município de Bom Jesus/RN c/c os arts. 103, inciso IX, 110, alínea "e", e 111 da Lei Municipal nº 175/1997.
Parágrafo único. Os proventos corresponderão à totalidade da remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observada a integralidade e a paridade constitucionalmente asseguradas, nos termos do art. 21, § 2º, inciso I, e § 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 438/2021.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **1º de julho de 2026**.

Bom Jesus/RN, 1º de julho de 2026.

DANIEL SILVA PINHEIRO
Gerente de Previdência
Portaria n. 38/2025 - SMG

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:24A824C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 174/2026–SMG DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS O SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 174/2026–SMG

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS O SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, inciso II, alínea "g" da Lei Orgânica do Município, concomitante com o art. 83 da Lei nº 176/97 - Regime Jurídico do Servidor Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o gozo de férias o servidor efetivo **SERGIO DIONÍZIO SILVA FILHO,** matrícula nº0563935, portador do CPF nº XXX.225.734-XX, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 15 dias relativos ao período aquisitivo de 2024, contados a partir do dia 02/07/2026 a 16/07/2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 01 de julho de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:CB09C5C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 175/2026–SMG DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS O SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 175/2026–SMG

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS O SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, inciso II, alínea "g" da Lei Orgânica do Município, concomitante com o art. 83 da Lei nº 176/97 - Regime Jurídico do Servidor Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o gozo de férias o servidor efetivo **GILVANI ALMEIDA DE MELO,** matrícula nº0566519, portador do CPF nº XXX.358.104-XX, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 dias relativos ao período aquisitivo de 2025, contados a partir do dia 03/07/2026 a 01/08/2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 01 de julho de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:724A5F01

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 412/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 412/2026 de 01 de julho de 2026.

PRORROGA O PRAZO DE ADESÃO AO *PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 896 DE 14 DE MAIO DE 2026.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO /RN, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a Lei Complementar nº 896 de 14 de maio de 2026, no art. 1º determina o prazo para a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS,

Considerando que ao Município é facultada a prorrogação de tal prazo, mediante Decreto do Poder Executivo, por força do disposto no art. 1º.

Considerando, por fim, que a dilasão de prazo ao Programa acima citado atende ao interesse público, por conceder aos contribuintes do Município prazo maior para a negociação de seus débitos junto à Fazenda Pública.

Decreta:

Art. 1º O prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, previsto no do art. 1º fica prorrogado até o dia 30 de outubro de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:680AD600

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 144/2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 171/2025, que havia designado a servidora **IONARA CELESTE LEOCÁDIO DE ARAÚJO NUNES**, portadora do CPF de n° ***. 702.704 -**, como **DIRETORA DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Caiçara do Rio do Vento/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 01 de julho de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:C9B37F32

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 145/2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Ordinária Municipal n° 540/2025 de 01 de fevereiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. **EVELYN CAMILLY DE LIMA PIRES**, portadora do CPF de n° ***.202.404-**, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, lotada no Gabinete da Prefeita do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 01 de julho de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:555A38CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 031/2026
Ref. Processo Licitatório SMSC/RN nº 2026.05.19.0091

O **MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**, através da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, designada por meio da Portaria nº 122/2026, no uso de suas atribuições legais, vem PUBLICAR a abertura do **Processo Licitatório SMSC/RN nº 2026.05.19.0091,** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 031/2026**, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CURATIVOS E MATERIAL DE COBERTURA. Edital disponível no Endereço: Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Homero Alves, s/n, Conj. Vila do Príncipe, Caicó/RN, CEP: 59.300-000 – ou <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Data de incio das Propostas: a partir de 02/07/2026 às 08h00 exclusivamente através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Abertura da sessão pública: 14/07/2026 às 08h01. Informações Gerais: Acessar o site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou <https://caico.rn.gov.br/licitacao.php> para retirar o edital.

Caicó/ RN, 01 de julho de 2026

FRANCISCO PEREIRA DE ARAÚJO NETO
Agente de Contratação/ Pregoeiro

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:A7B75CB2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 018/2026 - INEX. 031/2026

PROC. LICITATÓRIO SMSC/RN N° 2026.04.23.0050
INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: **Credenciamento de Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, com valores obtidos com remuneração através da Tabela SUS e Tabela Diferenciada fixada pelo Município, para prestação de serviços especializados de Média Complexidade, tais como: Ultrassonografias Simples e de Fluxo Obstétrico com Doplller Colorido; Ecodoplller Venoso dos Membros Inferiores e Superiores; Eletroneuromiografias; Exames de Anatomia Patológica Ambulatorial e Hospitalar e Imunohistoquímica; Consultas Especializadas em Urologia, Endocrinologia, Angiologia, Endocrinologia, Angiologia, Ortopedia, Gastroenterologia, Ginecologia, Oncologia, Cardiologia, Reumatologia, Psiquiatria, Dermatologia e outras especialidades que venham a ser necessárias; além de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas diversos.**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 018/2026

De acordo.

Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Geral deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, o **Credenciamento de Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, com valores obtidos com remuneração através da Tabela SUS e Tabela Diferenciada fixada pelo Município, para prestação de serviços especializados de Média Complexidade, tais como: Ultrassonografias Simples e de Fluxo Obstétrico com Doplller Colorido; Ecodoplller Venoso dos Membros Inferiores e Superiores; Eletroneuromiografias; Exames de Anatomia Patológica Ambulatorial e Hospitalar e Imunohistoquímica; Consultas Especializadas em Urologia, Endocrinologia, Angiologia, Endocrinologia, Angiologia, Ortopedia, Gastroenterologia, Ginecologia, Oncologia, Cardiologia, Reumatologia, Psiquiatria, Dermatologia e outras especialidades que venham a ser necessárias; além de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas diversos,** junto a **Empresa CENTRO DE CITOPATOLOGIA GINECOLÓGICA E MAMÁRIA LTDA, CNPJ Nº 04.547.167/0001-28,** com o valor estimado anual de R$ 2.132.856,00 (dois milhões cento e trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e seis reais). Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/21, **RATIFICO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no 74, IV, da Lei nº 14.133/21, e, em consequência, determino o credenciamento da **CENTRO DE CITOPATOLOGIA GINECOLÓGICA E MAMÁRIA LTDA, CNPJ Nº 04.547.167/0001-28.**

Caicó/RN, 01 de julho de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:FBD68DE1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 340 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com o Ofício n° 345/2026 - GP;

R E S O L V E:

Art. 1° - **LOTAR** na Secretaria Municipal de Saúde, a funcionária **ANNY HELLEN ALBINO DANTAS**, Médica, matrícula nº 43.932-1, cedida a este Município, conforme Cessão entre os Municípios de Natal/RN e Caicó/RN, com vigência de 01(um) ano, com ônus para o orgão cessionário.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 01 de julho de 2026.

ANTONIO DANTAS NETO
Prefeito Em Exercício

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:D3700148

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 013, DE 18 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a regulamentação da Agenda Transversal Criança e Adolescente no âmbito do Município de Campo Redondo/RN, em consonância com o Plano Plurianual – PPA vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) e nas normativas que asseguram a proteção integral e a prioridade absoluta às crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a integração das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual – PPA do Município, sobretudo aquelas relacionadas a Agenda Transversal.

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída e regulamentada a Agenda Transversal Criança e Adolescente do Município de Campo Redondo/RN, instrumento de planejamento, monitoramento e integração das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Art. 2º A Agenda Transversal Criança e Adolescente tem como objetivo geral: promover o desenvolvimento integral, a proteção social, o acesso universal aos serviços públicos essenciais e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da articulação intersetorial das políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social.

CAPÍTULO II
DOS ATRIBUTOS, INDICADORES E METAS

Art. 3º A Agenda Transversal Criança e Adolescente será composta pelos seguintes atributos, indicadores e metas:

I – EDUCAÇÃO
Atributo: Expansão do acesso, garantia da permanência e promoção do êxito escolar de crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino.
Indicador: Proporção de estudantes com registro de frequência igual ou superior a 85%.
Meta: Assegurar que, até o término da vigência do PPA, pelo menos 95% dos estudantes acompanhados pela rede municipal apresentem frequência mínima de 85%.

II – SAÚDE Atributo: Consolidação e aprimoramento da atenção integral à saúde da criança e do adolescente, com foco na prevenção, promoção e proteção da saúde no âmbito da rede municipal.
Indicador: Percentual de cobertura vacinal de crianças menores de 5 anos, conforme o calendário básico de imunização preconizado pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI).
Meta: Garantir, durante toda a vigência do PPA, a manutenção de cobertura vacinal igual ou superior a 95% entre crianças menores de 5 anos.

III – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atributo: Ampliação da proteção social e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por meio da oferta qualificada de serviços socioassistenciais no âmbito da rede municipal.
Indicador: Quantitativo de crianças e adolescentes inseridos e acompanhados pelos serviços da Proteção Social Básica, com destaque para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
Meta: Elevar em 20% o número de crianças e adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais até o término da vigência do PPA.

CAPÍTULO III
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 4º Compete às Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social promover o acompanhamento dos indicadores e metas previstos neste Decreto, elaborando relatórios anuais de monitoramento.

Art. 5º Os resultados da Agenda Transversal Criança e Adolescente deverão subsidiar os processos de revisão do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA poderá acompanhar a execução da Agenda Transversal Criança e Adolescente, contribuindo com recomendações para o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º As ações previstas neste Decreto serão executadas observando-se as dotações orçamentárias próprias e os recursos provenientes de transferências estaduais e federais destinados às políticas públicas voltadas à infância e adolescência.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo "JOSÉ ALBERANY DE SOUZA", em 18 de junho de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:52681D5F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 703, DE 01 DE JULHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), SEBASTIÃO AMÂNCIO SOBRINHO (BASTO MANSO), LOCALIZADA NO CONJUNTO HABITACIONAL LAURO MAIA, NA RUA DAS EMBURANAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO – RN.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO**, Estado do Rio Grande do Norte, **Renam Luiz de Alencar Carvalho**, no uso das suas atribuições legais, faz saber que, atendendo a projeto de lei de iniciativa do **VEREADOR R EDMILSON MORENO DA SILVA** a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**, aprovou e EU, nos termos da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1° Fica denominada UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SEBASTIÃO AMÂNCIO SOBRINHO (BASTO MANSO), situada na Rua das Emburanas, Conjunto Lauro Maia, zona urbana deste município.

Art. 2º O poder Executivo Municipal, providenciará a fixação de placas indicativas e alusiva no local.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo/RN, Centro Administrativo "Dr. José Alberany de Souza", em 01 de julho de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:CEA49B6B

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 704, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Denomina de "Praça Celso Dantas da Silva" o canteiro Leste e de "Praça Marina Lucena Barbosa" o setor Oeste da praça pública em construção localizada na Rua Vivaldo Pereira, no Município de Campo Redondo/RN, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO**, Estado do Rio Grande do Norte, **Renam Luiz de Alencar Carvalho**, no uso das suas atribuições legais, faz saber que atendendo a projeto de lei de iniciativa da **VEREADORA JADNA FERREIRA CELESTINO SILVA, E COM EMENDA, DOS VEREADORES DERIK BEZERRA ARAUJO DE SOUZA e EDUARDO MANOEL DE LIMA** a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**, aprovou e EU, nos termos da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam consolidadas as seguintes denominações oficiais para os complexos espaciais da praça pública em construção localizada na Rua Vivaldo Pereira, no Município de Campo Redondo/RN, com efeitos jurídicos e administrativos a partir da sua finalização e entrega oficial:

I – O canteiro situado ao lado Leste fica denominado "Praça Celso Dantas da Silva".
II – O canteiro situado ao lado Oeste fica denominado "Praça Marina Lucena Barbosa".

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à instalação das placas indicativas correspondentes, contendo as denominações estabelecidas por esta Lei,

conforme os critérios de planejamento e sinalização urbana vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo, suplementadas se necessário, em estrita observância à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo/RN, Centro Administrativo "Dr. José Alberany de Souza", em 01 de julho de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:212AC3B8

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 705, DE 01 DE JULHO DE 2026.

DENOMINA A PRAÇA DE LAZER E SAÚDE LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE LAGOA DO MEIO DE PRAÇA JOSÉ BRILHANTE SEGUNDO (ZUZA BRILHANTE).

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO**, Estado do Rio Grande do Norte, **Renam Luiz de Alencar Carvalho**, no uso das suas atribuições legais, faz saber que atendendo a projeto de lei de iniciativa do **VEREADOR MANOEL NORBERTO DA COSTA NETO,** a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**, aprovou e EU, nos termos da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada Praça de Lazer e Saúde, localizada na comunidade de Lagoa
do Meio, como "PRAÇA JOSÉ BRILHANTE SEGUNDO (ZUZA BRILHANTE)".

Art. 2º A denominação de que trata o artigo anterior presta homenagem ao Sr. JOSÉ
BRILHANTE SEGUNDO (ZUZA BRILHANTE), por sua relevante contribuição à comunidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo/RN, Centro Administrativo "Dr. José Alberany de Souza", em 01 de julho de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:D6673DFF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 49, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, o servidor ALUISIO ELOI RODRIGUES JUNIOR, CPF n° 056.XXX.XXX-93, das funções de PREGOEIRO e de AGENTE DE CONTRATAÇÃO do Município de Campo Redondo/RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo "JOSÉ ALBERANY DE SOUZA", em 30 de junho de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:5D1CACC8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129/2026

Designa Pregoeiro, Agente de Contratação e Comissão de Contratação para conduzir os atos das licitações e contratações municipais lastreados na Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor WHASTERVAL RAMIRO COELHO, CPF n° 032.XXX.XXX-95, servidor efetivo municipal, para exercer as funções de PREGOEIRO e de AGENTE DE CONTRATAÇÃO do Município de Campo Redondo/RN, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 2º Designa-se os servidores ALUISIO ELOI RODRIGUES JUNIOR, HEITOR DE LIMA SOUZA e ENNIO RAFAEL PACHECO DA COSTA, para exercerem as funções atinentes à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021, nos limites daquela Lei.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no *caput* deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação no desempenho de suas atribuições, em conjunto ou isoladamente.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e da Comissão de Contratação a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame, especialmente aquelas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

§1° O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação poderão contar com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021.

§2º O Agente de Contratação convocará os membros da Comissão de Contratação quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais, nos limites legais.

§3º O Agente de Contratação e/ou a Comissão de Contratação poderá convocar servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo "JOSÉ ALBERANY DE SOUZA", em 01 de julho de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:F210F658

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 171/2026-GP

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de licença maternidade a servidora municipal e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÚBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO que o Art. 39, § 3º c/c Art.7º, XVIII, da CF/88 assegura a todo trabalhador e servidor público o direito a gozo de licença maternidade,

CONSIDERANDO que as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, inclusive com repercussão geral, reconheceram categoricamente não haver distinção entre servidores para fins das garantias sociais preconizadas na CF/88, especialmente no artigo 7º. *Vide: Recurso Extraordinário RE 650898 e RE nº 570908*,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.298, de 23 de março de 2021, que dispôs acerca da ampliação da licença-maternidade para servidoras públicas municipais,

R E S O L V E:
Art. 1º Conceder a servidora municipal, Sra. **MAIRA REVANARIA BRITO E SOUZA**, servidora pública, ocupante do cargo de **PROFESSORA** com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a **licença gestante,** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, contadas a partir de **26 de junho de 2026** a **22 de dezembro de 2026**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos até o dia 26/06/2026.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 01 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:6F6A9D83

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4836/2026
A Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrito no CNPJ sob o n° 08.088.254/0001-15, com sede Av. Juvenal Lamartine, 200, Centro, Carnaúba dos Dantas/RN, por intermédio da sua Agente de Contratação, designada pela Portaria n° 175/2026, torna público que realizará Dispensa de Licitação, na hipótese do Art. 75, II, nos termos da Lei n° 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, e para tanto manifesta interesse em obter propostas de eventuais interessados, visando à escolha da proposta mais vantajosa para a AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE DE MOTOR BOMBA A VÁCUO DE 10 CV, MARCA INCOMAGRI OU EQUIVALENTE, DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN.
O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa de Licitação deverá ser EXCLUSIVAMENTE através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, nos horários indicados a seguir:
1 – Início para recebimento das propostas: 08:00h, de 02/07/2026.
2 – Data e hora de término para recebimento das propostas: às 08:00h, do dia 07/07/2026.
3 – Solicitações de esclarecimentos de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados a presente Dispensa de Licitação deverão ser efetuadas pelos interessados em participar do certame, através do através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
Carnaúba dos Dantas/RN, 01 de julho de 2026.

MARIA DA PAZ DANTAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:EB66B0AE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

TERMO DE DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026
O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, por intermédio da Pregoeira e Equipe de Apoio, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Eletrônico nº 19/2026, do tipo Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e mobiliários destinados à implantação de Sala Sensorial Completa, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, no valor total estimado de R$ 634.760,00 (seiscentos e trinta e quatro mil, setecentos e sessenta reais), teve sua sessão pública encerrada em 01 de julho de 2026, sendo o certame declarado FRACASSADO, tendo em vista a inabilitação e/ou desclassificação de todas as empresas licitantes participantes.
A declaração de fracasso fundamenta-se nos seguintes fatos, registrados em ata do processo licitatório:
• J D N JUNIOR LTDA, CNPJ nº 15.300.246/0001-56 – inabilitada em 08/06/2026, por não apresentação do Balanço Patrimonial completo dentro do prazo da diligência instaurada;
• MF COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 35.628.379/0001-63 – inabilitada em 15/06/2026, por não apresentação do catálogo técnico do item ofertado;
• FELIPE WILKE TEIXEIRA DE CAMARGO MARCENARIA E SERRALHERIA LTDA, CNPJ nº 52.133.341/0001-39 – desclassificada em 25/05/2026, por não atendimento à diligência regularmente instaurada;
• 51.543.641 DANDARAH KATARINE RODRIGUES DE LUNA FREIRE, CNPJ nº 51.543.641/0001-23 – desclassificada em 01/07/2026, conforme Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Educação.
Diante da inabilitação e/ou desclassificação de todas as propostas apresentadas, e inexistindo licitante remanescente apto a ser convocado, a sessão pública foi finalizada e o certame declarado FRACASSADO, em conformidade com os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.
O Município dará prosseguimento aos atos administrativos cabíveis, podendo, a seu critério, republicar o certame ou adotar outras providências previstas na legislação vigente, visando ao atendimento da necessidade da Administração.

Carnaúba dos Dantas/RN, 01 de julho de 2026.

MARIA LUIZA DE MEDEIROS DANTAS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:821DE1C5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
VISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 004/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO N.º 004/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026

A Agente de Contratação, Portaria 175/2026, da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.254/0001-15, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS EXECUTIVO, MICRO -ÔNIBUS E VAN, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação a partir do dia 02 de julho 2026, nos horários das 7h às 12h e 13h às 16h. O Credenciamento ficará em aberto até dia 31 de dezembro de 2026. O edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no e-mail: licitacao@carnaubadosdantas.rn.gov.br e site municipal www.carnaubadosdantas.rn.gov.br.

01 de Julho de 2026.
MARIA DA PAZ DANTAS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:BC66AF21

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 094/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 01 de julho de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. LUIS EDUARDO DANTAS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Secretário Municipal de Saúde, **cinco diárias**, na importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Porto Alegre/RS, entre os dias 11 a 16 de julho de 2026, para participar do XXXIX CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (CONASEMS).

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:0E87D47C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 585/2026 - GP, DE 01 DE JULHO DE 2026

"Designa Fiscal de contrato de Licitação e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **GEOVANE DANTAS DE MACEDO**, inscrito no CPF: ***.704.504-**, Fiscal do **CONTRATO 117/2025**, referente à LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DE GALPÃO PARA COLETA SELETIVA, com vigência de 27/07/2026 a 27/07/2027.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 01 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:3EF3044B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 591/2026-GP, 01 DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre vacância de cargo efetivo, em razão de posse em outro cargo inacumulável."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN**, usando das suas atribuições que lhes são conferidas no artigo 58, inciso V da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado na Secretaria de Administração e Planejamento em 29 de junho de 2026;

CONSIDERANDO a nomeação em caráter efetivo de Marcosuel Teixeira da Silva, para o cargo de Técnico em Enfermagem da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) do Rio Grande do Norte, publicada no Diário Oficial do Estado do RN, edição de Nº 16.162, de 29 de maio de 2026, Anexo II da página 05;

RESOLVE:
Art. 1º Declarar a **VACÂNCIA** do cargo de VIGILANTE ocupado pelo servidor efetivo **MARCOSUEL TEIXEIRA DA SILVA**, matrícula nº 1167, lotado na Secretaria de Saúde desse município, por motivo de posse em outro cargo inacumulável.

Art. 2º A vacância de que trata o art. 1º desta Portaria, será pelo prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido do servidor, a partir do dia 24 de junho de 2026, data da posse no novo cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efetivos retroativos a 24/06/2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 01 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:95E6C73E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 592/2026 - GP, DE 01 DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de licença prêmio a Servidores Municipais".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Carnaúba dos Dantas/RN,
CONSIDERANDO a Art. 108 e Art. 109 do Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas.
CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 05/06/2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a Servidora **FLÁVIA MARIA DANTAS**, matrícula nº 89, ocupante do cargo efetivo de Gari, uma Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses – no período de 06/06/2026 a 04/09/2026, referente ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 06/06/2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 01 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:E228C539

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 117/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 117/2025
TERMO ADITIVO N° 001

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 117/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN E LUIS FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS NA FORMA QUE SEGUE.

MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Juvenal Lamartine, 200, Centro Administrativo, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.088.254/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor
KLEYTONMEDEIROSDANTAS,inscritonoCPF:091.640.884-13,brasileiro,casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Justino Dantas 77, centro, Carnaúba dos Dantas/RN, doravante denominada CONTRATANTE, e a pessoa física LUIS FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS, inscrito(a) no CPF sob o nº 706.427.034-00, doravante denominada CONTRATADA, CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 14.133/21, e suas alterações, CONSIDERANDO, ao final, autorização expressa da Autoridade Superior, DECIDIRAM celebrar o Termo Aditivo n° 001, ao Contrato Administrativo nº 117/2025, celebrado em 28/07/2025, referente ao aditivo de prazo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto aditivo de prazo ao Contrato Administrativo nº 117/2025, que tem como objeto prestação de serviço de Locação de imóvel para funcionamento de Galpão para Coleta Seletiva, contratado através da InexigibilidadeNº30/2025, na forma da Lei Federal nº 14.133/21 art. 107, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
2.1. O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 117/2025, devendo o presente termo ter sua vigência a partir da data de 27 de julho de 2026 a 27 de julho de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. Para custear as despesas com o presente termo aditivo, o Município utilizará recursos alocados na Dotação Orçamentária prevista no contrato originário.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. São mantidas as demais Cláusulas do Contrato Nº 117/2025, desde que não contrariadas pelo presente Termo.
4.2. Estando justos e acordados, assinam o presente termo os representantes legais das partes contratantes, em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
5.1. O Contratante providenciará a publicação na Imprensa Oficial do extrato deste Termo Aditivo, de acordo com o parágrafo único da lei 14.133/21, com vistas a conferir eficácia ao presente ato.
Carnaúba dos Dantas/RN, 01 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal
Contratante

LUIS FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS
Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:0FAC9BF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 586/2026-GP, DE 01 DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 18/06/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **JOSÉ FERNANDES DANTAS JUNIOR** matrícula nº 18284, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, da Unidade Básica de Saúde II "Parteira Elita Dantas", gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 06/07/2026 a 25/07/2026, correspondente ao período aquisitivo 02/09/2024 a 01/09/2025.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 01 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:DE20E40C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 587/2026-GP, DE 01 DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 08/06/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **LUANA SANTOS DINIZ** matrícula nº 18373, ocupante do cargo efetivo de Educador Físico Bacharel, do Centro Municipal de Saúde Dr. Odilon Guedes, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 06/07/2026 a 04/08/2026, correspondente ao período aquisitivo 03/02/2025 a 02/02/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 01 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:27E19DCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 588/2026-GP, DE 01 DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 08/06/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **LEONARA CARLA DE ARAUJO PEREIRA** matrícula nº 18170, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, do Centro Municipal de Saúde Dr. Odilon Guedes, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 08/07/2026 a 06/08/2026, correspondente ao período aquisitivo 05/07/2025 a 04/07/2026.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 01 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:BEB28F98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 589/2026-GP, DE 01 DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 18/06/2026.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **RENAM FELLIPE DA SILVEIRA MUNIZ** matrícula nº 18157, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico Bioquímico, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 08/07/2026 a 22/07/2026, correspondente ao período aquisitivo 05/07/2024 a 04/07/2025.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 01 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:3B76218E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 590/2026-GP, DE 01 DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 26/06/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **HELENA ROCHA** matrícula nº 1126, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/07/2026 a 30/07/2026, correspondente ao período aquisitivo 28/04/2025 a 27/04/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 01 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:A8B0E869

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 576/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-

GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. ANA LETÍCIA DANTAS SILVA DE MEDEIROS, matrícula: 18337, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Secretária Adjunta de Saúde Pública, **cinco diárias**, na importância de R$ 2.000,00 (dois mil), no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Porto Alegre/RS, para participar do XXXIX CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (CONASEMS), entre os dias 11/07/2026 a 16/07/2026.

Art. 2° - A servidora beneficiária de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:5989D073

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 577/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:
RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, meia diária, na importância de R$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Campina Grande/PB, realizando o transporte de paciente para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, no dia 27/06/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:B9D14028

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 578/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, meia diária, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 29/06/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:21C5B67D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 579/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 29/06/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:1E7DFA8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 580/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. ALYSSON EMANUEL FELIPE DOS SANTOS, matrícula: 18398, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, meia diária, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Especializado em Reabilitação – CER III, no dia 30/06/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:77CC9A85

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORT. DE DIÁRIA Nº 581/2026 – SMS

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. VICENTE PAULO DANTAS, matrícula: 18364, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para a Clínica Pedro Cavalcanti, no dia 30/06/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:D5D0A163

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
***REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO* - PORT. DE DIÁRIA Nº 575/2026**

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 011/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. JOSÉ DE MOURA DANTAS, matrícula: 18449, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Caicó/RN, realizando o transporte de paciente para o Centro Médico Tiago Dias, no dia 29/06/2026.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

LUÍS EDUARDO DANTAS
Gestor do Fundo de Saúde
Matrícula Nº 18325

Publicado por:
Maria Eugênia Dantas
Código Identificador:24D5DB86

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº46/2026 DE 2 DE JULHO DE 2026-10ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº**46/2026** – SMS/CEARÁ-MIRIM

Convoca os candidatos aprovados para apresentação de documentação e providências para contratação temporária.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEARÁ-MIRIM/RN, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, destinado à formação de cadastro de reserva;
CONSIDERANDO o contido na Portaria nº 21/2026 – SMS/CEARÁ-MIRIM, que justificou a necessidade administrativa de convocação de candidatos aprovados;

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Ficam convocados nesta 10ª Chamada os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, constantes do ANEXO ÚNICO desta Portaria, para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN, localizado na Rua Heráclito Vilar, nº 700, Centro, Ceará-Mirim/RN, no prazo de 02 (dois) dias úteis, das 08h00 às 14h00, para fins de habilitação, apresentação da documentação exigida e adoção das providências necessárias à contratação temporária.

Art. 2º Os candidatos convocados deverão apresentar:
I – Documento de identidade (RG) e CPF;
II – Comprovante de residência atualizado;
III – comprovante de escolaridade compatível com a função;
IV – Registro no conselho profissional competente, quando exigido;
V – Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
VI – Comprovante de quitação com as obrigações militares, para candidatos do sexo masculino;
VII – demais documentos exigidos no edital e os eventualmente solicitados pela Administração para formalização da contratação.

Art. 3º O não comparecimento no prazo assinalado, a ausência de documentação completa, a incompatibilidade documental, a inautenticidade dos documentos, a inveracidade das informações prestadas ou a recusa em formalizar a contratação implicará eliminação do certame, facultando-se à Administração convocar o candidato subsequente, observada a ordem de classificação.

Art. 4º A presente convocação decorre de necessidade temporária de excepcional interesse público devidamente justificada, não alterando a natureza do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 como cadastro de reserva.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ceará-Mirim/RN, 02 de julho de 2026.

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde

Anexo I

LISTA DOS CANDIDATOS CONVOCADOS NA 10ª CHAMADA

Nº	Nome completo	Data Nas.	Função
1	MARIA MADALENA VITALIANO DA COSTA	08/10/1980	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H
2	RODRIGO OLIVEIRA DE CARVALHO	30/12/1981	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H
3	ALDONEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO	17/04/1990	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H
4	JULIANA MATIAS DA SILVA	16/02/1996	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H
5	IARA RODRIGUES DE SOUZA	28/06/1967	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H
6	LENILDA CRUZ DOS SANTOS	23/08/1969	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H
7	EDUARDO HENRIQUE DANTAS TORRES	15/12/1971	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H
8	MARIA JOSÉ OLIVEIRA LOPES DOS SANTOS	06/01/1973	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H
9	ANA BEATRIZ DE FARIAS BRITO	14/05/1992	CARGO - ENFERMEIRO 40H

Ceará-Mirim/RN,02 de julho de 2026.

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Flavio Henrique Alves da Silva
Código Identificador:34BCE197

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - PORTARIA – Nº 45/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA – Nº 45/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026.

A Secretária Municipal de Saúde de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de maio de 2021.

R E S O L V E:
Art. 1º Conceder à servidora **MARIA FRANCISCA ESTEVAM DE MORAIS**, ocupante do cargo de Lavadeira, matrícula nº 081280-1, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio referente ao 1º Período;

Art. 2º O período da referida licença fluirá a contar de **01 de julho de 2026** até **28 de setembro de 2026;**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Saúde, em Ceará Mirim/RN, 01 de julho de 2026

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO ***

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Flavio Henrique Alves da Silva
Código Identificador:D998889B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1902 DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA N. º 1902 DE 01 DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºExonerarCintia Faria Maia, ocupante do cargo de provimento em comissão deDiretora Geral de Saúde, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 01 de julho de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8052FB82

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1903 DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA N. º 1903 DE 01 DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºNomearLuciana Carreras Simões, para ocupar o cargo de provimento em comissão deDiretora Geral de Saúde, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 01 de julho de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D9DB69B2

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 42 DE 01 DE JULHO DE 2026

PORTARIA N.º 42 DE 01 DE JULHO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 9.856-2026 – APV, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no Art. 138, I a V, §§ 1º a 3º, da da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.º 2.169/2022
RESOLVE:
Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade à segurada DARIENE DE MELO GOMES, portadora da Cédula de Identidade n.º ***.714.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF sob o n.º ***.259.13*-**, lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo efetivo de Professora Nível Pós Graduada, Nível 2, Classe J, sob a Matrícula n.º 0076393-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:
I - vencimento base do cargo efetivo;
II - 31 (trinta e um) anuênios correspondentes a 31% (trinta e um por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;
III - Título de Formação, no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 17, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1.460/2005, e Portaria n.º 1.801, de 08 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/10/2024, Edição 3389;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Thiago Alexandre Viana da Silva
Código Identificador:7B8815E8

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 43 DE 01 DE JULHO DE 2026

PORTARIA N.º 43 DE 01 DE JULHO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 9.090-2026 – APV, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no Art. 137 da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.º 2.169/2022.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade à segurada EDNEIDE PEREIRA DE ARAUJO, portadora da Cédula de Identidade n.º ***.130.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF sob o n.º ***.123.35*-**, lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo efetivo de Professora Nível Pós Graduada, Nível 2, Classe I, sob a Matrícula n.º 0077910-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:
I - vencimento base do cargo efetivo;
II - 26 (vinte e seis) anuênios correspondentes a 26% (vinte e seis por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;
III - Título de Formação, no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 17, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1.460/2005, e Portaria n.º 1.801, de 08 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/10/2024, Edição 3389;
IV - Gratificação por Titulação, no percentual de 15% (quinze por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 36, inciso I, alínea "a", da Lei Municipal n.º 1.550/2010, e Portaria n.º 1.801, de 08 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/10/2024, Edição 3389.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Thiago Alexandre Viana da Silva
Código Identificador:42843CAF

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 44 DE 01 DE JULHO DE 2026

PORTARIA N.º 44 DE 01 DE JULHO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 9.115-2026 – APV, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no Art. 137 da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.º 2.169/2022.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade à segurada MAGNA ROCHA DE ABRANTES, portadora da Cédula de Identidade n.º ***.157.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF sob o n.º ***.518.01*-**, lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo efetivo de Professora Nível Superior, Nível 1, Classe G, sob a Matrícula n.º 0075451-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:
I - vencimento base do cargo efetivo;
II - 28 (vinte e oito) anuênios correspondentes a 28% (vinte e oito por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;
III - Título de Formação, no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 17, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1.460/2005, e Portaria n.º 1.801, de 08 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/10/2024, Edição 3389;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Thiago Alexandre Viana da Silva
Código Identificador:A2C74DEC

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 45 DE 01 DE JULHO DE 2026

PORTARIA N.º 45 DE 01 DE JULHO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que

lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 9.367-2026 – APV, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no Art. 137 da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.º 2.169/2022.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade à segurada VALTERCIA DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade n.º ***.127.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF sob o n.º ***.510.77*-**, lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo efetivo de Professora Nível Pós Graduada, Nível 2, Classe J, sob a Matrícula n.º 0073785-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:
I - vencimento base do cargo efetivo;
II - 28 (vinte e oito) anuênios correspondentes a 28% (vinte e oito por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;
III - Título de Formação, no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 17, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1.460/2005, e Portaria n.º 1.801, de 08 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/10/2024, Edição 3389;
IV - Gratificação por Titulação, no percentual de 15% (quinze por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 36, inciso I, alínea "a", da Lei Municipal n.º 1.550/2010, e Portaria n.º 1.801, de 08 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/10/2024, Edição 3389.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Thiago Alexandre Viana da Silva
Código Identificador:F03ABBDB

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 46 DE 01 DE JULHO DE 2026

PORTARIA N.º 46 DE 01 DE JULHO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 9.755-2026 – APV, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no Art. 138, I a V, §§ 1º a 3º, da da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.º 2.169/2022.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade ao segurado MIGUEL INACIO DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade n.º ***.514.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF sob o n.º ***.465.16*-**, lotado na Secretaria Municipal de Habitação no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A II, sob a Matrícula n.º 0060488-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:
I - vencimento base do cargo efetivo;
II - 39 (trinta e nove) anuênios correspondentes a 39% (trinta e nove por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Thiago Alexandre Viana da Silva
Código Identificador:D47CB664

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 47 DE 01 DE JULHO DE 2026

PORTARIA N.º 47 DE 01 DE JULHO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 9.862-2026 – APV, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no Art. 138, I a V, §§ 1º a 3º, da da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.º 2.169/2022.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade à segurada VALTERCIA DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade n.º ***.482.***, expedida pelo SSP/PB, inscrita no CPF sob o n.º ***.852.96*-**, lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo efetivo de Professora Nível Superior, Nível 1, Classe F, sob a Matrícula n.º 0060004-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:
I - vencimento base do cargo efetivo;
II - 28 (vinte e oito) anuênios correspondentes a 28% (vinte e oito por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;
III - Título de Formação, no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 17, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1.460/2005, e Portaria n.º 1.801, de 08 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/10/2024, Edição 3389;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Thiago Alexandre Viana da Silva
Código Identificador:46BD78E2

SAAE
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

Processo Administrativo n° 5.922/2026

O SAAE de Ceará-Mirim/RN, através do seu Diretor Geral, Sr. Willi Lopes do Nascimento Júnior, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026, que tem por objeto a a aquisição de combustíveis automotivos (gasolina comum, etanol, óleo diesel comum e óleo diesel S-10), destinados ao abastecimento contínuo da frota de veículos e equipamentos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Ceará-Mirim/RN, em favor da empresa relacionada a seguir: BR 406 COMERCIAL DE COMBUSTIVEL DOMINGOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.747.999/0001-75, sagrou-se vencedora dos itens 01, 02, 03 e 04 com os valores de R$ 7,59 (sete reais e cinquenta e nove centavos), R$ 6,16 (seis reais e dezesseis centavos), R$ 7,44 (sete reais e quarenta e quatro centavos), R$ 7,75 (sete reais e setenta e cinco centavos), perfazendo o valor total de R$ 865.750,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais). As atas da licitação e demais documentos pertinentes com os respectivos itens, quantidades, valores e licitantes, encontram-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

WILLI LOPES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Diretor Geral

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:8890E298

SAAE
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – DISPENSA DE ELETRÔNICA Nº 003/2026

Willi Lopes do Nascimento Júnior, Diretor Geral do SAAE de Ceará-Mirim/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando toda documentação constante nos autos do Processo Administrativo n° 6.531/2026, em especial ao parecer Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, a DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026 nos termos a seguir descritos: Objeto: Prestação de serviços técnicos de engenharia de segurança do trabalho, visando à elaboração, revisão e atualização de Laudos de Insalubridade e de Periculosidade. R. F. DA SILVA (CNPJ: 24.505.516/0001-56), saiu vencedor com valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Ceará-Mirim/RN, 01 de julho de 2026.

Assinatura: Willi Lopes do Nascimento Júnior/Diretor Geral.

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:B36D9F34

SAAE
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – DISPENSA DE ELETRÔNICA Nº 004/2026

Willi Lopes do Nascimento Júnior, Diretor Geral do SAAE de Ceará-Mirim/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando toda documentação constante nos autos do Processo Administrativo n° 8.142/2026, em especial ao parecer Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, a DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026 nos termos a seguir descritos: Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de aparelhos de ar-condicionado e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos pertencentes ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Ceará-Mirim/RN. Vencedores: GLOBAL SERVICE LTDA (CNPJ: 08.020.991/0001-86), saiu vencedora dos itens 01, 02 e 03 com valores de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais); R$ 310,00 (trezentos e dez reais); e R$ 300,00 (trezentos reais), respectivamente. Ceará-Mirim/RN, 01 de julho de 2026. Assinatura: Willi Lopes do Nascimento Júnior/Diretor Geral.

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:B0894C3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2026
PREGÃO Nº 063 /2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

FONECEDOR REGISTRATO: TELEGÁS COMÉRCIO E SERVIÇO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA REDE DE GASES MEDICINAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. PERCÍLIO ALVES DE OLIVEIRA.

VALOR GLOBAL: R$ 177.131,60 (CENTO E SETENTA E SETE MIL, CENTO E TRINTA E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

VIGÊNCIA: A VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ DE 12 MESES, A PARTIR DA SUA ASSINATURA 30/06/2026, PODENDO SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO O PREÇO VANTAJOSO, NOS MOLDES DO ART. 84 DA LEI 14.133/21.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES, NO DECRETO MUNICIPAL Nº 2.377/2016 E NO DECRETO N.º 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013, E EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES A SEGUIR.

ASSINATURAS:

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO

JARLEIDE SUELY MEDEIROS DA SILVA
REPRESENTANTE LEGAL DO FORNECEDOR REGISTRADO

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:53E245D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 050/2025 DISPENSA DE INEGIBILIDADE N° 072/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN.

CONTRATADADA: MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA.

OBJETO: REFERENTE A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA LUIZ LOPES VARELA, Nº 359 - CENTRO, CEARÁ-MIRIM/RN, CEP: 59.570- 000, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO, DESTE MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA: A VIGÊNCIA PREVISTA NA CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO N° 050/2025, FICA, PORTANTO, O PRESENTE ADITIVO PRORROGADO A CONTAR DE 08/07/2026, OU DE FORMA ANTECIPADA NO CASO DE CONCLUSÃO DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O PRESENTE ADITIVO TEM SUA FUNDAMENTAÇÃO AMPARADA LEGALMENTE NO ART. 107 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, QUE REGULA AS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS C/C ARTIGO 3º E 56, CAPUT, DA LEI 8.245/91 QUE DISPÕE SOBRE AS LOCAÇÕES DOS IMÓVEIS URBANOS E OS PROCEDIMENTOS A ELAS PERTINENTES.

ASSINATURAS:

P/CONTRATANTE: ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA - PREFEITO MUNICIPAL.

P/CONTRATADA: MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA – REPRESENTANTE LEGAL.

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:BA525C85

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 031/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 002/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEARÁ-MIRIM/RN.

FORNECEDOR REGISTRADO: GOLDMED IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÉDICO HOSPITALAR, VISANDO ATENDER A

NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEARÁ-MIRIM/RN.

VIGÊNCIA: A VIGÊNCIA SE DARÁ PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DE 26/06/2026 (UM ANO APÓS A DATA DA ASSINATURA ORIGINAL DA ATA), OU DE FORMA ANTECIPADA NO CASO DE CONCLUSÃO DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O PRESENTE TERMO TEM COMO FUNDAMENTAÇÃO LEGAL O ARTIGO 124, INCISO II, ALÍNEA 'D', E ART. 84, AMBOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

ASSINATURAS:

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde
Representante Legal do Órgão Gerenciador

TERESINHA DE FÁTIMA PÓVOA
Representante Legal Do Fornecedor Registrado
GOLDMED IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:442181CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2026.

Processo Administrativo Eletrônico: nº 9543/2026.

Procedimento de Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 083/2026.

Fundamentação Legal: Artigo 74, *caput* e inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 , Decreto Municipal nº 4.008, de 21 de março de 2023, e demais normas regulamentares aplicáveis.

Contratante: Município de Ceará-Mirim/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.004.061/0001-39, representado pelo Prefeito, Sr. Antônio Henrique Câmara Bezerra.

Contratada: Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Rio Grande do Norte – LIQUAJUTERN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.835.320/0001-00, representada por seu Presidente, Sr. Akalilson de Araújo Bezerril.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados destinados à realização, organização, coordenação, gerenciamento e operacionalização do Festival de Quadrilhas Juninas de Ceará-Mirim/RN – Edição 2026. O evento será realizado nos dias 03, 04 e 05 de julho de 2026, no Ginásio Poliesportivo Adécio Eloi de Almeida.

Valor Global da Contratação: R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Prazo de Vigência: 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

Assinaturas:

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA -
Prefeito Municipal

AKALILSON DE ARAÚJO BEZERRIL -
Presidente da Entidade

Publicado por:
Gilberto Alves da Silva Júnior
Código Identificador:2E8ABC6B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEARÁ-MIRIM/RN.

FORNECEDOR REGISTRADO: AVF COMERCIO E IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA.

OBJETO: VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEARÁ-MIRIM/RN, CONFORME ESPECIFICADO(S) NO(S) ITEM(NS) DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025.

VIGÊNCIA: A VIGÊNCIA DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FICA PRORROGADA PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, COM INÍCIO EM 24/06/2026 E TÉRMINO EM 24/06/2027, OU DE FORMA ANTECIPADA NA HIPÓTESE DE CONCLUSÃO DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO PARA O MESMO OBJETO, MANTENDO-SE A VANTAJOSIDADE DOS PREÇOS REGISTRADOS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O PRESENTE TERMO ADITIVO FUNDAMENTA-SE LEGALMENTE NO ARTIGO 124, INCISO II, ALÍNEA 'D', COMBINADO COM O ARTIGO 84, AMBOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, BEM COMO NAS DEMAIS DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES VIGENTES.

ASSINATURAS:

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde
Representante Legal do Órgão Gerenciador

HIGOR EMANUEL GALDINO DA SILVA ALVARENGA
Representante Legal do Fornecedor Registrado
AVF COMERCIO E IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:7B0A5A12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 070/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO ORIUNDO DA ADESÃO Nº 004/2026 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2026, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2025 DO MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/ RN, POR INTERMÉDIO DE SUA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A EMPRESA RODOLFO THIAGO P. DE PALHARES - ME.

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: RODOLFO THIAGO P. DE PALHARES - ME.

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS À ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, COM REGULARIZAÇÃO NECESSÁRIA À OBTENÇÃO DE AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS OU DOCUMENTO EQUIVALENTE, BEM COMO À REALIZAÇÃO DE CURSO PRESENCIAL DE CAPACITAÇÃO EM PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, EM

ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN.

VALOR GLOBAL: R$ 890.594,50 (OITOCENTOS E NOVENTA MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E CINEMATOGRAFIA CENTAVOS).

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA ELETRÔNICA 30/06/2026, PODENDO SER PRORROGADO POR PERÍODOS SUCESSIVOS, OBSERVADAS AS REGRAS E LIMITES PREVISTOS NO ART. 106 E SEGUINTES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS NORMAS REGULAMENTARES APLICÁVEIS.

ASSINATURAS:

P/CONTRATANTE: LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

P/CONTRATADA: RODOLFO THIAGO PAULINO DE PALHARES - SÓCIO-ADMINISTRADOR.

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:00E5B28D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 028/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1075/2026.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** ABRAAO LOPES DE SA JUNIOR – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.819.602/0001-43. **OBJETO:** prestação de serviços advocatícios para assessoramento técnico-jurídico à Administração Municipal, visando à revisão, atualização e modernização da legislação tributária municipal, bem como à redação final para atualização do Código Tributário do Município de Cerro Corá/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, tudo de acordo com as condições e valores constantes na proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 74, Inciso III, alínea "c" nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021. **PROCESSO:** Inexigibilidade de Licitação 028/2026 (Processo/PMCC/RN nº 1075/2026). **DATA DA ASSINATURA:** 01 de julho de 2026. **VIGÊNCIA:** o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. **VALOR DO CONTRATO:** o valor mensal da contratação é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), perfazendo o valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Abraão Lopes de Sá Júnior – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:E8786057

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 448/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o **Art. 60** da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Maciel dos Santos Freire,** matricula nº. 0019267 – Prefeito, CPF: 067.XXX.XXX-44 – a concessão de **1/2 (Meia)**, diária, sem pernoite, para se deslocar a cidade de Luís Gomes/RN, no dia **02 de julho de 2026** – OBJETIVO – Receber, oficialmente, mais um ônibus escolar do Programa Caminho da Escola, através de parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal, para contemplar as atividades da Secretaria Municipal de Educação. LOCAL: Desemboque do Túnel Major Sales BR-405, KM-192, Rio Grande do Norte.
Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 275,00 (Duzentos e setenta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (Meia)**, diárias sem pernoite, **e de acordo com o Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024**.

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

JOÃO BATISTA DE MELO FILHO
Secretário Mun. de Administração e Gabinete

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:BC4B6E37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 449/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Luiz Henrique Borges Rodrigues,** matricula nº. 0019410 – Assessor de Controle de Atividade – CC6 – SEMAG – Conforme Portaria nº. 007/2025-GP - CPF: 710.XXX.XXX-02, a concessão de **1/2 (Meia)** diária, sem pernoite, para se deslocar a cidade de Luís Gomes/RN, no dia, **02 de julho de 2026**, - Objetivo - Acompanhar o Exmo. Sr. Prefeito Municipal até o município de Luís Gomes para a cerimônia de entrega oficial de ônibus escolares do Programa Caminho da Escola, através de parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal, durante a qual o município de Cerro Corá será contemplado com um veículo para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. LOCAL: Desemboque do Túnel Major Sales BR-405, KM-192, Rio Grande do Norte.
Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**, correspondente a **1/2 (Meia)**, diária sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:94ABCC20

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO MUNICIPAL Nº 274, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a regulamentação dos festejos juninos de 2026, estabelece horários de encerramento, normas de segurança, saúde e limpeza urbana, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e:
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a logística de segurança adequada e evitar o desgaste excessivo do efetivo da Polícia Militar durante o período das festividades juninas;
CONSIDERANDO a Recomendação da Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel, que visa assegurar a conformidade dos eventos com as normas de segurança, saúde e proteção à infância e juventude;

DECRETA:

Art. 1º. As festividades juninas de 2026, sejam elas de natureza pública ou privada, deverão ser encerradas, impreterivelmente, até as 05h00min.
Parágrafo Único. Fica estabelecida uma tolerância máxima de 30 (trinta) minutos após o horário fixado para a dispersão total do público, a fim de compatibilizar o evento com a disponibilidade funcional da Polícia Militar.

Art. 2º. Fica rigorosamente proibida a venda, oferta ou entrega de bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos em qualquer recinto de festa ou estabelecimento comercial.
§ 1º. Os organizadores de eventos e comerciantes devem exigir documento de identificação oficial com foto sempre que houver dúvida sobre a idade do consumidor.
§ 2º. A fiscalização dessa proibição será realizada de forma rigorosa pelos órgãos competentes e Conselho Tutelar.

Art. 3º. A administração pública, em caso de realização de eventos oficiais, bem como os organizadores de eventos particulares, deverão disponibilizar equipes de saúde de plantão, além de ambulâncias em número suficiente para o atendimento de urgências e emergências decorrentes dos festejos.

Art. 4º. A limpeza total do local onde ocorrerem os eventos deve ser realizada em até 4 (quatro) horas após o término diário da programação.
Parágrafo único. Deverão ser instaladas lixeiras para coleta seletiva em locais estratégicos da cidade e nos perímetros dos eventos para garantir a gestão adequada dos resíduos sólidos.

Art. 5º. Em caso de eventos oficiais, fica determinada a promoção de adequações contratuais com bandas e atrações para garantir o respeito rigoroso aos horários estabelecidos neste Decreto.

Art. 6º. O descumprimento das normas previstas neste Decreto sujeitará os infratores às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel João Pessoa/RN, 01 de julho de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:71D1321D

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 273 DE 01 DE JULHO DE 2026.

Institui a Comissão Gestora responsável pela coordenação e elaboração do Plano Municipal de Educação do município de Coronel João pessoa*/RN e dá outras providências.*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE Coronel João pessoa, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2° da Lei nº 105/2015 de 23 de junho de 2015.

D E C R E T A:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do município de Coronel João pessoa/RN, a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Coronel João pessoa/RN, com a finalidade de coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Norte – PEE e demais marcos legais pertinentes.

Atribuições

Art. 2º Compete à Comissão Gestora:

I – coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;
II – promover a articulação entre os diversos órgãos eentidades públicas e privadas envolvidas com a educação no município;
III – sistematizar diagnósticos, estudos, dados e propostas para subsidiar a construção do Plano;
IV– realizar consultas públicas, escutas territoriais e audiências com a sociedade civil e os setores educacionais;
V – elaborar a minuta do novo Plano Municipal de Educação e submetê-la à apreciação do Conselho Municipal de Educação e demais instâncias competentes.

Composição

Art. 3º A Comissão Gestora será composta por representantes dos seguintes órgãos e instituições:
I – Secretaria de Municipal de Educação – dois titulares e dois suplentes;
II – Conselho Municipal de Educação do município de Coronel João pessoa/RN – Um titular e um suplente;
III – Fórum Municipal de Educação de Coronel João pessoa/RN – Um titular e um suplente;
IV– universitários das instituições publicas ou privadas, Um titular e um suplente;
V – Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores do município de Coronel João pessoa/RN – Um titular e um suplente;
VI – Representantes de servidores da rede Estadual – Um titular e um suplente;
VII - Representantes de alunos do ensino médio - Um titular e um suplente.
VIII - Professores da rede municipal de ensino - Um titular e um suplente;
IX - Representante da comunidade quilombola - Um titular e um suplente;
X – poder executivo – Um titular e um suplente;
XI - Diretores escolares - Um titular e um suplente;
§1º Os membros da Comissão Gestora, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos órgãos e das instituições da respectiva representação e nomeados por meio de portaria da Secretaria de educação do município de Coronel João pessoa/RN, publicada no prazo de quinze dias após a publicação deste Decreto.

§2º O exercício de funções inerentes ao mandato na Comissão Gestora será considerado relevante prestação de serviço público, não remunerada.
§ 3º Os membros da Comissão Gestora exercerão mandato até a conclusão da elaboração do PME/ Coronel João pessoa/RN, quando será automaticamente encerrado.
§ 4º A Comissão Gestora poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições e entidades com atuação relevante na área educacional, sempre que necessário à execução de suas atividades.
§ 5º A coordenação da Comissão Gestora será exercida pela Secretária de Educação do Município de Coronel João pessoa/RN ou por servidor designado por ele(a).
§ 6º A Secretaria do município de Coronel João pessoa/RN prestará o apoio técnico, administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.

Normas Complementares

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação editará as normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Vigência

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CORONEL JOÃO PESSOA/RN, 01 DE JULHO 2026

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Municipal

ANGELA KELLY SIMÃO DE SOUZA LIMA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:526026A2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN Nº 007/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN Nº 007/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Cruzeta/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO:** fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas para o município de Cruzeta/RN, oriundos do convênio MAPA nº 978536; **DATA DA ASSINATURA:** 01 de julho 2026; **VIGÊNCIA:** 12 meses, a partir da sua assinatura, **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **PROMITENTE CONTRATADA:** 5A MAQUINAS LTDA, **CNPJ nº** 60.179.675/0001-71; **VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R$ 151.500,00 (cento e cinquenta e um mil e quinhentos reais).

Cruzeta/RN, 01 de julho de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal de Cruzeta

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:99D7CBB4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN Nº 007/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN Nº 007/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Cruzeta/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO:** fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas para o município de Cruzeta/RN, oriundos do convênio MAPA nº 978536; **DATA DA ASSINATURA:** 01 de julho 2026; **VIGÊNCIA:** 12 meses, a partir da sua assinatura, **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **PROMITENTE CONTRATADA:** AUDAX CAMINHOES LTDA, **CNPJ nº** 57.723.696/0001-00; **VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R$ 644.000,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil reais).

Cruzeta/RN, 01 de julho de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal de Cruzeta

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:BA73C4F3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN Nº 007/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN Nº 007/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Cruzeta/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO:** fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas para o município de Cruzeta/RN, oriundos do convênio MAPA nº 978536; **DATA DA ASSINATURA:** 01 de julho 2026; **VIGÊNCIA:** 12 meses, a partir da sua assinatura, **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **PROMITENTE CONTRATADA:** TOPCOM - COMERCIO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DA CONSTRUCAO, **CNPJ nº** 15.024.021/0001-14; **VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Cruzeta/RN, 01 de julho de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal de Cruzeta

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:E87B7D06

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 003/2026

DISTRATANTE: Prefeitura Municipal De Cruzeta/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.106.510/0001-50.

DISTRATADA: LAEDJA DRIELY SILVA DE MOURA**, portadora do CPF:** 100.XXX.XXX-32.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objeto da presente contratação, é a rescisão do contrato de prestação de serviços como **NUTRICIONISTA**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

BASE LEGAL: Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República de 1988.

TIPO: Rescisão em comum acordo, gerando resolução de pleno direito do contrato, reservando-se à CONTRATADA o direito sobre a parcela mensal devida, proporcional aos dias trabalhados até a data de rescisão, sem nada mais a ser exigido ou devido de indenização, multa

ou qualquer outro título remuneratório ou compensatório, ficando as partes desincumbidas de quaisquer ônus ou gravames.

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos do Orçamento Geral do Município, conforme Lei nº 1.257, de 05 de dezembro de 2025.

Cruzeta/RN, em 23 de junho de 2026.

Assinam:

MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN
CNPJ nº 08.106.510/0001-50
(Representado pelo seu Prefeito, o Sr. Joaquim José de Medeiros).

LAEDJA DRIELY SILVA DE MOURA
CPF: 100.XXX.XXX-32

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:05DF861F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 006/2026

DISTRATANTE: Prefeitura Municipal De Cruzeta/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.106.510/0001-50.

DISTRATADO: FELIPE RANYELLE DA SILVA**, portador do CPF:** 111.XXX.XXX-70.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: O objeto da presente contratação, é a rescisão do contrato de prestação de serviços como **GUARDA MUNICIPAL**, com lotação no Gabinete Civil.

BASE LEGAL: Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República de 1988.

TIPO: Rescisão em comum acordo, gerando resolução de pleno direito do contrato, reservando-se à CONTRATADO o direito sobre a parcela mensal devida, proporcional aos dias trabalhados até a data de rescisão, sem nada mais a ser exigido ou devido de indenização, multa ou qualquer outro título remuneratório ou compensatório, ficando as partes desincumbidas de quaisquer ônus ou gravames.

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos do Orçamento Geral do Município, conforme Lei nº 1.257, de 05 de dezembro de 2025.

Cruzeta/RN, em 01 de julho de 2026.

Assinam:

MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN
CNPJ nº 08.106.510/0001-50
(Representado pelo seu Prefeito, o Sr. Joaquim José de Medeiros).

FELIPE RANYELLE DA SILVA
CPF: 111.XXX.XXX-70

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:A05A2536

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2026

Partes: Prefeitura Municipal De Cruzeta/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.106.510/0001-50 e **MARTA JUSSARA MACEDO DE MEDEIROS, portadora do CPF: 068.XXX.XXX-48.**

Do objeto e seus elementos característicos: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços como **NUTRICIONISTA** com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Base legal: Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República de 1988.

Valor mensal: R$ 2.202,30 (dois mil, duzentos e dois e trinta centavos), mediante edital, devendo deduzindo-se deste valor mensal todos os impostos devidos.

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos do Orçamento Geral do Município, conforme Lei nº 1.257, de 05 de dezembro de 2025.

Vigência: 1 (um) ano.

Cruzeta/RN, em 01 de julho de 2026.

Assinam:

MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN
CNPJ nº 08.106.510/0001-50
(Representado pelo seu Prefeito, o Sr. Joaquim José de Medeiros).

MARTA JUSSARA MACEDO DE MEDEIROS
CPF: 068.XXX.XXX-48.

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:7BDC03E4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2026

Partes: Prefeitura Municipal De Cruzeta/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.106.510/0001-50 e **GEAN CARLOS FILGUEIRA DA SILVA, portador do CPF: 049.XXX.XXX-46.**

Do objeto e seus elementos característicos: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços como **GUARDA MUNICIPAL** com lotação no Gabinete Civil.

Base legal: Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República de 1988.

Valor mensal: R$ 1.621,00 (mil, seiscentos e vinte e um reais), mediante tabela salarial vigente, acrescido ainda de verbas transitórias ao cargo, devendo deduzindo-se deste valor mensal todos os impostos devidos.

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos do Orçamento Geral do Município, conforme Lei nº 1.257, de 05 de dezembro de 2025.

Vigência: 1 (um) ano.

Cruzeta/RN, em 01 de julho de 2026.

Assinam:

MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN
CNPJ nº 08.106.510/0001-50
(Representado pelo seu Prefeito, o Sr. Joaquim José de Medeiros).

GEAN CARLOS FILGUEIRA DA SILVA
CPF: 049.XXX.XXX-46

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:32A40320

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2026

Partes: Prefeitura Municipal De Cruzeta/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.106.510/0001-50 e **ANGELA MARIA DA SILVA ARAUJO, portadora do CPF: 079.XXX.XXX-90.**

Do objeto e seus elementos característicos: O objetivo da presente contratação, por ter sido a candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2025 é a prestação de serviços como PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Base legal: Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República de 1988.

Valor mensal: R$ 4.617,56 (quatro mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos), mediante tabela salarial vigente, devendo deduzindo-se deste valor mensal todos os impostos devidos.

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos do Orçamento Geral do Município, conforme Lei nº 1.257, de 05 de dezembro de 2025.

Vigência: 1 (um) ano.

Cruzeta/RN, em 01 de julho de 2026.

Assinam:

MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN
CNPJ nº 08.106.510/0001-50
(Representado pelo seu Prefeito, o Sr. Joaquim José de Medeiros).

ANGELA MARIA DA SILVA ARAUJO
CPF: 079.XXX.XXX-90.

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:A4212B83

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 165/2026-GP

***REPUBLICADA POR INCORREÇÃO**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 65, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os artigos 83, 84 e 85 da Lei Complementar Municipal nº 02, de 23 de dezembro de 1992, alterada pela Lei Complementar nº 02-A, de 10 de julho de 1995,
CONSIDERANDO a declaração da Coordenadoria de Recursos Humanos, informando que o servidor faz jus ao gozo de Licença-Prêmio por Assiduidade.
CONSIDERANDO o parecer da Procuradoria Municipal exarado nos autos do Processo Administrativo nº 104/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade ao servidor **FLÁVIO RICARDO DOS SANTOS**, ocupante do cargo de **Digitador**, matrícula nº **530-1**, referente a **01 (um) período aquisitivo**, correspondentes ao quinquênio **2015/2020**.
Art. 2º A licença de que trata o artigo anterior será usufruída no período de **1º de julho de 2026 a 1º de outubro de 2026**.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Cruzeta/RN, em 01 de julho de 2026.

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:11C5E946

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 167/2026-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 20, da Lei Complementar nº 65, de 08 de junho de 2022,
CONSIDERANDO que a servidora abaixo identificada preencheu os requisitos para aposentadoria voluntária, nos termos da legislação previdenciária vigente;
CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §19, da Constituição Federal, bem como na legislação municipal aplicável;
CONSIDERANDO a opção formal da servidora em permanecer em atividade,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **ABONO DE PERMANÊNCIA** à servidora pública municipal **IZAURA ODETE DE BRITO,** ocupante do cargo de Professor P3-I, matrícula nº 254-1, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, enquanto permanecer em efetivo exercício e até a data de sua aposentadoria compulsória.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cruzeta /RN, em 01 de julho de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:294F8E6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 116/2026-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Lailson Gomes
Cargo /Função: Motorista
Quantidade: ½ (meia) diária
Destino: Currais Novos/RN
Data do Afastamento: 30 de maio de 2026
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagem à Natal, a serviço do município.
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 25 de junho de 2026

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIRO
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:836B546A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 117/2026-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Lailson Gomes
Cargo /Função: Motorista
Quantidade: 2 (duas) ½ (meias) diárias
Destino: Natal/RN
Data do Afastamento: 10, 12 de junho de 2026
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagem à Natal, a serviço do município.
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 25 de junho de 2026

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIRO
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:85E2F594

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 118/2026-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Nadja Myrelly de Medeiros Alencar
Cargo /Função: Secretária Municipal de Saúde
Quantidade: ½ (meia) diária
Destino: Natal/RN
Data do Afastamento: 18 de junho de 2026
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagem à Natal, com intuito de participar da 273ª Reunião Ordinária do Cosems/RN.
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 25 de junho de 2026

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:79412BEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 119/2026-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Layza Daniella Santos Dantas
Cargo /Função: dir.de unid. Mista de saúde
Quantidade: ½ (meia) diária
Destino: Natal/RN
Data do Afastamento: 18 de junho de 2026
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagem à Natal, com intuito de participar da 273ª Reunião Ordinária do Cosems/RN.
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 25 de junho de 2026

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:F4C18A86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 120/2026-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Cícero Damião Felix Aciole.
Cargo /Função: Motorista.
Quantidade: 8 (oito) ½ (meias) diárias.
Destino: Natal/RN
Data do Afastamento: 12,15,16,18,19,23,24,25 de junho de 2026
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagens a Natal/RN, com a finalidade de transportar pacientes.
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 25 de junho de 2026

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:F8968973

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 06/2024

Em 01 de julho de 2026, às 16h, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Coronel José Bezerra, nº 167, Bairro Centro, neste Município, reuniram-se os membros da Equipe I, designados pela Portaria nº 795, de 02 de junho de 2026, para dar início à sessão pública referente ao Credenciamento nº 06/2024, visando o CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Dando início aos trabalhos o Agente de Contratação declarou aberta a sessão de julgamento.

Tendo em vista o pedido de requerimento apresentado pela empresa LUCIANO A LOPES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.726.637/0001-08, protocolizado sob o nº 17.4642026, em 17 de junho de 2026. Após análise, verificou-se a ausência dos documentos capazes de atender aos requisitos destacados pela cláusula 5.3.8 do Edital, Comprovante de Inscrição no cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos sócios. Além disso, a comissão atualizou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tendo como a **Certificação Número:**2026061605521976146943.

DILIGÊNCIAS:

Considerando o disposto no inciso I, do Art. 64, da Lei Nº 14.133/2021, e o inciso I, do Art. 18 do Decreto Municipal nº 5.371/2024, solicita-se a empresa a apresentação dos respectivos documentos complementares de habilitação:

À empresa LUCIANO A LOPES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.726.637/0001-08, apresentar documentos complementares de habilitação, em atendimento a cláusula 5.3.8 do Edital.

Em sede de diligência, requeremos a apresentação dos documentos listados acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de remessa digital enviada ao endereço eletrônico pregaopmcn02@gmail.com ou entregue diretamente no Protocolo Geral do Município, localizado na Av. Coronel José Bezerra, nº 167, Bairro Centro, Currais Novos/RN, das 07h às 13h, a partir da publicação desta Ata.

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

SÔNIA MARIA MEDEIROS DE PONTES –
Agente de Contratação

DOLORES BEATRIZ ROMEU DO NASCIMENTO –
Membro

JOSEFA DANIELA BEZERRA DOMINGOS –
Membro

JOYCE KAROLINE DA SILVA SANTOS –
Membro

JUDSON MARCELINO SANTOS DE OLIVEIRA –
Membro

ANDREA TITO DA SILVA –
Membro

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:F8730FD1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no exercício de suas atribuições legais e com base nos autos do processo administrativo 3.058/2026. Protocolado sob o nº 13.148/2026, resolve ANULAR o Pregão Eletrônico nº 90018/2026, cujo objeto era o registro de preço para futura e eventual aquisição de recarga de gás de cozinha (GLP), acondicionado em botijão de 13kg.

A anulação se dá em razão da instabilidade técnica ocorrida no sistema Compras.gov durante a sessão pública, fato que comprometeu a regularidade do certame.

Acompanho, deste modo, o parecer da Agente de Contratação/ Pregoeira e do Procurador-Geral do Município.

Currais Novos/ RN, 30 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:0E4E72C5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026 – SRP COMPRAS.GOV.BR - PREGÃO ELETRÔNICO 981661 - 1/2026

O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN, código UASG 981661, através de sua Agente de Contratação/Pregoeira, instituído pela Portaria nº 795, de 02 de junho de 2026, comunica aos interessados que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO por ITEM, que tem como objeto o registro de preço para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO,** conforme especificações constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência. A sessão se dará às 09h00min (horário local) do dia 20 de julho de 2026, através do sítio **www.gov.br/compras**, conforme Lei nº 14.133/21 e Decreto Federal n° 11.462/23.

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

VÂNGELA MARIA DA SILVA SOUZA
Agente de Contratação – Pregoeira
Port. nº 795/2026 – PMCN

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:4361C3E3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
QUADRAGÉSIMO QUARTO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 04/2024

CREDENCIAMENTO Nº 04/2024
Assunto: **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, ELETRICISTA, SERVENTE E PINTOR.**

A Comissão Permanente de Licitação do Munícipio de Currais Novos/RN, Equipe I, formalmente designada pela Portaria nº 795 de 02 de junho de 2026, dá publicidade ao resultado do quadragésimo quarto julgamento da habilitação do Credenciamento nº 04/2024, visando o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, ELETRICISTA, SERVENTE E PINTOR**.

I – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação torna pública a todos os interessados o julgamento do **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, ELETRICISTA, SERVENTE E PINTOR,** onde foi recebido os envelopes contendo as documentações de habilitação, conforme Cláusula 08 do Edital. Após análise detalhada da documentação de habilitação, as empresas participantes encontram -se de acordo com o Edital, **CREDENCIADA** conforme a ordem classificatória definida no Termo de Referência nos quadros de serviços abaixo:

DA CLASSIFICAÇÃO:

PEDREIRO

ORDEM	EMPRESAS	CNPJ
55°	65.352.901 THAUN GUILHERME PEREIRA DA SILVA	65.352.901/0001-98

ELETRICISTA

ORDEM	EMPRESAS	CNPJ
14º	67.600.484 FRANCISCO MOISES DOS SANTOS	67.600.484/0001-80

A ordem classificatória fundamenta-se na cláusula 5.1 do Termo de Referência, Anexo I, ao Edital deste Credenciamento, em consonância ao inciso 1º, do art. 8º, do Decreto Municipal nº 5.371, de 13 de março de 2024.

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

SÔNIA MARIA MEDEIROS DE PONTES
Agente de Contratação

DOLORES BEATRIZ ROMEU DO NASCIMENTO
Membro

JOSEFA DANIELA BEZERRA DOMINGOS
Membro

JOYCE KAROLINE DA SILVA SANTOS
Membro

JUDSON MARCELINO SANTOS DE OLIVEIRA
Membro

ANDREA TITO DA SILVA
Membro

Publicado por:
Sônia Maria Medeiros de Pontes
Código Identificador:1FF0AEB5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TRIGÉSIMO NONO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 04/2024

ADJUDICO e HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Equipe de Licitação I, designada pela Portaria nº 795, de 02 de junho de 2026, referente ao Credenciamento nº 04/2024, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, ELETRICISTA, SERVENTE E PINTOR**, julgado em 19 e 29 de junho de 2026, nos termos do Lei Federal nº. 14.133/2021 e Decreto Municipal Nº 5.371/2024.

DA CLASSIFICAÇÃO:

ITEM 01 – PEDREIRO, pelo valor unitário de R$ 123,11 (cento e vinte e três reais e onze centavos).

ORDEM	EMPRESAS	CNPJ
54°	65.036.943 IVALDO SILVA DE ARAÚJO	65.036.943/0001-10

ITEM 04 – ELETRICISTA, pelo valor unitário de R$ 139,51 (cento e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos).

ORDEM	EMPRESAS	CNPJ
13º	66.339.147 MARINALDO FRANCISCO GABRIEL SOARES	66.339.147/0001-19

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sônia Maria Medeiros de Pontes
Código Identificador:7DC2259B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.200, DE 08 DE JUNHO DE 2026.

Nomear, Priscilla Miguel Silva de Almeida para o cargo efetivo de Professor(a) de Língua Inglesa.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, art. 18, da Lei Orgânica Municipal e no inciso I, art. 13, Lei Complementar nº 07/06 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município);

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir desta data, o(a) Sr(a). **Priscilla Miguel Silva de Almeida**, CPF nº ***.*23.814-**, aprovado(a) em concurso público, para exercer o cargo de Professor(a) de Língua Inglesa, Cargo Efetivo – PNS II "A", integrante do Quadro de Pessoal deste Município, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Currais Novos – Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 08 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A5C7EFB2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.214, DE 01 DE JULHO DE 2026

Prorroga o prazo do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2026, instituído pelo Decreto nº 6.163, de 15 de abril de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Art. 6º do Decreto nº 6.163, de 15 de abril de 2026,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, por mais 30 (trinta) dias, o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2026, instituído pelo Decreto nº 6.163, de 15 de abril de 2026, passando o programa a vigorar até o dia 31 (trinta e um) de julho de 2026.

Art. 2º. Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Decreto nº 6.163, de 15 de abril de 2026, inclusive as condições de parcelamento, os descontos sobre os acréscimos legais e as obrigações do contribuinte previstas em seus artigos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Currais Novos-RN, Palácio Prefeito "Raul Macêdo", em 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:3C522895

GABINETE DO PREFEITO
DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS APTOS A NOMEAÇÃO – EDITAL Nº 23/2026

Dispõe sobre a Divulgação do Resultado da Perícia Médica Oficial, convocados aptos do Edital nº 23/2026 aprovados nas vagas do Concurso Público n° 001/2024 da Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e dá outras providências

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições legais,

Considerando a homologação dos aprovados e classificados no cadastro de reserva conforme Decreto 5.391/2024 e seus anexos;

Considerando que cada cargo possuía exigências específicas que necessitam ser avaliadas para que o candidato aprovado possa ser nomeado;

Considerando o Edital nº 23/2026, o qual convoca os candidatos aprovados no Edital nº 001/2024 da Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN;

Considerando a perícia médica oficial realizada entre 22 de junho e 26 de junho de 2026.

RESOLVE:

Tornar pública a relação de candidatos aptos a nomeação, nos termos do Regime jurídico Único, instruído pela Lei Complementar nº 07/2006 e suas alterações.

ART. 1º. DO RESULTADO DA PERÍCIA

Nº	NOME	CARGO	RESULTADO
01	PEDRO MIGUEL DE ANDRADE	Cargo 1 – Agente Administrativo	APTO(A)
02	ALBERTO VÍTOR DA SILVA MARINHO	Cargo 13 – Engenheiro Civil	APTO(A)
03	EDNA ESTER SOUZA DE ANDRADE	Cargo 27 – Técnico em Enfermagem	APTO(A)
04	EDUARDA DA SILVA ROCHA	Cargo 27 – Técnico em Enfermagem	APTO(A)

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:7329A940

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 914, DE 01 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 93 da Lei Complementar nº 07/2006 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município;

Considerando teor do Ofício nº 210/2026/PMCN/GP de 01/07/2026, protocolizado sob nº 19.228/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER as férias do(a) Sr(a). José Gildson Medeiros da Silva, matrícula 42714, ocupante do cargo de Assessor de Controle de Atividades, lotado(a) no Gabinete do Prefeito, designadas para o período de 01/07/2026 - 30/07/2026.

Parágrafo único: As férias interrompidas que trata o "caput" referem-se ao período aquisitivo de 01/03/2025 – 28/02/2026.

Art. 2º. O período remanescente deverá ser usufruído conforme escala organizada, de acordo com a conveniência do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 01 de julho de 2026

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:E022D498

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 915, DE 01 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 93 da Lei Complementar nº 07/2006 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município;

Considerando teor do Ofício nº 210/2026/PMCN/GP de 01/07/2026, protocolizado sob nº 19.228/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER as férias do(a) Sr(a). Ingred Adely de Araújo Souza, matrícula 32956, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração, lotado(a) no Secretaria Municipal de Administração, designadas para o período de 01/07/2026 - 30/07/2026.

Parágrafo único: As férias interrompidas que trata o "caput" referem-se ao período aquisitivo de 01/01/2025 – 31/12/2025.

Art. 2º. O período remanescente deverá ser usufruído conforme escala organizada, de acordo com a conveniência do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 01 de julho de 2026

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:BAF57C20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 860, DE 18 DE JUNHO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 17.723/2026			
SERVIDOR: Rockcelly Robson da Silva Santos		MATRÍCULA: 1987	
CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Fortaleza/CE			
PREVISÃO DE SAÍDA: 18/06/2026	HORA: 23h50min	PREVISÃO DE RETORNO: 19/06/2026	HORA: 19h
Nº DIÁRIAS: 1 (uma) pernoite	VALOR UNIT. R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais)	VALOR TOTAL: R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para realizar consulta com psicólogo na cidade de Fortaleza/CE.			
OBS: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 1.236, de 07 de outubro de 2019.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 18 de junho de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:9AB955E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 868, DE 22 DE JUNHO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, protocolizado sob o nº 3.597/2021, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 18.067/2026			
SERVIDOR: Francisco Barbosa da Silva		MATRÍCULA: 2221	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 22/06/2026	HORA: 7h	PREVISÃO DE RETORNO: 22/06/2026	HORA: 19h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando os pacientes para realizar procedimentos na cidade de Natal/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor total condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 22 de junho de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:BC18B660

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 873, DE 23 DE JUNHO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 18.207/2026			
SERVIDOR: Rockcelly Robson da Silva Santos		MATRÍCULA: 1987	
CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 23/06/2026	HORA: 4h30min	PREVISÃO DE RETORNO: 23/06/2026	HORA: 13h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para realizar retorno cirúrgico na cidade de Caicó/RN.			
OBS: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 1.236, de 07 de outubro de 2019.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 23 de junho de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F87D5253

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 887, DE 26 DE JUNHO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 4.308, de 01/07/2014, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 18.740/2026			
SERVIDOR: Gilberto Pereira da Silva	MATRÍCULA: 2053		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Caicó/RN			
DATA DE SAÍDA: 26/06/2026	HORA: 8h	DATA DE RETORNO: 26/06/2026	HORA: 17h
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (Setenta e cinco por cento de meia) diária	VALOR UNIT. R$80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando paciente para realizar hemodiálise na cidade de Caicó/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 26 de junho de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:E0CE1314

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 199/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 3.807/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do(a) senhor(a) JOSE BATISTA ARAUJO DE SOUSA, CPF: 067.956.654-61, para prestação de serviço de motorista, no período de 12 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor mensal de R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 16.962/2026.

Currais Novos, 12 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:7889A30C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 285/2026 PROCESSO PMCN/RN Nº 4115/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa 56.299.546 FABRIZYO LEE ZANDRO PEREIRA DE MORAIS SILVA, CNPJ: 56.299.546/0001-40, para apresentação musical da Banda The Clássicos, no dia 04 de julho de 2026, durante a 74° edição da Festa de Santa Maria Goretti/RN, com valor de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 18.549/2026.

Currais Novos, 26 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F5803537

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE ADITIVO 1 CONTRATO Nº 223/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): ADLA EMILIA DE MACEDO, CPF: 026.974.394-47.
OBJETO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 223/2026, onde o valor global passa a ser de R$ 8.050,87 (oito mil e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), incluindo neste Aditivo o valor de R$ 108,06 (cento e oito reais e seis centavos) referente à dois dias do mês de fevereiro, por motivo de um equívoco que houve no momento da contagem dos dias a serem remunerados, onde foi considerado apenas 27 (vinte e sete) dias remunerados, quando deveria ter havido o desconto de apenas 1 (um) dia trabalhado.
VIGÊNCIA: A partir de 20 de fevereiro de 2026 com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2026.
BASE LEGAL: art. 107, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 20 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

* Republicado por incorreção

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:1F6A8445

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE ADITIVO 1 CONTRATO Nº 247/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): ANA LARISSA SILVA DE FARIAS, CPF: 099.872.554-42.
OBJETO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 247/2026, onde o valor global passa a ser de R$

8.050,87 (oito mil e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), incluindo neste Aditivo o valor de R$ 108,06 (cento e oito reais e seis centavos) referente à dois dias do mês de fevereiro, por motivo de um equívoco que houve no momento da contagem dos dias a serem remunerados, onde foi considerado apenas 27 (vinte e sete) dias remunerados, quando deveria ter havido o desconto de apenas 1 (um) dia trabalhado.
VIGÊNCIA: A partir de 20 de fevereiro de 2026 com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2026.
BASE LEGAL: art. 107, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 20 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

* Republicado por incorreção

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:ED44CA2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE ADITIVO 1 CONTRATO Nº 260/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): VITORIA DE MACEDO COUTINHO, CPF: 027.389.404-80.
OBJETO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 260/2026, onde o valor global passa a ser de R$ 8.050,87 (oito mil e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), incluindo neste Aditivo o valor de R$ 108,06 (cento e oito reais e seis centavos) referente à dois dias do mês de fevereiro, por motivo de um equívoco que houve no momento da contagem dos dias a serem remunerados, onde foi considerado apenas 27 (vinte e sete) dias remunerados, quando deveria ter havido o desconto de apenas 1 (um) dia trabalhado.
VIGÊNCIA: A partir de 20 de fevereiro de 2026 com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2026.
BASE LEGAL: art. 107, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 20 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

* Republicado por incorreção

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:8E35CCEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE ADITIVO 1 CONTRATO Nº 263/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): MARIA DAS VITÓRIAS DE AZEVÊDO ARAÚJO, CPF: 028.371.284-81.
OBJETO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 263/2026, onde o valor global passa a ser de R$ 8.050,87 (oito mil e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), incluindo neste Aditivo o valor de R$ 108,06 (cento e oito reais e seis centavos) referente à dois dias do mês de fevereiro, por motivo de um equívoco que houve no momento da contagem dos dias a serem remunerados, onde foi considerado apenas 27 (vinte e sete) dias remunerados, quando deveria ter havido o desconto de apenas 1 (um) dia trabalhado.
VIGÊNCIA: A partir de 20 de fevereiro de 2026 com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2026.
BASE LEGAL: art. 107, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 20 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

* Republicado por incorreção

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:8151DF1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE ADITIVO 1 CONTRATO Nº 281/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): ALCEMI HORTINS DE SOUTO MACEDO, CPF: 060.675.604-37.
OBJETO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 281/2026, onde o valor global passa a ser de R$ 8.050,87 (oito mil e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), incluindo neste Aditivo o valor de R$ 108,06 (cento e oito reais e seis centavos) referente à dois dias do mês de fevereiro, por motivo de um equívoco que houve no momento da contagem dos dias a serem remunerados, onde foi considerado apenas 27 (vinte e sete) dias remunerados, quando deveria ter havido o desconto de apenas 1 (um) dia trabalhado.
VIGÊNCIA: A partir de 20 de fevereiro de 2026 com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2026.
BASE LEGAL: art. 107, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 20 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

* Republicado por incorreção

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:67C433B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE ADITIVO 1 CONTRATO Nº 282/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): FLAVIA ROSEANE DANTAS MAIA, CPF: 664.292.854-72.
OBJETO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 282/2026, onde o valor global passa a ser de R$ 8.050,87 (oito mil e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), incluindo neste Aditivo o valor de R$ 108,06 (cento e oito reais e seis centavos) referente à dois dias do mês de fevereiro, por motivo de um equívoco que houve no momento da contagem dos dias a serem remunerados, onde foi considerado apenas 27 (vinte e sete) dias remunerados, quando deveria ter havido o desconto de apenas 1 (um) dia trabalhado.
VIGÊNCIA: A partir de 20 de fevereiro de 2026 com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2026.
BASE LEGAL: art. 107, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 20 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

* Republicado por incorreção

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:385478D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE ADITIVO 1 CONTRATO Nº 284/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): EDINALVA BARBOSA PONTES, CPF: 785.319.774-87.
OBJETO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 284/2026, onde o valor global passa a ser de R$ 8.050,87 (oito mil e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), incluindo neste Aditivo o valor de R$ 108,06 (cento e oito reais e seis centavos) referente à dois dias do mês de fevereiro, por motivo de um equívoco que houve no momento da contagem dos dias a serem remunerados, onde foi considerado apenas 27 (vinte e sete) dias remunerados, quando deveria ter havido o desconto de apenas 1 (um) dia trabalhado.
VIGÊNCIA: A partir de 20 de fevereiro de 2026 com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2026.
BASE LEGAL: art. 107, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 20 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

* Republicado por incorreção

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:91606A37

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE ADITIVO 1 CONTRATO Nº 311/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): ANDREYNA ELLEN DE SOUZA MEDEIROS, CPF: 123.355.644-47.
OBJETO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 311/2026, onde o valor global passa a ser de R$ 8.050,87 (oito mil e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), incluindo neste Aditivo o valor de R$ 108,06 (cento e oito reais e seis centavos) referente à dois dias do mês de fevereiro, por motivo de um equívoco que houve no momento da contagem dos dias a serem remunerados, onde foi considerado apenas 27 (vinte e sete) dias remunerados, quando deveria ter havido o desconto de apenas 1 (um) dia trabalhado.
VIGÊNCIA: A partir de 20 de fevereiro de 2026 com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2026.
BASE LEGAL: art. 107, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 20 de fevereiro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Educação

* Republicado por incorreção

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:6151C7F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 270/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE, com efeitos a partir de 1 de maio de 2026, o contrato com o senhor JOSE FERREIRA DA SILVA SOBRINHO, inscrito no CPF Nº 011.065.454-43, de prestação de serviços como motorista de transporte escolar na rede municipal de ensino, celebrado entre as partes supracitadas em 2 de fevereiro de 2026, com fundamento no item 7.1.5 da Cláusula Sétima.

Currais Novos, 29 de abril de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A2D6B9B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 310/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE, com efeitos a partir de 1 de junho de 2026, o contrato com o senhor JANDERSON LUCAS DOS REIS, inscrito no CPF Nº 017.765.814-23, de prestação de serviços como zelador na rede municipal de ensino, celebrado entre as partes supracitadas em 2 de fevereiro de 2026, com fundamento no item 7.1.5 da Cláusula Sétima.

Currais Novos, 29 de maio de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:1A19FA80

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 458/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): FRANCISCO JOSE DE AZEVEDO, CPF: 051.265.404-24.
OBJETO: prestação de serviços como Zelador Rural (Distrito da Cruz) para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento.
VALOR MENSAL: R$ R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 22 de maio de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO -
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:F2A5C866

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 477/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): MAXWELL FERREIRA JUNIOR, CPF: 132.635.884-78.
OBJETO: prestação de serviços de Tratorista, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento.
VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
VIGÊNCIA: 01 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 01 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO –
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento.

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:D5BB8F76

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 478/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): JOSE MEDEIROS FILHO, CPF: 369.125.814-04.
OBJETO: prestação de serviços de operador de motoniveladora.
VALOR MENSAL: R$ 3.000,00 (três mil reais).
VIGÊNCIA: 01 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 01 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO –
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:6EF0511D

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 460/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): VINICIUS HENRIQUE SALES PEREIRA, CPF: 116.503.734-30.
OBJETO: prestação de serviço de Entrevistador para ações do PROCAD/SUAS.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 01 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 01 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA –
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:5CCC43E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 461/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): GISLAINE DAVI FERREIRA, CPF: 082.792.044-07.
OBJETO: prestação de serviço de Entrevistadora para ações do PROCAD/SUAS.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 01 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 01 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA –
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:476E053A

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 464/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): CECILIA MARIA MOREIRA FERREIRA, CPF: 096. 843.024-44.
OBJETO: prestação de serviço de Entrevistadora para ações do PROCAD/SUAS.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 01 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 01 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA –
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:1A8BC676

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 465/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): ANA KARLA MEDEIROS, CPF: 040.699.684-90.
OBJETO: prestação de serviço de Entrevistadora para ações do PROCAD/SUAS.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 01 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA –
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:20AFB04A

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 198/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 3.639/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do(a) senhor(a) JANAINA KELLY DA SILVA SOUSA, CPF: 067.985.104-69, para prestação de serviço de Visitadora Social no Programa Criança Feliz, no período de 03 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor mensal de R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 15.873/2026.

Currais Novos, 03 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:F3E42236

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 286/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 4.042/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa MOACIR DE LIMA FILHO, CNPJ: 17.219.610/0001-83, para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica para a Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, no período de 16 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor mensal de R$ 3.000,00 (três mil reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 17284/2026.

Currais Novos, 16 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:25DFA144

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 300601/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 300601/2026

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 300601/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa ou profissional especializado na confecção de roupas típicas juninas, destinadas às apresentações culturais do Circuito Encanto Junino, apresentações estas desenvolvidas pelos programas, serviços e projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social, promovidos pelo Município, a serem realizados no período de 06 de julho de 2026 a 08 de julho de 2026, com o objetivo de atender às necessidades da Administração Pública, fortalecer as ações de inclusão e convivência social e garantir a adequada realização das festividades juninas, valorizando as tradições culturais locais. **pelo valor de R$ 5.561,00 (cinco mil e quinhentos e sessenta e um reais),** em favor da pessoa de ELIANE SILVA, inscrita no CPF sob o nº ***.593.718 - **.

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 1 de julho de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 300601/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30060001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 300601/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: ELIANE SILVA

OBJETO: Contratação de empresa ou profissional especializado na confecção de roupas típicas juninas, destinadas às apresentações culturais do Circuito Encanto Junino, apresentações estas desenvolvidas pelos programas, serviços e projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social, promovidos pelo Município, a serem realizados no período de 06 de julho de 2026 a 08 de julho de 2026, com o objetivo de atender às necessidades da Administração Pública, fortalecer as ações de inclusão e convivência social e garantir a adequada realização das festividades juninas, valorizando as tradições culturais locais.

VALOR TOTAL: R$ 5.561,00 (cinco mil e quinhentos e sessenta e um reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.

Encanto/RN, 1 de julho de 2026.

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:08AD1C6A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº

00021/2026, que objetiva: Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de alimentação pronta (tipo marmita/quentinha) e prestação de serviços de hospedagem em hotel ou pousada, destinados a atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Equador/RN, conforme demanda; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: DODOKA POUSADA LTDA – ME - CNPJ: 21.172.868/0001-49 - R$ 90.750,00; DORGIVAL SANTINO DOS SANTOS – ME - CNPJ: 08.608.867/0001-36 - R$ 60.000,00.

Equador - RN, 1º de Julho de 2026

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:EFB7B61A

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE N.º CD 00016/2026

Expediente:	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º CD 00016/2026
Assunto:	Contratação de empresa especializada para a customização e o fornecimento de traves de ferro destinadas a quadra do complexo Binão.
Valor:	R$ 3.200,00 (TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS).
Fornecedor	48.993.220 SAMUEL DE SOUZA OLIVEIRA – 48.993.220/0001-20
Legislação:	Art. 72 e 95 §2, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 141 do Decreto Municipal 001/2024.

D E S P A C H O

APROVO o correspondente procedimento nos termos do expediente supramencionado. Acolho a situação, na forma Art. 72 e 95 §2, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 141 do Decreto Municipal 001/2024, como se apresenta neste procedimento de contratação direta, para atender a necessidade da demanda justificadamente requerida.

Remeta-se o processo, devidamente instruído de todos os seus elementos constitutivos, à publicação, para os fins e efeitos legais.

Equador - RN, 19 de junho de 2026.

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:1CD4FB9A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE N.º 32, DE 01 DE JULHO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE EQUADOR – RN
GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL – GPME

Decreto de n.º 32, de 01 de julho de 2026.

Dispõe sobre a adoção de medidas emergenciais de contenção de despesas no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Equador/RN, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o dever de gestão fiscal responsável imposto pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), notadamente os princípios de planejamento, transparência e equilíbrio das contas públicas insculpidos em seu art. 1º, §1º;
CONSIDERANDO o comando do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo o qual, verificado ao final de bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes promoverão, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação do equilíbrio fiscal das contas públicas municipais, em razão dos déficits orçamentário-financeiros decorrentes da redução dos repasses de recursos do Governo Federal ao Município, quando comparados aos exercícios anteriores, os quais comprometem a capacidade de execução orçamentária sem a adoção de medidas imediatas de contenção de despesas;
CONSIDERANDO o dever constitucional do Chefe do Poder Executivo Municipal de zelar pela guarda e boa gestão das contas públicas, em observância aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e responsabilidade fiscal insculpidos nos arts. 37 e 163 a 169 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto no art. 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às vedações aplicáveis quando a despesa total com pessoal exceder 95% (noventa e cinco por cento) do limite legal,

D E C R E T A:
Art. 1º Fica determinada, em caráter emergencial, a suspensão da concessão de diárias a agentes públicos do Poder Executivo Municipal, ressalvados exclusivamente os casos de urgência e urgência qualificada (urgentíssima), assim reconhecidos mediante despacho motivado da autoridade competente, que deverá indicar expressamente:
I – a excepcionalidade da situação que impõe o deslocamento;
II – a impossibilidade de adiamento ou de substituição por outro meio; e
III – a estrita necessidade do serviço público envolvido.
§1º O despacho motivado a que se refere o *caput* será submetido à prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Município e da Secretaria Municipal de Finanças, quanto à disponibilidade orçamentária e financeira.
§2º Fica vedada, em qualquer hipótese, a concessão de diárias sem a comprovação posterior da efetiva prestação do serviço que a motivou, sob pena de responsabilização do servidor beneficiário e da autoridade concedente.

Art. 2º As licenças por motivo de saúde e as licenças-prêmio em curso ou a serem concedidas somente poderão ser usufruídas ou convertidas de modo que não enseje, direta ou indiretamente, nova contratação, admissão ou substituição de pessoal para suprir a vacância temporária do cargo ou função, ressalvadas as hipóteses em que a lei expressamente exija a reposição para não comprometer serviço público essencial e indelegável, mediante prévia e motivada autorização do Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Administração e à Secretaria Municipal de Finanças a verificação prévia, em cada caso, da compatibilidade da licença com o disposto neste artigo.

Art. 3º Fica determinada a redução de despesas de pessoal em percentual de até 30% (trinta por cento) nas Secretarias Municipais, a ser implementada, nesta ordem de prioridade, mediante:
I – extinção ou não provimento de cargos em comissão e funções gratificadas não essenciais ao funcionamento da respectiva Secretaria;
II – não renovação e não celebração de novos contratos temporários, salvo os indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, mediante justificativa técnica;
III – vedação à criação de cargos, empregos ou funções, e à contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de vacância em áreas de saúde, educação e assistência social, nos limites e condições da legislação de regência;
IV – racionalização administrativa, com fusão ou reorganização de unidades e funções, sem prejuízo de direitos funcionais.
§1º A redução prevista neste artigo não implica, por si só, exoneração de servidores efetivos estáveis, cuja dispensa somente poderá ocorrer nas hipóteses, forma e mediante o processo específico previstos no art. 169, §§3º e 4º, da Constituição Federal e no art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Cada Secretaria Municipal deverá apresentar à Secretaria de Administração, no prazo de 15 (quinze) dias, plano específico de adequação de despesas de pessoal, observados os limites e a ordem de prioridade estabelecidos neste artigo.

Art. 4º A celebração de novos contratos administrativos pelo Município fica condicionada, cumulativamente, à observância do disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 e à comprovação de que a contratação:
I – gera efetiva economia de recursos públicos em relação à situação atual, mediante estudo técnico comparativo; ou
II – atende a excepcional interesse público, devidamente justificado em processo administrativo próprio, com manifestação prévia da Secretaria de Finanças quanto ao impacto orçamentário-financeiro e da Procuradoria-Geral do Município quanto à legalidade.
Parágrafo único. Fica vedada a prorrogação ou renovação de contratos vigentes que não atendam aos requisitos deste artigo, ressalvados os contratos cuja interrupção acarrete descontinuidade de serviço público essencial.

Art. 5º As Secretarias Municipais deverão adotar, no âmbito de suas competências, todas as providências necessárias ao cumprimento imediato deste Decreto, sob pena de responsabilidade funcional dos gestores que derem causa ao seu descumprimento.

Art. 6º Este Decreto será revisto a cada 2 (dois) meses, à luz da evolução dos indicadores fiscais do Município, podendo suas medidas ser mantidas, agravadas ou revogadas por novo ato do Poder Executivo.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Equador (RN), 01 de julho de 2026.

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:4832AB21

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS, INCLUSIVE COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSISTENTES NO PROCESSAMENTO DO PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL E OUTRAS INDENIZAÇÕES DOS MEMBROS E SERVIDORES ATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR. FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 00005/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1CR05/2026 - Owldigital Pagamentos Ltda - CNPJ: 48.992.035/0001-80 - Apostila 01 - Acrescentar ao contrato 1CR05/2026, Acordo de Processamento de Dados (DPA — Data Processing Agreement), que se regerá pelas disposições que seguem, observadas a Lei n.º 14.133/2021, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD — Lei n.º 13.709/2018). ASSINATURA: 29.06.26

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:93DB6A23

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de alimentação pronta (tipo marmita/quentinha) e prestação de serviços de hospedagem em hotel ou pousada, destinados a atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Equador/RN, conforme demanda. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00021/2026. DOTAÇÃO: 04.122.0002.2091–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 04.122.0002.2003–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 08.122.0002.2092–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE ASS. SOCIAL 08.125.0002.2039–MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNIC. DE ASS. SOCIAL CMAS E AFINS 08.125.0002.2100–MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO PROT. SOCIAL BÁSICA (CRAS/SCFV ETC) 08.125.0002.2102–MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO DESC. E CONT. SOCIAL SUAS –IGD/SUAS 10.122.0002.2032–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. SAÚDE 10.301.0002.2031–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO BÁSICA 10.302.0002.2036–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ASS. HOSP. E AMBULATORIAL 12.122.0002.2005–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12.361.0002.2007–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ENSINO FUNDAMENTAL 12.365.0002.2020–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE EDUCAÇÃO INFANTIL 12.366.0002.2070–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 13.392.0002.2022–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CULTURA 15.452.0002.2027–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS 20.122.0003.2030–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 27.812.0002.1069–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTOS 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – JURIDICA. 3.3.90.30 – INVESTIMENTOS E PERMANENTES 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos 15001001 – Recursos manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE 15400000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferência de Impostos 15410000 – Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAF 15420000 – Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT 15500000 – Transferência do Salário–Educação 15510000 – Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) 15690000 – Outras Transferências de Recursos do FNDE 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – 15% Saúde 16000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal – Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde 16210000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 16310000 – Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde 16593110 – Outros Recursos Vinculados à Saúde – Transferências da União 16593130 – Outros Recursos Vinculados à Saúde – Emendas Parlamentares de Comissão 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 16690000 – Outros Recursos Vinculados à Assistência Social 17063110 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais 17103210 – Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais. VIGÊNCIA: até 01/07/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1PE21/2026 - 01.07.26 - DORGIVAL SANTINO DOS SANTOS - ME - CNPJ 08.608.867/0001-36 - R$ 60.000,00; CT Nº 2PE21/2026 - 01.07.26 - DODOKA POUSADA LTDA - ME - CNPJ 21.172.868/0001-49 - R$ 90.750,00.

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:C1BCCD07

GABINETE DO PREFEITO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de alimentação pronta (tipo marmita/quentinha) e prestação de serviços de hospedagem em hotel ou pousada, destinados a atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Equador/RN, conforme demanda; DESIGNO os servidores Jailson Santos Filho, Secretário de Administração e Planejamento, como Gestor; e Geisilane Maria dos Santos, Chefe de Divisão de Informática, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00021/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Equador - RN, 1º de Julho de 2026

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:C1D54910

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DOS EDITAIS Nº 001/2026 E Nº 002/2026

RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DOS EDITAIS Nº 001/2026 E Nº 002/2026
A Comissão de Organização e Acompanhamento dos Editais torna público que será realizada a **retificação do cronograma** dos Editais nº **001/2026** e nº **002/2026**, que tratam da **seleção de projetos para firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399/2022),** em razão da necessidade de adequação dos prazos referentes à etapa de interposição e análise de recursos.
A retificação tem por objetivo assegurar o adequado processamento dos recursos administrativos, garantindo maior segurança, transparência e observância aos princípios da legalidade, da publicidade, da isonomia e do devido processo administrativo.
As demais disposições constantes dos Editais permanecem inalteradas, produzindo todos os seus efeitos.

Onde se ler
CRONOGRAMA DO EDITAL

Etapa	Período
Inscrição de propostas	16/06/2026 a 24/06/2026
Análise das propostas	25/06/2026 a 29/06/2026
Resultado provisório da análise	30/06/2026
Interposição de recursos da etapa de análise	01/07/2026 a 02/07/2026
Resultado final da análise	03/07/2026
Entrega dos documentos de habilitação	04/07/2026 a 06/07/2026
Interposição de recursos da etapa de habilitação	07/07/2026
Resultado final definitivo	08/07/2026
Assinatura do Termo de Execução Cultural	09/07/2026 a 11/07/2026

Leia -se

CRONOGRAMA DO EDITAL

Etapa	Período
Inscrição de propostas	16/06/2026 a 24/06/2026
Análise das propostas	25/06/2026 a 29/06/2026
Resultado provisório da análise	30/06/2026
Interposição de recursos da etapa de análise	**01/07/2026 a 03/07/2026**
Análise dos recursos	**04/07/2026 a 08/07/2026**
Resultado final da análise	**09/07/2026**
Entrega dos documentos de habilitação	**10/07/2026 a 12/07/2026**
Interposição de recursos da etapa de habilitação	**13/07/2026**
Resultado final definitivo	**14/07/2026**
Assinatura do Termo de Execução Cultural	**15/07/2026 a 17/07/2026**

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:04A96C43

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADESÃO Nº. 000003/2026 EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ADESÃO Nº. 000003/2026
EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços N° 020/2025 subjacente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2025 do Município de Canguaretama/RN. Contratada: VALE TECH TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 27.021.175/0001-31. REGISTRO DE PREÇOS: Ata de Registro nº. 020/2025. DETENDORA DO REGISTRO: Município de Canguaretama/RN. VIGÊNCIA DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS: 25/07/2025 a 25/07/2026.

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:4450BD92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADESÃO Nº. 000003/2026 EXTRATO DO CONTRATO N° 026/2026

ADESÃO Nº. 000003/2026
EXTRATO DO CONTRATO N° 026/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.362.287/0001-01. Contratada: VALE TECH TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 27.021.175/0001-31. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA DE MONITORAMENTO, INCLUINDO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, GRAVAÇÃO, ARMAZENAMENTO, GERENCIAMENTO, COMBINADA À CÂMERAS EM SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO 100% EM NUVEM COM ACESSOS VIA AMBIENTE CLOUD COMPUTING, E ACESSO WEB E VIA APLICATIVOS PARA SISTEMAS IOS E ANDROID, VISANDO O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ESPIRITO SANTO/RN. VALOR DO CONTRATO: R$ 189.999,96. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses.

Espírito Santo/RN, 01 de julho de 2026.

Município de Espírito Santo/RN –
JOSÉ FAGNER FREIRE -
Prefeito Municipal /

Vale Tech Tecnologia em Segurança LTDA –
CARLOS HENRIQUE DO VALE XAVIER –
Representante.

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:19921333

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000009/2026 TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000009/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
1. Conduz-se propositura formulada pelo Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura, visando a CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "THULLIO MILIONÁRIO" NO SÃO JOÃO DO POVÃO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN, instruída na forma de inexigibilidade de licitação, sob a égide da Lei nº. 14.133/2021.
2. No plano da despesa pública, a Secretaria Municipal de Finanças, informou haver previsão de lastro orçamentário para a contratação, atendendo assim aos termos do art. 16, incisos I e II da Lei Complementar nº. 101/2000, motivo pelo qual AUTORIZO a despesa.
3. Constata-se, portanto, que a instrução do procedimento observou o devido controle de legalidade, em especial no que respeita à presença dos pressupostos de existência e validade inerentes ao instituto da inexigibilidade de licitação, consoante Parecer produzido pela Agente de Contratação e pela Assessoria Jurídica.
4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 74, II da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a inexigibilidade de licitação em favor da empresa THULLIO MILIONÁRIO SHOWS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 30.960.316/0001-96, no valor total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "THULLIO MILIONÁRIO" NO SÃO JOÃO DO POVÃO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN.
5. Finalmente, ao cabo, estimo essa deferência a fim de remeter os autos à Agente de Contratação, objetivando publicização, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei nº .14.133/2021.

Espírito Santo/RN, 30 de junho de 2026.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:8DC7BFBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000010/2026 TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000010/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
1. Conduz-se propositura formulada pelo Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura, visando a CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "BONDE DO BRASIL" NO SÃO JOÃO DO POVÃO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN, instruída na forma de inexigibilidade de licitação, sob a égide da Lei nº. 14.133/2021.
2. No plano da despesa pública, a Secretaria Municipal de Finanças, informou haver previsão de lastro orçamentário para a contratação, atendendo assim aos termos do art. 16, incisos I e II da Lei Complementar nº. 101/2000, motivo pelo qual AUTORIZO a despesa.
3. Constata-se, portanto, que a instrução do procedimento observou o devido controle de legalidade, em especial no que respeita à presença dos pressupostos de existência e validade inerentes ao instituto da inexigibilidade de licitação, consoante Parecer produzido pela Agente de Contratação e pela Assessoria Jurídica.
4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 74, II da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a inexigibilidade de licitação em favor da empresa BONDE DO BRASIL PROMOÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 16.809.891/0001-61, no valor total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "BONDE DO BRASIL" NO SÃO JOÃO DO POVÃO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN.
5. Finalmente, ao cabo, estimo essa deferência a fim de remeter os autos à Agente de Contratação, objetivando publicização, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei nº .14.133/2021.

Espírito Santo/RN, 30 de junho de 2026.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:0E512995

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000011/2026 TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000011/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
1. Conduz-se propositura formulada pelo Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura, visando a CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "AMANDA RAINHA DA FARRA" NO SÃO JOÃO DO POVÃO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN, instruída na forma de inexigibilidade de licitação, sob a égide da Lei nº. 14.133/2021.
2. No plano da despesa pública, a Secretaria Municipal de Finanças, informou haver previsão de lastro orçamentário para a contratação, atendendo assim aos termos do art. 16, incisos I e II da Lei Complementar nº. 101/2000, motivo pelo qual AUTORIZO a despesa.
3. Constata-se, portanto, que a instrução do procedimento observou o devido controle de legalidade, em especial no que respeita à presença dos pressupostos de existência e validade inerentes ao instituto da inexigibilidade de licitação, consoante Parecer produzido pela Agente de Contratação e pela Assessoria Jurídica.
4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 74, II da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a inexigibilidade de licitação em favor da empresa AMANDA RAINHA DA FARRA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 63.616.937/0001-06, no valor total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "AMANDA RAINHA DA FARRA" NO SÃO JOÃO DO POVÃO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN.
5. Finalmente, ao cabo, estimo essa deferência a fim de remeter os autos à Agente de Contratação, objetivando publicização, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei nº .14.133/2021.

Espírito Santo/RN, 30 de junho de 2026.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:BAF0B6CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 000009/2026 EXTRATO DO CONTRATO N° 023/2026

INEXIGIBILIDADE N° 000009/2026
EXTRATO DO CONTRATO N° 023/2026
INEXIGIBILIDADE – CONTRATANTE: Município de Espírito Santo/RN – CONTRATADO (A): THULLIO MILIONÁRIO SHOWS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 30.960.316/0001-96 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "THULLIO MILIONÁRIO" NO SÃO JOÃO DO POVÃO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN - PERÍODO: 03 de julho de 2026 – VALOR: R$ 200.000,00 – ORIGEM DOS RECURSOS: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21.

Espírito Santo/RN, 01 de julho de 2026 –

JOSÉ FAGNER FREIRE –
Prefeito /

Thullio Milionário Shows e Eventos LTDA –
THULLIO GILCIVAN DA SILVA ARAÚJO –
Representante.

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:B422C5DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 000010/2026 EXTRATO DO CONTRATO N° 024/2026

INEXIGIBILIDADE N° 000010/2026
EXTRATO DO CONTRATO N° 024/2026
INEXIGIBILIDADE – CONTRATANTE: Município de Espírito Santo/RN – CONTRATADO (A): BONDE DO BRASIL PROMOÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 16.809.891/0001-61 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "BONDE DO BRASIL" NO SÃO JOÃO DO POVÃO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN - PERÍODO: 03 de julho de 2026 – VALOR: R$ 200.000,00 – ORIGEM DOS RECURSOS: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21. Espírito Santo/RN, 01 de julho de 2026 –

JOSÉ FAGNER FREIRE –
Prefeito /

Bonde do Brasil Promoções e Edições Musicais LTDA –
JUBERVAN ANTÔNIO DE MORAIS –
Representante.

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:C31B516B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N° 000011/2026 EXTRATO DO CONTRATO N° 025/2026

INEXIGIBILIDADE N° 000011/2026
EXTRATO DO CONTRATO N° 025/2026
INEXIGIBILIDADE – CONTRATANTE: Município de Espírito Santo/RN – CONTRATADO (A): AMANDA RAINHA DA FARRA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 63.616.937/0001-06 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "AMANDA RAINHA DA FARRA" NO SÃO JOÃO DO POVÃO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN - PERÍODO: 03 de julho de 2026 – VALOR: R$ 150.000,00 – ORIGEM DOS RECURSOS: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21.

Espírito Santo/RN, 01 de julho de 2026

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito /

Amanda Rainha da Farra LTDA
LUCAS ROBERTO SANTOS OMENA
Representante.

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:9D0062EC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 279/2026 – GP EM, 01/07/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, ao Chefe do Executivo, o Senhor, SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA, CPF: XXX.XXX.XX4-68, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção em Natal/RN, nos dias 01 de Julho de 2026, na oportunidade participará do NOVO PAC SAÚDE, onde serão entregues veículos do SAMU (Suporte Básicoe Avançado) e UOM (Unidade Ondontológica Móvel).
Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de R$ 400,00 **(**quatrocentos reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 01/07/2026

GILVANDRO JÁCOME FERNADES
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Francisco Gerlenio de Lira
Código Identificador:6344D7B4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 280/2026 – GP EM, 01/07/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, ao Senhor Vice-Prefeito, FRANCISCO UBIRACY FEITOSA PASCOAL, CPF: XXX.122.504-XX, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana em Natal/RN, nos dias 01 de Julho de 2026, na oportunidade participará do NOVO PAC SAÚDE, onde serão entregues veículos do SAMU (Suporte Básicoe Avançado) e UOM (Unidade Ondontológica Móvel).
Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de R$ 400,00 **(**quatrocentos reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 01/07/2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Gerlenio de Lira
Código Identificador:708AF139

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 281/2026 – GP EM, 01/07/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, ao Servidor, JOSIVAN GOMES DE BRITO, CPF:XXX.XXX.204-00, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana em Natal/RN, nos dias 01 de Julho de 2026, na oportunidade participará do NOVO PAC SAÚDE, onde serão entregues veículos do SAMU (Suporte Básicoe Avançado) e UOM (Unidade Ondontológica Móvel).
Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de R$ 200,00 **(**duzentos reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 01/07/2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Gerlenio de Lira
Código Identificador:661CB365

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 282/2026 – GP EM, 01/07/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, a servidora JACKELINE GURGEL CÂMARA, CPF: XXX.281.404-XX, Secretária Municipal de Saúde, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana em Natal/RN, nos dias 01 de Julho de 2026, na oportunidade participará do NOVO PAC SAÚDE, onde serão entregues veículos do SAMU (Suporte Básicoe Avançado) e UOM (Unidade Ondontológica Móvel).
Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de R$ 400,00 **(**quatrocentos reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 01/07/2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Gerlenio de Lira
Código Identificador:E9125775

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADIT3VO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0143/2026

PROCESSO Nº. 02020142-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado:** FRANCISCO ALEX TARGINO DE OLIVEIRA – CPF: 090.816.254-54; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professor** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:E03F7B99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0131/2026

PROCESSO Nº. 02020131-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** GILCILENE VALE DA SILVA – CPF: 098.789.744-64; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:DBED4CD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0132/2026

PROCESSO Nº. 02020132-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** ELIONARA REGY RAMALHO DA SILVA GURGEL – CPF: 026.993.314-06; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:96D13697

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0132/2026

PROCESSO Nº. 02020132-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** CLAUDENIR DE ANDRADE COSTA – CPF: 012.079.094-75; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:F8B45A2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0134/2026

PROCESSO Nº. 02020134-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado:** COSMO JADSON ALVES LEITE – CPF: 101.892.564-35; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professor** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:5DFBE114

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0135/2026

PROCESSO Nº. 02020135-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** FERNANDA JULIETTY SANTANA DE MENEZES – CPF: 088.799.934-45; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
-

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:AF79DF9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0136/2026

PROCESSO Nº. 02020136-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado:** LUCAS MORAIS BEZERRA – CPF: 706.439.004-38; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professor** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:71E0C8EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0138/2026

PROCESSO Nº. 02020138-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** FRANCISCA LIEGE MORAIS OLIVEIRA CARDOSO – CPF: 012.304.004-35; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:1874C062

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0139/2026

PROCESSO Nº. 02020139-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** HYANKA THAYSE OLIVEIRA DE MOURA – CPF: 105.832.234-60; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do

Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:271661B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0140/2026

PROCESSO Nº. 02020140-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** MARIA NEURENICE DA COSTA– CPF: 904.460.464-34; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:130F82CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0141/2026

PROCESSO Nº. 02020141-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** FRANCISCA MARIA DA SILVA NETA – CPF: 054.443.744-63; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:B9B9D7AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0142/2026

PROCESSO Nº. 02020142-26. Partes: Contratante: Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- Contratado: HELANO GUILHERME GÓIS E SILVA – CPF: 098.307.284-12; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Professor e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: 31/12/2026. LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:00D6D76F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0144/2026

PROCESSO Nº. 02020144-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** ANA PAULA DE OLIVEIRA– CPF: 017.554.304-69; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:42A84520

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0148/2026

PROCESSO Nº. 02020148-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** FRANCISCA RAYANE GOMES DE OLIVEIRA – CPF: 016.776.894-80; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:27A86DEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0151/2026

PROCESSO Nº. 02020151-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** LIGIA FABRÍCIA PEREIRA DE SOUZA GÓIS – CPF: 089.003.154-12; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Professora** e, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:F296715C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 097/2026

PROCESSO Nº. 02010097-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratada:** KARLA ISABELLE COSTA ALVES – CPF: 073.583.144-09; Objeto: Primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de **Nutricionista,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Educação de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 597/2025 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Educação – PROGRAMA: 12.122.0049.2.015 -Contratação por tempo determinado Fonte: 15001001; Local/data: Felipe Guerra RN, 1° de Julho de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:38C9B5DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO N° 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 311033/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores.
PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA/RN, inscrito no CNPJ 08.349.086/0001-74, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Educação, e a Organização da Sociedade Civil **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES – IDC**, inscrita no CNPJ sob nº 18.839.775/0001-10.
OBJETO: Seleção de Organização da Sociedade Civil interessada em celebrar Termo de Colaboração nas áreas de saúde, educação, assistência social e administração, visando à execução de ações conjuntas voltadas às políticas públicas municipais, mediante cooperação mútua para consecução de finalidade de interesse público e recíproco, nos termos da Lei nº 13.019/2014.
VALOR GLOBAL: R$ 9.725.165,40 (nove milhões, setecentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta centavos), em 12 (doze) parcelas mensais iguais de R$ 810.430,45 (oitocentos e dez mil, quatrocentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos).
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: As despesas decorrentes da presente parceria correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão Orçamentário	03 - Secretaria Munic. de Adm. e Recursos Humanos
Unidade Orçamentária	03.001 - Sec.Munic.de Administração e Recursos Humanos
Programa	0044 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.
Ação	2004 Manutenção da Sec. Municipal de Administração e Recursos Humanos.
Elemento de Despesa	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
Fonte	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;

Órgão Orçamentário	05 - Sec. Municipal de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária	05.001 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Programa	0049 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Ação	2012 Manutenção das Atividades da Sec. de Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
Fonte	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;

Órgão Orçamentário	13 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária	13.001 - Fundo Municipal de Saúde
Programa	0069 - GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE E TRANSPARENTE NA SAÚDE
Ação	2049 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
Elemento de Despesa	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;

Órgão Orçamentário	14 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária	14.001 - Fundo Municipal de Assistência Social
Programa	0073 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA
Ação	2058 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social
Elemento de Despesa	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento.
DATA DA ASSINATURA: Felipe Guerra/RN, 01 de julho de 2026
SIGNATÁRIOS: Salomão Gomes de Oliveira – Prefeito Municipal; Hussein Said Chahrour – Representante Legal do Instituto de Desenvolvimento das Cidades – IDC.

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:7D99DE9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 0146/2026

PROCESSO Nº 02020146-26 - RESCINDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA/RN. CNPJ: nº: 08.349.086/0001-74. RESCINDIDO: **BRENDO NASCIMENTO DE MENEZES** – CPF sob o nº059.282.474-86. OBJETO: Termo de

Rescisão amigável do contrato de prestação de serviços como Motorista com carga de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal Obras Públicas e Infraestrutura do Município de Felipe Guerra-RN. **FUNDAMENTOLEGAL**: Lei 8.666/93, em especial os art. 79, parágrafo 2º, inciso II, XVII; art. 79, inciso II, bem assim da Cláusula Sexta, itens 6.1 do Contrato Original. **LOCAL/DATA**: Felipe Guerra/RN, 30 de Junho de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:DF03FEA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 0159/2026

PROCESSO Nº 02020159-26 - RESCINDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA/RN. CNPJ: nº: 08.349.086/0001-74. RESCINDIDO: **WELLINGTON CARLOS MENEZES DE SOUZA** – CPF sob o nº 056.035.694-33. OBJETO: Termo de Rescisão amigável do contrato de prestação de serviços como Motorista com carga de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal Obras Públicas e Infraestrutura do Município de Felipe Guerra-RN. **FUNDAMENTOLEGAL**: Lei 8.666/93, em especial os art. 79, parágrafo 2º, inciso II, XVII; art. 79, inciso II, bem assim da Cláusula Sexta, itens 6.1 do Contrato Original. **LOCAL/DATA**: Felipe Guerra/RN, 30 de Junho de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:F7D39CE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 276/2026-SEMARH EM, 01 DE JULHO DE 2026.

Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor Sr. Joaquim Barbosa de Lira Neto no cargo de Jardineiro do Município de Felipe Guerra- RN e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor **Sr. Joaquim Barbosa de Lira Neto** no cargo de **Jardineiro** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal, referente ao período de 01/07/2026 a 30/07/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Felipe Guerra – RN, 01 de Julho de 2026.

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:31AB989F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 277/2026-SEMARH EM, 01 DE JULHO DE 2026.

Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor Sr. Fernando Cláudio Morais da Silva no cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Felipe Guerra-RN e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor **Sr. Fernando Cláudio Morais da Silva** no cargo de **Conselheiro Tutelar** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal, referente ao período de 01/07/2026 a 30/07/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Felipe Guerra – RN, 01 de Julho de 2026.

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:CAB21A81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 278/2026-SEMARH EM, 01 DE JULHO DE 2026.

Concede 90 (noventa) dias de Licença Prêmio ao servidor Sr. Francisco Eliberto Florêncio de Morais no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1998.

RESOLVE:
Art. 1º Concede 90 (noventa) dias de Licença Prêmio ao servidor **Sr. Francisco Eliberto Florêncio de Morais** no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais (ASG)** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal, referente ao período de 01/07/2026 a 01/10/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra – RN, 01 de Julho de 2026.

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:22F3FBBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 030006034/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 030006034/2026
Objeto:. Contratação de serviços referentes a confecção de faixas e banners destinados a atender as necessidades do programa Criança Feliz, vinculado a Secretaria Municipal de Assistencia Social
Contratado: Nikolas Godeiro Câmara (121.888.794-06)
Valor Total Julgado: R$ 986,31
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/06/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:3DF0CB60

GABINETE CIVIL
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

ADJUDICO o procedimento licitatório do referido Pregão Eletrônico nº 012/2026, tipo menor preço por lote devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de realizar o realizar o registro de preços para aquisição de material de consumo odontológico para suprir as necessidades fundamentais e garantir o adequado funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), da UBS José Ginaldo Bezerra e da unidade de saúde da zona rural do município de Frutuoso Gomes - RN, que teve como licitante vencedor total: MAQUIRA INDUSTRIA DEPRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A. – CNPJ: 05.823.205/0001-90 com o valor total de R$ 6.735,00 (Seis Mil, Setecentos e Trinta e Cinco Reais); MULTIMED DENTAL LTDA – CNPJ: 29.894.043/0001-40 com o valor total de R$ 76.119,30 (Setenta e Seis Mil, Cento e Dezenove Reais e Trinta Centavos); ODONTOSUL LTDA – CNPJ: 04.971.211/0001-22 com o valor total de R$ 39.304,55 (Trinta e Nove Mil, Trezentos e Quatro Reais e Cinquenta e Cinco Centavos); W S COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 10.212.250/0001-49 com o valor total de R$ 2.800,50 (Dois Mil e Oitocentos Reais e Cinquenta Centavos)**.**

Frutuoso Gomes – RN, 01 de julho de 2026.

ISMAEL SEVERINO JUVENCIO ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:3D91C685

GABINETE CIVIL
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

HOMOLOGO o procedimento licitatório do referido Pregão Eletrônico nº 012/2026, tipo menor preço por lote devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de realizar o registro de preços para aquisição de material de consumo odontológico para suprir as necessidades fundamentais e garantir o adequado funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), da UBS José Ginaldo Bezerra e da unidade de saúde da zona rural do município de Frutuoso Gomes - RN, que teve como licitante vencedor total: MAQUIRA INDUSTRIA DEPRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A. – CNPJ: 05.823.205/0001-90 com o valor total de R$ 6.735,00 (Seis Mil, Setecentos e Trinta e Cinco Reais); MULTIMED DENTAL LTDA – CNPJ: 29.894.043/0001-40 com o valor total de R$ 76.119,30 (Setenta e Seis Mil, Cento e Dezenove Reais e Trinta Centavos); ODONTOSUL LTDA – CNPJ: 04.971.211/0001-22 com o valor total de R$ 39.304,55 (Trinta e Nove Mil, Trezentos e Quatro Reais e Cinquenta e Cinco Centavos); W S COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 10.212.250/0001-49 com o valor total de R$ 2.800,50 (Dois Mil e Oitocentos Reais e Cinquenta Centavos)**.**

Frutuoso Gomes – RN, 01 de julho de 2026.

ISMAEL SEVERINO JUVENCIO ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:56616FC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

A Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público, nos termos da Lei n° 14.133, de 1 de abril de 2021, fará realizar Procedimento Licitatório- Sistema de Registro de Preços -Modalidade: Pregão -Tipo: Menor preço - Objeto: Registro de preços para aquisição gradual e contínua de medicamentos para suprir necessidade fundamental para o adequado funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e farmácia básica de Frutuoso Gomes - Sessão Pública e Início da Abertura da sessão: 09:00 do dia 14/07/2026, Local: http://www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados nesse mesmo local.

FRUTUOSO GOMES/RN, 30/06/2026

MARCOS PAULO MEDEIROS CARLOS DE AMORIM
Agente de Contratação

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:82BDDF4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

O Agente de Contratação deste Município de Frutuoso Gomes/RN, torna público o resultado do referido Pregão Eletrônico nº 012/2026, tipo menor preço por item com a finalidade de realizar o registro de preços para aquisição de material de consumo odontológico para suprir as necessidades fundamentais e garantir o adequado funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), da UBS José Ginaldo Bezerra e da unidade de saúde da zona rural do município de Frutuoso Gomes - RN, que teve como licitante vencedor total: MAQUIRA INDUSTRIA DEPRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A. – CNPJ: 05.823.205/0001-90 com o valor total de R$ 6.735,00 (Seis Mil, Setecentos e Trinta e Cinco Reais); MULTIMED DENTAL LTDA – CNPJ: 29.894.043/0001-40 com o valor total de R$ 76.119,30 (Setenta e Seis Mil, Cento e Dezenove Reais e Trinta Centavos); ODONTOSUL LTDA – CNPJ: 04.971.211/0001-22 com o valor total de R$ 39.304,55 (Trinta e Nove Mil, Trezentos e Quatro Reais e Cinquenta e Cinco Centavos); W S COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 10.212.250/0001-49 com o valor total de R$ 2.800,50 (Dois Mil e Oitocentos Reais e Cinquenta Centavos).

Frutuoso Gomes – RN, 01 de julho de 2026.

MARCOS PAULO MEDEIROS CARLOS DE AMORIM
Agente de Contratação

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:8D982425

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PLAJAMENTO - SEARHP
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS 002/2025.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, constituída pela Portaria nº 005/2026, de 10/06/2026, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO E CONVOCA** candidatos realacionados para apresentarem documentação, conforme descrito abaixo:

DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Para formalização e assinatura do termo contratual o candidato terá que apresentar cópias, de BOA QUALIDADE, dos documentos abaixo relacionados, acompanhados dos originais quando não autenticados, **no dia 03 de julho de 2026**, sexta-feira, das 8h30min às 12h na sede da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Planejamento, localizada a Rua José Carlos, 150 – Centro – Frutuoso Gomes/RN – CEP: 59890-000. O não comparecimento do candidato no prazo acima descrito, ou a nao apresentação dos documentos solicitados, implicada na sua imediata desclassificação. Segue, portanto, lista de documentos e candidatos convocados:

a) Carteira de identidade;
b) Carteira de trabalho (página da foto, verso e qualquer outra que possua alguma anotação);
c) CPF;
d) Cartão do PIS/ PASEP;
e) (uma) foto tamanho 3X4 recente;
f) Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
g) Certificado de reservista para candidatos do sexo masculino;
h) Certidão de casamento ou nascimento se solteiro;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
j) Declaração de Bens (fornecida pela Secretaria de Administração, Recusos Humasnos e Planejamento);
k) Prova de inexistência de antecedentes criminais, mediante certidões atualizadas da Justiça Federal e da Justiça Estadual;
Comprovante de residência atual em nome do candidato;
Declaração de acúmulo de cargo (fornecida pela Secretaria de Administração, Recusos Humasnos e Planejamento);
Comprovante do número da conta bancária que especifique o banco e a agência, aberta como conta salário ou conta corrente, exclusivamente no Banco do Brasil S/A (banco conveniado).
Cartão do SUS;
Registro no respectivo Conselho de Classe;
Todos os Diplomas/certificados de curso na área pleiteada, bem como de graduação, especialização, mestrado, dourtorado;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM			
CLASS.	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO FINAL	SITUAÇÃO DO CANDIDATO
12°	Marcelo Leandro Lemos	62	CONVOCADO

Frutuoso Gomes/RN, 01 de julho de 2026.

LAYANE KELLY MARTINS DE QUEIROZ
Secretária Municipal de Administração, Recursos Humanos e Planejamento.

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:F687506E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ERRATA 01/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 015/2026 - PE- SRP

Termo de errata nº. 001/2026
Pregão eletrônico nº. 015/2026
Processo n°. 63706055/2026

Objeto: **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE, MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GALINHOS/RN**

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito, Hudson Matias Cavalcante, a Prefeitura Municipal de Galinhos/RN abrirá a sessão pública do pregão eletrônico supramencionado mantendo a mesma data e horário exarado no edital, exclusivamente, no Porta de Compras Públicas, no sítio da plataforma, www.portaldecompraspublicas.com.br, ref. ao objeto acima, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal 032/2023 que regulamenta o a NLLC, após pedido de esclarecimento a qual se fez necessário o presente termo;

Dessa forma, vem retificar o edital após modificação no termo de referência:

NA PÁGINA 35 DO EDITAL (ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA)

ONDE SE LÊ O DESCRITIVO DO ITEM 25:

CAFETEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL CAPACIDADE 04 LITROS, CORPO EM AÇO INOXIDÁVEL, PINGADEIRA REMOVÍVEL PARA FÁCIL LIMPEZA ACOMPANHA VARETA PARA LIMPEZA DAS TORNEIRAS 220V,1.300W.

LEIA-SE:

CAFETEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL CAPACIDADE 04 LITROS, CORPO EM AÇO INOXIDÁVEL, PINGADEIRA REMOVÍVEL PARA FÁCIL LIMPEZA, TENSÃO 220V, POTÊNICIA1.300W.

Os demais elementos do edital, permanecem inalterados, considerando o termo de errata nº. 015/2026.

Galinhos/RN, 30 de junho de 2026

(Assinado Eletronicamente)
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:759E3921

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 447/2026/PMG-GP

Exonera Servidora do Cargo Comissionado de Coordenadora da Habitação e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.
R E S O L V E:

Art. 1°- Exonerar a senhora, LEILA WENIA LOPES TAVARES, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº***.383.014-**, do Cargo em Comissão de Coordenadora da Habitação do Município de Galinhos/RN, código CC-3 da SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Galinhos (RN), 01 de julho de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:EFCED1C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 448/2026/PMG-GP

Exonera Servidor do Cargo Comissionado deAssessor Especial e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOSEstado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1°- Exonerar o senhor,LUCAS ACURCIO DA SILVA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº***.169.954-**, do Cargo em Comissão de Assessor Especial do Município de Galinhos/RN, código CC-3 daSEC. MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Galinhos (RN), 01 de julho de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:E938B203

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 449/2026/PMG-GP

Exonera Servidor do Cargo Comissionado deCoordenador e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOSEstado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1°- Exonerar a senhora,FRANCILANE JOYCE DE LIMA LEMOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº***.085.054-**, do Cargo em Comissão de Coordenador do Trabalho do Município de Galinhos/RN, código CC-3 daSEC. MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Galinhos (RN), 01 de julho de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:DD815CDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

ADJUDICAMOS o resultado obtido da licitação em epígrafe, para que surta os seus efeitos legais segundo o julgamento exarado no referido processo licitatório, em favor do licitante a seguir elencado: Licitação: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, no Município de Goianinha/RN. Licitante Vencedor: R D CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.385.475/0001-95. Valor: R$ 1.818.267,90 (Um milhão oitocentos e dezoito mil duzentos e sessenta e sete reais e noventa centavos). Data: 30 de junho de 2026. Assinatura: Hosanira Galvão/Prefeita Municipal.

Publicado por:
Edja Márcia Ferreira Leonez
Código Identificador:98608B19

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

HOMOLOGAMOS o resultado obtido da licitação em epígrafe, para que surta os seus efeitos legais segundo o julgamento exarado no referido processo licitatório, em favor do licitante a seguir elencado: Licitação: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, no Município de Goianinha/RN. Licitante Vencedor: R D CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.385.475/0001-95. Valor: R$ 1.818.267,90 (Um milhão oitocentos e dezoito mil duzentos e sessenta e sete reais e noventa centavos). Data: 30 de junho de 2026. Assinatura: Hosanira Galvão/Prefeita Municipal.

Publicado por:
Edja Márcia Ferreira Leonez
Código Identificador:C6B34984

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
DECRETO Nº 1.805/2026 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Instituto de Previdência Social do Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Orçamentaria Municipal nº 2.369/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício um Crédito Suplementar em favor do Instituto de Previdência Social do Município de Goianinha/RN no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme especificações da tabela I.

UNIDADE	**19.007**	**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE GOIANINHA**	
FUNÇÃO	09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
SUB-FUNÇÃO	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
PROJETO ATIVIDADE	**2.111**	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE IPREVGOIANINHA**	
FONTE DE RECURSO	18020000	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADM.	
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	150.000,00
TOTAL GERAL			**150.000,00**

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face a despesa de que trata o artigo anterior, a anulação parcial e total de dotações orçamentária, de acordo com o Art. 43 *§* 1º inciso III, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, conforme tabela ll.

UNIDADE	**19.007**	**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE GOIANINHA**
FUNÇÃO	99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
SUB-FUNÇÃO	997	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS

PROJETO ATIVIDADE	**9.001**	**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	
FONTE DE RECURSO	18001111	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PODER EXECUTIVO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO).	
NATUREZA DA DESPESA	9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00
TOTAL GERAL			**150.000,00**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Goianinha/RN, em 30 de junho de 2026.

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:F42A4DED

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
DESPACHO Nº 041/2026-SME

DESPACHO Nº 041/2026-SME

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

a) Objeto da solicitação referente ao Processo nº **036/2026**, de **22/06/2026**,
b) A documentação anexa ao referido processo,
c) O disposto no **Art.84**, §1 da Lei Municipal **nº 001/2001** de **23/08/2001** e da Lei Complementar **nº 684/2017**, de **22/12/2017**, no **Art.72.**

RESOLVE:

a) DEFERIR o pedido de solicitação de gozo de férias para a servidora **Edvânia Santana da Silva Lima** sem efeitos financeiros a contar de **22 de Junho de 2026 até 22 de julho de 2026**, conforme assegura o Artigo **84** da Lei Municipal **nº001/2001**, de **23/18/2001**, e da Lei Complementar **nº 684/2017**, de **22/12/2017**, no **Art.72.**

Goianinha/RN, 22 de junho de 2026.

Publicado por:
Wedsley Wanderly Silva Melo
Código Identificador:84178A87

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIANINHA, inscrito no CNPJ sob o nº 08.162.687/0001-73. CONTRATADA: R D CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.385.475/0001-95. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, no Município de Goianinha/RN. VALOR: R$ 1.818.267,90 (Um milhão oitocentos e dezoito mil duzentos e sessenta e sete reais e noventa centavos). RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS (CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

Unidade Orçamentária:	06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto:	1035 – Construção, Ampliação e reforma de Unidades de Saúde
Natureza da Despesa:	4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso:	16010000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde 16340000 - Operações de Crédito vinculadas à Saúde 16350000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013 16010000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde 17060000 - Transferência Especial da União 17100000 - Transferência Especial dos Estados 17200000 -Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Projeto:	1280 – Construção, Reforma e Ampliação de UBS
Natureza da Despesa:	4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso:	16010000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde 16310000 -Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde 16350000 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013

BASE LEGAL: Contratação autorizada através da Licitação – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026, homologada em 30 de junho de 2026, em conformidade com a Lei Federal nº 14.433/2021. DATA: Goianinha/RN, 01 de julho de 2026. ASSINATURAS: Hosanira Galvão/Prefeita/Pela Contratante e Rodrigo Gaspar Dias/Sócio Administrador/Pela Contratada.

Publicado por:
Edja Márcia Ferreira Leonez
Código Identificador:436A1643

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 003/2026 – SME/GOIANINHA-RN

PORTARIA Nº 003/2026 – SME/GOIANINHA-RN

Institui o Protocolo de Identificação e Acompanhamento dos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino de Goianinha/RN e dispõe sobre a Comissão Multiprofissional de Acompanhamento.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais e administrativas conferidas pela legislação vigente;

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;
CONSIDERANDO a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;
CONSIDERANDO a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015;
CONSIDERANDO o Decreto nº 12.686/2025, que dispõe sobre diretrizes relacionadas à Educação Especial Inclusiva e fortalecimento das políticas públicas educacionais;
CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 421/2026, que regulamenta a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e institui a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (Reneei);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância da avaliação biopsicossocial para identificação das barreiras, funcionalidade, potencialidades e necessidades específicas dos estudantes;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir o Protocolo de Identificação e Acompanhamento dos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino de Goianinha/RN.

Art. 2º O protocolo tem por finalidade subsidiar o planejamento das ações pedagógicas inclusivas, dos serviços de apoio, da acessibilidade e do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Art. 3º O processo de identificação e acompanhamento será desenvolvido de forma colaborativa, considerando os aspectos pedagógicos, funcionais, sociais e ambientais relacionados à participação e aprendizagem do estudante.

Art. 4º São considerados público-alvo da Educação Especial os estudantes com:

I – deficiência;
II – transtorno do espectro autista – TEA;
III – altas habilidades/superdotação;
IV – demais condições previstas na legislação vigente.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Art. 5º A identificação dos estudantes público-alvo da Educação Especial será realizada pela unidade escolar, por meio de processo contínuo de avaliação pedagógica, observação sistemática, análise das barreiras à aprendizagem e participação, bem como das potencialidades e necessidades educacionais apresentadas pelo estudante.

§ 1º A identificação não depende exclusivamente da apresentação de laudo médico, diagnóstico clínico ou documento congênere.

§ 2º A inexistência de laudo médico não constitui impedimento para a adoção de medidas pedagógicas, recursos de acessibilidade, elaboração de planos individualizados ou oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

§ 3º Os documentos clínicos, quando existentes, constituem elementos complementares ao processo de análise educacional.
Art. 6º O processo de identificação deverá considerar:
I – registros pedagógicos e histórico escolar;
II – observação sistemática realizada pelos profissionais da educação;
III – informações prestadas pela família ou responsável legal;
IV – análise das barreiras à aprendizagem e participação;
V – potencialidades, habilidades e necessidades específicas do estudante;
VI – documentos e relatórios técnicos eventualmente apresentados pela família.

Art. 7º Identificada a necessidade de atendimento educacional especializado ou de apoios específicos, a unidade escolar deverá elaborar, executar, acompanhar e atualizar:

I – o Estudo de Caso;
II – o Plano Educacional Individualizado – PEI;
III – o Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE.

Art. 8º O processo terá caráter exclusivamente educacional e pedagógico, vedada qualquer finalidade classificatória, discriminatória ou segregadora.

Art. 9º Todos os registros e documentos deverão ser mantidos em sigilo, observando-se a legislação vigente.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO MULTIPROFISSIONAL

Art. 10. A Comissão Multiprofissional de Acompanhamento da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino de Goianinha/RN será composta por:
I – Coordenador(a) Municipal da Educação Especial, que exercerá a presidência da Comissão;
II – Psicólogo(a);
III – Assistente Social;
IV – outros profissionais da área da Educação, Saúde, Assistência Social ou de demais políticas públicas, quando necessário, em razão da especificidade do caso analisado.
§ 1º Os profissionais previstos nos incisos II, III e IV atuarão de acordo com suas atribuições legais, competências técnicas e normativas profissionais.
§ 2º A participação de outros profissionais poderá ocorrer mediante convocação da Presidência da Comissão, sempre que necessária para subsidiar tecnicamente a análise dos documentos encaminhados pelas unidades escolares.
Art. 11. Compete à Comissão Multiprofissional de Acompanhamento:
I – orientar tecnicamente as unidades escolares;
II – analisar o Estudo de Caso, o PEI e o PAEE elaborados pela unidade escolar;
III – emitir orientações, recomendações e pareceres técnico-pedagógicos;
IV – acompanhar e monitorar os processos desenvolvidos pelas unidades escolares;
V – promover ações formativas;
VI – articular ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social;
VII – subsidiar a Secretaria Municipal de Educação na implementação das políticas de Educação Especial.

§ 1º A Comissão Multiprofissional não realizará avaliação direta dos estudantes para fins de identificação do público-alvo da Educação Especial.

§ 2º Sua atuação terá caráter técnico-consultivo, orientador e de monitoramento, fundamentando-se na análise dos documentos pedagógicos produzidos pela unidade escolar.

§ 3º A responsabilidade pela identificação do estudante, elaboração do Estudo de Caso, PEI e PAEE permanece sob competência da unidade escolar.

Art. 12. Compete ao(à) Coordenador(a) da Educação Especial:
I – coordenar as ações da Comissão;
II – organizar cronogramas de acompanhamento;
III – supervisionar registros técnicos e pedagógicos;
IV – acompanhar os fluxos de encaminhamento;
V – garantir a execução desta Portaria.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 13. Compete às unidades escolares:
I – identificar os estudantes que apresentem indícios de pertencimento ao público-alvo da Educação Especial;
II – realizar o Estudo de Caso;
III – elaborar, executar, acompanhar e atualizar o PEI;
IV – elaborar, executar, acompanhar e atualizar o PAEE;
V – realizar registros pedagógicos e observações sistemáticas;
VI – garantir a participação da família ou responsável legal;
VII – implementar estratégias pedagógicas inclusivas e recursos de acessibilidade;
VIII – encaminhar à Comissão Multiprofissional os documentos pedagógicos para análise e orientação técnica;
IX – acompanhar continuamente o desenvolvimento educacional do estudante.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação poderá emitir orientações complementares para a execução desta Portaria.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Goianinha/RN.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goianinha/RN, 01 de julho de 2026.

PETRUCIO DE LIMA FERREIRA
Secretário Municipal de Educação de Goianinha/RN

Publicado por:
Wedsley Wanderly Silva Melo
Código Identificador:91D8AA28

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 107/2026-SEMPLAF

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto noartigo54,da LeiOrgânica do Município,

RESOLVE: Formalizar a concessão da **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL QUINQUENAL POR TEMPO DE SERVIÇO - ADTS,** no percentual de**20% (vinte por cento),** correspondente ao acúmulo de **04 (quatro) quinquênios**, **JÁ CONCEDIDA DE FORMA AUTOMÁTICA** sobre o salário-base até a presente data, conforme fundamentado no Art. 64, Parágrafo Único, combinado com o Art. 37, observado o disposto no Art. 105, § 3º, todos da Lei Complementar Municipal Nº 684/2017, em benefício do(a) servidor(a) público(a) municipal **JOÃO MARIA DO NASCIMENTO**, **matrícula Nº 1304658/1**, ocupante do cargo público efetivo de**VIGIA**, lotado(a) naSecretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMTSUR).

Publique-se.

Goianinha/RN, 30 de junho de 2026.

LIDIANE DE OLIVEIRA BEZERRA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:30CABC64

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 251/2026 - GP

Goianinha/RN, 01 de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE GOIANINHA – RN, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o pedido de vacância por posse em outro cargo inacumulável da servidora, em 31 de março de 2026, através de Requerimento do Servidor,

R E S O L V E:

Art.1º - Declarar a vacância do cargo de Professor(a) PN-II E, do Quadro Permanente de Pessoal deste Município, ocupado pela servidora **FLAVIA REGINA MENDES DE ALMEIDA FONSECA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 058.997.334-70, matrícula **1342967,** lotada no Cmei Isaura Gonçalves, da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, de acordo com Requerimento do(a) Servidor(a), a partir de 03 de junho de 2026.

Art.2º- Em inércia do(a) servidor(a) por 03 anos, a contar da data da posse no novo cargo, o(a) mesmo(a) estará, automaticamente, exonerado(a).

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2026.

Art 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Goianinha/RN, em 01 de julho de 2026.

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Tavares Silva
Código Identificador:73E61310

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N.º 21/2026

A Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, através do setor de licitações, torna público que realizará a licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Formação de Registro de preço para Contratação de empresa especializada para fornecimento de Medicamentos Controlados, para manter condições de funcionamento, garantindo o atendimento aos usuários e o atendimento à saúde. Visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Goianinha-RN. – Início de acolhimento das propostas: 10h00 horas do dia **07/07/2026** – término: 10h00 horas do dia **17/07/2026** e Abertura das propostas: às 10h00 horas do dia **17/07/2026**, início da sessão de disputa de preços: às 10h01 horas do dia **17/07/2026**. HORÁRIO DE BRASÍLIA. Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 14:00 horas, no Setor de licitações, localizada na Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, Rodovia RN 003, km 053, n° 96, Centro, Goianinha/RN. Fone (0xx84) 3243-3900 – pelo e-mail: cplgoianinha2022@gmail.com ou pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Goianinha/RN, 01 de julho de 2026

Setor de Licitação.

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:0270A1AD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 013/2026– GP

Dispõe sobre a Convocação da 7ª Conferência Municipal de Saúde de Governador Dix-Sept Rosado/RN para a atualização do Plano Municipal de Saúde de 2026-2029 e dá outras providências.

O PREFEITO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal de Saúde de Governador Dix-Sept Rosado/RN para a atualização do Plano Municipal de Saúde de 2026-2029, em cumprimento ao calendário de etapas preparatórias municipais da 11ª Conferência Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte - Francisco Canindé dos Santos.

Parágrafo único. A Conferência Municipal será realizada no dia 03 de julho de 2026, em local a serem definidos pelo Conselho Municipal de Saúde, e será orientada pelo tema central: *"Brasil das Brasileiras e dos Brasileiros: SUS e Soberania - Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil"*.

Art. 2° A 7ª Conferência Municipal de Saúde de Governador Dix-Sept Rosado/RN para a atualização do Plano Municipal de Saúde de 2026-2029 será coordenada pelo Conselho Municipal de Saúde e presidida pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3° A Conferência Municipal de Saúde de Governador Dix-Sept Rosado/RN para a atualização do Plano Municipal de Saúde de 2026-2029 terá abrangência municipal e objetivará a realização de:

I- Atualização e ampliação do Mapa da Saúde;
II. Análise da Situação de Saúde com a participação de técnicos e representantes da comunidade;
IIIAnálise da Situação da estrutura dos serviços de saúde, das pactuações intergestores, das equipes de profissionais, dos processos de gestão, das Redes de Atenção à Saúde, da regulação de pacientes, da participação e do controle social, dentre outros.

§ 1º A aplicação das diretrizes constantes no Relatório Final da Conferência Municipal de Saúde será monitorada pelo Conselho Municipal de Saúde e o Gabinete do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde;

Art. 4° A estrutura organizacional da Conferência Municipal de Saúde será definida no seu Regimento que será, devidamente, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e homologado pelo Secretário Municipal de Saúde;

Art. 5º As despesas com a organização e realização da Conferência Municipal de Saúde serão custeadas com recursos orçamentários e financeiros consignados à Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN, em 30 de junho de 2026

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:340319D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 066/2026-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os termos disposto no Art. 102, da Lei Nº 178/96, (Regime Jurídico Único), o Servidor faz jus a cada quinquênio a 03 meses de Licença Premio por Assiduidade.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor **JOSIVALDO ALVES BEZERRA**, ocupante do Cargo de Técnico de Nível Superior II – TNS2, Função de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde deste Município, **LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE**, pelo período de 03 (três) meses, compreendido entre 01.07.2026 à 28.09.2026, correspondente ao quinquênio de 2016 a 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio Dix-Sept Rosado,
Governador Dix-sept Rosado-RN, 01 de julho de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:765F1B36

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 067/2026-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os termos disposto no Art. 102, da Lei Nº 178/96, (Regime Jurídico Único), o Servidor faz jus a cada quinquênio a 03 meses de Licença Premio por Assiduidade.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Servidora **ARLETE LOPES DA COSTA OLIVEIRA**, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde deste Município, **LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE**, pelo período de 03 (três) meses, compreendido entre 01.07.2026 à 28.09.2026, correspondente ao quinquênio de 2003 a 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio Dix-Sept Rosado,
Governador Dix-sept Rosado-RN, 01 de julho de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:2C085A3D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 091/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA** CPF: 050.045.104-40, **Prefeita Municipal**, o valor de **R$ 500,00** (quinhentos reais), referente a 01 (uma) diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar de agenda administrativa Natal/RN, no dia 01 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 30 de junho de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:1515CEAE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 092/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **DIEGO ALESSANDRO DE OLIVEIRA ALVES** CPF: 702.162.444-60, **Secretário Municipal de Esportes**, o valor de **R$ 300,00** (trezentos reais), referente a 01 (uma) diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do

Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar de agenda administrativa Natal/RN, no dia 01 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 30 de junho de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:26A55CAB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 093/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **HILDA LAYANNE FERREIRA DE MELO** CPF: 076.829.289, **Diretora do Hospital Municipal Flaviana Jacinta** , o valor de **R$ 250,00** (duzentos e cinquenta reais), referente a 01 (uma) diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar de agenda administrativa Natal/RN, no dia 01 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 30 de junho de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:9390F174

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 094/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **MATHEUS FELIPE FERREIRA FRANÇA** CPF: 093.688.134-85, **Secretário Municipal de Comunicação**, o valor de **R$ 300,00** (trezentos reais), referente a 01 (uma) diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar de agenda administrativa Natal/RN, no dia 01 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 30 de junho de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:82D0A9D8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 039/2025

Processo nº: 002356/000410/2026.
Locatário: Município de Guamaré/RN.
Locador: Virgílio Eduardo Carvalho Medeiros Brito.
CPF Nº: 007.608.684-41.
Objeto do contrato: Locação do imóvel Situado à Rua São Luiz, nº s/n, Distrito de Baixa do Meio, Guamaré/RN, cuja finalidade é a utilização como depósito para ar,azenamento das bancas da feira livre no Distrito de Baixa do Meio.
Objeto do aditivo: Renovação de locação de imóvel pelo período de 12 (doze) meses.
Vigência: O aditivo tem vigência de 01 de julho de 2026 a 30 de junho de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do Processo Administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
PREVISÃO LEGAL: art. 107, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 3º, da Lei nº 8.245/91 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: Hélio Willamy Miranda da Fonseca (Prefeito de Guamaré) – LOCATÁRIO; Virgílio Eduardo Carvalho Medeiros Brito - LOCADOR.

Guamaré/RN, 30 de junho de 2026.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:17CA1E12

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 454/2026 * REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Conceder Férias o (a) servidor (a) ILIZAMAR SILVA DA FONSECA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **ILIZAMAR SILVA DA FONSECA**, matricula nº 0393, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (A.S.D)**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Turismo, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2020/2021, com o gozo a partir de 26/06/2026 a 25/07/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 26 de junho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:3AC9188E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 461/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MACEDO SILVA DE OLIVEIRA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (PEDAGOGO),** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:D2B994A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 462/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **GEOVA BATISTA DOS SANTOS,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **PROFESSORA FUNDAMENTAL I (PEDAGOGO),** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:AD0D0C33

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 463/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **EMANOEL SEBASTIÃO DE PAIVA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **PROFESSOR MAGISTÉRIO FUNDAMNATAL – ANOS FINAIS E EJA – LÍNGUA PORTUGUESA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:4A2C73EA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 464/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **LUIZ FELIPE DA HORA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **PROFESSOR MAGISTÉRIO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS E EJA – QUÍMICA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:8F5BFA45

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 465/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **FELIPE NEIDSON COSTA BANDEIRA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM – SAÚDE DA FAMÍLIA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:2793427E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 466/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **ISABELLE LEITE ALVES,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **ENFERMEIRA – SAÚDE DA FAMÍLIA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:E2CFC890

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 467/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **ANA BEATRIZ DE SOUSA CASTRO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **ENFERMEIRA – SAÚDE DA FAMÍLIA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:F7DCDFEF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 468/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **PAULO EDUARDO ALVES PINHEIRO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **MÉDICO – ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:93092319

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 469/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **LOUYSE ROGRIGUES DA SILVA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **NUTRICIONISTA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:36E3898C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 470/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **KATIUCY LOURENÇO ALVES NEVES,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:73F009EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 471/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **GISELE DE OLIVEIRA SILVA NOGUEIRA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:37CFCB9C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 472/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **LUÍS LEANDRO DA SILVA GOMES,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:20512995

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 473/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JAQUELINE MARQUES FAUSTINO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:9C2E9F4F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 474/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **CARLOS VINICIUS DE MELO DOS SANTO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:21B032FA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 475/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JANIELE CARVALHO DO NASCIMENTO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:452629C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 476/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **EDNA ESTER SOUZA DE ANDRADE,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:70EF1023

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 477/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JOÃO LENO DANTAS DA SILVA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:58FA58E2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 478/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **BARBARA SAYONARA DO NASCIMENTO SILVA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:5CA2803B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 479/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MARIA LUIZA DE OLIVEIRA ARAÚJO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:76A29C90

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 480/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **RAFAEL SABINO DA COSTA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:1D3A6A28

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 481/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **THAIZA PEREIRA DOS SANTOS DE ARAUJO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:22193384

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 482/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MILENA EDUARDA DA SILVA NASCIMENTO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:E968A0D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 483/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **NATHALIA MARIA VERÍSSIMO DA CUNHA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:CFC73804

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 484/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **CLEYDE DAIANE DA SILVA OLIVEIRA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:DE8476D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 485/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **ROSANGELA SILVA FERREIRA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:C72DF957

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 486/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **ESTEFANIA ALICE CORDEIRO SILVEIRA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:3415B87E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 487/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MARIA SANDRA TRINDADE DA SILVA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:26EEF929

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 488/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **ANA BEATRIZ DA SILVA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:6448EC3D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 489/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **ROCHELE DE SOUSA COELHO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:6E5BBB66

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 490/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MILENA VALINTIM DE OLIVEIRA MAIA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:6B536A66

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 491/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **KÁTIA RANIELE DE OLIVEIRA ROCHA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:3157577F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 492/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **FRANCISCA JERLENE PAULO FERREIRA,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:6311E6D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 493/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **ISADORA SOUSA RIBEIRO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:B0FF99A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 494/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MICAEL PYERRE MARTINS DUARTE,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **ENFERMEIRO – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:53318F16

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 495/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **SIMONY ALMEIDA DE MORAIS,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **ENFERMEIRA – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:33CAC76E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 496/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **HORTÊNCIA MURIELLY ARAÚJO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **ENFERMEIRA – HOSPITAL/UPA,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:401A4CAC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 497/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO, APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MAVERSON CARNEIRO DO NASCIMENTO,** aprovado (a) em Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2023, nas atribuições inerentes ao cargo efetivo de **FARMACÊUTICO,** lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:78BDE212

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 498/2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento de exoneração formulado pelo servidor MARCOS AUGUSTO SILVA DE SOUZA, por meio do Protocolo do Servidor nº 001770/000030/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor, **MARCOS AUGUSTO SILVA DE SOUZA,** matrícula 48615, inscrito (a) no CPF nº.

095.xxx.xxx-xx, das atribuições inerentes ao cargo efetivo de **FARMACÊUTICO/ BIOQUÍMICO,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 02 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:7C1EDC49

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2026

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, fundamento no art. 75, II da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 53, do mesmo diploma legal.

Nº do Processo: 001968/000152/2026
Nome do credor: FRANCISCO ALCIMAR VENANCIO DA SILVA
CNPJ: 36.214.592/0001-91
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.027– FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
AÇÃO: 2249 – INSTALACAO E MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA
NATUREZA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE: 17510000 – Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP
REGIÃO: 001 – GUAMARÉ
Valor Total: R$ 21.490,00 (Vinte mil quatrocentos e noventa reais).
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, reparo, recuperação e instalação de transformador de energia elétrica de 75 kVA para atender Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos Guamaré/RN.

Guamaré/RN, 01 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal de Guamaré

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:E98BEE62

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 254/2026 - GP

Dispõe sobre a exoneração de cargo comissionado na estrutura administrativa do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

R E S O L V E:
Art. 1º - Exonerar, o(a) Senhor(a) **SANDRA SILVA DO NASCIMENTO**, portador(a) do CPF 069.***.***-02, ocupante do cargo comissionado de **COORDENADOR(A)**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Município de Ielmo Marinho/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 01 de julho de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:3C53B251

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 255/2026 - GP

Dispõe sobre a exoneração de cargo comissionado na estrutura administrativa do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.
R E S O L V E:
Art. 1º - Exonerar, o(a) Senhor(a) **SILMAX LEI FONSECA DE SOUZA**, portador(a) do CPF: 041.***.***-54, ocupante do cargo comissionado de **CHEFE DO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Município de Ielmo Marinho/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 01 de julho de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:91FC9F58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 256/2026 - GP

Dispõe sobre a designação de servidor do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DEIELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **MARCELO HENRIQUE VIANA DA SILVA**, portador(a) do CPF: 078.***.***-61, ocupante do cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL II**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para exercer a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, do Município de Ielmo Marinho/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revoga-se disposições contrárias.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 01 de julho de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:C96387B9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 257/2026 - GP

Dispõe sobre a designação de servidor do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DEIELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **MARCELO HENRIQUE VIANA DA SILVA**, portador(a) do CPF: 078.***.***-61, ocupante do cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL II**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para exercer a função de **PREGOEIRO**, do Município de Ielmo Marinho/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revoga-se disposições contrárias.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 01 de julho de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:70056C39

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 258/2026 - GP

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Contratação do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DEIELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR, os seguintes membros para compor a comissão de contratação e equipe de apoio.
PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO;
MARCELO HENRIQUE VIANA DA SILVA, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)
sob nº 078.***.***61;
MEMBRO;
JOSIAS ARIMATEIA DUARTE DA SILVA, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)
sob nº 029.***.***-81;
SUPLENTE;
JOSE WILDE DO NASCIMENTO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)
sob nº 009.***.***-70
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revoga-se disposições contrárias.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 01 de julho de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:D8ED5A31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° Nº 169/2025

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DE ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN - E A THEP – INOVAÇAO SUSTENTAVEL LTDA.

Pelo presente instrumento contratual onde de um lado **O MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José Camilo Bezerra, nº 69, centro, CEP: 59.490-000 Município de Ielmo Marinho/RN, inscrito no CNPJ nº 08.004.525/0001-07, neste ato denominado CONTRATANTE, representado pelo excelentíssimo senhor prefeito, **FERNANDO BATISTA DAMASCENO**, Brasileiro, Casado, inscrito no CPF sob n° 007.826.644-14, residente e domiciliado a Rua Poço, nº 44, Canto de Moça, Ielmo Marinho/RN – CEP: 59.490-000, de um lado e de outro, a empresa **THEP – INOVAÇAO SUSTENTAVEL LTDA**, CNPJ/CPF nº 35.428.971/0001-11, estabelecida à Rua Paulina Maria Mendonça, nº 260, Jatiuca, Maceió/AL – CEP: 57.03-557, neste ato representado por seu Sócio, KAYRONE DIAS DA SILVA SANTOS, portador do CPF: 105.886.944-28, resolvem celebrar o Primeiro Termo de **APOSTILAMENTO** do Contrato n° 169/2024, proveniente da ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 14.133/21, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente termo de apostilamento contratual o acréscimo de dotação orçamentária que fará frente às despesas do contrato administrativo n° 292/2025, que versa sobre a contrato Nº 169, objetivando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA VOLTADA AO PROCESSO DE LOCAÇÃO DE ESTAÇÃO MÓVEL DE APRENDIZAGEM, VISANDO CONTRIBUIR COM A MELHORIA DOS MÉTODOS DIDÁTICOS APLICADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO

2.1 – O presente Termo de Apostilamento objetiva a alteração do disposto na **CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento contratual, proveniente do processo da Adesão Nº 021/2025, para fazer face ao acréscimo de dotações orçamentárias, conforme artigo 136, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO

3.1 – Em virtude do acréscimo na dotação orçamentária objeto do presente termo, as despesas relativas também serão consignadas com a seguinte dotação orçamentária: Exercício 2026.

Und. Orçamentária: 02.004 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
Ação: 2021- Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Subelemento: 3.3.90.39:099 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Fonte: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
Fonte: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997

Und. Orçamentária: 02.004 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E
Ação: 2022 - Manutenção das Atividades de Ensino Infantil
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Subelemento: 3.3.90.39:099 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Fonte: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
Fonte: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997

Und. Orçamentária: 02.004 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
Ação: 2020 - Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 30%
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Subelemento: 3.3.90.39:099 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Fonte: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos
Fonte: 15460000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI

Und. Orçamentária: 02.004 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
Ação: 2096 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Subelemento: 3.3.90.39:099 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
Fonte: 15001001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
Fonte: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. Este apostilamento é realizado com fundamento no artigo 136, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/21, que permite a atualização monetária e demais alterações contratuais que não modifiquem o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1 – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento. E, por estarem assim justas e acertadas as partes, assina a **CONTRATANTE** o presente Termo de Apostilamento que doravante passa a fazer parte integrante do Contrato, para todos os fins legais e de direito.

Ielmo Marinho/RN, 01 de Julho de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:C0602CAF

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DILIGÊNCIA - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

ASSUNTO: Solicitação de apresentação de documentos complementares.

Considerando a análise da documentação de habilitação realizada na sessão pública da Chamada Pública nº 001/2026, e visando ao saneamento de falhas formais passíveis de diligência, sem alteração do conteúdo das propostas ou da documentação originalmente apresentada, nos termos da legislação aplicável, a Comissão de Contratação **INTIMA** os participantes abaixo relacionados para que apresentem a documentação complementar, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação desta diligência.

1. Apresentação da Autorização/Licença Sanitária
Os participantes abaixo relacionados deverão apresentar **Autorização/Licença expedida pela Vigilância Sanitária**, válida, que comprove a autorização para a fabricação/produção de bolos, tendo em vista que ofertaram referido produto no Projeto de Venda:

• Vanessa Mayara Gomes;
• Maria da Luz Souza Ribeiro;
• Julia Roberta Soares Gabriel;
• Jamily do Nascimento Silva;
• Igo Gustavo Ferreira de Araujo.

2. Apresentação da CAF Atualizada
Os participantes abaixo relacionados deverão apresentar a **CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar**, devidamente atualizada e vigente:

• Rosilene Duarte de Lima;
• Geovane do Nascimento Silva;
• Gustavo Cesar de Albuquerque Barreto.

Os documentos deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, dentro do prazo estabelecido, por meio físico ou eletrônico, conforme previsto no Edital.

O não atendimento à presente diligência, dentro do prazo fixado, poderá acarretar a inabilitação do participante em relação aos itens cuja documentação seja exigida, nos termos do Edital da Chamada Pública nº 001/2026 e da legislação aplicável.

Ielmo Marinho/RN, 01 de julho de 2026.

À COMISSÃO

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:D20597DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2026.

A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às 14h01min do dia 16/07/2026, licitação na modalidade Concorrência. Objeto: contratação de empresa especializada para execução de obras de Pavimentação em Paralelepípedo pelo método convencional, nas Comunidades de São Miguel e Língua de Vaca, no Município de Ipanguaçu/RN. Informações e aquisição do edital na Avenida Luiz Gonzaga, 800 – Centro - Ipanguaçu/RN, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00min ou através do site:

www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo e-mail: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br.

Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

GICELY ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA
Agente de Contratação - Portaria nº 189/2026

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:4736BB11

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, através do Pregoeiro, nomeado pela Portaria n° 189/2026, COMUNICA aos interessados, a suspensão do Pregão Eletrônico nº 023/2026, cujo objeto refere-se ao registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para locação de Maquinas Pesadas para atender as necessidades operacionais e assistenciais da Secretaria municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca do município de Ipanguaçu/RN. A motivação para a suspensão, deu-se em face, ao pedido de esclarecimento de edital, que após análise pelo setor competente constatou-se que alteraria cláusula do termo de referência, desta forma, com base no § 1º do art. 55 da Lei 14.133/2021, decidimos pela suspensão temporária para fins de ajustes no instrumento convocatório. Informamos que após a realização das alterações, uma nova data da sessão será publicada, nos mesmos meios em cumprimento ao princípio da isonomia e ampla transparência.

Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026

JOÃO BATISTA DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:63586B9B

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1962/2026

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto contratação de pessoa jurídica que visa à realização de show artístico musical, com a apresentação da Banda THIAGO FREITAS ,para a festa de São Pedro, que será realizado no dia 04 de julho de 2026,na comunidade de Pataxó no município de Ipanguaçu/RN. In verbis:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]

pública

II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião

.

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, o Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual AUTORIZA a **Inexigibilidade de Licitação nº 037/2026 – Processo Administrativo nº 1962/2026**, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Jurídica: THIAGO FREITAS PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.910.333/0001-84, no valor total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

Atenciosamente,

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Autoridade Competente

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:E15A8792

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026 –

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1964/2026

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto contratação de pessoa jurídica que visa à realização de show artístico musical, com a apresentação da Banda YURI PRESSÃO, para a festa do padroeiro SÃO PEDRO, que será realizado no dia 04 de Julho de 2026, no município de Ipanguaçu/RN. In verbis:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]

II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

.

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, o Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual AUTORIZA a **Inexigibilidade de Licitação nº 038/2026 – Processo Administrativo nº 1964/2026**, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Jurídica: **YURY PRESSAO E BANDA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **40.260.392/0001-42**, no valor total de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.
Atenciosamente,

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Autoridade Competente

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:D033ADBD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
AVISO

Aviso de Retificação de Edital e Reabertura de Prazo - Pregão Eletrônico 0010/2026
Publicado em23 de junho de 2026. Categoria Pregão Eletrônico.

A Prefeitura Municipal de Ipueira/RN, por intermédio de sua Pregoeira, torna público a todos os interessados que o edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2026, que tem por objeto o Registro de Preços, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN, foi RETIFICADO.
Em virtude da retificação que promoveu ajustes no Anexo I (Termo de Referência), fica REDESIGNADA a data para a realização da sessão pública de recebimento e disputa das propostas para o dia:
14 de julho de 2026, às 09h00 (horário de Brasília).
O Edital Retificado na íntegra encontra-se disponível para consulta e download no endereço eletrônico:
www.portaldecompraspublicas.com.br
Permanecem inalteradas as demais condições do edital não abrangidas pela retificação.

Ipueira/RN, 1º de julho de 2026.

ANA PAULA MEDEIROS COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:5A4A84A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
LDO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO LDO 2027

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
CNPJ. 08.094.708/0001-60

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal fica apresentada a memória e metodologia de cálculo para obtenção dos valores dos anexos fiscais.

No preenchimento dos quadros fiscais foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas monetárias, creditícia e cambial, bem como as metas de inflação (IPCA-E):

VARIAVEIS	2026	2027	2028	2029
PIB real (crescimento anual)	1,80	1,80	2,00	2,00
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	13,00	11,00	10,00	9,75
Câmbio (R$ / US$ - Final do ano)	5,40	5,45	5,50	5,40
Inflação Média (% anual) projetada c/ base em índice oficial de inflação	4,89	4,00	3,61	3,50
Projeção do PIB do Estado - R$ milhares	79.396	81.008	82.210	83.032

No tocante às Receitas Tributárias, a constante otimização das políticas de fiscalização e cobranças tributárias busca minimizar os efeitos da instabilidade na economia brasileira.

Impactos da Reforma Tributária nas Finanças Públicas Municipais:

A reforma tributária proposta no Brasil promove alterações significativas na estrutura de arrecadação e distribuição de tributos entre os entes federativos. Entre os principais impactos previstos para as finanças dos municípios, destacam-se:

1. **Redução da Autonomia sobre Tributos Próprios:** Atualmente, os municípios possuem competência para arrecadação do ISS (Imposto sobre Serviços), uma de suas principais fontes de receita. Com a reforma, o ISS será incorporado ao novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja arrecadação será partilhada entre a União, Estados e Municípios, o que poderá:

· Reduzir a autonomia financeira municipal;

· Limitar a possibilidade de concessão de incentivos fiscais locais.

1. **Redistribuição do Produto da Arrecadação:** Com a adoção do princípio do destino para a arrecadação de tributos, os municípios com maior consumo tendem a ser favorecidos, em detrimento daqueles com perfil produtor de bens ou serviços.
2. **Simplificação e Eficiência:** A unificação dos tributos contribuirá para a redução de custos administrativos e para o aumento da eficiência arrecadatória, especialmente em municípios com menor capacidade fiscal.

3. **Impactos nas Políticas Locais:** Embora a autonomia fiscal municipal possa ser restringida, espera-se que a previsibilidade e estabilidade das receitas favoreçam o planejamento orçamentário e a execução de políticas públicas.

No que tange às transferências, estas têm sofrido as mesmas influências das Receitas Tributárias face a instabilidade que a economia brasileira vem sofrendo, diante das expectativas geradas pela situação negativa da guerra fiscal Americana, com o encarecimento de alimentos, produtos industrializados chineses e do petróleo reforçando a inflação em todo o mundo.

Esse cenário impactou significativamente a confiança empresarial, houve piora expressiva das expectativas em todos os setores, especialmente no Comércio e em Serviços Mundiais, enquanto a percepção sobre a situação corrente piorou relativamente pouco.

O Governo Federal brasileiro busca elevar a arrecadação para reduzir o déficit e alcançar um superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2027, equivalente a cerca de R$ 73,2 bilhões, conforme o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027 enviado ao Congresso em abril de 2026. O planejamento visa reequilibrar as contas públicas após um período de déficits, com medidas focadas na revisão de benefícios fiscais e nos impactos da reforma tributária.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, uma meta de superávit primário de 0,5% do PIB, o que equivale a um saldo positivo de R$ 73,2 bilhões. Esta meta representa uma tentativa de reverter os déficits anteriores, embora o cenário para as empresas estatais federais no mesmo ano aponte para um déficit de R$ 7,5 bilhões.

As receitas de Transferências Correntes, do SUS, FNDE e FNAS, apresentam uma estabilidade no repasse municipal, existem expectativas de crescimento do repasse do FPM para o exercício de 2027, mesmo com as incertezas dos mercados globais.
A contribuição da União neste novo FUNDEB vai aumentar gradativamente até atingir o percentual de 23% dos recursos que formarão o fundo em 2027. Passará de 10%, do modelo vigente até o fim de 2020, para 12% em 2021; em seguida, para 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; 21% em 2025; até alcançar 23% em 2026.
As demais receitas têm comportamento regular e isto ocorre pelo fato de a maioria das receitas ser proveniente de convênios ou empréstimos regulamentados por contratos. É por conta disso que são considerados os contratos já firmados e não a série histórica.

Em respeito ao princípio do equilíbrio orçamentário, tem-se buscado fazer com que as despesas variem na mesma proporção que as receitas. Além disso, vêm sendo adotadas medidas a fim de se reduzir o custeio e, consequentemente, desenvolver novas frentes para investimentos no Município.

Para obtenção dos valores correntes, foram utilizados uma série histórica da arrecadação municipal com os dados dos balanços de 2024 e 2025, a previsão orçamentária para 2026 e as projeções para os exercícios de 2027, considerando nestas projeções os índices de inflação e o PIB nos respectivos períodos.

Em relação à origem dos recursos que compõem o tesouro do Município, é importante observar que grande parte desse montante é

oriundo de transferências diretas da União, além das transferências do Estado.

Os valores a preços constantes equivalem aos valores correntes expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor atual. Assim, as metas anuais previstas para os três exercícios anteriores e os dois posteriores ao ano de referência utilizam os índices apresentados no anexo de metas fiscais.

As Receitas Primárias correspondem ao total da receita orçamentária, deduzidos os rendimentos de aplicações financeiras, as operações de crédito, a alienação de ativos e as receitas de privatizações.

A Despesa Primária corresponde ao total da despesa orçamentária, deduzidas as despesas com juros, encargos e amortização da dívida, com concessão de empréstimos com retorno garantido e com a aquisição de títulos de capital integralizado.

O Resultado Primário, por sua vez, procura medir o comportamento fiscal do Governo no período e é decorrente da diferença entre a Receita Primária e a Despesa Primária.
Entende-se como Receita Primária a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Município excluindo-se as receitas financeiras. Como Despesa Primária, as despesas orçamentárias do Governo no período, excluindo-se as despesas com dívidas financeiras.

Para o cálculo do Resultado Nominal é necessário chegarmos a Dívida Fiscal Líquida, que é a Dívida Consolidada Líquida mais Receita de Privatizações. A Dívida Consolidada Líquida leva sempre em consideração a Dívida Pública Consolidada menos o total do Ativo Financeiro, ou seja, a disponibilidade de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres. Com o objetivo de medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida, o Resultado Nominal é obtido pela diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida do exercício em exame em relação ao saldo da Dívida Fiscal Líquida no período anterior ao de referência.

O § 1º do art. 1º da LRF, dispõem sobre a Responsabilidade na Gestão Fiscal e por conseguinte, impõe uma ação planejada frente aos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, assim a LRF em seu art. 4º, § 3º instituiu o Anexo de Riscos Fiscais.

Para prevenção das contingências passivas, a área Tributária analisou o cenário econômico do nosso Município para o próximo ano e levou em consideração os prováveis riscos fiscais como: Retração na Economia (quedas nas vendas de serviços e produtos); alta nível de inflação, mesmo com previsão de leve redução; Desemprego (Queda no poder aquisitivo com estagnação da renda); Renúncias de receitas; Renegociação da Dívida do Simples Nacional (Refis); Aumento de empresas no Simples (redução da receita do ISS e repasse do ICMS) e Aumento da carga tributária (causando inadimplência).

Ipueira- RN, 29 de abril de 2026.

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS:03897 344467
Assinado digitalmente por ADEMIR JOSE DE MEDEIROS: 03897344467ND:C=BR,O=ICP-Brasil, OU=video conferencia, OU= 31014048000182, OU=Pessoa FisicaA1,OU=ARCERTMAIS, OU=Autoridade Certificadora DIGITAL CERTY,CN=ADEMIR JOSE DE MEDEIROS: 03897344467 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:81A81117

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA 142-2026 DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ***ALMIR MARINHO PEREIRA PAIVA*** ocupante do cargo de Motorista, 1 (UMA) diária, ao preço unitário de R$ 50,00 (cinquenta reais) perfazendo a quantia de R$ 50,00 (cinquenta reais), com objetivo de transportar agricultores do município de Ipueira/RN participantes do 4° Ciclo do Projeto Agrosertão, para participarem da Unidade de Aprendizagem Prática (UAP), que ocorrerá no sítio Caatinga Grande, zona rural de São José do Seridó, no dia 03 de Novembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 01 de Julho de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:02799CC3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 241/2026

Dispõe sobre a Nomeação do Sr. Jean Carlos Dias de Morais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, consoante com a Lei Complementar nº 00508/2021, publicada em 16 de junho de 2021,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear **JEAN CARLOS DIAS DE MORAIS, CPF 061.***.**4-22** para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Controle do Abastecimento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Controle do Abastecimento.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Itaú/RN, 01 de julho de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:F76DB513

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 242/2026

Nomeia o responsável por coordenar e acompanhar os trabalhos do órgão durante a elaboração do novo Plano Municipal de Educação – PME/ Itaú-RN, bem como nomear os membros que irão compor o Fórum Municipal de Educação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAÚ/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de instituir o Fórum Municipal de Educação de Itaú/RN, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Eduardo Alves de Lima como coordenador do Fórum Municipal de Educação de Itaú/RN, responsável por coordenar e acompanhar os trabalhos deste órgão durante a elaboração do novo Plano Municipal de Educação – PME/ Itaú-RN.

Art. 2º Nomear os membros abaixo relacionados para compor o Fórum Municipal de Educação:

I - Presidente do Conselho Municipal de Educação (membro nato);
Titular: Maria de Fátima Pereira Pinheiro
Suplente: Alexsomara Maia Andrade

II - Presidente do CACS-FUNDEB (membro nato);
Titular: Alexsandra Ferreira Maia de Melo
Suplente: Maria da Conceição Fernandes de Lima

III - Representantes do Poder executivo;
Titular: Arivan Alves Brasil Júnior
Suplente: Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes

IV- Representantes da Secretaria Municipal de Educação;
Titular: Jonilson Ferreira de Freitas
Suplente: Eduardo Alves de Lima

V- Representantes dos professores da rede pública;
Titular: Rita Josimara Aires Pereira Martins
Suplente: Maria Neurimar Brasil Medeiros

VI - Representantes dos diretores escolares;
Titular: Josicleide Soares da Silva Cavalcante
Suplente: Maria Neziania de Carvalho Maia Pereira

VII - Representantes dos pais de alunos;
Titular: Francisco Márcio de Melo
suplente: Alex Sandro Silva Rezende

VIII – Representantes dos alunos da Educação Básica;
Titular: Bárbara Emanuelly Dias Ramos
Suplente: Agatha Nycole Moura Fernandes
IX- Representantes do Conselho Tutelar;
Titular: Emikson Kauã Leite Pereira
Suplente: Jadson Fernandes de Lima
X - Representantes da sociedade civil organizada; Representante das Igrejas;
Titular: João Batista Fernandes de Oliveira Júnior
Suplente: Ana Cristina Donato de Oliveira

XI - Representantes da Comissão de Educação da Câmara Municipal (Poder Legislativo)
Titular: Ítalo Francisco Gonçalves Medeiros
Suplente: Alex Bruno Brasil de Freitas
XII - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Titular: Tamisa Sammara da Silva Brasil
Suplente: Francisco Iuremberg Martins de Oliveira

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Itaú/RN, 01 de julho de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:26F076A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA N° 243/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAÚ/RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Manoel Egleudo Rodrigues Brasil Coordenadora Geral e Antônia Rozângela Melo de Almeida Vice-Coordenadora da Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Itaú/RN, instituída pelo Decreto Nº 074, de 29 de junho de 2026, cuja função é coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME, ITAÚ/RN, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e demais marcos legais pertinentes.

Art. 2º Nomear os membros relacionados a seguir, para integrar a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Itaú/RN:

I – Secretaria Municipal de Educação;
Titular: Jonilson Ferreira de Freitas
Suplente: Manoel Egleudo Rodrigues Brasil
Titular: Gildekátia de Oliveira Freitas
Suplente: Maria Lucicleide de Morais
Titular: Cíntia Catiânia Soares Martins Holanda
Suplente: Maria Neorivânia Bezerra Brasil

II – Conselho Municipal de Educação;
Titular: Maria de Fátima Pereira Pinheiro
Suplente: Alexsomara Maia Andrade

III – Fórum Municipal de Educação;
Titular: Eduardo Alves de Lima
Suplente: Ana Cristina Donato de Oliveira

IV- Representantes dos diretores escolares;
Titular: Josicleide Soares da Silva Cavalcante
Suplente: Maria Neziania de Carvalho Maia Pereira

V – Diretores das unidades escolares da rede estadual: um titular e um suplente;
Titular: José Eronildo da Silva
Suplente: Deusivania Santos Ferreira

VI – Diretor escolar da rede privada: um titular e um suplente;
Titular: Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa
Suplente: Maria Leiassandra Gonçalves de Medeiros Pinheiro

VII – Sindicato dos Trabalhadores de Educação: um titular e um suplente;
Titular: Alexsandra Ferreira Maia de Melo
Suplente: Stênio Marcos Maia de Lima

VIII - Representantes da Comissão de Educação da Câmara Municipal (Poder Legislativo)
Titular: Ítalo Francisco Gonçalves Medeiros
Suplente: Alex Bruno Brasil de Freitas

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Itaú/RN, 01 de Julho de 2026.

JONILSON FERREIRA DE FREITAS
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:784A5C0A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026

A Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretária Municipal de Compras Públicas, no uso de suas atribuições e, considerando o cumprimento da legislação vigente, pertinente a compras e contratos públicos, AUTORIZA a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026, junto a ALEXANDRE CARLOS OLIVEIRA DA SILVA - ME CNPJ 07.221.905/0001-30 para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E PROGRAMAS DO MUNICIPIO DE JAÇANÃ/RN, com valor global de R$ 61.074,00 (Sessenta e um mil, setenta e quatro reais), ancorado no Art. 75 Inciso II, da Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal Nº 450/2025.

Jaçanã – RN, em 12 de Junho de 2026.

ALANI REGIA DA SILVA NASCIMENTO
Secretária Municipal de Compras Públicas

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:AE46215E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

A Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e, considerando o cumprimento da legislação vigente, pertinente a compras e contratos públicos, AUTORIZA a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026, junto SYSDELTA LTDA - EPP CNPJ 28.976.809/0001-72 para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EM SAÚDE, VOLTADO À ATENÇÃO PRIMÁRIA E ESPECIALIZADA, INCLUINDO MÓDULOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, AGENDAMENTO, REGULAÇÃO, CONTROLE DE TRANSPORTE SANITÁRIO (VIAGENS) E DEMAIS FUNCIONALIDADES ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVAS, ALIADO A SOLUÇÕES DE BUSINESS INTELLIGENCE (BI) E GESTÃO INTELIGENTE, DESTINADAS AO MONITORAMENTO DE INDICADORES, QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE E SUPORTE ESTRATÉGICO À TOMADA DE DECISÃO, VISANDO À MELHORIA DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ-RN, no período de 09 (nove) meses, com valor global de R$ 60.750,00 (Sessenta mil, setecentos e cinquenta reais), ancorado no Art. 75 Inciso II, da Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal Nº 450/2025.

Jaçanã – RN, em 18 de Junho de 2026.

JANAÍNA ANDRADE DE LIMA VENÂNCIO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:7C692C4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

A Prefeitura Municipal de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Defesa Civil, no uso de suas atribuições e, considerando o cumprimento da legislação vigente, pertinente a compras e contratos públicos, AUTORIZA a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026, junto a CICERO SILVA DE ARAUJO CPF 057.824.604-07 para a LOCAÇÃO DE UM PRÉDIO DE MÉDIO PORTE COM VARIAS SALAS, DESTINADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO JAÇANÃ/RN, No período de 12 (DOZE) meses, com valor global de R$ 10.944,00 (Dez mil, novecentos e quarenta e quatro reais), ancorado no Art. 74 Inciso V, da Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal Nº 450/2025.

Jaçanã – RN, em 01 de Julho de 2026.

JOSÉ ROBERTO DA COSTA SANTOS
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Defesa Civil

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:AB5EA93A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 148/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM, 01 DE JULHO DE 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 97, II, "a" da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no art. 102, da Lei Municipal nº 048, de 20 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses a servidora pública municipal, **RILMA ALVES BORGES DA COSTA**, A.S.G, Matrícula n° 773, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento protocolado, com início no dia 13/07/2026 e termino 13/10/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 01 de julho de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã-RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:DA726ED7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 149/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM, 01 DE JULHO DE 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 84 da Lei Municipal nº 048/1997, de 20 de junho de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 dias consecultivos de férias, no período de 01 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026, aos servidores abaixo relacionados:

MAT.	NOME DO SERVIDOR	CARGO
0000737 - 1	Aldson Fernandes Dantas da Silva	Gari
0000734 - 1	Ana Maria da Silva	Gari
0001384 - 4	Anderson Araújo Lima	Odontólogo
0003344 - 1	Clodoaldo Vieira dos Santos	Enfermeiro
0000607 – 1	Erivan Antônio Ferreira de Lima	Gari
0000268 – 1	Eva Paes da Silva Santos	Agente de Comunitário de Saúde

0000588 -1	Fátima Lucineide da Silva Araújo	Técnico em Saúde Bucal
0005363 – 1	Francisco Janailton de Lima Araújo	Gari
0000124 – 1	Geraldo Gonçalves da Silva	Vigilante
0000265 – 1	Gilmar Vanderlei Soares Pereira	Agente de Comunitário de Saúde
000416 – 1	Givanildo Gonçalves da Silva	Gari
0000128 - 1	Itamar Tavares Barbosa Santos	Motorista
0000957 - 1	Janio Vieira da Silva Junior	Agente Comunitário de Saúde
0002260 - 1	Josefa Gleiciane Carolino Faustino	Técnico em Saúde Bucal
0003786 - 1	Lorenna Simplicio Soares	Odontóloga
0000058 - 1	Lucicleide Andrade da Silva	Auxiliar em Enfermagem
0003174 - 1	Maria Lucia da Silva	Auxiliar em Enfermagem
0000414 -- 1	Maria Rosineide da Silva Varella	Merendeira
0000666 - 1	Patrick Tavares Dantas	Assistente Administrativo
0003484 - 1	Paula Flaviana Ferreira de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais
0000075 - 1	Robério José da Costa	Motorista
0000042 - 1	Rozimiro Pereira da Silva	Servente de obras
0000417 - 1	Sebastião Luiz da Silva	Pedreira
0000076 - 1	Selma Soares da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais
0005525 - 1	Thallinny Lorianne Santos Lima	Conselheiro Tutelar
0000662 - 1	Valdi Candido de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 01 de julho de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã-RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:1C4682AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 151/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM, 01 DE JULHO DE 2026.

A Prefeita Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Complementar nº 50, de 04 de dezembro de 2024;

Resolve:

Art. 1º Exonerar a Sra. **JOSÉ ALESSANDRO LIMA DA SILVA**, portadora do CPF/MF 068.XXX.XXX-51, do cargo comissionado de Secretário Adjunto de Esporte e Lazer, cargo este que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura de Jaçanã/RN..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:AB8AFA10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 152/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM, 01 DE JULHO DE 2026.

A Prefeita Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Complementar nº 33, de 23 de novembro de 2022;

Resolve:

Art. 1º Exonerar o Sr. **SEVERINO RISOMAR LOPES**, portador do CPF/MF 027.XXX.XXX-69, do cargo comissionado de Diretor da Escola Municipal Deputado Jessé Freire Filho, cargo este que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura de Jaçanã/RN..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:3595586F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 153/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM, 01 DE JULHO DE 2026.

A Prefeita Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Complementar nº 33, de 23 de novembro de 2022;

Resolve:

Art. 1º Exonerar a Sra. **LUCIENE FELIX DE OLIVEIRA**, portadora do CPF/MF 062.XXX.XXX-55, do cargo comissionado de Vice - Diretora da Escola Municipal Jessé Freire Filho, cargo este que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura de Jaçanã/RN..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:F480F441

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 154/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM, 01 DE JULHO DE 2026.

A Prefeita Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Complementar nº 33, de 23 de novembro de 2022;

Resolve:

Art. 1º Nomear a Sra. **LUCIENE FELIX DE OLIVEIRA**, portadora do CPF/MF 062.XXX.XXX-55, para cargo comissionado de Diretora da Escola Municipal Jessé Freire Filho, cargo este que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura de Jaçanã/RN..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:537B96FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000017/2024 – PMJ/RN

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 029/2025 – PMJ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.

CONTRATADA: G & E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº**27.XXX.XXX/0001-95.**
OBJETO: Prorrogar a vigência da Ata de registro de preço nº. 029/2025 – PMJ/RN**.**
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02 de julho de 2026 a 01 de julho de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2026.

Jandaíra/RN, 01 de julho de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Contratante

G & E Soluções Digitais LTDA
CNPJ/MF**:** 27.XXX.XXX/0001-95
GUSTAVO RAMON BANDEIRA TEIXEIRA
Representante Legal/Contratada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:4490FD05

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 1/2026 - PMJ/RN

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.
CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO NORTE - SEBRAE, inscrita no CNPJ/MF nº. 08.XXX.XXX/0001-10.
OBJETO: Acordo de cooperação técnica e financeira realizado entre o serviço de apoio às micro e pequenas empresas do rio grande do norte (SEBRAE/RN) e o Município de Jandaíra/RN.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01 de julho de 2026 a 30 de agosto de 2026.
DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2026.

Jandaíra/RN, 01 de julho de 2026.

Município de Jandaíra/rn
REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Partícipe

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE
CNPJ/MF: 08.XXX.XXX/0001-10
JOSÉ FERREIRA DE MELO NETO
Diretor Superintendente/Partícipe

JOÃO HÉLIO COSTA DA CUNHA CAVALCANTI JÚNIOR
Diretor Técnico/Partícipe

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:B8ECC8E7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 189/2026 – PMJ

PORTARIA Nº 189/2026 – PMJ

Dispõe sobre a transferência do (a) Funcionário (a) Francisco Justino da Silva –, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jandaíra/RN, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação e aperfeiçoar os serviços nas unidades desta instituição:

RESOLVE:

Art. 1º Transferir, por necessidade do serviço, o (a) servidor (a)/funcionário (a) **Francisco Justino da Silva**, portador(a) da matrícula nº 0000167, RG nº **1.313.634** e CPF nº **703.885.634-00,** ocupante do cargo/função de **Motorista, Categoria Efetivo.**

Art. 2º O (a) servidor (a)/funcionário (a) passará a exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situado na Avenida Aristófanes Fernandes SN, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Jandaíra, a partir do dia 01 de Julho de 2026. De onde saíra às determinações e cumprimentos dos serviços a serem prestados no órgão pelo funcionário (a).

Art. 3º Determinar à chefia imediata da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura que proceda com a recepção e o acompanhamento das atividades do (a) servidor (a)/funcionário (a) transferido (a), bem como o **Setor de Recursos Humanos** as anotações e registros pertinentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-Se. Publique-Se. Cumpra-Se.
Jandaíra/RN, 01 de julho de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito de Jandaíra/RN

Publicado por:
Kenio Jose da Silva Fernandes
Código Identificador:A90E09F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 73/2026 EMPENHO Nº 153/2026 E 104/2026.

CONSIDERANDO a previsão do Art. 141 e incisos, da Lei nº. 14.133/21, especialmente sobre a necessidade de observância da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, e a possibilidade de alteração mediante prévia justificativa, com a comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/2017, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO a natureza da empresa fornecedora, além disso, o risco à descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato, e os impactos disso ao pleno funcionamento das atividades escolares, exatamente no que diz respeito à oferta da merenda escolar, que possibilita, inclusive, que os alunos permaneçam por mais tempo na escola, ampliando assim as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, frente ao regime de tempo integral.
CONSIDERANDO a previsão do Art. 141, § 1º, II, da Lei nº. 14.133/21, tendo em vista que a fornecedora adiante indicada possui porte de ME, segundo a consulta efetivada junto à Receita Federal em relação ao CNPJ da referida, estando, assim, em consonância com a disposição legal, inclusive, diante do risco de descontinuidade, conforme e-mail enviado ao ente público municipal.
Por estes motivos, justifica-se a alteração da ordem cronológica para o pagamento dos valores devidos à **A D S CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 40.056.807/0001-60,** relativamente aos empenhos de nº. **153/2026 e 104/2026**, no valor de **R$ 41.586,74 (quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e seis e setenta e quatro centavos**), correspondentes às **Notas Fiscais de nº 1039 e 1016**, possibilitando a continuidade no fornecimento, de modo a preservar as atividades escolares.
A adoção da presente medida é justificada por todos os aspectos expostos ao longo deste Ato Administrativo, especialmente em consonância com o Art. 141, § 1º, II, da Lei nº. 14.133/21, motivo pelo qual prossegue-se com esta medida para que surta os efeitos

jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias

Janduís/RN, 01 de julho de 2026.

ENOS DE ARAÚJO ALMEIDA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:04A51956

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº203/2026-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo **Art. 49**, **Inciso I**, Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº079/2026-GS, datada de 30 de junho de 2026, concedendo férias ao servidor **JOSE CARLOS DE ALMEIDA FREIRE,** ocupante do cargo público em comissão de Coordenador de Traslado da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico e designado para exercer a função de Fiscal dos contratos vigentes entre o Fundo Municipal de Saúde –FMS – CNPJ 11.257.347/0001-30 e terceiros;

CONSIDERANDO a necessidade de nomear um servidor para responder pela função de Fiscal dos contratos vigentes entre o Fundo Municipal de Saúde – FMS – CNPJ 11.257.347/0001-30 e terceiros no período de gozo de férias do servidor, compreendido entre 01 a 30 de julho de 2026.

R E S O L V E:

Art.1º **DESIGNAR,** o servidor **FRANCISCO FÁBIO DE BRITO,** CPF/MF nº 050.903.284-20, ocupante do cargo público efetivo de Recepcionista/Telefonista, matricula 378, atualmente exercendo a Função Gratificada de Chefe do Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico para responder pela função de Fiscal dos contratos vigentes entre o Fundo Municipal de Saúde – FMS – CNPJ 11.257.347/0001-30 e terceiros no período compreendido de 01 a 30 de julho de 2026.

Art. 2º O servidor designado para responder pela Função de Fiscal dos contratos vigentes entre o Fundo Municipal de Saúde – FMS – CNPJ 11.257.347/0001-30 e terceiros, não fará jus a nenhuma remuneração extra, em razão da acumulação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no período compreendido entre 01 a 30 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís.
Em 30 de junho de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:12979B27

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº204/2026-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 49, Inciso I, Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº078/2026-GS, datada de 30 de junho de 2026, concedendo férias ao servidor ADRIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA, designado para ocupar o cargo público em comissão de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO a necessidade de nomear um servidor para responder pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto no período de gozo de férias do servidor, compreendido de 01 a 30 de julho de 2026.

R E S O L V E:

Art.1º DESIGNAR, o servidor ENOS DE ARAÚJO ALMEIDA**,** ocupante do cargo público em comissão de Secretário Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Social, matricula 1215, para responder pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto no período compreendido de 01 a 30 de julho de 2026.

Art. 2º O servidor designado para responder pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, não fará jus a nenhuma remuneração extra, em razão da acumulação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 a 30 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís.
Em 30 de junho de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:DEDEFBF7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº205/2026-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 49, Inciso I, Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº080/2026-GS, datada de 30 de junho de 2026, concedendo férias ao servidor WILLI KESLE FERREIRA, ocupante do cargo público em comissão de Secretário Municipal de Meio, Urbanismo e do Turismo;

CONSIDERANDO a necessidade de nomear um servidor para responder pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e do Turismo no período de gozo de férias do servidor, compreendido de 01 a 30 de julho de 2026.

R E S O L V E:

Art.1º DESIGNAR o servidor Antônio Dário Arruda Duarte, ocupante do cargo público efetivo de TÉCNICO AGROPECUÁRIO, atualmente exercendo o cargo público em comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos, para responder pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e do Turismo no período compreendido de 01 a 30 de julho de 2026.

Art. 2º O servidor designado para responder pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e do Turismo, não fará jus a nenhuma remuneração extra, em razão da acumulação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 a 30 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís. Em 30 de junho de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:0A41FE56

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº206/2026-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 49, Inciso I, Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor JOZENILDO MORAIS pleiteando a concessão de LICENÇA PRÊMIO,

CONSIDERANDO os termos do art. 46 da Lei Municipal nº 408 de 12 de dezembro de 2011.

R E S O L V E:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO ao servidor JOZENILDO MORAIS ocupante do cargo público efetivo de SUPERVISOR PEDAGÓGICO, matrícula 487, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto – SEMECD – Escola Municipal Prof. Aluízio Gurgel, por um período de 03 (três) meses, com vigência a partir de 06 de julho a 03 de outubro de 2026, período aquisitivo 03/08/2014 a 03/08/2019.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís
Em 30 de junho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:220F8A58

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1777/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1777/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SEMECED

ASSUNTO:
Contratação de pessoa jurídica especializada visando a aquisição de dispositivos de retenção infantil do tipo cadeirinha de segurança, destinados ao transporte seguro de crianças de 01 a 04 anos em veículos do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Prefeitura Municipal de Janduís/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e com fulcro na Lei Federal 14.133/21.
CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, a presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a segurança e a integridade física das crianças de 01 a 04 anos durante o transporte escolar, contribuindo de forma direta para a manutenção e desenvolvimento do ensino no âmbito da rede municipal. A disponibilização de dispositivo de retenção infantil adequada assegura que os alunos sejam transportados em conformidade com a legislação de trânsito vigente, reduzindo significativamente os riscos de lesões em caso de acidentes e proporcionando maior proteção durante todo o trajeto.
RESOLVE:

Adjudicar o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa jurídica: **R C N DINIZ JUNIOR**, inscrita no **CNPJ** sob nº **27.545.583.0001-92,** com sede na Rua: Benevides Teodomiro de Souza, S/N, Bairro: Centro **- BREJO DOS SANTOS - CEP: 58.880-000,** neste ato representada pelo Sr. **RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JUNIOR,** portador do CPF nº **062.0225.504-81,** e com o valor global de **R$ 3.276,00 (três mil, duzentos e setenta e seis reais).**

A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2026;
A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa com emissão de fatura de prestação de serviços.

Janduís/RN, 01 de julho de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:A2E97C7A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2528/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2528/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

O Município de Janduís/RN, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico - SEMSAB, por intermédio do seu Pregoeiro, Francisco Cleber Torres, designado pela Portaria nº 303/2025-GP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por item, em **sessão pública eletrônica às 08h30min (oito horas - horário de Brasília-DF) do dia 14/07/2026, (Terça-feira)** através do site https://www.portaldecompraspublicas.com.br com a finalidade de escolher a proposta mais vantajosa visando a aquisição de Material Permanente, Destinados a Unidade Básica de Saúde Dr. Onézimo Fernandes Maia, através da Emenda nº 41630006 / proposta nº11257347000126001/2026.
A descrição dos itens encontra-se detalhado nos anexos correspondentes, contendo as especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e demais elementos necessários à execução do objeto. Além de se compatibilizar com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 03/2024 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br

Janduís-RN, 01 de julho de 2026

OZAIAS PRAXEDES DOS SANTOS
Diretor de Licitações e Contratos – Port. 270/2025
CPF: 108.364.304-50

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:BBB95A21

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1777/2026.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1777/2026.

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SEMECED

1 – OBJETO
Contratação de pessoa jurídica especializada visando a aquisição de dispositivos de retenção infantil do tipo cadeirinha de segurança, destinados ao transporte seguro de crianças de 01 a 04 anos em veículos do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Prefeitura Municipal de Janduís/RN.

2 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os preços referenciais foram coletados mediante pesquisa mercadológica aferidos no mercado local e atestam a conformidade com os preços praticados no mercado, conforme demonstrado e detalhado em relatório do setor de compras deste município, em consonância com o artigo 23 da lei nº 14.133/21. Já a escolha da proposta mais vantajosa, conforme decisão do setor demandante, se deu observando o disposto no inciso III do artigo 15 do decreto 04/2024 - *valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas*, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21 no âmbito do município de Janduís/RN. Verifica-se, que mediante análise das propostas de preços que deram base a construção da pesquisa mercadológica, foi escolhida a proposta mais vantajosa, levando-se em consideração o critério de menor preço global, ficando demonstrado a vantajosidade para esta administração no tocante a esta contratação. Neste giro, entendendo que o setor demandande, junto ao setor de compras e serviços, responsável pela elaboração da pesquisa mercadológica, demonstrou em relatório que a administração já conseguiu o melhor preço, pode-se assegurar que este município estará contratando com a proposta mais vantajosa.

Destarte, fica neste termo de dispensa, justificada a não publicação de aviso de dispensa a fim de se conseguir outras propostas adicionais, uma vez que o setor demandante assumiu ter aferido os preços de mercado e, dentre estes preços, foi identificada a proposta mais vantajosa para o objeto em tela. Todavia, o município deve publicar extrato de dispensa, bem como seu contrato em tempo hábil consoante a Lei Federal nº 14.133/21. Vale ressaltar ainda, que a Pessoa Jurídica selecionada : **R C N DINIZ JUNIOR**, inscrita no **CNPJ** sob nº **27.545.583.0001-92,** com sede na Rua: Benevides Teodomiro de Souza, S/N, Bairro: Centro - **BREJO DOS SANTOS - CEP: 58.880-000,** neste ato representada pelo Sr. **RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JUNIOR,** portador do CPF nº **062.0225.504-81,** e com o valor global de **R$ 3.276,00 (três mil, duzentos e setenta e seis reais).** Apresentou todos os documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade de realizar o objeto em tela. Ademais, o processo tramitou com sua instrução legal, observando o artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como foram observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 do mesmo diploma legal e também que foram adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública como a regra. Admitindo, ressalvados os casos especificados na legislação. A Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, traz um rol de casos de contratação direta por meio de dispensa de licitação, no caso em epígrafe, expomos adiante:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

Assim, a presente contratação justifica-se pele necessidade de garantir a segurança e a integridade física das crianças de 01 a 04 anos durante o transporte escolar, contribuindo de forma direta para a manutenção e o desenvolvimento do ensino no âmbito da rede municipal. A disponibilização de dispositivos de retenção infantil adequados assegura que os alunos sejam transportados em conformidade com a legislação de transito vigentes, reduzindo significativamente os riscos de lesões em caso de acidentes e proporcionando maior proteção durante todo o trajeto.

4 - DECISÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Assim, preenchidos os requisitos legais do Art. 75, Inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, justifica-se a dispensa de licitação para contratação direta da pessoa jurídica: **R C N DINIZ JUNIOR**, inscrita no **CNPJ** sob nº **27.545.583.0001-92,** com sede na Rua: Benevides Teodomiro de Souza, S/N, Bairro: Centro - **BREJO DOS SANTOS - CEP: 58.880-000,** neste ato representada pelo Sr. **RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JUNIOR,** portador do CPF nº **062.0225.504-81,** e com o valor global de **R$ 3.276,00 (três mil, duzentos e setenta e seis reais).**

Janduis-RN, 01de julho 2026.

MARCOSUEL VIEIRA DE ARRUDA
Agente de Contratação
CPF: 030.520.694-03, Port. 305/2025-GP

ADRIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto
CPF: 014.618.764-43 -
Portaria Nº 321/2025-GP.

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:3CD3D991

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 66/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1931/2026 CREDENCIAMENTO Nº 02/2026.

EXTRATO DO CONTRATO 66/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *1931/2026*
CREDENCIAMENTO Nº 02/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: A A DUARTE EMPREENDIMENTOS LTDA

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços, conforme demanda, consistentes em serviços de pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor e auxiliar de pintor, executados por hora trabalhada, destinados à manutenção predial preventiva e corretiva das Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal e demais prédios vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Janduís/RN.

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: **R$ 125.082,00, (cento e vinte e cinco mil e oitenta e dois reais).**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02072- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2379 - INCREMENTO PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - PAP
NATUREZA: 33.90.39 - Outros serviços terceiro Pessoa Jurídica
FONTE: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal – Bloco de Manut. das Ações e Serviços públicos de saúde
FONTE: 16593110- Transf. da União Dec. e Emendas Parlamentares Individual

AÇÃO: 2040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR – MAC
NATUREZA: 33.90.39 - Outros serviços terceiro Pessoa Jurídica
FONTE: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços públicos de saúde
FONTE: 16593110- Transf. da União Dec. e Emendas Parlamentares Individual
AÇÃO: 2032 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -FUS
NATUREZA: 33.90.39 - Outros serviços terceiro Pessoa Jurídica
FONTE: 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02071- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2083 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS E HOSPITAL MATERNIDADE MARIA CRISTINA MAIA
NATUREZA: 33.90.39 - Outros serviços terceiro Pessoa Jurídica
FONTE: 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos
FONTE: 15000000- Recursos não Vinculados de Impostos

AÇÃO: 2050 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
NATUREZA: 33.90.39 - Outros serviços terceiro Pessoa Jurídica
FONTE: 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos
FONTE: 15000000- Recursos não Vinculados de Impostos

Janduís, 01 de julho de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

A A DUARTE EMPREENDIMENTOS LTDA
CPF: 062.079.204-30
Contratada

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:71D14546

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1777/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1777/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SEMECED

ASSUNTO:
Contratação de pessoa jurídica especializada visando a aquisição de dispositivos de retenção infantil do tipo cadeirinha de segurança, destinados ao transporte seguro de crianças de 01 a 04 anos em veículos do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Prefeitura Municipal de Janduís/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e, com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO a presente contratação justifica-se pele necessidade de garantir a segurança e a integridade física das crianças de 01 a 04 anos durante o transporte escolar, contribuindo de forma direta para a manutenção e o desenvolvimento do ensino no âmbito da rede municipal. A disponibilização de dispositivos de retenção infantil adequados assegura que os alunos sejam transportados em conformidade com a legislação de trânsito vigentes, reduzindo significativamente os riscos de lesões em caso de acidentes e proporcionando maior proteção durante todo o trajeto

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;
CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;
RESOLVE:

Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa jurídica**: R C N DINIZ JUNIOR**, inscrita no **CNPJ** sob nº **27.545.583.0001-92,** com sede na Rua: Benevides Teodomiro de Souza, S/N, Bairro: Centro **- BREJO DOS SANTOS - CEP: 58.880-000,** neste ato representada pelo Sr. **RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JUNIOR,** portador do CPF nº **062.0225.504-81,** e com o valor global de **R$ 3.276,00 (três mil, duzentos e setenta e seis reais).**

Determino ao setor competente a publicação da presente da ratificação da dispensa de licitação e emissão do Contrato Administrativo e extrato de contrato com sua devida publicidade.

Janduís/RN, 01 de julho de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:FBAC96E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº078/2026–GS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere o artigo 82 da Lei Municipal n° 280/2006, e,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor ADRIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA pleiteando a concessão de férias;

CONSIDERANDO os termos do § 4º do artigo 82 da Lei Municipal nº 280, de 06 de setembro de 2006.

R E S O L V E:

Artigo 1º.Conceder férias ao servidor ADRIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA, designado através da Portaria nº321/2025-GP para ocupar o cargo público em comissão de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, matrícula nº1378, por um período de 30 (trinta) dias com vigência a partir de 01 a 30 de julho de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Artigo 2º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.
Em, 30 de junho de 2026.

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos – Pro Tempore
Port. Nº 015/2026 – GP CPF: 014.429.364-10

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:7890EDD2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº079/2026 – GS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere o artigo 82 da Lei Municipal n° 280/2006, e,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA FREIRE pleiteando a concessão de férias;

CONSIDERANDO os termos do § 4º do artigo 82 da Lei Municipal nº 280, de 06 de setembro de 2006.

R E S O L V E:

Artigo 1º**.**Conceder férias ao servidor JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA FREIRE ocupante do cargo público em comissão de COORDENADOR DE TRASLADO INTERMUNICIPAL, matrícula nº 1287, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, por um período de 30 (trinta) dias com vigência a partir de 1º a 30 de julho de 2026, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2025 a 02 de janeiro de 2026.
Artigo 2º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.
Em, 30 de junho de 2026.

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos – Pro Tempore
Port. Nº 015/2026 – GP CPF: 014.429.364-10

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:492FF4F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº080/2026–GS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere o artigo 82 da Lei Municipal n° 280/2006, e,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor WILLI KESLE FERREIRA pleiteando a concessão de férias;

CONSIDERANDO os termos do § 4º do artigo 82 da Lei Municipal nº 280, de 06 de setembro de 2006.

R E S O L V E:

Artigo 1º.Conceder férias ao servidor WILLI KESLE FERREIRA, ocupante do cargo público em comissão de Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e do Turismo, matrícula nº1259, por um período de 30 (trinta) dias com vigência a partir de 01 a 30 de julho de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Artigo 2º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos. Em, 30 de junho de 2026.

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos – Pro Tempore
Port. Nº 015/2026 – GP CPF: 014.429.364-10

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:39614CCB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

GABINETE DO PREFEITO
DISTRATO CONTRATO TEMPORÁRIO 012/2026

GABINETE DA PREFEITA

DISTRATO CONTRATO TEMPORÁRIO 012/2026

Contratante: A Prefeitura Municipal de Japi/RN.

Contratado: Francisco das Chagas de Medeiros Junior
Matrícula: 0005770
Objeto: Auxiliar de Farmácia
Período: 01 de agosto de 2025 até 01 de julho de 2026.

Assinaturas:

Pela Contratante

SIMONE FERNANDES DA SILVA
(Prefeita Municipal).

Pelo Contratado,
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MEDEIROS JUNIOR

Local/data da Assinatura: Japi/RN, 01 de julho de 2026.

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:C455D429

GABINETE DO PREFEITO
DISTRATO CONTRATO TEMPORÁRIO 013/2026

GABINETE DA PREFEITA

DISTRATO CONTRATO TEMPORÁRIO 013/2026

Contratante: A Prefeitura Municipal de Japi/RN.
Contratado: Nailton Gomes Fernandes
CPF: 089.***.***-*4
Objeto: Operador de Máquinas pesadas
Período: 06 de Junho de 2022 até 01 de julho de 2026.
Assinaturas: Pela Contratante

SIMONE FERNANDES DA SILVA
(Prefeita Municipal).

Pelo Contratado,

NAILTON GOMES FERNANDES

Local/data da Assinatura: Japi/RN, 01 de julho de 2026.

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:2A231992

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO 018/2026

GABINETE DA PREFEITA

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO 018/2026

Contratante: A Prefeitura Municipal de Japi/RN.

Contratado: Maria das Vitórias da Silva Alves
CPF: ***.857.354-**
Objeto: Contratação de profissional para exercer a função de Cozinheiro (a) na Secretaria Municipal de Trabalho, Hab. e Assistência Social

Período: 01 de julho de 2026

Assinaturas: Pela Contratante

SIMONE FERNANDES DA SILVA
(Prefeita Municipal).

Pelo Contratado,
MARIA DAS VITÓRIAS DA SILVA ALVES

Local e data de assinatura: Japi/RN, 01 de julho de 2026.

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:944C6CB6

GABINETE DO PREFEITO
LICENÇA PRÊMIO DO SERVIDOR

LICENÇA PRÊMIO DO SERVIDOR

Dirijo-me a Secretaria de administração/recursos humanos para informar a concessão de Licença Prêmio do servidor: **Jose Eudes da Silva**, portador do CPF 082.***.***-64 e cadastrado com matrícula funcional nº 0005134.	
Órgão de Lotação	SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO SOC HABITACIONAL
Cargo/Função	AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS

Período aquisitivo	29/03/2019 até 29/03/2024

Início da Licença	01/07/2026
Final da Licença	28/09/2026

Reservado ao Secretário (a) responsável pela pasta
(x) Concordo ( ) Discordo

Jose Eudes da Silva	Luciene Teixeira Feliciano
Servidor (a)	**Secretário (a)**

Japi/RN, em 30 de junho de 2026

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:5B8BBE5C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 035/2026 GC

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 035/2026 GC
Japi/RN, em 01 de julho de 2026.

A Prefeita Municipal de Japi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora abaixo identificada;

CONSIDERANDO o disposto na legislação vigente, especialmente no que trata da vacância de cargo público em decorrência de posse em outro cargo inacumulável;

R e s o l v e:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo público efetivo de Tecnico (a) em enfermagem, anteriormente ocupado pela servidora Maria Alice Pereira Nogueira, matrícula nº 0005037, em razão de sua posse em outro cargo público inacumulável, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A vacância de que trata o artigo anterior tem como data de início o dia 02 de junho de 2026, conforme requerimento da servidora.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:3F13D022

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 036/2026 GC

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 036/2026 GC
Japi/RN, em 01 de julho de 2026.

A Prefeita Municipal de Japi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

R e s o l v e:

Art.1º. Nomear a Sra. Sorayne Dantas Soares da Costa, inscrita no CPF sob nº 081.***.***-*9 para exercer o cargo comissionado de Assistente de Comunicação e Eventos do Município de Japi/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas eventuais disposições contrárias a esta portaria.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:DBD66618

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 141/2026

Dispõe sobre a homologação de permuta de servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o requerimento consensual apresentado pelos servidores interessados;

CONSIDERANDO a Anuência da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o Termo de Permuta celebrado entre o Município de Jardim de Angicos/RN e o Município de Ceará-Mirim/RN;

CONSIDERANDO o interesse público e a conveniência administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **homologada** a permuta da servidora **ADRIANA DE SOUSA MARANHÃO**, CPF nº ***.952.***-**, RG nº *.984.***, Matrícula nº 000194-5, ocupante do cargo efetivo de **Coordenadora Pedagógica**, pertencente ao quadro de pessoal do Município de Jardim de Angicos/RN, com o servidor **MACÊDO SILVA DE OLIVEIRA**, CPF nº ***.543.***-**, RG nº ***.826.***, Matrícula nº 9312234-1, ocupante do cargo efetivo de **Professor da Educação Infantil**, pertencente ao quadro de pessoal do Município de Ceará-Mirim/RN.

Art. 2º A permuta terá vigência de **03 (três) anos**, conforme estabelecido no Termo de Permuta firmado entre os Municípios.

Art. 3º Cada Município permanecerá responsável pelo pagamento da remuneração, encargos previdenciários e demais obrigações legais de seu respectivo servidor.

Art. 4º A servidora permanecerá vinculada ao quadro efetivo do Município de Jardim de Angicos/RN, mantendo todos os direitos e deveres inerentes ao cargo de origem.

Art. 5º A frequência funcional deverá ser encaminhada mensalmente ao Município de origem, conforme previsto no Termo de Permuta.

Art. 6º A permuta poderá ser revogada a qualquer tempo por interesse público devidamente justificado ou por acordo entre os Municípios.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, 01 de julho de 2026.

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Cristina Camara da Silva Oliveira
Código Identificador:531E9499

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 345/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 345/2026 - GP/PMJP

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO E DESIGNAÇÃO PARA RESPONDER PELA FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1.691, DE 24 DE JANEIRO DE 2023**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e ainda nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.691 de 24 de janeiro de 2023**.,**

Art. 1° - DESIGNAR o senhor. **ROBERTO DE SOUSA ROCHA**, servidor efetivo municipal, inscrito no CPF sob nº 090.267.334-37, matrícula: 5174, para responder, pela função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo Único: Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - O **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, deverá:

I - Tomar decisões acerca do procedimento licitatório;
II - Acompanhar o trâmite da licitação, zelando pelo seu fluxo satisfatório, desde a fase preparatória;
III - Dar impulso ao procedimento licitatório, em ambas as suas fases e em observância ao princípio da celeridade; e
IV - Executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Art. 3º - O **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, em especial:

I - Acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação, de, seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, em especial na confecção dos seguintes artefatos:
a) estudos técnicos preliminares;
b) anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;
c) pesquisa de preços; e
d) minuta do edital e do instrumento do contrato.
II - Conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:
a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
b) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
c) coordenar a sessão pública e o envio de lances;
d) verificar e julgar as condições de habilitação;
e) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
f) encaminhar à comissão de contratação os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;
g) indicar o vencedor do certame;
h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
i) encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.
§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio, de que trata o art. 5º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.
§ 2º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deve se ater à supervisão e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos artefatos arrolados no inciso I do caput.

Art. 4º - O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 5º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros titulares e suplentes da equipe de apoio, que auxiliará o Agente de Contratação / Pregoeiro(a), bem como a possível substituição do mesmo na condução dos processos licitatórios:

A senhora.**DAISY DE QUEIRÓZ BEZERRA,**servidora efetiva municipal, inscrita no CPF sob nº 083.301.984-80, matrícula: 2579. - **Membro Titular**eatuará como Agente de Contratação, nas ausências ou afastamentos legais do Agente de Contratação Titular, constante do artigo 1º, desta Portaria.
O senhor. **GEFERSSON CALADO DE SOUSA**, servidor comissionado municipal, com ampla experiência em licitações e contratos administrativos, inscrito no CPF sob nº 107.338.974-01, matrícula: 6101. - **Membro Titular.**

O senhor.**ATHOS ORDELY DE ARAÚJO DUTRA**, servidor efetivo municipal, inscrito no CPF sob nº 061.244.044-35, matrícula: 5120. -**Membro Suplente**eatuará como Agente de Contratação, nas ausências ou afastamentos legais dos Agentes de Contratação Titular, constante do artigo 1º, desta Portaria.

A senhora **ELAINE CRISTINA LOPES DE OLIVEIRA**, servidora comissionado municipal, inscrita no CPF sob nº 007.387.294-69, matrícula: 6102. - **Membro Suplente.**

A senhora. **ELISAMA ALVES PEREIRA**, servidora comissionado municipal, inscrita no CPF sob nº 082.323.334-05, matrícula: 6103. - **Membro Suplente.**

A senhora **ANA BRUNA DE ARAÚJO SOARES**, servidora comissionado municipal, inscrita no CPF sob nº 091.504.274-66, matrícula: 6104. - **Membro Suplente.**
O senhor **RAFAEL DE ARAÚJO PEREIRA**, servidor comissionado municipal, inscrito no CPF sob nº 082.616.534-63 e matrícula: 6133. - **Membro Suplente.**

Art. 6º - Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação nas etapas do processo licitatório, de que trata o inciso II do art. 13.
Parágrafo Único. A equipe de apoio poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 7º - É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:
I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
II - Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;
III - Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.
§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a **PORTARIA Nº 001/2026 – GP/PMJP**, 05 de janeiro de 2026, tornando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 01 de julho de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:D3AF14B9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 346/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 346/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar nos artigos 65, II, VII e X e 68, I, §1º, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a senhora **RAIANE DUTRA SOARES,** inscrita no CPF sob nº 017.458.344-35, do Cargo de Provimento em Comissão de Auxiliar de Gabinete – Nível CC-2**.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 01 de julho de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:E0CBC7A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 347/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 347/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre Licenças Prêmios de Servidores Municipais e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no artigo 65, II, VII e X da Lei Orgânica Municipal e em observância a Lei Complementar nº 001, de 19.12.1997, Capítulo V, Seção IX, Art. 102,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a senhora **LIDIANE CRISTINA DE PAIVA,** matrícula 2616, inscrita no CPF sob nº 050.027.944-67, Professora do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de julho de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 01.04.2020 a 01.04.2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 01 de julho de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:03314B36

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 348/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 348/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a alteração de gozo de Férias a Servidor Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.65, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal devendo exercer a direção superior da Administração Municipal; c/c o art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 001/97 que dispõe sobre o Estatuto dos servidores do Município de Jardim de Piranhas-RN, e, considerando as necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, o gozo das férias do senhor **MISAEL GARCIA DE ARAÚJO,** Fisioterapeuta, matrícula n° 2679, do período de 01.07.2026 a 30.07.2026 para 03.08.2026 a 01.09.2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 01 de julho de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:50A018EA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE RETOMADA, JULGAMENTO DEFINITIVO DA HABILITAÇÃO E ANÁLISE DOS PROJETOS DE VENDA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN Nº 323.060/2026

Às 08h00 do dia 29 de junho de 2026, nas dependências do Centro Cultural de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", situado à Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, reuniram-se os membros da Comissão de Contratação para Chamadas Públicas e Procedimentos Correlatos do Município de Jardim do Seridó/RN, designados pela Portaria Municipal nº 263/2026, composta por José Fernandes de Oliveira Neto, Presidente, Myria Lúcia de Oliveira Azevedo, Membro Titular, e Milena Pereira de Medeiros, Membro Titular, para retomada da sessão pública da Chamada Pública nº 001/2026, destinada à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural e suas organizações, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Inicialmente, o Presidente registrou que a presente sessão constitui continuidade da sessão pública realizada em 19 de junho de 2026, suspensa para realização de diligências destinadas ao saneamento de pendências verificadas na documentação apresentada pelas participantes **JOSILENE DIONISIA DE AZEVEDO LIMA** e **MARCIA MARIA DA CUNHA OLIVEIRA**.

Verificou-se que ambas as participantes apresentaram tempestivamente a documentação complementar exigida por meio do Termo de Diligência expedido por esta Comissão.

Procedida a análise da documentação apresentada em atendimento às diligências, constatou-se que a participante **JOSILENE DIONISIA DE AZEVEDO LIMA** apresentou Projeto de Venda retificado, adequado ao limite individual de comercialização previsto na legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, bem como apresentou a Declaração de Produção Própria exigida pelo Edital, restando integralmente sanadas as pendências anteriormente identificadas.

Da mesma forma, verificou-se que a participante **MARCIA MARIA DA CUNHA OLIVEIRA** apresentou Projeto de Venda retificado, observando o limite individual de comercialização previsto na legislação aplicável, restando igualmente sanada a pendência anteriormente apontada.

A Comissão registrou, ainda, que a **COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SERIDÓ – COAFS** permaneceu regularmente habilitada, uma vez que não foram constatadas pendências documentais quando da análise realizada na sessão de abertura.

Diante do atendimento integral às diligências realizadas, a Comissão deliberou pela habilitação definitiva das participantes JOSILENE DIONISIA DE AZEVEDO LIMA, MARCIA MARIA DA CUNHA OLIVEIRA e COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SERIDÓ – COAFS.

Superada a fase de habilitação, a Comissão procedeu à análise dos Projetos de Venda apresentados pelos participantes habilitados, verificando sua conformidade com as especificações constantes do Edital, bem como com os critérios de seleção previstos na legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Na sequência, a Comissão aplicou os critérios de priorização previstos no item 8.5 do Edital, observando que as fornecedoras JOSILENE DIONISIA DE AZEVEDO LIMA e MARCIA MARIA DA CUNHA OLIVEIRA possuem domicílio no Município de Jardim do Seridó/RN, enquadrando-se, portanto, no primeiro grupo de prioridade estabelecido pelo instrumento convocatório, enquanto a COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SERIDÓ – COAFS possui sede no Município de São João do Sabugi/RN, razão pela qual seus quantitativos foram aproveitados apenas para complementação da demanda não atendida pelos fornecedores locais, em observância aos critérios de priorização estabelecidos no Edital e na legislação do PNAE.

Em observância ao disposto nos itens 8.5, 8.6 e 8.7 do Edital, a Comissão verificou que as fornecedoras locais não apresentaram Projetos de Venda suficientes para atender integralmente às quantidades estimadas pela Administração em todos os itens licitados. Assim, os quantitativos ofertados pelas fornecedoras locais foram integralmente aproveitados, por atenderem ao primeiro nível de prioridade estabelecido pelo Edital. Permanecendo saldo remanescente em determinados itens, a Comissão procedeu ao aproveitamento da proposta apresentada pela COAFS, única participante classificada nos grupos prioritários subsequentes com capacidade para complementar o fornecimento, assegurando o atendimento integral da demanda da alimentação escolar, sem prejuízo da observância dos critérios de priorização previstos na legislação do PNAE e no instrumento convocatório.

Dessa forma, ficou definida a seguinte distribuição dos quantitativos:

Produto	Quantidade	Fornecedor
Bolo de Cenoura	500 kg	Josilene Diosinia de Azevedo Lima
Bolo de Cenoura	500 kg	COAFS
Bolo de Leite	670 kg	Josilene Diosinia de Azevedo Lima
Bolo de Leite	1.000 kg	Márcia Maria da Cunha Oliveira
Bolo de Leite	330 kg	COAFS
Bolo de Ovos	500 kg	Josilene Diosinia de Azevedo Lima
Bolo de Ovos	812 kg	Márcia Maria da Cunha Oliveira
Bolo de Ovos	688 kg	COAFS
Leite Pasteurizado	2.500 litros	COAFS

Concluída a fase de seleção dos Projetos de Venda e definida a distribuição dos quantitativos entre os participantes classificados, a Comissão deliberou, com fundamento nos itens 8.10 e 9 do Edital, pela exigência da apresentação de amostras dos produtos classificados, destinadas à verificação da qualidade e da conformidade com as especificações técnicas exigidas para a alimentação escolar.

A Comissão determinou, ainda, a expedição de convocação específica aos participantes classificados, a ser publicada oportunamente, contendo a relação dos produtos que deverão ser apresentados, o local de entrega das amostras, o prazo para sua apresentação e a data designada para realização da avaliação técnica, nos termos do Edital.

Após a conclusão da avaliação das amostras, a Comissão retomará a sessão pública para apreciação do resultado da análise técnica, deliberação acerca da aprovação ou reprovação das amostras apresentadas, divulgação do resultado final da Chamada Pública e adoção das demais providências previstas no Edital.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão de Contratação.

Publique-se.

Jardim do Seridó/RN, 29 de junho de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Presidente da Comissão de Contratação

MYRIA LUCIA DE OLIVEIRA AZEVEDO
Membro Titular

MILENA PEREIRA DE MEDEIROS
Membro Titular

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:ED4D5F45

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2026 - PROC. ADMIN. MJS/RN N° 120.039/2026.

A Prefeitura Municipal de **Jardim do Seridó/RN** convoca as seguintes empresas: **C J PNEUS LTDA CNPJ: 43.914.686/0001-39, ELETRO PECAS LTDA CNPJ: 08.286.262/0001-76, TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP CNPJ: 23.303.897/0001-28**, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021, para, no prazo de até 05 (CINCO) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preço encaminhada pelo e-mail: cplmjs2021@gmail.com referente ao Pregão Eletrônico 003/2026 cujo o objeto é: **AAQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS NOVOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ/RN,** sob pena de decair o direito da contratação e sanções previstas no art. 156, da Lei 14.133/2021.Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, na Sala de licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo Fone: (84) 3472-3902.
Jardim do Seridó/RN, em 01 de julho de 2026.

MILENA PEREIRA DE MEDEIROS
Chefe do Setor de Licitações

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:46D173BD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN Nº 323.060/2026

O Presidente da Comissão de Contratação para Chamadas Públicas e Procedimentos Correlatos do Município de Jardim do Seridó/RN, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria Municipal nº 263/2026 e em cumprimento à deliberação constante da Ata da Sessão Pública de Retomada realizada em 29 de junho de 2026, **CONVOCA** os participantes classificados na Chamada Pública nº 001/2026 para apresentação das amostras dos produtos selecionados, destinadas à verificação da qualidade e da conformidade com as especificações constantes do Edital e do Termo de Referência.
A presente convocação é expedida com fundamento nos itens 8.10 e 9 do Edital, que autorizam a exigência de amostras e atribuem à Comissão de Contratação a definição do local, prazo e condições para sua apresentação.

1. DOS PARTICIPANTES E PRODUTOS
Ficam convocados os seguintes participantes:

I – JOSILENE DIOSINIA DE AZEVEDO LIMA
Apresentar amostras dos seguintes produtos:
Bolo de Cenoura;
Bolo de Leite;
Bolo de Ovos.

II – MÁRCIA MARIA DA CUNHA OLIVEIRA
Apresentar amostras dos seguintes produtos:
Bolo de Leite;
Bolo de Ovos.

III – COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SERIDÓ – COAFS
Apresentar amostras dos seguintes produtos:
Bolo de Cenoura;
Bolo de Leite;
Bolo de Ovos;
Leite de Vaca Integral Pasteurizado.

2. DO LOCAL DE ENTREGA
As amostras deverão ser entregues na **Secretaria Municipal de Educação de Jardim do Seridó/RN**, localizada na Av. Dr. Fernandes, nº 256, Centro, Jardim do Seridó/RN.

3. DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO
As amostras deverão ser entregues **no período de 03 de julho de 2026 a 09 de julho de 2026**, até **às 13h00min** do último dia do prazo, durante o horário de expediente da Secretaria Municipal de Educação.
Não serão recebidas amostras apresentadas após o prazo estabelecido nesta convocação.

4. DAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO
As amostras deverão:
I – corresponder exatamente aos produtos constantes dos Projetos de Venda apresentados;
II – atender integralmente às especificações técnicas constantes do Edital e do Termo de Referência;
III – estar devidamente identificadas com o nome do participante, o nome do produto e a indicação da Chamada Pública nº 001/2026;
IV – ser apresentadas em embalagens adequadas à natureza do produto, preservando suas condições de higiene, conservação e transporte;
V – conter, quando aplicável, rotulagem, identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e os registros sanitários exigidos pela legislação vigente.

5. DA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS
Encerrado o prazo para apresentação das amostras, estas serão submetidas à avaliação pela equipe técnica competente da Secretaria Municipal de Educação, que verificará sua conformidade com as especificações constantes do Edital e do Termo de Referência, especialmente quanto:
I – às características do produto;
II – à qualidade;
III – às condições de acondicionamento;
IV – à rotulagem, quando aplicável;
V – ao atendimento das exigências sanitárias pertinentes;
VI – aos demais requisitos técnicos exigidos para o fornecimento destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Da avaliação será elaborado relatório técnico, que subsidiará a decisão da Comissão de Contratação quanto à aprovação ou reprovação das amostras apresentadas.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A não apresentação das amostras no prazo estabelecido ou a apresentação de produtos em desacordo com as especificações previstas no Edital implicará na **não aprovação do respectivo item**, nos termos do item 9.6 do Edital.
Concluída a avaliação técnica, a Comissão de Contratação retomará a sessão pública para apreciação do relatório técnico, deliberação acerca da aprovação ou reprovação das amostras, divulgação do resultado final da Chamada Pública e adoção das demais providências previstas no Edital.
Fica desde já designada a retomada da sessão pública para o dia 13 de julho de 2026, às 08h00, nas dependências do Centro Cultural de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", situado à Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, ocasião em que a Comissão procederá à apreciação do relatório técnico de avaliação das amostras, deliberará acerca de sua aprovação ou reprovação, proclamará o resultado final da Chamada Pública e adotará as demais providências previstas no Edital.
Publique-se.

Jardim do Seridó/RN, 01 de julho de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:0983877A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 166/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 120.039/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **ELETRO PECAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.286.262/0001-76; **OBJETO:** A AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS NOVOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 01 de julho de 2026; **VIGÊNCIA**: 01 de julho de 2026 e termo final em 01 de julho de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 87.652,36 (Oitenta e sete mil seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) **SUBSCRITORES:** Dásio José Costa da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 241.***.***-04 pelo Contratante e KleiberAntunes Furtado Junior, inscrito no CPF/MF sob o nº 466.***.***-34 - pela Contratada.
Jardim do Seridó/RN, em 01 de julho de 2026.

DÁSIO JOSÉ COSTA DA SILVA
Secretário Municipal de Transporte

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:882FC713

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 167/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 120.039/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.303.897/0001-28; **OBJETO:** A AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS NOVOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 01 de julho de 2026; **VIGÊNCIA**: 01 de julho de 2026 e termo final em 01 de julho de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 50.202,00 (Cinquenta mil duzentos e dois reais) **SUBSCRITORES:** Dásio José Costa da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 241.***.***-04 pelo Contratante e João Batista, inscrito no CPF/MF sob o nº 490.***.***-30 - pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 01 de julho de 2026.

DÁSIO JOSÉ COSTA DA SILVA
Secretário Municipal de Transporte

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:744EB443

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 044/2026
ADESÃO 04/2026 - ADESÃO A ARP 003/2025 - PROC. ADMIN. MJS/RN N° 515.071/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.109.467/0001-03; **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR VISANDO CRIAR UM AMBIENTE DE APRENDIZADO ADEQUADO E ESTIMULANTE PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.; **DATA DA ASSINATURA:** 01 de julho de 2026; **VIGÊNCIA**: 01 de julho de 2026, e termo final em 01 de julho de 2026; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: ADESÃO; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 271.650,00 (Duzentos e setenta e um mil seiscentos e cinquenta reais) **SUBSCRITORES:** Joaquim Alberto da Silva inscrito no CPF/MF sob o nº 241. ***. ***-00 pelo Contratante e Vinicius Rodrigues Pereira, portador do CPF nº. 039.***.***-33 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 01 de julho de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:8E1488CE

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nº 058/2023

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, com base nos itens número **1.4** e **1.5.1** do Edital do Concurso Público Municipal n.º 001/2023, para preenchimento das vagas existentes no quadro geral dos servidores efetivos do Município de Jardim do Seridó/RN, convoca o candidato abaixo relacionado, conforme ordem de classificação por cargo, a comparecer à Secretaria Municipal de Administração, situada na Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no período de **30 (trinta) dias corridos**, a partir da data de publicação deste Edital, no horário de 07h às 13h, munida da documentação elencada no anexo I, deste edital, para respectiva posse. Para eventuais dúvidas tratar pelo número (84) 9 9125-8187 (Setor Recursos Humanos).
A convocação do referido cargo, baseiam-se nos respectivos fatos:
Considerando o pedido de Vacância da servidora efetiva da **ÁREA URBANA** do município, FLÁVIA MAYARA FELIX DANTAS, portadora do CPF nº 071.151.664-20;
Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Ofício n.º 219/2026 de 23 de abril de 2026;
Considerando o despacho 103/2026 do Gabinete da Prefeita, datado em 28 de abril de 2026.
Considerando Parecer Jurídico;
Considerando a DESCLASSIFICAÇÃO do candidato João Vitor Silva, portador do CPF nº 108.080.284-30, inscrição nº 654689-3;

CONVOCA:

1 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
ÁREA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
642378-5	DELANO AUGUSTO LUCENA DE MEDEIROS COSTA	2º

Jardim do Seridó-RN, 01 de julho de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE ACORDO COM EDITAL DO CONCURSO N.º 001/2023, BEM COMO RESOLUÇÃO N.º 008/2012 – TCE/RN

1. ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;
2. comprovar o grau de escolaridade exigido para o cargo;
3. estar quite com as obrigações eleitorais;
4. apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato brasileiro, do sexo masculino;
5. ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do cargo e função;

6. apresentar, às suas expensas, atestado médico ocupacional expedido por médico do trabalho;
7. haver sido aprovado e classificado no Concurso Público;
8. ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse;
9. firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
10. firmar declaração de que não possui vínculo com a administração direta ou indireta da União, Estados ou outros Municípios e empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas;
11. declaração do Conselho de Classe, que está apto para exercer a profissão, nos casos exigidos para a ocupação do cargo;
12. declaração ou certidão de órgãos públicos, em que o candidato exerça ou tenha exercido cargo público, nos últimos 05 (cinco) anos, atestando que o candidato não se encontra respondendo a processo administrativo disciplinar, nem teve contra si aplicada a pena de demissão;
13. certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Estadual, Federal e Eleitoral em primeiro e segundo graus;
14. certidão negativa de antecedentes criminais emitida pela Polícia Federal;
15. declaração de bens;
16. declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinada pelo servidor;
17. carteira de trabalho;
18. comprovante de residência;
19. certidão de nascimento e CPF dos dependentes;
20. conta bancária no Banco do Brasil;
21. certidão de casamento, quando for o caso;
22. cumprir as determinações deste Edital.
23. a comprovação de atendimento deverá ser feita na data da apresentação após a devida convocação por meio de documentação original juntamente com a respectiva cópia.
24. A falta de comprovação dos requisitos genéricos de investidura do cargo, impedirá a posse do candidato.
OBSERVAÇÃO: Todos os documentos deverão ser autenticados e as declarações com reconhecimento de firma em cartório, salvo as que são retiradas diretamente de sistema eletrônicos.
EXAMES MÉDICOS
Hemograma;
Tipo sanguíneo;
Sumário de Urina;
VDRL;
Parasitológico de fezes;
Eletrocardiograma (com Laudo do Cardiologista);
Raio X do Tórax (com laudo do radiologista);

OBSERVAÇÃO: Os exames acima mencionados ficarão sob a responsabilidade total do candidato.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

1.4. A Nomeação dos aprovados será regida pelas na Lei Municipal 593 de 22 de junho de 1994, Lei Municipal n.º 830 de 30 de dezembro de 2009 (Magistério Municipal) na Lei Municipal 1.001 de 21 de junho de 2015, Lei Municipal n.º 820 de 02 de setembro de 2009 (Lei da Guarda Municipal) e demais normas municipais que versarem sobre cargos e funções, todas do Município de JARDIM DO SERIDÓ.
1.5.1 No caso em que as convocações forem para substituir servidores contratados, não implicando em aumento de despesa com pessoal, não se aplicam as regras dos itens 1.5, conforme orientação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através do Procedimento n.º 099.2017.000625.

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:80B45970

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 346, DE 01 DE JULHO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 65 da Lei Orgânica e com fundamento na Lei Complementar nº 593/94, art. 8º, inciso I, e art. 9º, "caput",

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento efetivo o candidato relacionado no ANEXO I, aprovado no Concurso Público Municipal n.º 001/2023, homologado em 18 de janeiro de 2024, prorrogado dia 15 de janeiro de 2026 a sua validade por mais 02 (dois) anos.

Art. 2º. A convocação do aprovado relacionado observa o Edital de Convocação nº 058/2023.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 01 de Julho de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

ANEXO I

1 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
ÁREA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
642378-5	DELANO AUGUSTO LUCENA DE MEDEIROS COSTA	2º

Jardim do Seridó-RN, 01 de junho de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:96F31069

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE COOPERAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ – RN E PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS/RN VISANDO O INTERCÂMBIO DE FUNCIONÁRIOS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ - RN, pessoa jurídica de direito público, localizada à Praça Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228–Centro, Jardim do Seridó – RN, CEP:59343-000, Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ sob o nº08.086.662/0001-38, neste ato representado pelo Sra. **SILVANA AZEVEDO DA COSTA**, Prefeita Constitucional, brasileira, inscrita no CPF sob o nº**007.455.564-26**, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS-RN**, pessoa jurídica de direito público, localizada à Avenida Mauro Medeiros, 97, Centro, Parelhas-RN, CEP: 59.360-000, inscrito no CNPJ nº08.087.561/0001-81, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal**TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA**, brasileiro, portador do CPF: 030.335.144-64, firmam o presente Termo de Cooperação, regido pelas cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto deste Termo o intercâmbio de funcionários pertencentes ao município Jardim do Seridó – RN e a Prefeitura Municipal de Parelhas/RN, visando suprir as necessidades funcionais de ambos os municípios, seguindo a Lei Ordinária1.151/2019 e a Lei Ordinária 1.163/2020.
Parágrafo único – O intercâmbio de funcionários a que se refere o objeto deste Termo consolidar-se-á observadas às devidas compensações financeiras referentes ao vencimento dos servidores cedidos neste instrumento.
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES
Ficam estabelecidas as seguintes condições:
A cessão através do Termo de Cooperação se dará em números iguais.

Nenhuma das partes poderá aumentar, diminuir ou substituir o número de servidores cedidos neste Termo, bem como liberá-los para curso se/ou licenças sem a prévia anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CESSÃO DE FUNCIONÁRIOS

Poderão as partes ceder funcionários públicos para exercício em unidade diversa da lotação de origem. Observando:

Requerimento ao **CEDENTE**, em que se especificará o nome do servidor, o CPF, o cargo, a matrícula e o Órgão Público a que pertence;

Finalidade da cessão; e

Anuência da parte **CEDENTE**, com publicação do Ato de cessão em seu veículo oficial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes, **CEDENTE** e **CESSIONÁRIO**, continuarão submetidas assuas chefias mediatas de origem, no que diz respeito às responsabilidades oriundas de possíveis encargos trabalhistas e/ou previdenciários.

§ 1º Cada **CEDENTE** obriga-se, com relação ao servidor nominado, qualificado e relacionado no ANEXO I, parte integrante deste Termo a:

Anotar e contar o tempo de serviço do servidor cedido para fins legais;

Assumir o ônus da remuneração do servidor cedido, nos casos em que haja requerimento e anuência neste sentido;

Requisitar, com antecedência de 90 (noventa) dias, a devolução do servidor cedido, nos casos em que haja requerimento e anuência neste sentido.

§ 2º Cada **CESSIONÁRIO** obriga-se a:

Exercer as funções de controle administrativo, disciplinar o poder hierárquico atinente aos servidores cedidos;

Comunicar ao **CEDENTE** frequência funcional para fins de registro de tempo de serviço;

Encaminhar ao **CEDENTE** os autos referentes à apuração de faltas funcionais em sindicância, para fins de processamento de inquérito administrativo pelo **CEDENTE**;

No caso de nomeação de servidores para exercer funções gratificada sou cargos em comissão, assumir a integralidade da remuneração da função ou cargo concedido;

Devolver os servidores cedidos ao final da cessão.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará por 02 (dois) anos, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA

Constituirá causa imediata da denúncia, pelas partes, o não cumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento, bem como, o desvio do servidor para o exercício de atribuições fora do local de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Jardim do Seridó – RN, para dirimir quaisquer dúvidas inerentes ao presente Termo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes atuarão para operacionalização deste Termo, exceto os requerimentos de cessão e prorrogações, por intermédio do setor pessoal dos órgãos públicos, pelo **CEDENTE** e pelo **CESSIONÁRIO**.

§ 1º As partes poderão denunciar o presente Termo a qualquer tempo, observado o prazo de 90 (noventa) dias para a ultimação das obrigações das partes.

§ 2º As partes publicarão extrato deste Termo em seus veículos de publicação oficial para que surtam seus efeitos jurídicos, o qual será assinado em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para produção de todos os efeitos de direito.

Jardim do Seridó – RN, 29 de junho de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal de Jardim do Seridó – RN

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal de Parelhas – RN

TESTEMUNHAS:

1. ---_____ CPF: ___.___.___-___

2. ---_____ CPF: ___.___.___-___

ANEXO I

SERVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS-RN, CEDIDO À PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ-RN

Nº	SERVIDOR(A)	CPF	MATRÍCULA	FUNÇÃO/CARGO
01	AMANDA MEDEIROS DE OLIVEIRA	017.772.844-22	120826-8	COZINHEIRA

SERVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ-RN,
CEDIDO À PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS-RN

Nº	SERVIDOR(A)	CPF	MATRÍCULA	FUNÇÃO/CARGO
01	MARCIELMA VITORIA SALUSTIO DANTAS	068.263.054-37	2244	ASG

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:E703B851

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
ATA DE REUNIÃO N° 013/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 702.001/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2025 – TERMO ADITIVO N° 001/2026

Ao 1º (primeiro) dia do mês de julho do ano de 2026, na sede do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – RN, o Setor de Contratação procedeu à análise da documentação relacionada à prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 003/2025, firmada com a empresa **ROMERITO CHIANCA DA SILVA**, inscrita no CNPJ nº 15.602.710/0001-69.

Registra-se que, previamente à análise da documentação encaminhada pela empresa, a Administração realizou, em **30 de junho de 2026**, pesquisa mercadológica com o objetivo de verificar a vantajosidade dos preços registrados, em atendimento ao disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. A pesquisa, realizada mediante consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, demonstrou que o valor registrado na Ata de Registro de Preços nº 003/2025 permanece compatível e inferior aos preços praticados em contratações similares celebradas por outros órgãos da Administração Pública, conforme documentos acostados aos autos.

Na sequência, registra-se que a empresa apresentou, em **01 de julho de 2026**, toda a documentação solicitada por meio do Ofício nº 013/2026-JARDIMPREV/CONTRATAÇÕES, de 29 de junho de 2026, conforme comprovação constante nos autos processuais, oportunidade em que manifestou anuência à prorrogação da Ata de Registro de Preços e encaminhou a documentação necessária à instrução do feito.

Ressalta-se, entretanto, que a análise pelo Setor de Contratação somente ocorreu em **01 de julho de 2026**, data em que os autos foram formalmente encaminhados pela Diretora Presidente e Gestora da Ata de Registro de Preços, mediante despacho administrativo.

Após análise, verificou-se que a empresa apresentou a documentação comprobatória de regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como de qualificação econômico-financeira, atendendo às exigências formuladas pela Administração. Ademais, foram juntados documentos comerciais consistentes em boletos/faturas emitidos em favor de outros clientes, os quais corroboram que o valor registrado na Ata de Registro de Preços nº 003/2025 permanece compatível com os preços regularmente praticados no mercado para serviços de mesma natureza, reforçando a conclusão anteriormente obtida por meio da pesquisa mercadológica acerca da vantajosidade da manutenção da contratação.

Diante da convergência entre os resultados da pesquisa mercadológica realizada pela Administração e os documentos apresentados pela empresa, restou evidenciada a manutenção da vantajosidade econômica da Ata de Registro de Preços nº 003/2025, em

conformidade com o requisito previsto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Registra-se, ainda, que foi minutado o Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 003/2025, em conformidade com a minuta padrão adotada pelo JARDIMPREV, o qual segue juntamente com os demais documentos para apreciação.

Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Consultoria e Assessoria Jurídica do Setor de Licitações e Contratos do JARDIMPREV para análise e emissão de parecer, nos termos da legislação vigente.

Nada mais havendo a tratar, lavra-se a presente Ata, para fins de registro e encaminhamento.

Jardim do Seridó/RN, 01 de julho de 2026.

DOUGLAS MEDEIROS DE ARAÚJO
Agente de Contratação e Responsável pela Formalização dos Processos de Contratação Direta do JARDIMPREV
Matrícula n° 002

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:2DC4BC0A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 30060001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 30060001/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 30060001/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA
PROCESSO DE ORIGEM: 012/2025 PE
OBJETO: Aquisição de fardamentos e camisetas personalizadas para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de José da Penha
VALOR TOTAL: R$ 12.501,00 (doze mil e quinhentos e um reais).
DOTAÇÃO: 839 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 339030 - Material de Consumo
687 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.160 . 0 . 339030 - Material de Consumo
654 - 2 . 15903 . 12 . 367 . 3 . 2.149 . 0 . 339030 - Material de Consumo
652 - 2 . 15903 . 12 . 367 . 3 . 2.149 . 0 . 339030 - Material de Consumo
631 - 2 . 15903 . 12 . 366 . 3 . 2.142 . 0 . 339030 - Material de Consumo
601 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 339030 - Material de Consumo
574 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.125 . 0 . 339030 - Material de Consumo
244 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.50 . 0 . 339030 - Material de Consumo
238 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.49 . 0 . 339030 - Material de Consumo
124 - 2 . 7101 . 4 . 122 . 1 . 2.25 . 0 . 339030 - Material de Consumo
92 - 2 . 5101 . 4 . 122 . 1 . 2.21 . 0 . 339030 - Material de Consumo
42 - 2 . 4101 . 4 . 122 . 1 . 2.10 . 0 . 339030 - Material de Consumo
VIGÊNCIA: 30/06/2026 à 30/06/2027.
DATA DA ASSINATURA: 30 de junho de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:A8F97F26

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 30060002/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 30060002/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 30060002/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA
PROCESSO DE ORIGEM: 012/2025 PE
OBJETO: Aquisição de fardamentos e camisetas personalizadas para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de José da Penha
VALOR TOTAL: R$ 11.449,75 (onze mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos).
DOTAÇÃO: 710 - 4 . 14101 . 8 . 244 . 13 . 2.168 . 0 . 339030 - Material de Consumo
544 - 4 . 14905 . 8 . 243 . 7 . 2.117 . 0 . 339030 - Material de Consumo
535 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.116 . 0 . 339030 - Material de Consumo
525 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.115 . 0 . 339030 - Material de Consumo
517 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.114 . 0 . 339030 - Material de Consumo
506 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.111 . 0 . 339030 - Material de Consumo
494 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.109 . 0 . 339030 - Material de Consumo
VIGÊNCIA: 30/06/2026 à 30/06/2027.
DATA DA ASSINATURA: 30 de junho de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:74A157B1

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 407/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 407/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 29 de Maio de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Currais Novos/RN, a fim de transportar paciente que se encontrava de alta, no dia 30 de Maio de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:ABD99114

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 408/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 408/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 29 de Maio de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). AISAMAQUE TEIXEIRA DA SILVA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e

sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontrava de Alta, no dia 31 de Maio de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D80DC95C

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 410/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 410/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 28 de Maio de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar o paciente que se encontra em tratamento de saúde, no período de 28 de Maio de 2026 a 29 de Maio de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:E0324A9C

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 451/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 451/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando, portanto, R$ 300,00 (trezentos reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Fortaleza/CE, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:51859F12

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 452/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 452/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 17 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:FAEF1D08

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 453/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 453/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 12 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 12 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:03D39D47

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 454/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 454/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 15 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:97D867AE

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 455/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 455/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 17 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:5244C357

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 456/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 456/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 02 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 02 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:6ADBC0B4

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 457/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 457/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 03 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 03 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:19138D55

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 458/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 458/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 02 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). ESPERIDIãO FRANCISCO CAJE COSTA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de viagem a cidade de Natal-RN com o senhor Prefeito Jairo De Souza Mafaldo para tratar de assuntos de interesse do munícipio na Governadoria Controladoria -Geral Do Estado Do Rio Grande Do Norte, no período de 02 de Junho de 2026 a 03 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:BB3E5744

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 459/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 459/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). ESPERIDIãO FRANCISCO CAJE COSTA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B19A7001

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 460/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 460/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). GLEIDSON DE CASTRO FEITOSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Assú/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:EA0216F0

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 461/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 461/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). GLEIDSON DE CASTRO FEITOSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 17 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:78CE1AF4

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 462/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 462/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). LEONARDO GOMES DE OLIVEIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:FEC322E8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 463/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 463/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). LEONARDO GOMES DE OLIVEIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 17 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:0AFE8FF8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 474/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 474/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 06 de Maio de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé ALCIVAN DA SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 06 de Maio de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:E79B5C10

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 479/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 479/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé ALCIVAN DA SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Caraúbas/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 17 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:48DCCCF3

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 485/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 485/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 05 de Junho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé ALCIVAN DA SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 05 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:F5BB5EF6

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 502/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 502/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 01 de Julho de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito, matrícula nº 1382607, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando, portanto, R$ 800,00 (oitocentos reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de Participação do Dia D da Saúde, onde serão entregues veículos, equipamentos de saúde bucal e outros investimentos destinados ao município, viabilizados por meio do Programa Agora Tem Especialistas (PATE) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Natal/RN, no dia 01 de Julho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

ANA JARVIS DE SOUZA MAFALDO GOMES
Chefe de Gabinete
007/2025

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:FB0B8A48

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 068/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: Oito (08) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço
ADJUDICAÇÃO: Por item
MODO DE DISPUTA: Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim.
- para os itens com valor total até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - Exclusiva para empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- para os itens: 01 e 02 - apuração em cotas de 75% e 25%.

A **Comissão de Contratação do Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que no **dia 06 de julho de 2026**, nos sites: **www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br** e **http://www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado ao **Registro de preços para aquisição de carnes destinadas ao atendimento das necessidades das secretarias e demais órgãos integrantes da administração pública municipal de Jucurutu/RN**.

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 15 de julho de 2026, às 14:30 horas (horário de Brasília)**, no site **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**.

Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com.

Jucurutu/ RN, 01 de julho de 2026

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:2369EE17

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 015/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

PRAZO DE PUBLICIDADE: dez (10) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço
ADJUDICAÇÃO: por lote
MODO DE DISPUTA:aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: não

A **Comissão de Contratação do Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que no **dia 03 de julho de 2026**, nos sites: **www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br** e **http://www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado a **Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de acesso à internet, incluindo fornecimento, instalação, operação, manutenção e suporte técnico, por meio de links dedicados, utilizando tecnologias de fibra óptica ou equivalente, para atendimento aos diversos pontos da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 17 de julho de 2026, às 09:00 horas (horário de Brasília)**, no site **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**.

Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com.

Jucurutu/ RN, 01 de julho de 2026

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:8FD8772C

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 073/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: Oito (08) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço
ADJUDICAÇÃO: Por item
MODO DE DISPUTA: Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

A **Comissão de Contratação do Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que no **dia 03 de julho de 2026**, nos sites: **www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br** e **http://www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado ao **Registro de preços para aquisição gradativa e eventual de produtos saneantes e desinfectantes pra limpeza hospitalar.**

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 15 de julho de 2026, às 09:00 horas (horário de Brasília)**, no site **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**.

Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com.

Jucurutu/ RN, 30 de junho de 2026

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:5F71C821

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 105/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 018/2026

Assunto: Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no **inciso V do art. 74** da Lei nº 14.133/2021.
Decisão: Autorização para inexigibilidade de licitação

Trata-se de pretensão para inexigibilidade de licitação, com fulcro no **inciso V do artigo 74** da Lei nº 14.133/2021, para **a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E MEIO AMBIENTE JUCURUTU/RN.**
A aludida contratação visa ao atendimento da demanda formalizada pela **Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente.**
Foram elaborados o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Termo de Referência - TR.
O Termo de Referência foi aprovado pelo Exmº Sr Prefeito Municipal.
A Procuradoria Jurídica deste Município analisou os aspectos legais e regulamentares da contratação ora pretendida, manifestando-se favoravelmente por meio de Parecer Jurídico.
Foi informado, através do Termo de Referência, que há disponibilidade orçamentária no exercício de **2026** para custear a despesa.
Eis o que cumpre relatar.
Passa-se à análise da contratação direta pretendida, com fulcro no inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, à luz da legislação e do interesse público.
Ab initio, importa colacionar os requisitos formais previstos pela Nova Lei de Licitações (NLL) para todas as contratações diretas, os quais foram listados em seu art. 72, bem como aqueles previstos no **decreto municipal Nº 1.419/ 2024,** que dispõe sobre a processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, no âmbito do **Município de Jucurutu/ RN**.
São requisitos formais para o processo sob análise:
Formalização da demanda: o inciso I do artigo 72 da NLL determina que os processos de contratação direta devem possuir Documento de Formalização de Demanda (DFD), assim como o art. 1º, I do **Decreto Municipal Nº 1.419/2024**.
Termo de Referência: todos os processos de contratação direta necessitam de Termo de Referência, em observância ao inciso I do art. 72 da NLL e, por força do art. 1º, I do **Decreto Municipal Nº 1.419/2024**.
Valor estimado da contratação: exigência legal do inciso II do art. 72 da Nova Lei de Licitações, é disciplinado internamente pelo art. 1º, II do **Decreto Municipal Nº 1.419/2024;**
Parecer jurídico: previsto no inciso III do art. 72 da NLL e indispensável para as contratações do **Município de Jucurutu/ RN**, conforme disposto no art. 1º, III do **Decreto Municipal Nº 1.419/2024;**
Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários: o inciso IV do art. 72 da NLL requer a "demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido", formalidade também prevista no art. 1º, IV do **Decreto Municipal Nº 1.419/2024**.
Requisitos de habilitação e qualificação: a comprovação de que as empresas empresárias exclusivas das atrações artísticas preenchem os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme previsão do inciso V do art. 72 da NLL, formalidade também prevista no art. 1º, V do **Decreto Municipal Nº 1.419/2024**.
Razão de escolha do imóvel a ser locado: a razão de escolha **do imóvel a ser locado**, para atendimento ao disposto no inciso VI do art. 72 da Nova Lei de Licitações, está devidamente justificada na Declaração Conjunta emitida pela Unidade Demandante;
Justificativa de preço: o preço está devidamente justificado no **LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL**, em atendimento ao inciso VII do art. 72 da NLL e do art. 1º, VII do **Decreto Municipal Nº 1.419/2024**.

Autorização da autoridade competente: a autorização da autoridade competente para a contratação direta, prevista no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 1º, VIII do **Decreto Municipal Nº 1.419/2024**, é o ato administrativo que irá se materializar com o presente expediente, caso assim se decida.
Divulgação da autorização de contratação direta: em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da NLL, e no art. 9º, §5º do **Decreto Municipal Nº 1.419/2024**, essa divulgação deverá ser realizada na sequência da instrução processual, se autorizada a contratação direta.

Considerando os documentos carreados aos autos, listados anteriormente no relatório, **todos os requisitos formais estabelecidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021 foram cumpridos – ou serão cumpridos oportunamente.**
***Conclusio,* não vislumbra qualquer pendência a ser sanada neste momento da instrução processual.**
Feita a necessária digressão, passa-se à análise de mérito do caso concreto.
A equipe de planejamento, no **Termo de Referência**, assim caracterizou o objeto da contratação:

1 - ***DEFINIÇÃO DO OBJETO***
1.1 - Constitui objeto deste documento a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E MEIO AMBIENTE JUCURUTU/RN**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Und	Quant.
01	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E MEIO AMBIENTE JUCURUTU/RN	Mês	12

1.2 - O prazo de vigência inicial da **contratação** é de **12 (doze) meses**, **podendo ser prorrogado, sucessivamente, por igual período à critério da Administração, conforme os artigos 105 e 107 da Lei Federal 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal.**
1.3 - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

No mesmo documento, a necessidade da contratação foi assim justificada:

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
2.1 - A presente solicitação de locação de imóvel tem por objetivo assegurar a adequada armazenagem, organização e controle dos materiais, equipamentos, insumos e demais bens utilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente de Jucurutu/RN, garantindo condições apropriadas para o desenvolvimento das ações e serviços executados por esta Pasta.
2.2. A Secretaria desempenha papel fundamental na promoção do desenvolvimento rural sustentável, no fortalecimento da agricultura familiar, no apoio às atividades pecuárias e pesqueiras, bem como na execução de ações voltadas à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais. Para a efetiva realização dessas atividades, faz-se necessária a manutenção de um espaço destinado ao armazenamento seguro e organizado de ferramentas, equipamentos agrícolas, materiais de campo, insumos, peças de reposição, materiais de consumo e demais itens indispensáveis à execução dos programas, projetos e serviços ofertados à população.
2.3. A existência de um almoxarifado adequado contribui diretamente para o controle patrimonial, a conservação dos bens públicos, a otimização da logística de distribuição de materiais e a continuidade dos serviços prestados aos produtores rurais, pescadores, associações e demais beneficiários das políticas públicas desenvolvidas pelo Município. Além disso, possibilita melhores condições de gestão dos estoques, reduzindo riscos de perdas, danos e desperdícios, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.
2.4. A necessidade da presente locação decorre da inexistência de espaço físico próprio e adequado na estrutura da Secretaria para atender às exigências de armazenamento dos materiais e equipamentos utilizados, bem como da necessidade de garantir local com condições de segurança, acessibilidade e funcionalidade compatíveis com a demanda operacional do órgão.
2.5. Dessa forma, a locação do imóvel mostra-se indispensável para assegurar o pleno funcionamento do almoxarifado da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente, proporcionando suporte logístico adequado às atividades desenvolvidas e contribuindo para a eficiência da gestão pública municipal, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à Administração Pública.
2.6. Dessa forma, a locação de imóvel de propriedade da Sra. Flaviana Cristina Bezerra Soares, inscrita no CPF nº 036.849.314-89, apresenta-se como medida necessária e adequada para atender às demandas institucionais, considerando sua aptidão para sediar o Almoxarifado da Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente. A contratação será realizada com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de contratação direta para locação de imóveis cujas características de instalação e localização tornem necessária sua escolha. Assim, busca-se garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente, mediante disponibilização de espaço adequado ao armazenamento, organização e controle dos materiais, equipamentos e insumos utilizados pela Pasta.

17. O processo veio à Autoridade Superior para aprovação e autorização da **contratação direta por inexigibilidade de licitação**.
Quanto à legislação aplicável, o inciso V do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 permite à Administração **inexigir** a licitação para:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)
V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.".

No mesmo dispositivo legal, em seu parágrafo 5º, é determina-se quais requisitos serão observados para as aquisições ou locações de imóveis:

*§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do**caput**deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:*
I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;
II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;
III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Com a identificação do imóvel que inicialmente poderia atender as necessidades da locação pela Secretaria Municipal demandante, foi realizada a **avaliação do bem e de seu estado de conservação**, com emissão de **LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL** pela servidora Municipal Rafaella Amaral Lopes - Engenheira Civil CREA 211822331, onde concluiu-se:

6. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO:
Levando em consideração para determinação do valor de aluguel mensal do imóvel, foi feita uma ampla pesquisa no mercado local, tendo sido realizados os tratamentos estatísticos considerados adequados para o fim.
Aplicando as informações obtidas através de pesquisas de preços baseadas nas informações colhidas na região e informações dos valores praticados no mercado da região, conseguiu-se obter um valor de mercado aproximado de aluguel do imóvel objeto de estudo.
Todavia, considerando o imóvel livre e desimpedido de quaisquer ônus, no estado em que se encontra e em condições de ser colocado no mercado imobiliário para negociação, optamos pela adoção do limite inferior, chegando ao seguinte valor para fins de locatícios, no valor final arredondado de: ***R$ 1.000,00 (mil reais), em parcelas mensais.***

Em **declaração conjunta** emitida pela Autoridade demandante, certificou-se a inexistência de imóvel vago e disponível na

Administração Municipal, bem como apresentou-se a justificativa para escolha do imóvel.

Portanto, atendidos os requisitos exigidos para esta contratação, o imóvel objeto da locação é o único da área apto a atender às necessidades da Administração Públicas, tendo em vista suas características.

Assim, no presente caso, entende-se possível a utilização da contratação direta conferida pelo legislador.
Ademais, por meio do Parecer Jurídico, a Assessoria Jurídica concluiu pela regularidade jurídica do procedimento de inexigibilidade de licitação, com fulcro no **inciso V do art. 74** da Lei nº 14.133/2021.
Ante todo o exposto, diante da manifestação jurídica, bem como da documentação carreada aos autos, **não se vislumbra óbice à presente contratação,** onde delibero nos seguintes termos:
AUTORIZO, com fulcro no **inciso V do art. 74 da Lei nº 14.133/2021**, a contratação direta por INEXIGIBILIDADE de licitação ora pretendida;
ADJUDICO o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento;
Por conseguinte, **AUTORIZO** a emissão de nota de empenho em favor da Locadora **Flaviana Cristina Bezerra Soares, inscrita no CPF nº 036.849.314-89**.

Jucurutu/ RN, 01 de julho de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:70857D7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Ref. Processo Administrativo nº 042/2026 – Concorrência nº 003/2026
Objeto: **Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação a paralelepípedos pelo método convencional com drenagem superficial das Ruas: Sérvulo Vicente Soares, Horácio Paulino e José Estevão Medeiros, na Comunidade Pedra do Navio no Município de Jucurutu/RN.**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jucurutu/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no que determina o artigo 71, inciso IV, da Lei Federal n°. 14.133/2021,

RESOLVE:

Conforme o julgamento proferido pela Agente de Contratação deste Município, e diante da legalidade dos atos praticados durante o seu processamento, **ADJUDICAR** o objeto do procedimento licitatório, em favor da empresa licitante vencedora **CM CONSTRUTORA LTDA** – CNPJ: 37.484.379/0001-62, com o valor global de **R$ 784.241,85** (setecentos e oitenta e quatro mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), e **HOMOLOGAR** o presente certame.

Jucurutu/ RN, 26 de junho de 2026

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

*Republlicado por Incorreção

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:E88022EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 105/2026 – INEXIGIBILIDADE N°018/2026 CONVOCAÇÃO

Vimos através deste, comunicar a V. Sr. **Flaviana Cristina Bezerra Soares, inscrita no CPF nº 036.849.314-89** que foi solicitada a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E MEIO AMBIENTE JUCURUTU/RN.**

Dita solicitação obteve parecer jurídico favorável, sendo acatada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

Assim, comunicamos V. Sª da demanda apresentada, ao tempo em que concedemos os dois (02) dias úteis para a **assinatura de contrato administrativo** pelo ProSipe, onde disponibilizaremos ao prestador de serviços os dados necessários via e-mail.

Atenciosamente,

Jucurutu/ RN, 01 de julho de 2026.

JOAO MARCOS DE MEDEIROS BRITO
Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Compras
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:C79B0D32

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 212 DE 01 DE JULHO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 212 DE 01 DE JULHO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Sonailton Ronaldo Pereira De Medeiros Filho.
CARGO/FUNÇÃO: Coordenador de transporte
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
MATRÍCULA: 5322
CPF: ***.492.***-39
RG: 002.***.799

CIDADE DESTINO: Luiz Gomes/RN
JUSTIFICATIVA: O Servidor irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para participar da Cerimônia de inauguração do túnel Major Sales, marco da transposição das águas do Rio São Francisco para o Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Ramal do Apodi e a entrega de ônibus do Programa Caminho da Escola, onde o Município de Jucurutu foi comtemplado e receberá ônibus escolares para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 02 de julho de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: Meia Diária.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ 200,*00 (duzentos reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ 100,*00 (cem reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 01 de julho de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:487CD651

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 213 DE 01 DE JULHO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 213 DE 01 DE JULHO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Eider Lopes Barbosa
CARGO/FUNÇÃO: Motorista de Transporte Escolar
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
MATRÍCULA: 1007-3
CPF: ***.337.***-15
RG:1.***.882

CIDADE DESTINO: Luís Gomes/RN

JUSTIFICATIVA: O Servidor irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para participar da Cerimônia de inauguração do túnel Major Sales, marco da transposição das águas do Rio São Francisco para o Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Ramal do Apodi e a entrega de ônibus do Programa caminho da escola, onde o município de Jucurutu foi comtemplado com ônibus escolares, o referido motorista conduzirá o ônibus recebido até o município de Jucurutu/RN.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 02 de Julho de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: Meia Diária.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ 200,*00 (duzentos reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ 100,*00 (cem reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 01 de julho de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:ED3A7DA0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 051/2026 - GP/PMLD

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA D'ANTA/RN, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **Joanna Sayonara de Souza Negreiros da Silva**, inscrita no CPF/MF N° ***.768.494-**, para o cargo em comissão de **Coordenadora de PSF da Secretaria Municipal de Saúde,** para o quadro funcional deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa D'Anta/RN, em 01 de julho de 2026.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moniele Gomes Oliveira
Código Identificador:667401F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 052/2026 - GP/PMLD

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA D'ANTA/RN, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr°. **Joalison Rodrigues da Silva Costa**, inscrito no CPF/MF N° 702.007.624-60, para o cargo em comissão de **Secretário Adjunto Municipal de Saúde,** para o quadro funcional deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa D'Anta/RN, em 01 de julho de 2026.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moniele Gomes Oliveira
Código Identificador:EBE9A0AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2026.

AVISO DE PRORROGAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº. 005/2026.
Objeto: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LAGOA D'ANTA/RN.O Setor de Licitações e Contratos informa a todos os interessados que em razão do calendário de feriados a sessão será prorrogada para abertura 14/07/2026 às 10h01min. Todos os esclarecimentos ou dúvidas poderão ser solicitados pelo sítio - www.portaldecompraspublicas.com.br. Disponibilidade do edital: www.portaldecompraspublicas.com.br. - http://licitafacil.tce.rn.gov.br - https://www.lagoadanta.rn.gov.br/home..

Lagoa d'Anta/RN, 01 de julho de 2026

WYLLER PACIFICO BATISTA DA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:1C03389F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada na aquisição de roçadeiras laterais a gasolina, motor 02 tempos, destinadas à execução dos serviços de roçagem e manutenção de áreas verdes, margens de vias públicas, terrenos, praças, canteiros e demais espaços públicos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do município de Lagoa de Velhos/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: A CHELITA LTDA
CNPJ: 08.285.124/0001-72
ENDEREÇO: Rua Dr. Luiz Dutra, nº 318 e 322, Alecrim, Natal/RN, CEP: 59040-340.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	ROÇADEIRA FS 221 C/TRIMCUT 2,3 CV 37,7 CILINDRADAS	Unidade	03	4.199,99	12.599,97
VALOR TOTAL ESTIMADO				R$ 12.599,97	

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 12.599,97 (Doze mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 023/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01 de julho de 2026 a 01 de julho de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 02.12.00 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
Projeto Atividade: 04.122.0001.2130 – Manutenção da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
Natureza da despesa: 3.3.90. 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Lagoa de Velhos/RN, 01 de julho de 2026.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: José Nildo Galdino
PELA CONTRATADA: Henrique Sodré Rodrigues Filho

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:3911AD5A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026-SRP

Processo Administrativo 993/2026

A Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN, através do Prefeito Municipal, Sr. Iranildo Aciole da Silva, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026, que tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de gêneros alimentícios, via registro de preços, destinados a atender às necessidades das Secretarias, órgãos e demais unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN., em favor das empresas relacionadas a seguir:

CAFE SILVA LTDA | CNPJ: 09.228.128/0001-81, saiu vencedora no item: 35; totalizando o valor de R$ 10.369,25 (dez mil trezentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

G F QUEIROZ OLIVERIA LTDA | CNPJ: 15.052.431/0001-79, saiu vencedora nos itens: 13, 14, 26, 27, 28, 33, 34, 36, 37, 39, 63, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 109, 110, 113, 117, 127, 129, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 143, 156, 157, 158, 159, 160, 167, 170, 180, 183; totalizando o valor de R$ 382.088,06 (trezentos e oitenta e dois mil e oitenta e oito reais e seis centavos).

GEORGE MARCIO SANTOS BEZERRA ME | CNPJ: 08.015.425/0001-86, saiu vencedora nos itens: 1, 5, 9, 10, 16, 17, 23, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 66, 67, 68, 69, 76, 77, 80, 82, 89, 90, 92, 94, 95, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 111, 112, 115, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 131, 132, 141, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 161, 163, 164, 165, 166, 171, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 198, 199, 200; totalizando o valor de R$ 1.004.252,75 (um milhão quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

H & G SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA | CNPJ: 55.219.559/0001-07, saiu vencedora nos itens: 7, 15, 18, 19, 21, 24, 25, 48, 54, 59, 60, 70, 96, 107, 114, 116, 119, 125, 162, 169, 173, 195, 202; totalizando o valor de R$ 223.095,90 (duzentos e vinte e três mil e noventa e cinco reais e noventa centavos).

J J MENDES JUNIOR | CNPJ: 37.280.470/0001-66, saiu vencedora nos itens: 38, 40, 41, 42, 43, 53, 138; totalizando o valor de R$ 363.018,90 (trezentos e sessenta e três mil e dezoito reais e noventa centavos).

J VANDERLEY DA COSTA ME | CNPJ: 05.904.437/0001-73, saiu vencedora nos itens: 2, 3, 4, 6, 8, 11, 12, 20, 22, 29, 30, 31, 32, 56, 61, 62, 64, 65, 71, 86, 87, 88, 91, 93, 98, 101, 105, 106, 108, 126,

128, 130, 137, 145, 168, 172, 174, 192, 193, 194, 201; totalizando o valor de R$ 152.643,98 (cento e cinquenta e dois mil seiscentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos).

JARBAS ALBERI DE SOUZA ME | CNPJ: 36.268.532/0001-51, saiu vencedora nos itens: 146, 147, 148, 149; totalizando o valor de R$ 13.848,60 (treze mil oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos).

As atas da licitação e demais documentos pertinentes com os respectivos itens, quantidades, valores e fornecedores, encontram-se à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Lagoa Nova/RN, 01 de julho de 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:D053B628

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0335/2026 – GP

Portaria nº 0335/2026 – GP Lagoa Nova/RN, 01 de julho de 2026.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), BEM COMO A SUA MESA DIRETORA PARA O BIÊNIO 2026–2028, REVOGA A PORTARIA Nº 0189/2025-GP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando a legislação vigente que regulamenta o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os novos membros, titulares e suplentes, para compor o **Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Lagoa Nova/RN**, para o **biênio 2026–2028**, conforme a estrutura dos blocos descrita a seguir:

1. BLOCO GOVERNAMENTAL (Art. 39, Inciso I)

• **Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)**

• **Titular:** Elaine Samila de Farias Gomes
• **Suplente:** Aline Manuele Gomes da Silva

• **Secretaria Municipal de Educação**

• **Titular:** Marisônia Ribeiro da Cruz
• **Suplente:** Maria de Fátima Souza

• **Secretaria Municipal de Saúde**

• **Titular:** Milânia Thais dos Santos Silva
• **Suplente:** Marilda Cristina de Souto

• **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**

• **Titular:** Francisco de Assis Gonçalo Filho
• **Suplente:** Neide Medeiros

• **Secretaria Municipal de Finanças**

• **Titular:** Iara Jamile da Silva França
• **Suplente:** Andrezza Assunção Albuquerque

• **Secretaria Municipal de Agricultura**

• **Titular:** Marianne Araujo de Medeiros
• **Suplente:** Hal Amser Costa de Oliveira

2. BLOCO NÃO-GOVERNAMENTAL (Sociedade Civil - Art. 39, Inciso II)

• **Entidades de Assistência (Associação Assentamento Santana)**

• **Titular:** Lidine Silvino Nicolau
• **Suplente:** Maria José da Silva Nunes

• **Entidades de Assistência (Entidade Religiosa / Igreja Evangélica)**

• **Titular:** Luciana Firmina da Silva
• **Suplente:** José Garcia de Medeiros

• **Profissionais / Trabalhadores (Trabalhadores de Classe)**

• **Titular:** Danuzia Francisca da Silva Paz
• **Suplente:** Maria das Dores Cândido Fernandes

• **Profissionais / Trabalhadores (Profissionais da Área)**

• **Titular:** Flavia Cristiane da Silva Soares
• **Suplente:** Renata Leticia Firmino de Medeiros

• **Usuários dos Serviços (Representação dos Usuários - Vaga 1)**

• **Titular:** Cláudia Regina de Souza
• **Suplente:** Maria Gorete Marcos

• **Usuários dos Serviços (Representação dos Usuários - Vaga 2)**

• **Titular:** Josinete Maria Pacheco
• **Suplente:** Leonilda Gomes de Morais Medeiros

Art. 2º Nomear e instituir a **Mesa Diretora** do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita nos termos do Art. 44 do seu regimento interno para o mesmo biênio legal, com a seguinte composição:

• **Presidente:** Danuzia Francisca da Silva Paz *(Sociedade Civil)*
• **Vice-Presidente:** Elaine Samila de Farias Gomes *(Governamental)*
• **1º Secretário(a):** Iara Jamile da Silva França
• **2º Secretário(a):** Maria das Dores Cândido Fernandes

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0189/2025-GP.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:E98EC598

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0336/2026 – GP

Portaria nº 0336/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 01 de julho de 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SENHORA NICELMA PINHEIRO DE LIMA**,** FUNCIONÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio a senhora **MARIA LUCENILDA COUTINHO,** matrícula nº **97**; Cargo: **ASG**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - A licença prêmio terá vigência de **02 de julho de 2026 a 29 de setembro de 2026.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:C2FD3BD6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0337/2026 – GP

Portaria nº 0337/2026 – GP
Lagoa Nova/RN, 01 de julho de 2026.

"CONCEDE DIÁRIAS AO PRESIDENTE DO CACS FUNDEB DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária com valor a ser pago de R$ 30,00 (trinta reais) conforme valor unitário para Mossoró/RN de R$ 30,00 (trinta reais) para custear despesas do Conselheiro Municipal - Presidente do CACS FUNDEB, o senhor **PAULO ROBERTO GONÇALVES SANTOS**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em viagem a Mossoró/RN, no dia 02 de julho de 2026, com a finalidade de participar do Encontro de Formação para Transporte Escolar do FNDE. O evento será realizado no Auditório Amâncio Ramalho na UFERSA - Campus Mossoró – Rua Francisco Mota,572, Bairro: Presidente Costa e Silva, CEP: 59. 625 – 900, Mossoró/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:21AC718A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 - FRANCEILMA GALVÃO DE ASSIS

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO(A): **FRANCEILMA GALVÃO DE ASSIS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 099.XXX.55 - ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 099.XXX.XXX-55, DOMICILIADA NO ASSENTAMENTO SANTANA, Nº 50, ZONA RURAL – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **AUXILIAR DE ALUNO.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO **AÇÃO**: 2030 – FUNDO MUN. DESEN. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 70% **NATUREZA DA DESPESA**: 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **FONTE DE RECURSOS:** 15401070.

VALOR R$ 810,50 (OITOCENTOS E DEZ REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) MENSAL.

VIGÊNCIA: 01 DE JULHO DE 2026 A 30 DE DEZEMBRO DE 2026. PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS, ATÉ O LIMITE MAXÍMO DE 2(DOIS) ANOS.

BASE LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:6B40A308

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 - LAIANE FERREIRA DE MELO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): LAIANE FERREIRA DE MELO, BRASILEIRA, SOLTEIRA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 003.XXX.591 - ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 124.XXX.XXX-36, DOMICILIADA NA RUA PADRE CÍCERO, BAIRRO ANTÔNIO ACIOLE, Nº 301.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR) 20H.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO **AÇÃO**: 2030 – FUNDO MUN. DESEN. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 70% **NATUREZA DA DESPESA**: 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **FONTE DE RECURSOS:** 15401070.

VALOR: R$ **R$ 810,50** (OITOCENTOS E DEZ REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) MENSAL.

VIGÊNCIA: 01 DE JULHO DE 2026 A 30 DE DEZEMBRO DE 2026. PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS, ATÉ O LIMITE MAXÍMO DE 2(DOIS) ANOS.

BASE LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:75034533

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025 - AMANDA DUARTE DE MEDEIROS

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADO (A): **AMANDA DUARTE DE MEDEIROS**, BRASILEIRA, DIVORCIADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 082.XXX.474 – SSP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 082.XXX.XXX-74, DOMICILIADA NA AV. MARIA DAS GRAÇAS, BAIRRO SERIDÓ, Nº 03, CERRO CORÁ/RN.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **TÉCNICO DE ENFERMAGEM.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **AÇÃO:** 2035 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **NATUREZA DA DESPESA:** 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **FONTE DE RECURSOS:** 15001002. DESCRIÇÃO DA FONTE: RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.621,00 (UM MIL, SEISCENTOS E VINTE E UM REAIS) POR MÊS.

VIGÊNCIA: 01 DE JULHO DE 2026 A 30 DE DEZEMBRO DE 2026. PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS, ATÉ O LIMITE MAXÍMO DE 2(DOIS) ANOS.

BASE LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI MUNICIPAL Nº 804, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

LAGOA NOVA/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:A0431CE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025 - PEDRO VITURINO PEREIRA

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADO (A): **PEDRO VITURINO PEREIRA**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 001.XXX.224 – ITEP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 026.XXX.XXX.60, DOMICILIADO NA RUA FLORANIA, Nº151 – CERRO CORÁ/RN.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **AÇÃO:** 2035 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **NATUREZA DA DESPESA:** 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **FONTE DE RECURSOS:** 15001002. DESCRIÇÃO DA FONTE: RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.621,00 (UM MIL, SEISCENTOS E VINTE E UM REAIS) POR MÊS.

VIGÊNCIA: 01 DE JULHO DE 2026 A 30 DE DEZEMBRO DE 2026. PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS, ATÉ O LIMITE MAXÍMO DE 2(DOIS) ANOS.

BASE LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI MUNICIPAL Nº 804, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

LAGOA NOVA/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:7B89AB33

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 037/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 037/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.162.869/0001-44. CONTRATADA: M C CUNHA DE SOUZA, inscrito no CNPJ sob nº. 21.127.011/0001-07. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLCHONETES PARA ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS DA CRECHE INFANTIL VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNIÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN. VIGÊNCIA: 01/07/2026 a 31/12/2026. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 6.232,00. FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.

Lagoa Salgada/RN, 01 de julho de 2026. Município de Lagoa Salgada/RN.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE-
Prefeito Municipal.

M C Cunha de Souza –
MARIA CRISTINA CUHA DE SOUZA –
Representante Legal.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:28FFC625

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N° 000013/2026 EXTRATO DO CONTRATO N° 038/2026

INEXIGIBILIDADE N° 000013/2026
EXTRATO DO CONTRATO N° 038/2026
INEXIGIBILIDADE – CONTRATANTE: Município de Lagoa Salgada/RN – CONTRATADO (A): MARIA VALBEANE DO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ sob nº. 61.389.567/0001-96 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "VALBEANE DO ACORDEON & VITÓRIA FORROZEIRA" NO SÃO JOÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN - PERÍODO: 03 de julho de 2026 – VALOR: R$ 7.000,00 – ORIGEM DOS RECURSOS: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21. Lagoa Salgada/RN, 01 de julho de 2026 –

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE –
Prefeito /

Maria Valbeane do Nascimento –
MARIA VALBEANE DO NASCIMENTO –
Representante Legal.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:98183DB7

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000013/2026 TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000013/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
1. Conduz-se propositura formulada pelo Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura, visando a CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "VALBEANE DO ACORDEON & VITÓRIA FORROZEIRA" NO SÃO JOÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, instruída na forma de inexigibilidade de licitação, sob a égide da Lei nº. 14.133/2021.
2. No plano da despesa pública, a Secretaria Municipal de Finanças, informou haver previsão de lastro orçamentário para a contratação, atendendo assim aos termos do art. 16, incisos I e II da Lei Complementar nº. 101/2000, motivo pelo qual AUTORIZO a despesa.
3. Constata-se, portanto, que a instrução do procedimento observou o devido controle de legalidade, em especial no que respeita à presença dos pressupostos de existência e validade inerentes ao instituto da inexigibilidade de licitação, consoante Parecer produzido pela Agente de Contratação e pela Assessoria Jurídica.
4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 74, II da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a inexigibilidade de licitação em favor da empresa MARIA VALBEANE DO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ sob nº. 61.389.567/0001-96, no valor total de R$ 7.000,00 (sete mil reais), para CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE "VALBEANE DO ACORDEON & VITÓRIA FORROZEIRA" NO SÃO JOÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN.
5. Finalmente, ao cabo, estimo essa deferência a fim de remeter os autos à Agente de Contratação, objetivando publicização, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei nº .14.133/2021.
Lagoa Salgada/RN, 30 de junho de 2026.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:13106936

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 106/2026.

Portaria nº 106/2026 Lagoa Salgada 01 de julho de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de instituir a Fórum Municipal de Educação de Tenente Ananias/RN em conformidade com o Decreto municipal nº 023/2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear Joana de Lira Bezerra Coordenador do Fórum Municipal de Educação de Lagoa Salgada/RN, cuja função é coordenar e acompanhar os trabalhos deste órgão durante o biênio 2026/2028.

Art. 2º- Nomear os membros relacionados a seguir, para integrar o Fórum Municipal de Educação de Tenente Ananias/RN:

I - Presidente do Conselho Municipal de Educação: Vicente Fortunato Maurício Neto
II - Presidente do CACS- Fundeb: Jamiliana Elali Dantas Gomes da Silva
III - Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Joana de Lira Bezerra
Suplente: Marilia Silva Xavier
IV - Representante dos professores das escolas públicas, indicado pela categoria;
Titular: Heryka Mirna Maia Ramalho
Suplente: Maria Viviane Cavalcante da Silva Damásio
V - Representante dos diretores das escolas públicas, indicado por seus pares;
Titular: Cilene Alves Ferreira
Suplente: Maria José Pereira dos Santos
VI - Representante dos pais de alunos das escolas públicas, indicadas pela Equipe gestora da Escola;
Titular: Darllangy Cristini Alves de Santana
Suplente: Zilma Francisca do Nascimento
VII - Representante do Conselho Tutelar, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Titular: José Francisco de Lima Confessor
Suplente: Amanda Beatriz de Moura Felipe
VIII - Representante da Sociedade Civil organizada.
Titular: Elza Gomes Peixoto
Suplente: Ailma Nunes de Santana Morais

Art. 3º-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:C7385ABD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTITUI O PROGRAMA DE DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS

DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO.

O(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Lagoa Salgada/RN, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Programa de Defesa Civil nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, com a finalidade de promover ações de prevenção, preparação, resposta e redução de riscos no ambiente escolar, contribuindo para a segurança e a proteção da comunidade escolar.
Art. 2º São objetivos do Programa:
I – promover a cultura de prevenção e proteção no ambiente escolar;
II – orientar as unidades escolares quanto aos procedimentos de segurança em situações de emergência;
III – desenvolver ações educativas sobre prevenção de acidentes e desastres;
IV – realizar simulados e atividades de preparação para situações de risco;
V – fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, a Defesa Civil e os demais órgãos parceiros.
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a implementação do Programa, prestando apoio técnico às unidades escolares e promovendo ações formativas para gestores, professores e demais profissionais da educação.
Art. 4º As unidades escolares deverão desenvolver ações de prevenção, elaborar protocolos de emergência, participar das capacitações e realizar atividades educativas previstas no Programa.
Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação poderá firmar parcerias com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Secretaria Municipal de Saúde e demais instituições para o desenvolvimento das ações previstas nesta Portaria.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Salgada/RN, 30 de junho de 2026.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:D76B3532

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

APAMI - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE LAJES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026 - TELEGÁS COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALAR EIRELI, CNPJ. 16.737.759/0001-91

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026 – Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e a Infância de Lajes, CNPJ: 08.202.459/0001-80, Rua Alzira Soriano, 18.
CONTRATADA: **TELEGÁS COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALAR EIRELI,** CNPJ. 16.737.759/0001-91,
VALOR **R$ 23.100,00** (Vinte e Três Mil e Cem Reais).
OBJETIVO: Aquisição de oxigênio medicinal envasado em cilindros de aço com capacidade de 10m2 e 1m3 PPU na cor padrão(verde) com 99,5 de pureza, lotados em setores, destinado ao atendimento das muitas necessidades desta instituição, conforme especificações de sua proposta de preços, haja visto ter sido a melhor apresentada.
ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Próprio, Dotação Orçamentária: **33.90.30.00.**
FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 24, Inciso II.

LAJES/RN, 16/06/2026 –

MARIA JOSÉ DE PAIVA SILVA –
Presidente da Apami.

Publicado por:
Cristina Kaline Lopes da Silva
Código Identificador:AC38085D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO - FERIADOS MUNICIPAIS

DECRETO N° 13 DE 30 DE JUNHO DE 2026

Institui o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Município de Lajes Pintadas/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de organizar e divulgar o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Município;

CONSIDERANDO a importância histórica, cultural, religiosa e social das datas comemorativas municipais;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas e Feriados do Município de Lajes Pintadas/RN, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º O Calendário Oficial tem por finalidade orientar a Administração Pública Municipal quanto ao planejamento, organização, divulgação e apoio às atividades culturais, históricas, religiosas e institucionais realizadas no Município.

Art. 3º As Secretarias Municipais poderão promover, apoiar ou participar das atividades constantes no Calendário Oficial, observadas a disponibilidade orçamentária e a legislação vigente.

Art. 4º A inclusão das datas constantes neste Decreto não implica, obrigatoriamente, na decretação de feriado ou ponto facultativo, devendo estes ser regulamentados por ato específico, quando cabível.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Lajes Pintadas/RN, 30 de junho de 2026.

LUCIANO DA CONHA GOMES
Prefeito Constitucional

ANEXO ÚNICO
Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas

Data	Evento	Natureza	Situação
25 de agosto	Aniversário de morte de **José Ferreira Sobrinho**, personalidade de relevante importância para a história do Município	Data Histórica Municipal	Feriado Municipal
15 de setembro	Dia Municipal do Evangélico	Data Religiosa Oficial	Feriado Municipal
04 de outubro	Festa do Padroeiro **São Francisco de Assis**	Data Religiosa Oficial	Feriado
31 de dezembro	Emancipação Política do Município de Lajes Pintadas/RN	Data Cívica Municipal	Feriado Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:041187D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE LICENÇA PRÊMIO - IRINALDO ALBERICO DA SILVA

PORTARIA N° 74/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Legais, combinado com o art. 102 da Lei Complementar Municipal n° 121/2000.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a pedido, licença prêmio de 90 (noventa) dias, computados a partir do dia 01/07/2026, ao servidor público municipal, o Sr. IRINALDO ALBERICO DA SILVA, matricula n° 173, referente ao período aquisitivo de 2017a 2021.

Art. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lajes Pintadas/RN, 01 de julho de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:DF8DDAEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 26060226

NOME DO CREDOR: M. L. VALENTIM

CNPJ: 33.145.185/0001-81

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO: MPOLO/ONIBUS VOLARE V8L 4X4 EO DE PLACA: OJX 6108, UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR TOTAL: R$ 18.388,00 (DEZOITO MIL E TREZENTOS E OITENTA E OITO REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:79A12F74

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 002/2026 – SMECCT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO
EDITAL Nº 002/2026 – SMECCT

IV CAMPEONATO MASCULINO DE MINICAMPO EM LUCRÉCIA/RN – A NIVEL MUNICIPAL

A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo torna público o Edital do IV Campeonato Masculino de MINICAMPO que será realizado do dia 11 de Julho de 2026 até o dia 16 de Agosto de 2026. O evento tem como objetivo fomentar o esporte local, valorizar a prática de futebol e promover a integração entre os atletas do município.

OBJETIVOS:
Artigo 1º - O Campeonato Municipal de Minicampo tem como objetivo promover a prática esportiva, o lazer e a integração entre os atletas, incentivando a qualidade de vida e o fortalecimento do esporte amador.
Artigo 2º - Este regulamento regerá toda a competição, que será organizada pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo, devendo todas as equipes cumprir integralmente as normas aqui estabelecidas.

INSCRIÇÕES:
Artigo 3º – Cada equipe poderá inscrever até 16 atletas, podendo relacionar até 14 por partida.
3.1 – Os atletas deverão ser residentes ou eleitores do município, com exceção do goleiro, cuja vaga será rotativa, sendo permitido o mesmo atuar por apenas uma equipe durante a competição.
3.2 – Será facultada a inscrição de até 02 (dois) atletas de linha, de fora do município, não sendo obrigatória sua utilização.
3.3 – A vaga de atleta de fora também será rotativa, podendo cada atleta atuar por apenas uma equipe.
3.4 – A equipe que optar por inscrever atleta(s) de fora não poderá substituir essa(s) vaga(s) por atleta(s) do município, ficando a vaga vinculada exclusivamente a atleta(s) de fora.
3.5 – Após a inscrição, não será permitida a troca da condição do atleta (de fora para do município e vice-versa).

Parágrafo único: Poderão ser exigidos documentos que comprovem vínculo com o município.
Artigo 4º - A inscrição será gratuita
Artigo 5º - A ficha de inscrição deverá ser entregue antes da estreia da equipe, acompanhada de documento oficial com foto.

SISTEMA DE DISPUTA:
Artigo 6º - O campeonato será disputado por **6 equipes**, divididas em **2 grupos de 3 equipes** cada.

• **Grupo A**
• **Grupo B**

Artigo 7º - Na fase de grupos, as equipes jogam entre si dentro do grupo.
Artigo 8º - Classificam-se **2 equipes de cada grupo** para a fase semifinal.

FASE ELIMINATÓRIA

Semifinais:

• (JOGO 1) 1º do Grupo A × 2º do Grupo B
• (JOGO 2) 1º do Grupo B × 2º do Grupo A

Final:

• (JOGO 3) Vencedor do Jogo 1 × Vencedor do Jogo 2

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO
Artigo 9º - A pontuação será:

• Vitória: 3 pontos
• Empate: 1 ponto
• Derrota: 0 pontos

Parágrafo único: W.O. será considerado placar de 6x0.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE
Artigo 10 - Em caso de empate em pontos:
a) Maior número de vitórias
b) Saldo de gols
c) Maior número de gols marcados
d) Menor número de gols sofridos
e) Menor número de cartões vermelhos
f) Menor número de cartões amarelos
g) Sorteio

DURAÇÃO DAS PARTIDAS
Artigo 11 - As partidas terão duração de:
02 tempos de **25 minutos**
Intervalo de **10 minutos**

REGRAS DO JOGO
Artigo 12 - As equipes terão **7 jogadores em campo** (6 linha + 1 goleiro).
Artigo 13 - O mínimo para início será de **5 jogadores**.

FASE ELIMINATÓRIA
Artigo 14 - Em caso de empate nas semifinais e final:
Decisão por pênaltis
Série de 5 cobranças alternadas
Persistindo empate, cobranças alternadas até definir vencedor

UNIFORMES
Artigo 15 - As equipes deverão estar uniformizadas padrão (ou seja, iguais) com:
Camisa;
Short;
E Meiões da mesma cor.
Parágrafo único: É recomendado o uso de caneleiras.
Facultativo Meia Antiderrapante (qualquer cor).

DISCIPLINA
Artigo 16 - Cartões: ACUMULATIVO.
3 amarelos = **suspensão de 1 jogo**
Cartão vermelho = suspensão automática

Artigo 17 - Atleta irregular:
Perda de pontos
Eliminação em caso de fase mata-mata

W.O. E INTERRUPÇÕES
Artigo 19 - Equipe que não comparecer ou ficar com menos de 5 jogadores:
Derrota por 6x0

RECURSOS
Artigo 20 - Recursos deverão ser apresentados até **12 horas após o fim da partida**, mediante taxa de R$ 200,00.

PREMIAÇÃO
Artigo 21 - As premiações serão fornecidas conforme previsto no processo administrativo específico do evento, ficando sob responsabilidade da Comissão Organizadora do Campeonato, e serão concedidas em valores definidos oficialmente, além de troféu e medalhas, conforme disponibilidade e planejamento da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo.
Campeão: 1.000,00 + Troféu e medalhas
Vice: 500,00 + Troféu e medalhas
Artilheiro: 100,00 + Troféu, em caso de empate, o valor será dividido, e o troféu será entregue ao jogador da equipe mais bem colocada na competição
Melhor goleiro: 100,00 + Troféu

DISPOSIÇÕES FINAIS
Artigo 22º - Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.
Artigo 23º - Todas as equipes participantes declaram estar de acordo com este regulamento.

LUCRÉCIA/RN, 01 DE JULHO 2026

FRANCISCO ERIVANALDO DE OLIVEIRA
Secretário
Matricula: 120709-1

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:548A944B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 723/2026

Dispõe sobre a Exoneração, a pedido, da servidora efetiva que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora **Antonia Maria de Oliveira**, Matrícula 090107-5, ocupante do cargo de **Professora**, integrante do quadro efetivo do município de Lucrécia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua Aposentadoria por Tempo de Contribuição Professor (57), concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sob o nº 241.647.653-4.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 01 de julho de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:BCA86404

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o Município de Lucrécia/RN e a senhora Wirlândia Nunes dos Reis Silva, para fins que especificam.

O MUNICÍPIO DE LUCRÉCIA, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o número 08.349.045/0001-88, sediado na Rua Dos Poderes,256 - Centro - Lucrécia/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ANTONIO WALTER DE ARAÚJO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a senhora **WIRLÂNDIA NUNES DOS REIS SILVA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Física - CPF sob o número ***.***.***-**, portadora da Carteira de Identidade nº *.***.*** ITEP/RN, residente e domiciliada no Avenida Getúlio Vargas, 111 – Centro – Lucrécia/RN, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, além das disposições legais aplicáveis:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO celebrado entre as partes, em conformidade com a Lei Municipal nº 496/2013, visando à continuidade da prestação de serviços pela CONTRATADA no exercício da função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, vinculada ao PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PACS deste Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato por mais 01 (um) ano, com início em 01 de julho de 2026 e término em 01 de julho de 2027, nos termos da Lei Municipal nº 496, de 02 de setembro de 2013, e da Lei nº 864, de 30 de junho de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, que não foram expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que não foram expressamente alteradas por este termo aditivo, continuando a produzir seus efeitos legais.
E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lucrécia/RN, 01 de julho de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito do Município de Lucrécia/RN
Contratante

WIRLÂNDIA NUNES DOS REIS SILVA
Contratada

TESTEMUNHAS:

1.ª _____
CPF n.º

2.ª _____
CPF n.º

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:51B829C3

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o Município de Lucrécia/RN e a senhora Francisca Alderilânia de Oliveira, para fins que especificam.

O MUNICÍPIO DE LUCRÉCIA, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o número 08.349.045/0001-88, sediado na Rua Dos Poderes,256 - Centro - Lucrécia/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ANTONIO WALTER DE ARAÚJO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a senhora **FRANCISCA ALDERILÂNIA DE OLIVEIRA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Física - CPF sob o número ***.***.***- **, portadora da Carteira de Identidade n.º *.**.*** ITEP/RN, residente e domiciliada no Sítio Caboré – Zona Rural – Lucrécia/RN, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, além das disposições legais aplicáveis:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO celebrado entre as partes, em conformidade com a Lei Municipal nº 496/2013, visando à continuidade da prestação de serviços pela CONTRATADA no exercício da função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, vinculada ao PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PACS deste Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato por mais 01 (um) ano, com início em 01 de julho de 2026 e término em 01 de julho de 2027, nos termos da Lei Municipal nº 496, de 02 de setembro de 2013, e da Lei nº 864, de 30 de junho de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, que não foram expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que não foram expressamente alteradas por este termo aditivo, continuando a produzir seus efeitos legais.
E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lucrécia/RN, 01 de julho de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito do Município de Lucrécia/RN
Contratante

FRANCISCA ALDERILÂNIA DE OLIVEIRA
Contratada

TESTEMUNHAS:

1.ª _____
CPF n.º

2.ª _____
CPF n.º

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:A7C9B8E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES

GABINETE DO PREFEITA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2026.06.10.009.01 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.06.10.009

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN
LIC. PRESTADOR Nº 01: ANA P DA SILVA ME – CNPJ Nº 20.431.013/0001-22

DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2026.06.10.009.01: A execução sob demanda pelo sistema de registro de preços dos serviços de locação de equipamentos, execução dos serviços de decoração, buffet e correlatos com fornecimento de produtos, a fim de atender demanda das secretarias e órgãos que integram a estrutura administrativa do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios e de convênios que serão consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2026, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2026.06.10.009, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 429, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMLG nº 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2026.06.10.009 e demais Anexos e a proposta da empresa: ANA P DA SILVA ME, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:
LICITANTE: 01 - ANA P DA SILVA ME – CNPJ Nº 20.431.013/0001-22.
E-MAIL: eduneom@hotmail.com, TELEF: Nº 84 9.98121-7383.

ENDEREÇO: SÍTIO FAZENDA NOVA, S/N, ZONA RURAL, MAJOR SALES/RN, CEP Nº 59.945-000.
REPRESENTANTE: ANA PAULA DA SILVA, CPF Nº009.755.604-17
LOTES: DE 0001 A 0036 DISPUTADOS.
VALOR R$ 1.506.725,00, (UM MILHÃO, QUINHENTOS E SEIS MIL, SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS).
DO VALOR R$: 1.506.725,00, (Um Milhão, Quinhentos e Seis Mil, Setecentos e Vinte e Cinco Reais), para os itens que lhe foram adjudicados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 01 de julho de 2026.

ASSINANTES:
Carlos Augusto de Paiva – ÓRGÃO REGULADOR
Ana Paula da Silva – LICITANTE PRESTADOR

Publicado por:
Feliciano Neto de Oliveira
Código Identificador:F0883DEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO(MATERIAL ESPORTIVO)

Processo: Pregão Eletrônico 13/2025
Número de Contrato original: 2025.06.17.0001
Número do termo: 1º Aditivo da Ata
Objeto do aditivo: O presente Aditivo tem como objeto Ata De Registro de Preços Nº 2025.06.17-0001 para aquisição de material esportivo, para atender as necessidades das secretarias municipais do município de Marcelino Vieira-RN.
Contratada/CPF: INGRIDE CONFECÇÕES E ESPORTE LTDA. ME, CNPJ nº 04.751.484/0001-61
Contratante/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Data da Assinatura do aditivo: 17/06/2026.
Vigência: 17/06/2026 a 17/06/2027.

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:A4B402C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 167/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 167/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 03(três) meses de Licença Prêmio a servidora Marta Maria de Jesus Silva, Matrícula nº 99939, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor, referente ao período aquisitivo 1998/2003, no período de 01/07/2026 à 29/09/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 01 de julho de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:EFE84D76

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 168/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 168/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de férias a servidora Ritânia Cássia Honório de Medeiros, matricula nº 100089, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 01 a 30 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 01 de julho de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:E7391E85

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 169/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 169/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de férias a servidora Maria da Conceição Pontes, matricula nº 100675, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Chefe de Núcleo, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 01 a 30 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 01 de julho de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:C716D05B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 170/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 170/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de férias ao servidor Antonio Carlos Bezerra, matricula nº 99839, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 01 a 30 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 01 de julho de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:D41B028E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 171/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 171/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias ao servidor José Aldaene Alves de Oliveira, Matrícula nº 99733, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Tributação e Planejamento, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 01 à 30 de julho de 2026;

Art. 2º - Fica facultado o Município a interromper suas férias por um período de 20 dias, por interesse público, devidamente justificado, devendo indenizar o servidor os dias de férias trabalhados no valor proporcional;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 01 de julho de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:EB57E3B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 172/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 172/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias a servidora Maria de Lourdes Umbelino, matrícula nº 100018, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo 2025, no período de 01 à 30 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 01 de julho de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:5246AB55

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 173/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 173/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear o suplente do Conselho Tutelar o Sr. Antonio Clécio de Pontes, para assumir o cargo de Conselheiro Tutelar, pelo período de 03(três) meses, em virtude das férias concedida a Ritânia Cássia Honório de Medeiros, em seguida, Maria Gilsicleide Fernandes e Maria Francisca de Souza Soares, respectivamente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 01 de julhoo de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:91B3E165

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 174/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 174/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias a servidora Maria Vera Lúcia da Silva, matrícula nº 99768, lotada na Secretaria Municipal de Obras, ocupante do cargo de Gari, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 01 à 30 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 01 de julho de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:D4F7DC89

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 175/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 175/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 30(trinta) dias de Férias a servidora Ana Santana de Lima, matrícula nº 99822, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretaria, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 01 à 30 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 01 de julho de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:F397D84D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 244 -2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DOS CONTRATOS Nº 170601/2026; Nº 170601/2026; Nº 180601/2026; Nº 180602/2026; Nº 180603/2026; Nº 180604/2026; Nº 180605/2026; Nº 180606/2026; Nº 180607/2026; Nº 180608/2026 E Nº 180609/2026.

O Prefeito Municipal de Martins/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o servidor abaixo relacionado, para fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas nos contratos Nº 170601/2026; Nº 170602/2026; Nº 180601/2026; Nº 180602/2026; Nº 180603/2026; Nº 180604/2026; Nº 180605/2026; Nº 180606/2026; Nº 180607/2026; Nº 180608/2026 e Nº 180609/2026 e celebrado entre a Prefeitura Municipal de Martins e as empresas abaixo

Contrato: 170601/2026

C.W.C. DISTRIBUIDORA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 03538267000125, com sede à na Rua Anísio Salatiel Nº 01 A, Roger, CEP 58.020-000 -João Pessoa PB_, e-mail: cwcdistribuidorapb@gmail.com, Contato: (83) 99943-0707, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme especificações e quantitativos a serem definidos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Contrato: 170602/2026

Sandro Vilmar Pires Me, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 09253952000191, com sede à João Teófilo Deucher, n° 29 Bairro: centro Município: Bom Retiro- SC Estado: SC CEP: 88680-000, e-mail: contato@deutel.com.br, Contato: (49) 3277-0767, cujo objetivo é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme especificações e quantitativos a serem definidos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência

Contrato: 180601/2026

PROSPERITY COMERCIO E SERVICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 09442524000107, com sede à RUA ITAPETIM 342, JANGA, PAULISTA - PE CEP:53437720, Email: PROSPERITY.LICIT@GMAIL.COM, Contato: (81) 98620-9868, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme especificações e quantitativos a serem definidos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Contrato: 180602/2026

MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 21062777000150, com sede na rua Gonzaga Pedro da silva, 342 - bosque do piranhas - são bento - PB - CEP 58.865-000, e-mail: alfaeletromoveis.sb@gmail.com, Contato: 83)9.8189-1986, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme especificações e quantitativos a serem definidos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Contrato: 180603/2026

URSA COMERCIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 26628908000138, com sede à Rua DR. PEDRO RANGEL N.577 SALA 05 BAIRRO SÃO JOÃO CEP: 88.304-430 ITAJAÍ - SANTA CATARINA, e-mail: ursaltda@gmail.com, Contato: (47) 9163-2802, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme

especificações e quantitativos a serem definidos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Contrato: 180604/2026

UDILIFE COM IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 34061908000127, com sede à Rua Avenida Itália, Nº; 60, SEM, Tibery, CEP: 38405- 056, e-mail: udilife1@gmail.com, licita@udilife.com.br, Contato: (49) 99132-9784, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme especificações e quantitativos a serem definidos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Contrato: 180605/2026

DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 40876269000150, com sede à RUA SARGENTO SILVINO MACEDO, Nº 03 – SÃO JOSÉ-GARANHUNS-PE CEP: 55.295-280, e-mail: distribuidora_agreste@outlook.com , Contato: : (87) 98836-3257, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme especificações e quantitativos a serem definidos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Contrato: 180606/2026

LICITAINFO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 52277278000104, com sede à Rua Doutor Maruri, N° 990 Sala 502 – Centro, Concórdia/SC – CEP: 89700-168, e-mail: contato.licita@hotmail.com, Contato: (49) 99989-6019, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme especificações e quantitativos a serem definidos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Contrato: 180607/2026

J.S.A COMERCIO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 54361487000167, com sede à Rua Pereira Bueno, 20, Vila Industrial, Campinas SP, CEP 13.035-275, Email: comerciojsa@gmail.com Contato: (19) 98175-9204, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme especificações e quantitativos a serem definidos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Contrato: 180608/2026

JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 54647123000148, com sede à Rua Diva Proença, N° 995, Centro, CEP 86.870-000 Ivaiporã – PR, e-mail: jthospitalar@hotmail.com, Contato: (43) 99612-8615, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme especificações e quantitativos a serem definidos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Contrato: 180609/2026

ALFA VERTICE COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 60424559000170, com sede à Rua João Benedito Mena 154 - Vila Amato, Cidade SOROCABA-SP , CEP: 18087-655, e-mail: alfavertice@gmail.com , Contato: (15)9 8165- 0025, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes e materiais diversos, destinados a atender às necessidades das unidades básicas de saúde, conforme especificações e quantitativos a serem definidos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

I – Servidor: Alex Braz Galdino, Matrícula n° 1789.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito
Prefeitura Muncipal de Martins/RN
CNPJ/MF nº 08.153.462/0001-50

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:B81C35C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 245 -2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais, conforme a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o senhor **FERNANDO HENRIQUE DA SILVA,** do cargo comissionado de Chefe do Setor de Patrimônio CC-04, matrícula nº 9000253, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Art.2º. Esta **portaria** entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 01 de julho de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:A293D5FF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 246 -2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais, conforme a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhor **LUCAS ALEXANDER RODRIGUES DOS SANTOS**, Matrícula 90001763, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Chefe do Setor de Patrimônio, símbolo CC-04, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Art.2º. Esta **portaria** entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 01 de julho de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:BBA9B369

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 247 -2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA nº 247/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

"Dispõe sobre a designação de Servidores no setor de Licitações e Contratos"

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições contitucionais,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para o exercício da função no setor de licitações e contratos.

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Gabriel Campos Amorim	90001570	Agente de Contratação e Pregoeiro
Lucas Alexander Rodrigues dos Santos	90001763	Gestor de contrato
Jorge Mateus da Costa Melo	9000291	Equipe de Apoio

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as Portarias nº 44/2025 , nº 251/2025, nº 264/2025 nº 265/2025, nº 040/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARTINS, do Estado do Rio Grande do Norte, em 01 de julho de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:00F57B15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA ELETRONICA DE Nº 004/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA ELETRONICA DE Nº 004/2026

A prefeitura Municipal de MARTINS/RN torna público para conhecimento dos interessados, de acordo com a regulamentação 14133/21 realizará CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO sendo conduzido pelo condutor GABRIEL CAMPOS AMORIM e tendo como autoridade PAULO CESAR GALDINO.

OBJETO DO PROCESSO: Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para execução dos serviços de modernização da Lagoa do Rosário, localizada na zona central do Município de Martins/RN, conforme especificações técnicas, projetos e condições estabelecidas no Projeto Básico anexo aos autos., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Para demais informações contato via e-mail: compras@martins.rn.gov.br ou acesso pelo link:www.bnc.org.br ou www.martins.rn.gov.br.

FIM REC. PROPOSTA: 17/07/2026 ás 08:00 horas
INÍCIO DISPUTA: 17/07/2026 09:00 horas
TIPO DE LANCE: Menor preço global
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

MARTINS-RN – 01/07/2026

GABRIEL CAMPOS AMORIM
Pregoeiro

Publicado por:
Gabriel Campos Amorim
Código Identificador:42106843

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 022/2026
Nº PROC. ADM. 2506002/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - 022/2026
Nº PROC. ADM. 2506002/2026

A prefeitura Municipal de MARTINS/RN torna público para conhecimento dos interessados, de acordo com a regulamentação 14133/21 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido pelo condutor GABRIEL CAMPOS AMORIM e tendo como autoridade PAULO CESAR GALDINO.

OBJETO DO PROCESSO: Registro de preços para a eventual e futura aquisição de medicamentos psicotrópicos e da Portaria 344/98-MS, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Martins/RN, conforme especificações, quantitativos e condições estimadas constantes neste Termo de Referência.
Para demais informações contato via e-mail: compras@martins.rn.gov.br ou acesso pelo link:www.bnc.org.br ou www.martins.rn.gov.br.

FIM REC. PROPOSTA: 15/07/2026 ás 08:00 horas
INÍCIO DISPUTA: 15/07/2026 09:00 horas
TIPO DE LANCE: Por Item
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

MARTINS-RN - 01/07/2026

GABRIEL CAMPOS AMORIM
Pregoeiro

Publicado por:
Gabriel Campos Amorim
Código Identificador:07839C59

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº *001/2026 - Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN*

Processo Administrativo nº *051/2026*

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº *001/2026* QUE ENTRE SI CELEBRAM *A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE* E A *ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO RN – IGRN*, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, *por intermédio da* ***SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE***, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.170.540/0001-25, com sede na Rua Quinze de novembro, nº. 45, Centro, Maxaranguape/RN – CEP: 59.580-000, doravante denominado **Administração Pública**, neste ato representado pelo(a) *Excelentíssimo(a) Senhor(a) Prefeita,* ***MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA****, brasileira, portadora da Cédula de Identidade no 1.636.772 SSP/RN, inscrita no CPF sob n° 025.825.454-81, residente e domiciliada na Rua Aurora Maria do Nascimento, n° 07, Centro, Maxaranguape/RN*; *pela Secretária Municipal de Saúde, a Senhora:* ***JOCIANE DE OLIVEIRA BARBOSA****, RG 002.312.240 e CPF: 055.623.564-90* e *O(A)* ***INSTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO RN – IGRN****,* organização da sociedade civil, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *47.436.348/0001-90*, com sede *Avenida Romualdo Galvão, n° 517, Tirol, Natal/RN, CEP: 59.020-640*, doravante denominado(a) **OSC**, representada pelo(a) seu (sua) Presidente, o Sr. (a) ***FRANCISCO ERIVALDO DA SILVA MONTEIRO****, RG 1.714.685 SSP/RN e CPF n° 028.696.124-51, Diretor Presidente, conforme atos constitutivos da entidade OU procuração apresentada nos autos*,

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Colaboração**, decorrente do *Edital de Chamamento Público nº 002 de 2026*, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 051/2026 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e sujeitando-se, no que couber, à *Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Colaboração é a seleção de Organização da Sociedade Civil – OSC para celebração de parceria com o Município de Maxaranguape/RN, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, em regime de mútua cooperação, mediante Termo de Colaboração, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, visando à gestão compartilhada, operacionalização e execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Subcláusula única. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no inciso I do *caput*, do art. 43, do Decreto nº 8.726, de 2016, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de colaboração, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 24 *meses / 2 anos* a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições:

I. mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e

II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução das atividades ou projetos previstas(os) neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos pelo órgão ou entidade pública Municipal no valor total de ***R$ 8.561.987,80 (oito milhões, quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)****, Conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, à conta da ação orçamentária:*

Unidade Orçamentária: 16.001 - Sec. Municipal de Saúde

Ação Orçamentária:

2141 - Manut. das Ativ. do Contrato de Gestão c/ Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

2109 - Manutenção da Secretaria Mun.de Saúde

2120 - Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa:

3.3.50.85 – Contrato de Gestão;

Fontes de Recursos:

16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde;

16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação do recurso financeiro se dará em ***parcelas mensais***, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 33 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Subcláusula primeira. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração; ou

III - quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Subcláusula segunda. A verificação das hipóteses de retenção previstas na Subcláusula primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I - a verificação da existência de denúncias aceitas;

II - a análise das prestações de contas anuais;

III - as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e

IV - a consulta aos cadastros e sistemas federais que permitam aferir a regularidade da parceria.

Subcláusula terceira. O atraso na liberação das parcelas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação e se este perdurar:

I - por mais de 30 (trinta) dias, a OSC poderá suspender as atividades até a regularização do desembolso; ou

II - por mais de 60 (sessenta) dias, a OSC poderá rescindir a parceria firmada, garantindo-se acerto final com liberação de recursos proporcional a eventual alocação de recursos próprios da entidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração, desembolsados pela *Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN, através da Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde*, serão mantidos em conta corrente informada pelo FMS.

Subcláusula primeira. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade.

Subcláusula segunda. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula terceira. A conta referida no *caput* desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula quarta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Subcláusula quinta. A movimentação dos recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, por meio da funcionalidade "Ordem de Pagamento de Parceria - OPP" ou por outros meios de pagamento disponibilizados, podendo o crédito dos valores ser realizado em conta corrente de titularidade da própria OSC, na forma do art. 38, § 2º, do Decreto nº 8.726, de 2016.

Subcláusula sexta. Caso os recursos depositados em conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela *Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN*.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua

inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Subcláusula primeira. Além das obrigações constantes na legislação e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I - promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

II - prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

III - monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;

IV - comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

V - analisar os relatórios de execução do objeto;

VI - analisar os relatórios de execução financeira, nas hipóteses previstas no art. 56, *caput*, do Decreto nº 8.726, de 2016;

VII - receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração, nos termos do art. 43 do Decreto nº 8.726, de 2016;

VIII - instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos dos arts. 49 e 50 do Decreto nº 8.726, de 2016;

IX - designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 51-A, §§ 1º a 5º do Decreto nº 8.726, de 2016;

X - retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

XI - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

XII - reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII - prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014, e § 1º, inciso I, do art. 43 do Decreto nº 8.726, de 2016;

XIV - publicar, no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Estado do RN - FEMURN, extrato do Termo de Colaboração;

XV - divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

XVI - exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

XVII - informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

XVIII - analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração; e

XIX - aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

Subcláusula segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente Termo e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I - executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste Termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, e no Decreto nº 8.726, de 2016;

II - zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

III - garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

IV - manter e movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

V - não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

VI - apresentar Relatório de Execução do Objeto, de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 55 do Decreto nº 8.726, de 2016;

VII - executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

VIII - prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 8.726, de 2016;

IX - responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

X - permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado do RN, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

XI - quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

garantir sua guarda e manutenção;

comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC; e

durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

XII - por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII - manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
XIV - manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;
XV - garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
XVI - observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de despesas e pagamentos com recursos transferidos pela Administração Pública, os procedimentos estabelecidos nos arts. 36 a 42 do Decreto nº 8.726, de 2016;
XVII - incluir regularmente no *portal da transparência do Município* as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;
XVIII - observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;
XIX - manter seus dados cadastrais atualizados, nos termos do art. 26, §5º, do Decreto nº 8.726, de 2016;
XX - divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019, de 2014;
XXI - submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
XXII - responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;
XXIII - responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e das taxas de importação, de câmbio, aduaneiras e similares, relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública federal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014; *e*
XXIV - quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.*;*

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de Colaboração, Administração Pública e OSC obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

Subcláusula primeira. Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Subcláusula segunda. Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações: (i) a descrição dos dados pessoais envolvidos; (ii) a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e (iii) quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

Subcláusula terceira. Caso um dos Partícipes seja destinatário de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, o Partícipe notificado deverá, imediatamente, comunicar ao outro Partícipe.

Subcláusula quarta. Administração Pública e OSC se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o exaurimento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro Partícipe contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do Partícipe, mediante a anonimização dos dados.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração, bem como o plano de trabalho, poderão ser modificados, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, da seguinte forma:
I - por termo aditivo à parceria para:
ampliação de até 50% (cinquenta por cento) do valor global;
redução do valor global, sem limitação de montante;
prorrogação da vigência, observados os limites do art. 21 do Decreto nº 8.726, de 2016; ou
alteração da destinação dos bens remanescentes.

II – por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Subcláusula primeira. A parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da OSC, para:
I - prorrogação da vigência, antes de seu término, quando a Administração Pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou
II - indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

Subcláusula segunda. A Administração Pública possui o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua apresentação, para se manifestar sobre a solicitação de alteração, ficando este prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos à OSC.

Subcláusula terceira. No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da OSC até a decisão do pedido.

Subcláusula quarta. É dispensada a autorização prévia nas hipóteses de alteração do plano de trabalho para o remanejamento de recursos de que trata a alínea "*c*" do inciso II da Cláusula Oitava, em percentual de até 10% (dez por cento) do valor global da parceria.

Subcláusula quinta. Para fins do disposto na Subcláusula quarta, caberá à OSC encaminhar comunicação posterior à Administração Pública para a realização de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública.

Subcláusula primeira. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de que trata o art. 56 do Decreto nº 8.726, de 2016, quando for o caso, observado o disposto no § 4º do art. 43 do mesmo Decreto.

Subcláusula segunda. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula terceira. A OSC deverá efetuar os pagamentos das despesas, sendo dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas, mas deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de

10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula quarta. O crédito de valores poderá ser realizado em conta corrente de titularidade da própria OSC, mediante justificativa, nas hipóteses dos incisos I ao III do § 2º do art. 38 do Decreto 8.726, de 2016.

Subcláusula quinta. Na gestão financeira, a OSC poderá:

I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de colaboração, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da OSC, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista; ou

III - realizar quaisquer despesas necessárias à execução do objeto previstas no plano de trabalho, inclusas aquelas dos incisos I ao V do *caput* do art. 39 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Subcláusula sexta. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da *Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN*, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III - pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento, exceto na hipótese prevista no inciso V do *caput* do art. 39 do Decreto nº 8.276, de 2016.

IV- deixar de dar ampla transparência, inclusive na plataforma eletrônica, aos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente à divulgação dos cargos e valores, na forma do art. 80 do Decreto nº 8.276, de 2016.

Subcláusula sétima. É vedado à Administração Pública praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas no *sítio oficial do Município na Internet*.

Subcláusula primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

Subcláusula segunda. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

I - designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

II - designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial

III - emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso;

IV - realizará visita técnica **in loco** para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;

V - realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

VI - examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento;

VII - poderá valer-se do apoio técnico de terceiros;

VIII - poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos;

IX - poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação;

Subcláusula terceira. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III da Subcláusula segunda desta Cláusula, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Subcláusula quarta. A visita técnica **in loco**, de que trata o inciso IV da Subcláusula segunda desta Cláusula, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública federal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado do RN. A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica **in loco**.

Subcláusula quinta. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica **in loco**, que será registrado no *sítio oficial do Município* e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública federal. O relatório de visita técnica **in loco** deverá ser considerado na análise da prestação de contas.

Subcláusula sexta. Havendo pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências, podendo a entidade opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O presente Termo de Colaboração será extinto:

I - por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

II - por consenso, antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de *30 (trinta) dias*;

IV - por rescisão unilateral da parceria, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;

d) violação da legislação aplicável;

e) cometimento de falhas reiteradas na execução;

f) malversação de recursos públicos;

g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC;

j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

k) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo *Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN*;

l) atraso superior a 60 (sessenta) dias na liberação das parcelas pactuadas no plano de trabalho; ou

m) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Subcláusula primeira. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Subcláusula segunda. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
Subcláusula terceira. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
Subcláusula quarta. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
Subcláusula quinta. Caso se conclua pela rescisão unilateral da parceria, o relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá determinar as providências previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso II do § 1º do art. 51-A do Decreto 8.726, de 2016.
Subcláusula sexta. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre os partícipes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.
Subcláusula primeira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:
I - nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da Administração Pública quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69, do Decreto nº 8.726, de 2016; e
II - nos demais casos, os juros serão calculados a partir:
a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da *Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN* quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69 do Decreto nº 8.726, de 2016.
Subcláusula segunda. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.
Subcláusula primeira. Os bens patrimoniais deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da
Subcláusula segunda. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:
I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.
Subcláusula terceira. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes serão retirados pela Administração Pública no prazo de noventa dias, contado da data de notificação da dissolução ou, alternativamente, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos será computado no cálculo do valor a ser ressarcido.
Subcláusula quarta. Em exceção ao disposto no *caput* desta cláusula, os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública federal, a critério da Administração Pública, para fins de assegurar a continuidade do objeto pactuado, por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela Administração Pública Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, observando-se as regras previstas no art. 59 do Decreto nº 8.726, de 2016, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

***Subcláusula primeira**. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.*
***Subcláusula segunda.** Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.*
***Subcláusula terceira.** O Relatório Parcial de Execução do Objeto conterá:*
I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas ou a justificativa para o não atingimento conforme o disposto no § 4º do art. 55 do Decreto nº 8.726, de 2016;
II - a descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver; e
V- justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas.
***Subcláusula quarta.** A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos III e IV da Subcláusula anterior quando já constarem no sítio oficial do município.*
***Subcláusula quinta**. O Relatório Parcial de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:*
I - dos resultados já alcançados e seus benefícios;
II - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
III - do grau de satisfação do público-alvo; e
IV - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.
***Subcláusula sexta**. As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.*
***Subcláusula sétima**. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, justificadamente, de ofício ou mediante solicitação, dispensar a OSC da observância do disposto na Subcláusula quinta.*
***Subcláusula oitava**. O Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:*
I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - o extrato da conta bancária específica;
III - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
IV - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
V - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.
***Subcláusula nona**. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a III da Subcláusula anterior quando já constarem do sítio oficial do município.*
***Subcláusula décima**. A análise do Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:*
I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36 do Decreto nº 8.726, de 2016; e
II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.
***Subcláusula décima primeira**. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).*
***Subcláusula décima segunda**. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:*
I - sanar a irregularidade;
II - cumprir a obrigação; ou
III - apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.
***Subcláusula décima terceira**. O gestor da parceria avaliará o cumprimento do disposto na Subcláusula anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.*
***Subcláusula décima quarta**. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.*
***Subcláusula décima quinta**. Se persistir a irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:*
I - caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:
a) devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
b) a retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 34 do Decreto nº 8.726, de 2016; ou
II - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:
a) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
b) a instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado.
***Subcláusula décima sexta**. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de seu recebimento.*
***Subcláusula décima sétima**. O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, sendo que as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 54 a 58 e 62 a 70 do Decreto nº 8.726, de 2016, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

Subcláusula primeira. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas no período.
Subcláusula segunda. Para fins de prestação de contas final, a OSC deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de *90 (noventa) dias* a partir do término da vigência da parceria, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.
Subcláusula terceira. O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:
I - a demonstração do alcance das metas no período, mediante comparativo com os resultados alcançados, ou justificativa para o seu não atingimento;
II - a descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
V - o comprovante de devolução de eventual saldo financeiro remanescente; e
VI - a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o §3º do art. 42 do Decreto nº 8.726, de 2016, podendo a OSC manter retido ou provisionado o valor na hipótese de o vínculo trabalhista perdurar após a prestação de contas final.
Subcláusula quarta. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos III e IV da Subcláusula anterior quando já constarem da plataforma *oficial do Município*.
Subcláusula quinta. O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:
I - dos resultados alcançados e seus benefícios;
II - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
III - do grau de satisfação do público-alvo; e
IV - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.
Subcláusula sexta. As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.
Subcláusula sétima. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:
I - Relatório Final de Execução do Objeto;
II - os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
III - relatório de visita técnica **in loco**, quando houver; e
IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

Subcláusula oitava. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, devendo mencionar os elementos referidos na Subcláusula quinta.
Subcláusula nona. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, justificadamente, de ofício ou mediante solicitação, dispensar a OSC da observância da Subcláusula quinta.
Subcláusula décima. Na hipótese de a análise de que trata a Subcláusula sétima concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação, podendo ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.
Subcláusula décima primeira. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:
I - a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
III - o extrato da conta bancária específica;
IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, os dados da OSC e do fornecedor e a indicação do produto ou serviço.
Subcláusula décima segunda. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV da Subcláusula anterior quando já constarem da plataforma *oficial do Município*.
Subcláusula décima terceira. Nas hipóteses de descumprimento injustificado do alcance das metas ou evidência de irregularidade, de que trata a Subcláusula décima, os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
Subcláusula décima quarta. A análise do Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:
I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36 do Decreto nº 8.726, de 2016; e
II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.
Subcláusula décima quinta. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:
I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;
II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá:
a) quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou
b) na análise de que trata a Subcláusula décima quarta, quando o valor da irregularidade for de pequeno vulto, exceto se houver comprovada má-fé.
III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
Subcláusula décima sexta. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, de que trata a Subcláusula oitava, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.
Subcláusula décima sétima. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.
Subcláusula décima oitava. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:
I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Ministro de Estado ou ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Federal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou
II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.
Subcláusula décima nona. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:
I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar na plataforma *do sítio oficial do município na internet* as causas das ressalvas; e
II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.
Subcláusula vigésima. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.
Subcláusula vigésima primeira. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II da Subcláusula décima nona no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do *dirigente máximo da entidade da Administração Pública*. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.
Subcláusula vigésima segunda. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:
I - a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas na plataforma *do* Sicaf, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.
Subcláusula vigésima terceira. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de *60 (sessenta)* dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que

Subcláusula vigésima quarta. O transcurso do prazo definido na Subcláusula anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.
Subcláusula vigésima quinta. Se o transcurso do prazo definido na Subcláusula vigésima terceira, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Subcláusula vigésima sexta. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão no sítio oficial do Município na Internet, permitindo a visualização por qualquer interessado.
Subcláusula vigésima sétima. Os documentos incluídos pela OSC na plataforma *oficial do município*, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.
Subcláusula vigésima oitava. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, do Decreto nº 8.726, de 2016, e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa:

I – celebrar termo de ajustamento da conduta com a OSC;
II – aplicar, à OSC, as seguintes sanções:
a) advertência;
b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

Subcláusula primeira. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Subcláusula segunda. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública.

Subcláusula terceira. A sanção de declaração de inidoneidade para participar de chamamento público e celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo produzirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a *Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN*, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública Federal pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Subcláusula quarta. Nas hipóteses do inciso II do *caput* desta Cláusula, é facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Subcláusula quinta. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Ministro de Estado.

Subcláusula sexta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do Ministro de Estado prevista na Subcláusula anterior, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Subcláusula sétima. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no Sicaf, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Subcláusula oitava. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da Administração Pública destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO DE INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A execução do presente Termo de Colaboração observará o disposto em ato da autoridade competente quanto à gestão de integridade, riscos e de controles internos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da *Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN*, de acordo com o Manual de Identidade Visual deste.

Subcláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do RN - FEMURN, a qual deverá ser providenciada pela *Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN*.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública Municipal, sob a coordenação e supervisão da Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a OSC se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, no art. 88 do Decreto nº 8.726, de 2016, e em Ato da Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Justiça Estadual, *Seção Judiciária de Extremoz/RN*, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio dos seus representantes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Maxaranguape/RN, 01 de julho de 2026

Pela Administração Pública:

Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN
MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Secretaria Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde
JOCIANE DE OLIVEIRA BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde de Maxaranguape/RN

Pela OSC:
Instituto de Gestão em Saúde, Educação e Assistência Social do RN – IGRN
FRANCISCO ERIVALDO DA SILVA MONTEIRO
Diretor - Presidente
Cargo Do(a) Representante Legal

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:39BCD1B5

SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MAXARANGUAPE
AVISO DE COTAÇÃO/SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Maxaranguape/RN, torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, em obediência aos parâmetros impostos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de análises laboratoriais de água, compreendendo análises bacteriológicas, físico-químicas completas e de cloro residual livre, com laudos técnicos conhecidos por profissionais habilitados, para atender às demandas de monitoramento e controle de qualidade operadas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Maxaranguape/RN

Item	Especificação	Und	Qtd	Valor unitário	Valor global
01	Análise bacteriológica (Colif. totais e E-coli)	Serv.	120	R$	R$
02	Análise físico-química completa (27	Serv.	120		

	parâmetros)				
03	Análise Cloro residual livre	Serv.	120		

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.
As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail: saaemax@yahoo.com.br no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (*Portable Document Format*), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto, item, unidade, quantidade, valor unitário e total;
b) Valor total por extenso;
c) Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico, eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão;
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão;
g) Proposta em papel timbrado assinada e com validade no mínimo 60 (sessenta) dias.

A cotação deverá ser encaminhada até o 3º (terceiro) dia útil a partir dessa publicação, ou seja, até o dia 06/07/2026.

Maxaranguape/RN, 01 de julho de 2026.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

MAELI GOMES DA SILVA
Setor de Compras – SAAE

Publicado por:
Aliene Olegaria Bento
Código Identificador:E90E5539

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTOS
RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – RESULTADO PRELIMINAR

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE MAXARANGUAPE/RN
Resposta ao Recurso Administrativo – Resultado Preliminar

Candidata	**ANA HELIA PESSOA DE SOUZA**
Cargo	Auxiliar de Sala
Resultado do Recurso	**DEFERIDO**
Decisão	Após nova análise da documentação, foi constatado que a candidata atende aos critérios do Edital nº 001/2026. A pontuação foi revisada e a classificação alterada, melhorando sua colocação no certame.

Segue a tabela atualizada **somente para a candidata ANA HELIA PESSOA DE SOUZA**, considerando o deferimento do recurso e a alteração da classificação.

Candidata	Cargo	Situação do Recurso	Nota Geral	Nova Classificação
ANA HELIA PESSOA DE SOUZA	Auxiliar de Sala	**DEFERIDO**	**6,8**	**62º lugar**

Maxaranguape/RN, 01 de julho de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

LUIZ GOMES DA SILVA JUNIOR
Presidente

MILIANNA DE OLIVEIRA SILVA
Membro

WELLINGTON DA SILVA BEZERRIL JUNIOR
Membro

JOSEFA CARDOSO DA SILVA
Membro

Publicado por:
José Walter de Oliveira Filho
Código Identificador:ABFFB41E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTOS
RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – RESULTADO PRELIMINAR

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE MAXARANGUAPE/RN
Resposta ao Recurso Administrativo – Resultado Preliminar

Candidata	**Rodrigo Eduardo da Silva Moreira**
Cargo	Vigia
Resultado do Recurso	**INDEFERIDO**
Decisão	Após reanálise da documentação, verificou-se que a pontuação atribuída está de acordo com os critérios do Edital nº 001/2026. O candidato não apresentou experiência profissional comprovada na função, requisito que compõe a pontuação da Avaliação Curricular. Assim, não houve erro na análise, permanecendo inalteradas a nota e a classificação constantes no Resultado Preliminar.

Maxaranguape/RN, 01 de julho de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

LUIZ GOMES DA SILVA JUNIOR
Presidente

MILIANNA DE OLIVEIRA SILVA
Membro

WELLINGTON DA SILVA BEZERRIL JUNIOR
Membro

JOSEFA CARDOSO DA SILVA
Membro

Publicado por:
José Walter de Oliveira Filho
Código Identificador:17F8D2BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTOS
RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – RESULTADO PRELIMINAR

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE MAXARANGUAPE/RN
Resposta ao Recurso Administrativo – Resultado Preliminar

Candidato	**EDUARDO SILVA DA COSTA**
Cargo	Auxiliar de Logística
Resultado do Recurso	**DEFERIDO**
Decisão	Após nova análise da documentação, foi constatado que o candidato atende aos critérios do Edital nº 001/2026. A pontuação foi revisada e a classificação alterada, melhorando sua colocação no certame.

Segue a tabela atualizada **somente para o candidato EDUARDO SILVA DA COSTA**, considerando o deferimento do recurso e a alteração da classificação.

Candidata	Cargo	Situação do Recurso	Nota Geral	Nova Classificação
EDUARDO SILVA DA COSTA	Auxiliar de Logística	**DEFERIDO**	**9,5**	**3º lugar**

Maxaranguape/RN, 01 de julho de 2026.

Comissão Organizadora Do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2026

LUIZ GOMES DA SILVA JUNIOR
Presidente

MILIANNA DE OLIVEIRA SILVA
Membro

WELLINGTON DA SILVA BEZERRIL JUNIOR
Membro

JOSEFA CARDOSO DA SILVA
Membro

Publicado por:
José Walter de Oliveira Filho
Código Identificador:C00D0E07

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTOS
RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – RESULTADO PRELIMINAR

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE MAXARANGUAPE/RN
Resposta ao Recurso Administrativo – Resultado Preliminar

Candidato	**IVAN JADSON FREIRE DE AMORIM**
Cargo	VIGIA
Resultado do Recurso	**DEFERIDO**
Decisão	Após nova análise da documentação, foi constatado que o candidato atende aos critérios do Edital nº 001/2026. A pontuação foi revisada e a classificação alterada, melhorando sua colocação no certame.

Segue a tabela atualizada **somente para o candidato EDUARDO SILVA DA COSTA**, considerando o deferimento do recurso e a alteração da classificação.

Candidata	Cargo	Situação do Recurso	Nota Geral	Nova Classificação
IVAN JADSON FREIRE DE AMORIM	VIGIA	**DEFERIDO**	**7,0**	**20º lugar**

Maxaranguape/RN, 01 de julho de 2026.

Comissão Organizadora Do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2026
LUIZ GOMES DA SILVA JUNIOR
Presidente

MILIANNA DE OLIVEIRA SILVA
Membro

WELLINGTON DA SILVA BEZERRIL JUNIOR
Membro

JOSEFA CARDOSO DA SILVA
Membro

Publicado por:
José Walter de Oliveira Filho
Código Identificador:496E4D58

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTOS
RETIFICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONSIDERANDO a publicação do Resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, destinado à contratação temporária de profissionais para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de assegurar a legalidade, a publicidade, a transparência e a correção de erros materiais eventualmente verificados em seus atos administrativos;
CONSIDERANDO que, após conferência do Resultado Preliminar, foi constatado erro material de digitação na indicação da situação da candidata **GESSICA SOARES DA SILVA**, inscrita para o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais – ASG**;
CONSIDERANDO que a candidata obteve nota final de **7,0 (sete) pontos**, atendendo aos critérios estabelecidos no Edital nº 001/2026, inexistindo fundamento para sua desclassificação;
CONSIDERANDO que o equívoco constatado restringe-se exclusivamente à informação da situação da candidata, permanecendo inalteradas a pontuação atribuída, os critérios de avaliação e os demais atos do certame;
RESOLVE:
Art. 1º Retificar o Resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, exclusivamente quanto à situação da candidata **GESSICA SOARES DA SILVA**, para o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais – ASG**.
Onde constou:
DESCLASSIFICADA – GESSICA SOARES DA SILVA – Nota: 7,0
Leia-se:
CLASSIFICADA – GESSICA SOARES DA SILVA – Nota: 7,0
Art. 2º Em decorrência da presente retificação, a candidata passa a integrar o Resultado Preliminar do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais – ASG**, ocupando a **47ª colocação**, conforme classificação abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)	NOTA
47º	**GESSICA SOARES DA SILVA**	**7,0**

Art. 3º Permanecem inalteradas a pontuação da candidata, os critérios de avaliação, a ordem de classificação dos demais candidatos e todas as demais disposições constantes no Resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026.
Art. 4º Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação.
Maxaranguape/RN, 01 de julho de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

LUIZ GOMES DA SILVA JUNIOR
Presidente

MILIANNA DE OLIVEIRA SILVA
Membro

WELLINGTON DA SILVA BEZERRIL JUNIOR
Membro

JOSEFA CARDOSO DA SILVA
Membro

Publicado por:
José Walter de Oliveira Filho
Código Identificador:BA51CC07

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

A Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, por meio do Setor de Licitações e Contratos torna público que realizará no **dia 16/07/2026 às 09:00**horas, Licitação Pública na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026**, com critério de julgamento ***Menor Preço Global,*** nos termos da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, cujo objeto se trata de: Contratação de empresa para instalação de alambrado no Campo de Futebol Municipal Nego Ino do Munícipio de Montanhas RN, conforme especificações contidas no Projeto Básico e Planilha de Composição de Custo, e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site: www.portaldecompraspublicas.com.br , na sede da Prefeitura

Municipal nos horários das 08h00min às 14h00min ou pelo e-mail: licitagov.montanhas@gmail.com.

Montanhas/RN, 01 de julho de 2026.

TASSIO PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:BE73DCEC

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

PROCESSO Nº 54/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADA: 53.627.323 JEAN FABIO DA SILVA
CNPJ: 53.627.323/0001-76
OBJETO: Contratação da Banda Fábio & Eliana (Forró Feitiço), para o tradicional festa de São Paulo, que ocorrerá no dia 4 de julho de 2026, na Rua Emídio Gomes, em Montanhas/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município 2026.
BASE LEGAL: Art. 74, II da Lei nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 01 de julho de 2026

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:3A948653

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026

PROCESSO Nº 50/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADO: JAILSON FERREIRA DE MEDEIROS 79076599491
CNPJ: 15.692.568/0001-98
OBJETO: Contratação da banda FLOR DE LIZ, para o evento 2º Moto Fest Montanhas, que ocorrerá no dia 18 de julho de 2026 no centro da cidade de Montanhas/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA DO CONTRATO: A partir de sua assinatura até o dia 01/08/2026.
ORIGEM DE RECURSOS: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.001 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura; **AÇÃO:** 2083 – Apoio aos Eventos Culturais e Festivos do Município; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

Montanhas/RN, 01 de julho de 2026

ASSINAM PELAS PARTES:

CONTRATANTE: Antonio Marcolino Neto
CONTRATADA: Jailson Ferreira de Medeiros

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:E9462B40

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 111/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN**.**
CNPJ: 08.354.383/0001-08**.**
CONTRATADO: ALEXSANDRO SANTOS DA SILVA – EPP
CNPJ: 05.329.135/0001-19
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a recarga de oxigênio medicinal e o fornecimento de cilindros portáteis devidamente carregados com oxigênio medicinal, para atender o fundo municipal de saúde, unidades básicas de saúde e unidade mista de saúde.
PERCENTUAL DO ACRÉSCIMO: 25% (vinte e cinco por cento).
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 15.628,45 (quinze mil, seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.002 – Fundo Municipal de Saúde; **PROJETO:** 2041 – Financiamento da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.39– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; **FONE DE RECURSO:** 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares bancada; 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16003130 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Parlamentares de Comissão
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124, inciso I, alínea "b" c/c art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 30 de junho de 2026

PELA CONTRATANTE: Antonio Marcolino Neto
PELA CONTRATADA: Alexsandro Santos da Silva

***Fica substituído a publicação no D**iário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 01/07/2026. Edição 3824

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:30830376

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

O Prefeito Municipal de Montanhas/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo INEXIGIBILIDADE a seguir:

PROCESSO Nº 54/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADA: 53.627.323 JEAN FABIO DA SILVA
CNPJ: 53.627.323/0001-76
OBJETO: Contratação da Banda Fábio & Eliana (Forró Feitiço), para o tradicional festa de São Paulo, que ocorrerá no dia 4 de julho de 2026, na Rua Emídio Gomes, em Montanhas/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
BASE LEGAL: Art. 74, II da Lei nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.001 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura; **AÇÃO:** 2083 – Apoio aos Eventos Culturais e Festivos do Município; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

Montanhas/RN, 01 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:3B526BB1

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 310/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de julho de 2026, ao senhor, **ROGERIO BARBOSA DA SILVA,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula **0001584**, referente ao período de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 01 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:9A9E480B

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 311/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Considerando a concessão de férias ao servidor: Rogerio Barbosa da Silva, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Agricultura;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **DESIGNAR** o Senhor **WANDERLEY XIXIU DA SILVA,** para responder pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, ABASTECIMENTO E AGRICULTURA** no período de 01 de julho a 01 de agosto de 2026.

ART. 2º. – O servidor nomeado para responder pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Agricultura, não fará jus a nenhuma remuneração extra, por responder pela referida pasta.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Montanhas/RN, em 01 de julho de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:6A76E7FD

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 312/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 02 de julho de 2026, a senhora, **MARIA DE LOURDES DA SILVA NOBREGA,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula **0001636**, referente ao período de 2026.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 01 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:15A8D303

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 313/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Considerando a concessão de férias a servidora: Maria de Lourdes da Silva Nobrega, ocupante do cargo de Secretaria de Educação;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **DESIGNAR** o Senhor **WANDSON VICENTE DA SILVA,** para responder pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no período de 02 de julho a 02 de agosto de 2026.

ART. 2º. – O servidor nomeado para responder pela Secretaria de Educação, não fará jus a nenhuma remuneração extra, por responder pela referida pasta.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Montanhas/RN, em 01 de julho de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:1947CECD

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 314/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º- Conceder ao servidor abaixo indicado a (as) diária (as) correspondente ao pagamento de despesas com estadia e alimentação quando no deslocamento do mesmo a serviço desta prefeitura, a saber:

Beneficiário..... : IVO SALES DA CAMARA NOBRE JUNIOR
CPF..... :XXX.437.904-XX
Matrícula..... : 0001544
Quantidade..... : ½ (meia) diária
Valor R$..... : 200,00 (duzentos reais)
Destino..... : Mossoró/RN.
Assunto.....: Encontro de formação do FNDE para os programas do transporte escolar.
Período.....: 02/07/2026
Lotação..... :Secretaria de Transporte
Função..... : Secretário de Transporte

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 01 de julho de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:E9D706F2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

MONTEPREV
PORTARIA Nº 017/2026

Monte Alegre/RN, 01 de julho de 2026.

Concede diária aos servidores do Fundo de Previdência de Monte Alegre/RN.

A DIRETORA DO MONTEPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais outorgadas pela Lei Municipal 729/2014, de 30 de abril de 2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar a concessão de 2 (duas diárias), fora do Estado, correspondentes à Faixa II do Decreto Municipal nº 024, de 30 de maio de 2022, destinadas a custear despesas com alimentação e deslocamento à cidade de João Pessoa/PB, no período de 01 a 02 de julho de 2026, destinada aos servidores: Vânia Maciel Faustino, Dary Herbert Vieira de Aguiar e Ruan Pablo Medeiros Dantas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

VÂNIA MACIEL FAUSTINO
Diretora Presidente RPPS
Portaria nº 008/2024 - GP

Publicado por:
Dary Herbert Vieira de Aguiar
Código Identificador:FA9180DF

MONTEPREV
PORTARIA Nº 018/2026 - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - JOSIENE AUGUSTO DE LIMA ARAÚJO

Aposentadoria Art. 6º da EC 41/2003 (Especial Professor – Direito Adquirido)

Portaria nº 018/2026

Monte Alegre/RN, 1º de julho de 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora JOSIENE AUGUSTO DE LIMA ARAÚJO.

A DIRETORA DO MONTEPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais outorgadas pela Lei Municipal 729/2014, de 30 de abril de 2014,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Especial por Idade e Tempo de Contribuição (D. Adquirido)** à servidora **JOSIENE AUGUSTO DE LIMA ARAÚJO,** inscrita no CPF nº 790.***.***-04, titular do cargo PROFESSOR N2-F, Matrícula Funcional nº 752/1, lotada na Secretaria de Educação do Município de Monte Alegre/RN, nos termos do *art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal e art. 34 da Lei Municipal nº 729/2014*, conforme processo do MONTEPREV nº 010/2026, a partir desta data até posterior deliberação, **com proventos integrais acrescidos das seguintes vantagens:**

04 (quatro) quinquênios, correspondentes a 20% (vinte por cento), *nos termos do art. 157 da Lei Municipal 455, de 18 de julho de 2008.*

20% (vinte por cento) de regência de classe, *nos termos do art. 35, inciso IV, da Lei Complementar nº 03, de 07 de outubro de 2010.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

VÂNIA MACIEL FAUSTINO
Diretora do MONTEPREV
Portaria nº 008/2024 - GP

Publicado por:
Dary Herbert Vieira de Aguiar
Código Identificador:F613EB3C

MONTEPREV
PORTARIA Nº 019/2026 - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ADRIANA CARNEIRO DE MEDEIROS

Aposentadoria do Art. 3º da EC 47/2005 (Direito Adquirido)

Portaria nº 019/2026

Monte Alegre/RN, 1º de julho de 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora ADRIANA CARNEIRO DE MEDEIROS.

A DIRETORA DO MONTEPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais outorgadas pela Lei Municipal 729/2014, de 30 de abril de 2014,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (D. Adquirido)** à servidora **ADRIANA CARNEIRO DE MEDEIROS,** inscrita no CPF nº 663.***.***-04, titular do cargo ATENDENTE ADMINISTRATIVO S, Matrícula Funcional nº 200/1, lotada na Secretaria de Educação do Município de Monte Alegre/RN, nos termos do *art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, de 05 de julho de 2005 c/c art. 35 e seus incisos, da Lei Municipal nº 729/2014, de 30 de abril de 2014*, conforme processo do MONTEPREV nº 011/2026, a partir desta data até posterior deliberação, **com proventos integrais acrescidos da seguinte vantagem:**

05 (cinco) quinquênios, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento), *nos termos do art. 157 da Lei Municipal 455, de 18 de julho de 2008.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VÂNIA MACIEL FAUSTINO
Diretora do MONTEPREV
Portaria nº 008/2024 - GP

Publicado por:
Dary Herbert Vieira de Aguiar
Código Identificador:4E6D1C5C

MONTEPREV
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 007/2026
PROC. ADMIN. MMA Nº 02016.000027/2026

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso III, f, da Lei n.º 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que AUTORIZO a contratação da empresa **LEMA TREINAMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ sob o nº 35.826.836/0001-24, com o valor total de R$ 1.497,00 (um mil, quatrocentos e noventa e sete reais), referente à **"Contratação de empresa especializada para fornecimento de inscrições em curso preparatório para Certificação Profissional do Comitê de Investimentos dos RPPS – Nível Intermediário, destinado aos servidores do Fundo de Previdência Social de Monte Alegre – MONTEPREV, incluindo material didático, acesso às aulas e demais recursos pedagógicos necessários à preparação para o exame de certificação".**
Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda à publicação em cumprimento ao disposto no art.72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Monte Alegre/RN, 25 de junho de 2026

VÂNIA MACIEL FAUSTINO
Presidente MONTEPREV

Publicado por:
Dary Herbert Vieira de Aguiar
Código Identificador:D02F6392

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA N° 023/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 010723/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN, através do seu agente de contratação, torna público que realizará uma dispensa de licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de uma cacamba e uma retroescavadeira, para atendimento as necessidades do Município de Monte das Gameleiras/RN, Com início de recebimento de propostas no dia 02 de julho de 2026, e o encerramento do recebimento da proposta será no dia 07 de julho de 2026 até as 17h, onde as propostas deverão ser encaminhadas no e-mail: comissaodecontratacaomdgmonted@gmail.com , O instrumento convocatório poderá ser obtido no site do município Acesso: https://gagarin2867.hospedagemdesites.ws:2096/, Esclarecimentos poderão ser obtidos no horário das 08:00 às 13:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Monte das Gameleiras/RN, Endereço: Rua Justiniano da Costa, 118– Centro, Monte das Gameleiras – RN CEP 59.217-000 ou pelo e-mail: comissaodecontratacaomdgmonted@gmail.com.

Monte das Gameleiras/RN, 01 de julho de 2026

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:0C450030

SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA N° 024/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 010724/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN, através do seu agente de contratação, torna público que realizará uma dispensa de licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de carrinho para coleta de lixo nas ruas 100 litros e lixeira seletiva com cores sortidos 60 litros, para atendimento as necessidades do Município de Monte das Gameleiras/RN, Com início de recebimento de propostas no dia 02 de julho de 2026, e o encerramento do recebimento da proposta será no dia 07 de julho de 2026 até as 17h, onde as propostas deverão ser encaminhadas no e-mail: comissaodecontratacaomdgmonted@gmail.com , O instrumento convocatório poderá ser obtido no site do município Acesso: https://gagarin2867.hospedagemdesites.ws:2096/, Esclarecimentos poderão ser obtidos no horário das 08:00 às 13:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Monte das Gameleiras/RN, Endereço: Rua Justiniano da Costa, 118– Centro, Monte das Gameleiras – RN CEP 59.217-000 ou pelo e-mail: comissaodecontratacaomdgmonted@gmail.com.

Monte das Gameleiras/RN, 01 de julho de 2026

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:BC6D55EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 050/2026 – GAB/PMNF NÍSIA FLORESTA/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a denominação de prédio público e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a Norma Constitucional vigente:

CONSIDERANDO a justa homenagem a Senhora Rosália Ferreira do Nascimento;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados por esta personalidade à comunidade da Boa Água;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que o Chefe do Executivo Municipal possui competência concorrente para realizar a denominação de prédios públicos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado de Unidade de Saúde Rosália Ferreira do Nascimento, localizada na Rua Principal, S/N, Povoado de Boa Água, neste município.

Art. 2º - A placa de identificação do referido prédio municipal deverá conter a seguinte inscrição: "Unidade de Saúde Rosália Ferreira do Nascimento".

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito do Município de Nísia Floresta/RN

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:1C538F07

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.001/2026 NÍSIA FLORESTA/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A RATFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, E OS MUNICÍPIOS DE NÍSIA FLORESTA/RN, COM A FINALIDADE DE CONSTITUIR UM CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005, DO DECRETO FEDERAL Nº 6.017, DE17 DE JANEIRO DE 2007 E DA LEI ESTADUAL Nº10.798, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020, VISANDO À PROMOÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA ASSISTENCIAIS, ENTRE OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS À SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, em observância aos poderes que lhe foram conferidos por força da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte lei.

Art. 1º. Fica ratificado, em todos os seus termos, o Protocolo de Intenções firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP), e o Município de Nísia Floresta/RN, com a finalidade de constituir o Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região Metropolitana do Estado do Rio Grande do Norte (CIS/METROPOLITANO), nos termos da Lei Federal nº11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007 e da Lei Estadual nº 10.798/2020, visando à vigilância em saúde, à promoção de ações de saúde pública assistenciais, à prestação de serviços especializados de média e alta complexidade, como: Serviços de Urgência e de Emergência hospitalar e extra-hospitalar; Ambulatórios especializados; Policlínicas; Centros de Especialidades Odontológicas-CEOs; Transporte Sanitário; Assistência Farmacêutica; Vigilância em Saúde, entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios, as diretrizes e as normas do SUS e o Plano Diretor de Regionalização - PDR, do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º. O Protocolo de Intenções, após ratificado em todas as Casas Legislativas Municipais, converter-se-á em contrato de consórcio público.

Art. 3º. O Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região Metropolitana do Estado do Rio Grande do Norte (CIS/Metropolitano) terá personalidade jurídica de direito público sob a forma de associação pública, entidade autárquica e interfederativa, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007 e da Lei Estadual nº10.798/2020.

Art. 4º. O patrimônio, a estrutura administrativa, as fontes de receita da autarquia e demais detalhamentos financeiros, orçamentários e funcionais serão determinados pelos Contrato de Rateio e Contrato de Programa estabelecidos em Assembleia, observado os dispositivos legais constantes na Lei nº 10.798/2020 e na Lei Nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Art. 5º. Autoriza-se a destinação de bens móveis e imóveis ao Consórcio Público (CIS/Metropolitano) sob a forma de cessão de uso e desde que vinculados ou de interesse das atribuições deste consórcio.

Art. 6º. Fica proibido a cessão de servidores públicos estaduais e municipais com ou sem ônus para atuação no Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região Metropolitana do Rio Grande do Norte (CIS/Metropolitano).

Art. 7º. O Poder Executivo deverá incluir anualmente nas propostas orçamentárias e encaminhar à Câmara de Vereadores, as dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras decorrentes dos Contratos de Rateio e Programa do CIS/Metropolitano, nos termos da legislação específica.

Parágrafo único. Caso os valores ultrapassem o limite estabelecido no dispositivo acima, o Estado do Rio Grande do Norte arcará com a quantia excedente.

Art. 8º. Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº11.107/2005, podendo ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nísia Floresta/RN, 01 de julho de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:E259187A

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.002/2026 NÍSIA FLORESTA/RN, 01 DE JULHO DE 2026

Institui a Política Municipal de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Antirracista no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Nísia Floresta/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituída a Política Municipal de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Antirracista de Nísia Floresta – PMERER, destinada à promoção da igualdade racial, à valorização da diversidade étnico-racial e à superação do racismo no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º - A Política Municipal será implementada em consonância com:

I – a Constituição Federal;

II – a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

III – as Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008;

IV – as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais;

V – a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ;

VI – o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação.

Art. 2º- A. Para os fins desta Lei, considera-se Educação Antirracista o conjunto de práticas pedagógicas, administrativas e institucionais voltadas à identificação, prevenção e superação das desigualdades raciais, à valorização da diversidade étnico-racial e à promoção dos direitos humanos.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º - São princípios da Política Municipal:

I – a promoção da equidade racial;

II – o respeito à diversidade étnico-racial;

III – o combate ao racismo, ao preconceito e a todas as formas de discriminação;

IV – a valorização da história, cultura e identidade afro-brasileira, africana e indígena;

V – o reconhecimento e a valorização dos povos e comunidades tradicionais;

VI – a garantia de acesso, permanência, aprendizagem e sucesso escolar para todos os estudantes;

VII – a formação cidadã fundamentada nos direitos humanos;

VIII – a participação da comunidade escolar na construção de práticas pedagógicas antirracistas;

IX – a gestão democrática da educação;

X – a valorização da identidade histórica, cultural e educacional do Município de Nísia Floresta.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 4º - Constituem objetivos da Política Municipal:

I – implementar e monitorar o cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008;

II – fortalecer práticas pedagógicas antirracistas em todas as etapas e modalidades da educação municipal;

III – promover formação continuada dos profissionais da educação para atuação na educação das relações étnico-raciais;

IV – ampliar a representatividade e a valorização das identidades étnico-raciais no ambiente escolar;

V – prevenir e combater situações de racismo e discriminação nas instituições educacionais;

VI – fomentar a produção e utilização de materiais pedagógicos voltados à educação para as relações étnico-raciais;

VII – incentivar estudos, pesquisas e projetos sobre a história e cultura afro-brasileira, africana, indígena e dos povos tradicionais;

VIII – promover ações de valorização da identidade cultural, histórica e educacional do povo de Nísia Floresta e do Estado do Rio Grande do Norte;

IX – reduzir desigualdades educacionais associadas a fatores étnico-raciais;

X – fortalecer o conhecimento sobre a contribuição de Nísia Floresta Brasileira Augusta para a educação, os direitos humanos, a cidadania e a formação da sociedade brasileira.

CAPÍTULO IV

DA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE HISTÓRICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DE NÍSIA FLORESTA

Art. 5º - A Política Municipal promoverá ações voltadas ao reconhecimento, valorização e difusão da história, da memória e do patrimônio cultural do Município de Nísia Floresta, como instrumentos de fortalecimento da identidade local e da educação cidadã.

Art. 6º - Constituem diretrizes deste eixo:

I – incentivar o estudo da história do Município de Nísia Floresta, de seus grupos formadores e de suas manifestações culturais;

II – promover o conhecimento da trajetória, do legado educacional e da contribuição histórica de Nísia Floresta Brasileira Augusta para a educação, os direitos das mulheres e a formação da sociedade brasileira;

III – valorizar os saberes, práticas e tradições das comunidades locais, dos povos tradicionais e demais grupos que contribuíram para a formação histórica e cultural do município;

IV – estimular projetos pedagógicos, pesquisas, feiras culturais, exposições, concursos e atividades educativas voltadas à preservação da memória local;

V – fortalecer a articulação entre as unidades escolares, instituições culturais, universidades, arquivos, museus e demais espaços de preservação da memória e do patrimônio histórico;

VI – incentivar a produção e utilização de materiais didáticos e paradidáticos que contemplem a história, a cultura e a diversidade do Município de Nísia Floresta.

Art. 7º - As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino poderão desenvolver, em seus Projetos Político-Pedagógicos, ações permanentes de educação patrimonial, valorização da identidade local e preservação da memória histórica do município.

CAPÍTULO V
DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

Art. 8º - A Política Municipal será desenvolvida por meio dos seguintes eixos:

I – Formação Continuada;

II – Currículo e Práticas Pedagógicas;

III – Gestão Escolar Antirracista;

IV – Monitoramento e Avaliação;

V – Participação Social.

§1º A formação continuada integrará o calendário oficial de formação da Rede Municipal de Ensino, observada carga horária mínima anual definida em regulamento.

§2º A temática da educação para as relações étnico-raciais deverá estar contemplada no Referencial Curricular Municipal, nos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares e nos instrumentos de planejamento pedagógico.

§3º O Município estimulará a aquisição e produção de materiais didáticos, paradidáticos e literários que valorizem a diversidade étnico-racial, promovendo também a análise crítica dos materiais utilizados na rede para identificação e superação de conteúdos discriminatórios ou estereotipados.

CAPÍTULO VI

DO PROTOCOLO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Educação elaborará e regulamentará o Protocolo Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao Racismo nas Escolas.

Parágrafo único. O protocolo deverá estabelecer:

I – procedimentos para acolhimento e registro de denúncias;

II – estratégias pedagógicas de mediação e conscientização;

III – encaminhamentos aos órgãos competentes;

IV – acompanhamento das vítimas e de suas famílias;

V – ações preventivas de educação e sensibilização da comunidade escolar.

CAPÍTULO VII

DO COMITÊ MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Art. 10 - Fica criado o Comitê Municipal de Educação para as Relações Étnico-Raciais.

§1º O Comitê terá caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento da implementação desta Política.

§2º Sua composição será definida em regulamento, assegurando a participação de:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – Conselho Municipal de Educação;

III – gestores escolares;

IV – professores;

V – estudantes;

VI – sociedade civil organizada;

VII – instituições de ensino superior;

VIII – representantes de comunidades tradicionais e quilombolas, quando houver.

§3º O Comitê poderá emitir recomendações, pareceres e relatórios anuais sobre a execução desta Política.

CAPÍTULO VIII

DO DIAGNÓSTICO, DAS METAS E DO MONITORAMENTO

Art. 11 - O Poder Executivo estabelecerá metas quadrienais para:

I – formação dos profissionais da educação;

II – implementação curricular;

III – aquisição de acervo literário;

IV – realização de ações pedagógicas;

V – monitoramento dos indicadores de equidade racial;

VI – fortalecimento da participação social.

Art. 12 - A Secretaria Municipal de Educação realizará diagnóstico periódico sobre equidade racial na rede municipal de ensino, considerando indicadores de acesso, permanência, aprendizagem, rendimento escolar, participação e clima escolar.

Art. 13 - Constituem indicadores prioritários de monitoramento:

I – número de profissionais formados;

II – percentual de escolas com ações permanentes de educação para as relações étnico-raciais;

III – ampliação do acervo literário e pedagógico especializado;

IV – registros e encaminhamentos de casos de discriminação racial;

V – participação da comunidade escolar nas ações da Política.

CAPÍTULO IX

DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 14. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – coordenar a implementação da Política Municipal;

II – elaborar plano de ação anual;

III – promover formação continuada;

IV – acompanhar indicadores educacionais relacionados à equidade racial;

V – buscar cooperação técnica e financeira junto aos governos estadual e federal;

VI – elaborar e atualizar, a cada quatro anos, o Plano Municipal de Equidade e Educação para as Relações Étnico-Raciais;

VII – prestar apoio técnico às unidades escolares para execução desta Política.

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Educação publicará relatório anual contendo ações desenvolvidas, indicadores, metas alcançadas e desafios relacionados à implementação desta Política.

CAPÍTULO X
DO SELO ESCOLA ANTIRRACISTA DE NÍSIA FLORESTA

Art. 16. Fica instituído o Selo Escola Antirracista de Nísia Floresta, destinado ao reconhecimento das unidades escolares que desenvolverem práticas exitosas de promoção da equidade racial e da educação para as relações étnico-raciais.

Parágrafo único. Os critérios de concessão do selo serão definidos em regulamento.

CAPÍTULO XI
DOS RECURSOS

Art. 17. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser complementadas por recursos federais, emendas parlamentares, termos de cooperação e convênios.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:EE0C6A53

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.003/2026 - GP NÍSIA FLORESTA/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

Reconhece como de utilidade pública municipal a COLÔNIA DE PESCADORES Z-10 (nome de fantasia Comandante Raul Daltro), com sede na comunidade de Pirangi do Sul, neste município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecida como de utilidade pública municipal a COLÔNIA DE PESCADORES Z-10 (nome de fantasia Comandante Raul Daltro), instituição civil de direito privado, com natureza jurídica de associação civil de utilidade pública, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, com sede na Rua Cosme Alves Magalhães, nº 100, Pirangi do Sul, Nísia Floresta/RN.

Art. 2º. A COLÔNIA DE PESCADORES Z-10 (nome de fantasia Comandante Raul Daltro) preenche todos os critérios (requisitos) e apresentou toda a documentação necessária para que seja declarada como de utilidade pública, especialmente nos termos do que prevê a Lei Municipal nº 951, de 06 de abril de 2022.

Art. 3º. Cessarão os efeitos do reconhecimento da utilidade pública caso a COLÔNIA DE PESCADORES Z-10 (nome de fantasia Comandante Raul Daltro) descumpra as exigências da Lei Municipal nº 951/2022.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:870E0A55

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.004/2026 - GP NÍSIA FLORESTA/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a Política Municipal de Atenção à Saúde Mental Materna no âmbito do Município de Nísia Floresta/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Atenção à Saúde Mental Materna, destinada à promoção, prevenção, acolhimento, diagnóstico precoce e acompanhamento da saúde mental das mulheres durante a gestação, puerpério e período pós-parto, às mães de crianças da primeira infância.

Art. 2º. São objetivos da Política Municipal de Saúde Mental Materna:

I – promover o bem-estar emocional e psicológico durante a gestação, parto e puerpério;
II - prevenir e identificar precocemente transtornos mentais relacionados à maternidade, incluindo depressão pós-parto, ansiedade, estresse e outras condições que possam comprometer a saúde da mãe e do bebê;
III – fortalecer a rede de atenção à saúde materna no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
IV – incentivar ações educativas e de conscientização sobre a importância da saúde mental materna;
V - reduzir os impactos dos transtornos mentais maternos na mulher, na criança e no núcleo familiar.

Art. 3º - A Política Municipal de Atenção à Saúde Mental Materna poderá ser desenvolvida por meio das seguintes ações:

I - realização de palestras, campanhas educativas/informativas, ações de conscientização, acompanhamento e orientação psicológica às gestantes e puérperas nas Unidades Básicas de Saúde;
II – aplicação de protocolos de triagem e rastreamento para identificação precoce de transtornos mentais durante a gestação e após o parto;
III - encaminhamento para acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico, quando necessário;
IV – promoção de grupos de apoio e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
V - capacitação permanente dos profissionais da rede municipal de saúde para identificação de sinais e sintomas relacionados ao sofrimento psíquico materno;

Art. 4º - A rede municipal de saúde poderá realizar acompanhamento das mulheres após o período puerperal, especialmente nos casos em que houver indícios ou diagnóstico de:

I – depressão pós-parto;
II – transtornos de ansiedade;
III – transtornos relacionados ao estresse e adaptação à maternidade;
IV – psicose puerperal;
V – outros transtornos mentais que possam comprometer a saúde da mãe e da criança.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá celebrar convênios, parcerias e termos de cooperação com instituições públicas e privadas, universidades, organizações da sociedade civil e conselhos profissionais para execução das ações previstas nesta Lei.

Art. 6º - As ações previstas nessa Lei serão implementadas de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, observadas as normas vigentes.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:5BA3843E

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.005/2026 - GP NÍSIA FLORESTA/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a condução e guarda responsável de cães de grande porte ou potencialmente perigosos no Município de Nísia Floresta/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA, no Estado do Rio Grande do Norte: FAÇO SABER que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - A condução, em vias públicas, praças, parques, praias, logradouros públicos e demais locais de acesso coletivo, de cães considerados potencialmente perigosos deverá ser realizada obrigatoriamente com coleira, guia curta e focinheiraadequada ao tamanho do animal
.
Art. 2º - Para os fins desta Lei, consideram-se cães potencialmente perigosos:

I – os cães das raças Pit Bull, Rottweiler, Mastim Napolitano, Dobermann, Fila Brasileiro, American Staffordshire Terrier e seus cruzamentos;

II – cães de qualquer raça que possuam histórico comprovado de agressão a pessoas ou outros animais;

III – cães que demonstrem comportamento agressivo constatado por autoridade competente ou médico-veterinário.

§1º - Cães que pesem acima de 25kg (vinte e cinco quilos) também devem fazer uso dos dispositivos de segurança dispostos nessa lei.

§2º - Define-se por guia curta as correias ou correntes não extensíveis e de comprimento máximo de 2 (dois) metros.

Art. 3º - Os proprietários, tutores ou responsáveis deverão manter os animais em condições adequadas de segurança, impedindo sua fuga ou circulação desacompanhada em vias públicas.

Art. 4º - A condução dos animais de que trata esta Lei somente poderá ser realizada por pessoa com idade mínima de 18 (dezoito) anos e com capacidade física para controlar o animal.

Art. 5º - Em caso de descumprimento desta Lei ou de ocorrência envolvendo agressão causada pelo animal, o responsável ficará sujeito às medidas administrativas, civis e penais cabíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 6º - Ficam dispensados das exigências desta Lei os cães pertencentes às forças de segurança pública quando em serviço, bem como os cães-guia acompanhando pessoas com deficiência visual.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:2E790AEA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 223/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar nº 47/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Professor nível lI, ocupado por **Maria da Piedade Bezerra**, Matrícula: 0002331/1, em decorrência de aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujo benefício é o de nº 180.281.146-7

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Nísia Floresta, 30 de junho de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:0ABD25B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 224/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar nº 47/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Professor nível I, ocupado por **Neuza Fernandes Rego de Souza**, Matrícula: 0002135/1, em decorrência de aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujo benefício é o de nº 242.277.998-5

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Nísia Floresta, 30 de junho de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:2C41F8A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 225/2026

Dispõe sobre a instituição da Comissão responsável pelo Monitoramento e Avaliaçao dos projetos financiados pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, Edital nº 01/2026, do município de Nísia Floresta – RN.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS, Prefeito municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a **Comissão de Monitoramento e Avaliaçao**, responsável por acompanhar, fiscalizar e avaliar as parcerias e planos de trabalho executados por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e entidades voltadas à garantia de direitos da criança e do adolescente financiados pelo FIA.

A comissão atua conforme as normativas do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC - Lei nº 13.019/2014) e possui atribuições específicas:

• **Acompanhamento das Metas:** Avalia se as atividades descritas no plano de trabalho estão sendo cumpridas conforme o cronograma.
• **Análise de Resultados:** Verifica a eficácia do projeto financiado pelo FIA, garantindo que o repasse do recurso esteja gerando o impacto social esperado para o público-alvo.
• **Emissão de Relatórios:** Elabora pareceres técnicos sobre o cumprimento do objeto da parceria, fundamentando a aprovação (ou não) da prestação de contas.

§ 1º Farão parte da referida Comissão, os(as) seguintes integrantes:

Servidora representante da Política Municipal de Assistência Social: **Talitta Barros Arcanjo**
Servidora representante da Secretaria Municipal de Finanças: **Saynara Benedito de Souza e Silva**
Representantes do CMDCA: **Daniele Michele Santos do Nascimento Almeida, Maria Glenia da Costa Bezerra e Josivaldo do Nascimento.**

§ 2º Esta comissão será desfeita após a conclusão da execuçao dos projetos, referentes ao Edital nº 01/2026/CMDCA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nísia Floresta, 01 de julho de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:2568A505

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 054/2026

Processo Administrativo nº 622176/2026

Com base nos elementos constantes no presente Processo Administrativo, na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e no Parecer Jurídico favorável acostado aos autos;

RATIFICO o reconhecimento da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
"Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

AUTORIZO a contratação conforme abaixo qualificada, nas condições estabelecidas:

CONTRATADA: CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAUDE
CNPJ/CPF: 33.484.825/0001-88
OBJETO: **PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS NO XXXIX CONGRESSO DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (CONASEMS), QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 12 E 15 DE JULHO DE 2026, PORTO ALEGRE/RS.**
VALOR: O valor unitário é R$ 400,00 (quatrocentos reais), perfazendo o valor total de R$ 800,00 (oitocentos reais).

DETERMINO a publicação do extrato deste termo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e/ou no Diário Oficial dos Municípios, como condição de eficácia do ato, bem como a emissão da respectiva Nota de Empenho e a formalização do Contrato Administrativo.

Nísia Floresta/RN, 01 de julho de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:8AE4D00B

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO N° 12/2026.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO COM DRENAGEM SUPERFICIAL NA RUA PETRÓPOLIS, MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN.
O agente de contratação da PMNF torna público que realizará no dia 17 de julho de 2026, às 09:00hrs, licitação na modalidade Concorrência em sua forma Eletrônica, para o objeto acima especificado. O Edital com seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura http://nisiafloresta.rn.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br. Nísia Floresta/RN, 01 de julho de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:D441ACA5

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO N° 13/2026.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA ESTRADA TIMBÓ-CARCARÁ NO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN, CONFORME CONVÊNIO Nº 991757/2025.
O agente de contratação da PMNF torna público que realizará no dia 17 de julho de 2026, às 10:00hrs, licitação na modalidade Concorrência em sua forma Eletrônica, para o objeto acima especificado. O Edital com seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura http://nisiafloresta.rn.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br. Nísia Floresta/RN, 01 de julho de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:40B7A4CC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
DECRETO Nº. 027/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº. 027/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

DECRETA LUTO OFICIAL E PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN, EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DA SRA. MATILDE MARIA DE OLIVEIRA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o falecimento da Sra. MATILDE MARIA DE OLIVEIRA, servidora deste Município e pessoa de reconhecida dedicação e relevantes serviços prestados à comunidade;

CONSIDERANDO o sentimento de pesar que a perda causa aos familiares, amigos e a toda população;

DECRETA:
Art. 01º – Fica decretado LUTO OFICIAL por 3 (três) dias, a contar de 01 de julho de 2026, em todo o território do Município de Olho d'Água do Borges, em sinal de pesar pelo falecimento da Sra. Matilde Maria de Oliveira.

Art. 02º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO no dia 02 de julho de 2026 (quinta-feira), em todas as repartições públicas do Poder Executivo Municipal, em razão do luto oficial ora declarado.

Parágrafo único. O disposto neste decreto não se estende aos setores e aos serviços considerados essenciais pelos titulares dos órgãos e entidades que, por sua natureza, não possam ser paralisados ou interrompidos.Compete aos dirigentes dos órgãos e entidades municipais assegurar o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência nesse período.

Art. 03º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 01 de julho de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:4990E4D5

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2026063001/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2026063001/2026

CONTRATANTE: Município de Olho d'Água do Borges/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.349.029/0001-95.
CONTRATADA: FREITAS E LINO ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 40.413.162/0001-76.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: nº 062901/2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de consultoria na área de Contabilidade Pública, com assessoria financeira, de planejamento e patrimonial, buscando atender aos princípios básicos da Administração Pública, objetivando adequar a gestão pública à execução de suas atribuições de forma eficaz e legal da Prefeitura Municipal de Olho d'Água do Borges/RN.

VALOR MENSAL: R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).
VALOR GLOBAL: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, compreendendo o período de **01 de julho de 2026 a 01 de julho de 2027**, contados da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, ocorrida em **01 de julho de 2026**, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Programa de Trabalho: 0002 – Programa de Apoio Administrativo.
Ação Orçamentária: 2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.
Natureza da Despesa: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Subelemento de Despesa: 33903905 – Serviços Técnicos Profissionais.
Fonte de Recurso: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos.

DATA DA ASSINATURA: 30 de junho de 2026.

DATA DA PUBLICAÇÃO NO PNCP: 01 de julho de 2026.

SIGNATÁRIOS:
Pelo Contratante: ANTONIMAR AMORIM CARLOS – Prefeito Municipal. Pela Contratada: FREITAS E LINO ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA – CNPJ nº 40.413.162/0001-76.

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:6DBB6C0A

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 077/2026.

PORTARIA Nº. 077/2026.

O Prefeito Constitucional do Município de Olho d'Água do Borges/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial a Lei Orgânica deste Município:

RESOLVE:

I – **DESIGNAR** o sr. THALYSON ALVES DE SOUZA, CPF: 124.747.674-01, como **Agente de Desenvolvimento** do Município de Olho d'Água do Borges**.**

II - O Agente Municipal de Desenvolvimento é parte indispensável para a efetivação no município da implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – Lei Complementar N°123/06 e suas alterações na 147/2014 além de auxiliar na promoção do desenvolvimento econômico e social do município.

III - Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:
- Auxiliar na organização e operacionalização de um Plano de Trabalho/Ações de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
- Manter registro organizado de todas as suas atividades; e
- Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

IV - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Jose Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 01 de julho de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:B91946FA

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 078/2026.

PORTARIA Nº. 078/2026.

O Prefeito Constitucional do Município de Olho d'Água do Borges/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial a Lei Orgânica deste Município:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o(a) Sr(a). **GERLUCE DE PAIVA NUNES SOBRINHA**, CPF: 061.644314-50, do cargo de **Diretor(a) de Recursos Humanos – CC3**, da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 001/2025 de 10 de janeiro de 2025.

II –A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 30 de junho de 2026, ficando revogada as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Jose Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 01 de julho de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:815E85DD

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 079/2026.

PORTARIA Nº. 079/2026.

O Prefeito Constitucional do Município de Olho d'Água do Borges/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial a Lei Orgânica deste Município:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o(a) Sr(a). **EURIDETE DE PAIVA OLIVEIRA**, CPF: 012.141.174-57, do cargo de **Secretário(a) Adjunto(a) – CC2,** da Secretaria Municipal de Cultura e do Turismo, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 001/2025 de 10 de janeiro de 2025.

II –A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 30 de junho de 2026, ficando revogada as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Jose Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 01 de julho de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:B705DF60

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0623005/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 070101/2026

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças
CONTRATADA: EAG — Empresa de Assessoria em Gestão LTDA
CNPJ: 27.141.614/0001-40

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de consultoria e assessoria em gestão tributária municipal, com o objetivo de otimizar as políticas públicas de tributação do Município, promover o aperfeiçoamento da administração fiscal e contribuir para o crescimento real das receitas públicas próprias da Prefeitura Municipal de Olho d'Água do Borges/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN, no uso de suas atribuições legais, e considerando a instrução constante nos autos do Processo Administrativo nº 0623005/2026;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa de contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de consultoria e assessoria em gestão tributária municipal, visando à modernização da administração fiscal, ao aperfeiçoamento das políticas públicas de tributação e ao fortalecimento das receitas públicas próprias do Município;

CONSIDERANDO que a contratação pretendida possui natureza técnica especializada, predominantemente intelectual, consultiva, orientativa e estratégica, enquadrando-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a existência nos autos dos artefatos de planejamento da contratação, notadamente Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, os quais demonstram a necessidade, a adequação e a viabilidade da solução escolhida;

CONSIDERANDO a análise da documentação técnica apresentada pela empresa, especialmente atestados de capacidade técnica, contratos, termos aditivos, publicações oficiais, comprovações de experiência anterior e demais documentos aptos a subsidiar a caracterização da notória especialização;

CONSIDERANDO o relatório do Agente de Contratação, que concluiu pela compatibilidade, pertinência e suficiência da documentação apresentada para demonstração da notória especialização da empresa no objeto pretendido;

CONSIDERANDO a justificativa da escolha da contratada, fundada na experiência anterior, capacidade técnico-operacional, qualificação profissional e atuação comprovada em consultoria e assessoria em gestão tributária municipal;

CONSIDERANDO a justificativa do preço, que demonstrou a compatibilidade do valor proposto com os serviços a serem executados e com os elementos constantes da instrução processual;

CONSIDERANDO a regularidade da documentação de habilitação apresentada, bem como a validade das certidões exigidas para a contratação;

CONSIDERANDO a manifestação jurídica constante dos autos, que analisou a regularidade formal da instrução processual e o enquadramento da contratação direta por inexigibilidade de licitação;

RESOLVE:

I — HOMOLOGAR o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 070101/2026, referente ao Processo Administrativo nº 0626049/2026, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de consultoria e assessoria em gestão tributária municipal;

II — AUTORIZAR a contratação da empresa EAG — Empresa de Assessoria em Gestão LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.141.614/0001-40, para execução do objeto descrito nos autos;

III — FIXAR o valor da contratação em R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses, perfazendo o valor global de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais);

IV — DETERMINAR que a contratação observe integralmente as condições previstas no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência, na proposta apresentada, na minuta contratual e nos demais documentos constantes dos autos;

V — RESSALTAR que a atuação da contratada deverá possuir caráter exclusivamente técnico, consultivo, orientativo e de apoio à tomada de decisão da Administração, sendo vedada a prática de atos privativos do Poder Público, tais como lançamento tributário, exercício direto do poder de polícia fiscal, aplicação de penalidades, inscrição em dívida ativa, decisão em processo administrativo fiscal ou cobrança judicial em nome do Município;
VI — DETERMINAR a adoção das providências necessárias à formalização do contrato, publicação do ato nos meios oficiais, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, quando cabível, e demais registros exigidos pela legislação vigente.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 01 de julho de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:1958CAAD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00034/2026
A Prefeitura Municipal de Paraná manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso I, da Lei 14.133/21, que objetiva: Prestação dos serviços especializados na elaboração de projetos de Arquitetura e Urbanismo em 03 (três) praças e no pórtico da entrada da cidade, todos situados na RN 117, neste Município de Paraná–RN. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Nova, 41 - Centro - Paraná - RN, ou acessando: PARANA.RN.GOV.BR. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 07 de Julho de 2026, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: PMPARANARN@GMAIL.COM. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (84) 33890031.
Paraná - RN, 1º de Julho de 2026

RUY IERIS DA SILVA ANDRADE -
Agente de Contratação

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:80733AC0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

GABINETE DO PREFEITO
ATO AUTORIZATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2026 / EXTRATO DE CONTRATO: 027/2026

ATO AUTORIZATIVO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2026

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **HOMOLOGO** o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICANDO** o objeto respectivo a **FRANCISCO CANINDE DA SILVA COMERCIO E SERVIÇOS ME**, inscrita no **CNPJ 40.393.420/0001-08**, que ofereceu um valor de **R$ 31.241,80 (trinta e um mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).**

DETERMINO que se proceda, com DISPENSA DE LICITAÇÃO, e fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E RECONDICIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS (BOMBAS SUBMERSAS), INCLUINDO DESMONTAGEM, DIAGNÓSTICO TÉCNICO, RECUPERAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS NECESSÁRIAS, MONTAGEM, TESTES OPERACIONAIS E GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS NO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN**, na oportunidade, que se dê publicidade no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para a devida contratação.

Paraú/RN, 25 de junho de 2026.

JOAO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

****

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 027/2026
ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU/RN – CNPJ: 08.084.691/0001-60.
CONTRATADO: FRANCISCO CANINDE DA SILVA COMERCIO E SERVICOS**,** CNPJ 40.393.420/0001-08
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS DESTINADA A OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DO MUNICIPIO DE PARAU RN
VALOR TOTAL: R$ 31.241,80 (trinta e um mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021.
VIGENCIA: 25.06.2026 a 31.12.2026
ASSINATURA: 25.06.2026

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:187A474C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 041/2026/GP/PMP DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 041/2026/GP/PMP
DE 01 DE JULHO DE 2026.

Designa servidores para as funções de Gestor e Fiscal dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal 14.133/2021;
RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Sra. ISADORA BEATRIZ MARTINS SILVA, matrícula nº 395-3, para exercer a função de Gestora dos Contratos celebrados no âmbito da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Paraú/RN.
Art. 2º - Designar o Sra. AMANDA GABRIELLY MACEDO SILVA, matrícula nº 419-3, para exercer a função de Fiscal dos Contratos celebrados no âmbito da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Paraú/RN.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Luiz Augusto Filho, Paraú/RN, 01 de julho de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edgley Xavier da Silva
Código Identificador:15B32B5B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 042/2026/GP/PMP DE 01 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 042/2026/GP/PMP
DE 01 DE JULHO DE 2026.

Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contratos Administrativos no âmbito das Secretarias Municipais de Paraú/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, matrícula nº 241-1, para exercer a função de Gestor de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Designar a Sra. TANIA MARIA AQUINO DE ARAÚJO, matrícula nº 291-1, para exercer a função de Gestora de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação.

Art. 3º Designar a Sra. ADRIANA KARLA HENRIQUE AVELINO, matrícula nº 100313, para exercer a função de Gestora de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 4º Designar a Sra. MARIA DE FÁTIMA MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula nº 100402, para exercer a função de Gestora de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 5º Designar a Sra. MARIA DE FÁTIMA MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula nº 100402, para exercer a função de Gestora de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 6º Designar o Sr. FRANCISCO RAMIRO DA SILVA ALVES, matrícula nº 100540, para exercer a função de Gestor de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 7º Designar o Sr. CARLOS MAGNO JÁCOME FERREIRA NUNES, matrícula nº 100305, para exercer a função de Gestor de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

Art. 8º Designar o Sr. AUGUSTO ADIBEGNO MEDEIROS DE AQUINO, matrícula nº 104-6, para exercer a função de Gestor de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Transporte.

Art. 9º Designar o Sr. FRANCISCO FELICIANO DA SILVA, matrícula nº 119-8, para exercer a função de Gestor de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

Art. 10. Designar a Sra. ANALICE VERÍSSIMO CUNHA, matrícula nº 398-3, para exercer a função de Gestora de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 11. Designar a Sra. BRENDA MABEL JÁCOME DE FRANÇA SOARES, matrícula nº 100596-1, para exercer a função de Fiscal de Contratos Administrativos celebrados no âmbito das Secretarias Municipais de Administração; Finanças e Tributação; Planejamento; Assistência Social; Cultura; Esporte e Lazer; Obras e Urbanismo; Transporte; Agricultura e Pesca; e Meio Ambiente.

.

Art. 12º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Luiz Augusto Filho, Paraú/RN, 01 de julho de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edgley Xavier da Silva
Código Identificador:12BECD8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 047/2026/PMP/ADM

PORTARIA Nº 047/2026/PMP/ADM
01 DE JULHO DE 2026.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Senhora **SAMILLE LARINE DE FIGUEIREDO MARTINS OLIVEIRA,** Secretária Municipal de Educação, 01 (Uma) diária no valor total de R$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais), para custear despesas de alimentação e estadia, durante sua permanência em Mossoró/RN, no dia 02 de Julho de 2026, com o seguinte objetivo: Participar do Formação sobre o Transporte Escolar e treinamento para utilização do Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar (SETE), promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CECATENE), que será realizado nos dias 02 de julho de 2026, no **Auditório Amâncio Ramalho, Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Campus Mossoró/RN.**

Art. 2º - Determinar o Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Paraú/RN, em 01 de julho de 2026.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:A4CB43CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 048/2026/PMP/ADM

PORTARIA Nº 048/2026/PMP/ADM
01 DE JULHO DE 2026.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Senhora **MAGNA MARIA DA CONCEIÇÃO ROCHA,** Coordenadora dos Programas Federais, de acordo com o Art. 4º do **DECRETO Nº 020/2022.** 01 (Um) diária no valor total de R$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais), para custear despesas de alimentação e estadia, durante sua permanência em Mossoró/RN, no dia 02 de Julho de 2026, com o seguinte objetivo: Participar do Formação sobre o Transporte Escolar e treinamento para utilização do Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar (SETE), promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CECATENE), que será realizado nos dias 02 de julho de 2026, no **Auditório Amâncio Ramalho, Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Campus Mossoró/RN.**

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Paraú/RN, em 01 de julho de 2026.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:E5D487E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 049/2026/PMP/ADM

PORTARIA Nº 049/2026/PMP/ADM
01 DE JULHO DE 2026.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Senhora **VICÊNCIA RODRIGUES DE FRANÇA NETA AQUINO,** Coordenadora Transporte Escolar, de acordo com o Art. 4º do **DECRETO Nº 020/2022.** 01 (Um) diária no valor total de R$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais), para custear despesas de alimentação e estadia, durante sua permanência em Mossoró/RN, no dia 02 de Julho de 2026, com o seguinte objetivo: Participar do Formação sobre o Transporte Escolar e treinamento para utilização do Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar (SETE), promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CECATENE), que será realizado nos dias 02 de julho de 2026, no **Auditório Amâncio Ramalho, Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Campus Mossoró/RN.**
Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Paraú/RN, em 01 de julho de 2026.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:311048C5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

O Município de Parelhas/RN, através do seu setor de Compras, vem por meio deste, convidar todos os interessados para apresentar cotação de preços para o objeto: **"AQUISIÇÃO DE TAMBORES PARA SEREM UTILIZADOS COMO LIXEIRAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES DE PARELHAS/RN".** O prazo para a apresentação das cotações pelas empresas interessadas é de 03 (três) dias úteis, a contar do 1º dia após a data da publicação no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

E-mail para envio das cotações: setordecomprasparelhas01-rn@outlook.com

Parelhas, 01 de julho de 2026.

COTAÇÃO DE PREÇOS

Ao Município de Parelhas/RN.

FORNECEDOR:	
CNPJ/CPF:	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:
FONE:	
EMAIL:	
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE TAMBORES PARA SEREM UTILIZADOS COMO LIXEIRAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES DE PARELHAS/RN.**	

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	TAMBOR DE AÇO COM CAPACIDADE DE 200 LITROS.	UND	200		

Observações:
*Validade da proposta: 60 dias
*Informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas, encargos e tributos para sua formação.
*declaramos para fins de cumprimento da Lei Complementar 123/2016 e alterações que a empresa acima está enquadrada como ( )MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI/ ( ) MICROEMPRESA-ME/ ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP/ ( )NÃO ENQUADRADO COMO MEI/ME/EPP, para utilizarmos do tratamento diferenciado, previsto na legislação, nas aquisições públicas.

Parelhas/RN, ___de_____de 2026.

_____
Responsável

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:37684BCA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 12/2026. PROCESSO: 45/2026 PREGÃO ELETRÔNICO: 04/2026

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 12/2026.

PROCESSO: 45/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: 04/2026

CONTRATADA: **ATACADO LIRIO DOS VALES LTDA.**
CNPJ: 65.048.706/0001-79.
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto aditivar os quantitativos do item da ata de registro de preços 12/2026, proveniente do processo administrativo 45/2026, PREGÃO ELETRÔNICO: 04/2026, cujo objeto se refere à para **"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS",** nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130, Lei nº 14.133/2021.

DA ALTERAÇÃO: Fica concedido, nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130 da Lei Federal n° 14.133/2021, o aditivo ata a de registro de preços 12/2026 o quantitativo em 25% de acréscimos permitidos pela Lei Federal n° 14.133/2021 nos itens:

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.
0048	LEITE SEM LACTOSE EM PO EMBALAGEM COM 300G. FORMULA ELEMENTAR EM PO A BASE DE 100% DE AMINOACIDOS LIVRES 300 G ESPECIFICACAO: COMPLETAALERGIA A PTN DE LEITE. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN. INDICADA DESDE O NASCIMENTO P/ALERGIA A PROTEINA DO LEITE DE VACA, A SOJA, A MULTIPLOS ALIMENTOS E A HIDROLISADOS PROTEICOS; SINDROME DO INTESTINO CURTO. TRANSICAO DE NUTRICAO PARENTERAL P/ ENTERAL E MA ABSORCAO (NESTLE).	LT	2.937

Assinatura: 01/07/2026

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:6D8AD4EA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM 030 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11-2026

TERMO DE CANCELAMENTO
PROC. ADMINIST. 45/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO - 04/2026

TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM 030 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11-2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN E A EMPRESA A J DOS SANTOS LTDA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS.

O **MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN – Prefeitura Municipal,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 08.087.561/0001-81, com sede social a Av. Mauro Medeiros, nº 97, Bairro Centro, Parelhas/RN, CEP nº 59.360-000, aqui denominada de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo seu Prefeito o Senhor Tiago de Medeiros Almeida, brasileiro, casado, médico, DI nº 1.614.915-SSP/RN, CPF nº 030.335.144-64, residente e domiciliado a Rua São Cristóvão, nº 42, Bairro Ivan Bezerra, Parelhas/RN, CEP nº 59.360-000, e a empresa a **A J DOS SANTOS LTDA,** inscrita no CNPJ n° 42.512.489/0001-20, com sede na Rua Tonheca Dantas, Nº 718-B, Centro, Carnaúba dos Dantas/RN, CEP 59374-000, aqui denominada de **BENEFICIÁRIA DA ATA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **Alan Jhone dos Santos**, inscrito no CPF N°111.***.***-02, resolvem celebrar o presente Termo de Cancelamento, que reciprocamente outorgam, cujo objeto foi previsto na cláusula sexta da Ata de Registro de Preços originária, e que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes, que passam a fazer parte integrante do processo original:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto o cancelamento do item 030 da ata de registro de preços 11-2026, celebrado entre o **município de Parelhas/RN** e a empresa **A J DOS SANTOS LTDA,** para aquisição de arroz branco subgrupo polido classe longo fino tipo 2.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MOTIVAÇÃO

2.1. Em virtude de indisponibilidade de estoque da marca FAZENDA junto aos nossos fornecedores e distribuidoras em todo o território nacional, bem como a inviabilidade técnica e comercial de substituição por outra marca (considerando os termos do edital e a especificação original do item), não nos resta alternativa viável para cumprir com a entrega dentro do prazo e da qualidade exigidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO E DA FUNDAMNETAÇÃO LEGAL

3.1. Fica cancelado o item 030 da ata de registro de preços 11-2026, a contar da assinatura deste Termo, com fundamento, em sua Cláusula 6°.
3.2. Portanto, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente as obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de Parelhas/RN, como competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente termo.

Parelhas/RN, 01 de julho de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:7D0463D5

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº08/2026

PORTARIA Nº 08/2026

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do
Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): RITA DE CÁSSIA ARAÚJO			
MATRÍCULA: 1215183			
CPF/DI: 108.981.804-14			
CARGO: ENFERMEIRA			
LOTAÇÃO: POLICLÍNICA			
OBJETIVO DA VIAGEM: participar da oficina macrorregional de qualificação insulinoterapia.			
DESTINO: NATAL/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 30 de junho de 2026			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Com pernoite	R$ 150,00	R$ 150,00
Total a pagar			R$ 150,00

Parelhas -RN, 11 de maio de 2026. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CÍCERA PATRÍCIA GAMBARRA DANTAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paulo Emanoel de Azevedo Souza Araújo
Código Identificador:F91D434B

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº09/2026

PORTARIA Nº 09/2026

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do
Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): CLÉDINA KIMÊNIA NÓBREGA DE ARAÚJO ALMEIDA			
MATRÍCULA: 1208314			
CPF/DI: 092.395.194-67			
CARGO: FARMACÊUTICA			
LOTAÇÃO: FARMÁCIA BÁSICA			
OBJETIVO DA VIAGEM: participar da oficina macrorregional de qualificação insulinoterapia.			
DESTINO: NATAL/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 30 de junho de 2026			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Com pernoite	R$ 150,00	R$ 150,00
Total a pagar			R$ 150,00

Parelhas -RN, 11 de maio de 2026. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CÍCERA PATRÍCIA GAMBARRA DANTAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paulo Emanoel de Azevedo Souza Araújo
Código Identificador:9EA74DFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.°166/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO. (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

PORTARIA n.°166/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO. (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)
CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO memorando n.°36/2026/GAC apresentado pelo servidor (a), HERACLITO MAZILLY DANTAS DE MEDEIROS matrícula, n.°1000560 lotado na Secretaria Municipal de Finanças no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) HERACLITO MAZILLY DANTAS DE MEDEIROS matrícula n.°1000560, o gozo de férias no período de 18/5/2026 A 1/6/2026, perfazendo um total de 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN) 1 de julho de 2026.

TIAGO TIBERIO DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Luiz Fellipe Dantas de Souza
Código Identificador:265A86BB

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N.244/2026 – GAB/PREFEITO.

Portaria de n.244/2026 – GAB/PREFEITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES COM FULCRO NO ART. 64, INCISO III DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO DE PARELHAS.
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **NIELSON DO NASCIMENTO**, para o cargo em provimento de comissão de Subgerente da Defesa Civil do Município de Parelhas, a partir do dia 26 de junho de 2026,
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data se sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 26 de junho de 2026.

Parelhas, 01 de julho de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:DAB031CD

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N.245/2026 – GAB/PREFEITO.

Portaria de n.245/2026 – GAB/PREFEITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES COM FULCRO NO ART. 64, INCISO III DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO DE PARELHAS.
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **PAULO VICTOR RODRIGUES DE AZEVEDO**, para o cargo em provimento de comissão de Subgerente de Comercialização de Animais e Abatedouro Público do Município de Parelhas, a partir do dia 01 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data se sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 01 de julho de 2026

Parelhas, 01 de julho de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:E29A4280

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº. 243/2026 – GAB/PREFEITO.

PORTARIA DE Nº. 243/2026 – GAB/PREFEITO.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** a pedido do cargo em provimento de Comissão de Subgerente de comercialização de Animais e Abatedouro Público do Município de Parelhas o **Sr. NIELSON DO NASCIMENTO**
Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 25 de junho de 2026.

Parelhas, 01 de julho de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:AC09B757

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2025

OBJETO: Prorrogação de prazo do Termo de Colaboração nº 002/2025, o qual tem como objeto a execução de atividades em saúde do SUS, conforme detalhado no Anexo I do Plano de Trabalho, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público, não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ:08.145.153/0001-39
CONTRATADA:INSTITUTO DE GESTÃO EM SAÚDE RN
CNPJ:47.436.348/0001-90
ORIGEM: Chamada Pública n° 003/2025
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 30 de junho de 2026 à 29 de junho de 2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:A presente prorrogação de vigência fundamenta-se no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), considerando a necessidade de continuidade da execução do objeto pactuado, a manutenção do interesse público, a regular execução das atividades

desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil e a conveniência administrativa, conforme justificativa técnica e parecer jurídico constantes nos autos.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Passagem/RN, 30 de junho de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Wedna Maria Tavares Mendonça de Araújo
P/ CONTRATADA: Francisco Erivaldo Da Silva Monterio

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:55D9D15A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 0090/2026 – GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA N. º 0090/2026 – Gabinete da Prefeita

A Excelentíssima Senhora WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO, Prefeita do Município de Passagem/RN, no uso de suas atribuições constitucionais legais que lhes são conferidas, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o(a) senhor(a) FREDERICK QUEIROGA GARCÊZ portador(a) do documento de Identidade n.º XX.274.XXX-X DETRAN/RJ e inscrito no CPF sob o n.º XXX.308.067-XX, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER, lotado(a) na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer no município de Passagem/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 01 (um) de julho de 2026.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Ver. Geraldo Ferreira de Lima, Passagem/RN, Estado do Rio Grande do Norte, em 01 (um) de julho de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:6F09D9F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 089/2026 – GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA N. º 089/2026 – Gabinete da Prefeita

A Excelentíssima Senhora WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO, Prefeita do Município de Passagem/RN, no uso de suas atribuições constitucionais legais que lhes são conferidas, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o(a) senhor(a) RENNAN PEDRO SANTOS TARGINO, portador(a) de documento de Identidade n.º XXX.284.994 ITEP/RN e inscrito(a) no CPF/MF sob nº XXX.462.644-XX, do cargo de SECRETÁRIO DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER, nomeado por meio da portaria n.º 020/2025 de 01 (um) de janeiro de 2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 (um) Julho de 2026.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Ver. Geraldo Ferreira de Lima, Passagem/RN, Estado do Rio Grande do Norte, em 01 (um) de julho de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:7C07185F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 091/2026 – GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA N. º 091/2026 – Gabinete da Prefeita

A Excelentíssima Senhora WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO, Prefeita do Município de Passagem/RN, no uso de suas atribuições constitucionais legais que lhes são conferidas, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o(a) senhor(a) RENNAN PEDRO SANTOS TARGINO, portador(a) de documento de Identidade n.º xxx.284.994 ITEP/RN e inscrito(a) no CPF/MF sob nº xxx.462.644-xx, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE lotado(a) na Secretaria de Meio Ambiente, Município de Passagem/RN.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 01 (um) de julho de 2026.

Palácio Ver. Geraldo Ferreira de Lima, Passagem/RN, Estado do Rio Grande do Norte, em 01 (um) de julho de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:1EAAABC7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 114/2026-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e constitucionais previstas na nova Lei Orgânica do Município de Patu,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear **SORAIA SARAIVA CORTEZ**, brasileira, portadora do CPF Nº 065.321.034-54, para o Cargo em Comissão – CC I, de **Secretária Municipal de Saúde,** do quadro de pessoal desta Prefeitura.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 01 de julho de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:E90737BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 116/2026-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e constitucionais previstas na nova Lei Orgânica do Município de Patu,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear **MARIA DE LOURDES OLIVEIRA PEREIRA**, brasileira, portadora do CPF Nº 465.240.704-10, para o Cargo em Comissão – CC II, de **Secretária Municipal Adjunta de Saúde,** do quadro de pessoal desta prefeitura.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 01 de julho de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:4A4274BA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 083/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - **ANULAR** Portaria Nº **082/2026** que concedeu meia diária a senhora **SIMARA FERNANDES NERY DE LUCENA GALDINO**, Matricula: 1270, ocupante do Cargo de COORDENADOR(A) DE EXTENÇÃO RURAL**,** em decorrência de motivos maiores.
Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos legais a data 30 de junho de 2026**, data que foi publicada a diária, revogadas as disposições em contrário.

Pedra Preta/RN, 01 de julho de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:31B0B47A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 626 /2026

A Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/RN, por intermédio do Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que pretende realizar contratação direta, por Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II e §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manejo, captura e retirada segura de enxames de abelhas em escolas, unidades públicas, praças, vias urbanas e demais áreas de risco do Município de Pedro Avelino/RN, compreendendo atendimento sob demanda, plantão operacional para atendimentos emergenciais, remoção segura, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos enxames, contemplando até 06 (seis) atendimentos mensais.
PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:
As propostas poderão ser encaminhadas a partir da publicação deste aviso até às 17h00min do dia 06 de julho de 2026, exclusivamente através do e-mail: pmpacpl2@gmail.com.

O presente aviso permanecerá disponível pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os interessados poderão solicitar o Termo de Referência e demais informações através do e-mail: pmpacpl2@gmail.com.

A contratação será julgada pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências e especificações constantes no Termo de Referência.

A documentação de habilitação será exigida apenas do fornecedor classificado em primeiro lugar, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos no horário das 08h00min às 13h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/RN, situada à Rua Pedro Alves Bezerra, nº 266, Centro, Pedro Avelino/RN, ou através do e-mail: pmpacpl2@gmail.com.

Pedro Avelino/RN, 01 de julho de 2026.

EMANOEL JOSÉ BEZERRA SENA
Agente de Contratação
Portaria 182/2026

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:DAD06EC2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): AMANDA & RUAMA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA – CNPJ: 36.346.819/0001-52

OBJETO: Contratação da BANDA AMANDA E RUAMA, para realização de apresentação artística musical durante a programação oficial do evento "Pedro Avelino Junino 2026", visando à valorização da cultura popular nordestina e ao fortalecimento das tradições juninas do Município de Pedro Avelino/RN.
VALOR: R$ 50.000,00, (cinquenta mil reais)
VIGÊNCIA: 90 (noventa dias)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
Pedro Avelino–RN, 24 de JUNHO de 2026

DOTAÇÃO:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJETO ATIVIDADE: 1059 - PROMOÇÃO DE EVENTOS POPULARES, TRADICIONAIS E CULTURAIS
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.023 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS

FONTE: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

MARINA TEODORO DA TRINDADE
P/Contratante

AMANDA E RUAMA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
P/Contratada

Publicado por:
Lenita Darliany da Silva
Código Identificador:AA22DDFD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): FORRÓ DE GRIFF LTDA – CNPJ: 54.861.098/0001-09

OBJETO: Contratação da BANDA FORRÓ DE GRIFF, para realização de apresentação artística musical durante a programação oficial do evento "Pedro Avelino Junino 2026", visando à valorização da cultura popular nordestina e ao fortalecimento das tradições juninas do Município de Pedro Avelino/RN.
VALOR: R$ 40.000,00, (quarenta mil reais)
VIGÊNCIA: 90 (noventa dias)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
Pedro Avelino–RN, 24 de JUNHO de 2026

DOTAÇÃO:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJETO ATIVIDADE: 1059 - PROMOÇÃO DE EVENTOS POPULARES, TRADICIONAIS E CULTURAIS
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.023 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS
FONTE: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

MARINA TEODORO DA TRINDADE
P/Contratante

FORRÓ DE GRIFF LTDA
P/Contratada

Publicado por:
Lenita Darliany da Silva
Código Identificador:9E635AA4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): F. IVO DE MACEDO PRODUÇÃO DE EVENTOS DE FESTAS LTDA – CNPJ: 27.141.623/0001-30

OBJETO: Contratação da BANDA RAFINHA, para realização de apresentação artística musical durante a programação oficial do evento "Pedro Avelino Junino 2026", visando à valorização da cultura popular nordestina e ao fortalecimento das tradições juninas do Município de Pedro Avelino/RN.
VALOR: R$ 55.000,00, (cinquenta e cinco mil reais)
VIGÊNCIA: 90 (noventa dias)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
Pedro Avelino–RN, 24 de junho de 2026

DOTAÇÃO:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJETO ATIVIDADE: 1059 - PROMOÇÃO DE EVENTOS POPULARES, TRADICIONAIS E CULTURAIS
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.023 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS
FONTE: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

MARINA TEODORO DA TRINDADE
P/Contratante

F. IVO DE MACEDO PRODUÇÃO DE EVENTOS DE FESTAS LTDA
P/Contratada

Publicado por:
Lenita Darliany da Silva
Código Identificador:4C63B637

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): A NUNES DE ARAUJO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA – CNPJ: 31.373.809/0001-92

OBJETO: Contratação do Artista PADRE NUNES, para realização de apresentação artística musical durante a programação oficial do evento "Pedro Avelino Junino 2026", visando à valorização da cultura popular nordestina e ao fortalecimento das tradições juninas do Município de Pedro Avelino/RN.
VALOR: R$ 20.000,00, (vinte mil reais)
VIGÊNCIA: 90 (noventa dias)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
Pedro Avelino–RN, 24 de Junho de 2026

DOTAÇÃO:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJETO ATIVIDADE: 1059 - PROMOÇÃO DE EVENTOS POPULARES, TRADICIONAIS E CULTURAIS
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.023 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS
FONTE: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

MARINA TEODORO DA TRINDADE
P/Contratante

A NUNES DE ARAUJO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
P/Contratada

Publicado por:
Lenita Darliany da Silva
Código Identificador:4282064B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): CAMYLA MELLO SHOWS LTDA – CNPJ: 59.614.506/0001-33

OBJETO: Contratação da BANDA CAMYLA MELLO, para realização de apresentação artística musical durante a programação oficial do evento "Pedro Avelino Junino 2026", visando à valorização

da cultura popular nordestina e ao fortalecimento das tradições juninas do Município de Pedro Avelino/RN.
VALOR: R$ 40.000,00, (quarenta mil reais)
VIGÊNCIA: 90 (noventa dias)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
Pedro Avelino–RN, 24 de Junho de 2026

DOTAÇÃO:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJETO ATIVIDADE: 1059 - PROMOÇÃO DE EVENTOS POPULARES, TRADICIONAIS E CULTURAIS
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.023 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS
FONTE: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

MARINA TEODORO DA TRINDADE
P/Contratante

CAMYLA MELLO SHOWS LTDA
P/Contratada

Publicado por:
Lenita Darliany da Silva
Código Identificador:C720077C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): X3 BEST LTDA – CNPJ: 27.490.097/0001-14

OBJETO: Contratação do ARTISTA RYANZINHO, para realização de apresentação artística musical durante a programação oficial do evento "Pedro Avelino Junino 2026", visando à valorização da cultura popular nordestina e ao fortalecimento das tradições juninas do Município de Pedro Avelino/RN.
VALOR: R$ 50.000,00, (cinquenta mil reais)
VIGÊNCIA: 90 (noventa dias)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
Pedro Avelino–RN, 25 de JUNHO de 2026

DOTAÇÃO:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJETO ATIVIDADE: 1059 - PROMOÇÃO DE EVENTOS POPULARES, TRADICIONAIS E CULTURAIS
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.023 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS
FONTE: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

MARINA TEODORO DA TRINDADE
P/Contratante

X3 BEST LTDA
P/Contratada

Publicado por:
Lenita Darliany da Silva
Código Identificador:A31C0401

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): V BARRETO DA SILVA PRODUCOES LTDA – CNPJ: 50.775.108/0001-24

OBJETO: Contratação da BANDA VÊ BARRETO, para realização de apresentação artística musical durante a programação oficial do evento "Pedro Avelino Junino 2026", visando à valorização da cultura popular nordestina e ao fortalecimento das tradições juninas do Município de Pedro Avelino/RN.
VALOR: R$ 12.000,00, (doze mil reais)
VIGÊNCIA: 90 (noventa dias)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
Pedro Avelino–RN, 25 de JUNHO de 2026

DOTAÇÃO:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJETO ATIVIDADE: 1059 - PROMOÇÃO DE EVENTOS POPULARES, TRADICIONAIS E CULTURAIS
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.023 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS
FONTE: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

MARINA TEODORO DA TRINDADE
P/Contratante

V BARRETO DA SILVA PRODUCOES LTDA
P/Contratada

Publicado por:
Lenita Darliany da Silva
Código Identificador:238715E9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): VIALCONEX LTDA – CNPJ: 45.506.925/0001-47
OBJETO: Contratação de profissional autônomo ou empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados destinados à elaboração de documentos minerários e ambientais necessários à instrução do Registro de Extração junto à Agência Nacional de Mineração – ANM e à obtenção da Licença de Extrativismo Mineral junto ao IDEMA/RN, referente a uma área de extração de areia no município.
Valor: R$ 9.800,00, (nove mil e oitocentos reais)
Vigência: 01/07/2026 até 29/09/2026.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
Pedro Avelino–RN, 01 de julho de 2026

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal
P/Contratante

VICENTE ALVES DA COSTA NETO
Representante
P/Contratada

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:3475BFCB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): E B BEZERRA JUNIOR – CNPJ: 40.860.981/0001-61
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação profissional, mediante realização de curso de formação de Bombeiro Civil e curso de Operador de Máquinas Pesadas, destinados à qualificação profissional da população do Município de Pedro Avelino/RN
Valor: R$ 22.400,00, (vinte e dois mil e quatrocentos reais)
Vigência: 01/07/2026 até 01/07/2027.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)

Pedro Avelino–RN, 01 de julho de 2026

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal
P/Contratante

EDNO BARBOSA BEZERRA JUNIOR
Representante
P/Contratada

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:F015B55A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 88/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): EMPATIA EMPRESA MEDICA DE PLANTÕES E ATIVIDADES AMBULATORIAIS LTDA ME – CNPJ: 37.947.369/0001-16
OBJETO: Prorrogação de prazo.
Vigência: Prorrogar por 12 (doze) meses o prazo do contrato nº **88/2024.**
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 107, 124 e 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Pedro Avelino–RN, 26 de junho de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal
P/Contratante

MARIA VITORIA BEZERRA CUNHA DE MACEDO
Representante
P/Contratada

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:8C8C2CA6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 20260624001 – REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE GINÁSIO

CONTRATO Nº: 20260624001
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 20260624001
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 20260624001

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PILÕES.**
CONTRATADO: **SINAI CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 30.610.555/0001-16.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO COMPLETA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO ILDECLEBIO VERAS, NO MUNICÍPIO DE PILÕES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS DO PROJETO BÁSICO E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL: R$ 122.630,02 (cento e vinte e dois mil seiscentos e trinta reais e dois centavos).

VIGÊNCIA: 03 (três) meses, apartir da data de assinatura.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
120 - 2 . 2007 . 15 . 452 . 9 . 1.25 . 0 . 449051 - Obras e Instalações.

Pilões/RN, 01 de julho de 2026

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:E85B6D6C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria e apoio operacional e administrativo à Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social de Poço Branco/RN, abrangendo as atividades relacionadas ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz e Serviços de Proteção Social Básica, visando assegurar a eficiência, a qualidade, a continuidade e o fortalecimento das ações socioassistenciais desenvolvidas pelo município, por meio de suporte técnico especializado, acompanhamento operacional, orientação administrativa e monitoramento das atividades e indicadores dos programas sociais.**

DADOS DO AVISO DE DISPENSA	
PROCESSO DE DESPESA	703/2026
DATA E HORA DE INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS	Dia 02/07/2026, às 00:01h
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA PRESENCIAL	Até o dia 07/07/2026, às 14:00h
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	prefeituradepocobrancocpl@gmail.com
DATA E HORA LIMITE PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS POR E-MAIL	Até o dia 07/07/2026, às 17:00h

O **MUNICÍPIO DE POÇO BRANCO/RN**, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40, por intermédio do Agente de Contratação, nos termos do § 3º do artigo 73 da Lei nº 14.133/2021, **torna público aos interessados a abertura do período para o recebimento de Propostas** nos prazos constantes no Aviso da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL,** de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e no Termo de Referência, objetivando selecionar a Proposta mais vantajosa para a municipalidade.

ANEXO DESTE AVISO
ANEXO I – Termo de Referência.

Poço Branco/RN, em 1° de Julho de 2026.

LEONEL LEONARDO DOS SANTOS
Agente de Contratação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1 – **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria e apoio operacional e administrativo à Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social de Poço Branco/RN, abrangendo as atividades relacionadas ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz e Serviços de Proteção Social Básica, visando assegurar a eficiência, a qualidade, a continuidade e o fortalecimento das ações socioassistenciais desenvolvidas pelo município, por meio de suporte técnico especializado, acompanhamento operacional, orientação administrativa e monitoramento das atividades e indicadores dos programas sociais**, consoante condições constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso de Dispensa.

2. REGÊNCIA LEGAL:

2.1 – As contratações através de Dispensa de Licitação no Município de Poço Branco/RN são regidas pelas seguintes normas:

a) LEI Nº 14.133/2021, artigo 75, inciso II;
b) DECRETO MUNICIPAL Nº 001/2024, de 15 de janeiro de 2024 e **DECRETO Nº 005/2024**, de 12 de março de 2024, que regulamentam a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Poço Branco/RN e dá outras providências.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARTICIPAÇÃO:

3.1 – Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoa jurídica, regularmente estabelecida no país que atenda às condições exigidas neste Aviso e Anexo I, Termo de Referência, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.
3.2 – Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:
a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
b) Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;
c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal n° 14.133/21;
e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição (Acórdão n° 746/2014 - TCU Plenário);
f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei n° 14.133/21.

4. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE A SER CONTRATADO, PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – As informações relativas a descrição detalhada e quantidade a ser contratado, prazos e local de execução e dotação orçamentária estão elencadas no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso.

5. PRAZO E FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 – **PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS**: Este Aviso de Dispensa de Licitação ficará aberto por um período de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Poço Branco/RN – DOM e disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
5.2 – A Proposta de Preços e os documentos de Habilitação deverão, preferencialmente, ser encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico: prefeituradepocobrancocpl@gmail.com, fazendo referência no assunto do e-mail a "**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 017/2026**".
5.3 – A Proposta de Preço poderá ser entregue presencialmente, mediante protocolo no Departamento de Licitações e Contratos, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Poço Branco/RN, na Avenida Nóbrega Machado, nº 999, Centro – Poço Branco/RN, CEP 59.560-000, de segunda à sexta, das 08:00h às 14:00h.

6. PROPOSTAS DE PREÇOS:

6.1 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipuladas neste Aviso e seu Anexo I (Termo de Referência).
6.2 – A Proposta deverá ser redigida em papel timbrado do interessado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso e no Termo de Referência, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:
a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/e-mail e pessoa para recebimento de comunicações relativas ao processo;
b) Preços de acordo com os praticados no mercado, dento do preço máximo que o Município de Poço Branco/RN se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.
c) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
6.3 – A Proposta de Preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação do serviço, mesmo que não estejam registrados nesse documento, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.
6.4 - A Proposta de Preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso e/ou do Termo de Referência será desclassificada.
6.5 - Não serão aceitas Propostas que contenham preços manifestamente inexequíveis ou com valores (médio e/ou total) superiores aos fixados no item 1.1 do Termo de Referência.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1 – Para fins de comprovação da Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista deverão ser apresentados junto com a Proposta de Preços, os documentos exigidos nos itens 8.2.1. a 8.2.4. do Termo de Referência com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

8.1 – Para **PROPOSTAS DE PREÇOS**:
8.1.1 – As Propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declara vencedora a que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL.
8.1.2 – Os interessados que apresentarem proposta de preços em desacordo com as exigências deste Aviso e no Termo de Referência será desclassificada.
8.2 – Documentos de **HABILITAÇÃO:**
8.2.1 – Será habilitado o proponente que atender a todas as condições e exigências contidas nos itens 8.2.1. a 8.2.4. do Termo de Referência, anexo I deste Aviso.
8.2.2 – Será inabilitada o proponente que não atender as condições exigidas no Termo de Referência, notadamente aos itens 8.2.1. a 8.2.4. do Termo de Referência.

9. OBIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES:

9.1 – As obrigações, penalidades e sanções estão elencadas no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso e são parte integrante independente de transcrição.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 – O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.
10.2 – O presente Aviso poderá ser revogado, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
10.3 - O presente Aviso poderá ser anulado, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.
10.4 - Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pelo município de Poço Branco/RN.
10.5 - Ao apresentar a Proposta o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.
10.6 - A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.
10.7 - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato e/ou cancelamento da Ordem de Serviços, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
10.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art 183 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-se as seguintes disposições:
a) Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
b) Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
c) Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.
10.8.1 - Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:
a) O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização do Aviso de Dispensa de Licitação no Diário Oficial do Município de Poço Branco/RN – DOM e disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Poço Branco/RN, em 1° de julho de 2026.

LEONEL LEONARDO DOS SANTOS
Agente de Contratação

_____

Processo Administrativo nº. 703/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e apoio operacional e administrativo, abrangendo o Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz e Serviços de Proteção Social Básica, visando garantir a eficiência, qualidade e continuidade das ações socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Poço Branco/RN.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e apoio operacional e administrativo, abrangendo o Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz e Serviços de Proteção Social Básica, visando garantir a eficiência, qualidade e continuidade das ações socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Poço Branco/RN, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços especializados de assessoria e apoio operacional e administrativo para execução, acompanhamento, orientação técnica e suporte às atividades relacionadas ao Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz e Serviços de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social.	Mês	12	4.500,00	54.000,00
Valor Total: R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais)					

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, com predominância de atividades técnicas de apoio à gestão socioassistencial.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE) MESES**, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei n°. 14.133/2021.

1.4. A prestação dos serviços será enquadrada como **serviço continuado**, tendo em vista que as atividades de apoio operacional e administrativo aos programas socioassistenciais constituem necessidade permanente da Administração Pública, sendo indispensáveis para assegurar a continuidade dos atendimentos à população em situação de vulnerabilidade social.

1.5. O custo estimado total da contratação é de **R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima

1.6. Ressalta-se que os valores estimados consignados no presente termo de referência decorrem exclusivamente da pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras, o qual assume integral responsabilidade pela metodologia adotada, pela composição do orçamento estimativo e pela fidedignidade das informações apresentadas, conforme detalhado no anexo específico devidamente assinado pelo responsável técnico pela elaboração, em estrita observância à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, bem como às normas internas de controle e governança administrativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos, encontra-se pormenorizada na necessidade do Município e na estimativa dos últimos 12 (doze) meses, registre-se que em face do custo estimado, se enquadra na hipótese em que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP é opcional, de acordo com o disposto no art. 28 do Decreto Municipal nº. 001/2024.

2.2. A Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável pela execução de importantes políticas públicas voltadas à promoção da cidadania, proteção social e enfrentamento das vulnerabilidades sociais existentes no município.
Dentre suas atribuições destacam-se a operacionalização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, a gestão do Programa Bolsa Família, o acompanhamento das ações do Programa Criança Feliz e a execução dos Serviços de Proteção Social Básica, desenvolvidos por meio do CRAS e demais equipamentos socioassistenciais.
Considerando a complexidade das atividades desenvolvidas, bem como a necessidade de constante atualização das informações cadastrais, acompanhamento das famílias beneficiárias, alimentação de sistemas governamentais, monitoramento de indicadores sociais e cumprimento das metas estabelecidas pelos órgãos de controle e fiscalização, torna-se necessária a contratação de empresa

especializada para prestar assessoria e apoio operacional e administrativo.
A contratação visa:
1. Apoiar tecnicamente a gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família;
2. Auxiliar na atualização cadastral e acompanhamento das famílias beneficiárias;
3. Prestar suporte administrativo ao Programa Criança Feliz;
4. Apoiar a execução dos Serviços de Proteção Social Básica;
5. Auxiliar na elaboração de relatórios, diagnósticos e monitoramento de indicadores sociais;
6. Contribuir para o cumprimento das metas pactuadas junto aos Governos Federal e Estadual;
7. Fortalecer a gestão socioassistencial e a qualidade dos serviços ofertados à população;
8. Garantir maior eficiência, continuidade e segurança na execução das ações socioassistenciais.
Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para assegurar a adequada execução dos programas sociais e o atendimento eficiente às demandas da população do Município de Poço Branco/RN.
2.3. Registre-se, que o Município não formalizou Plano de Contratações Anual – PCA, para este exercício.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, apoio operacional e administrativo à Secretaria Municipal de Assistência Social, compreendendo atividades relacionadas ao Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz e Serviços de Proteção Social Básica.
3.2. Essa contratação é justificada pela necessidade de suporte qualificado que possibilite à Secretaria Municipal de Assistência Social o cumprimento eficiente de suas competências institucionais, especialmente na gestão, acompanhamento e execução das ações relacionadas ao Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz e Serviços de Proteção Social Básica. A prestação dos serviços visa fortalecer a gestão socioassistencial, assegurando o adequado atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, o cumprimento das metas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes, a correta alimentação e monitoramento dos sistemas governamentais, bem como a elaboração de relatórios, diagnósticos e instrumentos de gestão. A contratação contribuirá ainda para maior eficiência administrativa, qualidade dos serviços ofertados, continuidade das ações socioassistenciais e observância das normas que regem o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
3.3. A prestação dos serviços será executada de forma continuada pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por até 10 (dez) anos, conforme os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
3.4. A execução poderá ocorrer na sede da Contratante ou de forma remota, conforme as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo flexibilidade e agilidade no atendimento às demandas.
3.5. A contratação representa solução necessária para suprir a demanda de suporte especializado à Secretaria Municipal de Assistência Social, contribuindo para o fortalecimento da gestão socioassistencial e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.
3.6. A demanda possui quantitativo certo e, por conseguinte, não precisa ser processada por meio de Registro de Preços.
3.7. O objeto será executado sob regime de empreitada por preço global, considerando a natureza continuada e integrada dos serviços contratados, cuja execução demanda atuação coordenada e permanente da Contratada ao longo da vigência contratual.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Não haverá exigência garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/21.

4.3. Não haverá exigência de prova de conceito, tendo em vista que envolveprestação de serviço de baixa escala e complexidade.

4.4. A Contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto contratado, demonstrando aptidão para execução de serviços de assessoria, apoio operacional e administrativo relacionados à gestão socioassistencial, Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz, Serviços de Proteção Social Básica e demais ações vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

4.5. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a futura contratada deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis em características com o objeto desta contratação.
4.6. A Contratada deverá disponibilizar profissional(is) com qualificação e experiência compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas, especialmente em gestão socioassistencial, programas de transferência de renda, Cadastro Único, monitoramento de indicadores sociais e execução de políticas públicas de assistência social.

4.7. Os serviços deverão ser executados de forma presencial e remota, conforme as necessidades da Administração, observando-se a realização mínima de 01 (uma) visita técnica presencial semanal junto à Secretaria Municipal de Assistência Social ou às unidades socioassistenciais indicadas pela Contratante.

4.8. A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante todo o período contratual, mediante atendimento presencial, telefônico ou eletrônico, assegurando resposta tempestiva às demandas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.9. A execução contratual não caracterizará fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, inexistindo vínculo empregatício, subordinação ou pessoalidade entre os profissionais da Contratada e a Administração Pública Municipal.

4.10. A Contratada deverá observar integralmente a legislação aplicável às políticas públicas de assistência social, especialmente as normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, as regulamentações do Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz e demais normativos expedidos pelos órgãos federais, estaduais e municipais competentes.

4.11. A Contratada deverá manter absoluto sigilo sobre informações, documentos, relatórios, cadastros e dados pessoais acessados em razão da execução contratual, observando as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), responsabilizando-se por eventual utilização indevida, compartilhamento não autorizado ou tratamento irregular das informações.

5. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, com início no prazo máximo de **08 (oito) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

5.2. Os serviços serão prestados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e demais unidades vinculadas à execução dos programas socioassistenciais do Município de Poço Branco/RN, podendo ocorrer de forma presencial, remota ou híbrida, conforme necessidade da Administração.

5.3. A execução dos serviços compreenderá, no mínimo, as seguintes rotinas e atividades:

5.3.1. Realização de, no mínimo, 01 (uma) visita técnica presencial por semana junto à Secretaria Municipal de Assistência Social ou às unidades socioassistenciais indicadas pela Contratante, para acompanhamento das demandas, alinhamento de ações, orientações técnicas e suporte à gestão dos programas e serviços socioassistenciais.

5.3.2. Acompanhamento, monitoramento e apoio operacional relacionados aos sistemas, plataformas e instrumentos de gestão vinculados ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo

Federal, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz, Serviços de Proteção Social Básica e demais sistemas correlatos utilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.3.3. Prestação de orientações técnicas à equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social quanto à correta execução dos procedimentos operacionais, atualização cadastral, alimentação dos sistemas governamentais, cumprimento de normativos e atendimento às diretrizes dos programas socioassistenciais.

5.3.4. Apoio técnico à gestão socioassistencial, mediante assessoramento na organização dos fluxos de trabalho, planejamento das ações, acompanhamento de metas e adoção de medidas voltadas ao aperfeiçoamento dos serviços ofertados à população.

5.3.5. Elaboração e emissão de relatórios técnicos, gerenciais e operacionais, contendo informações sobre as atividades desenvolvidas, acompanhamento dos programas, resultados alcançados, inconsistências identificadas e recomendações para melhoria dos serviços.

5.3.6. Monitoramento de indicadores de desempenho, cobertura, acompanhamento familiar e demais indicadores relacionados às políticas públicas de assistência social, com apresentação de informações gerenciais que subsidiem a tomada de decisão pela Administração.

5.3.7. Elaboração de diagnósticos situacionais, levantamentos de informações, análises técnicas e demais instrumentos necessários ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais desenvolvidas pelo Município.

5.3.8. Participação em reuniões técnicas presenciais ou remotas convocadas pela Contratante, destinadas ao acompanhamento da execução contratual, avaliação de resultados, alinhamento de estratégias e discussão de demandas relacionadas ao objeto contratado.

5.3.9. Disponibilização de suporte técnico remoto, por telefone, correio eletrônico, aplicativos de mensagens instantâneas ou outros meios eletrônicos, durante os dias úteis, para esclarecimento de dúvidas e atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.3.10. Os serviços serão executados sem caracterização de vínculo empregatício ou disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, cabendo à Contratada definir a organização interna de sua equipe e os meios necessários à adequada execução do objeto contratual.

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os recursos humanos, equipamentos de informática, softwares, meios de comunicação, materiais de expediente, transporte, acesso à internet e demais instrumentos necessários à adequada execução das atividades contratadas, observadas as especificações constantes neste Termo de Referência.
5.4.1. Todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução dos serviços, inclusive deslocamentos, alimentação, hospedagem, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias ao cumprimento do objeto contratual, correrão exclusivamente por conta da Contratada.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº. 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado deverá manter preposto formalmente designado para representá-lo perante a Administração durante toda a execução contratual.

6.5. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.8.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente pelo Fiscal do Contrato, mediante verificação do cumprimento das atividades previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto à execução das visitas técnicas, orientações prestadas, suporte técnico disponibilizado e acompanhamento dos programas socioassistenciais.

7.2. O Fiscal do Contrato analisará a documentação apresentada e emitirá manifestação quanto à conformidade dos serviços executados, podendo solicitar esclarecimentos, complementações ou correções, quando necessário.

7.3. Constatado o cumprimento das obrigações contratuais, os serviços serão recebidos provisoriamente mediante atesto do Fiscal do Contrato.

7.4. Verificada a adequação dos serviços prestados e sanadas eventuais pendências, será emitido o recebimento definitivo do objeto, autorizando-se o processamento do pagamento.

7.5. Caso sejam identificadas falhas, inconsistências, descumprimento das obrigações contratuais ou execução parcial dos serviços, a

Contratada será formalmente notificada para promover a regularização no prazo fixado pela Administração.

7.6. O não atendimento das exigências contratuais poderá ensejar glosa proporcional do pagamento referente ao período avaliado, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

7.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, devendo a Contratada promover as correções necessárias às suas expensas, no prazo fixado pela Administração.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, nem afasta a obrigação de reparar eventuais falhas posteriormente identificadas.

7.9. A emissão da Nota Fiscal ficará condicionada ao recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal do Contrato.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº. 001/2024.

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização da seleção da proposta de **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, devendo ser apresentada a documentação de habilitação abaixo:

8.2.1. **Habilitação Jurídica:**

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; ou

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; ou

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764/1971.

8.2.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. **Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Certidão de Regularidade do **FGTS** - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO ESTADO** e quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO** do domicílio ou sede do licitante;

e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO MUNICÍPIO** do domicílio ou sede do licitante;

f) Certidão Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST;

8.2.3. **Habilitação Técnica:**

a) Comprovação de aptidão para prestação de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.2) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.4. **Outros Requisitos de Habilitação:**

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: 07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 2039: GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
Fonte: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

10.2.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

10.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

10.4. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.7.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado seja fiscal ou trabalhista, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.7.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.7.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.7.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

11.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº. 14.133/2021;

11.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

11.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

11.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada.

11.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação de serviços;

12.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 3(três), que antecede a data da prestação de serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;

12.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante;

12.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

12.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

12.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº. 14.133/2021;

12.9. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

12.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
12.11. Disponibilizar profissionais qualificados para execução das atividades previstas neste Termo de Referência.
12.12. Prestar assessoria de apoio operacional nas ações relacionadas ao Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz e Serviços de Proteção Social Básica.
12.13. Auxiliar a Secretaria Municipal de Assistência Social na elaboração de relatórios, diagnósticos, planos de ação e demais instrumentos de gestão.
12.14. Orientar os servidores municipais quanto à correta utilização dos sistemas e procedimentos relacionados aos programas socioassistenciais.
12.15. Manter sigilo sobre informações e dados dos usuários dos programas sociais, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).
12.16. Prestar suporte sempre que solicitado pela Contratante durante a vigência contratual.

13. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

13.1. Fica garantido a Contratada, o direito ao reajuste, após 12 meses da data-base do orçamento estimado, utilizando-se o IPCA/IBGE.

Poço Branco/RN, 15 de junho de 2026.

TR Elaborado Por:	APROVADO Pela Autoridade Competente:
JOSIELDO DA SILVA	***ROBSON MAX DANTAS DA CUNHA***
Presidente da Equipe de Planejamento da contratação	Secretario Municipal do trabalho, habitação e assistência social

Publicado por:
Leonel Leonardo Dos Santos
Código Identificador:2C5140DD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 578, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 578, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor(a)**Elianna Luiza de Souza Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 057.XXX.XXX-06, matrícula funcional nº 944, ocupante do cargo de **Médica**, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN,** no período de **25 de Junho de 2026,** com a finalidade de participar da **Oficina Presencial Insulinoterapia na APS**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:912AAAF2

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 579, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 579, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Josemar Gomes da Silva Junior**, inscrito no CPF sob o nº 074.XXX.XXX-41, matrícula funcional nº **862**, ocupante do cargo de **Farmacêutico, 1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN,** no período de **25 de Junho de 2026,** com a finalidade de participar da **Oficina Presencial Insulinoterapia na APS**, conforme documentos em anexo.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:E3D57748

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 580, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 580, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no

uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Tony Márcio Fernandes Magalhães**, inscrito no CPF sob o nº 877.XXX.XXX-00, matrícula funcional nº 250, designado **Gerente Transportes**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 100,00 (cem Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **27de Junho** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:F11FD97F

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 581, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 581, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **29 de Junho** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:66263911

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 582, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 582, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**, 1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **28 de Junho** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:C481D62B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 583, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 583, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Jose de Oliveira Rocha**, inscrito no CPF sob o nº 012.XXX.XXX-85, matrícula funcional nº **689**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **29 de Junho** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:0390CDA9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 584, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 584, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **30 de Junho** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:0AF7353B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 585, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 585, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Paulo Marcelo Marques Viana Rocha**, inscrito no CPF sob o nº 075.XXX.XXX-38, matrícula funcional nº 760, ocupante do cargo de **Motorista**, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **30 de Junho** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:42BB23F2

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 586, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 586, DE 01 DE JULHO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Paulo Marcelo Marques Viana Rocha**, inscrito no CPF sob o nº 075.XXX.XXX-38, matrícula funcional nº 760, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **29 de Junho** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:81D66196

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 503, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 503, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE DIRETOR DE PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos procedimentos administrativos e das atividades relacionadas às contratações públicas no âmbito da Administração Municipal;

CONSIDERANDO a concessão de férias ao servidor EUFRASIO DANTAS ROCHA JUNIOR, matrícula funcional nº 732, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 01 de julho de 2026 a 20 de julho de 2026, conforme Portaria nº 121, de 23 de junho de 2026 – SEMARH;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidor para responder temporariamente pelas atribuições de Agente de Contratação durante o afastamento do servidor responsável;

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor JOSE HIGO DE SOUSA COSTA, matrícula funcional nº 553, para responder temporariamente pelas funções de Diretor de Planejamento, no período de 01 de julho de 2026 a 09 de agosto de 2026, em razão do afastamento por férias dos servidores JOSÉ ALAN DA SILVA FERNANDES e EUFRASIO DANTAS ROCHA JUNIOR.

Art. 2º Conceder gratificação temporária ao servidor JOSE HIGO DE SOUSA COSTA, em razão do desempenho de atribuições adicionais decorrentes da substituição e apoio às atividades administrativas durante o período de férias dos servidores relacionados no artigo 1º.

Art. 3º A designação de que trata esta Portaria possui caráter temporário e excepcional, cessando automaticamente com o retorno do servidor titular às suas atividades.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos restritos ao período de 01 de julho a 09 de agosto de 2026, revogando a Portaria nº 488, de 19 de junho de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:7FFF572D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 504, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 504, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos procedimentos administrativos e das atividades relacionadas às contratações públicas no âmbito da Administração Municipal;

CONSIDERANDO a concessão de férias ao servidor EUFRASIO DANTAS ROCHA JUNIOR, matrícula funcional nº 732, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 01 de julho de 2026 a 20 de julho de 2026, conforme Portaria nº 121, de 23 de junho de 2026 – SEMARH;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidor para responder temporariamente pelas atribuições de Agente de Contratação durante o afastamento do servidor responsável;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JOSÉ ALAN DA SILVA FERNANDES, matrícula funcional nº 587, para responder temporariamente pela função de Agente de Contratação, no período de 01 de julho de 2026 a 20 de julho de 2026, em razão do afastamento por férias do servidor EUFRASIO DANTAS ROCHA JUNIOR.

Art. 2º A designação de que trata esta Portaria possui caráter temporário e excepcional, cessando automaticamente com o retorno do servidor titular às suas atividades.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos restritos ao período de 01 de julho a 20 de julho de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:7E7AAF2D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES/RN
OBJETO: Pavimentação com paralelepípedo pelo modo convencional da 6ª Parte da Estrada Vicinal que liga a Comunidade Cacimbas, zona rural do Município de Rafael Fernandes/RN.
FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00003/2026 (Lei Federal nº 14.133/2021).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:15.541.0051.1004 - DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS URBANAS E RURAIS
Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de Recurso: 16593110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
VIGÊNCIA: até 30/06/2027.
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes (CNPJ 08.357.675/0001-02)
CONTRATADA: CLEANTO DE ARAUJO FERREIRA LTDA - CNPJ 15.258.710/0001-93
CONTRATO Nº: 06301/2026
VALOR TOTAL: R$ 369.999,00 (trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais)
DATA DA ASSINATURA:01de julho de 2026

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:1D354BBB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
DECRETO Nº 301 - 2026 (SITUAÇÃO DE ESTIAGEM)

DECRETO MUNICIPAL Nº 301/2026-GP/PMRG
Gabinete da Prefeita em 01 de julho de 2026.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, AFETADAS POR ESTIAGEM – COBRADE 1.4.1.1.0, CONFORME A PORTARIA FEDERA Nº 260/2022.

A Senhora **Ludmila Carlos Amorim de Araújo Rosado**, Prefeita do Município de Rafael Godeiro, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 da Leio Orgânica Municipal e,
CONSIDERANDO, o disposto no art. 8º, VI, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC);
CONSIDERANDO, que o município, de acordo com laudos de potabilidade, apresentou em seus reservatórios hídricos, qualidade impropria ao consumo humano;
CONSIDERANDO, que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, por meio do último boletim do Monitor de Secas publicado (maio de 2026), demonstrou que município de Rafael Godeiro/RN, encontra-se com seca fraca;
CONSIDERANDO, os procedimentos critérios para e para a declaração de situação de emergência, que classifica como desastres de Nível II ou de média intensidade: aqueles em que a situação de normalidade precisa ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local e complementados com o aporte de recursos do estado, da União ou de ambos os entes federativos, conforme disposto no inciso II do Art. 5º da Portaria Federal nº 260, alterado pela Portaria MDR nº 3.646 de 20 de dezembro de 2022;
CONSIDERANDO, que o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município, em decisão unanime, reconhece a situação de anormalidade provocada pela estiagem recente;
CONSIDERANDO, que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC de Rafael Godeiro/RN, favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no inciso II do Art. 2º da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município de Rafael Godeiro, estado do Rio Grande do Norte, registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem – COBRADE 1.4.1.1.0, conforme o anexo da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC de Rafael Godeiro/RN, nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada pelo desastre, sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC de Rafael Godeiro/RN.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:
Adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a

recontratação de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.
Art. 7º. Este Decreto tem validade por 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de julho de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:F9FBBB80

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO 20260115

EXTRATO DE CONTRATO 20260115
Processo DISP 20260115Nº20260115

CONTRATO Nº.....: 20260115
ORIGEM.....: Nº DISP 20260115
CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO
CONTRATADA(O).....: ALPHA SERVICO E CONSTRUCAO LTDA
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REVITALIZAÇÃO E REFORMA NA SEDE DA CASA DO AGRICULTOR CONFORME ORÇAMENTO.
ANEXO DO CONTRATO 20260115 DA LICITAÇÃO
CÓDIGO DESCRIÇÃO MARCA UN QUANT. PREÇO TOTAL
3089 REVITALIZAÇÃO E REFORMA NA SEDE DA CASA DO AGRICULTOR. PROPRIA SERV 1,00 129.165,8800 129.165,88
Total 129.165,88
VALOR TOTAL.....: R$ 129.165,88(Cento e Vinte e Nove Mil, Cento e Sessenta e Cinco Reais e Oitenta e Oito Centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO.....: Unidade 02007 SEC. MUN. DE OBRAS, URBANISMO E HABITACÃO, Projeto 1022 CONST. AMPL. E REF. DE PREDIOS PUBLICOS, Elemento 4490510000 Obras e instalacoes, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Fiscal, Unidade 02007 SEC. MUN. DE OBRAS, URBANISMO E HABITACÃO, Projeto 1022 CONST. AMPL. E REF. DE PREDIOS PUBLICOS, Elemento 4490510000 Obras e instalacoes, Fonte 17100000 Transferência Especial dos Estados , Esfera Fiscal, , no valor de R$ 129.165,88
VIGÊNCIA.....: 01/07/2026 a 30/12/2026
DATA DA ASSINATURA.....: 01/07/2026
ASSINARAM.....: LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO, CPF: 011.***.***-14, pelo contratante e pelo(a) contratado(a) ALPHA SERVICO E CONSTRUCAO LTDA, 51.687.376/0001-57, por RENATA RAPHAELLA FARIAS BARRETO.

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:F1FBB594

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 078 - 2026 - LICENÇA PRÊMIO - ERINALDA ALVES DO NASCIMENTO VIEIRA

PORTARIA Nº 078/2026 – GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em **30 de junho de 2026.**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL: ERINALDA ALVES DO NASCIMENTO VIEIRA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no artigo 103 da Lei nº 221/1996 – Código dos Servidores Públicos do Município de Rafael Godeiro/RN,
R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder **Licença-Prêmio por Assiduidade** a servidora pública municipal **ERINALDA ALVES DO NASCIMENTO VIEIRA**, merendeira, designada para a função comissionada de Diretora do Hospital Maternidade Mãe Maria Seridó, matrícula funcional nº 4508, pertencente ao quadro de servidores efetivos da **Secretaria Municipal de Saúde**, pelo período de **01 de julho de 2026 a 01 de outubro de 2026**, conforme requerimento formalmente apresentado pela servidora.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita - Palácio Severino Lopes dos Reis.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:F1C73601

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 079 - 2026 - PRORROGAÇÃO DO PAD E DA NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PROCESSANTE

PORTARIA Nº. 079/2026 – GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 01 de julho de 2026.

PRORROGAR POR 60 (SESSENTA) DIAS O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD, BEM COMO A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PROCESSANTE.

A Exma. Sra. **Ludmila Carlos Amorim de Araújo Rosado**, Prefeita Municipal de Rafael Godeiro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município;
Considerando, o disposto na **Lei Municipal nº. 221/1996** que dispõe sobre o **Código dos Servidores Públicos do Município de Rafael Godeiro/RN** e no que couber, por analogia, a **Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**, que dispõe sobre o **Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais**;
Considerando que conforme o **art. 37, inciso II da Constituição Federal (CF)** "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos";
Considerando que o **art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)** dispõe que "Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público";
Considerando a **existência de servidores públicos municipais que ingressaram no serviço público sem prévia aprovação em concurso público no período compreendido entre os dias 05/10/1983 e 05/10/1988** (data da promulgação da Constituição Federal);
Considerando o **Documento nº 4008547**, por meio do qual a **Promotoria de Justiça de Almino Afonso** encaminhou requisição de informações referente a **Notícia de fato nº 02.23.2175.0000024/2023-06**, tendo como objeto a problemática acima mencionada;
Considerando a Portaria nº. 032/2023/GP/PMRG, emitida pelo Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 25 de maio de 2023, que reza sobre a designação dos servidores público municipais para composição da equipe da Sindicância do Procedimento Administrativo Disciplinar nº 001/2023; e,
Considerando ainda, a pluralidade dos investigados e a necessidade de complementação de várias diligências.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar – PAD, bem como a vigência da nomeação da Comissão Processante.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no período de 05 de julho de 2026 a 05 de setembro de 2026.

Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 01 de julho de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:71C60221

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 080 - 2026 - LICENÇA PRÊMIO - EDVALDO ESTEVÃO DE PAIVA

PORTARIA Nº 080/2026 – GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em **01 de julho de 2026.**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL: EDVALDO ESTEVÃO DE PAIVA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no artigo 103 da Lei nº 221/1996 – Código dos Servidores Públicos do Município de Rafael Godeiro/RN,
R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder **Licença-Prêmio por Assiduidade** ao servidor pública municipal **EDVALDO ESTEVÃO DE PAIVA**, Auxiliar de Serviços Diversos – A.S.D., matrícula funcional nº 4480, pertencente ao quadro de servidores efetivos da **Secretaria Municipal de Saúde**, pelo período de **02 de julho de 2026 a 02 de outubro de 2026**, conforme requerimento formalmente apresentado pela servidora.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se, cumpra-se.
Gabinete da Prefeita - Palácio Severino Lopes dos Reis.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:70F01651

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 081 - 2026 - LICENÇA PRÊMIO - MÍRIAM FIRMINO DA SILVA PAIVA

PORTARIA Nº 081/2026 – GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em **01 de julho de 2026.**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL: MÍRIAM FIRMINO DA SILVA PAIVA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no artigo 103 da Lei nº 221/1996 – Código dos Servidores Públicos do Município de Rafael Godeiro/RN,
R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder **Licença-Prêmio por Assiduidade** a servidora pública municipal **MÍRIAM FIRMINO DA SILVA PAIVA**, **professora**, **matrícula funcional nº 4458**, pertencente ao quadro de servidores efetivos da **Secretaria Municipal de Educação**, pelo período de **27 de julho de 2026 a 27 de outubro de 2026**, conforme requerimento formalmente apresentado pela servidora.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.
Gabinete da Prefeita - Palácio Severino Lopes dos Reis.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:B8522BDD

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 082 - 2026 - REVOGAÇÃO DE DIÁRIA - MARIA LUZILÂNIA MAIA CORTEZ

PORTARIA Nº 082/2026 – GP/PMRG

REVOGA A PORTARIA Nº 076/2026-GP, QUE CONCEDEU DIÁRIA A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o interesse da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de revogar a concessão da diária autorizada por meio da Portaria nº 076/2026-GP;

R E S O L V E:

Art. 1º **Fica revogada, em todos os seus termos, a Portaria nº 076/2026-GP, de 26 de junho de 2026, que concedeu 0,5 (meia) diária à Sra. MARIA LUZILÂNIA MAIA CORTEZ, destinada ao custeio de viagem à cidade de Mossoró/RN para participação no Encontro de Formação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Rafael Godeiro/RN, em 01 de julho de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:5C37AF91

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE RATIFICAÇÃO 202601015

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVON.° 20260115
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. DISP 20260115
ASSUNTO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REVITALIZAÇÃO E REFORMA NA SEDE DA CASA DO AGRICULTOR CONFORME ORÇAMENTO.

TERMO DE RATIFICAÇÃO:

1. De acordo.
2. Diante da Análise Técnica da Assessoria Jurídica e bem como a análise e o encaminhamento da douta Comissão de Contratação desta Unidade Gestora, insertos nos presentes autos às fls., DETERMINO a contratação, com dispensa de licitação na forma do Lei 14.133/2021, Art. 75, I, da Lei Federal n.º 14.133/21, de ALPHA SERVICO E CONSTRUCAO LTDA no valor total de R$ 129.165,88 (cento e vinte e nove mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/fisicas sob o **ALPHA SERVICO E CONSTRUCAO LTDA** - CNPJ: 51.687.376/0001-57 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3089; totalizando o valor de **R$ 129.165,88 (cento e vinte e nove mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)**, para atender ao

objeto inserto na minuta do contrato administrativo colacionado nos autos.
3. Em respeito ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021,**RATIFICO**a presente dispensa de licitação, realizada notadamente com fundamento no Lei 14.133/2021, Art. 75, I, da referida lei, por enquadrar-se no limite ali estabelecido e, em consequência, determino à Prefeitura Municipal que emitia Nota de Empenho em favor da supracitada empresa, no valor consignado na respectiva proposta de preços.
4. Após, remetam-se os presentes autos à Prefeitura Municipal origem para que providencie, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho nos locais de costume.

Rafael Godeiro/RN, 01 de julho de 2026 .

LUDMILA CARLOS A. DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:40211107

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 014/2026
Nº PROC. ADM. 30060014/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - 014/2026
Nº PROC. ADM. 30060014/2026

A prefeitura Municipal de Riacho da Cruz/RN torna público para conhecimento dos interessados, de acordo com a regulamentação 14133/21 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido pelo condutor ANDERSON RAPHAEL SILVA DE OLIVEIRA e tendo como autoridade MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO.
OBJETO DO PROCESSO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, visando suprir as demandas dos programas, projetos, ações, eventos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão.
Para demais informações contato via e-mail: licitacao@riachodacruz.rn.gov.br ou acesso pelo link:www.bnc.org.br ou www.riachodacruz.rn.gov.br.

FIM REC. PROPOSTA: 15/07/2026 ás 08:00 horas
INÍCIO DISPUTA: 15/07/2026 09:00 horas
TIPO DE LANCE: Por Item
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

RIACHO DA CRUZ-RN - 01/07/2026

ANDERSON RAPHAEL SILVA DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:AE10E85D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
DECRETO N.º 783/2026 – PMRC RIACHO DA CRUZ/RN, 30 DE JUNHO DE 2026.

Declara de Utilidade Pública Cultural, o Coletivo Cultural de Artes Cênicas, Corporais e Musicais – Coletivo Arte-Cruz do município de Riacho da Cruz/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a declaração de utilidade pública é instrumento do Poder Executivo para o reconhecimento de entidades sem fins lucrativos que desenvolvem atividades de relevante interesse público e social;

CONSIDERANDO que o *Grupo Cultural de Artes Cênicas, Corporais e Música – COLETIVO ARTE-CRUZ* é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação no Município de Riacho da Cruz/RN desde abril de 2023;

CONSIDERANDO que a referida entidade desenvolve ações voltadas à promoção da cultura, das artes e da cidadania, contribuindo para a valorização da identidade cultural local e para o fortalecimento das manifestações artístico-culturais do município;

CONSIDERANDO que suas atividades estão alinhadas ao interesse público e social, abrangendo as diversas formas de expressão cultural, os modos de criar, fazer e viver, bem como, as criações artísticas e culturais;

CONSIDERANDO a participação ativa do coletivo em ações culturais, capacitações, campanhas educativas e eventos tradicionais do município, a exemplo da Emancipação Política, Festa de São Pedro e Natal Encantado;

CONSIDERANDO ainda, que o COLETIVO CULTURAL ARTE-CRUZ é responsável pela gerência e execução do espetáculo *Auto de Natal*, além de desenvolver atividades intersetoriais em parceria com o Poder Público, instituições municipais e a sociedade civil.

DECRETA:

Art. 1º - Reconhece a Utilidade Pública Cultural Municipal a entidade Grupo Cultural de Artes Cênicas, Corporais e Música – COLETIVO ARTE-CRUZ, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com atuação no Município de Riacho da Cruz/RN desde abril de 2023.

Art. 2º - A declaração de que trata este Decreto fundamenta-se no reconhecimento de que a entidade presta relevantes serviços à coletividade, desenvolvendo atividades de interesse público e social, de acordo com seus objetivos estatutários, voltados à promoção da cultura, das artes e da formação cultural da população.

Art. 3º - Para os fins deste Decreto, consideram-se atividades de interesse público e social aquelas relacionadas:
I - às formas de expressão artística e cultural;
II - aos modos de criar, fazer e viver da comunidade local;
III - às manifestações artístico-culturais tradicionais e contemporâneas;
IV - à realização de ações formativas, capacitações e campanhas educativas;
V - à participação e organização de eventos culturais e tradicionais do município;
VI - à articulação intersetorial com o Poder Público, instituições municipais e a sociedade civil.

Art. 4º - A declaração de Utilidade Pública Cultural não implica, por si só, na concessão automática de benefícios financeiros, ficando a entidade sujeita às normas legais e regulamentares vigentes para eventual celebração de parcerias, convênios ou termos de fomento com o Poder Público Municipal, assim como, com outros órgãos da administração pública direta e/ou indireta, instituições, entidades, dentre outros.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Riacho da Cruz/RN, 30 de junho de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Lazaro Inacio de Melo
Código Identificador:C88383EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 26 DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2025 – PMRC

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo nº 001/2025, que tem como objeto a contratação por tempo determinado de pessoal para atender demandas no âmbito da Administração Pública do Município de Riacho da Cruz/RN;

Resolve:

CONVOCAR candidatos (as) aprovados (as) no processo seletivo acima mencionado, de acordo com relação dos aprovados constantes nos Anexos I do referido Edital, com vistas à contratação temporária no cargo constante no referido anexo, observadas a seguintes condições:

I- DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA:

1. Os (as) candidatos (as) relacionados (as) no Anexo I, do presente Edital deverão **comparecer ao Setor de Recursos Humanos** da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do Município de Riacho da Cruz / RN, sito na Av. Camila de Léllis, 285, Centro, Riacho da Cruz, no período de **02 a 03 de julho de 2026, no horário das 08h às 12h**, para entrega dos documentos relacionados no Anexo II do Edital Nº001/2025-PMRC, para assinatura do Termo de Interesse no Cargo a ser contratado.

1.1. Por ordem de chegada, serão distribuídas senhas limitadas à capacidade de atendimento do setor no período.
1.2. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no Anexo II, acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.3. O não comparecimento nos termos do item 1. do presente edital implicará na perda do direito à contratação do candidato foi aprovado.

II- DA AVALIAÇÃO MÉDICA:

2.1 A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior ao ato de contratação, da seguinte forma:

2.1.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão do candidato para o exercício do serviço público, deverá comparecer à Junta Médica indicada pela Administração Municipal, com data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, para apresentação dos exames constantes no Anexo III deste Edital e submissão à referida avaliação;
2.1.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

III- DOS ATOS DE CONTRATAÇÃO:

3.1. A ato de contratação dar-se-á após a análise da documentação exigida pelo presente edital e demais critérios legais, em especial, os exigidos pela Lei Complementar nº. 001 de 03 de março de 1999, bem como os constantes no item 13 do Edital Nº001/2025 - PMRC.

3.2. Após a assinatura do contrato temporário, deverá a administração proceder com a publicação do extrato no diário eletrônico do Município de Riacho da Cruz/RN.

3.3. Cumpridas as exigências constantes neste Edital o contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou Secretaria de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura de Riacho da Cruz/RN.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Riacho da Cruz (RN), 01 de julho de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

ANEXO I

Dos (as) Convocados (as) para os Cargos de Nível Médio:

CARGO: Técnico de Saúde Bucal			
Nº INSC.	**NOME COMPLETO DO (A) CANDIDATO (A)**	**SITUAÇÃO**	**CLAS.**
109	Fabricia Lopes Alves	CONVOCADA	2°

ANEXO II

Dos (as) Convocados (as) para os Cargos de Nível Superior:

CARGO: PROFESSOR DISCIPLINAS ESPECÍFICAS - MATEMÁTICA			
Nº INSC.	**NOME COMPLETO DO (A) CANDIDATO (A)**	**SITUAÇÃO**	**CLAS.**
281	Francisco Damares Rocha Ferreira	CONVOCADO	2°

ANEXO III

RELAÇAO DE DOCUMENTOS

1.1. 02(duas) Fotos 3x4;
1.2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (frente e verso);
1.3. Cópia do PIS/PASEP;
1.4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
1.4.1 - CPF;
1.4.2 - Cédula de Identidade (RG) e/ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
1.4.3 - Título de Eleitor e Comprovante de quitação eleitoral;
1.4.4 - Atestado de Antecedentes Criminais;
1.4.5 - Certidão de casamento ou nascimento se for solteiro;
1.4.6 - Certidão de nascimento de filhos com até 21 (vinte) anos;
1.4.7 - Certificado de reservista para o gênero masculino;
1.4.8 - Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
1.4.9 - Comprovante de residência atual;
1.4.10 - Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional;
1.5. Declaração/Relação de Bens (disponibilizada pela Prefeitura), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
1.6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na administração Pública (disponibilizada pela Prefeitura)
1.7. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
1.9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública (disponibilizada pela Prefeitura);
2.0. Comprovante de conta corrente (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil), cópias

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS COM VALIDADE DE ATÉ 90 DIAS

. Hemograma Completo
. Sumário de Urina e VDRL
. Carteira de Vacinação atualizada
. Atestado de Aptidão Física e de Sanidade Mental

Publicado por:
Jose Lazaro Inacio de Melo
Código Identificador:31A3609A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 190601/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 17060004/2026
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 190601*/2026*

CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN*
CONTRATADO: AGENCIA CACTUS PRODUCOES LTDA
OBJETIVO: *Constitui o objeto do presente do contrato o objeto Contratação de empresa especializada no planejamento, elaboração de conteúdos e coordenação geral, cobertura jornalística do evento, incluindo produção de release, transmissão ao vivo com reportagens e fotografias, distribuição do material à imprensa dos eventos juninos municipais: 4ª Tradicional Arraiá da Educação, 16º Tradicional Arrasta Pedro, e 35º Tradicional São Pedro de Riacho da Cruz/RN*
VALOR TOTAL DO CONTRATO: *R$ 16.000,00*
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: *Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da contratação ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, Exercício de 2026*

Unidade Gestora	*Unidade Orçamentária*	*Dotação*	*Valor*
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RIACHO DA CRUZ	*4013*	*2144.33903900-15000000*	*16.000,00*

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*: Art. 92, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.*
VIGÊNCIA: *Início 19/06/2026 fim 18/09/2026*
LOCAL DE DATA*: RIACHO DA CRUZ/RN, 19/06/2026*

ASSINANTES:
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO – PREFEITA MUNICIPAL
AGENCIA CACTUS PRODUCOES LTDA - CONTRATADA

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:0B6F6E83

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA N°. 046/2026-PMRC RIACHO DA CRUZ/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor **Elzuite Vicente Morais das Chagas**, requerendo a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade;

CONSIDERANDO que o servidor tem o direito ao gozo de licenças prêmios, por força do disposto no art. 95 da LC nº. 001/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor, **Elzuite Vicente Morais das Chagas**, titular do cargo de provento efetivo de **Gari**, 40 horas semanais, matrícula nº 120102-6, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Riacho da Cruz/RN, pelo período de 03 (três) meses, referente ao gozo de uma licença prêmio, com início em 01/07/2026 e término em 28/09/2026, nos termos dos art. 88, IV e 95 da LC nº. 001/1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Riacho da Cruz/RN, 01 de julho de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Ercilia Guedes Rego Santos
Código Identificador:CE5AAAF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA N°. 047/2026-PMRC RIACHO DA CRUZ/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o requerimento da servidora **Lheomarya Carla da Costa Amaral**, requerendo a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade;

CONSIDERANDO que o servidor tem o direito ao gozo de licenças prêmios, por força do disposto no art. 95 da LC nº. 001/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade a servidora, **Lheomarya Carla da Costa Amaral**, titular do cargo de provento efetivo de **Técnico em Saúde Bucal**, 30 horas semanais, matrícula nº 120692-0, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Riacho da Cruz/RN, pelo período de 03 (três) meses, referente ao gozo de uma licença prêmio, com início em 01/07/2026 e término em 28/09/2026, nos termos dos art. 88, IV e 95 da LC nº. 001/1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Riacho da Cruz/RN, 01 de julho de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Ercilia Guedes Rego Santos
Código Identificador:B19A459D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA Nº 045/2026 RIACHO DA CRUZ/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

DISPÕE ACERCA DA POSSE DE SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR POR UM PERIODO DE 30 (TRINTA) DIAS, EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL DE CONSELHEIRO EM GOZO DE FÉRIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Constitucionais e das que lhe confere a Lei Orgânica do Município.
CONSIDERANDO o disposto no art. 18 da Lei Municipal 180/97, que dispõe acerca da composição do Conselho Tutelar do Município de Riacho da Cruz (RN);
CONSIDERANDO o desfalque na composição dos membros do Conselho Tutelar, em virtude da concessão de férias a um dos membros do referido Conselho;
CONSIDERANDO ainda, que na hipótese de vacância do cargo será convocado o primeiro suplente, conforme prevê o art. 15 da Resolução nº. 139 de 17 de março de 2010, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Do Adolescente- CONANDA.

R E S O L V E:
Art. 1º Fica empossada como membro titular do Conselho Tutelar do Município de Riacho da Cruz (RN), de forma temporária, a conselheira, LAIS MICHELLE DA SILVA SOUZA, CPF: 092.***.***-01, segunda suplente, para ocupar a vaga da Conselheiro

Titular Marcos Felipe Gomes das Chagas, em virtude de gozo de férias, por um período de 30 (trinta) dias, de 01/07/2026 a 30/07/2026.
Parágrafo único. A Conselheira, ora empossada, perceberá remuneração compatível com os demais conselheiros e exercerá suas funções com a mesma carga horária definida para os titulares do referido Conselho.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE - CUMPRA – SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Riacho da Cruz-RN, em 01 de julho de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Ercilia Guedes Rego Santos
Código Identificador:AAFEB9B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 010701/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 010701/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando à Inscrição de atletas para representar o município de Riacho da Cruz/RN no Open Serrano de Karatê a ser realizado no município de Martins/RN

Reconhece e autoriza a Inexigibilidade de Licitação, no valor global de R$ 2.000,00 (DOIS MIL), correspondentes à contratação acima solicitada, conforme especificações constantes da Proposta Orçamentária.

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no Inexigível, Art. 74, Inciso I, LEI Nº 14.133/21 da lei 14.133/21 e alterações subseqüentes, que permitem tal procedimento, tendo em vista a inviabilidade de competição necessária à realização de prévio processo licitatório.

Art. 74.*É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
....

I- aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

Face ao exposto, permite-nos inferir que a contratação dos serviços ora pretendida deve ser efetuada diretamente à empresa FEDERAÇÃO NORTERIOGRANDENSE DE KARATÊ, compreendendo todos os serviços inerentes na proposta de preço.

RIACHO DA CRUZ/RN,01/07/2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:68EB18D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - Riacho de Santana - RN, por meio do site https://bbmnetlicitacoes.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Fornecimento de Materiais de limpeza destinados as Secretarias Municipais deste município. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 17 de Julho de 2026. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (84) 33870055. E-mail: cplriacho2021@gmail.com. Edital: http://licitafacil.tce.rn.gov.br/; https://bbmnetlicitacoes.com.br; www.gov.br/pncp.
Riacho de Santana - RN, 1º de Julho de 2026

SAMUEL FERREIRA FERNANDES **-**
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:E43AD345

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 302/2026 RIACHO SANTANA/RN, 30 DE JUNHO DE 2026. - PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 302/2026 RIACHO SANTANA/RN, 30 DE JUNHO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **IVANSUELDE AIRES LOPES**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a serviço da Secretaria de Educação do município, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 30 de junho de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:DC9738B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 019/2026 RIACHO DE SANTANA/RN, 1 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA N.º 019/2026 RIACHO DE SANTANA/RN, 1 DE JULHO DE 2026.

REVOGA A PORTARIA Nº 090/2025, QUE DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORA EFETIVA PARA ATUAÇÃO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO ESTADUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a Portaria nº 090/2025 autorizou a cessão da servidora efetiva JOELMA DA COSTA FERNANDES NERIS para exercer suas atividades junto à Escola Estadual Patronato Alfredo Fernandes, vinculada à 15ª DIREC – Pau dos Ferros/RN;

CONSIDERANDO que o art. 3º da referida Portaria estabelece que a cessão poderá ser revogada a qualquer tempo por conveniência da Administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa de retorno da servidora ao quadro funcional do Município, em razão do interesse público e da conveniência da Administração;
RESOLVE:
Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 090/2025, que concedeu a cessão da servidora efetiva JOELMA DA COSTA FERNANDES NERIS, inscrita no CPF nº 914.123.744-72, junto à Escola Estadual Patronato Alfredo Fernandes, vinculada à 15ª DIREC – Pau dos Ferros/RN.

Art. 2º A servidora deverá reassumir o exercício de suas funções junto ao Município de Riacho de Santana/RN na data estabelecida pela Secretaria Municipal de Administração, após a devida comunicação à instituição cessionária.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração promover as comunicações necessárias à instituição cessionária, bem como adotar as providências administrativas decorrentes desta revogação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 1 de julho de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:FFC0EDF1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº0167/2026 – GPMRF

Conceder diárias ao Farmacêutico da Secretaria Municipal de Saúde e dar outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN, usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder 01 (uma) diária, o senhor **MARCOS ANTÔNIO DE CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR,** CPF:***.218.134-**, Farmacêutico da Secretaria Municipal de Saúde, com fulcro na participação na Oficina **"Oficina Macrorregional de Qualificação em insulinoterapia",** que aconteceu no dia 30 de julho de 2026, na cidade de Natal/RN, conforme portaria 019/2009 – GP.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 01 de julho de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:CC85B639

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº0168/2026 – GPMRF

Conceder diárias a Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde e dar outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN, usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder 01 (uma) diária, a senhora **ANA RAQUEL FERREIRA DA SILVA,** CPF:***.840.144-**, Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde, com fulcro na participação na Oficina **"Oficina Macrorregional de Qualificação em insulinoterapia",** que aconteceu no dia 30 de julho de 2026, na cidade de Natal/RN, conforme portaria 019/2009 – GP.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 01 de julho de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:500B5B8D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0169/2026 – GPMRF

Nomear por designação, Fiscal de Contrato Nº008/2026, e dá outras providencias.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN**, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor Marcio Luiz Pereira Barbosa no usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por designação, o Senhor **Bruno Emidio de Souza,** inscrito no CPF: ***.657.594-**, para atuar como Fiscal de Contrato por número 008/2026, Inexigibilidade de Licitação nº02/2026, contratação de Show Musical da cantora Anny Silva para realização do carnaval 2026 nos polos de Pititinga, Rio do Fogo e Zumbi, conforme art. 74º da Lei 14.133/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos ao dia 12 de fevereiro de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Rio do Fogo/RN, 01 de julho de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:BC3BA213

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0170/2026 – GPMRF

Nomear por designação, Fiscal de Contrato Nº009/2026, e dá outras providencias.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN**, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor Marcio Luiz Pereira Barbosa no usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por designação, o Senhor **Bruno Emidio de Souza,** inscrito no CPF: ***.657.594-**, para atuar como Fiscal de Contrato por número 009/2026, Inexigibilidade de Licitação nº03/2026, contratação de Show Musical do cantor Miller Show para realização do carnaval 2026 nos polos de Pititinga, Rio do Fogo e Zumbi, conforme art. 74º da Lei 14.133/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos ao dia 12 de fevereiro de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Rio do Fogo/RN, 01 de julho de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:8C99A7E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0171/2026 – GPMRF

Nomear por designação, Fiscal de Contrato Nº010/2026, e dá outras providencias.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN**, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor Marcio Luiz Pereira Barbosa no usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por designação, o Senhor **Bruno Emidio de Souza,** inscrito no CPF: ***.657.594-**, para atuar como Fiscal de Contrato por número 010/2026, Inexigibilidade de Licitação nº04/2026, contratação de Show Musical da cantora Cione Fernandes para realização do carnaval 2026 nos polos de Pititinga, Rio do Fogo e Zumbi, conforme art. 74º da Lei 14.133/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos ao dia 12 de fevereiro de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Rio do Fogo/RN, 01 de julho de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:9D43C712

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 172/2026 – GPMRF

Exonera Diretora de Departamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (SEPLF), dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN**, Marcio Luiz Pereira Barbosa no usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:

Art.1º – Exonera a Senhora ISABELLE CATARINE REIS LIMA, CPF nº ***.070.254-**, para o cargo de **Diretor de Departamento** da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças (SEPLF)deste município;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus feitos ao dia 20 de maio do corrente ano, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Rio do Fogo/RN, 01 de julho de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:F63B8A1F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 2.150, DE 01 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a dispensa automática de alvará e licença de funcionamento para o Microempreendedor Individual - MEI, reconhece a vedação de cobrança de taxas, emolumentos, custos e valores correlatos e estabelece procedimentos administrativos no âmbito do Município de Santa Cruz/RN, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 55, V da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o tratamento jurídico diferenciado e favorecido assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive ao Microempreendedor Individual - MEI, pelos arts. 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que assegura custo zero ao MEI e veda a exigência de taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, inscrição, registro, funcionamento, alvará, licença, cadastro, alterações, baixa, encerramento e demais itens correlatos;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que instituiu a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM;

CONSIDERANDO a Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018, com as alterações promovidas pela Resolução CGSIM nº 59, de 12 de agosto de 2020, especialmente quanto ao Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento, ao caráter comprobatório do CCMEI, à fiscalização posterior e à vedação de cobranças;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos administrativos municipais, eliminar barreiras à formalização e assegurar segurança jurídica ao Microempreendedor Individual;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a aplicação da dispensa automática de alvará e licença de funcionamento e da vedação de cobrança de taxas, emolumentos, custos e valores correlatos ao Microempreendedor Individual - MEI.

Parágrafo único. A disciplina prevista neste Decreto possui natureza de execução administrativa de normas nacionais de observância obrigatória e não constitui criação de benefício fiscal novo pelo Município.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se:
I - Microempreendedor Individual - MEI: enquadrado no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI;
II - Termo de Ciência e Responsabilidade: a declaração eletrônica aceita pelo MEI no Portal do Empreendedor, com efeito de dispensa de alvará e licença de funcionamento;
III - CCMEI: o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, documento hábil para comprovar o registro, o enquadramento no SIMEI e a dispensa de alvarás e licenças; e
IV - órgãos municipais competentes: as unidades responsáveis por fazenda, tributação, desenvolvimento econômico, posturas, urbanismo, vigilância sanitária, meio ambiente, fiscalização, Sala do Empreendedor e demais áreas envolvidas na legalização e no acompanhamento do MEI.

Art. 3º. O MEI fica automaticamente dispensado da emissão de alvará e licença municipal de localização e funcionamento, a partir da inscrição ou alteração cadastral realizada no Portal do Empreendedor, mediante a manifestação de concordância com o Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.
§ 1º A dispensa ocorrerá de pleno direito, independentemente de requerimento, protocolo, análise prévia, vistoria prévia, pagamento, emissão de certificado municipal ou prática de ato adicional pelo interessado.
§ 2º O CCMEI ativo, acompanhado do respectivo Termo de Ciência e Responsabilidade, quando nele incorporado, constitui prova suficiente da dispensa perante todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
§ 3º É vedado exigir do MEI alvará, licença, certidão de dispensa, declaração municipal substitutiva ou documento equivalente como condição para o início ou a continuidade regular de suas atividades, ressalvada a fiscalização posterior prevista neste Decreto.

Art. 4º. A dispensa de que trata o art. 3º abrange todas as ocupações permitidas ao MEI pela legislação nacional, sem prejuízo do dever de observância dos requisitos materiais aplicáveis à atividade, inclusive os de natureza sanitária, ambiental, tributária, de segurança, de uso e ocupação do solo, de atividades domiciliares e de restrições ao uso de espaços públicos.
§ 1º A dispensa de alvará e licença não afasta o poder de polícia administrativa, nem impede orientação, inspeção, monitoramento ou fiscalização posterior pelos órgãos municipais competentes.
§ 2º O exercício da atividade em desacordo com requisitos legais poderá ensejar medidas corretivas e, quando cabível, o cancelamento da dispensa, observado o devido processo administrativo.

Art. 5º. As vistorias destinadas à verificação dos requisitos que fundamentam a dispensa serão realizadas após o início da operação da atividade do MEI.
§ 1º A fiscalização deverá ser prioritariamente orientadora quando a natureza da atividade ou da situação comportar esse procedimento, sem prejuízo das medidas imediatas necessárias em caso de risco grave ou iminente à saúde, ao meio ambiente, à segurança ou à ordem pública.
§ 2º Sempre que possível, a primeira visita fiscal será destinada à orientação e à fixação de prazo razoável para correção das irregularidades sanáveis.

Art. 6º. A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer tempo, verificar a correção do endereço declarado, a compatibilidade da atividade com o local indicado e a manutenção das condições de enquadramento do interessado como MEI.
§ 1º Constatada inconsistência de endereço ou irregularidade sanável, o MEI será notificado para correção ou transferência da sede de suas atividades no prazo de trinta dias assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 2º O cancelamento do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento somente será promovido pelo órgão competente após o descumprimento da notificação ou quando a irregularidade for insanável, observados os procedimentos da REDESIM e da regulamentação do CGSIM.

Art. 7º. Fica expressamente vedada, no âmbito municipal, a exigência ou cobrança do MEI de taxas, emolumentos, preços públicos administrativos, custos, inclusive prévios e suas renovações, ou valores a qualquer título relacionado:
I - À abertura, inscrição, registro, formalização e legalização;
II- Ao funcionamento, alvará, licença, dispensa de alvará ou licença e respectivas renovações;
III - Ao cadastro, inscrição municipal, atualização, alteração cadastral, baixa e encerramento;
IV- À emissão de certidões ou documentos indispensáveis aos procedimentos de formalização e legalização do MEI;
V - A serviços administrativos, expediente, análise técnica, vistoria, fiscalização, anotação de responsabilidade técnica ou atos equivalentes vinculados aos itens anteriores; e
VI - A quaisquer outros procedimentos municipais relativos à condição de MEI alcançados pelo art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e pelo art. 7º da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, com redação dada pela Resolução CGSIM nº 59, de 2020.
§ 1º A vedação abrange cobranças diretas e indiretas, ainda que identificadas como taxa de expediente, taxa de localização, taxa de fiscalização de funcionamento, taxa de alvará, taxa de licença, taxa de renovação, serviço administrativo, vistoria, análise ou denominação equivalente.
§ 2º Os sistemas municipais não poderão gerar guia, documento de arrecadação, débito automático ou lançamento financeiro em nome do MEI relativamente às hipóteses previstas neste artigo.
§ 3º O disposto neste artigo não afasta o recolhimento dos tributos devidos pelo MEI na forma do SIMEI, nem outras obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores não relacionados aos atos e procedimentos abrangidos pela regra nacional de custo zero.

Art. 8º. Os órgãos e entidades municipais deverão utilizar o CNPJ como identificador cadastral principal do MEI e promover, preferencialmente de forma automática e sem interferência do contribuinte, as inscrições, alterações e baixas necessárias à prestação dos serviços públicos municipais.

Parágrafo único. A falta de integração tecnológica entre sistemas municipais e o Portal do Empreendedor não poderá ser utilizada para suspender, condicionar ou descaracterizar a dispensa de alvará e licença de funcionamento.

Art. 9º. Os cadastros e sistemas municipais deverão identificar o MEI com a expressão "DISPENSADO DE ALVARÁ E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO", vedada a apresentação de status que induza o empreendedor ou terceiros à conclusão de que há pendência de alvará ou taxa.

Parágrafo único. Enquanto não concluída a integração eletrônica, os setores competentes deverão adotar procedimento interno simplificado, sem ônus e sem exigência adicional ao MEI.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Tributação e Arrecadação deverá bloquear a constituição de créditos e a emissão de cobranças incompatíveis com este Decreto,

Art. 11. Compete à Sala do Empreendedor, em articulação com os órgãos municipais competentes:
I - Orientar o MEI sobre a dispensa automática de alvará e licença de funcionamento e sobre a vedação de cobrança de taxas e emolumentos;
II - Auxiliar na emissão e conferência do CCMEI e no acesso ao Portal do Empreendedor;
III - comunicar aos setores responsáveis eventual cobrança indevida, exigência documental incompatível ou falha cadastral;
IV - Apoiar a atualização dos fluxos, formulários, sistemas, páginas eletrônicas e materiais de atendimento; e
V - Manter orientação pública, clara e atualizada sobre os direitos, deveres e requisitos materiais aplicáveis às atividades do MEI.

Art. 11. Os agentes públicos deverão abster-se de criar exigências, condicionantes ou cobranças que, direta ou indiretamente, esvaziem a dispensa e o custo zero assegurados ao MEI, sujeitando-se a apuração administrativa em caso de descumprimento, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis.

Art. 12. A Secretaria Municipal de TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Município, poderá expedir normas complementares estritamente necessárias à execução deste Decreto, vedada a criação de obrigações adicionais ao MEI em desconformidade com a legislação nacional.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições regulamentares em contrário.

Santa Cruz/RN, 01 de julho de 2026

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:39DBD5C1

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 06.1446/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida, 2 (duas) diárias no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), à servidora **DALVA MARIA DE SOUZA**, matrícula nº 1533452-1, ocupante do cargo de Artesã, vinculada à Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico deste município, para custear despesas destinadas à cobertura dos gastos com alimentação, conforme dispõe o Parágrafo Único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de Tangará/RN, no período de 03 a 06 de julho, com a finalidade de prestar suporte às artesãs do município de Santa Cruz/RN que participarão do 27º Tangará Junino. A servidora realizará deslocamento diário para o evento, sem pernoite, durante os quatro dias de sua realização, sendo o valor correspondente às 2 (duas) diárias destinado exclusivamente ao custeio de sua alimentação nesse período. Conforme consta na Estimativa de Custo da Concessão, anexa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 01 de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:F3B1C701

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 07.1447/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito à Servidora Pública Municipal, **JANESCA CLAUDIA DA SILVA**, Matricula: 1535471/1, Coordenadora de Projetos, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas, referente ao período aquisitivo de **2025**, que serão gozadas no período de **2 a 31 de julho de 2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 1º de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:52C4DF68

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026

A Agente de Contratação do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN**,**devidamente nomeado através da Portaria nº 007/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que que fará realizar pretensa **"DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026**, do tipo **"MENOR PREÇO POR LOTE"**, instaurada visando a Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados a preparação de alimentos, pequenas refeições, chás, cafés e lanches para do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) do Município de Santa Cruz/RN, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo serem observadas as seguintes disposições:**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 02 de julho de 2026, às 08h00min.**DATA E HORA DA DISPUTA POR LANCES:** das 08H00min às 15h00min, do Dia 08 de julho de 2026. **LOCAL/SITE:**www.portaldecompraspublicas.com.br.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do e-mail: **saaesantacruzrn.licitacoes@gmail.com** de segunda a sexta-feira.

Santa Cruz/RN, 01 de julho de 2026.

ULIANA PINTO DE ASSIS CRISANTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:26F0EDEF

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

A Agente de Contratação do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN**,**devidamente nomeado

através da Portaria nº 007/2026, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que que fará realizar pretensa **"DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026**, do tipo **"MENOR PREÇO POR LOTE"**, instaurada visando a Contratação de empresa para fornecimento de material de higiene, limpeza e utensílios para atender as necessidades básicas e administrativas do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) do Município de Santa Cruz/RN, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo serem observadas as seguintes disposições:**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 02 de julho de 2026, às 08h00min.**DATA E HORA DA DISPUTA POR LANCES:** das 08H00min às 15h00min, do Dia 08 de julho de 2026. **LOCAL/SITE:**www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:**Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do e-mail: **saaesantacruzrn.licitacoes@gmail.com** de segunda a sexta-feira.

Santa Cruz/RN, 01 de julho de 2026.

ULIANA PINTO DE ASSIS CRISANTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:77A7CCF9

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026

A Agente de Contratação do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa Cruz/RN**,**devidamente nomeado através da Portaria nº 007/2026, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que que fará realizar pretensa **"DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026**, do tipo **"MENOR PREÇO POR LOTE"**, instaurada visando a Aquisição de Material de Expediente destinado a atender as necessidades do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) do Município de Santa Cruz/RN, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo serem observadas as seguintes disposições:**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 02 de julho de 2026, às 08h00min.**DATA E HORA DA DISPUTA POR LANCES:** das 08H00min às 15h00min, do Dia 08 de julho de 2026. **LOCAL/SITE:**www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:**Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do e-mail: **saaesantacruzrn.licitacoes@gmail.com** de segunda a sexta-feira.

Santa Cruz/RN, 01 de julho de 2026.

ULIANA PINTO DE ASSIS CRISANTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:2DE053A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 023/2026

A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar pretensa "**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 023/2026**, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**", instaurada visando a Aquisição de balanças digitais eletrônicas, destinadas às demandas de recebimento, conferência, controle e distribuição de gêneros alimentícios utilizados na elaboração da alimentação escolar da Rede Municipal de Ensino de Santa Cruz/RN, devendo serem observadas as seguintes disposições:**INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: dia 02 de julho de 2026, às 08h00min.**INÍCIO DA DISPUTA POR LANCES:**das 09h00min às 15h00min, do dia 07 de julho de 2026. LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio:www.portaldecompraspublicas.com.br.

Santa Cruz/RN, 01 de julho de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:6435822C

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

Ref. Processo Administrativo PMSC/RN nº 20250188/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, através da Prefeita Municipal, ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 009.133.444-60, com RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2026 com início no dia 26 de maio de 2026 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE BOMBONIERE DESTINADOS AS AÇÕES EDUCATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN, em favor das empresas relacionadas a seguir: MARIA CLARA DA SILVA- CNPJ: 44.191.353/0001-91, saiu vencedora nos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24; totalizando o valor de R$ 139.968,80 (cento e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos). As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, CEP: 59.200-000, em horário de expediente.
SANTA CRUZ/RN, 15 de junho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:D00127DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

Ref. Processo Administrativo PMSC/RN nº 20250185/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, através da Prefeita Municipal, ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 009.133.444-60, com RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2026, com início no dia 26 de maio de 2026 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA MANUTENÇÃO DE PISCINAS DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, em favor das empresas relacionadas a seguir: 59.909.398 ELTON GUERREIRO RUIZ- CNPJ: 59.909.398/0001-26, saiu vencedor nos itens: 01, 03, 04; totalizando o valor de R$ 43.971,50 (quarenta e três mil, novecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos). SANITOP COMERCIAL LTDA- CNPJ: 53.710.803/0001-04, saiu vencedor nos itens: 02, 05, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16; totalizando o valor de R$ 31.229,54 (trinta e um mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos). As atas da licitação com os respectivos

materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, CEP: 59.200-000, em horário de expediente.

SANTA CRUZ/RN, 17 de junho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:11A98A97

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/ 2026

Ref. Processo Administrativo PMSC/RN nº 20250177/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, através da Prefeita Municipal, ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 009.133.444-60, com RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 21/2026 com início no dia 30 de abril de 2026, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA OPERAÇÃO DE COMBATE A MOSQUITOS, INCLUINDO INSETICIDAS LARVICIDAS, ÓLEOS MINERAIS DILUENTES E GERADORES DE AEROSSOL PORTÁTEIS E VEICULARES, DESTINADOS AO CONTROLE DE MOSQUITOS VETORES DE DOENÇAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES PRIMORDIAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, em favor das empresas relacionadas a seguir: ERRADIK SAÚDE AMBIENTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS DOMISSANITARIO EIRELI - M- CNPJ: 26.221.566/0001-37, saiu vencedora nos itens: 01, 02, 04, 05, 06; totalizando o valor de R$ 703.002,00 (setecentos e três mil e dois reais). As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, CEP: 59.200-000, em horário de expediente.

SANTA CRUZ/RN, 18 de junho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:3813CF55

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROCESSO Nº. 104529/2022 EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADA(O): CONSTRUTORA NOVA DIMENSAO LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.951.948/0001-83. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 60/2022. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 03/07/2026 à 03/07/2027. DATA DA ASSINATURA: 25 de junho de 2026. Ana Fabrícia de Araújo Silva Rodrigues de Souza - PELO CONTRATANTE e José Alves Filho - PELA CONTRATADA.

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:9D1B97BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROCESSO Nº. 149/2023 EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADA(O): VALTER CASSEMIRO DE MACEDO, inscrita no CNPJ sob o nº 44.619.014/0001-63. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 95/2024. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 15/06/2026 à 15/06/2027. DATA DA ASSINATURA: 10 de junho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA -
Pelo Contratante e

VALTER CASSEMIRO DE MACEDO -
Pela Contratada.

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:B65A54F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROCESSO Nº. 423033/2025 EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 208/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADA(O): CDJ PROCEDIMENTOS CIRURGICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº10.722.198/0001-70. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 208/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 09/06/2026 à 09/06/2027. DATA DA ASSINATURA: 08 de junho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA -
Pelo Contratante e

CARLOS ALBERTO SALUSTINO DUTRA JUNIOR -
Pela Contratada.

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:793355F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROCESSO Nº. 423056/2025 EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 210/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADA(O): H & G SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.219.559/0001-07. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 210/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 24/07/2026 à 24/07/2027. DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Pelo Contratante E

HOSTON HUGO RIBEIRO
Pela Contratada.

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:D9CAC7D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROCESSO Nº. 423056/2026 EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADA(O): J B F QUEIROZ OLIVEIRA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.052.431/0001-79. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 209/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO:

24/07/2026 à 24/07/2027. DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2027. Ana Fabrícia de Araújo Silva Rodrigues de Souza - PELO CONTRATANTE e Francisco Gilberto de Oliveira Fernandes - PELA CONTRATADA.

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:9ACF364F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO E AS DIRETRIZES METODOLÓGICAS RELATIVAS À REALIZAÇÃO DA 9ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE SANTA MARIA RN.

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 29 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre o Regimento Interno e as Diretrizes Metodológicas relativas à realização da 9ª Conferência Municipal de Saúde Santa Maria RN.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RN, em sua 62º Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de maio de 2026, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 750, de 18 de abril de 2024; e cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte e da legislação correlata e legislação municipal.
Considerando que a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, institui as Conferências de Saúde como instâncias colegiadas de caráter deliberativo, a serem realizadas a cada quatro anos, com ampla representação dos segmentos sociais, destinadas a avaliar a situação de saúde e a propor diretrizes para a formulação das políticas públicas de saúde nas três esferas de governo;
Considerando que compete ao CMS/RN, no âmbito da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Santa Maria/RN e em conformidade com as normativas do Conselho Estadual de Saúde (CES) para a 11ª Conferência Estadual de Saúde, normatizar, orientar e acompanhar o processo de construção da etapa municipal.
Considerando que a 9ª Conferência Municipal de Saúde de Santa Maria/RN, será realizada no dia 02 de julho de 2026 sendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Santa Maria/RN, que tem por tema "Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:5346DA2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA 23.2026- DESIGNAÇÃO

Portaria 023/2026 Santa Maria RN, 25 de Junho 2026

O Prefeito Constitucional de Santa Maria/RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Sr. **LUIS GUSTAVO VASCONCELOS DA SILVA**, **CPF: 700.214.274-70**, para representar o ente Federativo no preenchimento das informações nos **módulos do SINIR**

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor nesta data, revogando todas as demais disposições em contrário,

Dê ciência, publique-se nos locais de costume, e cumpra-se

RANIERY SOARES CÂMARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:9ECCDA8D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30061/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026 - PROC. ADMINIST. MSM/ RN Nº 1718/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.110.439/0001-89, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, nº 56 – Centro – CEP: 59.520-000; por intermédio do Prefeito Municipal, o Sr. Claylton Ângelo Pinheiro da Silveira;

CONTRATADA: AT E L CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.929.488/0001-62; com sede à rua Seridó, nº 746, sala 02 – Petrópolis – Natal/RN - CEP 59020-010; por intermédio da sua representante legal a Sra. Lucicleide Antonia de Oliveira Silva

OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA, CONSISTENTES NO ACOMPANHAMENTO IN LOCO DE PROCESSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA E INDIRETA, BEM COMO NA GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE, INCLUINDO O ACOMPANHAMENTO DE PROPOSTAS E PROJETOS JUNTO AOS MINISTÉRIOS E DEMAIS ÓRGÃOS FEDERAIS CONCEDENTES DE RECURSOS ATÉ A SUA EFETIVA LIBERAÇÃO*, à Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN.

VALOR GLOBAL: importará a despesa o valor global de R$ 84.000,00(oitenta e quatro mil reais);

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da data da sua subscrição na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

Dotação Orçamentária:
02.003.04.122.0003.2008 – Manutenção da Secretária de Administração;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ;
Fontes:
1.500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74. inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Santana do Matos/RN, 30 de junho de 2026

Município de Santana do Matos/RN
CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

AT E L Consultoria e Assessoria LTDA
LUCICLEIDE ANTONIA DE OLIVEIRA SILVA
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:94198B1D

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1809/2026

Data: 01 de Julho de 2026. Local: Prefeitura Municipal de Santana do Matos/rn.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA ATUAR NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), FUNDAMENTADO NO ART. 30, INCISO I, DA LEI FEDERAL N.º 13.019/2014. ESTIVERAM PRESENTES A SENHORA MÔNICA PAULA SILVA DE ASSIS, PRESIDENTE DA COMISSÃO, MATRÍCULA N.º 151, E OS DEMAIS MEMBROS, A SENHORA ALIFRAN BARBOSA DE MACEDO MELO, MATRÍCULA N.º 402, E A SENHORA TAINÁ BEATRIZ DA SILVA SANTOS, MATRÍCULA N.º 2670, TODOS EM PLENO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

ORDEM DO DIA: A REUNIÃO TEVE COMO OBJETIVO A ANÁLISE TÉCNICA, HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS OSCS QUE ENVIARAM PROPOSTAS E PLANOS DE TRABALHO EM RESPOSTA AO AVISO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS.
DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS: A COMISSÃO CONFERIU A DOCUMENTAÇÃO DAS ENTIDADES QUE PROTOCOLARAM PROPOSTAS DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO: O INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS – IPAS E O INSTITUTO SOCIAL MAIS SERVIÇOS DO BRASIL – ISMSB. A ANÁLISE SEGUIU OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E DE CAPACIDADE TÉCNICA EXIGIDOS PELA LEI 13.019/2014 E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**. RESSALTA-SE QUE O IPAS JÁ HAVIA SIDO QUALIFICADA ANTERIORMENTE COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL (OS) NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 1º, INCISO IV, DA PORTARIA Nº 006/2026-GP, DE 23 DE JANEIRO DE 2026.**
1. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: VERIFICOU-SE QUE AS ENTIDADES APRESENTARAM ESTATUTO SOCIAL REGISTRADO COM OBJETO COMPATÍVEL, CNPJ ATIVO E COMPROVAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 02 (DOIS) ANOS DE EXISTÊNCIA COM EXPERIÊNCIA PRÉVIA EM OBJETOS SEMELHANTES. 2. REGULARIDADE FISCAL, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA: A COMISSÃO ATESTOU A CONFORMIDADE DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE JUNTO AO FGTS, CNDT (TRABALHISTA), CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, ALÉM DA REGULARIDADE JUNTO AO INSS. CONCLUSÃO: APÓS ANÁLISE MINUCIOSA, A COMISSÃO DECLARA QUE **O INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS – IPAS E O INSTITUTO SOCIAL MAIS SERVIÇOS DO BRASIL – ISMSB** ATINGIRAM TODOS OS PRÉ-REQUISITOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO AVISO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS, SENDO DECLARADAS QUALIFICADAS. O PRÓXIMO PASSO DO CERTAME, QUE CONSISTE NA AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO ENVIADOS PELAS ENTIDADES, SERÁ REALIZADO PELA COMISSÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME AS DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO TÉCNICA E AS ATRIBUIÇÕES LEGAIS DA PASTA ESTABELECIDAS PARA ESTE PROCESSO EMERGENCIAL. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, A PRESIDENTE ENCERROU A REUNIÃO, LAVRANDO-SE A PRESENTE ATA.

SANTANA DO MATOS/RN, 01 DE JULHO DE 2026.

MÔNICA PAULA SILVA DE ASSIS -
Presidente Da Comissão – Matrícula N.º 151

ALIFRAN BARBOSA DE MACEDO MELO MEMBRO –
Matrícula N.º 402

TAINÁ BEATRIZ DA SILVA SANTOS MEMBRO –
Matrícula N.º 2670

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:5C19A54C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 207-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **½ (meia) diária** ao servidor **José Eudemayke da Silva**, matrícula nº **3290**, ocupante do cargo de **Coordenador Pedagógico de Educação Infantil**, considerando o valor unitário de **R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, perfazendo o total de **R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se a custear as despesas com deslocamento à cidade de **Mossoró/RN**, no dia **02 de julho de 2026**, para participação em **encontro de formação voltado ao Transporte Escolar**, promovido com o objetivo de fortalecer a qualificação técnica dos profissionais da educação, aprimorar os procedimentos relacionados à gestão e ao acompanhamento do transporte escolar, bem como assegurar a melhoria da qualidade e da segurança dos serviços prestados aos estudantes da rede municipal de ensino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos/RN, 01 de julho de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:D05D0C51

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 208-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **½ (meia) diária** ao servidor **Marcio Adriano Xavier da Silva**, matrícula nº **3527**, ocupante do cargo de **Subcoordenador de Transporte Escolar**, considerando o valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, perfazendo o total de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se a custear as despesas com deslocamento à cidade de **Mossoró/RN**, no dia **02 de julho de 2026**, para participação em **encontro de formação voltado ao Transporte Escolar**, promovido com o objetivo de fortalecer a qualificação técnica dos profissionais da educação, aprimorar os procedimentos relacionados à gestão e ao acompanhamento do transporte escolar, bem como assegurar a melhoria da qualidade e da segurança dos serviços prestados aos estudantes da rede municipal de ensino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos/RN, 01 de julho de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:435090EB

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 3776/2025

O Município de Santana do Matos/RN, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. Claylton Ângelo Pinheiro da Silveira, em conformidade com os parâmetros da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

Considerando, nos termos da referida lei, o resultado da Concorrência Eletrônica 002/2026, em que a empresa atendeu os requisitos do Edital,
Considerando o Termo de Adjudicação e Homologação.
Considerando, ainda, o item 13.1 do instrumento convocatório que trata da garantia de execução contratual.

Fica **CONVOCADA** a empresa abaixo para a apresentação da Garantia de Execução Contratual, nos termos no § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021:

COPAGEL EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.731.373/0001-72, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 159, Paredões, Mossoró/RN – CEP: 59.618-110, representada pelo Sr. Severino Batista de Lima Neto, inscrita no CPF sob o nº ***.354.364-**.

A licitante vencedora deve apresentar a garantia antes da assinatura do contrato, numa das seguintes modalidades, no valor de 5% (cinco por cento) da contratação, a qual deverá ser feita junto ao Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN:

(i) Caução em dinheiro;
(ii) Fiança bancária;
(iii) Seguro Garantia.

Assim, comunicamos ao representante da empresa supracitada, ao tempo em que concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação desta, para a apresentação da garantia, podendo ser encaminhada para o endereço eletrônico: licitacao@santanadomatos.rn.gov.br.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Santana do Matos/RN, 01 de julho de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:C92F1A07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 1763/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**, por meio do setor responsável pelas contratações, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento menor preço por item**,** na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, visando o interesse público de obter a proposta mais vantajosa para objeto discriminado no item 1.1.
Os interessados deverão entrar em contato para maiores informações sobre o **TERMO DE REFERÊNCIA** e entrega de propostas junto a documentação na Sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, centro, Santana do Matos/RN – 59520-000, das 08h00min às 13h00min de segunda à sexta, ou poderão enviar as solicitações e propostas para o e-mail: **compras@santanadomatos.rn.gov.br**, dentro do horário estabelecido e prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, de acordo com a tabela com os itens abaixo.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA PREDIAL CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD
01	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA)ESMALTE SINTETICO ACETINADO EM MADEIRA 2 IRMAOS AF_01/2021	M²	650
02	PINTURA LATEXACRILICA STANDARD APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMAOS AF_04/2023	M²	6500

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, Termo de referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.
2.1. A presente Solicitação de Cotação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS UTÉIS, a partir da data de publicação, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: **(compras@santanadomatos.rn.gov.br)**, fazendo referência ao aviso de Contratação Direta até às 17hrs do último dia, sendo facultado a previsão de entrega da documentação e proposta de preços na sede da Prefeitura Municipal, aos cuidados do Setor de Compras até às 13hs do mesmo dia.
2.1.1 Caberá ao fornecedor certificar do efetivo recebimento da proposta e documentação pelo órgão contratante, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio, caso a documentação não seja recebida dentro do prazo máximo fixado neste aviso.
2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no processo de Dispensa de licitação, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das suas informações, ainda que por terceiros não autorizados.
2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
Empresa, isoladamente ou em consórcio, com responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
2.2.5. Sociedades cooperativas.
2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na dispensa ocorrerá com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.
3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará para e-mail: (compras@santanadomatos.rn.leg.br) ou entregar na sede da Prefeitura Municipal, devidamente protocolado, a proposta e documentos de habilitação com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento e envio das propostas.
3.3. A proposta de preços deverá ser apresentada formalmente, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:
a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail, CPF e pessoa de contato;
b) Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;
c) Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior;
3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.
3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
3.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto nas demais etapas de negociações, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, produtos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.9. No envio da proposta, o fornecedor deverá, também, demonstrar Termo de Aceitação/atestado, relativo às seguintes declarações:
3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
3.9.3. Que se responsabiliza pelas informações que forem disponibilizadas, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
3.9.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos parágrafos 1º ao 3º do art. 4º da lei 14.133/2021.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.

4.1. Encerrado o prazo para envio das propostas e documentação, será verificada a conformidade da proposta classificada como mais vantajosa quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos praticados no mercado.
4.2. Concluído o recebimento, o resultado será registrado na ata ou mapa do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
4.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (Noventa) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
4.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
4.4.1. Contiver vícios insanáveis;
4.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
4.4.3. Apresentar preços inexequíveis
4.4.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
4.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
4.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
4.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.5.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
4.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
4.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo órgão, desde que não haja majoração do preço.
4.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
4.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
4.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta adicional subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
4.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será realizando concomitantemente a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no item **6. – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na ordem de classificação.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
5.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
5.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.
5.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
5.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
5.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada de forma Online, nos documentos por ele abrangidos.
5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes de forma online para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes nas plataformas online, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
5.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
5.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**
6.1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:
6.2. Habilitação jurídica
6.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
6.2.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
6.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
6.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6.2.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
6.2.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
6.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
6.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:
6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

6.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
6.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
6.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
6.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual/municipal/distrital*, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
6.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
6.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
6.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
6.4. Habilitação econômico-financeira:
6.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
6.5. Qualificação técnica:
6.5.1. Apresentar 1 (um), ou mais, **ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa prestou ou está prestando, a contento, os serviços objeto em características compatíveis ao deste Pregão.
7. CONTRATAÇÃO
7.1. Após a autorização ou homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente como Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (Três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
'Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
Multa:
Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
8.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
8.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez*)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
9.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;
9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
9.4. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação;
9.5. Poderá esta Prefeitura Municipal, revogar o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;
9.6. A Prefeitura Municipal poderá anular o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação;
9.7. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso de Dispensa, não gera direito a indenização;
9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
9.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o Termo de Referência e qualquer outra documentação complementar de habilitação exigida.

Santana do Matos/RN, 24 de junho de 2026.

Santana do Matos/RN, 01 de julho de 2026.

GLAUCIA MARIA DA SILVA CUNHA
Coordenadora de Gestão de Compras
Mt. 3167

Publicado por:
Glaucia Maria da Silva Cunha
Código Identificador:703F3DCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO - Nº0017/2026 - HCA

ESTADO DO RIO GRANDE DE NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DR. CLOVIS AVELINO
PORTARIA DE AUXILIO DESLOCAMENTO Nº 0017/2026-HCA
Santana do Matos/RN, 30 de junho de 2026

A Direção Administrativa do Hospital Dr. Clovis Avelino, no exercício das atribuições que lhe são conferidas
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.082/2025, que dispõe sobre o auxílio deslocamento aos motoristas em exercício no Hospital Dr. Clovis Avelino no Município de Santana do Matos/RN
RESOLVE:
Art. 1º - Publicar a Escala Rotativa dos motoristas lotados no Hospital Dr. Clovis Avelino, para o mês de julho/2026.
Art. 2º - esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

NOMES DOS MOTORISTAS	MATRICULA Nº	Nº DE PLANTÕES NA ESCALA ROTATIVA	TOTAL DE AUXILIO DESLOCAMENTO PREVISTO PARA CADA MOTORISTA NA ESCALA ROTATIVA DE JULHO 2026
Raimundo Ribamar	567	07	07
Hugo Victor B. Rocha	2076	07	07
Erisvan Rodrigues Da Silva	298	07	07
Carlos Augusto	2272	07	07
Gilberto Medeiros Da Cunha	564	07	07
José Eriberto Guimarães	378	07	07
Adailton Damasceno	326	07	07
Clebio Manoel Soares	292	07	07
Manoel Thomé De M. Neto	214	07	07

Robson Silva De Medeiros	2171	07	07

PUBLICA-SE, REGISTE-SE, CUMPRA-SE

GLEICE BATISTA CAVALCANTE
Diretora Adm. de Unidade Hospitalar
Portaria sob o Nº. 292/2025

Publicado por:
Maria Luciara Pereira Severo
Código Identificador:D612DCB0

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 125/2026 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de julho de 2026.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, a Srª. ANALU AMÁLIA SILVA DE MACÊDO, CPF nº XXX.438.054-XX, para exercer o cargo comissionado de Assistente Administrativo, lotada na Sec. Mun. do Trabalho, Habitação e Assistência Social, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE .

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:CD59220A

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 126/2026 - GP

Santana do Matos/RN, 01 de julho de 2026.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder VACÂNCIA a servidora municipal, Sra. **GYSELLE RANAISE DA SILVA,** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, matrícula nº. 2280, CPF nº XXX.650.074-XX, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de convocação em concurso público em cargo inacumulável com o exercido atualmente, conforme artigo 33 VIII, da Lei Municipal 344/96, ficando desimpedido para assumir cargos públicos em quaisquer dos entes federativos pelo período de 36 meses, conforme artigo 20, da lei supracitada, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:5939BD0C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS POR TEMPO DETERMINADO EDITAL Nº 01/2025 – CONVOCAÇÃO Nº18 PARA CONTRATAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos itens **14, 15 e 16** do **Edital nº 01/2025**, que rege o Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de profissionais, **CONVOCA** os candidatos **aprovados**, conforme ordem de classificação e de acordo com a necessidade da Administração Pública Municipal, para fins de **contratação temporária**.

A convocação obedecerá rigorosamente à **ordem de classificação**, observada a necessidade dos órgãos municipais, e estará condicionada à **existência de dotação orçamentária e financeira**, nos termos do edital e da **Lei Municipal nº 1.047, de 22 de abril de 2025**.

Os candidatos convocados deverão comparecer no **prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da publicação desta convocação no **Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte**, para apresentação da documentação exigida, junto ao setor competente da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, sob pena de serem considerados **desistentes**, com consequente eliminação da lista de chamada do Processo Seletivo Simplificado.

Nos termos do **Item 16 do Edital**, será exigida, para fins de contratação, a apresentação dos seguintes documentos, dentre outros previstos:

comprovação dos pré-requisitos e da escolaridade exigida para o cargo;
b) certidão de nascimento ou casamento, conforme o estado civil;
c) certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos, se houver;
d) comprovante de residência atualizado, contendo bairro e CEP;
e) título de eleitor acompanhado do comprovante de votação da última eleição;
f) certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
g) cédula de identidade (RG);
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
i) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
j) documento de inscrição no PIS/PASEP, se houver;
k) uma fotografia 3x4 recente, com fundo branco;
l) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, quando exigida para o cargo;
m) declaração de não acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;
n) declaração de bens;
o) atestado médico admissional, comprovando aptidão para o exercício das atribuições do cargo;
p) certidões negativas criminais federal e estadual dos últimos 05 (cinco) anos;
q) registro profissional ou comprovante de regularidade junto ao conselho de classe competente, quando aplicável.
r) Conta Bancária (preferencialmente Banco do Brasil)

O candidato que não atender à convocação no prazo estabelecido ou deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos será **desclassificado em definitivo**, perdendo o direito à contratação.

O candidato designado deverá assumir suas atividades em **dia, hora e local definidos pela Administração Municipal**, sendo garantido o direito à remuneração somente a partir do efetivo exercício da função.

Ressalta-se que a aprovação no Processo Seletivo Simplificado gera **mera expectativa de direito**, não assegurando contratação automática, a qual ocorrerá conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Santana do Matos/RN, 01 de julho de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
NOME	**CLASSIFICAÇÃO**	**FUNÇÃO**	**LOTAÇÃO**	**CARGA HORÁRIA**	**PCD**
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE					
EVANIA MARIA DE OLIVEIRA	2º LUGAR	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**	Sec. Mun. de Saúde	40 horas semanais	NÃO

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:FF22ABC8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 029/2026

O Município de Santana do Seridó/RN, por meio de seu pregoeiro vem tornar público a realização da licitação Pregão Eletrônico nº 029/2026 que tem como objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de matérias esportivos, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, através da Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS. Abertura da Sessão: 14/07/2026 às 09:01h. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 02/07/2026 às 09:00h. Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do Portal de Compras Públicas.

Santana do Seridó, 1° de julho de 2026.

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:AB984FDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 030/2026

O Município de Santana do Seridó/RN torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 030/2026, cujo objeto é contratação dos serviços de pedreiro com auxiliar incluso, pintor predial e pintor de letreiro, destinados a manutenção e conservação das secretarias do município de Santana do Seridó/RN. A sessão pública ocorrerá em 16/07/2026, às 09h01, pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br. O acolhimento das propostas terá início em 02/06/2026, às 09h00. Edital e informações disponíveis no Portal de Compras Públicas.
Santana do Seridó, 01 de Julho de 2026.

JOELAINE CARLA ALVES DANTAS –
Agente de Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:603D934B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 0134/2026/PMSS/CD/ADM DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA N. º 0134/2026/PMSS/CD/ADM de 01 de julho de 2026.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO, da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - **TORNAR SEM EFEITO**: a Portaria **N. º 0126/2026/PMSS/CD/ADM de 30 de junho de 2026**, na qual concedeu a Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO,** ocupante do cargo de **PREFEITA MUNICIPAL**, 01 (uma) diária para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no dia 01 de julho de 2026, com a finalidade de participar da solenidade de entrega de veículos, equipamentos de saúde bucal e outros investimentos oriundos do Programa Agora Tem Especialistas - PATE e Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

MARCIO ALVES DE AZEVEDO
Secretário de Governo

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:C021A5A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0150/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 0150/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder a servidora, **MIKAELA DOS SANTOS BATISTA**,Matrícula nº 130214-1, ocupante do cargo Subcoordenadora de Vacinas – CC-4, lotada na Secretaria Municipal de Saúde,licença para o gozo de férias no período de 06/07/2026 à 04/08/2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, com adicional de 1/3 (um terço) de férias.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó-RN, em 01 de julho de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:E1A2F290

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0151/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 0151/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a servidora efetiva, **MARIA SULEIDE DE ARAÚJO MORAIS**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula nº 130094-6, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, licença para o gozo de férias no período de 03/08/2026 à 01/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, com adicional de 1/3 (um terço) de férias.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó-RN, em 01 de julho de 2026.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:5392BB35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0152/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 0152/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a servidora, **MURIELLY KARLA DINIZ DE MEDEIROS MACEDO**, Matrícula nº 130215-2, ocupante do cargo de Secretaria Adjunta de Planejamento – CC-2, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, licença para o gozo de férias referente ao período aquisitivo de 2025/2026.

Art. 2º – Será convertido em abono pecuniário (dez dias), conforme solicitado pela servidora nos termos da lei, a qual passará a gozar suas férias no período 28/07/2026 à 16/08/2026.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó-RN, em 01 de julho de 2026.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:873C83BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos autos do Processo Administrativo nº 1785/2026 - Dispensa de Licitação nº 052/2026, como Autoridade Competente, em consonância com o que determina o Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso VIII do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024, RESOLVO:

CONSIDERANDO, a justificativa da necessidade constante nos autos do processo administrativo que tem como objeto Aquisição de suprimentos de informática, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, atendendo ao Art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso I do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, facultamos a realização da pesquisa mercadológica nos termos do art. 239, §2º, do Decreto Municipal 1069 de 06 de Setembro de 2024.

CONSIDERANDO, a confirmação da existência de dotação orçamentária em acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso IV do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, a não obrigatoriedade da emissão de parecer jurídico, conforme art. 203, §2º do Decreto Municipal nº 1.058/2024, por se tratar de hipótese prevista no inciso I e II do art. 201 no mesmo Decreto.

CONSIDERANDO, o Termo de Dispensa emitido pela Agente de Contratação e Equipe sendo satisfeitos o Art. 72, incisos, V, VI e VII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso V, IV e VII do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

Ratifico a contratação da empresa EBARA TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ 04.471.402/0001-25, no valor global de R$ 2.998,00 (dois mil, novecentos e noventa e oito reais), a presente contratação será satisfeita nas dotações orçamentárias:
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Dotação orçamentária: 04.122.0006.2005 - Manut. Atividades da Secretaria de Administração.
Fonte de recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
Elemento de despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e material permanente
Com respaldo na Lei 14.133/2021, Art. 75, inciso II, de forma a **AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO** para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a devida publicação.

Santana do Seridó/RN, 01 de julho de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:FBF065D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 101/2026 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. FABIANA CÂNDIDO DE MEDEIROS, inscrita no CPF nº ***.236.144-** e portadora do RG ***.***.906-ITEP/RN, para exercer o cargo em comissão de livre nomeação de **DIRETORA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE** do município de Santo Antônio/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:DAF4390B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 102/2026 – GP

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026.

A CHEFE DE GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e de acordo com o Decreto nº 005/2017 de 17 de fevereiro de 2017 e as alterações do Decreto nº 013/2025 de 07 de abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ½ (meia diária), para **RAULISON DE SENA RIBEIRO,** ocupante do cargo de Prefeito Municipal e para **ABINOAN MARCELINO DE BRITO,** ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração;

Art. 2º - Para participar, atendendo o convite do Governo Federal, da **Cerimônia de Inauguração do Túnel Major Sales, marco da transposição das águas do Rio São Francisco para o Rio Grande do Norte, por meio do Ramal do Apodi e a Entrega de ônibus do Programa Caminho da Escola**, viabilizada por intermédio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Caminho da Escola do Governo Federal;

Art. 3º - A solenidade será promovida pelo **Governo Federal** e terá início às 11h do dia 02 de julho de 2026, no Desemboque do Túnel Major Sales BR-405, KM-192, Rio Grande do Norte.

Art. 4º -Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARCIA FRANCO RIBEIRO
Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:9ED830FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 616023/2026
OBJETO: Contratação de atrações musicais do setor artístico e cultural, consagradas pela crítica e pela opinião pública, para a realização de shows durante o evento XXXVI São Pedro do Povão, a serem realizados no Centro da Cidade do Município de Santo Antônio/RN.

Na oportunidade, **RATIFICO** o parecer emitido pela procuradoria do Município de Santo Antônio/RN, acerca do enquadramento da despesa destinada à contratação da empresa **F. IVO DE MACEDO PRODUCAO DE EVENTOS DE FESTAS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 27.141.623/0001-30, representante do cantor EDYR VAQUEIRO, com o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)** e **SONORA MUSIC PROMOCOES ARTISTICAS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 57.061.266/0001-61, representante da banda FORRÓ PEGADO com o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, totalizando o valor **R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)**.

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda com a elaboração do termo de contrato conforme minuta apresentada e em seguida adote medidas quanto à publicação destes atos, em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único e Art. 94, parágrafo 2º, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:F4CF57C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 616023/2026
OBJETO: Contratação de atrações musicais do setor artístico e cultural, consagradas pela crítica e pela opinião pública, para a realização de shows durante o evento XXXVI São Pedro do Povão, a serem realizados no Centro da Cidade do Município de Santo Antônio/RN.

O AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o suprimento das necessidades desta prefeitura municipal RECONHEÇE a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que INDICA a contratação da empresa **F. IVO DE MACEDO PRODUCAO DE EVENTOS DE FESTAS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 27.141.623/0001-30, representante do cantor EDYR VAQUEIRO, com o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)** e **SONORA MUSIC PROMOCOES ARTISTICAS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 57.061.266/0001-61, representante da banda FORRÓ PEGADO com o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, totalizando o valor **R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)**.

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026.

JALMIR AMADOR DA SILVA
Agente de Contratações

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:34199B81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026 - RESULTADO FINAL

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Resultado: Sendo ofertados os preços conforme a seguir detalhados:

Joaquim da Silva Nunes, inscrito no CPF sob n.º 124.246.734-38, se sagrou vencedora nos itens constantes no mapa de apuração, totalizando o valor global de R$ 25.887,50 (vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Kátia Klecivânia Ferreira, inscrita no CPF sob n.º 010.738.484-18, se sagrou vencedora nos itens constantes no mapa de apuração, totalizando o valor global R$ 33.446,00 (trinta e três mil, quatrocentos e quarenta reais).

João Maria de França Barbosa, inscrito no CPF sob n.º 023.604.144-45, se sagrou vencedor nos itens constantes no mapa de apuração, totalizando o valor de R$ 39.941,50 (trinta e nove mil, novecentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

Thiago Cavalcante Torres, inscrito no CPF sob n.º 125.185.774-40, se sagrou vencedor nos itens constantes no mapa de apuração, totalizando o valor de R$ 30.136,00 (trinta mil, cento e trinta seis reais).

Raimundo Cláudio da Silva de Souza, inscrito no CPF sob n.º 792.376.494-87, se sagrou vencedora nos itens constantes no mapa de apuração, totalizando o valor global de R$ 38.193,00 (trinta e oito mil, cento e noventa e três reais).

São Bento do Norte-RN, 30 de junho de 2026.

RAFAEL MENEZES DOS SANTOS
Presidente da CPL

JESSÉ PEREIRA DE LIMA
Chefe do Setor de Merenda Escolar

ROSA MAURÍCIO GOMES DE MENEZES
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:534FE0CF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bento do Norte, CNPJ. 08.114.514/0001-80.
Contratada: ATENTO TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ. 43.006.007/0001-23.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento das demandas operacionais das diversas Secretarias Municipais.
Fundamento Legal: Lei 14.133/2021.
Valor mensal previsto: R$ 180.200,00 (cento e oitenta mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 01 de julho de 2026.
Vigência: 01/07/2026 a 01/07/2027.
Recursos Orçamentários:
Orçamento Geral do Município.
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal De São Bento Do Norte
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Administração
FUNÇÃO: Administração
SUBFUNÇÃO: Administração Geral
PROJETO/ATIVIDADE: Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO DE DESPESA: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
CÓDIGO DO ELEMENTO: 3.3.90.39
FONTE DE RECURSO: Recurso Não Vinculados de Impostos (15000000)

São Bento do Norte-RN, 01 de julho de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito

ATENTO TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ. 43.006.007/0001-23
Contratada

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:65F4D35B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 42/2025

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN

CNPJ: 08.114.514/0001-80

CONTRATADA:RAFAEL AUGUSTO DA SILVA

CPF:081.268.834-13

Objeto do aditivo: Fica aditado em 24% o contrato 42/2025, referente a contratação de empresa especializada, na prestação de serviços de locação, instalação e operação de sistemas de sonorização, por período determinado, para uso nas atividades, em locais e horários definidos pela Prefeitura Municipal de São Bento do Norte - RN.

Data da Assinatura:16 de junho de 2026.

Prazo da Vigência:16/06/2026 a 31/12/2026

Fundamento Legal: art 125, da lei 14.133

São Bento do Norte/RN, 16 de junho de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:9061AE12

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 180501/2023

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN

CNPJ: 08.114.514/0001-80

CONTRATADA:R. R. LOPES ASSESSORIA CONTABIL LTDA

CNPJ:11.801.158/0001-87

Objeto do aditivo: Fica prorrogado até 30 de junho de 2027 o contrato 180501/2023 referente a contratação de empresa especializada em serviços de assessoria para acompanhamento técnico e operacional dos convênios junto ao Governo Federal, provenientes de emendas parlamentares através da Caixa Econômica Federal e contratos de repasse para o município de São Bento do Norte/RN.

Data da Assinatura:22 de junho de 2026.

Prazo da Vigência:01/07/2026 a 30/06/2027

Fundamento Legal: artigo 57. Inciso II da Lei Federal nº 8.666

São Bento do Norte/RN 22 de junho de 2026

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:4C6E4200

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente do Município de São Bento do Norte, o Sr. João Maria Montenegro da Silva, Prefeito Municipal, HOMOLOGA o resultado da Chamada Pública nº 001/2026, conforme abaixo.

Homologo a presente em favor de:

Joaquim da Silva Nunes, inscrito no CPF sob n.º 124.246.734-38.

Kátia Klecivânia Ferreira, inscrita no CPF sob n.º 010.738.484-18.

João Maria de França Barbosa, inscrito no CPF sob n.º 023.604.144-45.

Thiago Cavalcante Torres, inscrito no CPF sob n.º 125.185.774-40.

Raimundo Cláudio da Silva de Souza, inscrito no CPF sob n.º 792.376.494-87.

São Bento do Norte/RN, 01 de julho de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:CD89257E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 125, DE 29 DE JUNHO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico do Procurador Geral do Município no Processo Administrativo de nº 019/2026;

CONSIDERANDO os fundamentos da Lei Municipal de nº 424, de 28 de dezembro de 2010, artigo 11, que trata sobre a Progressão Horizontal do profissional do Magistério;

RESOLVE:
Art. 1º - Deferi o Pedido de Progressão Horizontal do Servidor **ANTÔNIO CORREIA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o n.° ***.445.144-**, matrícula nº 0061-2, ocupante do cargo de Professor H-N3, do quadro de funcionários efetivos, ***para o cargo de PROFESSOR I-N3***, do município de São Bento do Norte/RN.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 01 de julho do corrente ano, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 29 de junho de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:2DDE5E81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 043/2026

Espécie: Contrato de apresentação de Show Artístico Musical Nº. 043/2026, firmado em 26 de junho de 2026; **Origem**: Inexigibilidade de Licitação N°. 009/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; **Contratante**: Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN, CNPJ N°. 08.160.467/0001-00; **Contratado**: VD EDIÇÕES MUSICAIS E SHOWS LTDA, CNPJ nº. 42.746.402/0001-80; **Objeto**: Contratação da(s) Empresa(s) VD EDIÇÕES MUSICAIS E SHOWS LTDA, CNPJ Nº. 42.746.402/0001-80, objetivando apresentação de show(s) artístico(s) musical da atração "Thales Play", com duração de 1h:30min, a se apresentar na(s) data(s) de 06 de julho do corrente ano, durante as festividades alusivas ao São Julhão 2026, em praça pública deste município de São Bento do Trairi/RN; **Valor**: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); **Adequação Orçamentária**: 12.001 - Sec. Mun. de Esporte, Cultura e Lazer; 2110 Manut. e Promoção de festas do calendário regional e nacional; e/ou, 2048 Manut. das Atividades Culturais; 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **Vigência**: 26/06/2026 até 26/09/2026; **Signatários**: Pelo **Contratante** - Rafael dos Santos Matias, Prefeito de São Bento do Trairi/RN, Pelo **Contratado** - Antônio Válter Damião da Silva, Representante Legal

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:08FE878E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 67/2026 AUTORIZA A CONCESSÃO DE FERIA PRÊMIO A SERVIDORA: CÁTIA SUELI SOARES DOS SANTOS.

PORTARIA Nº 67/2026

Autoriza a concessão de feria prêmio a Servidora: CÁTIA SUELI SOARES DOS SANTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e;

R E S O L V E:

Art. 1º conceder Licença Prêmio a servidora **CÁTIA SUELI SOARES DOS SANTOS**, no período de 90 (noventa) dias, com início em **1º de julho de 2026 e termino em 28 de setembro de 2026**, de acordo com o Art. 106 e seus parágrafos do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, surtindo seus efeitos a partir de 1º de julho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bento do Trairi, em 26 de junho de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:D075D235

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 68/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 DELEGA ATRIBUIÇÕES AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI
RUA THEODORICO BEZERRA Nº 90 – CENTRO – CEP: 59.210-000
CNPJ: 08.160.467/0001-00
PORTARIA Nº 68/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026
Delega atribuições ao Secretário Municipal de Finanças para movimentação de contas bancárias e dá outras providências.
O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TRAIRI/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei nº 2.384 de 31 de 12 de 1958.
RESOLVE:
Art. 1º Delegar ao Secretário Municipal de Fazenda, **Sr. MARCELO MACIEL PEREIRA SOARES**, inscrito no CPF nº **084.305.084-57** poderes para realizar a movimentação das contas bancárias de titularidade do Município de São Bento do Trairi – RN, compreendendo as seguintes atribuições:

Código	Atribuição
009	Emitir cheques
010	Abrir contas de depósito
020	Receber, passar recibo e dar quitação
026	Solicitar saldos, extratos e comprovantes
027	Requisitar talonário de cheques
031	Autorizar débito em conta relativo a operações
036	Retirar cheques devolvidos
038	Endossar cheques
047	Requisitar cartão eletrônico
048	Movimentar conta corrente com cartão eletrônico
094	Sustar ou contraordenar cheques
095	Cancelar cheques
096	Baixar cheques
098	Efetuar resgates e aplicações financeiras
099	Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
106	Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico

107	Efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
118	Consultar contas e aplicações de programas e repasses de recursos federais (RPG)
123	Solicitar saldos e extratos, exceto de investimentos
124	Solicitar saldos e extratos de investimentos
126	Emitir comprovantes
133	Encerrar contas de depósito
149	Assinar instrumentos de convênio e contratos de prestação de serviços
170	Solicitar saldos e extratos de depósitos em garantia

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito do Município de São Bento do Trairi /RN, em 01 de julho de 2026

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:DC2590BD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 016/2026

O Município de São Fernando/RN torna público que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP cujo objeto é o Registro de preços para possível licitação em virtude de distribuição gratuita de itens e disponibilização de serviços funerários pela secretaria municipal de assistência social em São Fernando/RN, a fim de auxiliar as famílias sãofernandenses em vulnerabilidade social. O sistema estará aberto para o registro de propostas às 10h00min do dia 02/07/2026. A sessão acontecerá às 10h00min (horário de Brasília) do dia 16/07/2026. O edital e anexos se encontram a disposição nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e PNCP. São Fernando/RN 01/07/2026

MATEUS CALISTA DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:21DF4629

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026 DECORRENTE DO PROCESSO Nº 2025.06.0102

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, CNPJ N. º 08.096.612/0001-31

CONTRATADA:J M DE ARAUJO E SERVIÇOS, CNPJ Nº 20.374.920/0001-87, COM ENDEREÇO NA RUA GENERINA VALE 1124 CENTRO CAICÓ/RN,.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA QUE SE DISPONHA A REALIZAR SERVIÇOS DE REPROGRAFIA E DIGITALIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES E DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN

VALOR: R$ 63.600,00 (SESSENTA E TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 12 MESES (DOZE MESES)

FUNDAMENTO:ARTIGO 75 II LEI FEDERAL N. º 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES ULTERIORES.

SIGNATÁRIOS:GENILSON MEDEIROS MAIA – PELO CONTRATANTE, E J M DE ARAUJO E SERVIÇOS– PELA CONTRATADA.

SÃO FERNANDO/RN, 01/07/2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:66F71BB4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026 DECORRENTE DO PROCESSO Nº 2025.05.0093

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN –, CNPJ N.º 08.096.612/0001-31

CONTRATADA:PRESERV SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 41.842.443/0001-07, com endereço na Rua Manuel Paulino 88 Centro Ipueira/RN

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN

VALOR: R$ 64.643,49 (SESSENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 12 MESES (DOZE MESES)

FUNDAMENTO:ARTIGO 75 II LEI FEDERAL N. º 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES ULTERIORES.

SIGNATÁRIOS:GENILSON MEDEIROS MAIA – PELO CONTRATANTE, E KÁSSIO ALENCAR DE MEDEIROS LUCENA– PELA CONTRATADA.

SÃO FERNANDO/RN, 01/07/2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:F2216300

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2025 DECORRENTE DO PROCESSO Nº 2025.06.0181

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Fernando/RN – Secretaria Municipal de Assistência Social, CNPJ n. º 14.764.653/0001-51.

CONTRATADO: MARIA CLARA FÉLIX FERNANDES, inscrita no Cadastro Nacional de pessoas físicas sob o CPF n. º 711.375.454-61, residente na Rua Luiz da Câmara Cascudo n. º 08, Bairro Centro – São Fernando/RN.

OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato em epígrafe até 31 de dezembro de 2026 a partir de sua assinatura, conforme previsto na sua Cláusula 2.ª e no artigo 107.

FUNDAMENTO: Lei Federal n. º 14.133/2021 e suas alterações ulteriores.

SIGNATÁRIOS: GENILSON MEDEIROS MAIA – pelo Contratante, e MARIA CLARA FÉLIX FERNANDES – pela Contratada.

São Fernando/RN, 24 de Junho 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:57B29BF6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA - 000022/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de São Fernando		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN		
Dispensa Eletrônica - 000022/2026		
Resultado da Adjudicação		
Lote: 0001 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRAFICOS DESTINADO AO MUNICIPIO DE SÃO FERNANDO/RN - Valor Referência: R$ 64.664,98		
Fornecedor	Situação	Valor Total
PRESERV SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (41.842.443/0001-07)	Adjudicado em: 01/07/2026 - 11:29:33 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	64.643,49

GENILSON MEDEIROS MAIA
Autoridade Competente

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:BCBEA1D9

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA - 000022/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de São Fernando			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN			
Dispensa Eletrônica - 000022/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRAFICOS DESTINADO AO MUNICIPIO DE SÃO FERNANDO/RN - Valor Referência: 64.664,98			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
PRESERV SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	64.643,49	64.643,49	Homologado em 01/07/2026 11:29:38 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
GENILSON MEDEIROS MAIA			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:9AB6291A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 1272– PMSF/SMAS/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 0207/2001, de 03 de janeiro de 2001;
RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIARIA		
Valor unitário em R$	R$ 90,00 (NOVENTA REAIS)		
Valor total em R$	R$ 45,00(QUARENTA E CINCO REAIS)		
Destino	CAICO- RN		
Data da concessão	01/07/2026		
Datas de afastamento	01/07/2026	Saída/origem	01/07/2026
Meio de transporte	TERRESTRE	Chegada/origem	01/07/2026
Beneficiário	**CARINE MARTINS DA SILVA**		
CPF n.°	06476757490		
Cargo e/ou Função	CONSELHEIRA TUTELAR		

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
participar da oficina modelos consensuais de resolução de conflitos do 3º ciclo formativo da escola de conselhos do rn 2025/2026 no município de caicó a ser realizado no dia 01 de julho de 2026 no horário das 08:00 às 17:00 horas no auditório do ministério público em caicó.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Assistência Social, São Fernando – RN, 01 de julho de 2026

UADJA KEELHA REGIS SALDANHA
CPF 052.837.084-70

Publicado por:
Uadja Keelha Regis Saldanha
Código Identificador:E8FC4ED3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 1273– PMSF/SMAS/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 0207/2001, de 03 de janeiro de 2001;
RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIARIA		
Valor unitário em R$	R$ 90,00 (NOVENTA REAIS)		
Valor total em R$	R$ 45,00(QUARENTA E CINCO REAIS)		
Destino	CAICO- RN		
Data da concessão	01/07/2026		
Datas de afastamento	01/07/2026	Saída/origem	01/07/2026
Meio de transporte	TERRESTRE	Chegada/origem	01/07/2026
Beneficiário	**MATEUS ROCHA DOS SANTOS**		
CPF n.°	712.562.624-63		
Cargo e/ou Função	CONSELHEIRO TUTELAR		

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
participar da oficina modelos consensuais de resolução de conflitos do 3º ciclo formativo da escola de conselhos do rn 2025/2026 no município de caicó a ser realizado no dia 01 de julho de 2026 no horário das 08:00 às 17:00 horas no auditório do ministério público em caicó.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Assistência Social, São Fernando – RN, 01 de julho de 2026

UADJA KEELHA REGIS SALDANHA
CPF 052.837.084-70

Publicado por:
Uadja Keelha Regis Saldanha
Código Identificador:05E65D5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 1274– PMSF/SMAS/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e

CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 0207/2001, de 03 de janeiro de 2001;
RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIARIA		
Valor unitário em R$	R$ 90,00 (NOVENTA REAIS)		
Valor total em R$	R$ 45,00(QUARENTA E CINCO REAIS)		
Destino	CAICO- RN		
Data da concessão	01/07/2026		
Datas de afastamento	01/07/2026	Saída/origem	01/07/2026
Meio de transporte	TERRESTRE	Chegada/origem	01/07/2026
Beneficiário	**REILDA ALVES DE ARAÚJO**		
CPF n.°	009.075.604-58		
Cargo e/ou Função	CONSELHEIRA TUTELAR		

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
participar da oficina modelos consensuais de resolução de conflitos do 3º ciclo formativo da escola de conselhos do rn 2025/2026 no município de caicó a ser realizado no dia 01 de julho de 2026 no horário das 08:00 às 17:00 horas no auditório do ministério público em caicó.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Assistência Social, São Fernando – RN, 01 de julho de 2026

UADJA KEELHA REGIS SALDANHA
CPF 052.837.084-70

Publicado por:
Uadja Keelha Regis Saldanha
Código Identificador:D9D7ACEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 1275– PMSF/SMAS/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 0207/2001, de 03 de janeiro de 2001;
RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIARIA		
Valor unitário em R$	R$ 90,00 (NOVENTA REAIS)		
Valor total em R$	R$ 45,00(QUARENTA E CINCO REAIS)		
Destino	CAICO- RN		
Data da concessão	01/07/2026		
Datas de afastamento	01/07/2026	Saída/origem	01/07/2026
Meio de transporte	TERRESTRE	Chegada/origem	01/07/2026
Beneficiário	**RISIMAR MEDEIROS DA SILVA**		
CPF n.°	011.975.214-02		
Cargo e/ou Função	CONSELHEIRA TUTELAR		

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
participar da oficina modelos consensuais de resolução de conflitos do 3º ciclo formativo da escola de conselhos do RN 2025/2026 no município de Caicó a ser realizado no dia 01 de julho de 2026 no horário das 08:00 às 17:00 horas no auditório do ministério público em Caicó.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Assistência Social, São Fernando – RN, 01 de julho de 2026

UADJA KEELHA REGIS SALDANHA
CPF 052.837.084-70

Publicado por:
Uadja Keelha Regis Saldanha
Código Identificador:CCAE1F4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1267 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1267 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	180,00 (CENTO E OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	180,00 (CENTO E OITENTA REAIS)		
Destino	NATAL RN		
Data da concessão	29 DE JUNHO DE 2026		
Datas de afastamento	29 DE JUNHO DE 2026	Saída/origem	**04HS DO DIA 29 DE JUNHO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**00:50 H DO 30 DE JUNHO DE 2026**
Beneficiário	MISAEL ROBSON DE ARAÚJO		
CPF n.°	061.745.964-94		
Cargo e/ou Função	COORDENADOR MUNICIPAL DE SAUDE		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE FRANCINETE MELO DOS SANTOS PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO HOSPITAL DA LIGA CONTRA O CANCER DE NATAL, LOCALIZADO EM NATAL É AVENIDA MIGUEL CASTRO, 1355 - NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, NO DIA 29 DE JUNHO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 29 DE JUNHO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:7687AD34

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1268 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1268 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e

CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	80,00 (OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	40,00 (QUARENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS RN		
Data da concessão	29 DE JUNHO DE 2026		
Datas de afastamento	29 DE JUNHO DE 2026	Saída/origem	06H DO DIA 29 DE JUNHO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	18H DO DIA 29 DE JUNHO DE 2026
Beneficiário	JOSE DE ANCHIETA ALVES MACHADO		
CPF n.°	032.036.904-89		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR A PACIENTE JOZINEIDE MARIA DE OLIVEIRA PARA REALIZAR EXAMES E CONSULTA MEDICA NO HOSPITAL DA LIGA EM CURRAIS NOVOS , RODOVIA BR-226, S/N, PAIZINHO MARIA, CURRAIS NOVOS/RN., NO DIA 29 DE JUNHO 2026

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 29 DE JUNHO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:7BC53F45

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1269 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1269- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	60,00 (SESSENTA REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	30 DE JUNHO DE 2026		
Datas de afastamento	30 DE JUNHO DE 2026	Saída/origem	03H DO DIA 30 DE JUNHO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	20:45 DO DIA 30 DE JUNHO DE 2026
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		
CPF n.°	088.680.234-23		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR A PACIENTE VANIA ALVES DE ARAÚJO PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO CENTRO AVANÇADO DE ONCOLOGIA (CECAN) | LIGA CONTRA O CÂNCER UNIDADE CLÍNICA.LOCALIZADO NA AV. MIGUEL CASTRO, 1355 - NOSSA SRA. DE NAZARÉ, NATAL - RN, NO DIA 30 DE JUNHO DE 2026

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 30 DE JUNHO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:3CA25F66

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – DISPENSA 28/2025

CONTRATADO	OBJETO
FX CERINO SERVICOS E PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.686.091/0001-24	O presente Aditivo objetiva prorrogação de mais 12 (doze) meses do prazo de vigência para a sua conclusão, mediante celebração de aditivo.

São José de Mipibu/RN, 03 de junho de 2026

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Willíany da Silva
Código Identificador:83E0D8E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 03/2026 – GS

Dispõe sobre a complementação de bolsa da Articuladora Municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA) e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o compromisso da gestão municipal com a melhoria dos indicadores de alfabetização na idade certa;

CONSIDERANDO a adesão do município às políticas públicas voltadas à alfabetização, em regime de colaboração com outras esferas governamentais;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento da capacidade institucional do município para elaboração e implementação de políticas de alfabetização;

CONSIDERANDO o atendimento ao Critério 20, anexo II, do Edital 10/2025 do Selo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que trata da promoção e implementação de programa de bolsas ou complementação de bolsas voltadas à alfabetização;

CONSIDERANDO que a atuação da Articuladora Municipal da RENALFA compreende atividades de formação continuada, apoio

técnico, planejamento, monitoramento e mobilização no âmbito das políticas de alfabetização;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria FNDE nº 1.052, de 7 de novembro de 2025, especialmente quanto à classificação das despesas da educação básica, enquadrando-se a presente ação na rubrica de**capacitação de profissionais da educação básica (código 15)**;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a complementação da bolsa da Articuladora Municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA), no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais).

Art. 2ºA complementação de que trata o artigo anterior tem como finalidade fortalecer as ações de planejamento, coordenação, formação continuada, monitoramento e implementação das políticas públicas de alfabetização no âmbito do município.

Art. 3ºSão atribuições da Articuladora Municipal da RENALFA, conforme Portaria nº 1.774, de 1º de setembro de 2023, do Ministério da Educação:

I - liderar, em nível municipal, as ações de formação e desenvolvimento dos profissionais de educação definidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

II - estabelecer interlocução permanente com os articuladores de gestão e formação dos territórios regionais, favorecendo os processos de contextualização das ações nas redes municipais;

III - articular e organizar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

IV - coordenar a mobilização, pactuação e acompanhamento contínuo da execução das formas de assistência técnica e financeira disponíveis no Plano de Ações Articuladas – PAR, por meio do SIMEC;

V - orientar e prestar assistência técnica e pedagógica às equipes de gestão escolar nos processos de planejamento, formação e acompanhamento das aprendizagens dos estudantes;

VI - elaborar e implementar estratégias de visita técnica, utilizando instrumentos de diagnóstico e acompanhamento do trabalho desenvolvido nas unidades escolares;

VII - elaborar e implementar estratégias de intervenção pedagógica que contribuam para a melhoria contínua das práticas de gestão e dos processos de ensino-aprendizagem.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São José de Mipibu/RN, 24 de junho de 2026.

JOSIEIDY VERAS DINIS FERNANDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:3419020B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 149/2026 - GP

São José do Campestre/RN, 01 de julho de 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **RENATA DA SILVA GOMES**, inscrita no CPF sob o nº ***.102.364-**, do Cargo em Comissão de **GERENTE DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE**, do quadro deste Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Campestre/RN.

ERIBALDO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:2253427E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
ATA DA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 014/2026 (PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/ RN N° 040/2026)

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às doze horas e quarenta minutos, na Sede da Prefeitura Municipal de São José do Seridó/RN, a Agente de Contratação, Sra Inácia Alice Medeiros dos Santos, devidamente autorizada pelo Exm Sr Prefeito Municipal, Jackson Dantas, através da Portaria 005/2026, deu continuidade ao processo administrativo acima epigrafado, destinado a **Locação de imóveis residenciais para famílias de baixa renda**. Conforme preconiza a Lei, foi dada publicidade do certame no site oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas para conhecimento dos licitantes do ramo. Escoado o prazo para o envio das propostas e documentação, 10h30 do dia 30 de junho de 2026, no e-mail contrataçãodiretapmsjs@gmail.com, foi verificado que 02 (dois) locatários enviaram propostas: **FERNANDES ALVES DE OLIVEIRA** e **LUCIANE ALVES CHIANCA PEREIRA.** Ato contínuo, a agente de contratação conferiu toda a documentação enviada pelos devidos locatários e foi constatado que os mesmos apresentaram toda a documentação solicitada no termo de referência, sendo assim HABILITADAS. Em seguida, a Agente de Contratação conferiu as propostas de preços, quanto ao objeto bem como quanto à compatibilidade dos preços apresentados com os praticados no mercado e o valor estimado, tendo os locatários apresentado os seguintes valores unitários mensais por casa: **FERNANDES ALVES DE OLIVEIRA** para a casa referente a beneficiária A.V.D.S R$ 400,00 (quatrocentos reais); **LUCIANE ALVES CHIANCA PEREIRA** para a casa referente à beneficiária M.A.D.S R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Os valores apresentados por FERNANDES ALVES DE OLIVEIRA e LUCIANE ALVES CHIANCA PEREIRA se enquadram dentro do valor de referência, tornando os mesmos VENCEDORES. Publicada a decisão nesta sessão, e nada mais havendo a ser dito ou questionado, a Agente de Contratação deu por encerrada a presente sessão, a qual foi paralisada por tempo suficiente para a lavratura da presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pela Agente de Contratação e em seguida enviada ao Prefeito Municipal, Sr Jackson Dantas, para Adjudicação e Homologação do processo.
São José do Seridó/ RN, 30 de junho de 2026.

INÁCIA ALICE MEDEIROS DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:FA70937F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/RN N° 039/2025 – INEXIGIBILIDADE N° 007/2025

CONTRATANTE: Município de São José do Seridó/ RN; CONTRATADA: F A DOS SANTOS JUNIOR – CNPJ nº 38.030.115/0001-00; OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato destinado a prestação dos serviços especializados de capacitação, consultoria e assessoria técnica para o fortalecimento da gestão do SUAS, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: 04 de julho de 2026 e termo final em 04 de julho de 2027; VALOR: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais); SUBSCRITORES: Jackson Dantas – pelo Contratante e Francisco Assis dos Santos Júnior – pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 1º de julho de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:408C591F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2024 PROC. ADMINISTRATIVO MSJS Nº 044/2024 – INEXIGIBILIDADE Nº 009/2024

CONTRATANTE: Município de São José do Seridó/ RN; CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAICÓ - CNPJ nº 08.094.195/0001-98; OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo em referência destinado à execução dos serviços de habilitação e reabilitação de crianças e adolescentes com deficiências para o desenvolvimento de habilidades, da autonomia e da sociabilidade; VIGÊNCIA: termo inicial em 04 de julho de 2026 e termo final em 04 de julho de 2027; VALOR DO ADITIVO: R$ 112.000,00 (cento e doze mil reais); SUBSCRITORES: Jackson Dantas – pelo Contratante e Olívia Ridelânia Soares de Andrade – pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 29 de junho de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:E96B2BC9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 296/2026, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	30 de junho de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 01 de julho de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 30 de junho de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:854761BE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 297/2026, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Mossoró/RN	30 de junho de 2026.	114,96	57,48

TOTAL

R$ 57,48

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento

Viagem à Mossoró/RN, no dia 01 de julho de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Mossoró/RN, conforme anexos.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 30 de junho de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:020F64D0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 099, DE 01 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade a servidora municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO que a servidora ocupante do cargo de **Agente Comunitária de Saúde** está sujeita a atividade insalubre,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade em grau médio (20%), calculado sobre o salário mínimo vigente, à servidora **ANNA LUIZA DANTAS SANTOS**, ocupante do cargo de **Agente Comunitária de Saúde**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, de 01 de julho de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:31D9A3D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 100, DE 01 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a vacância de cargo público de Nutricionista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no artigo 93, inciso II, alínea *a*, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a solicitação de vacância por meio do requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SEAGEP, e processo administrativo n° 057/2026.
RESOLVE:
Art. 1º. Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de **NUTRICIONISTA,** ocupado por **JOSEMÁRIA DE MEDEIROS BATISTA**.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 01 de julho de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:0DF66698

GABINETE DO PREFEITO
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS RN Nº 040/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Assunto: Dispensa de licitação em razão do valor, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
Objeto: Locação de imóveis residenciais para famílias de baixa renda.
Decisão: ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICO o objeto ao(s) vencedor(es) e **HOMOLOGO** o resultado da **Dispensa nº 014/2026**, com base no artigo 71, IV da Lei nº 14.133/2021.

2. Relata-se nos autos que os locatários declarados vencedores (FERNANDES ALVES DE OLIVEIRA e LUCIANE ALVES CHIANCA PEREIRA) comprovaram que preencheram os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação (art. 72, V, da Lei nº 14.133/2021), tendo sido escolhidos por atender todas as exigências do aviso de contratação e seus anexos.

3. Para prosseguimento, **DETERMINO** as seguintes providências:
I – Encaminhe-se à Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Tributação para a emissão de Nota de Empenho em favor dos locatários adjudicatários **FERNANDES ALVES DE OLIVEIRA** – CPF nº ***.424.474-**, **LUCIANE ALVES CHIANCA PEREIRA** – CPF nº ***.618.964.**.

II – Após, que se dê publicidade na forma dos arts. 72, parágrafo único e 94 da Lei 14.133/2021.

São José do Seridó/ RN, 1º de julho de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:C88A3855

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE APOSTILAMENTO

Apostilamento n° 01 ao Contrato Administrativo nº 033/2025

Trata o presente do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo n°. 033/2025, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN e a empresa LEMOS E MARQUES LTDA (CNPJ nº 01.243.220/0001-09), de acordo com o despacho constante nos autos do respectivo processo, visando o REAJUSTE ANUAL DOS PREÇOS do contrato, em observância às normas legais aplicáveis, às quais as partes sujeitam-se a cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1 - O presente APOSTILAMENTO tem como objeto o REAJUSTE ANUAL DOS PREÇOS do contrato em epígrafe, destinado à **execução dos serviços de licença de uso de softwares integrados aplicáveis ao setor público,** com efeitos a partir do mês de **maio de 2026.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2. O REAJUSTE ANUAL DE PREÇOS está previsto na **cláusula sétima do Contrato Administrativo nº 033/2025**:

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10 de abril de 2025.
7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
3. A Apostila, como instrumento próprio para formalização de atualizações de preços, está prevista nos inciso V e VI do artigo 92 da Lei n° 14.133/2021:

Art. 92. [...]
V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO
4. Em vista do presente REAJUSTE ANUAL, o valor mensal a ser pago à contratada será de **R$ 6.113,21** (seis mil cento e treze reais e vinte e um centavos) **para o item 01** e **R$ 1.295,17** (um mil duzentos e noventa e cinco reais e dezessete centavos) **para o item 02**.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS
5. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo de Apostilamento.

São José do Seridó/RN, 01 de julho de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:C911B0DB

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE APOSTILAMENTO

Apostilamento n° 01 ao Contrato Administrativo nº 034/2025

Trata o presente do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo n°. 033/2025, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN e a empresa SIASP – SISTEMAS INTEGRADOS APLICADOS AO SETOR PÚBLICO (CNPJ nº 18.603.971/0001-91), de acordo com o despacho constante nos autos do respectivo processo, visando o REAJUSTE ANUAL DOS PREÇOS do contrato, em observância às normas legais aplicáveis, às quais as partes sujeitam-se a cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1 - O presente APOSTILAMENTO tem como objeto o REAJUSTE ANUAL DOS PREÇOS do contrato em epígrafe, destinado à **execução dos serviços de licença de uso de softwares integrados aplicáveis ao setor público,** com efeitos a partir do mês de **maio de 2026.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2. O REAJUSTE ANUAL DE PREÇOS está previsto na **cláusula sétima do Contrato Administrativo nº 034/2025**:

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10 de abril de 2025.
7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
3. A Apostila, como instrumento próprio para formalização de atualizações de preços, está prevista nos inciso V e VI do artigo 92 da Lei n° 14.133/2021:

Art. 92. [...]
V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO
4. Em vista do presente REAJUSTE ANUAL, o valor mensal a ser pago à contratada será de **R$ 1.512,76** (um mil quinhentos e doze reais e setenta e seis centavos) **para o item 01**, **R$ 1.730,35** (um mil setecentos e trinta reais e trinta e cinco centavos) **para o item 02** e **R$ 2.652,51** (dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos) **para o item 03**.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS
5. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo de Apostilamento.

São José do Seridó/RN, 01 de julho de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:584D82DF

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
ATA DA CONTRATAÇÃO DIRETA IPREV/SJS Nº 002/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/ RN N° 003/2026)

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às doze horas e cinquenta minutos, na Sede da Prefeitura Municipal de

São José do Seridó/RN, a Agente de Contratação, Sra Inácia Alice Medeiros dos Santos, devidamente autorizada pelo Exm Sr Prefeito Municipal, Jackson Dantas, através da Portaria 005/2026, deu continuidade ao processo administrativo supramencionado, destinado à contratação, por dispensa de licitação, dos serviços de Perícia Médica para atender as demandas do Instituto de Previdência do Munícipio de São José do Seridó – IPREV SJS. Conforme determina a legislação vigente, o certame foi devidamente divulgado no site oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas, garantindo ampla publicidade aos interessados do setor. Encerrado o prazo para o envio das propostas e da documentação exigida, fixado para as 10h50 do dia 30 de junho de 2026, exclusivamente pelo e-mail oficial contratacaodiretapmsjs@gmail.com, verificou-se o recebimento de apenas uma proposta, apresentada pela empresa R. F. DA SILVA. Na sequência, a Agente de Contratação procedeu à conferência da documentação enviada, constatando que toda a documentação prevista no Termo de Referência havia sido apresentada, contudo a certidão negativa estadual encontrava-se com prazo de validade vencido. Diante disso, a Agente de Contratação acessou o portal competente e emitiu a certidão atualizada, considerando a empresa HABILITADA. Em seguida, foi analisada a proposta de preços quanto à adequação ao objeto, compatibilidade com os valores praticados no mercado e conformidade com o valor estimado. Assim, decidiu a Agente de Contratação declarar a empresa R. F. DA SILVA como vencedora do certame, pelo valor global de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais). Publicada a decisão nesta sessão, e não havendo outras manifestações, a Agente de Contratação deu por encerrados os trabalhos, tendo a sessão sido suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pela Agente de Contratação e posteriormente encaminhada ao Prefeito Municipal, Sr. Jackson Dantas, para adjudicação e homologação do processo.

São José do Seridó/ RN, 30 de junho de 2026.

INÁCIA ALICE MEDEIROS DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Izabel Cristina Dantas Cirne
Código Identificador:FEB3BFD4

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO IPREVMSJS RN Nº 003/2026

Interessado: Instituto de Previdência do Munícipio de São José do Seridó – IPREV SJS

Assunto: Dispensa de licitação em razão do valor, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
Objeto: Contratação dos serviços de perícia médica para atender as demandas do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNÍCIPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ – IPREV SJS.
Decisão: ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICO o objeto ao(s) vencedor(es) e **HOMOLOGO** o resultado da **Dispensa nº 002/2026**, com base no artigo 71, IV da Lei nº 14.133/2021.

2. Relata-se nos autos que a empresa declarada vencedora (R. F. DA SILVA) comprovou que preencheu os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação (art. 72, V, da Lei nº 14.133/2021), tendo sido escolhida por atender todas as exigências do aviso de contratação e seus anexos.

3. Para prosseguimento, **DETERMINO** as seguintes providências:
I – Encaminhe-se à Diretoria Financeira para a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa adjudicatária R. F. DA SILVA – CNPJ nº 24.505.516/0001-56.

II – Após, que se dê publicidade na forma dos arts. 72, parágrafo único e 94 da Lei 14.133/2021.

São José do Seridó/ RN, 1º de julho de 2026.

IZABEL CRISTINA DANTAS CIRNE
Presidente do IPREV/SJS

Publicado por:
Izabel Cristina Dantas Cirne
Código Identificador:0527F7F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026

Fica o representante da empresa vencedora, BOBO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - CNPJ: 35.341.731/0001-85, convocada a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de São Miguel/RN, no horário de 07h00min ás 13h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, para assinatura de Contrato referente ao processo licitatório **Concorrência Eletrônica Nº 02/2026**.

São Miguel/RN, em 01 de julho de 2026.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:3DEBEA47

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 371 / 2026, DE 01 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre o horário de encerramento dos festejos juninos e julinos promovidos ou autorizados pelo Município de São Miguel/RN, estabelece medidas de segurança, saúde, limpeza urbana e proteção à infância e juventude, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a ordem pública, a segurança dos participantes e a regular prestação dos serviços públicos durante a realização dos festejos dos meses de junho e julho de 2026;

CONSIDERANDO a Recomendação expedida pela Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel/RN, que orienta os Municípios da comarca quanto à adoção de medidas destinadas à segurança, organização e proteção da coletividade durante os eventos festivos;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a observância das normas de segurança, saúde pública, limpeza urbana e proteção integral à criança e ao adolescente;

DECRETA:

Art. 1º Os eventos festivos promovidos, patrocinados ou autorizados pelo Município de São Miguel/RN, durante os meses de junho e julho de 2026, deverão encerrar-se, impreterivelmente, às 05h00, admitindo-se tolerância máxima de 30 (trinta) minutos exclusivamente para a dispersão do público.

Parágrafo único. Findo o prazo previsto no caput, deverão ser imediatamente encerradas as apresentações artísticas, desligados os equipamentos de sonorização e adotadas as providências necessárias à completa desocupação do local.

Art. 2º Durante a realização dos eventos, a Secretaria Municipal de Saúde adotará as providências necessárias para disponibilização de

equipes de plantão e ambulâncias em número suficiente para o atendimento de urgências e emergências.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano providenciará a limpeza integral do local dos eventos no prazo máximo de 04 (quatro) horas após o encerramento diário das festividades, assegurando a adequada coleta e destinação dos resíduos sólidos.

Art. 4º A Administração Municipal adotará medidas para ampliar, sempre que possível, a disponibilização de lixeiras e pontos de coleta seletiva em locais estratégicos destinados à realização dos eventos.

Art. 5º Os órgãos municipais de fiscalização, em conjunto com o Conselho Tutelar, Polícia Militar e demais órgãos competentes, adotarão as medidas necessárias para assegurar o cumprimento da legislação de proteção à criança e ao adolescente, especialmente quanto à proibição da venda, fornecimento, entrega ou consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 (dezoito) anos, observadas as sanções legais cabíveis.

Art. 6º As Secretarias Municipais envolvidas prestarão apoio institucional às ações desenvolvidas pelos órgãos de segurança pública e de fiscalização durante toda a realização dos festejos.

Art. 7º É proibida a cobrança de tarifa de estacionamento para veículos automotores nas vias públicas situadas no entorno dos locais de realização dos festejos juninos e julinos, nos dias e horários oficiais dos eventos.
Parágrafo Único: O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, sob a fiscalização dos órgãos de trânsito e de segurança pública competentes.
Art. 8º Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Pública Municipal Direta e Indireta o dia 13 de julho de 2026 (segunda-feira), em razão dos festejos tradicionais realizados no Município.

§ 1º O disposto no caput não se aplica aos serviços públicos considerados essenciais, especialmente os serviços de saúde, limpeza urbana, segurança patrimonial, fiscalização, Conselho Tutelar, transporte de urgência e demais atividades que, por sua natureza, não possam sofrer solução de continuidade.

§ 2º Caberá aos titulares das Secretarias e órgãos da Administração Municipal adotar as providências necessárias para assegurar a manutenção dos serviços essenciais durante o ponto facultativo

Art. 9º O descumprimento das disposições deste Decreto sujeitará os responsáveis às medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo das sanções civis e penais previstas na legislação aplicável.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

São Miguel/RN, 01 de Julho de 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:E14B23E6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 284 / 2026, DE 01 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diária ao servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA, no exercício de suas atribuições legais, na melhor forma da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora**MARIA ELEUZINA GONÇALVES REGO,** Chefe do Departamento de Fiscalização e Desenvolvimento Ambiental, Matrícula nº 120972-8, **1 (UMA) DIÁRIA** no valor total de **R$ 412,50** para custear despesas com hospedagem, transporte e alimentação, durante seu deslocamento, com fundamento ao protocolo administrativo nº 2026.GAB.DIA.201511048-2.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Miguel / RN, 01 de Julho de 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:3B2C1461

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 285 / 2026, DE 01 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diária ao servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA, no exercício de suas atribuições legais, na melhor forma da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor**SANTIAGO RODRIGUES SILVA,** Diretor de defesa e preservação patrimonial, Matrícula nº 120893-4, **1 (UMA) DIÁRIA** no valor total de **R$ 440,00** para custear despesas com hospedagem, transporte e alimentação, durante seu deslocamento, com fundamento ao protocolo administrativo nº 2026.GAB.DIA.201511047-4.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Miguel / RN, 01 de Julho de 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:252251CC

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SÃO MIGUEL
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 01/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 01/2026

Modalidade: **Inexigibilidade - Art. 74, inciso III da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

Contratante: **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de São Miguel – IPSAM**

Contratada: **Matias e Leitão Consultores Associados LTDA**
CNPJ: **14.813.501/0001-00**

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de consultoria e assessoria de investimentos ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de São Miguel - IPSAM.

Item	Material/Serviço	Unid	Quant	Valor Unitário (R$	Valor Total (R$)
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de consultoria e assessoria de investimentos ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de São Miguel - IPSAM	Mês	12	2.300,00	27.600,00
VALOR TOTAL	**R$ 27.600,00**				

Fontes de Recurso: 33.90.39.00 – Outros Serviços de PJ
Fonte: 1400131
Início da Vigência:**01/07/2026**
Final da Vigência: **30/06/2027**
Assinatura: **01/07/2026**

Publicado por:
Francisco Fábio Pinheiro
Código Identificador:5B369736

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 010/2026

O Município de São Paulo do Potengi/RN (Prefeitura Municipal)**,**através de seu agente de contratação, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que promoverá em **14 de julho de 2026 (terça-feira), às 09:00**, no Portal de Compras Públicas**:**www.portaldecompraspublicas.com.br o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026**, visando Registro de Preços para aquisição futura e parceladas de equipamentos e suprimentos de informática destinado a atender as necessidades das Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, conforme especificações contidas no Anexo I. O Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal, à Rua Bento Urbano, 04, Centro, São Paulo do Potengi/RN, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 13h00min, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, ou através do e-mail: licitacao@saopaulodopotengi.rn.gov.br.

São Paulo do Potengi/RN, 01 de julho de 2026.

JACKSON ARAÚJO DUARTE
Agente de Contratação

Publicado por:
Jackson Araujo Duarte
Código Identificador:B47660B4

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 024/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1941/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 14.333/21.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, representado pelo(a) prefeito o(a) senhor(a) EUGÊNIO PACCELI ARAÚJO SOUTO, inscrito no CPF. 367.XXX.XXX-34, Brasileiro, Casado, Engenheiro, residente no Município de São Paulo do Potengi/RN.

CONTRATADA(O): **JALES COSTA E GASPAR SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrito sob. o CNPJ: 23.895.214/0001-79, sediado(a) na rua, Maria Auxiliadora, 776, Tirol, Natal/RN, CEP: 59014-500.

OBJETO: Contratação dos serviços jurídicos especializados para auxiliar nas demandas da Procuradoria Municipal e dos setores de Recursos Humanos, compreendendo consultoria, assessoria técnica, emissão de pareceres, orientação administrativa, análise de processos, apoio à gestão de pessoal, elaboração e revisão de atos normativos, bem como suporte jurídico relacionado às atividades de controle interno e às matérias administrativas correlatas da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN.

VALOR TOTAL: R$ 144.000,00, (cento e quarenta e quatro mil reais)30.000,00 (trinta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentaria: Sec. Mun. de Administração e dos Recursos Humanos
Ação: 2009 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

VIGÊNCIA: 26 de junho de 2026 a 26 de junho de 2027

São Paulo do Potengi/RN, em 26 de junho de 2026.

EUGÊNIO PACCELI ARAÚJO SOUTO
Prefeito – Contratante

MANUEL NETO GASPAR JUNIOR
Contratada

Publicado por:
Silmax Lei Fonseca de Souza
Código Identificador:A8BF51FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 148/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido a senhor(a) **FLAVIA ROBERTA DE ARAUJO ALVES**, CPF n° 875***.***-68, do cargo de provimento comissionado de Secretaria de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, símbolo **CC1**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 30 de junho de 2026.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 01 de julho de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:BD6F34B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 149/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR senhor(a) **LENILSON DE OLIVEIRA AUGUSTO**, CPF nº 084.416.064-47, do cargo de provimento

comissionado de Coordenador de Desporto, da Secretaria Municipal de Juventude Esporte, e Lazer, símbolo **CC4**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 30 de junho de 2026.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 01 de julho de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:04CFADAE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 150/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR senhor(a) **WENDELL COSTA**, CPF nº 837. ***. ***-68, para o cargo de provimento comissionado de Secretário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, símbolo **CC1**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 01 de julho de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:391F67DD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 151/2026

DELEGA PODERES PARA MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO DO POTENGI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1ºDELEGAR poderes ao senhor WENDELL COSTA, inscrito no CPF sob o número 837.***.***-68, Secretário Municipal de Saúde, e para o senhor FRANCISCO EUGÊNIO LOPES DE MOURA FILHO, inscrito no CPF sob o número 094.***.***-30, Secretário Municipal das Finanças e do Planejamento, para, em conjunto, exercerem no âmbito da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.248.215/0001-42, as transações referentes ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, como:
1) Emitir Cheques;
2) Abrir Contas de Depósito;
3) Autorizar Cobrança;
4) Utilizar Crédito Aberto na Forma e Condições;
5) Receber, Passar Recibo e dar Quitação;
6) Solicitar Saldos, Extratos e Comprovantes;
7) Requisitar Talonários de Cheques;
8) Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações;
9) Retirar Cheques Devolvidos;
10) Endossar Cheque;
11) Sustar/Contra - Ordenar Cheques;
12) Cancelar Cheques;
13) Baixar Cheques;
14) Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras;
15) Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas;
16) Efetuar Saques – Conta Corrente;
17) Efetuar Saques BB – Poupança;
18) Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico;
19) Efetuar Transferências por Meio Eletrônico;
20) Solicitar Movimentação de no Contas Exterior;
21) Efetuar Movimentação Financeira no RPG;
22) Consultar Contas/ Aplic. Programas Repasse Recursos;
23) Liberar Arquivos de Pagamentos no Ger. Financeiro;
24) Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos;
25) Solicitar Saldos/Extratos de CRE;
26) Emitir Comprovantes;
27) Efetuar Transferência para mesma Titularidade;
28) Encerrar Contas de Depósito;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 01 de julho de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:C0BF5EDD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 152/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RENOVAR a cessão da servidora **ALDEILZA ALVES DA COSTA MELO**, Matricula 0092513-1, Assistente Social, lotada no quadro da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania, para o Governo do Estado do Rio Grande do Estado do Rio de Janeiro, através do Fórum da Comarca da Secretaria de Estado de Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável.

Art. 2º A cessão da servidora se dará pelo período de 02 (dois) anos, com ônus ao cedido, através do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeito a partir de 03 de julho 2026.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 01 de julho de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:1D825302

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃODE SERVIÇOS Nº 20220022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022*

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: FRANCISCO REGIS DA COSTA NETO, inscrita no CNPJ sob o nº 41.653.315/0001-15. **OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem como objeto a Contratação dos serviços de apoio administrativo voltado a gestão de saúde pública e de pessoal, envolvendo a capacitação, treinamento, bem como apoio as atividades administrativas e funcionais desenvolvidas pelos profissionais no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo do Potengi/RN. **DO PRAZO**: O presente Termo Aditivo tem como objetivo a prorrogação do contrato celebrado em 10 de fevereiro de 2022 com vencimento em 09 de fevereiro de 2026, passando a vigorar de 10 de fevereiro de 2026 a 15 de janeiro de 2027. **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: A celebração deste Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços está prevista no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Paulo do Potengi/RN, em 02 de fevereiro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO –
Prefeito – Contratante e

FRANCISCO REGIS DA COSTA NETO -
P/Contratada.

*Rerratificação por incorreção
Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 03/02/2026. Edição 3722.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:E1B8BFE8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 062/2026

PORTARIA N° 062/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
Considerando o Decreto Municipal 005/2025, que regulamenta a concessão de diárias no município de São Pedro/RN
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 01 (uma) diária, sem pernoite, no Valor Unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 150,00 à Senhora Angela Giselda Vicente da Silva, Matrícula 1045-1, Secretária Municipal de Educação, para se deslocar até Mossoró/RN para participar do Encontro de Formação para Gestores do Transporte Escolar e Conselheiros do CACS/Fundeb, evento que ocorrerá dia 02 de julho de 2026.
Art. 2º As diárias serão concedidas conforme a necessidade do serviço.
Art. 3º O valor das diárias será determinado conforme a tabela anexa, de acordo com a localidade de destino e as condições de hospedagem e alimentação, respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal 005/2025.
Art. 4º As diárias poderão ser pagas de forma antecipada mediante autorização do Prefeito.
Art. 5º O servidor que não utilizar as diárias concedidas ou que retornar antes do prazo estabelecido deverá devolver o valor não utilizado, sob pena de ser responsabilizado pela diferença.
Art. 6º A concessão de diárias poderá ser revogada a qualquer momento, caso se verifique que o deslocamento não é mais necessário ou que as condições para a concessão não foram cumpridas.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 01/07/2026

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:16FBD320

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 063/2026

PORTARIA N° 063/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
Considerando o Decreto Municipal 005/2025, que regulamenta a concessão de diárias no município de São Pedro/RN
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 01 (uma) diária, sem pernoite, no Valor Unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor de R$ 100,00 à Senhora Edivan Varela do Nascimento Santos, Matrícula 71-1, Coordenadora da Secretaria de Educação,para se deslocar até Mossoró/RN para participar do Encontro de Formação para Gestores do Transporte Escolar e Conselheiros do CACS/Fundeb, evento que ocorrerá dia 02 de julho de 2026.
Art. 2º As diárias serão concedidas conforme a necessidade do serviço.
Art. 3º O valor das diárias será determinado conforme a tabela anexa, de acordo com a localidade de destino e as condições de hospedagem e alimentação, respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal 005/2025.
Art. 4º As diárias poderão ser pagas de forma antecipada mediante autorização do Prefeito.
Art. 5º O servidor que não utilizar as diárias concedidas ou que retornar antes do prazo estabelecido deverá devolver o valor não utilizado, sob pena de ser responsabilizado pela diferença.
Art. 6º A concessão de diárias poderá ser revogada a qualquer momento, caso se verifique que o deslocamento não é mais necessário ou que as condições para a concessão não foram cumpridas.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 01/07/2026

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:04D9477D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 064/2026

PORTARIA N° 064/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
Considerando o Decreto Municipal 005/2025, que regulamenta a concessão de diárias no município de São Pedro/RN
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 01 (uma) diária, sem pernoite, no Valor Unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor de R$ 100,00 ao Senhor Luan Medeiros da Silva, Matrícula 1073-1, Coordenador da Secretaria de Educação, para se deslocar até Mossoró/RN para participar do Encontro de Formação para Gestores do Transporte Escolar e Conselheiros do CACS/Fundeb, evento que ocorrerá dia 02 de julho de 2026.
Art. 2º As diárias serão concedidas conforme a necessidade do serviço.
Art. 3º O valor das diárias será determinado conforme a tabela anexa, de acordo com a localidade de destino e as condições de hospedagem e alimentação, respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal 005/2025.
Art. 4º As diárias poderão ser pagas de forma antecipada mediante autorização do Prefeito.
Art. 5º O servidor que não utilizar as diárias concedidas ou que retornar antes do prazo estabelecido deverá devolver o valor não utilizado, sob pena de ser responsabilizado pela diferença.
Art. 6º A concessão de diárias poderá ser revogada a qualquer momento, caso se verifique que o deslocamento não é mais necessário ou que as condições para a concessão não foram cumpridas.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 01/07/2026

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:59259F71

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 065/2026

PORTARIA N° 065/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
Considerando o Decreto Municipal 005/2025, que regulamenta a concessão de diárias no município de São Pedro/RN
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 01 (uma) diária, sem pernoite, no Valor Unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor de R$ 100,00 à Senhora Ivelize Liliane Silva de Araujo, Matrícula 1397-3, Coordenadora da Secretaria de Educação, para se deslocar até Mossoró/RN para participar do Encontro de Formação para Gestores do Transporte Escolar e Conselheiros do CACS/Fundeb, evento que ocorrerá dia 02 de julho de 2026.
Art. 2º As diárias serão concedidas conforme a necessidade do serviço.
Art. 3º O valor das diárias será determinado conforme a tabela anexa, de acordo com a localidade de destino e as condições de hospedagem e alimentação, respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal 005/2025.
Art. 4º As diárias poderão ser pagas de forma antecipada mediante autorização do Prefeito.
Art. 5º O servidor que não utilizar as diárias concedidas ou que retornar antes do prazo estabelecido deverá devolver o valor não utilizado, sob pena de ser responsabilizado pela diferença.
Art. 6º A concessão de diárias poderá ser revogada a qualquer momento, caso se verifique que o deslocamento não é mais necessário ou que as condições para a concessão não foram cumpridas.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 01/07/2026

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:8C7EAF63

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº. 20060093/2026 TERMO DE PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO

PROCESSO Nº. 20060093/2026
TERMO DE PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO
O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.079.915/0001-46, visando compor dívida oriunda da prestação de serviços de coleta de lixo, pela empresa DR & J LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 17.382.733/0001-30, na forma do art. 149 da Lei nº. 14.133/2021, têm como justo emitir o presente TERMO DE PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO, regendo-se pelo fixado a seguir:
1. Reconhece a Administração seu dever de indenizar a empresa DR & J LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 17.382.733/0001-30, decorrente da prestação de serviços de coleta de lixo no mês de junho, no valor total de R$ 99.957,36 (noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos).
2. A Administração liquidará a obrigação referida por meio de Nota de Empenho que será emitida, com base na dotação orçamentária.
3. A liquidação dar-se-á por crédito na conta bancária da empresa.
4. A Administração publicará o presente termo na forma do art. 54 c/c art. 174, §2º., inciso V, ambos da Lei nº. 14.133/2021. São Pedro/RN, 01 de julho de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:BCD0B213

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL N° 1165, DE 01 DE JULHO DE 2026. REGULAMENTA O LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU)2026 EM 2º GRUPO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de competência que lhe confere a Constituição Federal, a Lei Orgânica e considerando as disposições do art. 216 da Lei 002/2017 Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a data 01 de julho de 2026 para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do segundo grupo, que terá seu valor estabelecido em real, disposto da seguinte forma:
I- Em cota única com desconto de 20% (vinte por cento), se recolhido até 31.08.2026;
II- Em 04 (quatro) parcelas sem juros ou atualizações monetárias, não ultrapassando o limite de R$ 50,00 (cinquenta reais) cada, se

recolhidas até o dia 31 (trinta e um) de agosto, 30 (trinta) de setembro, 30 (trinta) de outubro 30(trinta) de novembro.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:A43E38F7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE - IPSV
PORTARIA Nº 15 DE 01 DE JULHO DE 2026 – IPSV.

"RETIFICA A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA PORTARIA Nº 08, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022, QUE CONCEDEU O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM FAVOR DA SERVIDORA MARIA FILOMENA FIGUEREDO CARVALHO XAVIER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Diretora Presidente do **IPSV**, no uso das atribuições conferidas pelo Art. n.° 71 da Lei Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município e passou a reger o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV, e CONSIDERANDO que a Portaria nº 08, de 28 de setembro de 2022, concedeu à servidora Sra. MARIA FILOMENA FIGUEREDO CARVALHO XAVIER o benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais e paridade;

CONSIDERANDO que, por erro material, a referida Portaria indicou como fundamento legal da concessão o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, combinado com o art. 35 da Lei Complementar Municipal nº 008, de 23 de dezembro de 2013, quando o fundamento legal correto e efetivamente aplicável à espécie é o art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 18 da Lei Complementar Municipal nº 008, de 23 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO o poder-dever da Administração Pública de rever seus próprios atos quando eivados de vício, especialmente para corrigir erros materiais e de fundamentação, nos termos da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal e do art. 53 da Lei nº 9.784/1999;

CONSIDERANDO que a presente retificação não implica alteração do benefício concedido, dos proventos fixados, da memória de cálculo ou da data de início dos efeitos financeiros, tratando-se exclusivamente da correção da fundamentação jurídica do ato concessório,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a fundamentação legal constante da Portaria nº 08, de 28 de setembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê: *"... A referida aposentadoria se fundamenta nos termos do art. 3.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005, e, ainda, art. n.º 35 da Lei Municipal Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência do Município de São Vicente e criou o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV.";*

Leia-se: *"... A referida aposentadoria se fundamenta nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, c/c o art. 18 da Lei Municipal Complementar n.º 008, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência do Município de São Vicente e criou o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPSV.";*

Art. 2º Permanecem inalteradas todas as demais disposições da Portaria nº 08, de 28 de setembro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de publicação da Portaria nº 08, de 28 de setembro de 2022, para todos os fins de direito, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

São Vicente/RN, 01 de julho de 2026.

IRES DE FÁTIMA GOMES DANTAS ARAÚJO
Diretora Presidente do IPSV
Portaria nº 449/2025

Publicado por:
Ires de Fatima Gomes D. Araujo
Código Identificador:F0DA282D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN (CONTRATO: Nº 002/2026)

Que entre si celebram o DISTRATANTE, **O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE** (CNPJ: 08.308.470/0001-29), neste ato representado pela chefe do poder executivo a Sra. **JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS**, casada, portadora do CPF nº 031.534.614-06, residente na Rua Senador Agenor Nunes de Maria, 318, Centro, São Vicente/RN, CEP: 59.340-000, doravante denominada **DISTRATANTE** e, de outro lado o(a) **DISTRATADO (A)**, o Sr. JOSE EDIVANALDO DANTAS DE ARAUJO**,** solteiro, residente e domiciliado no Sitio Saco da Luiza III, nº S/N – Zona rural – CEP: 59.340.000 – São Vicente/RN, cadastrado no CPF nº 055.382.594-12, Identidade nº. 58.307.487-x SSP/SP, cujo valor mensal do contrato, hora distratado, é de R$ 1.621,00 (Hum mil e seiscentos e vinte e um reais).

CLÁUSULA PRIMEIRA: As partes acima qualificadas, de comum acordo e na melhor forma de direito, estabelecem o presente DISTRATO do Contrato de Prestação de Serviços de **MOTORISTA** para atuar no âmbito da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN**.

CLÁUSULA SEGUNDA: O DISTRATANTE e o DISTRATADO acordam que os serviços foram devidamente prestados pelo DISTRATADO até a presente data.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente DISTRATO é irrevogável e irretratável, não cabendo arrependimento das partes, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores.
E, por estarem assim justas e concordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentais, elegendo desde logo o foro da comarca de Florânia /RN para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios dele decorrentes.

São Vicente/RN, 30 de junho de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita
Distratante

JOSE EDIVANALDO DANTAS DE ARAUJO
CPF nº. 055.382.594-12
Distratado (a)

Testemunhas:

_____
CPF:_____

_____
CPF:_____

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:3D03B6AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 068/2026-SMAS, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSE EDIVANALDO DANTAS DE ARAUJO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 7 diárias de ¼ (um quarto) de diária ao servidor **JOSE EDIVANALDO DANTAS DE ARAUJO**, Mat. 1261, ocupante da função de **MOTORISTA** deste Município, para **CONDUZIR USUÁRIOS, ATENDIDOS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO, PARA REALIZAR PERÍCIA SOCIAL E MEDICA,** totalizando o valor de **R$ 362,50 (trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 30 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

GABRIELA BEATRIZ DANTAS SOARES DE SOUZA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:8E4196FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 137/2026 - FMS, DE 01 DE MAIO DE 2026.

Concede diária(s) a CARLITO GRAZIANNE DE MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de OUTUBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **01 (uma) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **JOSIVAN PEREIRA DE SOUZA,** Mat. 60704, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 01 (uma) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 87,50 (OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 01 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:28E02926

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 138/2026-FMS, DE 01 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a ANA NEILMA PINHEIRO NEVES e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA(s) DE ¼ (um quarto)** a servidora **ANA NEILMA PINHEIRO NEVES,** Mat. **058**, ocupante da função de **ENFERMEIRA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade **NATAL/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 05 de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 01 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:AB03EBBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 139/2026-FMS, DE 01 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a ANA NEILMA PINHEIRO NEVES e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA(s) DE ¼ (um quarto)** a servidora **ANA NEILMA PINHEIRO NEVES,** Mat. **058**, ocupante da função de **ENFERMEIRA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade **NATAL/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 05 de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 01 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:5E9A4D8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 140/2026-FMS, 01 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a CLEZIO DANTAS DE MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 DE 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **05 (cinco) diárias de ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **CLEZIO DANTAS DE MEDEIROS**, Mat. 1169, ocupante da função de **SUBCOORDENADOR TRANSPORTE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens, sendo **04 (quatro)** para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e **01 (uma)** para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 387,50 (TREZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 01 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:BB1E7F4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 141/2026-FMS, DE 03 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR, e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de SETEMBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR**, Mat. 1140, ocupante da função de **SECRETÁRIO DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** para **O GABINETE DE NELTER QUEIROZ,** para tratar de assunto relacionado ao seu município, no dia 03 de junho de 2026. Conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

MARIA APARECIDA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Finanças
031.XXX.XXX-88

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:8A16EAAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 142/2026-FMS, DE 03 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSUÉ ARNOUD DA SILVA OLIVEIRA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **04 (quatro) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **JOSUÉ ARNOUD DA SILVA OLIVEIRA**, Mat. 784, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo **01 (uma)** para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), **01 (uma)** para a cidade de **CAICO/RN,** ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), **01 (uma)** para a cidade de **SANTA CRUZ/RN,** ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), e **01 (uma)** para a cidade de **PARELHAS/RN,** ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo do mês de abril de 2026, totalizando o valor de **R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C89E23CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 143/2026-FMS, DE 03 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a RONALDO SALVIANO SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **07 (sete) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **RONALDO SALVIANO SILVA,** Mat. 785, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 04 (quatro) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 02 (duas) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 01 (uma) para a cidade de **ASSU/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 362,50 (TREZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:6276A617

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 144/2026-FMS, DE 03 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSÉ MEDEIROS DE LIMA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Ficam concedidas **08 (oito) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **JOSÉ MEDEIROS DE LIMA,** Mat. 787, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 02 (duas) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta), 06 (seis) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta), conforme comprovantes em anexo, do mês de abril de 2026, totalizando o valor de **R$ 600,00 (seiscentos reais).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:6F0838F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 145/2026-FMS, DE 03 DE JUNHO DE 2026

Concede diária(s) a JOHNNY EVERTHON FERNANDES COSTA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **03 (três) DIÁRIA (s) de ¼ (um quarto) e 07 (sete) DIÁRIA (s) de ⅓ CADA,** ao servidor **JOHNNY EVERTHON FERNANDES COSTA,** Mat. 899, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada, sendo 03 (três) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 07 (sete) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de R$ 116,66 (cento e dezesseis reais e sessenta e seis centavos), referentes ao mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 1.079,12 (um mil e setenta e nove reais e doze centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A6D0A8F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 146/2026-FMS, DE 03 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a LINDEMBERGUE MIELE OLIVEIRA LUCAS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Ficam concedidas **06 (seis) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **LINDEMBERGUE MIELE OLIVEIRA LUCAS**, Mat. 809, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 03 (três) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **MACAIBA/RN** ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **CAICO/RN** ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **ASSU/RN** ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovante em anexo do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 425,00 (QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:833CD7C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 147/2026-FMS, 03 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a IGOR FAGNER ALVES DOS SANTOS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 04 DE SETEMBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **15 (quinze) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto),** ao servidor **IGOR FAGNER ALVES DOS SANTOS,** Mat. 886,

ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 09 (nove) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 03 (três) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 02 (duas) para a cidade **MOSSORÓ/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **ALEXANDRIA/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 1.162,50 (um mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:3ECE71E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 148/2026-FMS, 08 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a SEBASTIÃO JOSÉ DE LIMA NETO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **07 (sete) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **SEBASTIÃO JOSÉ DE LIMA NETO,** Mat. 887, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 02 (duas) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 04 (quatro) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 01 (uma) para a cidade de **MOSSORO/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de junho de 2026, totalizando o valor de **R$ 412,50 (QUATROCENTOS DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 08 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:AF31CA0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 149/2026-FMS, DE 08 DE JUNHO DE 2026

Concede diária(s) a PEDRO JULIÃO DA SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **09 (nove) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto),** ao servidor **PEDRO JULIÃO DA SILVA**, Mat. 786, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 06 (seis) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 03 (três) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 637,50 (SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, de 08 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B8004614

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 153/2026 - FMS, DE 08 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a CARLITO GRAZIANNE DE MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de OUTUBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **02 (duas) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **CARLITO GRAZIANNE DE MEDEIROS,** Mat. 468, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo: 02 (duas) para a cidade de NATAL/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 08 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B7280F14

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 154/2026-FMS, DE 08 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a GEDSON MICHAEL DOS ANJOS RIBEIRO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 03 de setembro de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **04 (quatro) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **GEDSON MICHAEL DOS ANJOS RIBEIRO**, Mat. 239, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas sendo **03 (três)** para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), **01 (uma)** para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, de 08 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:5269AB24

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 155/2026-FMS, DE 08 DE JUNHO DE 2026

Concede diária(s) a JOSENILSON SOARES VICENTE e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Ficam concedidas **04 (quatro) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **JOSENILSON SOARES VICENTE**, Mat. 301, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 02 (duas) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 01 (uma) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **ASSU/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, de 08 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:46202701

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 156/2026-FMS, 08 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a LUCIANO JOSÉ APOLINÁRIO XAVIER e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **05 (cinco) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto)** ao servidor **LUCIANO JOSÉ APOLINÁRIO XAVIER**, Mat. 782, ocupante da função de **motorista da secretaria municipal de saúde** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 01 (uma) para a cidade de **ASSU/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 03 (três) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **PATOS/PB**, ao valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme comprovantes em anexo do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 450,00 (QUATROCENTOS CINQUENTA REAIS).**
A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 08 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:ACB1B9B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 157/2026-FMS, DE 09 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSÉ NETO COSTA DINIZ e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Ficam concedidas **03 (três) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **JOSÉ NETO COSTA DINIZ,** Mat. 288, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo **03 (três)** para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 262,50 (DUZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**
A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 09 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:898801E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 158/2026-FMS, DE 09 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a SILVINO ARAÚJO NETO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **04 (quatro) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **SILVINO ARAÚJO NETO**, Mat. 842, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 04 (quatro) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo dos meses de abril e maio 2026, totalizando o valor de **R$ 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 09 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:226E9CCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 159/2026-FMS, DE 09 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSÉ CARLOS DANTAS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Fica concedida **06 (seis) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **JOSÉ CARLOS DANTAS,** Mat. 258, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 04 (quatro) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **CAICO/RN,** ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **ASSU/RN,** ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo do mês maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 425,00 (QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 09 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:7B3861EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 160/2026-FMS, DE 10 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a DÍDIA DE OLIVEIRA PEREIRA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto)** a servidora **DÍDIA DE OLIVEIRA PEREIRA,** Mat. 792, ocupante da função de **ENFERMEIRA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para cidade de Caicó/RN a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, no dia 06 de junho de 2026 conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 10 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:6F74365D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 161/2026-FMS, 10 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a NATHALIA DANTAS DE ARAÚJO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 1/4 (um quarto)** a servidora **NATHÁLIA DANTAS DE ARAÚJO,** Mat. 738, ocupante da função de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **CAICO/RN,** ao valor unitário de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos),** a fim de acompanhar pacientes Para participar da oficina de capacitação no projeto "futuro sem HPV" da 4ª região de saúde, no dia 27 de maio de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 10 de junho de 2025.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:5E1F0FCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 162/2026-FMS, DE 10 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a CAMILA SOUZA DE MEDEIROS SALVIANO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **1 (uma diária) de ¼ (um quarto)** a servidora **CAMILA SOUZA DE MEDEIROS SALVIANO**, Mat. 743, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **CAICO/RN,** ao valor unitário de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos),** a fim de acompanhar pacientes Para participar da oficina de capacitação no projeto "futuro sem HPV" da 4ª região de saúde, no dia 27 de maio de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 10 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A19B8D8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 163/2026-FMS, 11 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a ALLAN RONALD MEDEIROS FERNANDES e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **03 (três) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto),** ao servidor **ALLAN RONALD MEDEIROS FERNANDES**, Mat. 1069, ocupante da função de **COORDENADOR DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 02 (duas) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **ASSU/RN**, ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 212,50 (DUZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 11 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.XXX.XXX-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1C875DB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 164/2026-FMS, DE 12 DE JUNHO DE 2026.

Concede diária(s) a FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR, e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de SETEMBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR**, Mat. 1140, ocupante da função de **SECRETÁRIO DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** para **AGEM ASSESSORIA,** para tratar de assunto relacionado ao seu município, no dia 12 de junho de 2026. Conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 12 de junho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

MARIA APARECIDA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Finanças
031.XXX.XXX-88

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:BC467521

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO SESSÃO PUBLICA ELETRÔNICA PARA CONVOCAÇÃO DAS EMPRESAS REMANESCENTES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MÓVEIS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN.

O Município de São Vicente por intermédio do(a) Pregoeiro(a) e da Equipe de Apoio, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026, torna público que, em razão da impossibilidade de contratação da empresa anteriormente classificada para o **Item 20**, procederá à convocação das empresas remanescentes, observada rigorosamente a ordem de classificação final do certame.

Dessa forma, ficam convocadas as licitantes remanescentes classificadas para o **Item 20** a acompanharem a sessão pública eletrônica, ocasião em que serão realizadas as negociações e adotados os procedimentos subsequentes previstos na legislação aplicável.

Data limite para negociação: 03/07/2026 até as 14h00min
Local:
https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/RN/Prefeitura-Municipal-de-Sao-Vicente-1757/RPE-5-2026-2026-464714

Ressalta-se que a convocação observará estritamente a ordem de classificação das propostas, sendo facultado ao Pregoeiro negociar condições mais vantajosas para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, prosseguindo-se com as demais licitantes, sucessivamente, caso não haja êxito na negociação ou não sejam atendidos os requisitos de habilitação e demais exigências editalícias.

São Vicente/RN 01 de julho de 2026

JOSÉ TALIZ DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:478DEC18

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
RESULTADO FINAL 2° CHAMADA - PE (SRP) Nº 007/2026

RESULTADO – 2° CHAMADA

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 050/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos hospitalares, com fornecimento parcelado e contínuo, destinados ao atendimento das unidades que compõem a rede pública municipal de saúde do Município de Senador Elói de Souza/RN, visando assegurar a manutenção das ações e serviços de saúde e o adequado atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza, através do seu Agente de Contratação, declara vencedores do Pregão Eletrônico (SRP) nº 007/2026, nos itens abaixo, as empresas:

Itens: 071, 076, 102, 103, 147, 157 e 225;
CIRUFARMA COMERCIAL LTDA – CNPJ: 40.787.152/0001-09, com o valor total de R$ 110.760,00 (cento e dez mil e setecentos e sessenta reais).

Itens: 059, 063, 101, 152, 158, 161 193 e 207;
CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA– CNPJ: 42.591.738/0001-10, com o valor total de R$ 210.400,00 (duzentos e dez mil e quatrocentos reais).

Itens: 143 e 151;
NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI LTDA – CNPJ: 18.588.224/0001-21, com o valor total de R$ 90.640,00 (noventa mil e seiscentos e quarenta reais).

Itens: 011, 013, 014, 020 a 022, 029, 041, 043, 066, 074, 077, 100, 106, 109, 113, 123, 125 a 127, 134, 135, 142, 206 e 220;
R5 SOLUCOES EM SAUDE LTDA – CPNJ: 33.853.517/0001-82, com o valor total de R$ 605.715,00 (seiscentos e cinco mil e setecentos e quinze reais).

Senador Elói de Souza/RN, 01 de julho de 2026.

JOSE LUCIO JUNIOR DA SILVA
Agente de Contratação
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:93A03A9D

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 2ª CHAMADA - PE (SRP) Nº 007/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - 2° CHAMADA

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 050/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos hospitalares, com fornecimento parcelado e contínuo, destinados ao atendimento das unidades que compõem a rede pública municipal de saúde do Município de Senador Elói de Souza/RN, visando assegurar a manutenção das ações e serviços de saúde e o adequado atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza/RN, através da Autoridade Superior, **ADJUDICA** como vencedores do Pregão Eletrônico (SRP) nº 007/2026, as empresas:

Itens: 071, 076, 102, 103, 147, 157 e 225;
CIRUFARMA COMERCIAL LTDA – CNPJ: 40.787.152/0001-09, com o valor total de R$ 110.760,00 (cento e dez mil e setecentos e sessenta reais).

Itens: 059, 063, 101, 152, 158, 161 193 e 207;
CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA– CNPJ: 42.591.738/0001-10, com o valor total de R$ 210.400,00 (duzentos e dez mil e quatrocentos reais).

Itens: 143 e 151;
NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI LTDA – CNPJ: 18.588.224/0001-21, com o valor total de R$ 90.640,00 (noventa mil e seiscentos e quarenta reais).

Itens: 011, 013, 014, 020 a 022, 029, 041, 043, 066, 074, 077, 100, 106, 109, 113, 123, 125 a 127, 134, 135, 142, 206 e 220;
R5 SOLUCOES EM SAUDE LTDA – CPNJ: 33.853.517/0001-82, com o valor total de R$ 605.715,00 (seiscentos e cinco mil e setecentos e quinze reais).

Senador Elói de Souza/RN, 01 de julho de 2026.
.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:3AD06772

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 2ª CHAMADA - PE (SRP) Nº 007/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - 2° CHAMADA

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 050/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos hospitalares, com fornecimento parcelado e contínuo, destinados ao atendimento das unidades que compõem a rede pública municipal de saúde do Município de Senador Elói de Souza/RN, visando assegurar a manutenção das ações e serviços de saúde e o adequado atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Agente de Contratação, referente ao Pregão Eletrônico (SRP) nº 007/2026 com início em 02 de março de 2026,

realizado em 10 de abril de 2026, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de01 de abril de 2021, mantendo a Adjudicação exarada no Processo nº 050/2026.

Itens: 071, 076, 102, 103, 147, 157 e 225;
CIRUFARMA COMERCIAL LTDA – CNPJ: 40.787.152/0001-09, com o valor total de R$ 110.760,00 (cento e dez mil e setecentos e sessenta reais).

Itens: 059, 063, 101, 152, 158, 161 193 e 207;
CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA– CNPJ: 42.591.738/0001-10, com o valor total de R$ 210.400,00 (duzentos e dez mil e quatrocentos reais).

Itens: 143 e 151;
NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI LTDA – CNPJ: 18.588.224/0001-21, com o valor total de R$ 90.640,00 (noventa mil e seiscentos e quarenta reais).

Itens: 011, 013, 014, 020 a 022, 029, 041, 043, 066, 074, 077, 100, 106, 109, 113, 123, 125 a 127, 134, 135, 142, 206 e 220;
R5 SOLUCOES EM SAUDE LTDA – CPNJ: 33.853.517/0001-82, com o valor total de R$ 605.715,00 (seiscentos e cinco mil e setecentos e quinze reais).

Senador Elói de Souza/RN, 01 de julho de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:5DC243A2

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 531/2026, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

"REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA, A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL 15.326, DE 6 DE JANEIRO DE 2026, DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA OENQUADRAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, no uso das suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancinou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Lei regulamenta os procedimentos, requisitos e critérios objetivos para o enquadramento dos profissionais da educação infantil na carreira do magistério público do Município de Senador Elói de Souza, em estrita observância ao que preceitua a Lei Federal 15.326, de 6 de janeiro de 2026.

Art. 2º Para os exatos fins desta Lei, consideram-se as seguintes definições:

I - Função docente na educação infantil: o conjunto de atribuições e responsabilidades intrínsecas ao magistério, exercidas de forma habitual e permanente, que compreendem, indissociavelmente, o planejamento pedagógico intencional, a avaliação contínua, a documentação pedagógica e a articulação com as famílias, reconhecendo o princípio da integralidade entre cuidar, brincar e educar;
II - Profissionais de apoio à educação infantil: os servidores que atuam no ambiente escolar desempenhando funções não equivalentes à docência, com atribuições de suporte, assistência, monitoramento e cuidados de higiene e segurança, ainda que exercidas sob a supervisão de professor legalmente habilitado.

CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO

Art. 3º Serão enquadrados na carreira do magistério público municipal, na qualidade de professores da educação infantil, única e exclusivamente os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo que preencham, de forma cumulativa e interdependente, os seguintes requisitos:

I - Exercer efetivamente a função docente na educação infantil, nos moldes do inciso I do art. 2º desta Lei;
II - Atuar diretamente com as crianças educandas nas unidades da rede municipal de ensino;
III - Possuir formação mínima na modalidade Normal em nível médio ou em curso de nível superior de licenciatura plena, exigida para a docência na educação infantil;
IV - Ter sido aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, especificamente para o cargo que ocupa atualmente, independentemente da designação formal ou nomenclatura adotada no certame.

Art. 4º O procedimento de que trata esta Lei possui natureza eminentemente corretiva e declaratória.
§ 1º É terminantemente vedada a aplicação desta Lei para autorizar a transposição, ascensão, reenquadramento ou qualquer modalidade de provimento derivado que resulte na migração de servidores da carreira de apoio para a carreira do magistério público, em respeito ao artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e à Súmula Vinculante 43 do Supremo Tribunal Federal.
§ 2º A ausência de comprovação de qualquer um dos requisitos cumulativos previstos no art. 3º desta Lei acarretará o indeferimento de plano do requerimento de enquadramento, permanecendo o servidor submetido à legislação e ao plano de cargos de sua carreira de origem.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Art. 5º Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo, a Comissão Especial de Análise e Enquadramento, com a finalidade de avaliar os requerimentos dos servidores interessados. § 1º A Comissão será composta por membros das Secretarias Municipais de Educação, de Administração e da Procuradoria-Geral do Município, a serem designados por ato do Chefe do Poder Executivo. § 2º Caberá à Comissão a análise documental, a emissão de parecer técnico individualizado e a adoção de eventuais diligências para constatação da veracidade do exercício da função docente.

Art. 6º O procedimento será deflagrado mediante requerimento formal do servidor, acompanhado de farta documentação probatória, contemplando, no mínimo:

I - Termo de posse, ato de nomeação e edital do concurso público de ingresso;
II - Diploma ou certificado da formação exigida;
III - Declaração circunstanciada da chefia imediata acerca das atribuições desempenhadas;
IV - Comprovação documental do desenvolvimento de atividades de cunho estritamente pedagógico.

CAPÍTULO IV
DA SUSTENTABILIDADE FISCAL E IMPLEMENTAÇÃO

Art. 7º O enquadramento na carreira do magistério e a consequente aplicação do piso salarial profissional nacional observarão rigorosamente as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, visando impedir o comprometimento da higidez fiscal e a violação aos limites da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 8º Os efeitos financeiros decorrentes do enquadramento deferido dar-se-ão de forma escalonada, cuja modulação e cronograma de etapas serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, garantida a irredutibilidade de vencimentos.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senador Elói de Souza/RN, 30 de junho de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAUJO JUNIOR
Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:B869956E

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 532/2026, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

"EMENTA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 362/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA, no uso das atribuições legais e consoante o que determina a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei Municipal nº 362, de 22 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Em face da necessidade de atendimento às ações de saúde pública, fica regularizado o Serviço de Vigilância Sanitária, por meio da Coordenadoria de Vigilância Sanitária, órgão vinculado exclusivamente à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)**."

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais competências de execução de ações tendentes a eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, bem como o controle de bens de consumo e prestação de serviços relacionados à saúde.

Art. 3º- A receita proveniente da arrecadação de multas por infrações sanitárias continuará destinada ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senador Elói de Souza/RN, 30 de junho de 2026.

KERGINALDO DE MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Senador Eloi de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:970A9B86

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 533/2026, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

"EMENTA: DISPÕE SOBRE O CONTROLE INTERNO DO SOUZAPREV NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 018/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO disposições da Constituição Federal, em seus artigos 31, 70 e 74, e da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, nos artigos 22, 52 e 55, que estabelecem a manutenção, de forma integrada, de Sistema de Controle Interno pelos Poderes;

CONSIDERANDO a missão dos Tribunais de Contas de estimular a implantação e de avaliar o desenho e o funcionamento do Sistema de Controle Interno dos jurisdicionados, tendo por fundamento a exigência constitucional para implantação do Sistema de Controle Interno pelos Poderes e órgãos da Administração Pública, e a competência do Tribunal de Contas para fiscalizar e avaliar o funcionamento desse sistema;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Resolução Administrativa nº 05/2014, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) relativa a "Controle Interno: instrumento de eficiência dos jurisdicionados", assim como as exigências do Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), do seu Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), especificamente quanto ao QATC nº 24 (Fiscalização e auditoria do controle interno e tecnologia da informação dos jurisdicionados);

CONSIDERANDO a decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 1264676/SC, na qual consignou-se que as atividades finalísticas de controle interno são de natureza técnica e, portanto, atinentes a cargos de provimento efetivo, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a decisão emanada no acórdão nº 143/2022-TC, no processo de consulta nº 005201/2018-TC, na qual ficou consignado que *"a comunicação aos Tribunais de Contas exigida pelo art. 74, § 1º, da Constituição Federal, em regra, somente deverá ser feita se após concluídos os procedimentos de fiscalização e medidas de correção ainda subsistir dano ao erário, não se excluindo a possibilidade de antecipação em casos em que a relevância, complexidade e urgência torne imprescindível a atuação concomitante das Cortes de Contas"*;

CONSIDERANDO que o disciplinamento da organização e atribuições do Sistema de Controle Interno faz-se imperativo para o correto ordenamento e padronização das atividades e procedimentos de controle a serem adotados, de modo a permitir uma quantificação e acompanhamento mais efetivo dele, levando-se em conta a realidade de cada jurisdicionado;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA, no uso das atribuições legais e consoante o que determina a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a Unidade Setorial de Controle Interno do Fundo de Previdencia do Município de Senador Eloi de Souza - SOUZAPREV, vinculado ao Diretor Presidente, com objetivo de executar as atividades de controle do Fundo, alicerçado na realização de auditorias, com a finalidade de:

I - auxiliar o gestor nos assuntos de competência do controle interno;

II - planejar, coordenar e avaliar as atividades de controle interno;

III – promover o exame nos processos originários de atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, em qualquer fase de seu processamento, emitindo parecer acerca da regularidade da despesa efetuada pelo órgão ou entidade pública ao qual se vincula, encaminhando diretamente ao gestor responsável para conhecimento e ações necessárias;

IV - nos casos da necessidade de cumprimento de diligência interna, em decorrência de falhas sanáveis, quando estas não implicarem lesão à legalidade e moralidade administrativa, bem como quando não houver impugnação judicial ou administrativa, nem prejuízo a direitos de terceiros, encaminhar os processos ao setor responsável, com o devido parecer, para providências quanto à regularização do ato ou procedimento;

V - propor a realização de auditorias e/ou inspeções à Unidade Central de Controle Interno a que se encontre subordinada;

VI - dar ciência à Unidade Central de Controle Interno à qual se vincula dos atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos;

VII - manter com a Unidade Central de Controle Interno colaboração técnica e profissional relativamente à troca de informações e de dados no âmbito da execução orçamentária, objetivando integração e maior celeridade no trâmite processual;

VIII - dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado acerca de qualquer irregularidade ou ilegalidade insanável detectada por seus integrantes, indicando as providências adotadas para sua correção e para ressarcimento de eventual dano ao erário, bem como as ações implementadas com vistas a evitar novas ocorrências semelhantes;

IX - verificar a legalidade e a adequação dos atos sob a responsabilidade do órgão ou entidade a que se vincula, quanto ao cumprimento de princípios e regras atinentes a procedimentos licitatórios, contratos administrativos, adiantamentos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, bem como a qualquer procedimento relativo à execução da despesa pública orçamentária; e

X - solicitar informações e providências, que terão prioridade administrativa dentro do órgão ou entidade em que a mesma se situa, onde sua recusa ou atraso injustificado importará em representação para os órgãos superiores e para a Unidade Central de Controle Interno pertinente;

XI - solicitar à Unidade Central de Controle Interno especialista(s) em área específica, quando necessário, para elucidação de dúvidas técnicas ou para a realização de diagnósticos e auditorias; e

XII - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação;

XIII - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 2º. Verificada a ilegalidade ou irregularidade de ato(s) ou contrato(s), o Controlador Interno de imediato dará ciência ao Diretor Presidente, ao Dirigente da Unidade Central de Controle Interno e comunicará também ao responsável, a fim de que o mesmo adote as providências e esclarecimentos necessários ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

§ 1º Na comunicação de que trata o "caput", o Controlador Interno indicará as providências que poderão ser adotadas para:

I - corrigir a ilegalidade ou irregularidade apurada;

II - ressarcir o eventual dano causado ao erário;

III - evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º Não ocorrendo a regularização das irregularidades ou ilegalidades ou, na hipótese dos esclarecimentos apresentados não serem suficientes para elidi-los, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da comunicação formal, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilização solidária, e do Presidente do Conselho Deliberativo, que, no mesmo prazo, tomará as medidas que entender cabíveis.

§ 3º O prazo estabelecido no § 2º, se necessário, e, desde que justificado, poderá ser prorrogado por igual período.

Art. 3º- O provimento da função de Controlador Interno do Fundo de Previdência de Senador Elói de Souza (SOUZAPREV) dar-se-á:
I – preferencialmente, mediante a designação de servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo pertencente ao Quadro de Pessoal do Município ou do próprio Fundo de Previdência, para o exercício de Função de Confiança; ou

II – excepcionalmente, mediante nomeação para cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O exercício das atribuições de Controlador Interno exige, obrigatoriamente, formação em nível superior, devidamente registrada, em uma das seguintes áreas de conhecimento:

I – Administração ou Administração Pública; II – Direito; III – Economia ou Ciências Econômicas; IV – Ciências Contábeis; V – Matemática; VI – Gestão Pública; ou VII – qualquer curso de graduação de nível superior, desde que acompanhado de título de pós-graduação lato sensu (especialização) cujo escopo temático seja voltado à Administração Pública ou ao Controle Interno.

Art. 4º. Constituem garantias do ocupante da função de Controlador Interno:

I - independência profissional para o desempenho das atividades de fiscalização e controle;
II - o acesso a quaisquer documentos, informações e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno.

§ 1º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º O Controlador Interno, bem como qualquer outro servidor, deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Art. 5º. A contraprestação pecuniária pelo exercício das atribuições de Controlador Interno do SOUZAPREV dar-se-á em estrita observância às seguintes diretrizes:

I – ao servidor público efetivo designado para o exercício da Função de Confiança de Controlador Interno, será devida uma Gratificação pelo Exercício do Controle Interno (GECI), de caráter temporário e propter laborem, no valor nominal e fixo de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a qual não se incorporará aos vencimentos ou subsídios para qualquer efeito legal;

II – ao ocupante do cargo de provimento em comissão de Controlador Interno, será devido o vencimento mensal no valor nominal conforme salário-mínimo vigente.

§ 1º O vencimento previsto no inciso II deste artigo possui natureza de valor nominal fixo, vedada qualquer vinculação automática ou indexação a reajustes futuros do salário mínimo nacional, em estrita observância à Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Os valores previstos nos incisos I e II deste artigo serão atualizados exclusivamente na mesma data e sem distinção de índices que regerem a revisão geral anual dos servidores públicos municipais, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 6º. O Controlador Interno fica autorizado a regulamentar as ações e atividades da Unidade Setorial de Controle Interno, através de instruções ou orientações normativas que disciplinem a forma de sua atuação e demais orientações, sempre em conformidade com as normas e diretrizes emanadas da Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo.

Art. 7º. A instituição do Controle Interno não exime os gestores e ordenadores das despesas da responsabilidade individual de controle no exercício de suas funções, nos limites de suas competências.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário**.**

Senador Elói de Souza/RN, 30 de junho de 2026.

KERGINALDO DE MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Senador Eloi de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:4D502C08

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 106/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 227/2022, que institui o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, e suas alterações;
CONSIDERANDO a Lei nº 14.978/2024, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, conforme composição abaixo:
I – PODER PÚBLICO MUNICIPAL:
a) Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico:
Titular: Rosângela Carmelita Pessoa Moreno
Suplente: Jomara da Silva Regis
b) Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer:
Titular: Ranielle Inácio dos Santos
Suplente: Enoque Rodrigues da Silva
c) Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente:
Titular: Antônia Betânia do Nascimento
Suplente: José Júnior da Silva
d) Secretaria Municipal de Planejamento e Administração:
Titular: Carlos André dos Santos
Suplente: Fabiana da Silva Bezerra
e) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Marina Caroline Sena de Oliveira
Suplente: Emerson Medeiros Monteiro
f) Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social:
Titular: Mariana do Nascimento Rocha
Suplente: Alyce Cristina Nascimento de Souza Silva
g) Secretaria Municipal de Infraestrutura:
Titular: Francisco Canindé do Carmo de Lima
Suplente: Valdir Patrício de Lima
II – INICIATIVA PRIVADA E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:
a) Representante dos Meios de Hospedagem:
Titular: Maria Aparecida Nascimento de Lima
Suplente: Maria José Alexandre Almeida
b) Representante de Quiosques:
Titular: Liege Teófilo da Silva de Santana
Suplente: Rogério Inácio do Nascimento
c) Representante dos Artesãos:
Titular: Maria Célia Ferreira
Suplente: Francisca Fernandes do Nascimento Oliveira
d) Representante do Distrito de Carnaúba:
Titular: Jailda Dias do Nascimento
Suplente: Luciana Xavier de Oliveira
e) Representante da Associação Ostras Guaraíras:
Titular: Pablo Thiago Nascimento Siqueira Alves
Suplente: Josivan de Oliveira
f) Representante da Carcinicultura
Titular: Andreia Carlos Galvão
Suplente: Antônio Regis Sobrinho
g) Representante da Sociedade Civil
Titular: Alcione Maria da Silva
Suplente: Elza Nunes de Lima da Silva

Art. 2º O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, permitida recondução, conforme disposto na legislação municipal.
Art. 3º O conselheiro que desejar se desligar do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) deverá formalizar seu pedido por meio de comunicação escrita, dirigida à presidência do Conselho, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A renúncia será considerada efetiva após ciência da presidência e registro em ata da reunião subsequente;
Art. 4º A renúncia implicará na impossibilidade de recondução do conselheiro ao COMTUR pelo prazo de 02 anos, contado a partir da data de formalização do desligamento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senador Georgino Avelino/RN, 01 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:2E9543EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 81

CONTRATO Nº.....:81

ORIGEM.....: Dispensa Nº81.2026

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

CONTRATADA(O).....:FRANCISCO DE ASSIS FARIAS FILHO

OBJETO.....: Contratação de empresa especializada nos Serviços de Assessoria/Consultoria em Recursos Humanos, Folha de Pagamento, GFIP, RAIS, SIAI-DP, E-SOCIALe demais rotinas pertinentes à área de Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.

VALOR TOTAL.....: R$ 65.400,00 (sessenta e cinco mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA.....:01 de julho de 2026 a 01 de julho de 2027
DATA DA ASSINATURA.....:01 de julho de 2026

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:AE3BCBA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DISP. 81.2026

O Agente de Contratação do Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: Contratação de empresa especializada nos Serviços de Assessoria/Consultoria em Recursos Humanos, Folha de Pagamento, GFIP, RAIS, SIAI-DP, E-SOCIAL e demais rotinas pertinentes à área de Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN..

FAVORECIDO.....:FRANCISCO DE ASSIS FARIAS FILHO

Valor.....: R$ 65.400,00 (sessenta e cinco mil e quatrocentos reais).

Fundamento Legal...: Art. 75, ll da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, Prefeito Municipal.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 01 de Julho de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:5EB0A93C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DESPACHO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DO DESPACHO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

Interessado: **JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO**
Assunto: Desincompatibilização.

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento, ***Eva Aritana da Costa Maia Azevedo***, no uso de suas atribuições legais regulamentares, vem, por requerimento do servidor, tempestiva e oportunamente, **CONCEDER** afastamento do servidor **Josivan Bibiano de Azevedo,** *inscrito sob a matrícula de n°033-1***,** de seu cargo público ***a título de desincompatibilização eleitoral***, por estar na condição de pré candidato ao cargo ***De Deputado Estadual Nas Eleições De 2026.*** conforme pedido em requerimento e de acordo com a Lei Complementar n°64 de 18 de Maio de 1990.

Atenciosamente,

EVA ARITANA DA COSTA MAIA AZEVEDO
Secretária Municipal de Administração e Planejamento
Matr.794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:6B8C9726

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ nº 12.755.971/0001-20, com sede na av. Antônio F de Oliveira, 51, Centro, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **EFATA SOLUCOES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.376.627/0001-82, sediada à rua Professora Maria Augusta Mendonça, nº 495, Loja C, CEP: 58.433-275, no bairro Malvinas, Campina Grande/PB, doravante designada CONTRATADA, com endereço eletrônico efatalicitacao@hotmail.com, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tudo registrado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 819/2026, Processo Administrativo nº 819/2026.

O objeto do presente instrumento é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de organização, planejamento e realização de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, conforme Lei municipal nº 1168, de 09 de abril de 2026 do município de Serra do Mel/RN.

Quantidade e especificação do objeto da contratação:

Item	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID. MED	QUANT.	VALOR	VALOR TOTAL
1	Serviço de organização, planejamento e realização de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, conforme Lei Municipal nº 1168, de 09 de abril de 2026, do município de Serra do Mel/RN.	Serv	1	R$29.800,00	**R$29.800,00**

O prazo de vigência do presente contrato será de **03 (três) meses**, contados da data da publicação do contrato, prorrogando-se automaticamente por se tratar de contrato por escopo, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021, caso o objeto não seja integralmente realizado no período ora pactuado.

Município de Serra do Mel/RN, 26 de junho de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:BEF21447

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO E REAJUSTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2024 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 12/2024.

Termo de Aditamento e Reajuste ao Contrato de execução de serviços entre o **Município de Serra do Mel/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.755.971/0001-20, com seu Centro Administrativo sediado na Rua Antônio F de Oliveira nº 51, Vila Brasília, Centro, Serra do Mel - RN, aqui representada pelo (a) seu Prefeito o Senhor Hudson Kênio de Moura Azevedo, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa **ERITUR SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.000.511/0001-20, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO, com amparo na Dispensa de Licitação nº 12/2024, em obediência à Lei nº 14.133/2021.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de prazo e reajuste ao contrato para locação de veículo tipo utilitário destinado a atender as demandas da Controladoria Geral do Município de Serra do Mel.

O Serviço a que se refere à Cláusula Primeira do presente Contrato deverá ter seu PRAZO prorrogado até **16 de junho de 2027**.

O valor que se refere à Cláusula Primeira do presente Contrato deverá ser reajustado em 10,1643% (dez inteiros e um mil seiscentos e quarenta e três décimos de milésimo por cento).

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário e alterações posteriores.

Serra do Mel/RN, 17 de junho de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:A79CC0E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

GABINETE CIVIL
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 235/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023 e 695/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada da respectiva servidora, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Leonardo Miguel Dantas da Silva			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 077.XXX.824-20	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Mossoró	**Data:** 02/07/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir participantes para evento do CECATE. Curso de especialização sobre as novas leis de trânsito e formas adequadas de uso dos veículos para o transporte escolar.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 01 de julho de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:B8836DD2

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 074/2026

Designa servidor para função comissionada e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,

RESOLVE:
Art. 1º. Designar o servidor **Marcos Mariz de Faria** (matrícula 4847) para a função de Secretário da Junta de Serviço Militar.
Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 01 de julho de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:F2EC816E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 017, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Altera a PORTARIA 210, de 26 DE MAIO DE 2025 sobre a composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, e dá outras providencias.

A Prefeita Municipal de Serrinha, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve:

Art.1º- Nomear os seguintes membros que representam Entidades Governamentais e Entidades não governamentais a fim de compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, conforme Lei Municipal nº 545/2025:

Representantes do Poder Público:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social.
Titular: Irani Venâncio da Rocha
Suplente: Marcone Ferreira de Lima

II - Secretaria Municipal de Educação.
Titular: Bruna Thais Duarte Ferreira
Suplente: Denise Secundo da Rocha

III – Secretaria Municipal de Saúde.
Titular: Taize Maria de Lima
Suplente: Alessandra Amador da Silva

IV – Secretaria Municipal de Administração.
Titular: Luciana Cavalcante Gomes de Oliveira
Suplente: Lilian Christian Silva Viana Bezerra

Representantes da Sociedade Civil:

I - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha/RN.
Titular: Evânia Aparecida da Silva Barbalho
Suplente: Eliane Maria da Silva

II – Associação Pedra Branca.
Titular: Jaciane Luis da Silva
Suplente: Jailton Félix da Silva

III -Associação dos Usuários de Água da Comunidade de Pendência/Serrinha/RN.
Titular: Ednaldo Francisco dos Santos
Suplente: Francisco Canidé Cardoso de Lima

IV – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Jacumirim dos Secundos.
Titular: Denilson Pereira Barbalho
Suplente: Luzitania Gomes de Lima

V - Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Serrinha/RN.
Titular: Juciele Gomes Siqueira
Suplente: Kaylane Gomes de Oliveira Anselmo

VI - Associação da Comunidade de Pedra de Fogo.
Titular: João Lucas de Morais Sobrinho
Suplente: Roseane da Rocha de Lima Sobrinho

VII - Igreja Católica da Paróquia de Santo Antônio de Serrinha/RN.
Titular: João Lucas de Morais Sobrinho
Suplente: Roseane da Rocha de Lima Sobrinho

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA, EM 01 DE JULHO DE 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

KAUANNY STHEFANY CLEMENTE LEÃO DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Cavalcante Gomes de Oliveira
Código Identificador:F192EB30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PLANEJAMENTO.
PORTARIA Nº 169/2026-GGP/PMSN DE 01 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 169/2026-GGP/PMSN DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre exoneração de servidora efetiva do Município de Sítio Novo/RN, por motivo de Aposentadoria por Idade Espécie 41, concedida pelo instituto Nacional do Seguro Social/INSS, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,** no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Capítulo IV, Artigo 243, da Lei n° 224/96, que rege o Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º – **Artigo 1º** – **EXONERAR** a partir do dia 30 (trinta) de junho de 2026, a Servidora **ROSA MARIA DE ARAÚJO SOUZA**, Matrícula nº 146, inscrita no CPF/MF sob o nº 050.***.144-11, portadora da Cédula de Identidade nº 1.056.674/SSP/RN ocupante do cargo de provimento efetivo de **ASG**, integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura deste Município de Sítio Novo/RN, por motivo de Aposentadoria por Idade Espécie nº 41, concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social/INSS, concedida em 12 de junho de 2026, com base no Inciso IV, Artigo 243 da Lei n° 224/96, que rege sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sítio Novo/RN.

Artigo 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita de Sítio Novo/RN, em 01 de julho de 2026.

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Genilson da Silva
Código Identificador:BAF95E1D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 1º ADITIVO – CONTRATO Nº 151/2025

EXTRATO – 1º ADITIVO – CONTRATO Nº 151/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Taipu/RN.
CONTRATADA: CRA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.650.314/0001-06.
OBJETO: Prorrogar até o dia 01.07.2027, o prazo da Contrato, objetivando cação de Veículos de forma contínua, incluindo motorista devidamente habilitado, combustível e seguro de veículo sem franquia de quilometragem, para transporte de estudantes, matriculados nas Escolas Municipais do Município de Taipu/RN, oriundo do processo de Adesão de nº 002/2025.
BASE LEGAL: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021
DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas na Contrato nº 151/2025, celebrado em 01.07.2025, inclusive as condições de pagamento.
DATA: 30/06/2026.
ASSINATURA: Ariosvaldo Bandeira Junior/Prefeito – Camila Reveneide de Assis/Empresa

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:E7E6CE3A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO 3º ADITIVO – CONTRATO Nº 23/2023

EXTRATO 3º ADITIVO – CONTRATO Nº 23/2023
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Taipu/RN.
CONTRATADA: DR & J LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 17.382.733/0001-30.
OBJETO: Prorrogar até o dia 23.05.2027 o prazo para prestação de serviços de Transporte Escolar, conforme contrato nº 023/2023, celebrado em 24.05.2023, oriundo do Processo de Pregão Eletrônico Nº 06/2023.
BASE LEGAL: Artigo 57, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93
DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 24.05.2023, inclusive as condições de pagamento.
DATA: 04/05/2026.
ASSINATURA: Ariosvaldo Bandeira Junior/Prefeito – Diego Rodrigo Guedes de Oliveira/Empresa
* Republicada por incorreção

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:92780723

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026
Ariosvaldo Bandeira Junior, Prefeito Municipal de Taipu/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando toda documentação constante nos autos do Processo Administrativo acima em epígrafe, em especial os Pareceres Técnico e Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026 nos termos a seguir descritos: Objeto: F**ornecimento de etiquetas de patrimônio, destinada à identificação e controle dos bens permanentes pertencentes ao município de Taipu/RN**. Contratado: SILVEIRA & DALMAS LTDA, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 27.745.509/0001-10. Valor Global R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Taipu/RN, 01 de julho de 2026

Assinatura: Ariosvaldo Bandeira Junior /Prefeito.

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:624DF0E1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026
Ariosvaldo Bandeira Junior, Prefeito Municipal de Taipu/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando toda documentação constante nos autos do Processo Administrativo acima em epígrafe, em especial os Pareceres Técnico e Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026 nos termos a seguir descritos: Objeto: **Contratação de artista para promover, animar e abrilhantar os festejos de "Festa Popular "Quadrilhão" com grande tradição na nossa cidade, que acontecerá em praça pública, no dia 03 de julho de 2026, apresentação essa com 03h00m de duração**. Contratado: KACIO MAGNO DA SILVA MELO (KACIO PATRÃOZINHO), inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 091.718.084-42. Valor Global R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais). Taipu/RN, 01 de julho de 2026 Assinatura: Ariosvaldo Bandeira Junior /Prefeito.

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:4B088AB4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 017, DE 01 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a dispensa automática de alvará e licença de funcionamento para o Microempreendedor Individual - MEI, reconhece a vedação de cobrança de taxas, emolumentos, custos e valores correlatos e estabelece procedimentos administrativos no âmbito do Município de Taipu/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIPU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o tratamento jurídico diferenciado e favorecido assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive ao Microempreendedor Individual - MEI, pelos arts. 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que assegura custo zero ao MEI e veda a exigência de taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, inscrição, registro, funcionamento, alvará, licença, cadastro, alterações, baixa, encerramento e demais itens correlatos;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.5
98, de 3 de dezembro de 2007, que instituiu a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM;

CONSIDERANDO a Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018, com as alterações promovidas pela Resolução CGSIM nº 59, de 12 de agosto de 2020, especialmente quanto ao Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento, ao caráter comprobatório do CCMEI, à fiscalização posterior e à vedação de cobranças;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos administrativos municipais, eliminar barreiras à formalização e assegurar segurança jurídica ao Microempreendedor Individual;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a aplicação da dispensa automática de alvará e licença de funcionamento e da vedação de cobrança de taxas, emolumentos, custos e valores correlatos ao Microempreendedor Individual - MEI.

Parágrafo único. A disciplina prevista neste Decreto possui natureza de execução administrativa de normas nacionais de observância obrigatória e não constitui criação de benefício fiscal novo pelo Município.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Microempreendedor Individual - MEI: enquadrado no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI;

II - Termo de Ciência e Responsabilidade: a declaração eletrônica aceita pelo MEI no Portal do Empreendedor, com efeito de dispensa de alvará e licença de funcionamento;

III - CCMEI: o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, documento hábil para comprovar o registro, o enquadramento no SIMEI e a dispensa de alvarás e licenças; e

IV - órgãos municipais competentes: as unidades responsáveis por fazenda, tributação, desenvolvimento econômico, posturas, urbanismo, vigilância sanitária, meio ambiente, fiscalização, Sala do Empreendedor e demais áreas envolvidas na legalização e no acompanhamento do MEI.

Art. 3º. O MEI fica automaticamente dispensado da emissão de alvará e licença municipal de localização e funcionamento, a partir da inscrição ou alteração cadastral realizada no Portal do Empreendedor, mediante a manifestação de concordância com o Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.

§ 1º A dispensa ocorrerá de pleno direito, independentemente de requerimento, protocolo, análise prévia, vistoria prévia, pagamento, emissão de certificado municipal ou prática de ato adicional pelo interessado.

§ 2º O CCMEI ativo, acompanhado do respectivo Termo de Ciência e Responsabilidade, quando nele incorporado, constitui prova suficiente da dispensa perante todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

§ 3º É vedado exigir do MEI alvará, licença, certidão de dispensa, declaração municipal substitutiva ou documento equivalente como condição para o início ou a continuidade regular de suas atividades, ressalvada a fiscalização posterior prevista neste Decreto.

Art. 4º. A dispensa de que trata o art. 3º abrange todas as ocupações permitidas ao MEI pela legislação nacional, sem prejuízo do dever de observância dos requisitos materiais aplicáveis à atividade, inclusive os de natureza sanitária, ambiental, tributária, de segurança, de uso e ocupação do solo, de atividades domiciliares e de restrições ao uso de espaços públicos.

§ 1º A dispensa de alvará e licença não afasta o poder de polícia administrativa, nem impede orientação, inspeção, monitoramento ou fiscalização posterior pelos órgãos municipais competentes.

§ 2º O exercício da atividade em desacordo com requisitos legais poderá ensejar medidas corretivas e, quando cabível, o cancelamento da dispensa, observado o devido processo administrativo.

Art. 5º. As vistorias destinadas à verificação dos requisitos que fundamentam a dispensa serão realizadas após o início da operação da atividade do MEI.

§ 1º A fiscalização deverá ser prioritariamente orientadora quando a natureza da atividade ou da situação comportar esse procedimento, sem prejuízo das medidas imediatas necessárias em caso de risco grave ou iminente à saúde, ao meio ambiente, à segurança ou à ordem pública.

§ 2º Sempre que possível, a primeira visita fiscal será destinada à orientação e à fixação de prazo razoável para correção das irregularidades sanáveis.

Art. 6º. A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer tempo, verificar a correção do endereço declarado, a compatibilidade da atividade com o local indicado e a manutenção das condições de enquadramento do interessado como MEI.

§ 1º Constatada inconsistência de endereço ou irregularidade sanável, o MEI será notificado para correção ou transferência da sede de suas atividades no prazo de 30 (trinta) dias, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º O cancelamento do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento somente será promovido pelo órgão competente após o descumprimento da notificação ou quando a irregularidade for insanável, observados os procedimentos da REDESIM e da regulamentação do CGSIM.

Art. 7º. Fica expressamente vedada, no âmbito municipal, a exigência ou cobrança do MEI de taxas, emolumentos, preços públicos administrativos, custos, inclusive prévios e suas renovações, ou valores a qualquer título relacionados:

I - à abertura, inscrição, registro, formalização e legalização;

II - ao funcionamento, alvará, licença, dispensa de alvará ou licença e respectivas renovações;

III - ao cadastro, inscrição municipal, atualização, alteração cadastral, baixa e encerramento;

IV - à emissão de certidões ou documentos indispensáveis aos procedimentos de formalização e legalização do MEI;

V - a serviços administrativos, expediente, análise técnica, vistoria, fiscalização, anotação de responsabilidade técnica ou atos equivalentes vinculados aos itens anteriores; e

VI - a quaisquer outros procedimentos municipais relativos à condição de MEI alcançados pelo art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e pelo art. 7º da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, com redação dada pela Resolução CGSIM nº 59, de 2020.

§ 1º A vedação abrange cobranças diretas e indiretas, ainda que identificadas como taxa de expediente, taxa de localização, taxa de fiscalização de funcionamento, taxa de alvará, taxa de licença, taxa de renovação, serviço administrativo, vistoria, análise ou denominação equivalente.

§ 2º Os sistemas municipais não poderão gerar guia, documento de arrecadação, débito automático ou lançamento financeiro em nome do MEI relativamente às hipóteses previstas neste artigo.
§ 3º O disposto neste artigo não afasta o recolhimento dos tributos devidos pelo MEI na forma do SIMEI, nem outras obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores não relacionados aos atos e procedimentos abrangidos pela regra nacional de custo zero.
Art. 8º. Os órgãos e entidades municipais deverão utilizar o CNPJ como identificador cadastral principal do MEI e promover, preferencialmente de forma automática e sem interferência do contribuinte, as inscrições, alterações e baixas necessárias à prestação dos serviços públicos municipais.
Parágrafo único. A falta de integração tecnológica entre sistemas municipais e o Portal do Empreendedor não poderá ser utilizada para suspender, condicionar ou descaracterizar a dispensa de alvará e licença de funcionamento.
Art. 9º. Os cadastros e sistemas municipais deverão identificar o MEI com a expressão "DISPENSADO DE ALVARÁ E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO", vedada a apresentação de status que induza o empreendedor ou terceiros à conclusão de que há pendência de alvará ou taxa.
Parágrafo único. Enquanto não concluída a integração eletrônica, os setores competentes deverão adotar procedimento interno simplificado, sem ônus e sem exigência adicional ao MEI.
Art. 10. A Secretaria Municipal de Tributação deverá bloquear a constituição de créditos e a emissão de cobranças incompatíveis com este Decreto.
Art. 11. Compete à Sala do Empreendedor, em articulação com os órgãos municipais competentes:
I - orientar o MEI sobre a dispensa automática de alvará e licença de funcionamento e sobre a vedação de cobrança de taxas e emolumentos;
II - auxiliar na emissão e conferência do CCMEI e no acesso ao Portal do Empreendedor;
III - comunicar aos setores responsáveis eventual cobrança indevida, exigência documental incompatível ou falha cadastral;
IV - apoiar a atualização dos fluxos, formulários, sistemas, páginas eletrônicas e materiais de atendimento; e
V - manter orientação pública, clara e atualizada sobre os direitos, deveres e requisitos materiais aplicáveis às atividades do MEI.
Art. 11. Os agentes públicos deverão abster-se de criar exigências, condicionantes ou cobranças que, direta ou indiretamente, esvaziem a dispensa e o custo zero assegurados ao MEI, sujeitando-se a apuração administrativa em caso de descumprimento, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis.
Art. 12. A Secretaria Municipal de Tributação, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Município, poderá expedir normas complementares estritamente necessárias à execução deste Decreto, vedada a criação de obrigações adicionais ao MEI em desconformidade com a legislação nacional.
Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições regulamentares em contrário.
Taipu, 01 de julho de 2026.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

ADRIELY LOURRANA LUCENA FERNANDES
Procuradora-Geral do Município

JOÃO MARIA SALDANHA
Secretário Municipal de Tributação

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:01E76724

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 601, DE 01 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre o regime de doação de bens públicos do Município de Taipu/RN, e estabelece procedimento para a regularização de doações pretéritas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIPU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as normas e os procedimentos para a alienação de bens públicos municipais, na modalidade de doação, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
I - **Bem Público:** Todo bem, móvel ou imóvel, que integra o patrimônio do Município, de suas autarquias e fundações;
II - **Doação Pura e Simples:** A liberalidade em que o Município transfere um bem de seu patrimônio para o de outra pessoa, sem qualquer condição ou encargo;
III - **Doação com Encargo:** A modalidade de doação em que o donatário (beneficiário) fica obrigado a cumprir determinada obrigação de interesse público, sob pena de reversão do bem;
IV - **Desafetação:** O ato pelo qual o Poder Público retira de um bem a sua destinação pública específica, permitindo sua alienação.

CAPÍTULO II
DOS REQUISITOS PARA A DOAÇÃO

Art. 3º A doação de bens públicos municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de:
I - **Avaliação prévia** do bem, a ser realizada por comissão competente ou por profissional habilitado;
II - **Autorização legislativa** específica da Câmara Municipal, para bens imóveis;
III - **Desafetação** do bem, quando for o caso.

Art. 4º A doação de bens imóveis municipais será, em regra, precedida de licitação na modalidade leilão.
§ 1º A licitação será dispensada nos seguintes casos, mediante justificativa do interesse público:
a) para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo;
b) para fins de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social;
c) para pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos se alinhem a programas sociais, educacionais, de saúde ou de desenvolvimento econômico do Município, desde que previsto encargo.

Art. 5º A doação de bens móveis será permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica.
Art. 6º Nas doações com encargo, o instrumento de doação deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de nulidade:

I - O encargo imposto ao donatário e o prazo para seu cumprimento.
II - Cláusula de reversão automática do bem ao patrimônio municipal, com todas as suas benfeitorias e sem direito a indenização, em caso de descumprimento do encargo ou desvio de finalidade.

CAPÍTULO III
DA REGULARIZAÇÃO DE DOAÇÕES PRETÉRITAS

Art. 7º Fica instituído o procedimento de Regularização de Ocupação Consolidada, destinado a analisar e, se for o caso, convalidar a transferência de posse ou propriedade de bens públicos municipais doados em desacordo com as formalidades legais até a data de publicação desta Lei.

Art. 8º Os beneficiários de doações pretéritas poderão, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da publicação desta Lei, requerer a regularização do bem junto à Prefeitura.

§ 1º O requerimento deverá ser instruído com todos os documentos que comprovem a doação ou a posse, o tempo de ocupação e a finalidade de uso do bem.
§ 2º A ausência de requerimento no prazo estipulado implicará a presunção de irregularidade da ocupação, sujeitando o ocupante às medidas administrativas e judiciais cabíveis para a reintegração de posse.

Art. 9º A regularização dependerá de parecer favorável de uma comissão especial, que avaliará, no mínimo, os seguintes critérios:
I - O cumprimento da finalidade social ou de interesse público que, ainda que implicitamente, motivou a doação original.
II - O tempo de ocupação mansa e pacífica.
III - A inexistência de má-fé por parte do beneficiário ou de conluio com agentes públicos à época do ato.
IV - A ausência de litígio judicial sobre o bem.

Art. 10. Aprovada a regularização pela comissão, o processo será submetido:
I - À ratificação do Prefeito Municipal.
II - À autorização da Câmara Municipal, no caso de bens imóveis, que editará lei específica para cada caso, convalidando o ato e autorizando a transferência definitiva.

Art. 11. A regularização de que trata este Capítulo não afasta a apuração de eventual responsabilidade de agentes públicos que tenham praticado os atos originais em desconformidade com a lei.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Taipu, 01 de julho de 2026.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:F5F97162

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 010/2026-CMDCA - RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO INDIRETA SUPLEMENTAR PARA CONSELHEIRO TUTELAR

RESOLUÇÃO Nº 010/2026 – CMDCA, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

"Dispõe sobre o resultado final do Processo de Escolha Suplementar Indireto para Membro do Conselho Tutelar do município de Tangará/RN e dá outras providências"

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETA PARA O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR, constituída por meio da RESOLUÇÃO Nº 004/2026 – CMDCA, de 08 de maio de 2026**,** através de sua Presidente, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 593 de 18 de maio de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente; em observância a RESOLUÇÃO CONANDA Nº 231 DE, 28 de dezembro de 2022, e em cumprimento a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho e 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e;

CONSIDERANDO a incumbência da CEE em organizar e conduzir o processo de escolha do membro do Conselho Tutelar em todas as suas etapas;

CONSIDERANDO que o processo de escolha exige ampla publicidade e transparência para garantir a lisura do pleito e a participação da sociedade;

CONSIDERANDO a ausência de interposição de recurso que implica a preclusão do direito de contestação e a consequente homologação ou prosseguimento regular do processo eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o **RESULTADO FINAL** do processo de escolha suplementar indireta para Membro do Conselho Tutelar de Tangará/RN, com vistas ao cumprimento do mandado vigente 2024/2028.
Art. 2º Fica proclamado o resultado da Eleição Suplementar, realizada no dia 25 de junho de 2026.
I - Total de eleitores/conselheiros: **07**
II - Total de votos válidos: **07**
III -Total de votos em branco: **0**
IV - Total de votos nulos: **0**

Art. 3º Total de votos por candidato:

Nº	Nome do(a) Candidato(a)	Nome (Urna / Apelido)	Total de Votos
01	Maria Geane do Nascimento Araújo	Geane do Assentamento	02
02	Emerson Alves da Silva	Emerson Alves	03
03	Jean Richardson Alves de Medeiros	Jean Richardson	02

Art. 4° Ficam o seguinte candidato eleito como titular, por ordem de votação:
I - Emerson Alves da Silva
Art. 5° Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação e pelo cumprimento estrito dos critérios de desempate:
I - Maria Geane do Nascimento Araújo
II - Jean Richardson Alves de Medeiros
Art. 6° A diplomação e posse do membro do Conselho Tutelar titular e suplentes, dar-se-á por ato do Prefeito Municipal em conjunto com a Presidência do CMDCA, nos termos previstos na Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 593/2015, no dia 03/07/2026, às 9:00hs, na Câmara Municipal de Tangará/RN, situada na rua João Ataíde de Melo, nº 590, Centro.
Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação e revogam-se as disposições contrárias.

DÊ-SE CIÊNCIA,
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE E
CUMPRA-SE.

Tangará/RN, 30 de junho de 2026.

VERÔNICA ELANE DE SOUZA OLIVEIRA
Presidente do CMDCA/CEE

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:3E642357

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL Nº 001/2026 - CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE - PNAB

ATO DE CONVOCAÇÃO DE PROPONENTES SUPLENTES DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PRÊMIO DE FOMENTO À CULTURA COM RECURSOS DA PNAB - TANGARÁ/RN.

Considerando, a inabilitação de proponente classificado na Etapa de Habilitação prevista no item 8 do Edital de Chamada Pública nº 01/2026, a Secretaria Municipal de Cultura de Tangará/RN,

Resolve, convocar os proponentes suplentes no referido edital a apresentarem os documentos listados no item 8.1. conforme sua

natureza jurídica, no prazo de 02 (dois) dias, na Secretaria Municipal de Cultura com sede à Rua Miguel Barbosa,548, Centro de Tangará/RN, no **período de 29 e 30 de junho de 2026, das 8h às 12h**, na forma presencial, conforme lista abaixo:

Categoria: Cultura Popular, Povos Tradicionais e Originários

Nº	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ
01	Francisca Ferreira da Silva	Leitura de Mãos	012.143.124-03

Tangará/RN, 26 de junho de 2026.

JUCIÊ AGAPTO NELO
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:B6F3B913

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL Nº 001/2026 - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO RESULTADO - PNAB

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

PRÊMIO DE FOMENTO À CULTURA COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ/RN

Na qualidade de**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de minhas atribuições legais,

Considerando,os atos praticados pela Comissão de Seleção e Análise do Mérito Cultural do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 - Prêmio de Fomento à Cultura, inclusive a expedição do ato do resultado da avaliação e habilitação.

Considerando,o que prevê a Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), o Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), e a Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório da Cultura).

HOMOLOGOo presente procedimento em favor dos contemplados(as) abaixo:

Categoria: Música

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	VALOR R$
Maria Cecília Nogueira Alves	Cecília Nogueira	706.449.574-09	3.000,00
Leonardo de Souza Silva	Léo Souza	704.822.894-65	3.000,00
IdalécioLourenço Diogo	Dadá Lourenço	009.580.814-09	3.000,00
Antonio Pereira dos Santos Filho	Tony Santos	054.853.724-06	3.000,00
Veranice Alves Silva	Nicinha Willar	061.458.874-00	3.000,00
FrancisJunior Lourenço Dantas	Júnior Sukita	102.326.684-93	3.000,00
José Vicente Ferreira de Lima	Danilo Cigano	145.187.644-04	3.000,00
Hemerson Davi Alves Feliciano	Titizinho na Pegada	706.442.814-80	3.000,00

Categoria: Cultura Popular, Povos Tradicionais e Originários

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	VALOR R$
Dayla Rayane Soares de Queiroz	A Voz que Resiste	129.523.414-94	1.000,00
Luiz Antonio da Silva	Tradição Junina	664.220.864-15	1.000,00
Francisco Cícero Ferreira Vicente	Maciel Cigano Show	113.013.114-99	1.000,00
Dalina Carnaúba	Cultura Cigana	074.852.914-40	1.000,00
Domicio Vicente de Queiroz	Liderança Cigana	537.652.654-20	1.000,00
Maria Letícia da Silva Satu	Samuel Satu	144.071.014-74	1.000,00

Categoria: Dança

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	VALOR R$
Alisson Gustavo da Silva Confessor	Coreografia Junina	711.523.954-16	1.000,00
Francisco Lazaro Ferreira da Silva	Dança Cigana	171.277.564-22	1.000,00
Maria Alice Dantas Soares	Dança Cigana	063.308.054-31	1.000,00

Categoria: Artes Visuais

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	VALOR R$
Vitor Ryan Bezerra de Morais	Tangará: Entre Fibras e Memórias	706.456.034-81	1.000,00
Cosme Desidério	Desenho Realista	107.064.584-27	1.000,00
Leonardo da Costa Silva	Léo Artes	018.099.954-00	1.000,00

Categoria: Artesanato

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	VALOR R$
Francisca Moreira de Souza	Fulô de Xique-xique Artesanato em Palha	033.261.074-80	1.000,00
Paulo Sérgio Pinheiro de Souza	Arte de Argila	070.201.354-47	1.000,00
Francisca Andreia da Silva	Barro e Arte	070.016.634-33	1.000,00
Maria José Mnedonça	Oficina de Imagem	412.275.144-68	1.000,00
Agentina Maria Dias de Moura	Agentina Dias Crochê	671.159.854-72	1.000,00
Roseli Martins Ferreira	Rosinh,Artes Costuras e Fofuras	071.668.234-61	1.000,00
Rta de Cassia da Silva	Bordados e Tapetes	070.221.914-25	1.000,00
Denúzia Lopes de Oliveira	Ateliê Art e Costura	914.490.734-68	1.000,00
Arielma Barbosa Alves	Arte em EVA	105.455.514-12	1.000,00
Maria Helena de Arruda Silva	Pintura em Tecido	673.754.214-04	1.000,0
Maria da Conceição Abreu Barbosa	Boby Abreu	051.344.604-42	1.000,00
Rita de Cássia da Silva	Ateliê Rita	009.849.724-39	1.000,00
Marcos Maciel Alves Paulino	Marzak	064.492.794-19	1.000,00
Rita de Cássia Pereira	Ateliê Feltro Tangará	070.962.804-80	1.000,00
Tamara Dantas de Queiroz	Tamara Dantas de Querioz	129.508.954-84	1.000,00
Francisca Valdineide da Silva	Francisca Valdineide da Silva	072.558.714-88	1.000,00
Maria Barbosa de Oliveira Paulino	Maria Paulino	012.343.084-44	1.000,00
Maria Helena de Souza Carauba	Acessórios Ciaganos	700.417.734-38	1.000,00
Francisco Flozina Dantas	Francisco Flozina	943.382.804-68	1.000,00

Categoria: Grupo Coletivo

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	VALOR R$
Carlos Gabriel Gomes de Melo Silva	Banda Subversivoz	104.158.894-13	4.000,00
Maria do Socorro Guilherme de Oliveira	Associação Cultural Lampião de Tangará	05.517.025.0001/80	4.000,00
José Alessandro Araújo de Souza	Trio Beija-flor	117.768.184-66	4.000,00
Damião do Nascimento	Grupo Cordão de Ouro	084.664.924-10	4.000,00
Emerson Alves da Silva	Junina Jabuti	110.949.274-06	4.000,00
Allan Davy Paiva Silva	Palhaço Tripinha Levando Alegria em Todo Lugar	078.215.474-33	4.000,00

Categoria: Artes Integradas

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	VALOR R$
Michel Marcolino da Silva	Musicalidade Infantil	706.456.434-32	3.000,00
Maria Eduarda dos Santos Silva	Duda Leão	705.328.634-70	3.000,00
Joana Darc Agapto da Silva	Kaio Agapto	103.107.104-05	3.000,00

Desta forma o valor total da Chamada Pública é de **R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil).**

Tangará/RN, 26 de junho de 2026.

AUGUSTO CESAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:5B72D1B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2023

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANAIS EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2023 CONVENENTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANAIS CONVENIADO: FUNDAÇÃO BENEFICENTE LINDOLFO FERNANDES DOS SANTOS OBJETO: Fica aditado ao Valor do Convênio nº 001/2023, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e o FUNDAÇÃO BENEFICENTE LINDOLFO FERNANDES DOS SANTOS, o valor de repasse em R$ 697.900,00 (seiscentos e noventa e sete mil e novecentos reais), de recursos repassados pelo Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria GM/MS nº 11.072, de 08/05/2026 – R$ 500.222,00 (código da proposta nº 36000770970202600) e Portaria GM/MS nº 11.422, de 26/05/2026 – R$ 197.678,00 (código da proposta nº 36000808314202600), referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do referido convênio. Tenente Ananias– RN, 29 de junho de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:1E2CE279

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
4ª PUBLICAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN

OBJETO: **credenciamento de profissionais para prestação de serviços de arbitragem para atuarem nos campeonatos e eventos promovidos e apoiados pela secretaria de esportes, lazer e juventude do município de Tenente Laurentino Cruz/RN.** Ficam CREDENCIADOS nos termos do instrumento convocatório**: 1 - SILVESTRE TRAJANO DA SILVA (CPF: 053.283.194-27); 2 – PAULO VALDEIR DANTAS DE MEDEIROS (CPF: 031.076.264-22); 3 – GILMAR LOURENÇO ROSA (CPF: 703.591.994-53); 4 – MARCOS MACIEL DE FRANÇA FREIRE (CPF: 097.810.394-77); 5 – PAULO SERGIO FRANÇA (CPF: 052.257.374-63); RIVONEIDE ARAUJO DOS SANTOS (CPF: 035.405754-56); ANTONIO AGENOR DE OLIVEIRA JUNIOR (CPF: 036.233.134-08); JOSIMAR DE OLIVEIRA ROCHA CONFESSOR** (**CPF:654.881.804-00); EMANUEL PEDRO PEREIRA (CPF: 085.028.414-75)** como pode ser verificado no link: https://operacao.portaldecompraspublicas.com.br/3/Pregoes/Pregao/NovoArquivo/?ttCD_CHAVE=469030**.** Informações: das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço: Av. Francisco Amaral, 103 - Centro – Tenente Laurentino Cruz/RN. E-mail: licitacao@tenentelaurentinocruz.rn.gov.br .

Tenente Laurentino Cruz - RN, 01 de julho de 2026

THOMAZ GUSTAVO CORTEZ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Thomaz Gustavo Cortez da Silva
Código Identificador:7DD5193A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 076/2026-GP, DE 1º DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre a exoneração de servidora do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura, no âmbito do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN, e dá outras providências."

O Prefeito de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso e gozo das atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE*:*
Art. 1.º Exonerar a Senhora **Maria Verônica de Oliveira Souza**, portadora do CPF n.º 033.xxx.xxx-50, do Cargo em Comissão de **Secretária Municipal de Educação e Cultura – SEMEC**, deste Município, para o qual foi nomeada nos termos da Portaria n.º 05/2025-GP, de 2 de janeiro de 2025.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, 1º de julho de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA.
Prefeito do Município.

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:8092674E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 077/2026-GP, DE 1º DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre a exoneração de servidor do Cargo de Provimento em Comissão no âmbito do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN, e dá outras providências."

O Prefeito de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso e gozo das atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE*:*
Art. 1.º Exonerar o Senhor **Helder Bezerra Dantas de Araujo**, **CPF de Nº 052.xxx.xxx-80**, do Cargo em Comissão de **Coordenador de Departamento de Compras**, com lotação no (a) **Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos – SEMAIRH**, deste Município, para o qual foi nomeada nos termos da Portaria n.º 21/2025-GP, de 6 de janeiro de 2025.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, 1º de julho de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA.
Prefeito do Município.

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:33870020

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 078/2026-GP, DE 1º DE JULHO DE 2026

PORTARIA n.º 078/2026-GP, DE 1º DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre a Nomeação de servidor para o do Cargo de Provimento em Comissão no âmbito do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN, e dá outras providências."

O Prefeito de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso e gozo das atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE*:*

Art. 1.º Nomear o Senhor **Helder Bezerra Dantas de Araujo**, **CPF de Nº 052.xxx.xxx-80**, para o Cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Educação e Cultura – SEMEC,** deste Município, nos termos da Lei Municipal n.º 433, de 30 de junho de 2022.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, 1º de julho de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA.
Prefeito do Município.

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:47A6405B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 079/2026-GP, DE 1º DE JULHO DE 2026

"Dispõe sobre a Designação de servidor para exercer o Cargo em Comissão de Técnico de Controle Interno do Município de Tenente Laurentino Cruz, e dá Outras Providências."

O Prefeito de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso e gozo das atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE*:*
Art. 1º Designar, **Jadson Ruan Dantas**, CPF de Nº ***827.484-**, para exercer o Cargo em Comissão de **Coordenador de Departamento de Compras**, com lotação no (a) **Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos – SEMAIRH,** nos termos da Lei Municipal n.º 433/2022 e no art. 8º do Decreto Municipal nº 003/2024, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos).

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, 1º de julho de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA.
Prefeito do Município.

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:E959E194

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA DE FERIAS Nº 066/2026– GP

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E GOZO DE FÉRIAS DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE*:*
Art. 1º Conceder o pedido de 10 (dez) dias férias convertido em pecúnia, de acordo com Artigo 118, inciso IV, da Lei Municipal 011/1997 a senhora **MARIA VERONICA DE OLIVEIRA SOUZA,** ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**, matrícula de nº1591**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativas ao período de 2024/2025, contados a partir do dia 01 de julho de 2026 com término em 10 de julho de 2026, ficando os 20 (vinte) dias de férias para gozo em outro momento.
Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.
Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 01 de julho de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:FE98D497

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 194/2026 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 194/2026 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **100,00** (cem reais) cada, a(o) servidor(a) **HERIBERTO BEZERRA DANTAS DE ARAUJO** portador do CPF nº **XXX.779.934-XX**, Matrícula: **21/1**, ocupante da função de **Motorista** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **AREIA**/PB, no dia **27 de Junho de 2026**, saindo as **06:00** e retornando as **18:30** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **01 de Julho de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:74328E81

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 195/2026 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 195/2026 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a(o) servidor (a) **FRANCO RENNY**

T. DANTAS, portador do CPF: nº **XXX.433.664-XX**, Matrícula: **24/1**, ocupante da função de **Motorista** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ**/RN, no dia **24 de Junho de 2026**, saindo de **14:00** e retornando as **18:30** horas, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **01 de Julho de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:7C72DB4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 196/2026 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 196/2026 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **45,00** (quarenta e cinco reais) cada, a(o) servidor (a) **FRANCO RENNY T. DANTAS,** portador do CPF: nº **XXX.433.664-XX**, Matrícula: **24/1**, ocupante da função de **Motorista** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **28 de Junho de 2026**, saindo de **12:00** e retornando as **20:30** horas, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **01 de Julho de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:122E3F80

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 197/2026 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 197/2026 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a (o) servidor (a) **ELIANE ELOI CAVALCANTE** portador do CPF nº **XXX.139.534-XX**, Matrícula: **12/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ**/RN, no dia **24 de Junho de 2026**, saindo as **14:30** e retornando as **20:00** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **01 de Julho de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:E9E50D0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 198/2026 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 198/2026 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a (o) servidor (a) **ELIANE ELOI CAVALCANTE** portador do CPF nº **XXX.139.534-XX**, Matrícula: **12/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no dia **26 de Junho de 2026**, saindo as **10:20** e retornando as **14:58** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **01 de Julho de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:218CCBD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 199/2026 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 199/2026 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a (o) servidor (a) **ELIANE ELOI CAVALCANTE** portador do CPF nº **XXX.139.534-XX**, Matrícula: **12/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ**/RN, no dia **28 de Junho de 2026**, saindo as **14:30** e retornando as **20:45** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **01 de Julho de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:7916FFAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 200/2026 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 200/2026 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, a(o) servidor(a) **JOSE MARICELIO ARAUJO CRUZ**, portador do CPF nº **067.847.194-09.** Matrícula: **1618/1**, ocupante da função de **Técnico de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **18 de Junho de 2026**, saindo as **18:40** e retornando as **04:00** horas, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **01 de Julho de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:927D31F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 201/2026 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 201/2026 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **45,00** (quarenta e cinco reais) cada, a(o) servidor(a) **JOSE MARICELIO ARAUJO CRUZ**, portador do CPF nº **067.847.194-09.** Matrícula: **1618/1**, ocupante da função de **Técnico de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **26 de Junho de 2026**, saindo as **08:00** e retornando as **16:50** horas, com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **01 de Julho de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:E1F3F540

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 071/2026 – GP/GMTS

Dispõe sobre concessão de licença sem remuneração a servidora do Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a Licença, consoante o disposto no artigo 69 da Lei Ordinária Municipal nº 321 de 2004, pelo período de 3 (três) ano com início 30.06.2026 a Sra. **MARCELLE COMENALE PIRES**, inscrita no CPF/MF sob o nº 309.***.***-43, nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação,com efeitos retroativos a 30 junho de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 01 de julho de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:38A73BD2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 072/2026 – GP/GMTS

Dispõe sobre exoneração no Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 874 de 05 de dezembro de 2024, a Senhora **MARCELLE COMENALE PIRES**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o número309.***.***-43 para o cargo deprovimento em comissão de Coord. de Alimentação Escolar- Nutricional, lotada na Secretaria de Educação do Município de Tibau do Sul/RN.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação,com efeitos retroativos a 30 junho de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 01 de julho de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:02F0D26B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 073/2026 – GP/GMTS

Dispõe sobre concessão de licença prêmio a servidor do Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Prêmio, noperíodo 03/06/2026 a 31/08/2026, referente ao período 2015 a 2020 ao Sr. **ANDERSON FÉLIX SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 062.***.*** - 03, servidor efetivo no cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 03 de junho de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 31 de março de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:2EDE2043

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 074/2026 – GP/GMTS

Dispõe sobre concessão de licença prêmio a servidor do Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Prêmio, noperíodo 03/06/2026 a 31/08/2026, referente ao período 2015 a 2020 a Sra. **ISABEL CRISTINA DE MOURA BRITO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 033.***.***77, servidora efetiva no cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 01 de julho de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:314012A1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 075/2026 – GP/GMTS

Dispõe sobre exoneração no Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 874 de 05 de dezembro de 2024, o Senhor **FILIPE XAVIER CARVALHO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o número 075.***.*** -11 do cargo de provimento em comissão de Coord. de Atendimento e Suporte Técnico, lotado na Secretaria Municipal de Administração do Município de Tibau do Sul/RN.
Art. 2º. Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.**

Tibau do Sul/RN, 01 de julho de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:D2504EC4

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 076/2026 – GP/GMTS**

Dispõe sobre exoneração no Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 874 de 05 de dezembro de 2024, a Senhora **FELIPA GALVÃO DA MOTA LIZ SARAIVA**, inscrita no CPF/MF sob o número700.***.***-89 do cargo de provimento em comissão de Cargo Coordenadora de Educação Ambiental, lotada na Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo do Município de Tibau do Sul/RN.

Art. 2º. Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.**

Tibau do Sul/RN, 01 de julho de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:E30CF6FD

**GESTOR DE CONTRATO
PORTARIA Nº 001/2026 – SEINFRA**

Dispõe sobre a designação de Comissão Processante para instauração e condução de Processo Administrativo Sancionador referente ao Contrato Administrativo nº 048/2024-SEINFRA e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela legislação municipal vigente e pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 059/2024, referente ao Contrato Administrativo nº 048/2024-SEINFRA, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 002/2024 – Lote 02;

CONSIDERANDO os relatórios emitidos pela fiscalização e pela Gestão de Contratos, bem como as notificações expedidas, os registros fotográficos e os demais documentos constantes dos autos, que evidenciam a necessidade de apuração de possíveis infrações administrativas e contratuais;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 137, 155, 156, 157, 158 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditório, ampla defesa e devido processo legal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a **Comissão Processante**, destinada à condução do Processo Administrativo Sancionador instaurado para apuração de possíveis infrações administrativas decorrentes da execução do **Contrato Administrativo nº 048/2024-SEINFRA**, composta pelos seguintes servidores:

I – Presidente:
Bruno Henrique do Nascimento Barros
Diretor Técnico do Departamento de Projetos e Fiscalização de Obras
Matrícula nº 28908

II – Membro:
Thiago Gerfson Bezerra dos Santos
Assessor Técnico, Matrícula nº 29238

Art. 2º. Compete à Comissão Processante promover todos os atos necessários à regular instrução do Processo Administrativo Sancionador, podendo:

I – realizar diligências e inspeções técnicas;
II – requisitar documentos, informações e pareceres;
III – promover oitivas de servidores, fiscais, gestores, representantes da contratada e demais pessoas que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos;
IV – assegurar à empresa investigada o exercício do contraditório e da ampla defesa;
V – elaborar relatório final conclusivo, sugerindo, quando cabível, a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e no contrato administrativo.

Art. 3º. Os servidores designados possuem qualificação técnica compatível com as atribuições da Comissão, exercendo atividades relacionadas à fiscalização e acompanhamento de obras públicas, contando ambos com experiência superior a cinco anos no exercício de suas funções.
Art. 4º. A Comissão deverá observar rigorosamente os princípios da legalidade, motivação, publicidade, eficiência, contraditório, ampla defesa, proporcionalidade e devido processo legal durante toda a instrução processual.

Art. 5º. Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.**

Tibau do Sul/RN, 01 de julho de 2026.

ADAEBSON SANTOS DA SILVA
Secretário Municipal de Infraestrutura
CPF nº 064.960.554-32

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:E073491D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 82/2023 – GS/SEMAD/GMTS**

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 588 de 15 de agosto 2017 e Lei Municipal nº 645 de 26 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 04 (quatro) diárias, ao valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para a Sra. Ana Priscila Teixeira, matrícula nº 0030236, Nutricionista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear as despesas com alimentação e deslocamento, durante sua estadia na Cidade de Porto Alegre/RS, com saída programada no dia 12/07/2026, com retorno no 15/07/2026, para participar do XXXIX Congresso Norte e Nordeste das Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 25 de junho de 2026.

HULLY TAINARA SILVA DE ALBUQUERQUE COELHO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hully T. S.de Albuquerque Coelho
Código Identificador:D595CEDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 83/2026 – GS/SEMAD/GMTS

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 588 de 15 de agosto 2017 e Lei Municipal nº 645 de 26 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 04 (quatro) diárias, ao valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para a Sra. Isabela de Souza Perazzo Pereira, matrícula nº 0030384, enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear as despesas com alimentação e deslocamento, durante sua estadia na Cidade de Porto Alegre/RS, com saída programada no dia 12/07/2026, com retorno no 15/07/2026, para participar do XXXIX Congresso Norte e Nordeste das Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 25 de junho de 2026.

HULLY TAINARA SILVA DE ALBUQUERQUE COELHO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hully T. S.de Albuquerque Coelho
Código Identificador:638EF03E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 84/2026 – GS/SEMAD/GMTS

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 588 de 15 de agosto 2017 e Lei Municipal nº 645 de 26 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 04 (Duas) diárias, ao valor unitário de R$ 600,00 (Seiscentos reais), para a Sra. Jucileide Barros de Albuquerque Costa, Matricula 000045, Secretária Municipal de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear as despesas com alimentação e deslocamento, durante sua estadia na Cidade de Porto Alegre/RS, com saída programada no dia 12/07/2026, com retorno no 15/07/2026, para participar da XXXIX Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde..

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 25 de junho de 2026.

HULLY TAINARA SILVA DE ALBUQUERQUE COELHO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hully T. S.de Albuquerque Coelho
Código Identificador:649502EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 85/2026 – GS/SEMAD/GMTS

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 588 de 15 de agosto 2017 e Lei Municipal nº 645 de 26 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder quatro diárias, ao valor unitário de R$ 400,00 (Quatrocentos reais), para o Sr. Júlio Sócrates Peixoto da Silva, matrícula nº 0027014, Educador Físico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear as despesas com alimentação e deslocamento, durante sua estadia na Cidade de Rio de Porto Alegre/RS, com saída programada no dia 12/07/2026, com retorno no 15/07/2026, para participar da XXXIX Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 25 de junho de 2026.

HULLY TAINARA SILVA DE ALBUQUERQUE COELHO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hully T. S.de Albuquerque Coelho
Código Identificador:A2E0552F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2026 - DISPENSA Nº 59/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE MUDAS ORNAMENTAIS, ÁRVORES, PALMEIRAS, INSUMOS E DEMAIS MATERIAIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PRAÇAS, CANTEIROS, JARDINS E DEMAIS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: Viveiro Marina Servicos de Paisagismo LTDA, CNPJ: 08.965.092/0001-56 representada por DEBORA SILVA DE LIMA SALDANHA.
Valor Total: R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais).

Vigência: 12 MESES.
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e DEBORA SILVA DE LIMA SALDANHA.

Data da Assinatura: 01 de julho de 2026

Timbaúba dos Batistas, 01 de julho de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:18AA639C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026 PROCESSO LICITATÓRIO MTB/ RN N° 121001/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026

CONTRATANTE: Município de Timbaúba dos Batistas/ RN; CONTRATADO: **DEIVISON ANGELO DA SILVA PEREIRA**; OBJETO: prorrogação do período vigencial da Ata de Registro de Preços original. VIGÊNCIA: 30 de junho de 2026, por mais 12 (doze) meses; SUBSCRITORES: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho – pelo Contratante e DEIVISON ANGELO DA SILVA PEREIRA – Contratado.

Timbaúba dos Batistas / RN, 30 de junho de 2026.

_____
IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:3EB1A13A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 622.001/2026 DISPENSA Nº 59/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):VIVEIRO MARINA SERVICOS DE PAISAGISMO LTDA, CNPJ/CPF nº08.965.092/0001-56
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:AQUISIÇÃO DE MUDAS ORNAMENTAIS, ÁRVORES, PALMEIRAS, INSUMOS E DEMAIS MATERIAIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PRAÇAS, CANTEIROS, JARDINS E DEMAIS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$59.600,46 (cinquenta e nove mil e seiscentos reais e quarenta e seis centavos)
VALOR CONTRATADO:R$58.000,00 (cinquenta e oito mil reais)
ECONOMIA:R$1.600,46 (um mil e seiscentos reais e quarenta e seis centavos)
RATIFICAÇÃO EM:23 de junho de 2026

Timbaúba dos Batistas, 23 de junho de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:8E34B200

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 038/2026 - GPMTB

Dispõe sobre a exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS – RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

R E S O L V E:

Art. 1. ° - Exonerar, a pedido, **MATHEUS DA SILVA PAULO**, CPF 131.096.764-43, ocupante do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE CC-III.**

Art. 2. ° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2026.

Timbaúba dos Batistas/RN, 1º de julho de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:D47145D2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
EXTRATO DE RENOVAÇÃO DA ARP Nº 26/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025.

OBJETO: Renovação de ARP - Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais para modernização e ampliação da iluminação da orla e de bens imóveis do município de Touros/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS-CNPJ: 08.234.155/0001-02.

Fornecedor: **A S P SERVIÇOS E COMERCIO LTDA**	
CNPJ: **26.747.505/0001-08**	Telefone: **(84) 99698-0440**
Endereço: **RUA JEQUIE, 2905 CONJ SOLEDADE I, POTENGI, NATAL/RN, CEP: 59120-110.**	
Representante: **Alexandra Saraiva Pereira** - CPF: **010.435.XXX-76.**	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal: 14.133/2021 e suas atualizações posteriores c/c os Decretos Municipal: 58/2023 e 107/2024.
VIGÊNCIA: 11/06/2026 à 10/06/2027.
Touros/RN, 10/06/2026.
ASSINATURAS: Pedro Ferreira de Farias Filho- P/Órgão Gestor, e, Alexandra Saraiva Pereira - P/**Contratada**

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:404829CA

GABINETE CIVIL
EXTRATO DE TERMO DE JULGAMENTO DE RECURSOS E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16100.000159/2025;

Objeto:CONSTRUCÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - MCMV FNHIS SUB 50, NO MUNICÍPIO DE TOUROS-RN, CONFORME PROPOSTA NOVO PAC - SELEÇÃO: 56000003864/2024.
Órgão: Prefeitura Municipal de Touros/RN.
Julgamento e Homologação:
O Agente de Contratação,**Girlandio dos Santos Nascimento**, julgou**IMPROCEDENTES**os recursos e manteve as**INABILITAÇÕES**das empresas:

• **LM EMPREENDIMENTOS LTDA**– inabilitada por não atendimento ao**item 7.1.2.2 do Edital**;
• **JF SERVICE LTDA**– inabilitada por não atendimento ao**item 7.1.2.3 do Edital**;

A decisão foi **HOMOLOGADA** pelo Prefeito Municipal,**Pedro Ferreira de Farias Filho**, para que produza seus efeitos legais.
Fundamentação Legal: Art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

Touros/RN, 01 de julho de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Touros/RN

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:8785EC33

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 93/2021

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 74/2021. Contratante: Município de Touros/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Touros, inscrita no CNPJ nº 08.234.155/0001-02, e do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 18.325.678/0001-00. Contratado: **Paulo Vieira da Silva**, inscrito no CPF nº 008.xxx.064-55. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 93/2021, mediante acréscimo de 21,54% (vinte e um vírgula cinquenta e quatro por cento) sobre o valor inicialmente contratado, referente à locação de 01 (um) imóvel situado na Travessa Savoia, nº 05, Centro, Touros/RN, CEP 59.584-000, destinado ao funcionamento do Anexo da Secretaria Municipal de Saúde. Valor: Em decorrência do reequilíbrio econômico-financeiro, o valor mensal da locação, anteriormente fixado em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), passa a ser de R$ 1.823,07 (mil oitocentos e vinte e três reais e sete centavos), representando um acréscimo mensal de R$ 323,07 (trezentos e vinte e três reais e sete centavos). Fundamentação Legal: art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Data da Assinatura: 30 de junho de 2026. Assinam: Pedro Ferreira de Farias Filho – Prefeito Municipal; Elisa Emanoely Bezerra Alves – Gestora do Fundo Municipal de Saúde; e Paulo Vieira da Silva – Contratado.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:4991F779

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 505/2026- GABINETE CIVIL

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1° - **CONVOCAR,** o 2º suplente de Conselheiro Tutelar, Senhor José Rafael da Cruz, inscrito no CPF sob nº XXX.711.XXX-79, para se apresentar e TOMAR POSSE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) Horas, em substituição ao Conselheiro Tutelar, MIGUEL JOAQUIM BEZERRA FILHO, conforme Memorando nº 023/2026, que teve seu direito de férias deferido, obedecendo o Artigo 56, inciso IX, § 2º da e Artigo 57 da Lei 806/2018, obedecendo estritamente os critérios para sua concessão e gozo, de acordo com o Regime Jurídico Único do Município de Touros.
Art. 2º - O período de gozo de férias do Conselheiro Tutelar, acima descrito, iniciará com a posse do Convocado, em 01/07/2026 a 30/07/2026.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Touros/RN.
Touros/RN, 30 de junho de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:6918F016

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 506/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao senhor **RAFAEL ADRIANO DA SILVA**, motorista contratado do Município de Touros/RN, Matrícula de nº 18503, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.245.XXX-41, ½ (meia) diária Estadual, ao valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor de R$ 100,00 (cem reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, para custear despesas com alimentação, no dia 02 de julho de 2026, uma vez que está transportando paciente, que realizará consultas no Hospital Dr. Mariano Coelho – Currais Novos/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 01 de julho de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:27E09C4A

GABINETE CIVIL
PORTARIA N. 507, DE 01 DE JULHO DE 2026 GABINETE CIVIL

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a instrumentalização do Processo Administrativo n. 12100.000126/2026;
CONSIDERANDO a legalidade prevista no art. 105, da Lei municipal n. 507/2027 (Regime Jurídico Único);

RESOLVE:
Art. 1°. **CONCEDER**, nos termos do art. 105, da Lei 570/2007 (Regime Jurídico Único), **01 (um) ano** de licença para tratar de assuntos particulares ao servidor **MARCOS AURÉLIO CÂMARA**, Matrícula 520-1, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, lotado na Secretaria municipal de Educação e Cultura.

Art. 2°. O período de gozo desta licença será de 26 de junho de 2026 a 25 de junho de 2027, quando o servido deverá se apresentar para ser reconduzida a função pública.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio "Porto Filho", em Touros/RN, 01 de julho de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:57F337B6

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 509/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao senhor **RAFAEL ADRIANO DA SILVA**, motorista contratado do Município de Touros/RN, Matrícula de nº 18503, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.245.XXX-41, ½ (meia) diária Estadual, ao valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor de R$ 100,00 (cem reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, para custear despesas com alimentação, no dia 03 de julho de 2026, uma vez que está transportando paciente, que realizará consultas no Hospital Universitário Ana Bezerra – Santa Cruz/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 01 de julho de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:61169AFD

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 002/2026 – SMEC

CONSIDERANDO a necessidade administrativa para preenchimento da vaga de Professor de Língua Portuguesa – Fundamental II, na Escola Municipal Jeanne Machado, no Distrito de Zabelê (Região 5);
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 12100.000699/2026;
CONSIDERANDO que o Edital nº 01/2026, em seu item 15.8, preleciona que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, dentro de suas necessidades, pode realizar o encaminhamento ou remanejamento para lotação em outras unidades de ensino, nas diversas regiões;
RESOLVE:
Art. 1º Convocar os candidatos integrantes do Cadastro de Reserva para o cargo de **Professor de Língua Portuguesa – Fundamental II**, inscritos em outras regiões, para comparecerem à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na data de **03/07/2026** (Sexta-feira), entre 8h00 às 14h00, para manifestação de interesse e possível preenchimento de **01 (uma) vaga** na Escola Municipal Jeanne Machado, Distrito de Zabelê (Região 5), conforme ordem de classificação:

• **Marília Duarte da Silva** – Região 1 – Nota 80;
• **Evanildes Lorencena** – Região 2 – Nota 74;
• **Niedson Rodrigues dos Santos** – Região 1 – Nota 71,5;
• **Patrícia Artures de Oliveira** – Região 1 – Nota 71;
• **Gabriela Pinheiro da Silva** – Região 1 – Nota 66;
• **Emily dos Santos Fernandes Braga** – Região 1 – Nota 65;
• **Giovana Silva da Cunha** – Região 4 – Nota 60;
• **Priscila Karen do Nascimento Galvão** – Região 1 – Nota 51;
• **Elenide Tobias de Oliveira** – Região 1 – Nota 49,5;
• **Ítalo Railison de Assis Cortez** – Região 1 – Nota 40.

Paragrafo único. A ausência de manifestação e/ou comparecimento dentro do prazo do ***caput*** deste artigo será considerada desistência da vaga ofertada.
Art. 2º A convocação dos candidatos acima relacionados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação para o preenchimento da vaga de Professor de Língua Portuguesa – Fundamental II.
Art. 3º Em caso de não aceitação do preenchimento da vaga em comento, o candidato permanecerá em sua respectiva ordem classificatória para posteriores convocações, nos termos do Edital nº 01/2026.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Touros/RN, 01 de julho de 2026.

Comissão Especial – Portaria N. 205/2026

SÉRGIO HENRIQUE DA SIVA JUSTINO,
Mat. 1585-1, Cargo: Professor;

MARLI LUIS DO NASCIMENTO,
Mat.91-1/2, Cargo: Professora;

CARLOS PEREIRA DE LIMA,
Mat. 264, Cargo: Motorista

CLYVIA SARAIVA TORRES,
Mat. 21059, Cargo: Secretária Municipal de Administração.

Banca Examinadora – Portaria N. 207/2026

FRANÇOISE MARIA DE MORAIS COSTA
Mat. 119/1 – Professor

LUIZA BRAGA DA SILVA
Mat. 1439/1 – Professor

CASSIA SIMONE PESSOA DA SILVA GUIMARÃES
Mat. 489/1 – Professor

FRANCISCO MACIEL MATOS
Mat. 1270/1 - Professor

VÂNIA NASCIMENTO DA SILVA FAGUNDES
Mat. 560/1 – Professor

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:B643421B

GABINETE CIVIL
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 39/2026.

O Ordenador de Despesas da(o) Prefeitura Municipal de Touros/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o Lei 14.133/2021, Art. 74, I (PNCP), e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 12100000525/2026, Objeto: Aquisição da Coleção Primeiros Passos, da Editora Dinâmica, destinada às unidades da rede municipal do Ensino Infantil, para atendimento de crianças na faixa etária de 2 a 5 anos, incluindo material do aluno e guia do professor, com vistas ao desenvolvimento integral das crianças por meio de práticas pedagógicas lúdicas e alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que trata da contratação da empresa: CARLOS ALBERTO ELIZIARIO DE OLIVEIRA L FILHO, CNPJ: 51.911.128/0001-48, vem **RATIFICAR** a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2026.
PROCESSO: 12100000525/2026.

BASE LEGAL: É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores em conformidade conforme parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.
OBJETO: Aquisição da Coleção Primeiros Passos, da Editora Dinâmica, destinada às unidades da rede municipal do Ensino Infantil, para atendimento de crianças na faixa etária de 2 a 5 anos, incluindo material do aluno e guia do professor, com vistas ao desenvolvimento integral das crianças por meio de práticas pedagógicas lúdicas e alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
NOME DO CREDOR: CARLOS ALBERTO ELIZIARIO DE OLIVEIRA L FILHO, CNPJ: 51.911.128/0001-48.
VALOR TOTAL GLOBAL R$ 1.179.024,00 (um milhão, cento e setenta e nove mil e vinte e quatro reais).

Touros/RN, 01 de julho de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:9F2CE209

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 280 DE 02 DE JULHO DE 2026

Decreto Municipal Nº 280 de 02 de julho de 2026

Institui o Programa de Vacinação nas Escolas para os(as) alunos(as) da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do Município.

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE TRIUNFO POTIGUAR/RN, aprova o Decreto do Executivo Municipal número 280.

Art. 1º Fica instituído o **Programa de Vacinação nas Escolas** para os(as) alunos(as) da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município com o objetivo de intensificar as ações de vacinação, inclusive em campanhas, e melhorar a cobertura vacinal das crianças e adolescentes.

Art. 2º Para a realização do Programa de Vacinação nas Escolas, as unidades básicas de saúde entrarão em contato com as escolas pertencentes ao território da sua região para que seja agendada a data em que a equipe de saúde irá vacinar as crianças na escola, pelo menos uma (01) vez por ano.

Parágrafo único. A unidade de saúde deverá divulgar as datas e horários em que haverá vacinação nas escolas para que as crianças e seus familiares sejam informados.

Art. 3º Serão vacinadas todas as crianças que apresentarem, no dia agendado, a carteira de vacinação, após a análise e identificação de atraso ou oportunidade de vacinação. Não serão vacinadas na escola aquelas crianças que não trouxerem a carteira de vacinação, que possuam contraindicação médica ou tenham tido eventos adversos específicos à alguma vacina, comprovados por atestado médico.

§1º Só serão vacinadas na escola as crianças que apresentarem o termo de consentimento, assinado pelos pais ou responsáveis, pois a vacinação não é feita sem a autorização prévia.

§ 2º A escola deverá enviar aos pais ou responsáveis de todos os alunos, com no mínimo cinco dias de antecedência, comunicado solicitando que os(as) estudantes levem a carteira de vacinação na data estipulada.

§ 3º Os pais ou responsáveis cujas crianças não comparecerem à escola com a carteira de vacinação na data da visita receberão um comunicado da escola para comparecerem a unidade de saúde com a carteira de vacinação, no menor prazo possível, para a equipe de saúde analisar e, se necessário, atualizar a situação vacinal da criança.

§ 4º A escola encaminhará para a unidade básica de saúde de referência do território uma lista contendo o nome dos(as) alunos(as) que não portavam a carteira de vacinação na data da visita, bem como os nomes de seus responsáveis, endereço domiciliar e telefone para subsidiar a comunicação da equipe de saúde com as famílias cujos alunos precisam ter suas vacinas atualizadas.

§ 5º Caso os pais ou responsáveis que receberem a notificação de que trata o § 2º deste artigo não compareçam à unidade básica de saúde nos sessenta dias posteriores à visita na escola, a unidade de saúde deverá realizar visita domiciliar à família para orientá-la sobre a importância da vacinação.

Art. 6º No início de todo ano, após a matrícula, a escola deverá enviar, para a unidade básica de saúde de referência, uma versão fotografada ou digitalizada da carteira de vacinação de cada criança matriculada para que a situação vacinal da criança seja analisada e atualizada pela equipe de saúde.

Art. 7º O referenciamento das escolas às unidades básicas de saúde é determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, em alinhamento com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Triunfo Potiguar/RN, 02 de julho de 2026.

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA
Prefeita municipal.

Publicado por:
Joana Darc Estevam da Fonseca Silva
Código Identificador:2BC36A30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 128/2026 - GP

PORTARIA Nº 128/2026-GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art.1º **NOMEAR,** o Senhor **JOSÉ ROBERTO FELIX DA SILVA,** CPF Nº **050.698.084-78,** do cargo em Comissão de **SUBSECRETÁRIO**, lotado na secretaria Municipal de **SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**, com fundamento legal na Lei que dispõe sobre o regime político do município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Triunfo Potiguar-RN.
Em 01 de julho de 2026.

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kelia Dantas de Azevedo
Código Identificador:DF8FDDD0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 061/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026

EMENTA: Concessão de Diária a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º -Concede, a Sr.Francisco Wellington Cortez, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Educação, uma diária no valor unitário de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), para fazer face às despesas com locomoção, alimentação e hospedagem em Mossoró/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: No dia 02 de julho, o Secretário Municipal de Educação participará do encontro de Formação do FNDE para os programas do transporte escolar.
Local de destino: Auditório Amâncio Ramalho da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), campus Mossoró/RN, R. Francisco Mota, 572 – Pres. Costa e Silva, Mossoró/RN, CEP 59625-900.
Período do Afastamento:01 (um) dia em 02 de julho de 2026.

Art. 2º -O servidor beneficiário de que trata o art. 1º desta Portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 16, III, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Umarizal-RN, em 01 de julho de 2026.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:89F45266

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 062/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: Concessão de Diária a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º -Concede, a Sra.Ronicleide de Menezes Azevedo, Servidor Público efetivo, uma diária no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais), para fazer face às despesas com locomoção, alimentação e hospedagem em Mossoró/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: No dia 02 de julho, a referida servidora, responsável pelo Transporte Escolar participará do encontro de Formação do FNDE para os programas do transporte escolar.
Local de destino: Auditório Amâncio Ramalho da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), campus Mossoró/RN, R. Francisco Mota, 572 – Pres. Costa e Silva, Mossoró/RN, CEP 59625-900.
Período do Afastamento:01 (um) dia em 02 de julho de 2026.

Art. 2º -O servidor beneficiário de que trata o art. 1º desta Portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 16, III, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Umarizal-RN, em 01 de julho de 2026.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:052B4DFD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N. 934 DE 27 DE MAIO DE 2026.

LEI MUNICIPAL N. 934 DE 27 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Conscientização e Incentivo ao Esporte para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dá outras providências.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, aprovou, e eu, Prefeito(a) Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Conscientização e Incentivo ao Esporte para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de promover a inclusão, o bem-estar e o desenvolvimento integral por meio da prática esportiva.

Art. 2º São diretrizes desta Política:

I - O incentivo à prática de atividades físicas como direito fundamental;

II - A promoção da acessibilidade em equipamentos esportivos públicos e privados;

III - O combate ao preconceito e à exclusão no ambiente esportivo;

IV - O fomento à autonomia e à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal, através das Secretarias competentes, poderá promover campanhas educativas anuais visando:

I - Informar a população sobre os benefícios do esporte para o desenvolvimento psicomotor e social do autista;

II - Capacitar profissionais de educação física e instrutores sobre metodologias de ensino adaptadas.

Art. 4º O Município poderá celebrar parcerias e convênios com:

I - Escolas da rede pública e privada, para garantir a inclusão efetiva nas aulas de educação física;

II - Clubes sociais e agremiações esportivas, visando a reserva de vagas ou horários específicos para atividades adaptadas;

III - Entidades do terceiro setor especializadas no atendimento a pessoas com deficiência.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Upanema (RN), 27 de Maio de 2026, 73° Aniversário de Emancipação Política.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:180AAD06

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0316/2026

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE UPANEMA/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SENHOR RENAN MENDONÇA FERNANDES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1° Designar como Fiscal de Contrato o servidor:

EDINAEL CASTRO DE MELO, portador do CPF nº 099.848.024-00, matricula 001918-1, de acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 14.133/21, no Art. 117, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato abaixo relacionado, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CARRO DE SOM PARA COBERTURA E DIVULGAÇÃO DE PROPAGANDAS VOLANTES DOS EVENTOS E AÇÕES REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO DE UPANEMA, VISANDO O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO NO QUE TANGE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E AS NORMAS REGIMENTAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

CONTRATO Nº 040/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratado: G M CABRAL JUNIOR, CNPJ: 40.706.923/0001-88.
Processo nº 03001.000017/2026 – Pregão Eletrônico nº 016/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviço de locação de carro de som para cobertura e divulgação de propagandas volantes dos eventos e ações realizados pela Secretaria Municipal de Governo e Patrimônio de Upanema.
VALOR: R$61.068,00 (sessenta e um mil e sessenta e oito reais).

Upanema/RN, 01 de julho de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito do Município de Upanema/RN

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:C3F7B7E4

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 023 – GB, DE 01 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 023 – GB, DE 01 DE JULHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Chefe de Gabinete do município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor;
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER uma diária, com pernoite, no valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando R$ 600,00 (seiscentos reais), ao Sr. **RENAN MENDONÇA FERNANDES**, Prefeito Municipal, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Natal/RN, conforme a seguir:

Objeto do deslocamento: Deslocamento para cumprimento de agenda institucional, compreendendo participação em reunião na CAERN e no evento oficial de entrega da Unidade Odontológica Móvel, realizado na Escola de Governo.
Local de destino: Natal/RN;
Período do Afastamento: 01 de julho de 2026;

Art. 2º -O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

FRANCISCO JARIAN DAS CHAGAS SOUZA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:D3CB9DCA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0317/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0317/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **RENAN MENDONÇA FERNANDES**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020 e tendo em vista a solicitação de diária do Servidor **JAKSON DIEGO DOS SANTOS BEZERRA**:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER duas diárias, sendo uma com pernoite, no valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais), e uma sem pernoite, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando R$ R$ 1.000,00 (mil reais), ao senhor **JAKSON DIEGO DOS SANTOS BEZERRA**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Natal/RN, conforme a seguir:

Objeto do deslocamento: Realizar a retirada de equipamentos de informática destinados ao Município de Upanema/RN, contemplados por meio do Ponto de Atendimento Virtual (PAV) da Receita Federal.
Local de destino: Recife/PE;
Período do Afastamento: 02 e 03 de julho de 2026;

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:A092DE3B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

A Prefeitura Municipal de Upanema/RN manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, que objetiva: Contratação de serviço médico especializado para realização do procedimento de TRATAMENTO OCULAR COM QUIMIOTERÁPICO POR ANTI-ANGIOGÊNICO – MAT/MED, em favor do paciente LUIZA ESPEDITA DE MELO SILVA, conforme prescrição e indicação médica especializada. Critério de julgamento menor preço. Os interessados poderão obter o respectivo termo de referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sediada na **Rua João Francisco, S/N, Centro, Upanema/RN**, ou acessando site **www.upanema.rn.gov.br**. As propostas, conforme modelo em anexo, serão recebidas até as **12h00min**, do dia **07 de julho de 2026**, nos horário e endereço indicados, bem como, serem encaminhadas preferencialmente pelo e-mail: **pmu_licitacao@hotmail.com**. Recursos: Previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 029/2023, atualizado pelo Decreto Municipal nº 023/2025; Lei Complementar nº 123/06; e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: nos **horários das 08h00min às 12h00min** em dias úteis, no endereço supracitado.

Upanema/RN, 01 de julho de 2026.

PEDRO HENRIQUE LIMA BEZERRA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:E8A5D356

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: G M CABRAL JUNIOR, CNPJ: 40.706.923/0001-88.
Processo nº 03001.000017/2026 – Pregão Eletrônico nº 016/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviço de locação de carro de som para cobertura e divulgação de propagandas volantes dos eventos e ações realizados pela Secretaria Municipal de Governo e Patrimônio de Upanema.
VALOR: R$61.068,00 (sessenta e um mil e sessenta e oito reais).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
AÇÃO:
2141 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
NATUREZA DA DESPESA:
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO:
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
VIGENCIA: 01/07/2026 a 01/07/2027.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Assinado Pelo Contratante

G M CABRAL JUNIOR,
CNPJ: 40.706.923/0001-88
Assinado Pela Contratada

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:D29F66CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 86/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora **MILENE RAIANNE DE MOURA FONSECA E SILVA**, matrícula nº 130305-8, cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Comunitário.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 06 de julho de 2026 a 04 de agosto de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 05 de julho de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:B92AFB42

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 87/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora **CAMILA CLAUDIA DA SILVA**, matrícula nº 130383-0, cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Comunitário.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 06 de julho de 2026 a 04 de agosto de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 05 de julho de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:4DFCDC39

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 88/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora **JOCICLEIDE CARVALHO PESSOA**, matrícula nº 130393-7, cargo efetivo de Agente Municipal de Fiscalização, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Tributação.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 31 de julho de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:14FBB0CB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 89/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora **MARIA SANTANA PESSOA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 130047-4, cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 31 de julho de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:588154A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 90/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora **MARIA GERLANNIA DE OLIVERA QUEIROZ**, matrícula nº 130132-2, cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 31 de julho de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:4CE9256A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 91/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora **JANETE DANTAS NUNES**, matrícula nº 130130-6, cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 31 de julho de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:42781459

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 92/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora **ADELAEDE FERREIRA DE FREITAS SOUZA**, matrícula nº 130143-8, cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 31 de julho de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:9088F8D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 93/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **FRANCISCO DUARTE DE QUEIROZ**, matrícula nº 130441-0, cargo efetivo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 31 de julho de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:EF87FD78

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 94/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **RICASSILLY ISAC BRUNO RUFINO LIMA**, matrícula nº 130691-0, cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 31 de julho de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:028F8BDB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 95/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **JOSÉ ESCÓCIO DA SILVA**, matrícula nº 130119-5, cargo efetivo de Vigilante, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 31 de julho de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:8FAAB657

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 96/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora **SERGINA DO NASCIMENTO LINHARES**, matrícula nº 130284-1, cargo efetivo de Assistente Social, com lotação na Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Comunitário.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 13 de julho de 2026 a 11 de agosto de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 12 de agosto de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 01 de julho de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:A8968012

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2026

CONTRATO Nº: 38/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Venha-Ver

CONTRATADA: SOLUÇÕES DELTA LTDA CNPJ: 58.038.611/0001-09

PROCESSO DE ORIGEM: Pregão Eletrônico n.º 02/2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos permanentes para uso no abatedouro municipal, com instalação, assistência técnica e capacitação dos servidores incluso

VALOR TOTAL: R$ 18.899,00 (dezoito mil oitocentos e noventa e nove reais)

DOTAÇÃO: 57 - 2 . 2004 . 20 . 606 . 11 . 1.23 . 0 . 449051 - Obras e Instalações.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:2316417A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE FÉRIAS N.º 046/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

O Prefeito do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art.98, § único da Lei Municipal nº 440 de 08 de agosto de 1997, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Florânia;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pedido de Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias consecutivos, ao servidor, **ALEX SILVA DE AZEVÊDO,** contador, período de **2025/2026**, contados a partir do dia **03/07/2026** com término em **17/07/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/ RN
Em 01 de julho de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andreia Kelly de Morais Dantas
Código Identificador:2A94255B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 092/2026 – GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, em especial, o que dispõe a Lei Orgânica do Município e com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 91 Inc. II da Lei Municipal 440 a Lei Municipal 440 de 29 de julho de 1997 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Florânia.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, o afastamento das atribuições, em virtude de casamento, por um período de 08 (oito) dias corridos, a servidora pública municipal **MICARLA FERNANDA MORAIS E SILVA**, ocupante da função de encarregada em manutenção e suporte em informática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, contados a partir do dia **23/06/2026** com término em **30/07/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN
Em 01 de julho de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andreia Kelly de Morais Dantas
Código Identificador:D9D53F5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 093/2026 – GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, em especial, o que dispõe a Lei Orgânica do Município e com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 91 Inc. II da Lei Municipal 440 a Lei Municipal 440 de 29 de julho de 1997 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Florânia.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, o afastamento das atribuições, em virtude de casamento, por um período de 08 (oito) dias corridos, ao servidor público municipal **CLAUDIANO PINHEIRO SILVA**, ocupante da função de operador de microcomputador, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, contados a partir do dia **23/06/2026** com término em **30/07/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN
Em 01 de julho de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andreia Kelly de Morais Dantas
Código Identificador:771849A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 0017/2026 – SEME.

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 013/2022, de 07 de julho de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º -Fica concedida 01(uma) diária no valor de **R$ 100,00 (reais)** à **Secretária Municipal de Educação, Maria Daguia de Medeiros Santos**, para custeio de despesas com alimentação durante sua participação no **Seminário Estadual dos Planos Decenais de Educação**, realizado em **30 de junho de 2026**, das **9h às 17h**.
A participação da Secretária Municipal de Educação no referido evento é de relevante interesse público, tendo em vista que o seminário promove o fortalecimento do planejamento educacional e da articulação entre o Sistema Nacional de Educação (SNE), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual de Educação (PEE) e os Planos Municipais de Educação (PME), contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas educacionais e para o fortalecimento da gestão da educação no âmbito do Município.
Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN Em 01 julho de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Guia de Medeiros Santos
Código Identificador:E31AC5E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 0018/2026 – SEME.

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 013/2022, de 07 de julho de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º -Fica concedida 01(uma) diária no valor de **R$ 70,00 (setenta reais)** à **Coordenadora Pedagógica Tereza Alice de Medeiros Silva**, para custeio de despesas com alimentação durante sua participação no **Seminário Estadual dos Planos Decenais de Educação**, realizado em **30 de junho de 2026**, das **9h às 17h**.
A participação da **Coordenadora Pedagógica** no referido evento é de relevante interesse público, tendo em vista que o seminário promove o fortalecimento do planejamento educacional e da articulação entre o Sistema Nacional de Educação (SNE), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual de Educação (PEE) e os Planos Municipais de Educação (PME), contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, o fortalecimento da gestão da educação e o alinhamento das ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Município
Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto

perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 01 julho de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Guia de Medeiros Santos
Código Identificador:975A6DAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 0019/2026 – SEME.

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 013/2022, de 07 de julho de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º -Fica 01(uma) diária no valor de **R$ 70,00 (setenta reais)** à **Coordenadora Pedagógica Cassandra Soares Damasceno**, para custeio de despesas com alimentação durante sua participação no **Seminário Estadual dos Planos Decenais de Educação**, realizado em **30 de junho de 2026**, das **9h às 17h**.
A participação da **Coordenadora Pedagógica** no referido evento é de relevante interesse público, tendo em vista que o seminário promove o fortalecimento do planejamento educacional e da articulação entre o Sistema Nacional de Educação (SNE), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual de Educação (PEE) e os Planos Municipais de Educação (PME), contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, o fortalecimento da gestão da educação e o alinhamento das ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Município.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 01 julho de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Guia de Medeiros Santos
Código Identificador:D2ADF6F6

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002-2026

Processo:02013.000005/2026
O Município de Florânia RN – Prefeitura Municipal, através do seu Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 16/2025, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, torna público que estará realizando das 08hs do dia 02 de julho de 2026 até 01 de julho das 2027 às 23:59, recebimento dos documentos de habilitação para o **CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA**, Informações adicionais, bem como cópia do Edital e de seus anexos, estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Florânia, 01 de julho de 2026.

ALEX SILVA DE AZEVÊDO
Agente de Contratação

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:CFF9E1B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACARI
RESULTADO FINAL – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 12/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ACARI-RN, com sede à Rua Luiz Freire da Costa, s/n, Bairro Centro, Acari/RN, CEP: 59.370-000, torna pública, nos termos do Anexo IV (cronograma de atividades) do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 12/2026, a republicação do **resultado final** para a formação de cadastro de reserva, por prazo determinado, pela necessidade temporária e de excepcional interesse público a fim de compor a equipe da Prefeitura Municipal na área da Secretaria Municipal de Saúde Pública de Acari, na função de Agente Comunitário de Saúde, conforme segue abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSS Nº 12/2026				
Ordem	**Nome do Canditado**	**CPF**	**Nota Obtida**	**Resultado**
01	Luis Paulo de Farias Barbosa	xxx.917.984-xx	100	CLASSIFICADO
02	Jonas Rodrigues Silva	xxx.587.784-xx	100	CLASSIFICADO
03	Maria de Fátima Simões de Oliveira	xxx.870.894-xx	100	CLASSIFICADA
04	Crislane Thais dos Santos	xxx.002.214-xx	80	CLASSIFICADA
05	Anne Karine Muniz da Silva	xxx.255.774-xx	80	CLASSIFICADA
06	Rita Luana de Farias Barbosa	xxx.766.294-xx	70	CLASSIFICADA
07	Dasineide Alves dos Santos	xxx.686.714-xx	60	CLASSIFICADA
08	Mirela Carla de Araújo Souza	xxx.924.414-xx	60	CLASSIFICADA
09	Maria Norbênia da Silva	xxx.294.504-xx	55	DESCLASSIFICADA
10	Lenice dos Santos Oliveira	xxx.538.564-xx	50	DESCLASSIFICADA
11	Alexandre de Araújo Souza	xxx.554.344-xx	50	DESCLASSIFICADO
12	Maria da Guia da Silva	xxx.603.314-xx	40	DESCLASSIFICADA

Acari/RN, 01 de julho de 2026.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Presidente da CPMIPSS

AMÉLIA NADJA BEZERRA DANTAS DE MEDEIROS
Secretária da CPMIPSS

ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO
Vogal CPMIPSS

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:BBDAC478

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 062/2026 - SEMAT

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 062/2026 - SEMAT

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 3 (três) diárias, ao (à):

SERVIDOR (A):	**LUCAS GABRIEL GUEDES LIMEIRA**			
CARGO:	**COORDENADOR DE TI**			
MATRÍCULA:	50142			
DOCUMENTOS:	CPF: 133.884.434-24		RG: 133.884.434-24	
LOTADO (A):	Secretária de Administração e Transportes			
HORÁRIO DE SAÍDA:	08H:00			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
No dia 08 ao dia 10, a presente viagem tem como objetivo a participação em visitas técnicas promovidas durante o evento NEON 2026, voltadas ao fortalecimento das práticas de inovação, transformação digital e modernização da gestão pública municipal. No dia 09 de junho de 2026, será realizada visita técnica à Secretaria Municipal de Estratégias Disruptivas e Economia Digital (SEDIGI), com foco na apresentação da gestão inovadora desenvolvida pela Prefeitura de Maceió. A atividade proporcionará conhecimento sobre estratégias de transformação digital, implementação de soluções tecnológicas, modernização administrativa e iniciativas voltadas ao desenvolvimento da economia digital no setor público. Já no dia 10 de junho de 2026, ocorrerá visita técnica ao Centro de Inovação de Maceió, espaço voltado ao incentivo ao empreendedorismo, inovação, tecnologia e integração entre poder público, startups e iniciativas de desenvolvimento econômico. A participação permitirá conhecer boas práticas, projetos inovadores e modelos de gestão aplicáveis à realidade municipal.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
3,0	Maceio/AL	08/06/2026 a 14/06/2026	R$369,00	R$1.296,00

Importa a quantia de R$1.296,00 (hum mil duzentos e noventa e seis reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 03 de maio de 2026

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:7B823A78

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 063/2026 - SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 2,5 (duas e meia) diárias, ao (à):

SERVIDOR (A):	**EWERTTON SALES DE MEDEIROS**			
CARGO:	**Secretário Extraordinário de Compras e Modernização Administrativa**			
MATRÍCULA:	50148			
DOCUMENTOS:	CPF: 100.343.434-74		RG: 2.689.732	
LOTADO (A):	Secretária de Compras e Modernização Adm			
HORÁRIO DE SAÍDA:	19h:00			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
PARTICIPAR DO EVENTO DO SMART CITIES CAMPINA GRANDE/PB DO INSTITUTO PAULO ZIKULOWSKY, SOBRE CIDADES INTELIGENTES.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
2,5	Campina Gande/PB	10/06/2026 a 12/06/2026	R$369,00	R$922,50

Importa a quantia de R$922,50 (novecentos e vinte dois reais e cinquenta centavos).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 08 de junho de 2026

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:B411DDFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 064/2026 - SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 2,5(duas e meia) diária, ao (à):

SERVIDOR (A):	**DIOGO BEZERRA DUARTE**			
CARGO:	**Secretário de Desenvolvimento Econômico**			
MATRÍCULA:	6166			
DOCUMENTOS:	CPF: 008.554.814-63	RG: 1.545.940 SSP-RN		
LOTADO (A):	Secretária de Desenvolvimento Econômico e Turismo.			
HORÁRIO DE SAÍDA:	06h:00			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Aprofundamento no tema "Cidades Inteligentes".				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
2,5	Campina Grande/PB	10/06/2026 a 12/06/2026	R$369,00	R$922,50

Importa a quantia de R$922,50 (novecentos e vinte dois reais e cinquenta centavos).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 08 de junho de 2026

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:8E9C92FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 067/2026- SMTA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 0,5 (meia) diária, ao (à):

SERVIDOR (A):	**FRANCISCO ARAÚJO DA SILVA**			
CARGO:	**Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastec.**			
MATRÍCULA:	5052			
DOCUMENTOS:	CPF: 481.190.324-20	RG: 594.197		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente			
HORÁRIO DE SAÍDA:	05:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar do Seminário de Setor Lácteo Potiguar na cidade de Natal/RN.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
0,5	Natal/RN	12/06/2026	R$190,00	R$95,00

Importa a quantia de R$95,00(noventa e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 12 de junho de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:DBD1C82D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 093/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22050001/2026.

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **JR STUDIO LTDA – CNPJ: 16.556.049/0001-65,** com sede na Rua São Sebastião, 326, Centro, Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, representada pelo Sr. **JOSÉ DE ARIMAR OLIVEIRA JÚNIOR**, brasileiro, casado, portador da CNH 03180167052/DETRAN/RN, inscrito no CPF: 045.453.094-37, residente e domiciliado na Rua São Sebastião, 326, Centro, Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Contrato tem por objeto à Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de estrutura e equipamentos, incluindo transporte, instalação, montagem, desmontagem, manutenção e suporte técnico operacional, para atendimento das demandas institucionais do Município de Baraúna/RN, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	LOCAÇÃO DE PALANQUE, com montagem e desmontagem, para eventos oficiais, medindo 6mx4m(24m²), 6 montado em estrutura de praticáveis com altura do solo 0,60cm, escadas de acesso, tudo de acordo com as normas de segurança dos órgãos competentes	Diária	03	R$2.056,00	R$6.168,00
2	SISTEMA DE SOM DE PEQUENO PORTE para eventos com potência de mínimo 20.000 WTS. Sistema caixa sobre caixa com 01 console digite! 32 entradas 16 saídas e caixas de sub grave SB 850 com 2 auto falantes de 1.5m WTS RMS cada, 09 |caixas lineanay com 1 auto falante de 1.100 WTS RMS cada e 1 drive titânio 125 WTS RMS eplü. 4. amplificadores 12.cxn WTS rtmí' (sub grave, 2 amplificadores digitais 16.000 WTS RMS (médio grave), 2 amplificadores 4.800 WTS RMS (titânio).	Diária	13	R$2.203,50	R$28.645,50
3	LOCAÇÃO DE CADEIRAS: descrição: 18 plásticas, resistência, tipo bistrô, sem encosto de braço, na cor branca	Unidade	400	R$2,50	R$1.000,00
4	LOCAÇÃO DE MESAS: descrição: quadradas plásticas, alta resistência na cor branca, medindo 70x70cm.	Unidade	100	R$4,50	R$450,00
5	LOCAÇÃO DE SOM MÓVEL: Estrutura móvel de volante (carro de som) com potência mínima de 5000 Watts, contendo equipamentos de mesa, crossover, equalizador, potenciais, microfones, reverber para atender as solicitações de propagações dos eventos promovidos pelo 25 TOTAL município, com condutor capacitado e habilitado.	Horas	245	R$100,55	R$24.634,75
TOTAL					R$60.898,25

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para a Secretaria Municipal de Saúde de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de **R$ 60.898,25 (sessenta mil oitocentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Dispensa de Licitação nº 012/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir de **01 de julho de 2026** e vigerá até **01 de julho de 2027**, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme parágrafo do art. 94 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;
6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;
6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.2. CABERÁ À CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) Salários;
b) Seguros de acidentes;
c) Taxas, impostos e contribuições;

d) Frete;
e) Indenizações; e
f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;
6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;
6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;
6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;
6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **Artur Ravanelly de Sousa** inscrita no **CPF: 118.417.134-30.**
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.002 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS
AÇÃO:
2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.005 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
AÇÃO:
2017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 30% FUNDEB
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE:
15001001 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15400000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA
AÇÃO:
2064 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA

NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE:

15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.009 SECRETARIA MUN. DE TURISMO, LAZER
AÇÃO:
1234 INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
1235 INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.012 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E JUVENTUDE
AÇÃO:
2824 FESTIVAIS ARTÍSTICOS EM GERAL
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE:

15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
04.001 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
AÇÃO:
2046 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

16600000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.
14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.
15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS
17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 01 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN
(Contratante)

JR Studio LTDA
JOSÉ DE ARIMAR OLIVEIRA JÚNIOR
Representante Legal
(Contratado)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:0748E60A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 014.2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA
R MAJOR ARTHUR, 73 - CENTRO
Barcelona - RN
C.N.P.J.: 08.002.180/0001-52
MAIO/2026
14/2026

Abre CREDITO SUPLEMENTAR no valor de 108.000,00 (CENTO E OITO MIL REAIS) e dá outras providências.

O(A) Prefeito(a) Municipal de BARCELONA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Nº 496 / 2025,
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto CREDITO SUPLEMENTAR, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

02004 SECRETARIA DE ADMINSTRACAO	
2024 MANUTENCAO DAS ATIV. DA SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
33903900 - 15000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	39.000,00
Soma da Ação:	**39.000,00**
Soma da Unidade:	**39.000,00**
02007 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
2058 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - PRÉ ESCOLA	
44905200 - 15420000 Equipamentos e material permanente	3.000,00
Soma da Ação:	**3.000,00**
2060 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE FUNDAMENTAL	
33903000 - 15001001 Material de consumo	6.000,00
Soma da Ação:	**6.000,00**
Soma da Unidade:	**9.000,00**
03009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
2113 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
31901100 - 15001002 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	60.000,00
Soma da Ação:	**60.000,00**
Soma da Unidade:	**60.000,00**
Total Geral:	**108.000,00**

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos de anulação total e/ou parcial de dotações, de acordo com o previsto no Art. 43, paragrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

02007 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
1071 AQUISICAO DE MOBILIARIO ESCOLAR	
44905200 - 15400001 Equipamentos e material permanente	48.000,00
Soma da Ação:	**48.000,00**
Soma da Unidade:	**48.000,00**
03009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
2113 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
44905200 - 15001002 Equipamentos e material permanente	60.000,00
Soma da Ação:	**60.000,00**
Soma da Unidade:	**60.000,00**
Total Geral:	**108.000,00**

Art. 3º - Este(a) Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Barcelona, Estado Do Rio Grande Do Norte 6 de maio de 2026.

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:3C3412DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
DECRETO 113

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN
Rua Manoel Joaquim de Souza, 434, Centro - Boa Saúde/RN CEP: 59260000 –

DECRETO Nº 113, DE 25 de junho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 91.500,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são onferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente 481/2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com seus efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2026.

BOA SAÚDE/RN, 25 de junho de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**91.500,00**
03 .001 Sec.Mun. de Administracao e Planejamento					**100,00**
	2007 Manutenção do Secretaria Administração e Planejamento				**100,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E			
			15000000	0001	100,00
		CONTRIBUTIVAS			
06 .001 Secretaria Municipal de Educacao					**39.300,00**
	2019 Manutencao das ações do Ensino Fundamental				**38.100,00**

		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	38.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15400000	0001	100,00
	2020 Manutenção da Secretaria de Educação				**1.000,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	1.000,00
	2037 Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil				**100,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15400000	0001	100,00
	2040 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil				**100,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	100,00
07 .001 Secretaria Municipal de Saude					**51.100,00**
	1049 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente				**100,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	100,00
	2062 Manut. das Ativ. Fundo Municipal de Saúde				**36.000,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15021002	0001	36.000,00
	2137 Manutenção das Ações ao Programa Mais Médicos - MÉDICOS PELO BRASIL				**15.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	15.000,00
09 .001 Sec Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos					**1.000,00**
	1115 Construção, Ampliação, Reforma e Melhoria do Mercado Público				**1.000,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
Anexo II (Redução)					**91.500,00**
03 .001 Sec.Mun. de Administracao e Planejamento					**100,00**
	2007 Manutenção do Secretaria Administração e Planejamento				**100,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	100,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educacao					**39.300,00**
	2019 Manutencao das ações do Ensino Fundamental				**100,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	100,00
	2020 Manutenção da Secretaria de Educação				**1.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	1.000,00
	2027 Fortalecimento e Manutenção dos Conselhos Municipal de Educação				**38.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
	2037 Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil				**100,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	100,00
	2040 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil				**100,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	100,00
07 .001 Secretaria Municipal de Saude					**51.100,00**
	1046 Instalação e manutenção de academias de saúde				**36.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16310000	0001	16.000,00
	1049 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente				**100,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16310000	0001	100,00
	2060 Manutenção das atividades Estratégia Saúde da Familia - ESF - Atenção Primária				**10.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	10.000,00
	2137 Manutenção das Ações ao Programa Mais Médicos - MÉDICOS PELO BRASIL				**5.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	5.000,00
09 .001 Sec Mun Infra Estrutura e Serv. Publicos					**1.000,00**
	1016 Construção, Ampliação, Reforma e Melhoria de lagoas de capitação de agua servida				**1.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00

Publicado por:
Lowhan Gustavo Faustino da Silva
Código Identificador:3F0A416A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 046/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 316005/2026

Ao **01º** dia do mês de **JULHO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 009/2026**, **Processo Administrativo 316005/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
SEVENTEC COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **08.784.976/0002-95**, com sede na **RODOVIA GOVERNADOR MARIO COVAS, S/N, KM 279 SALA 339, JACUHY,** CEP **29.161-230,** no Município de **SERRA/ES**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **LUCAS VINICIUS GOMES FIGUEIREDO**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **10xxx168** e CPF nº **091.XXX.XXX-81**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 92.635,00** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID. MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
11	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA – TANQUE DE TINTA** Impressora multifuncional jato de tinta com sistema de tanque de tinta recarregável (bulk ink), nova, sem uso, destinada a atividades administrativas, contendo as seguintes especificações mínimas: Funções: impressão, cópia e digitalização; Tecnologia de impressão: jato de tinta com tanque de tinta integrado; Impressão colorida e monocromática; Resolução mínima de impressão: 4800 x 1200 dpi ou superior; Velocidade mínima de impressão: o Preto: 20 ppm ou superior; o Colorido: 10 ppm ou superior; Scanner tipo mesa (flatbed), resolução óptica mínima de 1200 x 600 dpi; Conectividade mínima: o USB 2.0; o Wi-Fi integrado (802.11 b/g/n ou superior); Compatível com sistemas Windows 10 ou superior; Ciclo mensal recomendado compatível com ambiente administrativo; Sistema bivolt automático; Acompanhada de kit inicial de tintas; Garantia mínima de 12 meses.	BROTHER	UND	97	**R$ 955,00**	**R$ 92.635,00**
VALOR TOTAL (R$)						**R$ 92.635,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes de informática, por meio de sistema de registro de preços, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais, Fundos Municipais e demais unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.
A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**
São participantes os seguintes órgãos:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAUBAS/RN.
Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.
Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.
Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.
Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.
Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento

A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN, 01** de **JULHO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

LUCAS VINICIUS GOMES FIGUEIREDO
Representante Da Empresa

JUDSON AMARAL DE SOUZA
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria Municipal de Educação e Desporto
Fiscal De Contrato

ÍTALO VINÍCIUS DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal de Contrato

JANDSON HENRIQUE DE ARAÚJO
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria Municipal de Administração
Fiscal de Contrato

ELINUZE BRAGA RODRIGUES DOS SANTOS
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Fiscal de Contrato

ODINAEL DE SALES
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria de Transporte e Trânsito
Fiscal de Contrato

RÉRIDA RENATA DE OLIVEIRA SALES
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria de Cultura e Turismo
Fiscal de Contrato

FLÁVIO WAGNER DE OLIVEIRA
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Fiscal de Contrato

ERICK MURILO LOPES PINHEIRO
Portaria Seg N°163/2026-GP
Procuradoria Geral do Município
Fiscal De Contrato

NATALYA MURIELE DIAS MEDEIROS
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria de Governo
Fiscal De Contrato

GUSTAVO FERNANDES SALES
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria de Finanças
Fiscal De Contrato

SEBASTIÃO ALYSON DE ARAÚJO
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria Municipal de Políticas do Campo e Meio Ambiente
Fiscal De Contrato

LAURO GABRIEL ALMEIDA
Portaria Seg N°163/2026-GP
Controladoria Municipal
Fiscal De Contrato

PEDRO ÍTALO LINO FERNANDES
Portaria Seg N°163/2026-GP
Secretaria de Receitas
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D43BE8B1

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 049/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 423001/2026

Aos **29** dias do mês de **JUNHO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 015/2026**, **Processo Administrativo 423001/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
PHOSPODONT LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **04.451.626/0001-75**, com sede na **AV AYRTON SENNA, Nº 526, CAPIM MACIO,** CEP **59.080-100**, no Município de **NATAL/RN**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **717.XXX** e CPF nº **413.XXX.XXX-15**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 18.660,00** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
102	Miconazol 20mg/g creme vaginal c/80g	NATIVITA	UND	2.000	**R$ 9,26**	**R$ 18.520,00**
139	Varfarina sódica 5mg comp.	UNIÃO QUIMICA	UND	1.000	**R$ 0,14**	**R$ 140,00**
VALOR TOTAL						**R$ 18.660,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de medicamentos destinados à atenção primária à saúde e ao atendimento da demanda do hospital regional, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.
A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**
São participantes os seguintes órgãos:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;
Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.
Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.
Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.
Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.
Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento

A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **29** de **JUNHO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA
Representante Da Empresa

MARIA MICAELLY SAMARA PERERIRA
Portaria Seg N°157/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D9C553CF

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 053/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 423001/2026

Aos **29** dias do mês de **JUNHO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 015/2026**, **Processo Administrativo 423001/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
DROGAFONTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **08.778.201/0001-26**, com sede na **ROD BR 101 NORTE, S/N, JARDIM PAULISTA,** CEP **53.409-260**, no Município de **PAULISTA/PE**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS,** portador(a) da Cédula de Identidade nº **7XXX695** e CPF nº **072.XXX.XXX-35**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 383.898,00** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	Acetato de betametasona + fosfato de betametasona injetável 3mg/ml + 3mg/ml	COSMED	AMPOLA	450	**R$ 5,80**	**R$ 2.610,00**
06	Aciclovir 200mg comp.	PHARLAB	UND	3.000	**R$ 0,19**	**R$ 570,00**
08	Ácido fólico 5 mg comp.	HIPOLABOR	UND	50.000	**R$ 0,04**	**R$ 2.000,00**
10	Albendazol 40mg/ml suspenção c/10ml	GEOLAB	FRASCO	3.000	**R$ 1,26**	**R$ 3.780,00**
20	Atenolol 50mg comp.	PRATI	UND	150.000	**R$ 0,05**	**R$ 7.500,00**
24	Azitromicina 200mg/5ml suspensão c/15ml	PHARLAB	FRASCO	4.000	**R$ 7,03**	**R$ 28.120,00**
29	Brometo de itratrópico 0,25mg/ml gotas c/20ml	HIPOLABOR	FRASCO	300	**R$ 1,43**	**R$ 429,00**
31	Bromoprida 10mg/ml c/2ml injetável	HIPOLABOR	AMPOLA	600	**R$ 1,34**	**R$ 804,00**
33	Butilbrometo escopolamina + dipirona injetável c/5ml	HIPOLABOR	AMPOLA	3.000	**R$ 1,48**	**R$ 4.440,00**
34	Butilbrometo escopolamina 20mg/ml injetável	HIPOLABOR	AMPOLA	2.000	**R$ 0,88**	**R$ 1,760,00**
40	Caverdilol 3,125mg comp.	BIOLAB	UND	40.000	**R$ 0,08**	**R$ 3.200,00**
43	Caverdilol 25mg comp.	BIOLAB	UND	75.000	**R$ 0,13**	**R$ 9.750,00**
46	Ceftriaxona 1g injetável intravenoso	BLAU	AMPOLA	6.000	**R$ 3,92**	**R$ 23.520,00**
48	Cetoconazol 20mg/g creme c/20g	HIPOLABOR	UND	4.000	**R$ 2,73**	**R$ 10.920,00**
49	Ciprofloxacino 500mg comp.	PRATI	UND	20.000	**R$ 0,19**	**R$ 3.800,00**
52	Colagenase 0,6U/g c/30g pomada	CRISTALIA	UND	400	**R$ 16,97**	**R$ 6.788,00**
54	Dexametasona 1mg/g creme c/10g	HIPOLABOR	UND	3.000	**R$ 1,72**	**R$ 5.160,00**
56	Dexametasona 4mg/ml injetável c/2,5ml	HYPOFARMA	AMPOLA	20.000	**R$ 0,78**	**R$ 15.600,00**
58	Diclofenaco de sódio 75mg/3ml injetável c/3ml	HYPOFARMA	AMPOLA	8.000	**R$ 0,74**	**R$ 5.920,00**
60	Dimenidrato 3mg/ml + piridoxina 5mg/ml + glicose 100mg/ml + frutose 100mg/ml injetável	COSMED	AMPOLA	1.000	**R$ 8,93**	**R$ 8.930,00**
65	Enalapril 10mg comp.	HIPOLABOR	UND	300.000	**R$ 0,04**	**R$ 12.000,00**
72	Furosemida 10mg/ml solução injetável c/2ml	SANTISA	AMPOLA	5.000	**R$ 0,62**	**R$ 3.100,00**
73	Furosemida 40mg comp.	HIPOLABOR	UND	80.000	**R$ 0,05**	**R$ 4.000,00**
74	Glibenclamida 5mg comp.	GEOLAB	UND	200.000	**R$ 0,03**	**R$ 6.000,00**
76	Hidrocortisona 500mg injetavel	BLAU	AMPOLA	1.800	**R$ 4,90**	**R$ 8.820,00**
77	Hidroxido de alumínio 60mg/ml suspenção oral c/ 100ml	NATULAB	FRASCO	2.000	**R$ 2,63**	**R$ 5.260,00**
79	Ibuprofeno 50mg/ml gotas c/20ml	BRAINFARMA	FRASCO	4.000	**R$ 2,23**	**R$ 8.920,00**
89	Levonogestrel + Etinilestradiol 0,15mg + 0,03 comp.	BIOLAB	UND	40.000	**R$ 0,11**	**R$ 4.400,00**
90	Lidocaina 100mg/5g geleia 2% via uretal c/30g	BRAINFARMA	UND	700	**R$ 4,55**	**R$ 3.185,00**

92	Loratadina 10mg comp.	GEOLAB	UND	10.000	**R$ 0,07**	**R$ 700,00**
94	Metformina 500mg comp.	VITAMEDIC	UND	400.000	**R$ 0,10**	**R$ 40.000,00**
95	Metformina 850mg comp.	PRATI	UND	500.000	**R$ 0,11**	**R$ 55.000,00**
96	Metildopa 250mg comp.	HIPOLABOR	UND	30.000	**R$ 0,55**	**R$ 16.500,00**
99	Metoclopramida 10mg/2ml solução injetável c/2ml	HALEX	AMPOLA	1.000	**R$ 0,62**	**R$ 620,00**
104	Nifedipino 10mg comp.	BRAINFARMA	UND	8.000	**R$ 0,08**	**R$ 640,00**
105	Nifedipino 20mg comp.	BRAINFARMA	UND	8.000	**R$ 0,08**	**R$ 640,00**
109	Noretisterona 0,35mg comp.	BIOLAB	UND	6.000	**R$ 0,22**	**R$ 1.320,00**
110	Óleo Mineral c/100ml	CRISTALIA	UND	400	**R$ 3,15**	**R$ 1.260,00**
112	Paracetamol 500mg comp.	HIPOLABOR	UND	15.000	**R$ 0,06**	**R$ 900,00**
118	Polivitamínico do complexo B solução injetável c/2ml	HYPOFARMA	AMPOLA	4.000	**R$ 0,99**	**R$ 3.960,00**
121	Prednisona 5mg comp.	BRAINFARMA	UND	10.000	**R$ 0,06**	**R$ 600,00**
122	Prednisona 20mg comp.	BRAINFARMA	UND	20.000	**R$ 0,15**	**R$ 3.000,00**
124	Sais para reidratação oral em pó (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5mg+ citrato de sódio 2,9g + glicose 20g) sabor natural, envelope c/27,9g	PHARMASCIEN	UND	2.000	**R$ 0,71**	**R$ 1.420,00**
127	Simeticona 75mg/ml c/10ml gotas	HIPOLABOR	FRASCO	300	**R$ 1,24**	**R$ 372,00**
128	Sinvastatina 20mg comp.	SANDOZ	UND	200.000	**R$ 0,07**	**R$ 14.000,00**
129	Sinvastatina 40mg comp.	PHARLAB	UND	200.000	**R$ 0,11**	**R$ 22.000,00**
132	Succionato de metoprolol 100mg comp.	BIOLAB	UND	20.000	**R$ 0,60**	**R$ 12.000,00**
133	Sulfadiazina de prata 10mg/g creme dermatológico c/30g	PRATI	UND	1.000	**R$ 4,18**	**R$ 4.180,00**
138	Sulfato ferroso 40mg comp.	NUNESFARMA	UND	70.000	**R$ 0,05**	**R$ 3.500,00**
VALOR TOTAL						**R$ 383.898,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de medicamentos destinados à atenção primária à saúde e ao atendimento da demanda do hospital regional, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**

São participantes os seguintes órgãos:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.

Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.

Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.

Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.
As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento
A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **29** de **JUNHO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS
Representante da Empresa

MARIA MICAELLY SAMARA PERERIRA
Portaria SEG N°157/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal de Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:CC266BDE

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 055/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 423001/2026

Aos **29** dias do mês de **JUNHO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 015/2026**, **Processo Administrativo 423001/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
PHARMAPLUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **03.817.043/0001-52**, com sede na **RUA JOÃO DOMINGOS SOBRINHO, Nº 91, MANOELA VALADARES,** CEP **56.804-644**, no Município de **AFOGADOS DA INGAZEIRA/PE**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **JOSEPH DOMINGOS DA SILVA,** portador(a) da Cédula de Identidade nº **1XXX052** e CPF nº **125.XXX.XXX-04**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 7.400,00** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
23	Atorvastatina 40mg comp.	EMS	UND	20.000	R$ 0,37	R$ 7.400,00
VALOR TOTAL						R$ 7.400,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de medicamentos destinados à atenção primária à saúde e ao atendimento da demanda do hospital regional, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.
A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**
São participantes os seguintes órgãos:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;
Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.
Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.
Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.
Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.
Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.
CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.
As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento
A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **29** de **JUNHO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

JOSEPH DOMINGOS DA SILVA
Representante da Empresa

MARIA MICAELLY SAMARA PERERIRA
Portaria Seg N°157/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:076D2DD2

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 060/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 423001/2026

Aos **29** dias do mês de **JUNHO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 015/2026**, **Processo Administrativo 423001/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
ALMEIDA FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **40.455.009/0001-01**, com sede na **AV VEREDA DOS BURITIS, Nº 877, LOT MOINHO DOS VENTOS,** CEP **74.371-525**, no Município de **GOIANIA/GO**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **WELDER DOS REIS IRIAS DE ALMEIDA,** portador(a) da Cédula de Identidade nº **6XXX4** e CPF nº **004.XXX.XXX-58**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 426.518,00** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
83	Insulina Glargina 100U/ml c/ refil de 3ml	LANTUS	FRASCO	2.000	**R$ 83,00**	**R$ 166.000,00**
84	Insulina Glargina 100U/ml caneta de 3ml	BASAGLAR	FRASCO	2.200	**R$ 57,15**	**R$ 125.730,00**
85	Insulina Lipros 100UI/ml caneta de 3ml	HUMALOG	FRASCO	1.200	**R$ 59,59**	**R$ 71.508,00**
86	Insulina Lipros 100UI/ml refil de 3ml	HUMALOG	FRASCO	1.000	**R$ 63,28**	**R$ 63.280,00**
VALOR TOTAL						**R$ 426.518,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de medicamentos destinados à atenção primária à saúde e ao atendimento da demanda do hospital regional, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.
A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**
São participantes os seguintes órgãos:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;
Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.
Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.
Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.
Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.

Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento

A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **29** de **JUNHO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

WELDER DOS REIS IRIAS DE ALMEIDA
Representante da Empresa

MARIA MICAELLY SAMARA PERERIRA
Portaria SEG N°157/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal de Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:A45DBE6E

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 113/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 113,
DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.559/2025, no art. 6º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 20% (vinte por cento);
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total, nos termos do arts.7, 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 01 de julho de 2026

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**300.000,00**
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**60.000,00**
	2149 Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - Creche				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	20.000,00
	2152 Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - Ensino Fundamental				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	40.000,00
10 .001 Secretaria Municipal de Infra-Estrutra e Serviço P					**240.000,00**
	2012 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**210.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	190.000,00
	2177 Aquisição e Manutenção de Maquinas, veículos e implementos				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**300.000,00**

08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**60.000,00**
	2010 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal...				**60.000,00**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001		60.000,00
10 .001 Secretaria Municipal de Infra-Estrutra e Serviço P					**240.000,00**
	1065 Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos				**5.000,00**
	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001		5.000,00
	1066 Construção, Ampliação e Reforma de Cemitérios				**13.000,00**
	4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001		8.000,00
	4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001		5.000,00
	2012 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**106.835,01**
	4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001		106.835,01
	2069 Manutenção dos Serviços de iluminação pública				**10.000,00**
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001		10.000,00
	1072 Construção e implantação do aterro sanitário municipal				**20.567,99**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001		20.567,99
	2070 Manutenção das Atividades de Limpeza Pública nas Zonas Urbana e Rural				**8.966,00**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001		8.966,00
	1134 Construção, Ampliação e Reforma de Praças Públicas.				**45.631,00**
	4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001		10.651,00
	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001		14.980,00
	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001		20.000,00
	2177 Aquisição e Manutenção de Maquinas, veículos e implementos				**20.000,00**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001		10.000,00
	4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001		10.000,00
	1138 Construções e Manutenção de Galpões Industriais Têxteis				**10.000,00**
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001		10.000,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:111497E4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 837, DE 15 DE JUNHO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo sob nº 0803635-67.2025.8.20.5103;

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 226/2026-ASSEJUR/PMCN, de 10/06/2026, protocolizado sob o nº 16.626/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder promoção por avanço vertical para o nível imediatamente superior, a(a) servidor(a) do Magistério Público Municipal, em virtude de obtenção de titulação especificada nos termos do artigo 43 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível atual	Progressão para o Nível
Maria de Fátima Silva	2749	SME	02/08/2010	PROF. PNS-II "F"	PROF.PNE-III "F"

Parágrafo único: O enquadramento funcional mencionado no caput deste artigo decorre em razão do Diploma de Pós Graduação em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, ministrado sob a responsabilidade da Faculdade Focus, realizado no período de 17 de setembro de 2024 a 16 de março de 2015, com carga horária de 420 horas.

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 15 de junho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:B5A20AD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 872, DE 23 DE JUNHO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, protocolizado sob o nº 3.597/2021, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 18.206/2026			
SERVIDOR: Francisco Barbosa da Silva	MATRÍCULA: 2221		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 23/06/2026	HORA: 3h	PREVISÃO DE RETORNO: 23/06/2026	HORA: 16h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem transportando os pacientes para realizar retorno cirúrgico na cidade de Natal/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor total condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 23 de junho de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:AA83B869

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 591/2026

DECRETO Nº 591, DE 04 de maio de 2026

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, o crédito suplementar no valor de R$ 491.228,95, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Felipe Guerra/RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nº 625/2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 491.228,95 (quatrocentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e cinco centavos) às dotações especificadas no Anexo I e II deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:
I - 491.228,95 (quatrocentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e cinco centavos), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo I e II que é parte integrante do presente instrumento.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com data retroativa a 04 de maio de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Felipe Guerra/RN, 04 de maio de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I E II

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**491.228,95**
01 .001 Câmara Municipal					**62.000,00**
	2001 Manutenção das Atividades da Câmara				**62.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	42.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
02 .001 Gabinete do Prefeito					**6.000,00**
	2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do prefeito				**6.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	6.000,00
03 .001 Secretaria Munic.de Administ e Recursos Humanos					**23.600,00**
	2004 Manutenção da Sec. Municipal de Administração e Recursos Humanos				**23.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	20.000,00
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**65.978,95**
	2006 Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças				**65.978,95**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	64.478,95
05 .001 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					**103.100,00**

	2012 Manutenção das Atividades da Sec. de Educação				**92.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	17.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	45.000,00
	2014 Manutenção do Ensino Básico (Infantil e Fundamental)				**11.100,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17040000	0001	11.100,00
06 .001 Secreta. Munic.de Obras Públicas e Infraestrutura					**20.000,00**
	2026 Manutenção da Sec. Municipal de Infra- Estrutura e Obras Públicas				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
07 .001 Secretaria Munic. de Agricult. e Meio Ambiente					**5.550,00**
	2029 Manut. da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				**1.550,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.550,00
	2030 Manutenção do Abastecimento de Agua nas Comunidades Rurais				**4.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	4.000,00
08 .001 Secretaria Municipal de Turismo e Eventos					**10.000,00**
	2034 Manutenção das Atividades da Sec. Municipal do Turismo e Eventos				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	10.000,00
13 .001 Fundo Municipal de Saúde					**121.600,00**
	1022 Aquisição equipamentos para Unidade de Saúde				**5.100,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16310000	0001	5.100,00
	2049 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde				**96.500,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	12.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17040000	0001	4.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	70.000,00
	2094 Assistência a População com Serviços de Saúde Publica				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	20.000,00
14 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**42.700,00**
	2058 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17040000	0001	10.000,00
	2060 Primeira Infância no SUAS-CRIANÇA FELIZ				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
	1028 Programa Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS Zona Urbana e Rura				**30.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	17040000	0001	30.000,00
	2062 Bloco de Gestão do SUAS - IGD-SUAS				**700,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	700,00
	2066 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Ùnico				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
15 .001 Fundo de Previdencia e Assistencia					**700,00**
	2071 Manutenção do Fundo de Previdência e Assistência Municipal				**700,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	700,00
18 .001 Fundo Muni. dos Direitos do Idoso					**30.000,00**
	2077 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso				**30.000,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	16690000	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**491.228,95**
01 .001 Câmara Municipal					**62.000,00**
	2001 Manutenção das Atividades da Câmara				**62.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15000000	0001	45.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	7.000,00
02 .001 Gabinete do Prefeito					**6.000,00**
	2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do prefeito				**6.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	6.000,00
03 .001 Secretaria Munic.de Administ e Recursos Humanos					**23.600,00**
	2004 Manutenção da Sec. Municipal de Administração e Recursos Humanos				**23.600,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	3.600,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	17040000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17040000	0001	10.000,00
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**65.978,95**
	2006 Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças				**25.978,95**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	15.978,95
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
	2007 Parcelamento Junto ao INSS				**40.000,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	40.000,00
05 .001 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					**103.100,00**
	2012 Manutenção das Atividades da Sec. de Educação				**5.600,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	5.600,00
	2014 Manutenção do Ensino Básico (Infantil e Fundamental)				**30.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	30.000,00
	2015 Manutenção do FUNDEB 70%				**41.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	41.000,00
	2016 Manutenção do FUNDEB 30%				**15.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	15.000,00
	1003 Construção, Ampliação e Reformas de Unidade de Ensino infantil/fundamental				**5.500,00**
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17040000	0001	5.500,00
	2024 Manutenção do Ensino Infantil 70%				**6.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	6.000,00
06 .001 Secreta. Munic.de Obras Públicas e Infraestrutura					**20.000,00**
	2026 Manutenção da Sec. Municipal de Infra- Estrutura e Obras Públicas				**20.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	10.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
07 .001 Secretaria Munic. de Agricult. e Meio Ambiente					**5.550,00**
	2029 Manut. da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				**5.550,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.550,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	4.000,00
08 .001 Secretaria Municipal de Turismo e Eventos					**10.000,00**
	2034 Manutenção das Atividades da Sec. Municipal do Turismo e Eventos				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	5.000,00

		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	5.000,00
13 .001 Fundo Municipal de Saúde					**151.600,00**
	1024 Aquisição de Veículo eou ambulância				**5.100,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16310000	0001	5.100,00
	2049 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde				**45.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	35.000,00
	2051 Manutenção do Programa de Atenções Básicas Saúde				**24.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	14.500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17040000	0001	10.000,00
	2052 Programa Agente Comunitário de Saúde				**16.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	16.500,00
	2079 Programa integrada de atendimento ao idoso Felipense				**30.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	30.500,00
	2089 Programa TEAcolher				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16690000	0001	30.000,00
14 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**42.700,00**
	2058 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**11.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	10.000,00
	2060 Primeira Infância no SUAS-CRIANÇA FELIZ				**1.700,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.700,00
	2068 Gestão de Benefícios Eventuais				**30.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17040000	0001	30.000,00
15 .001 Fundo de Previdencia e Assistencia					**700,00**
	2071 Manutenção do Fundo de Previdência e Assistência Municipal				**700,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	700,00

Publicado por:
Janailson Romao de Freitas
Código Identificador:A5D4BCC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026 REPLUBICADA PARA CORREÇÃO.

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, com sede na Rua João Batista Gurgel, 97 – Centro – Felipe Guerra/RN – 59795-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.086/0001-74, **,** por seus representantes legais, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** para **REGISTRO DE PREÇOS nº 9/2026**, publicada no **29/06/2026,** processo administrativo nº **413198**/**2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, conforme o caso, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 442 de 17 de janeiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a **Formação de registro de preços para eventual e/ou futura contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de Materiais e Reagentes de Laboratório, a fim de atender às necessidades da Unidade Integrada de Saúde (Dr. Eilson Gurgel do Amaral), por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência) e no respectivo instrumento convocatório.**, especificado (s) no(s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I *do edital de* ***Licitação nº 9/2026,*** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **MARQ TECH COMERCIO E SERVICOS LTDA ME**						
CNPJ: **07.969.641/0001-06**						
Endereço: **Rua Frei Miguelinho, 811A Doze Anos, Mossoró/RN, CEP: 59600-000**						
Representante: **MARQUIDONES VALAMIRA FERNANDES** - CPF: **537.619.104-44**						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Vlr. Total(R$)
1	SORA ANTI-A MONOCLONAL (ABO+Rh) 10ML	EBRAM	Kit	6	R$ 36,88	R$ 221,28
2	SORA ANTI-B MONOCLONAL (ABO+Rh) 10ML	EBRAM	Kit	6	R$ 36,88	R$ 221,28
9	REAGENTE TRIGLICERIDEOS ENZIMÁTICO 500ML (V)	VIDA	Kit	8	R$ 350,00	R$ 2.800,00
13	REAGENTE CREATININA CINETICA AUTOMAÇÃO 250ML(V)	VIDA	Kit	8	R$ 54,00	R$ 432,00
14	REAGENTE TGO (AST) 100ML(V)	VIDA	Kit	8	R$ 72,00	R$ 576,00
15	REAGENTE TGP (ALT) 100ML(V)	VIDA	Kit	8	R$ 72,00	R$ 576,00
16	REAGENTE GAMA-GT 100(V)	VIDA	Kit	6	R$ 80,00	R$ 480,00
19	REAGENTE PROTEINAS TOTAIS 250ML(V)	VIDA	Kit	6	R$ 46,80	R$ 280,80
26	REAGENTE PCR TURBIDIMETRICO 50ML(V)	VIDA	Unidade	12	R$ 340,00	R$ 4.080,00
29	TUBO LI EDTA K3 4ML VACUO PLAST. ROXO C/ 100 (GT)	BIOSUL	Caixa	40	R$ 49,89	R$ 1.995,60
30	TUBO LI GEL 5ML VÁCUO PLAST. AMARELO C/ 100 (GT)	BIOSUL	Caixa	40	R$ 104,99	R$ 4.199,60
31	FITA(TIRA) REATIVAS DE URINA URICOLOR CHECK 100 TIRAS(W)	WAMA	FRASCO	10	R$ 35,00	R$ 350,00
33	GAZE ROLO 9 FIOS 91MMX91MT PEROLADO BIOTEXTIL, TIPO QUEIJO.	BIOTEXTIL	Pacote	3	R$ 58,93	R$ 176,79
34	FITAS BHCG 25UIML, CX C/ 100	VIDA	Caixa	6	R$ 51,00	R$ 306,00
35	BOBINAS P/ URIT-5160/V COUNT 3000/KX-21 BRANCA	MARQTECH	Caixa	2	R$ 4,17	R$ 8,34
36	CUBETA DE AMOSTRA (COPO DE SORO) 3ML	VIDA	Unidade	400	R$ 19,00	R$ 7.600,00
38	ADESIVO PÓS-COLETA, CX C/ 500 UND	MEDIX BRASIL	Caixa	6	R$ 25,35	R$ 152,10

R$ 24.455,79 (vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e nove centavos)

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será o próprio titular da Ata.
m do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação de seus quantitativos, desde comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da lei Nº14.133 de 2021.ppodendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Será incluído na ata, na forma de anexo (Cadastro de Reserva), o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços também no Portal da Transparência.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.XO *ao edital ou ao aviso de contratação direta, o caso.*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de it será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado simplificada e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Felipe Guerra/RN, **Datada Eletronicamente**

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
CPF: XXX.752.184-XX
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MARQUIDONES VALAMIRA FERNANDES
CPF: XXX.619.104-XX
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:A68FFEBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 12 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, com sede na Rua João Batista Gurgel, 97 – Centro – Felipe Guerra/RN – 59795-00, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.086/0001-74, **,** por seus representantes legais, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** para **REGISTRO DE PREÇOS nº 9/2026**, publicada no **29/06/2026,** processo administrativo nº **413198/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, conforme o caso, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 442 de 17 de janeiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **Formação de registro de preços para eventual e/ou futura contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de Materiais e Reagentes de Laboratório, a fim de atender às necessidades da Unidade Integrada de Saúde (Dr. Eilson Gurgel do Amaral), por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência) e no respectivo instrumento convocatório.**, especificado (s) no(s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I *do edital de **Licitação nº 9/2026,*** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **SHL - SAUDE HOSPITALAR E LABORATORIAL**	
CNPJ: **41.733.464/0001-94**	Telefone: **3133175617**
Endereço: **RUA MUCURI 191, 191 CASA, FLORESTA, BELO HORIZONTE/MG, CEP: 31150-190**	
Representante: **GILDASIO ANTONIO FAGUNDES CANELA**- CPF: **842.171.976-91**	

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	REAGENTE VDRL 5,0 ML	RENYLAB	Kit	6	49,990	299,94

4	VIDACON N 1X5 ML (V)	VIDA	Unidade	400	74,990	29.996,00
5	VIDACAL NIVEL 1, DE 1X5ML(V)	VIDA	Unidade	300	99,990	29.997,00
6	CONTROLE TURBIDIMETRICO PARA PCR 2X1 ML (V)	VIDA	Unidade	250	319,990	79.997,50
7	REAGENTE GLICOSE ENZIMATICA 500ML	VIDA	Kit	8	69,990	559,92
8	REAGENTE COLESTEROL TOTAL ENZIMÁTICO MONO 500(V)	VIDA	Kit	8	249,990	1.999,92
11	REAGENTE ACIDO URICO ENZIMÁTICO MONO 200ML	VIDA	Kit	6	72,990	437,94
12	REAGENTE UREIA UV 200ML (V)	VIDA	Kit	8	99,990	799,92
17	REAGENTE FOSFATASE ALCALINA CINÉTICA UV 100 ML(V)	VIDA	Kit	6	69,990	419,94
18	REAGENTE DESIDROGENASE LÁTICA LDH UV 50 ML (B)	VIDA	Kit	6	72,990	437,94
20	REAGENTE ALBUMINA MONOREAGENTE 200ML (V)	VIDA	Kit	6	39,990	239,94
21	REAGENTE BILIRRUBINA TOTAL DPD 100ML (V)	VIDA	Kit	6	77,990	467,94
22	REAGENTE BILIRRUBINA DIRETA DPD 100ML (V)	VIDA	Kit	6	77,990	467,94
23	REAGENTE CK SEM COLESTEROL 50ML(V)	VIDA	Kit	8	149,990	1.199,92
25	REAGENTE CÁLCIO ARSENAZO 100ML(V)	VIDA	Unidade	12	74,970	899,64
28	REAGENTE ALFA AMILASE 60ML (V)	VIDA	Unidade	8	260,990	2.087,92
37	IMUNORÁPIDO TROPONINA I-25 TESTE(W)	MEDTEST	Caixa	6	118,990	713,94

R$ 151.023,26 (cento e cinquenta e um mil e vinte e três reais e vinte e seis centavos)

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.1. O órgão gerenciador será o próprio titular da Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir da sua assinatura, com eficácia legal apôs a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação de seus quantitativos, desde comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da lei Nº14.133 de 2021.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Será incluído na ata, na forma de anexo (Cadastro de Reserva), o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços também no Portal da Transparência.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos
, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis

ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades
, conforme o caso.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência,
No caso de adjudicação por preço global de grupo de it será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado simplificada e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Felipe Guerra/RN, **Datada Eletronicamente**
Assinaturas

Salomão Gomes de Oliveira CPF: XXX.752.184-XX
Representante legal do órgão gerenciador

GILDASIO ANTONIO FAGUNDES CANELA
842.171.976-91
Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:5146A2E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CRÉDITOS ADICIONAIS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO SUPLEMENTAR

PORTARIA Nº 455, DE 02 de julho de 2026

Altera o “Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD” da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Guamaré/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 4.517.402,66 (quatro milhões, quinhentos e dezessete mil, quatrocentos e dois reais e sessenta e seis centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de abril de 2026, revogados as disposições em contrário.

Guamaré/RN, 02 de julho de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.517.402,66**
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO					**30.000,00**
	2007 APOIAR AS ATIV. DA SEC. DE ADMINITRACAO				**30.000,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	30.000,00
02 .027 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**4.471.102,66**
	2044 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE				**915.280,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	890.280,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	15.000,00
	2325 PROGRAMA AGENTE COMUNITARIOS DE ENDEMIAS				**300.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	300.000,00
	2331 PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA				**543.092,66**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	14.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	523.692,66
	2356 DISTRIBUIÇÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS EM SAUDE				**15.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	15.500,00
	2008 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR				**695.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	695.000,00
	2009 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA				**2.000.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	2.000.000,00
	2012 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS				**2.230,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.230,00
02 .028 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**16.300,00**
	2058 APOIAR AS ATIVIDADES SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL				**11.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	11.500,00
	2304 APOIAR AS ATIVIDADES DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL				**800,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	800,00
	2013 APOIAR AS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	2.000,00
	2017 FORTALECER E APOIAR AS ATIVIDADES DO PBF E DO CADASTRO ÚNICO				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
	2029 OFERTAR APOIO AS FAMILIAS				**1.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
Anexo II (Redução)					**4.517.402,66**
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO					**30.000,00**
	2007 APOIAR AS ATIV. DA SEC. DE ADMINITRACAO				**13.406,03**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	9,99
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	99,99
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	251,96
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	44,09
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
	2205 CAPACITACAO E FORM CONTN DOS SERVIDORES PUBLICOS				**5.005,66**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.005,66
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
	2206 CAPACITACAO E FORMACAO CONTIN DOS GESTORES PUBLICO				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2266 CONCURSO PUBLICO				**6.588,31**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.588,31
02 .027 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**4.471.102,66**
	1281 CONSTRUCAO, REFORMA,AMPLIACAO E MANUT.UNID.SAUDE				**200.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	100.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	100.000,00
	2044 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE				**222.695,09**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	10.695,09
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	60.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	150.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	2.000,00
	2201 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE				**205.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	200.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	5.000,00
	2275 MANUTENCAO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE				**10.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.000,00
	2278 MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL				**561.590,03**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	331.597,34
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	55.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	174.992,69
	2316 PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA				**5.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	5.000,00
	2325 PROGRAMA AGENTE COMUNITARIOS DE ENDEMIAS				**45.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	45.000,00
	2327 OPERACAO E MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	5.000,00
	2329 PROGRAMA DE PROMOCAO A SAUDE - ALIMENTACAO E NUTRI				**100.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	100.000,00
	2331 PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA				**788.842,59**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	142.955,39
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	19.999,99
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.944,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	337.712,21
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16000000	0001	85.231,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16050000	0001	100.000,00
	2356 DISTRIBUIÇÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS EM SAUDE				**150.770,05**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	150.770,05
	2370 APOIAR AS ACOES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	5.000,00
	2391 CENTRO ESPECIALIZAÇÃO EM REABILITAÇÃO				**585.588,93**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	12.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	410.027,24
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	153.561,69
	2006 MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA				**583,33**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	583,33
	2008 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR				**707.830,81**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	355.767,13
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	260.028,77
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	15.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16320000	0001	76.534,91
	2011 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO				**278.692,50**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	3.692,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	100.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	165.000,00
	2012 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS				**212.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	12.000,00
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001002	0001	200.000,00
	2313 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				**373.109,33**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	368.109,33
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.000,00
	2236 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE REABILITAÇÃO ORAL				**14.400,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	14.400,00
02 .028 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**16.300,00**
	2058 APOIAR AS ATIVIDADES SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL				**11.500,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15000000	0001	10.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
	2017 FORTALECER E APOIAR AS ATIVIDADES DO PBF E DO CADASTRO ÚNICO				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
	2018 APOIAR AS ATIVIDADES DO CRAS / PAIF				**2.800,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15000000	0001	800,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	2.000,00
	2029 OFERTAR APOIO AS FAMILIAS				**1.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.000,00

Publicado por:
Samarone Silva Santos
Código Identificador:7658763F

CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CRÉDITOS ADICIONAIS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 22, DE 02 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 4.643.967,18, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Guamaré/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 4.643.967,18 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de abril de 2026, revogados as disposições em contrário.

Guamaré/RN, 02 de julho de 2026

852.482.904-49
HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor

Anexo I (Acréscimo)					**4.643.967,18**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL					**15.000,00**
	2002 APOIAR AS ATIV DA SEC. DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL				**15.000,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	15.000,00
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO					**334.056,87**
	2007 APOIAR AS ATIV. DA SEC. DE ADMINITRACAO				**334.056,87**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	332.924,87
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.032,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
02 .004 SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL					**417.064,08**
	2010 APOIAR AS ATIV. DA SEC. MUN. DESENV. RURAL				**417.064,08**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	152.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	229.925,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	34.639,08
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**271.952,00**
	2036 APOIAR AS ATIV DA SEC. DE ESPOR, LAZER E JUVENTUDE				**271.952,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	18.421,14
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	98.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	140.280,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	15.250,86
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS					**1.514.074,64**
	2038 APOIAR ATIVIDADES SEC. DE OBRAS E SERVICOS URBANOS				**263.426,04**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	263.426,04
	2319 MANUTENCAO DA LIMPEZA PUBLICA				**896.496,63**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	896.496,63
	1031 CONSTRUCAO DE UM CEMITÉRIO PUBLICO				**354.151,97**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	256.812,29
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	97.339,68
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRANSITO					**214.000,00**
	2040 APOIAR ATIV. DA SEC. MUN. DE TRANSPORTE E TRANSITO				**214.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	214.000,00
02 .011 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO					**329.090,77**
	2067 APOIAR AS ATIV. DA SECRETARIA DE TURISMO				**229.090,77**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.081,44
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	209.856,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	14.819,54
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	3.333,79
	2242 PROMOÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
02 .012 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTACAO					**21.664,00**
	2332 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO				**21.664,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	64,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	21.600,00
02 .013 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO					**7.372,00**
	2078 APOIAR ATIV.DA SEC. MEIO AMBIENTE E URBANISMO				**7.372,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.372,00
02 .014 SEC MUN DE IND, COM, SERV, ENER E PROJET ESPECIAIS					**175.570,50**
	2084 APOIAR ATIV SEC. IND, COM, SERV, ENERG E PROJ ESP				**175.570,50**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.190,50
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	172.380,00
02 .017 SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULACAO INSTITUCIONAL					**18.000,00**
	2345 APOIAR AS ATIVIDADES DA SEC. DE ARTICULACAO INSTIT				**18.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	18.000,00
02 .019 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E CARCINICULTURA					**11.000,00**
	2343 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETRIA DE PESCA E CARCINICULTURA				**11.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	11.000,00
02 .020 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS					**23.129,17**
	2349 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANCAS				**23.129,17**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	23.129,17
02 .023 GABINETE DO VICE PREFEITO					**2.500,00**
	2347 APOIAR AS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE PREFEITO				**2.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
02 .025 SEC MUN DE SEGURANCA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL					**38.964,80**
	2392 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL				**38.964,80**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.050,90
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	37.913,90
02 .026 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**1.081.965,85**
	2021 APOIAR AS ATIVIDADES DA SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO				**52.947,85**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	9.013,18
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	43.934,67
	2026 MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO - QSE				**24.018,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	18,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	24.000,00
	2193 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FUNDEB 30%				**1.000.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	1.000.000,00
	2152 INCENT A CULT APOIO AS BANDAS MARCIAIS NAS ESCOLAS				**5.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	5.000,00
02 .028 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**168.562,50**
	2058 APOIAR AS ATIVIDADES SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL				**142.880,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	142.880,00
	2018 APOIAR AS ATIVIDADES DO CRAS / PAIF				**25.682,50**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	25.682,50
Anexo II (Redução)					**4.643.967,18**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL					**42.600,00**
	2002 APOIAR AS ATIV DA SEC. DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL				**27.600,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	7.600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	1282 MARKETING INSTITUCIONAL				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00

02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO					**438.570,77**
	2007 APOIAR AS ATIV. DA SEC. DE ADMINITRACAO				**438.570,77**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	20.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	268.470,77
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	50.100,00
02 .004 SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL					**278.064,08**
	2010 APOIAR AS ATIV. DA SEC. MUN. DESENV. RURAL				**34.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	34.000,00
	2286 CORTE DE TERRA				**244.064,08**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	244.064,08
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**39.072,00**
	2036 APOIAR AS ATIV DA SEC. DE ESPOR, LAZER E JUVENTUDE				**21.837,56**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	19.006,24
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.831,32
	2311 MANUTENCAO DA ESCOLINHA LIVRO NA MAO, BOLA NO PE				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2323 ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER PARA IDOSOS				**7.234,44**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.819,54
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.414,90
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS					**1.947.954,64**
	1073 AMPLIACAO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA				**135.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	135.000,00
	1320 REFORMA E MANUTENCAO DE PREDIOS E EQUIPAMENTOS PUBLICOS				**145.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	65.000,00
	2038 APOIAR ATIVIDADES SEC. DE OBRAS E SERVICOS URBANOS				**70.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	4.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	51.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.500,00
	2249 INSTALACAO E MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA				**25.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	25.000,00
	2319 MANUTENCAO DA LIMPEZA PUBLICA				**1.218.302,67**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	19.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	334.880,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	864.422,67
	1031 CONSTRUCAO DE UM CEMITÉRIO PUBLICO				**354.151,97**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	354.151,97
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRANSITO					**124.000,00**
	1277 RENOVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO PÚBLICA				**18.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
	2040 APOIAR ATIV. DA SEC. MUN. DE TRANSPORTE E TRANSITO				**58.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2285 MANUTENCAO DA FROTA DE VEICULOS MUNICIPAIS				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	40.000,00
	2324 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
02 .011 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO					**249.090,77**
	2067 APOIAR AS ATIV. DA SECRETARIA DE TURISMO				**7.256,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	256,00
	2241 SINALIZACAO TURISTICA DO MUNICIPIO				**8.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.000,00
	2242 PROMOÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS				**208.834,77**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	208.834,77
	2398 PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
	2330 MARKETING INSTITUCIONAL DO TURISMO				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
02 .012 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTACAO					**14.064,00**
	2332 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO				**14.064,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	9.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.064,00
02 .013 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO					**7.372,00**
	2078 APOIAR ATIV.DA SEC. MEIO AMBIENTE E URBANISMO				**7.372,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	7.372,00
02 .014 SEC MUN DE IND, COM, SERV, ENER E PROJET ESPECIAIS					**7.690,50**
	1273 CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES				**7.690,50**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.690,50
02 .016 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**32.000,00**
	2344 APOIAR AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNI				**32.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	32.000,00
02 .019 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E CARCINICULTURA					**11.000,00**
	2343 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETRIA DE PESCA E CARCINICULTURA				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
	2015 INCENTIVO A ATIVIDADE PESQUEIRA				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00

		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.000,00
02 .020 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS					**23.129,17**
	2204 AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA				**23.129,17**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	23.129,17
02 .021 CONSULTORIA GERAL DO MUNICIPIO					**6.000,00**
	2346 APOIAR AS ATIVIDADES DA CONSULTORIA GERAL DO MUNICÍPIO				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
02 .023 GABINETE DO VICE PREFEITO					**2.500,00**
	2347 APOIAR AS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE PREFEITO				**2.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.500,00
02 .025 SEC MUN DE SEGURANCA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL					**2.450,90**
	2392 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL				**2.450,90**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	400,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.050,90
02 .026 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**1.081.965,85**
	2021 APOIAR AS ATIVIDADES DA SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO				**76.947,85**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	9.013,18
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	67.934,67
	2026 MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO - QSE				**18,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	18,00
	2193 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FUNDEB 30%				**95.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	95.000,00
	2369 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	100.000,00
	2382 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 30% - CRECHE				**625.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	500.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	125.000,00
	2384 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 30%-PRÉ- ESCOLA				**120.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	100.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	20.000,00
	2386 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 30% - EJA				**60.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	50.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	10.000,00
	2152 INCENT A CULT APOIO AS BANDAS MARCIAIS NAS ESCOLAS				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
02 .028 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**168.562,50**
	2058 APOIAR AS ATIVIDADES SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL				**154.490,00**
		3.2.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	11.610,00
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15000000	0001	142.880,00
	2017 FORTALECER E APOIAR AS ATIVIDADES DO PBF E DO CADASTRO ÚNICO				**4.072,50**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	4.072,50
	2018 APOIAR AS ATIVIDADES DO CRAS / PAIF				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	10.000,00
02 .099 RESERVA DE CONTINGENCIA					**167.880,00**
	9999 RESERVA DE CONTINGENCIA				**167.880,00**
		9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15000000	0001	167.880,00

Publicado por:
Samarone Silva Santos
Código Identificador:9A021D77

CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CRÉDITOS ADICIONAIS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO SUPLEMENTAR

PORTARIA Nº 456, DE 02 de julho de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Guamaré/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 5.563.632,81 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e um centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de maio de 2026, revogados as disposições em contrário.

Guamaré/RN, 02 de julho de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.563.632,81**
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO					**120.000,00**
	2007 APOIAR AS ATIV. DA SEC. DE ADMINITRACAO				**120.000,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	120.000,00
02 .027 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**5.371.745,31**
	1190 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS				**3.153,85**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	3.153,85
	2044 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE				**718.464,40**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	718.464,40
	2201 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE				**21.565,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	21.565,00
	2278 MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL				**53.099,82**

		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	53.099,82
	2325 PROGRAMA AGENTE COMUNITARIOS DE ENDEMIAS				**11.350,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	11.350,00
	2331 PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA				**1.021.389,21**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001002	0001	850.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	56.103,83
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	115.285,38
	2391 CENTRO ESPECIALIZAÇÃO EM REABILITAÇÃO				**60.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	60.000,00
	2008 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR				**2.108.766,95**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001002	0001	593.744,77
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.051.156,20
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	411.365,98
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	52.500,00
	2009 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA				**589.262,66**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	350.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	105.810,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	133.452,66
	2011 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO				**772.693,42**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	200.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	346.882,10
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	225.811,32
	2012 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS				**12.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	12.000,00
02 .028 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**71.887,50**
	2058 APOIAR AS ATIVIDADES SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL				**5.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
	2017 FORTALECER E APOIAR AS ATIVIDADES DO PBF E DO CADASTRO ÚNICO				**2.600,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	2.600,00
	2029 OFERTAR APOIO AS FAMILIAS				**64.287,50**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	64.287,50
Anexo II (Redução)					**5.563.632,81**
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO					**120.000,00**
	2007 APOIAR AS ATIV. DA SEC. DE ADMINITRACAO				**118.874,95**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	118.874,95
	2266 CONCURSO PUBLICO				**1.125,05**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.125,05
02 .026 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**2.973.531,00**
	2021 APOIAR AS ATIVIDADES DA SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO				**2.973.531,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001001	0001	2.623.531,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	350.000,00
02 .027 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**2.398.214,31**
	2044 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE				**50.499,52**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	47.531,21
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.350,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	324,98
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	1.293,33
	2275 MANUTENCAO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE				**5.973,91**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	3.973,91
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	2.000,00
	2278 MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL				**128.907,97**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	18.907,97
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	100.000,00
	2325 PROGRAMA AGENTE COMUNITARIOS DE ENDEMIAS				**49.533,62**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.910,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	38.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.750,84
		3.3.90.98 DESPESAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	15001002	0001	2.872,78
	2327 OPERACAO E MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA				**27.314,71**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	484,71
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	26.830,00
	2331 PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA				**832.274,72**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	190.742,51
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16050000	0001	133.452,66
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	228.035,91
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16050000	0001	280.043,64
	2356 DISTRIBUIÇÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS EM SAUDE				**3.668,71**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	3.668,71
	2391 CENTRO ESPECIALIZAÇÃO EM REABILITAÇÃO				**187.996,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	187.996,00
	2429 MANUTENCAO DE OFICINA ORTOPEDICA				**92.430,12**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	92.430,12
	2006 MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	20.000,00
	2008 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR				**414.091,18**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	90.557,69
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	311.533,49
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	12.000,00
	2009 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA				**309.960,84**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	59.960,85
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	229.999,99
	2012 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS				**50.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	50.000,00
	2313 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				**164.963,01**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001002	0001	15.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	137.963,01

		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	12.000,00
	2236 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE REABILITAÇÃO ORAL				**60.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	60.600,00
02 .028 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**71.887,50**
	2058 APOIAR AS ATIVIDADES SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL				**69.287,50**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15000000	0001	69.287,50
	2017 FORTALECER E APOIAR AS ATIVIDADES DO PBF E DO CADASTRO ÚNICO				**2.600,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	2.600,00

Publicado por:
Samarone Silva Santos
Código Identificador:A21E5F7E

CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CRÉDITOS ADICIONAIS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 23, DE 02 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 3.569.130,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Guamaré/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 3.569.130,00 (três milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, cento e trinta reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de maio de 2026, revogados as disposições em contrário.

Guamaré/RN, 02 de julho de 2026

852.482.904-49
HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.569.130,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL					**110.831,34**
	2002 APOIAR AS ATIV DA SEC. DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL				**110.831,34**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	110.831,34
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO					**118.298,68**
	2007 APOIAR AS ATIV. DA SEC. DE ADMINITRACAO				**118.298,68**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	18.180,14
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	989,20
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	30.010,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	8.494,34
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	60.625,00
02 .004 SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL					**369.040,00**
	2010 APOIAR AS ATIV. DA SEC. MUN. DESENV. RURAL				**369.040,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	206.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	128.040,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	35.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**24.876,38**
	2036 APOIAR AS ATIV DA SEC. DE ESPOR, LAZER E JUVENTUDE				**24.876,38**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.876,38
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	4.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS					**940.968,91**
	1320 REFORMA E MANUTENCAO DE PREDIOS E EQUIPAMENTOS PUBLICOS				**145.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	145.000,00
	2038 APOIAR ATIVIDADES SEC. DE OBRAS E SERVICOS URBANOS				**795.968,91**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	462.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	19.340,18
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	28.800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	94.119,06
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	191.709,67
02 .011 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO					**1.000,00**
	2067 APOIAR AS ATIV. DA SECRETARIA DE TURISMO				**1.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.000,00
02 .012 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTACAO					**10,00**
	2332 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO				**10,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10,00
02 .013 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO					**281.822,00**
	2078 APOIAR ATIV.DA SEC. MEIO AMBIENTE E URBANISMO				**28.322,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	28.322,00
	2355 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO				**253.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	253.500,00
02 .014 SEC MUN DE IND, COM, SERV, ENER E PROJET ESPECIAIS					**160,00**
	2084 APOIAR ATIV SEC. IND, COM, SERV, ENERG E PROJ ESP				**160,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	150,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10,00
02 .015 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**34.000,00**
	2267 APOIAR AS ATIV DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO				**34.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	34.000,00

02 .016 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**59.200,01**
	2344 APOIAR AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNI				**59.200,01**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	32.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	27.200,01
02 .017 SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULACAO INSTITUCIONAL					**14.000,00**
	2345 APOIAR AS ATIVIDADES DA SEC. DE ARTICULACAO INSTIT				**14.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	14.000,00
02 .018 CONTADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**34.000,00**
	2348 APOIAR AS ATIVIDADES DA CONTADORIA GERAL DO MUNICI				**34.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	34.000,00
02 .019 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E CARCINICULTURA					**19.155,00**
	2343 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETRIA DE PESCA E CARCINICULTURA				**19.155,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.055,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	12.100,00
02 .020 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS					**891.913,21**
	2204 AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA				**766.913,21**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	766.913,21
	2349 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANCAS				**125.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	125.000,00
02 .025 SEC MUN DE SEGURANCA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL					**101.200,00**
	2392 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL				**101.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.280,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	53.920,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	36.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00
02 .026 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**549.083,03**
	2026 MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO - QSE				**1.896,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	1.896,00
	2193 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FUNDEB 30%				**534.219,03**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	534.219,03
	2152 INCENT A CULT APOIO AS BANDAS MARCIAIS NAS ESCOLAS				**12.968,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	12.968,00
02 .028 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**19.571,44**
	2058 APOIAR AS ATIVIDADES SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL				**100,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16610000	0001	100,00
	2394 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				**2.610,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	2.610,00
	2018 APOIAR AS ATIVIDADES DO CRAS / PAIF				**16.861,44**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	16.861,44
Anexo II (Redução)					**3.569.130,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL					**502.179,26**
	2002 APOIAR AS ATIV DA SEC. DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL				**344.947,92**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	94.500,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	145.947,92
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	94.500,00
	1282 MARKETING INSTITUCIONAL				**157.231,34**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	157.231,34
02 .002 SEC. MUN. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO					**25.000,00**
	2189 ELABORACAO DIAGNOSTICO, ESTUDO, PROJ E PESQUISAS				**25.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO					**118.298,68**
	2007 APOIAR AS ATIV. DA SEC. DE ADMINITRACAO				**64.169,34**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	64.169,34
	2205 CAPACITACAO E FORM CONTN DOS SERVIDORES PUBLICOS				**9.994,34**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.994,34
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.000,00
	2206 CAPACITACAO E FORMACAO CONTIN DOS GESTORES PUBLICO				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2266 CONCURSO PUBLICO				**39.135,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	39.135,00
02 .004 SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL					**64.040,00**
	1004 PERFURACAO E INSTALACAO DE POCOS				**39.040,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	39.040,00
	2286 CORTE DE TERRA				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2288 AQUISICAO E MANUTENCAO DE BOMBAS ELET. E EOLICAS				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2321 FOMENTAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA IRRIGADA				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	10.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**24.876,38**
	2036 APOIAR AS ATIV DA SEC. DE ESPOR, LAZER E JUVENTUDE				**15.700,18**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	7.960,18
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.431,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.309,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.000,00
	2262 PROJETO PEQUENOS SAMURAIS				**5.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
	2318 ATIVIDADES ESPORTIVAS DE ALTO RENDIMENTO				**676,20**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	676,20
	2323 ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER PARA IDOSOS				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS					**220.706,93**
	1073 AMPLIACAO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	50.000,00

	1320 REFORMA E MANUTENCAO DE PREDIOS E EQUIPAMENTOS PUBLICOS				**47.875,81**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.875,81
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	20.000,00
	2038 APOIAR ATIVIDADES SEC. DE OBRAS E SERVICOS URBANOS				**10.767,67**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	613,32
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.154,35
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.500,00
	2319 MANUTENCAO DA LIMPEZA PUBLICA				**112.063,45**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.939,21
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	11.785,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	98.339,24
02 .011 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO					**1.000,00**
	2330 MARKETING INSTITUCIONAL DO TURISMO				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
02 .012 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTACAO					**10,00**
	2332 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO				**10,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10,00
02 .013 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO					**81.822,00**
	1280 RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DEGRADADAS				**13.322,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.322,00
	2078 APOIAR ATIV.DA SEC. MEIO AMBIENTE E URBANISMO				**35.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
	2355 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
	2341 FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E LICENCIAMENTO				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2248 IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
	2342 PROMOVER A PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
02 .014 SEC MUN DE IND, COM, SERV, ENER E PROJET ESPECIAIS					**160,00**
	1273 CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES				**160,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	160,00
02 .016 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**27.200,01**
	2344 APOIAR AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNI				**27.200,01**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	27.200,01
02 .018 CONTADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**34.000,00**
	2348 APOIAR AS ATIVIDADES DA CONTADORIA GERAL DO MUNICI				**34.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	34.000,00
02 .019 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E CARCINICULTURA					**7.055,00**
	2343 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETRIA DE PESCA E CARCINICULTURA				**2.555,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.157,86
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	397,14
	2015 INCENTIVO A ATIVIDADE PESQUEIRA				**4.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.500,00
02 .020 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS					**215.486,67**
	2204 AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA				**210.815,95**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	210.815,95
	2349 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANCAS				**4.670,72**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4,06
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.066,66
02 .025 SEC MUN DE SEGURANCA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL					**1.400,00**
	2392 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL				**1.400,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	280,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	120,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
02 .026 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**2.126.323,63**
	2021 APOIAR AS ATIVIDADES DA SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO				**1.590.208,60**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001001	0001	53.814,06
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	99.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.437.394,54
	2026 MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO - QSE				**1.896,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	1.896,00
	2193 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FUNDEB 30%				**455.397,18**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	330.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15400000	0001	12.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	103.397,18
	2369 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL				**28.821,85**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	25.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	3.821,85
	2004 MANUTENÇÃO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	50.000,00
02 .028 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**19.571,44**
	2058 APOIAR AS ATIVIDADES SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL				**100,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00

	2394 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				**2.610,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	2.610,00
	2018 APOIAR AS ATIVIDADES DO CRAS / PAIF				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16690000	0001	5.000,00
	2022 APOIAR AS ATIVIDADES DO CREAS / PAIF				**11.861,44**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	11.861,44
02 .099 RESERVA DE CONTINGENCIA					**100.000,00**
	9999 RESERVA DE CONTINGENCIA				**100.000,00**
		9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15000000	0001	100.000,00

Publicado por:
Samarone Silva Santos
Código Identificador:A9E4695F

CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 24, DE 02 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 5.968.552,30, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Guamaré/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 5.968.552,30 (cinco milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior o **excesso de arrecadação**, apurado no exercício de 2025, nos termos do art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme demonstrado no **Anexo I** deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de maio de 2026, revogados as disposições em contrário.

Guamaré/RN, 02 de julho de 2026

852.482.904-49
HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.968.552,30**
02 .026 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**2.103.787,22**
	2021 APOIAR AS ATIVIDADES DA SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO				**2.103.787,22**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.103.787,22
02 .027 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**3.864.765,08**
	2044 APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE				**864.765,08**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	864.765,08
	2331 PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA				**1.000.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.000.000,00
	2008 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR				**2.000.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.000.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.000.000,00

Publicado por:
Samarone Silva Santos
Código Identificador:B832047E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 065/2026

DISPENSA Nº. 012/2026

PROCESSO Nº: 1280/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 08.085.318/0001-24.
CONTRATADO: G L LOURENCO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 36.901.807/0001-42.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa de Controle da Leishmaniose, realização de censo animal, campanhas de vacinação, procedimentos de castração, consultas veterinárias, exames clínicos e laboratoriais, além da promoção de palestras educativas e demais atividades correlatas, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ipanguaçu/RN.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/21.
DO VALOR TOTAL: R$ 65.100,00 (sessenta e cinco mil e cem reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	03	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	UNIDADE	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função	10	Saúde	Subfunção:	305	Vigilância epidemiológica
Programa	0037	Saúde de Qualidade para Todos	Ação:	2148	BEM ESTAR ANIMAL E SAÚDE PÚBLICA

Natureza da Despesa	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso	1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Ipanguaçu/RN, 01 de julho de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS	***GABRIEL LOPES LOURENÇO***
Prefeito do Município de Ipanguaçu	G L Lourenco
Contratante	Contratada

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:22DC2A2D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 20-2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 20/2026

Abre Crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 26.870,00, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Ipueira, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 604/2025, de 01 dezembro de 2025- LOA 2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 26.870,00 (vinte e seis mil oitocentos e setenta reais), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 002 - GABINETE CIVIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 11	02.002.04.122.0104.2016.3.3.90.39.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	1.700,00
	Sub-Total:	**1.700,00**
Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E LAZER		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 222	02.007.27.813.0121.2032.3.3.90.39.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	25.170,00
	Sub-Total:	**25.170,00**
	Total Parcial Suplementado:	**26.870,00**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Anulação parcial ou total de dotação das seguintes dotações orçamentárias , conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 002 - GABINETE CIVIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 20	02.002.06.182.0102.2066.3.3.90.32.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita **Fonte de recurso** Recursos não Vinculados de Impostos	4.870,00
	Sub-Total:	**4.870,00**
Órgão: 02 - EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 22	02.003.04.122.0104.1016.4.4.90.52.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Equipamentos e Material Permanente **Fonte de recurso** Recursos não Vinculados de Impostos	22.000,00
	Sub-Total:	**22.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**26.870,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ipueira - RN, 1 de junho de 2026.

ADEMIR JOSE DE MEDEIROS
CPF: 038.973.444-67
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:F06F56CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 150/2026 – GABINETE DA PREFEITA

A Prefeita do Município de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e nos termos da Lei Complementar Municipal nº 42, de 05 de setembro de 2023;
CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 42/2023 autoriza o repasse de complementação remuneratória, a título de abono, aos servidores públicos municipais efetivos e contratados por tempo determinado que exercem as funções de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira, no âmbito no Município de Jaçanã/RN;
CONSIDERANDO que, as complementações remuneratórias correspondem aos valores repassados pelo Governo Federal ao Município de Jaçanã/RN para cada profissional que exercem as funções de Enfermeiro, de Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira, para fins de complementação do piso da categoria, nos termos da Lei Federal nº 14.434/2022, proporcional a carga horária de 40h (quarenta horas) semanais; e
CONSIDERANDO que, os profissionais que receberão o abono serão aqueles informados pelo Ministério da Saúde, por meio do InvestSUS ou outro sistema que venha substituí-lo, cujos nomes e respectivos valores serão publicados por meio de ato administrativo competente;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder complementação remuneratória, a título de abono, aos servidores públicos municipais efetivos e contratados por tempo determinado que exercem as funções de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, abaixo listados, conforme repasse financeiro do Ministério da Saúde:

CPF	Nome	Função	Valor da complementação remuneratória
107.XXX.XXX-47	LOURENA RENALLI TRAJANO MACEDO	Enfermeira	R$ 2.318,18
651.XXX.XXX-87	ERENILDA ADRIANA DE MACEDO	Enfermeira	R$ 2.318,18
074.XXX.XXX-14	MARIA ALINE DANTAS	Enfermeira	R$ 2.318,18
101.XXX.XXX-64	CLODOALDO VIEIRA DOS SANTOS	Enfermeiro	R$ 2.318,18
952.XXX.XXX-15	PATRÍCIA FONSECA DA SILVA	Enfermeira	R$ 2.318,18
131.XXX.XXX-27	MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
111.XXX.XXX-55	MARIA LUCIA DA SILVA LIMA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
101.XXX.XXX-88	EMANUELA DANTAS DOS SANTOS	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
065.XXX.XXX-20	BARBARA THAMIRIS BEZERRA TRIGUEIRO DA SILVA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
700.XXX.XXX-06	LARISSA KISSIANE ARAUJO SILVA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
056.XXX.XXX-67	MARIA BETANIA DOS SANTOS SILVA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
829.XXX.XXX-49	DENISE DE FÁTIMA ARCANJO DA SILVA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
852.XXX.XXX-04	DAMIANA PEREIRA	Auxiliar de Enfermagem	R$ 641,09
554.XXX.XXX-49	JOSE VALMIRAN CANDIDO DE SOUZA	Auxiliar de Enfermagem	R$ 641,09
646.XXX.XXX-34	MARIA LUCIA SILVA DE LIMA	Auxiliar de Enfermagem	R$ 641,09
642.XXX.XXX-49	JOSELIA DEBORA LOPES	Auxiliar de Enfermagem	R$ 641,09
725.XXX.XXX-20	LUCICLEIDE ANDRADE DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	R$ 641,09
028.XXX.XXX-33	HELDER CLAYTON DE LIMA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	R$ 641,09
CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADO			
009.XXX.XXX-12	ALINE DANIELE DA COSTA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
068.XXX.XXX-39	ANA CLEIA DA SILVA MACEDO	Enfermeira	R$ 2.318,18
089.XXX.XXX-59	CAROLINA ROCHA DE ALBUQUERQUE	Enfermeira	R$ 2.318,18
017.XXX.XXX-71	CICERA PRISCILLA CANDIDO DA SILVA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
083.XXX.XXX-67	DENILZA SARAIVA DA SILVA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
080.XXX.XXX-57	EDNA BORGES DOS SANTOS	Enfermeira	R$ 2.318,18
087.XXX.XXX-09	ELIANE ARAÚJO DOS SANTOS	Técnica em Enfermagem	R$ 1.504,73
107.XXX.XXX-99	GEANE ANGÉLICA SANTOS CRUZ	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
104.XXX.XXX-80	GESSICA LEICA DA SILVA OLIVEIRA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
060.XXX.XXX-29	IARA CRISTINA COSTA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
018.XXX.XXX-96	IZABELA TAMIRES DE LIMA ARAÚJO	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
083.XXX.XXX-80	JAMILE AIRES	Enfermeira	R$ 2.318,18
077.XXX.XXX -63	JAQUELINE ARAÚJO PAULA DE LIMA	Enfermeira	R$ 2.318,18
102. XXX.XXX-06	JOANE PALOMA DE SOUTO ARAÚJO	Enfermeira	R$ 2.318,18
095.XXX.XXX-03	JOÃO PAULO DA SILVA SOUZA	Enfermeiro	R$ 2.318,18
034.XXX.XXX-08	JOSEFA IRANILDA PENHA BERNARDO	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
080.XXX.XXX-95	KARINNA DO NASCIMENTO MOREIRA	Enfermeira	R$ 2.318,18
088.XXX.XXX-90	LAYANE RAQUEL ABDIAS DA SILVA	Enfermeira	R$ 2.318,18
082.XXX.XXX-07	LEIDIANE DE ARAÚJO SILVA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
026.XXX.XXX-77	MARIA DENIZE DE MEDEIROS	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
085.XXX.XXX-93	MARIA ROSILEIDE PEREIRA DE OLIVEIRA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
075.XXX.XXX-06	OTAVIANA BRUNA DE ARAÚJO SILVA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
704.XXX.XXX-92	RAIANE CAMILA DA SILVA	Técnica de Enfermagem	R$ 1.504,73
087.XXX.XXX-47	TERCIA VIEIRA DA SILVA LIMA	Enfermeiro	R$ 2.318,18
106.XXX.XXX-00	VANDERSON DANTAS DE ARAÚJO	Enfermeiro	R$ 2.318,18

Art. 2º Os valores constantes do quadro acima são referentes ao mês de junho de 2026.
Art. 3º Eventuais divergências nos valores serão informadas por meio do sistema InvestSUS pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaçanã/RN, 01 de julho de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:A95AE862

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 349/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 349/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a Concessão de Horas Extras a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, em observância aos Incisos II e X, do Artigo 65º, Capítulo III, da Lei Orgânica Municipal, de 03 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar aos servidores relacionados no quadro em anexo I, a prorrogar seus expedientes em até 02 (duas) horas diárias, de acordo com a necessidade de cada secretaria municipal, as quais serão remuneradas a título de horas extras e plantões extras no período de 01 a 30 de junho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 01 de julho de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

ANEXO I - PORTARIA Nº 349/2026 – GP/PMJP

SERVIDOR	CARGO
ABNER RAMIRES ALVES MOREIRA	A.S.G
AIANNY RAYSLA MONTEIRO DOS SANTOS	A.S.G
ALEXANDRA PEREIRA DUTRA	A.S.G
ALINE MARIA DE MORAIS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
ALZENA RIBEIRO DE ARAÚJO LIMA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
ARNÓBIO ALVES DE OLIVEIRA	GARI
AURINO ROCHA DE MEDEIROS	VIGILANTE
BRUNO MAIA FÉLIX	MOTORISTA
CAMILA SOARES DE BRITO SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
CLEUTON BRAZ MORAIS	ODONTÓLOGO EM SAÚDE BUCAL - ESF
DHAVY KAYKI GOMES DE ARAÚJO	A.S.G
DJALMA VALDIVINO DOS SANTOS	TRATORISTA
DOMECIANO VESPÚCIO DE MEDEIROS	MOTORISTA
EDMÍLSON FERNANDES DA SILVA	MOTORISTA
ELDRICK JEODÂNIO DE ARAÚJO DAMAZIO	ENFERMEIRO
ERASMO FREIRE DA SILVA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA
FLÁVIA MEDEIROS DE AZEVEDO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
FRANCICLÁUDIO GUEDES DA SILVA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA
FRANCISCO ASSIS DA SILVA	VIGILANTE
FRANCISCO DE ASSIS MARIZ	GARI
FRANCISCO RAIMUNDO SOARES BATISTA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS
GIULIANNA MEDEIROS FERNANDES	PSICÓLOGO EDUCACIONAL
HEITOR ARAÚJO NÓBREGA	PSICÓLOGO
HORTÊNCIA MURIELLY ARAÚJO	ENFERMEIRO
HYANKA DUTRA MAIA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
IAPONIRA KISLÂNIA GARCIA DUTRA	ASSISTENTE SOCIAL
ILANA MURIELI DE SOUSA	ATENDENTE
INÁCIO DIAZIDERO DE OLIVEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
JACIANA DIAS FREITAS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
JAIRLY MAIA DE MEDEIROS	ATENDENTE DE FARMÁCIA
JANYEIRE WAGNER PEREIRA	ATENDENTE
JEIMISSON SALES DUTRA	OPERADOR DE BOMBA HIDRÁULICA
JOÃO DE DEUS GOMES DA SILVA	VIGILANTE
JOSÉ CARLOS PEREIRA DA SILVA	ATENDENTE
JOSÉ DANTAS DOS SANTOS	PEDREIRO
JOSÉ MÁRIO MORAIS DO NASCIMENTO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA
JOSÉ SALVINO NETO	MOTORISTA
JOSENILDO DE ARAÚJO TEIXEIRA	ELETRICISTA
JOSUÉLIO LEANDRO DA SILVA	MOTORISTA
KALLINE WANDERLEY NOGUEIRA	COZINHEIRO EM GERAL
MARCOS ANTÔNIO ALVES DA SILVA	MOTORISTA
MARIA DOLORES SOARES DUTRA	A.S.G
MARIA DOS AFLITOS JALES	ATENDENTE
MARIA DOS AFLITOS PEREIRA DA SILVA	FISCAL DE TRIBUTOS
MAYKEL GOMES BEZERRA	A.S.G
MISAEL GARCIA DE ARAÚJO	FISIOTERAPEUTA
NILSON JORGE GOMES	MOTORISTA
RAFAELA FABRÍCIA DOS SANTOS	PSICÓLOGO
RAIMUNDO ANDRÉ FILHO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA
RÉGIO CANUTO DE ARAÚJO	MOTORISTA

RIELMA DE PAIVA ARAÚJO	A.S.G
ROBSON FÉLIX ALVES	DIGITADOR
ROGIVALDO NASCIMENTO BORGES	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA
ROZINEIDE DA SILVA PEREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
RUI ARAÚJO DOS SANTOS	VIGILANTE
SOLANGE DE ARAÚJO GUEDES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF
THALES HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA	PSICÓLOGO
VANDERSON FERNANDES LOPES	A.S.G
VERÔNICA TARGINO DUTRA	FISIOTERAPEUTA
VITÓRIA ARAÚJO PEREIRA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:E31DF93C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº012/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.699/2026
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, ADJUDICA a inexigibilidade de licitação nº 012/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA, CNPJ sob o n.º 75.104.422/0008-82

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	17488 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 4 – 1º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
2	17489 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 4 – 2º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
3	17490 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 4 – 3º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
4	17491 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 4 – 4º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
5	17493 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 5 – 1º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
6	17494 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 5 – 2º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
7	17495 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 5 – 3º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
8	17496 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 5 – 4º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
9	17497 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 1º ANO– 1º BIMESTRE	UND	60	111,00	6.660,00
10	17498 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 1º ANO– 2º BIMESTRE	UND	60	111,00	6.660,00
11	17499 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 1º ANO– 3º BIMESTRE	UND	60	111,00	6.660,00
12	17500 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 1º ANO– 4º BIMESTRE	UND	60	111,00	6.660,00
13	17501 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 2º ANO– 2º BIMESTRE	UND	90	111,00	9.990,00
14	17502 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 2º ANO– 3º BIMESTRE	UND	90	111,00	9.990,00
15	17503 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 2º ANO– 4º BIMESTRE	UND	90	111,00	9.990,00
16	17504 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 2º ANO– 1º BIMESTRE	UND	90	111,00	9.990,00

Aquisição de livros didáticos integrados destinados ao atendimento dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de José da Penha, visando ao fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e à melhoria da qualidade da educação.

GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA, CNPJ sob o n.º 75.104.422/0008-82 - pelo valor de R$ 132.520,00 em 01/06/2026

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:DF4FB7E4

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº012/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.699/2026
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, HOMOLOGA a inexigibilidade de licitação nº 012/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA, CNPJ sob o n.º 75.104.422/0008-82

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	17488 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 4 – 1º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
2	17489 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 4 – 2º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
3	17490 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 4 – 3º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
4	17491 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 4 – 4º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
5	17493 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 5 – 1º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
6	17494 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 5 – 2º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
7	17495 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 5 – 3º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
8	17496 - Livros Didáticos Integrados – Educação Infantil 5 – 4º BIMESTRE	UND	80	103,00	8.240,00
9	17497 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 1º ANO– 1º BIMESTRE	UND	60	111,00	6.660,00
10	17498 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 1º ANO– 2º BIMESTRE	UND	60	111,00	6.660,00
11	17499 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 1º ANO– 3º BIMESTRE	UND	60	111,00	6.660,00
12	17500 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 1º ANO– 4º BIMESTRE	UND	60	111,00	6.660,00
13	17501 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 2º ANO– 2º BIMESTRE	UND	90	111,00	9.990,00
14	17502 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 2º ANO– 3º BIMESTRE	UND	90	111,00	9.990,00
15	17503 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 2º ANO– 4º BIMESTRE	UND	90	111,00	9.990,00
16	17504 - Livros Didáticos Integrados – Ensino Fundamental 2º ANO– 1º BIMESTRE	UND	90	111,00	9.990,00

Aquisição de livros didáticos integrados destinados ao atendimento dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de José da Penha, visando ao fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e à melhoria da qualidade da educação.

GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA, CNPJ sob o n.º 75.104.422/0008-82 - pelo valor de R$ 132.520,00 em 01/06/2026

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:5208FCBD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
1° TERMO DE APOSTILAMENTO

Trata o presente do **1º Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços Nº 077/2025**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE JURUCUTU/ RN** e a empresa **GIULLITE B MEDEIROS LTDA - CNPJ: 21.437.704/0001-04**, de acordo com o constante nos autos do respectivo processo, com o objetivo de reestabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro, em observância às normas legais aplicáveis, às quais as partes sujeitam-se a cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente APOSTILAMENTO tem como objeto a repactuação dos valores da Ata de Registro de Preços em epígrafe, **com efeitos retroativos a data da solicitação 14 de abril de 2026.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1. A repactuação de preço está prevista na **cláusula 5 da Ata de Registro de Preços Nº 077/2025**.

2.2. A Apostila, como instrumento próprio para formalização de atualizações de preços, está prevista no artigo 136 da Lei n° 14.133/2021:

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO
3.1. Em vista da presente repactuação, os valores passarão a ser os seguintes:

ITEM	Nome comercial	Preço de custo da unidade (antes da proposta)	Valor licitado ao município de Jucurutu	Percentu al de Lucro inicial	Novo Preço de custo	Preço sugerido pela fornecedora	Novo Percentual de lucro real pretendido	Valor máximo admitido considerando mesmo percentual de lucro inicial
ITEM 91: 0140061 - Estrógenios Conjugados 0,625	MENOPR IN 0,625MG 28CPR ESTROG EN	Nota fiscal datada de 02/09/2024 R$ 1,07	R$ 1,54	43,9 %	Nota fiscal Datada de 09/09/2025 R$ 1,14	R$ 1,72	50,87 %	R$ 1,64
ITEM 118: 0140086 - IMIQUIM ODE 50MG/G CREME 250MG	IXIUM 50MG/G 12SACH	Nota fiscal datada de 28/09/2024 R$ 19,09	R$ 21,43	12,25%	Nota fiscal datada de 16/09/2025 R$ 20,08	R$ 23,61	17,57%	R$ 22,53
ITEM 119: 0135296 - INSULINA GLARGIN A 100 UI/ML	LANTUS SOLOST AR SOL 3ML	Nota fiscal datada de 23/07/2025 R$ 86,15	R$ 105,06	21,95%	Nota fiscal datada de 31/07/2025 R$ 91,80	R$ 117,20	27,66%	R$ 111,95
ITEM 124:	ISORDIL	Nota fiscal	R$ 0,36	4,04%	Nota fiscal	R$ 0,38	8,57%	R$ 0,36

0140090 - Isossorbida, dinitrato 5mg	SUBLG 5MG 30CPR	datada de 30/06/2025 R$ 0,346			datada de 14/11/2025 R$ 0,35			
ITEM 130: 0140094 - Levodopa + Benserazida 100+25mg	EKSON 100+25MG C/30	Nota fiscal datada de 13/05/2024 R$ 1,25	R$ 1,88	50,4%	Nota fiscal datada de 25/05/2026 R$ 1,35	R$ 2,12	57,03%	R$ 2,03
ITEM 131: 0140095 - Levodopa + Benserazida 200+50mg	EKSON 200MG + 50MG C/30	Nota fiscal datada de 17/06/2025 R$ 2,94	R$ 3,65	24,14%	Nota fiscal datada de 31/07/2025 R$ 3,01	R$ 3,91	29,90%	R$ 3,73
ITEM 133: 0140097 - LEVOTIROXINA SÓDICA 12,5 MCG	PURAN T4 12,5MCG C/2X15	Nota fiscal datada de 11/03/2024 R$ 0,08	R$ 0,10	25%	Nota fiscal datada de 25/05/2026 R$ 0,09	R$ 0,12	33,33%	R$ 0,11
ITEM 134: 0140098 - LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG 30CPR	Nota fiscal datada de 22/07/2025 R$ 0,259	R$ 0,26	0,16%	Nota fiscal datada de 25/05/2026 R$ 0,27	R$ 0,28	3,70%	R$ 0,27
ITEM 135: 0140099 - LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5 MCG	PURAN T4 37,5MCG 30CPR	Nota fiscal datada de 25/04/2025 R$ 0,268	R$ 0,32	19,40%	Nota fiscal datada de 25/05/2026 R$ 0,27	R$ 0,34	25,92%	R$ 0,32
ITEM 136: 0140100 - LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG 30CPR	Nota fiscal datada de 19/07/2025 R$ 0,29	R$ 0,32	10,34%	Nota fiscal datada de 21/05/2026 R$ 0,29	R$ 0,34	17,24%	R$ 0,32
ITEM 137: 0140101 - LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	LEVOTIROXINA SODICA 88MCG 30CPR	Nota fiscal datada de 22/03/2024 R$ 0,28	R$ 0,42	50%	Nota fiscal datada de 12/03/2026 R$ 0,38	R$ 0,60	57,89%	R$ 0,57
ITEM 138: 0140102 - LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG 30CPR	Nota fiscal datada de 19/06/2025 R$ 0,245	R$ 0,26	6,12%	Nota fiscal datada de 27/05/2026 R$ 0,25	R$ 0,28	12%	R$ 0,27
ITEM 194: 0140143 - PROPATIL NITRATO 10MG	SUSTRATE C/50 COMPRIMIDOS	Nota fiscal datada de 03/07/2025 R$ 0,541	R$ 0,54	0%	Nota fiscal datada de 15/05/2026 R$ 0,56	R$ 0,58	3,57%	R$ 0,56

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS
4.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços não atingidas pelo presente Termo de Apostilamento.

Jucurutu/ RN, 30 de junho de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:E0FCD9D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
REF. PROC ADM. MJ/ RN Nº 14050001/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025 INTERESSADO: GIULLITE B MEDEIROS LTDA - CNPJ: 21.437.704/0001-04

Assunto**: Solicitação da apuração da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 077/2025**

No uso de minhas atribuições legais, notadamente as previstas na **Lei nº 14.133/1993**, **considerando** a apuração do percentual do reequilíbrio econômico-financeiro dos itens cujo preço está registrado na **Ata de Registro de Preços Nº 077/2025** realizada pela **Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras**, no que concerne o preço dos itens: **91,118,119,124,130,131,133,134,135,136,137,138,194**, **AUTORIZO** a atualização do valor unitário dos referidos itens, com efeitos retroativos a data da solicitação 14 de abril de 2026, conforme abaixo:

ITEM	Nome comercial	Preço de custo da unidade (antes da proposta)	Valor licitado ao município de Jucurutu	Percentu al de Lucro inicial	Novo Preço de custo	Preço sugerido pela fornecedora	Novo Percentual de lucro real pretendido	Valor máximo admitido considerando mesmo percentual de lucro inicial
ITEM 91: 0140061 - Estrógenios	MENOPR IN 0,625MG 28CPR ESTROG	Nota fiscal datada de 02/09/2024 R$ 1,07	R$ 1,54	43,9 %	Nota fiscal Datada de 09/09/2025 R$ 1,14	R$ 1,72	50,87 %	R$ 1,64

Conjugados 0,625	EN							
ITEM 118: 0140086 - IMIQUIMODE 50MG/G CREME 250MG	IXIUM 50MG/G 12SACH	Nota fiscal datada de 28/09/2024 R$ 19,09	R$ 21,43	12,25%	Nota fiscal datada de 16/09/2025 R$ 20,08	R$ 23,61	17,57%	R$ 22,53
ITEM 119: 0135296 - INSULINA GLARGINA 100 UI/ML	LANTUS SOLOSTAR SOL 3ML	Nota fiscal datada de 23/07/2025 R$ 86,15	R$ 105,06	21,95%	Nota fiscal datada de 31/07/2025 R$ 91,80	R$ 117,20	27,66%	R$ 111,95
ITEM 124: 0140090 - Isossorbida, dinitrato 5mg	ISORDIL SUBLG 5MG 30CPR	Nota fiscal datada de 30/06/2025 R$ 0,346	R$ 0,36	4,04%	Nota fiscal datada de 14/11/2025 R$ 0,35	R$ 0,38	8,57%	R$ 0,36
ITEM 130: 0140094 - Levodopa + Benserazida 100+25mg	EKSON 100+25MG C/30	Nota fiscal datada de 13/05/2024 R$ 1,25	R$ 1,88	50,4%	Nota fiscal datada de 25/05/2026 R$ 1,35	R$ 2,12	57,03%	R$ 2,03
ITEM 131: 0140095 - Levodopa + Benserazida 200+50mg	EKSON 200MG + 50MG C/30	Nota fiscal datada de 17/06/2025 R$ 2,94	R$ 3,65	24,14%	Nota fiscal datada de 31/07/2025 R$ 3,01	R$ 3,91	29,90%	R$ 3,73
ITEM 133: 0140097 - LEVOTIROXINA SÓDICA 12,5 MCG	PURAN T4 12,5MCG C/2X15	Nota fiscal datada de 11/03/2024 R$ 0,08	R$ 0,10	25%	Nota fiscal datada de 25/05/2026 R$ 0,09	R$ 0,12	33,33%	R$ 0,11
ITEM 134: 0140098 - LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG 30CPR	Nota fiscal datada de 22/07/2025 R$ 0,259	R$ 0,26	0,16%	Nota fiscal datada de 25/05/2026 R$ 0,27	R$ 0,28	3,70%	R$ 0,27
ITEM 135: 0140099 - LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5 MCG	PURAN T4 37,5MCG 30CPR	Nota fiscal datada de 25/04/2025 R$ 0,268	R$ 0,32	19,40%	Nota fiscal datada de 25/05/2026 R$ 0,27	R$ 0,34	25,92%	R$ 0,32
ITEM 136: 0140100 - LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG 30CPR	Nota fiscal datada de 19/07/2025 R$ 0,29	R$ 0,32	10,34%	Nota fiscal datada de 21/05/2026 R$ 0,29	R$ 0,34	17,24%	R$ 0,32
ITEM 137: 0140101 - LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	LEVOTIROXINA SODICA 88MCG 30CPR	Nota fiscal datada de 22/03/2024 R$ 0,28	R$ 0,42	50%	Nota fiscal datada de 12/03/2026 R$ 0,38	R$ 0,60	57,89%	R$ 0,57
ITEM 138: 0140102 - LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG 30CPR	Nota fiscal datada de 19/06/2025 R$ 0,245	R$ 0,26	6,12%	Nota fiscal datada de 27/05/2026 R$ 0,25	R$ 0,28	12%	R$ 0,27
ITEM 194: 0140143 - PROPATIL NITRATO 10MG	SUSTRATE C/50 COMPRIMIDOS	Nota fiscal datada de 03/07/2025 R$ 0,541	R$ 0,54	0%	Nota fiscal datada de 15/05/2026 R$ 0,56	R$ 0,58	3,57%	R$ 0,56

1 – Recomposição de valores utilizando-se o percentual de acréscimo concedido entre o valor de compra efetuada em data anterior à sessão de apuração da licitação e o valor de compra atual.

2 - Ficam integralmente mantidas todas as demais condições pactuadas na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2025.**

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 30 de junho de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:6C8B8ADF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 81/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 5/2026

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de insumos e materiais médico-hospitalares, destinados a suprir as necessidades do Hospital do Município de Lagoa Nova, bem como de todas as Unidades Básicas de Saúde pertencentes à rede municipal, garantindo a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população, assegurando condições adequadas de atendimento, prevenção, diagnóstico e tratamento, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.

Fornecedor: **GIRASSOL REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**		
CNPJ: **56.982.062/0001-09**	Telefone: **5437120427**	Email:
Endereço: **Rua São Mateus, 220 até 979/980, Parreão, Fortaleza/CE, CEP: 60410-329**		
Representante: **JOSE D ALMEIDA** - CPF: **201.474.223-53**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
11	0051786 - Tesoura descartável para citológico	KOLPLAST	Unid.	200	12,00	2.400,00
13	0051796 - Solução de glicerina 12% 2L	EQUIPLEX	Unid.	500	38,00	19.000,00
25	0051822 - ESPAÇADOR ADULTO	SUPERMEDY	Unid.	50	25,00	1.250,00
26	0051823 - ESPAÇADOR INFANTIL	SUPERMEDY	Unid.	50	25,00	1.250,00

Valor Total R$ 23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais). Prazo de Vigência: 30 de junho de 2026, vigente até 29 de junho de 2027. Data: 30/06/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e GIRASSOL REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:5D1E54DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN E A EMPRESA GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA.

Processo Administrativo n° 124/03-2026
Licitação nº 81/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000, Lajes/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 75.104.422/0001-06, sediado na Rua Senador Accioly Filho, nº 500 , C I C, Curitiba/PR CEP: 81.310-000, neste ato representado por LEANDRO MUCHINSKI, inscrito no CPF nº XXX.200.XXX-31.

OBJETO: Aquisição de material didático pedagógico integrado do Sistema de Ensino NAME – Produto Infantil 5 (cinco), contemplando livros didáticos, consultoria pedagógica, plataforma digital (NAME Digital) e recursos complementares (NAME Indica), fornecido pela empresa Aprende Brasil, destinado ao atendimento do II período da Pré-escola da Educação Infantil.

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 36/2026

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor global é de R$ 55.620,00 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte reais).

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Kit Infantil 5 – Sistema de Ensino NAME, composto por livros didáticos integrados, consultoria pedagógica, plataforma digital (NAME Digital) e recursos complementares (NAME Indica), contemplando materiais destinados tanto aos alunos quanto aos professores, visando o suporte completo ao processo de ensino e aprendizagem. Descrição do kit Aluno: 4 livros didáticos com material de apoio encartado e adesivos, 1 livro de leitura, 1 livro trilha da família, 1 livro letras para cá, recursos educacionais digitais disponíveis na NAME digital (ambiente virtual de aprendizagem), maleta e livro de recados. Descrição do kit Professor: 4 livros do professor com material de apoio encartado e adesivos, 1 livro de leitura, 1 livro trilha da família, 1 livro letras para cá, 1 livro de desenvolvimento infantil em pauta, 2 cartazes, alfabetário e numerário, Recursos Educacionais Digitais disponíveis na NAME digital (ambiente virtual de aprendizagem), áudios de cantigas, historias e sons variados, 1 livro anual organização curricular e livro de recados.	KIT.	135	412,00	55.620,00
Total do contrato em R$				55.620,00	

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária:02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
Ação: 2036 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL FUNDEB 30%
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0139 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Natureza: 3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Fonte de Recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação
Região: 0001 - Lajes

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 26 de junho de 2026 a 25 de junho de 2027**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 22 de junho de 2026

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

FABIANA TEIXEIRA DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Grafica E Editora Posigraf LTDA
CNPJ: 75.104.422/0001-06
LEANDRO MUCHINSKI
CPF: XXX.200.XXX-31
Contratada

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:780ABC25

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 1641/2026

DECRETO Nº 1641/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro Conforme Artigo 8º da Lei 839/2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 839/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A
Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Superavit Financeiro			
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
2.140 - Estrut. Rede Serviços At. Basica Saude			
1070 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 26003120	R$ 250.000,00
1071 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 26003120	R$ 50.000,00
Total da Ação:			**R$ 300.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 300.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial.

. **Art. 3º**. - Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 15 de janeiro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeita do Município de Lucrécia/RN

CÁLCULO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO	
DECRETO 1741/2026	
FONTE: 26003120 -Transferência Especial da União – Decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	
(A) Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial exercício 2025	300.000,00
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	
(C) Créditos Extraordinários	
(D) Créditos Suplementares e Especiais	
Valor utilizado decreto	
Valor deste crédito	300.000,00
(E) Outras modificações orçamentárias efetivas	

Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)15/01/2026	-
CONTA88 35.708-1 - EMENDA 71210006- BANCADA DO RN - INCREM. PAP	

Publicado por:
Kylson Kennedy Bandeira
Código Identificador:D970ED76

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 1744/2026

DECRETO Nº 1744/2026

Abre credito Adicional Suplementar por excesso de Arrecadação conforme artigo 8º da Lei 839/2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 839/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A
Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 4.227,54 (quatro mil e duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Excesso de Arrecadação				
	2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
	17001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE			
		2.201 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
		1121 - 4.4.90.93.00 - Indenizações e Restituições	Fonte: 17010000	R$ 4.227,53
Total da Ação:				**R$ 4.227,53**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 4.227,53**
	18001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
		2.13 - Manutenção da Educação Infantil - 25% - Creche		
		1120 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições	Fonte: 156900003	R$ 0,01
Total da Ação:				**R$ 0,01**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 0,01**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo do Excesso de Arrecadação, conforme demonstrativo em anexo.

. **Art. 3º**. - Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 24 de junho de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeita do Município de Lucrécia/RN

CÁLCULO DA ESTIMATIVA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
ANEXO DECRETO 1744/2026	
FONTE: 17010000-Outras Transferências de Convênios ou instrumentos Congêneres do Estado.	
1) Previsão da receita para exercício 2026	0
2) Arrecadação no período de janeiro a dezembro 2026	0
3) Total da arrecadação estimada para o exercício 2026	4.227,53
4) Demonstração do cálculo do excesso de arrecadação	
a) Previsão Receita para 2026(LOA)	
b) Valor arrecadado até dezembro 2026	4.227,53
c) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO + A PROVAVEL ARRECADAÇÃO ATÉ DEZEMBRO.	4.227,53
d) Valor Utilizado	
e) Valor Utilizado neste decreto	4.227,53
f) Saldo de excesso em 24/06/2026	-
conta (155) 8.618-5 - CONVENIO 009/2020 - SIN	

CÁLCULO DA ESTIMATIVA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
ANEXO DECRETO 1744/2026	
FONTE: 156900003-Outras Transferências de Recursos do FNDE-PEJA	
1) Previsão da receita para exercício 2026	0
2) Arrecadação no período de janeiro a dezembro 2026	0
3) Total da arrecadação estimada para o exercício 2026	0.01
4) Demonstração do cálculo do excesso de arrecadação	
a) Previsão Receita para 2026(LOA)	
b) Valor arrecadado até dezembro 2026	0.01
c) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO + A PROVAVEL ARRECADAÇÃO ATÉ DEZEMBRO.	0,01
d) Valor Utilizado	
e) Valor Utilizado neste decreto	0,01
f) Saldo de excesso em 24/06/2026	-

Publicado por:
Kylson Kennedy Bandeira
Código Identificador:013835A8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 1745/2026

DECRETO Nº 1745/2026

Abre crédito adicional Suplementar por Superávit Financeiro conforme Artigo 8º inciso I da Lei 839/2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 839/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A
Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 16.260,44 (dezesseis mil e duzentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Superavit Financeiro											
	2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia										
		17001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE									
			2.201 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE								
				1122 - 4.4.90.93.00 - Indenizações e Restituições					Fonte: 27010000	R$ 16.260,44	
Total da Ação:										**R$ 16.260,44**	
Total da Unidade Orçamentária:										**R$ 16.260,44**	

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial.

. **Art. 3º**. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 24 de junho de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeita do Município de Lucrécia/RN

CÁLCULO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO	
DECRETO 1745/2026	
FONTE: 27010000-Outras Transferências de Convênios ou instrumentos Congêneres do Estado.	
(A) Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial exercício 2025	16.260,44
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	
(C) Créditos Extraordinários	
(D) Créditos Suplementares e Especiais	
Valor utilizado decreto	
Valor deste crédito	16.260,44
(E) Outras modificações orçamentárias efetivas	
Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)24/06/2026	-
Conta (155) 8.618-5 - CONVENIO 009/2020 - SIN	

Publicado por:
Kylson Kennedy Bandeira
Código Identificador:46A7AE21

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR 043/2026, DE 15 DE JUNHO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA/RN
Rua Prefeito Américo de Oliveira, 23, Centro - Nisia Floresta/RN CEP: 59164000 –

DECRETO Nº 043/2026 – GAB/PM Nísia Floresta - RN, de 15 de junho de 2026

Abre Crédito Adicional Especial, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente, em conformidade com a Lei municipal 1.090/2026, de 12 de junho de 2026.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto. Art. 2º - Cons tui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o ar go anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III da lei federal 4.320/1964. Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NISIA FLORESTA/RN, 15 de junho de 2026

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito do Município de Nísia Floresta

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					780.000,00
02 .171 Secretaria M de Infra Estrutura e Des. Econômico					780.000,00
	2268 Parceria Técnico Operacional para Implantação de Oficinas de Artefatos de Concreto com Apenados				780.000,00
		3.3.30.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	260.000,00
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	520.000,00
Anexo II (Redução)					780.000,00
02 .051 Secretaria Municipal de Transporte e Frota					130.000,00
	1145 Construção, Reforma e Instalação de Garagem Pública				130.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	100.000,00
02 .061 Secretaria Municipal de Obras e Limpeza Urbana					250.000,00
	1048 Construção, Ampliação, Modernização e/ou Manutenção de Cemitérios Públicos				100.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	100.000,00
	1151 Construção de Mercado Público				150.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	150.000,00
02 .171 Secretaria M de Infra Estrutura e Des. Econômico					400.000,00
	1047 Construção e Reconstrução de Pavimentação de Ruas e Avenidas				400.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	400.000,00

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:CC0C2000

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU DECRETO 1 DE JANEIRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN
Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60
DECRETO Nº 1, DE 02 de janeiro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 26.050,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAÚ, ESTADO DO RIO GRANDE NORTE, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Orgânica deste Município e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) n° 399/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - Criar as dotações especificadas na parte I, parte integrante deste Decreto, no valor de R$26.050,00 (vinte e seis mil e cinquenta reais) as quais passam a compor o QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado para o corrente ano, visando atender despesas de ações constantes do orçamento vigente.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação da criação de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância das dotações orçamentárias discriminada na Parte II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARAÚ/RN, 02 de janeiro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN
Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**26.050,00**
02 .003 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**11.050,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**2.500,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	2.500,00
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**3.950,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	1.250,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.700,00
	2086 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA				**4.600,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	4.600,00
02 .009 SECRETARIA DE FINANÇAS					**6.000,00**
	2073 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS.				**6.000,00**

		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.000,00
02 .011 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO					**3.000,00**
	2076 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO				**3.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	3.000,00
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**6.000,00**
	2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS				**4.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	4.000,00
	2030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGICA SAÚDE DA FAMÍLIA-ESF				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.000,00
Anexo II (Redução)					**26.050,00**
02 .002 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					**1.000,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.000,00
02 .003 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**11.050,00**
	1006 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL				**2.700,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	2.700,00
	2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%				**2.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	2.500,00
	1033 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REF. DAS ESCOLAS ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%				**5.850,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	5.850,00
02 .009 SECRETARIA DE FINANÇAS					**5.000,00**
	2073 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS.				**5.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	4.500,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	500,00
02 .011 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO					**3.000,00**
	2076 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	3.000,00
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**6.000,00**
	1024 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICA DE SAÚ-UBS				**2.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	2.000,00
	2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS				**4.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	4.000,00

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:19B1C8B0

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU DECRETO 2 DE JANEIRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN
Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60
DECRETO Nº 2, DE 02 de janeiro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 485.500,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAÚ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Orgânica do Município e pelo Art. 6º da Lei Orçamentária Anual vigente (LOA) n° 400/2025:
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 485.500,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais) às dotações especificadas na Parte I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas na Parte II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARAÚ/RN, 02 de janeiro de 2026

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**485.500,00**
02 .003 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**485.500,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**449.900,00**

		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	449.900,00
	2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALARIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL				**35.600,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	35.600,00
Anexo II (Redução)					**485.500,00**
02 .003 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**35.600,00**
	1006 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL				**12.100,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	5.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	5.600,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	1.500,00
	1007 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO INFANTIL.				**13.200,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	12.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	1.200,00
	2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALARIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL				**2.600,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	1.800,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	800,00
	1033 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REF. DAS ESCOLAS ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%				**7.700,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	3.700,00
99 .099 RESERVA DE CONTINGENCIA					**449.900,00**
	2047 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				**449.900,00**
		9.9.99.99 A CLASSIFICAR	15000000	0001	449.900,00

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:811A7D2F

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU DECRETO 3 DE FEVEREIRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN
Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60
DECRETO Nº 3, DE 02 de fevereiro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 428.707,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAÚ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Orgânica do Município e pelo Art. 6º da Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, n° 400/2025:
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, crédito adicional suplementar, no valor de R$ 428.707,00 (quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e sete reais) para reforço das dotações orçamentárias e suas respectivas fontes de recursos, especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional referido no artigo anterior, são provenientes do **"superavit financeiro"** apurado na fonte de recursos 26003110 e 26003130 constante do balanço patrimonial do exercício anterior, conforme dispõe o art. 43, I da Lei Nacional n° 4.320/1964.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.
.

PARAÚ/RN, 02 de fevereiro de 2026

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**428.707,00**
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**428.707,00**
	2030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGICA SAÚDE DA FAMÍLIA-ESF				**428.707,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26003110	0001	264.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26003130	0001	164.707,00

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:31254AC0

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU DECRETO 4 DE FEVEREIRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN
Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60
DECRETO Nº 4, DE 02 de fevereiro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 2.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAÚ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Orgânica do Município e pelo Art. 6º da Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, n° 400/2025:
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, crédito adicional suplementar, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) para reforço das dotações orçamentárias e suas respectivas fontes de recursos, especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional referido no artigo anterior, são provenientes do **"superavit financeiro"** apurado na fonte de recursos 26003130 constante do balanço patrimonial do exercício anterior, conforme dispõe o art. 43, I da Lei Nacional n° 4.320/1964.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PARAÚ/RN, 02 de fevereiro de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN					
Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.					
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60					
Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.000,00**
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**2.000,00**
	2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26003130	0001	2.000,00

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:000B01F5

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU PORTARIA 1 DE JANEIRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN
Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60
PORTARIA Nº 1, DE 02 de janeiro de 2026.

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAÚ, ESTADO DO RIO GRANDE NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o que lhe autoriza a Lei Orgânica deste Município, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) n° 399/2025 e Lei Orçamentária Vigente.
RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar o valor R$ $ 5.170.985,00(cinco milhões, cento e setenta mil, novecentos e oitenta e cinco reais), constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas, aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada na parte I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada na Parte II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARAÚ/RN, 02 de janeiro de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Parte I (Acréscimo)					**5.170.985,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**120.150,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**82.550,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	52.550,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	30.000,00
	2039 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				**37.600,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	19.550,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.050,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.300,00
02 .002 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					**110.500,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**110.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	55.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	30.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	25.000,00
02 .003 SECRETARIA DE					**2.274.263,00**

EDUCAÇÃO					
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**995.913,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	616.813,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	315.600,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	27.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	21.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE FUNDAMENTAL				**5.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	5.000,00
	2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALARIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL				**67.300,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	63.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	4.300,00
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**61.150,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	40.450,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	20.700,00
	2054 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL FUNDEB 70%				**23.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	23.500,00
	2056 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS-EJA FUNDEB 70%				**19.200,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	19.200,00
	2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**1.100.200,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	1.066.800,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	10.500,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	17.900,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	5.000,00
	2086 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA				**2.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	2.000,00
02 .004 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE					**41.500,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE				**41.500,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	38.000,00
02 .005 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA					**279.160,00**
	2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA				**279.160,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	52.810,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	2.010,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	75.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	97.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	24.840,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	15.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17500000	0001	3.500,00
02 .008 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**7.810,00**
	2003 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO				**7.810,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.010,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.800,00
02 .009 SECRETARIA DE FINANÇAS					**516.520,00**
	2073 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS.				**516.520,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	7.510,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	8.010,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	24.500,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.500,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	470.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
02 .010 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO					**23.510,00**
	2075 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.				**23.510,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	18.510,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
02 .011 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO					**466.110,00**
	2076 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO				**457.310,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	117.010,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	13.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	237.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	81.000,00

		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	9.100,00
	2078 MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA-CIP				**8.800,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17510000	0001	8.800,00
02 .012 SECRETARIA DE TRANSPORTES					**21.020,00**
	2079 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES				**21.020,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.010,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	8.510,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	6.500,00
02 .013 SECRETARIA DE CULTURA					**33.310,00**
	2080 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA				**33.310,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.100,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.010,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.200,00
02 .014 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER					**44.810,00**
	2082 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER				**44.810,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	35.800,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.010,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.136.110,00**
	2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS				**208.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	208.000,00
	2030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGICA SAÚDE DA FAMÍLIA-ESF				**288.900,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	276.600,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	8.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	3.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	600,00
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL-SB				**106.510,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	4.010,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	102.500,00
	2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				**17.100,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	8.100,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	9.000,00
	2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS				**223.100,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	211.900,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	11.200,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BASICA-AFB				**13.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	13.500,00
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE-MAC				**255.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	255.000,00
	2125 COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM - ATENÇÃO BÁSICA				**24.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	23.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16050000	0001	1.000,00
04 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**96.212,00**
	2041 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SUAS.				**55.800,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	22.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	16.800,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	17.000,00
	2044 GESTÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS				**8.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	8.000,00
	2127 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				**32.412,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16610000	0001	22.600,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16610000	0001	9.812,00
Parte II (Redução)					**5.170.985,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**120.150,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**112.150,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	82.150,00
	2039 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				**8.000,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.300,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.700,00

02 .002 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					**110.500,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**110.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	35.690,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.990,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	6.500,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.090,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	8.000,00
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	1.010,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	26.220,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
02 .003 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**2.274.263,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**1.738.800,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	290.600,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	1.066.800,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	106.600,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	3.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001001	0001	15.000,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	50.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001001	0001	15.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	7.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	110.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	47.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	9.500,00
		3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15001001	0001	7.000,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15001001	0001	7.800,00
	2012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 70%				**37.190,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	28.600,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	8.100,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15401070	0001	490,00
	2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%				**19.200,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	19.200,00
	2014 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL FUNDEB 30%				**54.850,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	54.850,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE FUNDAMENTAL				**25.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	25.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NAC. DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE FUNDAMENTAL				**61.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	36.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	25.000,00
	2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALARIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL				**12.300,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15500000	0001	2.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	3.500,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15500000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15500000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15500000	0001	1.300,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	2.000,00
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**145.656,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	4.500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	31.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	815,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.223,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.099,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	56.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.490,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.529,00
	2054 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL FUNDEB 70%				**910,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	910,00
	2056 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS-EJA				**500,00**

	FUNDEB 70%				
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	500,00
	2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO MEDIO				**3.557,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.010,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	815,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	917,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	815,00
	2064 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE INFANTIL				**14.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	14.000,00
	2065 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE EJA				**7.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	6.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.500,00
	2066 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NAC. DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE ENSINO INFANTIL				**1.800,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	800,00
	2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**151.800,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	19.500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	115.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	100,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	6.200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	5.000,00
02 .004 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE					**41.500,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE				**41.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	4.990,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	9.990,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.990,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	2.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.900,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15000000	0001	2.030,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.600,00
02 .005 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA					**275.660,00**
	2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA				**225.600,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	4.990,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	1.200,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	410,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	166.320,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	14.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	8.150,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.100,00
		3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15000000	0001	1.200,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	1.100,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	1.100,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.980,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	3.550,00
	2025 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGRICULTURA FAMILIAR				**18.110,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	1.990,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.490,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.550,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.990,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.590,00

	2053 MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICIPIO				**29.950,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	14.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	950,00
	2101 INCENTIVO AS ASSOCIAÇÕES DE PESCA E AGROPECUÁRIA.				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
02 .008 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO					**7.810,00**
	2003 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO				**7.810,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	5.010,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.800,00
02 .009 SECRETARIA DE FINANÇAS					**516.520,00**
	2073 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS.				**22.020,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	17.520,00
	2134 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS				**494.500,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	494.500,00
02 .010 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO					**5.000,00**
	2075 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.				**5.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.243,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	509,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	713,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.121,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	414,00
02 .011 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO					**469.610,00**
	2076 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO				**270.810,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	7.802,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	3.120,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	78,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	95.100,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17500000	0001	1.500,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	117.010,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17500000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	31.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17500000	0001	500,00
	2077 MANUTENÇÃO DO SISTEMA COLETA DO LIXO E LIMPEZA URBANA.				**190.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	190.000,00
	2078 MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA-CIP				**8.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	7.800,00
02 .012 SECRETARIA DE TRANSPORTES					**21.020,00**
	2079 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES				**21.020,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.549,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.010,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	1.116,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.510,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	2.510,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.325,00
02 .013 SECRETARIA DE CULTURA					**33.310,00**
	2080 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA				**33.310,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.010,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	16.100,00

		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
02 .014 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER					**44.810,00**
	2082 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER				**7.800,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	800,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	1.000,00
	2120 APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS.				**21.910,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	14.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.700,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.210,00
	1174 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESPORTIVAS.				**15.100,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.100,00
02 .015 CONTADORIA GERAL					**18.510,00**
	2083 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTADORIA GERAL				**18.510,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.550,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	7.130,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.010,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	991,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.490,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.090,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.249,00
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.136.110,00**
	2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS				**420.349,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	99.590,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	244.420,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	17.770,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	7.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	5.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	9.170,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001002	0001	15.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	1.560,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001002	0001	7.800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	12.239,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15001002	0001	800,00
	2030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGICA SAÚDE DA FAMÍLIA-ESF				**366.350,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	3.050,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	5.990,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	159.200,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	54.600,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	450,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	3.120,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	7.800,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16000000	0001	600,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	50.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	62.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	8.100,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	4.230,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16000000	0001	7.210,00
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL-SB				**80.263,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	10.199,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	360,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	3.149,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	1.529,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	7.139,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	16000000	0001	8.159,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	19.000,00

		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	19.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	7.139,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	4.589,00
	2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				**15.658,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	13.658,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	1.000,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	16000000	0001	1.000,00
	2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS				**161.100,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	11.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16040000	0001	149.900,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BASICA-AFB				**13.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	6.062,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	1.319,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	6.119,00
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE-MAC				**54.890,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	1.630,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	1.630,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	1.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.630,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	3.500,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	34.500,00
	2125 COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM - ATENÇÃO BÁSICA				**23.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	3.290,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	16050000	0001	10.190,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16050000	0001	9.520,00
	2126 COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM -MAC				**1.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	1.000,00
04 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**96.212,00**
	2040 GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGDSUAS				**1.220,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.220,00
	2041 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SUAS.				**62.317,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	14.800,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.010,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	2.200,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16610000	0001	6.017,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	32.300,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.490,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.500,00
	2042 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA				**28.880,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.500,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	22.600,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.010,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.630,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.520,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	620,00
	2127 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				**3.795,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16610000	0001	965,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16610000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16610000	0001	1.120,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16610000	0001	710,00

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:54057213

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU PORTARIA 2 DE JANEIRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN

Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60
PORTARIA Nº 2, DE 02 de janeiro de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAÚ, ESTADO DO RIO GRANDE NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o que lhe autoriza a Lei Orgânica deste Município, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) n° 399/2025 e Lei Orçamentária Vigente.
RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas, aprovado desta prefeitura para reforço das dotações orçamentárias especificadas na Parte I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada na Parte II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARAÚ/RN, 02 de janeiro de 2026

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN					
Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.					
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60					
Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Parte I (Acréscimo)					**100.500,00**
02 .011 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO					**100.500,00**
	1172 OBRAS DE URBANIZAÇÃO NOS AGLOMERADOS URBANOS DESTE MUNICÍPIO				**100.500,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.500,00
Parte II (Redução)					**100.500,00**
02 .011 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO					**100.500,00**
	1025 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTOS E GALERIAS.				**11.000,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.500,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
	1125 AQUISIÇÃO E OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS.				**8.894,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	1.224,00
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	3.670,00
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	4.000,00
	1126 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURA FÍSICA DE PRÉDIOS PÚBLICOS.				**20.100,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	7.100,00
	1148 AQUISIÇÃO DE UMA UNIDADE COLETORA DE LIXO RECICLÁVEL.				**12.200,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	12.200,00
	1150 CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.				**20.950,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.560,00
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.560,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.680,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	9.150,00
	1157 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO.				**12.600,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.400,00
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.400,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.900,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.900,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN					
Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.					
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60					
	1158 IMPLANTAÇÃO EXPANSÃO E MEHLORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.				**3.256,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.256,00
	1172 OBRAS DE URBANIZAÇÃO NOS AGLOMERADOS URBANOS DESTE MUNICÍPIO				**11.500,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	3.000,00

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:CD8C455E

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU PORTARIA 6 DE FEVEREIRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN
Rua Capitão Manoel Martins, 84, Centro-Parau/RN.
CNPJ Nº 08.084.691/0001-60
PORTARIA Nº 6, DE 02 de fevereiro de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAÚ, ESTADO DO RIO GRANDE NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o que lhe autoriza a Lei Orgânica deste Município, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) n° 399/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar o valor R$ $ 1.383.498,00 (um milhão, trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e oito reais), constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas, aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada na parte I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada na Parte II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARAÚ/RN, 02 de fevereiro de 2026

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Parte I (Acréscimo)					**1.383.498,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**53.108,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**51.108,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	908,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	15.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	35.000,00
	2039 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				**2.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
02 .002 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					**316.500,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**316.500,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	16.800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	155.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	144.700,00
02 .003 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**194.100,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**51.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	20.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	28.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	3.500,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE FUNDAMENTAL				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	20.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NAC. DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE FUNDAMENTAL				**48.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	43.000,00
	2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALARIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL				**23.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	15.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	6.500,00
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**20.900,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	6.900,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	14.000,00
	2064 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE INFANTIL				**19.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	10.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	9.000,00
	2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**10.700,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	10.700,00
02 .004 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE					**5.500,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				**5.500,00**

	DE MEIO AMBIENTE				
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.500,00
02 .005 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA					**235.900,00**
	2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA				**235.900,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	96.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	6.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	27.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	91.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	15.000,00
02 .009 SECRETARIA DE FINANÇAS					**48.600,00**
	2073 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS.				**48.600,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	37.600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	6.000,00
02 .010 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO					**500,00**
	2075 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.				**500,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
02 .011 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO					**243.000,00**
	2076 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO				**178.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	83.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	85.000,00
	2077 MANUTENÇÃO DO SISTEMA COLETA DO LIXO E LIMPEZA URBANA.				**65.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	65.000,00
02 .013 SECRETARIA DE CULTURA					**10.200,00**
	2080 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA				**10.200,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.200,00
02 .014 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER					**3.000,00**
	2082 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER				**3.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.000,00
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**244.090,00**
	2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS				**56.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	56.000,00
	2030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGICA SAÚDE DA FAMÍLIA-ESF				**22.700,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	4.100,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.100,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16000000	0001	17.500,00
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL-SB				**20.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	20.500,00
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE-MAC				**82.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	7.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	75.600,00
	2125 COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM - ATENÇÃO BÁSICA				**62.290,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16050000	0001	62.290,00
04 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**29.000,00**
	2041 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SUAS.				**8.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	8.000,00
	2042 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA				**2.900,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	2.900,00
	2043 GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA				**16.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	16.000,00
	2133 PROCADSUAS				**2.100,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	2.100,00
Parte II (Redução)					**1.383.498,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**53.108,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**50.200,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS	15000000	0001	4.900,00

		VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	8.150,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	2.150,00
	2039 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				**2.908,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	908,00
02 .002 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					**331.500,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**331.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.100,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	61.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	200.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	15.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.500,00
		3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	3.000,00
02 .003 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**194.100,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**139.910,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	89.100,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	2.410,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	14.300,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	7.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	7.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	8.100,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE FUNDAMENTAL				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	8.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NAC. DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE FUNDAMENTAL				**12.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	6.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	6.000,00
	2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALARIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL				**2.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15500000	0001	500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	500,00
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**17.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	17.000,00
	2065 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE EJA				**1.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	1.000,00
	2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**11.131,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	600,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	1.031,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	3.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
	2092 APOIO A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL				**3.059,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	3.059,00

02 .004 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE					**17.500,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE				**17.500,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	5.090,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.194,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	569,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	949,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	1.529,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	669,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
02 .005 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA					**149.700,00**
	2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA				**90.170,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	47.970,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	3.510,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	2.690,00
	2053 MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICIPIO				**49.470,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	990,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	19.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	9.990,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	19.490,00
	2101 INCENTIVO AS ASSOCIAÇÕES DE PESCA E AGROPECUÁRIA.				**10.060,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	3.560,00
02 .009 SECRETARIA DE FINANÇAS					**48.600,00**
	2073 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS.				**11.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	1.000,00
	2134 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS				**37.600,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	37.600,00
02 .010 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO					**500,00**
	2075 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.				**500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	500,00
02 .011 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO					**243.000,00**
	2076 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO				**37.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	19.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	6.000,00
	2077 MANUTENÇÃO DO SISTEMA COLETA DO LIXO E LIMPEZA URBANA.				**206.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	198.000,00
02 .012 SECRETARIA DE TRANSPORTES					**59.200,00**
	2079 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES				**59.200,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	15000000	0001	3.500,00

		CIVIL			
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.700,00
02 .013 SECRETARIA DE CULTURA					**10.200,00**
	2080 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA				**7.070,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	530,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.870,00
		3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	1.200,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	470,00
	2132 APOIO AOS PROFISSIONAIS DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS.				**3.130,00**
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	3.130,00
02 .014 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER					**3.000,00**
	2082 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**244.090,00**
	2029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS				**17.110,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.340,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	4.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15001002	0001	720,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	3.050,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	3.000,00
	2030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGICA SAÚDE DA FAMÍLIA-ESF				**54.440,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	47.500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	600,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	4.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	2.340,00
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL-SB				**17.632,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	2.030,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	6.119,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	4.079,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.325,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	4.079,00
	2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				**29.208,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	21.100,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	2.549,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	4.549,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15001002	0001	1.010,00
	2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS				**28.428,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	4.589,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	18.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	2.170,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.019,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	2.650,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BASICA-AFB				**17.614,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	1.529,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	3.059,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	1.527,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	1.019,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	15001002	0001	8.868,00

		GRATUITA			
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.612,00
	2063 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA				**1.019,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.019,00
	2071 CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO			**RN**	**16.349,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	4.900,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15001002	0001	4.900,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	3.490,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	3.059,00
	2125 COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM - ATENÇÃO BÁSICA				**12.580,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16050000	0001	3.490,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	9.090,00
	2126 COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM -MAC				**49.710,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	5.090,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	12.190,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16050000	0001	7.990,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	2.540,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16050000	0001	21.900,00
04 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**29.000,00**
	2040 GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGDSUAS				**4.060,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.030,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.030,00
	2041 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SUAS.				**1.110,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.110,00
	2042 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA				**8.425,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	1.525,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	4.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	400,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16600000	0001	2.500,00
	2043 GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA				**4.120,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.120,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	2.000,00
	2044 GESTÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS				**1.529,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.529,00
	2048 PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**8.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	6.000,00
	2052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA				**1.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
	2059 MANUTENÇÃO DAS ATIV.FORTALEC.CONTROLE SOC.PROG.BOLSA FAMÍLIA CAD.ÚNICO-IGDBF				**575,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	575,00
	2107 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.				**181,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	181,00

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:D6D6A267

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

O Município de Parelhas/RN, através do seu setor de Compras, vem por meio deste, convidar todos os interessados para apresentar cotação de preços para o objeto: **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA".** O prazo para a apresentação das cotações pelas empresas interessadas é de 03 (três) dias úteis, a contar do 1º dia após a data da publicação no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

E-mail para envio das cotações: setordecomprasparelhas01-rn@outlook.com

Parelhas, 01 de julho de 2026.

COTAÇÃO DE PREÇOS

A senhora,
Heloísa Cristina de Souto Silva
Gerente de Compras do Município de Parelhas/RN.

FORNECEDOR:	
CNPJ/CPF:	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:
FONE:	
EMAIL:	
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	FORNECIMENTO DE POSTE TELECÔMICO PARA ILUMINAÇÃO CONTENDO DUAS LUMINÁRIAS, SENDO UMA FIXADA NO TOPO DO POSTE (8M), A LUMINÁRIA SENDO TIPO PETALA E COM DRIVES, POTÊNCIA DE 150W. A OUTRA LÚMINÁRIA DEVE SER FIXADA A UMA ALTURA DE 6 M SENDO TAMBÉM TIPO PETALA E COM DRIVES, POTÊNCIA DE 100W AMBAS COM 6.500K. A ALTURA DO POSTE DEVE SER DE EXATAMENTE 8M, O POSTE DEVE SER FLANGEADO E COM CAIXA DE INSPEÇÃO EM SUA BASE, COM PLACA CHUMBADORA INCLUIDA EM CHAPA 1/4 CONTENDO BASE DE 4 FURAÇÕES COM PARAFUSOS E PORCAS DE 25MM, A BASE DO POSTE DEVE TER 110,6MM, SEU INTERMÉDIO 90MM E O SEU TOPO DEVE TER 60,3MM, TODA SUA DEVE MONTAGEM DEVE POSSUIR SISTEMA DE ENCAIXE, ABERTURA: MÍNIMA DE 1 METRO; DIMENSÕES EM MILÍMETROS, TOLERÂNCIA GERAL DE 2%. POSTE DENTRO DA NORMA ABNT 14.744 – VÁLIDA A PARTIR E 29/10/2001, RUPTURA VERTICAL/HORIZONTAL 100DAN SEM RUPTURA. NA COMPOSIÇÃO DE PREÇO DEVE SER LEVADO EM COSIDERAÇÃO QUE TODA MONTAGEM/INSTALAÇAO É DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	Unidade	25		
2	FORNECIMENTO DE POSTE EM AÇO GALVANIZADO NA ESTRUTURA METHALON MEDINDO na Base de reforço em metalon 150×150 mm, 3–4 mm, altura 50 cm, Coluna em metalon 120×120 mm, 3 mm, altura 3–4 m, Braço em metalon 100×100 mm, 3 mm, comprimento 0.50–1,0 m. , COM PINTURA ELETROSTÁTICA PODENDO SER NA COR BRANCA OU PRETA. BASE FLANGEADA PARA FIXAÇÃO EM SAPATA DE CONCRETO. EQUIPADO COM LUMINÁRIA LED LINEAR INTEGRADA, EFICIÊNCIA LUMINOSA IGUAL OU SUPERIOR A 150W, GRAU DE PROTEÇÃO: IP66 (À PROVA DE POEIRA E JATOS D'ÁGUA) TEMPERATURA DE COR (CCT) ENTRE 4.000K A 6.500K., IP65, IK08, VIDA ÚTIL = 50.000H). INCLUINDO A MANGUEIRA DE LED 220V AO LONGO DO CORPO DO POSTE, POTÊNCIA APROXIMADA DE 27W, COR BRANCO QUENTE, IP65. CONJUNTO FORNECIDO COMPLETO, PRONTO PARA INSTALAÇÃO, COM AS DEVIDAS GARANTIAS DO POSTE E DA ILUMINAÇÃO.A COMPOSIÇÃO DE PREÇO DEVE SER LEVADO EM COSIDERAÇÃO QUE TODA MONTAGEM/INSTALAÇAO É DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA	UND	200		
3	FORNECIMENTO DE POSTE DECORATIVO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO MEDINDO ENTRE 3,90MM E 4,00MM DE ALTURA, FLANGEADO E COM CAIXA DE INSPEÇÃO EM SUA BASE, COM PLACA CHUMBADORA MEDINDO 200X20 EM CHAPA 3/16 CONTENDO BASE DE 4 FURAÇÕES COM PARAFUSOS E PORCAS DE 16MM, A BASE DO POSTE DEVE TER 110,6MM E O TOPO DEVE TER 70,3MM, MONTAGEM COM SISTEMA DE ENCAIXE, ABERTURA: MÍNIMA DE 1 METRO; DIMENSÕES EM MILÍMETROS, TOLERÂNCIA GERAL DE 2%. POSTE DENTRO DA NORMA ABNT 14.744 – VÁLIDA A PARTIR E 29/10/2001, RUPTURA VERTICAL/HORIZONTAL 100DAN SEM RUPTURA. O POSTE DEVE CONTER UMA LUMINÁRIA EM ALUMINIO INJETADO COM "MODULOS DE LED" POTENCIAS DE 120W, FLUXO LUMINOSO: 14.000lm – 16.000lm. ANGULO DE ABERTURA: 120°, FATOR DE POTÊNCIA > 90,0, IRC >65. JA FIXADA NO POSTE. A LUMINARIA DEVERÁ TER UMA ALTURA: 700MM – 750MM E LARGURA: 450MM– 480MM E TEMPERATURA DE COR 3.000K – 6.500K. O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR CATÁLOGO E AMOSTRA PARA HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO. NA COMPOSIÇÃO DE PREÇO DEVE SER LEVADO EM COSIDERAÇÃO QUE TODA MONTAGEM/INSTALAÇAO É DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA	UND	50		
4	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO À ÓLEO 112,5 KVA (EXTERNO) TENSÃO PRIMÁRIA 13.800 V TENSÃO SECUNDÁRIA 440/380	UND	2		
5	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 75KVA	UND	3		
6	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 30KVA	UND	5		
7	BUCHA PLASTICA N.10+PARAFUSO	UND	5.000		
8	CANALETA 30X20x2000– FECHADA PVC BRANCO	UND	750		
9	CANALETA 50X50x2000 PERFURADA PVC BRANCO	UND	750		
10	BOCAL ADAPTADOR E–27 PARA E–40	UND	600		
11	BOCAL DE PLASTICO COM RABICHO E– 27	UND	600		
12	BOCAL DE LOUÇA E–40	UND	100		
13	BOCAL DE LOUÇA E–27	UND	200		
14	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA HASTE ATERRAMENTO	UND	150		
15	PLACA CEGA 4X4 BRANCA	UND	250		
16	PLACA CEGA 4X2 BRANCA	UND	250		
17	INTERRUPTOR – 01 TECLAS, 4X2, 10 A BRANCA– MODULAR	UND	250		
18	INTERRUPTOR – 02 TECLAS, 4X2, 10 A BRANCA – MODULAR	UND	500		
19	TOMADA DE PAREDE 20 A , 4X2, 2P+T,DUPLA MODULAR,COR BRANCA	UND	250		
20	TOMADA DE PAREDE 20A, X2,2P+T,MODULAR,COR BRANCA	UND	150		
21	TOMADA DE PAREDE 10 A, 4X2, 2P+T, MODULAR DUPLA,COR BRANCA	UND	500		

22	TOMADA DE PAREDE 10 A, 4X2, 2P+T,MODULAR,COR BRANCA	UND	250		
23	TOMADA PLUGUE FêMEA + PLUGUE MACHO COM 3 PINOS –20 A	UND	75		
24	TOMADA PLUG FÊMEA E MACHO 3 PINOS –10A (PARES)	UND	250		
25	INTERRUPTOR (SISTEMA X) SIMPLES	UND	100		
26	TOMADA EXTERNA SISTEMA X MODULAR 20ª	UND	100		
27	TOMADA EXTERNA MODULAR DUPLA 10ª	UND	500		
28	CABO DE COBRE NÚ 35 MM(METRO DE BOBINA	METROS	250		
29	CABO DE COBRE NÚ 25 MM(METRO DE BOBINA	METROS	250		
30	CABO DE COBRE NÚ 16 MM(METRO DE BOBINA	METROS	500		
31	CABO DE COBRE ISOLADO RIGIDO 50 MM/1KA (METRO BOBINA)	METROS	150		
32	CABO DE COBRE ISOLADO RIGIDO 35 MM/1KA (METRO BOBINA)	METROS	250		
33	CABO DE COBRE ISOLADO RIGIDO 25 MM/1KA (METRO BOBINA)	METROS	750		
34	CABO DE COBRE ISOLADO RIGIDO 16 MM/1KA (METRO BOBINA)	METROS	750		
35	CABO DE COBRE ISOLADO RIGIDO MMY1KA (METRO BOBINA)	METROS	2.000		
36	CABO DE COBRE ISOLADO RÍGIDO 6 MM – 1 KVA	METROS	2.500		
37	CABO FLEX 25MM COR CONFORME SOLICITAÇÃO NORMATIZADO COM INMETRO – APRESENTAR CATALOGO (PEÇA 100 METROS)	PEÇA	10		
38	CABO FLEX 16MM COR CONFORME SOLICITAÇÃO NORMATIZADO COM INMETRO – APRESENTAR CATALOGO (PEÇA 100 METROS)	PEÇA	30		
39	CABO FLEX 10 MM COR CONFORME SOLICITAÇÃO NORMATIZADO COM INMETRO APRESENTAR CATALOGO (PEÇA 100 METROS)	PEÇA	75		
40	CABO FLEX 6.0 MM COR CONFORME SOLICITAÇÃO NORMATIZAOO COM INMETRO – APRESENTAR CATALOGO (PEÇA 100 METROS).	PEÇA	100		
41	CABO FLEX 4.0 MM COR CONFORME SOLICITAÇÃO NORMATIZADO COM INMETRO – APRESENTAR CATALOGO (PEÇA 100 METROS).	PEÇA	100		
42	CABO FLEX 2.5MM COR CONFORME SOLICITAÇÃO NORMATIZADO COM INMETRO (APRESENTAR CATALOGO PEÇA DE 100M).	PEÇA	150		
43	CABO PP 4X 10MM NORMATIZADO COM INMETRO – APRESENTAR CATALOGO.	METROS	500		
44	CABO PP 2 X 4.0MM – NORMATIZADO COM INMETRO – APRESENTAR CATÁLOGO.	METROS	1.000		
45	CABO PP 2 X 2.5MM – NORMATIZADO COM INMETRO – APRESENTAR CATÁLOGO.	METROS	1.000		

Observações:
*Validade da proposta: 60 dias
*Informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas, encargos e tributos para sua formação.
*declaramos para fins de cumprimento da Lei Complementar 123/2016 e alterações que a empresa acima está enquadrada como ( )MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI/ ( ) MICROEMPRESA-ME/ ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE –EPP/ ( )NÃO ENQUADRADO COMO MEI/ME/EPP, para utilizarmos do tratamento diferenciado, previsto na legislação, nas aquisições públicas.

Parelhas/RN, ___de_____de 2026.

_____
Responsável

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:270710F4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO EXTRATO DO CONTRATO PROCESSO N° 4271/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 54/2026

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO N° 4271/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 54/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO HOSPITALAR.

Data da Assinatura: 29/06/2026.

Vigência: 29/06/2026 a 29/12/2027.

Contratante:

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Contratada:

MEDCAL FARMA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.319.496/0001-59, com sede na Av. Miguel Castro 998, Bairro Nosso Senhora de Nazaré, Natal- RN CEP 59.062-000, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) Mágnus Soares da Costa, inscrita no CPF sob p n° 837. ***.***-87.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Vlr. Total(R$)
1	0028772-PCR TURBIDIMETRIA (CALIBRADOR E CONTROLE DEDICADO)	KIT	18	R$ 943,95	R$ 16.991,10
2	0028773 - UREIA	KIT	3	R$ 137,70	R$ 413,10
3	0028774 - CK NAC	KIT	3	R$ 203,65	R$ 610,95
4	0028775 - CK MB	KIT	3	R$ 439,80	R$1,319,40

5	0028776 - TGO	KIT	3	R$ 97,75	R$ 293,25
6	0028777 - TGP	KIT	3	R$ 97,75	R$ 293,25
7	0028778 - GAMA GT	KIT	4	R$ 133,75	R$ 535,00
8	0028779 - FOSFATASE ALCALINA	KIT	2	R$ 100,05	R$ 200,10
9	0028780 - CALIBRADOR MULTIPARÂMETRO	KIT	6	R$ 82,90	R$ 497,40
10	0028781 - CONTROLE DE MULTIPARÂMETRO	KIT	6	R$ 82,90	R$ 497,40
11	0028782 - TROPONINA QUALITATIVA	KIT	3	R$ 147,45	R$ 442,35
TOTAL	**R$ 22.093,30**				

AÇÃO:2005
FONTE: 15001002
Republicado por incorreção no objeto.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:59CF364E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

O Município de Parelhas/RN, através do seu setor de contratações diretas, vem por meio deste, convidar todos os interessados para apresentar cotação de preços para o objeto**: "AQUISIÇÃO DE ROLOS DE TNT PARA A CONFECÇÃO DA DECORAÇÃO DO ARRAIÁ DA ZONA SUL 2026."** O prazo para a apresentação das cotações pelas empresas interessadas é de 03 (três) dias úteis, a contar do 1º dia após a data da publicação no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

E-mail para envio das cotações: pmplicitacoes@gmail.com

Parelhas, 01 de julho de 2026.

COTAÇÃO DE PREÇOS

Ao Município de Parelhas/RN,

FORNECEDOR:	
CNPJ/CPF:	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:
FONE:	
EMAIL:	
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROLOS DE TNT PARA A CONFECÇÃO DA DECORAÇÃO DO ARRAIÁ DA ZONA SUL 2026	

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	TNT DE GRAMATURA 80 EM ROLO DE 100 METROS COM 1,40M DE LARGURA.	UND	70		

Observações:
*Validade da proposta: 60 dias
*Informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas, encargos e tributos para sua formação.
*declaramos para fins de cumprimento da Lei Complementar 123/2016 e alterações que a empresa acima está enquadrada como ( )MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI/ ( ) MICROEMPRESA-ME/ ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE –EPP/ ( )NÃO ENQUADRADO COMO MEI/ME/EPP, para utilizarmos do tratamento diferenciado, previsto na legislação, nas aquisições públicas.

Parelhas/RN, ___de_____de 2026.

_____
Responsável

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:D4EDE085

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 022/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN (Órgão Gerenciador), com sede na Rua Coronel Jose da Costa Alecrim, Nº 164 - Centro, Pedra Preta/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.113.995/0001-09, por intermédio de seu representante legal o PREFEITO CONSTITUCIONAL, LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA, CPF: 008.213.744-78, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº. 008/2026, processo administrativo nº. 186/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as

partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto nº 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.
1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO, DE FORMA PARCELADA, SOB DEMANDA, DE FARDAMENTO E UNIFORMES, com especificação no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº. 008/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: DISTRIBUIDORA LILIAN LTDA
CNPJ: 16.804.425/0001-93
ENDEREÇO: R. SEGUNDO COSTENARO, Nº 85 – QD 01, LOTE 04 ROD BR 376 - PQ IND. DOMINGOS MASSA - JANDAIA DO SUL/PR - CEP: 86.900-000
REPRESENTANTE LEGAL: LILIAN MOURA MORALES AGUIAR
CPF: 006.322.359-77
E-MAIL: licitadl@gmail.com
TELEFONE CELULAR: (43) 3432-4904

ITENS	DESCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	MARCA	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0003	CALÇA JEANS PARA FARDAMENTO -CONFECCIONADA EM TECIDO JEANS, COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO (OU EQUIVALENTE), GRAMATURA MÉDIA, PROPORCIONANDO RESISTÊNCIA, CONFORTO E MOBILIDADE PARA ATIVIDADES LABORAIS. MODELAGEM TRADICIONAL/UNISSEX, CINTURA MÉDIA, FECHAMENTO FRONTAL POR ZÍPER E BOTÃO METÁLICO, PASSANTES PARA CINTO, COSTURAS REFORÇADAS, BOLSOS FRONTAIS E TRASEIROS FUNCIONAIS. COR AZUL JEANS PADRÃO, SEM LAVAGENS ESPECIAIS OU EFEITOS. TAMANHOS VARIADOS, CONFORME DEMANDA. PRODUTO NOVO, SEM USO, ISENTO DE DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PRÓPRIA	UND	170	R$ 69,90	R$ 11.883,00
	VALOR TOTAL:					**R$ 11.883,00**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021.
A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública.
Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a CEM por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

VALIDADE DA ATA.
A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais Legislações Aplicáveis.

REVISÃO E CANCELAMENTO.
A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. 5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
5.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
5.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
O registro do fornecedor será cancelado quando:
Descumprir as condições da ata de registro de preços;
Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e
5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os produtos com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11,
§4º do Decreto nº. 7892/13.

CASOS OMISSOS.
8.1 Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Federal nº. 7892/13, Decreto Municipal nº. 160/2018 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
FORO.
Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Lajes/RN.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN e pelo detentor da presente ata.

Pedra Preta/RN, 26 de junho de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
CPF: 008.213.744-78
Prefeito Municipal
Pelo Órgão Gerenciador

Distribuidora Lilian LTDA
CNPJ: 16.804.425/0001-93
LILIAN MOURA MORALES AGUIAR
CPF: 006.322.359-77
Pela Detentora da Ata

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:DE33B5F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 01/2026 – FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS – PMPA/SEMEC

EDITAL Nº 01/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 – FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS – PMPA/SEMEC

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB), INSTITUÍDA PELA LEI Nº 14.399/2022 – CICLO 2

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA.

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Pedro Avelino/RN.
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/Secretaria Municipal de Educação e Culturatorna público o presente edital, elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Lei nº 14.903/2023 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

1 - OBJETO DO EDITAL
1.1 – O objetivo deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas diversas categorias, como artes cênicas, circo, música, cultura popular, folguedos, dança, capoeira, artesanato, eventos culturais, economia criativa, culinária cultural, cultura negra, cultura cigana, audiovisual e demais linguagens culturais que possam ser identificadas no cadastro cultural do município visando incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Pedro Avelino/RN.
1.2 - Cada proponente poderá realizar apenas 01 (uma) inscrição e ser contemplado em apenas um chamamento com recursos da Política Nacional Aldir Blanc.
1.3 – Quando houver duas inscrições pelo mesmo proponente, será considerada a data da última inscrição.

1.4 – Este edital seguirá orientado com o seguinte cronograma**:**

CRONOGRAMA GERAL		
1	Lançamento do edital	01 de julho de 2026
2	Inscrições da proposta	02 a 10 de julho de 2026
3	Análise do mérito cultural e aplicação de pontuações extras	13 a 16 de julho de 2026
4	Divulgação do resultado provisório	17 de julho de 2026
5	Recurso à fase de mérito cultural	20 a 22 de julho 2026
6	Análise de recursos pela comissão	23 de julho de 2026
7	Divulgação final da fase de mérito	24 de julho de 2026
8	Envio dos documentos de Habilitação	27 a 29 de julho de 2026
09	Habilitação de documentos e aferição de políticas afirmativas	30 de julho de 2026
10	Resultado provisório da habilitação	31 de julho de 2026
11	Recebimento de recursos	03 a 05 de agosto de 2026
12	Análise de recursos	06 de agosto de 2026
13	Divulgação do resultado final	07 de agosto de 2026
14	Informes de contas e Assinatura do Termo de Execução Cultural	10 a 14 de agosto de 2026
15	Realização de pagamentos	A partir de 24 de agosto de 2026

2. DOS RECURSOS DISPONÍVEIS E DA DESTINAÇÃO
2.1 – O presente edital é no valor total deR$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) para fomento cultural destinado a agentes culturais, distribuídos da seguinte forma:

CATEGORIA	**QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA**	**COTAS PARA PESSOAS PRETAS OU PARDAS**	**COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS**	**COTAS PARA PCD**	**QNTD TOTAL DE VAGAS**	**VALOR POR PROJETO**
A	4	2	1	1	8	5.000,00
B	1	0	0	0	1	10.000,00

2.2 – A despesa correrá à conta de Dotação Orçamentária, Conforme Lei 1.019/2026, de 26 de maio de 2026, Abertura de Crédito Especial ao orçamento vigente do município de Pedro Avelino/RN.
2.3 - Sobre o valor total repassado pelo município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios, por não configurar como uma prestação de serviços.
2.4 – Os recursos destinados aos contemplados seguirá ordem de assinatura do Termo de Execução Cultural, sem necessidade de aguardar ordem cronológica de pagamentos.
2.5 – Havendo orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas poderão ser ampliadas.
2.6 – O remanejamento de recurso poderá ser destinado para atendimento de suplentes de outro edital, lançamento de novo edital ou ações que fortaleçam as políticas culturais do município, assegurado os princípios da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, em acordo com o Plano de Aplicação de Recursos.
2.7 – A decisão sobre o remanejamento de recursos fica a critério do órgão gestor responsável pela aplicação de recursos.

3. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS
3.1 – O apoio financeiro será orientado às seguintes características:
a) Projeto de fomento: Refere-se ao apoio concedido a agentes culturais, configurando como pessoas físicas, empresas culturais, associações culturais, coletivos culturais com reconhecida atuação no setor artístico-cultural, para desenvolvimento de ações em âmbito municipal.
b) Ações culturais: As propostas culturais devem incluir formação, pesquisa, apoio à montagem de espetáculos, mostras, festival, edição de livro, feira cultural, aquisição de material de insumo, venda de produtos, economia solidária, economia criativa da cultura e tantos outros existentes.
3.2 – Os agentes culturais que submeterem proposta de projetos deverão comprovar atuação em atividades artístico-culturais há no mínimo 12 meses, antes da inscrição, através de fotos, links, matérias, prints, portfólio cultural e documentos oficiais legíveis.
3.3 – Ausência de comprovações de atuação artístico-cultural, desenvolvimento da economia criativa, economia solidária, desclassifica o proponente na etapa de habilitação.

4 - QUEM PODE PARTICIPAR
4.1 – Agentes culturais que residem e domiciliam nomunicípio de Pedro Avelino/RN,há pelo menos 12 meses, a contar da data de inscrição, com 18 anos completos.
4.2 – Proponentes que comprovam domicílio no município, poderão se inscrever e só serão contemplados se houver sobra de vagas e comprovar ação cultural continuada na cidade.
4.3 – Agente cultural é a pessoa jurídica, pessoa física ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
4.4 – O agente cultural pode ser:

I - Pessoa física;
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos e sem fins lucrativos, com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, expressa no CNPJ;
III – Coletivo cultural, grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
IV – Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica, será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo II.
V – Não será permitida inscrição de MEI ou Empresário Individual, quando a pessoa física responsável efetuar inscrição, devendo fazer opção por apenas uma representação.
4.5 – Os coletivos culturais deverão informar o número mínimo de cinco (5) integrantes, seguido de assinaturas e informes de documentos.
4.6 – O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque com capacidade de decisão no projeto, sob pena de desclassificação imediata da proposta.

5 - QUEM NÃO PODE PARTICIPAR
5.1 – Não pode se inscrever neste Edital proponentes que:
I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeito, vice-prefeito), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e funcionário lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
IV – Agente cultural com prestação de contas pendentes da Lei Paulo Gustavo, Política Nacional Aldir Blanc – Ciclo 1, com sanções em vigência.
V – Não comprovar ações culturais continuadas ou domicílio no município, atendendo vedações do item 4.1.
5.2 - O agente cultural que integrar o Conselho Municipal de Política Cultural somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.
5.3 **–** A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital, o que não inviabiliza a sua participação neste edital.
5.4 – É terminantemente proibida a apresentação de projetos intermediados por terceiros ou por procuração.

6 - ETAPAS DO EDITAL
6.1 – Este edital é composto pelas seguintes etapas:
I - Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
II - Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos;
III - Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação;
IV - Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais contemplados serão convocados para efetuarem a abertura de conta específica e assinar o Termo de Execução Cultural.

7. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO
7.1 - As inscrições serão gratuitas, abertas no prazo estipulado no item 1.4, podendo ser prorrogadas por decisão do gestor municipal.
7.2 - O proponente deve encaminhar a documentação física no endereço da Casa de Cultura Municipal, Rua Epitácio Pessoa, s/n, Centro. CEP. 59.530-000 Pedro Avelino/RN, no horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h, respeitado o cronograma de inscrições do edital.
7.3 – A inscrição se dará ainda por meio eletrônico com propostas enviadas para o e-mail culturaculturalpa@gmail.com contendo todos os documentos assinados, em arquivo PDF, até às 23h59, do último dia de inscrição.
7.4– Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado, sob pena de não serem avaliadas pela equipe de pareceristas.
7.5 – O proponente deve entregar as propostas por meio de formulário oficial fornecido pelo município em formatos editais, sob pena de desclassificação, em caso de entrega diferente.

8 – DOCUMENTOS DE INSCRIÇÃO
8.1 **–** Documentos de inscrição a serem enviados:
a) Formulário de inscrição que constitui o Plano de Trabalho (Anexo I);
b) Declaração de que representa um coletivo cultural, quando for o caso (Anexo II)
c) Declaração de residência, quando não tiver comprovação em nome do proponente (Anexo III).
d) Autodeclaração para Políticas Afirmativas, quando for concorrer às cotas e/ou solicitar pontuações extras (Anexo IV).
e) Portfólio do proponente (documento contendo fotos, materiais, prints, links, páginas que comprovem a atuação cultural);
f) Mini currículo da equipe de trabalho.
8.2 - O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
8.3 - A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

9 – ANÁLISE DE MÉRITO E SELEÇÃO DE PROJETOS
9.1 – A análise de mérito e seleção dos projetos culturais será realizado por uma Comissão de Avaliação e Seleção constituída pelo município, Decreto 551/2023 de 06 de outubro de 2023.
9.2 – Os membros da Comissão de Avaliação e Seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
a) Tenham interesse direto na matéria;
b) Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos 12 meses, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
c) Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente, ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
9.3 – O membro da Comissão de Avaliação e Seleção que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, por meio de documento oficial, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
9.4 – Para esta seleção, serão considerados os seguintes critérios de pontuação estabelecidos:

Identificação do critério	Descrição	Pontuação

A	**Qualidade do Projeto - Descrição, objetivos e metas** -A análise deverá considerar, para fins de avaliação, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	**1 a 10**
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município** – A análise deverá considerar a contribuição para o enriquecimento e potencialização da cultura local nos aspectos sociais, artísticos e culturais.	**1 a 10**
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** -Analisar se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica e geográfica, bem como, formação de equipe de trabalho.	**1 a 10**
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	**1 a 10**
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	**1 a 10**
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** -A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	**1 a 10**
G	**Trajetória cultural** – Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta para análise. - 5 pontos para proponente com até 5 anos de comprovações; - 15 pontos para proponente entre 6 a 10 anos de comprovações; - 20 pontos para proponente entre 11 a 25 anos de comprovações; - 25 pontos para proponentes acima de 26 anos de comprovações.	**1 a 25**
TOTAL DE PONTUAÇÃO 85		

9.5– O proponente que não atingir o ponto de corte equivalente à nota mínima de 40 pontos, na avaliação de mérito, será desclassificado e não receberá pontuação extra.
9.6 – A nota da Comissão de Avaliação e Seleção será aplicada de forma coletiva, sendo vedada nota individual.
9.7 – Em caso de empate na nota final, serão selecionados os projetos com melhor pontuação, de acordo com os seguintes critérios:
maior pontuação no item A;
maior pontuação no item B;
maior pontuação no item G.
9.8 - Persistindo o empate, a Comissão de Avaliação e Seleção estabelecerá o desempate por maioria absoluta.
9.9 – A Comissão de Avaliação e Seleção indicará uma lista de suplentes que atingirem o ponto de corte. Caso haja disponibilidade de recursos orçamentários, os mesmos poderão ser contemplados posteriormente, de acordo com a pontuação em ordem decrescente.
9.10 – A relação dos pré-selecionados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/RN (www.pedroavelino.rn.gov.br).
9.11 – Contra a decisão na fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do e-mail culturaculturalpa@gmail.com dentro do prazo estipulado no cronograma (anexo V).
9.12 – Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
9.13 – Após o julgamento dos recursos, o resultado da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial ou no site da Prefeitura de Pedro Avelino/RN (www.pedroavelino.rn.gov.br).
9.14 – A decisão da comissão de avaliação é soberana, não cabendo recurso após o resultado final.

10 - PONTUAÇÕES EXTRAS
10.1 **–** Pontuações extras podem ser adicionadas para os seguintes grupos afirmativos:
a) pessoas negras (pretas ou pardas);
b) mulheres (cis ou trans/travestis) e pessoas dissidentes de gênero;
c) pessoas de povos e comunidades tradicionais (indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de povos das águas e nômades – artistas circenses e parquistas);
d) pessoas LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, não binárias, queer/questionando, intersexo, assexuais, pansexuais, andrógine, gênero fluido ou outra variabilidade);
e) pessoas com deficiência;
f) pessoas idosas;
g) projetos realizados na zona rural por agentes culturais residentes na zona rural do município.
10.2. As pontuações extras podem ser cumulativas e serão aplicadas de acordo com os seguintes critérios:
a) proponentes que atendam a um ou dois critérios do item 10.1 receberão um acréscimo de 05 (cinco) pontos em sua nota;
b) proponentes que atendam a três ou quatro critérios do item 10.1 receberão um acréscimo de 10 (dez) pontos em sua nota; e
c) proponentes que atendam a cinco ou mais critérios do item 10.1 receberão um acréscimo de 15 (quinze) pontos em sua nota.
10.3. As pontuações extras terão um limite máximo de 15 (quinze) pontos por inscrição e serão somadas à nota obtida na análise de mérito cultural.
10.4. Para solicitar as pontuações extras, o agente cultural responsável pela inscrição deve se autodeclarar, usando a Autodeclaração para Políticas Afirmativas, anexo IV.
10.5. As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas quando 50% mais um da direção sejam pessoas pretas ou pardas ou da mesma categoria de cotas, e os coletivos culturais com maioria que assina a declaração indicando o responsável pelo recebimento dos recursos.
10.6. Só serão considerados para pontuações extras os critérios que tiverem sido mencionados na autodeclaração.
10.7. Caso o projeto seja selecionado na etapa de análise de mérito, os proponentes deverão enviar, na etapa de habilitação, cartas substanciais (Anexo VI)
10.8. As pontuações extras serão retiradas na etapa de habilitação, caso o agente cultural não seja reconhecido pela comissão organizadora deste Edital, por meio da análise dos documentos comprobatórios.
10.9. No caso de haver denúncia e/ou constatação de declaração falsa para concorrer às cotas e pontuações extras, será instaurado procedimento para a sua verificação e, apurada a falsidade, a inscrição será desclassificada, além de aplicação de outras sanções administrativas e civis cabíveis, bem como penais previstas no Art. 299 do Código Penal.
10.10. Na hipótese de denúncia e/ou constatação de declaração falsa após o recebimento do apoio financeiro, o proponente deverá devolver o montante recebido, estando sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis.

11- DA HABILITAÇÃO
11.1 – Na etapa de habilitação será avaliado o preenchimento de todos os anexos obrigatórios, e o atendimento às condições previstas nos itens 12 e 13.
11.2 – Os procedimentos necessários à etapa de habilitação serão realizados pela equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou designada pelo Chefe do Executivo.

10.3 - A lista de habilitados e inabilitados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/RN (www.pedroavelino.rn.gov.br).
11.4 – Caberá recurso na fase de habilitação, por meio de documento destinado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do e-mail culturaculturalpa@gmail.com dentro do prazo previsto neste edital (anexo VI).

12 – HABILITAÇÃO PARA PROPONENTE PESSOA JURÍDICA:
Cópia atualizada do cartão do CNPJ, com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, expressa;
Cópia atualizada do contrato social para empresas ou estatuto para Organizações da Sociedade Civil e suas alterações;
Cópia da ata da última eleição que deu poderes ao representante legal, quando se tratar de Organização da Sociedade Civil;
Cópia do RG e CPF do representante legal da pessoa jurídica;
Comprovante de residência (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do representante legal e quando for em nome de terceiro assinar Declaração de Residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estadual;
Certidão de Débitos Municipal;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Certidão de Regularidade Fiscal da Caixa Econômica Federal.
Carta substanciada para cota de pessoa negra ou parda, indígena (ANEXO V) ou documento comprobatório para PCD, como laudo, comprovante de BPC.

13 – PESSOA FÍSICA, RESPONSÁVEL POR COLETIVO CULTURAL:
Documentos pessoais do representante, CPF e RG;
Comprovante de residência do representante (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do requerente e, quando for em nome de terceiro, assinar Declaração de residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
Certidão Negativa de Débito Municipal;
Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estaduais;
Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos e Contribuições Federais.
Carta substanciada para cota de pessoa negra ou parda, indígena (ANEXO V) ou documento comprobatório para PCD, como laudo, comprovante de BPC.

14 - POLÍTICAS AFIRMATIVAS
14.1 – O presente Edital, por meio do sistema de cotas e pontuação extra, assegura mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de grupos afirmativos.
14.2 - Grupos afirmativos são grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa e socioeconômica, sendo integrados nas políticas afirmativas da Política Nacional Aldir Blanc, com o objetivo de promover a inclusão social, cultural e econômica dessas populações historicamente privadas de acesso a oportunidades.

15 - CATEGORIA DE COTAS
15.1 - Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) 25% para pessoas negras (pretas e pardas);
b) 10% para pessoas indígenas;
c) 5%, para Pessoa com Deficiência - PCD;
15.2 – A quantidade de cota destinada está descrita no item 2.1.
15.3 – Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher autodeclaração.
15.4 - Considera-se pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

16 - CONCORRÊNCIA CONCOMITANTE
16.1 - Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo, nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
16.2 – As vagas destinadas às cotas deverão ser remanejadas para outra vaga de cotas, se não houver contemplados dentro da porcentagem ou destinada ampla concorrência, caso o número ofertado seja preenchido.

17 – ACESSIBILIDADE
17.1 – Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e/ou comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
17.2 – Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

17.3 – Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade.
17.4 - Quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

18 - ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DE RECURSOS
18.1 – O proponente contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo estipulado, de forma presencial ou, em caso de impedimento, deverá ser assinado pelo sistema gov. ou outro formato previsto em Lei.
18.2 – O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo proponente selecionado neste Edital e pela Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
18.3 – Durante a assinatura do Termo de Execução Cultural, o proponente receberá os recursos em conta bancária informada especificamente, em qualquer banco, para o recebimento dos recursos deste Edital, em parcela única, dentro do cronograma estipulado neste edital.
18.4 – A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
18.5 – Será observada a validade das certidões negativas, devendo o proponente estar em dia com sua regularidade fiscal até a fase de pagamento.
18.6 – O proponente deve assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.
18.7 – Todos os projetos deverão ser executados no prazo de 180 dias a contar da data de recebimento dos recursos, podendo ser prorrogado por 60 dias, através de ofício direcionado ao órgão gestor.
18.8 – A prorrogação de prazos para execução de projetos culturais, deverá ser autorizada pelo órgão gestor, sob justificativa do proponente.

19 – DAS OBRIGAÇÕES
19.1 – Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas da Prefeitura Municipal de Pedro Avelino, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Sistema Nacional de Cultura, Política Nacional Aldir Blanc, Ministério da Cultura e Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
19.2 – O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.
19.3 – As aplicações de marcas estão sujeitas a análise, conforme Lei 9.507/1997 que versa sobre o período eleitoral brasileiro.

20 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
20.1 – Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão A Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
20.2 – O proponente deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 30 dias, após o fim da vigência estipulada no Termo de Execução Cultural, conforme ajustado no Termo de Execução Cultural
20.3 – A ausência da prestação poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Termo de Execução Cultural;
III – Devolução de recursos corrigidos;
IV - Suspensão temporária de participação em processo de seleção pública e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

21 – DISPOSIÇÕES FINAIS
21.1 – O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos contemplados, devendo ficar atentos às publicações no Diário Oficial, canais oficiais de comunicação e nosite da Prefeitura de Pedro Avelino (www.pedroavelino.rn.gov.br).
24.2 – O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site(www.pedroavelino.rn.gov.br) e podem ser solicitados pelo e-mail culturaculturalpa@gmail.com canal utilizado para dúvidas e demais informações.
24.3 – Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
24.4 – Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
24.5 – O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura de Pedro Avelino/Secretaria Municipal de Educação e Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.
24.6 - Este edital não inviabiliza que o proponente obtenha outros recursos junto à iniciativa pública ou privada.
24.7 – O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até o prazo para assinatura do Termo de Execução Cultural.

24.8 – Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição e Plano de Trabalho;
Anexo II – Declaração para coletivo sem CNPJ;
Anexo III – Declaração de residência;
Anexo IV – Autodeclaração para Políticas Afirmativas;
Anexo V – Formulário de recurso
Anexo VI – Modelo de carta substanciada
Anexo VII – Termo de Execução Cultural;
Anexo VIII – Relatório de Execução do Objeto.

Pedro Avelino/RN, 01 de julho de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

MARCOS ANTÔNIO DE LIMA
Secretário Municipal de Educação e Cultura

ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

2 – PREENCHIMENTO PARA PESSOA FÍSICA*:*
(Se for um proponente Pessoa Jurídica, preencha a partir do Item 4)

2.1 – DADOS DO PROPONENTE:
Nome Completo: _____
Nome artístico ou nome social (se houver): _____
CPF:_____ RG: _____ Data de nascimento: _____/____/_____
E-mail: _____ Telefone: ( ) _____
Endereço completo/morador da zona urbana:
Avenida/Rua/Travessa _____ Nº _____
Bairro: _____ Cidade: _____Estado: _____ CEP: _____
Endereço completo/morador da zona rural:
Nome da comunidade: _____Nº da casa: _____

3 – RESUMO DA TRAJETÓRIA CULTURAL DO PROPONENTE:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo, destacando as principais atuações culturais realizadas. Encaminhar comprovações em anexo).
_____

3.1 - Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço à comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

3.2 - Gênero:
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa Não Binária ( ) Não informar

3.3 – Orientação sexual:
( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Assexual ( ) Bissexual ( ) Pansexual ( ) Não informar

3.4 - Raça, cor ou etnia:
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela

3.5 - Você é uma pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

3.5.1 - Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual ( ) Outro tipo, indicar qual

3.6 - É pessoa idosa, com 60 anos ou mais?
( ) Sim ( ) Não

3.7 - Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-Graduação Completa
( ) Pós-Graduação Incompleta

3.8 - Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não ( ) Bolsa Família ( ) Benefício de Prestação Continuada ( ) Outro, indicar qual

3.9 – Vai concorrer às cotas ?
( ) Sim ( ) Não

3.9.1 - Se a resposta for sim. Qual?
( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência
(Se for concorrer às *cotas de pessoas negra ou pessoa indígena, deverá preencher o anexo IV).*

3.10 - Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

3.11 - Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não ( ) Sim

3.11.1 - Caso tenha respondido "sim":
a) - Nome do coletivo:
b) - Ano de Criação:
c) - Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
d) – Descreva um resumo da trajetória cultural do coletivo.

4 – PARA PESSOA JURÍDICA
4.1 - Razão Social:
4.2 - Nome fantasia:
4.3 - CNPJ:
4.4 - Endereço da sede:
4.5 - Cidade:
4.6 - Estado:
4.7 - Número de representantes legais:
4.8 - Nome do representante legal:
4.9 - CPF do representante legal:
4.10 - E-mail do representante legal:
4.11 - Telefone do representante legal:

5 – Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero( ) Homem cisgênero( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero( ) Não Binária ( ) Não informar

6 – Orientação sexual do representante legal:
( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Assexual ( ) Bissexual ( ) Pansexual ( ) Não informar

7 - Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca( ) Preta ( ) Parda( ) Amarela ( ) Indígena

8 - Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

9.1 - Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física( ) Intelectual( ) Múltipla( ) Visual( ) Outra, indicar qual

10 - É pessoa idosa, com 60 anos ou mais?
( ) Sim ( ) Não

11 - Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-Graduação completa
( ) Pós-Graduação Incompleta

3.9 – Vai concorrer às cotas ?
( ) Sim ( ) Não

3.9.1 - Se a resposta for sim. Qual?
( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência
(Se for concorrer as cotas de pessoas negra ou pessoa indígena, deverá preencher o anexo IV).

12. DADOS DO PROJETO
a) – Nome do Projeto: _____
b) – Escolha a linguagem artística a que vai concorrer:(Informar se seu projeto é na linguagem de artes cênicas, música, audiovisual, artesanato ou outro).

c) Marque a faixa de recursos correspondente a categoria a que vai concorrer.
( ) A – Projetos no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
( ) B – Projeto no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

d) Descrição do projeto (na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização).

e) – Objetivos do projeto (neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos).

f) – Metas (neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: realização de 02 oficinas de artes circenses; confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas).

g) – Perfil do público a ser atingido pelo projeto (preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?).

h) - Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
( ) Pessoas vítimas de violência
( ) Pessoas em situação de pobreza
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
( ) Pessoas com deficiência
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
( ) Mulheres
( ) LGBTQIAPN+
( ) Povos e comunidades tradicionais
( ) Negros e/ou negras
( ) Ciganos
( ) Indígenas
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
( ) Outros, indicar qual

i) Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque qual medida ou quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023).

13 - Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

14 – Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

15 - Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem à eliminação de atitudes capacitistas.

16 – Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

17 – Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

18 - Equipeque vai compor o seu projeto
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

19 – Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/8/2024	11/10/2024
Ex. Apresentação de espetáculo	Agenda de espetáculos gratuitos a comunidade	12/08/2024	31/12/2024
Ex. Prestação de contas	Entrega de relatório de execução do objeto	01/01/2025	30/01/2025

20 - Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais, site, blog.

21 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Item	Descrição do item	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Ex.: Fotógrafo	Serviço	1	R$1.100,00	R$1.100,00
2	Ex.: Produtor	Serviço	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00

22 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

Pedro Avelino/RN ____ de _____ de 2026.

_____
XXXXXXXXXXXXX
Proponente

ANEXO ii

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

NOME DO COLETIVO CULTURAL:_____
DATA DE FUNDAÇÃO: _____
DADOS DO REPRESENTANTE:

NOME			
CPF		CELULAR	
ENDEREÇO			
E-MAIL			

As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada, acima qualificada, como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultural, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.

Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURA

Pedro Avelino/RN, ___ de _____ de 2026.

_____
Nome do Representante
Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃODERESIDÊNCIA
(Lei Nº. 7.115/83)
(Apenas para Pessoa Física)

Eu_____documento de identidade: _____ de _____ órgão exp._____ CPF : _____ nacionalidade _____ naturalidade _____ telefone (DDD e n°) __ _____ celular_____ e-mail_____

na falta de documentos para comprovação de residência, DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no município de _____ há ____ anos, e atualmente no endereço _____.

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"

"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

Observação: Esta declaração deve estar acompanhada, obrigatoriamente, do comprovante de residência correspondente ao endereço acima mencionado, mesmo sendo de terceiro.

Pedro Avelino/RN, ___ de _____ de 2026.

_____
XXXXXXXXXXXXXX
Proponente.

ANEXO IV - AUTODECLARAÇÃO PARA POLÍTICAS AFIRMATIVAS

(Para os agentes culturais concorrentes às cotas e pontuações extras)

Eu, _____, CPF de n.º _____, **DECLARO**, para fins de participação no **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL N.º 01/2026**, que sou pessoa:

( ) NEGRA (PRETA OU PARDA);
( ) MULHER (CISGÊNERO OU TRANS/TRAVESTI);
( ) DISSIDENTE DE GÊNERO;
( ) INDÍGENA;
( ) QUILOMBOLA;
( ) CIGANA;
( ) DE TERREIRO DE MATRIZ AFRO-AMERÍNDIA;
( ) DOS POVOS DAS ÁGUAS;
( ) CIRCENSE;
( ) PARQUISTA;
( ) LGBTQIAPN+;
( ) COM DEFICIÊNCIA;
( ) IDOSA;
( ) QUE SOU MORADOR DA ZONA RURAL E MEU PROJETO SERÁ REALIZADO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO.
1 - Vai concorrer às cotas? ( ) sim ( ) não.
2 - Deseja concorrer às categorias de contas para:
( ) Pessoa negra ou parda
( ) Pessoa indígena
( ) Pessoa com Deficiência
3 – Solicito pontuações extras para _____

Estou ciente de que, se for comprovada falsidade desta declaração, estarei sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis, bem como a classificação será tornada sem efeito, o que implicará o cancelamento da opção para as cotas ou pontuações extras direcionadas às políticas afirmativas.

Esta declaração tem validade apenas para o processo seletivo acima indicado.

Pedro Avelino/RN, ____ de _____ de 2026.

_____
Proponente

ANEXO V
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Secretaria Municipal de Educação e Cultura,
Com base na **Etapa de Seleção/etapa de habilitação** *(informar se o recurso é pra fase de seleção ou de habilitação)* do Edital 01/2026 – Fomento à Execução de Ações Culturais, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção/habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.

Pedro Avelino/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
XXXXXXXXXXXXX
PROPONENTE

ANEXO VI - CARTA SUBSTANCIADA

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO que os seguintes motivos justificam minha autodeclaração étnico-racial:
_____(O agente cultural deve apresentar aqui sua história, explicando porque se considera pessoa
negra ou parda).

Pedro Avelino/RN, ____ de _____ de 2026.

_____
XXXXXXXXXXXXX
Proponente

Obs. Anexar uma foto de perfil esquerdo, perfil direito e de frente, destacando as partes do tórax para cima.

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº XXX/2026, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 – *EDITAL DE FOMENTO A EXCUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

1. PARTES
1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXX, CNPJ.: XXXXXXXX, com endereço à Rua XXXX, nº XXXXXXX, Centro, CEP.: XXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXX/RN, neste ato representado pelo Sr. [NOME DO PREFEITO], e o Senhor(a) AGENTE CULTURAL, [NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à Rua _____, nº _____, Bairro: _____, CEP.: _____, Cidade _____/RN, telefone (84) 9999 9999, e-mail: exemplo@exemplo.com , resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural _____, contemplado no processo de seleção pública pelo Edital 01/2026 – Edital de Fomento Cultural à Execução de Ações Culturais.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ X.XX,XX (xxxxxxxxxxxxxxx).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, específica para movimentação de recurso no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias após a vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/Secretaria Municipal de Educação e Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e

II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;

II – Notas fiscais em caso de compra de equipamentos e locações com a devida comprovação de pagamento por meio de transferência;

III – Notas Fiscais ou documentos pessoais (RG, CPF e comprovantes de residência), recibo ou descrição do serviço no texto, em caso de pagamento via PIX, para pessoas físicas prestadoras de serviços;

IV – Comprovações de publicidade com as devidas aplicações de marcas dos patrocinadores;

V – Comprovações de acessibilidade utilizadas no projeto;

VI – Extrato da conta específica com todos os pagamentos realizados; e

II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - Aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 – O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses:

I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 - O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 – Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 - Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 – A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - Extinto por decurso de prazo;

II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 - Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 - A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.

12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultural será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicados.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Pedro Avelino/RN.

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de Lajes para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Pedro Avelino/RN, _____ de _____ de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXX
Agente Cultural

ANEXO VIII
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. 1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto: _____
Nome do agente cultural proponente: _____
Nº do Termo de Execução Cultural: _____
Vigência do projeto: _____
Valor repassado para o projeto: _____
Data de entrega desse relatório: _____

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.2. Descreva as ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

3. INFORME SOBRE AS METAS DO PROJETO

( ) Metas integralmente cumpridas
( ) Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER)
( ) Metas não cumpridas (se houver). Justifique

4. PRODUTOS GERADOS
4.1. A execução do projeto gerou algum produto?
( ) Sim ( ) Não

4.2. Quais produtos culturais foram gerados?(Pode marcar mais de uma opção).
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Formação
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Palestra
( ) Artesanato
( ) Equipamento
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

4.3. Se houve produtos gerados, como ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
( ) Instagram
( ) Site
( ) Facebook
( ) YouTube
( ) Site
( ) Local fixo de acesso público
( ) Foram gerados bens intangíveis.

5. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
(Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto)

5.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele…
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais coletivas.
( ) Fortaleceu a identidade cultural regional.
( ) Promoveu as práticas culturais no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

6. PÚBLICO ALCANÇADO:
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presença. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante, informe as justificativas.

7. EQUIPE DO PROJETO:
7.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto? _____
7.2 Se houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto, indique quem saiu e quem entrou.

Nome do profissional	Função	CPF.	Equipe inicial	Equipe final?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim.	Não
Ex. José Bento	Oficineiro	952133211011	Não	Sim

8. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
8.1 De que forma aconteceram as ações e atividades do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

8.2 Em que localização do município o projeto aconteceu?
Ex. 1 - Zona Rural, comunidade Céu Azul
Ex. 2 – Zona Periférica, rua da Cajarana
Ex. 3 – Zona Urbana, Praça da Matriz

8.3 Informe aonde o projeto foi realizado(pode marcar mais de uma opção).
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.

( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram.

8. INFORME AS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE UTILIZADAS NO PROJETO
Inclua aqui informações sobre as medidas de acessibilidade utilizadas no projeto.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, extrato bancário, notas fiscais, recibos, entre outros.

Pedro Avelino/RN, ____ de _____ de 2026.

_____
Nome completo e assinatura do responsável

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:24A88C25

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DECRETO 052026

Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 05/2026 de 01/05/2026					
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Pilões					
Órgão orçamentário: 2000 - Prefeitura Municipal de Pilões					
Unidade orçamentária: 2009 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura					
Função: 12 - Educação					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 11 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
Ação: 2.107 - MANUTENÇÃO DO QSE					
Despesa 212 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 15500000 - TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - 1.550.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
01/05/2026	565461	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00
Ação: 2.108 - MANUTENÇÃO DO TRANPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL					
Despesa 225 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 17010000 - OUTAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS OU INSTRUMENTOS CONGENERES DOS ESTADOS - 1.701.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
01/05/2026	565256	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	50.000,00	
			Total da despesa:	50.000,00	0,00
Despesa 226 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 15010000 - RECURSOS ORDINARIOS - 1.501.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
01/05/2026	565290	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00
Ação: 2.146 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Despesa 821 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 15001001 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCACAO - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
01/05/2026	565224	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	50.000,00	
			Total da despesa:	50.000,00	0,00
Despesa 824 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 15001001 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCACAO - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
01/05/2026	565297	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	1.000,00	
			Total da despesa:	1.000,00	0,00
	Programa:	14 - MANUTENÇÃO DO PNAE			
Ação: 2.41 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL					
Despesa 256 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 15001001 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCACAO - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
01/05/2026	565371	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	25.000,00	
			Total da despesa:	25.000,00	0,00
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental					
Programa: 11 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
Ação: 2.150 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL					
Despesa 849 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física					
Fonte de recurso: 15001001 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCACAO - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
01/05/2026	565325	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	186.000,00	0,00
Unidade orçamentária: 2013 - Secretaria Municipal de Cidadania					

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 24 - CIDADANIA

Ação: 2.67 - MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE CIDADANIA

Despesa 607 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Fonte de recurso: 15010000 - RECURSOS ORDINARIOS - 1.501.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
01/05/2026	566904	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	20.000,00	0,00

Unidade orçamentária: 2015 - Secretaria Municipal de Turismo e Lazer

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 695 - Turismo

Programa: 10 - APOIO A CULTURA , ESPORTES E TURISMO

Ação: 2.78 - MANUTENÇÃO DA SEC. MUNIC. DE TURISMO

Despesa 646 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 15010000 - RECURSOS ORDINARIOS - 1.501.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
01/05/2026	565282	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	40.000,00	
			Total da despesa:	40.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	40.000,00	0,00

Relação de Alterações Orçamentárias

Unidade orçamentária: 2019 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 11 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70%

Despesa 680 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 15401070 - TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS - 1.540.1070

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
01/05/2026	566955	Redução da Despesa			346.000,00
			Total da despesa:	0,00	346.000,00

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 12 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFATIL

Ação: 2.158 - FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Despesa 867 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 15010000 - RECURSOS ORDINARIOS - 1.501.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
01/05/2026	566113	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	100.000,00	
			Total da despesa:	100.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	100.000,00	346.000,00
			Total do órgão orçamentário:	346.000,00	346.000,00

Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pilões

Órgão orçamentário: 2000 - Prefeitura Municipal de Pilões

Unidade orçamentária: 2011 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 19 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

Ação: 2.125 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Despesa 417 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

Fonte de recurso: 16600000 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS - 1.660.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
01/05/2026	23130	Redução da Despesa			23.000,00
			Total da despesa:	0,00	23.000,00

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 19 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

Ação: 2.115 - MANUTENÇÃO DO CRAS

Despesa 509 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 15010000 - RECURSOS ORDINARIOS - 1.501.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
01/05/2026	23135	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	3.000,00	
			Total da despesa:	3.000,00	0,00

Ação: 2.117 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

Despesa 519 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 15010000 - RECURSOS ORDINARIOS - 1.501.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
01/05/2026	23045	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	23.000,00	23.000,00
			Total do órgão orçamentário:	23.000,00	23.000,00

Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Saúde do Município de Pilões

Órgão orçamentário: 2000 - Prefeitura Municipal de Pilões

Unidade orçamentária: 2010 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 15 - ATENDIMENTO AMB., EMERGENCIAL E HOSPITALAR

Ação: 2.47 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DA SAÚDE - UBS

Despesa 1036 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 16050000 - Assistencia Financeira da União destinada a complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem - 1.605.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
03/05/2026	50732	Redução da Despesa			33.000,06
			Total da despesa:	0,00	33.000,06

Ação: 2.113 - PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Despesa 1091 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 16040000 - Transferencias provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate as endemias - 1.604.00

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
03/05/2026	50626	Suplementação de Crédito Especial Reaberto Anulação de Despesa		50.000,00	
			Total da despesa:	50.000,00	0,00

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 15 - ATENDIMENTO AMB., EMERGENCIAL E HOSPITALAR					
Ação: 2.121 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DO CEO					
Despesa 442 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado					
Fonte de recurso: 16000000 - TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL- BLOCO MANUTENCAO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
		Relação de Alterações Orçamentárias			
03/05/2026	50728	Redução da Despesa			4.999,94
			Total da despesa:	0,00	4.999,94
Despesa 443 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 16000000 - TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL- BLOCO MANUTENCAO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
03/05/2026	50729	Redução da Despesa			5.000,00
			Total da despesa:	0,00	5.000,00
Despesa 444 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					
Fonte de recurso: 16000000 - TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL- BLOCO MANUTENCAO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
03/05/2026	50730	Redução da Despesa			5.000,00
			Total da despesa:	0,00	5.000,00
Despesa 445 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 16000000 - TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL- BLOCO MANUTENCAO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
03/05/2026	50731	Redução da Despesa			2.000,00
			Total da despesa:	0,00	2.000,00
			Total da unidade orçamentária:	50.000,00	50.000,00
			Total do órgão orçamentário:	50.000,00	50.000,00
			Total do fundamento:	419.000,00	419.000,00
			Total geral	419.000,00	419.000,00

Publicado por:
Francisco Willamy Soares
Código Identificador:8A55DABF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 651, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GP/PMP

LEI Nº 651, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GP/PMP

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, NO VALOR DE R$ 646.755,55 (SEISCENTOS E QUARENTA E SEIS MIL SETECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Fiscal do Município de Portalegre/RN, no valor de R$ 646.755,55 (seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), nos termos dos arts. 40 e 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, destinado à seguinte classificação orçamentária:

02	PODER EXECUTIVO		
02.04.00	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO DA CULT. DO ESP. E DO LAZER		
12	EDUCAÇÃO		
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025	GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025.2133	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUND. – FUNDEB 70%		
2.540.1070	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – 70%		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.1.90.11.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS**	**R$**	**646.755,55**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º desta Lei decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual nº 632, de 22 de dezembro de 2025, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme a seguinte classificação:

02	PODER EXECUTIVO		
02.04.00	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO DA CULT. DO ESP. E DO LAZER		
12	EDUCAÇÃO		
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025	GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025.2133	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUND. – FUNDEB 70%		
1.540.1070	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – 70%		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.1.90.11.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS**	**R$**	**646.755,55**

Art. 3º Ficam alteradas, no que couber, a Lei Municipal nº 631/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2026/2029, e a Lei Municipal nº 608/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, para fins de compatibilização com a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:43451E43

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 652, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GP/PMP

LEI Nº 652, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GP/PMP

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, NO VALOR DE R$ 800.000,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao Orçamento Fiscal do Município, nos termos dos arts. 40 e 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para atender às finalidades abaixo especificadas:

02	PODER EXECUTIVO		
02.04.00	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO DA CULT. DO ESP. E DO LAZER		
12	EDUCAÇÃO		
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025	GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025.2315	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUND. – TEMPO INTEGRAL		
1.546.0000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – TEMPO INTEGRAL		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.1.90.11.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS**	**R$**	**300.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		
02.04.00	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO DA CULT. DO ESP. E DO LAZER		
12	EDUCAÇÃO		
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025	GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025.2315	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUND. – TEMPO INTEGRAL		
1.546.0000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – TEMPO INTEGRAL		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.3.90.30.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$**	**140.000,00**
3.3.90.39.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ**	**R$**	**32.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		
02.04.00	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO DA CULT. DO ESP. E DO LAZER		
12	EDUCAÇÃO		
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025	GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025.2315	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUND. – TEMPO INTEGRAL		
1.546.0000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – TEMPO INTEGRAL		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
4.4.90.51.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	**R$**	**70.000,00**
4.4.90.52.00	**EQUIPAMENTOS MATERIAL PERMANENTE**	**R$**	**258.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º desta Lei decorrerão da anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual nº 632, de 22 de dezembro de 2025, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme as classificações abaixo especificadas:

02	PODER EXECUTIVO		
02.04.00	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESP. E DO LAZER		
12	EDUCAÇÃO		
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025	GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025.2133	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUND. – FUNDEB 70%		
1.540.1070	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – 70%		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.1.90.11.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS**	**R$**	**100.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		
02.04.00	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO DA CULT, DO ESP E DO LAZER		
12	EDUCAÇÃO		
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025	GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0025.2296	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL		
1.542.1070	FUNDEB VAAT 70%		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.1.90.11.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS**	**R$**	**200.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		

02.04.00	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO DA CULT. DO ESP. E DO LAZER		
28	ENCARGOS ESPECIAIS		
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA		
28.843.0029	OPERAÇÕES ESPECIAIS		
28.843.0029.1077	PRECATÓRIOS		
1.500.0000	RECURSOS PRÓPRIOS		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.1.90.91.00	**SENTENÇAS JUDICIAIS**	**R$**	**200.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		
02.06.00	SEC. MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO		
10	SAÚDE		
10.301	ATENÇÃO BÁSICA		
10.301.0004	GESTÃO EM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		
10.301.0004.1232	MANUT. DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE		
1.706.3110	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.3.90.30.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$**	**80.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		
02.06.00	SEC. MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO		
10	SAÚDE		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0004	GESTÃO EM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		
10.302.0004.1034	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE		
1.601.0000	TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DO SUS – BLOCO DE INVESTIMENTO		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
4.4.90.52.00	**EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**	**R$**	**100.000,00**
02	PODER EXECUTIVO		
02.07.09	GERENCIA DE IGUALDADE RACIAL		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		
08.391.0014	GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.391.0014.2070	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL QUILOMBOLA		
1.500.0000	RECURSOS PRÓPRIOS		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
4.4.90.51.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	**R$**	**120.000,00**

Art. 3º Ficam modificadas, no que couber, a Lei Municipal nº 631/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2026/2029, e a Lei Municipal nº 608/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, para compatibilização com a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:DA2A3288

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 653, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GP/PMP

LEI Nº 653, DE 01 DE JULHO DE 2026 – GP/PMP

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 500.222,00 (QUINHENTOS MIL, DUZENTOS E VINTE E DOIS REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Fiscal do Município, nos termos dos artigos. 40 e 41, II, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R$ 500.222,00 (quinhentos mil duzentos e vinte e dois reais), para atender às finalidades abaixo especificadas.

02	PODER EXECUTIVO		
02.06	SEC MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO		
10	SAÚDE		
10.301	ATENÇÃO BÁSICA		
10.301.0004	GESTÃO EM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		
10.301.0004.2544	ESTRATÉGIA DE RAST. CONT DE CONDIÇÕES CRÔNICAS		
1.600.3120	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00
3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		150.000,00

3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ		50.222,00
	TOTAL DE RECURSOS	R$	250.222,00

02	PODER EXECUTIVO		
02.06	SEC MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO		
10	SAÚDE		
10.301	ATENÇÃO BÁSICA		
10.301.0004	GESTÃO EM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		
10.301.0004.2545	ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DA MULHER		
1.600.3120	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00
3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		150.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ		50.000,00
	TOTAL DE RECURSOS	R$	250.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito especial de que trata esta Lei decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária anual nº 632, de 22 de dezembro de 2025, nos termos do art. 43, §1º, incisos III da Lei Federal nº 4.320/64.

10.301.0004.1231.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

425	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO 1 600 214 000	100.000,00

10.301.0004.1241.0000 EQUIPE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE (APS)

494	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PC 1 600 214 000	100.222,00

10.301.0004.2100.0000 PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS

506	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1 600 214 000	11.000,00

10.301.0004.2101.0000 PROGRAMA SAÚDE NA HORA

507	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 1 600 214 000	50.000,00
508	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1 600 214 000	5.000,00
509	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1 600 214 000	4.000,00
510	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO 1 600 214 000	40.000,00
511	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1 600 214 000	5.000,00
512	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 1.600 214 000	30.000,00
513	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES 1.600 214 000	5.000,00
514	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.600 214 000	30.000,00

10.302.0004.2007.0000 BLMAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

893	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ 1 600 214 000	120.000,00
		TOTAL	500.222,00

Art. 3º - Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2026/2029, no que couber, conforme disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei.
Art. 4º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2026, o que couber, conforme disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:23110E07

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 20260115

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º DISP 20260115.

1.DO PROCEDIMENTO, OBJETO E PREÇO

O Agente de contratação da MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no Lei 14.133/2021, Art. 75, I, a contratação da pessoa de**ALPHA SERVICO E CONSTRUCAO LTDA** - CNPJ: 51.687.376/0001-57 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3089; totalizando o valor de **R$ 129.165,88 (cento e vinte e nove mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)**, Sob o Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REVITALIZAÇÃO E REFORMA NA SEDE DA CASA DO AGRICULTOR CONFORME ORÇAMENTO.**, com a finalidade de

MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA CASA DO AGRICULTOR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS A SOCIEDADE, ESPECIALMENTE O AGRICULTOR DO MUNICÍPIO e atender a todas as exigências dos órgãos de controle e manter uma execução orçamentária, financeira e patrimonial transparente,no valor global de **R$ 129165.880.**

Vencedor: ALPHA SERVICO E CONSTRUCAO LTDA							
CNPJ: 51687376000157							
Endereço: Avenida João da Escóssia, Nº 3715, Nova Betânia, Mossoró/RN							
Representante: RENATA RAPHAELLA FARIAS BARRETO							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**3089**	**REVITALIZAÇÃO E REFORMA NA SEDE DA CASA DO AGRICULTOR.**	**SERV**	**PROPRIA**	**1,00**	**129.165,8800**	**129.165,88**
						Total	129.165,88

2. RAZÃO PARA A ESCOLHA DA CONTRATADA (Lei 14.133/2021, Art. 75, I).

A escolha da contratada é decorrente das seguintes razões: foi a licitante que apresentou a proposta de menor preço à administração pública, além de se adequar às exigências para contratação, como também por estar regular com as obrigações fiscais.

No tocante a pessoa de **ALPHA SERVICO E CONSTRUCAO LTDA** - CNPJ: 51.687.376/0001-57 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3089; totalizando o valor de **R$ 129.165,88 (cento e vinte e nove mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)**, ela apresentou a melhor proposta para a Administração nos critérios de menor preço, sendo vantajosa a partir da análise de atestados de execução de serviços com características semelhantes.

3.JUSTIFICATIVA DE PREÇO (Lei 14.133/2021, Art. 75, I)

O preço a ser pago pelos serviços objeto deste procedimento administrativo é resultado da média de valores pagos em labores com características semelhantes contratados anteriormente por esta MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO, mediante se depreendepropostas de preço anexadas, conforme previsibilidade inserta no Lei 14.133/2021, Art. 75, I, e regulamento legislativo consubstanciado no Decreto n.º 0160/2021, de 02de dezembro de 2021.

Rafael Godeiro/RN, 01 de julho de 2026

KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:89D225C0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

Processo Administrativo nº 20250185/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA MANUTENÇÃO DE PISCINAS DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **SANITOP COMERCIAL LTDA**		
CNPJ: **53.710.803/0001-04**	Telefone: **84981301313**	Email:
Endereço: **AV OITOCENTOS, 0 BOX 07 GALPAOG20 - MODULO 01, TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, Serra/ES, CEP: 29161-389**		
Representante: **Luis Fernando Stresser** - CPF: **301.990.939-20**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0048921 - ALCALINIZANTE. ELEVAR A ALCALINIDADE DA ÁGUA, A BASE DE HIDROGENOCARBONATO DE SÓDIO, 99% TEOR ATIVO. PACOTE 2 KG. VALIDADE DO PRODUTO: 24 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	Suall	Unidade	210,000000	26,800	5.628,00
5	0043914 - Clarificante, Galão de 01 litro. Protege a cristalinidade da água, através da clarificação continua, aglomerando os resíduos em micro partículas, eliminando-os na filtração, ou por meio de decantação. PRINCIPIO ATIVO: Cloridróxido de alumínio. VALIDADE DO PRODUTO: 36 meses a partir da data de fabricação.	Domclor Clarificante e Floculante	Litro	350,000000	13,800	4.830,00
6	0043915 - Elevador de PH líquido, galão de 01 litro. Utilizado para estabilizar o nível do pH e ajustar os parâmetros da água, prevenindo corrosão de equipamentos e acessórios, proporciona água cristalina e suave para a pele, olhos e cabelos. Utilizado quando o pH estiver ácido (baixo), abaixo de 7,2. VALIDADE DO PRODUTO: 24 meses a partir da data de fabricação.	Domclor pH Mais Líquido	Litro	370,000000	13,500	4.995,00
7	0043916 - Limpa bordas, Galão de 01 litro. Possui ação detergente que é própria para piscinas, removendo a sujeira impregnada nas bordas das mesmas, sem fazer espumas e sem interferir na purificação da água. Princípio ativo: Ácido benzenosulfônico. VALIDADE DO PRODUTO: 24 meses a partir da data de fabricação.	Domclor Bordas	Litro	90,000000	14,000	1.260,00
8	0043917 - Reagente de AT1. Reagente para análise de alcalinidade na água da piscina. Frasco plástico conta gotas. Uso exclusivo em piscinas. Frasco de 23 ml. VALIDADE DO PRODUTO: 1 ano da data de fabricação que está na embalagem do produto.	Keep Clor	Unidade	15,000000	10,000	150,00
9	0043918 - Reagente de AT2. Reagente para análise de alcalinidade na água da piscina. Frasco plástico conta gotas. Uso exclusivo em piscinas. Frasco de 23 ml. VALIDADE DO PRODUTO: 1 ano da data de fabricação que está na embalagem do produto.	Keep Clor	Unidade	15,000000	10,000	150,00
12	0043921 - Mangueira flutuante para aspiração siliconada, diâmetro nominal: 1. 1/2", diâmetro interno: 38 mm; diâmetro externo: 43.5 mm, pressão de trabalho: 7.3 KGF, pressão a ruptura: 20 KGF, na cor azul. Para limpeza e aspiração da piscina.	Fortyflex	Metro	60,000000	10,000	600,00
13	0043922 - Peneira Plástica Cata-folha para retirada de impurezas de piscina.	Pooltec	Unidade	4,000000	33,510	134,04
14	0043923 - Cabo De Alumínio 6m Telescópico Retrátil para escova e aspirador de limpeza de piscina.	Pooltec	Unidade	2,000000	161,250	322,50
15	0043924 - Tablete de cloro, Pastilha de tricloro (teor de Cloro ativo 90%), agente desinfectante para águas de piscinas, Tablete de 200g. VALIDADE DO PRODUTO: 24 meses a partir da data de fabricação.	Keep Clor Tricloro	Unidade	1300,000000	6,800	8.840,00
16	0043925 - Barrilha leve (carbonato de sódio). Espécie de sal branco inorgânico e translúcido, com funções de elevar o PH de águas de Piscinas. VALIDADE DO PRODUTO: 36 meses a partir da data de fabricação.	Suall	KG	480,000000	9,000	4.320,00

Importa a presente em R$ **31.229,54 (trinta e um mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos)**.
VIGÊNCIA: **30 de junho de 2027**. SANTA CRUZ/RN, **30 de junho de 2026**.
ASSINATURAS: **FORNECEDOR: SANITOP COMERCIAL LTDA. CNPJ de Nº 53.710.803/0001-04, Luis Fernando Stresser, CPF 301.990.939-20, cargo Representante, endereço AV OITOCENTOS, número, Bairro TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, Cidade Serra, CEP 29161-389, ESTADO ES.**

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:EDFA1846

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

Processo Administrativo nº 20250188/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBONIERE DESTINADOS AS AÇÕES EDUCATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **MARIA CLARA DA SILVA**		
CNPJ: **44.191.353/0001-91**	Telefone:	Email:
Endereço: **Rua Senador João Câmara numero 6973 centro - santa Cruz/Rn, CEP: 59200-000**		
Representante: **MARIA CLARA DA SILVA** - CPF: **086.172.174-80**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0044359 - BALA DE CARAMELO COM RECHEIO DE CHOCOLATE. ESPECIFICAÇÃO: PACOTE PESANDO NO MÍNIMO 600 GRAMAS. MARCA DE REFERENCIA ARCOR OU SIMILAR.	MY TOFFER	Pacote	100,000000	25,000	2.500,00
2	0044360 - BARRA DE CHOCOLATE MEIO AMARGO 1KG. ESPECIFICAÇÃO: INDICADA NO PREPARO DE BOMBONS, OVOS DE PÁSCOA, TRUFAS, BOLOS E SOBREMESAS DIVERSAS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1KG.	MAVALERIO	Unidade	60,000000	48,000	2.880,00
3	0044361 - BARRA DE CHOCOLATE AO LEITE 1KG. ESPECIFICAÇÃO: INDICADA NO PREPARO DE BOMBONS, OVOS DE PÁSCOA, TRUFAS, BOLOS E SOBREMESAS DIVERSAS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1KG.	MAVALERIO	Unidade	60,000000	69,000	4.140,00
4	0044362 - BALAS DE CARAMELO MEIO A MEIO. ESPECIFICAÇÃO: SABOR LEITE E CHOCOLATE, PACOTE PESANDO NO MÍNIMO 660 GRAMAS, MARCA DE REFERÊNCIA EMBARÉ OU SIMILAR.	SANTA RITA	Pacote	100,000000	25,000	2.500,00
5	0044363 - PAÇOQUINHA DE AMENDOIM. ESPECIFICAÇÃO: TIPO ROLHA, EMBRULHADA, POTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, PESANDO NO MÍNIMO 750 GRAMAS. MARCA DE REFERÊNCIA: AMENDUPÃ OU SIMILAR.	NORDESTE	Pote	200,000000	30,000	6.000,00
6	0044364 - PÉ DE MOLEQUE CROCANTE. ESPECIFICAÇÃO: POTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, PESANDO NO MÍNIMO 750 GRAMAS. MARCA DE REFERÊNCIA: AMENDUPÃ OU SIMILAR.	RIO	Pote	100,000000	26,000	2.600,00
7	0044365 - PIRULITO CEREJA COM RECHEIO DE CHICLETE. ESPECIFICAÇÃO: PACOTE COM NO MÍNIMO 700 GRAMAS, CONTENDO NO MÍNIMO 50 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: SAM'S SIMAS OU SIMILAR.	ARCOR	Pacote	120,000000	18,990	2.278,80
8	0044366 - BOMBOM COM RECHEIO DE CASTANHA DE CAJU E COBERTURA DE CHOCOLATE AO LEITE. ESPECIFICAÇÃO: PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, PESANDO NO MÍNIMO 825 GRAMAS. MARCA DE REFERENCIA: GAROTO OU SIMILAR.	GAROTO	Pacote	600,000000	61,000	36.600,00
9	0044367 - MINI PIRULITOS PSICODÉLICOS. ESPECIFICAÇÃO: PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, PESANDO NO MÍNIMO 500 GRAMAS. MARCA DE REFERENCIA: DOCES SANTA RITA OU SIMILAR.	ZN PIRULITOS	Pacote	150,000000	29,000	4.350,00
10	0044368 - PIPOCAS DE MILHO TORRADAS E AMANTEIGADAS. ESPECIFICAÇÃO: PACOTE COM NO MÍNIMO 10 UNIDADES, PESANDO 20G CADA. MARCA DE REFERÊNCIA: BOKUS OU SIMILAR.	ARCO-IRIS	Pacote	600,000000	9,900	5.940,00
11	0044369 - GRANULADO COLORIDO ARTIFICIALMENTE. ESPECIFICAÇÃO: PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 500G.	MAVALERIO	Pacote	80,000000	20,000	1.600,00
12	0044370 - GRANULADO CROCANTE SABOR CHOCOLATE. ESPECIFICAÇÃO: PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 500G.	MAVALERIO	Pacote	80,000000	20,000	1.600,00
13	0044371 - BALA MASTIGÁVEL SABOR IOGURTE DE MORANGO. ESPECIFICAÇÃO: PACOTE COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. MARCA DE REFERENCIA: DORI OU SIMILAR.	PECCIN	Pacote	100,000000	15,000	1.500,00
14	0044372 - BALA MASTIGÁVEL SABORES DIVERSOS. ESPECIFICAÇÃO: PACOTE COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS.	PECCIN	Pacote	100,000000	19,000	1.900,00
15	0044373 - BALAS DE GOMA TUBO GOMETS TIPO JUJUBA. ESPECIFICAÇÃO: CAIXA COM 30 TUBOS, PESANDO NO MÍNIMO 960 GRAMAS. MARCA DE REFERÊNCIA: GOMETS OU SIMILAR.	DOCILE	Caixa	120,000000	35,000	4.200,00
16	0044374 - PASTILHAS DE HORTELÃ. ESPECIFICAÇÃO: CAIXA COM NO MÍNIMO 40 UNIDADES DE 17 GRAMAS CADA, PESANDO NO MÍNIMO 680 GRAMAS. MARCA DE REFERENCIA GAROTO OU SIMILAR.	GAROTO	Caixa	80,000000	35,000	2.800,00
17	0044375 - PIRULITO MASTIGÁVEL DE IOGURTE DE MORANGO. ESPECIFICAÇÃO: CAIXA COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, PESANDO NO MÍNIMO 560 GRAMAS. MARCA DE REFERENCIA: YOGURTE 100 OU SIMILAR.	DORI	Caixa	120,000000	22,000	2.640,00
18	0044376 - BASTÃO DE CHOCOLATE AO LEITE. ESPECIFICAÇÃO: CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 30 UNIDADES, PESANDO NO MÍNIMO 480 GRAMAS.	GAROTO	Caixa	300,000000	48,000	14.400,00

	MARCA DE REFERENCIA: GAROTO OU SIMILAR.					
19	0044377 - CAIXA DE CHOCOLATE SORTIDOS. ESPECIFICAÇÃO: PESANDO NO MÍNIMO 250 GRAMAS. MARCA DE REFERENCIA: GAROTO OU SIMILAR.	GAROTO	Caixa	600,000000	15,000	9.000,00
20	0044378 - CREME BICOLOR DE AVELÃ E CHOCOLATE. ESPECIFICAÇÃO: COM NO MÍNIMO 36 UNIDADES, PESANDO NO MÍNIMO 540 GRAMAS. MARCA DE REFERÊNCIA: NUCITA OU SIMILAR.	NUCITA	Caixa	140,000000	26,000	3.640,00
21	0044379 - CARAMELO DE CHOCOLATE SABOR LARANJA. ESPECIFICAÇÃO: COM 125 TABLETES, PESANDO NO MÍNIMO 1KG. MARCA DE REFERÊNCIA: EMBARÉ OU SIMILAR.	EMBARE	Caixa	80,000000	35,000	2.800,00
22	0044380 - CHICLETE EM FORMATO DE BOLA RECHEADO SABOR MORANGO. ESPECIFICAÇÃO: CAIXA COM NO MÍNIMO 40 UNIDADES, PESANDO NO MÍNIMO 240 GRAMAS. MARCA DE REFERENCIA: ARCOR OU SIMILAR.	BUMP	Caixa	100,000000	19,000	1.900,00
23	0048358 - BISCOITO TIPO WAFER RECHEADO SABOR MORANGO. MÍNIMO 70G. MARCA DE REFERÊNCIA RICHESTER OU SIMILAR.	ESTRELA	Unidade	6000,000000	1,850	11.100,00
24	0048359 - BISCOITO TIPO WAFER RECHEADO SABOR CHOCOLATE. MÍNIMO 70G. MARCA DE REFERÊNCIA RICHESTER OU SIMILAR.	ESTRELA	Unidade	6000,000000	1,850	11.100,00

Importa a presente em R$ **139.968,80 (cento e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)**.
VIGÊNCIA: **30 de junho de 2027**. SANTA CRUZ/RN, **30 de junho de 2026**.
ASSINATURAS: **FORNECEDOR: MARIA CLARA DA SILVA. CNPJ de Nº 44.191.353/0001-91, MARIA CLARA DA SILVA, CPF 086.172.174-80, cargo EMPRESÁRIA, endereço Rua Senador João Câmara, Número 6973, Centro, Santa Cruz/RN, CEP 59200-000, ESTADO RN.**

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:C6C9BB54

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

Processo Administrativo nº 20250185/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA MANUTENÇÃO DE PISCINAS DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **59.909.398 ELTON GUERREIRO RUIZ**		
CNPJ: **59.909.398/0001-26**	Telefone: **84981301313**	Email:
Endereço: **R JOSE COTE ANDRADE, 281 ., VIVENDA COTE GIL, Olímpia/SP, CEP: 15402-344**		
Representante: **ELTON GUERREIRO RUIA** - CPF: **222.587.248-13**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0048920 - CLORO GRANULADO, AGENTE DESINFECTANTE PARA ÁGUAS DE PISCINAS (HIPOCLORITO DE CÁLCIO, 65% DE CLORO ATIVO) BALDE 10 KG, COM VALIDADE MÍNIMA DE 01 (UM) ANO APÓS A ENTREGA.	BALDE 10 KG 3X1	Unidade	100,000000	284,000	28.400,00
3	0043912 - Algicida choque, Galão de 01 litro. Possui forte ação da água verde, é mais concentrado, e elimina a infestação de bactérias, vírus, fungos e de algas mais densas. PRINCIPIO ATIVO: Poli Dicloreto em 18%. VALIDADE DO PRODUTO: 24 meses a partir da data de fabricação.	TOGMAX	Litro	350,000000	24,500	8.575,00
4	0048922 - ALGICIDA MANUTENÇÃO, GALÃO DE 01 LITRO. PREVINE A INFESTAÇÃO POR ALGAS MAIS LEVES, CONFERINDO A ÁGUA DA PISCINA UMA TRANSPARÊNCIA TOTAL SEM RESÍDUOS INDESEJÁVEIS. UTILIZADO EM QUALQUER TIPO DE REVESTIMENTO DE PISCINA. NÃO TURVA A ÁGUA. PRINCIPIO ATIVO: CLORETO DE HIDROXIPROPIL DIMETIL AMÔNIO 12%. LIVRE DE COBRE, EVITANDO MANCHAS NA PISCINA E CABELO ESVERDEADO. VALIDADE DO PRODUTO: 24 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	TOGMAX	Litro	350,000000	19,990	6.996,50

Importa a presente em R$ **43.971,50 (quarenta e três mil, novecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)**.
VIGÊNCIA: **30 de junho de 2027**. SANTA CRUZ/RN, **30 de junho de 2026**.
ASSINATURAS: **FORNECEDOR: 59.909.398 ELTON GUERREIRO RUIZ. CNPJ de Nº 59.909.398/0001-26, ELTON GUERREIRO RUIA, CPF 222.587.248-13, cargo Representante, endereço R JOSE COTE ANDRADE, número 281, Bairro VIVENDA COTE GIL, Cidade Olímpia, CEP 15402-344, ESTADO SP.**

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:9A82DBFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

Processo Administrativo nº 20250177/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA OPERAÇÃO DE COMBATE A MOSQUITOS, INCLUINDO INSETICIDAS LARVICIDAS, ÓLEOS MINERAIS DILUENTES E GERADORES DE AEROSSOL PORTÁTEIS E VEICULARES, DESTINADOS AO CONTROLE DE MOSQUITOS VETORES DE DOENÇAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES PRIMORDIAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **ERRADIK SAÚDE AMBIENTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS DOMISSANITARIO EIRELI - M**		
CNPJ: **26.221.566/0001-37**	Telefone: **9832252165**	Email:

Endereço: **R ISRAEL/RUA PROJ.20, -D QDA.252, 13D JARDIM SAO CRISTOVAO São Luís/MA, CEP: 65056-420**

Representante: **JOÃO PAULO PEREIRA FILHO** - CPF: **609.013.753-73**

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0048914 - TERMONEBULIZADOR PORTÁTIL DE FABRICAÇÃO NACIONAL (COMPROVAÇÃO DE FABRICAÇÃO), COM MOTOR PULSO JATO À GASOLINA, POTÊNCIA DE 24 HP (17,5 W), CÂMARA DE COMBUSTÃO 300 CM3, CONJUNTO MONTADO EM CHASSIS DE CHAPA DE AÇO DE CARBONO TRATADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA. GRADE PROTETORA DO TUBO DE RESFRIAMENTO (EVITAR QUEIMADURAS). MOTOR (RESSONADOR) INTEIRAMENTE EM CHAPA DE AÇO INOX REFRATÁRIO. TANQUE DE GASOLINA EM POLIETILENO TRANSPARENTE, CAPACIDADE DE 2 LITROS. TANQUE DE CALDA EM POLIETILENO TRANSPARENTE, CAPACIDADE 5 LITROS COM GRADUAÇÃO EM LITROS NA VERTICAL E HORIZONTAL. SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA SIMPLIFICADA ATRAVÉS DO BOTÃO DE PARTIDA, BATERIA SELADA 12 V , C A R R E G A D O R B I V O LT . O TERMONEBULIZADOR DEVE SER REGISTRADO NA ABIMAQ.COM VÁLVULA DE SEGURANÇA.	PULSFOG	Unidade	5,000000	15.880,000	79.400,00
2	0048915 - LARVICIDA NATULAR 20 EC É UM PRODUTO COM TECNOLOGIA ÚNICA E MOLÉCULA INOVADORA, SENDO UMA NOVA E IMPORTANTE ARMA NO COMBATE AO AEDES AEGYPTI AEDES ALBOPICTUS, CULEX SP., E ANOPHELES SP. O PRINCÍPIO ATIVO ESPINOSADE É DE ORIGEM NATURAL, PROVENIENTE DA BACTÉRIA DE SOLO SACCHAROPOLYSPORA SPINOSA.	CLARKE	Litro	60,000000	7.880,000	472.800,00
4	0048917 - INSETICIDA LÍQUIDO DO GRUPO PIRETRÓIDE, PRINCÍPIO ATIVO LAMBDA-CIALOTRINA, NA FORMA DE CONCENTRADO EMULSIONÁVEL, CONCENTRAÇÃO A 5%. EMBALAGEM DE 01 LITRO. PRODUTO COM CERTIFICADO DE EFICÁCIA "WHOPES" EMITIDO PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE E REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, INDICADO PARA CONTROLE DE MOSQUITOS, CUPINS, MOSCAS, FORMIGAS E BARATAS.	ROGAMA/NEOGEM	LITROS	144,000000	139,000	20.016,00
5	0048918 - INSETICIDA PRONTO USO, COMPOSIÇÃO: IMIDACLOPRIDO (34 G/KG; 3% P/P) E PRALETRINA (8,5 G/KG; 0,75% P/P) COM ODOR DE MENTA, PARA CONTROLE DE MOSQUITOS ADULTOS AEDES AEGYPTI, CULEX QUINQUEFASCIATUS, PARA APLICAÇÃO ESPACIAL ULV EM EQUIPAMENTOS COM O FUNCIONAMENTO A FRIO, CONDICIONADO EM EMBALAGEM RE S I S T ENT E PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE 10 LITROS.	CLARKE	Unidade	10,000000	9.566,660	95.666,60
6	0048919 - ATOMIZADOR / NEBULIZADOR COSTAL MOTORIZADO (UBV); A P L I C A Ç ÃO D E FORMU L A ÇÕE S GRANULADAS, À BASE DE PÓS OU LÍQUIDOS; BOCAL DE ATOMIZAÇÃO QUE PERMITA NEBULIZAÇÃO EM ULTRA B A I XO VOLUME (UB V) ; ACOMPANHADO DE 06 (SEIS) PONTAS DOSADORAS CODIFICADAS POR CORES, COM VAZÕES ENTRE 30 E 250 ML/MIN; EQUIPADO COM HORÍMETRO / TACÔMETRO; DESTINADO À NEBULIZAÇÃO DE INSETICIDAS A FRIO DO TIPO ESPACIAL, ONDE 80% DAS PARTÍCULAS ESTEJAM ABAIXO DE 30 ?M (MÍCRON); MOTOR TS70 – 2 TEMPOS; CILINDRADA: 70,7 CC (CM3); POTÊNCIA MÁXIMA: 4,0 HP / 3,0 KW; ROTAÇÃO: MÍNIMA 2600 RPM / MÁXIMA 7300 RPM; TANQUE QUÍMICO EM PLÁSTICO COM CAPACIDADE DE 6 LITROS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE DE 2 LITROS; ALCANCE VERTICAL DO NEBULIZADOR: 12,0 M; ALCANCE HORIZONTAL DO NEBULIZADOR: 18,0 M; PESO VAZIO/CHEIO: 12,6 KG / 19,0 KG; CAIXA DE DESPACHO: 550 X 415 X 610 MM.	Guara	Unidade	5,000000	7.023,880	35.119,40

Importa a presente em R$ **703.002,00 (setecentos e três mil e dois reais)**.
VIGÊNCIA: **30 de junho de 2027**. SANTA CRUZ/RN, **30 de junho de 2026**.
ASSINATURAS: **FORNECEDOR: ERRADIK SAÚDE AMBIENTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS DOMISSANITARIO EIRELI - M. CNPJ de Nº 26.221.566/0001-37, JOÃO PAULO PEREIRA FILHO, CPF 609.013.753-73, cargo Representante, endereço R ISRAEL/RUA PROJ.20, -D QDA.252, 13D JARDIM SAO CRISTOVAO, São Luís/MA, CEP: 65056-420.**

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:9053DEEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 13.2026-ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 127.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 13, de 04 de maio de 2026.

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 127.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica deste Município, combinada com a Lei Orçamentária Municipal vigente, nº 336/2025, que trata do orçamento municipal para o ano corrente.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 127.000,00 (Cento e vinte e sete mil reais), quando foi incorporada a fonte de receita "16003130", ao projeto atividade detalhado na tabela abaixo, à dotação especificada no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, da dotação orçamentária discriminada no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SANTA MARIA/RN, 04 de maio de 2026.

RANIERY SOARES CÂMARA
Prefeito do Município de Santa Maria/RN

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**127.000,00**
02 .014 Fundo Municipal de Saúde					**127.000,00**
	2048 Incentivo Financeiro da Atenção Primária a Saúde - Capitação Ponderada - SF				**127.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	127.000,00
Anexo II (Redução)					**127.000,00**
02 .014 Fundo Municipal de Saúde					**127.000,00**
	2046 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**127.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	127.000,00

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:E1F077A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA FINANÇAS 05.2026-DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA FINANÇAS Nº 05, de 04 de maio de 2026.

Dispõe sobre remanejamento de saldos de dotações orçamentárias para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, combinada com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente para o exercício de 2026, de Nº 355, de 14 de agosto de 2025;

RESOLVE

Art. 1º - Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício no valor de R$ 3.160.396,00 (Três milhões, cento e sessenta mil, trezentos e noventa e seis reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado, para reforço da dotação orçamentária entre as dotações especificadas no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SANTA MARIA/RN, 04 de maio de 2026.

RANIERY SOARES CÂMARA
Prefeito do Município de Santa Maria/RN

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.160.396,00**
02 .002 Gabinete do Prefeito					**99.500,00**
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**95.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	20.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	75.000,00
	2005 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
	2006 Manutenção das Ações da Controladoria Municipal				**500,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	500,00
02 .003 Secretaria Municipal de Administração					**136.300,00**
	2007 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração				**131.300,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	108.300,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	23.000,00
	2008 Manutenção das Ações de Segurança Pública				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
02 .005 Sec. Municipal de Agricultura e Meio Ambiente					**78.000,00**
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				**78.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	45.000,00
02 .006 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					**915.000,00**
	2015 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação e Cultura				**30.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	15.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	5.000,00
	2022 Manutenção do Ensino Fundamental				**172.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	172.000,00
	2023 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Transporte Escolar/PNATE - Fundamental				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	30.000,00
	2031 Manutenção da Educação Infantil - Creche - FUNDEB 70 %				**535.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	535.000,00
	2034 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil - Creche				**78.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	78.500,00
	2035 Manutenção das Ações da Educação de Jovens e Adultos				**12.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	12.500,00
	2036 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - EJA				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	10.000,00
	2129 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - Pré Escola				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	7.000,00
	2138 Manutenção das Ações do Transporte Escolar dos Níveis Universitário e Técnico				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00
02 .007 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras					**548.000,00**
	1026 Construção e Reconstrução de Pavimentação de Ruas e Avenidas				**240.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	32.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	208.000,00
	1027 Construção e Readequação de Calçadas e Passeios Públicos				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
	2043 Manutenção e Modernização das Ações da Limpeza Pública				**130.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	130.000,00
	2044 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras				**177.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	67.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	50.000,00
02 .009 Sec. Mun. de Assistência Social, Trabalho e Habita					**2.500,00**
	1047 Construção, Reconstrução e Melhorias de Unidades Habitacionais				**2.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
02 .010 Secretaria Municipal de Transportes					**37.000,00**
	1093 Construção de Garagem Pública				**37.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.500,00

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	31.500,00
02 .014 Fundo Municipal de Saúde					**1.152.768,00**
	2046 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**273.768,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	171.768,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	95.000,00
	2048 Incentivo Financeiro da Atenção Primária a Saúde - Capitação Ponderada - SF				**176.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	35.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	101.000,00
	2049 Incentivo para Ações Estratégicas da Atenção Primária à Saúde - Saúde Bucal				**135.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	69.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	16.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	35.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	15.000,00
	2050 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária em Saúde - FB				**76.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	55.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16213210	0001	21.000,00
	2062 Assistência Financeira Complementar para Agentes de Combate às Endemias				**86.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	86.000,00
	2063 Incentivo Financeiro para Execução das Ações de Vigilância Sanitária				**31.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	31.000,00
	1082 Construção e Reforma de Academias ao Ar Livre				**245.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	245.000,00
	2154 Complemen. do Piso Nacional dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem - Atenção Básica				**130.000,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	75.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	55.000,00
02 .015 Fundo Municipal de Assistencia Social					**191.328,00**
	2074 Manutenção das Ações de Atendimento a Gestantes, Nutrizes e Crianças				**3.178,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.178,00
	2077 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**116.200,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	17.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	83.600,00
	2078 Bloco de Proteção Social Básica - Componente - Piso Básico Fixo - CRAS				**61.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	39.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	22.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
	2082 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único				**3.250,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	250,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	2.000,00
	2121 Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz				**7.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	7.500,00
Anexo II (Redução)					**3.160.396,00**
02 .002 Gabinete do Prefeito					**226.500,00**
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**225.999,71**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	32.508,71
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	75.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	25.834,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	12.917,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	52.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.740,00
	2006 Manutenção das Ações da Controladoria Municipal				**500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	500,00
	2144 Manutenção das Ações do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente				**0,29**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	0,29
02 .003 Secretaria Municipal de Administração					**136.300,00**
	2007 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração				**91.344,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	365,22
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	11.174,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	6.826,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	839,53
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	13.344,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	40,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	35,25
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	8.720,00
	2087 Manutenção das Ações dos Setores de Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado				**11.932,22**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.732,22
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.200,00
	2088 Contribuição Para Formação do PASEP				**985,78**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	985,78
	2090 Contribuição à AMLAP, CNM e FEMURN				**14.038,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	1.560,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	6.778,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	5.690,00
	2091 Promoção de Concursos Públicos				**18.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	12.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
02 .005 Sec. Municipal de Agricultura e Meio Ambiente					**78.000,00**
	1004 Constru e Manu. de Redes de Drenagem e Reservatórios e Limpeza de Rios, Lagoas, Açudes e Barreiros				**1.980,22**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	624,22

		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	156,00
	1043 Ampliação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de água				**6.707,61**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.872,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.872,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.763,61
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.200,00
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				**3.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	847,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	2.153,00
	2011 Programa de incentivo à Produção Agrícola e Seguro Safra				**7.888,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.888,00
	2012 Manutenção do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos				**2.725,17**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	645,01
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.200,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	880,16
	1066 Perfuração e Instalção de Poços, Manutenção de Dessalinizador e Construção de Cisternas.				**8.019,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.560,00
	1069 Adequação e Modernização da Feira Livre				**47.680,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	34.368,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	11.440,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.872,00
02 .006 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					**1.155.000,00**
	1009 Aquisição de Imóveis				**186.000,00**
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15001001	0001	186.000,00
	2015 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação e Cultura				**15.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	2.636,56
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	936,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	936,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	4.555,44
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001001	0001	936,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
	2017 Manutenção da Educação Fundamental - FUNDEB 70 %				**4.911,94**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	2.153,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15401070	0001	2.153,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	605,94
	2019 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ Fundamental				**21.306,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	17.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	2.153,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	2.153,00
	2022 Manutenção do Ensino Fundamental				**328.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	2.153,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	4.083,00
		3.3.90.19 AUXÍLIO-FARDAMENTO	15001001	0001	10.764,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	146.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	155.000,00
	2031 Manutenção da Educação Infantil - Creche - FUNDEB 70 %				**16.060,43**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	10.764,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	2.153,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15401070	0001	2.153,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	990,43
	2034 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil - Creche				**2.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.500,00
	2035 Manutenção das Ações da Educação de Jovens e Adultos				**12.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	12.500,00
	2036 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - EJA				**694,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	694,00
	2040 Manutenção das Ações do Programa Escola em Tempo Integral - Fundamental				**17.366,40**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	7.800,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	9.360,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	50,40
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	156,00
	2125 Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola - FUNDEB 70 %				**49.354,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	23.520,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	2.153,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15401070	0001	2.153,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	21.528,00
	2133 Manutenção das Ações da Educação de Jovens e Adultos – FUNDEB 70 %				**406.616,23**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	93.600,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	57.316,23
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	93.600,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	37.440,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15401070	0001	28.080,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	96.580,00
	2139 Manutenção das Ações do Programa Escola em Tempo Integral - Educação Infantil				**21.840,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	10.920,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	10.920,00
	2148 Manutenção do ensino Especial - FUNDEB 70 %				**18.851,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	6.458,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	10.240,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	2.153,00
	1092 Construção de Biblioteca				**54.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	54.000,00
02 .007 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras					**181.000,00**
	1023 Conservação e Melhorias dos Prédios e Logradouros Públicos				**1.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00

	2044 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras				**180.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	26.283,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	17200000	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	40.879,01
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17050000	0001	62.837,99
02 .009 Sec. Mun. de Assistência Social, Trabalho e Habita					**2.500,00**
	2106 Recuperação de Unidades Habitacionais Através de Doação de Materiais e Ajuda				**2.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.500,00
02 .010 Secretaria Municipal de Transportes					**37.000,00**
	1093 Construção de Garagem Pública				**500,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17003110	0001	500,00
	1094 Construção de Passagens Molhadas				**36.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	31.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.500,00
02 .014 Fundo Municipal de Saúde					**1.152.768,00**
	1032 Aquisição de Veículos Ambulâncias				**9.680,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	4.800,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	4.880,00
	1033 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Atenção Especializada				**1.964,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	764,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	1035 Construção e Instalação de Hospital Maternidade com pronto socorro 24 horas				**3.600,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	1.200,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.200,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	1037 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente - Atenção Primária				**7.200,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	6.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	1038 Remoção de Obstáculos Arquitetônicos em Unidades de Saúde				**12.480,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.560,00
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.560,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.560,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	6.600,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	2046 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**850.133,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	75.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	414.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	77.808,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	93.960,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	172.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	5.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.076,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	1.831,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	6.458,00
	2047 Atenção Primária à Saúde - Agentes Comunitários de Saúde - ACS				**6.600,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	6.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	600,00
	2048 Incentivo Financeiro da Atenção Primária a Saúde - Capitação Ponderada - SF				**79.151,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	22.243,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	30.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	10.764,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	2.153,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	16000000	0001	1.076,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.764,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.076,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.075,00
	2049 Incentivo para Ações Estratégicas da Atenção Primária à Saúde - Saúde Bucal				**40.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	35.000,00
	2050 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária em Saúde - FB				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	15.000,00
	2055 Incentivo Financeiro da Atenção Primária à Saúde - Desempenho - AB				**40.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	40.000,00
	2059 Manutenção das Ações do CAPS/Centro de Apoio Psico-Social				**2.428,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	1.828,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	600,00
	2060 Atenção Especializada à Saúde da População para Procedimentos no - MAC				**28.080,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	10.764,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	6.458,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	6.458,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	3.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	2063 Incentivo Financeiro para Execução das Ações de Vigilância Sanitária				**36.004,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	17.706,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	10.764,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	6.458,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.076,00
	2064 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância em Saúde - Despesas Diversas				**7.488,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	3.744,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	16000000	0001	3.744,00
	1082 Construção e Reforma de Academias ao Ar Livre				**10.560,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	9.360,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	1083 Implantação de Acessibilidade em Prédios Públicos				**2.400,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	1.200,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
02 .015 Fundo Municipal de Assistencia Social					**191.328,00**
	2068 Manutenção das Ações do Programa de Proteção Social Básica no Domicilio para Pessoas com Deficiência				**15.785,00**

		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.449,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	6.964,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.664,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.304,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16600000	0001	1.404,00
	2069 Bloco de Proteção Social Básica/SCFV – Jovens de 18 a 29 anos				**35.859,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.764,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.404,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	16600000	0001	593,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	1.404,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16600000	0001	1.186,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.382,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	205,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.306,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	2.003,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.153,00
	2070 Bloco de Proteção Social Básica/SCFV – Crianças e adolescente de 06 a 15				**10.761,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	1.076,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.076,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.076,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.076,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.076,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.076,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.076,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.076,00
	2071 Serviços de Consultoria de Órgãos Especializados em políticas de Desenvolvimento				**18.415,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	3.800,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	4.917,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	532,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	912,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	3.229,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	361,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	317,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	458,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.736,00
	2072 Manutenção das Ações do Programa de Enfretamento à Violência Sexual				**13.119,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.717,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.872,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.872,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.458,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.200,00
	2073 Promoção de Eventos Sociais				**12.797,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.892,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	1.752,00
	2074 Manutenção das Ações de Atendimento a Gestantes, Nutrizes e Crianças				**11.902,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.982,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.510,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.010,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.200,00
	2075 Manutenção das Ações de Atendimento, Cadastramento e Encaminhamento do Trabalhador ao Emprego				**8.276,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.276,00
	2077 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**21.564,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	2.083,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.764,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.964,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	600,00
	2078 Bloco de Proteção Social Básica - Componente - Piso Básico Fixo - CRAS				**600,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	600,00
	2079 Cadastramento e Execução de Projetos com Entidades Sociais				**37.440,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	8.892,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	8.892,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.892,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.764,00
	2080 Gestão de Benefícios Eventuais				**1.560,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.560,00
	2082 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único				**3.250,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	250,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16600000	0001	2.000,00

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:F5F49230

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2025

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.110.439/0001-89, com sede na Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, Centro – Santana do Matos/RN – CEP 59.520-000, neste ato representado pelo Exmº Sr. Prefeito Claylton Ângelo Pinheiro da Silveira, brasileiro, divorciado, portador de RG sob nº **.467.*** - SSP/SP, inscrito do CPF sob nº ***.079.094-**, residente na Rua Dr. Aprigio Câmara, S/N – Centro – Santana do Matos/RN - CEP 59.520-000, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e a empresa **RUIVAN CARLOS MORAIS,** inscrita no **CNPJ nº 70.157.607/0001-65**, com sede à Av. Pedro Borges de Andrade, 1124 – Parati – Assu/RN – CEP: 59.650-000, representada pelo Sr. Ruivan Carlos Morais, brasileiro, casado, empresário, portador do RG sob nº *.255.***, inscrito no CPF sob o nº ***.707.794-**, residente na Rua Francisco Esmeraldo Soares, 631 – Frutilândia – Assu/RN – CEP 59.650-000; tem entre si justo e avençado e celebram **1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 004/2025 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO 003/2025**, por força do presente instrumento e Processo Administrativo n° 1746/2026, sujeitos às disposições da Lei n° 14.133/2021 e regulamentos, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais passam a fazer parte integrante da contratação originária.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Constitui objeto do presente Termo a prorrogação da vigência da **Ata de Registro de Preços nº 004/2025**, com relação aos itens fornecidos pela empresa elencada acima, nas condições atualmente pactuadas, inclusive com relação aos respectivos valores registrados, durante o período de 17 de junho de 2025 a 17 de junho de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS PACTUADOS

Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados, conforme quadros abaixo:

EMPRESA: RUIVAN CARLOS MORAIS						
CNPJ: 70.157.607/0001-65						
ENDEREÇO: Av. Pedro Borges de Andrade, 1124 – Parati – Assu/RN – CEP: 59.650-000.						
LOTE 2 – FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS						
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID**	**QTD**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
001	**ABACAXI:** de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	In Natura	Unid	610	R$ 4,25	R$ 2.592,50
002	**ABÓBORA /JERIMUM:** madura, de tamanhos grandes, uniformes, sem defeitos, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. kg a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.	In Natura	Kg	360	R$ 3,25	R$ 1.170,00
003	**ALHO:** de 1° in natura grupo branco, tipo especial. produto cabeça inteira, dentes grandes e uniformes, firmes, com brilho, sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, de boa qualidade, em sacos plásticos com 1 kg ou mais cada a combinar. O produto e suas condições deverão estar de acordo com a nta 15 (normas técnicas para raízes, tubérculos e rizomas – resolução – CNNPA nº 12, de 1978).	In Natura	Kg	370	R$ 22,00	R$ 8.140,00
004	**ALFACE** in natura, kg, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.	In Natura	Kg	530	R$ 6,08	R$ 3.222,40
005	**BANANA PRATA:** in natura, kg, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar	In Natura	Kg	540	R$ 4,00	R$ 2.160,00
006	**BATATA DOCE:** lavada. características gerais: rosada, de boa qualidade, compacta, firme, serem suficientemente desenvolvidas, com o tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie. não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetam a sua aparência. estarem livres de enfermidades, da maior parte possível de terra aderente à casca. estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. não apresentarem rachaduras ou cortes na casca.	In Natura	Kg	470	R$ 3,75	R$ 1.762,50
007	**BATATA INGLESA:** de primeira qualidade, in natura, compacta e firme, apresentando grau de	In Natura	Kg	560	R$ 4,75	R$ 2.660,00

	maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.					
008	**BETERRABA:** de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.	In Natura	Kg	530	R$ 4,50	R$ 2.385,00
009	**CEBOLA:** de primeira qualidade, in natura, casca protetora, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.	In Natura	Kg	630	R$ 3,75	R$ 2.362,50
010	**CEBOLINHA:** in natura, apresentando grau de evolução completo, aroma e cor próprios, com folhas frescas integras, sem manchas ou ressecamento, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA	In Natura	Mço	120	R$ 2,00	R$ 240,00
011	**CENOURA** de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.	In Natura	Kg	620	R$ 4,70	R$ 2.914,00
012	**CHUCHU:** de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.	In Natura	Kg	330	R$ 4,00	R$ 1.320,00
013	**COENTRO:** maço, fresca, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidades, sujidades, parasitos e larvas. A entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.	In Natura	Mço	660	R$ 2,00	R$ 1.320,00
014	**GOIABA:** de 1ª in natura, tamanho grande, apresentando grau de maturidade adequado à manipulação, transporte e consumo. aroma e cor próprios, sem perfurações, manchas, isento de sujidades, parasitas ou larvas, de acordo c a resolução 12/78 da CNNPA.	In Natura	Kg	390	R$ 4,00	R$ 1.560,00
015	**INHAME**: de boa qualidade, fresco, compacto, e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, uniforme de aproximadamente 1kg	In Natura	Kg	100	R$ 6,00	R$ 600,00
016	**LARANJA:** de primeira, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. a polpa deve estar intacta e firme. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.	In Natura	Kg	510	R$ 4,15	R$ 2.116,50

017	**LIMÃO**: de primeira, fresco, livre de resíduos de fertilizantes, sujicidas, parasitas e larvas, tamanhas e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar	In Natura	Kg	360	R$ 3,00	R$ 1.080,00
018	**LOURO:** deve ser constituído de folhas sãs, limpas e secas, acondicionados em saco plástico transparente, atóxico, deve apresentar coloração verde, cheiro aromático. embalagem de 100g	Lesn	Pct	120	R$ 2,08	R$ 249,60
019	**MAÇÃ:** de primeira qualidade, tipo fuji, vermelha, in natura, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.	In Natura	Kg	480	R$ 10,75	R$ 5.160,00
020	**MACAXEIRA:** de 1ª in natura, apresentando grau de evolução e tamanho adequado à manipulação, transporte e consumo. aroma e cor próprios, sem perfurações, manchas, isento de sujidades, parasitas ou larvas, de acordo c a resolução 12/78 da CNNPA.	In Natura	Kg	540	R$ 3,75	R$ 2.025,00
021	**MAMÃO:** de primeira qualidade, tipo fuji, vermelha, in natura, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. a entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.	In Natura	Kg	630	R$ 3,50	R$ 2.205,00
022	**MANGA**: de 1° qualidade, apresentando grau de maturidade adequado à manipulação, transporte e consumo. aroma e cor próprios, sem perfurações, manchas, isento de sujidades parasitas ou larvas, de acordo c/ a resolução12/78 da CNNPA	In Natura	Kg	160	R$ 3,50	R$ 560,00
023	**MARACUJÁ** de 1ª in natura, apresentando grau de maturidade adequado à manipulação, transporte e consumo. aroma e cor próprios, sem perfurações, manchas, isento de sujidades, parasitas ou larvas, de acordo c a resolução 12/78 da CNNPA	In Natura	Kg	490	R$ 6,00	R$ 2.940,00
024	**MELANCIA:** de 1ª qualidade, apresentando grau de maturidade adequado à manipulação, transporte e consumo. aroma e cor próprios, sem perfurações, manchas, isento de sujidades, parasitas ou larvas, de acordo c a resolução 12/78 da CNNPA.	In Natura	Kg	420	R$ 1,80	R$ 756,00
025	**MELÃO:** japonês de 1ª qualidade, apresentando grau de maturidade adequado à manipulação, transporte e consumo. aroma e cor próprios, sem perfurações, manchas, isento de sujidades, parasitas ou larvas, de acordo c a resolução 12/78 da CNNPA.	In Natura	Kg	490	R$ 2,75	R$ 1.347,50
026	**PIMENTÃO VERDE:** de primeira, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes.	In Natura	Kg	227	R$ 4,75	R$ 1.078,25
027	**REPOLHO ROXO:** de primeira qualidade. in natura, apresentado grau de maturação que permita suporta a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas	In Natura	Kg	170	R$ 6,00	R$ 1.020,00
028	**REPOLHO BRANCO** repolho: de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas	In Natura	Kg	150	R$ 5,00	R$ 750,00
029	**TOMATE:** características gerais tomate em início de maturação. fresco. atingir o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Apresentar grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o	In Natura	Kg	520	R$ 5,00	R$ 2.600,00

	transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. não conterem substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. estarem livres de resíduos e fertilizantes. A entrega do produto deverá ser feita semanalmente conforme emissão de pedido do setor de merenda escolar.					
030	**ERVILHA VAGEM:** ervilha verde congelada; 100% natural; de primeira qualidade; conter grãos frescos, verdes e macios, congelado; sem aditivos. transportada e conservada a uma temperatura de -18ºc, com tolerância no recebimento de até - 12ºc; isento de sujidades, parasitas, larvas e outros materiais estranhos; embalagem de plástico, sem rupturas, hermeticamente fechado e atóxico contendo 2 kg; com impressão clara de identificação, data da fabricação, prazo de validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega e suas condições deverão estar de acordo com a legislação	Do Chef	Unid	20	R$ 10,16	R$ 203,20
TOTAL DO LOTE: R$ 58.499,95(cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).						

LOTE 3 – PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS						
001	**ACHOCOLATADO EM PÓ** 210g em pó, a base de açúcar, cacau em pó, lecitina de soja e aromatizantes o chocolate deve ser obtido de matérias primas, sãs e limpas, isentas de matéria terrenosa, de parasitos, detritos animais, cascas de sementes de cacau e de outros detritos vegetais. no preparo de qualquer qualidade de chocolate, o cacau correspondente ao tipo deverá entrar no mínimo, a proporção de 32%. na embalagem deverá conter as seguintes informações: indicações do fabricante, tabela nutricional, ingredientes, data da validade e peso. embalagem de 210g validade mínima de 06 meses após a entrega	Italac	Pct	50	R$ 4,50	R$ 225,00
002	**ACHOCOLATADO EM PÓ** de 400gr com baixo percentual de açúcar, instantâneo, contendo basicamente cacau, açúcar, aromatizantes e podendo conter leite em pó e outros ingredientes, desde que mencionados, enriquecido com 6 vitaminas no mínimo. Não pode ser adicionado de amido e féculas estranhas. na embalagem: pacote de 400 gr. o rótulo deverá trazer a denominação genérica "chocolate" seguido de classificação constante na nta 40 – rotulagem nutricional obrigatória. obs: as embalagens devem conter dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.	Italac	Pct	1.100	R$ 6,50	R$ 7.150,00
003	**AÇUCAR COMUM** – tipo cristal- conter no mínimo 99,3 % de sacarose deverá ser fabricado de suco de cana, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais. Em pacote plástico resistente de 1 kg. no rótulo deverá trazer a denominação "açúcar", seguido do tipo e a classificação – rotulagem nutricional obrigatória. obs: as embalagens devem conter dados de identificação, data de fab. e prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data da entrega na unidade requisitante.	Nectar	Kg	3.120	R$ 4,26	R$ 13.291,20
004	**ADOÇANTE ATIFICIAL** líquido composto por ciclamato de sódio e sacarina embalagem de 100ml; indicação de validade, rotulagem nutricional de acordo com legislação vigente.	Sadio	Unid	347	R$ 4,50	R$ 1.561,50
005	**ALECRIM DESIDRATADO** embalagem, contendo no mínimo 30 g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de anormas e padrões de alimentos.	Lesn	Pct	50	R$ 3,66	R$ 183,00
006	**CACAU EM PÓ** 100% - embalagem com 500g	Zaeli	Unid	50	R$ 29,58	R$ 1.479,00
007	**MACARRÃO DE ARROZ** tipo espaguete. isento de gorduras trans. - macarrão de arroz, tipo espaguete. isento de gorduras trans.isento de glúten, ovos, soja, conservantes, leite e seus derivados. produto	Urbano	Pct	800	R$ 5,76	R$ 4.608,00

	100% natural. com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente. validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto. embalagem de 500g.					
008	**MASSA PARA LASANHA** com 500 gr. - massa para lasanha, com 500 gr.	Fortaleza	Unid	130	R$ 8,00	R$ 1.040,00
009	**QUEIJO RALADO** embalagem com 30g – identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente	Galbani	Pct	50	R$ 6,50	R$ 325,00
010	**AMIDO DE MILHO** para o preparo de mingaus, produto industrializado, novo, primeira qualidade. acondicionado em embalagem plástica, com identificação do produto, marca do fabricante e com prazo de validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega, embalagem de 1kg	Zaeli	Unid	300	R$ 11,48	R$ 3.444,00
011	**ARROZ BRANCO** tipo 1. embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno transparente, atóxico. prazo de validade: mínimo de 6 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Fazenda	Kg	760	R$ 5,50	R$ 4.180,00
012	**ARROZ INTEGRAL**. Características técnicas: longo fino, tipo 1 integral. o produto não deverá apresentar grãos disformes, percentuais e impurezas (grãos queimados, pedras, carunchos), cheiro forte, intenso e não característico. embalagem: deve estar acondicionado em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes de 1kg. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	Urbano	Kg	280	R$ 8,50	R$ 2.380,00
013	**ARROZ PARBOILIZADO** tipo 1. características técnicas: grupo: beneficiado, subgrupo: parboilizado, classe: longo fino, tipo i. o produto não deve apresentar grãos disformes e impurezas (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos), cheiro forte, intenso e não característico, preparação dietética final inadequada – empapamento. embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno transparente, atóxico. prazo de validade: mínimo de 6 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Fazenda	Kg	780	R$ 5,50	R$ 4.290,00
014	**AVEIA** em flocos 200gr deve apresentar coloração clara e grânulos soltos, ou seja, sem sinais de umidade e sujidades, livre de insetos, fungos e matéria terrosa. a embalagem deve conter: indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente.	Yoki	Pct	430	R$ 4,50	R$ 1.935,00
015	**AZEITE** extra virgem (500ml)	Cocinero	Gf	290	R$ 42,05	R$ 12.194,50
016	**BALAS SORTIDAS** pct c/ 500g	Florestal	Pct	544	R$ 14,58	R$ 7.931,52
017	**BATATA PALHA** - especificação: composto por batatas textura, característica isenta de ranço. Embalagem contendo 500g. ingredientes: batata, óleo vegetal, sal. com validade mínima de dois (02) meses a partir da data de entrega	Fritei	Pct	200	R$ 30,00	R$ 6.000,00
018	**AZEITONA** - em unidade - especificação: azeitona verde com caroço em conserva, devendo ser entregue em embalagem com peso drenado de 200g, contendo ainda registro da data de fabricação, peso e data de validade estampadas na embalagem.	Rivoli	Unid	50	R$ 5,00	R$ 250,00
019	**BOLACHA ÁGUA E SAL** em pacote - especificação: especificação: dupla embalagem, pacote de 400 g, produto industrializado, novo, primeira qualidade. acondicionado em embalagem plástica, com identificação do produto, marca do fabricante e com prazo validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega.	Vitamassa	Pct	230	R$ 5,50	R$ 1.265,00

020	**BISCOITO REDONDO** sabor: aveia e mel, classificação: doce, características adicionais: sem recheio, tipo: rosquinha, aplicação: nutrição infantil biscoito, apresentação: redondo, sabor: aveia e mel, classificação: doce, características adicionais: sem recheio, tipo: rosquinha, aplicação: nutrição infantil observação: biscoito contendo cereal integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, aveia, mel, livre de gordura trans e outras substâncias alimentícias, desde que declaradas e permitidas por legislação vigente. embalagem rotulada conforme a legislação, proporcionando segurança, proteção e conservação do alimento, 200 gramas por unidade. prazo de validade de no mínimo 03 meses, a contar da data da entrega	Bauduco	Pct	210	R$ 5,50	R$ 1.155,00
021	**BARRAS DE CHOCOLATES** de 1 kg (para confecção de ovos de pascoa e trufas)	Top	Barra	300	R$ 27,18	R$ 8.154,00
022	**BISCOITO DE COCO** (sequilho) embalagem c 400mg, identificação no fabricante; indicação de validade; rotulagem nutricional de acordo c/ legislação vigente	Seven Boys	Pct	430	R$ 5,94	R$ 2.554,20
023	**BISCOITO DOCE** tipo rosquinha, sabores variados (chocolate, coco e leite), produto industrializado, novo, primeira qualidade. acondicionado em embalagem plástica, pacote com 400 g com identificação do produto, marca do fabricante e com prazo de validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega	Estrela	Pct	980	R$ 5,40	R$ 5.292,00
024	**BISCOITO MAISENA** a base de farinha de trigo com açúcar, soro de leite, gordura vegetal hidrogenada, aroma e lecitina de soja, enriquecido com vitaminas. embalagem individualizada em papel celofane em caixas de papelão a data de fabricação devera estar em local visível da embalagem, não superior a 30 dias da data de entrega, bem como o prazo de valida pct de 400g	Vitamassa	Pct	560	R$ 5,50	R$ 3.080,00
025	**BISCOITO SALGADO INTEGRAL** tipo cream cracker integral, dupla embalagem, pacote de 400 g, produto industrializado, novo, primeira qualidade. acondicionado em embalagem plástica, com identificação do produto, marca do fabricante e com prazo validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega	Vitamassa	Pct	540	R$ 6,50	R$ 3.510,00
026	**BISCOITO SALGADO** tipo cream cracker c/ 400gr composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, açúcar, amido de milho, aspecto, cor, cheiro e sabor próprios embalado em pct plástico resistente acondicionado em caixa de papelão, lacrada e rotulada, a embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 meses a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. pct c/ 400g	Vitamassa	Pct	1.261	R$ 4,68	R$ 5.901,48
027	**BISCOITO TIPO MARIA** c/ 400gr- farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio), melhorador de farinha (metabissulfito de sódio) estabilizante (lecitina de soja), aromatizante artificial, antioxidante (ácido cítrico). não deve apresentar entre os ingredientes: leite ou soro de leite, acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2- lactil lactato de sódio. deverão ser fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitos, devendo estar em perfeito estado de conservação. São rejeitados os biscoitos ou bolachas mal cozidas, queimadas de caracteres organolépticos anormais. não poderá apresentar umidade ou biscoitos quebrados (percentual máximo aceito – até 10% de biscoitos quebrados). embalagem: saco de polietileno atóxico, dupla embalagem,	Vitamassa	Pct	1.140	R$ 6,00	R$ 6.840,00

	transparente, resistente, lacrado, contendo peso líquido de até 500 gramas. prazo de validade: mínimo de 6 meses. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.					
028	**BOMBOM**, tipo serenata ou similiar, pacote c/ 850 gramas	Garoto	Pct	620	R$ 44,46	R$ 27.565,20
029	**CAFÉ SOLUVÉL** - granulado tipo nescafé ou similar, embalagem com 50g, com identificação no fabricante; prazo de validade; rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente.	Nordestino	Pct	210	R$ 7,50	R$ 1.575,00
030	**CAFÉ EM PÓ** tipo 1, tradicional, torrado e moído, com certificado de selo de pureza abic, acondicionado em embalagem de polietileno resistente, atóxica, tipo almofada, contendo 250 gramas, certificado com selo de pureza abic, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. validade mínima de 04 (quatro) meses a contar da data de entrega	Nordestino	Pct	3.850	R$ 14,56	R$ 56.056,00
031	**CANELA EM PÓ** embalagem de 30g, indicação de validade; rotulagem nutricional de acordo c/ legislação vigente.	Lesn	Pct	210	R$ 4,07	R$ 854,70
032	**CANJIQUINHA** curau canjiquinha amarela c/400g a canjiquinha deverá estar isenta de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. embalagem primária em sacos plásticos ou caixa resistentes, reembalados em fardos reforçado. no rótulo deverá trazer a denominação "canjiquinha". rotulagem nutricional obrigatória.validade: no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega. a data de validade deverá constar da embalagem primária e da embalagem secundária, exceto quando a embalagem secundária for transparente.	Yoki	Pct	120	R$ 4,22	R$ 506,40
033	**CEREAL INSTATANIO** a base de arroz 230g pré-cozida, açúcar, amido, sais minerais, vitamina e, e aromatizante, acondicionada em embalagem íntegra, resistente, vedada hermeticamente e limpa. A embalagem deverá constar externamente, os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número de registro e normas de codex alimentarius para fórmulas destinadas a lactentes-fao/oms. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	Allnutri	Pct	430	R$ 5,50	R$ 2.365,00
034	**CEREAL INSTATANIO** a base de arroz 400g pré-cozida, açúcar, amido, sais minerais, vitamina e, e aromatizante, acondicionada em embalagem íntegra, resistente, vedada hermeticamente e limpa. A embalagem deverá constar externamente, os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número de registro e normas de codex alimentarius para fórmulas destinadas a lactentes-fao/oms. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	Allnutri	Pct	430	R$ 5,23	R$ 2.248,90
035	**CHÁ SABORES VARIADOS** caixa c/10 sachês cada caixa. validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	Leao	Cx	310	R$ 5,50	R$ 1.705,00
036	**COCADA DE AMENDOIM** pt c/50 und	Paçoquita	Pct	115	R$ 22,10	R$ 2.541,50
037	**COCO RALADO**, embalagem de 100g, identificação de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente.	Dulce Coco	Pct	160	R$ 4,16	R$ 665,60
038	**COLORÍFICO** – embalagem 100g-condimento colorífico em pó de primeira, constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, contendo no máximo10% de sal, de acordo com as normas vigentes. registro no ms. embalagens: embalagem de polietileno transparente, resistente, atóxica de até 500g. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca,	Nordestino	Pct	660	R$ 1,20	R$ 792,00

	ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. legislação: resolução - rdc nº 276, de 22 de setembro de 2005.					
039	**CREME DE LEITE**. Embalagem uht contendo 200g. ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, espessante e estabilizante. isento de glúten. rótulo com indicação do fornecedor, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. registro no órgão competente	Betânia	Unid	2.400	R$ 3,57	R$ 8.568,00
040	**DOCE INDUSTRIALIZADO** em barra c/ 250g	Lecy	Pct	80	R$ 5,50	R$ 440,00
041	**ERVILHA EM CONSERVA** embalagem com peso liquido 300 g e peso drenado 200g, com prazo de validade mínima de 6 meses, a partir da data da entrega	Sofruta	Lt	500	R$ 4,50	R$ 2.250,00
042	**EXTRATO DE TOMATE** 190gr características técnicas: extrato de tomate simples e concentrado. o extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sementes. o produto deve estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso. ingredientes: tomate, sal e açúcar. embalagem: deve estar intacta, em latas de flandres não apresentando ferrugem, amassamento, vazamento, abaulamento ou embalagem tetra brik asséptic de até 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Bonare	Unid	900	R$ 3,35	R$ 3.015,00
043	**FARINHA DE MANDIOCA** grupo seca, subgrupo fina, tipo 1, embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, peso líquido e com prazo de validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega.	Ótima Opção	Kg	390	R$ 5,50	R$ 2.145,00
044	**FARINHA DE ROSCA**-1º qualidade em embalagem de 1kg, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente.	Yoki	Kg	30	R$ 9,40	R$ 282,00
045	**FARINHA DE LINHAÇA** pct 1kg	Lesn	Kg	140	R$ 8,33	R$ 1.166,20
046	**FARINHA DE TRIGO** sem fermento-farinha de trigo especial ou de primeira. características técnicas: tipo 1. deve ser fabricada a partir de grãos de trigo sãos e limpos, isentos de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. não poderá estar úmida, fermentada nem rançosa. especificidade de uso: preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de polietileno, atóxica, bem vedada, contendo 1kg. prazo de validade: mínimo de 4 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais	Farina	Kg	380	R$ 5,14	R$ 1.953,20
047	**FARINHA DE TRIGO** especial com fermento, embalada em sacos transparentes, limpos não violados, resistentes a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. o mesmo deverá apresentar validade mínima de 70 (setenta) dias a partir da data de entrega de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. pct 01 kg	Finna	Kg	430	R$ 5,06	R$ 2.175,80
048	**FARINHA DE TRIGO INTEGRAL** farinha de trigo integral. deve ser fabricada a partir de grãos de trigo	Dona Benta	Kg	120	R$ 9,00	R$ 1.080,00

	são e limpos, isentos de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. não poderá estar úmida, fermentada, nem rançosa, mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. especificidade de uso: preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de papel ou polietileno, bem vedada, contendo 1kg. prazo de validade: mínimo de 4 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais					
049	**FARINHA LACTEA** 400g alimento a base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas, sal e aveia, acondicionado em recipiente de folha de flandres, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente, os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número de registro.	Nestle	Lt	750	R$ 11,50	R$ 8.625,00
050	**FARINHA DE MILHO** - grão: amarelo, tipo: fubá mimoso, característica adicional: transgênico, ingrediente adicional: fortificada com ferro e ácido fólico farinha de milho, grão: amarelo, tipo: fubá mimoso, característica adicional: transgênico, ingrediente adicional: fortificada com ferro e ácido fólico observação: fubá mimoso obtido da moagem do grão de milho de processo técnicamente adequado e de qualidade, enriquecido com ferro e ácido fólico, sem aditivos e sem gordura trans. embalagem atóxica, rotulagem conforme a legislação vigente, proporcionando segurança, proteção e conservação do alimento. embalagem de 500 gramas unitário, prazo de validade de no mínimo 06 meses, a contar da data de entrega do produto.	Yoki	Kg	30	R$ 3,43	R$ 102,90
051	**FEIJÃO CARIOCA** - tipo 1- constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, acondicionado em saco plástico contendo 1kg, isento de material terroso, sujidades, mistura de outras variedades e espécies, produto com identificação, marca do fabricante. industrializado no máximo 30 dias antes da data da entrega, com prazo de validade pertinente do produto ofertado.	Nosso Grão	Kg	270	R$ 7,00	R$ 1.890,00
052	**FEIJÃO MACASSA** - tipo 1- constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, acondicionado em saco plástico, isento de material terroso, sujidades, mistura de outras variedades e espécies, pacote contendo 01 kg, com identificação do produto e prazo de validade	Nosso Grão	Kg	260	R$ 7,44	R$ 1.934,40
053	**FEIJÃO BRANCO**- tipo 1, constituído de grãos inteiros e sadios, com umidade permitida de 15%, isento de material terroso, sujidades e misturas de outras espécie, acondicionado em saco plástico contendo 1k novo, produto com identificação, marca do fabricante. industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega, com prazo de validade pertinente do produto ofertado	Urbano	Kg	375	R$ 7,59	R$ 2.846,25
054	**FEIJÃO PRETO** tipo 1. características técnicas: feijão classe preto, novo, tipo 1, grupo 1 não torrado. não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, coloração dos grãos com nuances diferentes, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. a tipagem deverá ser de acordo com a classificação da CIDASC. embalagem: deve estar	Nosso Grão	Kg	590	R$ 6,43	R$ 3.793,70

	intacta, acondicionada em embalagens de polietileno transparente, contendo 1 kg. prazo de validade: mínimo de 5 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.					
055	**FERMENTO BIOLÓGICO**. características técnicas: fermento biológico, seco, instantâneo. embalagem: deve estar intacta, acondicionada em latas ou pacotes resistentes de até 500g. prazo de validade: mínimo de 8 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Saf	Pct	30	R$ 4,64	R$ 139,20
056	**FLOCOS DE MILHO** - 500g amarela em flocos: grupo seca, 1ª qualidade: pacotes de 500g. o produto devera ser fabricado a partir de matéria – primas sãs e limpas, isentas de matérias terras e parasitas. Não poderá estar rançoso ou úmido, apresentando umidade máxima de 14% p/p, com acidez máxima de 2 p/p e no mínimo 1,5% p/p de protídeos. o produto e suas condições devem estar de acordo com a nta 34 (normas técnicas para farinhas – decreto 12.486, de 20/10/78). o produto deve estar acondicionado em embalagem primaria atóxica, resistente, termos soldada, de 500g	São Braz	Pct	2.310	R$ 1,57	R$ 3.626,70
057	**GELATINA EM PÓ** zero açúcar - deversos sabores (uva, morango, manga, abacaxi), embalagem com 1kg contendo: gelatina, sal, vitamina: a, b e c, regulador de acidez citrato de sódio, acidulante ácido fumárico, aromatizante, edulcorantes artificiais, aspartame, ciclamato de sódio, acessulfame de potácio e sacaruna sódico aromataizante e corante aritificial borfeaux. isento de glutén, na embalagem deverá conter as seguintes informações: indicação do fabricante, tabela nutricional, ingredientes, datas de válidade e pesp	Qualimax	Unid	20	R$ 4,56	R$ 91,20
058	**GELÉIA** tipo: frutas, sabor: variado, característica adicional: isento de açúcar - diet geleia de fruta sem açucar sabor morango; produto preparado com 100% de fruta; com morango; a cor, sabor e aroma do produto deverão ser próprios, conforme os ingredientes utilizados; consistência cremosa; o produto deverá apresentar homogeneidade; sem adição de açúcar; sem adição de aditivos; com embalagem e rotulagem conforme a legislação vigente. deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega e contendo 250 gramas.	Linea	Unid	10	R$ 4,21	R$ 42,10
059	**KETCHUP** embalagem de 400mg, molho de consistência pastoso composto de tomate, açúcar, sal, condimentos, sem deformidade ou amassados, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente	Sadio	Fr	310	R$ 5,50	R$ 1.705,00
060	**LANCHINHO** embalagem c 400 g, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente	Boa Vista	Pct	760	R$ 6,83	R$ 5.190,80
061	**LEITE CONDENSADO** 395g	Betania	Unid	1.640	R$ 5,72	R$ 9.380,80
062	**LEITE DE COCO** garrafa de 500 ml, contendo informes nutricionais, marca do fabricante peso líquido e com prazo de validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega.	Pilão	Fr	110	R$ 5,94	R$ 653,40
063	**LEITE EM PÓ** 0% de lactose leite em pó isento de lactose. embalagem com aproximadamente 400g, devendo conter extremamente os dados de identificação e procedência, informação	Nestle	Pct	660	R$ 25,02	R$ 16.513,20

	nutricional, numero so lote, data de válidade, quantidade do produto e número do registro, o produto deverá apresentar válidade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.					
064	**LEITE EM PÓ INTEGRAL** 800gm características técnicas: leite em pó integral instantâneo. o produto deve conter no mínimo 3,5% de gordura, enriquecido com vitamina a, c, d e ferro cor branca interior e sabor característico. embalagem: acondicionada em embalagem resistente contendo até 1 kg. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras, instantâneo as bordas do fecho de vedação da embalagem devem estar perfeitas (sem orifícios ou defeitos) que prejudiquem a qualidade e o valor nutricional do produto. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou problemas de vedação da embalagem. prazo de validade: mínimo de 12 meses. data de fabricação: máximo de 15 dias. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Betania	Pct	1.400	R$ 31,85	R$ 44.590,00
065	**LENTILHA VERDE** lentilha especificação técnica: lentilha tipo 1; de primeira; constituída de grãos graúdos, inteiros, secos e sãos; com umidade máxima de 14% por peso; isenta de insetos, impurezas, matérias e odores estranhos ou impróprios; embalagem primaria saco de polietileno transparente e lacrado, contendo 500 gramas do produto, com validade mínima de 6 meses na data da entrega e conforme a legislação vigente	Kicaldo	Unid	20	R$ 15,00	R$ 300,00
066	**LOURO**: deve ser constituído de folhas sãs, limpas e secas, acondicionados em saco plástico transparente, atóxico, deve apresentar coloração verde, cheiro aromático. embalagem de 100g.	Lesn	Pct	120	R$ 4,88	R$ 585,60
067	**BISCOITO DE MAIZENA** - em pacote especificação: farinha de trigo (enriquecida com ferro e ácido fólico), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho e/ou féculas de arroz ou mandioca, açúcar invertido, sal refinado, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e pirofosfato ácido de sódio), estabilizante lecitina de soja, aromatizante, melhorador de farinha metabissulfito de sódio e enzima protease (ins 1101i). pacote 400g.	Vitamassa	Unid	440	R$ 5,50	R$ 2.420,00
068	**BOLACHA ÁGUA E SAL**: pacote especificação: especificação: biscoito amanteigado, pacote com 400g.	Estrela	Unid	350	R$ 5,50	R$ 1.925,00
069	**MACARRÃO ESPAGUETE** 500gr. 1ª qualidade. produto não fermentado obtido pelo amassamento da farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico da semolina ou sêmola do trigo enriquecida com ferro e ácido fólico com água, adicionado de ovos e de outras substâncias permitidas. o produto deve ser fabricado a partir de matérias primas são e limpo, isentas de matéria terrosa e de parasitas e deve apresentar teor máximo de umidade de 13%. O produto deverá ter a designação "com ovos" (com no mínimo 3 ovos por quilo). não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. o produto ao ser colocado em água não deverá turvá-la antes da cocção, não podendo estar rançoso o fermentado. o produto deve apresentar rendimento mínimo após o cozimento de 2 (duas) vezes a mais do peso antes da cocção e não deve apresentar deformações e nem quebras no seu formato, nem grandes quantidades de sólidos na água do cozimento. O sabor da massa crua deve ser agradável, levemente adocicado, típico de um produto bem elaborado. o produto e suas condições deverão estar de acordo com a nta 49 (normas técnicas para massas alimentícias ou macarrão - resolução – cnnpa nº.	Galo	Pct	1.510	R$ 3,50	R$ 5.285,00

	12, de 1978). o produto deve estar acondicionado em embalagem primária plástica, atóxica, transparente, intacta, resistente, de 500g e embalagens secundárias de fardos plásticos, resistentes, termos soldados					
070	**MACARRÃO LASANHA** embalagem de 500g, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente	Fortaleza	Pct	190	R$ 8,03	R$ 1.525,70
071	**MACARRÃO CONCHINHA** - teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, apresentação: conchinha, caramujo macarrão, teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, apresentação: conchinha,observação: macarrão, tipo concha – semolado, para sopa, contendo sêmola de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes naturais. sem ovos. Sem gordura trans pacote de 500 gr; que devem apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, numero do lote, data de validade, quantidade do	Galo	Pct	30	R$ 5,84	R$ 175,20
072	**MASSA PARA SOPA** em fardo: fardo contendo 24 pacotes de 500g cada, especificação: (argola, argolinha, ave maria, conchinha) – embalagem deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de papel multifoliado, bem vedado, em embalagens de até 1kg. prazo de validade no mínimo de três (3) meses a partir da data de entrega conter informações nutricionais no rótulo.	Estrela	Fd	10	R$ 7,51	R$ 75,10
073	**MISTURA PARA BOLO** - em caixa: especificação: massa - embalagem plástica de 450g, contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade, com registro do ministério da saúde, obedecendo a resolução 12/78 da CNNPA composição: açúcar, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, gordura vegetal, sal, fermentos químicos e aromatizante	Finna	Unid	20	R$ 7,50	R$ 150,00
074	**MARGARINA VEGETAL** 500g produto obtido de vegetais líquidos hidrogenados, de consistência cremosa, aromatizada artificialmente e vitaminada, com no mínimo 65% de lipídios. não deve apresentar massa não cremosa, cheiro desagradável, cor não característica do produto, pote violado. embalagem: deve estar intacta, em pote de polietileno resistente, contendo 500g. prazo de validade: mínimo de 6 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Puro Sabor	Unid	1.324	R$ 5,69	R$ 7.533,56
075	**MAIONESE** - industrializada, em fraco c 250mg, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente	Arisco	Unid	180	R$ 5,59	R$ 1.006,20
076	**MILHO DE PIPOCA** embalagem com 500 gramas, com identificação do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Santomonti	Pct	510	R$ 5,06	R$ 2.580,60
077	**MILHO EM CONSERVA** - lata em com peso liquido 280g ou 300g, com peso drenado de 200g, com informes nutricional, e prazo de validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega	Sofruta	Lt	395	R$ 4,50	R$ 1.777,50
078	**MILHO P/PREPARO MUNGUNZÁ**: seco processado em grãos crus, inteiros, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente contendo 500g. a embalagem deve conter a validade de no mínimo 06	Ouromil	Kg	470	R$ 3,40	R$ 1.598,00

	a 01 ano					
079	**MILHO PRA CANJICA** amarela de 1º qualidade, beneficiado, polido limpo isento de sujidades, parasitas e larvas. admitindo umidade máxima de 14% por peso. acondicionado em saco plásticos transparente atoxivo, embalagem com 500g com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido	Yoki	Pct	200	R$ 4,84	R$ 968,00
080	**MOLHO DE TOMATE**: embalagem c 340g, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente	Sadio	Unid	300	R$ 2,74	R$ 822,00
081	**ÓLEO DE SOJA** com 900mlcaracterísticas técnicas: óleo de soja refinado, 100% natural. não deve apresentar embalagem frágil, com ferrugem, mistura de outros óleos, cheiro forte e intenso, volume insatisfatório. Não poderá ser de origem trangênica. embalagem: acondicionada em recipientes (de latas, ou recipiente de plástico), de 900 ml, não apresentado ferrugem, amassamento, vazamento e abaulamento. prazo de validade: mínimo de 10 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Soya	Unid	1.130	R$ 8,80	R$ 9.944,00
082	**OREGANO** desidratado: em folha seca, de coloração verde pardacenta, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isentp de materiais estranhos a sua especie, adicionada em saco plástico transparente atóxico, resistente e hermeticamente vedado de acordo com a rdc n°276/205. embal 30g	Lesn	Pct	150	R$ 4,41	R$ 661,50
083	**OVOS DE GALINHA** - devem ser de tamanho grande (especial), ou superior qualidade, e as embalagens devem estar de acordo com o padrão de comercialização de ceasa, isentos de sujidades, fungos e substancias tóxicas, bandejas de polpa de papel, contendo 30 ovos, data de validade clara e em vigor.	Filadelfia	Band	520	R$ 19,98	R$ 10.389,60
084	**PAÇOQUINHAS** de amendoim, pt c 50 und	Montesino	Pct	180	R$ 20,00	R$ 3.600,00
085	**PÃES (CACHORRO QUENTE)** embalagem c 10 unidades pesando aproximadamente 500g, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente	Padaria Bom Jesus	Pct	1.430	R$ 7,00	R$ 10.010,00
086	**PÃO DE FORMA**, embalagem c/700g identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente	Padaria São Geraldo	Pct	500	R$ 7,56	R$ 3.780,00
087	**PÃO DE HAMBURGUER**, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente, pacote c/8 unid.	Padaria São Geraldo	Pct	200	R$ 5,50	R$ 1.100,00
088	**PÃO INTEGRAL** com teor de sódio abaixo de 2 % de sal em base de farinha de trigo, composição: com teor de fibras mínimas de 5% isento de açúcar. composto de farinha de trigo com no máximo 20% de farinha integral, água, sal e fermento químico. deverão ser acondicionadas em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro. Fatiado verticalmente com aproximadamente 25g cada - embalagem com aproximadamente 20 fatias	Visconti	Pct	370	R$ 8,17	R$ 3.022,90
089	**QUEIJO RALADO** -embalagem c/ 100g, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente	Galbani	Pct	48	R$ 13,00	R$ 624,00
090	**PIRULITO**, pct c/50 und	Florestal	Pct	520	R$ 16,00	R$ 8.320,00
091	**PROTEÍNA TEXTURIZADA** de soja: apresentada em grãos, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, isenta de sujidades, em saco plástico transparente; rotulagem contendo composição nutricional data de fabricação. deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA pct. 500g	Camil	Kg	30	R$ 6,48	R$ 194,40
092	**RAPADURA EM TABLETES**,	Boa Vista	Pct	480	R$ 4,50	R$ 2.160,00

	embalagem c/ 200g					
093	**RAPADURA** pacotes de 1kg com 50 unidades de 20gm. acondicionado em porções individuais, em papel celofone, transparente, atóxico, resistente, hermeticamente fechado. embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de válidade. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a parti da data da entrega.	Boa Vista	Pct	190	R$ 10,55	R$ 2.004,50
094	**RAPADURA PRETA** em embalagem c 500g, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente	Boa Vista	Unid	410	R$ 5,50	R$ 2.255,00
095	**REFRIGERANTE**: embalagem de 2l. (antartica, coca cola ou similar) diversos sabores	Indaia	Gf	3.090	R$ 5,50	R$ 16.995,00
096	**SACO DE PAPEL** para pipoca com 100 und	Junco	Pct	800	R$ 12,00	R$ 9.600,00
097	**SAL REFINADO** iodado características técnicas: não devem apresentar sujidade, umidade, misturas inadequadas ao produto. embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno transparente e ter embalagem secundária de ráfia ou sacos de polietileno. prazo de validade: mínimo de 11 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais	Belosal	Kg	295	R$ 1,20	R$ 354,00
098	**SARDINHA ENLATADA**: tipo coqueiro ou similar em embalagem c 125g, com identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente	88	Lt	4.020	R$ 5,80	R$ 23.316,00
099	**SUCO** apresentação: líquido, sabor: laranja tipo: natural, características adicionais: concentrado, rendimento mínimo, 1 parte de suco-suco de fruta integral, sabor laranja. observação: suco de fruta integral: sabor laranja; composto de suco de laranja, 100% natural; na forma liquida pasteurizada. isento de água. isento de açúcar e aditivos. sem soja e sem leite na sua composição. isento de fermentação. com cor amarela, sabor e aromas próprios; embalagem apropriada, com conteúdo liquido de 200 ml. o transporte deverá ser efetuado conforme a legislação vigente em condições que preservem as características do alimento e a qualidade do mesmo quanto às características físico-químicas, microbiológicas e microscópicas. o produto deve ser produzido e rotulado conforme a legislação vigente. com validade mínima na data da entrega de 10 meses.	Dafruta	Unid	20	R$ 3,76	R$ 75,20
100	**TEMPERO COMPLETO** 500 ml concentrado de ingredientes básicos: sal, alho, cebola, óleo vegetal, embalagem plástica, com dizeres de rotulagem, contendo informações dos ingredientes, data de fabricação. registro no ms produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. De acordo com a rdc nº276/2005. embalagem 500ml	Sadio	Unid	360	R$ 2,50	R$ 900,00
101	**TEMPERO CONCENTRADO** Em cubos sabor carne/galinha em tabletes de 19g disp. c/24 unidades, identificação do fabricante, prazo de validade, rotulagem nutricional de acordo c legislação vigente.	Marata	Cx	50	R$ 3,66	R$ 183,00
102	**TEMPERO DESIDRATADO** (cebola, alho e salsa) : em folha seca, de coloração verde pardacenta e branca, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos a sua espécies, acondicionadas em sacos plásticos transparentes atóxicos resistentes e hermeticamente vedado de acordo com a rdc nº276/2005; embalagem 30g - a embalagem deve conter: a indicação do fabricante, produto, ingredientes, informações nutricionais, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente	Lesn	Pct	300	R$ 3,03	R$ 909,00
103	**VINAGRE**-características técnicas: fermentado acético de álcool, acidez 4%. embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 900 ml. prazo de validade: mínimo de 8 meses. data de fabricação: máximo de 30 dias. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de	Sadio	Unid	320	R$ 2,50	R$ 800,00

	validade, lote e informações nutricionais					
104	**MISTURA PARA PAO DE QUEIJO** - com 250 gramas. - mistura para pão de queijo, com 250 gramas	Apti	Pct	20	R$ 7,74	R$ 154,80
105	**BISCOITO DOCE** tipo wafer com recheio sabor de chocolate, pacotes com 30g a 40g, devendo apresentar na embalagem na embalagem as informações nutricionais e prazo de validade, sem gordura trans	Estrela	Pct	340	R$ 1,00	R$ 340,00
106	**BISCOITO SALGADO**: Apresentação retangular, de 1ª qualidade, tendo como referencia club social ou similar, em embalagem de aproximadamente 144g, contendo 6 pacotes de 24g. devendo apresentar na embalagem as informações nutricionais e prazos de validade sem gordura trans	Club Social	Pct	42	R$ 6,50	R$ 273,00
107	**SUCO CAIXINHA**: água, suco concentrado de uva, açúcar, aroma natural, acidulante, ácido cítrico e espessante goma xantana. não contém gluten. embalagem com 200ml.	Dafruta	Unid	450	R$ 3,00	R$ 1.350,00
VALOR DO LOTE: R$ 473.337,91(quatrocentos e setenta e três mil trezentos e trinta e sete reais e noventa e um centavos).						

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS está fundamentado no artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas disposições constantes da Ata de Registro de Preços nº 004/2025 e respectivos apostilamentos realizados durante sua vigência.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia inter partes do presente **TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** fica condicionada à divulgação integral do presente termo no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas, à luz do que preceitua o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

E, por estarem assim justas e acordes, firmam o presente **TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 004/2025**, que vai assinado pelas partes.

Santana do Matos/RN, 15 de junho de 2026

Município Santana Do Matos/RN	Ruivan Carlos Morais
CNPJ nº ° 08.110.439.0001-89	CNPJ nº 70.157.607/0001-65
CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA	***RUIVAN CARLOS MORAIS***
CPF nº ***.079.094-**	CPF sob o nº ***.707.794-**
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:EEFC9D58

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 001/2026 ORINUDO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21011/2026 – PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2025 – PROCESSO ADMINIS. Nº 1668/2026

1° TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN e a EMPRESA CONSTRUTORA ALTIPLANO E SERVICOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.110.439/0001-89, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, nº 56 – Centro – CEP: 59.520-000, neste ato representado pelo Sr. Claylton Ângelo Pinheiro da Silveira, brasileiro, separado, portador de RG sob nº **.467.*** - SSP/SP, inscrito do CPF sob nº ***.079.094-**, residente na Rua Dr. Aprigio Câmara, S/N – Centro – Santana do Matos/RN - CEP 59.520-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **CONSTRUTORA ALTIPLANO E SERVICOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.935.074/0001-08, com sede na Rua Reinaldo Torreão, 15, andar 1 – Novo Horizonte – São José do Egito/PE – CEP 56.700-000, neste ato representada pelo Sr. Denilson Santos Reis da Silva, brasileiro, divorciado, empresário, Portador do RG sob nº *7736** - SSP/PE, e inscrito no CPF sob nº ***.512.364-**, residente e domiciliado na Rua Reinado Torreão, 15, andar 1 – Novo Horizonte – São José do Egito/PE – CEP 56.700-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,** e de acordo com as formalidades constantes deste processo, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, em conformidade com as disposições da Lei Federal n° 14.133/2021, aos quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª DA FUNDAMENTAÇÃO

1. O presente termo aditivo tem como fundamento o art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021, verbis:

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA 2ª DO OBJETO

2. O presente termo aditivo tem por objeto as seguintes alterações contratuais**:**

2.1. Acréscimo quantitativo consistente em aditivo de contrato, o que equivale a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato, com fundamento no art. 125 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, conforme conta na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Auxiliar de Serviços Gerais com encargos complementares, sob regime de execução indireta, em caráter contínuo, sem exclusividade de dedicação pessoal.	N/C	Hora	15.840	R$ 16,49	R$ 261.201,60

CLÁUSULA 3ª DA VIGÊNCIA

3. O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da data de sua subscrição, ficando vigente até o vencimento do contrato dia, 21 de janeiro de 2027, nos termos do art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021

CLÁUSULA 4ª DA RATIFICAÇÃO

4. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA 5ª DA PUBLICAÇÃO

5. A CONTRATANTE providenciará a publicação do Extrato de Termo Aditivo, nos locais de costume e na imprensa oficial do **Município de Santana do Matos/RN.**

6. E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente termo, em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Santana do Matos/ RN, 25 de junho de 2026.

Município de Santana do Matos/RN
CNPJMF sob nº 08.110.439/0001-89
CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
CPF sob o nº ***.079.094-**
Contratante

Construtora Altiplano e Serviço LTDA
CNPJ/MF sob nº 58.935.074/0001-08
DENILSON SANTOS REIS DA SILVA
CPF sob nº ***.512.364-**
Contratada

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:CB82BFD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 1902/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**, por meio do setor responsável pelas contratações, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento menor preço por item**,** na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, visando o interesse público de obter a proposta mais vantajosa para objeto discriminado no item 1.1.
Os interessados deverão entrar em contato para maiores informações sobre o **TERMO DE REFERÊNCIA** e entrega de propostas junto a documentação na Sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, centro, Santana do Matos/RN – 59520-000, das 08h00min às 13h00min de segunda à sexta, ou poderão enviar as solicitações e propostas para o e-mail: **compras@santanadomatos.rn.gov.br**, dentro do horário estabelecido e prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, de acordo com a tabela com os itens abaixo.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Contratação de empresa para aquisição de ROÇADEIRAS E PEÇAS, destinados a manutenção dos equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, Serviços Urbanos e Meio Ambiente do Município.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

LOTE 001 – AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA ROÇADEIRAS E MOTOSSERRAS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTD
01	TRIMCUT - CABEÇOTE DE CORTE PARA ROÇADEIRA STHILL - FS220; ESPECIFICAÇÃO: ABASTECIMENTO EXTERNO DO FIO DE CORTE (ATRIBUTO DE CONFORTO "C"); REDUÇÃO DE VIBRAÇÕES.	UNIDADE	20
02	FIO DE NYLON QUADRADO PARA ROÇADEIRAS (COM 3 mm X 312M). ESPECIFICAÇÃO: FIO DE NYLON QUADRADO COM DIÂMETRO DE 0,003 METROS, O QUE TORNA ROBUSTO E RESISTENTE. COR: AMARELA	ROLO	40
03	FILTRO DE AR (ROÇADEIRA STHILL FS 220)	UNIDADE	08
04	FILTRO DE GASOLINA (ROÇADEIRA STHILL FS 220)	UNIDADE	04
05	ÓLEO 2 TEMPOS 8017 H 500 ML, COM CAPACIDADE DE DILUIÇÃO DE 1:50; COM REDUÇÃO EM 50% O CONSUMO DE ÓLEO EM COMPARAÇÃO AOS DEMAIS E APRESENTAÇÃO DE ECONOMIA NO CUSTO DE MANUTENÇÃO DE ATÉ 40%; PERÍODOS DE DESCARBONIZAÇÃO DO MOTOR DE 600 HORAS DE OPERAÇÃO; TAMPA COM MARCAÇÃO PARA DILUIÇÃO.	UNIDADE	300

LOTE 002 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTD
01	ROÇADEIRA DE ESCALONAMENTO PROFISSIONAL; CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MOTOR A COMBUSTÃO DOIS TEMPOS COM CILINDRADA MÍNIMA DE 38,9 CC; CABO TIPO BICICLETA (ABERTO), ERGONÔMICO E AJUSTÁVEL SEM AUXÍLIO DE FERRAMENTAS; EQUIPADA IMPRESCINDIVELMENTE COM PROTETOR DE SEGURANÇA PARA O ACESSÓRIO DE CORTE; SISTEMA ANTI-VIBRATÓRIO INTEGRADO COM AMORTECEDORES; POTÊNCIA NOMINAL MÍNIMA DE 2,0 KW (2,7 CV); TRANSMISSÃO POR EIXO RÍGIDO (RETO); TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,58 LITROS; OBRIGATÓRIO ACOMPANHAR CINTO DE SUPORTE DUPLO ESTOFADO, JOGO DE FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO BÁSICA, LÂMINA DE TRÊS PONTAS E CABEÇOTE DE FIO DE NYLON, COM CERTIFICAÇÃO DE EMISSÕES VIGENTE E MANUAL EM PORTUGUÊS	UNIDADE	3

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, Termo de referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2.1. A presente Solicitação de Cotação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS UTÉIS, a partir da data de publicação, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: **(compras@santanadomatos.rn.gov.br)**, fazendo referência ao aviso de Contratação Direta até às 17hrs do último dia, sendo facultado a previsão de entrega da documentação e proposta de preços na sede da Prefeitura Municipal, aos cuidados do Setor de Compras até às 13hs do mesmo dia.

2.1.1 Caberá ao fornecedor certificar do efetivo recebimento da proposta e documentação pelo órgão contratante, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio, caso a documentação não seja recebida dentro do prazo máximo fixado neste aviso.

2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no processo de Dispensa de licitação, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das suas informações, ainda que por terceiros não autorizados.
2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
Empresa, isoladamente ou em consórcio, com responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
2.2.5. Sociedades cooperativas.
2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na dispensa ocorrerá com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.
3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará para e-mail: (compras@santanadomatos.rn.leg.br) ou entregar na sede da Prefeitura Municipal, devidamente protocolado, a proposta e documentos de habilitação com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento e envio das propostas.
3.3. A proposta de preços deverá ser apresentada formalmente, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:
a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail, CPF e pessoa de contato;
b) Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;
c) Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior;
3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.
3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
3.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto nas demais etapas de negociações, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, produtos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.9. No envio da proposta, o fornecedor deverá, também, demonstrar Termo de Aceitação/atestado, relativo às seguintes declarações:
3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
3.9.3. Que se responsabiliza pelas informações que forem disponibilizadas, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
3.9.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos parágrafos 1º ao 3º do art. 4º da lei 14.133/2021.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.

4.1. Encerrado o prazo para envio das propostas e documentação, será verificada a conformidade da proposta classificada como mais vantajosa quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos praticados no mercado.
4.2. Concluído o recebimento, o resultado será registrado na ata ou mapa do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

4.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (Noventa) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
4.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
4.4.1. Contiver vícios insanáveis;
4.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
4.4.3. Apresentar preços inexequíveis
4.4.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
4.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
4.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
4.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
4.5.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
4.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
4.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo órgão, desde que não haja majoração do preço.
4.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
4.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
4.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta adicional subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
4.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será realizando concomitantemente a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no item **6. – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na ordem de classificação.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
5.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
5.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.
5.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
5.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
5.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada de forma Online, nos documentos por ele abrangidos.
5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes de forma online para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes nas plataformas online, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
5.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
5.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

6.1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

6.2. Habilitação jurídica

6.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

6.2.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

6.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

6.2.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

6.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual/municipal/distrital*, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

6.4. Habilitação econômico-financeira:

6.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

6.5. Qualificação técnica:

6.5.1. Apresentar 1 (um), ou mais, **ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa prestou ou está prestando, a contento, os serviços objeto em características compatíveis ao deste Pregão.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a autorização ou homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente como Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (Três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

Der causa à inexecução parcial do contrato;

Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Der causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
'Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
Multa:
Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
8.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
8.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez*)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
9.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;
9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
9.4. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação;
9.5. Poderá esta Prefeitura Municipal, revogar o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;
9.6. A Prefeitura Municipal poderá anular o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação;
9.7. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso de Dispensa, não gera direito a indenização;
9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o Termo de Referência e qualquer outra documentação complementar de habilitação exigida.

Santana do Matos/RN 01 de julho de 2026

GLAUCIA MARIA DA SILVA CUNHA
Coordenadora de Gestão de Compras
Mat - 3167

Publicado por:
Glaucia Maria da Silva Cunha
Código Identificador:D6451C42

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇO

O Município de Santana do Seridó através da Prefeitura Municipal, solicita de empresas interessadas e do ramo de FILTRO, GRAXA E ÓLEO, O ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS de acordo com a planilha para o objeto abaixo descrito. As cotações deverão ser elaboradas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante da empresa interessada, e enviadas digitalizadas no prazo máximo de até (05) cinco dias úteis, a partir da data desta publicação para o e-mail: cotacoes.santanadoserido@outlook.com, ou entregues presencialmente em horário 07h e 30min às 13h e 30min na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Zezé Aprígio, 173, centro, Santana do Seridó/RN, Cep: 59.350-000. Informações 84 98630-8818.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VL.UNT	VL. TOTAL
1	FILTRO DE OLEO - NISSAN/FRONTIER XE 4X4-DIESEL - ANO 2012/2013	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
2	FILTRO DE ARCONDICIONADO - NISSAR/FRONTIER XE 4X4 DIESEL - ANO 2012/2013	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
3	FILTRO DE AR DO MOTOR - NISSAN/FRONTIER XE 4X4 DIESEL - ANO 2012/2013	5	UNIDADE	R$ -	R$ -
4	FILTRO DE COMBUSTIVEL - NISSAN/FRONTIER XE 4X4 DIESEL - ANO 2012/2013	7	UNIDADE	R$ -	R$ -
5	OLEO DE MOTOR 15W40 DIESEL (20 LIT)	26	BALDE	R$ -	R$ -
6	FILTRO DE OLEO - I/FORD RANGER XL CD4 22 - ANO 2012/2013	5	UNIDADE	R$ -	R$ -
7	FILTRO DE ARCONDICIONADO - I/FORD RANGER XL CD4 22 - ANO 2012/2013	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
8	FILTRO DE AR DO MOTOR - I/FORD RANGER XL CD4 22 - ANO 2012/2013	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
9	FILTRO DE COMBUSTIVEL - I/FORD RANGER XL CD4 22 - ANO 2012/2013	5	UNIDADE	R$ -	R$ -
10	OLEO ATF PARA DIREÇÃO HIDRAULICA (1 LIT)	32	LITRO	R$ -	R$ -
11	FLUIDO DE FREIO DOT 4 500ML	57	UNIDADE	R$ -	R$ -
12	GRAXA CHASSI (20KG)	28	UNIDADE	R$ -	R$ -
13	OLEO DE MOTOR 5W30 (1 LIT) – GASOLINA	82	LITRO	R$ -	R$ -
14	OLEO DO MOTOR 15W40 1L	135	LITRO	R$ -	R$ -
15	GRAXA LUBRIFICANTE ROLAMENTO (20KG)	3	BALDE	R$ -	R$ -
16	OLEO DE TRANSMISSÃO 80W 90 20LITROS - BALDE COM 20 LITROS	20	BALDE	R$ -	R$ -
17	ÓLEO DE MOTOR 5W40 1L	104	LITRO	R$ -	R$ -
18	FLUIDO DE FREIO DOT 3 500ML	16	UNIDADE	R$ -	R$ -
19	FILTRO DE OLEO - ONIBUS IVECO/CITYCLASS 70C16 - ANO 2009	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
20	FILTRO DE AR MOTOR - ONIBUS IVECO/CITYCLASS 70C16 - ANO 2009	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
21	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS IVECO/CITYCLASS 70C16 - ANO 2009	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
22	FILTRO SEPARADOR - ONIBUS IVECO/CITYCLASS 70C16 - ANO 2009	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
23	FILTRO OLEO - ONIBUS M POLO/VOLARE V8L 4X4 EO - ANO 2012/2013	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
24	FILTRO DE AR PRIMARIO - ONIBUS M POLO/VOLARE V8L 4X4 EO - ANO 2012/2013	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
25	FILTRO DE AR SECUNDARIO - ONIBUS M POLO/VOLARE V8L 4X4 EO - ANO 2012/2013	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
26	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS M POLO/VOLARE V8L 4X4 EO - 2012/2013	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
27	FILTRO DO ARLA - ONIBUS M POLO/VOLARE V8L 4X4 EO - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
28	FILTRO SEPARADOR - ONIBUS M POLO/VOLARE V8L 4X4 EO - ANO 2012/2013	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
29	FILTRO DE OLEO - ONIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE - ANO 2012/2013	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
30	FILTRO DE AR PRIMARIO - ONIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE - ANO 2012/2013	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
31	FILTRO DE AR SECUNDARIO - ONIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE - ANO 2012/2013	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
32	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
33	FILTRO DO ARLA - ONIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
34	FILTRO SEPARADOR - ONIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
35	FILTRO DE OLEO - VW/PARATI 1.8 TOUR - 2002/2003	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
36	FILTRO DE ARCONDICIONADO - VW/ PARATI 1.6 CITY 2004/2005	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
37	FILTRO DE COMBUSTIVEL - VW/ PARATI 1.6 CITY – 2004/2005	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
38	FILTRO DE OLEO - MERCEDES BENZ/LO 916 ESC U – 2022/2023	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
39	FILTRO DE AR PRIMARIO - MERCEDES BENZ/LO 916 ESC U – 2022/2023	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
40	FILTRO DE AR SECUNDARIO - MERCEDES BENZ/LO 916 ESC U – 2022/2023	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
41	FILTRO DO SEPARADOR - MERCEDES BENZ/LO 916 ESC U – 2022/2023	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
42	ARLA 32 - SOLUÇÃO NÃO INFLAMÁVEL, NÃO TÓXICA, NÃO PERIGOSA E NÃO EXPLOSIVA.BOMBONA DE 20 LITROS	70	BALDE	R$ -	R$ -
43	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MERCEDES BENZ/LO 916 ESC U – 2022/2023	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
44	FILTRO DE ARCONDICIONADO - CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ 2025/2025	2	UNIDADE	R$ -	R$ -

45	FILTRO DE AR DO MOTOR - CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ 2025/2025	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
46	FILTRO DE COMBUSTIVEL - CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ 2025/2025	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
47	FILTRO DE OLEO - CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ 2025/2025	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
48	OLEO DE MOTOR 20W50 (1LIT) - FIAT/STRADA MODIFICAR AB1 - ANO 2010/2011	10	LITRO	R$ -	R$ -
49	FILTRO DE ARCONDICIONADO - FIAT/STRADA MODIFICAR AB1 - ANO 2010/2011	5	UNIDADE	R$ -	R$ -
50	FILTRO DE AR DO MOTOR - FIAT/STRADA MODIFICAR AB1 - ANO 2010/2011	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
51	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT/STRADA MODIFICAR AB1 - ANO 2010/2011	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
52	FILTRO DE OLEO - FIAT/DOBLO GREENCAR MO4 ANO 2016	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
53	FILTRO DE ARCONDICIONADO - FIAT/DOBLO GREENCAR MO4 - ANO 2016	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
54	FILTRO DE AR DE MOTOR - FIAT/DOBLO GREENCAR MO4 - ANO 2016	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
55	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT/DOBLO GREENCAR MO4 - ANO 2016	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
56	FILTRO DE OLEO - FIAT/FIORINO HD WK E – ANO 2018/2019	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
57	FILTRO DE ARCONDICIONADO - FIAT/FIORINO HD WK E – ANO 2018/2019	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
58	FILTRO DE AR DO MOTOR - FIAT/FIORINO HD WK E – ANO 2018/2019	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
59	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT/FIORINO HD WK E – ANO 2018/2019	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
60	FILTRO DE OLEO - VW/GOL 1.0L MC4 - 2020/2021	14	UNIDADE	R$ -	R$ -
61	FILTRO DE ARCONDICIONADO - VW/GOL 1.0L MC4 - ANO 2020/2021	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
62	FILTRO DE AR DO MOTOR - VW/GOL 1.0L MC4 - ANO 2020/2021	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
63	FILTRO DE COMBUSTIVEL - VW/GOL 1.0L MC4 - ANO 2020/2021	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
64	FILTRO DE OLEO - VW/MASCA GRANMICRO E O ANO 2019/2020	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
65	FILTRO DE AR PRIMARIO - VW/MASCA GRANMICRO E O - ANO 2019/2020	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
66	FILTRO DE AR SECUNDARIO - VW/MASCA GRANMICRO E O - ANO 2019/2020	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
67	FILTRO DE COMBUSTIVEL - VW/MASCA GRANMICRO E O - ANO 2019/2020	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
68	FILTRO DO ARLA - VW/MASCA GRANMICRO E O - ANO 2019/2020	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
69	FILTRO DO SEPARADOR - VW/MASCA GRANMICRO E O - ANO 2019/2020	5	UNIDADE	R$ -	R$ -
70	FILTRO DO BALÃO - VW/MASCA GRANMICRO E O - ANO 2019/2020	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
71	FILTRO DE ARCONDICIONADO - VW/MASCA GRANMICRO E O - ANO 2019/2020	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
72	FILTRO DE AR DO MOTOR - MOTO HONDA/NXR 160 BROS ESDD	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
73	FILTRO DE OLEO - I/FORD RANGER XL 13P - ANO 2008	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
74	FILTRO DE ARCONDICIONADO - I/FORD RANGER XL 13P - ANO 2008	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
75	FILTRO DE AR DO MOTOR - I/FORD RANGER XL 13P - ANO 2008	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
76	FILTRO DE COMBUSTIVEL - I/FORD RANGER XL 13P - ANO 2008	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
77	FILTRO DE OLEO - FIAT FIORINO ENDURENCE 1.4 MODIFICAR AB1 – 2021/2022	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
78	FILTRO DE ARCONDICIONADO - FIAT FIORINO ENDURENCE 1.4 MODIFICAR AB1 – 2021/2022	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
79	FILTRO DE AR DO MOTOR - FIAT FIORINO ENDURENCE 1.4 MODIFICAR AB1 – 2021/2022	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
80	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT FIORINO ENDURENCE 1.4 MODIFICAR AB1 – 2021/2022	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
81	FILTRO DE OLEO - MERCEDES BENZ 417 SPRINTER F – 2023/2024	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
82	FILTRO DE ARCONDICIONADO - MERCEDES BENZ 417 SPRINTER F – 2023/2024	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
83	FILTRO DE AR DO MOTOR - MERCEDES BENZ 417 SPRINTER F – 2023/2024	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
84	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MERCEDES BENZ 417 SPRINTER F – 2023/2024	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
85	FILTRO DE OLEO - CHEV/ SPIN 1.8L MT ANO 2019	15	UNIDADE	R$ -	R$ -
86	FILTRO DE ARCONDICIONADO - CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ - ANO 2019	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
87	FILTRO DE AR DO MOTOR - CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ - ANO 2019	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
88	FILTRO DE COMBUSTIVEL - CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ - ANO 2019	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
89	FILTRO DE ARCONDICIONADO - VW/POLO TRACK MA 2025/2026	7	UNIDADE	R$ -	R$ -
90	FILTRO DE AR DO MOTOR - VW/POLO TRACK MA 2025/2026	7	UNIDADE	R$ -	R$ -
91	FILTRO DE COMBUSTIVEL - VW/POLO TRACK MA 2025/2026	7	UNIDADE	R$ -	R$ -
92	FILTRO DE OLEO - VW/POLO TRACK MA 2025/2026	9	UNIDADE	R$ -	R$ -
93	OLEO DE MOTOR 5W30 (1 LIT) – DIESEL	30	LITRO	R$ -	R$ -
94	OLEO DIFERENCIAL 85W 140 20L - BALDE COM 20 LITROS	9	BALDE	R$ -	R$ -
95	FILTRO DE OLEO - FIAT/PALIO WK ATTRACK 1.4 - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
96	FILTRO DE AR DO MOTOR - FIAT/PALIO WK ATTRACK 1.4 - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
97	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT/PALIO WK ATTRACK 1.4 - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
98	FILTRO DE ARCONDICIONADO - RENAULT/ MASTER JI MBUS V 2025/2026	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
99	FILTRO DE AR DO MOTOR - RENAULT/ MASTER JI MBUS V 2025/2026	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
100	FILTRO DE COMBUSTIVEL - RENAULT/ MASTER JI MBUS V 2025/2026	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
101	FILTRO DE OLEO - RENAULT/ MASTER JI MBUS V 2025/2026	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
102	FILTRO DE AR - CAÇAMBA GM D60 - ANO 1982	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
103	FILTRO DE AR DO MOTOR - GM/S10 2.8 DIESEL - ANO 2002	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
104	FILTRO DE COMBUSTIVEL - GM/S10 2.8 DIESEL - ANO 2002	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
105	FILTRO DE OLEO - CAÇAMBA GM D60 - ANO 1982	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
106	FILTRO DE ÓLEO - GM/S10 2.8 DIESEL - ANO 2002	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
107	OLEO HIDRAULICO 10W 20L	2	BALDE	R$ -	R$ -
108	OLEO SISTEMA DE FREIO DE MÁQUINA - OLEO LHM DE FREIO 1 LITRO	35	LITRO	R$ -	R$ -
109	FILTRO DE ARCONDICIONADO - GM/S10 2.8 DIESEL - ANO 2002	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
110	FILTRO DE OLEO - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
111	FILTRO DE AR PRIMARIO - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
112	FILTRO DE AR SECUNDARIO - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
113	FILTRO SEPARDOR - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
114	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
115	FILTRO DO ARLA - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
116	FILTRO DO BALÃO - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
117	FILTRO HIDRAULICO - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
118	FILTRO ANTI POEIRA - MOTONIVELADORA RG 140.B NEW HOLLAND TL85E - ANO 2013	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
119	FILTRO ANTI POEIRA - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
120	FILTRO COMBUSTIVEL - CAÇAMBA FORD/CARGO 2629 6X4 - ANO 2013	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
121	FILTRO COMBUSTIVEL - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
122	FILTRO DE ARCONDICIONADO - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
123	FILTRO DE AR CONDICIONADO - MOTONIVELADORA RG 140.B NEW HOLLAND TL85E - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
124	FILTRO DE AR DO MOTOR - VW/SAVEIRO CS ST MB - ANO 2015/2016	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
125	FILTRO DE AR PRIMARIO - CAÇAMBA FORD/CARGO 2629 6X4 - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
126	FILTRO DE AR PRIMARIO - MOTONIVELADORA RG 140.B NEW HOLLAND TL85E - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -

127	FILTRO DE AR PRIMARIO - TRATOR NEW HOLLAND 140 - ANO 2008	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
128	FILTRO DE AR PRIMARIO - TRATOR VALMET 785 - ANO 1985	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
129	FILTRO DE AR PRIMARIO - TRATOR VALMET 880 - ANO 1989	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
130	FILTRO DE AR PRIMARIO - TRATOR VALMET BM 85 - ANO 1996	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
131	FILTRO DE AR SECUNDARIO - CAÇAMBA FORD/CARGO 2629 6X4 - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
132	FILTRO DE AR SECUNDARIO - RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416 E - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
133	FILTRO DE AR SECUNDARIO - TRATOR NEW HOLLAND 140 - ANO 2008	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
134	FILTRO DE AR SECUNDARIO - TRATOR VALMET 880 - 1989	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
135	FILTRO DE ARCONDICIONADO - CAÇAMBA FORD/CARGO 2629 6X4 - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
136	FILTRO DE ARCONDICIONADO - PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI HL 740-9S - ANO 2013	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
137	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MOTONIVELADORA RG 140.B NEW HOLLAND TL85E - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
138	FILTRO DE COMBUSTIVEL - PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI HL 740-9S - ANO 2013	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
139	FILTRO DE COMBUSTIVEL - RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416 E - ANO 2013	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
140	FILTRO DE COMBUSTIVEL - TRATOR VALMET 785 - ANO 1985	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
141	FILTRO DE COMBUSTIVEL - TRATOR VALMET 880 - ANO 1989	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
142	FILTRO DE COMBUSTIVEL - TRATOR VALMET BM 85 - ANO 1996	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
143	FILTRO DE COMBUSTIVEL - VW/SAVEIRO CS ST MB - ANO 2015/2016	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
144	FILTRO DE OLEO - PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI HL 740-9S - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
145	FILTRO DE OLEO - CAÇAMBA FORD/CARGO 2629 6X4 - ANO 2013	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
146	FILTRO DE OLEO - MOTONIVELADORA RG 140.B NEW HOLLAND TL85E - ANO 2013	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
147	FILTRO DE OLEO - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
148	FILTRO DE OLEO - RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416 E - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
149	FILTRO DE OLEO - TRATOR VALMET 785 - ANO 1985	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
150	FILTRO DE OLEO - TRATOR VALMET 880 - ANO 1989	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
151	FILTRO DE OLEO - TRATOR VALMET BM 85 - ANO 1996	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
152	FILTRO DE OLEO - VW/SAVEIRO CS ST MB - ANO 2015/2016	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
153	FILTRO DE OLEO DE MOTOR-NISSAN/FRONTIER XE 4X4-DIESEL - ANO 2012/2013	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
154	FILTRO DO ARLA - CAÇAMBA FORD/CARGO 2629 6X4 - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
155	FILTRO DO ARLA - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
156	FILTRO DO BALÃO - CAÇAMBA FORD/CARGO 2629 6X4 - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
157	FILTRO DO BALÃO - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
158	FILTRO HIDRAULICO - MOTONIVELADORA RG 140.B NEW HOLLAND TL85E - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
159	FILTRO HIDRAULICO - PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI HL 740-9S - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
160	FILTRO HIDRAULICO - RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416 E - ANO 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
161	FILTRO HIDRAULICO - TRATOR NEW HOLLAND 140 - ANO 2008	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
162	FILTRO HIDRAULICO - TRATOR VALMET 880 - ANO 1989	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
163	FILTRO SEPARADOR - PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI HL 740-9S - ANO 2013	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
164	FILTRO SEPARADOR - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
165	FILTRO SEPARADOR - RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416 E - ANO 2013	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
166	FILTRO SEPARADOR - TRATOR NEW HOLLAND 140 - ANO 2008	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
167	GRAXA ALFA K2 (20KG)	18	BALDE	R$ -	R$ -
168	OLEO HIDRAULICO 68 20L	35	BALDE	R$ -	R$ -
169	OLEO HIDRAULICO TRC 30 – BALDE DE 20 LITROS	3	BALDE	R$ -	R$ -
170	FILTRO DE OLEO - PÁ CARREGADEIRA CLARK	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
171	FILTRO DE AR PRIMARIO - PÁ CARREGADEIRA CLARK	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
172	FILTRO DE AR SECUNDARIO - PÁ CARREGADEIRA CLARK	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
173	FILTRO DE COMBUSTIVEL - PÁ CARREGADEIRA CLARK	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
174	FILTRO SEPARADOR - PÁ CARREGADEIRA CLARK	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
175	FILTRO HIDRAULICO - TRATOR BUDNY	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
176	FILTRO DE OLEO - TRATOR BUDNY	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
177	FILTRO COBUSTIVEL - TRATOR BUDNY	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
178	FILTRO DE AR SECUNDARIO - TRATOR BUDNY	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
179	FILTRO DE AR PRIMARIO - TRATOR BUDNY	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
180	FILTRO DE OLEO - MISTSHUBISHI L200 4X4 GL TURBO – 2001/2002	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
181	FILTRO DE ARCONDICIONADO - MISTSHUBISHI L200 4X4 GL TURBO – 2001/2002	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
182	FILTRO DE AR DO MOTOR - MISTSHUBISHI L200 4X4 GL TURBO – 2001/2002	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
183	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MISTSHUBISHI L200 4X4 GL TURBO – 2001/2002	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
184	FILTRO HIDRAULICO - LS TRATOR PLUS 80 LS – 2023	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
185	FILTRO DE OLEO - LS TRATOR PLUS 80 LS – 2023	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
186	FILTRO COBUSTIVEL - LS TRATOR PLUS 80 LS – 2023	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
187	FILTRO DE AR SECUNDARIO - LS TRATOR PLUS 80 LS – 2023	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
188	FILTRO DE AR PRIMARIO - LS TRATOR PLUS 80 LS – 2023	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
189	FILTRO DE OLEO - IVECO/TECTOR 150E21 – CARRO PIPA – 2021/2022	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
190	FILTRO DE AR - IVECO/TECTOR 150E21 – CARRO PIPA – 2021/2022	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
191	FILTRO COMBUSTIVEL - IVECO/TECTOR 150E21 – CARRO PIPA – 2021/2022	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
192	FILTRO SEPARADOR - IVECO/TECTOR 150E21 – CARRO PIPA – 2021/2022	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
193	FILTRO DO BALÃO - IVECO/TECTOR 150E21 – CARRO PIPA – 2021/2022	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
194	FILTRO SEPARADOR CAÇAMBA FORD/CARGO 2629 6X4 ANO – 2013	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
195	FILTRO DE OLEO - TRATOR NEW HOLLAND 140 - ANO 2008	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
196	FILTRO DE AR SECUNDARIO - TRATOR VALMET 785 - ANO 1985	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
197	FILTRO HIDRAULICO - TRATOR VALMET 785 - ANO 1985	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
198	FILTRO HIDRAULICO - TRATOR VALMET BM 85 - ANO 2011	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
199	FILTRO DE AR SECUNDARIO - TRATOR VALMET BM 85 - ANO 2011	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
				TOTAL	R$ -

Santana do Seridó/RN, 1º de julho de 2026.

VITÓRIA RÉGIA DE LIMA
Equipe De Apoio

Publicado por:
Vitoria Regia de Lima
Código Identificador:35F326BA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01048/2026 – PMSF/RN

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa											
	2 - Prefeitura Municipal de São Fernando										
		18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana									
			2.15 - Manutenção Serv. Obras e Serv. Urbanos								
				885 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					Fonte: 17200000	R$ 50.000,00	
Total da Ação:										**R$ 50.000,00**	
Total da Unidade Orçamentária:										**R$ 50.000,00**	

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

	2 - Prefeitura Municipal de São Fernando										
		20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.									
			2.136 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA								
				1166 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					Fonte: 17200000	R$ 50.000,00	
Total da Ação:										**R$ 50.000,00**	
Total da Unidade Orçamentária:										**R$ 50.000,00**	

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 01 de julho de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:356EC568

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 – PRÊMIO MOACY CIRNE POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB ATA Nº 01/2026

Aos 24 dias do mês de junho de 2026, às 9:00 horas, reuniram-se os membros do Comitê Gestor designados por meio da Portaria nº 050, de 17 de abril de 2026, para proceder à análise e avaliação das inscrições apresentadas ao Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – Prêmio Moacy Cirne, promovido pela Prefeitura Municipal de São José do Seridó/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.
Estiveram presentes os seguintes membros:
• Ana Lygia de Figueiredo Pereira Diniz
• Hilário Petronio de Medeiros Dantas
• Ana célia Silva de Azevedo
• Filipe Campos Tolentino
• Maria Francinete de Medeiros

Aberta a reunião, a Comissão registrou que foram recebidas 25 inscrições.
Iniciados os trabalhos, a Comissão procedeu à análise das inscrições protocoladas dentro do prazo estabelecido no edital, verificando a documentação apresentada pelos candidatos, bem como as informações constantes no Formulário de Inscrição, Trajetória Cultural e documentos comprobatórios de atuação cultural.
Após análise individual e coletiva das candidaturas, foram atribuídas pontuações conforme os critérios estabelecidos no Anexo IV do edital:

A – Reconhecida atuação na categoria cultural inscrita;
B – Integração e inovação do agente cultural com outras esferas do conhecimento e da vida social;
C – Contribuição a populações em situação de vulnerabilidade social;
D – Contribuição do agente cultural à comunidade em que atua.
Também foram observados, quando cabíveis, os critérios de pontuação bônus previstos no edital.
Concluída a avaliação, a Comissão obteve o seguinte resultado:

Nº	PROPONENTE	NOTA CRITÉRIO A	B	C	D	BÔNUS	TOTAL
01	Ravelle Dantas de Oliveira	15	15	0	15	5	50
02	Vinicius Jonathan Medeiros Celestino	15	15	15	15	5	65
03	Jonathan Diego Braz de Araújo	15	15	0	15	0	45
04	Wanderlei de Oliveira Barros	15	0	0	15	5	35
05	Fátima Alice Oliveira Medeiros	-	-	-	-	-	Desclassificada
06	Mainara Fabricia Dantas Silva	15	0	0	15	10	40
07	Josefa Pereira Nascimento de Abreu	-	-	-	-	-	Desclassificada
08	Soraya Pereira de Abreu	-	-	-	-	-	Desclassificada
09	Naiara Medeiros Dantas	15	0	0	15	5	35
10	Francisco Guedes da Silva	15	0	0	15	0	30
11	Carlos Alberto de Araújo	15	15	15	15	5	65
12	Maria da Guia Santos Pereira	6	15	15	15	5	56
13	Geane Barros Clementino	15	0	0	15	5	35
14	Francisco Damião de Souza	15	15	15	15	0	60
15	Keyla Oliveira Silva	15	0	0	15	5	35
16	Manoel Cardoso da Silva	15	10	15	15	0	55
17	Maria Vitória de Oliveira Silva	15	10	10	15	5	55
18	Thaynan Fernandes da Silva	15	0	0	15	0	30
19	Marcia Araújo de Medeiros	15	15	0	15	5	50
20	Cleonice	15	0	0	15	5	35
21	Maria Daguia Meira	15	0	0	15	5	35
22	Maria José Freitas	15	15	0	15	5	50
23	Maria de Lourdes da Silva	15	0	0	15	5	35
24	Joalba Medeiros Dantas	15	15	0	15	5	50
25	Marleide Dantas da Silva	15	0	0	15	5	35

Diante da pontuação obtida, a Comissão deliberou pela seguinte classificação preliminar:
1º Carlos Alberto de Araújo – 65 pontos (Cota PCD - Desempate Idade)
2º Vinicius Jonathan Medeiros Celestino – 65 pontos (Desempate Idade)
3º Francisco Damião de Souza – 60 pontos
4º Maria da Guia Santos Pereira – 56 pontos
5º Manoel Cardoso da Silva – 55 pontos (Desempate Item C)
6º Maria Vitória de Oliveira Silva – 55 pontos (Desempate Item C)
7º Maria José Freitas – 50 pontos (Cota Pessoa Negra – Desempate Idade)
8º Joalba Medeiros Dantas – 50 pontos (Desempate Idade)
9º Marcia Araújo de Medeiros – 50 pontos (Desempate Idade)
10º Ravelle Dantas de Oliveira – 50 pontos (Desempate Idade)
Vagas de cotas preenchidas:
(X) Pessoa Negra
Nome: Maria José Freitas
( ) Pessoa Indígena
Nome: _____
(X) Pessoa com Deficiência – PCD
Nome: Carlos Alberto de Araújo
A Comissão registra que foram observadas as disposições do edital referentes às ações afirmativas, critérios de desempate, ampla concorrência, cotas e demais normas aplicáveis.
Após a conclusão dos trabalhos, os projetos acima relacionados foram considerados CLASSIFICADOS para a fase de habilitação documental, observada a ordem de classificação e o quantitativo de vagas previsto no edital.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião às 12:00 horas, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão de Seleção.
São José do Seridó/RN, 24 de junho de 2026.

Nome:
Presidente do Comitê Gestor

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Publicado por:
Alline Dantas de Medeiros
Código Identificador:33A872DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - CONCORRÊNCIA - EDITAL N° 02/2026 – PROCESSO N° 201506920-6

O(A) Prefeitura Municipal de São Miguel, por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), no uso das atribuições legais, após exame e deliberação do processo administrativo N° 201506920-6, em observância ao Instrumento Convocatório, Edital Nº 02/2026, que institui o(a) Concorrência em epígrafe, resolve(m) adjudicar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	Contratação de Obras e Serviços Comuns e Especiais de Engenharia
Critério de aceitação da proposta:	Menor Preço
Item 1	
Objeto da Licitação:	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO DE MODERNIZAÇÃO, NA UNIDADE DE ENSINO MUNICIPAL ELISIÁRIO DIAS
Quantidade:	1 Serviço(s)
Marca:	
Valor Unitário:	R$ 849.596,93
Valor Total:	R$ 849.596,93
Participante Vencedor:	**BOBO CONSTRUCOES E SERVIÇOS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	Participante 38303
Documento do Licitante:	35.341.731/0001-85
Cidade UF:	São Miguel - RN
Valor total Contratado:	R$ 849.596,93

Responsáveis por adjudicação do(s) lote(s)	**Lotes adjudicados**
Sr.(a) Leandro Michel do Rego Lima, como autoridade competente adjudicou:	1

São Miguel - RN, 1 de Julho de 2026

Promotor: Prefeitura Municipal de São Miguel
Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de São Miguel
Autoridade Competente: Leandro Michel do Rego Lima

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:D127820C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - CONCORRÊNCIA - EDITAL N° 02/2026 – PROCESSO N° 201506920-6

A Autoridade Competente da(o) Prefeitura Municipal de São Miguel, Sr.(a) Leandro Michel do Rego Lima, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 28, II (concorrência)), após exame e deliberação do processo administrativo **N° 201506920-6,** em observância ao Instrumento Convocatório **(Edital) 02/2026**, que institui o(a) Concorrência em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	Contratação de Obras e Serviços Comuns e Especiais de Engenharia
Item 1	
Objeto da Licitação:	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO DE MODERNIZAÇÃO, NA UNIDADE DE ENSINO MUNICIPAL ELISIÁRIO DIAS
Quantidade:	1 Serviço(s)
Marca:	
Valor Unitário:	R$ 849.596,93
Valor Total:	R$ 849.596,93
Participante Vencedor:	**BOBO CONSTRUCOES E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 38303
Documento do Licitante:	35.341.731/0001-85
Cidade UF:	São Miguel - RN
Valor total Contratado:	R$ 849.596,93

São Miguel - RN, 1 de Julho de 2026
Autoridade Competente: Leandro Michel do Rego Lima,
Promotor: Prefeitura Municipal de São Miguel,
Prefeitura Municipal de São Miguel

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:EF699354

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1164, DE 12 DE MAIO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 10.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1164, DE 12 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 10.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 12 de maio de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi			
2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo			
190 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 17050000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**
2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
2001 - Secretaria Municipal do Governo			
2.4 - Manutenção das Atividades do Governo			
76 - 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:6432F31C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1166, DE 28 DE MAIO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 50.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1166, DE 28 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 50.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 28 de maio de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação			
2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos			
117 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 17510000	R$ 50.000,00
Total da Ação:			**R$ 50.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 50.000,00**
2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi			
1.1 - Construção, Ampliação e Conservação de Cisternas, Barragens, Açudes e Afins			
12 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		Fonte: 17000000	R$ 15.000,00
Total da Ação:			**R$ 15.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 15.000,00**
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto			
2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação			
274 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 17050000	R$ 20.000,00
Total da Ação:			**R$ 20.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 20.000,00**
8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social			
2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social			
395 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 17510000	R$ 13.200,00
Total da Ação:			**R$ 13.200,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 13.200,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:AD54DB4F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL Nº 001/2026 - RESULTADO DE ETAPA DE HABILITAÇÃO - PNAB

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

PRÊMIO DE FOMENTO À CULTURA COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ/RN.

A **Secretaria Municipal de Cultura e Juventude,** torna público a quem interessar o resultado da Etapa de Habilitaçãodo Edital de Chamamento Público nº 01/2026,que tem como objetivo premiação agentes culturais que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico e/ou cultural no município de Tangará/RN.

Após análise dos documentos de comprovações de regularidades fiscais, e transcorrido o prazo de recurso a Secretaria Municipal de Cultura, declara habilitado(a) e inabilitado(a) os agentes culturais/proponentes, abaixo:

Categoria: Música

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/ CNPJ	SITUAÇÃO
Maria Cecília Nogueira Alves	Cecília Nogueira	706.449.574-09	Habilitado
Leonardo de Souza Silva	Léo Souza	704.822.894-65	Habilitado
Idalécio Lourenço Diogo	Dadá Lourenço	009.580.814-09	Habilitado
Antonio Pereira dos Santos Filho	Tony Santos	054.853.724-06	Habilitado
Veranice Alves Silva	Nicinha Willar	061.458.874-00	Habilitado
Francis Junior Lourenço Dantas	Júnior Sukita	102.326.684-93	Habilitado
José Vicente Ferreira de Lima	Danilo Cigano	145.187.644-04	Habilitado
Hemerson Davi Alves Feliciano	Titizinho na Pegada	706.442.814-80	Habilitado

Categoria: Cultura Popular, Povos Tradicionais e Originários

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/ CNPJ	SITUAÇÃO
Dayla Rayane Soares de Queiroz	A Voz que Resiste	129.523.414-94	Habilitado
Luiz Antonio da Silva	Tradição Junina	664.220.864-15	Habilitado
Francisco Cícero Ferreira Vicente	Maciel Cigano Show	113.013.114-99	Habiltado
Dalina Carnaúba	Cultura Cigana	074.852.914-40	Habilitado
Domicio Vicente de Queiroz	Liderança Cigana	537.652.654-20	Habilitado
Maria Letícia da Silva Satu	Samuel Satu	144.071.014-74	Habilitado
Francisca Dalvina Soares Dantas	Cultura Cigana	032.772.334-30	Inabilitado (Falta certidão Federal)

Categoria: Dança

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/ CNPJ	SITUAÇÃO
Alisson Gustavo da Silva Confessor	Coreografia Junina	711.523.954-16	Habilitado
Francisco Lazaro Ferreira da Silva	Dança Cigana	171.277.564-22	Habilitado
Maria Alice Dantas Soares	Dança Cigana	063.308.054-31	Habilitado

Categoria: Artes Visuais

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/ CNPJ	SITUAÇÃO
Vitor Ryan Bezerra de Morais	Tangará: Entre Fibras e Memórias	706.456.034-81	Habilitado
Cosme Desidério	Desenho Realista	107.064.584-27	Habilitado
Leonardo da Costa Silva	Léo Artes	018.099.954-00	Habilitado

Categoria: Artesanato

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO
Francisca Moreira de Souza	Fulô de Xique-xique Artesanato em Palha	033.261.074-80	Habilitado
Paulo Sérgio Pinheiro de Souza	Arte de Argila	070.201.354-47	Habilitado
Francisca Andreia da Silva	Barro e Arte	070.016.634-33	Habilitado
Maria José Mnedonça	Oficina de Imagem	412.275.144-68	Habilitado
Agentina Maria Dias de Moura	Agentina Dias Crochê	671.159.854-72	Habilitado
Roseli Martins Ferreira	Rosinh,Artes Costuras e Fofuras	071.668.234-61	Habilitado
Rta de Cassia da Silva	Bordados e Tapetes	070.221.914-25	Habilitado
Denúzia Lopes de Oliveira	Ateliê Art e Costura	914.490.734-68	Habilitado
Arielma Barbosa Alves	Arte em EVA	105.455.514-12	Habilitado
Maria Helena de Arruda Silva	Pintura em Tecido	673.754.214-04	Habilitado
Maria da Conceição Abreu Barbosa	Boby Abreu	051.344.604-42	Habilitado
Rita de Cássia da Silva	Ateliê Rita	009.849.724-39	Habilitado
Osiel Alves Paulino	Diagonal Móveis Rusticos	048.884.414-21	Inabilitado (Faltam Todas as Certidões)
Marcos Maciel Alves Paulino	Marzak	064.492.794-19	Habilitado
Rita de Cássia Pereira	Ateliê Feltro Tangará	070.962.804-80	Habilitado
Tamara Dantas de Queiroz	Tamara Dantas de Querioz	129.508.954-84	Habilitado
Francisca Valdineide da Silva	Francisca Valdineide da Silva	072.558.714-88	Habilitado

Maria Lucia Taveira dos Santos	Maria Lucia Taveira	596.350.614-04	Inabilitado (Falta Certidão Municipal)
Maria Barbosa de Oliveira Paulino	Maria Paulino	012.343.084-44	Habilitado
Sebastina de Morais França	Cravo e Canela	638.627.944-15	Inabilitado (Falta Certidão Estadual)
Maria Helena de Souza Carauba	Acessórios Ciaganos	700.417.734-38	Habilitado
Francisco Flozina Dantas	Francisco Flozina	943.382.804-68	Habilitado

Categoria: Grupo Coletivo

NOME DO PROPOENTE	NOME DO PROJETO	CPF/ CNPJ	SITUAÇÃO
Habilitado	Banda Subversivoz	104.158.894-13	Habilitado
Maria do Socorro Guilherme de Oliveira	Associação Cultural Lampião de Tangará	05.517.025.0001-80	Habilitado
José Alessandro Araújo de Souza	Trio Beija-flor	117.768.184-66	Habilitado
Damião do Nascimento	Grupo Cordão de Ouro	084.664.924-10	Habilitado
Emerson Alves da Silva	Junina Jabuti	110.949.274-06	Habilitado
Allan Davy Paiva Silva	Palhaço Tripinha Levando Alegria em Todo Lugar	078.215.474-33	Habilitado

Categoria: Artes Integradas

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/ CNPJ	SITUAÇÃO
Michel Marcolino da Silva	Musicalidade Infantil	706.456.434-32	Habilitado
Maria Eduarda dos Santos Silva	Duda Leão	705.328.634-70	Habilitado
Joana Darc Agapto da Silva	Kaio Agapto	103.107.104-05	Habilitado

Tangará/RN, 26 de junho de 2026.

JUCIÊ AGAPTO NELO
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:0E80C5DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2026 PREGÃO ELETRONICO 07/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN, CONFORME AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede à Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: 55.327.679 JEFFERSON REGO PEREIRA (CNPJ; 13.626.917/0001-48), RUA JOSÉ FRANCISCO, 495 , centro, EQUADOR/RN, CEP: 59355-000. Saiu vencedora dos itens/lote(es):

LOTE 01

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0008598 - AÇAFRÃO – 100G Descrição: Especiaria de cor amarelo alaranjada, obtida a partir da cúrcuma (raiz pura).		Pacote	180,000000	3,000	540,00
4	0008601 - AÇÚCAR REFINADO Descrição: açúcar refinado, emb. com 1 kg, na cor branca, sacarose de cana de açúcar, embalagem em polietileno, contendo data de fabricação e prazo de validade, produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a resolução 12/78 da Comissão Nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA.		KG	1506,000000	4,500	6.777,00
5	0008602 - ADOÇANTE LÍQUIDO (Edulcorante stévea) c/ 100 ml Descrição: Edulcorante stévea, o produto deverá ter marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.		Unidade	18,000000	4,500	81,00
8	0008605 - AMIDO DE MILHO – 500G Descrição: Sem glúten e embalado em papel impermeável, limpo, não violado, resistente e acondicionado em caixas de papelão resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote,quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.		Unidade	504,000000	6,000	3.024,00
9	0008606 - ARROZ – TIPO 1 Descrição: arroz branco, sub – polido, classe longo fino tipo 1, embalagem contendo 1kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.		KG	2915,000000	5,500	16.032,50
10	0008607 - ARROZ PARBOILIZADO – TIPO 1 Descrição: Tipo 1, longo, constituídos de graus inteiros, com teor de unidade máxima 15%, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem contendo 1Kg, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.		KG	4971,000000	5,200	25.849,20
11	0014002 - ARROZ INTEGRAL – TIPO 1 Descrição: Tipo 1, integral, constituídos de graus inteiros, com teor de unidade máxima 15%, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem contendo 1Kg, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.		KG	80,000000	4,500	360,00
12	0014003 - AVEIA EM FLOCOS. Descrição: Peso líquido de 500g. Embalagem plástica de polietileno, transparente, resistente, com solda reforçada, original de fábrica com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega, rotulagem de acordo com a legislação.		Unidade	569,000000	5,000	2.845,00
13	0014004 - AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM -Descrição: puro, extra virgem, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Em frascos de 500ml		UND	51,000000	30,000	1.530,00
17	0008611 - BEBIDA LÁCTEA – 1 LITRO Descrição: Sabores variados, com consistência cremosa ou líquida, acondicionada embalagem de saco plástico. Ingredientes obrigatórios: leite pasteurizado; soro de queijo pasteurizado e desnatado, açúcar, polpa de fruta, fermento lácteo, e estabilizantes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.		Litro	2511,000000	4,500	11.299,50
19	0014006 - BEBIDA LÁCTEA SEM LACTOSE– 850 ML Descrição: Bebida láctea UHT. Sem lactose. Embalado em papel impermeável, limpo, não violado, resistente e acondicionado em caixas de papelão resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.		GARRAFA	90,000000	9,500	855,00
20	0014007 - BISCOITO DOCE TIPO MARIA SEM LACTOSE Descrição: biscoito doce, dupla embalagem, contendo 350g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, gordura vegetal hidrogenado zero trans. açúcar invertido, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos. VITAMINAS b1, b2, b6 e PP		Pacote	76,000000	5,900	448,40
21	0014008 - BISCOITO DOCE, sequilho. Descrição: Sem lactose, que não tenha na composição leite ou glutén 0% de gordura trans, serão rejeitados		Pacote	76,000000	11,000	836,00

	biscoitos queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem de 300 gramas.					
22	0014009 - BISCOITO DOCE, TIPO MAIZENA Descrição: sem recheio, embalagem de 350g, contendo 3 pacotes individuais. Biscoitos acondicionados em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados. Embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto.		Pacote	1914,000000	5,000	9.570,00
23	0014010 - BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA, SABOR COCO Descrição: Embalagem plástica, contendo 3 pacotes individuais, peso aproximado 300g. Isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto		Pacote	1116,000000	4,800	5.356,80
24	0014011 - BISCOITO INTEGRAL, salgado, tipo cream cracker integral; embalagem de 350g, contendo 3 pacotes individuais. Biscoitos acondicionados em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados. Embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto. PRAZO DE VALIDADE: Mínimo de 06 meses.		Pacote	51,000000	5,000	255,00
25	0014012 - BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER Descrição: sem recheio, embalagem de 350g, contendo 3 pacotes individuais. Biscoitos acondicionados em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados. Embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto.		Pacote	1914,000000	5,400	10.335,60
26	0014013 - BOLO DE OVOS – 500 G Descrição: Bolo com aproximadamente 500g, embalagem transparente contendo data de fabricação e validade mínima de 2 (dois) dias.		UND	2009,000000	9,000	18.081,00
27	0014014 - CACAU EM PÓ 100% - SEM ADIÇAO DE AÇUCAR, A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, devendo apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G		Unidade	44,000000	19,000	836,00
28	0008619 - CAFÉ EM PÓ – 250G Descrição: café, tipo torrado, apresentação moído, tipo embalagem alto vácuo, validade prazo mínimo de 1 ano, normas técnicas laudo de classificação de café feito pela ABIC.		Unidade	1071,000000	13,000	13.923,00
39	0008628 - COLORÍFICO EM PÓ – 1ª QUALIDADE Descrição: Condimento industrial, colorau em pó. Pacote c/ 100 gramas.		Pacote	3083,000000	1,300	4.007,90
42	0008629 - FARINHA DE MANDIOCA TIPO FINA 01 – 1KG Descrição: Fina, branca, crua, embalada em pacotes plásticos transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, devendo apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.		KG	695,000000	4,800	3.336,00
43	0008630 - FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO – 1KG Descrição: Especial sem fermento, embalada em sacos transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 70 (setenta) dias a partir da data de entrega.		KG	481,000000	5,000	2.405,00
44	0008631 - FEIJÃO CARIOCA Descrição: Tipo 1, acondicionado em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, devendo apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 1kg		KG	578,000000	7,400	4.277,20
45	0008632 - FEIJÃO MACASSAR BRACO – TIPO 1 Descrição: Acondicionado em embalagem transparente, isento de sujidades, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, e apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega. Pacote com 1kg.		KG	578,000000	5,800	3.352,40
46	0014020 - FEIJÃO PRETO Descrição: Tipo 1, acondicionado em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, devendo apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 1kg		KG	619,000000	6,600	4.085,40
47	0008633 - FERMENTO QUÍMICO EM PÓ – 100 G Descrição: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Aspecto de pó fino, cor branca, sabor e odor próprios. Não deve apresentar-se empedrado.		Unidade	201,000000	4,000	804,00
49	0008634 - FLOCOS DE MILHO TIPO FLOCÃO Descrição: Milho não transgênico em flocos. Embalagem de 500 mg, 1ª qualidade, contendo identificação, marca do fabricante, prazo de validade. Deverá apresentar validade mínima de 5 (cinco) meses a partir da data de entrega.		Pacote	5395,000000	1,500	8.092,50
53	0014022 - LEITE DE SOJA EM PÓ - EXTRATO DE SOJA Descrição: Composto de proteína isolada de soja. Isento de lactose e glúten, c/ boa solubilidade. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 200g.		Unidade	203,000000	27,000	5.481,00
54	0008639 - LEITE EM PÓ INTEGRAL – 200G Descrição: A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.		Unidade	10260,000000	6,900	70.794,00
55	0014023 - LEITE EM PÓ INTEGRAL ZERO LACTOSE -300G Descrição: A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 300g		Unidade	255,000000	28,000	7.140,00
57	0014025 - LOURO - Descrição: folhas secas de louro, sãs e limpas. Em embalagens resistentes contendo 100g		Pacote	168,000000	3,000	504,00
59	0014027 - MACARRÃO DE ARROZ ESPAGUETE- SEM GLÚTEM- PCT 400 G Descrição: pacote de peso líquido 400g, contendo informação nutricional, data de validade, fabricação e lote.		Pacote	180,000000	6,500	1.170,00
60	0014028 - MACARRÃO ESPAGUETE COM OVO – PCT 400 G Descrição: pacote de peso líquido 400g, contendo informação nutricional, data de validade, fabricação e lote.		Pacote	11470,000000	2,000	22.940,00
61	0014029 - MACARRÃO ESPAGUETE INTEGRAL– PCT 400 G Descrição: pacote de peso líquido 400g, contendo informação nutricional, data de validade, fabricação e lote.		Pacote	188,000000	3,900	733,20
62	0014030 - MACARRÃO PARAFUSO COM OVO – PCT 400 G Descrição: pacote de peso líquido 400g, contendo informação nutricional, data de validade, fabricação e lote.		Pacote	1911,000000	3,910	7.472,01
66	0014032 - MANJERICÃO SECO - Descrição: folhas secas de manjericão, sãs e limpas. em embalagens resistentes contendoem embalagem resistente, atóxico, lacrado, contendo de 100g gramas		Pacote	193,000000	3,000	579,00
68	0008647 - MARGARINA 80% DE LIPÍDIOS – 500G Descrição: Com 80% de lipídios, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis - embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, registro no Ministério da Agricultura, SIF/DIPOA. Embalagem de 500 gramas		Unidade	168,000000	6,900	1.159,20
72	0014035 - MILHO PARA MUNGUNZÁ - Descrição: grão ou pedaço de grão de milho, isento de sujeira, parasitas e larvas, e deve estar livre de ferimentos. O produto deve ter um prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. A embalagem primária deve ser plástica resistente, com peso líquido de 500g		Pacote	994,000000	3,800	3.777,20
73	0008650 - ÓLEO DE SOJA – 900ML Descrição: 1ª qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado; limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso liquido 900ml.		Unidade	688,000000	7,800	5.366,40
74	0014036 - OVO DE GALINHA - BANDEJA C/30 Descrição: Classe A, tipo 3 grande. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades, cor, odor ou sabor anormais; acondicionados em embalagem apropriada. Proveniente de avicultor com inspeção oficial, devendo atender às exigências do Regulamento interno de inspeção de Produtos de Origem Animal.		Bandeja	456,000000	18,000	8.208,00
75	0014037 - ORÉGANO - Descrição: folhas secas de orégano, sãs e limpas. Em embalagens resistentes contendoem embalagem resistente, atóxico, lacrado, contendo de 100g		Unidade	193,000000	4,500	868,50
76	0008652 - PÃO TIPO HOT DOG- PACOTE DE 500 G Descrição: embalagem de 500g íntegra, limpa, resistente, plástica, com informação nutricional, validade, lote e data de fabricação. Com gramatura de 50g cada pão.		Pacote	1674,000000	4,500	7.533,00
80	0008655 - POLPA DE ACEROLA – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.		KG	670,000000	7,000	4.690,00
81	0008656 - POLPA DE CAJÁ – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.		KG	335,000000	12,000	4.020,00
82	0008657 - POLPA DE GOIABA – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.		KG	670,000000	7,500	5.025,00
83	0008658 - POLPA DE MANGA – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.		KG	670,000000	8,000	5.360,00
84	0008659 - POLPA DE MARACUJÁ – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.		KG	670,000000	15,000	10.050,00
85	0008660 - PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA Descrição: cor média escura similar à carne cozida, embalada em saco plástico transparente de polipropileno, de 400g, contendo rotulagem, composição nutricional, data de fabricação, prazo de validade e registro no órgão competente.		Pacote	690,000000	5,000	3.450,00
88	0008661 - SAL REFINADO Descrição: Sal iodado, constituído de cristais de granulação uniforme e isento de impurezas e umidade, acondicionado em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 1Kg.		KG	308,000000	1,700	523,60
91	0014042 - ORÉGANO - Descrição: folhas secas de orégano, sãs e limpas. Em embalagens resistentes contendoem embalagem resistente, atóxico, lacrado, contendo de 100g		Pacote	193,000000	8,590	1.657,87
92	0014043 - VINAGRE DE ÁLCOOL-500 ML - Descrição: embalado em garrafa de conteúdo líquido de 500ml, com data de validade e fabricação.		FRASCO	193,000000	1,600	308,80

VALOR GLOBAL LOTE 01	338.006,18

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de junho de 2026.

VIGÊNCIA DAS ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

JEFFERSON REGO PEREIRA
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:8F0324B6

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 25/2026 PREGÃO ELETRONICO 07/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN, CONFORME AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede à Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: NALDINHO COMERCIO E SERVICOS LTDA (CNPJ; 64.563.419/0001-34), R JOAQUIM LUCIO PIMENTA, 470 CASA 02, ALTO DA ESPERANCA, CAMPO GRANDE/RN, CEP: 59680-000. Saiu vencedora dos itens/lote(es):

LOTE 03						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0008597 - ABACAXI DE 1ª QUALIDADE Descrição: sem partes escuras ou furadas. Com gramatura unitária de no mínimo 1,5 Kg.		KG	1721,000000	6,560	11.289,76
3	0008599 - ACEROLA – 1ª QUALIDADE Descrição: Com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, firmes e intactas, tamanhas e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidas e maduras, isentas de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, isenta de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundo de manuseio e transporte.		KG	1068,000000	6,420	6.856,56
6	0014001 - ALFACE 1ª QUALIDADE Descrição: Fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos.		Molho	481,000000	3,450	1.659,45
7	0008604 - ALHO – 1ª QUALIDADE Descrição: Alho branco in-natura, de 1ª qualidade, sem réstia, bulho inteiriço, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isentos sujidades, parasitas e larvas.		KG	925,000000	28,000	25.900,00
14	0008608 - BANANA PRATA – 1ª QUALIDADE Descrição: Em pencas de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionada em pencas integra.		KG	1873,000000	4,290	8.035,17
15	0008609 - BATATA DOCE – 1ª QUALIDADE Descrição: Branca/roxa, primeira qualidade, tamanho grandes ou médios, uniformes, inteiros, sem ferimentos ou defeitos, casca lisa e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa.		KG	2160,000000	5,000	10.800,00
16	0008610 - BATATA INGLESA – 1ª QUALIDADE Descrição: Comum especial, lavada, tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.		KG	821,000000	8,540	7.011,34
18	0014005 - BETERRABA - Descrição: tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.		KG	481,000000	5,590	2.688,79
34	0014015 - CEBOLA BRANCA – 1ª QUALIDADE Descrição: Sem réstia, nova, com casca sã e sem ruptura, isenta de sujidades, substâncias terrosas e sujeiras. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação.		KG	1850,000000	6,090	11.266,50
35	0014016 - CEBOLA ROXA – 1ª QUALIDADE Descrição: Sem réstia, nova, com casca sã e sem ruptura, isenta de sujidades, substâncias terrosas e sujeiras. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação.		KG	771,000000	6,250	4.818,75
36	0008626 - CENOURA – 1ª QUALIDADE Descrição: Sem folhas, primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou tenros aderida à superfície externa.		KG	760,000000	9,420	7.159,20
37	0014017 - CHUCHU – 1ª QUALIDADE Descrição: Sem folhas, primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou tenros aderida à superfície externa.		KG	481,000000	4,440	2.135,64
38	0008627 - COENTRO – 1ª QUALIDADE Descrição: De Primeira qualidade, hortaliça classificada como verdura fresca, cor verde, aspecto e sabor próprio, isenta de sinais de apodrecimento, sujidades e materiais terrosos.		Molho	2748,000000	2,490	6.842,52
40	0014018 - COUVE MANTEIGA - 1ª QUALIDADE Descrição: Fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos.		Molho	481,000000	6,320	3.039,92
50	0008635 - GOIABA VERMELHA – 1ª QUALIDADE Descrição: Com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, firmes e intactas, tamanhas e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidas e maduras, isentas de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, isenta de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundo de manuseio e transporte.		KG	1005,000000	5,340	5.366,70
51	0008636 - JERIMUM DE LEITE Descrição: Boa qualidade, tamanho e coloração uniformes isenta, materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos.		KG	1156,000000	5,050	5.837,80
52	0008637 - LARANJA COMUM – 1ª QUALIDADE Descrição: sem partes escuras ou furadas, com casca fina. Com gramatura unitária de no mínimo 100 gramas.		KG	1520,000000	5,490	8.344,80
56	0014024 - LIMÃO – 1ª QUALIDADE Descrição: Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes.		KG	166,000000	4,540	753,64
58	0014026 - MAÇÃ VERMELHA NACIONAL – 1ª QUALIDADE Descrição: Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho.		KG	1434,000000	12,450	17.853,30
63	0008644 - MACAXEIRA – 1ª QUALIDADE Descrição: Raiz no tamanho normal de crescimento, uniforme, fresca, inteiras sem ferimentos causados por objetos cortantes, não fibrosa, livre de materiais terrosos, isenta de manchas roxas e outros defeitos que comprometam a qualidade do produto.		KG	1490,000000	4,260	6.347,40
64	0008645 - MAMÃO FORMOSA – 1ª QUALIDADE Descrição: DE primeira, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho livre de sujidades, parasitas e larvas.		KG	1570,000000	3,620	5.683,40
65	0014031 - MANGA – 1ª QUALIDADE Descrição: DE primeira, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho livre de sujidades, parasitas e larvas.		KG	973,000000	5,090	4.952,57
67	0008646 - MARACUJÁ AZEDO – 1ª QUALIDADE Descrição: Tamanho e colorações uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro, intactas e firmes, livres de resíduo de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.		KG	251,000000	11,010	2.763,51
69	0008648 - MELANCIA – 1ª QUALIDADE Descrição: Redonda, graúda, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.		KG	1923,000000	3,650	7.018,95
70	0014033 - MELÃO - 1ª QUALIDADE Descrição: sem partes escuras ou furadas.		KG	1923,000000	4,200	8.076,60
71	0014034 - MEXERICA – 1ª QUALIDADE Descrição: sem partes escuras ou furadas. Com gramatura unitária de no mínimo 100 gramas.		KG	1520,000000	9,000	13.680,00
78	0014038 - PEPINO - Produto de primeira qualidade, coloração verde escuro, consistência firme, isento de sujeira, pragas, doenças, manchas ou estado de decomposição.		KG	168,000000	5,060	850,08

79	0008654 - PIMENTÃO VERDE – 1ª QUALIDADE Descrição: 1ª qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes.		KG	1233,000000	7,510	9.259,83
86	0014039 - REPOLHO BRANCO – 1ª QUALIDADE Descrição: 1ª qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes.		KG	168,000000	5,960	1.001,28
87	0014040 - REPOLHO ROXO- – 1ª QUALIDADE Descrição: 1ª qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes.		KG	111,000000	8,690	964,59
90	0008662 - TOMATE – 1ª QUALIDADE Descrição: Tipo comum, tamanho médio, primeira, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho.		KG	1809,000000	7,500	13.567,50
VALOR GLOBAL LOTE 03						**221.825,55**

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de junho de 2026.

VIGÊNCIA DAS ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

ERINALDO DE MOURA SOARES
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:29A7B509

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2026 PREGÃO ELETRONICO 08/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM FORNECIMENTO DE REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, POR UM PERIODO DE 12 MESES.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede à Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: COMERCIO DE PRODUTOS PARA DIAGNOSTICO HUMANO LTDA ME (CNPJ; 13.626.917/0001-48), AV. XAVIER DA SILVEIRA, 1148 , LAGOA NOVA, Natal/RN, CEP: 59056-700. Saiu vencedora dos itens/lote(es):

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0004324 - LOCAÇÃO DE ANALISADOR BIOQUÍMICO – Analisador químico clínico discreto e de acesso aleatório que pode ser colocado sobre uma bancada, que oferece 100 testes por hora. - 24 horas de refrigeração para bandeja de reagentes - Bandeja de amostras/reagentes flexível - Mixer independentes - Software eficiente e de fácil utilização - Mais econômico - Pré e pós diluição de amostras - Interface LIS bidirecional. Disponibilizar reagentes para a realização de até 3.000 exames mensais.	INVITRO	Mês	12,000000	5.300,000	63.600,00
2	0004325 - LOCAÇÃO DE ANALISADOR HEMATOLÓGICO - Equipamento completo com um sistema operacional intuitivo, interface de comunicação de dados conveniente, em excelente desempenho - CBC+3-DIFF, 21 parâmetros + 3 histogramas - Resultado: 60 amostras por hora - Leitura com sangue total ou Pré-diluído - Sistema operacional intuitivo com tela TFT sensível ao toque - Desempenho aprimorado por tecnologias comprovadas - Baixa manutenção; - Impressora térmica interna; - Frasco aberto ou amostra fechada opcional - 40.000 armazenamentos de resultados com histogramas - QC, calibradores e reagente originais, INCLUSO REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE 800 EXAMES MENSAIS. Modelo de referência: igual ou superior ao MODELO MINDRAY BC 3600.	EBRAM	Mês	12,000000	2.490,000	29.880,00
3	0005425 - HEMOGLOBINA GLICADA - Locação de 01 analisador para realização de dosagem de Hemoglobina Glicada- HbA1c, por meio da afinidade por boronato em sistema óptico de duas fases, análise de no mínimo 03 amostras simultâneas no equipamento, sem necessidade de preparação prévia, cartão calibração para os kits, volume de amostra inferior a 5µL, amostras de sangue total e capilar, memória superior a 4000 resultados para armazenamento, tela Touch Screen e display colorido para facilitar o operador. Disponibilizar reagentes para a realização de até 100 exames mensais.	INVITRO	Mês	12,000000	2.846,160	34.153,92

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de junho de 2026.

VIGÊNCIA DAS ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

MARIA LUIZA E SILVA MARTINS
Representante

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:A3673C22

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 0116/2026 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 0116/2026 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, NO VALOR DE R$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00704/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00704/2024, de 19 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3190, de 29 de dezembro de 2023, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00704/2024, de 19 de dezembro de 2024), a favor da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**, no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.015	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				
Função	27	Desporto e Lazer				
Subfunção	812	Desporto Comunitário				
Programa	0010	Tibau em Movimento – Esporte e Lazer para Todos				
Ação	2085	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Esporte e Lazer				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	35.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**35.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**35.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.001	Secretaria Municipal do Gabinete				
Função	04	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	0002	Gestão Inteligente e Transparente para o Futuro de Tibau				
Ação	2011	Publicidade de Atos e Ações da Administração Pública do Município de Tibau				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	35.000,00
Total da Anulação (R$)						**35.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 30 de junho de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:2D201C0F

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 0117/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 0117/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, NO VALOR DE R$ 123.000,00 (CENTO E VINTE E TRÊS MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, no valor de R$ 123.000,00 (Cento e vinte e três mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.013	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				
Função	18	Gestão Ambiental				
Subfunção	542	Controle Ambiental				
Programa	0009	Tibau Verde – Sustentabilidade e Meio Ambiente				
Ação	2069	Manutenção das Atividades e Serviços de Gestão Ambiental				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	17040000	R$	123.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**123.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.014	Secretaria Municipal de Turismo				
Função	23	Comércio e Serviços				
Subfunção	695	Turismo				
Programa	0011	Tibau – Onde o Sol Encontra o Mar				
Ação	2073	Manutenção das Ações de Eventos Turísticos do Município de Tibau				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	123.000,00
Total da Anulação (R$)						**123.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 01 de julho de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:712E91EC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 264/2026

LEI MUNICIPAL Nº 264/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa do Exercício de 2026, no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), destinado a viabilizar a execução de convênio federal do Programa Minha Casa, Minha Vida (Novo PAC Seleção), e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em estrita conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento-Programa do corrente exercício de 2026, um **Crédito Adicional Especial** no valor global de **R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**, destinado à inclusão da seguinte classificação funcional-programática e estrutura de despesa, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social:

Art. 2º Os recursos necessários para a cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo anterior correrão por conta das seguintes origens financeiras, nos termos do Artigo 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320/1964:
– EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: no valor de **R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais)**, a ser apurado na receita de Transferências de Capital de Convênios com a União, vinculada à Proposta nº 040750/2025 do Ministério das Cidades / Transferegov.– **ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:** no valor de **R$200.000,00 (duzentos mil reais)**, a ser deduzido de saldos disponíveis na Fonte de Recursos 1.500.0000 (Recursos Não Vinculados de Impostos) constantes do balancete consolidado vigente, conforme a seguinte distribuição:

Estrutura Programática e Classificação da Despesa	**Valor a Anular**
Órgão: 02.99.00 – Reserva de Contingência	**R$ 50.000,00**
Unidade Orçamentária: 029900 – Reserva de Contingência	
Classificação Funcional: 99.999.0999.9999.0000 – Reserva de Contingência	
Elemento de Despesa: 9.9.99.99.00 – Reserva de Contingência	
Órgão: 02.16.00 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	**R$ 50.000,00**

Unidade Orçamentária: 021600 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	
Classificação Funcional: 15.451.0058.2058.0000 – Manutenção da Sec. de Obras e Urbanismo	
Natureza da Despesa: 3 - Despesas Correntes	
Órgão: 02.09.00 – Secretaria Municipal de Administração	**R$ 50.000,00**
Unidade Orçamentária: 020900 – Secretaria Municipal de Administração	
Classificação Funcional: 04.122.0007.2009.0000 – Manutenção da Secretaria de Administração	
Natureza da Despesa: 3 - Despesas Correntes	
Órgão: 02.15.00 – Secretaria Municipal de Finanças	**R$ 50.000,00**
Unidade Orçamentária: 021500 – Secretaria Municipal de Finanças	
Classificação Funcional: 04.123.0008.2057.0000 – Manutenção da Secretaria de Finanças	
Natureza da Despesa: 3 - Despesas Correntes	
TOTAL DAS ANULAÇÕES MUNICIPAIS (CONTRAPARTIDA)	**R$ 200.000,00**

Art. 3º Ficam autorizadas as devidas adequações e transposições nas peças de planejamento orçamentário municipal, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigentes, para fins de incorporação e execução da presente dotação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, Triunfo Potiguar/RN, 02 de junho de 2026.

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joana Darc Estevam da Fonseca Silva
Código Identificador:B4C3927B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 038/2026

DECRETO Nº 038/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 700.222,00 (setecentos mil duzentos e vinte e dois reais) para reforço de dotações consignadas no Orçamento Geral do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64;

CONSIDERANDO que a evolução da receita e a tendência do seu crescimento para o fechamento do exercício, conforme demonstrado no Anexo I a este Ato e, que encontram amparo no inciso II do § 1º e § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDO que, a suplementação, ora realizada, é necessária para a continuidade dos serviços públicos que é um dos princípios estabelecidos no Direito Administrativo para os entes públicos, universalmente aceito e abrigado na doutrina pátria;

CONSIDERANDO os princípios da responsabilidade e da finalidade que impõe ao gestor as providências necessárias para que a sociedade não sofra pela falta de providências para as suas demandas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Credito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente exercício, no valor de R$ 700.222,00 (setecentos mil duzentos e vinte e dois reais) proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender as dotações especificadas abaixo:

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**700.222,00**
09 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**700.222,00**
	2104 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC				**700.222,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	100.111,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	600.111,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo 1º, serão utilizados recursos, conforme Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64, Fonte: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde; referente as Propostas de nº 63000719169202500 e nº 63000728102202600, para custeio dos serviços da atenção especializada à saúde.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Upanema/RN, 01 de julho de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:6136A57B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 80

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL VÁRZEA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 80 DE 25 de junho de 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Várzea /RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º, na Lei Orçamentária Anual nº 584 de 08 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ás dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 7°, inciso I da Lei Orçamentária Anual nº 584/2025, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a 04 de maio de 2026.

Várzea/RN, 25 de junho de 2026

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**50.000,00**
20 .001 PROCURADORIA					**50.000,00**
	22362 MANUTEÇÃO DA PROCURADORIA				**50.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
Anexo II (Redução)					**50.000,00**
05 .001 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**50.000,00**
	21940 MAN.DA COMPL FEB .VAAT INF.70%				**50.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	50.000,00

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:6E71DF81



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº633/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS
PALÁCIO JOAQUIM INÁCIO DE CARVALHO NETO
GABINETE CIVIL

LEI Nº633/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para Elaboração do Orçamento do Exercício de 2027.

.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que me são conferidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e seu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Ficam estabelecidas as Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamento Municipal para o exercício de 2027, com base nos princípios fixados na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Res-ponsabilidade Fiscal), na Lei Orgânica do Município.

Art. 2º – O Orçamento Anual do Município abrange os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Art. 3º – A proposta orçamentária a ser encaminhada pelo Executivo à Câmara Municipal compor-se-á de:

I. Mensagem.
II. Projeto de Lei Orçamentária Anual.
III. Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 4º – A estrutura orçamentária e a funcional programática que servi-rão de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício de-verão obedecer à disposição constante da Classificação Institucional, da Relação de Funções, Subfunções. Programas para 2027 e do anexo referente às Metas e Priori-dades para 2027, que são partes integrantes desta Lei.

Art. 5º – As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2027, são as estabelecidas no Anexo I, denominado Anexo de Metas Fiscais e Anexo II que é o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. O Anexo I desdobra-se em:

I - Tabela I – Metas Anuais;
II - Tabela II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
III - Tabela III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
IV - Tabela IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
V - Tabela V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VI - Tabela VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
VII - Tabela VII – Projeção Atuarial do RPPS;
VIII - Tabela VIII – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;
IX - Tabela IX – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Cará-ter Continuado;

Parágrafo Único – Os demonstrativos têm seus valores expressos em mil reais, estando eles em consonância com as regras estabelecidas pelo Ministério da Fazenda, através da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 407, de 20 de junho de 2011.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 6º – A elaboração e aprovação da Lei Orçamentária de 2027 serão compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário para o setor público municipal, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo II desta Lei, elaborado de acordo com a Portaria nº. 407, de 20 de junho de 2011.

Art. 7º – As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2027, estabelecidas no Anexo I desta Lei, incluem os investimentos, as atividades de natureza continuada, a implantação do plano de resíduos sólidos a conservação e manutenção do patrimônio, administrativas e as obrigações constitu-cionais e legais, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei e na Lei Orçamentária de 2027, não se constituindo, todavia, em limite à pro-gramação da despesa, conforme segue abaixo:

I. Poder Legislativo

a) Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionaliza-ção das atividades administrativas, e melhoria das rotinas de trabalho;
b) Adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a parti-cipação do processo legislativo.

II. Poder Executivo

a) Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos segmentos:
a.1. Educação – oferta de vagas no ensino regular fundamental, para as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas:
a.1.1. estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensi-no obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais com melhoria de en-sino;
a.1.2. de redução das desigualdades e à valorização da diversidade que vi-sem a equidade;
a.1.3. de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.
a.1.4. Ampliação dos Serviços Prestados nas creches municipais, aumen-tando assim o número de vagas às pessoas que necessitam trabalhar e não tem on-de deixar seus filhos.
a.2 – Saúde e saneamento – com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, medi-ante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;
a.3 – Promoção Social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos rela-tivos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de ha-bitantes carentes do Município.
a.4 – Incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência aotrabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para adescoberta das vocações locais.
a.5 – Ampliação de oferta de emprego e renda à população com a promo-ção de capacitação e criação e incentivo para a oportunidades de ao primeiro em-prego em parceria com a iniciativa privada.
a.6 – Recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimen-to das determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal.
a.7 – De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e fe-deral, de programas voltados à implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.
a.8 – Realização de Concurso Público para cargos efetivos em vacância, no Município de Antônio Martins – RN.

b) Reforço da Infraestrutura Econômica, nas áreas de:

b.1 – Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária muni-cipal;
b.2 – Energia elétrica e solar, para fins de irrigação e eletrificação rural;
b.3 – Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de eletrificação rural;

c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

c.1 – Do desenvolvimento da agropecuária;
c.2 – Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas;
c.3 – Do desenvolvimento da produção mineral.

d) Ações administrativas que objetivem:

d.1 – A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Po-der Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;
d.2 – A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das po-líticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.
d.3 – Considerando as alterações promovidas no sistema tributário nacio-nal, especialmente no que se refere à instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), previstas no âmbito da Refor-ma Tributária sobre o consumo, destaca-se a necessidade de acompanhamento dos possíveis impactos dessas novas exações sobre as finanças públicas municipais e, em especial, sobre a execução dos contratos administrativos;
d.4 – Contribuição sobre Bens e Serviços CBS poderá produzir efeitos con-cretos sobre os custos das contratações públicas, influenciando a formação de pre-ços e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados pela Administração Pública;
d.5 – Para fins de simulação e avaliação de impactos orçamentários, a Re-ceita Federal do Brasil, em conjunto com o Comitê Gestor do IBS/CBS, tem adotado alíquotas transitórias de teste, atualmente fixadas em 0,1% (IBS) e 0,9% (CBS).

Art. 8º – Para consecução das prioridades previstas no art. 8º, o orçamen-to anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I – NA ÁREA SOCIAL

a. Na Educação, Cultura e Desporto
a.1 – Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;
a.2 – Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas;
a.3 – Melhoria da qualidade de ensino, promovendo formação inicial e con-tinuada dos profissionais da educação;
a.4 – Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (qua-torze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos;
a.5 – Redução da evasão escolar, por meio da estratégia Busca ativa esco-lar, garantindo o registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes através da frequência escolar, garantindo a sua permanência na escola;
a.6 – Garantir a acessibilidade e infraestrutura das salas de aula da rede municipal; Ampliar o quadro de serviço de apoio da política da educação especial. Fortalecer a política de Educação Inclusiva.
a.7 – Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
a.8 – Expansão das atividades de educação física e desporto para mais es-colas da rede municipal de ensino;
a.9 – Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
a.10 – Apoio à atividades e extensão universitária;
a.11 – Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do (a) padroeiro (a).
a.12 – Apoio ao Desporto e as agremiações futebolísticas na distribuição de materiais esportivos, realizações de torneios, construção e reforma de obras de Infra Estrutura como Ginásios, Quadras Esportivas e Campos de Futebol.
a.13 – Ampliação da Política Municipal de Educação Integral - PMEI – da Rede Municipal de Ensino de Antônio Martins - RN conforme exigem a Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023 que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral e, a Por-taria do Ministério da Educação nº 1.495 de 2 de agosto de 2023 que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e, conforme a Resolução nº 012/2023 – CME de 30/11/2023 do Conselho Municipal de Educação de Antônio Martins/RN.
a.14 - Garantir a alfabetização de todas as crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, além de promover a recomposição das aprendizagens para aquelas que estão matriculadas até o 5º ano.
a.15 - Garantir o acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e/ou satelital nas Escolas da Zona Urbana e Rural e fomentar o uso de tecnologia digital na Educação Básica.
a.16 -Garantir a informatização de todo o trabalho das áreas escolares e administrativas das instituições de ensino, como matrícula, turmas e diário, gestão de escolas, currículos e monitoramento da educação fazem parte dos diversos traba-lhos que integram estudantes, professores, servidores, pais e responsáveis e a soci-edade.
a.17 – Fortalecer políticas programas de enfrentamento ao racismo. Apoiar as atividades Pedagógicas da História e Cultura dos povos Indígenas e Cultura Afro-Brasileira.

b. Da saúde pública
b.1 – Elevação dos níveis da saúde da população, reduzindo o índice de mortalidade infantil;
b.2 – Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
b.3 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
b.4 – Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doen-
ças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
b.5 – Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
b.6 – Manutenção dos Programas de Saúde na Família;
b.7-Manutenção, Promoção, e prevenção nos atendimentos na Atenção Básica voltados a saúde da população;
b.8-Apoio da equipe multicisplinar, ajudando na reabilitação dos pacien-
tes pós covid; e
b.9- Estruturação dos serviços de saúde.

c. De habitação e saneamento básico
c.1 – Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
c.2 – Construção e melhoria de casa populares.

d. De assistência Social
d.1 – Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de defi-ciência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
d.2 – Ampliar os programas de assistência comunitária;
d.3 – Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas bá-sicas a famílias carentes;
d.4 – Estimular programas de assistência comunitária;
d.5 – Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para ou-tros centros e aquisição de alimentos, agasalhos, etc.
d.6 – Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
d.7 – Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
d.8 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;
d.8 -Política de Assistência Social; Assistência Social; Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e/ou Alta Complexidade; Serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais.
d.9 – Com base nas orientações do UNICEF, seguem os artigos abaixo especificados;

• Artigo 1º – Considera-se Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.

• Artigo 2º – A Agenda Transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais nor-mas aplicáveis.

• Artigo 3º Fica estabelecido como prioridade na administração Pública Municipal, para o exercício financeiro de 2027, a execução das ações da Politica Municipal de Assistência Social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, assegurando a manutenção, ampliação e qualifica-ção dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

• Artigo 4º – O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) di-as, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente as ações estratégicas da Agenda Transversal de que trata esta Lei.

II – NA ÁREA ECONÔMICA

a. Agropecuária
a.1 – Assistência e incentivo à produção agrícola;
a.2 – Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribui-
ção com agricultores carentes;
a.3 – Fortalecimento do pequeno produtor rural;
a.4 – Distribuição de sementes ao pequeno produtor; corte de terras;
a.5 – Propiciar meios de combate a estiagem e a pobreza rural;
b. Indústria, comércio e turismo
b.1 – Apoio às pequenas e micro empresas do município;

III – NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA

a. Recursos Hídricos
a.1 – Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;
a.2 – Construção e melhoria de açudes, barreiras e barragens subterrâ-neas.
b. Transportes
b.1 – Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;
c. Energia
c.1 – Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
c.2 – Manutenção da eletrificação urbana e rural.
d. Serviços Urbanos
d.1 – Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços

de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
d.2 – Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
d.3 – Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do municí-pio;
d.4 – Arborização da cidade; Parágrafo Único – Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2027.
Art. 9º – A Lei Orçamentária Anual de 2027 deverá estar em consonância com o Plano Plurianual e atender os seguintes princípios:
I - Gestão com foco em resultados: perseguir indicadores estratégicos de governo que reflitam os impactos na sociedade, buscando padrões ótimos de efici-ência, eficácia e efetividade dos programas e projetos;
II - A participação social: permanente em todo o ciclo de gestão do PPA e dos orçamentos anuais como instrumento de interação Município e cidadão, para aperfeiçoamento das políticas públicas;
III - A transparência: ampla divulgação dos gastos e dos resultados obti-dos.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 10 – Para efeito desta lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visan- do à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores es- tabelecidos no Plano Plurianual;
II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo con- tínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manuten- ção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contra- prestação direta sob a forma de bens ou serviços.
§ 1º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especifi- cando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias respon- sáveis pela realização da ação.
§ 2º – Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, e Legislação posterior se for o caso.
§ 3º – As categorias de programação de que trata esta Lei serão identifica- das no projeto de lei orçamentária por programa, atividades, projetos ou operações especiais.
Art. 11 – Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias, fundos especiais, funda- ções, empresas públicas.
Art. 12 – O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, até 30 de setembro de 2026.
Art. 13 – Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas altera- ções.
I – o orçamento a que pertence;
II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classifica- ção;
a) DESPESAS CORRENTES:
Pessoal e Encargos Sociais;
Juros e Encargos da Dívida;
Outras Despesas Correntes.
b) DESPESAS DE CAPITAL:
Investimentos;
Inversões Financeiras;
Amortização e Refinanciamento da Dívida;
Outras despesas de Capital.
Art. 14 - A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a pro- jetos a serem desenvolvidos por intermédio de consórcios públicos, conforme a regu- lamentação fixada pela Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005 e Portaria n° 72 de 01 de fevereiro de 2012.
Art. 15 - Constituem fonte de recursos para execução das despesas, aque- las exigidas na legislação vigente na forma das portarias da STN e normativas do Tribunal de Contas do Estado – TCE.
§ 1ºAs fontes de recursos, seguirão a classificação definida pela Portaria Conjunta STN nº 1.593, de 15.12.2023, conforme anexo III.
Art. 16 – Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por al- terações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2027 ao Poder Legislativo.
CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO
Art. 17 – O Projeto de Lei Orçamentária do Município relativo ao exercício de 2027 deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orça- mento, conforme Artigo 48 da LRF.

I – O princípio de transparência implica, além da observação do principio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art. 18 – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei, orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere,

Art. 19 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orça- mentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 20 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, tomando-se as medidas corretivas ne- cessárias para manutenção do controle e do equilíbrio fiscal para o conjunto de pro- jetos, atividades e operações especiais.

§ 1º – Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obriga- ções, constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º – No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-à preservar as despesas abaixo e hierar- quizadas:

I – Com pessoal e encargos patronais;

II – Com a conservação do Patrimônio Público, conforme prever o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 21 – Para os fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1o, inci- so II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vanta- gens, aumentos e adequação de remuneração, criação de cargos, empregos e fun- ções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal, inclusive a realização de concurso público a qualquer título.

Art. 22 – O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2027 conterá autorização para abertura de créditos adicionais suplementares em percentual fixa- do entre os limites de 50% do total da despesa fixada para os Poderes Legislativo e Executivo, nas formas previstas no § 1º, incisos I a IV, do art. 43 da Lei nº. 4.320/64.

§ 1º. O Remanejamento de recursos entre órgãos independentemente da categoria econômica da despesa, não se incluem nos limites estabelecidos no caput deste artigo, por se tratar de simples alterações no Quadro de Detalhamento da Despesa.

§ 2º. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais indicarão os valores atribuídos aos grupos de natureza de despesa.

§ 3º. Quando a abertura de crédito suplementar e especiais ocorrer para atender dotações vinculadas a despesas de convênios e fundos especiais serão utili- zados os recursos oriundos de suas respectivas fontes, os créditos suplementares abertos com esta finalidade não serão computados no percentual fixado neste arti- go.

Parágrafo Primeiro – O Poder Executivo poderá realizar transposição, re- manejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, na forma da legislação vigente.

Art. 23 - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos So- ciais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas;

II – Suprir o pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anu- lação de dotações;

III – Acolher as despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

IV – Atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital con- signadas em Programas da Educação, Saúde e Assistência Social, mediante o can- celamento de dotações das respectivas funções;

V – Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31.12.2025, e o excesso de arrecadação de recursos, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei

Art. 24 – A Lei Orçamentária para o exercício de 2027 conterá previsão de contrapartida de transferências voluntárias, em conformidade com o percentual proposto em projetos de captação de recursos encaminhados a órgãos e entidades da União, Estados e entidades não governamentais.

Art. 25 – Firmado o instrumento de transferência voluntária, fica autori- zada a suplementação da dotação, tendo como limite o valor do repasse financeiro pactuado, não se incluindo nos limites estabelecidos no caput do art. 21 desta Lei.

Art. 26 – Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas em desacordo com as disposições do art. 165, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal .

Art. 27 – É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais e/ou auxílios finan- ceiros a entidades privadas e a pessoas físicas, ressalvadas aquelas autorizadas em lei, de acordo com o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e que preencham as seguintes condições:

I – sejam entidades privadas de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esportes, turismo, meio ambiente, de fomento à produção e à geração de emprego e renda;

II – sejam pessoas físicas carentes, assim reconhecidas por órgão público, federal, estadual e municipal, na forma da lei;

III – participem de concursos, gincanas, atividades esportivas e culturais e outras festividades incentivadas e/ou promovidas pelo Poder Público Mu- nicipal, aos quais sejam ofertados premiações ou auxílios financeiros.

§ 1º. As entidades privadas beneficiadas, a qualquer título, submeter-se- ão à fiscalização do Poder Concedente com a finalidade de verificar o cum- primento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.

§ 2º. Os repasses de recursos a entidades serão efetivados mediante con- vênios, conforme determina o artigo 116 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 28 – A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investi- mentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 29 – A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingên- cia, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2027, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 30 - O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal de Pla- nejamento, Administração e Finanças até 30 de Setembro de 2026, sua proposta orçamentária para fins de ajustamento e consolidação do Projeto de Lei Orçamentá- ria para o exercício de 2027.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria de Planejamento, Administração e Fi- nanças encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Agosto de 2026, informações sobre a arrecadação da receita, efetivada até o mês de junho de 2026, bem como a projeção de arrecadação até o final do exercício, a qual servirá de parâmetro para a elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo.

Parágrafo Segundo - O Poder Executivo não poderá efetivar repasse ao Legislativo, superior a 7% da Receita arrecadada imediatamente no exercício anteri- or, § 2º, inciso I do Art. 29-A da Emenda Constitucional.

Art. 31 – A Lei Orçamentária estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Entidades e Fundos Especiais, da administração direta e indireta, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.
Art. 32 – O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, observado o disposto no Art. 212 da Constituição Federal.
Art. 33 – O Município aplicará anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 15% (quinze por cento) dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição da República, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198, da Constituição Federal, e a EC 29 da Constituição Federal.
Art. 34 A participação do Município em convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres observará a previsão de contrapartida, nos seguintes ter- mos:
I – A contrapartida municipal será, preferencialmente, fixada entre 0,1% (zero virgula um por cento) e 4 % (quatro por cento) do valor total do ajuste, confor- me exigência do órgão concedente;
II – Na definição do percentual de contrapartida serão considerados:
a) a capacidade financeira do Município;
b) a relevância do objeto para o desenvolvimento local;
c) as normas do órgão concedente;
III – A contrapartida poderá ser:
a) financeira;
b) em bens ou serviços economicamente mensuráveis, quando admitidos;
IV – Poderá ser reduzida ou dispensada a contrapartida quando:
a) houver previsão legal ou normativa da concedente;
b) se tratar de ações nas áreas de saúde, educação, assistência social ou defesa civil;
c) o Município apresentar baixa capacidade financeira, devidamente justi- ficada;
V – Fica o Poder Executivo autorizado a ajustar o percentual de contrapar- tida conforme as exigências específicas de cada instrumento.

SEÇÃO I
DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 35 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, assistência e previdência social e contará com recursos provenientes:
I – de repasses do Fundo Nacional de Saúde;
II – das receitas previstas na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
III – da receita de serviços de saúde;
IV – de repasses previstos na Lei Orgânica da Assistência Social;
V – do orçamento fiscal.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 36 – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da des- pesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.
Art. 37 – Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2027, dotação especifica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciárias e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as dispo- sições do Parágrafo Único deste artigo.
Parágrafo Único – Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à
Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2026, serão incluídos na proposta orçamen- tária para o exercício de 2027, conforme determina a Constituição Federal (artigo 100, Parágrafo 1º).
Art. 38 – O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeita- dos os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.
Art. 39 – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 40 – No exercício financeiro de 2027, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18,19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 41 – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabeleci- dos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das Áreas de saúde, educação, assistência social e serviços urbanos.
Art. 42 – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde, de sa- neamento e serviços urbanos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRI- BUTÁRIA

Art. 43 – A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamen- tária para o exercício de 2027 contemplará medidas de aperfeiçoamento da adminis- tração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e con- seqüente aumento das receitas próprias.

Art. 44 – A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consi- deração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com desta- que para:
I – autorização da planta genérica de valores do município;
II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto:
III – O pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur- bana – IPTU, será feito à vista ou em parcelas mensais, conforme dispuser ato do Poder Executivo.
IV – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cu- jos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cance- lados, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.
V – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.
VI – revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:
VII – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervi- vos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
VIII – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposi- ção;
IX – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de policia;
X – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.
§ 1º – Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de Lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPITULO VIII

DA TRANSPARENCIA

Art. 45 – Os Poderes Executivo, Legislativo, judiciários, bem como as au- tarquias, fundações e estatais devem manter os dados fiscais, orçamentários, bem com toda a execução da despesa publica no portal da transparência, bem como a livre informação aos cidadãos, de forma clara e objetiva, em obediência a Lei nº 12.527/2011, Lei Complementar nº 131/2009 e LRF/2000.

CAPÍTULO IX

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 46 – O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cen- to), relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercí-

cio anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.
§ 1º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluí- dos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constitui- ção Federal.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47 – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
Art. 48 – O Poder Executivo poderá realizar estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.
Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o curso das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.
Art. 49 – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, en- tende-se como despesas irrelevantes, para serviços do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.
Art. 50 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Le- gislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais en- quanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.
Art. 51 – O Poder Executivo Municipal poderá contribuir, através da aquisição direta de bens e serviços, cessão de pessoal ou repasse de recursos financeiros, para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante a celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere, como disposto no art. 62, da Lei Complementar nº 101/2000.
Parágrafo único – A celebração de convênios com outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais.

Art. 52 – Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal.
Art. 53 – Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e ou- tros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução dos projetos da administração municipal.
Art. 54 – O Município, com a assistência técnica prevista no art. 64 da Lei Complementar nº 101/2000, estabelecerá, através de lei específica, normas para utilização de sistemas de apropriação e de apuração de custos e de avaliação de re- sultados, com vistas à economicidade, à eficiência e à eficácia das ações governa- mentais.
Art. 56 – O Projeto de Lei Orçamentária de 2027 será encaminhado à san- ção até o encerramento da Sessão Legislativa.
Art. 56 – Os ajustes nas ações dos programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2027.

Art. 57 – Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às ou aos projetos pertinentes às metas previstas nesta Lei poderá ser executado, como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) a cada mês, do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Câmara Municipal, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

Art. 58 - O Projeto de Lei Orçamentária de 2027 não seja encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2026, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Câmara Municipal, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

§ 1°. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2027 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2°. Depois de sancionada a Lei Orçamentária de 2027, serão ajustadas as fontes de recursos e os saldos negativos apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária na Câmara Municipal, mediante abertura, por Decreto do Poder Executivo, de créditos adicionais suplementares, os quais não onerarão o limite autorizado na Lei Orçamentária para o exercício de 2027.

§ 3°. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atendimento das seguintes despesas:

a) pessoal e encargos sociais;

b) pagamento do serviço da dívida municipal;

c) pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS;

d) pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do FUNDEB;

e) pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

f) pagamento das despesas decorrentes de retenções de INSS, FGTS e PASEP.

Art. 59 - Os ajustes nas ações dos programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2027.

Art. 60 - Os Poderes Municipais deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real patrimônio líquido do Município.

Art. 61 - Esta lei entrará em vigor, em 1º de janeiro de 2027, revogadas as disposi- ções em contrário.

Antônio Martins-RN,01 de julho de 2026.

JÉSSICA ÍRIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN			
08.348.989/0001-30			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
2027			
Ano LDO: 2027			
ARF - Demonstrativo (LRF, art 4o, § 3°)			R$ 1,00
RISCOS FISCAIS		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
PASSIVOS CONTINGENTES	8.970.618,85	PASSIVOS CONTINGENTES	8.970.618,85
Demandas Judiciais	1,00		1,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	1,00		1,00
Avais e Garantias Concedidas	1,00		1,00
Assunção de Passivos	1,00		1,00
Assistências Diversas	1,00		1,00
Outros Passivos Contingentes	8.970.613,85	PARCELAMENTO DE INSS	8.970.613,85
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	4,00	DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	4,00
Frustração de Arrecadação	1,00		1,00
Restituição de Tributos a Maior	1,00		1,00
Discrepância de Projeções:	1,00		1,00
Outros Riscos Fiscais	1,00		1,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN	
08.348.989/0001-30	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
METAS ANUAIS	
2027	
PPA - Ciclo de 2026 à 2029	
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) Lei: 02	R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	(a/PIB)x100	(a/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	(b/PIB)x100	(b/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	(c/PIB)x100	(c/RCL)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	60.000.000,00	56.490.000,00	102,96	102,96	65.000.000,00	59.783.279,40	106,47	106,47	68.000.000,00	63.296.996,33	106,54	106,54
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	60.000.000,00	56.490.000,00	102,96	102,96	64.999.999,99	59.783.279,40	106,47	106,47	67.999.999,99	63.296.996,33	106,54	106,54
Receitas Primárias Correntes	56.500.000,00	53.194.750,00	96,95	96,95	61.289.649,99	56.295.921,43	100,39	100,39	64.031.038,60	59.604.671,54	100,32	100,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.012.770,81	953.523,72	1,74	1,74	2.467.638,33	1.009.112,67	4,04	4,04	1.148.470,93	1.068.422,50	1,80	1,80
Transferências Correntes	55.227.949,85	51.997.114,78	94,77	94,77	58.547.149,64	55.028.465,94	95,90	95,90	62.588.547,77	58.262.722,31	98,06	98,06
Demais Receitas Primárias Correntes	259.279,34	244.111,50	0,44	0,44	274.862,03	258.342,82	0,45	0,45	294.019,90	273.526,72	0,46	0,46
Receitas Primárias de Capital	3.500.000,00	3.295.250,00	6,01	6,01	3.710.350,00	3.487.357,96	6,08	6,08	3.968.961,40	3.692.324,79	6,22	6,22
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	42.334.251,11	39.857.697,42	72,65	72,65	44.878.539,60	42.181.339,37	73,51	73,51	48.006.573,81	44.660.515,62	75,22	75,22
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	60.000.000,00	56.490.000,00	102,96	102,96	65.000.000,00	59.783.279,40	106,47	106,47	68.000.000,00	63.296.996,33	106,54	106,54
Despesas Primárias Correntes	48.000.000,00	45.192.000,00	82,37	82,37	52.278.800,00	47.826.623,52	85,63	85,63	54.392.132,35	50.637.597,06	85,22	85,22
Pessoal e Encargos Sociais	20.000.000,00	18.830.000,00	34,32	34,32	22.596.000,00	19.927.759,80	37,01	37,01	22.640.441,20	21.098.998,78	35,47	35,47
Outras Despesas Correntes	28.000.000,00	26.362.000,00	48,05	48,05	29.682.800,00	27.898.863,72	48,62	48,62	31.751.691,15	29.538.598,29	49,75	49,75
Despesas Primárias de Capital	11.948.187,75	11.249.218,77	20,50	20,50	12.666.273,83	11.905.030,78	20,75	20,75	13.549.113,12	12.604.739,94	21,23	21,23
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	51.812,25	48.781,24	0,09	0,09	54.926,17	51.625,11	0,09	0,09	58.754,53	54.659,33	0,09	0,09
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	-0,01	-0,01	0,00	0,00	-0,01	-0,01	0,00	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	-0,01	-0,01	0,00	0,00	-0,01	-0,01	0,00	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos(Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos(Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN								
08.348.989/0001-30								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR								
2027								Ano LDO: 2027
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	44.500.000,00	0,38	111,25	39.019.695,79	0,33	113,64	-5.480.304,21	-12,32
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	44.410.000,00	0,38	111,03	39.019.695,79	0,33	113,64	-5.390.304,21	-12,14
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	44.500.000,00	0,38	111,25	39.121.294,42	0,33	113,93	-5.378.705,58	-12,09
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	43.930.500,00	0,38	109,83	39.121.294,42	0,33	113,93	-4.809.205,58	-10,95
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	479.500,00	0,00	1,20	-101.598,63	0,00	-0,30	-581.098,63	-121,19
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	479.500,00	0,00	1,20	-101.598,63	0,00	-0,30	-581.098,63	-121,19
Dívida Pública Consolidada(DC)	3.021.073,42	0,03	7,55	3.021.073,42	0,03	8,80	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	1.622.999,18	0,01	4,06	2.840.749,25	0,02	8,27	1.217.750,07	75,03
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	1.273.888,81	0,01	3,18	-1.217.750,07	-0,01	-3,55	-2.491.638,88	-195,59

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN						
08.348.989/0001-30						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2027						
Ano LDO: 2027						
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)						R$ 1,00
REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	13.567.094,48	0,00	13.567.094,48	0,00	10.964.279,72	0,00
TOTAL	13.567.094,48	0,00	13.567.094,48	0,00	10.964.279,72	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN			
08.348.989/0001-30			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
2027			Ano LDO: 2027
AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2025 (g) = ((Ia – IId) + IIIh)	2024 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	2023 (i) = (Ic – IIf)
VALOR(III)	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN
08.348.989/0001-30
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO			
DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES			
2027			Ano LDO: 2027
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2024	2023	2022
RECEITAS CORRENTES(I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos Amort Déficit Atuarial (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2024	2023	2022
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2024	2023	2022
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2024	2023	2022
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2024	2023	2022
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2024	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2024	2023	2022
RECEITAS CORRENTES(VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00

Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2024	2023	2022
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2024	2023	2022
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2024	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2024	2023	2022
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2024	2023	2022
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2024	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO	2024	2023	2022
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO	2024	2023	2022
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
PLANO PREVIDENCIÁRIO			SALDO ANTERIOR	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00

2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
PLANO FINANCEIRO			SALDO ANTERIOR	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00

2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN				
08.348.989/0001-30				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA				
Ano LDO: 2027				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")				R$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b) (d) = ("d" exercício anterior) + (c)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
PLANO PREVIDENCIÁRIO			SALDO ANTERIOR	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00

2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN				
08.348.989/0001-30				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA				
Ano LDO: 2027				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")				R$ 1,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b) (d) = ("d" exercício anterior) + (c)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
PLANO FINANCEIRO			SALDO ANTERIOR	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN	
08.348.989/0001-30	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	
Ano LDO: 2027	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")	R$ 1,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN						
08.348.989/0001-30						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
2027						Ano LDO: 2027
AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)						R$ 1,00
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS-RN	
08.348.989/0001-30	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
2027	Ano LDO: 2027
AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)	R$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2027
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00

Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:DFED460E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI N° 314, DE 29 DE JUNHO DE 2026. DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N° 314, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do município para o exercício de 2027, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ELE, nos termos da Lei Orgânica Municipal, SANCIONA a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de São Bento do Trairí/RN para o exercício de 2027, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, a estrutura e a organização dos orçamentos, as diretrizes para a elaboração, execução e avaliação da Lei Orçamentária Anual, as disposições relativas à estimativa das receitas e à fixação das despesas, os critérios para limitação de empenho e movimentação financeira, as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais, as diretrizes para alterações na legislação tributária, as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas, as disposições relativas à dívida pública municipal, os critérios para o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento e as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO II
Das Definições

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, aplicam-se as definições, conceitos e classificações estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e nas demais normas aplicáveis à matéria orçamentária, financeira e contábil.

Parágrafo único. Na elaboração, execução e controle da proposta orçamentária serão observados os princípios da unidade, universalidade, anualidade, exclusividade, legalidade, transparência, equilíbrio e responsabilidade na gestão fiscal.

Art. 3º O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, integrantes desta Lei, serão elaborados em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e com as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, compreendendo, entre outros, os seguintes demonstrativos:

– Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
– Demonstrativo I – Metas Anuais;
– Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
– Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
– Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

– Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
– Demonstrativo VI – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
– Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo único. Os demonstrativos de que trata o caput serão apurados em cada unidade gestora, e sua consolidação constituirá as metas fiscais do Município.

CAPÍTULO III
Do Orçamento Municipal SEÇÃO I
Do Equilíbrio

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027, será observada a compatibilidade entre as receitas estimadas e as despesas fixadas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na presente Lei.

Art. 5º A execução dos programas de governo previstos na Lei Orçamentária Anual será acompanhada e avaliada sob os aspectos físico e financeiro, tomando-se como referência o equilíbrio entre a arrecadação das receitas orçamentárias e a realização das despesas públicas, com vistas à preservação da responsabilidade na gestão fiscal.

Art. 6º A proposta orçamentária para o exercício de 2027 será encaminhada à Câmara Municipal na forma do Projeto de Lei Orçamentária Anual, composta por texto legal e demonstrativos orçamentários, observadas as normas da Constituição Federal, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais normas aplicáveis.
§ 1º Integrarão a proposta orçamentária os orçamentos fiscal e da seguridade social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos e órgãos da administração direta, acompanhados, dentre outros, dos seguintes demonstrativos:

– analítico da receita estimada, por categoria econômica, origem, espécie, desdobramento e fonte de recursos, com a respectiva legislação;
– demonstrativo dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações e serviços públicos de saúde;
– demonstrativo dos recursos destinados à assistência social, em consonância com os programas e ações aprovados pelos respectivos conselhos municipais, quando couber;
– sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
– demonstrativo da despesa por natureza, para cada órgão da estrutura administrativa municipal;
– demonstrativo da despesa por fonte de recursos, para cada órgão da estrutura administrativa municipal;
– demonstrativo das receitas e despesas por categorias econômicas;
– demonstrativo da evolução da receita e da despesa orçamentária;
– demonstrativo consolidado da despesa por categoria econômica e elemento;
– programa de trabalho de cada unidade orçamentária, em nível de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial;
– consolidado da despesa por funções, subfunções e programas;
– demonstrativo da despesa por órgãos e funções;
– demonstrativo da despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas;
– demonstrativo da despesa por órgãos e respectivas unidades responsáveis, com os

percentuais de participação no orçamento geral;
– demonstrativo dos recursos destinados aos Fundos Municipais;
– demonstrativo dos recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; e
– demonstrativo da legislação da receita.

§ 2º Na estimativa da receita serão considerados:
– o comportamento da arrecadação do exercício em curso, especialmente até o mês de junho de 2026;
– as perspectivas de arrecadação para o exercício de 2027;
– as alterações na legislação tributária eventualmente ocorridas; e
– as disposições contidas nesta Lei.

§ 3º As receitas e despesas da proposta orçamentária serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o resultado corrente do orçamento.
§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a considerar, na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027, as alterações na estrutura administrativa do Município, bem como as modificações nas classificações orçamentárias decorrentes de normas federais supervenientes, ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias à Câmara Municipal.
Art. 7º A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 poderá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares em percentual de até 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada, observadas as disposições da Constituição Federal, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Não serão computados no limite fixado no caput os créditos adicionais suplementares abertos para:

– atender despesas com pessoal e encargos sociais;
– atender despesas custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos de repasse, acordos, ajustes e instrumentos congêneres;
– atender despesas financiadas com excesso de arrecadação efetivamente apurado; e
– atender despesas vinculadas a receitas específicas, quando o ingresso dos recursos ocorrer em montante superior ao previsto.

Art. 8º A abertura de créditos adicionais dependerá de prévia autorização legislativa e da indicação dos recursos correspondentes, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal e na legislação aplicável.
Art. 9º A proposta orçamentária conterá reserva de contingência, em montante não superior a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais imprevistos e demais eventos que possam comprometer o equilíbrio das contas públicas, bem como à abertura de créditos adicionais suplementares, na forma da legislação vigente.

Art. 10. O orçamento anual do Município compreenderá os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos e órgãos da administração direta.

Art. 11. A proposta orçamentária poderá receber emendas, observadas as disposições do art. 166 da Constituição Federal, devendo ser devolvida para sanção do Poder Executivo devidamente

consolidada na forma de Lei.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo poderá encaminhar mensagem à Câmara Municipal propondo modificações no Projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada, na comissão competente, a votação da parte cuja alteração seja proposta.

Art. 12. As obras em andamento e as despesas com conservação do patrimônio público terão prioridade sobre novos projetos na alocação de recursos orçamentários, ressalvados os casos de obras financiadas com recursos vinculados, convênios, transferências voluntárias e operações de crédito.
Art. 13. Despesas de competência da União, do Estado ou de outro ente federativo somente serão assumidas pelo Município quando houver convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, interesse público devidamente justificado e previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual.

SEÇÃO II
Da Classificação das Receitas e Despesas

Art. 14. Na proposta orçamentária para o exercício de 2027, a discriminação da despesa será realizada por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, observadas as normas estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e demais disposições legais aplicáveis.

§ 1º A despesa orçamentária, quanto à sua categoria econômica, será classificada em:
– Despesas Correntes:
Pessoal e Encargos Sociais;
Juros e Encargos da Dívida;
Outras Despesas Correntes.
– Despesas de Capital:
Investimentos;
Inversões Financeiras;
Amortização da Dívida.
§ 2º A classificação da despesa será complementada pela estrutura programática e funcional, compreendendo função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial, acompanhados dos respectivos títulos, metas e ações governamentais.

§ 3º Na programação das despesas correntes para o exercício de 2027, terão prioridade as ações de manutenção administrativa e operacional, bem como aquelas constantes do Anexo I desta Lei.
§ 4º As despesas de capital programadas para o exercício de 2027 observarão, prioritariamente, as ações previstas no Anexo II desta Lei.

§ 5º A Lei Orçamentária Anual poderá consignar dotações para despesas de capital não previstas no Anexo II desta Lei, desde que destinadas ao atendimento de interesse público relevante, à continuidade dos serviços essenciais ou à execução de investimentos decorrentes de convênios, transferências voluntárias, operações de crédito ou necessidades supervenientes devidamente justificadas.

CAPÍTULO IV
Das Receitas

Art. 15. A previsão e a arrecadação das receitas constantes da proposta orçamentária para o exercício de 2027 observarão o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 11 a 14, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e nas demais normas aplicáveis, considerando-se, para fins de estimativa, o comportamento da arrecadação até o mês de junho de 2026.

Parágrafo único. Na estimativa da receita para o exercício de 2027 serão considerados, entre outros, os seguintes fatores:

– os efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária;
– as variações dos índices de preços;
– o crescimento econômico;
– a evolução da receita nos últimos três exercícios; e
– os valores arrecadados no primeiro semestre do exercício em curso.

Art. 16. Fica vedada, no exercício de 2027, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, nos termos do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ressalvadas as hipóteses em que a medida:

– Esteja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes;
– Atenda ao disposto nesta Lei; e
– Observe o interesse público, especialmente quanto ao fomento do desenvolvimento econômico e social, à geração de emprego e renda e ao incremento da arrecadação tributária.

CAPÍTULO V
Das Despesas Seção I
Das Despesas com Pessoal

Art. 17. As despesas com pessoal e encargos sociais do Município observarão os limites e condições estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e nas demais normas aplicáveis à gestão fiscal responsável.

§ 1º Para fins de apuração da despesa total com pessoal, será observado o regime de competência, considerando-se o somatório da despesa realizada no mês em referência com a dos onze meses imediatamente anteriores.
§ 2º A gestão das despesas com pessoal deverá resguardar o equilíbrio fiscal, a sustentabilidade das contas públicas e a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à população.

Art. 18. O Poder Executivo Municipal publicará, nos prazos legalmente estabelecidos, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, os quais servirão de base para o acompanhamento da execução orçamentária, da gestão fiscal e do cumprimento das metas e limites legais.
§ 1º Os relatórios de que trata o caput conterão, entre outras informações exigidas em lei:

– a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL;
– o demonstrativo da despesa total com pessoal;
– o controle da dívida consolidada;

– as garantias e contragarantias de valores; e
– os resultados fiscais apurados no período.
§ 2º Caberá ao setor contábil do Município a responsabilidade pela apuração, consolidação e encaminhamento das informações fiscais e contábeis, na forma da legislação vigente.

Art. 19. A criação de cargos, empregos e funções, a realização de concurso público, a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título e a concessão de vantagens, reajustes, revisões ou adequações remuneratórias somente poderão ocorrer se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
– observância dos limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
– existência de dotação orçamentária suficiente;
– compatibilidade com as metas fiscais estabelecidas nesta Lei; e
– demonstração do impacto orçamentário-financeiro da medida.

§ 1º As admissões e contratações de pessoal deverão priorizar, sempre que necessário, o atendimento das áreas essenciais, especialmente saúde, educação e assistência social.

§ 2º A ampliação da despesa com pessoal fica condicionada à preservação do equilíbrio fiscal do Município.

§ 3º O Poder Executivo acompanhará permanentemente o comportamento da despesa total com pessoal, com base nos dados apurados nos Relatórios de Gestão Fiscal, adotando, quando necessário, as medidas cabíveis para o cumprimento dos limites legais.

§ 4º Na hipótese de superação dos limites legais de despesa com pessoal, o Município adotará as medidas previstas na legislação aplicável, especialmente:

– restrição à criação de cargos, empregos e funções;
– limitação de admissões e contratações, ressalvadas as reposições indispensáveis nas áreas essenciais;
– controle da concessão de vantagens, reajustes, revisões ou adequações remuneratórias;
– revisão de despesas obrigatórias de caráter continuado; e
– redução de despesas com cargos em comissão e funções gratificadas.

§ 5º Restabelecido o enquadramento aos limites legais, poderão ser retomadas, de forma gradual e responsável, as medidas de gestão de pessoal, desde que:

– haja compatibilidade com as metas fiscais;
– seja demonstrado o respectivo impacto orçamentário-financeiro; e
– não haja prejuízo ao equilíbrio das contas públicas.

§ 6º O disposto neste artigo será observado durante todo o exercício de 2027, com base nos dados atualizados da execução orçamentária e fiscal do Município.
Art. 20. Na hipótese de, no período de 12 (doze) meses, a despesa corrente superar 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, poderão ser adotadas as vedações previstas no art. 167-A da Constituição Federal, observadas as condições, ressalvas e limites nele estabelecidos.

Seção II
Do Repasse ao Poder Legislativo

Art. 21. Os repasses de recursos ao Poder Legislativo Municipal, a título de duodécimos, serão efetuados pelo Poder Executivo até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.
§ 1º O valor total dos repasses observará os limites constitucionais e legais aplicáveis, tendo por base a receita efetivamente arrecadada no exercício anterior, na forma do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2º O repasse mensal corresponderá a 1/12 (um doze avos) do montante previsto para o Poder Legislativo na Lei Orçamentária Anual, respeitados os limites estabelecidos na Constituição Federal.

§ 3º É vedado ao Poder Executivo:

– efetuar repasses em valor superior ao limite constitucional;
– reter ou deixar de repassar os recursos no prazo legal; e
– impor restrições que comprometam o regular funcionamento do Poder Legislativo.

§ 4º Os recursos repassados à Câmara Municipal deverão ser aplicados exclusivamente no atendimento de suas despesas orçamentárias e institucionais, observadas as disposições constitucionais e legais pertinentes.
§ 5º Os saldos financeiros porventura existentes na Câmara Municipal ao final do exercício poderão ser devolvidos ao Poder Executivo, na forma da legislação aplicável, para fins de consolidação das contas públicas do Município.

§ 6º Verificada divergência entre a receita utilizada como base de cálculo e a receita efetivamente arrecadada, poderão ser promovidos os ajustes necessários nos repasses mensais subsequentes, observados os limites constitucionais e legais.
Seção III
Das Despesas Irrelevantes

Art. 22. Para os fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, serão consideradas irrelevantes as despesas cujos valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos casos de obras, serviços, compras e demais contratações admitidas pela legislação vigente.

Parágrafo único. A classificação da despesa como irrelevante, para os fins deste artigo, não dispensa a observância dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, interesse público, planejamento, controle e transparência na gestão fiscal e administrativa.
Art. 23. Os procedimentos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa, quando exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, deverão instruir os processos administrativos de contratação, inclusive os de licitação, dispensa e inexigibilidade, quando cabíveis.

Seção IV

Das Despesas com Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres

Art. 24. O Município poderá celebrar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação, termos de fomento, termos de colaboração e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública, bem como com entidades privadas sem fins lucrativos, observados o interesse

público e a legislação aplicável.

§ 1º A celebração dos instrumentos de que trata o caput dependerá da existência de dotação orçamentária específica, de disponibilidade financeira e da observância das metas e prioridades estabelecidas nesta Lei.

§ 2º Para a formalização dos instrumentos referidos neste artigo deverão ser observados, no que couber:
– aprovação prévia do plano de trabalho, com identificação do objeto, metas, etapas de execução, cronograma físico-financeiro e forma de aplicação dos recursos;
– compatibilidade do objeto com os programas e ações previstos no Plano Plurianual, nesta Lei e na Lei Orçamentária Anual;
– demonstração da viabilidade técnica, operacional e financeira da execução;
– definição das obrigações e responsabilidades das partes; e
– previsão dos mecanismos de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas.

§ 3º Quando houver transferência de recursos públicos municipais, sua liberação ficará condicionada:

– à regularidade cadastral e jurídica da entidade beneficiária, quando exigível;
– à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável;
– à inexistência de pendências na prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do Município; e
– ao atendimento das exigências fixadas pelo Tribunal de Contas do Estado e demais normas pertinentes.
§ 4º A vigência do instrumento deverá ser compatível com a execução integral do objeto, admitida a prorrogação na forma da legislação aplicável, especialmente quando se tratar de ação continuada ou investimento previsto no Plano Plurianual.
§ 5º A celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos referidos neste artigo observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência.

§ 6º É vedada a celebração de instrumento com entidade ou instituição que se encontre inadimplente com o Município quanto à prestação de contas ou ao cumprimento do objeto de ajustes anteriormente firmados.

Seção V
Das Despesas com Novos Projetos

Art. 25. A inclusão de novos projetos na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, bem como em seus créditos adicionais, observará a adequada alocação de recursos para as despesas de conservação, manutenção e funcionamento dos serviços públicos e dos bens já existentes.
§ 1º Somente poderão ser incluídos novos projetos após assegurados recursos suficientes para atender:

– à manutenção administrativa e operacional dos órgãos e entidades municipais;
– à conservação e preservação do patrimônio público já existente;
– à continuidade das ações governamentais em execução; e

– às despesas obrigatórias de caráter constitucional, legal ou continuado.

§ 2º A programação de novos projetos deverá ser compatível com o Plano Plurianual, com as metas e prioridades estabelecidas nesta Lei e com a capacidade financeira do Município.
§ 3º A expansão de investimentos mediante a inclusão de novos projetos dependerá da demonstração de sua viabilidade técnica, econômica, financeira e social.
§ 4º Os recursos destinados a novos projetos deverão observar, sempre que possível, a priorização de áreas essenciais, especialmente saúde, educação, assistência social, infraestrutura urbana e rural, saneamento básico e demais ações de relevante interesse público.

§ 5º A inclusão de novos projetos não poderá comprometer o equilíbrio fiscal do Município nem prejudicar a execução das despesas destinadas à manutenção dos serviços públicos já implantados.
CAPÍTULO VI
Dos Repasses a Instituições Públicas e Privadas

Art. 26. Poderão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, bem como em seus créditos adicionais, dotações destinadas à transferência de recursos a instituições públicas e a entidades privadas sem fins lucrativos, mediante subvenções sociais, contribuições, auxílios e outros instrumentos congêneres, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicável, e das demais normas pertinentes.
§ 1º As transferências de que trata o caput somente poderão ser realizadas quando:

– houver demonstração do interesse público na execução do objeto;
– existir previsão orçamentária específica;
– a entidade beneficiária atuar em área compatível com as ações, programas, objetivos e metas da Administração Municipal;
– restar demonstrada a capacidade jurídica, administrativa, técnica e operacional da entidade beneficiária para a execução do objeto proposto; e
– forem observadas as exigências legais relativas à formalização, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas.
§ 2º Quando a parceria for celebrada com organização da sociedade civil, deverão ser observadas as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, inclusive quanto ao chamamento público, plano de trabalho, celebração do instrumento, monitoramento e prestação de contas, ressalvadas as hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade.

§ 3º A liberação dos recursos ficará condicionada à comprovação, pela entidade beneficiária, de:

– constituição regular e funcionamento efetivo, quando se tratar de entidade privada sem fins lucrativos;
– regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, quando exigida pela legislação aplicável;
– inexistência de pendências na prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do Município; e
– cumprimento das exigências previstas na legislação federal, estadual e municipal, bem como das normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.
§ 4º A concessão e a aplicação dos recursos deverão observar plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, contendo, no mínimo:

– a identificação precisa do objeto a ser executado;
– as metas e os resultados esperados;
– o cronograma de execução físico-financeira;
– o plano de aplicação dos recursos; e
– a forma de acompanhamento, fiscalização, monitoramento e prestação de contas.

§ 5º É vedada a destinação de recursos públicos a entidades privadas com fins lucrativos, bem como a entidades que não comprovem regularidade jurídica, fiscal e operacional, quando exigida, ou que se encontrem inadimplentes com o Município quanto à prestação de contas ou ao cumprimento do objeto de ajustes anteriormente firmados.

§ 6º A prestação de contas dos recursos transferidos deverá ser apresentada na forma e nos prazos estabelecidos no respectivo instrumento e na legislação aplicável, sob pena de suspensão de novas liberações, restituição de valores, quando cabível, e adoção das medidas administrativas e judiciais pertinentes.

§ 7º Os repasses previstos neste artigo observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade na gestão fiscal.

CAPÍTULO VII
Dos Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres com a Segurança Pública e Outras Áreas Essenciais
Art. 27. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação e outros instrumentos congêneres com a União, o Estado do Rio Grande do Norte, outros Municípios, consórcios públicos e demais órgãos e entidades da administração pública, com a finalidade de promover ações de interesse comum e fortalecer a execução de políticas públicas em áreas essenciais.

§ 1º Os instrumentos de que trata o caput poderão ter por objeto, entre outras finalidades:

– apoio à segurança pública, à defesa social e à proteção da coletividade;
– ações e serviços públicos de saúde;
– educação;
– assistência e desenvolvimento social;
– agricultura, abastecimento e recursos hídricos;
– meio ambiente, saneamento e infraestrutura; e
– transporte, mobilidade e demais áreas de relevante interesse público.

§ 2º A celebração dos instrumentos previstos neste artigo dependerá, no que couber:

– da demonstração do interesse público;
– da existência de dotação orçamentária específica, quando houver transferência de recursos;
– da compatibilidade com o Plano Plurianual, com esta Lei e com a Lei Orçamentária Anual; e
– da observância das normas legais aplicáveis à formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas.
§ 3º Quando a cooperação envolver gestão associada de serviços públicos ou atuação conjunta entre entes federativos, deverão ser observadas as disposições constitucionais e legais pertinentes,

inclusive as relativas aos convênios de cooperação e aos consórcios públicos.

§ 4º A execução das ações decorrentes dos instrumentos previstos neste artigo observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, cooperação institucional e responsabilidade na gestão fiscal.

CAPÍTULO VIII
Dos Créditos Adicionais, dos Remanejamentos, das Transposições, das Realocações e das Modificações do Projeto de Lei Orçamentária
Art. 28. Os créditos adicionais suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo, observadas as disposições da Constituição Federal, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e desta Lei.

Art. 29. Consideram-se recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais, desde que não comprometidos:
– o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
– o excesso de arrecadação efetivamente verificado;
– os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
– os recursos provenientes de convênios, contratos de repasse, acordos, ajustes e instrumentos congêneres firmados com outras esferas de governo ou entidades públicas e privadas; e
– o produto de operações de crédito autorizadas, na forma da legislação vigente.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado, nos limites e condições previstos na Lei Orçamentária Anual ou em lei específica, mediante ato próprio, a realizar remanejamentos, transposições e realocações de recursos orçamentários, no âmbito da administração municipal, para compatibilizar a programação orçamentária com as necessidades administrativas e operacionais da execução do orçamento.
§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por:

– remanejamento: a movimentação de dotações de um órgão para outro;
– transposição: a movimentação de dotações no âmbito dos programas de trabalho, em decorrência de repriorização de ações; e
– realocação: a movimentação de dotações entre categorias de programação ou entre unidades orçamentárias, dentro do mesmo órgão ou entre órgãos distintos.

§ 2º As movimentações de que trata o caput deverão preservar o equilíbrio orçamentário, a compatibilidade com as metas fiscais e o cumprimento dos objetivos dos programas de governo.

§ 3º As alterações previstas neste artigo não poderão desvirtuar a finalidade das dotações orçamentárias nem comprometer despesas obrigatórias e serviços públicos essenciais.
Art. 31. Os projetos de lei relativos à abertura de créditos adicionais, quando dependerem de autorização legislativa específica, serão encaminhados ao Poder Legislativo acompanhados de exposição de motivos e dos demonstrativos necessários à identificação da fonte de recursos, da repercussão financeira e da adequação da alteração proposta.

Art. 32. Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2026 poderão ser reabertos no exercício de 2027, até o limite de seus saldos, na forma

do § 2º do art. 167 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, os saldos reabertos serão incorporados ao orçamento do exercício de 2027 com a mesma classificação orçamentária, observadas as adaptações necessárias à execução da programação.

Art. 33. Os pedidos de abertura de créditos adicionais deverão ser formalizados pelos órgãos e unidades orçamentárias da Administração Municipal, devidamente justificados, e encaminhados ao órgão responsável pela gestão orçamentária e contábil do Município para análise técnica e adoção das providências cabíveis.
Parágrafo único. Os pedidos de que trata o caput deverão conter, no mínimo:
– a justificativa da necessidade da alteração;

– a indicação da dotação a ser suplementada, remanejada, transposta ou realocada;
– a indicação da correspondente fonte de recursos; e
– a demonstração da compatibilidade da alteração com as metas e prioridades da Administração Municipal.

Art. 34. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Chefe do Poder Executivo estabelecerá a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 35. No prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por unidade orçamentária, especificando, para cada categoria de programação, a natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais serão incorporadas ao Quadro de Detalhamento da Despesa na forma da legislação aplicável.

CAPÍTULO IX
Da Execução Orçamentária e da Fiscalização Seção I
Do Cumprimento das Metas Fiscais

Art. 36. O Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais estabelecidas nesta Lei, em observância à legislação aplicável e às normas de responsabilidade na gestão fiscal.

§ 1º A demonstração e a avaliação de que trata o caput considerarão, dentre outros aspectos:

– o comportamento da receita e da despesa;
– os resultados primário e nominal;
– a evolução da dívida pública;
– o cumprimento dos limites constitucionais e legais; e
– a necessidade de adoção de medidas corretivas para preservação do equilíbrio fiscal.

§ 2º A avaliação das metas fiscais servirá de base para a adoção de ajustes na execução orçamentária e financeira, sempre que necessário, com vistas ao cumprimento dos objetivos da Administração Municipal.

§ 3º As metas fiscais previstas nesta Lei poderão ser revistas por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual, desde que devidamente demonstrada a necessidade de ajuste em razão de alterações relevantes no cenário econômico, financeiro ou fiscal do Município.

Seção II
Da Limitação de Empenho

Art. 37. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas nesta Lei, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e da movimentação financeira, nos termos da legislação vigente.

§ 1º A limitação de empenho e da movimentação financeira deverá observar os critérios estabelecidos nesta Lei e os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e continuidade dos serviços públicos essenciais.

§ 2º A limitação recairá, preferencialmente, sobre despesas discricionárias, especialmente:

– investimentos ainda não iniciados;
– despesas de custeio não essenciais; e
– despesas com ações que possam ser reprogramadas sem prejuízo relevante à Administração Pública.

§ 3º Na hipótese de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcialmente, a recomposição das dotações cujos empenhos tenham sido limitados será feita de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 38. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive:
– pessoal e encargos sociais, ressalvadas as medidas de ajuste fiscal previstas na legislação aplicável;
– serviço da dívida pública;
– transferências constitucionais e legais;
– despesas destinadas à saúde, à educação e à assistência social, quando vinculadas a percentuais mínimos constitucionais ou legais; e
– despesas indispensáveis ao funcionamento das atividades essenciais da Administração Pública.

Parágrafo único. A limitação de empenho deverá preservar, sempre que possível, a continuidade dos programas estratégicos e a manutenção dos serviços públicos indispensáveis ao atendimento da população.

Art. 39. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal obedecerá ao disposto na legislação aplicável, devendo ser apurado com base na execução orçamentária, nas metas físicas e nos resultados alcançados, de forma a subsidiar a avaliação da eficiência e da efetividade da gestão pública.

Art. 40. Os programas e ações priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual serão objeto de acompanhamento e avaliação permanentes pelos órgãos responsáveis, com a finalidade de verificar o cumprimento de seus objetivos, metas físicas, custos e resultados.

CAPÍTULO X
Das Vedações
Art. 41. Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração, criação, expansão ou execução de despesa em desacordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e das demais normas aplicáveis à gestão fiscal e orçamentária.
Parágrafo único. A realização de despesa sem a devida previsão orçamentária, sem observância das metas fiscais ou sem o cumprimento das exigências legais de controle e responsabilidade fiscal sujeitará o agente público às sanções cabíveis, na forma da legislação aplicável.

Art. 42. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações destinadas ao pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade ao qual pertença ou em que esteja lotado.

§ 1º Também é vedada a destinação de recursos públicos para:
– ações, projetos ou atividades de caráter político-partidário;
– campanhas ou objetivos estranhos às atribuições legais da Administração Pública Municipal;
– obras ou investimentos de grande vulto sem comprovação de sua viabilidade técnica, financeira e do efetivo interesse público;
– transferências a entidades privadas com fins lucrativos, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas em lei; e
– despesas que não atendam aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade e interesse público.
§ 2º A vedação prevista no inciso III do § 1º aplica-se especialmente às despesas que possam comprometer o equilíbrio das finanças municipais ou prejudicar a manutenção dos serviços públicos essenciais.

CAPÍTULO XI
Das Dívidas Seção Única
Da Dívida Fundada Interna Subseção I
Dos Precatórios

Art. 43. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 consignará dotações específicas para o pagamento do serviço da dívida pública municipal, compreendendo a amortização do principal, os encargos e os demais compromissos legalmente assumidos, observadas a legislação aplicável e a capacidade financeira do Município.

§ 1º Também deverão constar dotações específicas para o pagamento de requisições de pequeno valor – RPV e de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril de 2026, nos termos da Constituição Federal.

§ 2º Os valores destinados ao pagamento de precatórios e requisições judiciais serão alocados nas unidades orçamentárias responsáveis, observada a adequada classificação da despesa e a ordem cronológica de apresentação, quando aplicável.

§ 3º O pagamento da dívida pública e dos precatórios observará os princípios da legalidade, da responsabilidade fiscal, do planejamento orçamentário e da continuidade administrativa.
Art. 44. O Poder Executivo manterá sistema de controle e registro individualizado da dívida pública municipal, de modo a evidenciar, no mínimo:
– a origem e a natureza do débito;
– o credor;
– o valor atualizado da obrigação;
– o cronograma de pagamento;
– os encargos incidentes; e
– as garantias, quando houver.

Parágrafo único. O controle de que trata o caput subsidiará a elaboração da proposta orçamentária, o acompanhamento da execução fiscal e a transparência da gestão das obrigações financeiras do Município.

CAPÍTULO XII
Do Plano Plurianual

Art. 45. A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027 observará as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Municipal estabelecidos no Plano Plurianual, devendo ser mantida a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.

§ 1º A compatibilização entre o Plano Plurianual, esta Lei e a Lei Orçamentária Anual considerará a estimativa das receitas, a fixação das despesas, as prioridades da Administração Municipal e a necessidade de preservação do equilíbrio fiscal.

§ 2º A programação constante da proposta orçamentária poderá contemplar ajustes na execução física e financeira das ações previstas no Plano Plurianual, desde que preservados os programas, os objetivos estratégicos e o interesse público.

Art. 46. Os programas, projetos e atividades constantes do Plano Plurianual poderão ser detalhados, desdobrados ou ajustados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, desde que tais alterações contribuam para a melhor execução das ações governamentais e não desfigurem os objetivos originalmente estabelecidos no planejamento municipal.

Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado a propor alterações no Plano Plurianual, inclusive com a inclusão, exclusão ou modificação de programas, ações, produtos, metas e respectivos valores, quando tais ajustes se fizerem necessários à compatibilização com as prioridades da Administração Municipal, com a realidade fiscal do Município e com a execução orçamentária.

Parágrafo único. As alterações de que trata o caput deverão observar a legislação aplicável, as competências constitucionais e legais do Poder Legislativo e serão formalizadas por meio de lei específica, quando exigido.

Art. 48. Na hipótese de abertura de créditos adicionais especiais que impliquem criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental não contemplada originalmente no Plano Plurianual, fica o Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no planejamento municipal, para fins de compatibilização, acompanhamento, controle e avaliação da execução orçamentária.

CAPÍTULO XIII
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 49. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 será encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistir previsão específica na Lei Orgânica Municipal quanto ao prazo de encaminhamento, o Projeto de Lei Orçamentária Anual será remetido até 30 de setembro de 2026.

Art. 50. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo para o exercício de 2027 será encaminhada ao Poder Executivo até 15 de agosto de 2026, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual do Município.

Parágrafo único. A proposta de que trata o caput deverá observar os limites constitucionais e legais aplicáveis, especialmente quanto à fixação das despesas do Poder Legislativo.

Art. 51. Os projetos de lei relativos à alteração da legislação tributária municipal, para vigorar no exercício de 2027, deverão ser encaminhados, apreciados e, se aprovados, publicados dentro do exercício de 2026, observado o princípio da anterioridade e as demais normas aplicáveis.

Art. 52. Será assegurada a participação da população na elaboração e discussão da proposta orçamentária, por meio de audiências públicas e de outros mecanismos de transparência e participação social, na forma da legislação aplicável.

§ 1º A participação popular poderá ocorrer junto ao Poder Executivo, durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, e junto ao Poder Legislativo, durante a tramitação do respectivo projeto de lei.

§ 2º As sugestões apresentadas pela sociedade poderão ser consideradas na definição das prioridades e metas da Administração Municipal, desde que compatíveis com o interesse público, com o planejamento governamental e com a capacidade financeira do Município.

§ 3º As emendas ao projeto de lei orçamentária deverão observar os requisitos constitucionais e legais, especialmente quanto à indicação dos recursos correspondentes e à compatibilidade com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 53. Os projetos, obras, reformas, ampliações e serviços públicos executados ou custeados pelo Município deverão observar as normas de acessibilidade previstas na legislação federal vigente, assegurando o acesso das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Art. 54. O Município priorizará a celebração de convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e instrumentos congêneres destinados à captação de recursos oriundos de transferências voluntárias da União, do Estado e de emendas parlamentares, observadas as exigências legais, a capacidade técnica e financeira do Município e o interesse público.

Art. 55. A prestação de contas anual do Município conterá os demonstrativos, anexos e informações exigidos pela legislação federal, estadual e pelas normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, inclusive quanto à remessa, publicação e tempestividade dos demonstrativos fiscais e contábeis.

Art. 56. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2026, a programação nele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total previsto para cada dotação, até sua aprovação e publicação.

§ 1º O disposto no caput não se aplica às despesas que, por sua natureza, não possam sofrer fracionamento ou cuja execução seja indispensável à continuidade administrativa.

§ 2º Excluem-se do limite previsto no caput as despesas com:
– pessoal e encargos sociais;
– serviço da dívida pública;
– obrigações constitucionais e legais do Município;
– despesas decorrentes de sentenças judiciais e precatórios; e
– ações e serviços públicos essenciais indispensáveis ao funcionamento da Administração Municipal.

Art. 57. O Poder Executivo poderá expedir normas complementares necessárias à execução desta Lei, desde que não impliquem inovação em matéria reservada à lei.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 59. Revogam-se as disposições em contrário.

São Bento do Trairí-RN, 29 de junho de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES DE CUSTEIO A SEREM PRIORIZADAS

I – ORÇAMENTO FISCAL

– Na área do Poder Legislativo
- Manter as atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal;
- Apoiar as ações de capacitação, modernização e aperfeiçoamento das atividades do Poder Legislativo.

– Nas áreas do Gabinete do Prefeito, Procuradoria, Controladoria e Assessoria
- Manter as atividades do Gabinete do Prefeito;
- Manter as ações da Procuradoria Geral do Município;
- Manter as ações da Controladoria Municipal;
- Manter os serviços de assessoria de imprensa, comunicação institucional e apoio administrativo;
- Fortalecer a articulação institucional e o apoio às ações de interesse da Administração Municipal.

– Nas áreas da Administração, Planejamento e Finanças
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Finanças;
- Assegurar o funcionamento dos serviços de gestão administrativa, planejamento, controle, arquivo, compras e patrimônio;
- Promover o aperfeiçoamento da gestão pública municipal;
- Manter as contribuições obrigatórias ao PASEP;
- Apoiar associações representativas de classes, quando houver interesse público;
- Apoiar ações de segurança pública em regime de cooperação institucional;
- Assegurar o pagamento de obrigações correntes vinculadas à administração municipal.

– Na área da Agricultura
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Agricultura;
- Apoiar o pequeno agricultor e o produtor rural;
- Apoiar campanhas de vacinação animal;
- Garantir a contrapartida e a manutenção das ações vinculadas ao Programa Garantia Safra;
- Incentivar a agricultura familiar e as ações de fortalecimento da produção rural;
- Promover ações de convivência com o semiárido;
- Manter e ampliar o sistema de abastecimento de água nas áreas rurais, quando couber.
- Fortalecer programas habitacionais de interesse social;
- Ampliar ações voltadas à redução do déficit habitacional.

– Na área da Educação
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Educação;
- Manter e desenvolver o ensino fundamental;
- Manter e desenvolver a educação infantil;
- Manter as ações financiadas com recursos do FUNDEB, observadas suas vinculações legais;
- Manter o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
- Manter o Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE e demais ações de transporte escolar;
- Manter as ações vinculadas ao Salário-Educação;

- Apoiar os conselhos municipais da educação;
- Manter programas voltados à alfabetização, à educação de jovens e adultos e à melhoria do

ensino;
- Garantir material escolar e apoio pedagógico aos alunos da rede municipal, observada a disponibilidade orçamentária;
- Fortalecer ações de inclusão, acessibilidade, acompanhamento pedagógico e melhoria da aprendizagem;
– Priorizar a valorização dos profissionais da educação;
– Destinar recursos para aquisição de materiais pedagógicos e tecnológicos;
– Fortalecer a formação continuada de gestores e professores.

– Na área de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- Manter a rede pública de energia e iluminação pública;
- Manter a conservação de prédios públicos, praças, vias, logradouros e demais equipamentos urbanos;
- Manter os serviços urbanos essenciais, especialmente limpeza, conservação e apoio à infraestrutura municipal;
- Promover a manutenção de estradas, acessos, canteiros, passeios públicos e demais espaços de uso coletivo;
- Apoiar ações de melhoria da infraestrutura urbana e rural, de forma continuada.
- Intensificar a manutenção e recuperação das estradas vicinais;
- Modernizar o sistema de iluminação pública municipal.

– Na área do Meio Ambiente, Urbanismo, Recursos Hídricos e Turismo
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo, Recursos Hídricos e Turismo;
- Manter e desenvolver ações voltadas ao turismo do Município;
- Promover ações de educação ambiental e preservação dos recursos naturais;
- Manter serviços e ações voltados ao abastecimento hídrico, manejo ambiental e organização urbana, quando couber;
- Apoiar iniciativas voltadas à valorização do potencial turístico e ambiental do Município;
- Desenvolver ações permanentes de preservação e recuperação de recursos hídricos;
– Criar e implantar projetos de reflorestamento, preservação e conservação ambiental

– Na área do Transporte
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Transporte;
- Assegurar o funcionamento do sistema municipal de transporte e apoio logístico às ações administrativas e operacionais;
- Manter ações voltadas à mobilidade e ao atendimento das demandas da população.

– Nas áreas do Esporte, Cultura e Lazer
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer;
- Manter as atividades culturais do Município;
- Apoiar ações de fomento à cultura;
- Promover e apoiar festas do calendário regional e nacional;
- Apoiar e promover eventos esportivos, recreativos e de lazer;
- Incentivar a valorização das manifestações culturais, artísticas e esportivas locais.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
– Na área da Saúde

- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Saúde;
- Manter as ações do Fundo Municipal de Saúde;
- Manter e aperfeiçoar o sistema de marcação de consultas;
- Manter as ações e serviços públicos de saúde da atenção básica;
- Manter as ações vinculadas aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS;

- Manter as ações de Saúde Bucal;
- Manter as ações da Estratégia Saúde da Família – ESF/PSF;
- Manter as ações de assistência farmacêutica;
- Manter as ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar;
- Manter as ações de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica;
- Manter as ações de gestão do SUS;
- Apoiar o Conselho Municipal de Saúde;
- Manter o pagamento da complementação do piso da enfermagem, quando houver ingresso dos recursos correspondentes;
- Manter consórcios, cooperações e demais instrumentos de apoio à prestação de serviços de saúde, quando couber.

– Na área da Assistência Social, Habitação e Proteção Social
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social;
- Manter as atividades do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
- Manter as ações do Fundo da Pessoa Idosa – FPI;
- Manter o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Manter as ações do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Manter as ações da Proteção Social Básica, inclusive CRAS e SCFV;
- Manter as ações da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade;
- Manter as ações da gestão do SUAS;
- Manter as ações do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, inclusive IGD/PBF;
- Manter as ações do Programa Criança Feliz / Primeira Infância no SUAS;
- Manter as ações do controle social da assistência social;
- Apoiar o Conselho Municipal de Assistência Social;
- Manter programas de assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Manter as ações do FIA – Fundo da Infância e Adolescência;
- Manter o setor de habitação e as ações de apoio à política habitacional;
- Manter convênios e parcerias com entidades prestadoras de serviços socioassistenciais, quando houver interesse público e previsão legal;
- Manter programas de geração de renda, inclusão produtiva e fortalecimento da cidadania.

São Bento do Trairí-RN, 29 de junho de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

ANEXO II - DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO

I – ORÇAMENTO FISCAL

– Na área do Poder Legislativo
- Adquirir equipamentos, mobiliário e material permanente destinados ao funcionamento da Câmara Municipal;
- Promover melhorias estruturais e modernização das instalações do Poder Legislativo.

– Nas áreas do Gabinete do Prefeito, Procuradoria, Controladoria e Assessoria
- Adquirir veículo, equipamentos e bens permanentes destinados ao Gabinete do Prefeito;
- Adquirir equipamentos e material permanente para a Procuradoria, Controladoria e demais unidades vinculadas ao Gabinete;
- Promover a modernização da estrutura física e tecnológica das unidades administrativas vinculadas ao Gabinete.

– Nas áreas da Administração, Planejamento e Finanças
- Adquirir equipamentos, mobiliário e material permanente para as Secretarias de Administração, Planejamento e Finanças;
- Promover a modernização administrativa e tecnológica da gestão pública municipal;
- Reestruturar e adequar espaços físicos destinados ao funcionamento da administração municipal;

- Construir, ampliar, reformar ou adequar prédios públicos destinados à administração.

– Na área da Agricultura
- Adquirir tratores, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas;
- Adquirir bens permanentes destinados ao fortalecimento da agricultura familiar e da produção rural;
- Implantar, ampliar e modernizar sistemas de abastecimento de água e apoio hídrico na zona rural;
- Perfurar, instalar e manter poços tubulares;
- Implantar sistemas de irrigação em áreas públicas e produtivas;
- Implantar estruturas voltadas ao apoio da produção, armazenamento e comercialização rural;
- Ampliação dos sistemas de abastecimento de água na zona rural;
- Construção de reservatórios estratégicos para abastecimento humano e produção agrícola;
- Aquisição de equipamentos destinados à agricultura familiar.

– Na área da Educação
- Adquirir imóveis destinados à expansão da rede municipal de ensino;
- Implantar acessibilidade nas escolas da rede municipal;
- Construir, ampliar, reformar e equipar unidades escolares;
- Construir, ampliar, reformar e equipar creches e pré-escolas;
- Construir e/ou restaurar quadras de esportes em escolas públicas;
- Adquirir veículos destinados ao transporte escolar;
- Adquirir equipamentos permanentes, inclusive para climatização das escolas;
- Ampliar a infraestrutura física e tecnológica voltada ao funcionamento da educação municipal.

– Na área de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos
- Adquirir imóveis de interesse público;
- Conservar, reformar, ampliar e modernizar prédios públicos;

- Construir, reformar e modernizar praças, canteiros, passeios públicos e demais espaços urbanos;
- Construir, pavimentar e recuperar vias públicas;
- Executar serviços de recapeamento asfáltico em vias públicas;
- Urbanizar canteiros, vias e logradouros públicos;
- Construir, ampliar e modernizar cemitérios públicos;
- Construir calçadas, pistas de caminhada e passeios públicos;
- Construir galpão destinado ao incentivo de atividades produtivas e industriais;
- Construir garagem pública e outras estruturas de apoio operacional;
- Construir, ampliar ou concluir o prédio-sede da Prefeitura Municipal;
- Implantar, ampliar e modernizar a rede pública de energia e iluminação pública;
- Implantar sinalização de ruas e logradouros;
- Executar ações estruturantes de infraestrutura urbana e rural;
- Recuperação e melhoria de estradas vicinais;
- Implantação de pavimentação em vias urbanas e rurais;
- Modernização da iluminação pública com tecnologia de maior eficiência energética.

– Na área do Meio Ambiente, Urbanismo, Recursos Hídricos e Turismo
- Implantar projetos de arborização urbana;
- Implantar e estruturar sistema de destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos;
- Implantar, ampliar e modernizar equipamentos e estruturas voltadas ao turismo;
- Reformar e modernizar equipamentos públicos de interesse turístico e ambiental;
- Construir e manter pórticos e estruturas de valorização urbana e turística;
- Adquirir equipamentos e material permanente para as ações de meio ambiente, urbanismo, recursos hídricos e turismo

- Perfuração e instalação de poços tubulares;
- Construção e recuperação de sistemas simplificados de abastecimento de água.

– Na área do Transporte
- Adquirir veículos, máquinas, equipamentos e material permanente destinados à Secretaria Municipal de Transporte;
- Implantar e melhorar estruturas de apoio ao sistema municipal de transporte;
- Executar investimentos voltados à melhoria da mobilidade e da logística municipal.

– Nas áreas do Esporte, Cultura e Lazer
- Construir, ampliar, reformar e modernizar quadras, ginásios, estádios e complexo esportivo;
- Reformar e manter o estádio de futebol;
- Adquirir equipamentos e material permanente para esporte, cultura e lazer;
- Implantar, ampliar e modernizar espaços culturais, esportivos e de lazer;
- Executar investimentos voltados à valorização da cultura, do esporte e do lazer no Município.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

– Na área da Saúde
- Construir, reformar, ampliar e modernizar unidades de saúde;
- Adquirir veículos destinados aos serviços de saúde, inclusive ambulâncias e unidades móveis;
- Adquirir equipamentos e material permanente para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Fundo Municipal de Saúde;
- Implantar e modernizar sistemas de marcação de consultas e regulação em saúde;
- Realizar investimentos na rede de serviços públicos de saúde, inclusive atenção básica, atenção especializada, vigilância em saúde e gestão do SUS;

- Estruturar e modernizar os serviços da assistência farmacêutica, da atenção básica e da vigilância em saúde.

– Na área da Assistência Social, Habitação e Proteção Social
- Construir, reformar, ampliar e modernizar a unidade do CRAS;
- Reformar e ampliar o prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Construir unidades habitacionais de interesse social;
- Adquirir imóveis destinados às políticas de assistência social, habitação e saneamento;
- Adquirir equipamentos e material permanente para os serviços, programas, projetos e unidades da assistência social;
- Estruturar equipamentos públicos voltados à proteção social básica e especial;
- Implantar e fortalecer estruturas de atendimento voltadas à primeira infância, à pessoa idosa, à criança e ao adolescente e às famílias em situação de vulnerabilidade;
- Construção de unidades habitacionais de interesse social;
- Aquisição de áreas destinadas a programas habitacionais.

– Na área do Saneamento
- Adquirir imóvel destinado à área de saneamento;
- Construir bacia de estabilização;
- Ampliar o sistema de saneamento básico;
- Executar investimentos em infraestrutura sanitária e ambiental voltados à melhoria das condições de vida da população;
- Ampliação da rede de esgotamento sanitário;
- Construção de sistemas simplificados de tratamento de esgoto.

São Bento do Trairí-RN, 29 de junho de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS

- METAS ANUAIS

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º) R$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	38,694,170.72	35,603,764.00	-	94.24%	40,625,280.03	36,021,706.00	-	94.79%	43,066,615.13	38,183,008.36	-	97.91%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	38,659,657.21	35,572,007.00	-	94.15%	40,589,041.56	35,989,574.00	-	94.71%	43,028,198.95	38,148,948.44	-	97.82%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	38,269,439.49	35,212,955.00	-	93.20%	40,179,347.91	35,626,306.00	-	93.75%	42,593,885.17	37,763,884.36	-	96.83%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	36,970,666.76	34,017,912.00	-	90.04%	38,815,758.76	34,417,236.00	-	90.57%	41,148,352.51	36,482,270.16	-	93.54%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	38,694,170.72	35,603,764.00	-	94.24%	40,625,280.03	36,021,706.00	-	94.79%	43,066,615.13	38,183,008.36	-	97.91%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	38,647,081.84	35,560,436.00	-	94.12%	40,575,838.40	35,977,867.00	-	94.68%	43,014,202.36	38,136,539.02	-	97.79%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	38,269,439.49	35,212,955.00	-	93.20%	40,179,347.91	35,626,306.00	-	93.75%	42,593,885.17	37,763,884.36	-	96.83%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	36,970,666.76	34,017,912.00	-	90.04%	38,815,758.76	34,417,236.00	-	90.57%	41,148,352.51	36,482,270.16	-	93.54%
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da linha (V) = (I – II)	1,688,990.45	1,554,095.00	-	4.11%	1,773,282.80	1,572,338.00	-	4.14%	1,879,846.43	1,666,678.28	-	4.27%
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da linha (VI) = (V) + (III – IV)	3,365,405.53	3,096,619.00	-	8.20%	1,773,282.80	1,572,338.00	-	4.14%	1,879,846.43	1,666,678.28	-	4.27%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	31,377.00	28,871.00	-	0.08%	31,374.27	27,819.00	-	0.07%	33,259.67	29,488.14	-	0.08%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	457.54	421.00	-	0.00%	457.89	406.00	-	0.00%	485.40	430.36	-	0.00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	4,600,784.13	4,233,331.00	-	11.20%	4,600,376.27	4,079,071.00	-	10.73%	4,876,831.23	4,323,815.26	-	11.09%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4,930,956.14	4,537,133.00	-	12.01%	4,930,518.30	4,371,802.00	-	11.50%	5,226,812.80	4,634,110.12	-	11.88%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0.00	0.00	-	0.00%	0.00	0.00	-	0.00%	0.00	0.00		0.00%
Fonte: /Relatórios da LRF												

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I) R$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	41,507,732.00	-	111.61%	38,939,180.06	-	103.06%	-2,568,551.94	-6.19%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	41,478,770.00	-	111.53%	38,691,655.93	-	102.41%	-2,787,114.07	-6.72%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	41,507,732.00	-	111.61%	38,894,767.39	-	102.95%	-2,612,964.61	-6.30%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	40,544,821.00	-	109.02%	37,696,784.96	-	99.78%	-2,848,036.04	-7.02%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	41,507,732.00	-	111.61%	38,939,180.06	-	103.06%	-2,568,551.94	-6.19%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	41,478,770.00	-	111.53%	38,691,655.93	-	102.41%	-2,787,114.07	-6.72%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	41,507,732.00	-	111.61%	38,894,767.39	-	102.95%	-2,612,964.61	-6.30%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	40,544,821.00	-	109.02%	37,696,784.96	-	99.78%	-2,848,036.04	-7.02%
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da linha (V) = (I – II)	933,949.00	-	2.51%	994,870.97	-	2.63%	60,921.97	6.52%
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da linha (VI) = (V) + (III – IV)	1,867,898.00	-	5.02%	1,989,741.94	-	5.27%	121,843.94	6.52%
Dívida Pública Consolidada (DC)	4,182,531.00	-	11.25%	4,334,076.99	-	11.47%	151,545.99	3.62%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4,150,867.00	-	11.16%	3,109,907.63	-	8.23%	-1,040,959.37	-25.08%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0.00	-	0.00%	2,390,488.11	-	6.33%	2,390,488.11	-
Fonte: / Relatórios da LRF								

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II) R$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	31,978,655.00	41,507,732.00	29.80%	35,176,519.00	-15.25%	38,694,170.72	10.00%	40,625,280.03	4.99%	43,066,615.13	6.01%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	31,950,130.00	41,482,022.00	29.83%	35,145,143.00	-15.28%	38,659,657.21	10.00%	40,589,041.56	4.99%	43,028,198.95	6.01%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	31,627,634.00	41,507,732.00	31.24%	34,790,399.00	-16.18%	38,269,439.49	10.00%	40,179,347.91	4.99%	42,593,885.17	6.01%

Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	30,554,269.00	40,544,821.00	32.70%	33,609,697.00	-17.10%	36,970,666.76	10.00%	38,815,758.76	4.99%	41,148,352.51	6.01%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	31,978,655.00	41,507,732.00	29.80%	35,176,519.00	-15.25%	38,694,170.72	10.00%	40,625,280.03	4.99%	43,066,615.13	6.01%
Receita Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	31,939,737.00	41,478,770.00	29.87%	35,133,711.00	-15.30%	38,647,081.84	10.00%	40,575,838.40	4.99%	43,014,202.36	6.01%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	31,627,634.00	41,507,732.00	31.24%	34,790,399.00	-16.18%	38,269,439.49	10.00%	40,179,347.91	4.99%	42,593,885.17	6.01%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	30,554,269.00	40,544,821.00	32.70%	33,609,697.00	-17.10%	36,970,666.76	10.00%	38,815,758.76	4.99%	41,148,352.51	6.01%
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (V) = (I - II)	1,395,861.00	937,201.00	-32.86%	1,535,446.00	63.83%	1,688,990.45	10.00%	1,773,282.80	4.99%	1,879,846.43	6.01%
Resultado Primário (COM RPPS) Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	2,781,329.00	1,871,150.00	-32.72%	3,059,460.00	63.51%	3,365,405.53	10.00%	1,773,282.80	-47.31%	1,879,846.43	6.01%
Dívida Pública Consolidada (DC)	4,182,531.00	4,182,531.00	0.00%	4,600,784.00	10.00%	4,600,784.13	0.00%	4,600,376.27	-0.01%	4,876,831.23	6.01%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4,150,867.00	4,150,867.00	0.00%	4,565,954.00	10.00%	4,930,956.14	7.99%	4,930,518.30	-0.01%	5,226,812.80	6.01%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1,211,232.00	2,390,488.00	97.36%	-448,268.00	-	0.00	-	0.00	-	0.00	-
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	33,577,587.00	41,507,732.00	23.62%	33,661,741.00	-18.90%	35,603,764.00	5.77%	36,021,706.00	1.17%	38,183,008.36	6.00%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	33,547,637.00	41,482,022.00	23.65%	33,631,716.00	-18.92%	35,572,007.00	5.77%	35,989,574.00	1.17%	38,148,948.44	6.00%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	33,209,016.00	41,507,732.00	24.99%	33,292,248.00	-19.79%	35,212,955.00	5.77%	35,626,306.00	1.17%	37,763,884.36	6.00%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	32,081,983.00	40,544,821.00	26.38%	32,162,389.00	-20.67%	34,017,912.00	5.77%	34,417,236.00	1.17%	36,482,270.16	6.00%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	33,577,587.00	41,507,732.00	23.62%	33,661,741.00	-18.90%	35,603,764.00	5.77%	36,021,706.00	1.17%	38,183,008.36	6.00%
Receita Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	33,536,724.00	41,478,770.00	23.68%	33,620,776.00	-18.94%	35,560,436.00	5.77%	35,977,867.00	1.17%	38,136,539.02	6.00%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	33,209,016.00	41,507,732.00	24.99%	33,292,248.00	-19.79%	35,212,955.00	5.77%	35,626,306.00	1.17%	37,763,884.36	6.00%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	32,081,983.00	40,544,821.00	26.38%	32,162,389.00	-20.67%	34,017,912.00	5.77%	34,417,236.00	1.17%	36,482,270.16	6.00%
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (V) = (I - II)	1,465,654.00	937,201.00	-36.06%	1,469,327.00	56.78%	1,554,095.00	5.77%	1,572,338.00	1.17%	1,666,678.28	6.00%
Resultado Primário (COM RPPS) Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	2,920,395.00	1,871,150.00	-35.93%	2,927,714.00	56.47%	3,096,619.00	5.77%	1,572,338.00	-49.22%	1,666,678.28	6.00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	4,391,657.00	4,182,531.00	-4.76%	4,402,664.00	5.26%	4,233,331.00	-3.85%	4,079,071.00	-3.64%	4,323,815.26	6.00%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4,358,410.00	4,150,867.00	-4.76%	4,369,334.00	5.26%	4,537,133.00	3.84%	4,371,802.00	-3.64%	4,634,110.12	6.00%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1,271,794.00	0.00	-100.00%	-428,965.00	-	0.00	-	0.00	-	0.00	-

Fonte: / Relatórios da LRF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Reservas	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Resultado Acumulado	-3,391,561.51	100.00%	8,179,154.14	100.00%	5,524,177.37	100.00%
TOTAL	**-3,391,561.51**	**100.00%**	**8,179,154.14**	**100.00%**	**5,524,177.37**	**100.00%**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**

Fonte: / Relatórios da LRF / Balanço Anual 2025

Nota Explicativa: O Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido foi elaborado com base nos dados do Balanço Patrimonial Consolidado do Município. No exercício de 2025, o patrimônio líquido apresentou saldo negativo, concentrado integralmente na conta de Resultados Acumulados, refletindo a posição patrimonial apurada ao final do exercício.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso III) R$ 1.00

RECEITAS REALIZADAS	**2025**	**2024**	**2023**
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**185,500.00**	**0.00**	**0.00**
Alienação de Bens Móveis	185,500.00	0.00	0.00
Alienação de Bens Imóveis	0.00	0.00	0.00
Alienação de Bens Intangíveis	0.00	0.00	0.00

Rendimentos de Aplicações Financeiras	0.00	0.00	0.00
DESPESAS EXECUTADAS	**2025**	**2024**	**2023**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**0.00**	**0.00**	**0.00**
DESPESAS DE CAPITAL	**0.00**	**0.00**	**0.00**
Investimentos	0.00	0.00	0.00
Inversões Financeiras	0.00	0.00	0.00
Amortização da Dívida	0.00	0.00	0.00
DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0.00**	**0.00**	**0.00**
Regime Geral de Previdência Social	0.00	0.00	0.00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0.00	0.00	0.00
SALDO FINANCEIRO	**2025**	**2024**	**2023**
VALOR (III)	**185,500.00**	**0.00**	**0.00**
Fonte: / Relatórios da LRF / Balanço Anual 2025			

Nota Explicativa: No exercício de 2025, o Município arrecadou R$ 185.500,00 com alienação de bens móveis. Não houve, no exercício, aplicação desses recursos em despesas de capital, razão pela qual o saldo financeiro remanescente foi mantido integralmente para aplicação futura, nos termos da legislação vigente.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027 PLANO PREVIDENCIÁRIO
Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS 2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	**2023**	**2024**	**2025**

Nota de Não Aplicabilidade: O Município de São Bento do Trairí/RN não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, estando seus servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Dessa forma, não se aplica ao Município a elaboração do demonstrativo de avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores, previsto no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027 PLANO PREVIDENCIÁRIO
Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") R$ milhares

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciário (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)**

Nota de Não Aplicabilidade: O Município de São Bento do Trairí/RN não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, estando seus servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Dessa forma, não se aplica ao Município a elaboração do demonstrativo de avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores, previsto no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

AMF – Demonstrativo 7 (LRF,art. 4º, § 2º, inciso V) R$ 1.00

TRIBUTO	**MODALIDADE**	**SETORES / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO**	**RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA**			**COMPENSAÇÃO**
			2027	**2028**	**2029**	
NADA A DECLARAR						
TOTAL			**0.00**	**0.00**	**0.00**	

Nota Explicativa: Para os exercícios de 2027, 2028 e 2029, não há previsão de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita, razão pela qual o presente demonstrativo foi elaborado sem valores a compensar.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V) R$

EVENTO	VALOR PREVISTO 2027
Aumento Permanente da Receita	3,410,351.00
(-) Transferências Constitucionais	0.00
(-) Transferências ao FUNDEB	0.00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3,410,351.00
Redução Permanente de Despesa (II)	0.00
Margem Bruta (III) = (I + II)	3,410,351.00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0.00
Novas DOCC	0.00
Novas DOCC geradas por PPP	0.00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	3,410,351.00

Nota Explicativa: A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício de 2027 foi estimada com base no crescimento projetado da Receita Corrente Líquida do Município entre os exercícios de 2026 e 2027, conforme metodologia e memória de cálculo das metas anuais constantes dos demonstrativos fiscais. A RCL projetada para 2026 foi de R$ 34.103.507,00 e a RCL projetada para 2027 foi de R$ 37.513.858,00, resultando em acréscimo de R$ 3.410.351,00, adotado como margem líquida de expansão, por não terem sido consideradas reduções permanentes de despesa nem a instituição prévia de novas despesas obrigatórias de caráter continuado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

O Anexo de Riscos Fiscais tem por finalidade avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, indicando as providências a serem adotadas caso esses eventos venham a se concretizar, em conformidade com o disposto no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Para o exercício de 2027, foram considerados como principais riscos fiscais do Município de São Bento do Trairí/RN a possibilidade de frustração de arrecadação, o surgimento de passivos judiciais, a necessidade de cobertura de obrigações vinculadas à dívida consolidada, a ocorrência de restituições e devoluções de receitas, além de eventos imprevisíveis que possam demandar ações emergenciais da Administração Pública.

Caso tais riscos venham a se concretizar, as providências poderão envolver a utilização da Reserva de Contingência, a limitação de empenho e movimentação financeira, a abertura de créditos adicionais, o remanejamento de dotações orçamentárias e outras medidas necessárias à preservação do equilíbrio fiscal e da continuidade dos serviços públicos essenciais

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R$

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Frustração de arrecadação das receitas previstas	2,568,551.94	Limitação de empenho e movimentação financeira, com revisão da programação orçamentária	2,568,551.94
Demandas judiciais e precatórios supervenientes	0.00	Utilização da Reserva de Contingência e suplementação de dotações específicas, se necessário	0.00
Obrigações vinculadas à dívida consolidada e parcelamentos previdenciários	0.00	Controle da programação financeira e reforço de dotações mediante remanejamento ou suplementação	0.00
Restituições, devoluções de receitas e ajustes contábeis	0.00	Adequação da execução orçamentária e compensação com receitas correntes ou anulação de dotações	0.00
Eventos emergenciais, calamidades públicas e situações imprevisíveis	0.00	Utilização da Reserva de Contingência e abertura de créditos adicionais	0.00
Aplicação futura dos recursos obtidos com alienação de ativos	0.00	Vinculação em despesas de capital, na forma da legislação vigente	0.00
Outros riscos fiscais relevantes não previstos	0.00	Contenção de despesas discricionárias e adoção de medidas de equilíbrio fiscal	0.00
TOTAL	**2,568,551.94**	**TOTAL**	**2,568,551.94**

Fonte: Elaboração própria, com base na execução orçamentária do exercício de 2025, na LOA 2026, no RREO do 6º bimestre de 2025, no RGF do 3º quadrimestre de 2025 e na avaliação dos passivos e riscos fiscais do Município
Nota Explicativa: O valor atribuído ao risco de frustração de arrecadação corresponde à diferença entre a previsão atualizada da receita total do exercício de 2025, fixada em R$ 41.507.732,00, e a receita efetivamente arrecadada no mesmo exercício, no montante de R$ 38.939.180,06, resultando em frustração de arrecadação de R$ 2.568.551,94. Os demais riscos fiscais foram relacionados de forma qualitativa, sem

valor financeiro específico, em razão da inexistência de quantificação formal individualizada até a elaboração desta Lei.Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do município para o exercício de 2027, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ELE, nos termos da Lei Orgânica Municipal, SANCIONA a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de São Bento do Trairí/RN para o exercício de 2027, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, a estrutura e a organização dos orçamentos, as diretrizes para a elaboração, execução e avaliação da Lei Orçamentária Anual, as disposições relativas à estimativa das receitas e à fixação das despesas, os critérios para limitação de empenho e movimentação financeira, as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais, as diretrizes para alterações na legislação tributária, as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas, as disposições relativas à dívida pública municipal, os critérios para o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento e as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO II
Das Definições

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, aplicam-se as definições, conceitos e classificações estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e nas demais normas aplicáveis à matéria orçamentária, financeira e contábil.

Parágrafo único. Na elaboração, execução e controle da proposta orçamentária serão observados os princípios da unidade, universalidade, anualidade, exclusividade, legalidade, transparência, equilíbrio e responsabilidade na gestão fiscal.

Art. 3º O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, integrantes desta Lei, serão elaborados em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e com as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, compreendendo, entre outros, os seguintes demonstrativos:

– Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
– Demonstrativo I – Metas Anuais;
– Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
– Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
– Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

– Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
– Demonstrativo VI – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
– Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
Parágrafo único. Os demonstrativos de que trata o caput serão apurados em cada unidade gestora, e sua consolidação constituirá as metas fiscais do Município.

CAPÍTULO III
Do Orçamento Municipal SEÇÃO I
Do Equilíbrio

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027, será observada a compatibilidade entre as receitas estimadas e as despesas fixadas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na presente Lei.

Art. 5º A execução dos programas de governo previstos na Lei Orçamentária Anual será acompanhada e avaliada sob os aspectos físico e financeiro, tomando-se como referência o equilíbrio entre a arrecadação das receitas orçamentárias e a realização das despesas públicas, com vistas à preservação da responsabilidade na gestão fiscal.

Art. 6º A proposta orçamentária para o exercício de 2027 será encaminhada à Câmara Municipal na forma do Projeto de Lei Orçamentária Anual, composta por texto legal e demonstrativos orçamentários, observadas as normas da Constituição Federal, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais normas aplicáveis.

§ 1º Integrarão a proposta orçamentária os orçamentos fiscal e da seguridade social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos e órgãos da administração direta, acompanhados, dentre outros, dos seguintes demonstrativos:

– analítico da receita estimada, por categoria econômica, origem, espécie, desdobramento e fonte de recursos, com a respectiva legislação;
– demonstrativo dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações e serviços públicos de saúde;
– demonstrativo dos recursos destinados à assistência social, em consonância com os programas e ações aprovados pelos respectivos conselhos municipais, quando couber;
– sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
– demonstrativo da despesa por natureza, para cada órgão da estrutura administrativa municipal;
– demonstrativo da despesa por fonte de recursos, para cada órgão da estrutura administrativa municipal;
– demonstrativo das receitas e despesas por categorias econômicas;
– demonstrativo da evolução da receita e da despesa orçamentária;
– demonstrativo consolidado da despesa por categoria econômica e elemento;
– programa de trabalho de cada unidade orçamentária, em nível de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial;
– consolidado da despesa por funções, subfunções e programas;
– demonstrativo da despesa por órgãos e funções;
– demonstrativo da despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas;
– demonstrativo da despesa por órgãos e respectivas unidades responsáveis, com os

percentuais de participação no orçamento geral;
– demonstrativo dos recursos destinados aos Fundos Municipais;
– demonstrativo dos recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; e
– demonstrativo da legislação da receita.

§ 2º Na estimativa da receita serão considerados:
– o comportamento da arrecadação do exercício em curso, especialmente até o mês de junho de 2026;
– as perspectivas de arrecadação para o exercício de 2027;
– as alterações na legislação tributária eventualmente ocorridas; e
– as disposições contidas nesta Lei.

§ 3º As receitas e despesas da proposta orçamentária serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o resultado corrente do orçamento.
§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a considerar, na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027, as alterações na estrutura administrativa do Município, bem como as modificações nas classificações orçamentárias decorrentes de normas federais supervenientes, ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias à Câmara Municipal.
Art. 7º A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 poderá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares em percentual de até 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada, observadas as disposições da Constituição Federal, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Não serão computados no limite fixado no caput os créditos adicionais suplementares abertos para:

– atender despesas com pessoal e encargos sociais;
– atender despesas custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos de repasse, acordos, ajustes e instrumentos congêneres;
– atender despesas financiadas com excesso de arrecadação efetivamente apurado; e
– atender despesas vinculadas a receitas específicas, quando o ingresso dos recursos ocorrer em montante superior ao previsto.

Art. 8º A abertura de créditos adicionais dependerá de prévia autorização legislativa e da indicação dos recursos correspondentes, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal e na legislação aplicável.
Art. 9º A proposta orçamentária conterá reserva de contingência, em montante não superior a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais imprevistos e demais eventos que possam comprometer o equilíbrio das contas públicas, bem como à abertura de créditos adicionais suplementares, na forma da legislação vigente.

Art. 10. O orçamento anual do Município compreenderá os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos e órgãos da administração direta.

Art. 11. A proposta orçamentária poderá receber emendas, observadas as disposições do art. 166 da Constituição Federal, devendo ser devolvida para sanção do Poder Executivo devidamente consolidada na forma de Lei.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo poderá encaminhar mensagem à Câmara Municipal propondo modificações no Projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada, na comissão competente, a votação da parte cuja alteração seja proposta.

Art. 12. As obras em andamento e as despesas com conservação do patrimônio público terão prioridade sobre novos projetos na alocação de recursos orçamentários, ressalvados os casos de obras financiadas com recursos vinculados, convênios, transferências voluntárias e operações de crédito.
Art. 13. Despesas de competência da União, do Estado ou de outro ente federativo somente serão assumidas pelo Município quando houver convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, interesse público devidamente justificado e previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual.
SEÇÃO II
Da Classificação das Receitas e Despesas

Art. 14. Na proposta orçamentária para o exercício de 2027, a discriminação da despesa será realizada por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, observadas as normas estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e demais disposições legais aplicáveis.

§ 1º A despesa orçamentária, quanto à sua categoria econômica, será classificada em:
– Despesas Correntes:
Pessoal e Encargos Sociais;
Juros e Encargos da Dívida;
Outras Despesas Correntes.
– Despesas de Capital:
Investimentos;
Inversões Financeiras;
Amortização da Dívida.
§ 2º A classificação da despesa será complementada pela estrutura programática e funcional, compreendendo função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial, acompanhados dos respectivos títulos, metas e ações governamentais.

§ 3º Na programação das despesas correntes para o exercício de 2027, terão prioridade as ações de manutenção administrativa e operacional, bem como aquelas constantes do Anexo I desta Lei.
§ 4º As despesas de capital programadas para o exercício de 2027 observarão, prioritariamente, as ações previstas no Anexo II desta Lei.

§ 5º A Lei Orçamentária Anual poderá consignar dotações para despesas de capital não previstas no Anexo II desta Lei, desde que destinadas ao atendimento de interesse público relevante, à continuidade dos serviços essenciais ou à execução de investimentos decorrentes de convênios, transferências voluntárias, operações de crédito ou necessidades supervenientes devidamente justificadas.
CAPÍTULO IV
Das Receitas

Art. 15. A previsão e a arrecadação das receitas constantes da proposta orçamentária para o exercício de 2027 observarão o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 11 a 14, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e nas demais normas aplicáveis, considerando-se, para fins de estimativa, o comportamento da arrecadação até o mês de junho de 2026.
Parágrafo único. Na estimativa da receita para o exercício de 2027 serão considerados, entre outros, os seguintes fatores:

– os efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária;
– as variações dos índices de preços;
– o crescimento econômico;
– a evolução da receita nos últimos três exercícios; e
– os valores arrecadados no primeiro semestre do exercício em curso.

Art. 16. Fica vedada, no exercício de 2027, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, nos termos do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ressalvadas as hipóteses em que a medida:

– Esteja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes;
– Atenda ao disposto nesta Lei; e
– Observe o interesse público, especialmente quanto ao fomento do desenvolvimento econômico e social, à geração de emprego e renda e ao incremento da arrecadação tributária.
CAPÍTULO V

Das Despesas Seção I
Das Despesas com Pessoal

Art. 17. As despesas com pessoal e encargos sociais do Município observarão os limites e condições estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e nas demais normas aplicáveis à gestão fiscal responsável.

§ 1º Para fins de apuração da despesa total com pessoal, será observado o regime de competência, considerando-se o somatório da despesa realizada no mês em referência com a dos onze meses imediatamente anteriores.
§ 2º A gestão das despesas com pessoal deverá resguardar o equilíbrio fiscal, a sustentabilidade das contas públicas e a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à população.

Art. 18. O Poder Executivo Municipal publicará, nos prazos legalmente estabelecidos, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, os quais servirão de base para o acompanhamento da execução orçamentária, da gestão fiscal e do cumprimento das metas e limites legais.
§ 1º Os relatórios de que trata o caput conterão, entre outras informações exigidas em lei:

– a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL;
– o demonstrativo da despesa total com pessoal;
– o controle da dívida consolidada;

– as garantias e contragarantias de valores; e
– os resultados fiscais apurados no período.
§ 2º Caberá ao setor contábil do Município a responsabilidade pela apuração, consolidação e encaminhamento das informações fiscais e contábeis, na forma da legislação vigente.

Art. 19. A criação de cargos, empregos e funções, a realização de concurso público, a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título e a concessão de vantagens, reajustes, revisões ou adequações remuneratórias somente poderão ocorrer se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
– observância dos limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
– existência de dotação orçamentária suficiente;
– compatibilidade com as metas fiscais estabelecidas nesta Lei; e
– demonstração do impacto orçamentário-financeiro da medida.

§ 1º As admissões e contratações de pessoal deverão priorizar, sempre que necessário, o atendimento das áreas essenciais, especialmente saúde, educação e assistência social.

§ 2º A ampliação da despesa com pessoal fica condicionada à preservação do equilíbrio fiscal do Município.

§ 3º O Poder Executivo acompanhará permanentemente o comportamento da despesa total com pessoal, com base nos dados apurados nos Relatórios de Gestão Fiscal, adotando, quando necessário, as medidas cabíveis para o cumprimento dos limites legais.
§ 4º Na hipótese de superação dos limites legais de despesa com pessoal, o Município adotará as medidas previstas na legislação aplicável, especialmente:

– restrição à criação de cargos, empregos e funções;
– limitação de admissões e contratações, ressalvadas as reposições indispensáveis nas áreas essenciais;
– controle da concessão de vantagens, reajustes, revisões ou adequações remuneratórias;
– revisão de despesas obrigatórias de caráter continuado; e
– redução de despesas com cargos em comissão e funções gratificadas.

§ 5º Restabelecido o enquadramento aos limites legais, poderão ser retomadas, de forma gradual e responsável, as medidas de gestão de pessoal, desde que:

– haja compatibilidade com as metas fiscais;
– seja demonstrado o respectivo impacto orçamentário-financeiro; e
– não haja prejuízo ao equilíbrio das contas públicas.

§ 6º O disposto neste artigo será observado durante todo o exercício de 2027, com base nos dados atualizados da execução orçamentária e fiscal do Município.

Art. 20. Na hipótese de, no período de 12 (doze) meses, a despesa corrente superar 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, poderão ser adotadas as vedações previstas no art. 167-A da Constituição Federal, observadas as condições, ressalvas e limites nele estabelecidos.

Seção II
Do Repasse ao Poder Legislativo

Art. 21. Os repasses de recursos ao Poder Legislativo Municipal, a título de duodécimos, serão efetuados pelo Poder Executivo até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.
§ 1º O valor total dos repasses observará os limites constitucionais e legais aplicáveis, tendo por base a receita efetivamente arrecadada no exercício anterior, na forma do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2º O repasse mensal corresponderá a 1/12 (um doze avos) do montante previsto para o Poder Legislativo na Lei Orçamentária Anual, respeitados os limites estabelecidos na Constituição Federal.

§ 3º É vedado ao Poder Executivo:

– efetuar repasses em valor superior ao limite constitucional;
– reter ou deixar de repassar os recursos no prazo legal; e
– impor restrições que comprometam o regular funcionamento do Poder Legislativo.

§ 4º Os recursos repassados à Câmara Municipal deverão ser aplicados exclusivamente no atendimento de suas despesas orçamentárias e institucionais, observadas as disposições constitucionais e legais pertinentes.
§ 5º Os saldos financeiros porventura existentes na Câmara Municipal ao final do exercício poderão ser devolvidos ao Poder Executivo, na forma da legislação aplicável, para fins de consolidação das contas públicas do Município.

§ 6º Verificada divergência entre a receita utilizada como base de cálculo e a receita efetivamente arrecadada, poderão ser promovidos os ajustes necessários nos repasses mensais subsequentes, observados os limites constitucionais e legais.
Seção III
Das Despesas Irrelevantes

Art. 22. Para os fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, serão consideradas irrelevantes as despesas cujos valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos casos de obras, serviços, compras e demais contratações admitidas pela legislação vigente.

Parágrafo único. A classificação da despesa como irrelevante, para os fins deste artigo, não dispensa a observância dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, interesse público, planejamento, controle e transparência na gestão fiscal e administrativa.
Art. 23. Os procedimentos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa, quando exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, deverão instruir os processos administrativos de contratação, inclusive os de licitação, dispensa e inexigibilidade, quando cabíveis.

Seção IV
Das Despesas com Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres

Art. 24. O Município poderá celebrar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação, termos de fomento, termos de colaboração e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública, bem como com entidades privadas sem fins lucrativos, observados o interesse

público e a legislação aplicável.

§ 1º A celebração dos instrumentos de que trata o caput dependerá da existência de dotação orçamentária específica, de disponibilidade financeira e da observância das metas e prioridades estabelecidas nesta Lei.

§ 2º Para a formalização dos instrumentos referidos neste artigo deverão ser observados, no que couber:
– aprovação prévia do plano de trabalho, com identificação do objeto, metas, etapas de execução, cronograma físico-financeiro e forma de aplicação dos recursos;
– compatibilidade do objeto com os programas e ações previstos no Plano Plurianual, nesta Lei e na Lei Orçamentária Anual;
– demonstração da viabilidade técnica, operacional e financeira da execução;
– definição das obrigações e responsabilidades das partes; e
– previsão dos mecanismos de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas.

§ 3º Quando houver transferência de recursos públicos municipais, sua liberação ficará condicionada:

– à regularidade cadastral e jurídica da entidade beneficiária, quando exigível;
– à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável;
– à inexistência de pendências na prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do Município; e
– ao atendimento das exigências fixadas pelo Tribunal de Contas do Estado e demais normas pertinentes.

§ 4º A vigência do instrumento deverá ser compatível com a execução integral do objeto, admitida a prorrogação na forma da legislação aplicável, especialmente quando se tratar de ação continuada ou investimento previsto no Plano Plurianual.

§ 5º A celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos referidos neste artigo observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência.

§ 6º É vedada a celebração de instrumento com entidade ou instituição que se encontre inadimplente com o Município quanto à prestação de contas ou ao cumprimento do objeto de ajustes anteriormente firmados.

Seção V
Das Despesas com Novos Projetos

Art. 25. A inclusão de novos projetos na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, bem como em seus créditos adicionais, observará a adequada alocação de recursos para as despesas de conservação, manutenção e funcionamento dos serviços públicos e dos bens já existentes.

§ 1º Somente poderão ser incluídos novos projetos após assegurados recursos suficientes para atender:

– à manutenção administrativa e operacional dos órgãos e entidades municipais;
– à conservação e preservação do patrimônio público já existente;
– à continuidade das ações governamentais em execução; e

– às despesas obrigatórias de caráter constitucional, legal ou continuado.

§ 2º A programação de novos projetos deverá ser compatível com o Plano Plurianual, com as metas e prioridades estabelecidas nesta Lei e com a capacidade financeira do Município.

§ 3º A expansão de investimentos mediante a inclusão de novos projetos dependerá da demonstração de sua viabilidade técnica, econômica, financeira e social.

§ 4º Os recursos destinados a novos projetos deverão observar, sempre que possível, a priorização de áreas essenciais, especialmente saúde, educação, assistência social, infraestrutura urbana e rural, saneamento básico e demais ações de relevante interesse público.

§ 5º A inclusão de novos projetos não poderá comprometer o equilíbrio fiscal do Município nem prejudicar a execução das despesas destinadas à manutenção dos serviços públicos já implantados.

CAPÍTULO VI
Dos Repasses a Instituições Públicas e Privadas

Art. 26. Poderão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, bem como em seus créditos adicionais, dotações destinadas à transferência de recursos a instituições públicas e a entidades privadas sem fins lucrativos, mediante subvenções sociais, contribuições, auxílios e outros instrumentos congêneres, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicável, e das demais normas pertinentes.

§ 1º As transferências de que trata o caput somente poderão ser realizadas quando:

– houver demonstração do interesse público na execução do objeto;
– existir previsão orçamentária específica;
– a entidade beneficiária atuar em área compatível com as ações, programas, objetivos e metas da Administração Municipal;
– restar demonstrada a capacidade jurídica, administrativa, técnica e operacional da entidade beneficiária para a execução do objeto proposto; e
– forem observadas as exigências legais relativas à formalização, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas.

§ 2º Quando a parceria for celebrada com organização da sociedade civil, deverão ser observadas as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, inclusive quanto ao chamamento público, plano de trabalho, celebração do instrumento, monitoramento e prestação de contas, ressalvadas as hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade.

§ 3º A liberação dos recursos ficará condicionada à comprovação, pela entidade beneficiária, de:

– constituição regular e funcionamento efetivo, quando se tratar de entidade privada sem fins lucrativos;
– regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, quando exigida pela legislação aplicável;
– inexistência de pendências na prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do Município; e
– cumprimento das exigências previstas na legislação federal, estadual e municipal, bem como das normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.
§ 4º A concessão e a aplicação dos recursos deverão observar plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, contendo, no mínimo:

– a identificação precisa do objeto a ser executado;
– as metas e os resultados esperados;
– o cronograma de execução físico-financeira;
– o plano de aplicação dos recursos; e
– a forma de acompanhamento, fiscalização, monitoramento e prestação de contas.

§ 5º É vedada a destinação de recursos públicos a entidades privadas com fins lucrativos, bem como a entidades que não comprovem regularidade jurídica, fiscal e operacional, quando exigida, ou que se encontrem inadimplentes com o Município quanto à prestação de contas ou ao cumprimento do objeto de ajustes anteriormente firmados.

§ 6º A prestação de contas dos recursos transferidos deverá ser apresentada na forma e nos prazos estabelecidos no respectivo instrumento e na legislação aplicável, sob pena de suspensão de novas liberações, restituição de valores, quando cabível, e adoção das medidas administrativas e judiciais pertinentes.

§ 7º Os repasses previstos neste artigo observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade na gestão fiscal.

CAPÍTULO VII
Dos Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres com a Segurança Pública e Outras Áreas Essenciais
Art. 27. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação e outros instrumentos congêneres com a União, o Estado do Rio Grande do Norte, outros Municípios, consórcios públicos e demais órgãos e entidades da administração pública, com a finalidade de promover ações de interesse comum e fortalecer a execução de políticas públicas em áreas essenciais.

§ 1º Os instrumentos de que trata o caput poderão ter por objeto, entre outras finalidades:

– apoio à segurança pública, à defesa social e à proteção da coletividade;
– ações e serviços públicos de saúde;
– educação;
– assistência e desenvolvimento social;
– agricultura, abastecimento e recursos hídricos;
– meio ambiente, saneamento e infraestrutura; e
– transporte, mobilidade e demais áreas de relevante interesse público.

§ 2º A celebração dos instrumentos previstos neste artigo dependerá, no que couber:

– da demonstração do interesse público;
– da existência de dotação orçamentária específica, quando houver transferência de recursos;
– da compatibilidade com o Plano Plurianual, com esta Lei e com a Lei Orçamentária Anual; e
– da observância das normas legais aplicáveis à formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas.
§ 3º Quando a cooperação envolver gestão associada de serviços públicos ou atuação conjunta entre entes federativos, deverão ser observadas as disposições constitucionais e legais pertinentes,

inclusive as relativas aos convênios de cooperação e aos consórcios públicos.

§ 4º A execução das ações decorrentes dos instrumentos previstos neste artigo observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, cooperação institucional e responsabilidade na gestão fiscal.

CAPÍTULO VIII
Dos Créditos Adicionais, dos Remanejamentos, das Transposições, das Realocações e das Modificações do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 28. Os créditos adicionais suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo, observadas as disposições da Constituição Federal, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e desta Lei.

Art. 29. Consideram-se recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais, desde que não comprometidos:
– o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
– o excesso de arrecadação efetivamente verificado;
– os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
– os recursos provenientes de convênios, contratos de repasse, acordos, ajustes e instrumentos congêneres firmados com outras esferas de governo ou entidades públicas e privadas; e
– o produto de operações de crédito autorizadas, na forma da legislação vigente.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado, nos limites e condições previstos na Lei Orçamentária Anual ou em lei específica, mediante ato próprio, a realizar remanejamentos, transposições e realocações de recursos orçamentários, no âmbito da administração municipal, para compatibilizar a programação orçamentária com as necessidades administrativas e operacionais da execução do orçamento.
§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por:

– remanejamento: a movimentação de dotações de um órgão para outro;
– transposição: a movimentação de dotações no âmbito dos programas de trabalho, em decorrência de repriorização de ações; e
– realocação: a movimentação de dotações entre categorias de programação ou entre unidades orçamentárias, dentro do mesmo órgão ou entre órgãos distintos.

§ 2º As movimentações de que trata o caput deverão preservar o equilíbrio orçamentário, a compatibilidade com as metas fiscais e o cumprimento dos objetivos dos programas de governo.

§ 3º As alterações previstas neste artigo não poderão desvirtuar a finalidade das dotações orçamentárias nem comprometer despesas obrigatórias e serviços públicos essenciais.
Art. 31. Os projetos de lei relativos à abertura de créditos adicionais, quando dependerem de autorização legislativa específica, serão encaminhados ao Poder Legislativo acompanhados de exposição de motivos e dos demonstrativos necessários à identificação da fonte de recursos, da repercussão financeira e da adequação da alteração proposta.

Art. 32. Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2026 poderão ser reabertos no exercício de 2027, até o limite de seus saldos, na forma

do § 2º do art. 167 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, os saldos reabertos serão incorporados ao orçamento do exercício de 2027 com a mesma classificação orçamentária, observadas as adaptações necessárias à execução da programação.

Art. 33. Os pedidos de abertura de créditos adicionais deverão ser formalizados pelos órgãos e unidades orçamentárias da Administração Municipal, devidamente justificados, e encaminhados ao órgão responsável pela gestão orçamentária e contábil do Município para análise técnica e adoção das providências cabíveis.
Parágrafo único. Os pedidos de que trata o caput deverão conter, no mínimo:
– a justificativa da necessidade da alteração;
– a indicação da dotação a ser suplementada, remanejada, transposta ou realocada;
– a indicação da correspondente fonte de recursos; e
– a demonstração da compatibilidade da alteração com as metas e prioridades da Administração Municipal.
Art. 34. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Chefe do Poder Executivo estabelecerá a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 35. No prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por unidade orçamentária, especificando, para cada categoria de programação, a natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais serão incorporadas ao Quadro de Detalhamento da Despesa na forma da legislação aplicável.
CAPÍTULO IX
Da Execução Orçamentária e da Fiscalização Seção I
Do Cumprimento das Metas Fiscais

Art. 36. O Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais estabelecidas nesta Lei, em observância à legislação aplicável e às normas de responsabilidade na gestão fiscal.

§ 1º A demonstração e a avaliação de que trata o caput considerarão, dentre outros aspectos:

– o comportamento da receita e da despesa;
– os resultados primário e nominal;
– a evolução da dívida pública;
– o cumprimento dos limites constitucionais e legais; e
– a necessidade de adoção de medidas corretivas para preservação do equilíbrio fiscal.

§ 2º A avaliação das metas fiscais servirá de base para a adoção de ajustes na execução orçamentária e financeira, sempre que necessário, com vistas ao cumprimento dos objetivos da Administração Municipal.

§ 3º As metas fiscais previstas nesta Lei poderão ser revistas por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual, desde que devidamente demonstrada a necessidade de ajuste em razão de alterações relevantes no cenário econômico, financeiro ou fiscal do Município.

Seção II
Da Limitação de Empenho

Art. 37. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas nesta Lei, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e da movimentação financeira, nos termos da legislação vigente.

§ 1º A limitação de empenho e da movimentação financeira deverá observar os critérios estabelecidos nesta Lei e os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e continuidade dos serviços públicos essenciais.

§ 2º A limitação recairá, preferencialmente, sobre despesas discricionárias, especialmente:

– investimentos ainda não iniciados;
– despesas de custeio não essenciais; e
– despesas com ações que possam ser reprogramadas sem prejuízo relevante à Administração Pública.

§ 3º Na hipótese de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcialmente, a recomposição das dotações cujos empenhos tenham sido limitados será feita de forma proporcional às reduções efetivadas.
Art. 38. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive:
– pessoal e encargos sociais, ressalvadas as medidas de ajuste fiscal previstas na legislação aplicável;
– serviço da dívida pública;
– transferências constitucionais e legais;
– despesas destinadas à saúde, à educação e à assistência social, quando vinculadas a percentuais mínimos constitucionais ou legais; e
– despesas indispensáveis ao funcionamento das atividades essenciais da Administração Pública.

Parágrafo único. A limitação de empenho deverá preservar, sempre que possível, a continuidade dos programas estratégicos e a manutenção dos serviços públicos indispensáveis ao atendimento da população.

Art. 39. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal obedecerá ao disposto na legislação aplicável, devendo ser apurado com base na execução orçamentária, nas metas físicas e nos resultados alcançados, de forma a subsidiar a avaliação da eficiência e da efetividade da gestão pública.

Art. 40. Os programas e ações priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual serão objeto de acompanhamento e avaliação permanentes pelos órgãos responsáveis, com a finalidade de verificar o cumprimento de seus objetivos, metas físicas, custos e resultados.

CAPÍTULO X
Das Vedações
Art. 41. Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração, criação, expansão ou execução de despesa em desacordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e das demais normas aplicáveis à gestão fiscal e orçamentária.
Parágrafo único. A realização de despesa sem a devida previsão orçamentária, sem observância das metas fiscais ou sem o cumprimento das exigências legais de controle e responsabilidade fiscal sujeitará o agente público às sanções cabíveis, na forma da legislação aplicável.

Art. 42. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações destinadas ao pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade ao qual pertença ou em que esteja lotado.

§ 1º Também é vedada a destinação de recursos públicos para:
– ações, projetos ou atividades de caráter político-partidário;
– campanhas ou objetivos estranhos às atribuições legais da Administração Pública Municipal;
– obras ou investimentos de grande vulto sem comprovação de sua viabilidade técnica, financeira e do efetivo interesse público;
– transferências a entidades privadas com fins lucrativos, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas em lei; e
– despesas que não atendam aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade e interesse público.
§ 2º A vedação prevista no inciso III do § 1º aplica-se especialmente às despesas que possam comprometer o equilíbrio das finanças municipais ou prejudicar a manutenção dos serviços públicos essenciais.

CAPÍTULO XI
Das Dívidas Seção Única
Da Dívida Fundada Interna Subseção I
Dos Precatórios

Art. 43. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 consignará dotações específicas para o pagamento do serviço da dívida pública municipal, compreendendo a amortização do principal, os encargos e os demais compromissos legalmente assumidos, observadas a legislação aplicável e a capacidade financeira do Município.

§ 1º Também deverão constar dotações específicas para o pagamento de requisições de pequeno valor – RPV e de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril de 2026, nos termos da Constituição Federal.

§ 2º Os valores destinados ao pagamento de precatórios e requisições judiciais serão alocados nas unidades orçamentárias responsáveis, observada a adequada classificação da despesa e a ordem cronológica de apresentação, quando aplicável.

§ 3º O pagamento da dívida pública e dos precatórios observará os princípios da legalidade, da responsabilidade fiscal, do planejamento orçamentário e da continuidade administrativa.
Art. 44. O Poder Executivo manterá sistema de controle e registro individualizado da dívida pública municipal, de modo a evidenciar, no mínimo:
– a origem e a natureza do débito;
– o credor;
– o valor atualizado da obrigação;
– o cronograma de pagamento;
– os encargos incidentes; e
– as garantias, quando houver.

Parágrafo único. O controle de que trata o caput subsidiará a elaboração da proposta orçamentária, o acompanhamento da execução fiscal e a transparência da gestão das obrigações financeiras do Município.
CAPÍTULO XII
Do Plano Plurianual
Art. 45. A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027 observará as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Municipal estabelecidos no Plano Plurianual, devendo ser mantida a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.
§ 1º A compatibilização entre o Plano Plurianual, esta Lei e a Lei Orçamentária Anual considerará a estimativa das receitas, a fixação das despesas, as prioridades da Administração Municipal e a necessidade de preservação do equilíbrio fiscal.
§ 2º A programação constante da proposta orçamentária poderá contemplar ajustes na execução física e financeira das ações previstas no Plano Plurianual, desde que preservados os programas, os objetivos estratégicos e o interesse público.
Art. 46. Os programas, projetos e atividades constantes do Plano Plurianual poderão ser detalhados, desdobrados ou ajustados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, desde que tais alterações contribuam para a melhor execução das ações governamentais e não desfigurem os objetivos originalmente estabelecidos no planejamento municipal.
Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado a propor alterações no Plano Plurianual, inclusive com a inclusão, exclusão ou modificação de programas, ações, produtos, metas e respectivos valores, quando tais ajustes se fizerem necessários à compatibilização com as prioridades da Administração Municipal, com a realidade fiscal do Município e com a execução orçamentária.
Parágrafo único. As alterações de que trata o caput deverão observar a legislação aplicável, as competências constitucionais e legais do Poder Legislativo e serão formalizadas por meio de lei específica, quando exigido.

Art. 48. Na hipótese de abertura de créditos adicionais especiais que impliquem criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental não contemplada originalmente no Plano Plurianual, fica o Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no planejamento municipal, para fins de compatibilização, acompanhamento, controle e avaliação da execução orçamentária.

CAPÍTULO XIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 49. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 será encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistir previsão específica na Lei Orgânica Municipal quanto ao prazo de encaminhamento, o Projeto de Lei Orçamentária Anual será remetido até 30 de setembro de 2026.

Art. 50. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo para o exercício de 2027 será encaminhada ao Poder Executivo até 15 de agosto de 2026, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual do Município.

Parágrafo único. A proposta de que trata o caput deverá observar os limites constitucionais e legais aplicáveis, especialmente quanto à fixação das despesas do Poder Legislativo.

Art. 51. Os projetos de lei relativos à alteração da legislação tributária municipal, para vigorar no exercício de 2027, deverão ser encaminhados, apreciados e, se aprovados, publicados dentro do exercício de 2026, observado o princípio da anterioridade e as demais normas aplicáveis.

Art. 52. Será assegurada a participação da população na elaboração e discussão da proposta orçamentária, por meio de audiências públicas e de outros mecanismos de transparência e participação social, na forma da legislação aplicável.

§ 1º A participação popular poderá ocorrer junto ao Poder Executivo, durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, e junto ao Poder Legislativo, durante a tramitação do respectivo projeto de lei.

§ 2º As sugestões apresentadas pela sociedade poderão ser consideradas na definição das prioridades e metas da Administração Municipal, desde que compatíveis com o interesse público, com o planejamento governamental e com a capacidade financeira do Município.

§ 3º As emendas ao projeto de lei orçamentária deverão observar os requisitos constitucionais e legais, especialmente quanto à indicação dos recursos correspondentes e à compatibilidade com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 53. Os projetos, obras, reformas, ampliações e serviços públicos executados ou custeados pelo Município deverão observar as normas de acessibilidade previstas na legislação federal vigente, assegurando o acesso das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Art. 54. O Município priorizará a celebração de convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e instrumentos congêneres destinados à captação de recursos oriundos de transferências voluntárias da União, do Estado e de emendas parlamentares, observadas as exigências legais, a capacidade técnica e financeira do Município e o interesse público.

Art. 55. A prestação de contas anual do Município conterá os demonstrativos, anexos e informações exigidos pela legislação federal, estadual e pelas normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, inclusive quanto à remessa, publicação e tempestividade dos demonstrativos fiscais e contábeis.

Art. 56. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2026, a programação nele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total previsto para cada dotação, até sua aprovação e publicação.

§ 1º O disposto no caput não se aplica às despesas que, por sua natureza, não possam sofrer fracionamento ou cuja execução seja indispensável à continuidade administrativa.

§ 2º Excluem-se do limite previsto no caput as despesas com:

– pessoal e encargos sociais;

– serviço da dívida pública;

– obrigações constitucionais e legais do Município;

– despesas decorrentes de sentenças judiciais e precatórios; e

– ações e serviços públicos essenciais indispensáveis ao funcionamento da Administração Municipal.

Art. 57. O Poder Executivo poderá expedir normas complementares necessárias à execução desta Lei, desde que não impliquem inovação em matéria reservada à lei.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Revogam-se as disposições em contrário.

São Bento do Trairí-RN, 29 de junho de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS

Prefeito Municipal

ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES DE CUSTEIO A SEREM PRIORIZADAS

I – ORÇAMENTO FISCAL

– Na área do Poder Legislativo

- Manter as atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal;

- Apoiar as ações de capacitação, modernização e aperfeiçoamento das atividades do Poder Legislativo.

– Nas áreas do Gabinete do Prefeito, Procuradoria, Controladoria e Assessoria
- Manter as atividades do Gabinete do Prefeito;
- Manter as ações da Procuradoria Geral do Município;
- Manter as ações da Controladoria Municipal;
- Manter os serviços de assessoria de imprensa, comunicação institucional e apoio administrativo;
- Fortalecer a articulação institucional e o apoio às ações de interesse da Administração Municipal.

– Nas áreas da Administração, Planejamento e Finanças
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Finanças;
- Assegurar o funcionamento dos serviços de gestão administrativa, planejamento, controle, arquivo, compras e patrimônio;
- Promover o aperfeiçoamento da gestão pública municipal;
- Manter as contribuições obrigatórias ao PASEP;
- Apoiar associações representativas de classes, quando houver interesse público;
- Apoiar ações de segurança pública em regime de cooperação institucional;
- Assegurar o pagamento de obrigações correntes vinculadas à administração municipal.

– Na área da Agricultura
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Agricultura;
- Apoiar o pequeno agricultor e o produtor rural;
- Apoiar campanhas de vacinação animal;
- Garantir a contrapartida e a manutenção das ações vinculadas ao Programa Garantia Safra;
- Incentivar a agricultura familiar e as ações de fortalecimento da produção rural;
- Promover ações de convivência com o semiárido;
- Manter e ampliar o sistema de abastecimento de água nas áreas rurais, quando couber.
- Fortalecer programas habitacionais de interesse social;
- Ampliar ações voltadas à redução do déficit habitacional.

– Na área da Educação
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Educação;
- Manter e desenvolver o ensino fundamental;
- Manter e desenvolver a educação infantil;
- Manter as ações financiadas com recursos do FUNDEB, observadas suas vinculações legais;
- Manter o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
- Manter o Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE e demais ações de transporte escolar;
- Manter as ações vinculadas ao Salário-Educação;
- Apoiar os conselhos municipais da educação;
- Manter programas voltados à alfabetização, à educação de jovens e adultos e à melhoria do

ensino;
- Garantir material escolar e apoio pedagógico aos alunos da rede municipal, observada a disponibilidade orçamentária;
- Fortalecer ações de inclusão, acessibilidade, acompanhamento pedagógico e melhoria da aprendizagem;
– Priorizar a valorização dos profissionais da educação;
– Destinar recursos para aquisição de materiais pedagógicos e tecnológicos;
– Fortalecer a formação continuada de gestores e professores.

– Na área de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- Manter a rede pública de energia e iluminação pública;
- Manter a conservação de prédios públicos, praças, vias, logradouros e demais equipamentos urbanos;

- Manter os serviços urbanos essenciais, especialmente limpeza, conservação e apoio à infraestrutura municipal;
- Promover a manutenção de estradas, acessos, canteiros, passeios públicos e demais espaços de uso coletivo;
- Apoiar ações de melhoria da infraestrutura urbana e rural, de forma continuada.
- Intensificar a manutenção e recuperação das estradas vicinais;
- Modernizar o sistema de iluminação pública municipal.

– Na área do Meio Ambiente, Urbanismo, Recursos Hídricos e Turismo
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo, Recursos Hídricos e Turismo;
- Manter e desenvolver ações voltadas ao turismo do Município;
- Promover ações de educação ambiental e preservação dos recursos naturais;
- Manter serviços e ações voltados ao abastecimento hídrico, manejo ambiental e organização urbana, quando couber;
- Apoiar iniciativas voltadas à valorização do potencial turístico e ambiental do Município;
- Desenvolver ações permanentes de preservação e recuperação de recursos hídricos;
– Criar e implantar projetos de reflorestamento, preservação e conservação ambiental

– Na área do Transporte
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Transporte;
- Assegurar o funcionamento do sistema municipal de transporte e apoio logístico às ações administrativas e operacionais;
- Manter ações voltadas à mobilidade e ao atendimento das demandas da população.

– Nas áreas do Esporte, Cultura e Lazer
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer;
- Manter as atividades culturais do Município;
- Apoiar ações de fomento à cultura;
- Promover e apoiar festas do calendário regional e nacional;
- Apoiar e promover eventos esportivos, recreativos e de lazer;
- Incentivar a valorização das manifestações culturais, artísticas e esportivas locais.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
– Na área da Saúde

- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Saúde;
- Manter as ações do Fundo Municipal de Saúde;
- Manter e aperfeiçoar o sistema de marcação de consultas;
- Manter as ações e serviços públicos de saúde da atenção básica;
- Manter as ações vinculadas aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS;
- Manter as ações de Saúde Bucal;
- Manter as ações da Estratégia Saúde da Família – ESF/PSF;
- Manter as ações de assistência farmacêutica;
- Manter as ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar;
- Manter as ações de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica;
- Manter as ações de gestão do SUS;
- Apoiar o Conselho Municipal de Saúde;
- Manter o pagamento da complementação do piso da enfermagem, quando houver ingresso dos recursos correspondentes;
- Manter consórcios, cooperações e demais instrumentos de apoio à prestação de serviços de saúde, quando couber.
– Na área da Assistência Social, Habitação e Proteção Social
- Manter as atividades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social;
- Manter as atividades do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
- Manter as ações do Fundo da Pessoa Idosa – FPI;
- Manter o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional;

- Manter as ações do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Manter as ações da Proteção Social Básica, inclusive CRAS e SCFV;
- Manter as ações da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade;
- Manter as ações da gestão do SUAS;
- Manter as ações do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, inclusive IGD/PBF;
- Manter as ações do Programa Criança Feliz / Primeira Infância no SUAS;
- Manter as ações do controle social da assistência social;
- Apoiar o Conselho Municipal de Assistência Social;
- Manter programas de assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Manter as ações do FIA – Fundo da Infância e Adolescência;
- Manter o setor de habitação e as ações de apoio à política habitacional;
- Manter convênios e parcerias com entidades prestadoras de serviços socioassistenciais, quando houver interesse público e previsão legal;
- Manter programas de geração de renda, inclusão produtiva e fortalecimento da cidadania.

São Bento do Trairí-RN, 29 de junho de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

ANEXO II - DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO

I – ORÇAMENTO FISCAL

– Na área do Poder Legislativo
- Adquirir equipamentos, mobiliário e material permanente destinados ao funcionamento da Câmara Municipal;
- Promover melhorias estruturais e modernização das instalações do Poder Legislativo.

– Nas áreas do Gabinete do Prefeito, Procuradoria, Controladoria e Assessoria
- Adquirir veículo, equipamentos e bens permanentes destinados ao Gabinete do Prefeito;
- Adquirir equipamentos e material permanente para a Procuradoria, Controladoria e demais unidades vinculadas ao Gabinete;
- Promover a modernização da estrutura física e tecnológica das unidades administrativas vinculadas ao Gabinete.

– Nas áreas da Administração, Planejamento e Finanças
- Adquirir equipamentos, mobiliário e material permanente para as Secretarias de Administração, Planejamento e Finanças;
- Promover a modernização administrativa e tecnológica da gestão pública municipal;
- Reestruturar e adequar espaços físicos destinados ao funcionamento da administração municipal;
- Construir, ampliar, reformar ou adequar prédios públicos destinados à administração.

– Na área da Agricultura
- Adquirir tratores, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas;
- Adquirir bens permanentes destinados ao fortalecimento da agricultura familiar e da produção rural;
- Implantar, ampliar e modernizar sistemas de abastecimento de água e apoio hídrico na zona rural;
- Perfurar, instalar e manter poços tubulares;
- Implantar sistemas de irrigação em áreas públicas e produtivas;
- Implantar estruturas voltadas ao apoio da produção, armazenamento e comercialização rural;
- Ampliação dos sistemas de abastecimento de água na zona rural;
- Construção de reservatórios estratégicos para abastecimento humano e produção agrícola;
- Aquisição de equipamentos destinados à agricultura familiar.

– Na área da Educação

- Adquirir imóveis destinados à expansão da rede municipal de ensino;
- Implantar acessibilidade nas escolas da rede municipal;
- Construir, ampliar, reformar e equipar unidades escolares;
- Construir, ampliar, reformar e equipar creches e pré-escolas;
- Construir e/ou restaurar quadras de esportes em escolas públicas;
- Adquirir veículos destinados ao transporte escolar;
- Adquirir equipamentos permanentes, inclusive para climatização das escolas;
- Ampliar a infraestrutura física e tecnológica voltada ao funcionamento da educação municipal.

– Na área de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos
- Adquirir imóveis de interesse público;
- Conservar, reformar, ampliar e modernizar prédios públicos;

- Construir, reformar e modernizar praças, canteiros, passeios públicos e demais espaços urbanos;
- Construir, pavimentar e recuperar vias públicas;
- Executar serviços de recapeamento asfáltico em vias públicas;
- Urbanizar canteiros, vias e logradouros públicos;
- Construir, ampliar e modernizar cemitérios públicos;
- Construir calçadas, pistas de caminhada e passeios públicos;
- Construir galpão destinado ao incentivo de atividades produtivas e industriais;
- Construir garagem pública e outras estruturas de apoio operacional;
- Construir, ampliar ou concluir o prédio-sede da Prefeitura Municipal;
- Implantar, ampliar e modernizar a rede pública de energia e iluminação pública;
- Implantar sinalização de ruas e logradouros;
- Executar ações estruturantes de infraestrutura urbana e rural;
- Recuperação e melhoria de estradas vicinais;
- Implantação de pavimentação em vias urbanas e rurais;
- Modernização da iluminação pública com tecnologia de maior eficiência energética.

– Na área do Meio Ambiente, Urbanismo, Recursos Hídricos e Turismo
- Implantar projetos de arborização urbana;
- Implantar e estruturar sistema de destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos;
- Implantar, ampliar e modernizar equipamentos e estruturas voltadas ao turismo;
- Reformar e modernizar equipamentos públicos de interesse turístico e ambiental;
- Construir e manter pórticos e estruturas de valorização urbana e turística;
- Adquirir equipamentos e material permanente para as ações de meio ambiente, urbanismo, recursos hídricos e turismo
- Perfuração e instalação de poços tubulares;
- Construção e recuperação de sistemas simplificados de abastecimento de água.

– Na área do Transporte
- Adquirir veículos, máquinas, equipamentos e material permanente destinados à Secretaria Municipal de Transporte;
- Implantar e melhorar estruturas de apoio ao sistema municipal de transporte;
- Executar investimentos voltados à melhoria da mobilidade e da logística municipal.

– Nas áreas do Esporte, Cultura e Lazer
- Construir, ampliar, reformar e modernizar quadras, ginásios, estádios e complexo esportivo;
- Reformar e manter o estádio de futebol;
- Adquirir equipamentos e material permanente para esporte, cultura e lazer;
- Implantar, ampliar e modernizar espaços culturais, esportivos e de lazer;
- Executar investimentos voltados à valorização da cultura, do esporte e do lazer no Município.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

– Na área da Saúde
- Construir, reformar, ampliar e modernizar unidades de saúde;
- Adquirir veículos destinados aos serviços de saúde, inclusive ambulâncias e unidades móveis;
- Adquirir equipamentos e material permanente para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Fundo Municipal de Saúde;
- Implantar e modernizar sistemas de marcação de consultas e regulação em saúde;
- Realizar investimentos na rede de serviços públicos de saúde, inclusive atenção básica, atenção especializada, vigilância em saúde e gestão do SUS;

- Estruturar e modernizar os serviços da assistência farmacêutica, da atenção básica e da vigilância em saúde.

– Na área da Assistência Social, Habitação e Proteção Social
- Construir, reformar, ampliar e modernizar a unidade do CRAS;
- Reformar e ampliar o prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Construir unidades habitacionais de interesse social;
- Adquirir imóveis destinados às políticas de assistência social, habitação e saneamento;
- Adquirir equipamentos e material permanente para os serviços, programas, projetos e unidades da assistência social;
- Estruturar equipamentos públicos voltados à proteção social básica e especial;
- Implantar e fortalecer estruturas de atendimento voltadas à primeira infância, à pessoa idosa, à criança e ao adolescente e às famílias em situação de vulnerabilidade;
- Construção de unidades habitacionais de interesse social;
- Aquisição de áreas destinadas a programas habitacionais.

– Na área do Saneamento
- Adquirir imóvel destinado à área de saneamento;
- Construir bacia de estabilização;
- Ampliar o sistema de saneamento básico;
- Executar investimentos em infraestrutura sanitária e ambiental voltados à melhoria das condições de vida da população;
- Ampliação da rede de esgotamento sanitário;
- Construção de sistemas simplificados de tratamento de esgoto.

São Bento do Trairí-RN, 29 de junho de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- METAS ANUAIS

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º) R$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	38,694,170.72	35,603,764.00	-	94.24%	40,625,280.03	36,021,706.00	-	94.79%	43,066,615.13	38,183,008.36	-	97.91%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	38,659,657.21	35,572,007.00	-	94.15%	40,589,041.56	35,989,574.00	-	94.71%	43,028,198.95	38,148,948.44	-	97.82%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	38,269,439.49	35,212,955.00	-	93.20%	40,179,347.91	35,626,306.00	-	93.75%	42,593,885.17	37,763,884.36	-	96.83%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	36,970,666.76	34,017,912.00	-	90.04%	38,815,758.76	34,417,236.00	-	90.57%	41,148,352.51	36,482,270.16	-	93.54%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	38,694,170.72	35,603,764.00	-	94.24%	40,625,280.03	36,021,706.00	-	94.79%	43,066,615.13	38,183,008.36	-	97.91%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	38,647,081.84	35,560,436.00	-	94.12%	40,575,838.40	35,977,867.00	-	94.68%	43,014,202.36	38,136,539.02	-	97.79%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	38,269,439.49	35,212,955.00	-	93.20%	40,179,347.91	35,626,306.00	-	93.75%	42,593,885.17	37,763,884.36	-	96.83%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	36,970,666.76	34,017,912.00	-	90.04%	38,815,758.76	34,417,236.00	-	90.57%	41,148,352.51	36,482,270.16	-	93.54%
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da linha (V) = (I – II)	1,688,990.45	1,554,095.00	-	4.11%	1,773,282.80	1,572,338.00	-	4.14%	1,879,846.43	1,666,678.28	-	4.27%
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da linha (VI) = (V) + (III – IV)	3,365,405.53	3,096,619.00	-	8.20%	1,773,282.80	1,572,338.00	-	4.14%	1,879,846.43	1,666,678.28	-	4.27%

Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	31,377.00	28,871.00	-	0.08%	31,374.27	27,819.00	-	0.07%	33,259.67	29,488.14	-	0.08%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	457.54	421.00	-	0.00%	457.89	406.00	-	0.00%	485.40	430.36	-	0.00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	4,600,784.13	4,233,331.00	-	11.20%	4,600,376.27	4,079,071.00	-	10.73%	4,876,831.23	4,323,815.26	-	11.09%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4,930,956.14	4,537,133.00	-	12.01%	4,930,518.30	4,371,802.00	-	11.50%	5,226,812.80	4,634,110.12	-	11.88%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0.00	0.00	-	0.00%	0.00	0.00	-	0.00%	0.00	0.00		0.00%
Fonte: /Relatórios da LRF												

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I) R$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	41,507,732.00	-	111.61%	38,939,180.06	-	103.06%	-2,568,551.94	-6.19%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	41,478,770.00	-	111.53%	38,691,655.93	-	102.41%	-2,787,114.07	-6.72%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	41,507,732.00	-	111.61%	38,894,767.39	-	102.95%	-2,612,964.61	-6.30%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	40,544,821.00	-	109.02%	37,696,784.96	-	99.78%	-2,848,036.04	-7.02%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	41,507,732.00	-	111.61%	38,939,180.06	-	103.06%	-2,568,551.94	-6.19%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	41,478,770.00	-	111.53%	38,691,655.93	-	102.41%	-2,787,114.07	-6.72%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	41,507,732.00	-	111.61%	38,894,767.39	-	102.95%	-2,612,964.61	-6.30%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	40,544,821.00	-	109.02%	37,696,784.96	-	99.78%	-2,848,036.04	-7.02%
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da linha (V) = (I – II)	933,949.00	-	2.51%	994,870.97	-	2.63%	60,921.97	6.52%
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da linha (VI) = (V) + (III – IV)	1,867,898.00	-	5.02%	1,989,741.94	-	5.27%	121,843.94	6.52%
Dívida Pública Consolidada (DC)	4,182,531.00	-	11.25%	4,334,076.99	-	11.47%	151,545.99	3.62%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4,150,867.00	-	11.16%	3,109,907.63	-	8.23%	-1,040,959.37	-25.08%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0.00	-	0.00%	2,390,488.11	-	6.33%	2,390,488.11	-
Fonte: / Relatórios da LRF								

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II) R$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	31,978,655.00	41,507,732.00	29.80%	35,176,519.00	-15.25%	38,694,170.72	10.00%	40,625,280.03	4.99%	43,066,615.13	6.01%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	31,950,130.00	41,482,022.00	29.83%	35,145,143.00	-15.28%	38,659,657.21	10.00%	40,589,041.56	4.99%	43,028,198.95	6.01%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	31,627,634.00	41,507,732.00	31.24%	34,790,399.00	-16.18%	38,269,439.49	10.00%	40,179,347.91	4.99%	42,593,885.17	6.01%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	30,554,269.00	40,544,821.00	32.70%	33,609,697.00	-17.10%	36,970,666.76	10.00%	38,815,758.76	4.99%	41,148,352.51	6.01%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	31,978,655.00	41,507,732.00	29.80%	35,176,519.00	-15.25%	38,694,170.72	10.00%	40,625,280.03	4.99%	43,066,615.13	6.01%
Receita Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	31,939,737.00	41,478,770.00	29.87%	35,133,711.00	-15.30%	38,647,081.84	10.00%	40,575,838.40	4.99%	43,014,202.36	6.01%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	31,627,634.00	41,507,732.00	31.24%	34,790,399.00	-16.18%	38,269,439.49	10.00%	40,179,347.91	4.99%	42,593,885.17	6.01%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	30,554,269.00	40,544,821.00	32.70%	33,609,697.00	-17.10%	36,970,666.76	10.00%	38,815,758.76	4.99%	41,148,352.51	6.01%
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (V) = (I - II)	1,395,861.00	937,201.00	-32.86%	1,535,446.00	63.83%	1,688,990.45	10.00%	1,773,282.80	4.99%	1,879,846.43	6.01%
Resultado Primário (COM RPPS) Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	2,781,329.00	1,871,150.00	-32.72%	3,059,460.00	63.51%	3,365,405.53	10.00%	1,773,282.80	-47.31%	1,879,846.43	6.01%
Dívida Pública Consolidada (DC)	4,182,531.00	4,182,531.00	0.00%	4,600,784.00	10.00%	4,600,784.13	0.00%	4,600,376.27	-0.01%	4,876,831.23	6.01%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4,150,867.00	4,150,867.00	0.00%	4,565,954.00	10.00%	4,930,956.14	7.99%	4,930,518.30	-0.01%	5,226,812.80	6.01%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1,211,232.00	2,390,488.00	97.36%	-448,268.00	-	0.00	-	0.00	-	0.00	-
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	33,577,587.00	41,507,732.00	23.62%	33,661,741.00	-18.90%	35,603,764.00	5.77%	36,021,706.00	1.17%	38,183,008.36	6.00%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	33,547,637.00	41,482,022.00	23.65%	33,631,716.00	-18.92%	35,572,007.00	5.77%	35,989,574.00	1.17%	38,148,948.44	6.00%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	33,209,016.00	41,507,732.00	24.99%	33,292,248.00	-19.79%	35,212,955.00	5.77%	35,626,306.00	1.17%	37,763,884.36	6.00%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	32,081,983.00	40,544,821.00	26.38%	32,162,389.00	-20.67%	34,017,912.00	5.77%	34,417,236.00	1.17%	36,482,270.16	6.00%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	33,577,587.00	41,507,732.00	23.62%	33,661,741.00	-18.90%	35,603,764.00	5.77%	36,021,706.00	1.17%	38,183,008.36	6.00%

Receita Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	33,536,724.00	41,478,770.00	23.68%	33,620,776.00	-18.94%	35,560,436.00	5.77%	35,977,867.00	1.17%	38,136,539.02	6.00%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	33,209,016.00	41,507,732.00	24.99%	33,292,248.00	-19.79%	35,212,955.00	5.77%	35,626,306.00	1.17%	37,763,884.36	6.00%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	32,081,983.00	40,544,821.00	26.38%	32,162,389.00	-20.67%	34,017,912.00	5.77%	34,417,236.00	1.17%	36,482,270.16	6.00%
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (V) = (I - II)	1,465,654.00	937,201.00	-36.06%	1,469,327.00	56.78%	1,554,095.00	5.77%	1,572,338.00	1.17%	1,666,678.28	6.00%
Resultado Primário (COM RPPS) Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	2,920,395.00	1,871,150.00	-35.93%	2,927,714.00	56.47%	3,096,619.00	5.77%	1,572,338.00	-49.22%	1,666,678.28	6.00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	4,391,657.00	4,182,531.00	-4.76%	4,402,664.00	5.26%	4,233,331.00	-3.85%	4,079,071.00	-3.64%	4,323,815.26	6.00%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4,358,410.00	4,150,867.00	-4.76%	4,369,334.00	5.26%	4,537,133.00	3.84%	4,371,802.00	-3.64%	4,634,110.12	6.00%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1,271,794.00	0.00	-100.00%	-428,965.00	-	0.00	-	0.00	-	0.00	-
Fonte: / Relatórios da LRF											

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Reservas	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Resultado Acumulado	-3,391,561.51	100.00%	8,179,154.14	100.00%	5,524,177.37	100.00%
TOTAL	**-3,391,561.51**	**100.00%**	**8,179,154.14**	**100.00%**	**5,524,177.37**	**100.00%**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**
Fonte: / Relatórios da LRF / Balanço Anual 2025						

Nota Explicativa: O Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido foi elaborado com base nos dados do Balanço Patrimonial Consolidado do Município. No exercício de 2025, o patrimônio líquido apresentou saldo negativo, concentrado integralmente na conta de Resultados Acumulados, refletindo a posição patrimonial apurada ao final do exercício.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso III) R$ 1.00

RECEITAS REALIZADAS	**2025**	**2024**	**2023**
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**185,500.00**	**0.00**	**0.00**
Alienação de Bens Móveis	185,500.00	0.00	0.00
Alienação de Bens Imóveis	0.00	0.00	0.00
Alienação de Bens Intangíveis	0.00	0.00	0.00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0.00	0.00	0.00
DESPESAS EXECUTADAS	**2025**	**2024**	**2023**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**0.00**	**0.00**	**0.00**
DESPESAS DE CAPITAL	**0.00**	**0.00**	**0.00**
Investimentos	0.00	0.00	0.00
Inversões Financeiras	0.00	0.00	0.00
Amortização da Dívida	0.00	0.00	0.00
DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0.00**	**0.00**	**0.00**
Regime Geral de Previdência Social	0.00	0.00	0.00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0.00	0.00	0.00
SALDO FINANCEIRO	**2025**	**2024**	**2023**
VALOR (III)	**185,500.00**	**0.00**	**0.00**
Fonte: / Relatórios da LRF / Balanço Anual 2025			

Nota Explicativa: No exercício de 2025, o Município arrecadou R$ 185.500,00 com alienação de bens móveis. Não houve, no exercício, aplicação desses recursos em despesas de capital, razão pela qual o saldo financeiro remanescente foi mantido integralmente para aplicação futura, nos termos da legislação vigente.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027 PLANO PREVIDENCIÁRIO
Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS 2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2023	2024	2025

Nota de Não Aplicabilidade: O Município de São Bento do Trairí/RN não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, estando seus servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Dessa forma, não se aplica ao Município a elaboração do demonstrativo de avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores, previsto no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027 PLANO PREVIDENCIÁRIO
Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") R$ milhares

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

Nota de Não Aplicabilidade: O Município de São Bento do Trairí/RN não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, estando seus servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Dessa forma, não se aplica ao Município a elaboração do demonstrativo de avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores, previsto no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

AMF – Demonstrativo 7 (LRF,art. 4º, § 2º, inciso V) R$ 1.00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
NADA A DECLARAR						
TOTAL			0.00	0.00	0.00	

Nota Explicativa: Para os exercícios de 2027, 2028 e 2029, não há previsão de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita, razão pela qual o presente demonstrativo foi elaborado sem valores a compensar.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
- MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V) R$

EVENTO	VALOR PREVISTO 2027
Aumento Permanente da Receita	3,410,351.00
(-) Transferências Constitucionais	0.00
(-) Transferências ao FUNDEB	0.00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3,410,351.00
Redução Permanente de Despesa (II)	0.00
Margem Bruta (III) = (I + II)	3,410,351.00

Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0.00
Novas DOCC	0.00
Novas DOCC geradas por PPP	0.00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	3,410,351.00

Nota Explicativa: A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício de 2027 foi estimada com base no crescimento projetado da Receita Corrente Líquida do Município entre os exercícios de 2026 e 2027, conforme metodologia e memória de cálculo das metas anuais constantes dos demonstrativos fiscais. A RCL projetada para 2026 foi de R$ 34.103.507,00 e a RCL projetada para 2027 foi de R$ 37.513.858,00, resultando em acréscimo de R$ 3.410.351,00, adotado como margem líquida de expansão, por não terem sido consideradas reduções permanentes de despesa nem a instituição prévia de novas despesas obrigatórias de caráter continuado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

O Anexo de Riscos Fiscais tem por finalidade avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, indicando as providências a serem adotadas caso esses eventos venham a se concretizar, em conformidade com o disposto no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Para o exercício de 2027, foram considerados como principais riscos fiscais do Município de São Bento do Trairí/RN a possibilidade de frustração de arrecadação, o surgimento de passivos judiciais, a necessidade de cobertura de obrigações vinculadas à dívida consolidada, a ocorrência de restituições e devoluções de receitas, além de eventos imprevisíveis que possam demandar ações emergenciais da Administração Pública.

Caso tais riscos venham a se concretizar, as providências poderão envolver a utilização da Reserva de Contingência, a limitação de empenho e movimentação financeira, a abertura de créditos adicionais, o remanejamento de dotações orçamentárias e outras medidas necessárias à preservação do equilíbrio fiscal e da continuidade dos serviços públicos essenciais

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R$

PASSIVOS CONTINGENTES		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Frustração de arrecadação das receitas previstas	2,568,551.94	Limitação de empenho e movimentação financeira, com revisão da programação orçamentária	2,568,551.94
Demandas judiciais e precatórios supervenientes	0.00	Utilização da Reserva de Contingência e suplementação de dotações específicas, se necessário	0.00
Obrigações vinculadas à dívida consolidada e parcelamentos previdenciários	0.00	Controle da programação financeira e reforço de dotações mediante remanejamento ou suplementação	0.00
Restituições, devoluções de receitas e ajustes contábeis	0.00	Adequação da execução orçamentária e compensação com receitas correntes ou anulação de dotações	0.00
Eventos emergenciais, calamidades públicas e situações imprevisíveis	0.00	Utilização da Reserva de Contingência e abertura de créditos adicionais	0.00
Aplicação futura dos recursos obtidos com alienação de ativos	0.00	Vinculação em despesas de capital, na forma da legislação vigente	0.00
Outros riscos fiscais relevantes não previstos	0.00	Contenção de despesas discricionárias e adoção de medidas de equilíbrio fiscal	0.00
TOTAL	**2,568,551.94**	**TOTAL**	**2,568,551.94**

Fonte: Elaboração própria, com base na execução orçamentária do exercício de 2025, na LOA 2026, no RREO do 6º bimestre de 2025, no RGF do 3º quadrimestre de 2025 e na avaliação dos passivos e riscos fiscais do Município
Nota Explicativa: O valor atribuído ao risco de frustração de arrecadação corresponde à diferença entre a previsão atualizada da receita total do exercício de 2025, fixada em R$ 41.507.732,00, e a receita efetivamente arrecadada no mesmo exercício, no montante de R$ 38.939.180,06, resultando em frustração de arrecadação de R$ 2.568.551,94. Os demais riscos fiscais foram relacionados de forma qualitativa, sem valor financeiro específico, em razão da inexistência de quantificação formal individualizada até a elaboração desta Lei.

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:BA4AEDF8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 “ENSINANDO A FAZER CULTURA EM SÃO JOSÉ DO SERIDÓ” POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB ATA Nº 02/2026

Aos 23 dias do mês de junho de 2026, às 10:15 horas, reuniram-se os membros do Comitê Gestor designados por meio da Portaria nº 050, de 17 de abril de 2026, para proceder à análise e avaliação dos projetos inscritos no Edital de Chamamento Público nº 002/2026 – “Ensinando a Fazer Cultura em São José do Seridó”, promovido pela Prefeitura Municipal de São José do Seridó/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.

Estiveram presentes os seguintes membros:
• Ana Lygia de Figueiredo Pereira Diniz
• Hilário Petronio de Medeiros Dantas
• Ana célia Silva de Azevedo
• Filipe Campos Tolentino
• Maria Francinete de Medeiros
• José Roberto dos Santos

Aberta a reunião, a Comissão registrou que foram recebidas 7(sete) inscrições, distribuídas da seguinte forma:
• Categoria Oficina: 0 (zero) inscrições;
• Categoria Formação: 7(sete) inscrições.
Os membros procederam à análise individual e coletiva dos projetos apresentados, observando os critérios de avaliação de mérito cultural previstos no edital, especialmente:
A – Qualidade do Projeto;
B – Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município;
C – Aspectos de integração comunitária;
D – Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução;
E – Compatibilidade da experiência do proponente com a proposta apresentada;
F – Estratégias de democratização do acesso e acessibilidade;
G – Contribuição para a valorização e fortalecimento da cultura local.
Após a análise técnica e atribuição das pontuações, obteve-se o seguinte resultado:
CATEGORIA FORMAÇÃO

Nº	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	A	B	C	D	E	F	G	BONUS	TOTAL
01	Izabele Nobrega da Silva	Fios de Arte – Oficina de Crochê e empreende dorismo	15	10	10	10	10	10	20	5	90
02	Vinicius Jonathan Medeiros Celestino	Sanfona que resguarda: Juventude, Tradição e Forró.	-	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
03	Ana Claúdia Dantas da Silva	Dançando Sonhos	15	10	10	10	10	10	20	5	90
04	Maria de Fátima Ferreira Simplício	Aprendendo música com flauta doce	15	10	10	10	10	10	20	10	95
05	Melquides José de Oliveira Medeiros	A literatura de Cordel na Educação de Jovens e Adultos	15	10	10	10	10	10	20	0	85
06	Naumann Lucena Pereira de Matos	Formação Inicial de Banda Marcial para Adolescentes	15	10	10	10	10	10	20	0	85
07	Damiã Honorato Dantas	Iniciação ao Teatro: Como formação artística, Cultural e Social em São José do Seridó	15	10	10	10	10	10	20	0	85

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR – CATEGORIA FORMAÇÃO
1º Maria de Fátima Ferreira Simplício – 95 pontos (Cota Pessoa Negra)
2º Ana Claúdia Dantas da Silva – 90 pontos (Desempate Idade)
3º Izabele Nobrega da Silva – 90 pontos (Desempate Idade)
4º Melquides José de Oliveira Medeiros – 85 pontos (Desempate Idade)
5º Damião Honorato Dantas – 85 pontos (Desempate Idade)
6º Naumann Lucena Pereira de Matos – 85 pontos (Desempate Idade)

CATEGORIA OFICINA

Nº	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	A	B	C	D	E	F	G	TOTAL
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR – CATEGORIA OFICINA
1º _____-_____ – ____-__ pontos

REGISTRO DAS COTAS
Categoria Oficina:
Pessoa Negra: --

Pessoa Indígena: --
Pessoa com Deficiência (PCD): --
Categoria Formação:
Pessoa Negra: Maria de Fátima Ferreira Simplício
Pessoa Indígena: --
Pessoa com Deficiência (PCD): --
A Comissão registra que foram observadas todas as disposições do edital referentes às ações afirmativas, cotas, critérios de desempate, acessibilidade, análise de mérito cultural e compatibilidade orçamentária.
Após a conclusão dos trabalhos, os projetos acima relacionados foram considerados CLASSIFICADOS para a fase de habilitação documental, observada a ordem de classificação e o quantitativo de vagas previsto no edital.
Considerando que a modalidade **Oficina**, prevista no edital, não obteve inscrições habilitadas, restando, portanto, vagas e recursos financeiros sem destinação específica, e em observância aos princípios da eficiência, da razoabilidade e da adequada aplicação dos recursos públicos, a Comissão Gestora deliberou pela redistribuição do valor inicialmente destinado a essa modalidade.
Dessa forma, os recursos correspondentes às premiações não utilizadas na modalidade **Oficina** serão destinados às demais inscrições habilitadas da **Categoria Formação**, mediante rateio em partes iguais entre os proponentes contemplados. Em contrapartida os contemplados terão que apresentar planilha orçamentária atualizada de acordo com o valor que irão em tempo hábil, ou seja, 03 dias após a publicação.
A presente medida tem por finalidade assegurar a execução integral dos recursos públicos disponibilizados, evitando a ociosidade orçamentária e promovendo o fortalecimento das ações de formação cultural no município, em consonância com os objetivos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 12 horas, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros do Comitê Gestor.

São José do Seridó/RN, 23 de junho de 2026.

Nome:
Presidente do Comitê Gestor

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Publicado por:
Alline Dantas de Medeiros
Código Identificador:A32D348E

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026 "CULTURA E JUVENTUDE" POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB ATA Nº 03/2026

Aos 23 dias do mês de junho de 2026, às 09:40 horas, reuniram-se os membros do Comitê Gestor designados por meio da Portaria nº 050, de 17 de abril de 2026, para proceder à análise e avaliação dos projetos inscritos Edital de Chamamento Público nº 003/2026 – "Cultura e Juventude", promovido pela Prefeitura Municipal de São José do Seridó/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.
Estiveram presentes os seguintes membros:
• Ana Lygia de Figueiredo Pereira Diniz
• Hilário Petronio de Medeiros Dantas

• Ana célia Silva de Azevedo
• Filipe Campos Tolentino
• Maria Francinete de Medeiros
• José Roberto dos Santos

Aberta a reunião, a Comissão registrou que foram recebidas 1 (uma) inscrição.
Os membros procederam à análise individual e coletiva dos projetos apresentados, observando os critérios de avaliação de mérito cultural previstos no edital, especialmente:
A – Qualidade do Projeto;
B – Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município;
C – Aspectos de integração comunitária;
D – Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução;
E – Compatibilidade da experiência do proponente com a proposta apresentada;
F – Estratégias de democratização do acesso e acessibilidade;
G – Contribuição para a valorização e fortalecimento da cultura local.
Após a análise técnica e atribuição das pontuações, obteve-se o seguinte resultado:

Nº	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	A	B	C	D	E	F	G	TOTAL
01	Associação dos cantores, compositores e artistas semelhantes	CAPACITA ACCAS	15	10	10	10	10	10	20	85

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
1º Associação dos cantores, compositores e artistas semelhantes – 85 pontos

Todos os projetos foram avaliados conforme os critérios estabelecidos no edital. Foram observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A análise considerou o mérito cultural, a viabilidade técnica e financeira, o impacto social e a contribuição para a juventude e a cultura local. Os valores apresentados nas propostas foram considerados compatíveis com os objetivos dos projetos aprovados.
Após a conclusão dos trabalhos, os projetos acima relacionados foram considerados CLASSIFICADOS para a fase de habilitação documental, observada a ordem de classificação e o quantitativo de vagas previsto no edital.
Em razão de o número de projetos habilitados ser inferior ao número de premiações previstas no edital, os recursos financeiros correspondentes às premiações não preenchidas serão rateados, em partes iguais, entre os projetos habilitados e contemplados na respectiva categoria, assegurando a execução integral dos recursos destinados ao certame. Em contrapartida os contemplados terão que apresentar planilha orçamentária atualizada de acordo com o valor que irão em tempo hábil, ou seja, 03 dias após a publicação.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 10:40 horas, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros do Comitê Gestor.
São José do Seridó/RN, 23 de junho de 2026.

Nome:
Presidente do Comitê Gestor

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Nome:
Membro

Publicado por:
Alline Dantas de Medeiros
Código Identificador:EC6D72EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 1448/2026 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN PARA O EXERCÍCIO DE 2027 (LDO 2027), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1448/2026

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual do Município de São Tomé/RN para o exercício de 2027 (LDO 2027), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, na Lei Complementar Nacional nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de São Tomé/RN para o exercício de 2027, compreendendo:
I - As metas e prioridades da administração pública municipal;
II - A organização e a estrutura do orçamento;
III - As diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do Município São Tomé/RN e suas alterações;
IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
V - As disposições relativas à dívida pública municipal;
VI - As disposições relativas à legislação tributária do município;
VII - O equilíbrio entre receitas e despesas; limitação de empenho; e, controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos públicos;
VIII - As demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
IX - As disposições gerais e finais.
CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º a 3º da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000, estão definidos, respectivamente, nos Anexos I a III desta Lei.
Art. 3º As prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2027 constituirão anexo específico, nos termos do que dispõe o § 2º do art. 165 da Constituição Federal.
Art. 4º - As metas fiscais para o exercício financeiro de 2027 serão estabelecidas por meio de metas anuais, expressas em valores correntes e constantes, contemplando as estimativas de receitas, despesas, resultados primário e nominal, bem como o montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois subsequentes, nos termos do Anexo de Metas Fiscais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
§ 1º - Na hipótese de alteração nas projeções das receitas e despesas primárias, as metas fiscais previstas nesta Lei poderão ser revistas quando do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027.
§ 2º - As metas fiscais também poderão ser revistas em decorrência de eventos supervenientes que afetem de forma significativa a execução orçamentária, tais como calamidade pública, decisões judiciais relevantes, mudanças substanciais no cenário macroeconômico ou outras situações excepcionais devidamente fundamentadas.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO
Seção I
Disposições Gerais
Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2027 será elaborado de acordo com as seguintes orientações:
I – Responsabilidade na gestão fiscal;
II – Eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos;
III – Modernização, eficiência e transparência na gestão pública, por meio do uso intensivo de tecnologia;

IV – Inclusão social e garantia de acesso a oportunidades para toda a sociedade;
V – Ação planejada, descentralizada e transparente, mediante incentivo à participação da sociedade;

VI – Participação cidadã e controle social, por meio da disponibilização de instrumentos que assegurem ao cidadão sua participação como audiências públicas regionalizadas e recebimento de sugestões através de site oficial ou outro meio eletrônico, tanto na elaboração quanto no acompanhamento do orçamento;
VII – Articulação, cooperação e parceria com a União, com o Estado do Rio Grande do Norte, com outros Municípios e com a iniciativa privada.
VIII – Observância às diretrizes estratégicas previamente definidas pela administração municipal, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável, da inclusão social e da inovação na gestão pública.
Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:
I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
II - Ação: operação da qual resulta um produto (bem ou serviço) que contribui para atender ao objetivo de um programa. As ações, conforme suas características, podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais;
III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam um produto necessário à manutenção da ação de governo;
IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
V - Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resultam um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
VI - Unidade orçamentária: órgão ou entidade da administração direta, inclusive fundos especiais ou órgão autônomo, da administração indireta (autarquia, fundação ou empresa estatal), em cujo nome a Lei orçamentária ou crédito adicional consigna, expressamente, dotações;
VII - Unidade gestora: é a unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização;
VIII - Subtítulo: o menor nível da categoria de programação, classificado em subatividade ou subprojeto, conforme o tipo de ação a que se refere, sendo utilizado, exclusivamente, para especificar e/ou localizar o objeto do gasto.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação de governo.
§ 2º - As ações orçamentárias do tipo projeto e atividade deverão, sempre que possível, indicar produto (bem ou serviço), unidade de medida, meta fiscal e dotação.
§ 3º - Cada ação orçamentária identificará o seu programa, a função, a subfunção, a unidade orçamentária, o órgão orçamentário e a esfera orçamentária aos quais se vincula.
Art. 7º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo, dos seus órgãos e fundos instituídos e mantidos pela administração pública municipal direta e indireta.
Art. 8º - O projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 será composto de:
I - Mensagem do Chefe do Poder Executivo;
II - Texto de Lei;
III – Quadros Orçamentários Consolidados dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social:
a) Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
b) Receitas Segundo as Categorias Econômicas;
c) Despesas Segundo as Categorias Econômicas;
d) Programa de Trabalho;
e) Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades;
f) Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos;
g) Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
h) Sumário Geral Consolidado da Receita por Fonte e da Despesa por Função de Governo;
i) Demonstrativo da Despesa Pelas Funções Segundo a Categoria Econômica;
j) Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica Segundo a Função;
k) Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD;
l) Relação de Valores LOA por Fonte de Recursos.
V - Demonstrativo da Programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do art. 212 da CRFB;
VI - Demonstrativo dos Recursos destinados à saúde, obedecendo ao disposto nos §§ 2º e 3º, do art. 198, da Constituição da República Federativa do Brasil, no § 2º, do art. 167, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar Nacional nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
VII - relação das ações orçamentárias.
§ 3º - As classificações orçamentárias referentes às categorias econômicas, aos grupos de despesas, às modalidades de aplicação, às esferas e às naturezas da receita e da despesa, obedecerão à classificação definida por ato do órgão federal competente.

Art. 9º - Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, o identificador de resultado primário e os grupos de despesa.
Art. 10 - Cada ação constará somente de uma unidade orçamentária e de um programa.
Parágrafo único. Os programas poderão englobar mais de um projeto, atividade ou operação especial e poderão abranger mais de uma unidade orçamentária.

Seção II

Das Diretrizes Específicas para a Câmara Municipal

Art. 11 - Para efeito de elaboração de sua proposta orçamentária para o exercício de 2027, o total da despesa do Poder Legislativo municipal **será de até 7% (sete por cento)** relativo ao somatório da receita tributária, da Contribuição para Iluminação Pública - CIP, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e das transferências previstas no inciso II, do § 5º, do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da CRFB, efetivamente realizado no exercício de 2026.
§ 1º - Para os fins desta Lei, entende-se por receita tributária o somatório dos seguintes tributos:
I – Impostos;
II - Taxas;
III - Receita da Dívida Ativa de impostos (principal, juros e multas);
IV - Receita de multas e juros de mora sobre atraso de impostos em Dívida Ativa.
§ 2º - Para os fins desta Lei, entende-se por transferências o somatório das seguintes receitas:
I - Fundo de Participação dos Municípios - FPM;

II - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR;
III - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
IV - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;
V - Imposto sobre Produto Industrializado - IPI;
VI - ICMS desoneração, previsto na Lei Complementar Nacional nº 87, de 13 de setembro de 1996 - Lei Kandir.
§ 3º - Todos os valores que compõem a base de cálculo para o repasse ao Poder Legislativo serão tomados à razão de seu valor bruto.
§ 4º - Ficam estipulados ainda os seguintes limites para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal:
I - O total da despesa do Poder Legislativo municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, **não poderá ultrapassar 7% (sete por cento)** do somatório das receitas a que alude o inciso III, do art. 29-A, da Constituição da República Federativa do Brasil, efetivamente realizada no exercício de 2027;
II - A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do § 1º, art. 29-A, da Constituição Federal;
III - Para os fins do disposto no **caput** do art. 169 da Constituição Federal e na alínea "a" do inciso III, do art. 20, da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000, a despesa total com pessoal não poderá **exceder 6% (seis por cento) da receita corrente líquida.**
§ 5º - Ao final de cada exercício o saldo financeiro decorrente dos recursos calculados na forma do inciso III, do art. 29-A, da Constituição da República Federativa do Brasil, deverá obedecer ao disposto no § 2º, do art. 168, da Constituição da República Federativa do Brasil.
§ 6º - No cálculo dos limites a que se refere o inciso I do § 4º, deste artigo, observar-se-ão as disposições que regerem a matéria na CRFB, ficando o Poder Executivo autorizado a, após comunicação formal ao Poder Legislativo, proceder a eventuais ajustes.
Art. 12 - Para efeito do disposto no art. 7º desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará ao Munícipio de São Tomé/RN, até 15 de julho de 2026 sua proposta orçamentária, observados os parâmetros e as diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.
Parágrafo único. Caso não seja atendido do disposto no **caput** deste artigo, o Município de São Tomé/RN, formulará proposta para fins de composição dos valores previstos na Lei Orçamentária Anual de 2027, observando a estimativa da receita e o limite total da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais e do Orçamento Fiscal

Art. 13 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual de 2027 deverão ser realizadas de forma a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, garantindo o acesso da sociedade às informações relativas a todas as suas etapas, bem como a obtenção dos resultados previstos nos anexos de metas fiscais, de riscos.
Parágrafo único. Serão disponibilizados à população, por meio do endereço eletrônico oficial da Prefeitura de São Tomé/RN, os instrumentos de transparência da gestão fiscal tratados nos arts. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 14 - A alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2027 deverá observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, de forma a possibilitar o controle de custos das ações governamentais e a avaliação dos resultados dos programas de governo, associando a indicadores de desempenhos, em conformidade com o disposto na alínea "e" do inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. O anexo de metas fiscais de que trata o **caput** deste artigo e o inciso II, do § 2º, do art. 1º, desta Lei, poderá ser alterado sempre que se fizerem necessárias revisões, atualizações ou inclusões de novas metas.
Art. 15 - Os valores indicados no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 serão fixados conforme orientação contida no art. 12 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000.
Parágrafo único. Os valores da expectativa das receitas e da fixação das despesas apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027, poderão ser atualizados pelo Poder Executivo em decorrência de mudanças conjunturais que incidam sobre o(s) indicador(es) da base de cálculo, procedimento que deverá ser devidamente justificado, conforme a legislação vigente.

Art. 16 - Não poderão ser fixadas despesas nem apresentadas emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 sem que estejam definidas as correspondentes fontes e origens de recursos, observado o disposto no § 3º do art. 166, da Constituição Federal, no § 2º, do art. 149, da Lei Orgânica Municipal, no art. 16 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000, e no art. 33 da Lei Nacional nº 4.320, de 1964.
Art. 17 - É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual de 2027 ação orçamentária com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
Art. 18 - No Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 somente serão incluídos os fundos que tiverem sido instituídos e regulamentados até a data de 15 de junho de 2026.
Art. 19 - A programação de investimentos para 2027, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, observará a regionalização estabelecida no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2026-2029.
Art. 20 - As receitas próprias dos órgãos, fundos, fundações, autarquias e sociedades de economia mista instituídas e mantidas pelo Poder Público somente poderão ser programadas para cobrir despesas com investimentos se atenderem, prioritária e integralmente, suas necessidades de custeio administrativo e operacional, incluindo pessoal e encargos sociais, além do pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas e a contrapartida de convênios e operações de crédito.
Parágrafo único. Terão prioridade no atendimento das despesas com investimento de que trata o **caput** deste artigo, as contrapartidas de convênios e a amortização de operações de créditos.
Art. 21 - A Lei Orçamentária Anual de 2027 conterá dispositivo indicando que o Município de São Tomé/RN aplicará não menos de:
I - 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos recursos a que se referem os karts. 156, 158 e alínea "b", do inciso I, e § 3º, do art. 159, da Constituição da República Federativa do Brasil, em ações e serviços públicos de saúde, na forma da Lei Complementar Nacional nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
II - 25% (vinte e cinco por cento) das receitas dos impostos, compreendidas as provenientes de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil, na forma do art. 212 da Constituição.
Parágrafo único. Havendo inovação da ordem constitucional ou infraconstitucional quanto à aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde e/ou de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil, o Poder Executivo adotará as providências necessárias quanto à reprogramação orçamentária e financeira.

Art. 22 - É vedada a destinação de recursos do Orçamento Geral do Município para entidades de previdência complementar, pública ou privada, sem lei municipal autorizativa.
Art. 23 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual de 2027 e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades e natureza continuada, que preencham as seguintes condições:
I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no respectivo Conselho Municipal ou Estadual ou Nacional;
II - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, bem como na Lei Nacional nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
§ 1° - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá se submeter a processo seletivo simplificado, com critérios públicos de pontuação, apresentando:
I - Comprovação de funcionamento regular há, pelo menos, dois anos;
II - Comprovação de projetos e/ou atividades executadas nos últimos dois anos;
III - Comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;
IV – Comprovação de regularidade jurídica.
§ 2º - A inclusão de subvenções sociais na Lei Orçamentária Anual de 2027 e o processamento para geração da despesa respectiva, observarão o disposto nas normas do Tribunal de Contas do Estado e na Lei nº 1.257, de 30 de dezembro de 1998.
Art. 24 - As subvenções sociais destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, com atividades de natureza de assistência social, médica e educacional terão suas dotações indicadas no Projeto de Lei Orçamentária das Unidades Orçamentárias da Assistência Social e Cidadania, Saúde e Educação, respectivamente.
Parágrafo único. Quando as subvenções sociais de que trata este artigo forem decorrentes de transferência de recursos externos, de outros entes da federação ou de entidades da iniciativa privada, observar-se-ão as normas adotadas pelo órgão ou entidade transferidora.
Art. 25 - As dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios ou contribuições, serão permitidas para realização de parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, nos termos da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e do Decreto nº 5.086, de 27 de junho de 2017, para realização ou apoio de ações com:
I - Consórcios públicos, constituídos na forma da Lei Nacional nº 11.107, de 6 de abril de 2005;
II - Pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei Nacional nº 9.790, de 23 de março de 1999;
III - Cadastradas no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que desenvolvam ações e projetos de promoção, defesa e priorização dos direitos das crianças e adolescentes, nos termos da Lei Nacional nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
§ 1º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:
I - Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio;
II - Estejam as entidades beneficiárias registradas nos conselhos ou cadastro específico municipal, de acordo com sua área temática, seja saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, meio ambiente entre outros;
III - Tenham as entidades beneficiárias comprovação de funcionamento regular há, pelo menos, dois anos.

Art. 26 - Lei municipal específica poderá regulamentar as transferências de recursos para o setor privado, para os fins do caput do art. 26 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000.
Art. 27 - As ações relativas às prioridades estabelecidas nesta Lei obedecerão à classificação funcional programática e serão descritas no orçamento em nível de função, subfunção e programa, com desdobramentos em projetos, atividades ou operações especiais, indicando os respectivos elementos de despesa e fontes.
Art. 28 - Os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, com recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, observarão as disposições específicas em lei, além das estipuladas na Lei Orçamentária Anual de 2027, se necessário.
Art. 29 - A Lei Orçamentária Anual de 2027 conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.
§ 1º - Não será considerada, para os efeitos do **caput** deste artigo, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades da administração indireta.

§ 2º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 deve-se adicionar à reserva de que trata o **caput** deste artigo o valor referente ao limite das emendas parlamentares, que, se não utilizadas em sua integralidade, se reverterão definitivamente em reserva de contingência.
Art. 30 - As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária de 2027 serão aprovadas no limite de 1,2% (uma vírgula dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder.
§ 1º - É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica e impositiva, da programação incluída na Lei Orçamentária Anual por emendas parlamentares, em montante correspondente a 1,2% (uma vírgula dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício financeiro.
§ 2º - Se for verificado que a reestimativa da receita comprovada através de relatórios e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, a execução orçamentária do montante previsto neste artigo poderá ser reduzida em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.
§ 3º - Não sendo os recursos de que trata este artigo empenhados até 30 de outubro de 2027, estes ficarão disponíveis para a utilização de abertura de créditos adicionais e/ou reforço de dotações já existentes.
§ 4º - As emendas impositivas deverão, no mínimo, no percentual de 50% (cinquenta por cento) serem destinadas para utilização em ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 2º da Lei Complementar 192, de 2023.
§ 5º - É vedada a indicação de emenda impositiva para o custeio de despesa de outros entes da Federação.
§ 6º - A indicação de emendas impositivas a que se refere o caput deste artigo não estará condicionada à prévia e específica contemplação das ações na relação de ações orçamentárias constante no quadro a ser encaminhado juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual, desde que devidamente justificadas e alinhadas aos objetivos do Plano Plurianual e à Lei de Responsabilidade Fiscal.
§ 7º - O Poder Executivo encaminhará anualmente, até 15 de agosto, a relação das ações orçamentárias passíveis de serem contempladas com emendas parlamentares impositivas, com respectivos códigos, metas e unidades executoras.

Seção II
Das Alterações nos Orçamentos

Art. 31 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual de 2027.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e dos respectivos elementos de despesa.
§ 2º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.
§ 3º - Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a publicação da respectiva lei.
§ 4º - Nos casos de créditos adicionais especiais, à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que trata o § 1° deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea "h", inciso III do art. 8º desta Lei.
§ 5º - Serão abertos créditos adicionais especiais para incorporar recursos de transferências voluntárias de outros entes da Federação, de organismos estrangeiros ou de pessoas físicas ou jurídicas, que a destinação implique na criação de nova dotação orçamentária, e cujos atos transferidores sejam subscritos ou realizados durante o exercício de 2027, de acordo com o que dispuser a Lei Orçamentária.
§ 6° - As alterações decorrentes da abertura ou reabertura de créditos adicionais obedecerão à classificação orçamentária vigente e serão integradas aos Quadros de Detalhamento de Despesas por decreto, no caso do Poder Executivo, e ato da Mesa da Câmara, no do Poder Legislativo.
Art. 32 - O Projeto de Lei Orçamentária de 2027 conterá autorização para abertura de créditos adicionais suplementares e de remanejamento, transposição e transferência em percentual não inferior a 30% (trinta por cento) do total da despesa atualizada para os Poderes Legislativo e Executivo, nas formas previstas nos incisos I a IV, do § 1º, do art. 43, da Lei Nacional nº 4.320, de 1964.
Parágrafo único. Não se inclui nesse percentual os créditos adicionais suplementares realizados à conta da reserva de contingência.
Art. 33 - A abertura de créditos adicionais a que se refere o **art. 32 desta Lei**, autorizados na Lei Orçamentária de 2027, será realizada por decreto, conforme disposto no art. 42 da Lei Nacional nº 4.320, de 1964.
Art. 34 - Quando as alterações orçamentárias não implicarem em mudança de categoria econômica, estas poderão ser aprovadas por portaria, sendo despesas do Poder Executivo, ou por Ato da Mesa da Câmara, quando despesas do Poder Legislativo, ficando, ainda, autorizados, por Portaria a realização dos seguintes ajustes, os quais integrarão o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD:
I - Alterações na codificação decimal para adequar as alterações de classificação realizadas por lei ou pelo Tribunal de Contas;
II - Modificação de atributos de uma ação orçamentária para correção de erros materiais, desde que não implique em mudança de sua natureza e finalidade;
III - Modificação ou inclusão de elementos de despesas em uma ação orçamentária, sem que implique em alteração do produto, do objetivo da ação orçamentária ou do grupo de natureza da despesa;
IV - Modificação da fonte de recursos, desde que respeitadas as vinculações normativas e os princípios orçamentários.

Seção III
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 35 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações e serviços públicos de saúde, de previdência e de assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes:
I - Repasse da contribuição patronal;
II - Contribuições dos servidores públicos municipais;
III - Do orçamento fiscal;
IV - Das transferências constitucionais, legais ou voluntárias da União e do Estado;
V - Das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, esse orçamento, incluindo convênios, contratos, acordos e congêneres.
§ 1º - Os recursos provenientes do orçamento fiscal só serão utilizados caso os recursos do orçamento da seguridade social não sejam suficientes.
§ 2º - A destinação de recursos para atender a despesas de que trata o **caput** deste artigo obedecerá, sempre que possível, ao princípio da descentralização.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES INERENTES ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 36 - As despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Executivo e Legislativo serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000 e na legislação municipal em vigor.
Art. 37 - No exercício de 2027, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente serão admitidos servidores se:

I - Existirem cargos e/ou empregos públicos vacantes, observando-se o disposto no
art. 38 desta Lei;
II - Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
III - for observado o disposto no art. 22 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000.
Art. 38 - Para fins de atendimento ao disposto no inciso II, do § 1º, do art. 169 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como, admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, na Administração Direta, Autárquica, Fundacional, de empresa pública e sociedade de economia mista dos Poderes do Município, observado o disposto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000.
Art. 39 - No exercício de 2027, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no inciso III, do art. 20 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.
Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário prevista no **caput** deste artigo, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, será dada pelo ordenador de despesa, mediante as necessidades expressas dos órgãos municipais.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40 - Todas as despesas relativas à Dívida Pública do Município constarão na Lei Orçamentária de 2027.
§ 1º - Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, outros encargos e amortização da dívida contratada, observado o disposto no **§ 5º do art. 49 desta Lei**.
§ 2º - Os recursos destinados a atender despesas com a dívida pública poderão ser utilizados, total ou parcialmente, como fonte de recursos de créditos suplementares, quando ficar evidenciada a impossibilidade ou tornar desnecessária a sua aplicação, no montante previsto na Lei Orçamentária Anual de 2027.
§ 3º - Para fixação das despesas com serviços da dívida, devem ser consideradas as operações de crédito contratadas e as autorizações concedidas até 15 de junho de 2026.

§ 4º - Os limites globais para os montantes da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, bem como, a realização ou contratação de operações de crédito interno ou externo, inclusive a concessão de garantias, obedecerão a legislação aplicável.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 41 - A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária observará o disposto no art. 14 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000, e demais disposições legais aplicáveis.
Parágrafo único. São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do **caput** deste artigo, os gastos governamentais indiretos decorrentes do Sistema tributário vigente que visam a atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao Sistema Tributário de referência e que alcance, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, consequentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.
Art. 42 - O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei a fim de rever e atualizar a legislação tributária, objetivando a modernização e operacionalização fazendárias, inclusive quanto à administração tributária e financeira.
Art. 43 - As receitas auferidas pelo Município terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar na captação de recursos, observada a legislação tributária e financeira vigentes.
Art. 44 - Fica o Poder Executivo autorizado a encaminhar projeto de lei que altere a estrutura e a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para adequá-lo ao facultado no inciso III do § 1º do art. 156, da Constituição da República Federativa do Brasil, ou tornar mais efetiva sua cobrança e arrecadação, bem como, adequar às previsões constantes.
Art. 45 - Ocorrendo alterações na legislação tributária, em consequência de projeto de lei encaminhado à Câmara Municipal após 30 de agosto de 2026 e que impliquem em acréscimos relativos à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária para 2027, os recursos correspondentes servirão para abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46 - No caso de o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 não ser encaminhado à sanção até 31 de dezembro de 2026, a programação nele constante poderá ser executada da forma apresentada, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês da Proposta Orçamentária Anual encaminhada à Câmara Municipal, até a sua efetiva publicação.
§ 1º - Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária Anual, a utilização de recursos autorizada no **caput** deste artigo.
§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados, em virtude de emendas apresentadas pela Câmara Municipal de São Tomé/RN ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027, e do procedimento previsto no **caput** deste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual de 2027, mediante a abertura de créditos adicionais, ratificando-se os atos anteriormente executados.
Art. 47 - No prazo de até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, os Poderes publicarão os Quadros de Detalhamento de Despesas - QDD, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, o elemento de despesa e fonte.
Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura ou reabertura de créditos adicionais que impliquem na mudança da categoria econômica, obedecerão à classificação orçamentária vigente e serão integradas ao Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD por decreto, no caso do Poder Executivo e ato da Mesa da Câmara, no caso do Poder Legislativo.
Art. 48 - Até sessenta dias após a sanção da Lei Orçamentária Anual de 2027, serão indicados e totalizados com os respectivos valores orçamentários, para cada órgão e entidade, ao nível de projetos/atividades, os saldos dos créditos orçamentários especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2026.
Art. 49 - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário desta Lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000, será fixado, separadamente, percentual de limitação por conjunto de categoria econômica e de grupo de natureza de despesa, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes do Município no total das dotações constantes da Lei Orçamentária Anual de 2027, em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, especialmente aquelas previstas no § 3º deste artigo.
§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no **caput**, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.
§ 2º - Os Poderes, com base na comunicação de que trata o § 1° deste artigo publicarão ato específico, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no **caput** deste artigo.
§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenho as despesas relativas a:
I - Pessoal e encargos sociais;
II - Manutenção de ações e serviços de saúde, educação e assistência social;
III - Convênios e contratos assumidos no âmbito de Programas Federais, Estaduais ou Internacionais;
IV - Despesas obrigatórias de caráter continuado;
V - Pagamento do serviço da dívida;
VI - Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
§ 4º - Não se limitará o empenho na hipótese de calamidade pública, na forma do art. 65 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000.
§ 5º - Em razão de áreas econômicas que impactem negativamente a arrecadação de tributos ou outras receitas, inclusive de transferências, capazes de comprometer a execução orçamentária da despesa, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão o contingenciamento das respectivas dotações orçamentárias, a fim de permitir a execução dos programas de trabalho e das ações de governo compatíveis com a previsão ajustada da receita, podendo cancelar ou sustar total ou parcialmente ações orçamentárias e respectivos empenhos e contratos deles decorrentes.
Art. 50 - Para os fins do § 3° art. 16 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Art. 51 - Para efeito do disposto nos arts. 42 e 48-A da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000:
I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;
II - No caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado;
III - considera-se realizada ou executada a despesa pública no momento de sua liquidação.
Art. 52 Os Poderes estabelecerão até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2027, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.
Parágrafo único. Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.
Art. 53 - A execução de despesas não previstas nos limites estabelecidos na forma do art. 36 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais.
Art. 54 - São ordenadores de despesas, no âmbito do Poder Executivo, o Chefe do Poder Executivo, como também, o Secretário(a) Municipal de Saúde e Secretário(a) Municipal de Assistência Social.
§ 1º - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
§ 2º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput** deste artigo.
Art. 55 - A Lei Orçamentária Anual de 2027 poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos, regulados pela Lei Nacional nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 56 - A Lei Orçamentária Anual de 2027 poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas reguladas pela Lei Nacional nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e pela Lei Nacional nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012.
Art. 57 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no
§ 2º do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil, será efetivada mediante decreto.
Art. 58 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do órgão concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos e deles prestarão contas na forma da lei, de resoluções do Tribunal de Contas e do termo de parceria ou convênio.
Art. 59 - A prestação de contas do Município ao longo do exercício de 2027 incluirá os relatórios de execução, na forma e prazos estipulados na Lei Complementar Nacional nº 101, de 2000, e das resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.
Art. 60 - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2027 para o pagamento de precatórios, previstos no art. 100 da Constituição Federal, será realizada nos termos das previsões constitucionais e legais aplicáveis à matéria.
Art. 61 – Os Anexo de Metas Fiscais e Avaliação de Riscos Fiscais serão parte integrantes desta Lei e disponibilizados no Portal da Transparência.
Art. 62 - Para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, o Poder Executivo tornará disponíveis na internet, por meio do Portal da Transparência para acesso de toda a sociedade, no mínimo, as seguintes informações:
I - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
II - Lei Orçamentária Anual - LOA;
III – Relatório Resumido de Execução Orçamentária, a cada publicação; e
IV – Relatório de Gestão Fiscal, a cada publicação.
Art. 63 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Tomé/RN, 29 de junho de 2026.

JOSINALDO AMARO DE LIMA:73694940472
Assinado de forma digital por JOSINALDO AMARO DE LIMA:73694940472
Dados: 2026.06.29 11:39:42 -03'00'

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1176-3128-344	
Relação de Valores LDO por Fonte de Recursos - Consolidado				
LDO 2027 Valores em R$				
Código	**Fonte de recurso - Destinação**	**Receita (a)**	**Despesa (b)**	**Diferença (a-b)**
15000000	Recursos não Vinculados de Impostos -	60.078.330,00	42.929.240,00	17.149.090,00
15001001	Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	0,00	9.504.390,00	-9.504.390,00
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	0,00	7.644.700,00	-7.644.700,00
15400000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	18.457.790,00	3.262.190,00	15.195.600,00
15401070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -	0,00	15.195.600,00	-15.195.600,00
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -	115.500,00	34.650,00	80.850,00
15411070	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70% -	0,00	80.850,00	-80.850,00
15420000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -	2.341.860,00	756.030,00	1.585.830,00
15421070	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70% -	0,00	1.585.830,00	-1.585.830,00
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -	330.840,00	330.840,00	0,00
15500000	Transferência do Salário-Educação -	1.207.780,00	1.207.780,00	0,00
15520000	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) -	348.230,00	348.230,00	0,00
15530000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) -	114.340,00	114.340,00	0,00
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE -	319.200,00	319.200,00	0,00
15700000	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	681.750,00	681.750,00	0,00
15703110	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas	76.230,00	76.230,00	0,00
15703120	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas	76.230,00	76.230,00	0,00
15710000	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	748.760,00	748.760,00	0,00
16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	5.949.250,00	5.949.250,00	0,00
16003110	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	1.495.110,00	1.495.110,00	0,00
16003120	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	190.580,00	190.580,00	0,00
16010000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	169.660,00	169.660,00	0,00
16013110	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	212.940,00	212.940,00	0,00
16013120	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	113.190,00	113.190,00	0,00

16040000	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos	2.612.900,00	2.612.900,00	0,00
16210000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual -	7.100,00	7.100,00	0,00
16310000	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	124.040,00	124.040,00	0,00
16313110	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas	41.580,00	41.580,00	0,00
16313120	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas	38.120,00	38.120,00	0,00
16320000	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	909.560,00	909.560,00	0,00
16323210	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas	38.120,00	38.120,00	0,00
16323220	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares	38.120,00	38.120,00	0,00
16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	709.280,00	709.280,00	0,00
16650000	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social -	129.250,00	129.250,00	0,00
17000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	1.335.500,00	1.335.500,00	0,00
17003110	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais -	3.594.700,00	3.594.700,00	0,00
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1176-3128-344	
Relação de Valores LDO por Fonte de Recursos - Consolidado				
LDO 2027 Valores em R$				
Código	**Fonte de recurso - Destinação**	**Receita (a)**	**Despesa (b)**	**Diferença (a-b)**
17003120	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada -	118.560,00	118.560,00	0,00
17010000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	1.143.270,00	1.143.270,00	0,00
17050000	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -	241.280,00	241.280,00	0,00
17063110	Transferência Especial da União -	1.129.800,00	1.129.800,00	0,00
17080000	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais -	3.460,00	3.460,00	0,00
17100000	Transferência Especial dos Estados -	45.530,00	45.530,00	0,00
17150000	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual -	67.570,00	67.570,00	0,00
17160000	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura -	530,00	530,00	0,00
17190000	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 -	123.240,00	123.240,00	0,00
17200000	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478	439.280,00	439.280,00	0,00
17500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -	34.590,00	34.590,00	0,00
17510000	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	237.530,00	237.530,00	0,00
18000000	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário -	11.429.840,00	0,00	11.429.840,00
18001111	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -	0,00	11.429.840,00	-11.429.840,00
	Total geral	**117.620.320,00**	**117.620.320,00**	**0,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2292-2445-841
Relação de Receitas LDO		
Código	**Natureza**	**Denominação LDO 2027**
	Fonte de Recursos - Destinação	
Prefeitura Municipal de São Tome		
107	1.1.1.2.50.0.1.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
108	1.1.1.2.50.0.2.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora
109	1.1.1.2.50.0.3.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
110	1.1.1.2.50.0.4.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa
111	1.1.1.2.53.0.1.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
112	1.1.1.2.53.0.2.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros de Mora
113	1.1.1.2.53.0.3.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa
114	1.1.1.2.53.0.4.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa
115	1.1.1.4.51.1.1.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
116	1.1.1.4.51.1.2.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros de Mora
117	1.1.1.4.51.1.3.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa
118	1.1.1.4.51.1.4.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa
119	1.1.2.1.01.0.1.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
120	1.1.2.1.04.0.1.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal
121	1.1.2.1.05.1.1.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal
122	1.3.2.1.04.0.1.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal
	18000000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário -	

123	1.7.1.1.51.1.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
124	1.7.1.1.51.2.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
125	1.7.1.1.52.0.1.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
126	1.7.1.2.51.0.1.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal
	17080000 Transferência da União	Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais -
127	1.7.1.2.52.1.1.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 - Principal
128	1.7.1.2.52.2.1.00.00	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal
129	1.7.1.2.52.4.1.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal
	17200000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	
143	1.7.1.7.51.0.1.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal
146	1.7.1.7.99.0.1.00.00	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal
	17000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	
	17003110 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais -	
	17003120 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada -	
147	1.7.1.9.57.0.1.00.00	Transferência Especial da União - Principal
148	1.7.1.9.58.0.1.00.00	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020 - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
149	1.7.1.9.60.0.1.00.00	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Principal
	17190000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 -	
150	1.7.1.9.99.0.1.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal
151	1.7.2.1.50.0.1.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
152	1.7.2.1.51.0.1.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
153	1.7.2.1.52.0.1.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
155	1.7.2.4.51.0.1.00.00	Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal
156	1.7.2.4.99.0.1.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2292-2445-841
Relação de Receitas LDO		
Código	**Natureza**	**Denominação LDO 2027**
	Fonte de Recursos - Destinação	
	17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	
157	1.7.2.9.52.0.1.00.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal
	15690000 Outras Transferências de Recursos do FNDE -	
158	1.7.2.9.99.0.1.00.00	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal
	17100000 Transferência Especial dos Estados -	
159	1.9.2.2.01.1.1.00.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal
160	1.9.2.2.99.0.1.00.00	Outras Restituições - Principal
169	2.4.1.4.51.0.1.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Principal
	15700000 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	
	15703110 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlamentares individuais -	
	15703120 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlamentares de bancada -	
171	2.4.1.4.53.0.1.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal
172	2.4.1.4.54.0.1.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal
173	2.4.1.4.99.0.1.00.00	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal
174	2.4.1.9.51.0.1.00.00	Transferência Especial da União - Principal
	17063110 Transferência Especial da União -	
176	2.4.2.2.51.0.1.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal
	15710000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	
178	2.4.2.2.53.0.1.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal
179	2.4.2.2.54.0.1.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal
180	2.4.2.2.99.0.1.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal
181	2.4.2.9.99.0.1.00.00	Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal
183	1.7.1.4.50.0.1.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal
	15500000 Transferência do Salário-Educação -	
184	1.7.1.4.51.0.1.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Principal
185	1.7.1.4.52.0.1.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal
	15520000 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) -	
186	1.7.1.4.53.0.1.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE
	15530000 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) -	
187	1.7.1.5.50.0.1.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAT - Principal

	15420000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -	
188	1.7.1.5.52.0.1.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAR - Principal
	15430000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -	
189	1.7.5.1.50.0.1.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal
	15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	
190	1.1.1.3.03.1.1.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
191	1.1.1.3.03.4.1.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
194	1.2.4.1.50.0.1.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal
	17510000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	
196	1.3.2.1.01.0.1.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Proprio
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos -	
197	1.3.2.1.01.0.1.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários - QSE
	15500000 Transferência do Salário-Educação -	
198	1.3.2.1.01.0.1.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários - PDDE
199	1.3.2.1.01.0.1.04.00	Remuneração de Depósitos Bancários - PNAE
	15520000 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) -	
200	1.3.2.1.01.0.1.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários - PNATE
	15530000 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) -	
201	1.3.2.1.01.0.1.06.00	Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB
	15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	
205	1.3.2.1.01.0.1.10.00	Remuneração de Depósitos Bancários - CIP
	17510000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2292-2445-841
Relação de Receitas LDO		
Código	**Natureza**	**Denominação LDO 2027**
	Fonte de Recursos - Destinação	
206	1.3.2.1.01.0.1.11.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Convenio
207	1.7.2.1.53.0.1.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal
	17500000 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -	
208	1.7.1.5.51.0.1.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAF - Principal
	15410000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -	
209	1.7.2.2.52.0.1.00.00	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal
	17050000 Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -	
210	1.7.1.9.99.0.1.01.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual
	17150000 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual -	
211	1.7.1.9.99.0.1.02.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura
	17160000 Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura -	
Fundo Municipal de Saúde		
130	1.7.1.3.50.1.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Principal
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -	
	16003110 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas parlamentares individuais -	
	16003120 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas parlamentares de bancada	
131	1.7.1.3.50.2.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada - Principal
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -	
132	1.7.1.3.50.3.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde - Principal
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -	
133	1.7.1.3.50.4.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica - Principal
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -	
134	1.7.1.3.50.5.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS - Principal
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -	
135	1.7.1.3.50.9.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas - Principal

	16040000 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias -	
136	1.7.1.3.51.1.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal
137	1.7.1.3.51.2.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal
138	1.7.1.3.51.3.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal
139	1.7.1.3.51.4.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal
140	1.7.1.3.51.5.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal
141	1.7.1.3.99.0.1.00.00	Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal
142	1.7.1.7.50.0.1.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal
145	1.7.1.7.54.0.1.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal
154	1.7.2.4.50.0.1.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal
	16210000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual -	
161	2.4.1.1.51.1.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal
162	2.4.1.1.51.2.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal
163	2.4.1.1.51.3.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal
164	2.4.1.1.51.4.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal
165	2.4.1.1.51.5.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal
	16010000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde -	
	16013110 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Emendas parlamentares individuais -	
	16013120 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Emendas parlamentares de bancada	
166	2.4.1.1.51.9.1.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas - Principal
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2292-2445-841
Relação de Receitas LDO		
Código	**Natureza**	**Denominação LDO 2027**
	Fonte de Recursos - Destinação	
168	2.4.1.4.50.0.1.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal
	16310000 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	
	16313110 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares individuais -	
	16313120 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares de bancada -	
170	2.4.1.4.52.0.1.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal
175	2.4.2.2.50.0.1.00.00	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal
	16320000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	
	16323210 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares individuais -	
	16323220 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares de bancada -	
177	2.4.2.2.52.0.1.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal
202	1.3.2.1.01.0.1.07.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde Custeio
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -	
203	1.3.2.1.01.0.1.08.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde Estruturação
	16010000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde -	
Fundo Municipal de Assistêncial Social		
144	1.7.1.7.52.0.1.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal
	16650000 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social -	
167	2.4.1.3.50.0.1.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal
182	1.7.1.6.50.0.1.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal
	16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	
204	1.3.2.1.01.0.1.09.00	Remuneração de Depósitos Bancários - FNAS
	16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Tomé		
192	1.2.1.5.01.1.1.01.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Poder Executivo
	18000000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário -	
193	1.2.1.5.01.1.1.02.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Poder Legislativo
195	1.3.2.1.04.0.1.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal

212	7.2.1.5.02.1.1.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Intraorçamentária
	18000000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário -	

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1919-1549-095
Valores Previstos na Receita LDO/Fonte de Recursos - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**
	Fonte de recursos	
1	Receitas Correntes	105.378.660,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.891.450,00
1.1.1	Impostos	12.313.950,00
1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio	565.950,00
1.1.1.2.50	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	519.750,00
1.1.1.2.50.0.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	404.250,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	404.250,00
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	115.500,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	115.500,00
1.1.1.2.53	Impostos sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	46.200,00
1.1.1.2.53.0.1	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	46.200,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	46.200,00
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.848.000,00
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.848.000,00
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.732.500,00
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.732.500,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	1.732.500,00
1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	115.500,00
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	115.500,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	115.500,00
1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	9.900.000,00
1.1.1.4.51	Impostos sobre Serviços	9.900.000,00
1.1.1.4.51.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	9.900.000,00
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	9.900.000,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	9.900.000,00
1.1.2	Taxas	577.500,00
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	577.500,00
1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	577.500,00
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	577.500,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	577.500,00
1.2	Contribuições	3.124.800,00
1.2.1	Contribuições Sociais	2.887.500,00
1.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	2.887.500,00
1.2.1.5.01	Contribuição do Servidor Civil	2.887.500,00
1.2.1.5.01.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo	2.887.500,00
1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	2.887.500,00
1.2.1.5.01.1.1.01	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Poder Executivo	2.887.500,00
	18000000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário	2.887.500,00
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	237.300,00
1.2.4.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	237.300,00
1.2.4.1.50	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	237.300,00
1.2.4.1.50.0.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	237.300,00
	17510000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	237.300,00
1.3	Receita Patrimonial	1.031.820,00
1.3.2	Valores Mobiliários	1.031.820,00
1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	1.031.820,00
1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	338.820,00
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	338.820,00
1.3.2.1.01.0.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários - Proprio	173.250,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	173.250,00
1.3.2.1.01.0.1.02	Remuneração de Depósitos Bancários - QSE	18.480,00
	15500000 Transferência do Salário-Educação	18.480,00
1.3.2.1.01.0.1.04	Remuneração de Depósitos Bancários - PNAE	1.730,00
	15520000 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	1.730,00
1.3.2.1.01.0.1.05	Remuneração de Depósitos Bancários - PNATE	750,00
	15530000 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	750,00
1.3.2.1.01.0.1.06	Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB	92.400,00
	15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	92.400,00
1.3.2.1.01.0.1.07	Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde Custeio	23.100,00

	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	23.100,00
1.3.2.1.01.0.1.08	Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde Estruturação	5.780,00
	16010000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	5.780,00
1.3.2.1.01.0.1.09	Remuneração de Depósitos Bancários - FNAS	23.100,00
	16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	23.100,00
1.3.2.1.01.0.1.10	Remuneração de Depósitos Bancários - CIP	230,00
	17510000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	230,00
1.3.2.1.04	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	693.000,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1919-1549-095
Valores Previstos na Receita LDO/Fonte de Recursos - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**
	Fonte de recursos	
1.3.2.1.04.0.1	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	693.000,00
	18000000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário	693.000,00
1.7	Transferências Correntes	88.330.590,00
1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	53.140.730,00
1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	31.962.810,00
1.7.1.1.51	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	31.954.730,00
1.7.1.1.51.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	29.315.000,00
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	29.315.000,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	29.315.000,00
1.7.1.1.51.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	2.639.730,00
1.7.1.1.51.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	2.639.730,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	2.639.730,00
1.7.1.1.52	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	8.080,00
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	8.080,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	8.080,00
1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	442.740,00
1.7.1.2.51	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	3.460,00
1.7.1.2.51.0.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	3.460,00
	17080000 Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	3.460,00
1.7.1.2.52	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	439.280,00
1.7.1.2.52.4	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	439.280,00
1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	439.280,00
	17200000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	439.280,00
1.7.1.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	10.224.740,00
1.7.1.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.224.740,00
1.7.1.3.50.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	5.244.090,00
1.7.1.3.50.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Principal	5.244.090,00
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.558.400,00
	16003110 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas parlamentares individuais	1.495.110,00
	16003120 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas parlamentares de bancada	190.580,00
1.7.1.3.50.2	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada	1.386.000,00
1.7.1.3.50.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada - Principal	1.386.000,00
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.386.000,00
1.7.1.3.50.3	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde	231.000,00
1.7.1.3.50.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde - Principal	231.000,00
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	231.000,00
1.7.1.3.50.4	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica	115.500,00
1.7.1.3.50.4.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica - Principal	115.500,00
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	115.500,00
1.7.1.3.50.5	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS	635.250,00
1.7.1.3.50.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS - Principal	635.250,00
	16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	635.250,00
1.7.1.3.50.9	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas	2.612.900,00
1.7.1.3.50.9.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas - Principal	2.612.900,00
	16040000 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	2.612.900,00
1.7.1.4	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	1.649.390,00
1.7.1.4.50	Transferências do Salário-Educação	1.189.300,00
1.7.1.4.50.0.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	1.189.300,00
	15500000 Transferência do Salário-Educação	1.189.300,00
1.7.1.4.52	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	346.500,00
1.7.1.4.52.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	346.500,00
	15520000 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	346.500,00
1.7.1.4.53	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	113.590,00
1.7.1.4.53.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	113.590,00

	15530000 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	113.590,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1919-1549-095
Valores Previstos na Receita LDO/Fonte de Recursos - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**
	Fonte de recursos	
1.7.1.5	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	2.788.200,00
1.7.1.5.50	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	2.341.860,00
1.7.1.5.50.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAT - Principal	2.341.860,00
	15420000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.341.860,00
1.7.1.5.51	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	115.500,00
1.7.1.5.51.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAF - Principal	115.500,00
	15410000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	115.500,00
1.7.1.5.52	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	330.840,00
1.7.1.5.52.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAR - Principal	330.840,00
	15430000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	330.840,00
1.7.1.6	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	686.180,00
1.7.1.6.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	686.180,00
1.7.1.6.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	686.180,00
	16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	686.180,00
1.7.1.7	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	5.178.010,00
1.7.1.7.52	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	129.250,00
1.7.1.7.52.0.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	129.250,00
	16650000 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	129.250,00
1.7.1.7.99	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	5.048.760,00
1.7.1.7.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	5.048.760,00
	17000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.335.500,00
	17003110 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais	3.594.700,00
	17003120 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada	118.560,00
1.7.1.9	Outras Transferências de Recursos da União	208.660,00
1.7.1.9.58	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020	17.320,00
1.7.1.9.58.0.1	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020 - Principal	17.320,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	17.320,00
1.7.1.9.60	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	123.240,00
1.7.1.9.60.0.1	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Principal	123.240,00
	17190000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	123.240,00
1.7.1.9.99	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	68.100,00
1.7.1.9.99.0.1	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	68.100,00
1.7.1.9.99.0.1.01	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	67.570,00
	17150000 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	67.570,00
1.7.1.9.99.0.1.02	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura	530,00
	17160000 Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura	530,00
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.824.470,00
1.7.2.1	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	15.068.090,00
1.7.2.1.50	Cota-Parte do ICMS	14.704.330,00
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	14.704.330,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	14.704.330,00
1.7.2.1.51	Cota-Parte do IPVA	265.650,00
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	265.650,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	265.650,00
1.7.2.1.52	Cota-Parte do IPI - Municípios	63.520,00
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	63.520,00
	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	63.520,00
1.7.2.1.53	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	34.590,00
1.7.2.1.53.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	34.590,00
	17500000 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	34.590,00
1.7.2.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	241.280,00
1.7.2.2.52	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	241.280,00
1.7.2.2.52.0.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal	241.280,00
	17050000 Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	241.280,00
1.7.2.4	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.150.370,00
1.7.2.4.50	Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde – SUS	7.100,00
1.7.2.4.50.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	7.100,00
	16210000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	7.100,00
1.7.2.4.99	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.143.270,00
1.7.2.4.99.0.1	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	1.143.270,00
	17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	1.143.270,00

1.7.2.9	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	364.730,00
1.7.2.9.52	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	319.200,00
1.7.2.9.52.0.1	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	319.200,00
	15690000 Outras Transferências de Recursos do FNDE	319.200,00
1.7.2.9.99	Outras Transferências dos Estados e DF	45.530,00
1.7.2.9.99.0.1	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	45.530,00
	17100000 Transferência Especial dos Estados	45.530,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1919-1549-095
Valores Previstos na Receita LDO/Fonte de Recursos - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**
	Fonte de recursos	
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	18.365.390,00
1.7.5.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	18.365.390,00
1.7.5.1.50	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	18.365.390,00
1.7.5.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	18.365.390,00
	15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	18.365.390,00
2	Receitas de Capital	4.392.320,00
2.4	Transferências de Capital	4.392.320,00
2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	2.657.760,00
2.4.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	490.010,00
2.4.1.1.51	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	490.010,00
2.4.1.1.51.5	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	490.010,00
2.4.1.1.51.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal	490.010,00
	16010000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	163.880,00
	16013110 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Emendas parlamentares individuais	212.940,00
	16013120 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Emendas parlamentares de bancada	113.190,00
2.4.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	1.037.950,00
2.4.1.4.50	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	203.740,00
2.4.1.4.50.0.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	203.740,00
	16310000 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	124.040,00
	16313110 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares individuais	41.580,00
	16313120 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares de bancada	38.120,00
2.4.1.4.51	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação	834.210,00
2.4.1.4.51.0.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Principal	834.210,00
	15700000 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	681.750,00
	15703110 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlamentares individuais	76.230,00
	15703120 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlamentares de bancada	76.230,00
2.4.1.9	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	1.129.800,00
2.4.1.9.51	Transferência Especial da União	1.129.800,00
2.4.1.9.51.0.1	Transferência Especial da União - Principal	1.129.800,00
	17063110 Transferência Especial da União	1.129.800,00
2.4.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.734.560,00
2.4.2.2	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.734.560,00
2.4.2.2.50	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS	985.800,00
2.4.2.2.50.0.1	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	985.800,00
	16320000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	909.560,00
	16323210 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares individuais	38.120,00
	16323220 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares de bancada	38.120,00
2.4.2.2.51	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação	748.760,00
2.4.2.2.51.0.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	748.760,00
	15710000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	748.760,00
7	Receitas Correntes Intraorçamentárias	7.849.340,00
7.2	Contribuições - Intraorçamentária	7.849.340,00
7.2.1	Contribuições Sociais - Intraorçamentária	7.849.340,00
7.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Intraorçamentária	7.849.340,00
7.2.1.5.02	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Intraorçamentária	7.849.340,00
7.2.1.5.02.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Intraorçamentária	7.849.340,00
7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Intraorçamentária	7.849.340,00
	18000000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário	7.849.340,00
	Total geral	**117.620.320,00**
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1322-1174-144
Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		

Natureza	Especificação	LDO 2027 Valores em R$
1	Receitas Correntes	105.378.660,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.891.450,00
1.1.1	Impostos	12.313.950,00
1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio	565.950,00
1.1.1.2.50	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	519.750,00
1.1.1.2.50.0.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	404.250,00
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	115.500,00
1.1.1.2.53	Impostos sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	46.200,00
1.1.1.2.53.0.1	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	46.200,00
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.848.000,00
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.848.000,00
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.732.500,00
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.732.500,00
1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	115.500,00
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	115.500,00
1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	9.900.000,00
1.1.1.4.51	Impostos sobre Serviços	9.900.000,00
1.1.1.4.51.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	9.900.000,00
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	9.900.000,00
1.1.2	Taxas	577.500,00
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	577.500,00
1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	577.500,00
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	577.500,00
1.2	Contribuições	3.124.800,00
1.2.1	Contribuições Sociais	2.887.500,00
1.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	2.887.500,00
1.2.1.5.01	Contribuição do Servidor Civil	2.887.500,00
1.2.1.5.01.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo	2.887.500,00
1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	2.887.500,00
1.2.1.5.01.1.1.01	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Poder Executivo	2.887.500,00
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	237.300,00
1.2.4.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	237.300,00
1.2.4.1.50	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	237.300,00
1.2.4.1.50.0.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	237.300,00
1.3	Receita Patrimonial	1.031.820,00
1.3.2	Valores Mobiliários	1.031.820,00
1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	1.031.820,00
1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	338.820,00
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	338.820,00
1.3.2.1.01.0.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários - Proprio	173.250,00
1.3.2.1.01.0.1.02	Remuneração de Depósitos Bancários - QSE	18.480,00
1.3.2.1.01.0.1.04	Remuneração de Depósitos Bancários - PNAE	1.730,00
1.3.2.1.01.0.1.05	Remuneração de Depósitos Bancários - PNATE	750,00
1.3.2.1.01.0.1.06	Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB	92.400,00
1.3.2.1.01.0.1.07	Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde Custeio	23.100,00
1.3.2.1.01.0.1.08	Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde Estruturação	5.780,00
1.3.2.1.01.0.1.09	Remuneração de Depósitos Bancários - FNAS	23.100,00
1.3.2.1.01.0.1.10	Remuneração de Depósitos Bancários - CIP	230,00
1.3.2.1.04	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	693.000,00
1.3.2.1.04.0.1	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	693.000,00
1.7	Transferências Correntes	88.330.590,00
1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	53.140.730,00
1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	31.962.810,00
1.7.1.1.51	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	31.954.730,00
1.7.1.1.51.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	29.315.000,00
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	29.315.000,00
1.7.1.1.51.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	2.639.730,00
1.7.1.1.51.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	2.639.730,00
1.7.1.1.52	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	8.080,00
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	8.080,00
1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	442.740,00
1.7.1.2.51	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	3.460,00
1.7.1.2.51.0.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	3.460,00
1.7.1.2.52	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	439.280,00
1.7.1.2.52.4	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	439.280,00

https://saotome.rn.gov.br/		1322-1174-144
Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**
1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	439.280,00
1.7.1.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	10.224.740,00
1.7.1.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.224.740,00
1.7.1.3.50.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	5.244.090,00
1.7.1.3.50.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Principal	5.244.090,00
1.7.1.3.50.2	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada	1.386.000,00
1.7.1.3.50.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada - Principal	1.386.000,00
1.7.1.3.50.3	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde	231.000,00
1.7.1.3.50.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde - Principal	231.000,00
1.7.1.3.50.4	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica	115.500,00
1.7.1.3.50.4.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica - Principal	115.500,00
1.7.1.3.50.5	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS	635.250,00
1.7.1.3.50.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS - Principal	635.250,00
1.7.1.3.50.9	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas	2.612.900,00
1.7.1.3.50.9.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas - Principal	2.612.900,00
1.7.1.4	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	1.649.390,00
1.7.1.4.50	Transferências do Salário-Educação	1.189.300,00
1.7.1.4.50.0.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	1.189.300,00
1.7.1.4.52	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	346.500,00
1.7.1.4.52.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	346.500,00
1.7.1.4.53	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	113.590,00
1.7.1.4.53.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	113.590,00
1.7.1.5	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	2.788.200,00
1.7.1.5.50	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	2.341.860,00
1.7.1.5.50.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAT - Principal	2.341.860,00
1.7.1.5.51	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	115.500,00
1.7.1.5.51.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAF - Principal	115.500,00
1.7.1.5.52	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	330.840,00
1.7.1.5.52.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAR - Principal	330.840,00
1.7.1.6	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	686.180,00
1.7.1.6.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	686.180,00
1.7.1.6.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	686.180,00
1.7.1.7	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	5.178.010,00
1.7.1.7.52	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	129.250,00
1.7.1.7.52.0.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	129.250,00
1.7.1.7.99	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	5.048.760,00
1.7.1.7.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	5.048.760,00
1.7.1.9	Outras Transferências de Recursos da União	208.660,00
1.7.1.9.58	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020	17.320,00
1.7.1.9.58.0.1	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020 - Principal	17.320,00
1.7.1.9.60	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	123.240,00
1.7.1.9.60.0.1	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Principal	123.240,00
1.7.1.9.99	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	68.100,00
1.7.1.9.99.0.1	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	68.100,00
1.7.1.9.99.0.1.01	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	67.570,00
1.7.1.9.99.0.1.02	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura	530,00
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.824.470,00
1.7.2.1	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	15.068.090,00
1.7.2.1.50	Cota-Parte do ICMS	14.704.330,00
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	14.704.330,00
1.7.2.1.51	Cota-Parte do IPVA	265.650,00
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	265.650,00
1.7.2.1.52	Cota-Parte do IPI - Municípios	63.520,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1322-1174-144
Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	63.520,00
1.7.2.1.53	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	34.590,00
1.7.2.1.53.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	34.590,00
1.7.2.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	241.280,00
1.7.2.2.52	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	241.280,00
1.7.2.2.52.0.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal	241.280,00

1.7.2.4	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.150.370,00
1.7.2.4.50	Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde – SUS	7.100,00
1.7.2.4.50.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	7.100,00
1.7.2.4.99	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.143.270,00
1.7.2.4.99.0.1	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	1.143.270,00
1.7.2.9	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	364.730,00
1.7.2.9.52	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	319.200,00
1.7.2.9.52.0.1	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	319.200,00
1.7.2.9.99	Outras Transferências dos Estados e DF	45.530,00
1.7.2.9.99.0.1	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	45.530,00
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	18.365.390,00
1.7.5.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	18.365.390,00
1.7.5.1.50	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	18.365.390,00
1.7.5.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	18.365.390,00
2	Receitas de Capital	4.392.320,00
2.4	Transferências de Capital	4.392.320,00
2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	2.657.760,00
2.4.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	490.010,00
2.4.1.1.51	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	490.010,00
2.4.1.1.51.5	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	490.010,00
2.4.1.1.51.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal	490.010,00
2.4.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	1.037.950,00
2.4.1.4.50	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	203.740,00
2.4.1.4.50.0.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	203.740,00
2.4.1.4.51	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação	834.210,00
2.4.1.4.51.0.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Principal	834.210,00
2.4.1.9	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	1.129.800,00
2.4.1.9.51	Transferência Especial da União	1.129.800,00
2.4.1.9.51.0.1	Transferência Especial da União - Principal	1.129.800,00
2.4.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.734.560,00
2.4.2.2	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.734.560,00
2.4.2.2.50	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS	985.800,00
2.4.2.2.50.0.1	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	985.800,00
2.4.2.2.51	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação	748.760,00
2.4.2.2.51.0.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	748.760,00
7	Receitas Correntes Intraorçamentárias	7.849.340,00
7.2	Contribuições - Intraorçamentária	7.849.340,00
7.2.1	Contribuições Sociais - Intraorçamentária	7.849.340,00
7.2.1.5	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Intraorçamentária	7.849.340,00
7.2.1.5.02	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Intraorçamentária	7.849.340,00
7.2.1.5.02.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Intraorçamentária	7.849.340,00
7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Intraorçamentária	7.849.340,00
	Total geral	**117.620.320,00**

Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.1 Construção, Ampliação e Conservação de Cisternas, Barragens, Açudes e Afins				
Objetivo: Construção, Ampliação e Conservação de Cisternas, Barragens, Açudes e Afins				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 18 - Gestão Ambiental				
Subfunção: 544 - Recursos Hídricos				
Classificação Programática				
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			3.460,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			63.520,00

17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			63.560,00
	Total:			**130.540,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.2 Construção, Instalação e Manutenção de Poços				
Objetivo: Construção, Instalação e Manutenção de Poços				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 18 - Gestão Ambiental				
Subfunção: 544 - Recursos Hídricos				
Classificação Programática				
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			12.700,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			203.280,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			101.640,00
	Total:			**317.620,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.3 Amortização da Dívida Fundada aos Precatórios Trabalhista e RPVS				
Objetivo: Amortização da Dívida Fundada aos Precatórios Trabalhista e RPVS				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas				
Classificação Funcional				
Função: 28 - Encargos Especiais				
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna				
Classificação Programática				
Programa: 25 - Amortização da Dívida				
Objetivo: Amortização da Dívida				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			391.950,00
	Total:			**391.950,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.4 Amortização da Dívida junto ao RGPS				
Objetivo: Amortização da Dívida junto ao RGPS				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				

Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			7.340,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			690,00
	Total:			**8.030,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.5 Amortização da Dívida junto ao FGTS				
Objetivo: Amortização da Dívida junto ao FGTS				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			1.097.260,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			39.850,00
	Total:			**1.137.110,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.6 Amortização da Dívida junto a Caern				
Objetivo: Amortização da Dívida junto a Caern				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			115.370,00
	Total:			**115.370,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.7 Amortização da Dívida junto ao RPPS				
Objetivo: Amortização da Dívida junto ao RPPS				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas				
Classificação Funcional				
Função: 28 - Encargos Especiais				
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna				
Classificação Programática				
Programa: 25 - Amortização da Dívida				
Objetivo: Amortização da Dívida				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			1.195.420,00
	Total:			**1.195.420,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.8 Amortização da Dívida junto ao PASEP				
Objetivo: Amortização da Dívida junto ao PASEP				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			20,00
	Total:			**20,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.9 Recolhimento Previdenciário junto ao RGPS				
Objetivo: Recolhimento Previdenciário junto ao RGPS				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos				
Classificação Funcional				
Função: 9 - Previdência Social				
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário				
Classificação Programática				
Programa: 24 - Obrigações Previdenciárias				
Objetivo: Obrigações Previdenciárias				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			801.660,00
	Total:			**801.660,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.10 Recolhimento Previdenciário junto ao RPPS				
Objetivo: Recolhimento Previdenciário junto ao RPPS				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos				
Classificação Funcional				
Função: 9 - Previdência Social				
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário				
Classificação Programática				
Programa: 24 - Obrigações Previdenciárias				
Objetivo: Obrigações Previdenciárias				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-			801.660,00
	Total:			**801.660,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.11 Construção e Reconstrução de Pavimentação				
Objetivo: Construção e Reconstrução de Pavimentação				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			1.162.510,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			201.570,00
17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais	-			63.520,00
17003120 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada	-			38.120,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			80.290,00
17100000 - Transferência Especial dos Estados	-			45.530,00
	Total:			**1.591.540,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.12 Construção, Reforma e Urbanização das Entradas da Cidade				
Objetivo: Construção, Reforma e Urbanização das Entradas da Cidade				
Tipo: 1 - Projetos				

Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			10,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			30.910,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			50.310,00
	Total:			**81.230,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.13 Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água com Adutoras				
Objetivo: Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água com Adutoras				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 18 - Gestão Ambiental				
Subfunção: 544 - Recursos Hídricos				
Classificação Programática				
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			3.460,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			101.640,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			63.520,00
	Total:			**168.620,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação a**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.14 Sinalização horizontal e vertical de Ruas, Avenidas e Logradouros				
Objetivo: Sinalização horizontal e vertical de Ruas, Avenidas e Logradouros				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 26 - Transporte				
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário				
Classificação Programática				
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				

Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			33.960,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			20.210,00
	Total:			**54.170,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação Página**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.15 Construção, Reforma, Ampliação e Modernização de Prédios Públicos				
Objetivo: Construção, Reforma, Ampliação e Modernização de Prédios Públicos				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			963.250,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			338.820,00
17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais	-			448.070,00
17003120 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada	-			42.330,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			362.850,00
17063110 - Transferência Especial da União	-			344.690,00
	Total:			**2.500.010,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.16 Aquisição de Equipamentos de Produção				
Objetivo: Aquisição de Equipamentos de Produção				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 605 - Abastecimento				
Classificação Programática				
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			26.330,00
	Total:			**26.330,00**
Classificação Programática				
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			73.920,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			63.540,00
17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais	-			10.400,00
17003120 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada	-			38.110,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			63.520,00
	Total:			**249.490,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.17 Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos				
Objetivo: Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			84.600,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			33.540,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			63.520,00
17063110 - Transferência Especial da União	-			496.360,00
	Total:			**678.020,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.18 Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da Secretaria e Unidades de Ensino				
Objetivo: Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da Secretaria e Unidades de Ensino				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 43 - Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
	Total:			**0,00**
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 43 - Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			97.700,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	-			76.240,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-			121.970,00
15703110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas	-			38.110,00
15703120 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas	-			38.110,00
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-			198.200,00
	Total:			**570.330,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.19 Aquisição de Veículos				
Objetivo: Aquisição de Veículos				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 22 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				
Objetivo: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			18.020,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	-			83.850,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-			134.160,00
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-			108.240,00
	Total:			**344.270,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.20 Reforma e Modernização da Unidade Mista				
Objetivo: Reforma e Modernização da Unidade Mista				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			34.650,00
	Total:			**34.650,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações		

LDO 2027				
Ação: 1.21 Construção e Instalação de UBS/Unidade				
Objetivo: Construção e Instalação de UBS/Unidade				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			34.650,00
	Total:			**34.650,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.22 Aquisição de Acervo Bibliográfico				
Objetivo: Aquisição de Acervo Bibliográfico				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			1.160,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	-			27.720,00
	Total:			**28.880,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.25 Instalação e Modernização de Salas de Informática				
Objetivo: Instalação e Modernização de Salas de Informática				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 43 - Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	**2027**
1 1 - PERCENTUAL	2 - PERCENTUAL	PER	Anual	25,00
2 1 - PERCENTUAL	2 - PERCENTUAL	PER	Anual	25,00

			Total:	**50,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
	Total:			**0,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.26 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				
Objetivo: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 22 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				
Objetivo: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			117.810,00
	Total:			**117.810,00**
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 22 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				
Objetivo: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			33.540,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	-			45.740,00
	Total:			**79.280,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.30 Construção de Unidades Sanitarias				
Objetivo: Construção de Unidades Sanitarias				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública				
Classificação Funcional				
Função: 17 - Saneamento				
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano				
Classificação Programática				
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
	Total:			**0,00**
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 17 - Saneamento				
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano				
Classificação Programática				
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			288.750,00
	Total:			**288.750,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.31 Instalação do Sistema de Saneamento Básico				
Objetivo: Instalação do Sistema de Saneamento Básico				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 17 - Saneamento				
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano				
Classificação Programática				
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			2.310,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			2.310,00
	Total:			**4.620,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.32 Construção e Reforma de Academia ao Ar Livre				
Objetivo: Construção e Reforma de Academia ao Ar Livre				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				

Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-	34.650,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-	7.720,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-	980,00
16013120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-	38.120,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-	43.890,00
16313110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas	-	38.120,00
16313120 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas	-	38.120,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-	63.520,00
16323210 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas	-	38.120,00
16323220 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas	-	38.120,00
	Total:	**341.360,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações		
LDO 2027		
Ação: 1.38 Construção e Reforma de Praças		
Objetivo: Construção e Reforma de Praças		
Tipo: 1 - Projetos		
Estrutura Organizacional		
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Classificação Funcional		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Classificação Programática		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município		
Meta prioridade / Meta física		

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$		
Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-	52.500,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-	68.760,00
	Total:	**121.260,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações		
LDO 2027		
Ação: 1.43 Melhoramento das Estradas Vicinais		
Objetivo: Melhoramento das Estradas Vicinais		
Tipo: 1 - Projetos		
Estrutura Organizacional		
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Classificação Funcional		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Classificação Programática		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município		
Meta prioridade / Meta física		

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$		
Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-	192.500,00
	Total:	**192.500,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		1465-7509-306

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.50 Ampliação da rede Pública de Energia				
Objetivo: Ampliação da rede Pública de Energia				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 25 - Energia				
Subfunção: 752 - Energia Elétrica				
Classificação Programática				
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			66.000,00
	Total:			**66.000,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.2 Manutenção e Ampliação da Unidade de Exposição e Comercialização do Produtor Familiar				
Objetivo: Manutenção e Ampliação da Unidade de Exposição e Comercialização do Produtor Familiar				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 605 - Abastecimento				
Classificação Programática				
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			60.500,00
	Total:			**60.500,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.3 Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral do Munícipio				
Objetivo: Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral do Munícipio				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo				
Classificação Funcional				
Função: 2 - Judiciária				
Subfunção: 62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário				
Classificação Programática				
Programa: 19 - Manutenção das Ações da Procuradoria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Procuradoria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			**78.280,00**
	Total:			**78.280,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.4 Manutenção das Atividades do Governo				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Governo				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			891.070,00
	Total:			**891.070,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.7 Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal				
Objetivo: Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			164.450,00
	Total:			**164.450,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.8 Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município				
Objetivo: Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				

Subfunção: 124 - Controle Interno				
Classificação Programática				
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Controladoria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			161.560,00
	Total:			**161.560,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.9 Manutenção dos Conselhos de Apoio a Pasta				
Objetivo: Manutenção dos Conselhos de Apoio a Pasta				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			80.850,00
	Total:			**80.850,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.10 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente				
Classificação Programática				
Programa: 21 - Manutenção das Ações do Conselho Tutelar				
Objetivo: Manutenção das Ações do Conselho Tutelar				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			172.430,00
	Total:			**172.430,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				

Ação: 2.11 Manutenção do SIM				
Objetivo: Manutenção do SIM				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			62.610,00
	Total:			**62.610,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.12 Manutenção das Atividades do Programa "Corte de Terra"				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Programa "Corte de Terra"				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 606 - Extensão Rural				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			173.250,00
	Total:			**173.250,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.13 Contribuição a Formação do PASEP				
Objetivo: Contribuição a Formação do PASEP				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			1.033.130,00

17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			11.550,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-			3.460,00
	Total:			**1.048.140,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.14 Subvenções a Associações Rurais				
Objetivo: Subvenções a Associações Rurais				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			69.300,00
	Total:			**69.300,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.15 Implantação e Manutenção do Sistema da Coleta Seletiva				
Objetivo: Implantação e Manutenção do Sistema da Coleta Seletiva				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			60.500,00
	Total:			**60.500,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.16 Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos				
Objetivo: Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				

Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			4.203.930,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-			61.220,00
17080000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	-			3.460,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			91.130,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-			1.490,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-			40.430,00
	Total:			**4.401.660,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.17 Manutenção aos Atendimentos Médico-Veterinários				
Objetivo: Manutenção aos Atendimentos Médico-Veterinários				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			122.780,00
	Total:			**122.780,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.18 Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo				
Objetivo: Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			3.592.190,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-			10.370,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			14.990,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-			1.160,00

17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-			27.700,00
	Total:			**3.646.410,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.19 Manutenção das Atividades do Programa "Garantia Safra"				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Programa "Garantia Safra"				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 605 - Abastecimento				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			27.500,00
	Total:			**27.500,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.20 Manutenção das Atividades do Setor de Turismo				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Setor de Turismo				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 23 - Comércio e Serviços				
Subfunção: 695 - Turismo				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			33.500,00
	Total:			**33.500,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.21 Manutenção da Secretaria de Educação				
Objetivo: Manutenção da Secretaria de Educação				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				

Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			3.895.330,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-			28.880,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			15.250,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-			15.250,00
	Total:			**3.954.710,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.22 Manutenção do Setor de Ensino Fundamental				
Objetivo: Manutenção do Setor de Ensino Fundamental				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			4.350.960,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-			5.780,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			13.400,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-			45.740,00
	Total:			**4.415.880,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.23 Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc				
Objetivo: Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 13 - Cultura				
Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
Classificação Programática				
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura				
Objetivo: Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	-			123.240,00
	Total:			**123.240,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				

CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.24 Manutenção do QSE				
Objetivo: Manutenção do QSE				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15500000 - Transferência do Salário-Educação	-			1.196.230,00
	Total:			**1.196.230,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.26 Apoio a Associações e Grupos Culturais				
Objetivo: Apoio a Associações e Grupos Culturais				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
Classificação Programática				
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura				
Objetivo: Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			69.300,00
	Total:			**69.300,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.27 Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental				
Objetivo: Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	

			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	-			10.966.400,00
15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70%	-			38.920,00
15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70%	-			736.660,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-			120.630,00
	Total:			**11.862.610,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.28 Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental				
Objetivo: Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-			2.879.710,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-			24.390,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-			526.330,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-			208.440,00
	Total:			**3.638.870,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.29 Apoio a Atletas Locais				
Objetivo: Apoio a Atletas Locais				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 27 - Desporto e Lazer				
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário				
Classificação Programática				
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte				
Objetivo: Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			10.500,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	-			23.340,00
	Total:			**33.840,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				

LDO 2027				
Ação: 2.30 Manutenção do PNAE Fundamental				
Objetivo: Manutenção do PNAE Fundamental				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			65.140,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-			207.090,00
	Total:			**272.230,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.31 Manutenção do PNAE Quilombola				
Objetivo: Manutenção do PNAE Quilombola				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			91.480,00
15500000 - Transferência do Salário-Educação	-			11.550,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-			141.140,00
	Total:			**244.170,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.33 Manutenção do PETERN				
Objetivo: Manutenção do PETERN				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 362 - Ensino Médio				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	

			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-			289.860,00
	Total:			**289.860,00**

Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.34 Manutenção do Programa de Abastecimento - Caminhão Pipa				
Objetivo: Manutenção do Programa de Abastecimento - Caminhão Pipa				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 605 - Abastecimento				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			127.050,00
	Total:			**127.050,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.35 Promoção de Eventos Culturais				
Objetivo: Promoção de Eventos Culturais				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 13 - Cultura				
Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
Classificação Programática				
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura				
Objetivo: Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
	Total:			**0,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.36 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				

Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			393.800,00
	Total:			**393.800,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.37 Promoção de Eventos				
Objetivo: Promoção de Eventos				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 23 - Comércio e Serviços				
Subfunção: 695 - Turismo				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			161.700,00
	Total:			**161.700,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.38 Arborização da Área Urbana				
Objetivo: Arborização da Área Urbana				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			69.300,00
	Total:			**69.300,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**

https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.39 Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil				
Objetivo: Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	-			4.221.190,00
15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70%	-			8.390,00
15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70%	-			824.000,00
	Total:			**5.053.580,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.40 Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil				
Objetivo: Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-			286.750,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-			6.470,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-			214.460,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-			920,00
	Total:			**508.600,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.41 Manutenção das Atividades de Tecnologia da Informação				
Objetivo: Manutenção das Atividades de Tecnologia da Informação				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação				
Classificação Programática				

Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			125.200,00
	Total:			**125.200,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.42 Infraestrutura e Informatização das Unidades Básicas de Saúde				
Objetivo: Infraestrutura e Informatização das Unidades Básicas de Saúde				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			288.750,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			577.480,00
	Total:			**866.230,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.43 Aquisição de Imóvel e/ou Terreno				
Objetivo: Aquisição de Imóvel e/ou Terreno				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			137.210,00
	Total:			**137.210,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				

LDO 2027				
Ação: 2.44 Manutenção das Atividades do EJA				
Objetivo: Manutenção das Atividades do EJA				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			65.660,00
	Total:			**65.660,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.45 Manutenção do FUNDEB 30% - EJA				
Objetivo: Manutenção do FUNDEB 30% - EJA				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-			95.730,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-			3.790,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-			15.240,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-			850,00
	Total:			**115.610,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.46 Manutenção do FUNDEB 70% -EJA				
Objetivo: Manutenção do FUNDEB 70% -EJA				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	-			8.010,00
15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70%	-			33.540,00
15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70%	-			25.170,00
	Total:			**66.720,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.47 Aquisição de Veículo				
Objetivo: Aquisição de Veículo				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
	Total:			**0,00**
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			92.400,00
	Total:			**92.400,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.48 Manutenção do Cemitério				
Objetivo: Manutenção do Cemitério				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município				
Meta prioridade / Meta física				

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			491.020,00
17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais	-			300.710,00
	Total:			**791.730,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.49 Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 367 - Educação Especial				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			60.320,00
	Total:			**60.320,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.50 Manutenção de Bandas Escolares de Música				
Objetivo: Manutenção de Bandas Escolares de Música				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 13 - Cultura				
Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			130,00
17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais	-			2.772.000,00
	Total:			**2.772.130,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.51 Transferência a Consórcio Público				

Objetivo: Transferência a Consórcio Público				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			80.390,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			207.500,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			18.180,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			15.020,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			15.020,00
	Total:			**336.110,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.53 Implemetação das Atividades da Segurança Alimentar e Nutricional em Saude				
Objetivo: Implemetação das Atividades da Segurança Alimentar e Nutricional em Saude				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			10.670,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			16.420,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			6.480,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			7.160,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			7.160,00
	Total:			**47.890,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.54 Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				
Objetivo: Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				

Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			164.310,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			106.730,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			1.189.060,00
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			369.630,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			16.770,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			141.690,00
17063110 - Transferência Especial da União	-			287.830,00
	Total:			**2.276.020,00**

Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.55 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica				
Objetivo: Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			130.720,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			11.900,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			31.560,00
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	-			7.100,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			9.840,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			9.840,00
	Total:			**200.960,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.56 Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde				
Objetivo: Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				

Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			232.160,00
	Total:			**232.160,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.57 Aquisição de Material Esportivo para Doação				
Objetivo: Aquisição de Material Esportivo para Doação				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 27 - Desporto e Lazer				
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário				
Classificação Programática				
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte				
Objetivo: Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			71.580,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	-			57.750,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			11.550,00
	Total:			**140.880,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.58 Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em Saúde				
Objetivo: Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em Saúde				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			28.880,00
	Total:			**28.880,00**
Classificação Funcional				

Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			27.500,00
	Total:			**27.500,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.59 Manutenção do Programa Saúde na Escolar - PSE				
Objetivo: Manutenção do Programa Saúde na Escolar - PSE				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			10.830,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			10.480,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			9.040,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			9.150,00
	Total:			**39.500,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.60 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				
Objetivo: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			6.534.540,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			6.138.220,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-			58.910,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			110.920,00

17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-			13.400,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-			36.960,00
	Total:			**12.892.950,00**
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
	Total:			**0,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.61 Apoio ao Conselho Municipal de Saúde				
Objetivo: Apoio ao Conselho Municipal de Saúde				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			4.270,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			2.970,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			5.420,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			4.470,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			4.470,00
	Total:			**21.600,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.62 Manutenção das Atividades de Saúde Bucal				
Objetivo: Manutenção das Atividades de Saúde Bucal				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**

15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			142.070,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			634.800,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			10.410,00
	Total:			**787.280,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.63 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social				
Objetivo: Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Objetivo: Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			1.605.140,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-			6.930,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			1.850,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-			15.250,00
	Total:			**1.629.170,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**			**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.64 Aquisição e Desapropriação de Imóveis				
Objetivo: Aquisição e Desapropriação de Imóveis				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Objetivo: Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			11.550,00
	Total:			**11.550,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações		
LDO 2027		
Ação: 2.65 Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD		
Objetivo: Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD		
Tipo: 2 - Atividades		
Estrutura Organizacional		

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social				
Classificação Funcional				
Função: 14 - Direitos da Cidadania				
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos				
Classificação Programática				
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Objetivo: Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			41.170,00
Total:				**41.170,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.66 Manutenção de Atendimento, Cadastramento e Enc. para Benef. e Ações a Segurança Alimentar				
Objetivo: Manutenção de Atendimento, Cadastramento e Enc. para Benef. e Ações a Segurança Alimentar				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Objetivo: Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			30.480,00
Total:				**30.480,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.67 Transferência a Consórcio Público				
Objetivo: Transferência a Consórcio Público				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			22.640,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			207.510,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			18.180,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			15.020,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			15.020,00

Total:				**278.370,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.68 Apoio ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente				
Objetivo: Apoio ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente				
Classificação Programática				
Programa: 18 - Programas e Projetos voltados a Criança e ao Adolescente				
Objetivo: Programas e Projetos voltados a Criança e ao Adolescente				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			45.900,00
Total:				**45.900,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.69 Apoio ao Fundo Municipal do Idoso				
Objetivo: Apoio ao Fundo Municipal do Idoso				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa				
Classificação Programática				
Programa: 10 - Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa				
Objetivo: Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			19.990,00
Total:				**19.990,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.70 Construção, Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais				
Objetivo: Construção, Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social				
Classificação Funcional				
Função: 16 - Habitação				
Subfunção: 482 - Habitação Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 33 - Construindo a São Tomé do Futuro				

Objetivo: Construindo a São Tomé do Futuro				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			302.500,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			66.000,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			27.500,00
Total:				**396.000,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.71 Apoio as ações de Emprego, Renda, Cursos, Artesanato e Afins				
Objetivo: Apoio as ações de Emprego, Renda, Cursos, Artesanato e Afins				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 333 - Empregabilidade				
Classificação Programática				
Programa: 26 - Política do Trabalho e Renda				
Objetivo: Política do Trabalho e Renda				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			57.750,00
Total:				**57.750,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.73 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Objetivo: Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			1.803.710,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-			6.930,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			1.850,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-			15.250,00
Total:				**1.827.740,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.74 Pagamento de Precatórios e Acordos Judiciais				
Objetivo: Pagamento de Precatórios e Acordos Judiciais				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas				
Classificação Funcional				
Função: 28 - Encargos Especiais				
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			57.750,00
Total:				**57.750,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.75 Contribuição a Entidades Representativas				
Objetivo: Contribuição a Entidades Representativas				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			43.580,00
Total:				**43.580,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.76 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único				
Objetivo: Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Objetivo: Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			37.890,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-			170.800,00
Total:				**208.690,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.77 Apoio aos Conselhos Municipais em Educação				
Objetivo: Apoio aos Conselhos Municipais em Educação				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
Total:				**0,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.78 Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS				
Objetivo: Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Objetivo: Gestão Pública Integrada de Assistência Social				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-			52.620,00
Total:				**52.620,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.79 Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica				
Objetivo: Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				

Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica				
Objetivo: Bloco da Proteção Social Básica				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			13.930,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-			164.570,00
Total:				**178.500,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.80 Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz				
Objetivo: Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa				
Classificação Programática				
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica				
Objetivo: Bloco da Proteção Social Básica				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
Total:				**0,00**
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente				
Classificação Programática				
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica				
Objetivo: Bloco da Proteção Social Básica				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-			154.510,00
Total:				**154.510,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.81 Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura				
Objetivo: Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 13 - Cultura				
Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
Classificação Programática				
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura				

Objetivo: Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			430,00
17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	-			67.570,00
17160000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura	-			530,00
Total:				**68.530,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.82 Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CRAS				
Objetivo: Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CRAS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica				
Objetivo: Bloco da Proteção Social Básica				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			23.100,00
16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	-			115.500,00
Total:				**138.600,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.83 Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos				
Objetivo: Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			6.534.540,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-			58.910,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			110.920,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-			13.400,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-			36.960,00
Total:				**6.754.730,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				

CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.84 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública				
Objetivo: Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			1.160,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-			2.310,00
Total:				**3.470,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.85 Manutenção das Atividades do Programa BPC na Escola				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Programa BPC na Escola				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência				
Classificação Programática				
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica				
Objetivo: Bloco da Proteção Social Básica				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-			12.750,00
Total:				**12.750,00**

Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/		1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.86 Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros			
Objetivo: Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação			
Classificação Funcional			
Função: 15 - Urbanismo			
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos			
Classificação Programática			
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município			
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município			

Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			121.000,00
Total:				**121.000,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.87 Manutenção das Ações do Setor de Transporte				
Objetivo: Manutenção das Ações do Setor de Transporte				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 26 - Transporte				
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			23.100,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			23.100,00
Total:				**46.200,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.88 Manutenção do PNAT				
Objetivo: Manutenção do PNAT				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			174.180,00
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	-			114.340,00
Total:				**288.520,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.89 PROCAD SUAS				
Objetivo: PROCAD SUAS				

Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa				
Classificação Programática				
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica				
Objetivo: Bloco da Proteção Social Básica				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-			102.910,00
Total:				**102.910,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.90 Manutenção das Atividades dos Serviços da Proteção Social Especial				
Objetivo: Manutenção das Atividades dos Serviços da Proteção Social Especial				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 29 - Bloco da Proteção Social Especial				
Objetivo: Bloco da Proteção Social Especial				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-			21.810,00
Total:				**21.810,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.91 Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte				
Objetivo: Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte				
Objetivo: Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			208.480,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-			138.600,00

Total:				**347.080,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.92 Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CREAS				
Objetivo: Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CREAS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 29 - Bloco da Proteção Social Especial				
Objetivo: Bloco da Proteção Social Especial				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	-			13.750,00
			Total:	**13.750,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.93 Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 14 - Direitos da Cidadania				
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos				
Classificação Programática				
Programa: 30 - Fortalecimento do Controle Social				
Objetivo: Fortalecimento do Controle Social				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			20.960,00
Total:				**20.960,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.95 Gestão de Benefícios Eventuais				
Objetivo: Gestão de Benefícios Eventuais				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 31 - Gestão de Benefícios Eventuais				

Objetivo: Gestão de Benefícios Eventuais				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			18.690,00
Total:				**18.690,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49		**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.96 Emendas Parlamentares				
Objetivo: Emendas Parlamentares				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social				
Objetivo: Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			139.390,00
16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			190.580,00
16013120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			12.700,00
Total:				**342.670,00**

Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/		1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.97 Construção, Reforma e Ampliação de Quadras, Ginásios Poliesportivos e Campos de Futebol			
Objetivo: Construção, Reforma e Ampliação de Quadras, Ginásios Poliesportivos e Campos de Futebol			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto			
Classificação Funcional			
Função: 27 - Desporto e Lazer			
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário			
Classificação Programática			
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte			
Objetivo: Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-		230,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-		75.820,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-		121.970,00
Total:			**198.020,00**
Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/		1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			

LDO 2027				
Ação: 2.99 Subvenção ao Lar São Camilo de Lélis				
Objetivo: Subvenção ao Lar São Camilo de Lélis				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente				
Classificação Programática				
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica				
Objetivo: Bloco da Proteção Social Básica				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			90.450,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-			29.310,00
Total:				**119.760,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.100 Promoção de Eventos Esportivos				
Objetivo: Promoção de Eventos Esportivos				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 27 - Desporto e Lazer				
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário				
Classificação Programática				
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte				
Objetivo: Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			119.590,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-			18.660,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-			30.210,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			5.780,00
Total:				**174.240,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.101 Reforma e Manutenção de Quadras de Esportes				
Objetivo: Reforma e Manutenção de Quadras de Esportes				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 48 - Melhoria na Infraestrutura ao Esporte no Fundamental				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura ao Esporte no Fundamental				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**

Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-			171.520,00
15703110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas	-			38.120,00
15703120 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas	-			38.120,00
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-			152.460,00
Total:				**400.220,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.103 Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias				
Objetivo: Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			32.790,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			92.560,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			8.390,00
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos	-			177.800,00
Total:				**311.540,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.105 Aquisição de KIT Escolar para Rede Municipal de Ensino				
Objetivo: Aquisição de KIT Escolar para Rede Municipal de Ensino				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			83.850,00
Total:				**83.850,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.106 Construção, Reforma, Ampliação, e Modernização de Unidade de Saúde				
Objetivo: Construção, Reforma, Ampliação, e Modernização de Unidade de Saúde				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			5.040,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			5.770,00
16013120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			62.370,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			19.600,00
16313110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas	-			3.460,00
Total:				**96.240,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.109 Capacitação de Profissionais				
Objetivo: Capacitação de Profissionais				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			57.750,00
Total:				**57.750,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.111 Recuperação de Áreas Degradadas				
Objetivo: Recuperação de Áreas Degradadas				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			115.500,00
Total:				**115.500,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				

Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.112 Manutenção e Ampliação do Sistema de Monitoramento Eletrônico em Áreas Urbanas				
Objetivo: Manutenção e Ampliação do Sistema de Monitoramento Eletrônico em Áreas Urbanas				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura do Município				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			22.000,00
Total:				**22.000,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.115 Aquisição de Unidade Móvel Médico Odontológico				
Objetivo: Aquisição de Unidade Móvel Médico Odontológico				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-			115.500,00
Total:				**115.500,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.116 Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**

Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			196.350,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			3.069.780,00
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			986.090,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			52.390,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			22.530,00
17063110 - Transferência Especial da União	-			920,00
Total:				**4.328.060,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.117 Formação e Capacitação para os Profissionais da Educação				
Objetivo: Formação e Capacitação para os Profissionais da Educação				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			34.650,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-			115.500,00
Total:				**150.150,00**
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-			57.750,00
Total:				**57.750,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação Página**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.118 Manutenção do PNAE Infantil				
Objetivo: Manutenção do PNAE Infantil				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				

Fonte de recurso	**Destinação**			
Total:				**0,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite** 1465-7509-306		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/				
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.119 Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação				
Objetivo: Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			562.170,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-			3.350,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei	-			8.390,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-			1.680,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-			1.680,00
Total:				**577.270,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.120 Manutenção do PNAE EJA				
Objetivo: Manutenção do PNAE EJA				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
Total:				**0,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.121 Manutenção da Parceria junto a Consórcios Públicos				
Objetivo: Manutenção da Parceria junto a Consórcios Públicos				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi				
Classificação Funcional				
Função: 18 - Gestão Ambiental				
Subfunção: 542 - Controle Ambiental				

Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			227.540,00
Total:				**227.540,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.122 Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças				
Objetivo: Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria				
Objetivo: Manutenção das Ações da Secretaria				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-			558.440,00
Total:				**558.440,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.123 Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral				
Objetivo: Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome				
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	-			4.560,00
Total:				**4.560,00**
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				

Fonte de recurso	**Destinação**			
Total:				**0,00**
Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.124 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				
Objetivo: Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-			68.840,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-			63.910,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de	-			13.750,00
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos	-			2.435.100,00
Total:				**2.581.600,00**

Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.125 Aquisição e Manutenção de Materiais e Equipamentos Tecnológicos			
Objetivo: Aquisição e Manutenção de Materiais e Equipamentos Tecnológicos			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto			
Classificação Funcional			
Função: 12 - Educação			
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação			
Classificação Programática			
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal			
Objetivo: Manutenção das Ações com Educação Municipal			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-		11.550,00
Total:			**11.550,00**
Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.127 Manutenção das Ações de Combate a Situações Emergenciais e de Calamidade Pública			
Objetivo: Manutenção das Ações de Combate a Situações Emergenciais e de Calamidade Pública			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde			
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde			
Classificação Funcional			
Função: 10 - Saúde			

Subfunção: 301 - Atenção Básica			
Classificação Programática			
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública			
Objetivo: Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-		11.550,00
Total:			**11.550,00**
Classificação Programática			
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública			
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	-		23.100,00
Total:			**23.100,00**
Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.128 Contribuição Federação das Câmaras Municipais do Estado do RN - FECAM/RN			
Objetivo: Contribuição Federação das Câmaras Municipais do Estado do RN - FECAM/RN			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 1 - Câmara Municipal de São Tomé			
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé			
Classificação Funcional			
Função: 1 - Legislativa			
Subfunção: 31 - Ação Legislativa			
Classificação Programática			
Programa: 40 - Câmara Municipal			
Objetivo: Câmara Municipal			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-		11.230,00
Total:			**11.230,00**
Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.129 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal			
Objetivo: Manutenção das Atividades da Câmara Municipal			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 1 - Câmara Municipal de São Tomé			
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé			
Classificação Funcional			
Função: 1 - Legislativa			
Subfunção: 31 - Ação Legislativa			
Classificação Programática			
Programa: 40 - Câmara Municipal			
Objetivo: Câmara Municipal			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-		3.057.950,00

Total:			**3.057.950,00**
Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.130 Reforma/Ampliação da Câmara Municipal			
Objetivo: Reforma/Ampliação da Câmara Municipal			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 1 - Câmara Municipal de São Tomé			
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé			
Classificação Funcional			
Função: 1 - Legislativa			
Subfunção: 31 - Ação Legislativa			
Classificação Programática			
Programa: 40 - Câmara Municipal			
Objetivo: Câmara Municipal			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-		165.170,00
Total:			**165.170,00**
Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.131 Manutenção da Controladoria IPSAT			
Objetivo: Manutenção da Controladoria IPSAT			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 5 - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Tomé			
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT			
Classificação Funcional			
Função: 9 - Previdência Social			
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário			
Classificação Programática			
Programa: 41 - IPSAT			
Objetivo: IPSAT			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-		176.600,00
Total:			**176.600,00**
Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.132 Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT			
Objetivo: Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 5 - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Tomé			
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT			
Classificação Funcional			
Função: 9 - Previdência Social			
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário			
Classificação Programática			
Programa: 41 - IPSAT			
Objetivo: IPSAT			
Meta prioridade / Meta física			

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-		10.451.580,00
Total:			**10.451.580,00**
Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.133 Implantação das Ações de Politicas para a Rede Cegonha			
Objetivo: Implantação das Ações de Politicas para a Rede Cegonha			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde			
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde			
Classificação Funcional			
Função: 10 - Saúde			
Subfunção: 301 - Atenção Básica			
Classificação Programática			
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública			
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-		45.740,00
Total:			**45.740,00**
Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.134 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS- Componente Qualidade			
Objetivo: Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS- Componente Qualidade			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde			
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde			
Classificação Funcional			
Função: 10 - Saúde			
Subfunção: 301 - Atenção Básica			
Classificação Programática			
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública			
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-		45.740,00
Total:			**45.740,00**
Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**		**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/			1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.135 Celebração de Parceria Administrativa Junto ao Hospital Regional de São Paulo do Potengir			
Objetivo: Celebração de Parceria Administrativa Junto ao Hospital Regional de São Paulo do Potengir			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde			
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde			
Classificação Funcional			
Função: 10 - Saúde			

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
Classificação Programática			
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública			
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-		50.820,00
Total:			**50.820,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		1465-7509-306
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações		
LDO 2027		
Ação: 2.136 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância Sanitária		
Objetivo: Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância Sanitária		
Tipo: 2 - Atividades		
Estrutura Organizacional		
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Classificação Funcional		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária		
Classificação Programática		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Objetivo: Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Meta prioridade / Meta física		

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-		106.730,00
Total:			**106.730,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite** 1465-7509-306	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações		
LDO 2027		
Ação: 2.139 Manutenção das Atividades de Segurança Pública		
Objetivo: Manutenção das Atividades de Segurança Pública		
Tipo: 2 - Atividades		
Estrutura Organizacional		
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Classificação Funcional		
Função: 6 - Segurança Pública		
Subfunção: 181 - Policiamento		
Classificação Programática		
Programa: 6 - Manutenção da Ações de Segurança Pública		
Objetivo: Manutenção da Ações de Segurança Pública		
Meta prioridade / Meta física		

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-		139.280,00
Total:			**139.280,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite** 1465-7509-306	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações		
LDO 2027		

Ação: 9.1 Reserva de Contingência			
Objetivo: Reserva de Contingência			
Tipo: 9 - Não Orçamentária			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo			
Classificação Funcional			
Função: 99 - Reserva de Contingência			
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência			
Classificação Programática			
Programa: 45 - Reserva de Contingencia			
Objetivo: Reserva de Contingencia			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-		1.540.000,00
Total:			**1.540.000,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1981-3866-341
Resumo dos Valores Previstos na Despesa		**LDO por Ações**
Projetos		**LDO 2027 Valores em R$**
1.1 Construção, Ampliação e Conservação de Cisternas, Barragens, Açudes e Afins		130.540,00
1.2 Construção, Instalação e Manutenção de Poços		317.620,00
1.3 Amortização da Dívida Fundada aos Precatórios Trabalhista e RPVS		391.950,00
1.4 Amortização da Dívida junto ao RGPS		8.030,00
1.5 Amortização da Dívida junto ao FGTS		1.137.110,00
1.6 Amortização da Dívida junto a Caern		115.370,00
1.7 Amortização da Dívida junto ao RPPS		1.195.420,00
1.8 Amortização da Dívida junto ao PASEP		20,00
1.9 Recolhimento Previdenciário junto ao RGPS		801.660,00
1.10 Recolhimento Previdenciário junto ao RPPS		801.660,00
1.11 Construção e Reconstrução de Pavimentação		1.591.540,00
1.12 Construção, Reforma e Urbanização das Entradas da Cidade		81.230,00
1.13 Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água com Adutoras		168.620,00
1.14 Sinalização horizontal e vertical de Ruas, Avenidas e Logradouros		54.170,00
1.15 Construção, Reforma, Ampliação e Modernização de Prédios Públicos		2.500.010,00
1.16 Aquisição de Equipamentos de Produção		275.820,00
1.17 Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos		678.020,00
1.18 Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da Secretaria e Unidades de Ensino		570.330,00
1.19 Aquisição de Veículos		344.270,00
1.20 Reforma e Modernização da Unidade Mista		34.650,00
1.21 Construção e Instalação de UBS/Unidade		34.650,00
1.22 Aquisição de Acervo Bibliográfico		28.880,00
1.26 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		197.090,00
1.30 Construção de Unidades Sanitarias		288.750,00
1.31 Instalação do Sistema de Saneamento Básico		4.620,00
1.32 Construção e Reforma de Academia ao Ar Livre		341.360,00
1.38 Construção e Reforma de Praças		121.260,00
1.43 Melhoramento das Estradas Vicinais		192.500,00
1.50 Ampliação da rede Pública de Energia		66.000,00
Total		**12.473.150,00**
Atividades		
2.2 Manutenção e Ampliação da Unidade de Exposição e Comercialização do Produtor Familiar		60.500,00
2.3 Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral do Munícipio		78.280,00
2.4 Manutenção das Atividades do Governo		891.070,00
2.7 Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal		164.450,00
2.8 Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município		161.560,00
2.9 Manutenção dos Conselhos de Apoio a Pasta		80.850,00
2.10 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		172.430,00
2.11 Manutenção do SIM		62.610,00
2.12 Manutenção das Atividades do Programa "Corte de Terra"		173.250,00
2.13 Contribuição a Formação do PASEP		1.048.140,00
2.14 Subvenções a Associações Rurais		69.300,00
2.15 Implantação e Manutenção do Sistema da Coleta Seletiva		60.500,00

2.16 Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		4.401.660,00
2.17 Manutenção aos Atendimentos Médico-Veterinários		122.780,00
2.18 Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		3.646.410,00
2.19 Manutenção das Atividades do Programa "Garantia Safra"		27.500,00
2.20 Manutenção das Atividades do Setor de Turismo		33.500,00
2.21 Manutenção da Secretaria de Educação		3.954.710,00
2.22 Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		4.415.880,00
2.23 Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc		123.240,00
2.24 Manutenção do QSE		1.196.230,00
2.26 Apoio a Associações e Grupos Culturais		69.300,00
2.27 Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental		11.862.610,00
2.28 Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental		3.638.870,00
2.29 Apoio a Atletas Locais		33.840,00
2.30 Manutenção do PNAE Fundamental		272.230,00
2.31 Manutenção do PNAE Quilombola		244.170,00
2.33 Manutenção do PETERN		289.860,00
2.34 Manutenção do Programa de Abastecimento - Caminhão Pipa		127.050,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1981-3866-341
Resumo dos Valores Previstos na Despesa		**LDO por Ações**
2.36 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola		393.800,00
2.37 Promoção de Eventos		161.700,00
2.38 Arborização da Área Urbana		69.300,00
2.39 Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil		5.053.580,00
2.40 Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil		508.600,00
2.41 Manutenção das Atividades de Tecnologia da Informação		125.200,00
2.42 Infraestrutura e Informatização das Unidades Básicas de Saúde		866.230,00
2.43 Aquisição de Imóvel e/ou Terreno		137.210,00
2.44 Manutenção das Atividades do EJA		65.660,00
2.45 Manutenção do FUNDEB 30% - EJA		115.610,00
2.46 Manutenção do FUNDEB 70% -EJA		66.720,00
2.47 Aquisição de Veículo		92.400,00
2.48 Manutenção do Cemitério		791.730,00
2.49 Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial		60.320,00
2.50 Manutenção de Bandas Escolares de Música		2.772.130,00
2.51 Transferência a Consórcio Público		336.110,00
2.53 Implemetação das Atividades da Segurança Alimentar e Nutricional em Saude		47.890,00
2.54 Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC		2.276.020,00
2.55 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica		200.960,00
2.56 Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde		232.160,00
2.57 Aquisição de Material Esportivo para Doação		140.880,00
2.58 Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em Saúde		56.380,00
2.59 Manutenção do Programa Saúde na Escolar - PSE		39.500,00
2.60 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		12.892.950,00
2.61 Apoio ao Conselho Municipal de Saúde		21.600,00
2.62 Manutenção das Atividades de Saúde Bucal		787.280,00
2.63 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social		1.629.170,00
2.64 Aquisição e Desapropriação de Imóveis		11.550,00
2.65 Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD		41.170,00
2.66 Manutenção de Atendimento, Cadastramento e Enc. para Benef. e Ações a Segurança Alimentar		30.480,00
2.67 Transferência a Consórcio Público		278.370,00
2.68 Apoio ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente		45.900,00
2.69 Apoio ao Fundo Municipal do Idoso		19.990,00
2.70 Construção, Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais		396.000,00
2.71 Apoio as ações de Emprego, Renda, Cursos, Artesanato e Afins		57.750,00
2.73 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		1.827.740,00
2.74 Pagamento de Precatórios e Acordos Judiciais		57.750,00
2.75 Contribuição a Entidades Representativas		43.580,00
2.76 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		208.690,00
2.78 Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		52.620,00
2.79 Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		178.500,00
2.80 Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		154.510,00
2.81 Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura		68.530,00
2.82 Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CRAS		138.600,00
2.83 Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		6.754.730,00
2.84 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		3.470,00
2.85 Manutenção das Atividades do Programa BPC na Escola		12.750,00
2.86 Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros		121.000,00

2.87 Manutenção das Ações do Setor de Transporte	46.200,00
2.88 Manutenção do PNAT	288.520,00
2.89 PROCAD SUAS	102.910,00
2.90 Manutenção das Atividades dos Serviços da Proteção Social Especial	21.810,00
2.91 Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte	347.080,00
2.92 Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CREAS	13.750,00
2.93 Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social	20.960,00
2.95 Gestão de Benefícios Eventuais	18.690,00
2.96 Emendas Parlamentares	342.670,00
2.97 Construção, Reforma e Ampliação de Quadras, Ginásios Poliesportivos e Campos de Futebol	198.020,00
2.99 Subvenção ao Lar São Camilo de Lélis	119.760,00
2.100 Promoção de Eventos Esportivos	174.240,00
2.101 Reforma e Manutenção de Quadras de Esportes	400.220,00
Prefeitura Municipal de São Tome	
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN	
CNPJ: 08.080.210/0001-49 **Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/	1981-3866-341
Resumo dos Valores Previstos na Despesa	**LDO por Ações**
2.103 Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias	311.540,00
2.105 Aquisição de KIT Escolar para Rede Municipal de Ensino	83.850,00
2.106 Construção, Reforma, Ampliação, e Modernização de Unidade de Saúde	96.240,00
2.109 Capacitação de Profissionais	57.750,00
2.111 Recuperação de Áreas Degradadas	115.500,00
2.112 Manutenção e Ampliação do Sistema de Monitoramento Eletrônico em Áreas Urbanas	22.000,00
2.115 Aquisição de Unidade Móvel Médico Odontológico	115.500,00
2.116 Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS	4.328.060,00
2.117 Formação e Capacitação para os Profissionais da Educação	207.900,00
2.119 Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação	577.270,00
2.121 Manutenção da Parceria junto a Consórcios Públicos	227.540,00
2.122 Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças	558.440,00
2.123 Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral	4.560,00
2.124 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	2.581.600,00
2.125 Aquisição e Manutenção de Materiais e Equipamentos Tecnológicos	11.550,00
2.127 Manutenção das Ações de Combate a Situações Emergenciais e de Calamidade Pública	34.650,00
2.128 Contribuição Federação das Câmaras Municipais do Estado do RN - FECAM/RN	11.230,00
2.129 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal	3.057.950,00
2.130 Reforma/Ampliação da Câmara Municipal	165.170,00
2.131 Manutenção da Controladoria IPSAT	176.600,00
2.132 Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT	10.451.580,00
2.133 Implantação das Ações de Politicas para a Rede Cegonha	45.740,00
2.134 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS- Componente Qualidade	45.740,00
2.135 Celebração de Parceria Administrativa Junto ao Hospital Regional de São Paulo do Potengir	50.820,00
2.136 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância Sanitária	106.730,00
2.139 Manutenção das Atividades de Segurança Pública	139.280,00
Total	**103.607.170,00**
Não Orçamentárias	
9.1 Reserva de Contingência	1.540.000,00
Total	**1.540.000,00**
Total geral	**117.620.320,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1428-8457-152
Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Programa		
Programa		**LDO 2027 Valores em R$**
4 Manutenção das Ações da Secretaria		21.403.500,00
6 Manutenção da Ações de Segurança Pública		139.280,00
10 Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa		19.990,00
16 Gestão Pública Integrada de Assistência Social		3.801.420,00
17 Manutenção das Ações da Controladoria		161.560,00
18 Programas e Projetos voltados a Criança e ao Adolescente		45.900,00
19 Manutenção das Ações da Procuradoria		78.280,00
21 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		172.430,00
22 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		541.360,00
24 Obrigações Previdenciárias		1.603.320,00
25 Amortização da Dívida		1.587.370,00
26 Política do Trabalho e Renda		57.750,00
28 Bloco da Proteção Social Básica		707.030,00
29 Bloco da Proteção Social Especial		35.560,00

30 Fortalecimento do Controle Social	20.960,00
31 Gestão de Benefícios Eventuais	18.690,00
32 Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	342.670,00
33 Construindo a São Tomé do Futuro	396.000,00
34 Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	827.910,00
37 Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	1.953.860,00
40 Câmara Municipal	3.234.350,00
41 IPSAT	10.628.180,00
42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	24.789.600,00
43 Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal	570.330,00
45 Reserva de Contingencia	1.540.000,00
47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	35.536.240,00
48 Melhoria na Infraestrutura ao Esporte no Fundamental	400.220,00
49 Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte	894.060,00
50 Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura	261.070,00
52 Melhoria na Infraestrutura do Município	5.851.430,00
Total geral	**117.620.320,00**

Prefeitura Municipal de São Tome

Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN

CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		1537-1514-314

Resumo das Metas Financeiras da LDO

LDO 2027 Valores em R$

Unidade orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Valor
1000 - Câmara Municipal de São Tomé					**3.234.350,00**
1001 - Câmara Municipal de São Tomé	1	31	40 Câmara Municipal	2.128 Contribuição Federação das Câmaras Municipais d	11.230,00
1001 - Câmara Municipal de São Tomé	1	31	40 Câmara Municipal	2.129 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal	3.057.950,00
1001 - Câmara Municipal de São Tomé	1	31	40 Câmara Municipal	2.130 Reforma/Ampliação da Câmara Municipal	165.170,00
2000 - Secretaria Municipal do Governo					**3.147.070,00**
2001 - Secretaria Municipal do Governo	2	62	19 Manutenção das Ações da Procuradoria	2.3 Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral do	78.280,00
2001 - Secretaria Municipal do Governo	4	122	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.4 Manutenção das Atividades do Governo	891.070,00
2001 - Secretaria Municipal do Governo	4	122	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.7 Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal	164.450,00
2001 - Secretaria Municipal do Governo	4	124	17 Manutenção das Ações da Controladoria	2.8 Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral d	161.560,00
2001 - Secretaria Municipal do Governo	6	181	6 Manutenção da Ações de Segurança Pública	2.139 Manutenção das Atividades de Segurança Pública	139.280,00
2001 - Secretaria Municipal do Governo	8	243	21 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar	2.10 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	172.430,00
2001 - Secretaria Municipal do Governo	99	999	45 Reserva de Contingencia	9.1 Reserva de Contingência	1.540.000,00
3000 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos					**6.247.990,00**
3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Hu	4	122	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.16 Manutenção das Atividades da Sec. de Administraçã	4.401.660,00
3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Hu	4	122	22 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	1.26 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	117.810,00
3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Hu	4	126	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.41 Manutenção das Atividades de Tecnologia da Infor	125.200,00
3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Hu	9	272	24 Obrigações Previdenciárias	1.9 Recolhimento Previdenciário junto ao RGPS	801.660,00
3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Hu	9	272	24 Obrigações Previdenciárias	1.10 Recolhimento Previdenciário junto ao RPPS	801.660,00
4000 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi					**5.930.890,00**
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	4	541	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.18 Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura,	3.646.410,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	15	451	34 Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	2.38 Arborização da Área Urbana	69.300,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	15	451	34 Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	2.111 Recuperação de Áreas Degradadas	115.500,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	15	452	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.15 Implantação e Manutenção do Sistema da Coleta S	60.500,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	18	542	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.121 Manutenção da Parceria junto a Consórcios Públic	227.540,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	18	544	34 Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	1.1 Construção, Ampliação e Conservação de Cisternas,	130.540,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	18	544	34 Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	1.2 Construção, Instalação e Manutenção de Poços	317.620,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	18	544	34 Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	1.13 Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água c	168.620,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	20	122	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.11 Manutenção do SIM	62.610,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	20	122	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.14 Subvenções a Associações Rurais	69.300,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	20	122	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.17 Manutenção aos Atendimentos Médico-Veterinários	122.780,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	20	422	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.9 Manutenção dos Conselhos de Apoio a Pasta	80.850,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	20	605	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.19 Manutenção das Atividades do Programa "Garantia	27.500,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	20	605	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.34 Manutenção do Programa de Abastecimento - Cami	127.050,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	20	605	34 Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	1.16 Aquisição de Equipamentos de Produção	26.330,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	20	605	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	1.16 Aquisição de Equipamentos de Produção	249.490,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	20	605	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	2.2 Manutenção e Ampliação da Unidade de Exposição e	60.500,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	20	606	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.12 Manutenção das Atividades do Programa "Corte de	173.250,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	23	695	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.20 Manutenção das Atividades do Setor de Turismo	33.500,00
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio	23	695	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.37 Promoção de Eventos	161.700,00
5000 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto					**38.085.470,00**
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	122	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.30 Manutenção do PNAE Fundamental	272.230,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	122	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.31 Manutenção do PNAE Quilombola	244.170,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	122	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.88 Manutenção do PNAT	288.520,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	122	48 Melhoria na Infraestrutura ao Esporte no Fundamental	2.101 Reforma e Manutenção de Quadras de Esportes	400.220,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	122	49 Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte	2.91 Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Es	347.080,00

5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	126	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.117 Formação e Capacitação para os Profissionais da E	150.150,00
Prefeitura Municipal de São Tome					
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN					
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/					1537-1514-314
Resumo das Metas Financeiras da LDO					
Unidade orçamentária	**Função**	**Subfunção**	**Programa**	**Ação**	**Valor**
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	126	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.125 Aquisição e Manutenção de Materiais e Equipamen	11.550,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	331	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.117 Formação e Capacitação para os Profissionais da E	57.750,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	361	22 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	1.19 Aquisição de Veículos	344.270,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	361	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	1.22 Aquisição de Acervo Bibliográfico	28.880,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	361	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.21 Manutenção da Secretaria de Educação	3.954.710,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	361	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.22 Manutenção do Setor de Ensino Fundamental	4.415.880,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	361	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.24 Manutenção do QSE	1.196.230,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	361	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.27 Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental	11.862.610,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	361	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.28 Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental	3.638.870,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	361	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.123 Manutenção das Atividades do Programa Escola e	4.560,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	362	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.33 Manutenção do PETERN	289.860,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	365	22 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	1.26 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	79.280,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	365	43 Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal	1.18 Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da	570.330,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	365	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.36 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Crec	393.800,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	365	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.39 Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil	5.053.580,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	365	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.40 Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil	508.600,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	366	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.44 Manutenção das Atividades do EJA	65.660,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	366	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.45 Manutenção do FUNDEB 30% - EJA	115.610,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	366	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.46 Manutenção do FUNDEB 70% -EJA	66.720,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	366	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.105 Aquisição de KIT Escolar para Rede Municipal de E	83.850,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	367	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.49 Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Esp	60.320,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	12	392	50 Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura	2.26 Apoio a Associações e Grupos Culturais	69.300,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	13	392	47 Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.50 Manutenção de Bandas Escolares de Música	2.772.130,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	13	392	50 Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura	2.23 Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc	123.240,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	13	392	50 Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura	2.81 Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultur	68.530,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	27	812	49 Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte	2.29 Apoio a Atletas Locais	33.840,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	27	812	49 Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte	2.57 Aquisição de Material Esportivo para Doação	140.880,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	27	812	49 Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte	2.97 Construção, Reforma e Ampliação de Quadras, Giná	198.020,00
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e D	27	812	49 Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte	2.100 Promoção de Eventos Esportivos	174.240,00
6000 - Secretaria Munic. de Saúde Pública					**26.743.460,00**
6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública	10	301	37 Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	2.42 Infraestrutura e Informatização das Unidades Básic	866.230,00
6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública	10	301	37 Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	2.47 Aquisição de Veículo	92.400,00
6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública	10	301	37 Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	2.106 Construção, Reforma, Ampliação, e Modernização	96.240,00
6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.61 Apoio ao Conselho Municipal de Saúde	21.600,00
6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública	10	302	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.51 Transferência a Consórcio Público	336.110,00
6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública	10	331	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.109 Capacitação de Profissionais	57.750,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	4	512	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.60 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	12.892.950,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	37 Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	1.32 Construção e Reforma de Academia ao Ar Livre	341.360,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	37 Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	2.43 Aquisição de Imóvel e/ou Terreno	137.210,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	37 Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	2.115 Aquisição de Unidade Móvel Médico Odontológico	115.500,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	37 Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	2.127 Manutenção das Ações de Combate a Situações E	11.550,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	1.20 Reforma e Modernização da Unidade Mista	34.650,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	1.21 Construção e Instalação de UBS/Unidade	34.650,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.53 Implemetação das Atividades da Segurança Aliment	47.890,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.58 Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em	28.880,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.59 Manutenção do Programa Saúde na Escolar - PSE	39.500,00
Prefeitura Municipal de São Tome					
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN					
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/					1537-1514-314
Resumo das Metas Financeiras da LDO					
Unidade orçamentária	**Função**	**Subfunção**	**Programa**	**Ação**	**Valor**
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.62 Manutenção das Atividades de Saúde Bucal	787.280,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.116 Manutenção das Atividades do Incentivo Financeir	4.328.060,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.124 Manutenção do Programa Agentes Comunitários d	2.581.600,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.127 Manutenção das Ações de Combate a Situações E	23.100,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.133 Implantação das Ações de Politicas para a Rede C	45.740,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	301	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.134 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da	45.740,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	302	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.54 Manutenção do Programa de Média e Alta Complexi	2.276.020,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	302	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.67 Transferência a Consórcio Público	278.370,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	302	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.135 Celebração de Parceria Administrativa Junto ao Ho	50.820,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	303	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.55 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêut	200.960,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	304	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.56 Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúd	232.160,00

6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	304	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.136 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da	106.730,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	305	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.58 Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em	27.500,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	10	305	42 Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.103 Manutenção das Atividades dos Agentes de Comb	311.540,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	17	512	37 Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	1.30 Construção de Unidades Sanitarias	288.750,00
6002 - Fundo Municipal de Saúde	17	512	37 Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	1.31 Instalação do Sistema de Saneamento Básico	4.620,00
7000 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação					**13.023.860,00**
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	451	4 Manutenção das Ações da Secretaria	1.17 Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	678.020,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	451	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.83 Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Trans	6.754.730,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	451	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	1.11 Construção e Reconstrução de Pavimentação	1.591.540,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	451	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	1.12 Construção, Reforma e Urbanização das Entradas d	81.230,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	451	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	1.15 Construção, Reforma, Ampliação e Modernização de	2.500.010,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	451	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	1.38 Construção e Reforma de Praças	121.260,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	451	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	1.43 Melhoramento das Estradas Vicinais	192.500,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	451	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	2.48 Manutenção do Cemitério	791.730,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	451	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	2.112 Manutenção e Ampliação do Sistema de Monitora	22.000,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	452	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.84 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	3.470,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	15	452	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	2.86 Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros	121.000,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	25	752	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	1.50 Ampliação da rede Pública de Energia	66.000,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	26	782	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.87 Manutenção das Ações do Setor de Transporte	46.200,00
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instal	26	782	52 Melhoria na Infraestrutura do Município	1.14 Sinalização horizontal e vertical de Ruas, Avenidas	54.170,00
8000 - Secretaria Munic. de Assistência Social					**5.445.970,00**
8001 - Secretaria Munic. de Assistência So	8	122	16 Gestão Pública Integrada de Assistência Social	2.63 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal	1.629.170,00
8001 - Secretaria Munic. de Assistência So	8	244	16 Gestão Pública Integrada de Assistência Social	2.66 Manutenção de Atendimento, Cadastramento e Enc.	30.480,00
8001 - Secretaria Munic. de Assistência So	8	333	26 Política do Trabalho e Renda	2.71 Apoio as ações de Emprego, Renda, Cursos, Artesa	57.750,00
8001 - Secretaria Munic. de Assistência So	8	451	16 Gestão Pública Integrada de Assistência Social	2.64 Aquisição e Desapropriação de Imóveis	11.550,00
8001 - Secretaria Munic. de Assistência So	14	422	16 Gestão Pública Integrada de Assistência Social	2.65 Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juve	41.170,00
8001 - Secretaria Munic. de Assistência So	16	482	33 Construindo a São Tomé do Futuro	2.70 Construção, Recuperação e Melhoria de Unidades H	396.000,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	241	10 Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa	2.69 Apoio ao Fundo Municipal do Idoso	19.990,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	241	28 Bloco da Proteção Social Básica	2.89 PROCAD SUAS	102.910,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	242	28 Bloco da Proteção Social Básica	2.85 Manutenção das Atividades do Programa BPC na Es	12.750,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	243	18 Programas e Projetos voltados a Criança e ao Adolescente	2.68 Apoio ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente	45.900,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	243	28 Bloco da Proteção Social Básica	2.80 Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	154.510,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	243	28 Bloco da Proteção Social Básica	2.99 Subvenção ao Lar São Camilo de Lélis	119.760,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	244	16 Gestão Pública Integrada de Assistência Social	2.73 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de	1.827.740,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	244	16 Gestão Pública Integrada de Assistência Social	2.76 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadas	208.690,00
Prefeitura Municipal de São Tome					
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN					
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/					1537-1514-314
Resumo das Metas Financeiras da LDO					
Unidade orçamentária	**Função**	**Subfunção**	**Programa**	**Ação**	**Valor**
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	244	16 Gestão Pública Integrada de Assistência Social	2.78 Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS	52.620,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	244	28 Bloco da Proteção Social Básica	2.79 Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteçã	178.500,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	244	28 Bloco da Proteção Social Básica	2.82 Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CRAS	138.600,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	244	29 Bloco da Proteção Social Especial	2.90 Manutenção das Atividades dos Serviços da Proteçã	21.810,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	244	29 Bloco da Proteção Social Especial	2.92 Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CREA	13.750,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	244	31 Gestão de Benefícios Eventuais	2.95 Gestão de Benefícios Eventuais	18.690,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	8	244	32 Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Soci	2.96 Emendas Parlamentares	342.670,00
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Soc	14	422	30 Fortalecimento do Controle Social	2.93 Manutenção das Atividades do Conselho Municipal	20.960,00
9000 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação					**577.270,00**
9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecada	4	123	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.119 Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação	577.270,00
11000 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas					**4.555.810,00**
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e F	4	123	4 Manutenção das Ações da Secretaria	1.4 Amortização da Dívida junto ao RGPS	8.030,00
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e F	4	123	4 Manutenção das Ações da Secretaria	1.5 Amortização da Dívida junto ao FGTS	1.137.110,00
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e F	4	123	4 Manutenção das Ações da Secretaria	1.6 Amortização da Dívida junto a Caern	115.370,00
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e F	4	123	4 Manutenção das Ações da Secretaria	1.8 Amortização da Dívida junto ao PASEP	20,00
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e F	4	123	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.13 Contribuição a Formação do PASEP	1.048.140,00
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e F	4	123	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.75 Contribuição a Entidades Representativas	43.580,00
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e F	4	123	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.122 Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamen	558.440,00
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e F	28	843	4 Manutenção das Ações da Secretaria	2.74 Pagamento de Precatórios e Acordos Judiciais	57.750,00
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e F	28	843	25 Amortização da Dívida	1.3 Amortização da Dívida Fundada aos Precatórios Trab	391.950,00
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e F	28	843	25 Amortização da Dívida	1.7 Amortização da Dívida junto ao RPPS	1.195.420,00
12000 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT					**10.628.180,00**
12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São T	9	272	41 IPSAT	2.131 Manutenção da Controladoria IPSAT	176.600,00
12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São T	9	272	41 IPSAT	2.132 Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT	10.451.580,00
				Total geral	**117.620.320,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**

https://saotome.rn.gov.br/					1392-0467-389	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Descrição	**2023**			**2024**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação						
Receita Corrente Líquida (RCL)	**57.861.017,10**		**54.342.087,18**	**63.083.746,00**		**70.644.557,44**
Receitas correntes	**60.034.207,10**	**60.034.207,10**	**61.555.173,64**	**69.412.824,00**	**69.412.824,00**	**79.654.778,45**
Receita tributária	**3.350.100,00**	**3.350.100,00**	**4.778.656,86**	**3.342.304,00**	**3.342.304,00**	**9.579.016,09**
Impostos	3.010.800,00	3.010.800,00	4.538.650,18	2.925.144,00	2.925.144,00	8.329.624,02
Taxas	339.300,00	339.300,00	240.006,68	407.160,00	407.160,00	1.247.563,42
Contribuição de melhorias				10.000,00	10.000,00	1.828,65
Receita de contribuições	**2.696.374,61**	**2.696.374,61**	**2.490.459,06**	**3.216.450,00**	**3.216.450,00**	**3.240.531,00**
Contribuições Sociais	2.090.774,61	2.090.774,61	1.993.560,27	2.508.930,00	2.508.930,00	2.849.204,17
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação	605.600,00	605.600,00	496.898,79	707.520,00	707.520,00	391.326,83
Receita patrimonial	**226.175,39**	**226.175,39**	**655.455,74**	**268.284,00**	**268.284,00**	**509.811,46**
Receitas imobiliárias	226.175,39	226.175,39	655.455,74			
Receitas de valores mobiliários				**268.284,00**	**268.284,00**	**509.811,46**
Aplicações financeiras				169.386,00	169.386,00	289.770,72
Outras receitas de valores mobiliários				98.898,00	98.898,00	220.040,74
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços						
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes	**53.761.557,10**	**53.761.557,10**	**53.630.601,98**	**58.756.036,00**	**58.756.036,00**	**65.355.469,14**
Transferências intergovernamentais	**53.666.557,10**	**53.666.557,10**	**53.241.188,96**	**56.881.916,00**	**56.881.916,00**	**65.165.114,69**
Transferências da união	**31.816.820,00**	**31.816.820,00**	**30.211.337,80**	**32.649.420,00**	**32.649.420,00**	**37.144.629,10**
Cota parte do FPM	18.480.000,00	18.480.000,00	19.259.613,38	20.800.000,00	20.800.000,00	21.787.531,76
Complementação cota-parte do FPM	950.000,00	950.000,00	1.674.975,45	1.135.000,00	1.135.000,00	1.874.705,09
Cota-parte do ITR	4.000,00	4.000,00	7.101,97	4.800,00	4.800,00	11.918,36
Cota-parte da compensação financeira de re	80.000,00	80.000,00				
Cota-parte compensação financeira recursos	3.000,00	3.000,00	4.473,87	3.000,00	3.000,00	21.733,32
Cota-parte do FEP	333.500,00	333.500,00	407.306,44	392.600,00	392.600,00	437.731,40
Transferências de recursos do SUS	7.835.200,00	7.835.200,00	6.287.295,75	7.496.460,00	7.496.460,00	10.695.616,56
Transferências de recursos FNAS	1.103.400,00	1.103.400,00	589.578,66	1.266.260,00	1.266.260,00	509.887,58
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE	**3.027.720,00**	**3.027.720,00**	**1.980.992,28**	**1.551.300,00**	**1.551.300,00**	**1.805.505,03**
Transferências do salário educação	362.450,00	362.450,00	389.772,05	396.000,00	396.000,00	1.257.601,19
Demais transferências de recursos do FN	1.100.620,00	1.100.620,00	596.707,61	1.155.300,00	1.155.300,00	547.903,84
Demais transferências da União	1.564.650,00	1.564.650,00	994.512,62			
Transferências do Estado	**5.444.150,00**	**5.444.150,00**	**5.518.302,61**	**7.259.380,00**	**7.259.380,00**	**7.110.036,88**
Cota-parte do ICMS	3.520.000,00	3.520.000,00	4.550.789,05	5.031.200,00	5.031.200,00	5.806.074,27
Cota-parte do IPVA	220.000,00	220.000,00	222.499,25	222.800,00	222.800,00	211.698,81
Prefeitura Municipal de São Tome						
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN						
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/					1392-0467-389	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Cota-parte do IPI	4.400,00	4.400,00	9.224,71	4.400,00	4.400,00	11.604,06
Cota-parte da CIDE	13.550,00	13.550,00	2.417,42	13.000,00	13.000,00	16.379,85
Demais transferências dos Estados	1.686.200,00	1.686.200,00	733.372,18	1.987.980,00	1.987.980,00	1.064.279,89
Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais	**16.405.587,10**	**16.405.587,10**	**17.511.548,55**	**16.973.116,00**	**16.973.116,00**	**20.910.448,71**
Transferências de recursos do FUNDEB	15.298.087,10	15.298.087,10	15.704.986,84	15.644.116,00	15.644.116,00	17.664.201,21
Demais transferências multigovernamentais	1.107.500,00	1.107.500,00	1.806.561,71	1.329.000,00	1.329.000,00	3.246.247,50
Transferências de instituições privadas						35.741,80
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios				1.651.120,00	1.651.120,00	
Demais transferencias correntes	95.000,00	95.000,00	389.413,02	223.000,00	223.000,00	154.612,65
Outras receitas correntes				**3.829.750,00**	**3.829.750,00**	**969.950,76**
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Dívida ativa tributária						

Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes				3.829.750,00	3.829.750,00	969.950,76
Receita de capital	**3.622.900,00**	**3.622.900,00**	**1.026.816,00**	**5.510.880,00**	**5.510.880,00**	**6.362.005,02**
Operações de crédito						4.500.000,00
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos			**30.900,00**			**214.201,02**
Alienação de bens móveis			30.900,00			214.201,02
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital	**3.622.900,00**	**3.622.900,00**	**995.916,00**	**5.510.880,00**	**5.510.880,00**	**1.647.804,00**
Transferências intergovernamentais						
Transferências de convênios	979.450,00	979.450,00		2.815.940,00	2.815.940,00	1.647.804,00
Demais transferências de capital	2.643.450,00	2.643.450,00	995.916,00	2.694.940,00	2.694.940,00	
Outras receitas de capital						
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de São Tome						
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN						
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/					1392-0467-389	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de São Tome						
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN						
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/					1392-0467-389	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Descrição	**2025**			**2026**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação						
Receita Corrente Líquida (RCL)	**67.884.300,00**		**82.541.864,39**	**85.254.205,55**		
Receitas correntes	**74.846.286,00**	**74.846.286,00**	**93.626.110,61**	**91.555.585,53**		
Receita tributária	**5.392.100,00**	**5.392.100,00**	**14.687.068,64**	**10.590.000,00**		
Impostos	4.844.300,00	4.844.300,00	14.262.936,85	10.090.000,00		
Taxas	542.800,00	542.800,00	424.131,79	500.000,00		
Contribuição de melhorias	5.000,00	5.000,00				
Receita de contribuições	**3.209.823,00**	**3.209.823,00**	**2.689.238,20**	**2.705.452,00**		
Contribuições Sociais	2.759.823,00	2.759.823,00	2.369.158,79	2.500.000,00		
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação	450.000,00	450.000,00	320.079,41	205.452,00		
Receita patrimonial	**359.311,00**	**359.311,00**	**1.283.816,22**	**848.350,00**		
Receitas imobiliárias						
Receitas de valores mobiliários	**359.311,00**	**359.311,00**	**1.283.816,22**	**848.350,00**		
Aplicações financeiras	250.523,00	250.523,00	584.034,35	848.350,00		
Outras receitas de valores mobiliários	108.788,00	108.788,00	699.781,87			
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços						
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes	**65.885.052,00**	**65.885.052,00**	**74.965.987,55**	**77.411.783,53**		
Transferências intergovernamentais	**59.610.795,00**	**59.610.795,00**	**72.629.708,82**	**72.866.958,19**		

Transferências da união	**38.383.464,00**	**38.383.464,00**	**38.328.445,42**	**39.134.688,64**		
Cota parte do FPM	24.320.000,00	24.320.000,00	24.465.332,76	25.300.000,00		
Complementação cota-parte do FPM	1.248.500,00	1.248.500,00	1.264.831,26	2.423.936,45		
Cota-parte do ITR	5.280,00	5.280,00	5.634,13	7.000,00		
Cota-parte da compensação financeira de re						
Cota-parte compensação financeira recursos	3.000,00	3.000,00	147.989,65	3.000,00		
Cota-parte do FEP	392.000,00	392.000,00	442.243,91	380.332,00		
Transferências de recursos do SUS	9.100.968,00	9.100.968,00	9.828.907,02	8.868.275,20		
Transferências de recursos FNAS	1.392.886,00	1.392.886,00	442.926,69	724.094,00		
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE	**1.920.830,00**	**1.920.830,00**	**1.730.580,00**	**1.428.050,99**		
Transferências do salário educação	650.000,00	650.000,00	1.245.745,42	1.029.700,99		
Demais transferências de recursos do FN	1.270.830,00	1.270.830,00	484.834,58	398.350,00		
Demais transferências da União						
Transferências do Estado	**6.195.768,00**	**6.195.768,00**	**15.173.362,17**	**15.404.279,25**		
Cota-parte do ICMS	3.728.000,00	3.728.000,00	14.300.104,83	13.550.211,04		
Cota-parte do IPVA	160.000,00	160.000,00	252.352,17	230.000,00		
Prefeitura Municipal de São Tome						
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN						
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/					1392-0467-389	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Cota-parte do IPI	6.560,00	6.560,00	62.116,89	55.000,00		
Cota-parte da CIDE	18.052,00	18.052,00	14.876,14	29.952,00		
Demais transferências dos Estados	2.283.156,00	2.283.156,00	543.912,14	1.539.116,21		
Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais	**15.031.563,00**	**15.031.563,00**	**19.127.901,23**	**18.327.990,30**		
Transferências de recursos do FUNDEB	12.801.563,00	12.801.563,00	17.176.956,77	15.900.768,07		
Demais transferências multigovernamentais	2.230.000,00	2.230.000,00	1.950.944,46	2.427.222,23		
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios	1.816.232,00	1.816.232,00		4.364.168,68		
Demais transferencias correntes	4.458.025,00	4.458.025,00	2.336.278,73	180.656,66		
Outras receitas correntes						
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes						
Receita de capital	**5.597.966,00**	**5.597.966,00**	**896.000,00**	**2.348.718,68**		
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos						
Alienação de bens móveis						
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital	**5.597.966,00**	**5.597.966,00**	**896.000,00**	**2.348.718,68**		
Transferências intergovernamentais						
Transferências de convênios	2.785.560,00	2.785.560,00				
Demais transferências de capital	2.812.406,00	2.812.406,00	896.000,00	2.348.718,68		
Outras receitas de capital						
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias				6.795.965,00		
Prefeitura Municipal de São Tome						
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN						
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	

https://saotome.rn.gov.br/					1392-0467-389	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de São Tome						
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN						
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/					1392-0467-389	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Descrição	**2027**		**2028**		**2029**	
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**
Índice de deflação						
Receita Corrente Líquida (RCL)	**89.180.782,80**		**93.776.047,57**			
Receitas correntes	**95.798.780,83**		**100.727.164,31**			
Receita tributária	**11.719.500,00**		**12.855.475,00**			
Impostos	11.194.500,00		12.304.225,00			
Taxas	525.000,00		551.250,00			
Contribuição de melhorias						
Receita de contribuições	**2.840.724,60**		**2.982.760,83**			
Contribuições Sociais	2.625.000,00		2.756.250,00			
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação	215.724,60		226.510,83			
Receita patrimonial	**890.767,50**		**935.305,87**			
Receitas imobiliárias						
Receitas de valores mobiliários	**890.767,50**		**935.305,87**			
Aplicações financeiras	890.767,50		935.305,87			
Outras receitas de valores mobiliários						
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços						
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes	**80.347.788,73**		**83.953.622,61**			
Transferências intergovernamentais	**75.568.322,13**		**78.926.307,69**			
Transferências da união	**41.049.269,07**		**43.487.101,95**			
Cota parte do FPM	26.650.000,00		28.062.500,00			
Complementação cota-parte do FPM	2.399.754,29		2.791.768,96			
Cota-parte do ITR	7.350,00		7.717,50			
Cota-parte da compensação financeira de re						
Cota-parte compensação financeira recursos	3.150,00		3.307,50			
Cota-parte do FEP	399.348,60		419.316,03			
Transferências de recursos do SUS	9.327.913,94		9.825.777,10			
Transferências de recursos FNAS	762.298,70		802.288,64			
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE	**1.499.453,54**		**1.574.426,22**			
Transferências do salário educação	1.081.186,04		1.135.245,34			
Demais transferências de recursos do FN	418.267,50		439.180,88			
Demais transferências da União						
Transferências do Estado	**15.288.523,23**		**15.247.149,41**			
Cota-parte do ICMS	13.367.571,61		13.226.400,21			
Cota-parte do IPVA	241.500,00		253.575,00			
Prefeitura Municipal de São Tome						
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN						
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/					1392-0467-389	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Cota-parte do IPI	57.750,00		60.637,50			
Cota-parte da CIDE	31.449,60		33.022,08			
Demais transferências dos Estados	1.590.252,02		1.673.514,62			
Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						

Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais	**19.230.529,83**		**20.192.056,33**			
Transferências de recursos do FUNDEB	16.695.806,49		17.530.596,82			
Demais transferências multigovernamentais	2.534.723,34		2.661.459,51			
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios	4.589.777,11		4.828.140,96			
Demais transferencias correntes	189.689,49		199.173,96			
Outras receitas correntes						
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes						
Receita de capital	**2.466.154,61**		**2.589.461,95**			
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos						
Alienação de bens móveis						
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital	**2.466.154,61**		**2.589.461,95**			
Transferências intergovernamentais						
Transferências de convênios						
Demais transferências de capital	2.466.154,61		2.589.461,95			
Outras receitas de capital						
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias	7.135.763,25		7.492.551,40			
Prefeitura Municipal de São Tome						
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN						
CNPJ: 08.080.210/0001-49				**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/					1392-0467-389	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1901-7340-603
Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por		**Unidade Orçamentária**
		LDO 2027 - Valores em R$
Unidade gestora		**Valor**
Unidade orçamentária		
Natureza da Despesa		
1 - Câmara Municipal de São Tomé		
1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		1.486.430,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		204.470,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores		22.920,00
3.2.90.21.00 Juros sobre a Dívida por Contrato		13.980,00
3.2.90.22.00 Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato		11.670,00
3.3.50.41.00 Contribuições		11.230,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil		56.830,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo		232.730,00

3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	9.030,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.200,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.009.690,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	30.150,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	135.020,00
Total da unidade orçamentária	**3.234.350,00**
Total da unidade gestora	**3.234.350,00**
2 - Prefeitura Municipal de São Tome	
2001 - Secretaria Municipal do Governo	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	8.360,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	921.060,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	148.620,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.160,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	4.560,00
3.1.91.13.00 Obrigações Patronais	6.600,00
3.1.91.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	2.260,00
3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	3.470,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	85.670,00
3.3.90.15.00 Diárias - Militar	109.510,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	89.860,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	54.280,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	27.730,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	122.960,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	13.750,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	1.680,00
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	5.540,00
9.9.99.99.00 A Classificar	1.540.000,00
Total da unidade orçamentária	**3.147.070,00**
3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	931.320,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	236.090,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.160,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	1.294.120,00
3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas	593.440,00
3.1.91.13.00 Obrigações Patronais	558.820,00
3.1.91.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	4.550,00
3.2.90.21.00 Juros sobre a Dívida por Contrato	2.310,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	11.410,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	275.980,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	5.350,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	65.830,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.586.670,00
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	190,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	123.590,00
4.6.90.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado	557.160,00
Total da unidade orçamentária	**6.247.990,00**
4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	733.750,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	57.170,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.160,00
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	1.160,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	1.160,00
3.3.50.43.00 Subvenções Sociais	69.300,00
3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	98.180,00
3.3.72.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	129.360,00
3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	5.780,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	5.780,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	426.130,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	30.960,00
Prefeitura Municipal de São Tome	
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN	
CNPJ: 08.080.210/0001-49 **Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/	1901-7340-603
Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por	**Unidade Orçamentária**
	LDO 2027 - Valores em R$
Unidade gestora	**Valor**
Unidade orçamentária	
Natureza da Despesa	
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	5.780,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	127.750,00

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.069.560,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	11.320,00
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	920,00
4.4.90.30.00 Material de Consumo	5.780,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	1.007.620,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	142.270,00
Total da unidade orçamentária	**5.930.890,00**
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	115.860,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	17.053.240,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	544.490,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	211.750,00
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	11.880,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	33.520,00
3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas	16.010,00
3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	34.650,00
3.1.91.13.00 Obrigações Patronais	2.858.620,00
3.1.91.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	32.310,00
3.3.50.41.00 Contribuições	25.400,00
3.3.50.43.00 Subvenções Sociais	69.300,00
3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	91.450,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	37.600,00
3.3.90.18.00 Auxílio Financeiro a Estudantes	20.730,00
3.3.90.19.00 Auxílio-Fardamento	19.680,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	3.558.550,00
3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	55.580,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	849.190,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	16.760,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	689.060,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.850.960,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	126.120,00
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	16.770,00
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	26.690,00
3.3.90.49.00 AUXÍLIO-TRANSPORTE	7.620,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	48.690,00
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	8.230,00
4.4.90.30.00 Material de Consumo	23.510,00
4.4.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	70.950,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	1.396.250,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	4.164.050,00
Total da unidade orçamentária	**38.085.470,00**
6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública	
3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	179.950,00
3.3.72.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	156.160,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	19.020,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.680,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	111.400,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	500.470,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	496.650,00
Total da unidade orçamentária	**1.470.330,00**
7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.269.410,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	69.290,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	120,00
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	120,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	120,00
3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	580,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	2.310,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	1.571.640,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	94.790,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.858.020,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	12.800,00
4.4.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	29.470,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	5.129.950,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	763.540,00
4.4.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	221.700,00
Total da unidade orçamentária	**13.023.860,00**
Prefeitura Municipal de São Tome	
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN	
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite **Chave de Autenticação Digital Página**

https://saotome.rn.gov.br/	1901-7340-603 3/5
Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por	**Unidade Orçamentária**
	LDO 2027 - Valores em R$
Unidade gestora	**Valor**
Unidade orçamentária	
Natureza da Despesa	
8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social	
3.1.90.01.00 Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	531.300,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	56.460,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	8.390,00
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	3.350,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	8.390,00
3.1.91.13.00 Obrigações Patronais	16.050,00
3.1.91.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	3.350,00
3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	1.460,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	8.390,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	233.600,00
3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	9.650,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	105.350,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	25.880,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	701.520,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	8.390,00
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	5.030,00
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	8.380,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	7.560,00
4.4.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.220,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	107.250,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	9.050,00
4.4.90.61.00 Aquisição de Imóveis	1.800,00
4.4.90.93.00 Indenizações e Restituições	288.750,00
4.5.90.61.00 Aquisição de Imóveis	11.550,00
Total da unidade orçamentária	**2.166.120,00**
9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	396.880,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	28.410,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	1.520,00
3.1.91.13.00 Obrigações Patronais	30.490,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	1.850,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	13.730,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	91.330,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	4.670,00
3.3.90.49.00 AUXÍLIO-TRANSPORTE	8.390,00
Total da unidade orçamentária	**577.270,00**
11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	409.850,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	45.740,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.520,00
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	57.750,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	1.520,00
3.2.90.21.00 Juros sobre a Dívida por Contrato	9.210,00
3.3.50.41.00 Contribuições	43.580,00
3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	3.050,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	4.570,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	26.740,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	3.050,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	12.200,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.490,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	4.570,00
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	1.048.140,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	1.520,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	12.200,00
4.4.90.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado	298.670,00
4.6.90.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado	2.541.440,00
Total da unidade orçamentária	**4.555.810,00**
Total da unidade gestora	**75.204.810,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde	
6002 - Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	286.910,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	7.994.080,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	783.230,00

3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		587.860,00
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais		12.610,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores		25.610,00
3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas		5.780,00
3.1.91.13.00 Obrigações Patronais		1.058.270,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1901-7340-603 4/5
Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por		**Unidade Orçamentária**
		LDO 2027 - Valores em R$
Unidade gestora		**Valor**
Unidade orçamentária		
Natureza da Despesa		
3.1.91.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores		45.910,00
3.3.40.41.00 Contribuições		50.820,00
3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público		156.860,00
3.3.72.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		121.510,00
3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		29.450,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil		49.420,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo		4.351.410,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		315.400,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção		20.390,00
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria		57.750,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		289.620,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		7.414.300,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		23.100,00
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		4.400,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores		126.540,00
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições		103.950,00
4.4.90.30.00 Material de Consumo		37.560,00
4.4.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		70.500,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações		538.680,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		259.540,00
4.4.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores		25.710,00
4.4.90.93.00 Indenizações e Restituições		288.750,00
4.5.90.61.00 Aquisição de Imóveis		137.210,00
Total da unidade orçamentária		**25.273.130,00**
Total da unidade gestora		**25.273.130,00**
4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado		155.250,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		589.950,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		167.220,00
3.1.90.14.00 Diárias - Civil		1.270,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		4.880,00
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais		1.320,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores		18.650,00
3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas		1.680,00
3.1.91.13.00 Obrigações Patronais		31.890,00
3.1.91.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores		4.910,00
3.3.50.43.00 Subvenções Sociais		119.760,00
3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		9.700,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil		21.650,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo		433.320,00
3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		44.450,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		126.170,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção		42.990,00
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria		25.400,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		108.810,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		941.380,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		40.200,00
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas		5.030,00
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		30.430,00
3.3.90.49.00 AUXÍLIO-TRANSPORTE		2.750,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores		12.600,00
4.4.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		5.220,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações		165.280,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		161.320,00
4.4.90.61.00 Aquisição de Imóveis		1.800,00

4.4.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	4.570,00
Total da unidade orçamentária	**3.279.850,00**
Total da unidade gestora	**3.279.850,00**
5 - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Tomé	
12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT	
3.1.90.01.00 Aposentadorias e Reformas	8.300.490,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.178.150,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	154.600,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	647.060,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	9.050,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	21.650,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	6.580,00
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria	120.520,00
Prefeitura Municipal de São Tome	
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN	
CNPJ: 08.080.210/0001-49 **Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/	1901-7340-603
Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por	**Unidade Orçamentária**
	LDO 2027 - Valores em R$
Unidade gestora	**Valor**
Unidade orçamentária	
Natureza da Despesa	
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	9.150,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	97.070,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	2.590,00
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	19.820,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	61.450,00
Total da unidade orçamentária	**10.628.180,00**
Total da unidade gestora	**10.628.180,00**
Total geral	**117.620.320,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Unidade gestora: 1 - Câmara Municipal de São Tomé		
Despesa LDO: 1557 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.128 . 0 . 335041		
Despesa PPA: 787		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		
Ação: 2.128 - Contribuição Federação das Câmaras Municipais do Estado do RN - FECAM/RN		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições		
Despesa LDO: 1558 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 788		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1559 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 789		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1560 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 790		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		

Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1561 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 791		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1562 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 319192		
Despesa PPA: 792		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1563 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 329021		
Despesa PPA: 793		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato		
Despesa LDO: 1564 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 329022		
Despesa PPA: 794		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.2.90.22.00 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato		
Despesa LDO: 1565 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 795		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 1566 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 796		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1567 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 339033		
Despesa PPA: 797		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Função: 1 - Legislativa		
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		
Programa: 40 - Câmara Municipal		
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		
Subação:		

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 1568 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 339035
Despesa PPA: 798
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé
Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa
Programa: 40 - Câmara Municipal
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria
Despesa LDO: 1569 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 339036
Despesa PPA: 799
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé
Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa
Programa: 40 - Câmara Municipal
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1570 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 339039
Despesa PPA: 800
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé
Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa
Programa: 40 - Câmara Municipal
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1571 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 339040
Despesa PPA: 801
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé
Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa
Programa: 40 - Câmara Municipal
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1572 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 339092
Despesa PPA: 802
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé
Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa
Programa: 40 - Câmara Municipal
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1573 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.129 . 0 . 339093
Despesa PPA: 803
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé
Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa
Programa: 40 - Câmara Municipal
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições
Despesa LDO: 1574 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.130 . 0 . 449051
Despesa PPA: 804
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé
Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa
Programa: 40 - Câmara Municipal
Ação: 2.130 - Reforma/Ampliação da Câmara Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1575 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 40 . 2.130 . 0 . 449052
Despesa PPA: 805
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé
Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa
Programa: 40 - Câmara Municipal

Ação: 2.130 - Reforma/Ampliação da Câmara Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome		
Despesa LDO: 818 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 22 . 1.26 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 1		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 22 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Ação: 1.26 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 819 - 2 . 9001 . 4 . 123 . 4 . 2.119 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 2		
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 820 - 2 . 2001 . 2 . 62 . 19 . 2.3 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 4		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 2 - Judiciária		
Subfunção: 62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		
Programa: 19 - Manutenção das Ações da Procuradoria		
Ação: 2.3 - Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral do Munícipio		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 821 - 2 . 9001 . 4 . 123 . 4 . 2.119 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 5		
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 822 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 6		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 823 - 2 . 2001 . 2 . 62 . 19 . 2.3 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 7		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 2 - Judiciária		
Subfunção: 62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		
Programa: 19 - Manutenção das Ações da Procuradoria		
Ação: 2.3 - Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral do Munícipio		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 824 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 8		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		

Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 825 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 319016		
Despesa PPA: 9		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 826 - 2 . 9001 . 4 . 123 . 4 . 2.119 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 10		
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 827 - 2 . 9001 . 4 . 123 . 4 . 2.119 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 11		
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 828 - 2 . 4001 . 18 . 544 . 34 . 1.1 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 12		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 18 - Gestão Ambiental		
Subfunção: 544 - Recursos Hídricos		
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente		
Ação: 1.1 - Construção, Ampliação e Conservação de Cisternas, Barragens, Açudes e Afins		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 829 - 2 . 9001 . 4 . 123 . 4 . 2.119 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 13		
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 830 - 2 . 9001 . 4 . 123 . 4 . 2.119 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 14		
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 831 - 2 . 4001 . 18 . 544 . 34 . 1.13 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 15		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 18 - Gestão Ambiental		
Subfunção: 544 - Recursos Hídricos		
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente		
Ação: 1.13 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água com Adutoras		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		

Despesa LDO: 832 - 2 . 4001 . 20 . 605 . 34 . 1.16 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 16		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 605 - Abastecimento		
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente		
Ação: 1.16 - Aquisição de Equipamentos de Produção		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 833 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 319094		
Despesa PPA: 17		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Despesa LDO: 834 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 18		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 835 - 2 . 4001 . 20 . 605 . 52 . 1.16 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 19		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 605 - Abastecimento		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 1.16 - Aquisição de Equipamentos de Produção		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 836 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 319192		
Despesa PPA: 20		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 837 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 329021		
Despesa PPA: 21		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato		
Despesa LDO: 838 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 339014		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital Página**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354 5 / 83
Relação de Despesas LDO		
Despesa PPA: 22		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 839 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 23		

Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 840 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 339033
Despesa PPA: 24
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 841 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 339036
Despesa PPA: 25
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 842 - 2 . 9001 . 4 . 123 . 4 . 2.119 . 0 . 339039
Despesa PPA: 26
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 843 - 2 . 9001 . 4 . 123 . 4 . 2.119 . 0 . 339040
Despesa PPA: 27
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 844 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 52 . 1.38 . 0 . 449039
Despesa PPA: 28
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município
Ação: 1.38 - Construção e Reforma de Praças
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 845 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 52 . 1.38 . 0 . 449051
Despesa PPA: 29
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município
Ação: 1.38 - Construção e Reforma de Praças
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 846 - 2 . 9001 . 4 . 123 . 4 . 2.119 . 0 . 339049
Despesa PPA: 30
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.49.00 - AUXÍLIO-TRANSPORTE

Despesa LDO: 847 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 339039
Despesa PPA: 31
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa LDO: 848 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 52 . 1.38 . 0 . 449092		
Despesa PPA: 32		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 1.38 - Construção e Reforma de Praças		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 849 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 339093		
Despesa PPA: 33		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições		
Despesa LDO: 850 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 34		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 851 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 469071		
Despesa PPA: 35		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		
Despesa LDO: 852 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 36		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 853 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 52 . 1.11 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 37		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 1.11 - Construção e Reconstrução de Pavimentação		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 854 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 52 . 1.11 . 0 . 449092		

Despesa PPA: 38		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 1.11 - Construção e Reconstrução de Pavimentação		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 855 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 39		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 856 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 319016		
Despesa PPA: 40		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 857 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.4 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 41		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.4 - Manutenção das Atividades do Governo		
Subação:		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 858 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 52 . 1.12 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 42		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 1.12 - Construção, Reforma e Urbanização das Entradas da Cidade		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 859 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.4 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 43		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.4 - Manutenção das Atividades do Governo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 860 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 44		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 861 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.4 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 45		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		

Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.4 - Manutenção das Atividades do Governo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 862 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.4 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 46		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.4 - Manutenção das Atividades do Governo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 863 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.4 . 0 . 339033		
Despesa PPA: 47		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.4 - Manutenção das Atividades do Governo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção		
Despesa LDO: 864 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.4 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 48		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.4 - Manutenção das Atividades do Governo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 865 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.4 . 0 . 339093		
Despesa PPA: 49		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.4 - Manutenção das Atividades do Governo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições		
Despesa LDO: 866 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 50		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 867 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 51		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 868 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 52		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		

Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 869 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 339033
Despesa PPA: 53
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 870 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 339036
Despesa PPA: 54
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 871 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 339039
Despesa PPA: 55
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 872 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 339040
Despesa PPA: 56
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 873 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 339092
Despesa PPA: 57
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 874 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 449052
Despesa PPA: 58
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 875 - 2 . 7001 . 26 . 782 . 52 . 1.14 . 0 . 449051
Despesa PPA: 59
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município
Ação: 1.14 - Sinalização horizontal e vertical de Ruas, Avenidas e Logradouros
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 876 - 2 . 7001 . 26 . 782 . 52 . 1.14 . 0 . 449052
Despesa PPA: 60
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação

Função: 26 - Transporte		
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 1.14 - Sinalização horizontal e vertical de Ruas, Avenidas e Logradouros		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 877 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 52 . 2.48 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 61		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Ação: 2.48 - Manutenção do Cemitério		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 878 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 52 . 1.15 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 62		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 1.15 - Construção, Reforma, Ampliação e Modernização de Prédios Públicos		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 879 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 63		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 880 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 64		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 881 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 319016		
Despesa PPA: 65		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 882 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 319091		
Despesa PPA: 66		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais		
Despesa LDO: 883 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 67		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		

Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 884 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 68		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 885 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 69		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 886 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 70		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 887 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 71		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 888 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 72		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 889 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 2.83 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 73		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 890 - 2 . 7001 . 15 . 452 . 4 . 2.84 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 74		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.84 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		

Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 891 - 2 . 7001 . 15 . 452 . 4 . 2.84 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 75		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.84 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 892 - 2 . 7001 . 26 . 782 . 4 . 2.87 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 76		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 26 - Transporte		
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.87 - Manutenção das Ações do Setor de Transporte		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 893 - 2 . 7001 . 26 . 782 . 4 . 2.87 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 77		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 26 - Transporte		
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.87 - Manutenção das Ações do Setor de Transporte		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 894 - 2 . 2001 . 4 . 124 . 17 . 2.8 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 78		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 124 - Controle Interno		
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria		
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 895 - 2 . 2001 . 4 . 124 . 17 . 2.8 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 79		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 124 - Controle Interno		
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria		
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 896 - 2 . 2001 . 4 . 124 . 17 . 2.8 . 0 . 319016		
Despesa PPA: 80		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 124 - Controle Interno		
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria		
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 897 - 2 . 2001 . 4 . 124 . 17 . 2.8 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 81		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subfunção: 124 - Controle Interno		
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria		
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		

Despesa LDO: 898 - 2 . 2001 . 4 . 124 . 17 . 2.8 . 0 . 319192
Despesa PPA: 82
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 899 - 2 . 2001 . 4 . 124 . 17 . 2.8 . 0 . 339008
Despesa PPA: 83
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 900 - 2 . 2001 . 4 . 124 . 17 . 2.8 . 0 . 339014
Despesa PPA: 84
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 901 - 2 . 2001 . 4 . 124 . 17 . 2.8 . 0 . 339030
Despesa PPA: 85
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 902 - 2 . 2001 . 4 . 124 . 17 . 2.8 . 0 . 339036
Despesa PPA: 86
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 903 - 2 . 2001 . 4 . 124 . 17 . 2.8 . 0 . 339039
Despesa PPA: 87
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 904 - 2 . 2001 . 6 . 181 . 6 . 2.139 . 0 . 339014
Despesa PPA: 88
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 6 - Segurança Pública
Subfunção: 181 - Policiamento
Programa: 6 - Manutenção da Ações de Segurança Pública
Ação: 2.139 - Manutenção das Atividades de Segurança Pública
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 905 - 2 . 2001 . 6 . 181 . 6 . 2.139 . 0 . 339015
Despesa PPA: 89
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 6 - Segurança Pública
Subfunção: 181 - Policiamento
Programa: 6 - Manutenção da Ações de Segurança Pública
Ação: 2.139 - Manutenção das Atividades de Segurança Pública

Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.15.00 - Diárias - Militar		
Despesa LDO: 906 - 2 . 2001 . 8 . 243 . 21 . 2.10 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 90		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 21 - Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		
Ação: 2.10 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 907 - 2 . 2001 . 8 . 243 . 21 . 2.10 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 91		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 21 - Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		
Ação: 2.10 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 908 - 2 . 2001 . 8 . 243 . 21 . 2.10 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 92		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 21 - Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		
Ação: 2.10 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 909 - 2 . 2001 . 8 . 243 . 21 . 2.10 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 93		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 21 - Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		
Ação: 2.10 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 910 - 2 . 2001 . 8 . 243 . 21 . 2.10 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 94		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 21 - Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		
Ação: 2.10 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 911 - 2 . 2001 . 8 . 243 . 21 . 2.10 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 95		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 21 - Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		
Ação: 2.10 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 912 - 2 . 2001 . 8 . 243 . 21 . 2.10 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 96		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 21 - Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		
Ação: 2.10 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		

Despesa LDO: 913 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 4 . 1.17 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 97		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 1.17 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 914 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 1.5 . 0 . 329021		
Despesa PPA: 98		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 1.5 - Amortização da Dívida junto ao FGTS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato		
Despesa LDO: 915 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.122 . 0 . 469071		
Despesa PPA: 99		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		
Despesa LDO: 916 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 1.8 . 0 . 329021		
Despesa PPA: 100		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 1.8 - Amortização da Dívida junto ao PASEP		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato		
Despesa LDO: 917 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 1.5 . 0 . 449071		
Despesa PPA: 101		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 1.5 - Amortização da Dívida junto ao FGTS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		
Despesa LDO: 918 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 1.4 . 0 . 329021		
Despesa PPA: 102		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 1.4 - Amortização da Dívida junto ao RGPS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato		
Despesa LDO: 919 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 1.5 . 0 . 469071		
Despesa PPA: 103		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 1.5 - Amortização da Dívida junto ao FGTS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		
Despesa LDO: 920 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 1.6 . 0 . 469071		
Despesa PPA: 104		

Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 1.6 - Amortização da Dívida junto a Caern		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		
Despesa LDO: 921 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.75 . 0 . 335041		
Despesa PPA: 105		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.75 - Contribuição a Entidades Representativas		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições		
Despesa LDO: 922 - 2 . 4001 . 18 . 544 . 34 . 1.2 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 106		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 18 - Gestão Ambiental		
Subfunção: 544 - Recursos Hídricos		
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente		
Ação: 1.2 - Construção, Instalação e Manutenção de Poços		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 923 - 2 . 11011 . 4 . 123 . 4 . 2.13 . 0 . 339047		
Despesa PPA: 107		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.13 - Contribuição a Formação do PASEP		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas		
Despesa LDO: 924 - 2 . 6001 . 10 . 301 . 37 . 2.106 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 108		
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública		
Ação: 2.106 - Construção, Reforma, Ampliação, e Modernização de Unidade de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 927 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 112		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 928 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 113		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 929 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 319016		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa PPA: 114		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 4 - Administração		

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Despesa LDO: 930 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 319091
Despesa PPA: 115
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 4 - Administração
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais
Despesa LDO: 931 - 2 . 8001 . 16 . 482 . 33 . 2.70 . 0 . 449093
Despesa PPA: 116
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 16 - Habitação
Subfunção: 482 - Habitação Urbana
Programa: 33 - Construindo a São Tomé do Futuro
Ação: 2.70 - Construção, Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.93.00 - Indenizações e Restituições
Despesa LDO: 932 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 319092
Despesa PPA: 117
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 4 - Administração
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 933 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 339008
Despesa PPA: 118
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 4 - Administração
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 934 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 339014
Despesa PPA: 119
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 4 - Administração
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 935 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 339030
Despesa PPA: 120
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 4 - Administração
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 936 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 339032
Despesa PPA: 121
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 4 - Administração
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 937 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 339033
Despesa PPA: 122

Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção		
Despesa LDO: 938 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 123		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa LDO: 939 - 2 . 4001 . 23 . 695 . 4 . 2.20 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 124		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 23 - Comércio e Serviços		
Subfunção: 695 - Turismo		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.20 - Manutenção das Atividades do Setor de Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 940 - 2 . 4001 . 23 . 695 . 4 . 2.20 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 125		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 23 - Comércio e Serviços		
Subfunção: 695 - Turismo		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.20 - Manutenção das Atividades do Setor de Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 941 - 2 . 4001 . 23 . 695 . 4 . 2.20 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 126		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 23 - Comércio e Serviços		
Subfunção: 695 - Turismo		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.20 - Manutenção das Atividades do Setor de Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 942 - 2 . 4001 . 23 . 695 . 4 . 2.20 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 127		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 23 - Comércio e Serviços		
Subfunção: 695 - Turismo		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.20 - Manutenção das Atividades do Setor de Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 943 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 128		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 944 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 339040		
Despesa PPA: 129		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 4 - Administração		

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 945 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 339048		
Despesa PPA: 130		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
Despesa LDO: 946 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 449030		
Despesa PPA: 131		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 958 - 2 . 6001 . 17 . 512 . 37 . 1.30 . 0 . 449092		
Despesa PPA: 143		
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública		
Função: 17 - Saneamento		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública		
Ação: 1.30 - Construção de Unidades Sanitarias		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 966 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.123 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 152		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral		
Subação:		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 967 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.123 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 153		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 968 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.123 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 154		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 969 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 155		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		

Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 971 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 157		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 973 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 159		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 975 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 319096		
Despesa PPA: 161		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado		
Despesa LDO: 977 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 163		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 981 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 167		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 982 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 168		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		
Despesa LDO: 984 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 170		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subação:		

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 986 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 319011
Despesa PPA: 172
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 987 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 339030
Despesa PPA: 173
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 988 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 319013
Despesa PPA: 174
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 990 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 319092
Despesa PPA: 176
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 992 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 319113
Despesa PPA: 178
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 994 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 319192
Despesa PPA: 180
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 996 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 339008
Despesa PPA: 182
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 997 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 339030
Despesa PPA: 183
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria

Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 999 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 185		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1001 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 187		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1002 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 188		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1003 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 339040		
Despesa PPA: 189		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1004 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.7 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 190		
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1005 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 339033		
Despesa PPA: 191		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção		
Despesa LDO: 1006 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 192		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1007 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 193		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1010 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 449030		
Despesa PPA: 196		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1011 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 449039		
Despesa PPA: 197		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1012 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 198		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1013 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 199		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1014 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 52 . 1.43 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 200		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 1.43 - Melhoramento das Estradas Vicinais		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1015 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 201		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1017 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 319016		

Despesa PPA: 203
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1019 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 319091
Despesa PPA: 205
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais
Despesa LDO: 1020 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 319092
Despesa PPA: 206
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1021 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 319113
Despesa PPA: 207
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1022 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 339008
Despesa PPA: 208
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1023 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 339014
Despesa PPA: 209
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1024 - 2 . 11011 . 28 . 843 . 25 . 1.3 . 0 . 469071
Despesa PPA: 210
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas
Função: 28 - Encargos Especiais
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna
Programa: 25 - Amortização da Dívida
Ação: 1.3 - Amortização da Dívida Fundada aos Precatórios Trabalhista e RPVS
Subação:
Natureza da despesa: 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado
Despesa LDO: 1025 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 339018
Despesa PPA: 211
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Prefeitura Municipal de São Tome
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN

CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354

Relação de Despesas LDO
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes
Despesa LDO: 1027 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 339019
Despesa PPA: 213
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.19.00 - Auxílio-Fardamento
Despesa LDO: 1028 - 2 . 11011 . 28 . 843 . 4 . 2.74 . 0 . 319091
Despesa PPA: 214
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas
Função: 28 - Encargos Especiais
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.74 - Pagamento de Precatórios e Acordos Judiciais
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais
Despesa LDO: 1029 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 339030
Despesa PPA: 215
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1030 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 339032
Despesa PPA: 216
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1033 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 339036
Despesa PPA: 219
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1034 - 2 . 4001 . 20 . 605 . 52 . 2.2 . 0 . 449051
Despesa PPA: 220
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 605 - Abastecimento
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município
Ação: 2.2 - Manutenção e Ampliação da Unidade de Exposição e Comercialização do Produtor Familiar
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1037 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 339039
Despesa PPA: 223
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1040 - 2 . 4001 . 20 . 605 . 4 . 2.19 . 0 . 339032

Despesa PPA: 226		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 605 - Abastecimento		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.19 - Manutenção das Atividades do Programa "Garantia Safra"		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1045 - 2 . 4001 . 15 . 452 . 4 . 2.15 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 231		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.15 - Implantação e Manutenção do Sistema da Coleta Seletiva		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1056 - 2 . 7001 . 15 . 451 . 52 . 2.112 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 242		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 2.112 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Monitoramento Eletrônico em Áreas Urbanas		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1057 - 2 . 7001 . 25 . 752 . 52 . 1.50 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 243		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 25 - Energia		
Subfunção: 752 - Energia Elétrica		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 1.50 - Ampliação da rede Pública de Energia		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1058 - 2 . 7001 . 15 . 452 . 52 . 2.86 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 244		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 2.86 - Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1059 - 2 . 7001 . 15 . 452 . 52 . 2.86 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 245		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 2.86 - Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1060 - 2 . 7001 . 15 . 452 . 52 . 2.86 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 246		
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos		
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município		
Ação: 2.86 - Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1061 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 319001		
Despesa PPA: 247		
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social		

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.01.00 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas
Despesa LDO: 1062 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 319013
Despesa PPA: 248
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1063 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 319016
Despesa PPA: 249
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1064 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 319091
Despesa PPA: 250
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais
Despesa LDO: 1065 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 319092
Despesa PPA: 251
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1066 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 319113
Despesa PPA: 252
Prefeitura Municipal de São Tome
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN
CNPJ: 08.080.210/0001-49 **Usuário:** Aldair Leite **Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/ 1316-2514-354
Relação de Despesas LDO
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1067 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 319192
Despesa PPA: 253
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1068 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 339008
Despesa PPA: 254
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1069 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 339014
Despesa PPA: 255
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1070 - 2 . 6001 . 10 . 301 . 42 . 2.61 . 0 . 339030
Despesa PPA: 256
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.61 - Apoio ao Conselho Municipal de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1071 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 339030
Despesa PPA: 257
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1072 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 339031
Despesa PPA: 258
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
Despesa LDO: 1073 - 2 . 6001 . 10 . 301 . 42 . 2.61 . 0 . 339036
Despesa PPA: 259
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.61 - Apoio ao Conselho Municipal de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1074 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 339032
Despesa PPA: 260
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1075 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 339039
Despesa PPA: 261
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1076 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 339040
Prefeitura Municipal de São Tome
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN

CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354

Relação de Despesas LDO
Despesa PPA: 262
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1077 - 2 . 6001 . 10 . 301 . 42 . 2.61 . 0 . 339039
Despesa PPA: 263
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.61 - Apoio ao Conselho Municipal de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1078 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 339047
Despesa PPA: 264
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas
Despesa LDO: 1079 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 339048
Despesa PPA: 265
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Despesa LDO: 1080 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 339092
Despesa PPA: 266
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1081 - 2 . 6001 . 10 . 302 . 42 . 2.51 . 0 . 337170
Despesa PPA: 267
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.51 - Transferência a Consórcio Público
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público
Despesa LDO: 1082 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 449039
Despesa PPA: 268
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1083 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 449052
Despesa PPA: 269
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1084 - 2 . 6001 . 10 . 302 . 42 . 2.51 . 0 . 337239		
Despesa PPA: 270		
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.51 - Transferência a Consórcio Público		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.72.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1085 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 449061		
Despesa PPA: 271		
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.61.00 - Aquisição de Imóveis		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa LDO: 1110 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.100 . 0 . 339031		
Despesa PPA: 296		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 27 - Desporto e Lazer		
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.100 - Promoção de Eventos Esportivos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
Despesa LDO: 1111 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.100 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 297		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 27 - Desporto e Lazer		
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.100 - Promoção de Eventos Esportivos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1112 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.100 . 0 . 339048		
Despesa PPA: 298		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 27 - Desporto e Lazer		
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.100 - Promoção de Eventos Esportivos		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
Despesa LDO: 1113 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.57 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 299		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 27 - Desporto e Lazer		
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.57 - Aquisição de Material Esportivo para Doação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1118 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.97 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 304		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 27 - Desporto e Lazer		
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.97 - Construção, Reforma e Ampliação de Quadras, Ginásios Poliesportivos e Campos de Futebol		

Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1119 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.97 . 0 . 449092		
Despesa PPA: 305		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 27 - Desporto e Lazer		
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.97 - Construção, Reforma e Ampliação de Quadras, Ginásios Poliesportivos e Campos de Futebol		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1123 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 339047		
Despesa PPA: 309		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas		
Despesa LDO: 1124 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.81 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 310		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Ação: 2.81 - Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1126 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.81 . 0 . 339031		
Despesa PPA: 312		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Ação: 2.81 - Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
Despesa LDO: 1127 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 449030		
Despesa PPA: 313		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental		
Subação:		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Natureza da despesa: 4.4.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1129 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.81 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 315		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Ação: 2.81 - Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1130 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.81 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 316		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Ação: 2.81 - Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		

Despesa LDO: 1131 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 449051
Despesa PPA: 317
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1132 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.81 . 0 . 339048
Despesa PPA: 318
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.81 - Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Despesa LDO: 1133 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.81 . 0 . 339092
Despesa PPA: 319
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.81 - Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1134 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.28 . 0 . 449052
Despesa PPA: 320
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1135 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.81 . 0 . 339093
Despesa PPA: 321
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.81 - Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições
Despesa LDO: 1136 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.81 . 0 . 449052
Despesa PPA: 322
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.81 - Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1137 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.27 . 0 . 319011
Despesa PPA: 323
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.27 - Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1138 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.23 . 0 . 335041
Despesa PPA: 324
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.23 - Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições		
Despesa LDO: 1140 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.27 . 0 . 319016		
Despesa PPA: 326		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.27 - Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1144 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.23 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 330		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Ação: 2.23 - Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1145 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.23 . 0 . 339031		
Despesa PPA: 331		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Ação: 2.23 - Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
Despesa LDO: 1146 - 2 . 8001 . 16 . 482 . 33 . 2.70 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 332		
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social		
Função: 16 - Habitação		
Subfunção: 482 - Habitação Urbana		
Programa: 33 - Construindo a São Tomé do Futuro		
Ação: 2.70 - Construção, Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1147 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.23 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 333		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Ação: 2.23 - Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1148 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.27 . 0 . 319091		
Despesa PPA: 334		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.27 - Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais		
Despesa LDO: 1150 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.23 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 336		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Ação: 2.23 - Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		

Despesa LDO: 1151 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.27 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 337		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.27 - Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1154 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.23 . 0 . 339048		
Despesa PPA: 340		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Ação: 2.23 - Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
Despesa LDO: 1156 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.35 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 342		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Ação: 2.35 - Promoção de Eventos Culturais		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1157 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.35 . 0 . 339031		
Despesa PPA: 343		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		
Ação: 2.35 - Promoção de Eventos Culturais		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
Despesa LDO: 1158 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 339018		
Despesa PPA: 344		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes		
Despesa LDO: 1159 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 345		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1160 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 339031		
Despesa PPA: 346		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
Despesa LDO: 1161 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 347		

Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1162 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 348		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1163 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 349		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1164 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 350		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1165 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 449030		
Despesa PPA: 351		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1166 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 449039		
Despesa PPA: 352		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1167 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 353		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1168 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.35 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 354		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		

Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.35 - Promoção de Eventos Culturais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1169 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.35 . 0 . 339036
Despesa PPA: 355
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.35 - Promoção de Eventos Culturais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1170 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.35 . 0 . 339039
Despesa PPA: 356
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.35 - Promoção de Eventos Culturais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1171 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.35 . 0 . 339048
Despesa PPA: 357
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.35 - Promoção de Eventos Culturais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Despesa LDO: 1173 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.35 . 0 . 339092
Despesa PPA: 359
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.35 - Promoção de Eventos Culturais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1179 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 319004
Despesa PPA: 368
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 367 - Educação Especial
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1180 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 319011
Despesa PPA: 369
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 367 - Educação Especial
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1181 - 2 . 8001 . 8 . 244 . 16 . 2.66 . 0 . 339030
Despesa PPA: 370
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.66 - Manutenção de Atendimento, Cadastramento e Enc. para Benef. e Ações a Segurança Alimentar
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1183 - 2 . 8001 . 8 . 244 . 16 . 2.66 . 0 . 339032
Despesa PPA: 372

Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.66 - Manutenção de Atendimento, Cadastramento e Enc. para Benef. e Ações a Segurança Alimentar		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1187 - 2 . 8001 . 8 . 244 . 16 . 2.66 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 376		
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.66 - Manutenção de Atendimento, Cadastramento e Enc. para Benef. e Ações a Segurança Alimentar		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1188 - 2 . 8001 . 8 . 244 . 16 . 2.66 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 377		
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.66 - Manutenção de Atendimento, Cadastramento e Enc. para Benef. e Ações a Segurança Alimentar		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1206 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 395		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 367 - Educação Especial		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1210 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 399		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 367 - Educação Especial		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1212 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 401		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 367 - Educação Especial		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1214 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 319192		
Despesa PPA: 403		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 367 - Educação Especial		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1217 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 406		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		
Despesa LDO: 1219 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 408		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1221 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 410		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1222 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 411		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 367 - Educação Especial		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 1226 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 339019		
Despesa PPA: 415		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 367 - Educação Especial		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.19.00 - Auxílio-Fardamento		
Despesa LDO: 1227 - 2 . 8001 . 14 . 422 . 16 . 2.65 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 416		
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social		
Função: 14 - Direitos da Cidadania		
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.65 - Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1230 - 2 . 8001 . 14 . 422 . 16 . 2.65 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 419		
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social		
Função: 14 - Direitos da Cidadania		
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.65 - Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1231 - 2 . 8001 . 14 . 422 . 16 . 2.65 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 420		
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social		
Função: 14 - Direitos da Cidadania		
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		

Ação: 2.65 - Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1232 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 339030
Despesa PPA: 421
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 367 - Educação Especial
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1233 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 339036
Despesa PPA: 422
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 367 - Educação Especial
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1234 - 2 . 8001 . 14 . 422 . 16 . 2.65 . 0 . 339039
Despesa PPA: 423
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 14 - Direitos da Cidadania
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.65 - Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1235 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 339039
Despesa PPA: 424
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 367 - Educação Especial
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1236 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 339092
Despesa PPA: 425
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 367 - Educação Especial
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1237 - 2 . 8001 . 14 . 422 . 16 . 2.65 . 0 . 339048
Despesa PPA: 426
Prefeitura Municipal de São Tome
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN
CNPJ: 08.080.210/0001-49 **Usuário:** Aldair Leite **Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/ 1316-2514-354
Relação de Despesas LDO
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 14 - Direitos da Cidadania
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.65 - Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Despesa LDO: 1238 - 2 . 8001 . 14 . 422 . 16 . 2.65 . 0 . 339092
Despesa PPA: 427
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 14 - Direitos da Cidadania
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.65 - Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD
Subação:

Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1240 - 2 . 5002 . 12 . 367 . 47 . 2.49 . 0 . 449052
Despesa PPA: 429
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 367 - Educação Especial
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1241 - 2 . 8001 . 14 . 422 . 16 . 2.65 . 0 . 449052
Despesa PPA: 430
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 14 - Direitos da Cidadania
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.65 - Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1243 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 319016
Despesa PPA: 432
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1244 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 319091
Despesa PPA: 433
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais
Despesa LDO: 1246 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 319092
Despesa PPA: 435
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1247 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 319094
Despesa PPA: 436
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO: 1248 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 319113
Despesa PPA: 437
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1249 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 319192
Despesa PPA: 438
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal

Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1251 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339008		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa PPA: 440		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 1252 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 441		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 1253 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339018		
Despesa PPA: 442		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes		
Despesa LDO: 1254 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339019		
Despesa PPA: 443		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.19.00 - Auxílio-Fardamento		
Despesa LDO: 1255 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 444		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1256 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 445		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1257 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339033		
Despesa PPA: 446		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção		
Despesa LDO: 1258 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 447		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1264 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 453		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1268 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339040		
Despesa PPA: 457		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa LDO: 1270 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339047		
Despesa PPA: 459		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas		
Despesa LDO: 1274 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339048		
Despesa PPA: 463		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
Despesa LDO: 1275 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339049		
Despesa PPA: 464		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.49.00 - AUXÍLIO-TRANSPORTE		
Despesa LDO: 1276 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 465		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1278 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 339093		

Despesa PPA: 467
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições
Despesa LDO: 1280 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 449030
Despesa PPA: 469
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1282 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 449039
Despesa PPA: 471
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1283 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 449051
Despesa PPA: 472
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1284 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.22 . 0 . 449052
Despesa PPA: 473
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1290 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 47 . 2.88 . 0 . 339030
Despesa PPA: 483
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.88 - Manutenção do PNAT
Subação:
Prefeitura Municipal de São Tome
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN
CNPJ: 08.080.210/0001-49 **Usuário:** Aldair Leite **Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/ 1316-2514-354
Relação de Despesas LDO
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1306 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.105 . 0 . 339032
Despesa PPA: 499
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.105 - Aquisição de KIT Escolar para Rede Municipal de Ensino
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1307 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 319004
Despesa PPA: 500
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto

Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1308 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 47 . 2.88 . 0 . 339036
Despesa PPA: 501
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.88 - Manutenção do PNAT
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1309 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 319011
Despesa PPA: 502
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1310 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 319013
Despesa PPA: 503
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1311 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 319092
Despesa PPA: 504
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1312 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 319113
Despesa PPA: 505
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1313 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 47 . 2.88 . 0 . 339039
Despesa PPA: 506
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.88 - Manutenção do PNAT
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1314 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 319192
Despesa PPA: 507
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1315 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 47 . 2.88 . 0 . 339092

Despesa PPA: 508		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.88 - Manutenção do PNAT		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1316 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 509		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 1317 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 510		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 1318 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 339018		
Despesa PPA: 511		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes		
Despesa LDO: 1319 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 339019		
Despesa PPA: 512		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.19.00 - Auxílio-Fardamento		
Despesa LDO: 1321 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 514		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1322 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 515		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1324 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 517		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		

Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1326 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 339039
Despesa PPA: 519
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1327 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 47 . 2.31 . 0 . 339030
Despesa PPA: 520
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.31 - Manutenção do PNAE Quilombola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1328 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 339040
Despesa PPA: 521
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1329 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.44 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 522		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1335 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 528		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		
Despesa LDO: 1336 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 529		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1337 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 530		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		

Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1338 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 319092
Despesa PPA: 531
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1339 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 319113
Despesa PPA: 532
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1340 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 319192
Despesa PPA: 533
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1341 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 339008
Despesa PPA: 534
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1342 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 339014
Despesa PPA: 535
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1343 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 339030
Despesa PPA: 536
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1344 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 339033		
Despesa PPA: 537		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		

Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 1345 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 339036
Despesa PPA: 538
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1346 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 339039
Despesa PPA: 539
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1347 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.45 . 0 . 449052
Despesa PPA: 540
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1348 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.46 . 0 . 319004
Despesa PPA: 541
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1349 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.46 . 0 . 319011
Despesa PPA: 542
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1350 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.46 . 0 . 319013
Despesa PPA: 543
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1351 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.46 . 0 . 319016
Despesa PPA: 544
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1352 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.46 . 0 . 319092
Despesa PPA: 545
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto

Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1353 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.46 . 0 . 319113
Despesa PPA: 546
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1354 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.46 . 0 . 319192		
Despesa PPA: 547		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1355 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.46 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 548		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 1356 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.46 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 549		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1357 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.46 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 550		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1358 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 22 . 1.26 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 551		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 22 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Ação: 1.26 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1359 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.123 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 553		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		

Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1360 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.123 . 0 . 319011
Despesa PPA: 554
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1361 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.123 . 0 . 319013
Despesa PPA: 555
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1362 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.123 . 0 . 339030
Despesa PPA: 556
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1363 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.123 . 0 . 339036
Despesa PPA: 557
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1364 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.123 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 558		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1366 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.123 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 560		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1368 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.123 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 562		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		

Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1371 - 2 . 4001 . 18 . 542 . 4 . 2.121 . 0 . 337170
Despesa PPA: 569
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 18 - Gestão Ambiental
Subfunção: 542 - Controle Ambiental
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.121 - Manutenção da Parceria junto a Consórcios Públicos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público
Despesa LDO: 1372 - 2 . 4001 . 18 . 542 . 4 . 2.121 . 0 . 337239
Despesa PPA: 570
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 18 - Gestão Ambiental
Subfunção: 542 - Controle Ambiental
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.121 - Manutenção da Parceria junto a Consórcios Públicos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.72.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1373 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.118 . 0 . 339030
Despesa PPA: 571
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.118 - Manutenção do PNAE Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1391 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 319004
Despesa PPA: 589
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1392 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 319011
Despesa PPA: 590
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1396 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 319013
Despesa PPA: 594
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1398 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 319092
Despesa PPA: 596

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		

Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1400 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 319113
Despesa PPA: 598
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1401 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 319192
Despesa PPA: 599
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1402 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 339008
Despesa PPA: 600
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1403 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 339014
Despesa PPA: 601
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1404 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 339019
Despesa PPA: 602
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.19.00 - Auxílio-Fardamento
Despesa LDO: 1405 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 339030
Despesa PPA: 603
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1406 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 339036
Despesa PPA: 604
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1407 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 339039
Despesa PPA: 605
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1408 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 339040
Despesa PPA: 606
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1409 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 339092

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa PPA: 607		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1410 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.36 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 608		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1411 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 609		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		
Despesa LDO: 1412 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 610		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1413 - 2 . 11011 . 28 . 843 . 25 . 1.7 . 0 . 329021		
Despesa PPA: 611		
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		
Função: 28 - Encargos Especiais		
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna		
Programa: 25 - Amortização da Dívida		
Ação: 1.7 - Amortização da Dívida junto ao RPPS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato		
Despesa LDO: 1414 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 612		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		

Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1415 - 2 . 11011 . 28 . 843 . 25 . 1.7 . 0 . 469071
Despesa PPA: 613
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas
Função: 28 - Encargos Especiais
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna
Programa: 25 - Amortização da Dívida
Ação: 1.7 - Amortização da Dívida junto ao RPPS
Subação:
Natureza da despesa: 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado
Despesa LDO: 1416 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 319092
Despesa PPA: 614
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1417 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 319113
Despesa PPA: 615
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1418 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 319192
Despesa PPA: 616
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa LDO: 1419 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 617		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 1420 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 618		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1421 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 619		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		

Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1422 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 339033
Despesa PPA: 620
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 1423 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 339036
Despesa PPA: 621
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1424 - 2 . 3001 . 9 . 272 . 24 . 1.10 . 0 . 319113
Despesa PPA: 625
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos
Função: 9 - Previdência Social
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 24 - Obrigações Previdenciárias
Ação: 1.10 - Recolhimento Previdenciário junto ao RPPS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1425 - 2 . 3001 . 9 . 272 . 24 . 1.10 . 0 . 319092
Despesa PPA: 626
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos
Função: 9 - Previdência Social
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 24 - Obrigações Previdenciárias
Ação: 1.10 - Recolhimento Previdenciário junto ao RPPS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1426 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 339039
Despesa PPA: 636
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1427 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 339040
Despesa PPA: 637
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1428 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 339092
Despesa PPA: 638
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:

Relação de Despesas LDO
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1429 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 449052
Despesa PPA: 639
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1430 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.39 . 0 . 319004
Despesa PPA: 640
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.39 - Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1431 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.39 . 0 . 319011
Despesa PPA: 641
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.39 - Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1432 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.39 . 0 . 319013
Despesa PPA: 642
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.39 - Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1433 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.39 . 0 . 319092
Despesa PPA: 643
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.39 - Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1434 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.39 . 0 . 319094
Despesa PPA: 644
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.39 - Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO: 1435 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.39 . 0 . 319113
Despesa PPA: 645
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.39 - Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1436 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.39 . 0 . 319192
Despesa PPA: 646
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.39 - Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1437 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.39 . 0 . 339008
Despesa PPA: 647
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.39 - Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1438 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 43 . 1.18 . 0 . 449039
Despesa PPA: 648
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 43 - Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal
Ação: 1.18 - Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da Secretaria e Unidades de Ensino

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1439 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 43 . 1.18 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 649		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 43 - Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal		
Ação: 1.18 - Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da Secretaria e Unidades de Ensino		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1440 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 43 . 1.18 . 0 . 449093		
Despesa PPA: 650		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 43 - Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal		
Ação: 1.18 - Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da Secretaria e Unidades de Ensino		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.93.00 - Indenizações e Restituições		
Despesa LDO: 1441 - 2 . 5002 . 12 . 362 . 47 . 2.33 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 657		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 362 - Ensino Médio		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.33 - Manutenção do PETERN		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1442 - 2 . 5002 . 12 . 362 . 47 . 2.33 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 658		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 362 - Ensino Médio		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.33 - Manutenção do PETERN		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1443 - 2 . 5002 . 12 . 362 . 47 . 2.33 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 659		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 362 - Ensino Médio		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		

Ação: 2.33 - Manutenção do PETERN
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1444 - 2 . 5002 . 12 . 362 . 47 . 2.33 . 0 . 339092
Despesa PPA: 660
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 362 - Ensino Médio
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.33 - Manutenção do PETERN
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1445 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 43 . 1.25 . 0 . 449030
Despesa PPA: 661
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 43 - Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal
Ação: 1.25 - Instalação e Modernização de Salas de Informática
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1446 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 43 . 1.25 . 0 . 449052
Despesa PPA: 662
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 43 - Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal
Ação: 1.25 - Instalação e Modernização de Salas de Informática
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1447 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 22 . 1.19 . 0 . 449052
Despesa PPA: 663
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 22 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
Ação: 1.19 - Aquisição de Veículos
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1448 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 47 . 2.30 . 0 . 339030
Despesa PPA: 665
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354

Relação de Despesas LDO
Ação: 2.30 - Manutenção do PNAE Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1449 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 47 . 2.30 . 0 . 339092
Despesa PPA: 667
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.30 - Manutenção do PNAE Fundamental
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1450 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 1.22 . 0 . 449052
Despesa PPA: 668
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 1.22 - Aquisição de Acervo Bibliográfico

Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1451 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 48 . 2.101 . 0 . 449051
Despesa PPA: 669
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 48 - Melhoria na Infraestrutura ao Esporte no Fundamental
Ação: 2.101 - Reforma e Manutenção de Quadras de Esportes
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1452 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.47 . 0 . 449052
Despesa PPA: 670
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.47 - Aquisição de Veículo
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1453 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.77 . 0 . 339030
Despesa PPA: 671
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.77 - Apoio aos Conselhos Municipais em Educação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1454 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.77 . 0 . 339036
Despesa PPA: 672
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.77 - Apoio aos Conselhos Municipais em Educação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1455 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.77 . 0 . 339039
Despesa PPA: 673
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.77 - Apoio aos Conselhos Municipais em Educação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1456 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 47 . 2.50 . 0 . 339030
Despesa PPA: 674
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.50 - Manutenção de Bandas Escolares de Música
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1457 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 47 . 2.50 . 0 . 339031
Despesa PPA: 675
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.50 - Manutenção de Bandas Escolares de Música
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
Despesa LDO: 1458 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 47 . 2.50 . 0 . 339032
Despesa PPA: 676
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.50 - Manutenção de Bandas Escolares de Música		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1459 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 47 . 2.50 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 677		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.50 - Manutenção de Bandas Escolares de Música		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1460 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 47 . 2.50 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 678		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.50 - Manutenção de Bandas Escolares de Música		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1461 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 47 . 2.50 . 0 . 339048		
Despesa PPA: 679		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.50 - Manutenção de Bandas Escolares de Música		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
Despesa LDO: 1462 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 47 . 2.50 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 680		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.50 - Manutenção de Bandas Escolares de Música		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1463 - 2 . 5002 . 12 . 366 . 47 . 2.120 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 681		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		
Ação: 2.120 - Manutenção do PNAE EJA		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1464 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.29 . 0 . 339031		
Despesa PPA: 682		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 27 - Desporto e Lazer		
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.29 - Apoio a Atletas Locais		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
Despesa LDO: 1465 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.29 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 683		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 27 - Desporto e Lazer		
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		

Ação: 2.29 - Apoio a Atletas Locais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1466 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.29 . 0 . 339048
Despesa PPA: 684
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte
Ação: 2.29 - Apoio a Atletas Locais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Despesa LDO: 1467 - 2 . 3001 . 9 . 272 . 24 . 1.9 . 0 . 319013
Despesa PPA: 688
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos
Função: 9 - Previdência Social
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 24 - Obrigações Previdenciárias
Ação: 1.9 - Recolhimento Previdenciário junto ao RGPS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1468 - 2 . 3001 . 9 . 272 . 24 . 1.9 . 0 . 319092
Despesa PPA: 689
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos
Função: 9 - Previdência Social

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 24 - Obrigações Previdenciárias		
Ação: 1.9 - Recolhimento Previdenciário junto ao RGPS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1469 - 2 . 3001 . 4 . 126 . 4 . 2.41 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 699		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.41 - Manutenção das Atividades de Tecnologia da Informação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1470 - 2 . 3001 . 4 . 126 . 4 . 2.41 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 700		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.41 - Manutenção das Atividades de Tecnologia da Informação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1471 - 2 . 3001 . 4 . 126 . 4 . 2.41 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 701		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.41 - Manutenção das Atividades de Tecnologia da Informação		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1472 - 2 . 3001 . 4 . 126 . 4 . 2.41 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 702		
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.41 - Manutenção das Atividades de Tecnologia da Informação		

Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1473 - 2 . 4001 . 15 . 451 . 34 . 2.38 . 0 . 339030
Despesa PPA: 703
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente
Ação: 2.38 - Arborização da Área Urbana
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1474 - 2 . 4001 . 15 . 451 . 34 . 2.38 . 0 . 339039
Despesa PPA: 704
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente
Ação: 2.38 - Arborização da Área Urbana
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1475 - 2 . 4001 . 15 . 451 . 34 . 2.38 . 0 . 449052
Despesa PPA: 705
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente
Ação: 2.38 - Arborização da Área Urbana
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1476 - 2 . 4001 . 15 . 451 . 34 . 2.111 . 0 . 339030
Despesa PPA: 706
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente
Ação: 2.111 - Recuperação de Áreas Degradadas
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1477 - 2 . 4001 . 15 . 451 . 34 . 2.111 . 0 . 339039
Despesa PPA: 707
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente
Ação: 2.111 - Recuperação de Áreas Degradadas
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1478 - 2 . 4001 . 15 . 451 . 34 . 2.111 . 0 . 449051
Despesa PPA: 708
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente		
Ação: 2.111 - Recuperação de Áreas Degradadas		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1479 - 2 . 4001 . 15 . 451 . 34 . 2.111 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 709		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente		
Ação: 2.111 - Recuperação de Áreas Degradadas		
Subação:		

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1480 - 2 . 4001 . 20 . 605 . 4 . 2.34 . 0 . 339039
Despesa PPA: 710
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 605 - Abastecimento
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.34 - Manutenção do Programa de Abastecimento - Caminhão Pipa
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1481 - 2 . 4001 . 20 . 605 . 4 . 2.34 . 0 . 449051
Despesa PPA: 711
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 605 - Abastecimento
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.34 - Manutenção do Programa de Abastecimento - Caminhão Pipa
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1482 - 2 . 4001 . 20 . 422 . 4 . 2.9 . 0 . 339030
Despesa PPA: 712
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.9 - Manutenção dos Conselhos de Apoio a Pasta
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1483 - 2 . 4001 . 20 . 422 . 4 . 2.9 . 0 . 339036
Despesa PPA: 713
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.9 - Manutenção dos Conselhos de Apoio a Pasta
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1484 - 2 . 4001 . 20 . 422 . 4 . 2.9 . 0 . 339039
Despesa PPA: 714
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.9 - Manutenção dos Conselhos de Apoio a Pasta
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1485 - 2 . 4001 . 23 . 695 . 4 . 2.37 . 0 . 339030
Despesa PPA: 715
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 23 - Comércio e Serviços
Subfunção: 695 - Turismo
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.37 - Promoção de Eventos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1486 - 2 . 4001 . 23 . 695 . 4 . 2.37 . 0 . 339036
Despesa PPA: 716
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 23 - Comércio e Serviços
Subfunção: 695 - Turismo
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.37 - Promoção de Eventos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1487 - 2 . 4001 . 23 . 695 . 4 . 2.37 . 0 . 339039
Despesa PPA: 717
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 23 - Comércio e Serviços
Subfunção: 695 - Turismo
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria

Ação: 2.37 - Promoção de Eventos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1488 - 2 . 4001 . 20 . 122 . 4 . 2.11 . 0 . 319011
Despesa PPA: 718

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.11 - Manutenção do SIM		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1489 - 2 . 4001 . 20 . 122 . 4 . 2.11 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 719		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.11 - Manutenção do SIM		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1490 - 2 . 4001 . 20 . 122 . 4 . 2.11 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 720		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.11 - Manutenção do SIM		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1491 - 2 . 4001 . 20 . 122 . 4 . 2.11 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 721		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.11 - Manutenção do SIM		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1492 - 2 . 4001 . 20 . 122 . 4 . 2.11 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 722		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.11 - Manutenção do SIM		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1493 - 2 . 4001 . 20 . 606 . 4 . 2.12 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 723		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 606 - Extensão Rural		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.12 - Manutenção das Atividades do Programa "Corte de Terra"		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1494 - 2 . 4001 . 20 . 606 . 4 . 2.12 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 724		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 606 - Extensão Rural		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.12 - Manutenção das Atividades do Programa "Corte de Terra"		

Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1495 - 2 . 4001 . 20 . 606 . 4 . 2.12 . 0 . 449051
Despesa PPA: 725
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.12 - Manutenção das Atividades do Programa "Corte de Terra"
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1496 - 2 . 4001 . 20 . 606 . 4 . 2.12 . 0 . 449052
Despesa PPA: 726
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.12 - Manutenção das Atividades do Programa "Corte de Terra"
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1497 - 2 . 4001 . 20 . 122 . 4 . 2.17 . 0 . 319011
Despesa PPA: 727
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.17 - Manutenção aos Atendimentos Médico-Veterinários
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1498 - 2 . 4001 . 20 . 122 . 4 . 2.17 . 0 . 319013

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa PPA: 728		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.17 - Manutenção aos Atendimentos Médico-Veterinários		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1499 - 2 . 4001 . 20 . 122 . 4 . 2.17 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 729		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.17 - Manutenção aos Atendimentos Médico-Veterinários		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1500 - 2 . 4001 . 20 . 122 . 4 . 2.17 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 730		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.17 - Manutenção aos Atendimentos Médico-Veterinários		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1501 - 2 . 4001 . 20 . 122 . 4 . 2.14 . 0 . 335043		
Despesa PPA: 731		
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		
Ação: 2.14 - Subvenções a Associações Rurais		
Subação:		

Natureza da despesa: 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais
Despesa LDO: 1502 - 2 . 6001 . 10 . 331 . 42 . 2.109 . 0 . 339030
Despesa PPA: 732
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.109 - Capacitação de Profissionais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1503 - 2 . 6001 . 10 . 331 . 42 . 2.109 . 0 . 339039
Despesa PPA: 733
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.109 - Capacitação de Profissionais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1504 - 2 . 6001 . 10 . 301 . 37 . 2.42 . 0 . 339039
Despesa PPA: 734
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública
Ação: 2.42 - Infraestrutura e Informatização das Unidades Básicas de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1505 - 2 . 6001 . 10 . 301 . 37 . 2.42 . 0 . 449051
Despesa PPA: 735
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública
Ação: 2.42 - Infraestrutura e Informatização das Unidades Básicas de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1506 - 2 . 6001 . 10 . 301 . 37 . 2.42 . 0 . 449052
Despesa PPA: 736
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública
Ação: 2.42 - Infraestrutura e Informatização das Unidades Básicas de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1508 - 2 . 6001 . 10 . 301 . 37 . 2.47 . 0 . 449052
Despesa PPA: 738
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública
Ação: 2.47 - Aquisição de Veículo
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa LDO: 1517 - 2 . 8001 . 8 . 451 . 16 . 2.64 . 0 . 459061		
Despesa PPA: 747		
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.64 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.5.90.61.00 - Aquisição de Imóveis		

Despesa LDO: 1518 - 2 . 8001 . 8 . 333 . 26 . 2.71 . 0 . 339030
Despesa PPA: 748
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 333 - Empregabilidade
Programa: 26 - Política do Trabalho e Renda
Ação: 2.71 - Apoio as ações de Emprego, Renda, Cursos, Artesanato e Afins
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1519 - 2 . 8001 . 8 . 333 . 26 . 2.71 . 0 . 339036
Despesa PPA: 749
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 333 - Empregabilidade
Programa: 26 - Política do Trabalho e Renda
Ação: 2.71 - Apoio as ações de Emprego, Renda, Cursos, Artesanato e Afins
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1520 - 2 . 8001 . 8 . 333 . 26 . 2.71 . 0 . 339039
Despesa PPA: 750
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 333 - Empregabilidade
Programa: 26 - Política do Trabalho e Renda
Ação: 2.71 - Apoio as ações de Emprego, Renda, Cursos, Artesanato e Afins
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1523 - 2 . 5002 . 12 . 331 . 47 . 2.117 . 0 . 339036
Despesa PPA: 753
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.117 - Formação e Capacitação para os Profissionais da Educação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1524 - 2 . 5002 . 12 . 331 . 47 . 2.117 . 0 . 339039
Despesa PPA: 754
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.117 - Formação e Capacitação para os Profissionais da Educação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1525 - 2 . 5002 . 12 . 126 . 47 . 2.125 . 0 . 339030
Despesa PPA: 755
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.125 - Aquisição e Manutenção de Materiais e Equipamentos Tecnológicos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1526 - 2 . 5002 . 12 . 126 . 47 . 2.117 . 0 . 449052
Despesa PPA: 756
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.117 - Formação e Capacitação para os Profissionais da Educação
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1527 - 2 . 5002 . 12 . 392 . 50 . 2.26 . 0 . 335043
Despesa PPA: 757
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.26 - Apoio a Associações e Grupos Culturais

Subação:
Natureza da despesa: 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais
Despesa LDO: 1528 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 49 . 2.91 . 0 . 319011
Despesa PPA: 758
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte
Ação: 2.91 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte
Subação:

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1529 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 49 . 2.91 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 759		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.91 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1530 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 49 . 2.91 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 760		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.91 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1531 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 49 . 2.91 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 761		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.91 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1532 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 49 . 2.91 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 762		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.91 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1533 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 49 . 2.91 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 763		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.91 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1534 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 49 . 2.91 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 764		
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte		
Ação: 2.91 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte		
Subação:		

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1535 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.100 . 0 . 339030
Despesa PPA: 765
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte
Ação: 2.100 - Promoção de Eventos Esportivos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1536 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.100 . 0 . 339036
Despesa PPA: 766
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte
Ação: 2.100 - Promoção de Eventos Esportivos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1537 - 2 . 5002 . 27 . 812 . 49 . 2.100 . 0 . 339039
Despesa PPA: 767
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte
Ação: 2.100 - Promoção de Eventos Esportivos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1556 - 2 . 2001 . 2 . 62 . 19 . 2.3 . 0 . 319004
Despesa PPA: 786
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 2 - Judiciária
Subfunção: 62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
Programa: 19 - Manutenção das Ações da Procuradoria
Ação: 2.3 - Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral do Munícipio

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354

Relação de Despesas LDO
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1613 - 2 . 2001 . 99 . 999 . 45 . 9.1 . 0 . 999999
Despesa PPA: 843
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 99 - Reserva de Contingência
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência
Programa: 45 - Reserva de Contingencia
Ação: 9.1 - Reserva de Contingência
Subação:
Natureza da despesa: 9.9.99.99.00 - A Classificar
Despesa LDO: 1616 - 2 . 8001 . 8 . 122 . 16 . 2.63 . 0 . 319011
Despesa PPA: 846
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1617 - 2 . 5002 . 12 . 392 . 50 . 2.26 . 0 . 339092
Despesa PPA: 847
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.26 - Apoio a Associações e Grupos Culturais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores

Despesa LDO: 1618 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 4 . 2.16 . 0 . 339092
Despesa PPA: 848
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1619 - 2 . 5002 . 12 . 122 . 43 . 1.18 . 0 . 449051
Despesa PPA: 849
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 43 - Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal
Ação: 1.18 - Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da Secretaria e Unidades de Ensino
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1621 - 2 . 4001 . 4 . 541 . 4 . 2.18 . 0 . 339092
Despesa PPA: 851
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi
Função: 4 - Administração
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1622 - 2 . 9001 . 4 . 123 . 4 . 2.119 . 0 . 339092
Despesa PPA: 852
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1623 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.21 . 0 . 339092
Despesa PPA: 853
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1624 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 4 . 2.4 . 0 . 339092
Despesa PPA: 854
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria
Ação: 2.4 - Manutenção das Atividades do Governo
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1627 - 2 . 11011 . 28 . 843 . 25 . 1.7 . 0 . 469171
Despesa PPA: 857
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas
Função: 28 - Encargos Especiais
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna
Programa: 25 - Amortização da Dívida

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Ação: 1.7 - Amortização da Dívida junto ao RPPS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.6.91.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		
Despesa LDO: 1628 - 2 . 5002 . 12 . 365 . 47 . 2.40 . 0 . 449051		

Despesa PPA: 858
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1630 - 2 . 5002 . 13 . 392 . 50 . 2.23 . 0 . 339043
Despesa PPA: 860
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura
Ação: 2.23 - Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.43.00 - Subvenções Sociais
Despesa LDO: 1631 - 2 . 8001 . 16 . 482 . 33 . 2.70 . 0 . 339039
Despesa PPA: 861
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social
Função: 16 - Habitação
Subfunção: 482 - Habitação Urbana
Programa: 33 - Construindo a São Tomé do Futuro
Ação: 2.70 - Construção, Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1633 - 2 . 5002 . 12 . 361 . 47 . 2.24 . 0 . 449051
Despesa PPA: 863
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde
Despesa LDO: 925 - 3 . 6002 . 17 . 512 . 37 . 1.30 . 0 . 449093
Despesa PPA: 109
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 17 - Saneamento
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública
Ação: 1.30 - Construção de Unidades Sanitarias
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.93.00 - Indenizações e Restituições
Despesa LDO: 926 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 37 . 1.32 . 0 . 449051
Despesa PPA: 110
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública
Ação: 1.32 - Construção e Reforma de Academia ao Ar Livre
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 947 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 319011
Despesa PPA: 132
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 4 - Administração
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 948 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 319013
Despesa PPA: 133
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 4 - Administração
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 949 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 319016
Despesa PPA: 134
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 4 - Administração
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Despesa LDO: 950 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 319091
Despesa PPA: 135
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais		
Despesa LDO: 951 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 136		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 952 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 137		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 953 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 138		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 954 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 139		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 955 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 140		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 956 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 339039
Despesa PPA: 141
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 4 - Administração
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 957 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 339092
Despesa PPA: 142
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 4 - Administração
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 972 - 3 . 6002 . 17 . 512 . 37 . 1.31 . 0 . 449052
Despesa PPA: 158
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 17 - Saneamento
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública
Ação: 1.31 - Instalação do Sistema de Saneamento Básico
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1086 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 37 . 2.43 . 0 . 459061
Despesa PPA: 272
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública
Ação: 2.43 - Aquisição de Imóvel e/ou Terreno
Subação:
Natureza da despesa: 4.5.90.61.00 - Aquisição de Imóveis
Despesa LDO: 1087 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 319004
Despesa PPA: 273

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354

Relação de Despesas LDO
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1088 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 319011
Despesa PPA: 274
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1089 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 319013
Despesa PPA: 275
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Despesa LDO: 1090 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 319016
Despesa PPA: 276
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1091 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 319091
Despesa PPA: 277
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais
Despesa LDO: 1092 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 319092
Despesa PPA: 278
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1093 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 319113
Despesa PPA: 279
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1094 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 319192
Despesa PPA: 280
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1095 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 339008
Despesa PPA: 281
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1096 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 339014
Despesa PPA: 282
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1097 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 339030

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		

Despesa PPA: 283
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1098 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 339033
Despesa PPA: 284
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 1099 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 339036
Despesa PPA: 285
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1100 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 339039
Despesa PPA: 286
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1101 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 339092
Despesa PPA: 287
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1102 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.124 . 0 . 449052
Despesa PPA: 288
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1103 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 319004
Despesa PPA: 289
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1104 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 319011
Despesa PPA: 290
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1105 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 319013
Despesa PPA: 291
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1106 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 319016
Despesa PPA: 292
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa LDO: 1107 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 293		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1108 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.67 . 0 . 337170		
Despesa PPA: 294		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.67 - Transferência a Consórcio Público		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público		
Despesa LDO: 1109 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.67 . 0 . 337239		
Despesa PPA: 295		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.67 - Transferência a Consórcio Público		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.72.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1114 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.53 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 300		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.53 - Implemetação das Atividades da Segurança Alimentar e Nutricional em Saude		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1115 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.53 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 301		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.53 - Implemetação das Atividades da Segurança Alimentar e Nutricional em Saude		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		

Despesa LDO: 1116 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.53 . 0 . 339036
Despesa PPA: 302
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.53 - Implemetação das Atividades da Segurança Alimentar e Nutricional em Saude
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1117 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.53 . 0 . 339039
Despesa PPA: 303
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.53 - Implemetação das Atividades da Segurança Alimentar e Nutricional em Saude
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1120 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 319004
Despesa PPA: 306
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1121 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 319011
Despesa PPA: 307
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1122 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 319013
Despesa PPA: 308
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC
Subação:

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1125 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 319016		
Despesa PPA: 311		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1128 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 314		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1139 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 319113		

Despesa PPA: 325
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1141 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 319192
Despesa PPA: 327
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1142 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 339008
Despesa PPA: 328
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1143 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 339014
Despesa PPA: 329
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1149 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 339030
Despesa PPA: 335
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1152 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 339032
Despesa PPA: 338
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1153 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 339033
Despesa PPA: 339
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 1155 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 339036
Despesa PPA: 341
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1172 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 358		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1174 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 339048		
Despesa PPA: 360		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
Despesa LDO: 1175 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 361		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1176 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.54 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 362		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1177 - 3 . 6002 . 10 . 303 . 42 . 2.55 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 366		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.55 - Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1178 - 3 . 6002 . 10 . 303 . 42 . 2.55 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 367		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.55 - Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1182 - 3 . 6002 . 10 . 303 . 42 . 2.55 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 371		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.55 - Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		

Despesa LDO: 1184 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 319004
Despesa PPA: 373
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1185 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 319011
Despesa PPA: 374
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1186 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 319013
Despesa PPA: 375
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1189 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 319016		
Despesa PPA: 378		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1190 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 319091		
Despesa PPA: 379		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais		
Despesa LDO: 1191 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 380		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1192 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 381		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1193 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 319192		

Despesa PPA: 382
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1195 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 339008
Despesa PPA: 384
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1197 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 339014
Despesa PPA: 386
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1199 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 339030
Despesa PPA: 388
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1200 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 339032
Despesa PPA: 389
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1201 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 339036
Despesa PPA: 390
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1202 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 391		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1203 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 392		

Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1204 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.103 . 0 . 449052
Despesa PPA: 393
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1205 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.58 . 0 . 319016
Despesa PPA: 394
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.58 - Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1207 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.58 . 0 . 339030
Despesa PPA: 396
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.58 - Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1208 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.58 . 0 . 339036
Despesa PPA: 397
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.58 - Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1209 - 3 . 6002 . 10 . 305 . 42 . 2.58 . 0 . 339039
Despesa PPA: 398
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.58 - Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1211 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 319004
Despesa PPA: 400
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1213 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 319011
Despesa PPA: 402
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Despesa LDO: 1215 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 319013
Despesa PPA: 404
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1216 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 319016		
Despesa PPA: 405		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1218 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 407		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1220 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 409		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 1223 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 412		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1224 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 413		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1225 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 414		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1228 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 339092		

Despesa PPA: 417
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1229 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.62 . 0 . 449052
Despesa PPA: 418
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1239 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.59 . 0 . 339030
Despesa PPA: 428
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.59 - Manutenção do Programa Saúde na Escolar - PSE
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1242 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.59 . 0 . 339032
Despesa PPA: 431
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.59 - Manutenção do Programa Saúde na Escolar - PSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1245 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.59 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 434		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.59 - Manutenção do Programa Saúde na Escolar - PSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1250 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.59 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 439		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.59 - Manutenção do Programa Saúde na Escolar - PSE		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1507 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 37 . 2.115 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 737		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública		
Ação: 2.115 - Aquisição de Unidade Móvel Médico Odontológico		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1509 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.127 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 739		

Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.127 - Manutenção das Ações de Combate a Situações Emergenciais e de Calamidade Pública
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1510 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.127 . 0 . 339036
Despesa PPA: 740
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.127 - Manutenção das Ações de Combate a Situações Emergenciais e de Calamidade Pública
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1511 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 37 . 2.127 . 0 . 339039
Despesa PPA: 741
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública
Ação: 2.127 - Manutenção das Ações de Combate a Situações Emergenciais e de Calamidade Pública
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1512 - 3 . 6002 . 10 . 304 . 42 . 2.56 . 0 . 319011
Despesa PPA: 742
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.56 - Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1513 - 3 . 6002 . 10 . 304 . 42 . 2.56 . 0 . 319013
Despesa PPA: 743
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.56 - Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1514 - 3 . 6002 . 10 . 304 . 42 . 2.56 . 0 . 339030
Despesa PPA: 744
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.56 - Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1515 - 3 . 6002 . 10 . 304 . 42 . 2.56 . 0 . 339036
Despesa PPA: 745

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354

Relação de Despesas LDO
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.56 - Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1516 - 3 . 6002 . 10 . 304 . 42 . 2.56 . 0 . 339039
Despesa PPA: 746
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.56 - Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1538 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 319113
Despesa PPA: 768
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1539 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 319192
Despesa PPA: 769
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1540 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339008
Despesa PPA: 770
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1541 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339014
Despesa PPA: 771
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1542 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339030
Despesa PPA: 772
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1543 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339032
Despesa PPA: 773
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1544 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339033
Despesa PPA: 774
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 1545 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339035

Despesa PPA: 775
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria
Despesa LDO: 1546 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339036

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa PPA: 776		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1547 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 777		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1548 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339040		
Despesa PPA: 778		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1549 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 779		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1550 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 339093		
Despesa PPA: 780		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições		
Despesa LDO: 1551 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 449030		
Despesa PPA: 781		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1552 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 449039		
Despesa PPA: 782		

Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1553 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 783		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1554 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 784		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1555 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.116 . 0 . 449092		
Despesa PPA: 785		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa LDO: 1593 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 823		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		
Despesa LDO: 1594 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 319094		
Despesa PPA: 824		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Despesa LDO: 1595 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 825		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1596 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 319192		
Despesa PPA: 826		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1597 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 827		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1598 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 339093		
Despesa PPA: 828		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições		
Despesa LDO: 1599 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 449030		
Despesa PPA: 829		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1600 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 449039		
Despesa PPA: 830		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1601 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 831		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1602 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 832		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1603 - 3 . 6002 . 4 . 512 . 42 . 2.60 . 0 . 449092		
Despesa PPA: 833		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		

Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1604 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.133 . 0 . 339032
Despesa PPA: 834
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.133 - Implantação das Ações de Politicas para a Rede Cegonha
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1605 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 1.20 . 0 . 449051
Despesa PPA: 835
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 1.20 - Reforma e Modernização da Unidade Mista
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1606 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 1.21 . 0 . 449051
Despesa PPA: 836
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 1.21 - Construção e Instalação de UBS/Unidade
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO: 1607 - 3 . 6002 . 10 . 301 . 42 . 2.134 . 0 . 319016
Despesa PPA: 837
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.134 - Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS- Componente Qualidade
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1608 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.135 . 0 . 334041
Despesa PPA: 838
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.135 - Celebração de Parceria Administrativa Junto ao Hospital Regional de São Paulo do Potengir
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.40.41.00 - Contribuições
Despesa LDO: 1609 - 3 . 6002 . 10 . 304 . 42 . 2.136 . 0 . 319011
Despesa PPA: 839
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.136 - Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância Sanitária
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1610 - 3 . 6002 . 10 . 304 . 42 . 2.136 . 0 . 319013
Despesa PPA: 840
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública
Ação: 2.136 - Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância Sanitária
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1611 - 3 . 6002 . 10 . 304 . 42 . 2.136 . 0 . 319113
Despesa PPA: 841
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.136 - Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância Sanitária		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1612 - 3 . 6002 . 10 . 304 . 42 . 2.136 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 842		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.136 - Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância Sanitária		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1614 - 3 . 6002 . 10 . 302 . 42 . 2.135 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 844		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.135 - Celebração de Parceria Administrativa Junto ao Hospital Regional de São Paulo do Potengir		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1615 - 3 . 6002 . 10 . 122 . 42 . 2.60 . 0 . 319016		
Despesa PPA: 845		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1620 - 3 . 6002 . 10 . 122 . 42 . 2.60 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 850		
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Despesa LDO: 959 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 28 . 2.89 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 144		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.89 - PROCAD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		
Despesa LDO: 960 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 28 . 2.89 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 145		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.89 - PROCAD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 961 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 28 . 2.89 . 0 . 319014		
Despesa PPA: 146		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		

Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.89 - PROCAD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 962 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 28 . 2.89 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 147		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.89 - PROCAD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 963 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 28 . 2.89 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 148		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.89 - PROCAD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 964 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 28 . 2.89 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 149		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.89 - PROCAD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 965 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 28 . 2.89 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 150		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.89 - PROCAD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 970 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.99 . 0 . 335043		
Despesa PPA: 156		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.99 - Subvenção ao Lar São Camilo de Lélis		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais		
Despesa LDO: 974 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 160		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		
Despesa LDO: 976 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 162		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		

Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 978 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 164		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 979 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 165		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 980 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 319192		
Despesa PPA: 166		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 983 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 169		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 985 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 171		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 989 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 175		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 991 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 177		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		

Despesa LDO: 993 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 339039
Despesa PPA: 179
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 995 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 339092
Despesa PPA: 181
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 998 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 449052
Despesa PPA: 184
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1000 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.78 . 0 . 449092
Despesa PPA: 186
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1008 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 31 . 2.95 . 0 . 339032
Despesa PPA: 194
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 31 - Gestão de Benefícios Eventuais
Ação: 2.95 - Gestão de Benefícios Eventuais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1009 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 31 . 2.95 . 0 . 339039
Despesa PPA: 195
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 31 - Gestão de Benefícios Eventuais
Ação: 2.95 - Gestão de Benefícios Eventuais
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1016 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 32 . 2.96 . 0 . 339031
Despesa PPA: 202
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
Despesa LDO: 1018 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 32 . 2.96 . 0 . 339033
Despesa PPA: 204
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares

Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção		
Despesa LDO: 1026 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 32 . 2.96 . 0 . 339035		
Despesa PPA: 212		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social		
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria		
Despesa LDO: 1031 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 32 . 2.96 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 217		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social		
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1032 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 32 . 2.96 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 218		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social		
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1035 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 32 . 2.96 . 0 . 339040		
Despesa PPA: 221		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social		
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1036 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 32 . 2.96 . 0 . 339048		
Despesa PPA: 222		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social		
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
Despesa LDO: 1038 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 32 . 2.96 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 224		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social		
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1039 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 32 . 2.96 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 225		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social		
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		

Despesa LDO: 1041 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 227		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		
Despesa LDO: 1042 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 228		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1043 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 229		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1044 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 230		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1046 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 319113		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa PPA: 232		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1047 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 319192		
Despesa PPA: 233		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1048 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 234		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 1049 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 235		

Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 1050 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 236		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1051 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 339031		
Despesa PPA: 237		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
Despesa LDO: 1052 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 238		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1053 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 239		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1054 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 240		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1055 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 241		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa LDO: 1194 - 4 . 8002 . 8 . 242 . 28 . 2.85 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 383		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		

Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica
Ação: 2.85 - Manutenção das Atividades do Programa BPC na Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1196 - 4 . 8002 . 8 . 242 . 28 . 2.85 . 0 . 339031
Despesa PPA: 385
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica
Ação: 2.85 - Manutenção das Atividades do Programa BPC na Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
Despesa LDO: 1198 - 4 . 8002 . 8 . 242 . 28 . 2.85 . 0 . 339032
Despesa PPA: 387
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica
Ação: 2.85 - Manutenção das Atividades do Programa BPC na Escola
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1259 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 319004
Despesa PPA: 448
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
Despesa LDO: 1260 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 319011
Despesa PPA: 449
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1261 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 319013
Despesa PPA: 450
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1262 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 319092
Despesa PPA: 451
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1263 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 319094
Despesa PPA: 452
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO: 1265 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 339008
Despesa PPA: 454

Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar		
Despesa LDO: 1266 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 455		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		
Subação:		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 1267 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 456		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1269 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 458		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1271 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 460		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1272 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 461		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1273 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 462		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1277 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 29 . 2.90 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 466		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 29 - Bloco da Proteção Social Especial		
Ação: 2.90 - Manutenção das Atividades dos Serviços da Proteção Social Especial		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1279 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 29 . 2.90 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 468		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 29 - Bloco da Proteção Social Especial		
Ação: 2.90 - Manutenção das Atividades dos Serviços da Proteção Social Especial		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1281 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 29 . 2.90 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 470		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 29 - Bloco da Proteção Social Especial		
Ação: 2.90 - Manutenção das Atividades dos Serviços da Proteção Social Especial		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1285 - 4 . 8002 . 14 . 422 . 30 . 2.93 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 478		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 14 - Direitos da Cidadania		
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
Programa: 30 - Fortalecimento do Controle Social		
Ação: 2.93 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Despesa LDO: 1286 - 4 . 8002 . 14 . 422 . 30 . 2.93 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 479		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 14 - Direitos da Cidadania		
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
Programa: 30 - Fortalecimento do Controle Social		
Ação: 2.93 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1287 - 4 . 8002 . 14 . 422 . 30 . 2.93 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 480		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 14 - Direitos da Cidadania		
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
Programa: 30 - Fortalecimento do Controle Social		
Ação: 2.93 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1288 - 4 . 8002 . 14 . 422 . 30 . 2.93 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 481		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 14 - Direitos da Cidadania		
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
Programa: 30 - Fortalecimento do Controle Social		
Ação: 2.93 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1289 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 29 . 2.92 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 482		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 29 - Bloco da Proteção Social Especial		

Ação: 2.92 - Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CREAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1291 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 484		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		
Despesa LDO: 1292 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 485		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1293 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 486		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1294 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 487		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1295 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 488		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1296 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 319192		
Despesa PPA: 489		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1297 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 339008		
Despesa PPA: 490		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		
Subação:		

Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1298 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 339014
Despesa PPA: 491
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1299 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 339030
Despesa PPA: 492
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1300 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 339033
Despesa PPA: 493
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 1301 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 339036
Despesa PPA: 494
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1302 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 339039
Despesa PPA: 495
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1303 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 339092
Despesa PPA: 496
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1304 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 449052
Despesa PPA: 497
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
Subação:
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO: 1305 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.76 . 0 . 449092
Despesa PPA: 498
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social

Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1320 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 18 . 2.68 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 513		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 18 - Programas e Projetos voltados a Criança e ao Adolescente		
Ação: 2.68 - Apoio ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1323 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 18 . 2.68 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 516		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Programa: 18 - Programas e Projetos voltados a Criança e ao Adolescente		
Ação: 2.68 - Apoio ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1325 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 18 . 2.68 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 518		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 18 - Programas e Projetos voltados a Criança e ao Adolescente		
Ação: 2.68 - Apoio ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1330 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 10 . 2.69 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 523		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 10 - Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa		
Ação: 2.69 - Apoio ao Fundo Municipal do Idoso		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1331 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 10 . 2.69 . 0 . 339032		
Despesa PPA: 524		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 10 - Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa		
Ação: 2.69 - Apoio ao Fundo Municipal do Idoso		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Despesa LDO: 1332 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 10 . 2.69 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 525		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 10 - Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa		
Ação: 2.69 - Apoio ao Fundo Municipal do Idoso		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1333 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 10 . 2.69 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 526		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 10 - Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa		
Ação: 2.69 - Apoio ao Fundo Municipal do Idoso		
Subação:		

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1334 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 10 . 2.69 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 527		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 10 - Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa		
Ação: 2.69 - Apoio ao Fundo Municipal do Idoso		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1365 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 319004		
Despesa PPA: 559		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		
Despesa LDO: 1367 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 561		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1369 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 319013		
Despesa PPA: 564		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1370 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 319016		
Despesa PPA: 568		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1374 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 319091		
Despesa PPA: 572		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais		
Despesa LDO: 1375 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 319092		
Despesa PPA: 573		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1376 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 319113		

Despesa PPA: 574
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1377 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 319192
Despesa PPA: 575
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1378 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339008
Despesa PPA: 576
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO: 1379 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339014
Despesa PPA: 577
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1380 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339030
Despesa PPA: 578
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1381 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339031
Despesa PPA: 579
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
Despesa LDO: 1382 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339032
Despesa PPA: 580
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO: 1383 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339033
Despesa PPA: 581
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Prefeitura Municipal de São Tome
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN

CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354

Relação de Despesas LDO

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 1384 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339036
Despesa PPA: 582
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO: 1385 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339039
Despesa PPA: 583
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1386 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339040
Despesa PPA: 584
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Despesa LDO: 1387 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339047
Despesa PPA: 585
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas
Despesa LDO: 1388 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339048
Despesa PPA: 586
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Despesa LDO: 1389 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339049
Despesa PPA: 587
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.49.00 - AUXÍLIO-TRANSPORTE
Despesa LDO: 1390 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 339092
Despesa PPA: 588
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1393 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 449030

Despesa PPA: 591		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1394 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 449039		
Despesa PPA: 592		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1395 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 593		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1397 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 449061		
Despesa PPA: 595		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.61.00 - Aquisição de Imóveis		
Despesa LDO: 1399 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 16 . 2.73 . 0 . 449092		
Despesa PPA: 597		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1521 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.82 . 0 . 449051		
Despesa PPA: 751		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.82 - Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CRAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Despesa LDO: 1522 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.82 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 752		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.82 - Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CRAS		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1626 - 4 . 8002 . 8 . 244 . 28 . 2.79 . 0 . 319113		
Despesa PPA: 856		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		

Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais		
Despesa LDO: 1629 - 4 . 8002 . 8 . 241 . 28 . 2.80 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 859		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1632 - 4 . 8002 . 8 . 243 . 28 . 2.80 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 862		
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistêncial Social		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Unidade gestora: 5 - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Tomé		
Despesa LDO: 1576 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.131 . 0 . 319011		
Despesa PPA: 806		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 41 - IPSAT		
Ação: 2.131 - Manutenção da Controladoria IPSAT		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
Despesa LDO: 1577 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.131 . 0 . 339014		
Despesa PPA: 807		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 41 - IPSAT		
Ação: 2.131 - Manutenção da Controladoria IPSAT		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Despesa LDO: 1578 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.131 . 0 . 339030		
Despesa PPA: 808		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 41 - IPSAT		
Ação: 2.131 - Manutenção da Controladoria IPSAT		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
Despesa LDO: 1579 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.131 . 0 . 339033		
Despesa PPA: 809		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 41 - IPSAT		
Ação: 2.131 - Manutenção da Controladoria IPSAT		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção		
Despesa LDO: 1580 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 319001		
Despesa PPA: 810		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		

Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 41 - IPSAT
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.01.00 - Aposentadorias e Reformas
Despesa LDO: 1581 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 319011
Despesa PPA: 811
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT
Função: 9 - Previdência Social
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 41 - IPSAT
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO: 1582 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 319013
Despesa PPA: 812
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT
Função: 9 - Previdência Social
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 41 - IPSAT
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO: 1583 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 319092
Despesa PPA: 813
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT
Função: 9 - Previdência Social
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 41 - IPSAT
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT
Subação:
Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesa LDO: 1584 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 339014
Despesa PPA: 814
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT
Função: 9 - Previdência Social
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 41 - IPSAT
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO: 1585 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 339030
Despesa PPA: 815
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT
Função: 9 - Previdência Social
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 41 - IPSAT
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO: 1586 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 339033
Despesa PPA: 816
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT
Função: 9 - Previdência Social
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 41 - IPSAT
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT
Subação:
Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
Despesa LDO: 1587 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 339035
Despesa PPA: 817
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT
Função: 9 - Previdência Social
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa: 41 - IPSAT
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT
Subação:
Prefeitura Municipal de São Tome
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN
CNPJ: 08.080.210/0001-49 **Usuário:** Aldair Leite **Chave de Autenticação Digital**

https://saotome.rn.gov.br/		1316-2514-354
Relação de Despesas LDO		
Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria		
Despesa LDO: 1588 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 339036		
Despesa PPA: 818		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 41 - IPSAT		
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		
Despesa LDO: 1589 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 339039		
Despesa PPA: 819		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 41 - IPSAT		
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Despesa LDO: 1590 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 339092		
Despesa PPA: 820		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 41 - IPSAT		
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		
Despesa LDO: 1591 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 339093		
Despesa PPA: 821		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 41 - IPSAT		
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições		
Despesa LDO: 1592 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.132 . 0 . 449052		
Despesa PPA: 822		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 41 - IPSAT		
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT		
Subação:		
Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
Despesa LDO: 1625 - 5 . 12001 . 9 . 272 . 41 . 2.131 . 0 . 319003		
Despesa PPA: 855		
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT		
Função: 9 - Previdência Social		
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa: 41 - IPSAT		
Ação: 2.131 - Manutenção da Controladoria IPSAT		
Subação:		
Natureza da despesa: 3.1.90.03.00 - Pensões		

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Unidade gestora: 1 - Câmara Municipal de São Tomé		
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		
Ação: 2.128 - Contribuição Federação das Câmaras Municipais do Estado do RN - FECAM/RN		
Despesa: 1557 - Contribuições 3.3.50.41.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.230,00
Total da ação		**11.230,00**

Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal	
Despesa: 1558 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.486.430,00
Despesa: 1559 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	204.470,00
Despesa: 1560 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	22.920,00
Despesa: 1563 - Juros sobre a Dívida por Contrato 3.2.90.21.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	13.980,00
Despesa: 1564 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato 3.2.90.22.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	11.670,00
Despesa: 1565 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	56.830,00
Despesa: 1566 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	232.730,00
Despesa: 1567 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	9.030,00
Despesa: 1569 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	10.200,00
Despesa: 1570 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.009.690,00
Total da ação	**3.057.950,00**
Ação: 2.130 - Reforma/Ampliação da Câmara Municipal	
Despesa: 1574 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	30.150,00
Despesa: 1575 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	135.020,00
Total da ação	**165.170,00**
Total da unidade orçamentária	**3.234.350,00**
Total da unidade gestora	**3.234.350,00**
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome	
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo	
Ação: 2.3 - Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral do Munícipio	
Despesa: 1556 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.310,00
Despesa: 820 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	64.970,00
Despesa: 823 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	11.000,00
Total da ação	**78.280,00**
Ação: 2.4 - Manutenção das Atividades do Governo	
Despesa: 857 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	572.880,00
Despesa: 859 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	73.110,00
Despesa: 861 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	46.660,00
Despesa: 862 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	57.750,00
Despesa: 863 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	54.280,00
Despesa: 864 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	80.850,00
Despesa: 865 - Indenizações e Restituições 3.3.90.93.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.540,00
Total da ação	**891.070,00**
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal	
Despesa: 982 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	6.050,00
Despesa: 986 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	44.000,00
Despesa: 988 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	11.000,00
Despesa: 990 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.100,00
Despesa: 992 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	6.600,00
Despesa: 994 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.100,00
Despesa: 997 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	

Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		13.750,00
Despesa: 999 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		27.500,00
Despesa: 1002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		38.500,00
Despesa: 1003 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		13.750,00
Despesa: 1004 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.100,00
Total da ação		**164.450,00**
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município		
Despesa: 894 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		115.500,00
Despesa: 895 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		27.360,00
Despesa: 896 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.160,00
Despesa: 897 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		3.460,00
Despesa: 898 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.160,00
Despesa: 899 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		2.310,00
Despesa: 900 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		3.460,00
Despesa: 901 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		3.460,00
Despesa: 902 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		230,00
Despesa: 903 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		3.460,00
Total da ação		**161.560,00**
Ação: 2.10 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		
Despesa: 906 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		123.710,00
Despesa: 907 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		26.150,00
Despesa: 908 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.160,00
Despesa: 909 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		5.780,00
Despesa: 910 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		14.900,00
Despesa: 911 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		150,00
Despesa: 912 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		580,00
Total da ação		**172.430,00**
Ação: 2.139 - Manutenção das Atividades de Segurança Pública		
Despesa: 904 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		29.770,00
Despesa: 905 - Diárias - Militar 3.3.90.15.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		109.510,00
Total da ação		**139.280,00**
Ação: 9.1 - Reserva de Contingência		
Despesa: 1613 - A Classificar 9.9.99.99.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.540.000,00
Total da ação		**1.540.000,00**
Total da unidade orçamentária		**3.147.070,00**
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		
Ação: 1.9 - Recolhimento Previdenciário junto ao RGPS		
Despesa: 1467 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		154.600,00
Despesa: 1468 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		

Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		647.060,00
Total da ação		**801.660,00**
Ação: 1.10 - Recolhimento Previdenciário junto ao RPPS		
Despesa: 1425 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		647.060,00
Despesa: 1424 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		154.600,00
Total da ação		**801.660,00**
Ação: 1.26 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Despesa: 818 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		117.810,00
Total da ação		**117.810,00**
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		
Despesa: 822 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		885.120,00
Despesa: 824 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		71.790,00
Despesa: 825 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.160,00
Despesa: 833 - Indenizações e Restituições Trabalhistas 3.1.90.94.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		593.440,00
Despesa: 834 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		404.220,00
Despesa: 836 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		4.550,00
Despesa: 837 - Juros sobre a Dívida por Contrato 3.2.90.21.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		2.310,00
Despesa: 838 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.410,00
Despesa: 839 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		224.920,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		7.510,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Fonte de recurso: 17080000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais		3.460,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997		22.410,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		350,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		5.780,00
Despesa: 840 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		5.350,00
Despesa: 841 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		63.520,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		2.310,00
Despesa: 847 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.373.010,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		51.400,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997		68.720,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		1.140,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		34.650,00
Despesa: 849 - Indenizações e Restituições 3.3.90.93.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		190,00
Despesa: 850 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		5.780,00
Despesa: 851 - Principal da Dívida Contratual Resgatado 4.6.90.71.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		557.160,00
Total da ação		**4.401.660,00**
Ação: 2.41 - Manutenção das Atividades de Tecnologia da Informação		
Despesa: 1469 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		46.200,00
Despesa: 1470 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		9.700,00
Despesa: 1471 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Despesa: 1472 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		57.750,00
Total da ação		**125.200,00**

Total da unidade orçamentária		**6.247.990,00**
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		
Ação: 1.1 - Construção, Ampliação e Conservação de Cisternas, Barragens, Açudes e Afins		
Despesa: 828 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		3.460,00
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		63.520,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		63.560,00
Total da ação		**130.540,00**
Ação: 1.2 - Construção, Instalação e Manutenção de Poços		
Despesa: 922 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		12.700,00
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		203.280,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		101.640,00
Total da ação		**317.620,00**
Ação: 1.13 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água com Adutoras		
Despesa: 831 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		3.460,00
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		101.640,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		63.520,00
Total da ação		**168.620,00**
Ação: 1.16 - Aquisição de Equipamentos de Produção		
Despesa: 835 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		73.920,00
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		63.540,00
Fonte de recurso: 17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais		10.400,00
Fonte de recurso: 17003120 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada		38.110,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		63.520,00
Despesa: 832 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		26.330,00
Total da ação		**275.820,00**
Ação: 2.2 - Manutenção e Ampliação da Unidade de Exposição e Comercialização do Produtor Familiar		
Despesa: 1034 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		60.500,00
Total da ação		**60.500,00**
Ação: 2.9 - Manutenção dos Conselhos de Apoio a Pasta		
Despesa: 1482 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Despesa: 1483 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Despesa: 1484 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		57.750,00
Total da ação		**80.850,00**
Ação: 2.11 - Manutenção do SIM		
Despesa: 1488 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		23.100,00
Despesa: 1489 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		4.850,00
Despesa: 1490 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		5.780,00
Despesa: 1491 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		5.780,00
Despesa: 1492 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		23.100,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Total da ação		**62.610,00**
Ação: 2.12 - Manutenção das Atividades do Programa "Corte de Terra"		
Despesa: 1493 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Despesa: 1494 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		115.500,00
Despesa: 1495 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		23.100,00
Despesa: 1496 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		23.100,00
Total da ação		**173.250,00**

Ação: 2.14 - Subvenções a Associações Rurais	
Despesa: 1501 - Subvenções Sociais 3.3.50.43.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	69.300,00
Total da ação	**69.300,00**
Ação: 2.15 - Implantação e Manutenção do Sistema da Coleta Seletiva	
Despesa: 1045 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	60.500,00
Total da ação	**60.500,00**
Ação: 2.17 - Manutenção aos Atendimentos Médico-Veterinários	
Despesa: 1497 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	34.650,00
Despesa: 1498 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	7.280,00
Despesa: 1499 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	23.100,00
Despesa: 1500 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	57.750,00
Total da ação	**122.780,00**
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	
Despesa: 927 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	676.000,00
Despesa: 928 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	45.040,00
Despesa: 929 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.160,00
Despesa: 930 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.160,00
Despesa: 932 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.160,00
Despesa: 933 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.780,00
Despesa: 934 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.780,00
Despesa: 935 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	306.080,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	1.130,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	9.210,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	4.600,00
Despesa: 936 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.460,00
Despesa: 937 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.780,00
Despesa: 938 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	81.540,00
Despesa: 943 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.441.230,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	9.240,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	5.780,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.160,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	23.100,00
Despesa: 944 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	11.320,00
Despesa: 945 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas 3.3.90.48.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	920,00
Despesa: 946 - Material de Consumo 4.4.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.780,00
Total da ação	**3.646.410,00**
Ação: 2.19 - Manutenção das Atividades do Programa "Garantia Safra"	
Despesa: 1040 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	27.500,00
Total da ação	**27.500,00**
Ação: 2.20 - Manutenção das Atividades do Setor de Turismo	
Despesa: 939 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	6.930,00
Despesa: 940 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.780,00
Despesa: 941 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	11.550,00
Despesa: 942 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	9.240,00

Total da ação		**33.500,00**
Ação: 2.34 - Manutenção do Programa de Abastecimento - Caminhão Pipa		
Despesa: 1480 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		115.500,00
Despesa: 1481 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Total da ação		**127.050,00**
Ação: 2.37 - Promoção de Eventos		
Despesa: 1485 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		23.100,00
Despesa: 1486 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		23.100,00
Despesa: 1487 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		115.500,00
Total da ação		**161.700,00**
Ação: 2.38 - Arborização da Área Urbana		
Despesa: 1473 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Despesa: 1474 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		46.200,00
Despesa: 1475 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Total da ação		**69.300,00**
Ação: 2.111 - Recuperação de Áreas Degradadas		
Despesa: 1476 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Despesa: 1477 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		46.200,00
Despesa: 1478 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		46.200,00
Despesa: 1479 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Total da ação		**115.500,00**
Ação: 2.121 - Manutenção da Parceria junto a Consórcios Públicos		
Despesa: 1371 - Rateio pela Participação em Consórcio Público 3.3.71.70.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		98.180,00
Despesa: 1372 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.72.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		129.360,00
Total da ação		**227.540,00**
Total da unidade orçamentária		**5.930.890,00**
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		
Ação: 1.18 - Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da Secretaria e Unidades de Ensino		
Despesa: 1438 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.39.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		47.390,00
Despesa: 1439 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		50.310,00
Fonte de recurso: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		76.240,00
Fonte de recurso: 15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		121.970,00
Fonte de recurso: 15703110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlam		38.110,00
Fonte de recurso: 15703120 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlam		38.110,00
Fonte de recurso: 15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		198.200,00
Total da ação		**570.330,00**
Ação: 1.19 - Aquisição de Veículos		
Despesa: 1447 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		18.020,00
Fonte de recurso: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		83.850,00
Fonte de recurso: 15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		134.160,00
Fonte de recurso: 15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		108.240,00
Total da ação		**344.270,00**
Ação: 1.22 - Aquisição de Acervo Bibliográfico		
Despesa: 1450 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.160,00
Fonte de recurso: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		27.720,00
Total da ação		**28.880,00**

Ação: 1.26 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
Despesa: 1358 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		33.540,00
Fonte de recurso: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		45.740,00
Total da ação		**79.280,00**
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação		
Despesa: 969 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.381.910,00
Despesa: 971 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		46.890,00
Despesa: 973 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.520,00
Despesa: 975 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado 3.1.90.96.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		34.650,00
Despesa: 977 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		11.090,00
Despesa: 981 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		45.740,00
Despesa: 984 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		19.170,00
Despesa: 987 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		511.480,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		23.100,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997		9.470,00
Despesa: 1001 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.160,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Despesa: 1005 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		4.570,00
Despesa: 1006 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		264.730,00
Despesa: 1007 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.495.720,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		5.780,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997		5.780,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		15.250,00
Despesa: 1010 - Material de Consumo 4.4.90.30.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		3.700,00
Despesa: 1011 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.39.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		8.320,00
Despesa: 1012 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		45.740,00
Despesa: 1013 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		18.940,00
Total da ação		**3.954.710,00**
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental		
Despesa: 1219 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		968.040,00
Despesa: 1221 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		381.150,00
Despesa: 1243 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		30.400,00
Despesa: 1244 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		4.570,00
Despesa: 1246 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		16.630,00
Despesa: 1247 - Indenizações e Restituições Trabalhistas 3.1.90.94.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		7.620,00
Despesa: 1248 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		48.050,00
Despesa: 1249 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		15.250,00
Despesa: 1251 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		22.870,00
Despesa: 1252 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		

Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Despesa: 1253 - Auxílio Financeiro a Estudantes 3.3.90.18.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Despesa: 1254 - Auxílio-Fardamento 3.3.90.19.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Despesa: 1255 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	953.750,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	1.850,00
Despesa: 1256 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	1.160,00
Despesa: 1257 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	4.570,00
Despesa: 1258 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	198.200,00
Despesa: 1264 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	1.220.840,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	5.780,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	11.550,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	45.740,00
Despesa: 1268 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	108.590,00
Despesa: 1270 - Obrigações Tributárias e Contributivas 3.3.90.47.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	12.200,00
Despesa: 1274 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas 3.3.90.48.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Despesa: 1275 - AUXÍLIO-TRANSPORTE 3.3.90.49.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Despesa: 1278 - Indenizações e Restituições 3.3.90.93.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Despesa: 1280 - Material de Consumo 4.4.90.30.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Despesa: 1282 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.39.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Despesa: 1283 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	132.360,00
Despesa: 1284 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	163.750,00
Total da ação	**4.415.880,00**
Ação: 2.23 - Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc	
Despesa: 1138 - Contribuições 3.3.50.41.00	
Fonte de recurso: 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	25.400,00
Despesa: 1144 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	19.060,00
Despesa: 1145 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 3.3.90.31.00	
Fonte de recurso: 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	15.250,00
Despesa: 1147 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	25.410,00
Despesa: 1150 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	19.060,00
Despesa: 1154 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas 3.3.90.48.00	
Fonte de recurso: 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	19.060,00

Valores LDO por Natureza de Despesa	
LDO 2027 - Valores em R$	
Total da ação	**123.240,00**
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE	
Despesa: 1159 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação	462.030,00
Despesa: 1161 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação	150.150,00
Despesa: 1163 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação	144.660,00
Despesa: 1164 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação	540,00
Despesa: 1165 - Material de Consumo 4.4.90.30.00	
Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação	4.570,00
Despesa: 1166 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.39.00	

Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação	7.620,00
Despesa: 1167 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação	426.660,00
Total da ação	**1.196.230,00**
Ação: 2.26 - Apoio a Associações e Grupos Culturais	
Despesa: 1527 - Subvenções Sociais 3.3.50.43.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	69.300,00
Total da ação	**69.300,00**
Ação: 2.27 - Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental	
Despesa: 1137 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	8.972.890,00
Fonte de recurso: 15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70%	31.300,00
Fonte de recurso: 15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70%	706.170,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	120.630,00
Despesa: 1140 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	175.100,00
Despesa: 1148 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00	
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	2.740,00
Despesa: 1151 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	1.815.670,00
Fonte de recurso: 15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70%	7.620,00
Fonte de recurso: 15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70%	30.490,00
Total da ação	**11.862.610,00**
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental	
Despesa: 1015 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	259.880,00
Fonte de recurso: 15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	10.030,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	30.490,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.110,00
Despesa: 1017 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.570,00
Despesa: 1019 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.570,00
Despesa: 1020 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.570,00
Despesa: 1021 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	50.820,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	7.620,00
Despesa: 1022 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	12.200,00
Despesa: 1023 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.620,00
Despesa: 1025 - Auxílio Financeiro a Estudantes 3.3.90.18.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	12.200,00
Despesa: 1027 - Auxílio-Fardamento 3.3.90.19.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.500,00
Despesa: 1029 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	28.540,00
Fonte de recurso: 15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	920,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	214.970,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	153.500,00
Despesa: 1030 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	225.940,00
Despesa: 1033 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.870,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	24.260,00
Despesa: 1037 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.454.430,00
Fonte de recurso: 15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	12.700,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	30.490,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	28.880,00
Despesa: 1123 - Obrigações Tributárias e Contributivas 3.3.90.47.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.570,00
Despesa: 1127 - Material de Consumo 4.4.90.30.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.620,00
Despesa: 1131 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	14.550,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.570,00
Despesa: 1134 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.200,00

Fonte de recurso: 15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		740,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		15.250,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		690,00
Total da ação		**3.638.870,00**
Ação: 2.29 - Apoio a Atletas Locais		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Despesa: 1464 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 3.3.90.31.00		
Fonte de recurso: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		11.670,00
Despesa: 1465 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		10.500,00
Fonte de recurso: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		11.670,00
Total da ação		**33.840,00**
Ação: 2.30 - Manutenção do PNAE Fundamental		
Despesa: 1448 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		34.650,00
Fonte de recurso: 15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		206.400,00
Despesa: 1449 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		30.490,00
Fonte de recurso: 15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		690,00
		Total da ação 272.230,00
Ação: 2.31 - Manutenção do PNAE Quilombola		
Despesa: 1327 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		91.480,00
Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação		11.550,00
Fonte de recurso: 15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		141.140,00
Total da ação		**244.170,00**
Ação: 2.33 - Manutenção do PETERN		
Despesa: 1441 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		172.330,00
Despesa: 1442 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		15.250,00
Despesa: 1443 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		97.710,00
Despesa: 1444 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		4.570,00
Total da ação		**289.860,00**
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola		
Despesa: 1391 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		83.850,00
Despesa: 1392 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		121.970,00
Despesa: 1396 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		45.740,00
Despesa: 1398 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.520,00
Despesa: 1400 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		12.200,00
Despesa: 1401 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.520,00
Despesa: 1402 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		910,00
Despesa: 1403 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		910,00
Despesa: 1404 - Auxílio-Fardamento 3.3.90.19.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.520,00
Despesa: 1405 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		76.230,00
Despesa: 1406 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		12.200,00
Despesa: 1407 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		16.770,00
Despesa: 1408 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		8.390,00
Despesa: 1409 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.680,00

Despesa: 1410 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		8.390,00
Total da ação		**393.800,00**
Ação: 2.39 - Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil		
Despesa: 1431 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%		3.379.590,00
Fonte de recurso: 15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70%		8.390,00
Fonte de recurso: 15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70%		824.000,00
Despesa: 1434 - Indenizações e Restituições Trabalhistas 3.1.90.94.00		
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%		8.390,00
Despesa: 1435 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%		824.220,00
Despesa: 1436 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%		8.390,00
Despesa: 1437 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%		600,00
Total da ação		**5.053.580,00**
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil		
Despesa: 1411 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		16.770,00
Despesa: 1412 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		75.080,00
Fonte de recurso: 15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		3.050,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		33.850,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		320,00
Despesa: 1414 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		34.190,00
Despesa: 1416 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		1.520,00
Despesa: 1417 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		33.540,00
Despesa: 1418 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		1.520,00
Despesa: 1419 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		3.050,00
Despesa: 1420 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		44.860,00
Fonte de recurso: 15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		370,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		16.770,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		70,00
Despesa: 1421 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		156.220,00
Despesa: 1422 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		4.570,00
Despesa: 1423 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		16.770,00
Despesa: 1426 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		24.390,00
Despesa: 1427 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		7.620,00
Despesa: 1428 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		7.620,00
Despesa: 1429 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		15.250,00
Fonte de recurso: 15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		3.050,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		7.620,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		530,00
Total da ação		**508.600,00**
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA		
Despesa: 1307 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		7.620,00
Despesa: 1309 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		12.200,00
Despesa: 1310 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		

Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		4.570,00
Despesa: 1311 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.520,00
Despesa: 1312 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		4.570,00
Despesa: 1314 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.520,00
Despesa: 1316 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.370,00
Despesa: 1317 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		910,00
Despesa: 1318 - Auxílio Financeiro a Estudantes 3.3.90.18.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 910,00		
Despesa: 1319 - Auxílio-Fardamento 3.3.90.19.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.520,00
Despesa: 1321 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		7.620,00
Despesa: 1322 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.520,00
Despesa: 1324 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		4.570,00
Despesa: 1326 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		6.100,00
Despesa: 1328 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.520,00
Despesa: 1329 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		7.620,00
Total da ação		**65.660,00**
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA		
Despesa: 1336 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		3.050,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		7.620,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		160,00
Despesa: 1337 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		12.200,00
Despesa: 1338 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		1.520,00
Despesa: 1339 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		7.620,00
Despesa: 1340 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		1.520,00
Despesa: 1341 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		1.370,00
Despesa: 1342 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		1.370,00
Despesa: 1343 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		33.540,00
Fonte de recurso: 15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		370,00
Despesa: 1344 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		3.050,00
Despesa: 1345 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		7.620,00
Despesa: 1346 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		16.770,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Despesa: 1347 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		9.150,00
Fonte de recurso: 15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		370,00
Fonte de recurso: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		7.620,00
Fonte de recurso: 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		690,00
Total da ação		**115.610,00**
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA		
Despesa: 1349 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70%		20.120,00
Fonte de recurso: 15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70%		8.390,00

Despesa: 1351 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	1.680,00
Despesa: 1352 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	1.680,00
Despesa: 1353 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	2.060,00
Despesa: 1354 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00	
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	1.680,00
Despesa: 1355 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00	
Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70%	910,00
Despesa: 1356 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70%	8.390,00
Fonte de recurso: 15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70%	8.390,00
Despesa: 1357 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70%	5.030,00
Fonte de recurso: 15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70%	8.390,00
Total da ação	**66.720,00**
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial	
Despesa: 1179 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Despesa: 1180 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	15.250,00
Despesa: 1206 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Despesa: 1210 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	1.520,00
Despesa: 1212 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	3.050,00
Despesa: 1214 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	910,00
Despesa: 1222 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	910,00
Despesa: 1226 - Auxílio-Fardamento 3.3.90.19.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	1.520,00
Despesa: 1232 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2.110,00
Despesa: 1233 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	4.570,00
Despesa: 1235 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	6.100,00
Despesa: 1236 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	1.520,00
Despesa: 1240 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	7.620,00
Total da ação	**60.320,00**
Ação: 2.50 - Manutenção de Bandas Escolares de Música	
Despesa: 1456 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	70,00
Despesa: 1457 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 3.3.90.31.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	60,00
Despesa: 1462 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais	2.772.000,00
Total da ação	**2.772.130,00**
Ação: 2.57 - Aquisição de Material Esportivo para Doação	
Despesa: 1113 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	71.580,00
Fonte de recurso: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	57.750,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	11.550,00
Total da ação	**140.880,00**
Ação: 2.81 - Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura	
Despesa: 1129 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	300,00
Fonte de recurso: 17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	35.800,00
Despesa: 1130 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	31.690,00
Despesa: 1132 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas 3.3.90.48.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	10,00
Despesa: 1133 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	60,00
Despesa: 1135 - Indenizações e Restituições 3.3.90.93.00	

Fonte de recurso: 17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual		80,00
Fonte de recurso: 17160000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura		530,00
Despesa: 1136 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		60,00
Total da ação		**68.530,00**
Ação: 2.88 - Manutenção do PNAT		
Despesa: 1290 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		158.930,00
Fonte de recurso: 15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)		101.640,00
Despesa: 1308 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		15.250,00
Fonte de recurso: 15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)		12.700,00
Total da ação		**288.520,00**
Ação: 2.91 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte		
Despesa: 1528 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		57.750,00
Despesa: 1529 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		12.130,00
Despesa: 1530 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		23.100,00
Despesa: 1531 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		23.100,00
Despesa: 1532 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		69.300,00
Despesa: 1533 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Fonte de recurso: 15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		69.300,00
Despesa: 1534 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Fonte de recurso: 15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		69.300,00
Total da ação		**347.080,00**
Ação: 2.97 - Construção, Reforma e Ampliação de Quadras, Ginásios Poliesportivos e Campos de Futebol		
Despesa: 1118 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		230,00
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		75.820,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		121.970,00
Total da ação		**198.020,00**
Ação: 2.100 - Promoção de Eventos Esportivos		
Despesa: 1535 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		28.320,00
Despesa: 1110 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 3.3.90.31.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		28.600,00
Despesa: 1111 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		40.730,00
Despesa: 1536 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		18.660,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		18.660,00
Despesa: 1537 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		21.940,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		11.550,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997		5.780,00
Total da ação		**174.240,00**
Ação: 2.101 - Reforma e Manutenção de Quadras de Esportes		
Despesa: 1451 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		171.520,00
Fonte de recurso: 15703110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlam		38.120,00
Fonte de recurso: 15703120 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlam		38.120,00
Fonte de recurso: 15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		152.460,00
Total da ação		**400.220,00**
Ação: 2.105 - Aquisição de KIT Escolar para Rede Municipal de Ensino		
Despesa: 1306 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		83.850,00
Total da ação		**83.850,00**
Ação: 2.117 - Formação e Capacitação para os Profissionais da Educação		

Despesa: 1523 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		11.550,00
Despesa: 1524 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		46.200,00
Despesa: 1526 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		34.650,00
Fonte de recurso: 15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		115.500,00
Total da ação		**207.900,00**
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral		
Despesa: 966 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		1.520,00
Despesa: 967 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		1.520,00
Despesa: 968 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		1.520,00
Total da ação		**4.560,00**
Ação: 2.125 - Aquisição e Manutenção de Materiais e Equipamentos Tecnológicos		
Despesa: 1525 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		11.550,00
Total da ação		**11.550,00**
Total da unidade orçamentária		**38.085.470,00**
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública		
Ação: 2.42 - Infraestrutura e Informatização das Unidades Básicas de Saúde		
Despesa: 1504 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		57.750,00
Despesa: 1505 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		115.500,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		288.730,00
Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
LDO 2027 - Valores em R$		
Despesa: 1506 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		115.500,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		288.750,00
Total da ação		**866.230,00**
Ação: 2.47 - Aquisição de Veículo		
Despesa: 1508 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		92.400,00
Total da ação		**92.400,00**
Ação: 2.51 - Transferência a Consórcio Público		
Despesa: 1081 - Rateio pela Participação em Consórcio Público 3.3.71.70.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		45.740,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		110.100,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		9.090,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		7.510,00
Despesa: 1084 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.72.39.00		7.510,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		34.650,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		97.400,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		9.090,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		7.510,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		7.510,00
Total da ação		**336.110,00**
Ação: 2.61 - Apoio ao Conselho Municipal de Saúde		
Despesa: 1070 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		1.680,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		990,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		1.820,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		1.490,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		1.490,00
Despesa: 1073 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		910,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		990,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		1.800,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		1.490,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		1.490,00
Despesa: 1077 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		

Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.680,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	990,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	1.800,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.490,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.490,00
Total da ação	**21.600,00**
Ação: 2.106 - Construção, Reforma, Ampliação, e Modernização de Unidade de Saúde	
Despesa: 924 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.040,00
Fonte de recurso: 16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	5.770,00
Fonte de recurso: 16013120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	62.370,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	19.600,00
Fonte de recurso: 16313110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlament	3.460,00
Total da ação	**96.240,00**
Ação: 2.109 - Capacitação de Profissionais	
Despesa: 1502 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	11.550,00
Despesa: 1503 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	46.200,00
Total da ação	**57.750,00**
Total da unidade orçamentária	**1.470.330,00**
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação	
Ação: 1.11 - Construção e Reconstrução de Pavimentação	
Despesa: 853 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.162.510,00
Fonte de recurso: 17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais	63.520,00
Fonte de recurso: 17003120 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada	38.120,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	63.520,00
Fonte de recurso: 17100000 - Transferência Especial dos Estados	45.530,00
Despesa: 854 - Despesas de Exercícios Anteriores 4.4.90.92.00	
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	201.570,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	16.770,00
Total da ação	**1.591.540,00**
Ação: 1.12 - Construção, Reforma e Urbanização das Entradas da Cidade	
Despesa: 858 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	10,00
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	30.910,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	50.310,00
Total da ação	**81.230,00**
Ação: 1.14 - Sinalização horizontal e vertical de Ruas, Avenidas e Logradouros	
Despesa: 875 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	13.750,00
Despesa: 876 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	20.210,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	20.210,00
Total da ação	**54.170,00**
Ação: 1.15 - Construção, Reforma, Ampliação e Modernização de Prédios Públicos	
Despesa: 878 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	963.250,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779

Valores LDO por Natureza de Despesa	
	LDO 2027 - Valores em R$
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	338.820,00
Fonte de recurso: 17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais	448.070,00
Fonte de recurso: 17003120 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada	42.330,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	362.850,00
Fonte de recurso: 17063110 - Transferência Especial da União	344.690,00
Total da ação	**2.500.010,00**
Ação: 1.17 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	
Despesa: 913 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	84.600,00
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	33.540,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	63.520,00
Fonte de recurso: 17063110 - Transferência Especial da União	496.360,00
Total da ação	**678.020,00**
Ação: 1.38 - Construção e Reforma de Praças	

Despesa: 844 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.39.00	
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	12.700,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	16.770,00
Despesa: 845 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	38.120,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	50.310,00
Despesa: 848 - Despesas de Exercícios Anteriores 4.4.90.92.00	
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.680,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	1.680,00
Total da ação	**121.260,00**
Ação: 1.43 - Melhoramento das Estradas Vicinais	
Despesa: 1014 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	192.500,00
Total da ação	**192.500,00**
Ação: 1.50 - Ampliação da rede Pública de Energia	
Despesa: 1057 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	66.000,00
Total da ação	**66.000,00**
Ação: 2.48 - Manutenção do Cemitério	
Despesa: 877 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	491.020,00
Fonte de recurso: 17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais	300.710,00
Total da ação	**791.730,00**
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	
Despesa: 879 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.269.410,00
Despesa: 880 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	69.290,00
Despesa: 881 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	120,00
Despesa: 882 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	120,00
Despesa: 883 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	120,00
Despesa: 884 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	580,00
Despesa: 885 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.310,00
Despesa: 886 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.406.810,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	28.880,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	85.510,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.930,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	23.100,00
Despesa: 887 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	75.540,00
Despesa: 888 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.709.000,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	30.030,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	25.410,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	690,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	8.080,00
Despesa: 889 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.240,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	5.780,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	5.780,00
Total da ação	**6.754.730,00**
Ação: 2.84 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	
Despesa: 890 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	1.160,00
Despesa: 891 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	2.310,00
Total da ação	**3.470,00**
Ação: 2.86 - Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros	
Despesa: 1058 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	19.250,00
Despesa: 1059 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	19.250,00
Despesa: 1060 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	82.500,00

Total da ação	**121.000,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779

Valores LDO por Natureza de Despesa	
	LDO 2027 - Valores em R$
Ação: 2.87 - Manutenção das Ações do Setor de Transporte	
Despesa: 892 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	23.100,00
Despesa: 893 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	23.100,00
Total da ação	**46.200,00**
Ação: 2.112 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Monitoramento Eletrônico em Áreas Urbanas	
Despesa: 1056 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	22.000,00
Total da ação	**22.000,00**
Total da unidade orçamentária	**13.023.860,00**
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social	
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social	
Despesa: 1061 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 3.1.90.01.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	531.300,00
Despesa: 1062 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	56.460,00
Despesa: 1063 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	8.390,00
Despesa: 1064 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.350,00
Despesa: 1065 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	8.390,00
Despesa: 1066 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	16.050,00
Despesa: 1067 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.350,00
Despesa: 1068 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.460,00
Despesa: 1069 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	8.390,00
Despesa: 1071 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	205.350,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	690,00
Despesa: 1072 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 3.3.90.31.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	9.650,00
Despesa: 1074 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	92.700,00
Despesa: 1075 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	627.520,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	6.930,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	1.160,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	15.250,00
Despesa: 1076 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	8.390,00
Despesa: 1078 - Obrigações Tributárias e Contributivas 3.3.90.47.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.030,00
Despesa: 1079 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas 3.3.90.48.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.030,00
Despesa: 1080 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	6.650,00
Despesa: 1082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.220,00
Despesa: 1083 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	660,00
Despesa: 1085 - Aquisição de Imóveis 4.4.90.61.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.800,00
Total da ação	**1.629.170,00**
Ação: 2.64 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis	
Despesa: 1517 - Aquisição de Imóveis 4.5.90.61.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	11.550,00
Total da ação	**11.550,00**

Ação: 2.65 - Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD	
Despesa: 1227 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	8.390,00
Despesa: 1230 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.030,00
Despesa: 1231 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	6.710,00
Despesa: 1234 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	8.390,00
Despesa: 1237 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas 3.3.90.48.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.350,00
Despesa: 1238 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	910,00
Despesa: 1241 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	8.390,00
Total da ação	**41.170,00**
Ação: 2.66 - Manutenção de Atendimento, Cadastramento e Enc. para Benef. e Ações a Segurança Alimentar	
Despesa: 1181 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	7.620,00
Despesa: 1183 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	7.620,00
Despesa: 1187 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	7.620,00
Despesa: 1188 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	7.620,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
		LDO 2027 - Valores em R$
Total da ação		**30.480,00**
Ação: 2.70 - Construção, Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais		
Despesa: 1146 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		13.750,00
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		66.000,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		27.500,00
Despesa: 931 - Indenizações e Restituições 4.4.90.93.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		288.750,00
Total da ação		**396.000,00**
Ação: 2.71 - Apoio as ações de Emprego, Renda, Cursos, Artesanato e Afins		
Despesa: 1518 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Despesa: 1519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		11.550,00
Despesa: 1520 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		34.650,00
Total da ação		**57.750,00**
Total da unidade orçamentária		**2.166.120,00**
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação		
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação		
Despesa: 819 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		396.880,00
Despesa: 821 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		28.410,00
Despesa: 826 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.520,00
Despesa: 827 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		30.490,00
Despesa: 829 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.850,00
Despesa: 830 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		13.730,00
Despesa: 842 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		76.230,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		3.350,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997		8.390,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		1.680,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		1.680,00

Despesa: 843 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	4.670,00
Despesa: 846 - AUXÍLIO-TRANSPORTE 3.3.90.49.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	8.390,00
Total da ação	**577.270,00**
Total da unidade orçamentária	**577.270,00**
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas	
Ação: 1.3 - Amortização da Dívida Fundada aos Precatórios Trabalhista e RPVS	
Despesa: 1024 - Principal da Dívida Contratual Resgatado 4.6.90.71.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	391.950,00
Total da ação	**391.950,00**
Ação: 1.4 - Amortização da Dívida junto ao RGPS	
Despesa: 918 - Juros sobre a Dívida por Contrato 3.2.90.21.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	7.340,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	690,00
Total da ação	**8.030,00**
Ação: 1.5 - Amortização da Dívida junto ao FGTS	
Despesa: 914 - Juros sobre a Dívida por Contrato 3.2.90.21.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.160,00
Despesa: 917 - Principal da Dívida Contratual Resgatado 4.4.90.71.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	294.050,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	4.620,00
Despesa: 919 - Principal da Dívida Contratual Resgatado 4.6.90.71.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	802.050,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	35.230,00
Total da ação	**1.137.110,00**
Ação: 1.6 - Amortização da Dívida junto a Caern	
Despesa: 920 - Principal da Dívida Contratual Resgatado 4.6.90.71.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	115.370,00
Total da ação	**115.370,00**
Ação: 1.7 - Amortização da Dívida junto ao RPPS	
Despesa: 1415 - Principal da Dívida Contratual Resgatado 4.6.90.71.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.195.420,00
Total da ação	**1.195.420,00**
Ação: 1.8 - Amortização da Dívida junto ao PASEP	
Despesa: 916 - Juros sobre a Dívida por Contrato 3.2.90.21.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	20,00
Total da ação	**20,00**
Ação: 2.13 - Contribuição a Formação do PASEP	
Despesa: 923 - Obrigações Tributárias e Contributivas 3.3.90.47.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.033.130,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	11.550,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	3.460,00
Total da ação	**1.048.140,00**
Ação: 2.74 - Pagamento de Precatórios e Acordos Judiciais	

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
		LDO 2027 - Valores em R$
Despesa: 1028 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		57.750,00
Total da ação		**57.750,00**
Ação: 2.75 - Contribuição a Entidades Representativas		
Despesa: 921 - Contribuições 3.3.50.41.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		43.580,00
Total da ação		**43.580,00**
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças		
Despesa: 852 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		409.850,00
Despesa: 855 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		45.740,00
Despesa: 856 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.520,00
Despesa: 860 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.520,00
Despesa: 866 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		3.050,00

Despesa: 867 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	4.570,00
Despesa: 868 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	26.740,00
Despesa: 869 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.050,00
Despesa: 870 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	12.200,00
Despesa: 871 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	30.490,00
Despesa: 872 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	4.570,00
Despesa: 873 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.520,00
Despesa: 874 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	12.200,00
Despesa: 915 - Principal da Dívida Contratual Resgatado 4.6.90.71.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.420,00
Total da ação	**558.440,00**
Total da unidade orçamentária	**4.555.810,00**
Total da unidade gestora	**75.204.810,00**
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde	
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde	
Ação: 1.20 - Reforma e Modernização da Unidade Mista	
Despesa: 1605 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	34.650,00
Total da ação	**34.650,00**
Ação: 1.21 - Construção e Instalação de UBS/Unidade	
Despesa: 1606 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	34.650,00
Total da ação	**34.650,00**
Ação: 1.30 - Construção de Unidades Sanitarias	
Despesa: 925 - Indenizações e Restituições 4.4.90.93.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	288.750,00
Total da ação	**288.750,00**
Ação: 1.31 - Instalação do Sistema de Saneamento Básico	
Despesa: 972 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	2.310,00
Fonte de recurso: 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	2.310,00
Total da ação	**4.620,00**
Ação: 1.32 - Construção e Reforma de Academia ao Ar Livre	
Despesa: 926 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	34.650,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	7.720,00
Fonte de recurso: 16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	980,00
Fonte de recurso: 16013120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	38.120,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	43.890,00
Fonte de recurso: 16313110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlament	38.120,00
Fonte de recurso: 16313120 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlament	38.120,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	63.520,00
Fonte de recurso: 16323210 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares indiv	38.120,00
Fonte de recurso: 16323220 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares de ba	38.120,00
Total da ação	**341.360,00**
Ação: 2.43 - Aquisição de Imóvel e/ou Terreno	
Despesa: 1086 - Aquisição de Imóveis 4.5.90.61.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	137.210,00
Total da ação	**137.210,00**
Ação: 2.53 - Implemetação das Atividades da Segurança Alimentar e Nutricional em Saude	
Despesa: 1114 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	7.620,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	4.890,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	2.160,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.790,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.790,00
Despesa: 1115 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.050,00

https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
		LDO 2027 - Valores em R$
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		5.760,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		2.160,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		1.790,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		1.790,00
Despesa: 1116 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		5.770,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		1.790,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		1.790,00
Despesa: 1117 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		2.160,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		1.790,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		1.790,00
Total da ação		**47.890,00**
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC		
Despesa: 1120 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		25.410,00
Despesa: 1121 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		38.120,00
Despesa: 1122 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		45.740,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		50.820,00
Despesa: 1125 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		63.990,00
Despesa: 1128 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		2.020,00
Despesa: 1139 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		15.250,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		25.410,00
Despesa: 1141 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		820,00
Despesa: 1143 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		1.680,00
Despesa: 1149 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		45.740,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		107.160,00
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		57.780,00
Fonte de recurso: 17063110 - Transferência Especial da União		241.630,00
Despesa: 1152 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		6.350,00
Despesa: 1153 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		3.810,00
Despesa: 1155 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		26.560,00
Despesa: 1172 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		164.310,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		822.470,00
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		311.850,00
Fonte de recurso: 16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		141.690,00
Fonte de recurso: 17063110 - Transferência Especial da União		46.200,00
Despesa: 1174 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas 3.3.90.48.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		4.400,00
Despesa: 1175 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		1.650,00
Despesa: 1176 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		8.390,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		16.770,00
Total da ação		**2.276.020,00**
Ação: 2.55 - Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica		
Despesa: 1177 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		102.370,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		5.950,00
Fonte de recurso: 16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		31.560,00
Fonte de recurso: 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		7.100,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		4.920,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		4.920,00
Despesa: 1178 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		26.150,00

Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	5.950,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	4.920,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	4.920,00
Despesa: 1182 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	2.200,00
Total da ação	**200.960,00**
Ação: 2.56 - Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde	
Despesa: 1512 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	115.500,00
Despesa: 1513 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	24.260,00
Despesa: 1514 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	23.100,00
Despesa: 1515 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	11.550,00
Despesa: 1516 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	57.750,00
Total da ação	**232.160,00**
Ação: 2.58 - Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em Saúde	
Despesa: 1205 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	1.380,00
Despesa: 1207 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
		LDO 2027 - Valores em R$
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		13.750,00
Despesa: 1208 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		13.750,00
Despesa: 1209 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		27.500,00
Total da ação		**56.380,00**
Ação: 2.59 - Manutenção do Programa Saúde na Escolar - PSE		
Despesa: 1239 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		3.170,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		2.710,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		2.230,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		2.230,00
Despesa: 1242 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		2.400,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		2.710,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		2.230,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		2.340,00
Despesa: 1245 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		2.400,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		2.350,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		2.350,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		2.350,00
Despesa: 1250 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		2.860,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		2.710,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		2.230,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		2.230,00
Total da ação		**39.500,00**
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
Despesa: 1593 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		173.250,00
Despesa: 947 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.269.410,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		2.240.900,00
Despesa: 948 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		69.290,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		404.250,00
Despesa: 949 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		120,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		404.250,00
Despesa: 950 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00		

Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	120,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.780,00
Despesa: 951 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	120,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.780,00
Despesa: 1594 - Indenizações e Restituições Trabalhistas 3.1.90.94.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.780,00
Despesa: 1595 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	404.250,00
Despesa: 1596 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	41.930,00
Despesa: 952 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	580,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	17.320,00
Despesa: 953 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.310,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	17.320,00
Despesa: 954 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.406.810,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.097.250,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	28.880,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	85.510,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.930,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	23.100,00
Despesa: 1597 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	34.650,00
Despesa: 955 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	75.540,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	69.300,00
Despesa: 956 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.709.000,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	866.250,00
Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	30.030,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	25.410,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	690,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	8.080,00
Despesa: 957 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.240,00
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	92.400,00
Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	5.780,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	5.780,00
Despesa: 1598 - Indenizações e Restituições 3.3.90.93.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	92.400,00
Despesa: 1599 - Material de Consumo 4.4.90.30.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	9.240,00
Despesa: 1600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.39.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	11.550,00
Despesa: 1601 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	92.400,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
		LDO 2027 - Valores em R$
Despesa: 1602 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		34.650,00
Despesa: 1603 - Despesas de Exercícios Anteriores 4.4.90.92.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		17.320,00
Total da ação		**12.892.950,00**
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal		
Despesa: 1211 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		22.000,00
Despesa: 1213 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		92.400,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		528.730,00
Despesa: 1215 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		9.240,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		19.230,00

Despesa: 1216 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	5.780,00
Despesa: 1218 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	5.780,00
Despesa: 1220 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	2.420,00
Despesa: 1223 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	34.650,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	9.120,00
Despesa: 1224 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	5.780,00
Despesa: 1225 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	17.320,00
Fonte de recurso: 16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	10.410,00
Despesa: 1228 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	1.320,00
Despesa: 1229 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.780,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	17.320,00
Total da ação	**787.280,00**
Ação: 2.67 - Transferência a Consórcio Público	
Despesa: 1108 - Rateio pela Participação em Consórcio Público 3.3.71.70.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	22.640,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	110.110,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	9.090,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	7.510,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	7.510,00
Despesa: 1109 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.72.39.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	97.400,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	9.090,00
Fonte de recurso: 16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	7.510,00
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	7.510,00
Total da ação	**278.370,00**
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias	
Despesa: 1184 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	38.750,00
Despesa: 1185 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.250,00
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	83.850,00
Despesa: 1186 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.250,00
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	25.160,00
Despesa: 1189 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	1.520,00
Despesa: 1190 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	5.030,00
Despesa: 1191 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	8.390,00
Despesa: 1192 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	13.420,00
Despesa: 1193 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	1.680,00
Despesa: 1197 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	910,00
Despesa: 1199 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.290,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	41.930,00
Despesa: 1200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	8.390,00
Despesa: 1201 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	13.750,00
Despesa: 1202 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	16.770,00
Despesa: 1203 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	2.420,00
Despesa: 1204 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	8.390,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	8.390,00
Total da ação	**311.540,00**
Ação: 2.115 - Aquisição de Unidade Móvel Médico Odontológico	

Despesa: 1507 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	115.500,00
Total da ação	**115.500,00**
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS	

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
		LDO 2027 - Valores em R$
Despesa: 1103 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		13.750,00
Despesa: 1104 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		57.750,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		1.340.860,00
Despesa: 1105 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		34.650,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		6.600,00
Despesa: 1106 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		58.480,00
Despesa: 1107 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		2.200,00
Despesa: 1538 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		34.650,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		314.420,00
Despesa: 1539 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		820,00
Despesa: 1540 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		11.550,00
Despesa: 1541 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		23.100,00
Despesa: 1542 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		34.650,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		413.490,00
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		397.000,00
Fonte de recurso: 16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		15.020,00
Fonte de recurso: 17063110 - Transferência Especial da União		920,00
Despesa: 1543 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		88.840,00
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		57.750,00
Fonte de recurso: 16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		7.510,00
Despesa: 1544 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		11.550,00
Despesa: 1545 - Serviços de Consultoria 3.3.90.35.00		
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		57.750,00
Despesa: 1546 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		34.650,00
Despesa: 1547 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		34.650,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		612.150,00
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		473.590,00
Despesa: 1548 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		23.100,00
Despesa: 1549 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		11.550,00
Despesa: 1550 - Indenizações e Restituições 3.3.90.93.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		11.550,00
Despesa: 1551 - Material de Consumo 4.4.90.30.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		11.550,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		16.770,00
Despesa: 1552 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.39.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		25.410,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		33.540,00
Despesa: 1553 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		33.540,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		2.080,00
Despesa: 1554 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		12.230,00
Despesa: 1555 - Despesas de Exercícios Anteriores 4.4.90.92.00		

Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	8.390,00
Total da ação	**4.328.060,00**
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	
Despesa: 1087 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	13.750,00
Despesa: 1088 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	23.100,00
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	2.142.470,00
Despesa: 1089 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.250,00
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	33.000,00
Despesa: 1090 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	6.600,00
Despesa: 1091 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	1.680,00
Despesa: 1092 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	1.320,00
Despesa: 1093 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	235.620,00
Despesa: 1094 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00	
Fonte de recurso: 16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	660,00
Despesa: 1096 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	1.680,00
Despesa: 1097 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	30.490,00
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	22.000,00
Despesa: 1098 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	5.030,00
Despesa: 1099 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	8.390,00
Despesa: 1100 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
		LDO 2027 - Valores em R$
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		10.860,00
Despesa: 1101 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		2.200,00
Despesa: 1102 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		13.750,00
Fonte de recurso: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços		13.750,00
Total da ação		**2.581.600,00**
Ação: 2.127 - Manutenção das Ações de Combate a Situações Emergenciais e de Calamidade Pública		
Despesa: 1509 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		11.550,00
Despesa: 1510 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		11.550,00
Despesa: 1511 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços		11.550,00
Total da ação		**34.650,00**
Ação: 2.133 - Implantação das Ações de Politicas para a Rede Cegonha		
Despesa: 1604 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		45.740,00
Total da ação		**45.740,00**
Ação: 2.134 - Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS- Componente Qualidade		
Despesa: 1607 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		45.740,00
Total da ação		**45.740,00**
Ação: 2.135 - Celebração de Parceria Administrativa Junto ao Hospital Regional de São Paulo do Potengir		
Despesa: 1608 - Contribuições 3.3.40.41.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		50.820,00
Total da ação		**50.820,00**
Ação: 2.136 - Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância Sanitária		
Despesa: 1609 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		45.740,00
Despesa: 1610 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		30.490,00

Despesa: 1611 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.250,00
Despesa: 1612 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.250,00
Total da ação	**106.730,00**
Total da unidade orçamentária	**25.273.130,00**
Total da unidade gestora	**25.273.130,00**
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistência Social	
Ação: 2.68 - Apoio ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente	
Despesa: 1320 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	13.750,00
Despesa: 1323 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	4.650,00
Despesa: 1325 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	27.500,00
Total da ação	**45.900,00**
Ação: 2.69 - Apoio ao Fundo Municipal do Idoso	
Despesa: 1330 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.310,00
Despesa: 1331 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.780,00
Despesa: 1332 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.780,00
Despesa: 1333 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.460,00
Despesa: 1334 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.660,00
Total da ação	**19.990,00**
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	
Despesa: 1365 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	38.500,00
Despesa: 1367 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	537.380,00
Despesa: 1369 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	88.870,00
Despesa: 1370 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 3.1.90.16.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	4.880,00
Despesa: 1374 - Sentenças Judiciais 3.1.90.91.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.320,00
Despesa: 1375 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.320,00
Despesa: 1376 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	13.740,00
Despesa: 1377 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.320,00
Despesa: 1378 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	300,00
Despesa: 1379 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	13.580,00
Despesa: 1380 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	252.710,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	690,00

Valores LDO por Natureza de Despesa	
	LDO 2027 - Valores em R$
Despesa: 1381 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 3.3.90.31.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	9.650,00
Despesa: 1382 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	92.700,00
Despesa: 1383 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	6.600,00
Despesa: 1384 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	13.750,00
Despesa: 1385 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	669.700,00

Fonte de recurso: 17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	6.930,00
Fonte de recurso: 17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	1.160,00
Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	15.250,00
Despesa: 1386 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	27.500,00
Despesa: 1387 - Obrigações Tributárias e Contributivas 3.3.90.47.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.030,00
Despesa: 1388 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas 3.3.90.48.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.030,00
Despesa: 1389 - AUXÍLIO-TRANSPORTE 3.3.90.49.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.750,00
Despesa: 1390 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	6.650,00
Despesa: 1394 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	5.220,00
Despesa: 1395 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	660,00
Despesa: 1397 - Aquisição de Imóveis 4.4.90.61.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.800,00
Despesa: 1399 - Despesas de Exercícios Anteriores 4.4.90.92.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.750,00
Total da ação	**1.827.740,00**
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
Despesa: 1291 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	23.100,00
Despesa: 1292 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	23.100,00
Despesa: 1293 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.160,00
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	17.320,00
Despesa: 1294 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	12.700,00
Despesa: 1295 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	10.120,00
Despesa: 1296 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.270,00
Despesa: 1297 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.810,00
Despesa: 1298 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.270,00
Despesa: 1299 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	13.630,00
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	37.540,00
Despesa: 1300 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	17.320,00
Despesa: 1301 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	4.160,00
Despesa: 1302 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	23.100,00
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	8.110,00
Despesa: 1303 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.680,00
Despesa: 1304 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	8.390,00
Despesa: 1305 - Despesas de Exercícios Anteriores 4.4.90.92.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	910,00
Total da ação	**208.690,00**
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS	
Despesa: 974 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	8.390,00
Despesa: 976 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.680,00
Despesa: 978 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.680,00
Despesa: 979 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.680,00
Despesa: 980 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.680,00
Despesa: 983 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.370,00

Despesa: 985 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	8.390,00
Despesa: 989 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	5.030,00
Despesa: 991 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	5.030,00
Despesa: 993 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.710,00
Despesa: 995 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.680,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
		LDO 2027 - Valores em R$
Despesa: 998 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		8.390,00
Despesa: 1000 - Despesas de Exercícios Anteriores 4.4.90.92.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		910,00
Total da ação		**52.620,00**
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		
Despesa: 1259 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		55.530,00
Despesa: 1260 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		16.770,00
Despesa: 1261 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		7.620,00
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		25.160,00
Despesa: 1262 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.680,00
Despesa: 1263 - Indenizações e Restituições Trabalhistas 3.1.90.94.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.680,00
Despesa: 1265 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.680,00
Despesa: 1266 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.680,00
Despesa: 1267 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		6.310,00
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		16.770,00
Despesa: 1269 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		8.390,00
Despesa: 1271 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		25.160,00
Despesa: 1272 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.680,00
Despesa: 1273 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		8.390,00
Total da ação		**178.500,00**
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		
Despesa: 1041 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		4.320,00
Despesa: 1042 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		12.700,00
Despesa: 1043 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		19.060,00
Despesa: 1044 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.270,00
Despesa: 1046 - Obrigações Patronais 3.1.91.13.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		6.350,00
Despesa: 1047 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.91.92.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		640,00
Despesa: 1048 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar 3.3.90.08.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		2.540,00
Despesa: 1049 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.270,00
Despesa: 1050 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		38.120,00
Despesa: 1051 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 3.3.90.31.00		

Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.350,00
Despesa: 1052 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.810,00
Despesa: 1053 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.350,00
Despesa: 1054 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	50.820,00
Despesa: 1055 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	910,00
Total da ação	**154.510,00**
Ação: 2.82 - Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CRAS	
Despesa: 1521 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	11.550,00
Fonte de recurso: 16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	57.750,00
Despesa: 1522 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	11.550,00
Fonte de recurso: 16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	57.750,00
Total da ação	**138.600,00**
Ação: 2.85 - Manutenção das Atividades do Programa BPC na Escola	
Despesa: 1194 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	7.620,00
Despesa: 1196 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 3.3.90.31.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.050,00
Despesa: 1198 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.080,00
Total da ação	**12.750,00**
Ação: 2.89 - PROCAD SUAS	
Despesa: 959 - Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.04.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	25.410,00
Despesa: 960 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.350,00
Despesa: 961 - Diárias - Civil 3.1.90.14.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.270,00
Despesa: 962 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	25.410,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
		LDO 2027 - Valores em R$
Despesa: 963 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		10.160,00
Despesa: 964 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		15.250,00
Despesa: 965 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		19.060,00
Total da ação		**102.910,00**
Ação: 2.90 - Manutenção das Atividades dos Serviços da Proteção Social Especial		
Despesa: 1277 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		8.390,00
Despesa: 1279 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		5.030,00
Despesa: 1281 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		8.390,00
Total da ação		**21.810,00**
Ação: 2.92 - Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CREAS		
Despesa: 1289 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00		
Fonte de recurso: 16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social		13.750,00
Total da ação		**13.750,00**
Ação: 2.93 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social		
Despesa: 1285 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		3.850,00
Despesa: 1286 - Material de Consumo 3.3.90.30.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.680,00
Despesa: 1287 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		13.750,00
Despesa: 1288 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00		
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos		1.680,00

Total da ação	**20.960,00**
Ação: 2.95 - Gestão de Benefícios Eventuais	
Despesa: 1008 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 3.3.90.32.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	16.770,00
Despesa: 1009 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.920,00
Total da ação	**18.690,00**
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares	
Despesa: 1016 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 3.3.90.31.00	
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	12.700,00
Fonte de recurso: 16013120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	12.700,00
Despesa: 1018 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	19.070,00
Despesa: 1026 - Serviços de Consultoria 3.3.90.35.00	
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	12.700,00
Fonte de recurso: 16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	12.700,00
Despesa: 1031 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	12.700,00
Fonte de recurso: 16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	19.060,00
Despesa: 1032 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	38.120,00
Fonte de recurso: 16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	38.120,00
Despesa: 1035 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 3.3.90.40.00	
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	6.350,00
Fonte de recurso: 16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	6.350,00
Despesa: 1036 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas 3.3.90.48.00	
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	12.700,00
Fonte de recurso: 16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	12.700,00
Despesa: 1038 - Obras e Instalações 4.4.90.51.00	
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	18.710,00
Fonte de recurso: 16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	63.520,00
Despesa: 1039 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	25.410,00
Fonte de recurso: 16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços	19.060,00
Total da ação	**342.670,00**
Ação: 2.99 - Subvenção ao Lar São Camilo de Lélis	
Despesa: 970 - Subvenções Sociais 3.3.50.43.00	
Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	90.450,00
Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	29.310,00
Total da ação	**119.760,00**
Total da unidade orçamentária	**3.279.850,00**
Total da unidade gestora	**3.279.850,00**
Unidade gestora: 5 - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Tomé	
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT	
Ação: 2.131 - Manutenção da Controladoria IPSAT	
Despesa: 1576 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	164.150,00
Despesa: 1577 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	5.640,00
Despesa: 1578 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	4.370,00
Despesa: 1579 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	2.440,00
Total da ação	**176.600,00**
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT	
Despesa: 1580 - Aposentadorias e Reformas 3.1.90.01.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	8.300.490,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		2011-5605-779
Valores LDO por Natureza de Despesa		
		LDO 2027 - Valores em R$
Despesa: 1581 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.11.00		
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		1.014.000,00
Despesa: 1582 - Obrigações Patronais 3.1.90.13.00		
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		154.600,00
Despesa: 1583 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.1.90.92.00		
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		647.060,00

Despesa: 1584 - Diárias - Civil 3.3.90.14.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	3.410,00
Despesa: 1585 - Material de Consumo 3.3.90.30.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	17.280,00
Despesa: 1586 - Passagens e Despesas com Locomoção 3.3.90.33.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	4.140,00
Despesa: 1587 - Serviços de Consultoria 3.3.90.35.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	120.520,00
Despesa: 1588 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	9.150,00
Despesa: 1589 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	97.070,00
Despesa: 1590 - Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	2.590,00
Despesa: 1591 - Indenizações e Restituições 3.3.90.93.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	19.820,00
Despesa: 1592 - Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00	
Fonte de recurso: 18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	61.450,00
Total da ação	**10.451.580,00**
Total da unidade orçamentária	**10.628.180,00**
Total da unidade gestora	**10.628.180,00**
Total geral	**117.620.320,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
LDO 2027 - Valores em R$		
Unidade gestora: 1 - Câmara Municipal de São Tomé		**3.234.350,00**
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de São Tomé		**3.234.350,00**
Função: 1 - Legislativa		3.234.350,00
Subfunção: 31 - Ação Legislativa		3.234.350,00
Programa: 40 - Câmara Municipal		3.234.350,00
Ação: 2.128 - Contribuição Federação das Câmaras Municipais do Estado do RN - FECAM/RN		11.230,00
1557 - 3.3.50.41.00		**11.230,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		11.230,00
Ação: 2.129 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		3.057.950,00
1558 - 3.1.90.11.00		**1.486.430,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.486.430,00
1559 - 3.1.90.13.00		**204.470,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		204.470,00
1560 - 3.1.90.92.00		**22.920,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		22.920,00
1563 - 3.2.90.21.00		**13.980,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		13.980,00
1564 - 3.2.90.22.00		**11.670,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		11.670,00
1565 - 3.3.90.14.00		**56.830,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		56.830,00
1566 - 3.3.90.30.00		**232.730,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		232.730,00
1567 - 3.3.90.33.00		**9.030,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		9.030,00
1569 - 3.3.90.36.00		**10.200,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		10.200,00
1570 - 3.3.90.39.00		**1.009.690,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.009.690,00
Ação: 2.130 - Reforma/Ampliação da Câmara Municipal		165.170,00
1574 - 4.4.90.51.00		**30.150,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		30.150,00
1575 - 4.4.90.52.00		**135.020,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		135.020,00
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Tome		**75.204.810,00**
Unidade orçamentária: 2001 - Secretaria Municipal do Governo		**3.147.070,00**
Função: 2 - Judiciária		78.280,00
Subfunção: 62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		78.280,00
Programa: 19 - Manutenção das Ações da Procuradoria		78.280,00
Ação: 2.3 - Manutenção das Atividades da Procuradoria-Geral do Munícipio		78.280,00
1556 - 3.1.90.04.00		**2.310,00**

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	2.310,00
820 - 3.1.90.11.00	**64.970,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	64.970,00
823 - 3.1.90.13.00	**11.000,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.000,00
Função: 4 - Administração	1.217.080,00
Subfunção: 122 - Administração Geral	1.055.520,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria	1.055.520,00
Ação: 2.4 - Manutenção das Atividades do Governo	891.070,00
857 - 3.1.90.11.00	**572.880,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	572.880,00
859 - 3.1.90.13.00	**73.110,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	73.110,00
861 - 3.3.90.14.00	**46.660,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		46.660,00
862 - 3.3.90.30.00		**57.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		57.750,00
863 - 3.3.90.33.00		**54.280,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		54.280,00
864 - 3.3.90.39.00		**80.850,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		80.850,00
865 - 3.3.90.93.00		**5.540,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		5.540,00
Ação: 2.7 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal		164.450,00
982 - 3.1.90.04.00		**6.050,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		6.050,00
986 - 3.1.90.11.00		**44.000,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		44.000,00
988 - 3.1.90.13.00		**11.000,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		11.000,00
990 - 3.1.90.92.00		**1.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.100,00
992 - 3.1.91.13.00		**6.600,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		6.600,00
994 - 3.1.91.92.00		**1.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.100,00
997 - 3.3.90.30.00		**13.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		13.750,00
999 - 3.3.90.36.00		**27.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		27.500,00
1002 - 3.3.90.39.00		**38.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		38.500,00
1003 - 3.3.90.40.00		**13.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		13.750,00
1004 - 3.3.90.92.00		**1.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.100,00
Subfunção: 124 - Controle Interno		161.560,00
Programa: 17 - Manutenção das Ações da Controladoria		161.560,00
Ação: 2.8 - Manutenção das Atividades da Controladoria-Geral do Município		161.560,00
894 - 3.1.90.11.00		**115.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		115.500,00
895 - 3.1.90.13.00		**27.360,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		27.360,00
896 - 3.1.90.16.00		**1.160,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.160,00
897 - 3.1.90.92.00		**3.460,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		3.460,00
898 - 3.1.91.92.00		**1.160,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.160,00
899 - 3.3.90.08.00		**2.310,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		2.310,00
900 - 3.3.90.14.00		**3.460,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		3.460,00

901 - 3.3.90.30.00	**3.460,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	3.460,00
902 - 3.3.90.36.00	**230,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	230,00
903 - 3.3.90.39.00	**3.460,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	3.460,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
Função: 6 - Segurança Pública		139.280,00
Subfunção: 181 - Policiamento		139.280,00
Programa: 6 - Manutenção da Ações de Segurança Pública		139.280,00
Ação: 2.139 - Manutenção das Atividades de Segurança Pública		139.280,00
904 - 3.3.90.14.00		**29.770,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		29.770,00
905 - 3.3.90.15.00		**109.510,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		109.510,00
Função: 8 - Assistência Social		172.430,00
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		172.430,00
Programa: 21 - Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		172.430,00
Ação: 2.10 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		172.430,00
906 - 3.1.90.11.00		**123.710,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		123.710,00
907 - 3.1.90.13.00		**26.150,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		26.150,00
908 - 3.3.90.08.00		**1.160,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.160,00
909 - 3.3.90.14.00		**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		5.780,00
910 - 3.3.90.30.00		**14.900,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		14.900,00
911 - 3.3.90.39.00		**150,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		150,00
912 - 3.3.90.92.00		**580,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		580,00
Função: 99 - Reserva de Contingência		1.540.000,00
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência		1.540.000,00
Programa: 45 - Reserva de Contingencia		1.540.000,00
Ação: 9.1 - Reserva de Contingência		1.540.000,00
1613 - 9.9.99.99.00		**1.540.000,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.540.000,00
Unidade orçamentária: 3001 - Sec.Munc.de Adminis. Recursos Humanos		**6.247.990,00**
Função: 4 - Administração		4.644.670,00
Subfunção: 122 - Administração Geral		4.519.470,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		4.401.660,00
Ação: 2.16 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Recursos Humanos		4.401.660,00
822 - 3.1.90.11.00		**885.120,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		885.120,00
824 - 3.1.90.13.00		**71.790,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		71.790,00
825 - 3.1.90.16.00		**1.160,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.160,00
833 - 3.1.90.94.00		**593.440,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		593.440,00
834 - 3.1.91.13.00		**404.220,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		404.220,00
836 - 3.1.91.92.00		**4.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		4.550,00
837 - 3.2.90.21.00		**2.310,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		2.310,00
838 - 3.3.90.14.00		**11.410,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		11.410,00
839 - 3.3.90.30.00		**264.430,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		224.920,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -		7.510,00
17080000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais -		3.460,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		22.410,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -		350,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -		5.780,00
840 - 3.3.90.33.00		**5.350,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		5.350,00
841 - 3.3.90.36.00		**65.830,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		63.520,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -		2.310,00
847 - 3.3.90.39.00		**1.528.920,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.373.010,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -		51.400,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		68.720,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -		1.140,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -		34.650,00
849 - 3.3.90.93.00		**190,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		190,00
850 - 4.4.90.52.00		**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		5.780,00
851 - 4.6.90.71.00		**557.160,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		557.160,00
Programa: 22 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		117.810,00
Ação: 1.26 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		117.810,00
818 - 4.4.90.52.00		**117.810,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		117.810,00
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação		125.200,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		125.200,00
Ação: 2.41 - Manutenção das Atividades de Tecnologia da Informação		125.200,00
1469 - 3.1.90.11.00		**46.200,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		46.200,00
1470 - 3.1.90.13.00		**9.700,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		9.700,00
1471 - 3.3.90.30.00		**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		11.550,00
1472 - 3.3.90.39.00		**57.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		57.750,00
Função: 9 - Previdência Social		1.603.320,00
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário		1.603.320,00
Programa: 24 - Obrigações Previdenciárias		1.603.320,00
Ação: 1.9 - Recolhimento Previdenciário junto ao RGPS		801.660,00
1467 - 3.1.90.13.00		**154.600,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		154.600,00
1468 - 3.1.90.92.00		**647.060,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		647.060,00
Ação: 1.10 - Recolhimento Previdenciário junto ao RPPS		801.660,00
1425 - 3.1.90.92.00		**647.060,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		647.060,00
1424 - 3.1.91.13.00		**154.600,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		154.600,00
Unidade orçamentária: 4001 - Secret.Mul.de Agric.Rec.Hidr.e Meio Ambi		**5.930.890,00**
Função: 4 - Administração		3.646.410,00
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental		3.646.410,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		3.646.410,00
Ação: 2.18 - Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo		3.646.410,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
927 - 3.1.90.11.00		**676.000,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		676.000,00

928 - 3.1.90.13.00	**45.040,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	45.040,00
929 - 3.1.90.16.00	**1.160,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.160,00
930 - 3.1.90.91.00	**1.160,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.160,00
932 - 3.1.90.92.00	**1.160,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.160,00
933 - 3.3.90.08.00	**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.780,00
934 - 3.3.90.14.00	**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.780,00
935 - 3.3.90.30.00	**321.020,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	306.080,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -	1.130,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	9.210,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	4.600,00
936 - 3.3.90.32.00	**3.460,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	3.460,00
937 - 3.3.90.33.00	**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.780,00
938 - 3.3.90.36.00	**81.540,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	81.540,00
943 - 3.3.90.39.00	**2.480.510,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	2.441.230,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -	9.240,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	5.780,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -	1.160,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	23.100,00
944 - 3.3.90.40.00	**11.320,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.320,00
945 - 3.3.90.48.00	**920,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	920,00
946 - 4.4.90.30.00	**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.780,00
Função: 15 - Urbanismo	245.300,00
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana	184.800,00
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	184.800,00
Ação: 2.38 - Arborização da Área Urbana	69.300,00
1473 - 3.3.90.30.00	**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00
1474 - 3.3.90.39.00	**46.200,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	46.200,00
1475 - 4.4.90.52.00	**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00
Ação: 2.111 - Recuperação de Áreas Degradadas	115.500,00
1476 - 3.3.90.30.00	**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00
1477 - 3.3.90.39.00	**46.200,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	46.200,00
1478 - 4.4.90.51.00	**46.200,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	46.200,00
1479 - 4.4.90.52.00	**11.550,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627

Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores	
	LDO 2027 - Valores em R$
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos	60.500,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria	60.500,00
Ação: 2.15 - Implantação e Manutenção do Sistema da Coleta Seletiva	60.500,00
1045 - 4.4.90.52.00	**60.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	60.500,00
Função: 18 - Gestão Ambiental	844.320,00
Subfunção: 542 - Controle Ambiental	227.540,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria	227.540,00
Ação: 2.121 - Manutenção da Parceria junto a Consórcios Públicos	227.540,00

1371 - 3.3.71.70.00	**98.180,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	98.180,00
1372 - 3.3.72.39.00	**129.360,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	129.360,00
Subfunção: 544 - Recursos Hídricos	616.780,00
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	616.780,00
Ação: 1.1 - Construção, Ampliação e Conservação de Cisternas, Barragens, Açudes e Afins	130.540,00
828 - 4.4.90.51.00	**130.540,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	3.460,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	63.520,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	63.560,00
Ação: 1.2 - Construção, Instalação e Manutenção de Poços	317.620,00
922 - 4.4.90.51.00	**317.620,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	12.700,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	203.280,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	101.640,00
Ação: 1.13 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água com Adutoras	168.620,00
831 - 4.4.90.51.00	**168.620,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	3.460,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	101.640,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	63.520,00
Função: 20 - Agricultura	999.660,00
Subfunção: 122 - Administração Geral	254.690,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria	254.690,00
Ação: 2.11 - Manutenção do SIM	62.610,00
1488 - 3.1.90.11.00	**23.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	23.100,00
1489 - 3.1.90.13.00	**4.850,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	4.850,00
1490 - 3.3.90.30.00	**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.780,00
1491 - 3.3.90.36.00	**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.780,00
1492 - 3.3.90.39.00	**23.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	23.100,00
Ação: 2.14 - Subvenções a Associações Rurais	69.300,00
1501 - 3.3.50.43.00	**69.300,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	69.300,00
Ação: 2.17 - Manutenção aos Atendimentos Médico-Veterinários	122.780,00
1497 - 3.1.90.11.00	**34.650,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	34.650,00
1498 - 3.1.90.13.00	**7.280,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	7.280,00
1499 - 3.3.90.30.00	**23.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	23.100,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
1500 - 3.3.90.39.00		**57.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		57.750,00
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		80.850,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		80.850,00
Ação: 2.9 - Manutenção dos Conselhos de Apoio a Pasta		80.850,00
1482 - 3.3.90.30.00		**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		11.550,00
1483 - 3.3.90.36.00		**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		11.550,00
1484 - 3.3.90.39.00		**57.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		57.750,00
Subfunção: 605 - Abastecimento		490.870,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		154.550,00
Ação: 2.19 - Manutenção das Atividades do Programa "Garantia Safra"		27.500,00
1040 - 3.3.90.32.00		**27.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		27.500,00
Ação: 2.34 - Manutenção do Programa de Abastecimento - Caminhão Pipa		127.050,00
1480 - 3.3.90.39.00		**115.500,00**

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	115.500,00
1481 - 4.4.90.51.00	**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00
Programa: 34 - Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	26.330,00
Ação: 1.16 - Aquisição de Equipamentos de Produção	26.330,00
832 - 4.4.90.52.00	**26.330,00**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	26.330,00
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município	309.990,00
Ação: 1.16 - Aquisição de Equipamentos de Produção	249.490,00
835 - 4.4.90.51.00	**249.490,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	73.920,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	63.540,00
17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais -	10.400,00
17003120 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada -	38.110,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	63.520,00
Ação: 2.2 - Manutenção e Ampliação da Unidade de Exposição e Comercialização do Produtor Familiar	60.500,00
1034 - 4.4.90.51.00	**60.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	60.500,00
Subfunção: 606 - Extensão Rural	173.250,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria	173.250,00
Ação: 2.12 - Manutenção das Atividades do Programa "Corte de Terra"	173.250,00
1493 - 3.3.90.30.00	**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00
1494 - 3.3.90.39.00	**115.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	115.500,00
1495 - 4.4.90.51.00	**23.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	23.100,00
1496 - 4.4.90.52.00	**23.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	23.100,00
Função: 23 - Comércio e Serviços	195.200,00
Subfunção: 695 - Turismo	195.200,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria	195.200,00
Ação: 2.20 - Manutenção das Atividades do Setor de Turismo	33.500,00
939 - 3.3.90.30.00	**6.930,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	6.930,00
940 - 3.3.90.36.00	**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.780,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
941 - 3.3.90.39.00		**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		11.550,00
942 - 4.4.90.52.00		**9.240,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		9.240,00
Ação: 2.37 - Promoção de Eventos		161.700,00
1485 - 3.3.90.30.00		**23.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		23.100,00
1486 - 3.3.90.36.00		**23.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		23.100,00
1487 - 3.3.90.39.00		**115.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		115.500,00
Unidade orçamentária: 5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto		**38.085.470,00**
Função: 12 - Educação		34.574.590,00
Subfunção: 122 - Administração Geral		1.552.220,00
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		804.920,00
Ação: 2.30 - Manutenção do PNAE Fundamental		272.230,00
1448 - 3.3.90.30.00		**241.050,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		34.650,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) -		206.400,00
1449 - 3.3.90.92.00		**31.180,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		30.490,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) -		690,00
Ação: 2.31 - Manutenção do PNAE Quilombola		244.170,00
1327 - 3.3.90.30.00		**244.170,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		91.480,00
15500000 - Transferência do Salário-Educação -		11.550,00

15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) -	141.140,00
Ação: 2.88 - Manutenção do PNAT	288.520,00
1290 - 3.3.90.30.00	**260.570,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	158.930,00
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) -	101.640,00
1308 - 3.3.90.36.00	**27.950,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	15.250,00
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) -	12.700,00
Programa: 48 - Melhoria na Infraestrutura ao Esporte no Fundamental	400.220,00
Ação: 2.101 - Reforma e Manutenção de Quadras de Esportes	400.220,00
1451 - 4.4.90.51.00	**400.220,00**
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	171.520,00
15703110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlamentares i	38.120,00
15703120 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlamentares d	38.120,00
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	152.460,00
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte	347.080,00
Ação: 2.91 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte	347.080,00
1528 - 3.1.90.11.00	**57.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	57.750,00
1529 - 3.1.90.13.00	**12.130,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	12.130,00
1530 - 3.3.90.30.00	**23.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	23.100,00
1531 - 3.3.90.36.00	**23.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	23.100,00
1532 - 3.3.90.39.00	**69.300,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	69.300,00
1533 - 4.4.90.51.00	**80.850,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		

	LDO 2027 - Valores em R$
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	69.300,00
1534 - 4.4.90.52.00	**80.850,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	69.300,00
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação	161.700,00
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal	161.700,00
Ação: 2.117 - Formação e Capacitação para os Profissionais da Educação	150.150,00
1526 - 4.4.90.52.00	**150.150,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	34.650,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	115.500,00
Ação: 2.125 - Aquisição e Manutenção de Materiais e Equipamentos Tecnológicos	11.550,00
1525 - 3.3.90.30.00	**11.550,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	11.550,00
Subfunção: 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	57.750,00
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal	57.750,00
Ação: 2.117 - Formação e Capacitação para os Profissionais da Educação	57.750,00
1523 - 3.3.90.36.00	**11.550,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	11.550,00
1524 - 3.3.90.39.00	**46.200,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	46.200,00
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental	25.446.010,00
Programa: 22 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	344.270,00
Ação: 1.19 - Aquisição de Veículos	344.270,00
1447 - 4.4.90.52.00	**344.270,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	18.020,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE -	83.850,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	134.160,00
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	108.240,00
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal	25.101.740,00
Ação: 1.22 - Aquisição de Acervo Bibliográfico	28.880,00
1450 - 4.4.90.52.00	**28.880,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.160,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE -	27.720,00
Ação: 2.21 - Manutenção da Secretaria de Educação	3.954.710,00

969 - 3.1.90.11.00	**1.381.910,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.381.910,00
971 - 3.1.90.13.00	**46.890,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	46.890,00
973 - 3.1.90.92.00	**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.520,00
975 - 3.1.90.96.00	**34.650,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	34.650,00
977 - 3.1.91.13.00	**11.090,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	11.090,00
981 - 3.3.90.08.00	**45.740,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	45.740,00
984 - 3.3.90.14.00	**19.170,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	19.170,00
987 - 3.3.90.30.00	**544.050,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	511.480,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -	23.100,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	9.470,00
1001 - 3.3.90.32.00	**1.160,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.160,00
1005 - 3.3.90.33.00	**4.570,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627

Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores

	LDO 2027 - Valores em R$
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	4.570,00
1006 - 3.3.90.36.00	**264.730,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	264.730,00
1007 - 3.3.90.39.00	**1.522.530,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.495.720,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -	5.780,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	5.780,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	15.250,00
1010 - 4.4.90.30.00	**3.700,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	3.700,00
1011 - 4.4.90.39.00	**8.320,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	8.320,00
1012 - 4.4.90.51.00	**45.740,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	45.740,00
1013 - 4.4.90.52.00	**18.940,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	18.940,00
Ação: 2.22 - Manutenção do Setor de Ensino Fundamental	4.415.880,00
1219 - 3.1.90.11.00	**968.040,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	968.040,00
1221 - 3.1.90.13.00	**381.150,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	381.150,00
1243 - 3.1.90.16.00	**30.400,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	30.400,00
1244 - 3.1.90.91.00	**4.570,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	4.570,00
1246 - 3.1.90.92.00	**16.630,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	16.630,00
1247 - 3.1.90.94.00	**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	7.620,00
1248 - 3.1.91.13.00	**48.050,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	48.050,00
1249 - 3.1.91.92.00	**15.250,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	15.250,00
1251 - 3.3.90.08.00	**22.870,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	22.870,00
1252 - 3.3.90.14.00	**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	7.620,00
1253 - 3.3.90.18.00	**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	7.620,00
1254 - 3.3.90.19.00	**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	7.620,00
1255 - 3.3.90.30.00	**955.600,00**

15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	953.750,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	1.850,00
1256 - 3.3.90.32.00	**1.160,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.160,00
1257 - 3.3.90.33.00	**4.570,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	4.570,00
1258 - 3.3.90.36.00	**198.200,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	198.200,00
1264 - 3.3.90.39.00	**1.283.910,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.220.840,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -	5.780,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	11.550,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	45.740,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
1268 - 3.3.90.40.00		**108.590,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		108.590,00
1270 - 3.3.90.47.00		**12.200,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		12.200,00
1274 - 3.3.90.48.00		**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		7.620,00
1275 - 3.3.90.49.00		**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		7.620,00
1278 - 3.3.90.93.00		**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		7.620,00
1280 - 4.4.90.30.00		**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		7.620,00
1282 - 4.4.90.39.00		**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		7.620,00
1283 - 4.4.90.51.00		**132.360,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		132.360,00
1284 - 4.4.90.52.00		**163.750,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		163.750,00
Ação: 2.24 - Manutenção do QSE		1.196.230,00
1159 - 3.3.90.30.00		**462.030,00**
15500000 - Transferência do Salário-Educação -		462.030,00
1161 - 3.3.90.32.00		**150.150,00**
15500000 - Transferência do Salário-Educação -		150.150,00
1163 - 3.3.90.39.00		**144.660,00**
15500000 - Transferência do Salário-Educação -		144.660,00
1164 - 3.3.90.92.00		**540,00**
15500000 - Transferência do Salário-Educação -		540,00
1165 - 4.4.90.30.00		**4.570,00**
15500000 - Transferência do Salário-Educação -		4.570,00
1166 - 4.4.90.39.00		**7.620,00**
15500000 - Transferência do Salário-Educação -		7.620,00
1167 - 4.4.90.52.00		**426.660,00**
15500000 - Transferência do Salário-Educação -		426.660,00
Ação: 2.27 - Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental		11.862.610,00
1137 - 3.1.90.11.00		**9.830.990,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -		8.972.890,00
15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70% -		31.300,00
15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70% -		706.170,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -		120.630,00
1140 - 3.1.90.16.00		**175.100,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -		175.100,00
1148 - 3.1.90.91.00		**2.740,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -		2.740,00
1151 - 3.1.91.13.00		**1.853.780,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -		1.815.670,00
15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70% -		7.620,00
15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70% -		30.490,00
Ação: 2.28 - Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental		3.638.870,00
1015 - 3.1.90.11.00		**301.510,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		259.880,00

15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -	10.030,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -	30.490,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -	1.110,00
1017 - 3.1.90.16.00	**4.570,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	4.570,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
1019 - 3.1.90.91.00		**4.570,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		4.570,00
1020 - 3.1.90.92.00		**4.570,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		4.570,00
1021 - 3.1.91.13.00		**58.440,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		50.820,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -		7.620,00
1022 - 3.3.90.08.00		**12.200,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		12.200,00
1023 - 3.3.90.14.00		**7.620,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		7.620,00
1025 - 3.3.90.18.00		**12.200,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		12.200,00
1027 - 3.3.90.19.00		**7.500,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		7.500,00
1029 - 3.3.90.30.00		**397.930,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		28.540,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -		920,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -		214.970,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -		153.500,00
1030 - 3.3.90.32.00		**225.940,00**
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -		225.940,00
1033 - 3.3.90.36.00		**29.130,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		4.870,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -		24.260,00
1037 - 3.3.90.39.00		**2.526.500,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		2.454.430,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -		12.700,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -		30.490,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -		28.880,00
1123 - 3.3.90.47.00		**4.570,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		4.570,00
1127 - 4.4.90.30.00		**7.620,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		7.620,00
1131 - 4.4.90.51.00		**16.120,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		14.550,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -		1.570,00
1134 - 4.4.90.52.00		**17.880,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -		1.200,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -		740,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -		15.250,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -		690,00
Ação: 2.123 - Manutenção das Atividades do Programa Escola em Tempo Integral		4.560,00
966 - 3.1.90.92.00		**1.520,00**
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE -		1.520,00
967 - 3.3.90.08.00		**1.520,00**
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE -		1.520,00
968 - 3.3.90.92.00		**1.520,00**
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE -		1.520,00
Subfunção: 362 - Ensino Médio		289.860,00
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		289.860,00
Ação: 2.33 - Manutenção do PETERN		289.860,00
1441 - 3.3.90.30.00		**172.330,00**
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -		172.330,00
1442 - 3.3.90.36.00		**15.250,00**

Prefeitura Municipal de São Tome

Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -		15.250,00
1443 - 3.3.90.39.00		**97.710,00**
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -		97.710,00
1444 - 3.3.90.92.00		**4.570,00**
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -		4.570,00
Subfunção: 365 - Educação Infantil		6.605.590,00
Programa: 22 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		79.280,00
Ação: 1.26 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		79.280,00
1358 - 4.4.90.52.00		**79.280,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		33.540,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE -		45.740,00
Programa: 43 - Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal		570.330,00
Ação: 1.18 - Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da Secretaria e Unidades de Ensino		570.330,00
1438 - 4.4.90.39.00		**47.390,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		47.390,00
1439 - 4.4.90.51.00		**522.940,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		50.310,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE -		76.240,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -		121.970,00
15703110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlamentares i		38.110,00
15703120 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Emendas parlamentares d		38.110,00
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -		198.200,00
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		5.955.980,00
Ação: 2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola		393.800,00
1391 - 3.1.90.04.00		**83.850,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		83.850,00
1392 - 3.1.90.11.00		**121.970,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		121.970,00
1396 - 3.1.90.13.00		**45.740,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		45.740,00
1398 - 3.1.90.92.00		**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		1.520,00
1400 - 3.1.91.13.00		**12.200,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		12.200,00
1401 - 3.1.91.92.00		**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		1.520,00
1402 - 3.3.90.08.00		**910,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		910,00
1403 - 3.3.90.14.00		**910,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		910,00
1404 - 3.3.90.19.00		**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		1.520,00
1405 - 3.3.90.30.00		**76.230,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		76.230,00
1406 - 3.3.90.36.00		**12.200,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		12.200,00
1407 - 3.3.90.39.00		**16.770,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		16.770,00
1408 - 3.3.90.40.00		**8.390,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		8.390,00
1409 - 3.3.90.92.00		**1.680,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		1.680,00
1410 - 4.4.90.52.00		**8.390,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		8.390,00
Ação: 2.39 - Manutenção do FUNDEB 70% - Infantil		5.053.580,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
1431 - 3.1.90.11.00		**4.211.980,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -		3.379.590,00
15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70% -		8.390,00

15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70% -	824.000,00
1434 - 3.1.90.94.00	**8.390,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -	8.390,00
1435 - 3.1.91.13.00	**824.220,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -	824.220,00
1436 - 3.1.91.92.00	**8.390,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -	8.390,00
1437 - 3.3.90.08.00	**600,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -	600,00
Ação: 2.40 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil	508.600,00
1411 - 3.1.90.04.00	**16.770,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	16.770,00
1412 - 3.1.90.11.00	**112.300,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	75.080,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -	3.050,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -	33.850,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -	320,00
1414 - 3.1.90.13.00	**34.190,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	34.190,00
1416 - 3.1.90.92.00	**1.520,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	1.520,00
1417 - 3.1.91.13.00	**33.540,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	33.540,00
1418 - 3.1.91.92.00	**1.520,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	1.520,00
1419 - 3.3.90.08.00	**3.050,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	3.050,00
1420 - 3.3.90.30.00	**62.070,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	44.860,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -	370,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -	16.770,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -	70,00
1421 - 3.3.90.32.00	**156.220,00**
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -	156.220,00
1422 - 3.3.90.33.00	**4.570,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	4.570,00
1423 - 3.3.90.36.00	**16.770,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	16.770,00
1426 - 3.3.90.39.00	**24.390,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	24.390,00
1427 - 3.3.90.40.00	**7.620,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	7.620,00
1428 - 3.3.90.92.00	**7.620,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	7.620,00
1429 - 4.4.90.52.00	**26.450,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	15.250,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -	3.050,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -	7.620,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -	530,00
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos	331.840,00
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal	331.840,00
Ação: 2.44 - Manutenção das Atividades do EJA	65.660,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627

Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores

	LDO 2027 - Valores em R$
1307 - 3.1.90.04.00	**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	7.620,00
1309 - 3.1.90.11.00	**12.200,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	12.200,00
1310 - 3.1.90.13.00	**4.570,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	4.570,00
1311 - 3.1.90.92.00	**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.520,00
1312 - 3.1.91.13.00	**4.570,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	4.570,00
1314 - 3.1.91.92.00	**1.520,00**

15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.520,00
1316 - 3.3.90.08.00	**1.370,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.370,00
1317 - 3.3.90.14.00	**910,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	910,00
1318 - 3.3.90.18.00	**910,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	910,00
1319 - 3.3.90.19.00	**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.520,00
1321 - 3.3.90.30.00	**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	7.620,00
1322 - 3.3.90.32.00	**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.520,00
1324 - 3.3.90.36.00	**4.570,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	4.570,00
1326 - 3.3.90.39.00	**6.100,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	6.100,00
1328 - 3.3.90.40.00	**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.520,00
1329 - 4.4.90.52.00	**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	7.620,00
Ação: 2.45 - Manutenção do FUNDEB 30% - EJA	115.610,00
1336 - 3.1.90.11.00	**10.830,00**
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -	3.050,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -	7.620,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -	160,00
1337 - 3.1.90.13.00	**12.200,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	12.200,00
1338 - 3.1.90.92.00	**1.520,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	1.520,00
1339 - 3.1.91.13.00	**7.620,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	7.620,00
1340 - 3.1.91.92.00	**1.520,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	1.520,00
1341 - 3.3.90.08.00	**1.370,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	1.370,00
1342 - 3.3.90.14.00	**1.370,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	1.370,00
1343 - 3.3.90.30.00	**33.910,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	33.540,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -	370,00
1344 - 3.3.90.33.00	**3.050,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	3.050,00
1345 - 3.3.90.36.00	**7.620,00**

Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores

	LDO 2027 - Valores em R$
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	7.620,00
1346 - 3.3.90.39.00	**16.770,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	16.770,00
1347 - 4.4.90.52.00	**17.830,00**
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos -	9.150,00
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -	370,00
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -	7.620,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR -	690,00
Ação: 2.46 - Manutenção do FUNDEB 70% -EJA	66.720,00
1349 - 3.1.90.11.00	**28.510,00**
15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70% -	20.120,00
15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70% -	8.390,00
1351 - 3.1.90.16.00	**1.680,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -	1.680,00
1352 - 3.1.90.92.00	**1.680,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -	1.680,00
1353 - 3.1.91.13.00	**2.060,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -	2.060,00
1354 - 3.1.91.92.00	**1.680,00**

15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -	1.680,00
1355 - 3.3.90.08.00	**910,00**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 70% -	910,00
1356 - 3.3.90.30.00	**16.780,00**
15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70% -	8.390,00
15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70% -	8.390,00
1357 - 4.4.90.52.00	**13.420,00**
15411070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF 70% -	5.030,00
15421070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 70% -	8.390,00
Ação: 2.105 - Aquisição de KIT Escolar para Rede Municipal de Ensino	83.850,00
1306 - 3.3.90.32.00	**83.850,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	83.850,00
Subfunção: 367 - Educação Especial	60.320,00
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal	60.320,00
Ação: 2.49 - Manutenção das Atividades do Setor do Ensino Especial	60.320,00
1179 - 3.1.90.04.00	**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	7.620,00
1180 - 3.1.90.11.00	**15.250,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	15.250,00
1206 - 3.1.90.13.00	**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	7.620,00
1210 - 3.1.90.92.00	**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.520,00
1212 - 3.1.91.13.00	**3.050,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	3.050,00
1214 - 3.1.91.92.00	**910,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	910,00
1222 - 3.3.90.08.00	**910,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	910,00
1226 - 3.3.90.19.00	**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	1.520,00
1232 - 3.3.90.30.00	**2.110,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	2.110,00
1233 - 3.3.90.36.00	**4.570,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	4.570,00
1235 - 3.3.90.39.00	**6.100,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		6.100,00
1236 - 3.3.90.92.00		**1.520,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		1.520,00
1240 - 4.4.90.52.00		**7.620,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		7.620,00
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		69.300,00
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		69.300,00
Ação: 2.26 - Apoio a Associações e Grupos Culturais		69.300,00
1527 - 3.3.50.43.00		**69.300,00**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -		69.300,00
Função: 13 - Cultura		2.963.900,00
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		2.963.900,00
Programa: 47 - Manutenção das Ações com Educação Municipal		2.772.130,00
Ação: 2.50 - Manutenção de Bandas Escolares de Música		2.772.130,00
1456 - 3.3.90.30.00		**70,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		70,00
1457 - 3.3.90.31.00		**60,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		60,00
1462 - 4.4.90.52.00		**2.772.000,00**
17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais -		2.772.000,00
Programa: 50 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura		191.770,00
Ação: 2.23 - Apoio a Cultura Local através da Lei Aldir Blanc		123.240,00
1138 - 3.3.50.41.00		**25.400,00**
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 -		25.400,00
1144 - 3.3.90.30.00		**19.060,00**
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 -		19.060,00
1145 - 3.3.90.31.00		**15.250,00**

17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 -	15.250,00
1147 - 3.3.90.32.00	**25.410,00**
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 -	25.410,00
1150 - 3.3.90.39.00	**19.060,00**
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 -	19.060,00
1154 - 3.3.90.48.00	**19.060,00**
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 -	19.060,00
Ação: 2.81 - Manutenção das Ações da Coordenadoria de Cultura	68.530,00
1129 - 3.3.90.36.00	**36.100,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	300,00
17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual -	35.800,00
1130 - 3.3.90.39.00	**31.690,00**
17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual -	31.690,00
1132 - 3.3.90.48.00	**10,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	10,00
1133 - 3.3.90.92.00	**60,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	60,00
1135 - 3.3.90.93.00	**610,00**
17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual -	80,00
17160000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura -	530,00
1136 - 4.4.90.52.00	**60,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	60,00
Função: 27 - Desporto e Lazer	546.980,00
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário	546.980,00
Programa: 49 - Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte	546.980,00
Ação: 2.29 - Apoio a Atletas Locais	33.840,00
1464 - 3.3.90.31.00	**11.670,00**
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE -	11.670,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
1465 - 3.3.90.32.00		**22.170,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		10.500,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE -		11.670,00
Ação: 2.57 - Aquisição de Material Esportivo para Doação		140.880,00
1113 - 3.3.90.32.00		**140.880,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		71.580,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE -		57.750,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		11.550,00
Ação: 2.97 - Construção, Reforma e Ampliação de Quadras, Ginásios Poliesportivos e Campos de Futebol		198.020,00
1118 - 4.4.90.51.00		**198.020,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		230,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -		75.820,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -		121.970,00
Ação: 2.100 - Promoção de Eventos Esportivos		174.240,00
1535 - 3.3.90.30.00		**28.320,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		28.320,00
1110 - 3.3.90.31.00		**28.600,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		28.600,00
1111 - 3.3.90.32.00		**40.730,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		40.730,00
1536 - 3.3.90.36.00		**37.320,00**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -		18.660,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -		18.660,00
1537 - 3.3.90.39.00		**39.270,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		21.940,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -		11.550,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		5.780,00
Unidade orçamentária: 6001 - Secretaria Munic. de Saúde Pública		**1.470.330,00**
Função: 10 - Saúde		1.470.330,00
Subfunção: 301 - Atenção Básica		1.076.470,00
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública		1.054.870,00
Ação: 2.42 - Infraestrutura e Informatização das Unidades Básicas de Saúde		866.230,00

1504 - 3.3.90.39.00	**57.750,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	57.750,00
1505 - 4.4.90.51.00	**404.230,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	115.500,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	288.730,00
1506 - 4.4.90.52.00	**404.250,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	115.500,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	288.750,00
Ação: 2.47 - Aquisição de Veículo	92.400,00
1508 - 4.4.90.52.00	**92.400,00**
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	92.400,00
Ação: 2.106 - Construção, Reforma, Ampliação, e Modernização de Unidade de Saúde	96.240,00
924 - 4.4.90.51.00	**96.240,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	5.040,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	5.770,00
16013120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	62.370,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	19.600,00
16313110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares indiv	3.460,00
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública	21.600,00
Ação: 2.61 - Apoio ao Conselho Municipal de Saúde	21.600,00
1070 - 3.3.90.30.00	**7.470,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	1.680,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	990,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		1.820,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		1.490,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		1.490,00
1073 - 3.3.90.36.00		**6.680,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		910,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		990,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		1.800,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		1.490,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		1.490,00
1077 - 3.3.90.39.00		**7.450,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		1.680,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		990,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		1.800,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		1.490,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		1.490,00
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		336.110,00

Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública	336.110,00
Ação: 2.51 - Transferência a Consórcio Público	336.110,00
1081 - 3.3.71.70.00	**179.950,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	45.740,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	110.100,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	9.090,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	7.510,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	7.510,00
1084 - 3.3.72.39.00	**156.160,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	34.650,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	97.400,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	9.090,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	7.510,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	7.510,00
Subfunção: 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	57.750,00
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública	57.750,00
Ação: 2.109 - Capacitação de Profissionais	57.750,00
1502 - 3.3.90.30.00	**11.550,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	11.550,00
1503 - 3.3.90.39.00	**46.200,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	46.200,00
Unidade orçamentária: 7001 - Secretaria Munic. de Obras e Instalação	**13.023.860,00**
Função: 15 - Urbanismo	12.857.490,00
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana	12.733.020,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria	7.432.750,00
Ação: 1.17 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	678.020,00
913 - 4.4.90.52.00	**678.020,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	84.600,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	33.540,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	63.520,00
17063110 - Transferência Especial da União -	496.360,00
Ação: 2.83 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	6.754.730,00
879 - 3.1.90.11.00	**1.269.410,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.269.410,00
880 - 3.1.90.13.00	**69.290,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	69.290,00
881 - 3.1.90.16.00	**120,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	120,00
882 - 3.1.90.91.00	**120,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		120,00
883 - 3.1.90.92.00		**120,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		120,00
884 - 3.3.90.08.00		**580,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		580,00
885 - 3.3.90.14.00		**2.310,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		2.310,00
886 - 3.3.90.30.00		**1.551.230,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.406.810,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -		28.880,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		85.510,00

17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -	6.930,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	23.100,00
887 - 3.3.90.36.00	**75.540,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	75.540,00
888 - 3.3.90.39.00	**3.773.210,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	3.709.000,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -	30.030,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	25.410,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -	690,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	8.080,00
889 - 3.3.90.92.00	**12.800,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.240,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -	5.780,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	5.780,00
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município	5.300.270,00
Ação: 1.11 - Construção e Reconstrução de Pavimentação	1.591.540,00
853 - 4.4.90.51.00	**1.373.200,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.162.510,00
17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais -	63.520,00
17003120 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada -	38.120,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	63.520,00
17100000 - Transferência Especial dos Estados -	45.530,00
854 - 4.4.90.92.00	**218.340,00**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	201.570,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	16.770,00
Ação: 1.12 - Construção, Reforma e Urbanização das Entradas da Cidade	81.230,00
858 - 4.4.90.51.00	**81.230,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	10,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	30.910,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	50.310,00
Ação: 1.15 - Construção, Reforma, Ampliação e Modernização de Prédios Públicos	2.500.010,00
878 - 4.4.90.51.00	**2.500.010,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	963.250,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	338.820,00
17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais -	448.070,00
17003120 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares de bancada -	42.330,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	362.850,00
17063110 - Transferência Especial da União -	344.690,00
Ação: 1.38 - Construção e Reforma de Praças	121.260,00
844 - 4.4.90.39.00	**29.470,00**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	12.700,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	16.770,00
845 - 4.4.90.51.00	**88.430,00**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	38.120,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -		50.310,00
848 - 4.4.90.92.00		**3.360,00**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -		1.680,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -		1.680,00
Ação: 1.43 - Melhoramento das Estradas Vicinais		192.500,00
1014 - 4.4.90.51.00		**192.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		192.500,00
Ação: 2.48 - Manutenção do Cemitério		791.730,00
877 - 4.4.90.51.00		**791.730,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		491.020,00

17003110 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Emendas parlamentares individuais -	300.710,00
Ação: 2.112 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Monitoramento Eletrônico em Áreas Urbanas	22.000,00
1056 - 4.4.90.52.00	**22.000,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	22.000,00
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos	124.470,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria	3.470,00
Ação: 2.84 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	3.470,00
890 - 3.3.90.30.00	**1.160,00**
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	1.160,00
891 - 3.3.90.39.00	**2.310,00**
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	2.310,00
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município	121.000,00
Ação: 2.86 - Urbanização de Canteiros, Vias e Logradouros	121.000,00
1058 - 3.3.90.30.00	**19.250,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	19.250,00
1059 - 3.3.90.36.00	**19.250,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	19.250,00
1060 - 3.3.90.39.00	**82.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	82.500,00
Função: 25 - Energia	66.000,00
Subfunção: 752 - Energia Elétrica	66.000,00
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município	66.000,00
Ação: 1.50 - Ampliação da rede Pública de Energia	66.000,00
1057 - 4.4.90.51.00	**66.000,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	66.000,00
Função: 26 - Transporte	100.370,00
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário	100.370,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria	46.200,00
Ação: 2.87 - Manutenção das Ações do Setor de Transporte	46.200,00
892 - 4.4.90.51.00	**23.100,00**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	23.100,00
893 - 4.4.90.52.00	**23.100,00**
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	23.100,00
Programa: 52 - Melhoria na Infraestrutura do Município	54.170,00
Ação: 1.14 - Sinalização horizontal e vertical de Ruas, Avenidas e Logradouros	54.170,00
875 - 4.4.90.51.00	**13.750,00**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	13.750,00
876 - 4.4.90.52.00	**40.420,00**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	20.210,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	20.210,00
Unidade orçamentária: 8001 - Secretaria Munic. de Assistência Social	**2.166.120,00**
Função: 8 - Assistência Social	1.728.950,00
Subfunção: 122 - Administração Geral	1.629.170,00
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social	1.629.170,00
Ação: 2.63 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social	1.629.170,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
1061 - 3.1.90.01.00		**531.300,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		531.300,00
1062 - 3.1.90.13.00		**56.460,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		56.460,00
1063 - 3.1.90.16.00		**8.390,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		8.390,00
1064 - 3.1.90.91.00		**3.350,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		3.350,00
1065 - 3.1.90.92.00		**8.390,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		8.390,00
1066 - 3.1.91.13.00		**16.050,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		16.050,00
1067 - 3.1.91.92.00		**3.350,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		3.350,00
1068 - 3.3.90.08.00		**1.460,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.460,00
1069 - 3.3.90.14.00		**8.390,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		8.390,00

1071 - 3.3.90.30.00	**206.040,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	205.350,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	690,00
1072 - 3.3.90.31.00	**9.650,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	9.650,00
1074 - 3.3.90.32.00	**92.700,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	92.700,00
1075 - 3.3.90.39.00	**650.860,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	627.520,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -	6.930,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	1.160,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	15.250,00
1076 - 3.3.90.40.00	**8.390,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	8.390,00
1078 - 3.3.90.47.00	**5.030,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.030,00
1079 - 3.3.90.48.00	**5.030,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.030,00
1080 - 3.3.90.92.00	**6.650,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	6.650,00
1082 - 4.4.90.39.00	**5.220,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.220,00
1083 - 4.4.90.52.00	**660,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	660,00
1085 - 4.4.90.61.00	**1.800,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.800,00
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	30.480,00
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social	30.480,00
Ação: 2.66 - Manutenção de Atendimento, Cadastramento e Enc. para Benef. e Ações a Segurança Alimentar	30.480,00
1181 - 3.3.90.30.00	**7.620,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	7.620,00
1183 - 3.3.90.32.00	**7.620,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	7.620,00
1187 - 3.3.90.36.00	**7.620,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	7.620,00
1188 - 3.3.90.39.00	**7.620,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	7.620,00

Prefeitura Municipal de São Tome

Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN

CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627

Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores

	LDO 2027 - Valores em R$
Subfunção: 333 - Empregabilidade	57.750,00
Programa: 26 - Política do Trabalho e Renda	57.750,00
Ação: 2.71 - Apoio as ações de Emprego, Renda, Cursos, Artesanato e Afins	57.750,00
1518 - 3.3.90.30.00	**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00
1519 - 3.3.90.36.00	**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00
1520 - 3.3.90.39.00	**34.650,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	34.650,00
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana	11.550,00
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social	11.550,00
Ação: 2.64 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis	11.550,00
1517 - 4.5.90.61.00	**11.550,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	11.550,00
Função: 14 - Direitos da Cidadania	41.170,00
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	41.170,00
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social	41.170,00
Ação: 2.65 - Manutenção das Atividades de Apoio a Mulher, Juventude e PCD	41.170,00
1227 - 3.3.90.30.00	**8.390,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	8.390,00
1230 - 3.3.90.32.00	**5.030,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.030,00
1231 - 3.3.90.36.00	**6.710,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	6.710,00
1234 - 3.3.90.39.00	**8.390,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	8.390,00

1237 - 3.3.90.48.00	**3.350,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	3.350,00
1238 - 3.3.90.92.00	**910,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	910,00
1241 - 4.4.90.52.00	**8.390,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	8.390,00
Função: 16 - Habitação	396.000,00
Subfunção: 482 - Habitação Urbana	396.000,00
Programa: 33 - Construindo a São Tomé do Futuro	396.000,00
Ação: 2.70 - Construção, Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais	396.000,00
1146 - 4.4.90.51.00	**107.250,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	13.750,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	66.000,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	27.500,00
931 - 4.4.90.93.00	**288.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	288.750,00
Unidade orçamentária: 9001 - Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação	**577.270,00**
Função: 4 - Administração	577.270,00
Subfunção: 123 - Administração Financeira	577.270,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria	577.270,00
Ação: 2.119 - Manutenção das Atividades da Sec. de Tributação	577.270,00
819 - 3.1.90.11.00	**396.880,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	396.880,00
821 - 3.1.90.13.00	**28.410,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	28.410,00
826 - 3.1.90.92.00	**1.520,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.520,00
827 - 3.1.91.13.00	**30.490,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	30.490,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
829 - 3.3.90.14.00		**1.850,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.850,00
830 - 3.3.90.30.00		**13.730,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		13.730,00
842 - 3.3.90.39.00		**91.330,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		76.230,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -		3.350,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		8.390,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -		1.680,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -		1.680,00
843 - 3.3.90.40.00		**4.670,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		4.670,00
846 - 3.3.90.49.00		**8.390,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		8.390,00
Unidade orçamentária: 11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas		**4.555.810,00**
Função: 4 - Administração		2.910.690,00
Subfunção: 123 - Administração Financeira		2.910.690,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		2.910.690,00
Ação: 1.4 - Amortização da Dívida junto ao RGPS		8.030,00
918 - 3.2.90.21.00		**8.030,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		7.340,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		690,00
Ação: 1.5 - Amortização da Dívida junto ao FGTS		1.137.110,00
914 - 3.2.90.21.00		**1.160,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.160,00
917 - 4.4.90.71.00		**298.670,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		294.050,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		4.620,00
919 - 4.6.90.71.00		**837.280,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		802.050,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		35.230,00
Ação: 1.6 - Amortização da Dívida junto a Caern		115.370,00
920 - 4.6.90.71.00		**115.370,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		115.370,00

Ação: 1.8 - Amortização da Dívida junto ao PASEP	20,00
916 - 3.2.90.21.00	**20,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	20,00
Ação: 2.13 - Contribuição a Formação do PASEP	1.048.140,00
923 - 3.3.90.47.00	**1.048.140,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.033.130,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -	11.550,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -	3.460,00
Ação: 2.75 - Contribuição a Entidades Representativas	43.580,00
921 - 3.3.50.41.00	**43.580,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	43.580,00
Ação: 2.122 - Manutenção das Atividades da Sec. de Planejamento e Finanças	558.440,00
852 - 3.1.90.11.00	**409.850,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	409.850,00
855 - 3.1.90.13.00	**45.740,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	45.740,00
856 - 3.1.90.16.00	**1.520,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.520,00
860 - 3.1.90.92.00	**1.520,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.520,00
866 - 3.3.90.08.00	**3.050,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		3.050,00
867 - 3.3.90.14.00		**4.570,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		4.570,00
868 - 3.3.90.30.00		**26.740,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		26.740,00
869 - 3.3.90.33.00		**3.050,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		3.050,00
870 - 3.3.90.36.00		**12.200,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		12.200,00
871 - 3.3.90.39.00		**30.490,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		30.490,00
872 - 3.3.90.40.00		**4.570,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		4.570,00
873 - 3.3.90.92.00		**1.520,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.520,00
874 - 4.4.90.52.00		**12.200,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		12.200,00
915 - 4.6.90.71.00		**1.420,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.420,00
Função: 28 - Encargos Especiais		1.645.120,00
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna		1.645.120,00
Programa: 4 - Manutenção das Ações da Secretaria		57.750,00
Ação: 2.74 - Pagamento de Precatórios e Acordos Judiciais		57.750,00
1028 - 3.1.90.91.00		**57.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		57.750,00
Programa: 25 - Amortização da Dívida		1.587.370,00
Ação: 1.3 - Amortização da Dívida Fundada aos Precatórios Trabalhista e RPVS		391.950,00
1024 - 4.6.90.71.00		**391.950,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		391.950,00
Ação: 1.7 - Amortização da Dívida junto ao RPPS		1.195.420,00
1415 - 4.6.90.71.00		**1.195.420,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.195.420,00
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde		**25.273.130,00**
Unidade orçamentária: 6002 - Fundo Municipal de Saúde		**25.273.130,00**
Função: 4 - Administração		12.892.950,00
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		12.892.950,00
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		12.892.950,00
Ação: 2.60 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		12.892.950,00
1593 - 3.1.90.04.00		**173.250,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		173.250,00
947 - 3.1.90.11.00		**3.510.310,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.269.410,00

15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	2.240.900,00
948 - 3.1.90.13.00	**473.540,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	69.290,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	404.250,00
949 - 3.1.90.16.00	**404.370,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	120,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	404.250,00
950 - 3.1.90.91.00	**5.900,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	120,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	5.780,00
951 - 3.1.90.92.00	**5.900,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	120,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	5.780,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
1594 - 3.1.90.94.00		**5.780,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		5.780,00
1595 - 3.1.91.13.00		**404.250,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		404.250,00
1596 - 3.1.91.92.00		**41.930,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		41.930,00
952 - 3.3.90.08.00		**17.900,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		580,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		17.320,00
953 - 3.3.90.14.00		**19.630,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		2.310,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		17.320,00
954 - 3.3.90.30.00		**2.648.480,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.406.810,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		1.097.250,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -		28.880,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		85.510,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -		6.930,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -		23.100,00
1597 - 3.3.90.32.00		**34.650,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		34.650,00
955 - 3.3.90.36.00		**144.840,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		75.540,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		69.300,00
956 - 3.3.90.39.00		**4.639.460,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		3.709.000,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		866.250,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -		30.030,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		25.410,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -		690,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -		8.080,00
957 - 3.3.90.92.00		**105.200,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.240,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		92.400,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -		5.780,00

17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	5.780,00
1598 - 3.3.90.93.00	**92.400,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	92.400,00
1599 - 4.4.90.30.00	**9.240,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	9.240,00
1600 - 4.4.90.39.00	**11.550,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	11.550,00
1601 - 4.4.90.51.00	**92.400,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	92.400,00
1602 - 4.4.90.52.00	**34.650,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	34.650,00
1603 - 4.4.90.92.00	**17.320,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	17.320,00
Função: 10 - Saúde	12.086.810,00
Subfunção: 301 - Atenção Básica	8.602.710,00
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	605.620,00
Ação: 1.32 - Construção e Reforma de Academia ao Ar Livre	341.360,00
926 - 4.4.90.51.00	**341.360,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	34.650,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	7.720,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		980,00
16013120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		38.120,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		43.890,00
16313110 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares indiv		38.120,00
16313120 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares de b		38.120,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		63.520,00
16323210 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares individuais -		38.120,00
16323220 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Emendas parlamentares de bancada -		38.120,00
Ação: 2.43 - Aquisição de Imóvel e/ou Terreno		137.210,00
1086 - 4.5.90.61.00		**137.210,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		137.210,00
Ação: 2.115 - Aquisição de Unidade Móvel Médico Odontológico		115.500,00
1507 - 4.4.90.52.00		**115.500,00**
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		115.500,00
Ação: 2.127 - Manutenção das Ações de Combate a Situações Emergenciais e de Calamidade Pública		11.550,00
1511 - 3.3.90.39.00		**11.550,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		11.550,00
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		7.997.090,00
Ação: 1.20 - Reforma e Modernização da Unidade Mista		34.650,00
1605 - 4.4.90.51.00		**34.650,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		34.650,00
Ação: 1.21 - Construção e Instalação de UBS/Unidade		34.650,00

1606 - 4.4.90.51.00	**34.650,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	34.650,00
Ação: 2.53 - Implemetação das Atividades da Segurança Alimentar e Nutricional em Saude	47.890,00
1114 - 3.3.90.30.00	**18.250,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	7.620,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	4.890,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	2.160,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	1.790,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	1.790,00
1115 - 3.3.90.32.00	**14.550,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	3.050,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	5.760,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	2.160,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	1.790,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	1.790,00
1116 - 3.3.90.36.00	**9.350,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	5.770,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	1.790,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	1.790,00
1117 - 3.3.90.39.00	**5.740,00**
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	2.160,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	1.790,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	1.790,00
Ação: 2.58 - Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em Saúde	28.880,00
1205 - 3.1.90.16.00	**1.380,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	1.380,00
1207 - 3.3.90.30.00	**13.750,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	13.750,00
1208 - 3.3.90.36.00	**13.750,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	13.750,00
Ação: 2.59 - Manutenção do Programa Saúde na Escolar - PSE	39.500,00
1239 - 3.3.90.30.00	**10.340,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	3.170,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		2.710,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		2.230,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		2.230,00
1242 - 3.3.90.32.00		**9.680,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		2.400,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		2.710,00

16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	2.230,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	2.340,00
1245 - 3.3.90.36.00	**9.450,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	2.400,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	2.350,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	2.350,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	2.350,00
1250 - 3.3.90.39.00	**10.030,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	2.860,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	2.710,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	2.230,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	2.230,00
Ação: 2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal	787.280,00
1211 - 3.1.90.04.00	**22.000,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	22.000,00
1213 - 3.1.90.11.00	**621.130,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	92.400,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	528.730,00
1215 - 3.1.90.13.00	**28.470,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	9.240,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	19.230,00
1216 - 3.1.90.16.00	**5.780,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	5.780,00
1218 - 3.1.90.92.00	**5.780,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	5.780,00
1220 - 3.3.90.14.00	**2.420,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	2.420,00
1223 - 3.3.90.30.00	**43.770,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	34.650,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	9.120,00
1224 - 3.3.90.36.00	**5.780,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	5.780,00
1225 - 3.3.90.39.00	**27.730,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	17.320,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	10.410,00
1228 - 3.3.90.92.00	**1.320,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	1.320,00
1229 - 4.4.90.52.00	**23.100,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	5.780,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	17.320,00
Ação: 2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS	4.328.060,00
1103 - 3.1.90.04.00	**13.750,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	13.750,00
1104 - 3.1.90.11.00	**1.398.610,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços	57.750,00

públicos de saúde -	
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	1.340.860,00
1105 - 3.1.90.13.00	**41.250,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	34.650,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	6.600,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
1106 - 3.1.90.16.00		**58.480,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		58.480,00
1107 - 3.1.90.92.00		**2.200,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		2.200,00
1538 - 3.1.91.13.00		**349.070,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		34.650,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		314.420,00
1539 - 3.1.91.92.00		**820,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		820,00
1540 - 3.3.90.08.00		**11.550,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		11.550,00
1541 - 3.3.90.14.00		**23.100,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		23.100,00
1542 - 3.3.90.30.00		**861.080,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		34.650,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		413.490,00
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		397.000,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		15.020,00
17063110 - Transferência Especial da União -		920,00
1543 - 3.3.90.32.00		**154.100,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		88.840,00
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		57.750,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		7.510,00
1544 - 3.3.90.33.00		**11.550,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		11.550,00
1545 - 3.3.90.35.00		**57.750,00**
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		57.750,00
1546 - 3.3.90.36.00		**34.650,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		34.650,00
1547 - 3.3.90.39.00		**1.120.390,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		34.650,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		612.150,00
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		473.590,00
1548 - 3.3.90.40.00		**23.100,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		23.100,00

1549 - 3.3.90.92.00	**11.550,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	11.550,00
1550 - 3.3.90.93.00	**11.550,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	11.550,00
1551 - 4.4.90.30.00	**28.320,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	11.550,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	16.770,00
1552 - 4.4.90.39.00	**58.950,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	25.410,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	33.540,00
1553 - 4.4.90.51.00	**35.620,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	33.540,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	2.080,00
1554 - 4.4.90.52.00	**12.230,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	12.230,00
1555 - 4.4.90.92.00	**8.390,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	8.390,00
Ação: 2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	2.581.600,00
1087 - 3.1.90.04.00	**13.750,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate	13.750,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
1088 - 3.1.90.11.00		**2.165.570,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		23.100,00
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate		2.142.470,00
1089 - 3.1.90.13.00		**48.250,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		15.250,00
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate		33.000,00
1090 - 3.1.90.16.00		**6.600,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate		6.600,00
1091 - 3.1.90.91.00		**1.680,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate		1.680,00
1092 - 3.1.90.92.00		**1.320,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate		1.320,00
1093 - 3.1.91.13.00		**235.620,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate		235.620,00
1094 - 3.1.91.92.00		**660,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate		660,00
1096 - 3.3.90.14.00		**1.680,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		1.680,00
1097 - 3.3.90.30.00		**52.490,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		30.490,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		22.000,00

1098 - 3.3.90.33.00	**5.030,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	5.030,00
1099 - 3.3.90.36.00	**8.390,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	8.390,00
1100 - 3.3.90.39.00	**10.860,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	10.860,00
1101 - 3.3.90.92.00	**2.200,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	2.200,00
1102 - 4.4.90.52.00	**27.500,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	13.750,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	13.750,00
Ação: 2.127 - Manutenção das Ações de Combate a Situações Emergenciais e de Calamidade Pública	23.100,00
1509 - 3.3.90.30.00	**11.550,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	11.550,00
1510 - 3.3.90.36.00	**11.550,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	11.550,00
Ação: 2.133 - Implantação das Ações de Politicas para a Rede Cegonha	45.740,00
1604 - 3.3.90.32.00	**45.740,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	45.740,00
Ação: 2.134 - Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS- Componente Qualidade	45.740,00
1607 - 3.1.90.16.00	**45.740,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	45.740,00
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.605.210,00
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.605.210,00
Ação: 2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC	2.276.020,00
1120 - 3.1.90.04.00	**25.410,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	25.410,00
1121 - 3.1.90.11.00	**38.120,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	38.120,00
1122 - 3.1.90.13.00	**96.560,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	45.740,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	50.820,00
1125 - 3.1.90.16.00	**63.990,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	63.990,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
1128 - 3.1.90.92.00		**2.020,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		2.020,00
1139 - 3.1.91.13.00		**40.660,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		15.250,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		25.410,00
1141 - 3.1.91.92.00		**820,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		820,00
1143 - 3.3.90.14.00		**1.680,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo		1.680,00

Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	
1149 - 3.3.90.30.00	**452.310,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	45.740,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	107.160,00
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	57.780,00
17063110 - Transferência Especial da União -	241.630,00
1152 - 3.3.90.32.00	**6.350,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	6.350,00
1153 - 3.3.90.33.00	**3.810,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	3.810,00
1155 - 3.3.90.36.00	**26.560,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	26.560,00
1172 - 3.3.90.39.00	**1.486.520,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	164.310,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	822.470,00
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	311.850,00
16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	141.690,00
17063110 - Transferência Especial da União -	46.200,00
1174 - 3.3.90.48.00	**4.400,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	4.400,00
1175 - 3.3.90.92.00	**1.650,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	1.650,00
1176 - 4.4.90.52.00	**25.160,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	8.390,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	16.770,00
Ação: 2.67 - Transferência a Consórcio Público	278.370,00
1108 - 3.3.71.70.00	**156.860,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	22.640,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	110.110,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	9.090,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	7.510,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	7.510,00
1109 - 3.3.72.39.00	**121.510,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	97.400,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	9.090,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	7.510,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	7.510,00
Ação: 2.135 - Celebração de Parceria Administrativa Junto ao Hospital Regional de São Paulo do Potengir	50.820,00
1608 - 3.3.40.41.00	**50.820,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	50.820,00
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico	200.960,00
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública	200.960,00
Ação: 2.55 - Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica	200.960,00
1177 - 3.3.90.30.00	**156.820,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	102.370,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	5.950,00

16013110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	31.560,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual -		7.100,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		4.920,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		4.920,00
1178 - 3.3.90.32.00		**41.940,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		26.150,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		5.950,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		4.920,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -		4.920,00
1182 - 3.3.90.92.00		**2.200,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		2.200,00
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária		338.890,00
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		338.890,00
Ação: 2.56 - Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde		232.160,00
1512 - 3.1.90.11.00		**115.500,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		115.500,00
1513 - 3.1.90.13.00		**24.260,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		24.260,00
1514 - 3.3.90.30.00		**23.100,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		23.100,00
1515 - 3.3.90.36.00		**11.550,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		11.550,00
1516 - 3.3.90.39.00		**57.750,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		57.750,00
Ação: 2.136 - Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância Sanitária		106.730,00
1609 - 3.1.90.11.00		**45.740,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		45.740,00
1610 - 3.1.90.13.00		**30.490,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		30.490,00
1611 - 3.1.91.13.00		**15.250,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		15.250,00
1612 - 3.3.90.30.00		**15.250,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		15.250,00
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica		339.040,00
Programa: 42 - Manutenção das Ações em Saúde Pública		339.040,00
Ação: 2.58 - Manutenção das Atividades de Políticas Públicas em Saúde		27.500,00
1209 - 3.3.90.39.00		**27.500,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		27.500,00
Ação: 2.103 - Manutenção das Atividades dos Agentes de Combate a Endemias		311.540,00
1184 - 3.1.90.04.00		**38.750,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate		38.750,00
1185 - 3.1.90.11.00		**99.100,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		15.250,00
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes		83.850,00

comunitários de saúde e dos agentes de combate	
1186 - 3.1.90.13.00	**40.410,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -	15.250,00
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate	25.160,00
1189 - 3.1.90.16.00	**1.520,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate	1.520,00
1190 - 3.1.90.91.00	**5.030,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate	5.030,00
1191 - 3.1.90.92.00	**8.390,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate	8.390,00
1192 - 3.1.91.13.00	**13.420,00**
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate	13.420,00
1193 - 3.1.91.92.00	**1.680,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate		1.680,00
1197 - 3.3.90.14.00		**910,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		910,00
1199 - 3.3.90.30.00		**44.220,00**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde -		2.290,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		41.930,00
1200 - 3.3.90.32.00		**8.390,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		8.390,00
1201 - 3.3.90.36.00		**13.750,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		13.750,00
1202 - 3.3.90.39.00		**16.770,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		16.770,00
1203 - 3.3.90.92.00		**2.420,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		2.420,00
1204 - 4.4.90.52.00		**16.780,00**
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos		8.390,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos		8.390,00
Função: 17 - Saneamento		293.370,00
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		293.370,00
Programa: 37 - Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública		293.370,00
Ação: 1.30 - Construção de Unidades Sanitarias		288.750,00
925 - 4.4.90.93.00		**288.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		288.750,00
Ação: 1.31 - Instalação do Sistema de Saneamento Básico		4.620,00
972 - 4.4.90.52.00		**4.620,00**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -		2.310,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -		2.310,00
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social		**3.279.850,00**
Unidade orçamentária: 8002 - Fundo Municipal de Assistência Social		**3.279.850,00**
Função: 8 - Assistência Social		3.258.890,00
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa		122.900,00
Programa: 10 - Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa		19.990,00
Ação: 2.69 - Apoio ao Fundo Municipal do Idoso		19.990,00
1330 - 3.3.90.30.00		**2.310,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		2.310,00

1331 - 3.3.90.32.00	**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.780,00
1332 - 3.3.90.36.00	**5.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.780,00
1333 - 3.3.90.39.00	**3.460,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	3.460,00
1334 - 4.4.90.52.00	**2.660,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	2.660,00
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica	102.910,00
Ação: 2.89 - PROCAD SUAS	102.910,00
959 - 3.1.90.04.00	**25.410,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	25.410,00
960 - 3.1.90.13.00	**6.350,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	6.350,00
961 - 3.1.90.14.00	**1.270,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	1.270,00
962 - 3.3.90.30.00	**25.410,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	25.410,00
963 - 3.3.90.36.00	**10.160,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	10.160,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
964 - 3.3.90.39.00		**15.250,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		15.250,00
965 - 4.4.90.52.00		**19.060,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		19.060,00
Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência		12.750,00
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		12.750,00
Ação: 2.85 - Manutenção das Atividades do Programa BPC na Escola		12.750,00
1194 - 3.3.90.30.00		**7.620,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		7.620,00
1196 - 3.3.90.31.00		**3.050,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		3.050,00
1198 - 3.3.90.32.00		**2.080,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		2.080,00
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		320.170,00
Programa: 18 - Programas e Projetos voltados a Criança e ao Adolescente		45.900,00
Ação: 2.68 - Apoio ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente		45.900,00
1320 - 3.3.90.30.00		**13.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		13.750,00
1323 - 3.3.90.36.00		**4.650,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		4.650,00
1325 - 3.3.90.39.00		**27.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		27.500,00
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		274.270,00
Ação: 2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz		154.510,00
1041 - 3.1.90.04.00		**4.320,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		4.320,00
1042 - 3.1.90.11.00		**12.700,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		12.700,00
1043 - 3.1.90.13.00		**19.060,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		19.060,00
1044 - 3.1.90.92.00		**1.270,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.270,00
1046 - 3.1.91.13.00		**6.350,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		6.350,00
1047 - 3.1.91.92.00		**640,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		640,00
1048 - 3.3.90.08.00		**2.540,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		2.540,00
1049 - 3.3.90.14.00		**1.270,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.270,00
1050 - 3.3.90.30.00		**38.120,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		38.120,00
1051 - 3.3.90.31.00		**6.350,00**

16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	6.350,00
1052 - 3.3.90.32.00	**3.810,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	3.810,00
1053 - 3.3.90.36.00	**6.350,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	6.350,00
1054 - 3.3.90.39.00	**50.820,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	50.820,00
1055 - 3.3.90.92.00	**910,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	910,00
Ação: 2.99 - Subvenção ao Lar São Camilo de Lélis	119.760,00
970 - 3.3.50.43.00	**119.760,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	90.450,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		29.310,00
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		2.803.070,00
Programa: 16 - Gestão Pública Integrada de Assistência Social		2.089.050,00
Ação: 2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		1.827.740,00
1365 - 3.1.90.04.00		**38.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		38.500,00
1367 - 3.1.90.11.00		**537.380,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		537.380,00
1369 - 3.1.90.13.00		**88.870,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		88.870,00
1370 - 3.1.90.16.00		**4.880,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		4.880,00
1374 - 3.1.90.91.00		**1.320,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.320,00
1375 - 3.1.90.92.00		**1.320,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.320,00
1376 - 3.1.91.13.00		**13.740,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		13.740,00
1377 - 3.1.91.92.00		**1.320,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.320,00
1378 - 3.3.90.08.00		**300,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		300,00
1379 - 3.3.90.14.00		**13.580,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		13.580,00
1380 - 3.3.90.30.00		**253.400,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		252.710,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		690,00
1381 - 3.3.90.31.00		**9.650,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		9.650,00
1382 - 3.3.90.32.00		**92.700,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		92.700,00
1383 - 3.3.90.33.00		**6.600,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		6.600,00
1384 - 3.3.90.36.00		**13.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		13.750,00
1385 - 3.3.90.39.00		**693.040,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		669.700,00
17050000 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais -		6.930,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 -		1.160,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -		15.250,00
1386 - 3.3.90.40.00		**27.500,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		27.500,00
1387 - 3.3.90.47.00		**5.030,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		5.030,00
1388 - 3.3.90.48.00		**5.030,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		5.030,00
1389 - 3.3.90.49.00		**2.750,00**

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	2.750,00
1390 - 3.3.90.92.00	**6.650,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	6.650,00
1394 - 4.4.90.39.00	**5.220,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	5.220,00
1395 - 4.4.90.52.00	**660,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	660,00
1397 - 4.4.90.61.00	**1.800,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.800,00
1399 - 4.4.90.92.00		**2.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		2.750,00
Ação: 2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		208.690,00
1291 - 3.1.90.04.00		**23.100,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		23.100,00
1292 - 3.1.90.11.00		**23.100,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		23.100,00
1293 - 3.1.90.13.00		**18.480,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		1.160,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		17.320,00
1294 - 3.1.90.92.00		**12.700,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		12.700,00
1295 - 3.1.91.13.00		**10.120,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		10.120,00
1296 - 3.1.91.92.00		**1.270,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.270,00
1297 - 3.3.90.08.00		**3.810,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		3.810,00
1298 - 3.3.90.14.00		**1.270,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.270,00
1299 - 3.3.90.30.00		**51.170,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		13.630,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		37.540,00
1300 - 3.3.90.33.00		**17.320,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		17.320,00
1301 - 3.3.90.36.00		**4.160,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		4.160,00
1302 - 3.3.90.39.00		**31.210,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		23.100,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		8.110,00
1303 - 3.3.90.92.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
1304 - 4.4.90.52.00		**8.390,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		8.390,00
1305 - 4.4.90.92.00		**910,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		910,00
Ação: 2.78 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS		52.620,00
974 - 3.1.90.04.00		**8.390,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		8.390,00
976 - 3.1.90.13.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
978 - 3.1.90.92.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
979 - 3.1.91.13.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
980 - 3.1.91.92.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
983 - 3.3.90.08.00		**1.370,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.370,00
985 - 3.3.90.30.00		**8.390,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		8.390,00
989 - 3.3.90.32.00		**5.030,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		5.030,00
991 - 3.3.90.36.00		**5.030,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		5.030,00
993 - 3.3.90.39.00		**6.710,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		6.710,00
995 - 3.3.90.92.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
998 - 4.4.90.52.00		**8.390,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		8.390,00
1000 - 4.4.90.92.00		**910,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		910,00
Programa: 28 - Bloco da Proteção Social Básica		317.100,00
Ação: 2.79 - Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica		178.500,00
1259 - 3.1.90.04.00		**55.530,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		55.530,00
1260 - 3.1.90.11.00		**16.770,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		16.770,00
1261 - 3.1.90.13.00		**32.780,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		7.620,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		25.160,00
1262 - 3.1.90.92.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
1263 - 3.1.90.94.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
1265 - 3.3.90.08.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
1266 - 3.3.90.14.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
1267 - 3.3.90.30.00		**23.080,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		6.310,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		16.770,00
1269 - 3.3.90.36.00		**8.390,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		8.390,00
1271 - 3.3.90.39.00		**25.160,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		25.160,00
1272 - 3.3.90.92.00		**1.680,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		1.680,00
1273 - 4.4.90.52.00		**8.390,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		8.390,00
Ação: 2.82 - Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CRAS		138.600,00
1521 - 4.4.90.51.00		**69.300,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		11.550,00
16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social -		57.750,00
1522 - 4.4.90.52.00		**69.300,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -		11.550,00
16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social -		57.750,00
Programa: 29 - Bloco da Proteção Social Especial		35.560,00
Ação: 2.90 - Manutenção das Atividades dos Serviços da Proteção Social Especial		21.810,00
1277 - 3.3.90.30.00		**8.390,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		8.390,00
1279 - 3.3.90.36.00		**5.030,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		5.030,00
1281 - 3.3.90.39.00		**8.390,00**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -		8.390,00
Ação: 2.92 - Construção, Reforma e Ampliação da Sede do CREAS		13.750,00
1289 - 4.4.90.51.00		**13.750,00**
16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social -		13.750,00

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627

Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores	
	LDO 2027 - Valores em R$
Programa: 31 - Gestão de Benefícios Eventuais	18.690,00
Ação: 2.95 - Gestão de Benefícios Eventuais	18.690,00
1008 - 3.3.90.32.00	**16.770,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	16.770,00
1009 - 3.3.90.39.00	**1.920,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.920,00
Programa: 32 - Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	342.670,00
Ação: 2.96 - Emendas Parlamentares	342.670,00
1016 - 3.3.90.31.00	**25.400,00**
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	12.700,00
16013120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	12.700,00
1018 - 3.3.90.33.00	**19.070,00**
16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	19.070,00
1026 - 3.3.90.35.00	**25.400,00**
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	12.700,00
16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	12.700,00
1031 - 3.3.90.36.00	**31.760,00**
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	12.700,00
16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	19.060,00
1032 - 3.3.90.39.00	**76.240,00**
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	38.120,00
16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	38.120,00
1035 - 3.3.90.40.00	**12.700,00**
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	6.350,00
16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	6.350,00
1036 - 3.3.90.48.00	**25.400,00**
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	12.700,00
16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	12.700,00
1038 - 4.4.90.51.00	**82.230,00**
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	18.710,00
16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	63.520,00
1039 - 4.4.90.52.00	**44.470,00**
16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	25.410,00
16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	19.060,00
Função: 14 - Direitos da Cidadania	20.960,00
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	20.960,00
Programa: 30 - Fortalecimento do Controle Social	20.960,00
Ação: 2.93 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social	20.960,00
1285 - 3.3.90.14.00	**3.850,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	3.850,00
1286 - 3.3.90.30.00	**1.680,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.680,00
1287 - 3.3.90.36.00	**13.750,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	13.750,00
1288 - 3.3.90.39.00	**1.680,00**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos -	1.680,00
Unidade gestora: 5 - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Tomé	**10.628.180,00**
Unidade orçamentária: 12001 - Inst. de Prev. Serv. Mun. de São Tomé - IPSAT	**10.628.180,00**
Função: 9 - Previdência Social	10.628.180,00
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário	10.628.180,00
Programa: 41 - IPSAT	10.628.180,00
Ação: 2.131 - Manutenção da Controladoria IPSAT	176.600,00

1576 - 3.1.90.11.00	**164.150,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -	164.150,00
1577 - 3.3.90.14.00	**5.640,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário:** Aldair Leite	**Chave de Autenticação Digital**
https://saotome.rn.gov.br/		1631-8873-627
Despesa LDO por Classificação Funcional Programática - Somente com Valores		
		LDO 2027 - Valores em R$
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		5.640,00
1578 - 3.3.90.30.00		**4.370,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		4.370,00
1579 - 3.3.90.33.00		**2.440,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		2.440,00
Ação: 2.132 - Programa Gestão do RPPS Municipal- IPSAT		10.451.580,00
1580 - 3.1.90.01.00		**8.300.490,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		8.300.490,00
1581 - 3.1.90.11.00		**1.014.000,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		1.014.000,00
1582 - 3.1.90.13.00		**154.600,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		154.600,00
1583 - 3.1.90.92.00		**647.060,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		647.060,00
1584 - 3.3.90.14.00		**3.410,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		3.410,00
1585 - 3.3.90.30.00		**17.280,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		17.280,00
1586 - 3.3.90.33.00		**4.140,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		4.140,00
1587 - 3.3.90.35.00		**120.520,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		120.520,00
1588 - 3.3.90.36.00		**9.150,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		9.150,00
1589 - 3.3.90.39.00		**97.070,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		97.070,00
1590 - 3.3.90.92.00		**2.590,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		2.590,00
1591 - 3.3.90.93.00		**19.820,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		19.820,00
1592 - 4.4.90.52.00		**61.450,00**
18001111 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) -		61.450,00

Prefeitura Municipal de São Tome				
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN				
CNPJ: 08.080.210/0001-49			**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/				1451-5778-364
Relatório da Despesa LDO por Funcional Programática Consolidado				
LDO 2027 - Valores em R$				
Função	**Subfunção**	**Programa**		
1			Ação Legislativa	3.234.350,00
1	31		Ação Legislativa	3.234.350,00
1	31	40	Câmara Municipal	3.234.350,00
2			Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	78.280,00
2	62		Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	78.280,00
2	62	19	Manutenção das Ações da Procuradoria	78.280,00
4			Administração Geral	25.889.070,00
4	122		Administração Geral	5.574.990,00
4	122	4	Manutenção das Ações da Secretaria	5.457.180,00
4	122	22	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	117.810,00
4	123		Administração Financeira	3.487.960,00
4	123	4	Manutenção das Ações da Secretaria	3.487.960,00
4	124		Controle Interno	161.560,00
4	124	17	Manutenção das Ações da Controladoria	161.560,00
4	126		Tecnologia da Informação	125.200,00
4	126	4	Manutenção das Ações da Secretaria	125.200,00
4	512		Saneamento Básico Urbano	12.892.950,00
4	512	42	Manutenção das Ações em Saúde Pública	12.892.950,00
4	541		Preservação e Conservação Ambiental	3.646.410,00

4	541	4	Manutenção das Ações da Secretaria	3.646.410,00
6			Policiamento	139.280,00
6	181		Policiamento	139.280,00
6	181	6	Manutenção da Ações de Segurança Pública	139.280,00
8			Administração Geral	5.160.270,00
8	122		Administração Geral	1.629.170,00
8	122	16	Gestão Pública Integrada de Assistência Social	1.629.170,00
8	241		Assistência à Pessoa Idosa	122.900,00
8	241	10	Programas e Projetos voltados a Pessoa Idosa	19.990,00
8	241	28	Bloco da Proteção Social Básica	102.910,00
8	242		Assistência à Pessoa com Deficiência	12.750,00
8	242	28	Bloco da Proteção Social Básica	12.750,00
8	243		Assistência à Criança e ao Adolescente	492.600,00
8	243	18	Programas e Projetos voltados a Criança e ao Adolescente	45.900,00
8	243	21	Manutenção das Ações do Conselho Tutelar	172.430,00
8	243	28	Bloco da Proteção Social Básica	274.270,00
8	244		Assistência Comunitária	2.833.550,00
8	244	16	Gestão Pública Integrada de Assistência Social	2.119.530,00
8	244	28	Bloco da Proteção Social Básica	317.100,00
8	244	29	Bloco da Proteção Social Especial	35.560,00
8	244	31	Gestão de Benefícios Eventuais	18.690,00
8	244	32	Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	342.670,00
8	333		Empregabilidade	57.750,00
8	333	26	Política do Trabalho e Renda	57.750,00
8	451		Infra-Estrutura Urbana	11.550,00
8	451	16	Gestão Pública Integrada de Assistência Social	11.550,00

Prefeitura Municipal de São Tome			
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN			
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**	
https://saotome.rn.gov.br/		1451-5778-364	
Relatório da Despesa LDO por Funcional Programática Consolidado			
LDO 2027 - Valores em R$			
Função	**Subfunção**	**Programa**	
9			Previdência do Regime Estatutário	12.231.500,00
9	272		Previdência do Regime Estatutário	12.231.500,00
9	272	24	Obrigações Previdenciárias	1.603.320,00
9	272	41	IPSAT	10.628.180,00
10			Atenção Básica	13.557.140,00
10	301		Atenção Básica	9.679.180,00
10	301	37	Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	1.660.490,00
10	301	42	Manutenção das Ações em Saúde Pública	8.018.690,00
10	302		Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.941.320,00
10	302	42	Manutenção das Ações em Saúde Pública	2.941.320,00
10	303		Suporte Profilático e Terapêutico	200.960,00
10	303	42	Manutenção das Ações em Saúde Pública	200.960,00
10	304		Vigilância Sanitária	338.890,00
10	304	42	Manutenção das Ações em Saúde Pública	338.890,00
10	305		Vigilância Epidemiológica	339.040,00
10	305	42	Manutenção das Ações em Saúde Pública	339.040,00
10	331		Proteção e Benefícios ao Trabalhador	57.750,00
10	331	42	Manutenção das Ações em Saúde Pública	57.750,00
12			Administração Geral	34.574.590,00
12	122		Administração Geral	1.552.220,00
12	122	47	Manutenção das Ações com Educação Municipal	804.920,00
12	122	48	Melhoria na Infraestrutura ao Esporte no Fundamental	400.220,00
12	122	49	Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte	347.080,00
12	126		Tecnologia da Informação	161.700,00
12	126	47	Manutenção das Ações com Educação Municipal	161.700,00
12	331		Proteção e Benefícios ao Trabalhador	57.750,00
12	331	47	Manutenção das Ações com Educação Municipal	57.750,00
12	361		Ensino Fundamental	25.446.010,00
12	361	22	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	344.270,00
12	361	47	Manutenção das Ações com Educação Municipal	25.101.740,00
12	362		Ensino Médio	289.860,00
12	362	47	Manutenção das Ações com Educação Municipal	289.860,00
12	365		Educação Infantil	6.605.590,00
12	365	22	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	79.280,00
12	365	43	Melhoria na Infraestrutura da Educação Municipal	570.330,00
12	365	47	Manutenção das Ações com Educação Municipal	5.955.980,00

12	366		Educação de Jovens e Adultos	331.840,00
12	366	47	Manutenção das Ações com Educação Municipal	331.840,00
12	367		Educação Especial	60.320,00
12	367	47	Manutenção das Ações com Educação Municipal	60.320,00
12	392		Difusão Cultural	69.300,00
12	392	50	Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura	69.300,00
13			Difusão Cultural	2.963.900,00
13	392		Difusão Cultural	2.963.900,00
13	392	47	Manutenção das Ações com Educação Municipal	2.772.130,00

Prefeitura Municipal de São Tome

Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN

CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		1451-5778-364

Relatório da Despesa LDO por Funcional Programática Consolidado

LDO 2027 - Valores em R$

Função	**Subfunção**	**Programa**		
13	392	50	Promoção das Ações da Coordenadoria de Cultura	191.770,00
14			Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	62.130,00
14	422		Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	62.130,00
14	422	16	Gestão Pública Integrada de Assistência Social	41.170,00
14	422	30	Fortalecimento do Controle Social	20.960,00
15			Infra-Estrutura Urbana	13.102.790,00
15	451		Infra-Estrutura Urbana	12.917.820,00
15	451	4	Manutenção das Ações da Secretaria	7.432.750,00
15	451	34	Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	184.800,00
15	451	52	Melhoria na Infraestrutura do Município	5.300.270,00
15	452		Serviços Urbanos	184.970,00
15	452	4	Manutenção das Ações da Secretaria	63.970,00
15	452	52	Melhoria na Infraestrutura do Município	121.000,00
16			Habitação Urbana	396.000,00
16	482		Habitação Urbana	396.000,00
16	482	33	Construindo a São Tomé do Futuro	396.000,00
17			Saneamento Básico Urbano	293.370,00
17	512		Saneamento Básico Urbano	293.370,00
17	512	37	Melhoria na Infraestrutura da Saúde Pública	293.370,00
18			Controle Ambiental	844.320,00
18	542		Controle Ambiental	227.540,00
18	542	4	Manutenção das Ações da Secretaria	227.540,00
18	544		Recursos Hídricos	616.780,00
18	544	34	Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	616.780,00
20			Administração Geral	999.660,00
20	122		Administração Geral	254.690,00
20	122	4	Manutenção das Ações da Secretaria	254.690,00
20	422		Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	80.850,00
20	422	4	Manutenção das Ações da Secretaria	80.850,00
20	605		Abastecimento	490.870,00
20	605	4	Manutenção das Ações da Secretaria	154.550,00
20	605	34	Melhoria na Infraestrutura de Proteção ao Meio Ambiente	26.330,00
20	605	52	Melhoria na Infraestrutura do Município	309.990,00
20	606		Extensão Rural	173.250,00
20	606	4	Manutenção das Ações da Secretaria	173.250,00
23			Turismo	195.200,00
23	695		Turismo	195.200,00
23	695	4	Manutenção das Ações da Secretaria	195.200,00
25			Energia Elétrica	66.000,00
25	752		Energia Elétrica	66.000,00
25	752	52	Melhoria na Infraestrutura do Município	66.000,00
26			Transporte Rodoviário	100.370,00
26	782		Transporte Rodoviário	100.370,00
26	782	4	Manutenção das Ações da Secretaria	46.200,00
26	782	52	Melhoria na Infraestrutura do Município	54.170,00

Prefeitura Municipal de São Tome

Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN

CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		1451-5778-364

Relatório da Despesa LDO por Funcional Programática Consolidado

LDO 2027 - Valores em R$

Função	Subfunção	Programa		
27			Desporto Comunitário	546.980,00
27	812		Desporto Comunitário	546.980,00
27	812	49	Promoção das Ações da Coordenadoria de Esporte	546.980,00
28			Serviço da Dívida Interna	1.645.120,00
28	843		Serviço da Dívida Interna	1.645.120,00
28	843	4	Manutenção das Ações da Secretaria	57.750,00
28	843	25	Amortização da Dívida	1.587.370,00
99			Reserva de Contingência	1.540.000,00
99	999		Reserva de Contingência	1.540.000,00
99	999	45	Reserva de Contingencia	1.540.000,00
			Total	**117.620.320,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		2024-0678-705
Relatório da Despesa LDO por Função Consolidado		
LDO 2027 - Valores em R$		
Função		
1 Legislativa		3.234.350,00
2 Judiciária		78.280,00
4 Administração		25.889.070,00
6 Segurança Pública		139.280,00
8 Assistência Social		5.160.270,00
9 Previdência Social		12.231.500,00
10 Saúde		13.557.140,00
12 Educação		34.574.590,00
13 Cultura		2.963.900,00
14 Direitos da Cidadania		62.130,00
15 Urbanismo		13.102.790,00
16 Habitação		396.000,00
17 Saneamento		293.370,00
18 Gestão Ambiental		844.320,00
20 Agricultura		999.660,00
23 Comércio e Serviços		195.200,00
25 Energia		66.000,00
26 Transporte		100.370,00
27 Desporto e Lazer		546.980,00
28 Encargos Especiais		1.645.120,00
99 Reserva de Contingência		1.540.000,00
Total geral		**117.620.320,00**

Prefeitura Municipal de São Tome		
Praca Antonio Assuncao, 276 - Centro - 59.400-000 - São Tomé/ RN		
CNPJ: 08.080.210/0001-49	**Usuário: Aldair Leite**	**Chave de Autenticação**
https://saotome.rn.gov.br/		2446-4717-850
Relatório da Despesa LDO por Subfunção Consolidado		
LDO 2027 - Valores em R$		
Subfunção		
31 Ação Legislativa		3.234.350,00
62 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		78.280,00
122 Administração Geral		9.011.070,00
123 Administração Financeira		3.487.960,00
124 Controle Interno		161.560,00
126 Tecnologia da Informação		286.900,00
181 Policiamento		139.280,00
241 Assistência à Pessoa Idosa		122.900,00
242 Assistência à Pessoa com Deficiência		12.750,00
243 Assistência à Criança e ao Adolescente		492.600,00
244 Assistência Comunitária		2.833.550,00
272 Previdência do Regime Estatutário		12.231.500,00
301 Atenção Básica		9.679.180,00
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.941.320,00
303 Suporte Profilático e Terapêutico		200.960,00
304 Vigilância Sanitária		338.890,00
305 Vigilância Epidemiológica		339.040,00
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		115.500,00
333 Empregabilidade		57.750,00

361 Ensino Fundamental	25.446.010,00
362 Ensino Médio	289.860,00
365 Educação Infantil	6.605.590,00
366 Educação de Jovens e Adultos	331.840,00
367 Educação Especial	60.320,00
392 Difusão Cultural	3.033.200,00
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	142.980,00
451 Infra-Estrutura Urbana	12.929.370,00
452 Serviços Urbanos	184.970,00
482 Habitação Urbana	396.000,00
512 Saneamento Básico Urbano	13.186.320,00
541 Preservação e Conservação Ambiental	3.646.410,00
542 Controle Ambiental	227.540,00
544 Recursos Hídricos	616.780,00
605 Abastecimento	490.870,00
606 Extensão Rural	173.250,00
695 Turismo	195.200,00
752 Energia Elétrica	66.000,00
782 Transporte Rodoviário	100.370,00
812 Desporto Comunitário	546.980,00
843 Serviço da Dívida Interna	1.645.120,00
999 Reserva de Contingência	1.540.000,00
Total geral	**117.620.320,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:9D6A4ED4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

GABINETE PREFEITO
LDO 2027 *REPUBLICADA

LEI ORDINÁRIA Nº 841, de 23 de junho de 2026.
Lei de Diretrizes Orçamentárias Exercício de 2027.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do Orçamento Geral do Município de Tangará/RN para o exercício financeiro de 2027, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Tangará/RN para o exercício financeiro de 2027, compreendendo:
– as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
– a estrutura e organização dos orçamentos;
– as diretrizes para elaboração, execução e alteração da Lei Orçamentária Anual;
– as disposições relativas ao equilíbrio entre receitas e despesas;
– os critérios e formas de limitação de empenho;
– as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
– as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
– as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
– as disposições sobre alterações na legislação tributária;
– as disposições sobre a dívida pública municipal;

– as disposições relativas ao Plano Plurianual;
– as disposições gerais.

Art. 2º As definições e conceitos constantes desta Lei observarão aqueles estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101/2000, na Lei Federal nº 4.320/1964, nas normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, no Plano Plurianual vigente e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

Parágrafo único. Na elaboração, aprovação e execução da proposta orçamentária serão observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, unidade, universalidade, anualidade, exclusividade, equilíbrio fiscal e responsabilidade na gestão fiscal.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2027 observarão as diretrizes, os programas, os objetivos e as ações constantes do Plano Plurianual do Município de Tangará/RN para o quadriênio 2026–2029, compatibilizadas com a realidade fiscal, financeira e administrativa do Município.

Art. 4º Constituem prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2027:
– a manutenção e ampliação dos serviços públicos essenciais;
– a melhoria da qualidade da educação básica e valorização das ações de manutenção e desenvolvimento do ensino;
– o fortalecimento das ações e serviços públicos de saúde;
– a proteção social, com ênfase nas políticas de assistência social, infância, juventude, mulheres, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade;
– a melhoria da infraestrutura urbana e rural;
– a manutenção e ampliação dos serviços de limpeza pública, iluminação, transporte, estradas, saneamento e urbanismo;
– o fortalecimento das políticas de agricultura, meio ambiente, recursos hídricos, turismo, esporte, lazer, cultura e desenvolvimento econômico;
– a valorização dos servidores públicos, observados os limites constitucionais e legais;
– o equilíbrio fiscal, a transparência da gestão pública e o controle da despesa;
– a redução das desigualdades sociais e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 5º As prioridades e metas da Administração Municipal poderão ser ajustadas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, desde que compatíveis com o Plano Plurianual, com esta Lei e com a legislação vigente.

Parágrafo único. A inclusão, exclusão ou alteração de programas, ações, produtos, metas físicas e financeiras deverá observar o interesse público, a disponibilidade orçamentária e financeira e a preservação do equilíbrio fiscal.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 6º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027 será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, não podendo o valor das despesas fixadas ser superior ao valor das receitas previstas.

Art. 7º A Lei Orçamentária Anual abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, quando houver, compreendendo o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social.

Art. 8º A proposta orçamentária para o exercício de 2027 deverá ser elaborada de forma compatível com:
– o Plano Plurianual 2026–2029;
– esta Lei de Diretrizes Orçamentárias;
– as metas fiscais;
– a legislação federal, estadual e municipal aplicável;
– a estimativa da receita;
– a capacidade financeira do Município;
– os limites constitucionais e legais relativos à saúde, educação, pessoal, dívida pública, previdência e repasse ao Poder Legislativo.

Art. 9º A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2027 se dará por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, constituído de texto legal, anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e demonstrativos exigidos pela Constituição Federal, pela Lei Federal nº 4.320/1964, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

Art. 10. A proposta orçamentária conterá, entre outros, os seguintes demonstrativos:
– demonstrativo da receita estimada, por categoria econômica, origem, espécie, rubrica e fonte de recursos;
– demonstrativo da despesa fixada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos;
– demonstrativo das receitas e despesas por categorias econômicas;
– demonstrativo da despesa por funções e subfunções de governo;
– demonstrativo dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino;
– demonstrativo dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde;
– demonstrativo dos recursos destinados à assistência social;
– demonstrativo dos recursos destinados ao FUNDEB e demais fundos municipais;
– demonstrativo da reserva de contingência;
– demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária com as metas fiscais;
– demonstrativo das despesas com pessoal e encargos sociais;
– demonstrativo da dívida pública e dos encargos da dívida;
– demonstrativo da legislação da receita;
– demonstrativo da evolução da receita e da despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964;
– demonstrativo dos projetos e atividades por órgão e unidade orçamentária;
– demonstrativo da compatibilização entre o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;
– demais quadros e anexos exigidos pela legislação vigente.

Art. 11. Na estimativa das receitas serão considerados a arrecadação dos exercícios anteriores, a tendência de arrecadação do exercício em curso, a receita efetivamente arrecadada até o mês de junho de 2026, as alterações na legislação tributária, a variação de índices econômicos, o crescimento econômico, as transferências constitucionais, legais e voluntárias, a capacidade de arrecadação própria do Município e as projeções constantes dos anexos de metas fiscais.

Art. 12. A despesa será fixada observando-se as prioridades estabelecidas nesta Lei, a compatibilidade com o Plano Plurianual, a estimativa da receita, os limites constitucionais e legais, a manutenção dos serviços públicos essenciais, os contratos, convênios, termos de parceria, obrigações continuadas, capacidade financeira do Município e o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 13. A receita e a despesa serão classificadas de acordo com as normas de contabilidade pública aplicáveis, devendo a despesa ser discriminada, no mínimo, por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte ou destinação de recursos.

CAPÍTULO IV
DOS CRÉDITOS ADICIONAIS, REMANEJAMENTOS E MODIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 14. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar o Poder Executivo, por decreto, e o Poder Legislativo, por ato próprio, no âmbito de seus respectivos orçamentos, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada, devendo os atos do Legislativo ser comunicados ao Executivo para fins de consolidação orçamentária, contábil e fiscal.

Art. 15. Os créditos adicionais suplementares poderão ser abertos com a finalidade de reforçar dotações orçamentárias insuficientes, utilizando-se como fontes de recursos aquelas previstas no art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente:
– o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
– os recursos provenientes de excesso de arrecadação;
– os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
– o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;
– os recursos provenientes da Reserva de Contingência, quando cabível;
– os recursos oriundos de convênios, contratos de repasse, termos de compromisso, transferências especiais, transferências voluntárias, emendas parlamentares e instrumentos congêneres não previstos ou previstos de forma insuficiente na Lei Orçamentária Anual.

Art. 16. Não serão computados no limite de 40% autorizado para abertura de créditos suplementares os créditos destinados a atender:

– despesas com pessoal e encargos sociais;
– serviço da dívida pública;
– precatórios, requisições de pequeno valor e sentenças judiciais;
– obrigações constitucionais e legais;
– despesas vinculadas a convênios, contratos de repasse, termos de compromisso, transferências fundo a fundo, transferências especiais, transferências voluntárias, emendas parlamentares, operações de crédito e respectivas contrapartidas;
– despesas custeadas com excesso de arrecadação;
– despesas custeadas com superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;
– despesas custeadas com recursos da Reserva de Contingência;
– alterações de fonte ou destinação de recursos, modalidade de aplicação, identificador de uso, identificador de resultado primário ou demais classificações orçamentárias necessárias à correta execução da despesa;
– abertura de créditos destinados à compatibilização de programas, ações, projetos ou atividades com o Plano Plurianual e com esta Lei;
– créditos destinados ao atendimento de despesas mínimas constitucionais com saúde e educação;
– créditos destinados a despesas vinculadas ao FUNDEB, ao SUS, ao SUAS, ao RPPS e demais fundos legalmente instituídos, quando financiados por fontes próprias, vinculadas ou transferidas;
– créditos destinados à execução de emendas parlamentares, transferências especiais, transferências voluntárias ou instrumentos congêneres.

Art. 17. Ficam autorizados, quando previstos na Lei Orçamentária Anual ou em lei específica, mediante decreto do Poder Executivo ou ato próprio do Poder Legislativo, no âmbito de seus respectivos orçamentos, os remanejamentos, transposições, transferências, realocações e modificações orçamentárias entre órgãos, unidades orçamentárias, programas, ações, projetos, atividades, operações especiais, categorias econômicas, grupos de natureza da despesa, modalidades de aplicação, elementos de despesa e fontes ou destinações de recursos, desde que preservada a finalidade da programação e observada a legislação vigente.

Art. 18. Para fins desta Lei, consideram-se:
– remanejamento: a realocação de recursos entre órgãos ou unidades orçamentárias, decorrente de reorganização administrativa, adequação da estrutura orçamentária ou necessidade de ajuste da execução orçamentária;
– transposição: a realocação de recursos entre programas de trabalho, mantendo-se a compatibilidade com o Plano Plurianual e com as prioridades estabelecidas nesta Lei;
– transferência: a realocação de recursos entre categorias econômicas, grupos de natureza da despesa, modalidades de aplicação, elementos de despesa ou ações, respeitada a finalidade pública da despesa;
– realocação orçamentária: o ajuste interno de dotações, fontes, classificações ou programações necessário à execução eficiente do orçamento;
– modificação orçamentária: a alteração técnica ou legal da programação constante da Lei Orçamentária Anual, inclusive para adequação de codificações, fontes, indicadores, classificações ou exigências dos órgãos de controle.

Art. 19. As modificações orçamentárias que não impliquem alteração do valor global da dotação autorizada, tais como alteração de fonte ou destinação de recursos, modalidade de aplicação, identificador de uso, identificador de resultado primário, elemento de despesa, detalhamento de fonte ou codificação orçamentária, poderão ser realizadas por ato do Poder Executivo, desde que não modifiquem a finalidade da ação orçamentária.

Art. 20. Durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo poderá encaminhar mensagem modificativa ao Poder Legislativo para corrigir erros, omissões, incompatibilidades técnicas, atualizar estimativas de receita, adequar dotações, incluir novas fontes de recursos ou compatibilizar a proposta com alterações legislativas, administrativas, fiscais ou econômicas supervenientes.

Art. 21. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser compatíveis com o Plano Plurianual, com esta Lei de Diretrizes Orçamentárias, com as metas fiscais e com os limites constitucionais e legais, indicando os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:
– dotações para pessoal e seus encargos;
– serviço da dívida;
– transferências constitucionais e legais;
– despesas mínimas constitucionais com saúde e educação;
– precatórios e requisições de pequeno valor;
– despesas obrigatórias de caráter continuado;
– recursos vinculados a finalidades específicas.

Art. 22. Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2026 poderão ser reabertos no exercício de 2027, nos limites de seus saldos, quando o ato de autorização assim permitir, observado o disposto na Constituição Federal.

CAPÍTULO V
DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA, INVESTIMENTOS E REGRAS GERAIS DE EXECUÇÃO

Art. 23. A Lei Orçamentária Anual consignará Reserva de Contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais e outros eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A Reserva de Contingência será constituída preferencialmente com recursos do Orçamento Fiscal, em percentual de até 5% da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício, podendo ser utilizada para atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais, eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário, quando necessário, e abertura de créditos adicionais, na forma da legislação vigente.

§ 2º Caso, até o mês de outubro do exercício financeiro, reste comprovada a não concretização dos riscos fiscais ou eventos fiscais imprevistos capazes de afetar as contas públicas, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais destinados ao reforço de dotações orçamentárias insuficientes.

Art. 24. A programação orçamentária e financeira deverá observar os princípios da prudência fiscal, da eficiência administrativa, da economicidade e da continuidade dos serviços públicos.

Art. 25. Os investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro somente poderão ser incluídos na Lei Orçamentária Anual se estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente ou nele forem incluídos por lei.

Art. 26. Os projetos e atividades custeados com recursos oriundos de transferências voluntárias, convênios, contratos de repasse, operações de crédito, alienação de bens e outras receitas vinculadas serão executados prioritariamente com suas respectivas fontes, podendo receber complementação de recursos próprios, quando necessário e conforme a disponibilidade financeira.

Art. 27. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade na alocação de recursos orçamentários em relação a projetos novos, ressalvados os projetos custeados com recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, emendas parlamentares, convênios ou instrumentos congêneres.

Art. 28. O Município somente poderá assumir despesas de competência de outros entes da Federação quando houver autorização legal, interesse público, convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, bem como previsão orçamentária suficiente.

Art. 29. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa, quando exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, deverão integrar os processos administrativos de contratação, inclusive licitação, dispensa ou inexigibilidade, bem como os atos que impliquem criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

Art. 30. Para fins do art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas cujo valor, em cada evento, não ultrapasse os limites previstos para contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente atualizados, sem prejuízo da observância da disponibilidade orçamentária, da regularidade fiscal da despesa e dos demais requisitos legais aplicáveis.

CAPÍTULO VI
DAS METAS FISCAIS E DOS RISCOS FISCAIS

Art. 31. Integram esta Lei os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, elaborados em conformidade com o art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e com as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 32. O Anexo de Metas Fiscais conterá, dentre outros, os seguintes demonstrativos:
– Metas Anuais;
– Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
– Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
– Evolução do Patrimônio Líquido;
– Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
– Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, quando aplicável;
– Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
– Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 1º Os demonstrativos integrantes do Anexo de Metas Fiscais serão acompanhados de memória e metodologia de cálculo, evidenciando as premissas utilizadas para estimativa das receitas, fixação das despesas, apuração do resultado primário, resultado nominal, montante da dívida pública, evolução do patrimônio líquido, avaliação previdenciária, renúncia de receita e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, observadas as normas da Secretaria do Tesouro Nacional e o Manual de Demonstrativos Fiscais.

§ 2º O Demonstrativo de Metas Anuais será elaborado em valores correntes e constantes, relativos às receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública, para o exercício de referência e para os dois seguintes.

§ 3º O Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior estabelecerá comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido, com indicação dos fatores que influenciaram o cumprimento ou descumprimento das metas.

§ 4º O Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores evidenciará a consistência das metas com as premissas utilizadas e com os objetivos da política fiscal do Município.

Art. 33. O Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido evidenciará as variações patrimoniais do Município, observada a consolidação das unidades gestoras e as normas aplicáveis à contabilidade pública.

Parágrafo único. O Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos evidenciará a origem dos recursos e sua respectiva aplicação, observada a vedação de utilização desses recursos para o financiamento de despesas correntes, salvo quando autorizada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos.

Art. 34. O Demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social deverá evidenciar as receitas e despesas previdenciárias, o resultado previdenciário, a disponibilidade financeira, as projeções atuariais e demais informações necessárias à avaliação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime, quando aplicável.

Art. 35. O Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita indicará a natureza da renúncia fiscal, seus efeitos estimados e as medidas de compensação, quando necessárias, observando-se o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º A renúncia de receita estimada para o exercício de 2027, constante do demonstrativo próprio do Anexo de Metas Fiscais, quando houver, não será considerada para efeito de ampliação da estimativa da receita orçamentária.

Art. 36. O Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado destina-se a evidenciar a possibilidade de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que impliquem aumento de despesa continuada, observadas as disposições do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 37. O Anexo de Riscos Fiscais conterá a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem adotadas caso se concretizem.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos preferencialmente com recursos da Reserva de Contingência e, se necessário, com excesso de arrecadação, superávit financeiro ou redução de despesas discricionárias.

§ 2º Sendo os recursos insuficientes, o Poder Executivo poderá propor a abertura de créditos adicionais mediante anulação de dotações não comprometidas, observada a legislação vigente.

Art. 38. As metas fiscais poderão ser ajustadas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, quando houver alteração relevante nas variáveis macroeconômicas, na arrecadação municipal, nas transferências constitucionais e legais, nas obrigações do Município ou nas normas de finanças públicas, preservada a transparência, a consistência técnica e o equilíbrio fiscal.

CAPÍTULO VII
DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 39. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 40. Verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º A limitação de empenho observará critérios proporcionais à participação de cada Poder no conjunto das dotações orçamentárias, respeitadas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município.

§ 2º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para fins de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, por fonte ou destinação de recursos.

Art. 41. A limitação de empenho e movimentação financeira incidirá, preferencialmente, sobre despesas discricionárias, especialmente diárias, passagens aéreas e terrestres, ajuda de custo, locação de mão de obra, locação de veículos, combustíveis, treinamentos, capacitações, seminários, eventos, transferências voluntárias a instituições privadas, despesas com comunicação, publicidade e propaganda, serviços de buffet, alimentação em restaurantes, despesassimilares, investimentos não iniciados e demais despesas de custeio que não comprometam a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Art. 42. Não serão objeto de limitação de empenho, salvo quando indispensável e nos limites permitidos pela legislação:
– despesas com pessoal e encargos sociais;
– serviço da dívida pública;
– precatórios e requisições de pequeno valor;
– obrigações constitucionais e legais;
– despesas mínimas constitucionais com educação e saúde;
– despesas vinculadas a recursos legalmente destinados a finalidades específicas;
– despesas necessárias à continuidade dos serviços públicos essenciais;
– despesas custeadas com recursos de convênios, contratos de repasse e transferências vinculadas, enquanto houver disponibilidade financeira.

Art. 43. Restabelecida a receita prevista, ainda que parcialmente, a recomposição das dotações limitadas dar-se-á de forma proporcional às reduções efetuadas.

CAPÍTULO VIII
DO CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 44. O Poder Executivo manterá sistema de controle de custos e avaliação dos resultados dos programas, ações e serviços públicos, com vistas ao acompanhamento da eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária.

Art. 45. A Administração Municipal deverá promover a transparência da gestão fiscal, assegurando a divulgação dos instrumentos de planejamento, execução orçamentária e prestação de contas, inclusive por meios eletrônicos de acesso público.

Art. 46. Será assegurada a participação da população na elaboração e discussão da proposta orçamentária, por meio de audiências públicas, consultas, canais institucionais de transparência e demais mecanismos de participação social, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único. As sugestões apresentadas pela sociedade poderão ser consideradas na definição das prioridades e metas da Administração Municipal, desde que compatíveis com o interesse público, com o Plano Plurianual, com esta Lei e com a capacidade financeira do Município.

Art. 47. A avaliação dos programas governamentais considerará, sempre que possível, o cumprimento das metas físicas e financeiras, a qualidade do gasto público, o alcance dos resultados pretendidos, a compatibilidade entre execução orçamentária e planejamento, a regularidade da aplicação dos recursos públicos e o impacto das ações sobre a população beneficiária.

CAPÍTULO IX
DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 48. A transferência de recursos públicos a entidades públicas ou privadas observará a legislação vigente, especialmente quanto à finalidade pública, regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, capacidade técnica e operacional, prestação de contas e compatibilidade com os programas constantes do orçamento.

Art. 49. Fica o Poder Executivo autorizado a participar, manter, firmar ou custear consórcios públicos e instrumentos de cooperação nas áreas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, saneamento, infraestrutura, agricultura e outras de interesse público, observada a legislação aplicável, a compatibilidade com o Plano Plurianual, a existência de dotação orçamentária e a disponibilidade financeira

Art. 50. As transferências a entidades privadas sem fins lucrativos dependerão de autorização legislativa, previsão orçamentária, interesse público devidamente justificado e observância das normas aplicáveis às parcerias com organizações da sociedade civil.

§ 1º As transferências poderão beneficiar entidades com atuação nas áreas educativa, assistencial, recreativa, cultural, esportiva, de cooperação técnica, saúde, fortalecimento do associativismo, proteção social, promoção de direitos da criança e do adolescente, pessoa idosa, pessoa com deficiência e demais áreas de interesse público municipal.

§ 2º A transferência de recursos deverá observar o respectivo instrumento jurídico, o plano de trabalho, as metas pactuadas, a forma de execução, os critérios de prestação de contas e as normas de controle interno e externo.

Art. 51. É vedada a transferência de recursos públicos a entidades privadas que estejam em situação de inadimplência com o Município, tenham prestação de contas rejeitada ou pendente de regularização, não comprovem regularidade fiscal e jurídica, não demonstrem finalidade pública compatível com o objeto da transferência ou possuam dirigentes enquadrados em hipóteses de impedimento previstas em lei.

Art. 52. As entidades beneficiadas com recursos públicos submeter-se-ão à fiscalização do Município, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e dos demais órgãos de controle, devendo comprovar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas no prazo fixado no instrumento de transferência e, na ausência de prazo específico, no prazo de até 30 dias contados do recebimento dos recursos ou do encerramento da execução do objeto, conforme definido pela Administração Municipal.

CAPÍTULO X
DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 53. As despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Executivo e Legislativo observarão os limites estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e nas demais normas aplicáveis.

Art. 54. A concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, criação de cargos, empregos ou funções, alteração de estrutura de carreiras, realização de concurso público, admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, somente poderá ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente, autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, quando exigida, observância dos limites de despesa com pessoal, demonstração do impacto orçamentário-financeiro, quando exigido pela legislação, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com as metas fiscais.

Art. 55. O Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão realizar revisão geral anual, reajustes, adequações remuneratórias, reestruturação de planos de cargos, carreiras e salários, concursos públicos e contratações temporárias, desde que observadas as exigências legais, os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 56. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000, deverão ser adotadas as medidas de recondução previstas na legislação vigente.

CAPÍTULO XI
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 57. O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal, visando ao aperfeiçoamento da arrecadação, à justiça fiscal, à atualização da base de cálculo dos tributos, à revisão de isenções, incentivos ou benefícios fiscais e ao combate à evasão e à inadimplência.

Art. 58. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 59. A estimativa da receita decorrente de alterações na legislação tributária deverá ser considerada na elaboração da proposta orçamentária, desde que a respectiva legislação esteja em vigor ou tenha razoável expectativa de aprovação antes do início do exercício financeiro.

CAPÍTULO XII
DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 60. A Lei Orçamentária Anual consignará dotações específicas para o pagamento do serviço da dívida pública municipal, compreendendo amortização, juros, encargos e demais obrigações legalmente assumidas.

Art. 61. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização legislativa específica, observadas as condições estabelecidas na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101/2000, nas Resoluções do Senado Federal e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas e programações de despesas decorrentes de operações de crédito cuja realização já tenha sido autorizada por lei específica ou solicitada ao Poder Legislativo até o final do mês de agosto de 2026, observadas as condições e limites previstos na legislação aplicável.

Art. 62. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente, o Poder Executivo adotará as medidas necessárias à recondução da dívida aos limites legais, inclusive mediante limitação de empenho e movimentação financeira, quando cabível.

Art. 63. O Município manterá controle atualizado da dívida pública, dos precatórios, das requisições de pequeno valor e das demais obrigações financeiras, evidenciando origem, natureza, credor, valor, prazo, encargos e cronograma de pagamento.

CAPÍTULO XIII
DO PLANO PLURIANUAL E DO PODER LEGISLATIVO

Art. 64. A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027 observará as diretrizes, objetivos, programas, ações, metas físicas e financeiras estabelecidas no Plano Plurianual 2026–2029 do Município de Tangará/RN, podendo a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais promover ajustes necessários à compatibilização entre o Plano Plurianual, esta Lei de Diretrizes Orçamentárias e a execução orçamentária, observada a legislação vigente.

Art. 65. O repasse financeiro ao Poder Legislativo Municipal observará o disposto no art. 29-A da Constituição Federal, os limites constitucionais aplicáveis e a receita efetivamente arrecadada no exercício anterior, devendo ser efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimo.

Art. 66. Fica vedado ao Poder Executivo repassar valores a fundos vinculados à Câmara Municipal, salvo se houver previsão constitucional ou legal específica.

Art. 67. A Câmara Municipal encaminhará ao Poder Executivo, até o 15º dia do mês subsequente, as demonstrações da execução orçamentária, financeira e contábil necessárias à consolidação das contas municipais, em atendimento às normas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 68. A Câmara Municipal deverá encaminhar ao Poder Executivo sua proposta orçamentária parcial até 15 de julho de 2026, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual do Município, observados os limites constitucionais e legais aplicáveis.

CAPÍTULO XIV
DAS VEDAÇÕES E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações destinadas a despesas incompatíveis com o interesse público, com o Plano Plurianual, com esta Lei ou com as normas legais aplicáveis.

Art. 70. É vedada a destinação de recursos públicos para ações de caráter político-partidário, despesas sem finalidade pública, entidades privadas com fins lucrativos, salvo hipóteses autorizadas em lei, obras ou investimentos sem comprovação de viabilidade técnica, financeira e orçamentária, ou despesas que contrariem os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e interesse público.

Art. 71. Não poderão ser incluídas no orçamento despesas sem indicação da fonte de recursos correspondente ou sem compatibilidade com a programação financeira do Município.

Art. 72. Caso sejam editadas normas constitucionais, legais ou infralegais nacionais que alterem regras fiscais aplicáveis aos Municípios, a Lei Orçamentária Anual e a execução orçamentária de 2027 deverão ser adequadas às novas disposições, observada a legislação vigente.

Art. 73. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 será encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de previsão específica na Lei Orgânica Municipal, o Projeto de Lei Orçamentária Anual será remetido até 30 de setembro de 2026.

Art. 74. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2026, a programação nele constante poderá ser executada, mensalmente, até o limite de 1/12 do total previsto para cada dotação, até a sua aprovação e publicação.

§ 1º O disposto no caput não se aplica às despesas que, por sua natureza, não possam sofrer fracionamento ou cuja execução seja indispensável à continuidade administrativa.

§ 2º Excluem-se do limite previsto no caput as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida pública, obrigações constitucionais e legais, precatórios e requisições de pequeno valor, ações e serviços públicos de saúde, manutenção e desenvolvimento do ensino, contratos continuados essenciais, despesas custeadas com recursos vinculados e despesas necessárias à manutenção dos serviços públicos essenciais.

Art. 75. Os restos a pagar observarão a disponibilidade financeira por fonte ou destinação de recursos, a legislação vigente e as normas de controle interno e externo, devendo sua inscrição, execução, cancelamento e pagamento preservar o equilíbrio fiscal, a ordem cronológica, a transparência da gestão e a regularidade da execução orçamentária e financeira

Art. 76. No prazo de até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por unidade orçamentária, especificando, no mínimo, a categoria de programação, a natureza da despesa, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte ou destinação de recursos.

Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura ou reabertura de créditos adicionais serão incorporadas ao QDD por ato do Poder Executivo.

Art. 77. O Poder Executivo poderá estabelecer normas complementares para a execução da Lei Orçamentária Anual, inclusive quanto à programação financeira, ao cronograma de desembolso, ao controle da despesa e à execução dos créditos orçamentários.

Art. 78. A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para atualização de dotações, fontes de recursos, classificações orçamentárias e demais ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas expedidas pelos órgãos de contabilidade pública e controle externo.

Art. 79. A execução orçamentária e financeira do Município observará as normas relativas à transparência, controle interno, prestação de contas, responsabilidade fiscal e fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 80. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará/RN, 23 de junho de 2026.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

*Republicada por incorreção.

NOTA INTRODUTÓRIA AOS ANEXOS I E II

Os Anexos I e II desta Lei de Diretrizes Orçamentárias foram elaborados com a finalidade de orientar a definição das prioridades da Administração Pública Municipal de Tangará/RN para o exercício financeiro de 2027, servindo como instrumento de compatibilização entre o planejamento plurianual, a execução orçamentária recente e a futura elaboração da Lei Orçamentária Anual.

A seleção das ações de custeio e das despesas de capital levou em consideração, especialmente, as diretrizes, programas, objetivos e ações constantes do Plano Plurianual 2026–2029; as prioridades previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026; a estrutura programática e funcional da Lei Orçamentária Anual de 2026; bem como os dados da execução orçamentária do exercício de 2025, evidenciados no Balanço Geral do Município. Foram igualmente consideradas as sugestões e demandas apresentadas pela população e pelos diversos setores da Administração Municipal, como forma de fortalecer a participação social no processo de elaboração das diretrizes orçamentárias.

Desse modo, foram priorizadas as ações voltadas à manutenção dos serviços públicos essenciais, à continuidade das políticas públicas em andamento, ao cumprimento das obrigações constitucionais e legais, à preservação do equilíbrio fiscal, à melhoria da infraestrutura municipal, à valorização das áreas de educação, saúde e assistência social, ao fortalecimento da gestão pública e ao atendimento das demandas urbanas e rurais da população.
As ações relacionadas no Anexo I referem-se às despesas de custeio prioritárias, destinadas à manutenção, funcionamento e continuidade dos serviços públicos municipais, enquanto as ações constantes do Anexo II correspondem às despesas de capital, voltadas à realização de investimentos, obras, aquisição de equipamentos, modernização administrativa, ampliação da infraestrutura pública e demais intervenções estruturantes.

A inclusão das ações nestes anexos possui caráter orientador e prioritário, não constituindo obrigação de execução integral, devendo a efetiva alocação de recursos observar a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, a estimativa da receita, os limites constitucionais e legais, as metas fiscais, as vinculações de recursos, a capacidade de execução administrativa e o interesse público.
Assim, os presentes anexos buscam assegurar que a proposta orçamentária de 2027 seja elaborada de forma compatível com a realidade fiscal de Tangará/RN, preservando a continuidade administrativa, a responsabilidade na gestão fiscal e a adequada aplicação dos recursos públicos em benefício da população.

ANEXO I

ELENCO DE AÇÕES DE CUSTEIO A SEREM PRIORIZADAS
I – ORÇAMENTO FISCAL

1.1 – Poder Legislativo
1.1.1 – Manutenção das atividades legislativas, administrativas, fiscalizatórias e de representação política da Câmara Municipal.
1.1.2 – Manutenção dos serviços dos gabinetes parlamentares, com suporte técnico, administrativo e operacional ao exercício do mandato.
1.1.3 – Modernização dos procedimentos legislativos, administrativos, contábeis, financeiros, patrimoniais e de controle interno do Poder Legislativo.
1.1.4 – Capacitação de vereadores, servidores e agentes públicos vinculados à Câmara Municipal.
1.1.5 – Manutenção dos serviços de tecnologia da informação, comunicação institucional, transparência pública e acesso à informação.
1.1.6 – Custeio das obrigações legais, previdenciárias, trabalhistas, contratuais e administrativas do Poder Legislativo.

1.2 – Administração, Planejamento, Fazenda, Controle Interno e Gestão Pública
1.2.1 – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa central e dos serviços de apoio à gestão municipal.
1.2.2 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, com prioridade para o funcionamento regular dos serviços administrativos, gestão de pessoal, patrimônio, compras, almoxarifado, arquivo e protocolo.
1.2.3 – Promoção da política de valorização, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos municipais.
1.2.4 – Manutenção e aperfeiçoamento dos sistemas de planejamento, orçamento, contabilidade, finanças, arrecadação, tesouraria, controle patrimonial e prestação de contas.
1.2.5 – Modernização tributária e financeira, incluindo atualização cadastral, recadastramento imobiliário e mercantil, melhoria dos mecanismos de cobrança, fiscalização e incremento da arrecadação própria.
1.2.6 – Desenvolvimento de programas de educação fiscal, regularização de créditos tributários e combate à evasão fiscal.
1.2.7 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal da Fazenda, com suporte à gestão orçamentária, financeira, tributária e contábil.
1.2.8 – Manutenção das atividades da Controladoria Geral do Município, com fortalecimento do controle interno, auditoria, acompanhamento da execução orçamentária, fiscalização de contratos e apoio à transparência pública.
1.2.9 – Manutenção dos serviços da Procuradoria Geral do Município, incluindo atuação judicial, consultoria jurídica, acompanhamento de precatórios, defesa do erário e regularidade dos atos administrativos.
1.2.10 – Manutenção da Ouvidoria Municipal, transparência ativa, portal institucional, atendimento ao cidadão e cumprimento da Lei de Acesso à Informação.
1.2.11 – Custeio de obrigações tributárias, contributivas, judiciais, administrativas e contratuais necessárias ao funcionamento regular da Administração Municipal.

1.3 – Segurança Pública, Defesa Civil e Apoio Institucional
1.3.1 – Manutenção das atividades da Guarda Municipal, quando existente ou operacionalizada pelo Município.
1.3.2 – Apoio às ações de segurança comunitária, patrimonial, defesa civil, prevenção de riscos e proteção de bens, serviços e instalações públicas.
1.3.3 – Apoio institucional a órgãos de segurança pública, mediante instrumentos legais próprios e observada a competência municipal.
1.3.4 – Desenvolvimento de ações preventivas voltadas à proteção da população em situações de emergência, calamidade, estiagem, enchentes, acidentes ou outros eventos adversos.

1.4 – Educação
1.4.1 – Manutenção e desenvolvimento do ensino municipal, com prioridade para a educação infantil, ensino fundamental, educação especial, educação de jovens e adultos e demais modalidades de responsabilidade do Município.
1.4.2 – Valorização dos profissionais da educação básica, observadas as normas do FUNDEB, o piso nacional do magistério e os limites legais de despesa com pessoal.
1.4.3 – Manutenção das unidades escolares da rede municipal, com custeio de serviços administrativos, pedagógicos, operacionais, limpeza, vigilância, energia, água, internet e demais despesas essenciais.
1.4.4 – Aquisição de material didático, pedagógico, expediente, limpeza, gêneros alimentícios e demais insumos necessários ao funcionamento das escolas.
1.4.5 – Manutenção da alimentação escolar, inclusive com recursos do PNAE e contrapartida municipal, contemplando educação infantil, ensino fundamental, AEE, EJA e demais públicos atendidos.
1.4.6 – Manutenção do transporte escolar, inclusive transporte de estudantes da zona rural, estudantes com deficiência e demais beneficiários da rede pública municipal.
1.4.7 – Apoio aos conselhos municipais vinculados à educação, especialmente Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar e demais instâncias de controle social.
1.4.8 – Fortalecimento das ações de planejamento, avaliação, busca ativa, correção de fluxo, recomposição da aprendizagem e melhoria dos indicadores educacionais.
1.4.9 – Manutenção das ações vinculadas ao FUNDEB, inclusive VAAF, VAAT e VAAR, com prioridade para correta aplicação dos recursos, melhoria da gestão escolar, valorização dos profissionais e cumprimento das condicionalidades legais.
1.4.10 – Promoção de ações de formação continuada, qualificação profissional e apoio pedagógico aos profissionais da rede municipal de ensino.
1.4.11 – Manutenção de programas suplementares de educação, inclusão digital, apoio a estudantes, atividades culturais, esportivas e pedagógicas integradas ao calendário escolar.
A LOA 2026 já evidencia a educação como uma das maiores funções do orçamento, com R$ 23.465.000,00 previstos para a função Educação, o que justifica sua permanência como área prioritária na LDO 2027.

1.5 – Cultura, Juventude, Esporte, Lazer e Turismo
1.5.1 – Manutenção das ações da Secretaria Municipal de Cultura e Juventude.
1.5.2 – Promoção, apoio e realização de eventos culturais, artísticos, tradicionais, cívicos, religiosos, turísticos e comunitários do Município.
1.5.3 – Incentivo às manifestações culturais locais, grupos artísticos, bandas, quadrilhas, artesanato, literatura, música, dança e demais expressões da identidade municipal.
1.5.4 – Manutenção e execução das ações vinculadas à Política Nacional Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo e demais programas federais e estaduais de fomento à cultura.
1.5.5 – Realização e apoio ao Tangará Junino e demais eventos tradicionais do calendário cultural e turístico municipal.
1.5.6 – Manutenção das ações da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer.
1.5.7 – Promoção de eventos esportivos, campeonatos, torneios, atividades recreativas e ações de incentivo ao esporte amador.
1.5.8 – Apoio a entidades esportivas, projetos de base, atividades comunitárias e práticas esportivas voltadas à juventude.
1.5.9 – Manutenção dos equipamentos públicos de esporte, lazer, turismo e convivência comunitária.
1.5.10 – Desenvolvimento de ações de promoção turística, valorização de atrativos locais, eventos e fortalecimento da economia criativa.
O PPA prevê, entre outras ações, promoção de eventos esportivos, manutenção das ações do setor de esportes, apoio à sociedade esportiva local, ações culturais como incentivo à Lei Aldir Blanc e realização do Tangará Junino.

1.6 – Obras, Infraestrutura, Urbanismo, Serviços Urbanos e Transporte
1.6.1 – Manutenção da Secretaria Municipal de Obras Públicas e da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
1.6.2 – Manutenção, conservação e recuperação de ruas, avenidas, praças, prédios públicos, estradas vicinais, passagens molhadas, pontes, bueiros, acessos rurais e demais equipamentos públicos.
1.6.3 – Manutenção dos serviços de limpeza pública, coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos urbanos.
1.6.4 – Manutenção da iluminação pública, com substituição de lâmpadas, expansão da rede, modernização e eficiência energética.
1.6.5 – Manutenção de praças, canteiros, cemitérios, mercados, matadouros, unidades administrativas e demais espaços públicos.
1.6.6 – Manutenção dos serviços urbanos, incluindo varrição, capinação, poda, pintura de meio-fio, conservação de vias e apoio operacional.
1.6.7 – Manutenção da frota municipal, máquinas, veículos, equipamentos e serviços de transporte administrativo e operacional.
1.6.8 – Manutenção da Secretaria Municipal de Transporte e das ações voltadas ao deslocamento de pessoas, bens, serviços, máquinas e equipamentos do Município.
1.6.9 – Apoio à mobilidade urbana e rural, sinalização, organização do trânsito local e melhoria das condições de circulação.
1.6.10 – Custeio de combustíveis, peças, manutenção preventiva e corretiva, locações, seguros e demais despesas necessárias à operação da frota municipal.
A execução de 2025 demonstra forte demanda de manutenção urbana, com registros de manutenção da Secretaria de Obras, limpeza pública, iluminação pública, serviços urbanos e meio ambiente, reforçando a necessidade de priorização dessas ações em 2027.

1.7 – Agricultura, Pecuária, Pesca, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico
1.7.1 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.
1.7.2 – Apoio ao pequeno produtor rural, agricultores familiares, criadores, pescadores, associações rurais e comunidades produtivas.
1.7.3 – Manutenção e execução do programa de corte de terra, preparo de solo, apoio à produção rural e incentivo à agricultura familiar.
1.7.4 – Apoio ao Garantia-Safra, Seguro-Safra e demais políticas públicas de convivência com a estiagem e proteção à produção agrícola.
1.7.5 – Apoio à distribuição de sementes, assistência técnica, ações de abastecimento, feiras livres, mercados públicos e comercialização da produção local.
1.7.6 – Manutenção de ações voltadas ao desenvolvimento econômico, empreendedorismo, geração de emprego, renda, qualificação e fortalecimento do comércio local.
1.7.7 – Apoio à participação em consórcios públicos, programas regionais e ações intermunicipais vinculadas ao desenvolvimento rural, abastecimento e meio ambiente.
O PPA de Tangará prevê, no programa de economia sustentável, ações como atendimento a consórcios públicos e programa de corte de terra e seguro-safra, além de ações de infraestrutura rural e produtiva.

1.8 – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento
1.8.1 – Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
1.8.2 – Promoção de ações de preservação ambiental, educação ambiental, fiscalização, recuperação de áreas degradadas e proteção de recursos naturais.
1.8.3 – Manutenção de ações de gestão de resíduos sólidos, inclusive coleta de resíduos especiais e hospitalares, quando sob responsabilidade municipal.
1.8.4 – Apoio à gestão de recursos hídricos, abastecimento, perfuração, recuperação e manutenção de poços, cisternas, dessalinizadores, sistemas simplificados e demais estruturas hídricas.
1.8.5 – Desenvolvimento de ações de saneamento básico, drenagem, esgotamento, manejo de águas pluviais e melhoria das condições ambientais urbanas e rurais.
1.8.6 – Apoio a programas de convivência com o semiárido, proteção de mananciais, controle de queimadas e arborização urbana.

1.9 – Encargos Especiais, Obrigações Legais e Reserva de Contingência
1.9.1 – Pagamento de encargos da dívida pública, amortização, parcelamentos, obrigações previdenciárias, tributárias, judiciais e contributivas.
1.9.2 – Cumprimento de sentenças judiciais, precatórios, requisições de pequeno valor e demais obrigações legais.
1.9.3 – Manutenção da regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e administrativa do Município.

1.9.4 – Constituição e manutenção da reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais e eventos imprevistos.
1.9.5 – Atendimento de contrapartidas de convênios, contratos de repasse, termos de compromisso e instrumentos congêneres.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2.1 – Saúde
2.1.1 – Manutenção das ações e serviços públicos de saúde, com prioridade para a atenção básica, média e alta complexidade, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e gestão do SUS.
2.1.2 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e das unidades de saúde do Município.
2.1.3 – Manutenção das equipes de Estratégia Saúde da Família, saúde bucal, agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e demais equipes vinculadas à atenção primária.
2.1.4 – Custeio de medicamentos, material médico-hospitalar, odontológico, laboratorial, insumos, equipamentos de proteção, material de consumo e demais itens essenciais à assistência à população.
2.1.5 – Manutenção da farmácia básica e da assistência farmacêutica municipal.
2.1.6 – Manutenção das ações de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador.
2.1.7 – Manutenção dos serviços de média e alta complexidade, exames, consultas especializadas, procedimentos, apoio diagnóstico e tratamento fora do domicílio, quando cabível.
2.1.8 – Apoio à regulação, transporte sanitário, marcação de consultas, deslocamento de pacientes e assistência aos usuários do SUS.
2.1.9 – Manutenção do prontuário eletrônico, sistemas de informação em saúde, informatização das unidades e modernização da gestão do SUS.
2.1.10 – Funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, conferências, controle social e instrumentos de planejamento do SUS.
2.1.11 – Custeio de consórcios públicos de saúde e cooperações intermunicipais voltadas à ampliação do acesso a serviços especializados.
2.1.12 – Manutenção de ações estratégicas de saúde bucal, laboratório regional de prótese dentária, combate a endemias e prevenção de agravos.
A LOA 2026 demonstra que a função Saúde possui R$ 22.032.859,00 previstos, sendo a maior parte vinculada à Seguridade Social, e o PPA prevê ações como farmácia básica, vigilância, conselho de saúde e manutenção de programas de saúde.

2.2 – Assistência Social
2.2.1 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social.
2.2.2 – Manutenção dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
2.2.3 – Manutenção do Programa de Proteção Social Básica, CRAS, PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e demais serviços de proteção social.
2.2.4 – Manutenção dos serviços de proteção social especial, CREAS, atendimento a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos e acompanhamento especializado.
2.2.5 – Manutenção do Programa Criança Feliz, primeira infância e ações de acompanhamento familiar.
2.2.6 – Acompanhamento dos beneficiários do BPC, Cadastro Único, Programa Bolsa Família e demais programas de transferência de renda.
2.2.7 – Manutenção dos programas IGD-SUAS, IGD-Bolsa Família, ACESSUAS Trabalho e demais ações federais ou estaduais vinculadas à assistência social.
2.2.8 – Concessão de benefícios eventuais, auxílios emergenciais, apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, calamidade ou risco social.
2.2.9 – Manutenção dos conselhos municipais vinculados à assistência social, direitos da criança e do adolescente, pessoa idosa, pessoa com deficiência e demais instâncias de controle social.
2.2.10 – Apoio ao Fundo da Infância e Adolescência – FIA e ao Fundo da Pessoa Idosa – FPI.
2.2.11 – Realização de conferências municipais, capacitações, campanhas, busca ativa e ações socioassistenciais territorializadas.
2.2.12 – Manutenção das ações voltadas à habitação de interesse social, apoio a famílias vulneráveis e melhoria das condições de moradia, quando vinculadas à política social.
A LOA 2026 traz ações específicas da assistência, como Programa Criança Feliz, PSB, CREAS, benefícios eventuais, IGD-SUAS, IGD-BF, ACESSUAS Trabalho, FIA e Fundo da Pessoa Idosa.

2.3 – Previdência Social
2.3.1 – Manutenção das atividades previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos municipais, por meio do Fundo Municipal de Previdência de Tangará – TANGARAPREV.
2.3.2 – Pagamento de aposentadorias, pensões e demais benefícios previdenciários de responsabilidade do RPPS.
2.3.3 – Manutenção administrativa, contábil, atuarial, jurídica e operacional do TANGARAPREV.
2.3.4 – Realização de avaliação atuarial, estudos técnicos, compensação previdenciária e ações de equilíbrio financeiro e atuarial do regime.
2.3.5 – Manutenção de sistemas previdenciários, recadastramento, prova de vida, gestão de segurados e controle das contribuições.
2.3.6 – Pagamento de indenizações, restituições, precatórios, sentenças judiciais e demais obrigações previdenciárias do RPPS.
O PPA prevê a manutenção das atividades previdenciárias do TANGARAPREV, com ações de manutenção, indenizações, restituições, precatórios e sentenças judiciais vinculadas ao regime próprio.

Tangará/RN, 23 de junho de 2026.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

ANEXO II

DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO
I – ORÇAMENTO FISCAL

1.1 – Poder Legislativo
1.1.1 – Aquisição de equipamentos, mobiliário, veículos, sistemas, computadores e material permanente para a Câmara Municipal.
1.1.2 – Reforma, ampliação, adaptação, modernização e melhoria da estrutura física do prédio da Câmara Municipal.
1.1.3 – Implantação de equipamentos de informática, comunicação, transmissão, gravação, segurança, acessibilidade e transparência legislativa.
1.1.4 – Investimentos voltados à modernização do plenário, gabinetes, arquivo, protocolo, controle interno, contabilidade e setores administrativos.
O PPA prevê ações do Legislativo com despesas de capital para processo legislativo e manutenção dos gabinetes, indicando programação de investimentos para 2027.

1.2 – Administração, Fazenda, Controle Interno e Gestão Pública
1.2.1 – Aquisição de equipamentos, veículos, mobiliário, sistemas informatizados e material permanente para os órgãos da Administração Municipal.
1.2.2 – Modernização tecnológica da gestão pública, incluindo sistemas de contabilidade, orçamento, arrecadação, compras, patrimônio, protocolo, controle interno, portal da transparência e atendimento ao cidadão.
1.2.3 – Investimentos na modernização tributária e financeira, incluindo equipamentos para fiscalização, cadastro imobiliário, cadastro mercantil, georreferenciamento, digitalização e melhoria da arrecadação.
1.2.4 – Reforma, ampliação, adequação e manutenção estrutural de prédios públicos administrativos.
1.2.5 – Aquisição de veículos e equipamentos para apoio às atividades da tributação, finanças, controle e administração.
1.2.6 – Implantação de soluções de segurança patrimonial, arquivo, digitalização documental e gestão eletrônica de processos.
A LOA 2026 já prevê ações como aquisição de veículos e equipamentos para tributação e finanças, recadastramento mercantil/imobiliário, REFIS e qualificação de servidores.

1.3 – Educação
1.3.1 – Construção, ampliação, reforma e adequação de escolas, creches, unidades de educação infantil e demais equipamentos da rede municipal de ensino.
1.3.2 – Instalação, ampliação e modernização de salas de informática, laboratórios, bibliotecas, salas multifuncionais e espaços pedagógicos.
1.3.3 – Aquisição de mobiliário escolar, equipamentos de informática, equipamentos pedagógicos, eletrodomésticos, climatização, equipamentos de cozinha e material permanente.
1.3.4 – Aquisição de veículos e equipamentos destinados ao transporte escolar.
1.3.5 – Adequação das unidades escolares às normas de acessibilidade, segurança, prevenção contra incêndio, vigilância sanitária e conforto ambiental.
1.3.6 – Construção, reforma e melhoria de quadras, pátios, refeitórios, cozinhas, banheiros, muros, coberturas, reservatórios e demais estruturas escolares.
1.3.7 – Investimentos destinados à melhoria da infraestrutura da educação básica, inclusive com recursos do FUNDEB, salário-educação, programas federais e convênios.
1.3.8 – Aquisição de equipamentos e materiais permanentes voltados à educação especial, inclusão, tecnologia educacional e inovação pedagógica.
A LOA 2026 evidencia ações de capital como construção, ampliação e reforma de escolas, instalação de salas de informática e aquisição de equipamentos vinculados à educação.

1.4 – Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
1.4.1 – Construção, reforma, ampliação e recuperação de equipamentos culturais, centros culturais, espaços de juventude, bibliotecas, palcos, praças culturais e demais unidades públicas.
1.4.2 – Recuperação, ampliação e melhoria de balneários, áreas turísticas, pontos de visitação e espaços de convivência.
1.4.3 – Construção, reforma e ampliação de quadras, ginásios, campos, estádios, áreas de lazer, academias ao ar livre, parques e equipamentos esportivos.
1.4.4 – Aquisição de equipamentos, mobiliário, instrumentos, estruturas móveis, som, iluminação, tendas e materiais permanentes para ações culturais, esportivas e turísticas.
1.4.5 – Urbanização e melhoria de espaços públicos destinados a eventos, lazer, esporte, turismo e convivência comunitária.
1.4.6 – Implantação de sinalização turística, estrutura de apoio ao visitante e equipamentos de promoção do turismo local.
O PPA prevê ações de capital como construção de área de lazer, recuperação e ampliação de balneário público, construção/reforma/ampliação de unidades culturais e investimentos no setor de esporte.

1.5 – Obras Públicas, Infraestrutura Urbana e Rural
1.5.1 – Pavimentação, drenagem, recuperação e urbanização de ruas, avenidas, travessas, calçadas e demais vias públicas.
1.5.2 – Construção, reforma e recuperação de praças, canteiros, passarelas, acessos, escadarias, espaços públicos e equipamentos comunitários.
1.5.3 – Construção, reforma, ampliação e manutenção estrutural de prédios públicos municipais.
1.5.4 – Construção, reforma e recuperação de estradas vicinais, pontes, bueiros, passagens molhadas e acessos rurais.
1.5.5 – Aquisição de máquinas, veículos, tratores, implementos, equipamentos rodoviários e materiais permanentes para obras e serviços públicos.
1.5.6 – Implantação e ampliação da iluminação pública, inclusive modernização com tecnologia mais eficiente.
1.5.7 – Execução de obras de mobilidade urbana, sinalização, acessibilidade e melhoria da circulação de veículos e pedestres.
1.5.8 – Construção, reforma e ampliação de mercados, matadouros, feiras, cemitérios, galpões, garagens, oficinas e demais unidades públicas.
1.5.9 – Investimentos em infraestrutura rural, apoio a comunidades, acesso produtivo e melhoria das condições de escoamento da produção.
1.5.10 – Execução de obras e serviços de engenharia decorrentes de convênios, contratos de repasse, emendas parlamentares e programas estaduais ou federais.

1.6 – Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico
1.6.1 – Construção, reforma ou ampliação de mercados, matadouros, feiras livres, unidades de abastecimento e demais equipamentos públicos de apoio à produção.
1.6.2 – Aquisição de tratores, máquinas, implementos agrícolas, veículos e equipamentos destinados ao apoio ao produtor rural.
1.6.3 – Construção, recuperação e manutenção de estruturas de abastecimento de água, poços, cisternas, reservatórios, dessalinizadores e sistemas simplificados.
1.6.4 – Investimentos em infraestrutura produtiva, apoio à agricultura familiar, pesca, pecuária, comercialização e desenvolvimento econômico local.
1.6.5 – Implantação de espaços de apoio ao empreendedorismo, qualificação profissional, economia solidária e geração de renda.
1.6.6 – Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para feiras, mercados, unidades produtivas, bancos de alimentos e apoio logístico à produção municipal.
O PPA contempla a construção, reforma ou ampliação de mercado, matadouro e demais unidades, além de ações de apoio à agricultura e economia sustentável.

1.7 – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento
1.7.1 – Obras de saneamento básico, drenagem, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e abastecimento de água.
1.7.2 – Construção, recuperação e ampliação de sistemas de abastecimento, poços, reservatórios, adutoras simplificadas, dessalinizadores e equipamentos hídricos.
1.7.3 – Aquisição de equipamentos, veículos, coletores, lixeiras, compactadores, equipamentos de limpeza e material permanente para gestão ambiental e resíduos sólidos.
1.7.4 – Implantação, recuperação e melhoria de áreas verdes, viveiros, arborização urbana, parques, praças ecológicas e espaços de educação ambiental.
1.7.5 – Obras e equipamentos voltados à coleta, tratamento e destinação adequada de resíduos sólidos.
1.7.6 – Investimentos em proteção ambiental, recuperação de áreas degradadas, controle de erosão e preservação de recursos naturais.

1.8 – Transporte e Frota Municipal
1.8.1 – Aquisição de veículos leves, utilitários, ônibus, vans, caminhões, máquinas e equipamentos para a frota municipal.
1.8.2 – Construção, reforma e ampliação de garagens, oficinas, almoxarifados e estruturas de apoio à frota.
1.8.3 – Aquisição de equipamentos permanentes para manutenção de veículos, controle de abastecimento e gestão da frota.
1.8.4 – Investimentos em sinalização, mobilidade, melhoria de vias e segurança no trânsito local.
1.8.5 – Encargos, Dívida e Reserva
1.8.6 – Amortização da dívida pública municipal, parcelamentos previdenciários, fiscais e demais obrigações de longo prazo.
1.8.7 – Pagamento de precatórios, sentenças judiciais e obrigações de capital, quando classificadas nessa natureza.
1.8.8 – Consstituição de reserva para cobertura de riscos fiscais e passivos contingentes, nos termos da legislação aplicável.
A execução de 2025 registrou R$ 1.437.615,22 em amortização da dívida interna, evidenciando a necessidade de manter previsão para compromissos de capital relacionados à dívida pública.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 – Saúde
2.1.1 – Construção, ampliação, reforma e adequação de unidades básicas de saúde, postos, centros de atendimento, unidades de apoio e demais equipamentos públicos de saúde.
2.1.2 – Aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos, laboratoriais, fisioterapêuticos, mobiliário, equipamentos de informática, climatização e material permanente.
2.1.3 – Aquisição de veículos, ambulâncias, transporte sanitário, unidades móveis e equipamentos destinados ao atendimento da população usuária do SUS.
2.1.4 – Implantação e modernização de sistemas de informação, prontuário eletrônico, conectividade, informatização e tecnologia em saúde.
2.1.5 – Reforma e adequação das unidades de saúde às normas sanitárias, acessibilidade, segurança, humanização e eficiência no atendimento.
2.1.6 – Investimentos em infraestrutura da atenção básica, média complexidade, assistência farmacêutica, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e saúde bucal.
2.1.7 – Aquisição de equipamentos para combate a endemias, vigilância em saúde, imunização, assistência farmacêutica e atendimento especializado.
2.1.8 – Obras, equipamentos e investimentos viabilizados por emendas parlamentares, transferências fundo a fundo, convênios e programas federais ou estaduais de saúde.
O balanço de 2025 demonstra execução de despesas de capital no Fundo Municipal de Saúde, com investimentos em obras, instalações, equipamentos e material permanente; e o PPA prevê ações vinculadas à infraestrutura da atenção básica e à manutenção dos serviços de saúde.

2.2 – Assistência Social
2.2.1 – Construção, reforma, ampliação e adequação de unidades da assistência social, CRAS, CREAS, centros de convivência, conselhos e demais equipamentos públicos socioassistenciais.
2.2.2 – Aquisição de veículos, mobiliário, equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos de atendimento e material permanente para a rede socioassistencial.
2.2.3 – Aquisição, reforma ou adaptação de imóveis destinados à execução dos serviços da assistência social.
2.2.4 – Investimentos em acessibilidade, segurança, climatização, atendimento humanizado e melhoria das estruturas físicas de atendimento social.
2.2.5 – Aquisição de equipamentos para apoio aos programas do SUAS, Cadastro Único, Bolsa Família, Criança Feliz, CREAS, CRAS, ACESSUAS, FIA, FPI e benefícios eventuais.
2.2.6 – Construção, reforma ou melhoria de unidades habitacionais e ações de habitação de interesse social, quando vinculadas à política de assistência social e proteção de famílias vulneráveis.
2.2.7 – Investimentos em sistemas de informação, gestão de benefícios, acompanhamento familiar e estruturação da rede de proteção social.

O PPA prevê ações de capital para construção, ampliação e reforma de prédios da assistência, aquisição de imóveis, veículos e equipamentos, além de construção/reforma/melhoramento de casas populares.

2.3 – Previdência Social
2.3.1 – Aquisição de móveis, imóveis, veículos, equipamentos de informática, sistemas e material permanente para o Fundo Municipal de Previdência de Tangará – TANGARAPREV.
2.3.2 – Modernização da estrutura física, administrativa, tecnológica e operacional do RPPS.
2.3.3 – Investimentos em sistemas de gestão previdenciária, recadastramento, controle de segurados, compensação previdenciária, prova de vida e transparência previdenciária.
2.3.4 – Reforma, adequação e melhoria da sede ou espaço de funcionamento do regime próprio de previdência.
2.3.5 – Aquisição de equipamentos permanentes para atendimento aos segurados, arquivos, controle atuarial, gestão documental e segurança da informação.
A LOA 2026 prevê ação específica de aquisição de móveis, imóveis, veículos e equipamentos diversos para o TANGARAPREV.

Tangará/RN, 23 de junho de 2026.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

AMF – Demonstrativo 1 – Metas Anuais
LRF, art. 4º, § 1º – LDO 2027 – Tangará/RN

ESPECIFICAÇÃO	2027 Valor Corrente (a)	2027 Valor Constante	2027 % PIB	2027 % RCL	2028 Valor Corrente (b)	2028 Valor Constante	2028 % PIB	2028 % RCL	2029 Valor Corrente (c)	2029 Valor Constante	2029 % PIB	2029 % RCL
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	R$ 86,500,000.00	R$ 83,173,076.92	0.08%	104.85%	R$ 89,095,000.00	R$ 82,547,956.48	0.08%	104.82%	R$ 91,767,850.00	R$ 82,149,174.08	0.08%	104.82%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	R$ 85,000,000.00	R$ 81,730,769.23	0.08%	103.03%	R$ 87,550,000.00	R$ 81,116,489.02	0.08%	103.00%	R$ 90,176,500.00	R$ 80,724,621.93	0.08%	103.00%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	R$ 86,000,000.00	R$ 82,692,307.69	0.08%	104.24%	R$ 88,580,000.00	R$ 82,070,800.66	0.08%	104.21%	R$ 91,237,400.00	R$ 81,674,323.36	0.08%	104.21%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	R$ 83,000,000.00	R$ 79,807,692.31	0.08%	100.61%	R$ 85,540,000.00	R$ 79,254,191.56	0.08%	100.64%	R$ 88,156,000.00	R$ 78,915,901.27	0.07%	100.69%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	R$ 91,000,000.00	R$ 87,500,000.00	0.09%	110.30%	R$ 93,730,000.00	R$ 86,842,358.84	0.08%	110.27%	R$ 96,541,900.00	R$ 86,422,830.53	0.08%	110.27%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	R$ 89,500,000.00	R$ 86,057,692.31	0.08%	108.48%	R$ 92,170,000.00	R$ 85,396,993.64	0.08%	108.44%	R$ 94,935,000.00	R$ 84,984,358.26	0.08%	108.44%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	R$ 91,000,000.00	R$ 87,500,000.00	0.09%	110.30%	R$ 93,730,000.00	R$ 86,842,358.84	0.08%	110.27%	R$ 96,541,900.00	R$ 86,422,830.53	0.08%	110.27%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	R$ 88,000,000.00	R$ 84,615,384.62	0.08%	106.67%	R$ 90,700,000.00	R$ 84,035,014.90	0.08%	106.71%	R$ 93,485,000.00	R$ 83,686,340.46	0.08%	106.78%
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da linha (V) = (I – II)	R$ 2,000,000.00	R$ 1,923,076.92	0.00%	2.42%	R$ 2,010,000.00	R$ 1,862,297.46	0.00%	2.36%	R$ 2,020,500.00	R$ 1,808,720.66	0.00%	2.31%
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da linha (VI) = (V) + (III – IV)	R$ 1,500,000.00	R$ 1,442,307.69	0.00%	1.82%	R$ 1,470,000.00	R$ 1,361,978.74	0.00%	1.73%	R$ 1,450,000.00	R$ 1,298,017.80	0.00%	1.66%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	R$ 900,000.00	R$ 865,384.62	0.00%	1.09%	R$ 930,000.00	R$ 861,660.02	0.00%	1.09%	R$ 960,000.00	R$ 859,377.30	0.00%	1.10%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	R$ -	R$ -	0.00%	0.00%	R$ -	R$ -	0.00%	0.00%	R$ -	R$ -	0.00%	0.00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	R$ 20,000,000.00	R$ 19,230,769.23	0.02%	24.24%	R$ 18,800,000.00	R$ 17,418,503.64	0.02%	22.12%	R$ 17,600,000.00	R$ 15,755,250.49	0.01%	20.10%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	R$ 13,800,000.00	R$ 13,269,230.77	0.01%	16.73%	R$ 13,100,000.00	R$ 12,137,361.58	0.01%	15.41%	R$ 12,400,000.00	R$ 11,100,290.12	0.01%	14.16%
Resultado Nominal (SEM RPPS) – Abaixo da linha	-R$ 800,000.00	-R$ 769,230.77	0.00%	-0.97%	-R$ 700,000.00	-R$ 648,561.31	0.00%	-0.82%	-R$ 700,000.00	-R$ 626,629.28	0.00%	-0.80%

Variáveis	2027	2028	2029
PIB real – crescimento anual estimado	2.00%	2.00%	2.00%
Inflação média projetada	4.00%	3.78%	3.50%
Projeção do PIB do Estado do RN	R$ 106,820,837,565.00	R$ 113,336,908,656.50	R$ 119,570,000,000.00
Receita Corrente Líquida estimada	R$ 82,500,000.00	R$ 85,000,000.00	R$ 87,550,000.00

AMF – Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
LRF, art. 4º, § 2º, inciso I – Exercício avaliado: 2025

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	R$ 57,377,369.00	0.06%	109.29%	R$ 82,785,011.68	0.08%	108.24%	R$ 25,407,642.68	44.28%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	R$ 54,609,680.00	0.06%	104.02%	R$ 77,774,194.73	0.08%	101.69%	R$ 23,164,514.73	42.42%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	R$ 60,915,685.00	0.06%	116.03%	R$ 79,767,616.26	0.08%	104.29%	R$ 18,851,931.26	30.95%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	R$ 53,923,140.00	0.06%	102.71%	R$ 75,155,648.67	0.07%	98.26%	R$ 21,232,508.67	39.38%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	R$ 62,411,369.00	0.07%	118.88%	R$ 87,508,527.32	0.09%	114.41%	R$ 25,097,158.32	40.21%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	R$ 56,612,430.00	0.06%	107.83%	R$ 86,087,306.47	0.08%	112.55%	R$ 29,474,876.47	52.06%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	R$ 62,411,369.00	0.07%	118.88%	R$ 87,264,374.29	0.09%	114.09%	R$ 24,853,005.29	39.82%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	R$ 61,618,140.00	0.07%	117.36%	R$ 82,650,764.70	0.08%	108.06%	R$ 21,032,624.70	34.13%
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da Linha (V) = (I – II)	R$ 686,540.00	0.00%	1.02%	R$ 2,618,546.06	0.00%	3.42%	R$ 1,932,006.06	281.41%

Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da Linha (VI) = (V)+(III–IV)	-R$	4,319,170.00	-0.00%	-9.53%	R$	3,436,541.77	0.00%	4.49%	R$	7,755,711.77	-179.56%
Dívida Pública Consolidada (DC)	R$	16,788,956.00	0.02%	31.98%	R$	22,324,466.75	0.02%	29.19%	R$	5,535,510.75	32.97%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	R$	10,048,031.00	0.01%	19.14%	R$	14,622,022.67	0.01%	19.12%	R$	4,573,991.67	45.52%
Resultado Nominal (SEM RPPS) – Abaixo da Linha	R$	-	0.00%	0.00%	R$	7,366,101.40	0.01%	9.63%	R$	7,366,101.40	-

Parâmetros	**Valor Previsto 2025**		**Valor Realizado 2025**	
PIB nominal do Estado do RN	R$	94,446,899,250.47	R$	101,740,000,000.00
Receita Corrente Líquida – RCL	R$	52,501,621.12	R$	76,484,728.74

Nota Explicativa: o PIB nominal realizado de 2025 do RN ainda não possuía divulgação oficial definitiva pelo IBGE; adotou-se como referência técnica o valor oficial mais recente disponível, e a RCL realizada foi extraída do RGF 3º quadrimestre/2025.

AMF – Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Comparadas
Valores a preços correntes

ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	R$ 78,226,117.17	R$ 82,785,011.68	5.83%	R$ 71,248,977.00	-13.93%	R$ 86,500,000.00	21.41%	R$ 89,095,000.00	3.00%	R$ 91,767,850.00	3.00%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	R$ 76,753,116.87	R$ 77,774,194.73	1.33%	R$ 70,097,977.00	-9.87%	R$ 85,000,000.00	21.26%	R$ 87,550,000.00	3.00%	R$ 90,176,500.00	3.00%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	R$ 69,550,782.90	R$ 87,264,374.29	25.47%	R$ 74,057,839.00	-15.13%	R$ 86,000,000.00	16.13%	R$ 88,580,000.00	3.00%	R$ 91,237,400.00	3.00%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	R$ 68,216,110.36	R$ 75,155,648.67	10.17%	R$ 73,244,227.00	-2.54%	R$ 83,000,000.00	13.32%	R$ 85,540,000.00	3.06%	R$ 88,156,000.00	3.06%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	R$ 81,340,695.29	R$ 87,508,527.32	7.58%	R$ 74,709,859.00	-14.63%	R$ 91,000,000.00	21.81%	R$ 93,730,000.00	3.00%	R$ 96,541,900.00	3.00%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	R$ 79,867,695.00	R$ 86,087,306.47	7.79%	R$ 73,558,859.00	-14.55%	R$ 89,500,000.00	21.67%	R$ 92,170,000.00	2.98%	R$ 94,935,000.00	3.00%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	R$ 69,550,782.90	R$ 87,264,374.29	25.47%	R$ 74,709,859.00	-14.39%	R$ 91,000,000.00	21.80%	R$ 93,730,000.00	3.00%	R$ 96,541,900.00	3.00%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	R$ 68,216,110.36	R$ 82,650,764.70	21.16%	R$ 73,896,247.00	-10.59%	R$ 88,000,000.00	19.09%	R$ 90,700,000.00	3.07%	R$ 93,485,000.00	3.07%
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da Linha (V) = (I – II)	R$ 8,537,006.51	R$ 2,618,546.06	-69.33%	-R$ 3,146,250.00	-220.16%	R$ 2,000,000.00	163.57%	R$ 2,010,000.00	0.50%	R$ 2,020,500.00	0.52%
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da Linha (VI) = (III – IV)	R$ 11,651,584.64	R$ 3,436,541.77	-70.51%	-R$ 337,388.00	-109.82%	R$ 1,500,000.00	544.59%	R$ 1,470,000.00	-2.00%	R$ 1,450,000.00	-1.36%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	R$ 1,473,000.30	R$ 1,421,220.85	-3.52%	R$ 986,000.00	-30.62%	R$ 900,000.00	-8.72%	R$ 930,000.00	3.33%	R$ 960,000.00	3.23%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	R$ -	R$ -	0.00%	R$ 43,612.00	0.00%	R$ -	0.00%	R$ -	0.00%	R$ -	0.00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	R$ 23,703,099.37	R$ 22,324,466.75	-5.82%	R$ 21,554,466.75	-3.45%	R$ 20,000,000.00	-7.21%	R$ 18,800,000.00	-6.00%	R$ 17,600,000.00	-6.38%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	R$ 16,962,174.66	R$ 14,622,022.67	-13.80%	R$ 14,200,000.00	-2.89%	R$ 13,800,000.00	-2.82%	R$ 13,100,000.00	-5.07%	R$ 12,400,000.00	-5.34%
Resultado Nominal (SEM RPPS) – Abaixo da Linha	R$ 6,324,432.00	R$ 7,366,101.40	16.47%	-R$ 422,022.67	-105.73%	-R$ 800,000.00	-89.56%	-R$ 700,000.00	12.50%	-R$ 700,000.00	0.00%

AMF – Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Comparadas
Valores a preços constantes

ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	R$ 74,620,931.67	R$ 78,357,797.14	5.01%	R$ 68,180,839.23	-12.99%	R$ 83,173,076.92	21.99%	R$ 82,547,956.48	-0.75%	R$ 82,149,174.08	-0.48%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	R$ 73,215,515.41	R$ 73,615,897.52	0.55%	R$ 67,079,403.83	-8.88%	R$ 81,730,769.23	21.84%	R$ 81,116,489.02	-0.75%	R$ 80,724,621.93	-0.48%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	R$ 66,343,382.62	R$ 82,597,609.36	24.50%	R$ 70,868,745.45	-14.20%	R$ 82,692,307.69	16.68%	R$ 82,070,800.66	-0.75%	R$ 81,674,323.36	-0.48%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	R$ 65,070,655.97	R$ 71,137,386.29	9.32%	R$ 70,090,169.38	-1.47%	R$ 79,807,692.31	13.86%	R$ 79,254,191.56	-0.69%	R$ 78,915,901.27	-0.43%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	R$ 77,591,046.83	R$ 82,828,704.51	6.75%	R$ 71,492,688.04	-13.69%	R$ 87,500,000.00	22.39%	R$ 86,842,358.84	-0.75%	R$ 86,422,830.53	-0.48%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	R$ 76,185,630.28	R$ 81,483,962.58	6.95%	R$ 70,391,252.63	-13.61%	R$ 86,057,692.31	22.26%	R$ 85,396,993.64	-0.77%	R$ 84,984,358.26	-0.48%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	R$ 66,343,382.62	R$ 82,597,609.36	24.50%	R$ 71,492,688.04	-13.69%	R$ 87,500,000.00	22.39%	R$ 86,842,358.84	-0.75%	R$ 86,422,830.53	-0.48%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	R$ 65,070,655.97	R$ 78,231,674.11	20.23%	R$ 70,714,111.00	-9.61%	R$ 84,615,384.62	19.66%	R$ 84,035,014.90	-0.69%	R$ 83,686,340.46	-0.41%
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da Linha (V) = (I – II)	R$ 8,143,667.38	R$ 2,478,510.23	-69.56%	-R$ 3,010,765.55	-221.48%	R$ 1,923,076.92	163.87%	R$ 1,862,297.46	-3.16%	R$ 1,808,720.66	-2.88%
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da Linha (VI) = (III – IV)	R$ 11,114,974.31	R$ 3,252,288.47	-70.74%	-R$ 322,858.37	-109.93%	R$ 1,442,307.69	546.67%	R$ 1,361,978.74	-5.57%	R$ 1,298,017.80	-4.70%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	R$ 1,405,416.48	R$ 1,345,220.87	-4.28%	R$ 943,540.67	-29.86%	R$ 865,384.62	-8.28%	R$ 861,660.02	-0.43%	R$ 859,377.30	-0.26%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	R$ -	R$ -	0.00%	R$ 41,733.97	0.00%	R$ -	0.00%	R$ -	0.00%	R$ -	0.00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	R$ 22,610,984.33	R$ 21,130,588.50	-6.55%	R$ 20,626,283.01	-2.39%	R$ 19,230,769.23	-6.77%	R$ 17,418,503.64	-9.42%	R$ 15,755,250.49	-9.55%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	R$ 16,180,648.23	R$ 13,839,112.80	-14.47%	R$ 13,588,516.75	-1.81%	R$ 13,269,230.77	-2.35%	R$ 12,137,361.58	-8.53%	R$ 11,100,290.12	-8.54%
Resultado Nominal (SEM RPPS) – Abaixo da Linha	R$ 6,033,038.25	R$ 6,972,173.59	15.57%	-R$ 403,849.45	-105.79%	-R$ 769,230.77	-90.47%	-R$ 648,561.31	15.69%	-R$ 626,629.28	3.38%

Ano	**Índice de inflação utilizado**	**Fator aplicado**
2024	4.83%	1.0483%
2025	5.65%	1.0565%
2026	4.50%	1.0450%

2027	4.00%	1.0400%
2028	3.78%	1.0793%
2029	3.50%	1.1171%

AMF – Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido
LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
Reservas	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
Resultado Acumulado	-110,532,598.28	100.00%	21,211,251.77	100.00%	19,705,759.50	100.00%
TOTAL	**-110,532,598.28**	**100.00%**	**21,211,251.77**	**100.00%**	**19,705,759.50**	**100.00%**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Patrimônio Líquido	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
Reservas	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-19,819,786.51	100.00%	3,263,759.26	100.00%	1,238,366.33	100.00%
TOTAL	**-19,819,786.51**	**100.00%**	**3,263,759.26**	**100.00%**	**1,238,366.33**	**100.00%**

Fonte: Balanço Geral do Município de Tangará/RN – exercício de 2025; Balanço Patrimonial do TANGARAPREV – exercício de 2025; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do TANGARAPREV; Demonstrativos da LDO 2026.

Nota Explicativa: O presente demonstrativo evidencia a evolução do Patrimônio Líquido do Município de Tangará/RN nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, em atendimento ao art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 101/2000. No exercício de 2025, o Patrimônio Líquido Consolidado passou a apresentar saldo negativo de R$ -110.532.598,28. Essa variação decorre, principalmente, do resultado patrimonial negativo registrado no exercício e dos ajustes patrimoniais relacionados ao reconhecimento de obrigações e provisões de longo prazo, inclusive aquelas vinculadas ao regime previdenciário. No âmbito do Regime Próprio de Previdência Social, o TANGARAPREV apresentou Patrimônio Líquido negativo de R$ -19.819.786,51 em 2025, após registrar resultado patrimonial negativo no exercício. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia que o saldo inicial de 2025 era de R$ 3.263.759,26 e que o resultado do exercício foi negativo em R$ -23.083.545,77, resultando no saldo final negativo apurado. A variação patrimonial do RPPS deve ser analisada em conjunto com os demais demonstrativos previdenciários, especialmente a avaliação financeira e atuarial, tendo em vista que o Balanço Patrimonial do TANGARAPREV registra créditos previdenciários e créditos para amortização de déficit atuarial, bem como provisões de longo prazo que impactam diretamente o Patrimônio Líquido do regime.

AMF – Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos
LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS	**2025**		**2024**		**2023**	
Receitas de Capital - Alienação de Ativos (I)	R$	-	R$	-	R$	-
Alienação de Bens Móveis	R$	-	R$	-	R$	-
Alienação de Bens Imóveis	R$	-	R$	-	R$	-
Alienação de Bens Intangíveis	R$	-	R$	-	R$	-

DESPESAS EXECUTADAS	**2025**		**2024**		**2023**	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos (II)	R$	-	R$	-	R$	-
Despesas de Capital	R$	-	R$	-	R$	-
Investimentos	R$	-	R$	-	R$	-
Inversões Financeiras	R$	-	R$	-	R$	-
Amortização da Dívida	R$	-	R$	-	R$	-

SALDO FINANCEIRO	**2025**	**2024**	**2023**
Valor (III) = (I - II)	R$ -	R$ -	R$ -

– Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas do Município
Plano Previdenciário

ESPECIFICAÇÃO	Realizada 2023	Realizada 2024	Realizada 2025	Previsão 2026	Projeção 2027	Projeção 2028	Projeção 2029
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO / PLANO PREVIDENCIÁRIO							
RECEITAS CORRENTES (I)	R$ 5,015,132.00	R$ 6,761,037.00	R$ 9,497,571.28	R$ 6,025,000.00	R$ 6,266,000.00	R$ 6,502,864.80	R$ 6,730,465.07
Receita de Contribuições dos Segurados	R$ 2,013,169.00	R$ 2,776,375.00	R$ 3,548,773.84	R$ 2,073,262.00	R$ 2,156,192.48	R$ 2,237,696.56	R$ 2,316,015.94
Ativo	R$ 2,013,169.00	R$ 2,776,375.00	R$ 3,030,691.98	R$ 1,870,262.00	R$ 1,945,072.48	R$ 2,018,795.22	R$ 2,089,453.05
Inativo	R$ -	R$ -	R$ 512,127.57	R$ 200,000.00	R$ 208,000.00	R$ 215,862.40	R$ 223,417.58
Pensionista	R$ -	R$ -	R$ 5,954.29	R$ 3,000.00	R$ 3,120.00	R$ 3,238.94	R$ 3,352.30
Receita de Contribuições Patronais	R$ 1,423,605.00	R$ 3,114,578.00	R$ 4,723,515.64	R$ 3,040,882.00	R$ 3,162,517.28	R$ 3,282,860.43	R$ 3,397,760.54
Ativo	R$ 1,423,605.00	R$ 3,114,578.00	R$ 4,723,515.64	R$ 3,040,882.00	R$ 3,162,517.28	R$ 3,282,860.43	R$ 3,397,760.54
Inativo	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Pensionista	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Receita Patrimonial	R$ 1,198,007.00	R$ 612,627.00	R$ 1,184,459.54	R$ 800,000.00	R$ 832,000.00	R$ 863,449.60	R$ 893,670.34
Receitas Imobiliárias	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Receitas de Valores Mobiliários	R$ 1,198,007.00	R$ 612,627.00	R$ 1,184,459.54	R$ 800,000.00	R$ 832,000.00	R$ 863,449.60	R$ 893,670.34
Outras Receitas Patrimoniais	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Receita de Serviços	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outras Receitas Correntes	R$ 380,351.00	R$ 257,457.00	R$ 40,822.26	R$ 110,856.00	R$ 115,290.24	R$ 119,648.21	R$ 123,835.90
Compensação Financeira entre os Regimes	R$ -	R$ 77,005.00	R$ -	R$ 80,856.00	R$ 84,090.24	R$ 87,268.85	R$ 90,323.26
Demais Receitas Correntes	R$ 380,351.00	R$ 180,452.00	R$ 40,822.26	R$ 30,000.00	R$ 31,200.00	R$ 32,379.36	R$ 33,512.64
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
RECEITAS DE CAPITAL (III)	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Amortização de Empréstimos	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outras Receitas de Capital	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	**R$ 5,015,132.00**	**R$ 6,761,037.00**	**R$ 9,497,571.28**	**R$ 6,025,000.00**	**R$ 6,266,000.00**	**R$ 6,502,864.80**	**R$ 6,730,465.07**

CRITÉRIO DE PROJEÇÃO UTILIZADO			
Ano	**Base de cálculo**	**Índice aplicado**	**Observação**
2023	Valor realizado	-	Base histórica da LDO
2024	Valor realizado	-	Base histórica da LDO
2025	Valor realizado	-	RREO 6º bimestre/2025
2026	Previsão atualizada	-	RREO 1º bimestre/2026
2027	Previsão 2026	4.00%	Projeção técnica
2028	Projeção 2027	3.78%	Projeção técnica
2029	Projeção 2028	3.50%	Projeção técnica

Nota explicativa: A metodologia de cálculo das metas anuais das receitas do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tangará/RN considerou as receitas do Fundo em Capitalização, abrangendo as contribuições dos segurados, contribuições patronais, receitas patrimoniais decorrentes da remuneração de valores mobiliários, compensação financeira entre regimes e demais receitas correntes vinculadas ao RPPS. Para os exercícios de 2023 e 2024, foram utilizados os valores realizados constantes da base histórica dos demonstrativos previdenciários da LDO anterior. Para o exercício de 2025, foram utilizados os valores efetivamente realizados no RREO do 6º bimestre, que registrou Receita Corrente do Fundo em Capitalização de R$ 9.497.571,28, composta por R$ 3.548.773,84 de contribuições dos segurados, R$ 4.723.515,64 de contribuições patronais, R$ 1.184.459,54 de receita patrimonial e R$ 40.822,26 de outras receitas correntes. Para 2026, foi adotada a previsão atualizada constante do RREO do 1º bimestre, no valor de R$ 6.025.000,00 para o Fundo em Capitalização, composta por R$ 2.073.262,00 de contribuições dos segurados, R$ 3.040.882,00 de contribuições patronais, R$ 800.000,00 de receita patrimonial e R$ 110.856,00 de outras receitas correntes. As projeções para 2027, 2028 e 2029 foram elaboradas de forma prudencial, tomando como base a previsão de 2026 e aplicando os índices estimados de atualização de 4,00%, 3,78% e 3,50%, respectivamente. Esse critério evita superestimar as receitas futuras com base no desempenho excepcional de 2025, preservando maior cautela fiscal na elaboração da LDO 2027. Ressalta-se que os valores projetados poderão ser ajustados quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2027 ou mediante atualização dos demonstrativos previdenciários e atuariais do TANGARAPREV, especialmente em razão de alterações na folha de segurados, contribuições patronais, rendimento das aplicações financeiras, compensação previdenciária ou premissas atuariais.

– Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas do Município
Plano Previdenciário

ESPECIFICAÇÃO	Realizada 2023	Realizada 2024	Realizada 2025	Previsão 2026	Projeção 2027	Projeção 2028	Projeção 2029
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO / PLANO PREVIDENCIÁRIO							
Benefícios	R$ 5,054,225.00	R$ 6,036,674.00	R$ 7,072,292.59	R$ 6,000,000.00	R$ 6,240,000.00	R$ 6,475,872.00	R$ 6,702,527.52
Aposentadorias	R$ 4,847,562.00	R$ 5,790,842.00	R$ 6,800,266.67	R$ 5,750,000.00	R$ 5,980,000.00	R$ 6,206,044.00	R$ 6,423,255.54
Pensões por Morte	R$ 206,663.00	R$ 245,832.00	R$ 272,025.92	R$ 250,000.00	R$ 260,000.00	R$ 269,828.00	R$ 279,271.98
Outras Despesas Previdenciárias	R$ 403,860.00	R$ 832.00	R$ -	R$ 25,000.00	R$ 26,000.00	R$ 26,982.80	R$ 27,927.20

Compensação Financeira entre os Regimes	R$	-	R$	-	R$	-	R$	-	R$	-	R$	-	R$	-
Demais Despesas Previdenciárias	R$	403,860.00	R$	832.00	R$	-	R$	25,000.00	R$	26,000.00	R$	26,982.80	R$	27,927.20
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**R$**	**5,458,085.00**	**R$**	**6,037,506.00**	**R$**	**7,072,292.59**	**R$**	**6,025,000.00**	**R$**	**6,266,000.00**	**R$**	**6,502,854.80**	**R$**	**6,730,454.72**

CRITERIO DE PROJEÇÃO UTILIZADO			
Ano	**Base de cálculo**	**Índice aplicado**	**Observação**
2023	Valor realizado	-	Base histórica da LDO anterior
2024	Valor realizado	-	Base histórica da LDO anterior
2025	Valor realizado	-	RREO 6º bimestre/2025
2026	Previsão atualizada	-	RREO 1º bimestre/2026
2027	Previsão 2026	4.00%	Projeção técnica
2028	Projeção 2027	3.78%	Projeção técnica
2029	Projeção 2028	3.50%	Projeção técnica

Nota explicativa: A metodologia de cálculo das metas anuais das despesas do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tangará/RN considerou as despesas do Fundo em Capitalização, abrangendo os benefícios previdenciários, especialmente aposentadorias e pensões por morte, além de eventuais demais despesas previdenciárias vinculadas ao RPPS. Para os exercícios de 2023 e 2024, foram utilizados os valores realizados constantes da base histórica da LDO anterior, que registrou total de despesas do Fundo em Capitalização de R$ 5.458.085,00 em 2023 e R$ 6.037.506,00 em 2024. Para o exercício de 2025, foram considerados os valores realizados no RREO do 6º bimestre, que registrou despesas previdenciárias empenhadas, liquidadas e pagas no montante de R$ 7.072.292,59, compostas por R$ 6.800.266,67 em aposentadorias e R$ 272.025,92 em pensões por morte. Para 2026, foi adotada a previsão atualizada constante do RREO do 1º bimestre, no valor total de R$ 6.025.000,00, sendo R$ 6.000.000,00 destinados a benefícios, dos quais R$ 5.750.000,00 para aposentadorias e R$ 250.000,00 para pensões por morte, além de R$ 25.000,00 em outras despesas previdenciárias. As projeções de 2027, 2028 e 2029 foram elaboradas de forma prudencial, tomando por base a previsão atualizada de 2026 e aplicando os índices estimados de atualização de 4,00%, 3,78% e 3,50%, respectivamente. Os valores poderão ser ajustados quando da elaboração da LOA 2027 ou mediante atualização atuarial do TANGARAPREV, especialmente em razão de alterações no quantitativo de aposentados, pensionistas, reajustes de benefícios, evolução da folha previdenciária ou novas premissas atuariais.

AMF – Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea 'a'

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS — FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	**2025**		**2024**		**2023**	
Receita de Contribuições dos Segurados	R$	3,548,773.84	R$	2,776,375.00	R$	2,013,169.00
Ativo	R$	3,030,691.98	R$	2,776,375.00	R$	2,013,169.00
Inativo	R$	512,127.57	R$	-	R$	-
Pensionista	R$	5,954.29	R$	-	R$	-
Receita de Contribuições Patronais	R$	4,723,515.64	R$	3,114,578.00	R$	1,423,605.00
Ativo	R$	4,723,515.64	R$	3,114,578.00	R$	1,423,605.00
Inativo	R$	-	R$	-	R$	-
Pensionista	R$	-	R$	-	R$	-
Receita Patrimonial	R$	1,184,459.54	R$	612,627.00	R$	1,198,007.00
Receitas Imobiliárias	R$	-	R$	-	R$	-
Receitas de Valores Mobiliários	R$	1,184,459.54	R$	612,627.00	R$	1,198,007.00
Outras Receitas Patrimoniais	R$	-	R$	-	R$	-
Receita de Serviços	R$	-	R$	-	R$	-
Outras Receitas Correntes	R$	40,822.26	R$	257,457.00	R$	380,351.00
Compensação Financeira entre os Regimes	R$	-	R$	77,005.00	R$	-
Demais Receitas Correntes	R$	40,822.26	R$	180,452.00	R$	380,351.00
Receitas de Capital	R$	-	R$	-	R$	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	R$	-	R$	-	R$	-
Amortização de Empréstimos	R$	-	R$	-	R$	-
Outras Receitas de Capital	R$	-	R$	-	R$	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS — FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (I)	**R$**	**9,497,571.28**	**R$**	**6,761,037.00**	**R$**	**5,015,132.00**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS — FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	**2025**		**2024**		**2023**	
Benefícios	R$	7,072,292.59	R$	6,036,674.00	R$	5,054,225.00
Aposentadorias	R$	6,800,266.67	R$	5,790,842.00	R$	4,847,562.00
Pensões por Morte	R$	272,025.92	R$	245,832.00	R$	206,663.00
Outras Despesas Previdenciárias	R$	-	R$	832.00	R$	403,860.00
Compensação Financeira entre os Regimes	R$	-	R$	-	R$	-

Demais Despesas Previdenciárias	R$	-	R$	832.00	R$	403,860.00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS — FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (II)	**R$**	**7,072,292.59**	**R$**	**6,037,506.00**	**R$**	**5,458,085.00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO — FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (III) = (I - II)	**R$**	**2,425,278.69**	**R$**	**723,531.00**	**-R$**	**442,953.00**
FUNDO EM REPARTIÇÃO — PLANO FINANCEIRO	**2025**		**2024**		**2023**	
Receitas Previdenciárias	R$	-	R$	-	R$	-
Despesas Previdenciárias	R$	-	R$	-	R$	-
Resultado Previdenciário	**R$ -**		**R$**	-	**R$**	-
BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO	**2025**		**2024**		**2023**	
Receitas Previdenciárias	R$	-	R$	-	R$	-
Despesas Previdenciárias	R$	-	R$	-	R$	-
Resultado dos Benefícios Mantidos pelo Tesouro	**R$ -**		**R$**	-	**R$**	-
BENS E DIREITOS DO RPPS	**2025**		**2024**		**2023**	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R$	10,923,856.89	R$	8,966,378.68	R$	8,116,707.95
Créditos a Curto Prazo	R$	3,261,881.89	R$	4,432,792.45	R$	-
Créditos Previdenciários do RPPS a Longo Prazo	R$	2,054,823.86	R$	2,939,420.97	R$	-
Créditos para Amortização de Déficit Atuarial	R$	90,995,506.32	R$	239,160,845.68	R$	-
Imobilizado	R$	252,726.25	R$	252,726.25	R$	-
TOTAL DOS BENS E DIREITOS DO RPPS	**R$**	**107,488,795.21**	**R$**	**255,752,163.03**	**R$**	**8,116,707.95**

Fonte: RREO do 6º bimestre de 2025; demonstrativos contábeis do TANGARAPREV; Demonstrativos da LDO anterior.

NOTA EXPLICATIVA: O presente demonstrativo evidencia a situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tangará/RN, nos termos do art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar Federal nº 101/2000. A análise foi elaborada com base nas informações do Fundo em Capitalização, correspondente ao Plano Previdenciário do TANGARAPREV. Em 2025, o Fundo apresentou receitas previdenciárias realizadas de R$ 9.497.571,28 e despesas previdenciárias de R$ 7.072.292,59, resultando em superávit previdenciário de R$ 2.425.278,69. As receitas decorreram principalmente das contribuições dos segurados, no valor de R$ 3.548.773,84, das contribuições patronais, no valor de R$ 4.723.515,64, da receita patrimonial, no valor de R$ 1.184.459,54, e de outras receitas correntes, no valor de R$ 40.822,26. As despesas previdenciárias foram compostas por R$ 6.800.266,67 em aposentadorias e R$ 272.025,92 em pensões. O Fundo em Repartição/Plano Financeiro e os Benefícios Previdenciários Mantidos pelo Tesouro não apresentaram movimentação no período analisado. Quanto aos bens e direitos do RPPS, o Balanço Patrimonial evidencia saldo financeiro, créditos previdenciários e créditos para amortização de déficit atuarial, os quais devem ser analisados em conjunto com a projeção atuarial do regime.

AMF – Demonstrativo 6 – Projeção Atuarial do RPPS
LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea 'a'

Exercício	**Receitas Previdenciárias (a)**		**Despesas Previdenciárias (b)**		**Resultado Previdenciário (c) = (a - b)**		**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exerc. Anterior + c)**	
2027	R$	5,132,847.48	R$	22,616,098.75	-R$	17,483,251.27	-R$	85,024,507.12
2028	R$	4,859,204.35	R$	20,928,564.92	-R$	16,069,360.57	-R$	101,093,867.69
2029	R$	4,750,031.04	R$	20,290,169.06	-R$	15,540,138.02	-R$	116,634,005.71
2030	R$	4,287,750.61	R$	17,931,302.46	-R$	13,643,551.85	-R$	130,277,557.56
2031	R$	4,026,803.95	R$	16,715,312.34	-R$	12,688,508.39	-R$	142,966,065.95
2032	R$	3,578,418.44	R$	14,743,469.36	-R$	11,165,050.92	-R$	154,131,116.87
2033	R$	3,157,068.78	R$	12,991,791.32	-R$	9,834,722.53	-R$	163,965,839.40
2034	R$	2,987,614.61	R$	12,289,236.41	-R$	9,301,621.79	-R$	173,267,461.19
2035	R$	2,735,504.29	R$	11,352,670.53	-R$	8,617,166.24	-R$	181,884,627.43
2036	R$	2,357,106.03	R$	10,011,665.20	-R$	7,654,559.17	-R$	189,539,186.61
2037	R$	2,020,697.72	R$	8,881,956.89	-R$	6,861,259.17	-R$	196,400,445.78
2038	R$	1,783,852.72	R$	8,021,842.86	-R$	6,237,990.15	-R$	202,638,435.92
2039	R$	1,625,160.02	R$	7,375,231.41	-R$	5,750,071.39	-R$	208,388,507.31
2040	R$	1,424,564.05	R$	6,643,551.90	-R$	5,218,987.85	-R$	213,607,495.16
2041	R$	1,218,921.20	R$	5,613,082.59	-R$	4,394,161.38	-R$	218,001,656.55
2042	R$	1,021,839.48	R$	4,693,495.53	-R$	3,671,656.05	-R$	221,673,312.60
2043	R$	808,834.39	R$	4,045,612.03	-R$	3,236,777.63	-R$	224,910,090.23
2044	R$	681,766.62	R$	3,278,157.23	-R$	2,596,390.61	-R$	227,506,480.84
2045	R$	584,519.32	R$	2,883,541.32	-R$	2,299,022.00	-R$	229,805,502.84
2046	R$	495,351.60	R$	2,514,127.44	-R$	2,018,775.85	-R$	231,824,278.69
2047	R$	462,379.82	R$	2,385,267.97	-R$	1,922,888.16	-R$	233,747,166.84
2048	R$	418,752.72	R$	2,096,842.88	-R$	1,678,090.16	-R$	235,425,257.00
2049	R$	311,642.95	R$	1,295,421.00	-R$	983,778.05	-R$	236,409,035.05

2050	R$	264,593.00	R$	1,142,862.23	-R$	878,269.23	-R$	237,287,304.28
2051	R$	194,863.94	R$	826,380.16	-R$	631,516.22	-R$	237,918,820.50
2052	R$	156,834.97	R$	610,051.66	-R$	453,216.69	-R$	238,372,037.19
2053	R$	134,769.63	R$	440,997.13	-R$	306,227.50	-R$	238,678,264.69
2054	R$	80,207.65	R$	230,004.43	-R$	149,796.77	-R$	238,828,061.47
2055	R$	45,658.60	R$	111,090.44	-R$	65,431.84	-R$	238,893,493.31
2056	R$	45,658.60	R$	111,090.44	-R$	65,431.84	-R$	238,958,925.15
2057	R$	33,529.04	R$	95,647.98	-R$	62,118.95	-R$	239,021,044.09
2058	R$	15,680.06	R$	31,563.70	-R$	15,883.64	-R$	239,036,927.73
2059	R$	7,086.91	R$	21,199.12	-R$	14,112.21	-R$	239,051,039.94
2060	R$	7,086.91	R$	21,199.12	-R$	14,112.21	-R$	239,065,152.15
2061	R$	2,858.93	R$	16,299.23	-R$	13,440.29	-R$	239,078,592.44
2062	R$	1,442.42	R$	14,424.18	-R$	12,981.76	-R$	239,091,574.21
2063	R$	1,442.42	R$	14,424.18	-R$	12,981.76	-R$	239,104,555.97
2064	R$	893.49	R$	8,934.88	-R$	8,041.39	-R$	239,112,597.36
2065	R$	893.49	R$	8,934.88	-R$	8,041.39	-R$	239,120,638.75
2066	R$	893.49	R$	8,934.88	-R$	8,041.39	-R$	239,128,680.13
2067	R$	893.49	R$	8,934.88	-R$	8,041.39	-R$	239,136,721.52
2068	R$	893.49	R$	8,934.88	-R$	8,041.39	-R$	239,144,762.91
2069	R$	893.49	R$	8,934.88	-R$	8,041.39	-R$	239,152,804.30
2070	R$	893.49	R$	8,934.88	-R$	8,041.39	-R$	239,160,845.69
2071	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2072	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2073	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2074	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2075	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2076	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2077	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2078	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2079	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2080	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2081	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2082	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2083	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2084	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2085	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2086	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2087	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2088	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2089	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2090	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2091	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2092	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2093	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2094	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2095	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2096	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2097	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2098	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69
2099	R$	-	R$	-	R$	-	-R$	239,160,845.69

NOTA EXPLICATIVA: O presente demonstrativo apresenta a projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tangará/RN, em atendimento ao art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar Federal nº 101/2000. A projeção foi elaborada com base no Fundo em Capitalização – Plano Previdenciário, constante do RREO – Anexo 10 do 6º bimestre de 2025. Os dados indicam insuficiência atuarial projetada, com resultados previdenciários negativos ao longo do período e saldo financeiro acumulado negativo, alcançando R$ -239.160.845,69 a partir de 2070. O Fundo em Repartição/Plano Financeiro não apresentou receitas, despesas ou resultado previdenciário projetado, permanecendo zerado no período informado. Os valores devem ser analisados em conjunto com a avaliação atuarial oficial do TANGARAPREV, especialmente quanto às premissas atuariais, medidas de equacionamento do déficit e sustentabilidade financeira do regime.

Fonte: RREO – Anexo 10, Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, 6º bimestre de 2025.

AMF – Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA 2027	RENÚNCIA 2028	RENÚNCIA 2029	COMPENSAÇÃO
-	-	Não há previsão de renúncia de receita específica informada	R$ -	R$ -	R$ -	Não aplicável

AMF – Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2027	
Aumento Permanente da Receita	R$	6,015,271.26
(-) Transferências Constitucionais	R$	-
(-) Transferências ao FUNDEB	R$	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	R$	6,015,271.26
Redução Permanente de Despesa (II)	R$	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	R$	6,015,271.26
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R$	-
Novas DOCC	R$	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	R$	6,015,271.26

ARF – Anexo de Riscos Fiscais e Providências
LRF, art. 4º, § 3º

PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS	Providência	Valor Estimado 2027	
Demandas judiciais e precatórios/RPV que superem a previsão orçamentária	Utilização da Reserva de Contingência, abertura de créditos adicionais e controle das despesas discricionárias	R$	500,000.00
Frustração de receitas próprias ou transferências constitucionais	Limitação de empenho e movimentação financeira, reprogramação de despesas e priorização dos serviços essenciais	R$	1,000,000.00
Riscos previdenciários / necessidade de aportes ao RPPS	Reavaliação atuarial, revisão do plano de custeio e suplementação orçamentária se necessária	R$	500,000.00
Eventos climáticos, estiagem, emergência ou calamidade pública	Realocação orçamentária, créditos extraordinários e busca de transferências estaduais/federais	R$	500,000.00
Restos a pagar e insuficiências financeiras por fonte	Reprogramação financeira e pagamento conforme disponibilidade por fonte/destinação	R$	500,000.00
Total		**R$**	**3,000,000.00**

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:E214CCBC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 037/2026

DECRETO Nº 037/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para reforço de dotações consignadas no Orçamento Geral do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64;

CONSIDERANDO que a evolução da receita e a tendência do seu crescimento para o fechamento do exercício, conforme demonstrado no Anexo I a este Ato e, que encontram amparo no inciso II do § 1º e § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDO que, a suplementação, ora realizada, é necessária para a continuidade dos serviços públicos que é um dos princípios estabelecidos no Direito Administrativo para os entes públicos, universalmente aceito e abrigado na doutrina pátria;

CONSIDERANDO os princípios da responsabilidade e da finalidade que impõe ao gestor as providências necessárias para que a sociedade não sofra pela falta de providências para as suas demandas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Credito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente exercício, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender as dotações especificadas abaixo:

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**250.000,00**
09 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**250.000,00**
	2130 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - APS				**250.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	250.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo 1º, serão utilizados recursos, conforme Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64, demonstrado no Anexo I - Metodologia de Cálculo do Excesso de Arrecadação – Fonte: 16003110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; referente a Proposta de nº 36000764008202600 de Incremento PAP (Piso da Atenção Primária), para custeio dos serviços de atenção primária em saúde.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Upanema/RN, 01 de julho de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

ANEXO I

DECRETO Nº 037/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026	
ANEXO I	
METODOLOGIA DE CÁLCULO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO	
Código de Classificação/Receita:	1.7.1.3.50.1.1.96 Transferência de Recursos do SUS - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde - Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais
Fontes:	16003110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
2026	**TOTAL**
Receita Orçada (jan à dez/2026):	250.000,000
Receita Arrecadada (jan a jun/2026):	500.000,000
Excesso de Arrecadação do Exercício (jan à jun/2026):	250.000,000
Créditos Adicionais Extraordinários (jan a jun/2026)	0,000
Excesso de Arrecadação Utilizado (jan a jun/2026):	0,000
Excesso de Arrecadação a Utilizar:	250.000,000
Excesso de Arrecadação a Utilizar:	**R$ 250.000,00**

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:0C1B9FC5